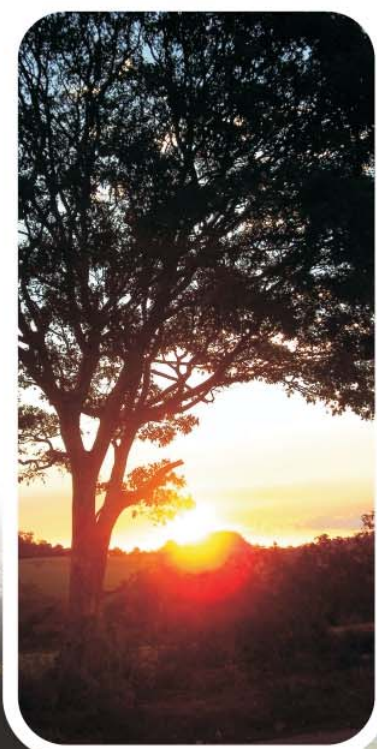




## Linha Verde

Linha Verde Transmissora de Energia S.A.



# EIA

Estudo de Impacto Ambiental

LT 230kV

Jauru – Porto Velho C3

Março | 2011

**bio**   
**dinâmica rio**  
engenharia consultiva ltda

Volume 3/5  
Meio Socioeconômico



## SUMÁRIO

### VOLUME 1/5 – EMPREENDIMENTO E MEIO FÍSICO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1-1</b>
<b>2. Considerações Gerais .....</b>	<b>2-1</b>
<b>2.1 Procedimentos do Licenciamento .....</b>	<b>2-1</b>
<b>2.1.1 Instrumentos Legais e Normativos.....</b>	<b>2-2</b>
<b>2.1.1.1 Geral.....</b>	<b>2-2</b>
<b>2.1.1.2 Linhas de Transmissão e Subestação de Energia Elétrica.....</b>	<b>2-2</b>
<b>2.1.1.3 O licenciamento ambiental.....</b>	<b>2-3</b>
<b>2.1.1.4 As legislações federal, estaduais e municipais.....</b>	<b>2-4</b>
<b>2.1.1.5 Aplicação dos Instrumentos Legais.....</b>	<b>2-4</b>
<b>a. Legislação Federal .....</b>	<b>2-5</b>
<b>b. Legislação Estadual.....</b>	<b>2-35</b>
<b>c. Legislação Municipal .....</b>	<b>2-51</b>
<b>2.1.2 Estudos Ambientais.....</b>	<b>2-67</b>
<b>2.1.2.1 Estudo de Impacto Ambiental – EIA.....</b>	<b>2-68</b>
<b>2.1.2.2 Relatório de Impacto Ambiental – RIMA .....</b>	<b>2-68</b>
<b>2.1.2.3 Outros Estudos e Documentos .....</b>	<b>2-68</b>
<b>a. Estudos de Levantamento do Potencial Malarígeno .....</b>	<b>2-69</b>
<b>b. Comunidades Indígenas .....</b>	<b>2-69</b>
<b>c. Comunidades Quilombolas .....</b>	<b>2-70</b>
<b>d. Projetos de Assentamento – INCRA/INTERMAT .....</b>	<b>2-70</b>
<b>e. Patrimônio Arqueológico.....</b>	<b>2-70</b>
<b>f. Prefeituras Municipais .....</b>	<b>2-70</b>
<b>g. Encaminhamento de Documentação ao IBAMA .....</b>	<b>2-71</b>
<b>2.1.3 Mecanismos de Participação Social .....</b>	<b>2-71</b>
<b>2.1.3.1 Audiências Públicas.....</b>	<b>2-71</b>

2.1.4	Mecanismos de Acompanhamento dos Estudos Ambientais ...	2-72
a.	Estratégias de Acompanhamento do Processo de Elaboração dos Estudos Ambientais .....	2-72
b.	Planos de Trabalho para os Meios Físico, Biótico e Socioeconômico .....	2-73
c.	Elaboração e Proposição de Cronograma de Acompanhamento da Elaboração dos Estudos Ambientais .	2-75
d.	Elaboração e Proposição de Cronograma de Vistorias Técnicas ao Local do Empreendimento .....	2-75
e.	Seminários para Discussões com o Corpo Técnico do IBAMA a Respeito do Empreendimento .....	2-76
<b>3.</b>	<b>Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental .....</b>	<b>3.1-1</b>
3.1	Orientações para a Elaboração do EIA/RIMA .....	3.1-1
3.2	Caracterização do Empreendedor .....	3.2-1
a.	Apresentação .....	3.2-1
b.	Origem do Consórcio Empreendedor e demais Informações Solicitadas .....	3.2-3
3.3	Caracterização da Empresa Responsável pelos Estudos Ambientais.....	3.3-1
a.	Apresentação .....	3.3-1
b.	Assinatura dos Profissionais Responsáveis .....	3.3-2
c.	Origem da Consultora e demais Informações Solicitadas .....	3.3-2
3.4	Caracterização do Empreendimento .....	3.4-1
3.4.1	Histórico do Empreendimento.....	3.4-1
a.	Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro: Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.....	3.4-1
b.	A Política Setorial e os Atores Envolvidos .....	3.4-9
c.	Histórico dos Estudos Realizados para a Interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao SIN .....	3.4-13
d.	Conceito e Abrangência do Sistema Interligado Nacional – SIN e População Atendida .....	3.4-15
3.4.2	Objetivos do Empreendimento.....	3.4-20
a.	Objetivo Geral .....	3.4-20
b.	Objetivos Específicos .....	3.4-21
3.4.3	Justificativas da Implementação do Empreendimento .....	3.4-21
a.	Aspectos Técnicos, Econômicos e Socioambientais — Eficiência Energética .....	3.4-21
b.	Conta Consumo de Combustível Fóssil (CCCF) e os Sistemas Isolados .....	3.4-22
c.	Encargos Setoriais e a interligação ao SIN.....	3.4-23

d.	A Implementação do Empreendimento e a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa em Relação à Redução da Geração a Óleo.....	3.4-26
3.4.4	Descrição do Empreendimento.....	3.4-27
a.	Características Técnicas da Linha de Transmissão (LT) .....	3.4-27
b.	Características Técnicas das Subestações .....	3.4-45
c.	Características das Fontes de Distúrbios e Interferências.....	3.4-61
d.	Medidas de Segurança Previstas.....	3.4-62
e.	Riscos e tipos de acidentes relacionados ao Empreendimento .....	3.4-64
f.	Etapas de planejamento do Empreendimento.....	3.4-74
g.	Etapas de implantação do Empreendimento .....	3.4-76
h.	Etapas de Operação e Manutenção do Empreendimento.....	3.4-99
i.	Pontos de apoio às Obras .....	3.4-101
j.	Técnicas Construtivas em Ambientes de Várzeas .....	3.4-103
3.4.5	Aspectos Construtivos.....	3.4-112
a.	Caracterização das Obras, Serviços e Infraestrutura Necessária.....	3.4-112
b.	Logística a ser empregada para as Obras .....	3.4-115
c.	Infraestrutura existente nas Áreas dos Canteiros e Frentes de Obras .....	3.4-116
d.	Medidas para suprir carências de Infraestrutura .....	3.4-128
3.5	Estudo e Análise Comparativa de Alternativas Locacionais.....	3.5-1
a.	Alternativas de Corredores para Diretrizes Estudadas.....	3.5-2
b.	Definição das Áreas de Estudo das Alternativas de Traçado .....	3.5-14
c.	Extensão total e parcial de cada Alternativa e demais dados Relevantes .....	3.5-15
d.	Identificação, Descrição e Avaliação das principais interferências das Alternativas .....	3.5-16
e.	Distâncias das Alternativas às Unidades de Conservação.....	3.5-18
f.	Localização Geográfica dos Corredores de Estudo .....	3.5-18
g.	O Traçado da LT e o Estado do Amazonas .....	3.5-20
h.	A UHE Santo Antônio e as LTs existentes e projetadas .....	3.5-21
i.	Refinamento do Traçado próximo a Vilhena/RO .....	3.5-21
j.	Trecho Vilhena–Samuel: LTs existentes e projetadas .....	3.5-21
k.	Comparação das Alternativas dos Corredores de Traçado .....	3.5-21
l.	Análise da Hipótese de Não-Execução do Empreendimento .....	3.5-25
m.	Seleção do Corredor Preferencial de Passagem .....	3.5-26

<b>3.6 Diagnóstico Ambiental das Áreas de Influência da Diretriz</b>	
Selecionada.....	3.6-1
<b>3.6.1 Levantamento de Dados .....</b>	<b>3.6-1</b>
<b>3.6.2 Definição das Áreas de Abrangência e de Influência.....</b>	<b>3.6-3</b>
<b>3.6.2.1 Área de Abrangência Regional – AAR .....</b>	<b>3.6-3</b>
<b>3.6.2.2 Áreas de Influência Direta e Indireta – AID e All.....</b>	<b>3.6-3</b>
<b>a. Área de Influência Indireta dos Meios Físico e Biótico.....</b>	<b>3.6-5</b>
<b>b. Área de Influência Indireta do Meio Antrópico (All) .....</b>	<b>3.6-6</b>
<b>3.6.2.3 Área de Influência Direta – AID.....</b>	<b>3.6-7</b>
<b>3.6.3 Caracterização dos Aspectos de Meio Físico.....</b>	<b>3.6.3-1</b>
<b>3.6.3.1 Clima .....</b>	<b>3.6.3-1</b>
<b>a. Introdução .....</b>	<b>3.6.3-1</b>
<b>b. Caracterização Dinâmica da Atmosfera.....</b>	<b>3.6.3-3</b>
<b>c. Climatologia .....</b>	<b>3.6.3-7</b>
<b>3.6.3.2 Geologia .....</b>	<b>3.6.3-21</b>
<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.3-21</b>
<b>b. Aspectos Geotectônicos e Estruturais .....</b>	<b>3.6.3-21</b>
<b>c. Aspectos Litoestratigráficos .....</b>	<b>3.6.3-22</b>
<b>d. Registros Fotográficos.....</b>	<b>3.6.3-31</b>
<b>3.6.3.3 Cavidades .....</b>	<b>3.6.3-34</b>
<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.3-34</b>
<b>b. Estudos Anteriores .....</b>	<b>3.6.3-36</b>
<b>c. Análise do Potencial Espeleológico.....</b>	<b>3.6.3-47</b>
<b>3.6.3.4 Sismicidade .....</b>	<b>3.6.3-50</b>
<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.3-50</b>
<b>b. Considerações Gerais.....</b>	<b>3.6.3-50</b>
<b>c. Sismos em Mato Grosso e Rondônia.....</b>	<b>3.6.3-51</b>
<b>3.6.3.5 Geomorfologia e Geotecnia .....</b>	<b>3.6.3-53</b>
<b>a. Unidades Geomorfológicas – All.....</b>	<b>3.6.3-54</b>
<b>b. Unidades de Relevo – All/AID .....</b>	<b>3.6.3-57</b>
<b>c. Suscetibilidade à Erosão das Terras .....</b>	<b>3.6.3-64</b>
<b>d. Caracterização Topográfica – AID.....</b>	<b>3.6.3-69</b>
<b>e. Geotecnia – Instabilização de Taludes, Encostas Marginais e Outras Áreas Sensíveis – AID .....</b>	<b>3.6.3-77</b>
<b>f. Áreas sensíveis quanto aos aspectos geomorfológicos e geotécnicos – AID .....</b>	<b>3.6.3-79</b>
<b>g. Registro Fotográfico .....</b>	<b>3.6.3-80</b>
<b>3.6.3.6 Pedologia .....</b>	<b>3.6.3-90</b>
<b>a. Considerações Gerais.....</b>	<b>3.6.3-90</b>
<b>b. Aspectos Metodológicos Gerais .....</b>	<b>3.6.3-90</b>
<b>c. Descrição das Unidades de Solos .....</b>	<b>3.6.3-92</b>

d. Unidades de solos ocorrentes na AID.....	3.6.3-121
e. Avaliação da Erodibilidade das Terras .....	3.6.3-122
f. Registro Fotográfico.....	3.6.3-127
3.6.3.7 Recursos Minerais .....	3.6.3-141
a. Situação Legal dos Processos Minerários em Andamento .....	3.6.3-141
b. Situação Legal do Licenciamento nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente .....	3.6.3-204
c. Áreas Prováveis para Empréstimo e Bota-fora.	3.6.3-204
d. Origem e fornecedores legalizados de materiais para construção civil.....	3.6.3-204
3.6.3.8 Paleontologia .....	3.6.3-205
a. Aspectos Metodológicos .....	3.6.3-205
b. Potencial Fossilífero das Unidades Geológicas nas Áreas de Influência.....	3.6.3-205
c. Principais Ocorrências Fósseis Documentadas nas Áreas de Influência.....	3.6.3-207
3.6.3.9 Recursos Hídricos .....	3.6.3-208
a. Caracterização da All do empreendimento.....	3.6.3-211
b. Caracterização Fluviométrica .....	3.6.3-212
c. Áreas Alagáveis – AID .....	3.6.3-223
d. Avaliação das condições de drenagem em locais onde serão construídos novos acessos –AID ....	3.6.3-223
e. Registro fotográfico.....	3.6.3-224

## VOLUME 2/5 – MEIO BIÓTICO

3.6.4 Caracterização dos Aspectos do Meio Biótico .....	3.6.4-1
3.6.4.1 Considerações Gerais.....	3.6.4-1
3.6.4.2 Caracterização dos Ecossistemas.....	3.6.4-2
a. Biótopos das Áreas de Influência.....	3.6.4-3
b. Alternativas Locacionais e Áreas Averbadas de Reserva Legal.....	3.6.4-17
c. Áreas de Preservação Permanente - APPs.....	3.6.4-20
d. Unidades de Conservação .....	3.6.4-23
e. Áreas Prioritárias – MMA .....	3.6.4-29
3.6.4.3 Flora .....	3.6.4-44
3.6.4.3.1 Levantamento da Flora Terrestre .....	3.6.4-45
a. Levantamento Florístico para Fragmentos Florestais ou não, presentes na AID e na All.....	3.6.4-45

b. Metodologia .....	3.6.4-45
c. Lista de Espécies .....	3.6.4-61
d. Estudos Qualitativos e Quantitativos da Flora na AID .....	3.6.4-65
e. Identificação e Caracterização de Remanescentes Florestais .....	3.6.4-133
f. A AID e o Extrativismo Vegetal .....	3.6.4-146
g. Espécies da Flora Resgatáveis .....	3.6.4-148
h. Prognóstico LT X Flora Terrestre .....	3.6.4-151
h. Registro Fotográfico .....	3.6.4-151
3.6.4.3.2 Inventário Florestal .....	3.6.4-192
a. Interferências com APPs .....	3.6.4-192
b. Áreas de Obras e de Apoio na AID ...	3.6.4-192
c. Vegetação a ser Suprimida .....	3.6.4-192
d. Potenciais usos do Material Lenhoso e Não-lenhoso .....	3.6.4-192
e. Quantificação da Área a ser Desmatada .....	3.6.4-192
f. ARTs dos Responsáveis Técnicos .....	3.6.4-192
g. Relatório Fotográfico .....	3.6.4-192
h. Informações, Unidades Amostrais e Cálculos dos Levantamentos.....	3.6.4-192
3.6.4.4 Fauna .....	3.6.4-193
a. Autorização de Captura, Coleta e Transporte ..	3.6.4-193
b. Dados Brutos .....	3.6.4-193
3.6.4.4.1 Levantamento da Fauna Terrestre .....	3.6.4-193
a. Caracterização de Hábitats .....	3.6.4-193
b. Forma de Captura e Coleta de Espécimes .....	3.6.4-193
c. Espécies Identificadas para a Região	3.6.4-194
d. Análise dos Dados Coletados.....	3.6.4-194
e. Destino do Material Biológico Coletado .....	3.6.4-194
3.6.4.4.2 Levantamento da Fauna Aquática em Áreas de Várzea .....	3.6.4-194

<b>3.6.4.4.3</b>	<b>Avifauna .....</b>	<b>3.6.4-195</b>
	<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.4-195</b>
	<b>b. Caracterização da Avifauna nas</b>	
	<b>Áreas de Influência (All e AID).....</b>	<b>3.6.4-199</b>
	<b>c. Espécies de Interesse (raras e/ou</b>	
	<b>Endêmicas e/ou Ameaçadas de</b>	
	<b>Extinção e/ou Indicadoras Ambientais</b>	
	<b>e/ou de Interesse Econômico) .....</b>	<b>3.6.4-259</b>
	<b>d. Considerações Finais .....</b>	<b>3.6.4-261</b>
	<b>e. Registro Fotográfico .....</b>	<b>3.6.4-262</b>
<b>3.6.4.4.4</b>	<b>Mastofauna .....</b>	<b>3.6.4-266</b>
	<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.4-266</b>
	<b>b. Caracterização da Mastofauna nas</b>	
	<b>Áreas de Influência (AID e All).....</b>	<b>3.6.4-279</b>
	<b>c. Espécies de Interesse (raras e/ou</b>	
	<b>Endêmicas e/ou Ameaçadas de</b>	
	<b>Extinção e/ou Indicadoras Ambientais</b>	
	<b>e/ou de Interesse Econômico).....</b>	<b>3.6.4-327</b>
	<b>d. Considerações Finais .....</b>	<b>3.6.4-328</b>
	<b>e. Registro Fotográfico .....</b>	<b>3.6.4-329</b>
<b>3.6.4.4.5</b>	<b>Herpetofauna .....</b>	<b>3.6.4-334</b>
	<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.4-334</b>
	<b>b. Caracterização da Herpetofauna nas</b>	
	<b>Áreas de Influência (All e AID).....</b>	<b>3.6.4-340</b>
	<b>c. Espécies de Interesse (raras e/ou</b>	
	<b>Endêmicas e/ou Ameaçadas de</b>	
	<b>Extinção e/ou Indicadoras Ambientais</b>	
	<b>e/ou de Interesse Econômico).....</b>	<b>3.6.4-401</b>
	<b>d. Considerações Finais .....</b>	<b>3.6.4-405</b>
	<b>e. Registro Fotográfico .....</b>	<b>3.6.4-407</b>
<b>3.6.4.4.6</b>	<b>Entomofauna Bioindicadora.....</b>	<b>3.6.4-414</b>
	<b>a. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>3.6.4-414</b>
	<b>b. Caracterização Geral da</b>	
	<b>Entomofauna Bioindicadora das Áreas</b>	
	<b>de Influência Indireta (All) .....</b>	<b>3.6.4-417</b>
	<b>c. Espécies de Interesse (raras e/ou</b>	
	<b>Endêmicas e/ou Ameaçadas de</b>	
	<b>Extinção e/ou Indicadoras Ambientais</b>	
	<b>e/ou de Interesse Econômico).....</b>	<b>3.6.4-433</b>



d. Considerações Finais .....	3.6.4-435
e. Registro Fotográfico .....	3.6.4-436

## **VOLUME 3/5 – MEIO SOCIOECONÔMICO**

<b>3.6.5</b>	<b>Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico.....</b>	<b>3.6.5-1</b>
3.6.5.1	Considerações Gerais – AAR/AII/AID .....	3.6.5-1
3.6.5.2	Aspectos Geopolíticos – AAR.....	3.6.5-3
a.	Histórico Geopolítico Regional .....	3.6.5-3
b.	Programas e Projetos Transnacionais e Nacionais de Infraestrutura Previstos e em Implantação....	3.6.5-14
c.	Diretrizes do Zoneamento Ecológico–Econômico – ZEEs dos Estados de Mato Grosso e Rondônia e do Brasil .....	3.6.5-31
d.	Interferências no Uso e Ocupação do Solo no Contexto dos ZEEs e dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Estados de Mato Grosso e Rondônia .....	3.6.5-41
<b>3.6.5.3</b>	<b>Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana – AII/AID .....</b>	<b>3.6.5-48</b>
a.	Histórico de Ocupação – AII .....	3.6.5-48
b.	Aspectos Populacionais – AII/AID .....	3.6.5-71
c.	Distribuição Geográfica da População .....	3.6.5-89
d.	Hierarquia Urbana Regional – AII/AID .....	3.6.5-99
e.	Hierarquia Urbana em Infograma .....	3.6.5-104
f.	Instrumentos de Planejamento e Gestão Municipal – AII .....	3.6.5-104
g.	Planos Diretores, Uso e Ocupação do Solo – AII .....	3.6.5-109
h.	Estrutura Fundiária – AII/AID .....	3.6.5-121
i.	Atividades Incompatíveis com a Faixa de Servidão da LT – AID .....	3.6.5-121
j.	Assentamentos Identificados ao Longo do Traçado – AID.....	3.6.5-121

k. Municípios Interceptados.....	3.6.5-121
<b>3.6.5.4 Organização Social, Serviços Públicos e Vulnerabilidades – All/AID .....</b>	<b>3.6.5-122</b>
<b>3.6.5.4.1 Saúde .....</b>	<b>3.6.5-122</b>
a. Infraestrutura e Serviços de Saúde por Município.....	3.6.5-122
b. Dados Quantitativos.....	3.6.5-162
c. Estudos Epidemiológicos e Entomológicos .....	3.6.5-163
d. Áreas Endêmicas de Malária .....	3.6.5-286
e. Recomendações da SVS/MS .....	3.6.5-286
<b>3.6.5.4.2 Educação .....</b>	<b>3.6.287</b>
a. Matrículas e Estabelecimentos de Ensino .....	3.6.5-287
b. Ensino Superior e Formação Técnico-profissional – All.....	3.6.5-318
<b>3.6.5.4.3 Segurança Pública – All/AID .....</b>	<b>3.6.5-324</b>
a. Infraestrutura e Serviços de Segurança Pública.....	3.6.5-325
<b>3.6.5.4.4 Infraestrutura – All/AID .....</b>	<b>3.6.5-333</b>
a. Serviços de Transportes e Sistema Viário por Município – All/AID.....	3.6.5-333
b. Superposição do Traçado com o Sistema Viário – AID .....	3.6.5-352
c. Habitação – All/AID .....	3.6.5-352
d. Saneamento – All/AID .....	3.6.5-364
e. Energia – All/AID.....	3.6.5-379
f. Comunicação – All/AID.....	3.6.5-383
<b>3.6.5.4.5 Organização Social – All .....</b>	<b>3.6.5-389</b>
a. Pressões Migratórias e Serviços Públicos Impactáveis – All/AID.....	3.6.5-389
b. Conflitos Agrários e Tensões Sociais – All/AID .....	3.6.5-390
c. Contratação de Trabalhadores.....	3.6.5-408
d. Identificação e Qualificação da Mão de Obra .....	3.6.5-409
e. Organizações Sociais Atuantes na Região – All/AID.....	3.6.5-410
<b>3.6.5.5 Atividades Econômicas e Finanças Públicas – All.....</b>	<b>3.6.5-418</b>
a. PIB e Finanças Públicas – All.....	3.6.5-418
b. Principais Atividades Econômicas.....	3.6.5-423

c. Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT e seu Entorno – AID .....	3.6.5-462
3.6.5.6 Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais – All/AID.....	3.6.5-504
a. Comunidades Ribeirinhas – AID.....	3.6.5-504
b. Comunidades Quilombolas – All/AID .....	3.6.5-505
c. Vulnerabilidade das Comunidades Quilombolas.....	3.6.5-507
d. Recomendações da Fundação Cultural Palmares (FCP).....	3.6.5-507
e. Populações Indígenas – All/AID .....	3.6.5-508
f. Localização das Aldeias Indígenas e seu Contingente Populacional – All/AID .....	3.6.5-510
g. Recomendações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) .....	3.6.5-512
3.6.5.7 Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações – All/AID .....	3.6.5-513
a. Principais Usos do Solo – AID.....	3.6.5-513
b. Tendências de Expansão e Vetores de Crescimento em Relação ao Empreendimento – All/AID .....	3.6.5-516
c. Caracterização da Paisagem nos Trechos de Travessia de Rios .....	3.6.5-531
d. Projetos, Planos e Programas na Região –All/AID .....	3.6.5-539
e. Cruzamentos e/ou Proximidades da LT com Outras Linhas de Transmissão, Pivôs Centrais, Aeródromos, Rodovias e Ferrovias .....	3.6.5-556
f. Abertura de Sistemas Viários.....	3.6.5-562
g. Aumento do Tráfego de Veículos.....	3.6.5-562
h. Estruturas Portuárias e Rodoviárias .....	3.6.5-567
i. Critérios de Indenização e de Constituição da Faixa de Servidão .....	3.6.5-568
3.6.5.8 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e de Lazer – All/AID .....	3.6.5-568
a. Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico – All/AID .....	3.6.5-568
b. Recomendações do IPHAN para os Estudos Arqueológicos.....	3.6.5-619
c. Identificação de Instituições Públicas e Privadas Locais e Regionais Envolvidas com o Patrimônio Histórico-Cultural.....	3.6.5-619
d. Atividades Turísticas e de Lazer e as Potenciais Interferências do Empreendimento – AID.....	3.6.5-619

e.	Resquílios da Linha Telegráfica Cuiabá-Santo Antônio do Madeira .....	3.6.5-620
f.	Glossário de Verbetes Etimológicos da Toponímia Regional .....	3.6.5-635
3.6.6	Caracterização das Intervenções e Implicações Decorrentes dos Aspectos Construtivos do Empreendimento .....	3.6.6-1
3.6.6.1	Desenvolvimento Regional .....	3.6.6-1
a.	Rede de Distribuição e Identificação do Consumidor Final a ser Atendido .....	3.6.6-1
b.	“Efeito Multiplicador” do Empreendimento sobre o Uso dos Recursos Naturais da Região Atravessada.....	3.6.6-6
c.	Alternativas de Suprimento de Energia Elétrica: Justificativas Técnicas .....	3.6.6-7
d.	Estimativa da Redução de Consumo de Combustíveis Fósseis e de Emissões Atmosféricas Decorrentes da Queima desses Combustíveis ....	3.6.6-9
e.	Previsão de Perda de Arrecadação Tributária Estadual pela Redução do Consumo de Óleo Diesel nas Usinas Termoelétricas .....	3.6.6-9
3.6.6.2	No Território (Dinâmica e Gestão Territorial).....	3.6.6.11
a.	Prognóstico dos Cenários Prováveis de Ocupação do Território – AID/AII.....	3.6.6-11
b.	Condições Socioeconômicas e Efeito “Espinha de Peixe” .....	3.6.6-13
3.6.6.3	Quanto à Saúde Pública e Corporativa, Segurança Pública e Mobilidade Urbana .....	3.6.6.16
a.	Logística de Saúde das Frentes de Obras e Ações de Controle.....	3.6.6-16
3.6.6.4	No Âmbito das Unidades de Conservação .....	3.6.6.20
a.	Procedimentos Construtivos Especiais em UCs ou em suas ZAs.....	3.6.6-20

## **VOLUME 4/5 – ANÁLISE INTEGRADA, IMPACTOS, MEDIDAS E PROGRAMAS**

3.6.7	Análise Integrada .....	3.6.7-1
3.6.7.1	Introdução .....	3.6.7-1

3.6.7.2	Integração de Meios e Sensibilidade Ambiental.....	3.6.7-1
a.	Considerações Iniciais.....	3.6.7-1
b.	Aspectos Metodológicos .....	3.6.7-1
3.6.7.3	Síntese da Análise Integrada.....	3.6.7-7
a.	Conceituação e Resultados .....	3.6.7-7
b.	Recomendações .....	3.6.7-9
3.6.8	Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais .....	3.6.8-1
a.	Metodologia de Avaliação de Impactos .....	3.6.8-1
b.	Mapeamento da Abrangência de Impactos Ambientais.....	3.6.8-10
c.	Efeitos Cumulativos e Sinérgicos com outros Empreendimentos .....	3.6.8-15
d.	Mudanças Significativas do Projeto no Meio Ambiente (Físico, Biótico e Socioeconômico) .....	3.6.8-20
e.	Resultados – Descrição, Valoração e Síntese dos Impactos .....	3.6.8-23
f.	Síntese Conclusiva dos Impactos Ambientais Relevantes .....	3.6.8-94
3.6.9	Medidas Mitigadoras e Programas Ambientais.....	3.6.9-1
a.	Identificação de Medidas e Programas Ambientais.....	3.6.9-1
b.	Programas Propostos .....	3.6.9-14
c.	Estruturação dos Programas.....	3.6.9-14
d.	Diretrizes Ambientais para Construção das Diferentes Obras Inerentes ao Empreendimento .....	3.6.9-14
e.	Medidas de Compensação Ambiental .....	3.6.9-14
f.	Medidas Específicas de Resgate e Manejo de Fauna .....	3.6.9-15
g.	Participação das Comunidades Diretamente Afetadas e de Parcerias Institucionais, visando a Inserção Regional do Empreendimento.....	3.6.9-15
h.	Medidas Mitigadoras e Compensatórias e Ações de Fomento ao Desenvolvimento Regional .....	3.6.9-16
i.	Programas e Medidas de Controle Ambiental Relacionados ao Meio Físico.....	3.6.9-16
j.	Programa de Gestão Territorial da Futura Faixa de Servidão e demais Áreas Abertas para Instalação do Empreendimento.....	3.6.9-17
k.	Propostas de Promoção do Incremento e/ou Melhoria das Estruturas e Serviços Médicos de Pronto-Atendimento e Pronto-Socorro, entre outros serviços..	3.6.9-17
l.	Propostas de Promoção do Incremento e/ou Melhoria da Infraestrutura e dos Serviços de Segurança Pública junto aos Pontos de Apoio Logístico do Empreendimento (canteiro de obras, cidades, vilas, comunidades).....	3.6.9-18

m. Programa de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana .....	3.6.9-19
n. Planos e Programas.....	3.6.9-19
3.6.10 Prognóstico Ambiental.....	3.6.10-1
3.6.10.1 A Região sem o Empreendimento.....	3.6.10-1
3.6.10.2 A Região com o Empreendimento .....	3.6.10-1
3.6.11 Conclusão .....	3.6.11-1
3.6.12 Bibliografia .....	3.6.12-1
3.6.12.1 Meio Físico .....	3.6.12-1
3.6.12.2 Meio Biótico.....	3.6.12-8
3.6.12.3 Meio Socioeconômico .....	3.6.12-23
3.6.12.4 Geral.....	3.6.12-41
3.6.13 Glossário .....	3.6.13-1
3.6.14 Equipe Técnica .....	3.6.14-1
3.6.14.1 Responsáveis pelos Estudos .....	3.6.14-1
3.6.14.2 Equipe de Apoio.....	3.6.14-4
3.6.14.3 Equipe de Auxiliares Técnicos .....	3.6.14-7
3.6.15 Anexos	
3.6.15.1 Anexo A - Plano Ambiental para a Construção – PAC	
3.6.15.2 Anexo B – Planos de Trabalho	
3.6.15.3 Anexo C – Termo de Referência	
4. Orientações para a Apresentação das Informações .....	4-1
4.1 Encaminhamento de Documentação Complementar.....	4-2
4.2 Normas e Padrões para Produtos Cartográficos .....	4-3
4.2.1 Padrões Gerais .....	4-3
4.2.2 Imagens.....	4-7
4.2.3 Planos de Informação.....	4-9
4.2.4 Atributos .....	4-9
4.2.5 Legenda.....	4-9
4.2.6 Escala.....	4-10
4.2.7 Produção Cartográfica e Base de Dados .....	4-10

**VOLUME 5/5 – ILUSTRAÇÕES<sup>(1)</sup>**

- **ILUSTRAÇÃO 6 – CARTA-IMAGEM DE SATÉLITE – 1:100.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 7 – GEOLOGIA - 1:250.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 8 – GEOMORFOLOGIA - 1:250.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 9 – PEDOLOGIA - 1:250.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 10 – SUSCETIBILIDADE À EROSÃO -1:250.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 11 – PROCESSOS MINERÁRIOS – DNPM - 1:250.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 12 – RECURSOS HÍDRICOS – 1:250.000**
- **ILUSTRAÇÃO 13 – COBERTURA VEGETAL, USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS - 1:100.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 14 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE INTERESSE CONSERVACIONISTA - 1:250.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 15 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS - 1:1.000.000**
- **ILUSTRAÇÃO 16 – PONTOS E ÁREAS NOTÁVEIS - 1:50.000.**
- **ILUSTRAÇÃO 17 – INTEGRAÇÃO DE MEIOS E SENSIBILIDADE AMBIENTAL - 1:250.000**
- **ILUSTRAÇÃO 18 – SÍNTESE DOS IMPACTOS E PROGRAMAS – AID/AII -1:250.000**

**Nota:**

**(1)** As **Ilustrações 1** – Localização e Acessos; **2** – Inserção Regional do Empreendimento / Principais Elementos do Contexto Macro-Regional; **3** – Infraestrutura de Apoio e Logística; **4 (4A1, 4A2, 4B1, 4B2, 4C1, 4C2, 4D)**, referentes às Alternativas Locacionais e **5** – Áreas de Abrangência e de Influência são apresentadas no **Volume 1/5**, de forma associada aos textos,

### **3.6.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO**

#### **3.6.5.1 Considerações Gerais – AAR/AII/AID**

A Linha de Transmissão (LT) 230kV Jauru – Porto Velho C3 está associada ao Sistema de Transmissão denominado Pré-Madeira, que interligará eletricamente as Subestações (SE) existentes de Jauru, no Estado de Mato Grosso, com as SEs de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho I, no Estado de Rondônia, atravessando o território de 22 municípios, onde impactos positivos e negativos poderão ocorrer em decorrência desse empreendimento.

O estudo da Área de Abrangência Regional (AAR), proposta no Termo de Referência do IBAMA (**subitem 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos – AAR**), considerou os Estados de Mato Grosso e Rondônia, interceptados pela futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, e, também, o Estado do Acre, que integra a Amazônia Legal, no intuito de possibilitar uma avaliação dos efeitos cumulativos do projeto em relação aos demais empreendimentos existentes ou em estudo na região.

Essa análise consistiu, basicamente, na descrição do desenvolvimento e povoamento da região e no levantamento dos programas e projetos transnacionais e nacionais de infraestrutura previstos e em implantação na AAR. Também será apresentada uma análise das diretrizes estabelecidas para a região, no âmbito dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) e as implicações decorrentes da implantação do empreendimento no contexto desses zoneamentos.

Para a elaboração do diagnóstico da AAR, foi realizada exaustiva pesquisa bibliográfica, tendo-se consultado publicações diversas, trabalhos acadêmicos, artigos, planos governamentais, material cartográfico e informações disponíveis em *sites* de instituições governamentais e empresas.

No caso do diagnóstico da Área de Influência Indireta (AII), foram levantadas e sistematizadas informações coletadas em fontes primárias e secundárias dos 22 municípios que serão interceptados pela LT (6 no Estado de Mato Grosso e 16 no Estado de Rondônia).

As fontes primárias foram levantadas durante a realização de pesquisa de campo, de 21 de junho a 23 de julho de 2010, quando foram percorridas as Prefeituras de Jauru, Vale de São Domingos, Pontes de Lacerda, Conquista d'Oeste, Nova Lacerda e Comodoro, no Estado de Mato Grosso, e Vilhena, Chupinguaia, Pimenta Bueno, Cacoal, Ministro Andreazza, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Theobroma, Ariquemes, Rio Crespo, Cujubim, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Por meio de entrevistas com representantes do Poder Público em diferentes Secretarias Municipais, a equipe de Socioeconomia coletou informações e materiais



disponíveis de cada município da All, que permitiram identificar o processo de ocupação do território em estudo, as motivações culturais, políticas e econômicas, o conhecimento do atual uso e ocupação do solo, a estrutura produtiva da região, as condições da infraestrutura e dos serviços em geral (educação, saúde, saneamento básico e outros), os instrumentos de gestão e planejamento municipal (Lei Orgânica, Plano Diretor, leis de uso e ocupação do solo), as organizações sociais, o turismo, a cultura e o lazer.

As fontes secundárias que serviram de base à elaboração do diagnóstico da All foram encontradas nos *sites* oficiais dos órgãos responsáveis pela consolidação dos dados estatísticos municipais, sendo os principais: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a base de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES) e o Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Instituto Socioambiental (ISA), órgãos e instituições estaduais, tais como o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (CEMAT), Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON) (atual Eletrobrás Distribuição Rondônia), entre outros.

A utilização de dados primários e secundários foi relevante, com a associação dos trabalhos de escritório e de campo, permitindo uma visão global das características socioeconômicas da All e da região no entorno do empreendimento. As descrições apresentadas referentes à All são resultado do cruzamento analítico de todo o conjunto desses dados.

A elaboração do diagnóstico da Área de Influência Direta (AID) foi subsidiada por campanha de campo, realizada no período de 7 de junho a 2 de julho de 2010. A equipe percorreu todo o traçado da LT, observando as modalidades de ocupação vigentes, a organização e a dinâmica populacional do território e, principalmente, os modos de vida presentes nos locais com ocupação humana. Foram, também, verificadas as atividades econômicas desenvolvidas em um corredor de estudo socioeconômico de 1km (500m para cada lado da futura LT). Vale destacar que, em consonância com o **tópico 3.6.5.6.a** do TR, nos trechos de travessias de rios, foi considerado um corredor de estudo de 10km (5km para cada lado da diretriz do traçado), no intuito de identificar e mapear a existência ou não de comunidades ribeirinhas. Complementarmente, em entrevistas informais, foram coletadas informações da população local acerca da infraestrutura e dos serviços disponíveis.

A análise da existência ou não de Terras Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos e outras Populações Tradicionais nas Áreas de Influência Indireta e Direta da LT foi realizada por meio de consultas institucionais e bibliográficas, além de pesquisa de campo nos períodos citados.

Foram encaminhadas consultas à Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA), da Fundação Cultural Palmares (FCP). A identificação das Populações Tradicionais foi realizada, além da pesquisa de campo, por meio de consultas às Prefeituras Municipais.

No levantamento do Patrimônio Arqueológico, procedeu-se ao estudo do contexto arqueológico da região, por meio de identificação de fontes secundárias, além de observações de campo (diagnóstico visual). Esse diagnóstico visa atender às exigências legais, determinadas por um conjunto de leis e portarias que regem a matéria: Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 3.924/61, Resoluções CONAMA nºs 001/86 e 237/97, Portarias IPHAN nºs 07/88 e 230/2002, dentre outras.

Já o levantamento do Patrimônio Histórico, Cultural e do Turismo e Lazer na região do empreendimento foi realizado durante a campanha de campo, nas sedes das Prefeituras e, também, em consultas bibliográficas e *sites* afins.

### **3.6.5.2 Aspectos Geopolíticos – AAR**

#### **a. Histórico Geopolítico Regional**

A Área de Abrangência Regional abarca três (Mato Grosso, Rondônia e Acre) dos nove estados da Amazônia Legal, conceito definido pelo Governo Brasileiro para planejar e promover o desenvolvimento dessa região. Na sua delimitação, há um determinante geográfico: a Amazônia Legal abrange os estados pertencentes à bacia Amazônica que possuem, em seu território, trechos da Floresta Amazônica, e reúne regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais. Os estados que compõem a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W).

Historicamente, a dinâmica demográfica da Amazônia esteve sempre condicionada aos períodos de prosperidade e decadência, que eram acompanhados de fluxos e refluxos de população, fruto de sua frágil base econômica extrativista. Contudo, foi somente a partir de 1970, com a implementação de um conjunto de políticas de desenvolvimento na Amazônia, que se imprimiu uma nova configuração ao seu processo de ocupação econômica e demográfica.

Nesse sentido, o padrão de povoamento regional, tradicionalmente fundamentado na circulação fluvial, sofreu alterações estruturais substantivas, como decorrência do processo de ocupação econômica verificado. As rodovias atraíram o povoamento para a terra firme e para novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta e, sob o influxo da nova circulação, a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais (SUDAM, 2010).

## **(1) 1ª Fase – Início da Ocupação do Território**

A apropriação das terras e riquezas na Amazônia foi motivada, no início da colonização, pela captura de indígenas, pelo corte de madeiras nobres, pela coleta de especiarias e pela mineração do ouro aluvial e de diamantes.

Na Amazônia, as especiarias foram os primeiros produtos valorizados pelos europeus, tais como canela, cravo, anil, baunilha, raízes, sementes oleaginosas e salsaparrilha, dentre outras, chamadas “drogas do sertão”. A organização desse extrativismo se fez com auxílio das missões religiosas no vale do Amazonas, ainda no século XVII, que aldeavam os índios para utilizá-los como mão de obra e catequizá-los, chegando a cerca de 50 aldeamentos ou missões ao fim do século XVIII. O ciclo das drogas do sertão entrou em decadência em meados do século XVIII, com a desarticulação do sistema missionário (BECKER & STENNER, 2008).

Em Mato Grosso, a descoberta de ouro nas minas de Cuiabá e nas proximidades do rio Guaporé, no início do século XVIII (1718), efetivou o processo de ocupação iniciado anteriormente pelos bandeirantes, que entravam pelo interior para capturar indígenas. O sonho do ouro provocou a afluência de bandeirantes paulistas e paraenses por duas vias fluviais: a Tietê-Paraná-Paraguai-Guaporé, pelo sul, e a Amazonas-Madeira-Guaporé, pelo norte, resultando em um processo de povoamento em torno dos núcleos de garimpagem. Em 1746, foi criada a capitania de Mato Grosso e Cuiabá. No final do século XVIII, o ouro de aluvião começou a se esgotar e houve um declínio econômico acentuado.

No início do século XIX, a mineração de diamantes ganhou destaque, especialmente no município de Diamantino, em Mato Grosso, estendendo a ocupação para o norte do território do estado.

## **(2) 2ª Fase – A Exploração da Borracha, a Estrada de Ferro e a Comissão Rondon**

O ciclo da borracha, entre 1850 e 1920 (1º ciclo), motivado pela demanda industrial em larga escala, com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, modificou o processo de povoamento, a sociedade, a política e o modelo de exploração econômica da Amazônia. No final do século XIX, o Brasil tornou-se o maior fornecedor mundial de borracha. Entre 1901 e 1910, a exportação de borracha alcançou 34.500 toneladas (com destaque para a região dos altos rios Purus e Juruá, na Amazônia Ocidental). Em 1910, a borracha foi responsável por 40% das exportações brasileiras (BAER, 2002).

As regiões foram sendo povoadas através da formação de uma cadeia produtiva que se iniciava na floresta e era transportada, via fluvial, até os portos concentradores da produção dos vales dos rios Madeira, Guaporé, Ji-Paraná, Mamoré e Jamari, como Belém e Manaus, de onde era exportada para os Estados Unidos e para a Europa.

Houve um intenso processo migratório de nordestinos para extrair a borracha silvestre, incentivado pelo Governo, e que coincidiu com sucessivas secas que assolaram a Região Nordeste nos fins do século XIX. Entre 1890 e 1921, estima-se a migração entre 150 e 300 mil nordestinos para terras do vale dos rios Madeira, Abunã, Machado, Preto, Jamari, Candeias, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e também para terras bolivianas e peruanas. O regime de exploração estava baseado na escravidão do débito pelo sistema de aviamento<sup>1</sup>.

No início do século XX, já com o Brasil Republicano, ocorreu um conflito entre o Brasil e a Bolívia, com relação à posse do território acreano, onde se concentrava a maior produção de borracha silvestre nativa da Amazônia, que era povoada por seringueiros, principalmente nordestinos. O conflito só foi resolvido com o Tratado de Petrópolis, em 1903, que anexou o Acre ao espaço geográfico brasileiro mediante uma indenização de 2 milhões de libras e o compromisso de construir uma estrada de ferro que permitisse o acesso da Bolívia ao rio Madeira e, portanto, ao rio Amazonas e ao oceano Atlântico. Nascia assim o projeto de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Entre 1907 e 1912, foi implantada essa estrada de ferro, com 364km entre as atuais cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, em Rondônia. À época, ficou conhecida como a "Ferrovia do Diabo", em virtude da morte de milhares de trabalhadores durante a construção (estima-se que morreram 6.000 trabalhadores em 30.000 homens arregimentados das mais variadas nacionalidades), causada, sobretudo, por doenças tropicais.

No mesmo ano (1907) em que se iniciava a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, foi criada a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, comandada pelo militar Cândido Mariano da Silva Rondon. A Comissão Rondon, como ficou conhecida, teve a incumbência de instalar linhas telegráficas partindo de Cuiabá até a vila Santo Antônio do Rio Madeira, estendendo-se até Guajará-Mirim, prosseguindo até o Acre e, finalmente, até a cidade de Manaus. Entre 1907 e 1915, foi implantada a linha telegráfica, tendo a extensão de, aproximadamente, 1.786km entre Cuiabá e Santo Antônio do Rio Madeira (próximo à atual cidade de Porto Velho) e Guajará-Mirim, não chegando ao Acre como previsto.

Tanto a ferrovia como a Comissão Rondon faziam parte de um projeto do então recém-instaurado regime republicano de integração do interior do País com a economia mundial, através da utilização de novas tecnologias de comunicação e da ferrovia de escoamento da produção de látex para exportação.

Depois da grande demanda pela borracha, em 1910, a produção nativa da Amazônia não suportou a competição com a borracha cultivada no Sudeste Asiático, na África e na América Central, entrando em decadência. Assim, o fim do ciclo da borracha

---

<sup>1</sup> Sistema de Aviamento foi o mecanismo de prender o trabalhador dos seringais por meio de uma dívida interminável na medida em que o valor de sua produção era, quase sempre, inferior à quantia devida aos "patrões dos seringais" em mantimentos, ferramentas, utensílios, roupas, armas e remédios, adiantados como aviação.

coincidiu, em Rondônia, com a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e das linhas telegráficas.

A principal razão da existência da ferrovia era escoar a produção de borracha por terra. A ferrovia chegou atrasada em relação ao ciclo da borracha. Em 1931, o consórcio anglo-canadense da ferrovia decidiu encerrar suas atividades no Brasil, paralisando o sistema de transporte na região, comprometendo o comércio e os serviços, gerando muito desemprego. O Governo Vargas, então, nacionalizou a empresa, no mesmo ano. Por outro lado, logo que finalizada, a linha telegráfica entrou em desuso devido às modificações tecnológicas com as transmissões do radiotelégrafo.

Em maio de 1966, depois de 54 anos de atividades, praticamente acumulando prejuízos durante todo esse tempo, a EFMM foi desativada por determinação do então Presidente da República. A ferrovia deveria ser, porém, substituída por uma rodovia, a fim de que não se configurassem rompimento e descumprimento do acordo celebrado em Petrópolis, em 1903. Tal rodovia materializou-se nas atuais BR-425 e BR-364, que ligam Porto Velho a Guajará-Mirim. Em 1972, as máquinas da EFMM apitaram pela última vez.

Apesar desses percalços, herdou-se o povoamento já que estimulou a urbanização, o comércio e os serviços das estações de Porto Velho e Guajará-Mirim, no caso da ferrovia, e nas estações telegráficas, onde se implantaram núcleos populacionais.

Os postos telegráficos instalados pelo então “atual” Estado de Rondônia foram: Vilhena, com ramal até a foz do rio Corumbiara, na margem direita do rio Guaporé; José Bonifácio; Barão de Melgaço; Pimenta Bueno; Presidente Hermes (atual Presidente Médici); Presidente Afonso Pena (atual Ji-Paraná); Jaru; Ariquemes; Caritiana; Curitiba (Rio Preto); Bom Futuro (rio Jamari); Jamari (cachoeira do Samuel); Santo Antônio do Rio Madeira; Jaci-Paraná; Abunã e Guajará-Mirim.

Nos anos 20 e 30 do século XX, o 1º ciclo da borracha entrou em decadência, e a falta de perspectiva econômica provocou um elevado êxodo populacional.

### **(3) 3ª Fase – A Implantação de Infraestrutura e o 2º Ciclo da Borracha**

Uma terceira fase da ocupação da região caracterizou-se pela inserção na economia de mercado impulsionada pela implantação de infraestrutura e por projetos de colonização das esferas governamental ou privada.

Em meados de 1940, o Presidente Getúlio Vargas definiu uma política interna de povoamento e controle das áreas desabitadas do interior do Brasil, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, e lançou a campanha “Marcha para o Oeste”, objetivando implementar uma nova política de investimentos e de povoamento, com abertura de vias e implantação de uma política agrícola como alternativa aos seringais desativados.

A construção da Rodovia BR-364, iniciada em 1932, a partir de Porto Velho, foi retomada em 1941, com a autorização do Presidente Getúlio Vargas para a execução de uma estrada

de penetração no trecho Cuiabá–Vilhena. Nesse mesmo ano, o então Presidente inaugurou a Usina Termoelétrica da Madeira-Mamoré.

Entre 1942 e 1945, os seringais amazônicos e mato-grossenses foram revitalizados para suprir, emergencialmente, a produção de borracha silvestre em larga escala, uma vez que os seringais da Malásia, Cingapura, Índia, Sumatra e ilhas de Java foram invadidos pelos japoneses na 2ª Guerra Mundial, cortando o fornecimento de borracha aos Aliados (2º ciclo da borracha). Várias instituições foram criadas sob os auspícios do Governo norte-americano para dar suporte à produção e controlar o sistema extrativo, produtivo e exportador de borracha silvestre: foi implantado o Banco de Crédito da Borracha (BCB), para o fomento e compra da produção; foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), mantido pela Fundação Rockefeller para combater as endemias, outras doenças, e promover o saneamento; foram implantados aeroportos para escoamento da produção; foram criados a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), para o fomento de víveres aos seringais, e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), encarregado de recrutar do Nordeste os “Soldados da Borracha” e conduzi-los à Amazônia.

Nesse contexto, os serviços de transporte da EFMM e os sistemas de navegação dos rios Madeira, Guaporé, Mamoré, Juary e Ji-Paraná foram reativados para escoamento da produção. Além disso, o comércio se fortaleceu, a incipiente produção agrícola cresceu e houve uma modernização da infraestrutura.

Com o final da 2ª Guerra Mundial, a Amazônia deixou de fazer parte do esforço de guerra. Foram retirados os recursos antes enviados para a região, uma vez que foi restabelecida a produção dos seringais das colônias asiáticas dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda. Mais uma vez, chegou ao fim o modelo exportador da borracha.

Desse período, resultou a criação do Território Federal de Guaporé (futuro Estado de Rondônia), em 13/09/1943, com terras desmembradas dos Estados de Mato Grosso e Amazonas, já com organização social e estrutura político-administrativa montada. Sua base econômica não estava tão dependente do modelo exportador de borracha do 1º ciclo. Em 1947, foram criadas as colônias agrícolas de fronteira, novo sistema produtivo ligado à agricultura familiar (modelo de agrovilas), com o objetivo de absorver trabalhadores dos seringais e atrair agricultores sem terra do Nordeste. Essas agrovilas se estabeleceram principalmente próximo às cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim.

No início dos anos 50, a descoberta de diamantes no rio Ji-Paraná (ou rio Machado) e em seus afluentes atraiu milhares de garimpeiros, comerciantes na porção central do território de Rondônia, onde hoje estão as cidades de Ji-Paraná (antiga localidade Rondônia) e Pimenta Bueno, deslocando o foco dos investimentos da área de influência da Ferrovia Madeira-Mamoré para o centro do Território de Guaporé.

Em 1955, foram descobertos veios de cassiterita no rio Ji-Paraná em área do atual município de Machadinho do Oeste. Outras áreas desse minério de estanho foram descobertas (1958), aprofundando o processo de povoamento nas microrregiões de Porto Velho, Guajará-Mirim e Ariquemes. No final da década de 1970, no norte do Amazonas (mina de Pitinga), em terra indígena dos Waimiri Atroari, foi descoberta grande reserva de cassiterita. Em 1987, foi criado o Garimpo Bom Futuro, de cassiterita, em Ariquemes, ainda em atividade.

A cassiterita é um minério do qual se extrai o estanho, de grande valor comercial, como revestimento de folhas de aço para fabricação de embalagens e para soldar juntas de tubulações e circuitos eletrônicos.

A cassiterita atraiu milhares de migrantes do Brasil, Bolívia, Peru e dos próprios seringais em direção aos garimpos. No início, a extração do minério era realizada de forma manual. Em 1971, o Ministério das Minas e Energia proibiu a garimpagem manual da cassiterita, destinando as reservas de exploração mecanizada para conglomerados nacionais e internacionais.

A base econômica continuava como extrativa florestal, vegetal e mineral, com exploração do látex, castanha-do-brasil, garimpagem de diamante e cassiterita. Já na segunda metade da década de 1950, a pecuária bovina também começou a se desenvolver nas fazendas.

#### **(4) 4ª Fase – Ampliação da Fronteira Agrícola (Anos 60, 70 e 80)**

No Governo do Presidente Juscelino Kubistcheck, em 1960, foi criada a Comissão Especial de construção da Rodovia BR-029 (Brasília-Acre), atual BR-364, principalmente para escoar a produção de cassiterita, que foi inaugurada em janeiro de 1961. Seu traçado aproveitaria as trilhas abertas pela Comissão Rondon. Nesse Governo, iniciou-se também a implantação da Rodovia Belém-Brasília e foram construídos 22 campos de pouso para envio do maquinário para a construção da BR-029.

Entre 1966 e 1985, já sob o regime militar, efetivou-se o planejamento regional da Amazônia e consolidou-se a presença do Estado na região, tendo como objetivo a aceleração da ocupação regional e a modernização das instituições, dentro de um projeto geopolítico do Estado brasileiro de incorporação e integração desse amplo território, ante as ameaças de sua internacionalização. Em 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e ocorreu a transformação do Banco de Crédito da Borracha (criado por Getúlio Vargas em 1942) no Banco da Amazônia (BASA); em 1967, foi criada a Zona Franca de Manaus, e houve a implantação da “Operação Amazônia”. Os governos militares buscaram promover o desenvolvimento regional baseado em incentivos fiscais e financeiros para atrair o capital privado, na ampliação da infraestrutura de telecomunicações e de estradas e na política de terras como solução para as tensões sociais decorrentes da expulsão de pequenos agricultores no Nordeste e no Sudeste, pela modernização agrícola, na ampliação das áreas de utilização agrícola.

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – I, o PND 1972/74, os Projetos Demonstrativos (PDA), o POLAMAZÔNIA (1974/1980), entre outros planos e projetos governamentais dessa época, resultaram na construção das principais rodovias federais e estaduais (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém) e das principais hidrelétricas da região (Tucuruí e Balbina). Na década de 1970, foram implantados projetos de colonização e, na década de 1980, foram implantados os grandes projetos para utilização dos recursos naturais, como Porto Trombetas (bauxita no Pará), Projeto Carajás (província mineralógica mais rica do mundo — minério de ferro, manganês, cobre, níquel, ouro, bauxita e cassiterita — no Pará) e Projeto Jari (produção de celulose no Pará/Amapá).

A Amazônia passou a ser uma região com conectividade, urbanização e organizações da sociedade civil. Alterou-se seu espaço geográfico, com redes e fluxos transnacionais de circulação e comunicação.

O Programa de Integração Nacional (PIN), iniciado nos anos de 1970, tinha como objetivo ocupar a Amazônia com frentes de colonização e por grandes projetos de exploração de minério do subsolo da região.

Em 1970, o Governo Federal criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), subordinado ao Ministério da Agricultura, para controlar e ordenar a ocupação humana e assentar a população migrada nos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e nos Projetos de Assentamento Dirigido (PAD)<sup>2</sup>, núcleos de colonização oficial que passou a ser executada no Território Federal de Rondônia. O INCRA tinha como meta a organização fundiária, a organização e a promoção agrária.

Em junho de 1970, foi criado o PIC Ouro Preto, próximo à Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná, constituindo a primeira experiência de colonização oficial realizada na Amazônia. O processo de colonização se deu a partir da distribuição gratuita de módulos de terras férteis a migrantes, a maioria deles formada por pequenos produtores rurais sem terra, originários do Sul e do Sudeste do País, expulsos pela mecanização da lavoura, pela substituição do café pela soja, pela introdução da pecuária extensiva e pelas leis trabalhistas no campo.

Em 1971, o Governo autorizou, para a implantação de projetos do INCRA, a posse das terras devolutas localizadas na Rodovia BR-029 (atual BR-364). No mesmo ano, lançou o Programa de Distribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) e criou, em Rondônia: o PIC Sidney Girão, na região de Guajará-Mirim (1971); o PIC Gy-Paraná, com sede na Vila de Cacoal (1972); o PIC Paulo de Assis Ribeiro, na Vila de Vilhena (1973); o PAD Burareiro, na região de Ariquemes, destinado ao cultivo e exploração de cacau em larga escala (1974); o PAD Marechal Dutra, na região de

---

<sup>2</sup> Os PICs deveriam distribuir lotes de até 100ha destinados à agricultura familiar e os PADs seriam terras de 250, 500 a 1.000ha destinadas a monoculturas, como cacau ou para a pecuária.



Ariquemes, com a proposta de fomentar o setor agropecuário; e o PIC Padre Adolpho Roll, em Jaru, desmembrado do PIC Ouro Preto (1975).

Esses projetos ocuparam duas faixas de 100km de largura de cada lado da BR-364 (à exceção do PIC Sidnei Girão, localizado em Guajará-Mirim). Perpendicularmente a essa rodovia, foram abertas “linhas de colonização” em direção à floresta, separadas 4km uma das outras, ao longo das quais os lotes foram divididos, configurando uma ocupação com formato de “espinha de peixe”. Antigos postos telegráficos foram transformados em núcleos desses projetos de distribuição de terras — os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR).

O avanço da migração e sua interiorização espontânea provocaram conflitos agrários em torno da posse da terra em vários municípios de Rondônia, envolvendo os colonos recém-chegados, fazendeiros estabelecidos, grileiros e empresas particulares de colonização. A intensidade da ocupação gerou o desaparecimento de imensas áreas de florestas e a desagregação de várias nações indígenas em pouco tempo. O processo colonizador também gerou nos assentamentos aumento da incidência de doenças endêmicas, como malária, hanseníase e leishmaniose.

Entre 1980 e 1990, ocorreu a extração de ouro no rio Madeira, contribuindo para o povoamento de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, e se expandiu para Jaru, Colorado do Oeste e Humaitá (AM).

## **(5) O POLONOROESTE (1981-1987)**

Na década de 1980, as atenções do planejamento na Amazônia concentraram-se nos Estados de Rondônia e Mato Grosso. Um programa financiado pelo Banco Mundial, denominado Programa Integrado da Região Noroeste (POLONOROESTE), teve início em 1981 e perdurou até 1987. Tinha como objetivos básicos: asfaltar a Rodovia BR-364, no trecho Cuiabá–Porto Velho (que foi inaugurada em 1984); garantir um conjunto de investimentos básicos para atingir o desenvolvimento da Região Noroeste, na área de influência da rodovia; e assegurar a preservação do meio ambiente físico e das comunidades indígenas da região. A primeira fase do Programa compunha-se de três projetos básicos: rodoviário; de desenvolvimento agrícola e proteção ambiental; e de saúde. A segunda fase do POLONOROESTE era constituída pelo Projeto de Desenvolvimento Rural do Estado de Mato Grosso e a terceira e última fase, pelo Projeto de Novos Assentamentos.

No começo da década de 1980, o INCRA implantou em Rondônia os Projetos de Assentamento (PA)<sup>3</sup> para colonização e atração migratória. Com recursos do POLONOROESTE, o Estado de Rondônia (criado em 1981) implantou os

<sup>3</sup> PAs: Machadinho, Urupá, Cujubim, Bom Princípio, São Felipe, Vitória da União, Vale do Jamari, D’Jaru-Aru, Rio Preto-Candeias, Pyrineos, Zeferino, Tancredo Neves, Itapirema, Jatuarana, Verde Seringal, Marcos Freire e Buritis.

Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR)<sup>4</sup>, unidades de administração estadual destinadas ao fomento da atividade rural e ao desenvolvimento urbano.

O POLONOROESTE estimulou ainda mais o desmatamento. O asfaltamento da BR-364 e a construção de estradas vicinais também aprofundaram a penetração agropecuária para o interior da mata, alcançando terras indígenas isoladas, estimulando conflitos entre colonos, pecuaristas e especuladores de terras.

Como processo de correção de rumos do POLONOROESTE, incorporando a ideia de ordenamento territorial numa ótica de sustentabilidade a longo prazo, foi criado, em 1986, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFORO), cuja base foi a 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico. Esse Zoneamento foi instituído em junho de 1988 (Decreto Estadual nº 3.782, ratificado, em dezembro de 1991, pela Lei Complementar nº 052).

Segundo BECKER (2005), dois processos tiveram como marco o ano de 1985. Por um lado, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo inaugurado com Getúlio Vargas, com a intervenção do Estado na economia e no território, sendo o último projeto na Amazônia o Calha Norte<sup>5</sup>. Por outro lado, nesse mesmo ano, um novo processo teve início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando o movimento de resistência das populações locais à expropriação da terra. À crise do Estado e à resistência social, somou-se a pressão ambientalista internacional e nacional para configurar a Amazônia como uma fronteira socioambiental entre 1985 e 1996.

No final de 1988, foi instituído o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza, com *"a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal"*. De todos os programas da Amazônia, esse foi o que propiciou o maior incremento da área de Unidades de Conservação.

## **(6) 5ª Fase – Povoamento Consolidado (dos anos 90 aos dias atuais)**

Nessa fase, foram criados: o Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PP-G7), lançado por ocasião da Rio-92; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1989); o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA (1992) e sua Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal, que vem implementando uma política regional voltada para um novo padrão de desenvolvimento sustentável.

<sup>4</sup> Foram implantados NUARs em: Cacaulândia, Alto Paraíso, Boa Vista (hoje Monte Negro), Cafelândia (hoje Rio Crespo), Teixerópolis, Urupá, Novo Horizonte, Theobroma, Cujubim, Nova Esperança (hoje Corumbiara), Pedra Branca (hoje Governador Jorge Teixeira) e Primavera (hoje Primavera de Rondônia).

<sup>5</sup> O projeto Calha Norte foi iniciado em 1985, no governo do Presidente Sarney. Visava implementar a presença governamental na faixa de fronteira do extremo norte do Brasil (ao norte dos rios Solimões e Amazonas). Essa fronteira apresentava aproximadamente 6.000km de extensão e 150km de largura, equivalente a 14% do território nacional brasileiro, possuindo então 1% da população. Os países limítrofes ao Brasil nessa fronteira eram: Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Além da vigilância dessa região, o Programa deveria promover o saneamento básico, educação, saúde, energia, transporte e defesa.

O lançamento do Programa Brasil em Ação, em 1996, com sua “Agenda de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”, com foco em investimentos em infraestrutura de transporte e energia, ampliado como “Avança Brasil”, para o período 1999-2003, fazia parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro. Ainda em 1996, na tentativa de ampliar a escala de sua atuação, o vetor tecnoecológico de planejamento propôs o Projeto dos Corredores Ecológicos ou de Conservação, no âmbito do PP-G7, que consistiu em estabelecer grandes extensões de corredores formados por um mosaico de unidades de conservação, terras indígenas e reservas florestais privadas (BECKER, 2005). Foram políticas paralelas e conflitantes.

O uso da terra se caracterizava pela manutenção de padrões tradicionais e pela emergência de novos. Por um lado, persistia a reprodução do ciclo expansão da pecuária/exploração da madeira/desflorestamento, porém não mais de forma tão extensiva, concentrando-se nas áreas já povoadas e em frentes de expansão localizadas ao longo dos corredores de povoamento. Por outro lado, duas grandes inovações se verificaram na região: introdução à agricultura capitalizada, principalmente da soja (expansão da produção de Mato Grosso) e econegócios (com produção certificada) de pequenos produtores, seringueiros, índios e grandes investidores. Cresceu o movimento do mercado de créditos de carbono e pela conservação e replantio das florestas (BECKER, 2005).

Não se trata mais de uma fronteira, mas sim de uma área de povoamento consolidado.

## **(7) O PLANAFORO**

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFORO) teve sua origem a partir da identificação dos problemas advindos do intenso processo de migração por que passou o Estado, sobretudo na década de 80. O contrato de empréstimo do projeto foi assinado em 19 de setembro de 1992, entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Brasil, para ser executado pelo Governo do Estado de Rondônia.

O principal objetivo do PLANAFORO é a implementação de ações que possam propiciar o aproveitamento racional dos recursos naturais, de forma a favorecer o desenvolvimento sustentável de Rondônia.

O PLANAFORO é um plano de grande abrangência, estruturado em quatro grandes componentes e 15 subcomponentes, os quais norteiam todo o planejamento das ações demandadas. Está fundamentado no Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, ainda em sua primeira aproximação, o qual definiu a racionalização da ocupação do espaço territorial do estado, possibilitando a melhor utilização dos seus recursos naturais, em consonância com a fertilidade dos solos, e demais fatores de ordem ecológica e socioeconômica.

## **(8) O PRODEAGRO (1992-2002)**

O Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO) foi negociado pelo Governo Federal junto ao Banco Mundial (BIRD) e integrou o Programa Avança Brasil. Teve como origem a reflexão e percepção do Governo a respeito dos impactos ambientais e sociais verificados no processo de ocupação da fronteira agrícola e da análise crítica dos resultados e problemas observados na implantação do POLONOROESTE, plano este que estimulou e facilitou a ocupação de parte dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, com a pavimentação da BR-364, além da abertura de estradas vicinais e da implantação de vários projetos de assentamento de pequenos produtores. À época, esses projetos foram realizados sem o necessário cuidado com as questões ambientais, além de terem causado problemas a partir do contato com populações indígenas e da adaptação dos colonos às condições da área amazônica.

O PRODEAGRO, cujo objetivo era a iniciativa do desenvolvimento sustentável, previu a mobilização de recursos da ordem de US\$285,7 milhões (sendo US\$205 milhões provenientes de empréstimo do BIRD, US\$40,7 milhões da União e US\$40 milhões do Governo do Estado de Mato Grosso). Os investimentos, objeto do PRODEAGRO, seriam realizados em áreas delimitadas de acordo com os estudos de Zoneamento Agroecológico, 1ª Aproximação. A delimitação das áreas foi efetuada, dentre outros, por critérios que possibilitassem: a escolha de espaços caracterizados pela concentração de pequenos produtores; a interiorização da fronteira agrícola, a partir de proposta de reestruturação fundiária capaz de diminuir a tensão sobre a Floresta Amazônica; a demarcação de terras e o apoio às comunidades indígenas; e a conservação ambiental.

Assim, o projeto PRODEAGRO foi estruturado em cinco grandes componentes: a – Zoneamento Agroecológico e Regularização Fundiária; b – Gerenciamento, Proteção e Monitoramento dos Recursos Naturais<sup>6</sup>; c – Desenvolvimento Agroflorestal<sup>7</sup>; d – Serviços de Infraestrutura Econômico-Social; e – Desenvolvimento Institucional.

Segundo avaliação do Governo sobre o PRODEAGRO, houve "um sucesso considerável" no processo de criação de Unidades de Conservação Ambiental pelo Programa. O número de unidades estaduais saltou de 3 para 30, e as unidades federais também

---

<sup>6</sup> O componente "b" englobava o subcomponente b6: Proteção e controle das áreas indígenas e todos os subcomponentes ambientais vinculados à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA/MT), que são: b1 – Manejo sustentado de florestas; b2 – Regularização, racionalização e controle de atividades mineradoras; b3 – Identificação, demarcação e implantação de Unidades de Conservação; b4 – Educação ambiental informal; b5 – Licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental; b7 – Monitoramento da cobertura vegetal, de atividades mineradoras e sensoriamento remoto; b8 – Fortalecimento institucional.

<sup>7</sup> O componente "c" – Desenvolvimento Agroflorestal engloba os seguintes subcomponentes: c1 – Pesquisa Agroflorestal; c2 – Extensão Rural; c3 – Comercialização e Informação de Mercado; c4 – Crédito Rural Alternativo (FUNDAGRO).

registraram um crescimento de 16,6%. Porém, foi justamente no período de abrangência do PRODEAGRO que se verificou o maior índice de desmatamento no estado.

Na área indígena, a parcela reduzida de recursos do PRODEAGRO (2,3% do total de US\$256,434 milhões aplicados) não impediu a execução eficiente de algumas ações importantes, com projetos inovadores que se transformaram em referências nacionais — como o Projeto Tucum e o Projeto Xamã, de educação e saúde indígena, respectivamente, e o de regularização fundiária.

A demarcação de reservas foi ampliada em cerca de 7,8 milhões de hectares, o equivalente a 48,3%, e a regularização de reservas passou de 34 para 51 (50% de acréscimo).

A regularização fundiária foi executada pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) através do Projeto Varredura. Foram emitidos mais de 17 mil títulos definitivos de propriedade, mas nem todos foram necessariamente registrados em cartório.

## **b. Programas e Projetos Transnacionais e Nacionais de Infraestrutura Previstos e em Implantação**

Neste tópico, serão descritos os principais programas e projetos nacionais recentes, dentre os quais: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Amazônia Sustentável (PAS), a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e no Cerrado (PPCDAM e PPCerrado), e os projetos previstos no âmbito do programa de Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

### **(1) O Plano Plurianual (PPA)**

O Plano Plurianual (PPA), instituído pela Constituição Federal de 1988, no artigo 165, parágrafo 1º, atualmente é o mais importante instrumento de planejamento e gestão do Governo Federal Brasileiro.

O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal por um prazo de pelo menos quatro anos, com início a partir do segundo ano do mandato do gestor público até o término do primeiro ano do mandato do gestor que vier a sucedê-lo.

Um primeiro PPA, elaborado para o período 1991-1995, teve como objetivo tão simplesmente cumprir a determinação constitucional, sem efeito algum no estabelecimento de metas econômicas de Governo.

O PPA 1996-1999 trouxe novos conceitos no ordenamento econômico-espacial do Brasil, com a definição de “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, e os “projetos estruturantes”, ao passo que o Programa “Brasil em Ação” agregou ao plano o gerenciamento de grandes empreendimentos estratégicos. Entre os eixos estratégicos de integração, definidos entre os anos de 1999-2002, estavam transporte, energia e telecomunicação, bem como novas tecnologias.

O PPA seguinte, válido para o período 2000-2003, inovou ao introduzir, na administração pública federal, a gestão por resultados, com a adoção de programas, como unidade de gestão, a integração entre o plano, o orçamento e a gestão, e o fortalecimento do conteúdo estratégico por meio do estudo dos eixos. Seu lema foi o “Plano Avança Brasil”.

A essência do PPA 2004-2007 foi a justiça social como nova alavanca do desenvolvimento, com o “Plano Brasil de Todos”. A força-motriz desse processo devia ser a dinâmica das parcerias Estado/Sociedade, público/privado, governamental/não governamental. O setor público induziria à retomada do crescimento econômico, mas a iniciativa privada deveria ter papel importante.

O PPA 2008-2011 responde ao desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais. Esse PPA organiza as ações do Governo em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. Estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo e que são também referências para o setor privado. Como elemento essencial dessa estratégia, considera-se o Plano de Desenvolvimento da Educação.

## **(2) O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2010)**

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo Governo Federal, reúne ações e metas organizadas em um amplo conjunto de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado, bem como prevê a melhoria na qualidade dos gastos públicos, com contenção do crescimento do gasto corrente e aperfeiçoamento da gestão pública. Representa um dos principais instrumentos norteadores do crescimento preconizado pelo Governo Federal no período de 2007 a 2010.

O PAC revela uma ação governamental planejada com vistas à retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do País, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o Governo busca papel de destaque no processo de crescimento, através da indução e do direcionamento dos investimentos e da economia do País, pois torna-se referência para as demais políticas, programas e ações implementados nas três esferas de Governo, haja vista o montante de recursos destinados e os efeitos estruturais que pretende gerar com sua execução.

Trata-se, portanto, de um conjunto articulado de medidas na área econômica, através das quais o Governo estabelece metas para o crescimento (5% ao ano). Para que tais metas sejam atingidas, o Governo propõe um conjunto de medidas que visam enfrentar os pontos identificados como de estrangulamento do crescimento: insuficiência da infraestrutura (principalmente de energia e transportes) e baixo nível de crédito e de recursos para o financiamento dos investimentos, além de aspectos regulatórios, fiscais e tributários. O PAC está dividido em cinco blocos: medidas de investimento em infraestrutura, medidas de estímulo ao crédito e financiamento, investimento institucional,

desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. O portfólio de infraestrutura é o mais importante para o Governo.

O PAC está organizado em três eixos básicos:

- Infraestrutura Logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias);
- Infraestrutura Energética (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis);
- Infraestrutura Social e Urbana (saneamento, habitação, transporte urbano e recursos hídricos).

Dos R\$503,9 bilhões previstos para investimentos no PAC (2007-2010), R\$83,6 bilhões foram destinados à Amazônia Legal com foco nos investimentos em obras de infraestrutura energética, devendo receber 58,7% dos recursos planejados; as áreas de logística e infraestrutura social e urbana vão ficar, respectivamente, com 25,9% e 15,4% dos recursos. A distribuição dos recursos pelos estados da Amazônia Legal e a logística das obras do PAC na Amazônia são apresentadas, respectivamente, no **Quadro 3.6.5-1** e na **Figura 3.6.5-1**, a seguir.

**Quadro 3.6.5-1** – Distribuição dos Recursos pelos Estados da Amazônia Legal

<b>Estados</b>	<b>Recursos</b>	<b>Percentual</b>
Amazonas	8,7	10,41
Pará	12,7	15,19
Mato Grosso	11,6	13,88
Tocantins	18,5	22,13
Maranhão	9,1	10,88
Rondônia	17,9	21,41
Acre	1,3	1,55
Roraima	0,6	0,72
Amapá	3,2	3,83

**Fonte:** BRASIL. Governo, 2010.



**Figura 3.6.5-1** – Obras do PAC – Logística na Região Amazônica  
**Fonte:** NASCIMENTO, 2007.

Os investimentos do PAC no Estado de Mato Grosso somam R\$11,6 bilhões, sendo R\$7 bilhões destinados à infraestrutura de energia, com destaque para o Programa Luz para Todos, R\$3 bilhões para logística e R\$1,6 bilhão para infraestrutura social e urbana, saneamento e habitação. A área logística visa à integração do território do estado e à melhoria de sua interligação com a Região Norte e com São Paulo. Na área energética, serão aplicados na geração e transmissão de energia elétrica e na geração de combustíveis renováveis.

Para a Rondônia, foram destinados R\$17,9 bilhões: 91% para infraestrutura energética, 6,7% para infraestrutura social e urbana e 2,3% para logística. Na área energética, os recursos estão direcionados para a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Rondon II e das linhas de transmissão associadas, e para ampliação da malha do Gasoduto Urucu – Porto Velho. Na área social e urbana, os investimentos são destinados à universalização de acesso à energia e à água, a medidas para neutralizar os impactos urbanos das UHEs do rio Madeira, à 1ª etapa de esgotamento sanitário de Porto Velho, dentre outros projetos. Quanto à logística, o PAC visa melhorar as condições de interligação com as Regiões Norte e Centro-Oeste.



No Acre, foi planejado investir cerca de R\$1,28 bilhão em obras até 2010, sendo 52,93% em infraestrutura logística e 47,61% em infraestrutura social e urbana. No tocante à infraestrutura logística, o principal investimento é a construção e pavimentação da BR-364, ligando os municípios de Sena Madureira a Cruzeiro do Sul, melhorando a interligação interna e regional e contribuindo na redução dos custos do transporte de carga. Atualmente, a construção e as melhorias dessa rodovia estão em andamento.

As obras de infraestrutura social e urbana são direcionadas à universalização do acesso à energia elétrica, abastecimento de água, ampliação da coleta e tratamento de esgotos, drenagem nos igarapés para controle da malária e erradicações de palafitas. Há um projeto de âmbito regional que é a implantação da Linha de Transmissão Rio Branco – Jauru (Interligação Norte – Centro Oeste) que se encontra em licitação.

Considerando que o PAC possui suas ações estruturadas e apresenta informações e indicadores para o planejamento por regiões, serão apresentados no **Quadro 3.6.5-2**, a seguir, aqueles que dizem respeito exclusivamente aos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

**Quadro 3.6.5-2 – PAC – Infraestrutura de Logística, Energia, Social e Urbana – Rondônia e Mato Grosso (2007-2010)**

Tipo	Subtipo (*)	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (Milhões)	Investimento Após 2010 (Milhões)	Estágio Atual
<b>Rondônia</b>					
<b>Infraestrutura Logística</b>					
Hidrovia	Construção de terminais hidroviários	Construção de Terminal Hidroviário. Município: Porto Velho - Cai n'Água	10,1	-	Ação Preparatória
<b>Infraestrutura Energética</b>					
Geração de Energia Elétrica	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	Tabajara	1,4	-	Ação Preparatória
	Usina Hidrelétrica	Jirau	6.440,0	2.760,0	Obra
	Usina Hidrelétrica	Rondon II	73,5		Obra
	Usina Hidrelétrica	Santo Antônio	6.900,0	2.300,0	Obra
<b>Infraestrutura Energética – Empreendimentos Regionais</b>					
	Inventário	Bacia do Rio Aripuanã (AM, MT, RO)	10,2	-	Ação Preparatória
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara (RO, SP)	1.800,0	1.800,0	Ação Preparatória
	Linha de Transmissão	Interligação N – CO (MT, RO)	366,3	-	Licitação de Obra
	Linha de Transmissão	Ji-Paraná – Vilhena (MT, RO)	101,8		Obra
Petróleo e Gás Natural	Gasodutos	Urucu – Porto Velho (AM, RO)	-	-	Em fase de Instalação
<b>Infraestrutura Social e Urbana</b>					
Luz para Todos	Luz para Todos	Universalização do Acesso à Energia Elétrica	230,9	-	Obra
<b>Mato Grosso</b>					
<b>Infraestrutura Logística</b>					
Rodovias	Construção	BR-242/MT - Construção Ribeirão Cascalheira – Sorriso (Km 273,4 a Km 738,4)	200,0	150,0	Ação Preparatória
	Construção	BR-364/MT - Construção e pavimentação (Diamantino – Campo Novo dos Parecís)	260,0	-	Obra
	Duplicação	BR-163-364/MT - Duplicação Rondonópolis – Cuiabá – Posto Gil	540,0	100,0	Obra
	Pavimentação	BR-158/MT - Construção e pavimentação Ribeirão Cascalheira (Entroncamento MT-326) – Divisa MT/PA	400,0	-	Ação Preparatória

Tipo	Subtipo (*)	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (Milhões)	Investimento Após 2010 (Milhões)	Estágio Atual
Rodovias (cont.)	Pavimentação	BR-163/MT - Pavimentação Guarantã do Norte – Divisa MT/PA, incluindo a travessia urbana de Guarantã	39,7	–	Obra
Ferrovia	Construção	Ferronorte - Construção do Trecho Alto Araguaia – Rondonópolis	750,0	–	Ação Preparatória
Aeroporto	Terminal de Passageiro	Cuiabá - Complementação da reforma do terminal de passageiros	25,0	–	Licitação de Obra
<b>Infraestrutura Energética</b>					
Geração de Energia Elétrica	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	Colider	6,9	–	Ação Preparatória
	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	Foz do Apiacás	5,6	–	Ação Preparatória
	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	Magessi	1,1	–	Ação Preparatória
	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	São Manoel	12,1	–	Ação Preparatória
	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	Sinop	12,1	–	Ação Preparatória
	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	Teles Pires	31,1	–	Ação Preparatória
	Pequena Centra Hidrelétrica	Pampeana	118,5	–	Obra
	Usina Hidrelétrica	Água Limpa	0,0	736,0	Ação Preparatória
	Usina Hidrelétrica	Cachoeirão	0,0	147,2	Ação Preparatória
	Usina Hidrelétrica	Dardanelos	760,9	0,0	Obra
	Usina Hidrelétrica	Juruena	63,5	42,3	Ação Preparatória
	Usina Hidrelétrica	Toricoejo	0,0	174,8	Ação Preparatória
Geração de Energia Elétrica – PROINFA	Pequena Central Hidrelétrica	Cidezal	97,6	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Engenheiro José Gelásio da Rocha	62,9	–	Concluída
	Pequena Central Hidrelétrica	Figueirópolis	71,8	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Nhandu	50,0	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Parecis	83,4	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Rochedo	29,7	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Rondon	80,0	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Rondonópolis	60,6	–	Concluída

Tipo	Subtipo (*)	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (Milhões)	Investimento Após 2010 (Milhões)	Estágio Atual
Geração de Energia Elétrica – PROINFA (cont.)	Pequena Central Hidrelétrica	São Tadeu I	49,1	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Sapezal	80,8	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Sete Quedas Alto	59,4	–	Ação Preparatória
	Pequena Central Hidrelétrica	Telegráfica	112,7	–	Obra
	Pequena Central Hidrelétrica	Zé Fernando	101,1	–	Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Juina – Juba	320,9	–	Ação Preparatória
	Linha de Transmissão	Jauru – Cuiabá	175,4	–	Ação Preparatória
	Linha de Transmissão	Juba – Jauru	81,9	–	Licitação de Obra
	Linha de Transmissão	Maggi – Nova Mutum	146,7	–	Licitação de Obra
	Linha de Transmissão	Nova Mutum – Sorriso – Sinop	90,9	–	Ação Preparatória
	Linha de Transmissão	Parecis – Maggi	126,0	–	Ação Preparatória
Combustíveis Renováveis	Biodiesel	ADM	101,1	–	Obra
	Biodiesel	Agrosoja	12,1	–	Concluída
	Biodiesel	COOAMI	1,5	–	Obra
	Biodiesel	Ecomat	4,1	–	Obra
	Biodiesel	Fiagril	0,0	–	Concluída
	Biodiesel	Vale do Verde	1,5	–	Obra
<b>Infraestrutura Social e Urbana</b>					
Luz para Todos	Luz para Todos	Universalização do Acesso à Energia Elétrica (MT)	228,0	–	Obra
<b>Empreendimentos Regionais</b>					
<b>Infraestrutura Logística</b>					
Hidrovia	Dragagem, derrocamento e sinalização	Hidrovia Paraná- Paraguai (MS – MT)	14,0	–	Ação Preparatória
<b>Infraestrutura Energética</b>					
Geração de Energia Elétrica	EVTE - EIA-RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos	São João da Barra (AM, MT)	36,0	–	Ação Preparatória
	Inventário	Bacia do Rio Araguaia (GO, PA, MT, TO)	10,2	–	Ação Preparatória
	Inventário	Bacia do Rio Aripuanã (AM, MT, RO)	10,2	–	Ação Preparatória
	Inventário	Bacia do Rio Juruena (AM, MT)	15,3	–	Ação Preparatória
	Usina Hidrelétrica	Torixoréu (GO, MT)	0,0	–	Ação Preparatória

Tipo	Subtipo (*)	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (Milhões)	Investimento Após 2010 (Milhões)	Estágio Atual
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N – CO (MT, RO)	366,3	–	Licitação de Obra
	Linha de Transmissão	Ji-Paraná – Vilhena (MT, RO)	101,8	–	Obra
Combustíveis Renováveis	Alcooduto e Poliduto	Poliduto Cuiabá (MT) – Paranaguá (PR) (MT, MS, PR, SP)	0,0	–	Ação Preparatória
<b>Acre</b>					
<b>Infraestrutura Logística</b>					
<b>Empreendimentos Exclusivos</b>					
Rodovias	Construção - Rodovias	BR-364/AC - Subtrecho Sena Madureira – Feijó	543,4	–	Em Obra
	Construção - Rodovias	BR-364/AC - Construção – Taruacá – Rio Liberdade	151,0	–	Concluído
	Construção - Rodovias	BR-364/AC - Construção de 5 Pontes	243,00	–	Em Obra
	Construção - Rodovias	Controle de Velocidades	0,3	–	Em Obra
	Construção - Rodovias	Manutenção	17,3	–	Em Obra
	Construção - Rodovias	Manutenção	42,3	–	Concluído
	Construção - Rodovias	Sinalização	0,1	–	Em Obra
	Construção - Rodovias	Sinalização	10,0	–	Concluído
<b>Total</b>			<b>1.007,2</b>	–	–
<b>Infraestrutura Logística</b>					
<b>Empreendimentos Regionais AC,MT,RO</b>					
	Balanças	Balanças – Lote 17	1,3	15,4	Ação Preparatória
<b>Total</b>			<b>1,3</b>	<b>15,5</b>	–
<b>Infraestrutura Energética</b>					
<b>Empreendimentos Regionais</b>					
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamento da Geodiversidade Todos os 27 Estados	8,0	5,0	Em Execução
	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Geológicos Todos os 27 Estados	25,7	33,0	Em Execução
	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais Todos os 27 Estados	18,3	22,0	Em Execução

Tipo	Subtipo (*)	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (Milhões)	Investimento Após 2010 (Milhões)	Estágio Atual
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Geoquímicos Todos os 27 Estados	3,6	5,0	Em Execução
	Levantamentos - Estudo	Levantamentos Hidrogeológicos Todos os 27 Estados	29,6	33,0	Em Execução
Petróleo e Gás Natural	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Acre, Madre de Deus (AC, AM)	52,2	57,0	Em Obra
	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Solimões (AC, AM, RO)	6,9	-	Concluído
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N – CO III (Rio Branco – Jauru) (AC, MT, RO)	419,4	209,6	Em Licitação da Obra
<b>Total</b>			<b>563,6</b>	<b>364,6</b>	-
<b>Infraestrutura Social e Urbana</b>					
<b>Empreendimentos Exclusivos</b>					
Luz para Todos	Luz para Todos	Universalização do Acesso à Energia Elétrica – Meta Original	234,0	-	Em obra
<b>Total</b>			<b>234,0</b>	-	-

Fonte: BRASIL. Governo, 2010

(\*) EVTE = Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica.

Em março de 2010, o Governo lançou o PAC 2, que prevê a continuidade dos investimentos em transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação, com recursos da ordem de R\$1,59 trilhão. As três frentes de infraestrutura contempladas na primeira etapa (Logística, Energética e Social e Urbana) foram divididas em seis grupos: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos; Energia e Transportes.

### **(3) A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22/02/2007, tem como objetivos reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Formulada como política de governo, no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), a ela se juntam as propostas de criação das novas Agências Regionais de Desenvolvimento (SUDAM, SUDENE e SUDECO), a reorientação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) e dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE), os planos e programas de desenvolvimento regional e demais instrumentos e mecanismos de apoio à sua implementação. Não compete apenas ao MI atuar sobre o problema, mas a todo o conjunto do Governo.

Todas as propostas foram organizadas com o aval da sociedade regional, a partir de um amplo processo de participação e consulta local, resultando em ações como: o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PNDE), e os planos específicos de desenvolvimento sustentável para os vales do Jequitinhonha e Mucuri, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido (PDSA), o Plano BR-163 Sustentável e o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

### **(4) O Programa Amazônia Sustentável (PAS) (2003 e 2008)**

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) é um plano do Governo Federal brasileiro, em parceria com os Governos dos Estados da Região Amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), elaborado e articulado pelos Ministérios da Integração Nacional (MI) e de Meio Ambiente (MMA), em busca da institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Concebido em 2003/2004, foi relançado em 2008.

Esse Plano tem como objetivo implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização da potencialidade de seu enorme patrimônio natural e sociocultural. Suas estratégias estão voltadas para a geração de emprego e renda, redução das desigualdades sociais, viabilização das atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, bem como para o uso sustentável dos recursos naturais, com manutenção do equilíbrio ecológico. O PAS adotou rumos mais sociais que outros planos para a região.

O PAS se organiza em torno de cinco grandes eixos temáticos: a – Produção sustentável com inovação e competitividade; b – Gestão ambiental e ordenamento territorial; c – Inclusão social e cidadania; d – Infraestrutura para o desenvolvimento; e – Novo padrão de financiamento.

Suas principais ações são estas:

- expansão e consolidação do sistema de áreas protegidas na Região Amazônica;
- Programa de Proteção às Florestas Tropicais da Amazônia (PPG-7), incluindo, entre outros, apoio a projetos de gestão ambiental na região;
- desenvolvimento ambiental urbano na Amazônia;
- gestão ambiental em terras indígenas na Amazônia.

Além das obras já previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o PAS inclui a chamada Operação Arco Verde, que prevê a destinação de R\$1 bilhão para financiamento de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas na Amazônia.

A integração da Amazônia Sul-americana constitui outro elemento estratégico para o sucesso do PAS, já que é notória a possibilidade de desenvolvimento da região próxima à Região Amazônica. São essenciais o fortalecimento e a participação ativa da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)<sup>8</sup>, com a construção de uma agenda comum com os países vizinhos (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), aprofundando a relação com as comunidades fronteiriças.

Em maio de 2008, o Governo Federal lançou, novamente, o PAS, definindo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como uma das suas grandes gerenciadoras, responsável pela elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), em parceria com os governos estaduais e em consonância com as expectativas dos diversos segmentos sociais.

O PAS – Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, de 2008, contempla, além das contribuições advindas dos governos estaduais e das consultas públicas realizadas em junho de 2006, as diretrizes gerais para as ações estruturantes de desenvolvimento, constantes no PPA 2008-2011 e no PAC, lançado em janeiro de 2007. O PAC, aliás, casa-se coerentemente com as diretrizes estratégicas do PAS, que estabelece a ampliação e melhoria da infraestrutura como um de seus pilares e condição para impulsionar

---

<sup>8</sup> A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) pretende proporcionar a preservação do patrimônio natural da Amazônia através dos princípios de desenvolvimento sustentável. Seus países-membros são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A OTCA surgiu em decorrência do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que foi assinado em 3 de julho de 1978. Os objetivos do tratado são a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais da Amazônia. Em 1995, as oito nações decidiram criar a OTCA para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado. O protocolo de emenda ao TCA foi assinado em Caracas, capital venezuelana, em 14 de dezembro de 1998.



o pleno desenvolvimento econômico e social da Amazônia, tendo necessariamente como pressuposto o planejamento estratégico das obras. Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico e acelerar a regularização fundiária são compromissos do PAS.

#### **(5) A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)**

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é uma estratégia de trabalho conjunto que visa à integração das infraestruturas nacionais de transporte, energia e comunicação, tendo sido estruturada com base nos eixos de integração e desenvolvimento entre os 12 países da América do Sul.

Originado em setembro de 2000, quando foi realizada a primeira reunião de articulação intergovernamental, o Programa constitui-se de várias iniciativas voltadas para o problema da fragmentação da infraestrutura física instalada na região. De acordo com VERDUM (2007): “(...) a história da IIRSA está dividida resumidamente em três momentos: o de fundação (2000-2002), o de planejamento (2003-2004) e o de implementação (2005-2010).”

A coordenação operacional da IIRSA está a cargo da Corporación Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

A base do planejamento são 10 Eixos de Integração da América do Sul que abrangem faixas geográficas de vários países que concentram ou possuem potencial para desenvolver fluxos comerciais significativos, visando formar cadeias produtivas e, assim, estimular o desenvolvimento regional. Os eixos são: Andino, do Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia, Capricórnio, Escudo Guianês, Andino do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Hidrovia Paraná-Paraguai e do Sul. Assim, desde sua criação, a IIRSA persegue alvos prioritários, dentre os quais o de “dotar a região de conexões físicas” — algo que, de fato, praticamente não existe e que dificulta a ampla circulação de pessoas e mercadorias. Cada eixo tem como objetivo econômico dotar a região de infraestrutura para extrair todo tipo de *commodity* (com ênfase em energia, grãos, madeiras e minérios) e exportá-la para os ricos mercados compradores da América do Norte, Europa e Ásia (principalmente, China e Japão) (TAUTZ, 2009).

Como destacado por VERDUM (2007), o Programa encontra-se em fase de implementação (2005-2010) e estrutura-se em Projetos de Grande Escala (PGE), constituídos por 10 Eixos, dentre os quais se destaca o Eixo do Amazonas (III), que visa à criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vistas à exportação.

Dos mais de 500 projetos estratégicos da IIRSA, 31 foram escolhidos como prioritários na Agenda de Implementação Consensual (AIC) (2005-2010), e vários já se encontram em fase de execução (**Quadro 3.6.5-3**). Desse total, 9 (nove) estão sob a responsabilidade ou

têm participação do Brasil. A maior parte das obras previstas pela AIC da IIRSA encontra-se fora do Brasil e, majoritariamente, em áreas fronteiriças.

**Quadro 3.6.5-3** - Relação dos projetos da AIC (2005-2010) do IIRSA

<b>Título do Projeto</b>	<b>Países Envolvidos</b>	<b>Investimento Previsto (milhão US\$)</b>	<b>Tipo de Projeto</b>
1) Duplicação da Rota 14	Argentina	780	Transporte
2) Adequação do Corredor Rio Branco-Montevideo-Colônia-Nueva Palmira	Uruguai	247,5	Transporte
3) Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco	Brasil e Uruguai	35	Transporte
4) Duplicação do Tramo Palhoça-Osório (Rodovia Mercosul)	Brasil	989	Transporte
5) Projeto Ferroviário Los Andes-Mendoza	Argentina e Chile	3.000	Transporte
6) Rota Internacional 60 CH (setor Valparaíso-Los Andes)	Chile	286	Transporte
7) Gasoduto do Nordeste Argentino	Argentina	1.000	Energia
8) Construção da Ponte Binacional Salvador Mazza-Yacuiba	Argentina e Bolívia	10	Transporte
9) Nova Ponte Presidente Franco-Porto Meira e Centro de Fronteira	Brasil e Paraguai	75	Transporte
10) Construção da Estrada Pailón-San José-Puerto Suárez	Bolívia	417	Transporte
11) Anel Ferroviário de São Paulo (Norte e Sul)	Brasil	300	Transporte
12) Posto de Fronteira Infante Rivarola-Cañada Oruro	Bolívia e Paraguai	1,7	Transporte
13) Construção da Estrada Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa	Bolívia	366	Transporte
14) Estrada Toledo-Pisiga	Bolívia	92	Transporte
15) Reabilitação da Estrada Iquique-Colchane	Chile	29	Transporte
16) Reabilitação do Tramo El Sillar	Bolívia	120	Transporte
17) Centro Binacional de Atenção na Fronteira Desaguadero	Bolívia e Peru	7,5	Transporte
18) Posto de Fronteira Cúcuta-San Antonio del Táchira	Colômbia, Equador e Venezuela	4	Transporte
19) Recuperação da Navegabilidade pelo Rio Meta	Colômbia	108	Transporte
20) Estrada Pasto-Mocoa	Colômbia	308	Transporte
21) Estrada Paita-Tarapoto-Yurimaguas, Portos e Centros Logísticos	Peru	628,8	Transporte
22) Estrada Lima-Tingo María-Pucallpa, Portos e Centros Logísticos	Peru	314,2	Transporte
23) Porto Francisco de Orellana	Equador	105,3	Transporte
24) Pavimentação Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari, Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco	Peru	1.342	Transporte
25) Ponte sobre o Rio Acre	Brasil e Peru	12	Transporte
26) Estrada Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown	Brasil e Guiana	25	Transporte
27) Ponte sobre o Rio Takutu	Brasil e Guiana	10	Transporte
28) Estrada Venezuela (Ciudad Guayana)-Guiana (Georgetown)-Suriname (Paramaribo)	Guiana, Suriname e Venezuela	110,8	Transporte
29) Melhorias na Via Nieuw Nickerie-Paramaribo-Albina e junção Internacional sobre o Rio Marowijne	Suriname	50	Transporte
30) Exportação por Envios Postais para PyMES	Todos	2,5	Comunicação
31) Implementação de Acordo de <i>Roaming</i> na América do Sul	Todos	0,4	Comunicação
<b>Total</b>		<b>10.776,2</b>	

**Fonte:** BRASIL. Governo, 2010.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) já está financiando obras integrantes da IIRSA através do PAC, embora o Banco não esteja inserido formalmente nesta Iniciativa. No governo Lula, o BNDES incorporou em sua missão o objetivo estratégico de atuar como instituição financeira da integração sul-americana.

## **(6) A Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)**

Em 2003, a Lei nº 10.683, que estabeleceu as atribuições de cada Ministério, conferiu a responsabilidade sobre o ordenamento territorial aos Ministérios de Integração Nacional (MI) e de Defesa (MD).

Dada a necessidade de coordenação das ações de ordenamento territorial do País, o MI elaborou a proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial (2006), que são diretrizes que servem de referencial para a realização de processos que visam à ordenação dos instrumentos existentes de uma forma orgânica e harmônica entre os diferentes níveis de governo.

As principais políticas públicas com rebatimento espacial são a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), que são definidas dentro de ministérios distintos. As ações dessas políticas, muitas vezes, carecem de articulação e vinculam-se a vários atores que extrapolam a esfera de uma única instituição e não se revestem de uma política de gestão territorial propriamente dita.

## **(7) Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas**

Segundo compromissos nacionais apresentados em dezembro de 2009, durante a 15ª Conferência das Partes (15ª COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Governo brasileiro se comprometeu a reduzir, entre 36,1% e 38,9%, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) projetadas até 2020.

Como instrumento da Política Nacional de Mudança do Clima, a Lei nº 12.187/2009, instituiu os Planos de Controle do Desmatamento por Bioma (Amazônia – PPCDAm, Cerrado – PPCerrado e Caatinga – PPCaatinga). Esses Planos estão organizados em três Eixos: (i) – Ordenamento Territorial e Fundiário; (ii) – Monitoramento e Controle Ambiental; e (iii) – Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis.

Os biomas Amazônia e Cerrado estão presentes na AII do empreendimento e seus Planos de prevenção e controle do desmatamento são descritos a seguir.

### **• Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**

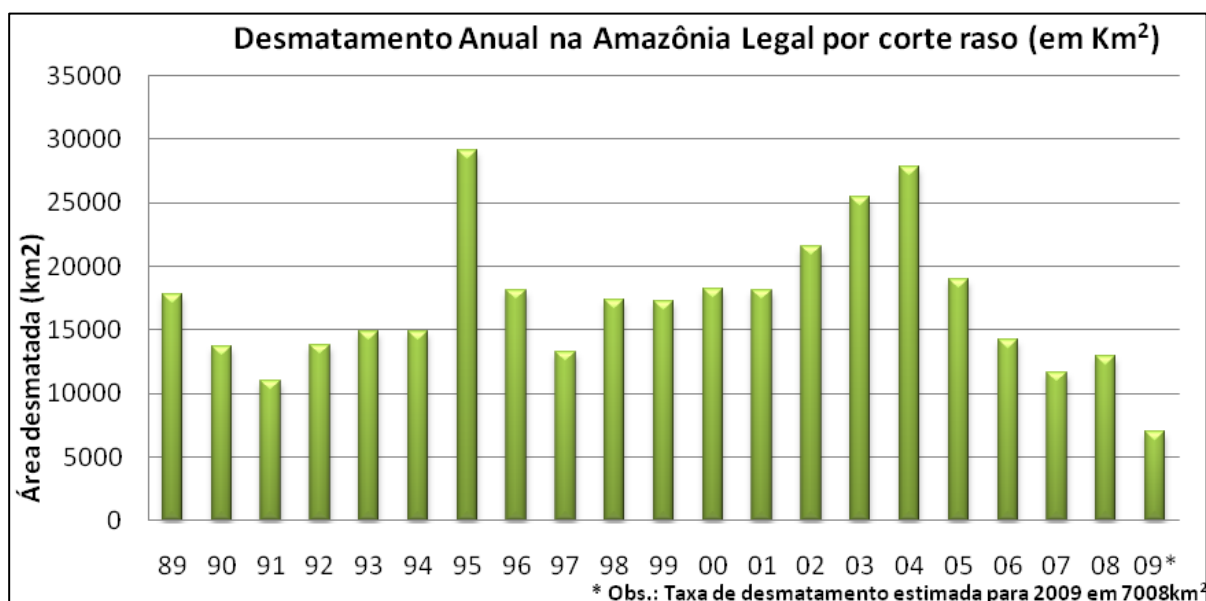
O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), em execução desde 2004, é coordenado pela Casa Civil/PR. Inclui ações de 13 Ministérios, ou seja, é um arranjo de ação governamental cujos resultados contribuíram

significativamente para a queda do desmatamento, obtendo, por exemplo, uma redução de 59% da taxa a ele associada, no período 2005-2007. Assim, o Plano reúne ações para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal e também para viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta.

Este Plano, de março de 2004, se inseriu no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e no Plano Amazônia Sustentável (Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PAS), como estratégia de desenvolvimento regional que orientou os investimentos do PPA 2004-2007 e políticas públicas afins. Atualmente, encontra-se em sua 2ª fase, que corresponde ao triênio 2009-2011. Os principais resultados (2004-2008) foram:

- criação de 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação (UCs) Federais;
- criação de 28 milhões de hectares de UCs Estaduais;
- 10 milhões de hectares em Terras Indígenas (TIs) homologadas;
- inibição de 70 mil Cadastros de Comprovantes de Imóvel Rural (CCIR) – cadastros fraudulentos no INCRA;
- inclusão da PF, PRF e Exército na agenda ambiental;
- aprimoramento do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) e criação do DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real);
- aprimoramento da legislação: Decreto nº 3.179/99, Lei de Gestão de Florestas Públicas, Área sob Limitação Administrativa Provisória (ALAP) em torno da Rodovia BR-319.

O principal indicador é a taxa de desmatamento, conforme **Figura 3.6.5-2**, a seguir.



**Figura 3.6.5-2** – Taxa de desmatamento anual na Amazônia

Fonte: LIMA, 2008.

Ações Estratégicas de Ordenamento Fundiário e Territorial (2009-2011):

- elaboração do Macrozoneamento (MacroZEE) da Amazônia Legal e apoio à elaboração de ZEEs locais;
- Regularização Fundiária de 296 mil posses rurais na Amazônia Legal;
- criação de 6 milhões de hectares de Unidades de Conservação Federais na Amazônia Legal;
- Regularização Fundiária de UCs nas áreas de influência da BR-163 e da BR-319;
- demarcação e homologação de Terras Indígenas.

Em relação ao Fomento das Atividades Sustentáveis:

- Programa de Recuperação Ambiental dos Imóveis (PRO-RECUPERAÇÃO) – Linha especial de crédito no âmbito do FNO, FNE e FCO para a recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, manejo e regularização ambiental na Amazônia Legal;
- difusão de tecnologias para o aumento da produção de alimentos através do incremento de produtividade em áreas abertas;
- apoio à comercialização de produtos do extrativismo, oriundos de Povos e Comunidades Tradicionais.

Para garantir o cumprimento das metas previstas em âmbito nacional no Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCDAm), os Governos estaduais da Amazônia Legal devem elaborar seus planos de combate ao desmatamento, com a orientação do Governo Federal. Com os planos específicos, os estados têm direito a voto nas deliberações do Comitê Orientador do Fundo Amazônia<sup>9</sup> (COFA) (inciso II do artigo 4º do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que criou o Fundo Amazônia). Todos os estados da Amazônia Legal já concluíram seus Planos Estaduais, à exceção de Maranhão e Roraima, os quais se encontram em elaboração.

- **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Bioma Cerrado (PPCERRADO)**

Lançado em setembro de 2009, o Plano apresenta metas consideradas fundamentais para atingir o compromisso nacional estabelecido na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

---

<sup>9</sup> O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.

O Cerrado detém 5% da biodiversidade do planeta e é considerado a savana mais rica do mundo. No entanto, é um dos biomas mais ameaçados do Brasil. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, até 2008, o Cerrado perdeu 47,84% de sua cobertura de vegetação ao se considerar a área original de 204 milhões de hectares, espalhados em 9 (nove) estados brasileiros. As queimadas apresentam uma relação mais direta com o desmatamento. Portanto, as atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais e o uso controlado do fogo fazem parte da estratégia apresentada pelo PPCerrado. Dentre os compromissos assumidos na 15ª COP sobre mudanças do clima, constava o objetivo de reduzir em, pelo menos, 40% as emissões provenientes do desmatamento do Cerrado.

Além da redução da taxa de desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais, o PPCerrado pretende promover, até 2020, a disseminação de práticas silviculturais sustentáveis; o aumento do consumo de carvão de florestas plantadas para produção de ferro gusa; o aumento do volume de recursos disponibilizados em linhas de crédito rural subvencionadas para ações de recuperação de áreas degradadas; o aumento da agilidade das ações de controle e fiscalização do desmatamento; a redução do desmatamento ilegal no entorno e no interior das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas, entre outras metas.

### **c. Diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE dos Estados de Mato Grosso e Rondônia e do Brasil**

O Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE) é um instrumento de planejamento estratégico de ordenamento territorial que, considerando o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ecológica, econômica e social, orienta as tomadas de decisões na gestão territorial sobre o uso dos recursos ambientais e a ocupação do solo (SOUZA, 2008).

Esse Programa deriva da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) (Lei nº 6.938/81), que legalizou a sua criação. A real legitimação de seus objetivos ocorreu por meio do Decreto nº 4.297/2002, alterado pelo Decreto nº 6.288/2007, que regulamenta o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81. O Decreto de 2002 estabeleceu o PZEE como um instrumento técnico e político para o planejamento dos Governos estaduais, no que diz respeito à gestão do território e ao fortalecimento institucional e de participação social.

Desde sua criação, o ZEE possui os seguintes marcos históricos:

- 1981 – Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938) – estabelece o Zoneamento como instrumento de planejamento;

- 1988 – Decreto nº 96.944, de 12 de outubro – criação do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza, que indica o ZEE para todo o território nacional;
- 1990 – criação do Grupo de Trabalho para orientar a execução do ZEE (Decreto nº 99.193); criação da Comissão Coordenadora do ZEE (CCZEE) (Decreto nº 99.540);
- 1991 – criação do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal (PZEEAL);
- 1992 – consolidação da metodologia de Zoneamento do Gerenciamento Costeiro (GERCO); Zoneamento Agroecológico de Mato Grosso, posteriormente denominado Zoneamento 1ª Aproximação, que deu origem à Lei nº 5.993;
- 1994 – início de Zoneamento na Bacia do Alto Paraguai, Mato Grosso e Rondônia;
- 1996 – metodologia SAE-PR/MMA/LAGET-UFRJ para a Amazônia Legal;
- 1998 – início do zoneamento nos Projetos do PP-G7;
- 1999 – extinção da SAE/PR e transferência da coordenação nacional do ZEE para o MMA;
- 2000 – inclusão do ZEE no PPA 2000-2003;
- 2001 – Projeto Piloto – ZEE do Baixo rio Parnaíba; publicação do documento Diretrizes Metodológicas do PZEE; publicação de Decreto s/nº, dispondo sobre a Comissão Coordenadora do ZEE e o Grupo de Trabalho Permanente para execução do ZEE, denominado Consórcio ZEE-Brasil;
- 2002 – publicação do Decreto nº 4.297, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81, estabelecendo critérios para o ZEE; início do projeto ZEE no DF (2004); conclusão do ZEE de Roraima;
- 2003 – assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre MMA/SDS, CODEVASF e Governo do Piauí para execução do ZEE da Bacia do rio Parnaíba; atualização das diretrizes do ZEE e republicação do Programa ZEE;
- 2004 – início das reuniões do GT para integração dos ZEEs dos estados da Amazônia Legal;
- 2005 – aprovação do ZEE de Rondônia no CCZEE;
- 2006 – lançamento do mapa integrado do ZEE dos estados da Amazônia Legal em meio digital; publicação da revisão das diretrizes do ZEE;

- 2007 – aprovação do ZEE do Acre pela CCZEE; publicação do Decreto nº 6.288, que dá nova redação ao art. 6º e acresce outros artigos ao Decreto nº 4.297/02;
- 2008 – conclusão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) de Mato Grosso, 2ª Aproximação;
- 2009 – lançamento do Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Cana-de-Açúcar; aprovação do ZEE da BR-163; início do ZEE das zonas leste e Calha Norte; conclusão do ZEE de Goiás; o Consórcio ZEE Brasil inicia o ZEE regional do Nordeste;
- 2010 – conclusão do projeto de Macrozoneamento (MacroZEE) da Amazônia Legal com apresentação aos governantes estaduais; aprovado pelo Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro.

Este Programa representa a proposta de governo para subsidiar as ações de planejamento socioeconômico e ambiental e do uso do território nacional com bases sustentáveis não-predatórias. Seu valor reside no fato de descartar o tratamento setorial das políticas públicas, partindo de contextos geográficos concretos e integrando territorialmente as políticas.

O ZEE trabalha com a elaboração de diagnósticos e mapas, além da simulação de cenários, tendo como base: (i) as características do solo, clima, vegetação, relevo, recursos minerais, cobertura vegetal, biodiversidade; (ii) os aspectos sociais (demografia, saúde, educação, saneamento), econômicos (renda, produção, infraestrutura), institucionais (participação política, organização social) e culturais, presentes nas áreas escolhidas. Tudo isso para indicar as Unidades de Conservação, apropriadas para Uso Sustentável (Áreas de Proteção Ambiental e Florestas Nacionais, por exemplo) e de Proteção Integral (como os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas), Áreas de Expansão (assentamentos agrários), Áreas de Consolidação (produção agrícola e agropecuária intensiva), bem como Áreas de Recuperação (com uso inadequado às suas reais aptidões).

Em síntese, constitui-se num instrumento técnico e político, dinâmico, cujo objetivo principal é fornecer aos setores público e privado informações necessárias para o planejamento racional da ocupação de um território. De acordo com o Ministério de Meio Ambiente, os princípios norteadores do ZEE são:

- Participativo – os atores sociais devem intervir durante as diversas fases dos trabalhos, desde a concepção até a gestão, com vistas à construção de seus interesses próprios e coletivos. Para que o ZEE seja autêntico, legítimo e realizável;
- Equitativo – igualdade de oportunidade de desenvolvimento para todos os grupos sociais e para as diferentes regiões;



- Sustentável – o uso dos recursos naturais e do meio ambiente deve ser equilibrado, buscando a satisfação das necessidades presentes sem comprometer os recursos para as próximas gerações;
- Holístico – abordagem interdisciplinar para a integração de fatores e processos, considerando a estrutura e a dinâmica ambiental e econômica, bem como os fatores histórico-evolutivos do patrimônio biológico e natural;
- Sistêmico – visão sistêmica que propicie a análise de causa e efeito, permitindo estabelecer as relações de interdependência entre os subsistemas físico-biótico e socioeconômico.

Para elaboração do ZEE, é consenso que há necessidade de realizar diagnósticos socioeconômicos, físico-bióticos e jurídico-institucionais, visando à identificação das potencialidades e fragilidades naturais com indicação de uso de sustentabilidade, otimização de espaços e eventuais redirecionamentos de atividades.

Fornece, portanto, subsídios para orientar as políticas de desenvolvimento socioeconômico dos estados ou municípios, levando em consideração a proteção do meio ambiente e a exploração dos recursos naturais e indicando elementos para a formulação de uma legislação ambiental inovadora, baseada em sistemas de monitoramento e controle ambiental e participativo.

As políticas de desenvolvimento regional, estadual ou municipal devem, por conseguinte, pautar-se na definição de áreas adequadas para cada destinação prevista ou planejada, levando em consideração o uso da terra, a manutenção do equilíbrio do desenvolvimento *versus* conservação, bem como o estudo da implementação de subsídios e/ou impostos para alcançar as metas de desenvolvimento e conservação. Traduzem-se, portanto, em políticas fundiárias, políticas de gestões e subsídios, incentivos políticos, econômicos e sociais, dentre outros.

Esse Programa vem sendo aplicado em algumas regiões prioritárias de determinadas macrorregiões do Brasil, especialmente na Amazônia. Assim, o Programa de ZEE para a Amazônia Legal (PZEEAL) foi estabelecido em 1991 pelo Governo Federal como um dos instrumentos para a racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento de atividades, com capacidade de subsidiar estratégias e ações para a execução de planos regionais, em busca do desenvolvimento sustentável.

O Programa ZEE Brasil<sup>10</sup> apresenta a proposta de trabalho preliminar do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal e a reconhece como

---

<sup>10</sup> O principal objetivo do Programa ZEE Brasil é a execução do MacroZEE Brasil: o zoneamento ecológico-econômico do território brasileiro. O MacroZEE Brasil objetiva contribuir, em curto prazo, para a estruturação de um sistema de planejamento e gerenciamento estratégico do território brasileiro capaz de selecionar e espacializar indicadores

“peça central da estratégia de segurança do espaço nacional”. Parte do princípio de que as políticas de preservação e de desenvolvimento devem ser articuladas à garantia fundamental de manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre ativos estratégicos.

Atualmente, o PZEE atua em duas dimensões: no Projeto ZEE Brasil, executado conjuntamente pelo Consórcio ZEE Brasil/governos estaduais/agentes federais envolvidos, e nos Projetos de ZEEs regionais, executados pelos estados.

### **(1) Macrozoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia Legal**

Recentemente, foi concluída a proposta do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal, apoiada pelos governadores da região, que assinaram a Carta de Porto Velho, em março de 2010. A Carta, contendo metas de melhorias para a Amazônia Legal, possui 10 prioridades, dentre as quais está o macrozoneamento da Amazônia Legal<sup>11</sup>. Os governadores declararam que “todas as ações e investimentos a serem realizados na região devem ser orientados pelo Macrozoneamento da Amazônia Legal” e que o estudo deve ser considerado uma referência estratégica à implementação de políticas e programas que estão promovendo grandes transformações na região (AMBIENTE BRASIL, 2010). O Macrozoneamento da Amazônia Legal se apresenta como uma possibilidade concreta de cooperação entre a União e os estados federados, com suas respectivas instituições, quando se apontam questões e problemas estratégicos para a nação brasileira. Destaca-se, nesse contexto, uma visão multiescalar do planejamento territorial do Brasil como um todo e da Amazônia, o que requer a articulação intergovernamental. A política ambiental deve ser compreendida como transversal e que inscreve novas formas de cooperação no marco do federalismo brasileiro em sua agenda política contemporânea.

Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovado o Decreto nº 7.378, que regulamenta o Macrozoneamento da Amazônia Legal.

No MacroZEE da Amazônia Legal, algumas dimensões territoriais são privilegiadas: as redes de circulação, o sistema de cidades e as cadeias produtivas — onde a alteração do uso e ocupação do território ocorre de forma transversal aos limites das unidades federadas.

---

socioambientais, respondendo, assim, de forma expedita, às questões centrais, envolvendo o uso do território brasileiro na atualidade, assim como projetar a configuração espacial do País em um futuro próximo.

<sup>11</sup> Outras prioridades da Carta de Porto Velho: o projeto Terra Legal, em especial seu modelo de implementação descentralizada; o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia; o Programa Minha Casa, Minha Vida; o Desenvolvimento Econômico Regional; a Interlocução dos Assuntos da Amazônia no Governo Federal; Assuntos Pendentes dos Fóruns Anteriores; Compromisso de liberação de recursos arrecadados pela Suframa; a PEC 315 – 2008 e Investimentos Estratégicos em infraestrutura do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).  
<http://www.tudorondonia.com/ler.php?id=14909>

Por outro lado, aos zoneamentos estaduais cabem as análises e as definições mais diretas quanto ao uso da terra e à questão fundiária e um conceito-chave é o do “território-zona” (formas de povoamento). Ao Macrozoneamento cabe definir estratégias mais abrangentes de estruturação do território amazônico que envolvem, necessariamente, a logística de transporte e a rede de cidades, isto é, o “território-rede”. Nesse caso, são enfatizadas formas diferenciadas de mobilidade em contraposição à fixidez e à estabilidade.

No escopo do Macrozoneamento, está em jogo não só a interpretação da “leitura horizontal” do território (a contiguidade geográfica e as divisões político-administrativas), mas também, e sobretudo, o entendimento dos diversos fluxos (materiais e imateriais) que o transpassam, refletindo os diversos interesses internos e externos aí presentes, nos quais deverão se destacar aqueles inerentes à manutenção da coesão territorial do País.

Destaca-se, ainda, no MacroZEE da Amazônia Legal, o método de trabalho de mapeamento dos vetores territoriais estruturantes do processo de povoamento do território. Como proposta principal, enfatiza a “regionalização privilegiadora da diversidade intra-regional”. Essa, por sua vez, pauta-se: (i) no mapeamento da “ossatura do território” (rede urbana e principais sistemas logísticos) e das intervenções realizadas e propostas para os sistemas logísticos pelo PAC; (ii) no mapeamento das redes traçadas pelos principais agentes econômicos (segmentos agropecuários, madeireiros e minerais) que articulam o sistema urbano e a apropriação da terra no interior da Amazônia; (iii) no mapeamento das diversas territorialidades construídas pelas populações tradicionais (ribeirinhas e quilombolas, por exemplo).

Como destacado pelo Programa ZEE Brasil, “cabe a tentativa de incentivar a construção de um sistema de cidades que contenha distintas especializações econômico-funcionais em relação às quais goze de vantagens comparativas específicas e mantenha aderência às diferenças naturais e históricas contidas no território”. No âmbito dessa construção, é importante ressaltar a importância das áreas de domínio florestal e a seleção de cidades-chave para efetuar a coordenação de um território de baixa densidade demográfica e fragmentado por espaços delimitados por legislação federal e estadual (Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Comunidades Quilombolas). Por sua vez, esses espaços — regulados por legislações específicas — constituem um desafio ao federalismo brasileiro, segundo indicado no Programa ZEE Brasil.

Por fim, com relação ao Macrozoneamento, é importante chamar a atenção para a regulação do sistema urbano e das redes logísticas. Essa regulação constitui-se na questão central do planejamento territorial “sustentável” da Amazônia Legal e contribui para a consolidação dos zoneamentos estaduais como instrumento de regulação coordenada e multiescalar do processo de apropriação e uso dessa região.

## (2) Estado de Mato Grosso

Fruto da consolidação das reflexões e debates em torno do Zoneamento, o Estado de Mato Grosso elaborou, inicialmente, o Zoneamento Agroecológico, posteriormente denominado Zoneamento 1ª Aproximação, que deu origem à Lei nº 5.993/92, que definiu a Política de Ordenamento Territorial, objetivando o ordenamento ecológico-paisagístico dos meios rural e florestal, tecnicamente denominado Bases Geográficas para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Entretanto, essa Lei teve como base um zoneamento realizado apenas com dados secundários e que não contemplou o estudo de aspectos socioeconômicos, sendo uma base de dados de aspectos naturais, suficiente para identificar potencialidades e fragilidades ambientais.

Na sequência, o Governo Estadual elaborou o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), 2ª Aproximação (2008), pautado pelos princípios da democratização e descentralização, sustentabilidade e qualidade de vida, equidade social, convergência e parcerias.

A proposição desse novo modelo de zoneamento foi conduzida pelo Estado do Mato Grosso através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), em consonância com as diretrizes estabelecidas para elaboração de trabalhos de Zoneamento no Brasil e com os objetivos e princípios emanados da legislação em vigor, sobretudo da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/81), da Constituição Federal (1988), da Constituição do Estado de Mato Grosso (1989), do Código Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 38/95) e do Plano de Metas do Estado de Mato Grosso (2004-2007).

Como instrumento técnico, o ZSEE requereu, no processo de sua elaboração, o conhecimento atualizado da realidade do estado, possibilitado pelo Diagnóstico Socioeconômico Ecológico, que forneceu as bases para a identificação de unidades territoriais que compõem o estado e a caracterização das similaridades e distinções das potencialidades naturais, econômicas e sociais existentes nelas, conformando unidades, as quais foram denominadas Unidades Socioeconômicas Ecológicas (USEE). Essas unidades territoriais foram delimitadas e caracterizadas no contexto das Regiões de Planejamento (RP), posteriormente avaliadas em sua sustentabilidade quanto à Eficiência Econômica, Condições e Qualidade de Vida e Qualidade do Ambiente Natural.

O ZSEE do Estado de Mato Grosso é constituído por Zonas e Subzonas de intervenção agrupadas em Categorias e Subcategorias de uso, a seguir descritas.

- **Categoria 1** – Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar – compreende as áreas com atividades produtivas que se encontram em processo de consolidação ou já consolidadas, onde se concentra a porção mais dinâmica da

economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica.

- **Categoria 2** – Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo – compreende áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ambiental ou alteração do uso do solo, reordenação de estrutura produtiva, adequação do sistema de manejo, readequação para conservação e/ou recuperação de recursos hídricos, em face dos problemas de degradação emergente dos componentes ambientais ou da importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do estado.
- **Categoria 3** – Áreas que Requerem Manejos Específicos – compreende as áreas que, pelas características ambientais (elevado potencial biótico, especificidade ecológica e paisagística e elevada fragilidade), requerem manejos específicos, para garantir a manutenção de suas características e a exploração racional e adequada de sua base de recursos naturais, tendo em vista compatibilizar a proteção do ambiente natural com a sustentabilidade das atividades econômicas.
- **Categoria 4** – Áreas Protegidas – compreende as áreas legalmente instituídas até a data da publicação desta lei, relativas às Terras Indígenas e Unidades de Conservação, as quais se regem pelas respectivas normas de criação e demais dispositivos legais pertinentes, e as Unidades de Conservação propostas para implantação, que obedecem à relevância ecológica tratada no âmbito do ZSEE-MT.

### **(3) Estado de Rondônia**

Dada a necessidade de promover o ordenamento da ocupação segundo critérios sustentáveis de longo prazo, corrigindo os rumos do POLONOROESTE, o Estado de Rondônia, em 1986, elaborou o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), que teve como base a 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico. Esse ZSEE foi legalmente instituído pelo Decreto nº 3.782, de 14 de junho de 1988, apresentado na escala 1:1.000.000, e posteriormente ratificado pela Lei Complementar nº 52, de 20 de dezembro de 1991 (1ª Aproximação).

Desse trabalho, resultou a divisão territorial do Estado de Rondônia em seis zonas, descritas a seguir.

- **Zona 1** – Intensificação da Exploração Agropecuária – compreende principalmente o eixo da BR-364, onde se concentram os projetos de colonização. É constituída por uma combinação dos melhores solos do estado e áreas de moderada fertilidade, os quais suportam algumas formas de cultivo sustentável, através de consórcios agroflorestais. Área: 6.195.000ha.

- **Zona 2** – Pequenos Produtores em Coletividade – constituída por áreas de solos com fertilidade moderada e baixa, onde algumas comunidades têm-se desenvolvido sem o apoio da colonização oficial, com predominância da atividade pecuária e ocorrência de florestas primária e secundária. Área: 3.015.000ha.
- **Zona 3** – Ribeirinha – localizada no eixo dos rios Madeira-Machado e Mamoré-Guaporé, onde populações tradicionais praticam agricultura de várzea, atividade de pesca artesanal e extração florestal não madeireira. Área: 5.789.000ha.
- **Zona 4** – Extrativista – indicada para o desenvolvimento da atividade de extrativismo vegetal não-madeireiro, com predominância de seringais nativos, associados ou não a castanha e outras essências florestais. Composta de ambientes frágeis, onde o aproveitamento econômico não deve usar alteração dos ecossistemas. Área: 3.500.000ha.
- **Zona 5** – Manejo Florestal – composta por ecossistemas ligeiramente frágeis, caracterizados por Florestas Ombrófila Densa e Aberta, com expressivo potencial madeireiro, indicado para o aproveitamento de espécies madeiráveis em escala comercial. Área: 2.435.000ha.
- **Zona 6** – Conservação e Preservação – zona de ecossistemas frágeis, únicos ou característicos, que necessita de manejo ambiental adequado, a fim de garantir a manutenção da cobertura vegetal e o equilíbrio ecológico. Estão incluídas nessa Zona as Terras Indígenas em situação especial. Área: 6.400.000ha.

O aprofundamento dos estudos do Zoneamento deu origem à 2ª Aproximação do ZSEE, com escala de trabalho de 1:250.000 e, em alguns casos, 1:100.000, aprovado pela Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 312, de 6 de maio de 2005. O estado foi dividido em zonas e subzonas, com as seguintes características e dimensões:

- **Zona 1** (Subzonas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4) – Áreas de Uso Agropecuário, Agroflorestal e Florestal – 12.031.048ha, equivalentes a 50,3% da área do estado.
- **Zona 2** (Subzonas 2.1 e 2.2) – Áreas destinadas à Conservação dos Recursos Naturais – 3.483.442ha, equivalentes a 14,6% da área estadual, posteriormente reduzida para 2.561.105ha, ou 10,7%.
- **Zona 3** (Subzonas 3.1, 3.2 e 3.3) – Áreas Institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação – na 1ª versão, abrangia 4.187.532ha, equivalentes a 35% da área estadual; foi acrescida com a criação de novas UCs, sendo a área atual de 9.334.412ha ou 39% da área estadual.

O ZSEE é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), que avalia se tal instrumento beneficiou o Estado na proteção das áreas segundo sua fragilidade e importância ecológica, no monitoramento ambiental, na implantação do projeto de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais e no Programa de Recuperação de Mata Ciliar. No entanto, a falta de regularização fundiária tem sido um obstáculo à fiscalização, ao controle e monitoramento ambiental, levando à degradação de áreas e à invasão de áreas protegidas.

Vale assinalar que há um acordo de cooperação entre a União (Ministério do Meio Ambiente) e o Governo do Estado de Rondônia (com a interveniência da SEDAM) para adequação do ZSEE quanto ao estabelecimento da Reserva Legal de, no mínimo, 80% das propriedades rurais, sendo 50% para fins de recomposição florestal. De fato, na Zona 1 (áreas de usos agropecuários, agroflorestais e florestais), o Governo Federal autorizou (Decreto nº 5.875, de 15/08/2006) a redução em até 50% nas propriedades para fins de recomposição da área de Reserva Legal, conforme definido no ZSEE.

#### **(4) Considerações Finais sobre o ZEE**

Como enfatizado pelo Ministério do Meio Ambiente, o ZEE é um instrumento de gestão territorial, originalmente planejado para a Amazônia Legal, devido à visibilidade da floresta nos organismos internacionais, à pressão de entidades ligadas ao meio ambiente e às formas inadequadas de uso dos recursos naturais. O ZEE tornou-se, posteriormente, um Programa do Plano Plurianual (PPA) para todo o País. Isso significa que há recursos alocados para sua execução, os quais traduzem as prioridades políticas e de planejamento e de gestão, visando à sua efetivação e implementação.

Para além do contexto político que originou o ZEE e o desafio de integrar aspectos ambientais e sociais na gestão do território, hoje se observa o debate em torno desse instrumento de gestão, como sintetizado pelo Programa ZEE Brasil: “No fundo, a pergunta é sobre qual seria, enfim, o peso relativo de cada ZEE na equação do desenvolvimento sustentável”. Um dos principais desafios na concretização do Programa refere-se às articulações institucionais marcadas por rupturas e discontinuidades entre os níveis da administração pública, tanto na dispersão orçamentária, como na distribuição corporativa dos recursos financeiros. Como enfatizado pelo próprio Programa, “um longo caminho ainda é preciso percorrer para chegarmos ao marco zero do ZEE, a saber, o momento em que ele se tornará rotina no sistema de planejamento, subsidiando o monitoramento, o controle, a priorização de programas e projetos, os planos de gestão, sistematizando informações dispersas e dando sentido a níveis escalares diferenciados, atendendo a uma diversidade de usuários e interessados”.

#### **d. Interferências no Uso e Ocupação do Solo no Contexto dos ZEEs e dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Estados de Mato Grosso e Rondônia**

Conforme já explicitado nos itens anteriores, para a adequada avaliação da viabilidade socioambiental da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, há que especificar quais as implicações decorrentes do futuro empreendimento em relação à configuração de uso e ocupação do solo, bem como em relação aos instrumentos de zoneamento e gestão territorial elaborados pelas instâncias gestoras da região.

Cabe lembrar que a implantação do empreendimento é estratégica. Estudos elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicaram a necessidade de reforço mínimo para o atendimento à região Acre/Rondônia, previsto para 2011, durante o período imediatamente anterior à entrada do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) do Rio Madeira – Santo Antônio e Jirau (EPE, 2008). Nesse período, o Sistema Elétrico Regional é dependente de geração térmica para o atendimento satisfatório das cargas do Acre e de Rondônia. Após a entrada dos AHEs do rio Madeira, o sistema regional atenderá a contingências simples, sem corte de geração (EPE, 2008). Dito de outra forma, a LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, também chamada de Pré-Madeira, irá suprir a demanda de energia elétrica da região durante a construção dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira.

Com relação aos ZEEs dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, não há incompatibilidade de uso nas áreas que a LT vai percorrer, já que são antropizadas. Todas as Unidades de Conservação, Terras Indígenas e demais áreas de atenção especial (como projetos de assentamento de reforma agrária) estão consideradas neste estudo e respeitados seus usos e ocupações do solo, não sofrendo alterações socioambientais em função do novo empreendimento.

Em Mato Grosso, foi elaborado um plano de longo prazo — Plano Desenvolvimento de Mato Grosso – 2006-2026 (MT+20) — no qual são apresentados os Macrocenários, as Estratégias de Desenvolvimento do Estado e as Estratégias de Desenvolvimento das Regiões de Planejamento. Para a regionalização de planejamento do estado, foi adotada a divisão regional produzida pelo ZSEE de Mato Grosso, totalizando 12 regiões. O Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso (MT+20) desdobra-se, assim, em 12 planos regionais, que são seu detalhamento de acordo com as especificidades locais, seus problemas e suas potencialidades.

Nessa regionalização, os municípios da AII de Mato Grosso se localizam na **Região Sudoeste – Cáceres (Região VII)**, com 22 municípios, polarizados por Cáceres. O Plano de Desenvolvimento da Região de Planejamento Sudoeste – Cáceres é o



referencial da região para negociação de seus projetos e o acompanhamento da implementação do MT+20 no território, que considera as diretrizes do ZSEE do estado.

“Considerando as características ambientais da região e as prováveis pressões antrópicas futuras, o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico definiu alternativas diferenciadas de uso e ocupação do território da Região Sudoeste, de modo a recuperar e conservar o meio ambiente. De acordo com a classificação do ZSEE, a região destina cerca de uma quarta parte do território com área indígena ou de uso restrito, além de duas Unidades de Conservação; o restante, em áreas de ocupação antigas ou consolidadas, destina-se a usos a consolidar ou para readequar com novas atividades produtivas” (MATO GROSSO, 2010).

A região que a LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 vai percorrer em Mato Grosso localiza-se nas **categorias 2 e 3**, descritas anteriormente, e tangencia Terras Indígenas, ou seja, a **categoria 4**. Predominam as terras ocupadas na categoria 3, mais especificamente, **zonas 3.3.4, 3.3.5 e 3.3.6 (Figura 3.6.5-3)**, entre Comodoro e Pontes e Lacerda, que são áreas que requerem manejos específicos em ambientes com elevada fragilidade, especialmente as formações savânicas. Em Jauru e Vale de São Domingos, estão as áreas da categoria 2, especialmente a **zona 2.1.1**, que são áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo para recuperação ambiental em ambiente de contato savana/floresta, na Área de Influência do polo regional de Cáceres.

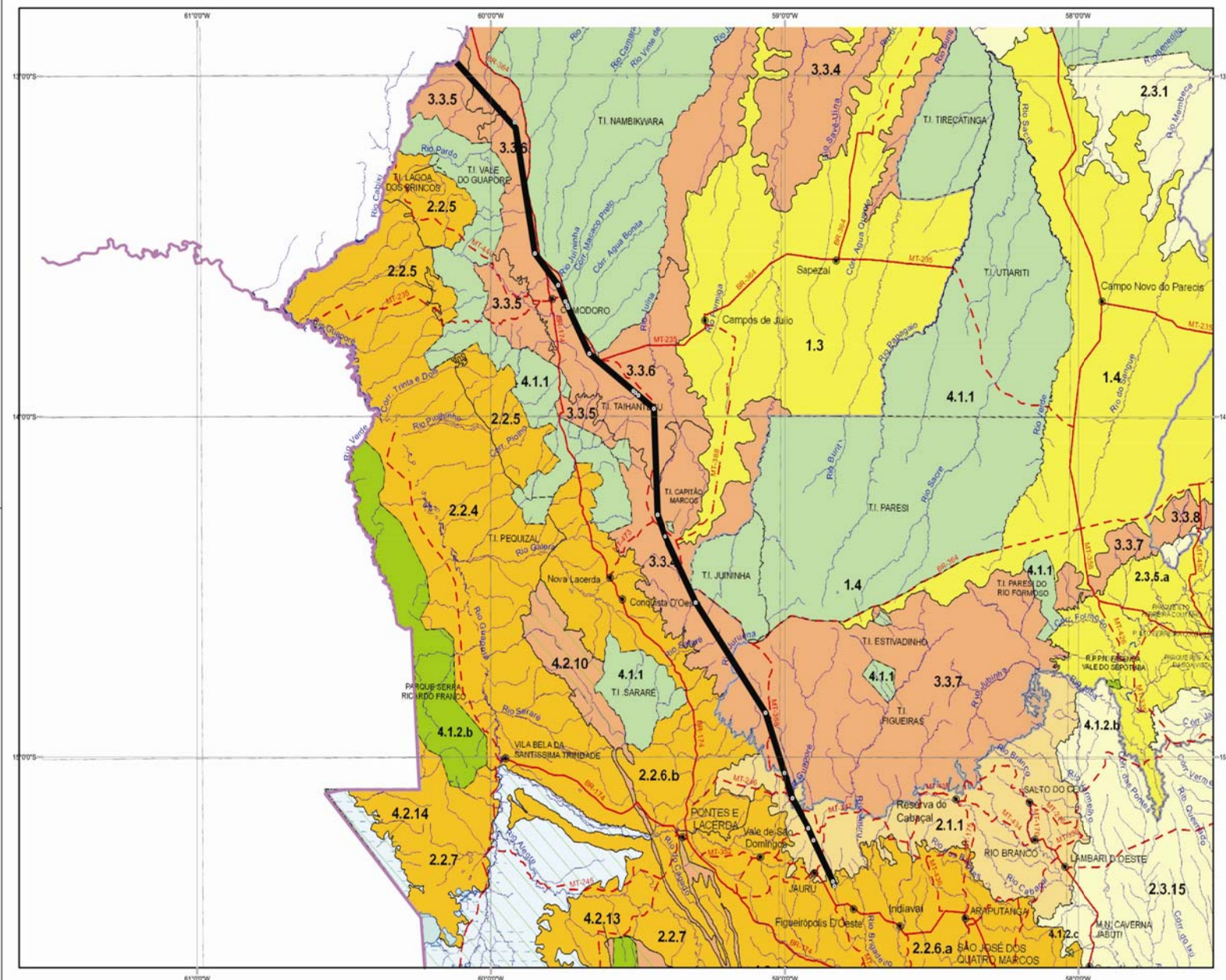
As políticas públicas em Rondônia têm como foco a modernização da estrutura produtiva local, buscada por meio da formação e adensamento das cadeias produtivas e incorporação de tecnologias agropecuárias como forma de agregar valor à produção, reduzir o uso extensivo do solo e o avanço sobre a floresta. O ZSEE de Rondônia é considerado um instrumento de apoio à ocupação planejada do espaço territorial, uma forma de disciplinar o uso da terra.

Pelo Zoneamento de Rondônia, a Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3 irá atravessar a **zona 1**, com a seguinte distribuição por subzonas:

No trecho de Porto Velho até Itapuã do Oeste, a LT está inserida na **subzona 1.2 (Figura 3.6.5-4)**, onde há áreas com médio potencial social, nas quais predomina a cobertura florestal natural em processo acelerado de ocupação. Os processos de ocupação, geralmente, não estão controlados e necessitam de esforços para regularização fundiária e controle da exploração florestal e do desmatamento; nas áreas agrícolas, o ZEE recomendou o estímulo à produtividade com técnicas mais modernas e a manutenção de 40% da cobertura vegetal natural.

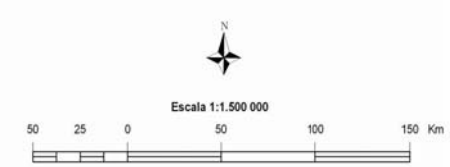
Figura 3.6.5-3

Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso



LEGENDA:

- Sede Municipal
- LT 230kV Jauru – Porto Velho C3
- Estrada pavimentada
- - - Estrada não pavimentada
- Áreas com estrutura produtiva consolidada ou a consolidar  
Zona - 1.3 e 1.4
- Áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo para recuperação ambiental  
Zona - 2.1.1
- Áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo para reordenação da estrutura produtiva  
Zona - 2.2.4, 2.2.5, 2.2.6 e 2.2.7
- Áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo para conservação e/ou recuperação de recursos hídricos  
Zona - 2.3.1, 2.3.5.a e 2.3.15
- Áreas que requerem manejos específicos em ambientes com elevada fragilidade  
Zona - 3.3.4, 3.3.5, 3.3.6, 3.3.7 e 3.3.8
- Terras Indígenas - 4.1.1
- Unidade de conservação de jurisdição Estadual - 4.1.2.b






Fonte: SEPLAN - MT / 2008

Figura 3.6.5-4





Segunda Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia

Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000

**LEGENDA:**

-  Sede Municipal
-  LT 230kV Jauru – Porto Velho C3
-  Estradas principais

**ZONA 1 - Áreas de usos agropecuários, agroflorestais e florestais**

-  SUB-ZONA 1.1
-  SUB-ZONA 1.2
-  SUB-ZONA 1.3
-  SUB-ZONA 1.4

**ZONA 2 - Áreas de usos especiais**

-  SUB-ZONA 2.1
-  SUB-ZONA 2.2

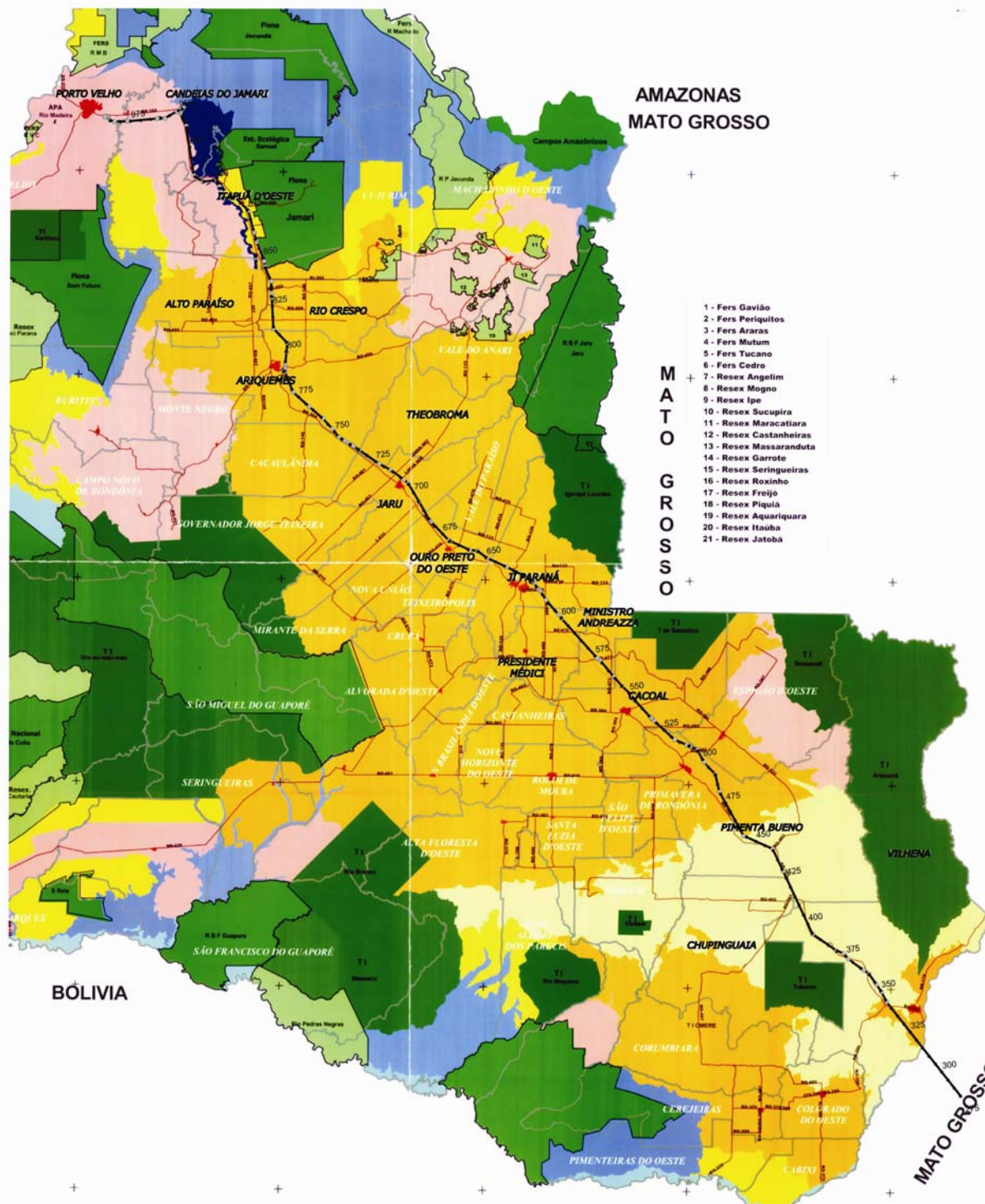
**ZONA 3 - Áreas institucionais**

-  SUB-ZONA 3.1
-  SUB-ZONA 3.2
-  SUB-ZONA 3.3



Sem Escala

Fonte: SEDAM - RO



A maior parte do percurso da LT está situada na **subzona 1.1**, que se estende de Cujubim até Pimenta Bueno. Essas áreas caracterizam-se pelo grande potencial social; são dotadas de infraestrutura suficiente para as atividades agropecuárias, sobretudo de estradas de acesso, e de boa aptidão agrícola.

Considerou-se que, nessa subzona, os custos para garantir a conservação das florestas, fora das UCs, são elevados. Ainda nessa subzona, estão situados os assentamentos urbanos mais importantes de Rondônia. Foi recomendado que os projetos de reforma agrária sejam direcionados a essa região, mantidos pelo menos 20% da cobertura vegetal natural e estimuladas técnicas mais modernas na agropecuária.

Por fim, Chupinguaia e Vilhena situam-se na **subzona 1.4**, onde a infraestrutura disponível propicia a exploração das terras; compreende ecossistemas de relevante interesse para preservação dos recursos naturais, em especial os hídricos. Recomendou-se a manutenção de pelo menos 80% da cobertura vegetal natural e, em áreas já desmatadas, sistemas de exploração que garantam o controle da erosão, como reflorestamento, consórcios agroflorestais e culturas permanentes.

Como potencial instrumento de desenvolvimento de outras atividades socioambientais, o empreendimento terá a implicação de potencializar os Territórios da Cidadania a partir dos seus instrumentos de gestão ambiental e territorial e do diálogo estabelecido com as partes interessadas.

Nesse sentido, através da parceria e do diálogo estabelecido com os atores sociais locais (*stakeholders*), os programas socioambientais que forem elaborados e executados nas fases decorrentes da operação da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 poderão se apropriar dos diagnósticos e demandas de desenvolvimento sustentável nos territórios de sua abrangência, além dos outros instrumentos de zoneamento e gestão socioambiental.

Além das políticas públicas de gestão, os atores sociais dos territórios lidam com outras formas de gestão territorial e ambiental, como são os programas ambientais oriundos de processos de licenciamento ambiental.

Sob o pressuposto da responsabilidade ambiental e social, os empreendimentos contam, nos dias atuais, com instrumentos e recursos que potencializam as dinâmicas econômicas locais, ao mesmo tempo em que facilitam a realização de projetos de desenvolvimento sustentável, com foco na conservação dos recursos ambientais e na sustentabilidade social e econômica das populações de seu entorno.

As implicações e vulnerabilidades de uso da faixa territorial que tangencia as Terras Indígenas Nambikwara – Vale do Guaporé, Uirapuru/Juininha – Taihantesu, no Estado de Mato Grosso, bem como os aspectos etnoecológicos dessas populações, estão sendo objeto de outro estudo, em elaboração, o Estudo do Componente Indígena, solicitado pela FUNAI.

### **3.6.5.3 Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana – All/AID**

O Histórico Geopolítico Regional foi apresentado no **tópico 3.6.5.2.a**. Neste **tópico 3.6.5.3.a**, se registra e analisa o histórico de ocupação dos municípios que compõem a All do empreendimento.

#### **a. Histórico de Ocupação – All**

##### **(1) Jauru (MT)**

O município foi criado em 20 de setembro de 1979, pela Lei nº 4.164, tendo sido emancipado de Figueirópolis, com uma área de 1.217km<sup>2</sup>. Possui o distrito de Lucialva e o distrito-sede Jauru.

No passado, esse território foi habitado por inúmeros povos indígenas, dentre os quais têm-se notícias dos Nambikwara, Parecis e Bororo. A passagem dos primeiros homens brancos pela região data do século XVI, quando os espanhóis, em incursões por terras demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas, chegaram até a barra do rio Jauru. A partir daí, outros grupos ou expedições, como a do Paulista Manoel de Campos Bicudo, mantiveram contatos com índios da área. Nos tempos da Capitania de Mato Grosso, a movimentação no rio Jauru era intensa, pois servia de via de transporte para a antiga capital, Villa Bella da Santíssima Trindade. Pode-se dizer que essa era uma região somente de passagem, haja vista não ter surgido nenhum núcleo de povoamento mais avançado.

Somente mais tarde, a partir de 1946, essa região foi realmente povoada. Como decorrência do movimento de colonização patrocinado pelo Estado de Mato Grosso, foram vendidos grandes lotes de terra a preços módicos. Terras eram compradas apenas pelo mapa, desconhecendo-se totalmente a realidade. Foi a Companhia Comercial de Terras Sul Brasil de Marília (SP) que adquiriu as primeiras glebas de terra na região, com 250.000ha, no município de Cáceres, entre os rios Guaporé e Jauru. Em 1953, essas terras, localizadas do rio Jauru até a altura da confluência do rio Santíssimo, começaram a ser ocupadas. Parte dessas glebas formou a área urbana do atual município de Jauru. A partir de 1954, chegaram à área, procedentes de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, algumas famílias; com elas, surgiram as primeiras lavouras de café, arroz, milho e feijão. Na década de 70, predominaram os migrantes mineiros, vindos, principalmente, do Vale do Rio Doce, o que deixou fortes características na cultura do povo local, principalmente na culinária e no sotaque “mineirês”.

Em 1985, um grupo de “grileiros” invadiu a Fazenda Mirassol, dando início a um conflito armado entre ocupantes e jagunços contratados pelo proprietário, o que provocou a intervenção dos Governos Estadual e Federal para pôr fim ao conflito. Em consequência, foi criado o Assentamento Mirassol I. Os outros assentamentos foram pacíficos. No município de Jauru, foram identificados assentamentos do INCRA. Na porção sul do município, os Assentamentos Mirassolzinho I e Mirassolzinho II; na porção norte, o Rio dos Peixes e o Corgão e, também, a ocupação Charbu e a área de posse Dorfi, em processos distintos de regularização.

A base econômica do município de Jauru é a pecuária, com sistema de cria, recria, corte e leiteiro, criados em regime semi-intensivo. Uma indústria de laticínios absorve parte do leite produzido. A outra parte da produção de leite é escoada para Figueirópolis d'Oeste, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos e, sobretudo, Araputanga, onde existe uma cooperativa de produtores de leite. O gado de corte segue para frigoríficos em outros municípios, para abate e exportação.

As pastagens são plantadas principalmente com braquiária. A agricultura está representada por pequenas propriedades rurais, destacando-se as culturas de arroz, milho, banana e outros produtos ligados à lavoura de subsistência.

O nome Jauru é referência ao rio de mesmo nome, que banha o território do município e deságua no rio Paraguai. O rio Jauru tem seu nome inscrito na história da América, registrando-se, em seu leito, a presença de expedições castelhanas, no século XVI, que assim o denominavam. Também serviu de limite entre os reinos de Portugal e Espanha, assim definido pelo Tratado de Madrid, em 1750.

A origem do nome Jauru deriva da língua Tupi, que significa "peixe grande". Inicialmente, o município recebeu o nome de "Gleba Paulista", que, mais tarde, em função da religiosidade do povo, passou a se chamar "Cidade de Deus". No entanto, talvez pela força do nome do histórico rio Jauru que corta esse território, acabou prevalecendo o nome de "Jauru" para o município.

## **(2) Vale de São Domingos (MT)**

O município de Vale São Domingos foi criado através da Lei Estadual nº 7.231, de 28 de dezembro de 1999, com território desmembrado de Pontes e Lacerda. A área do município é de 2001km<sup>2</sup>. Possui três distritos: Máquina Queimada, próximo à sede, na estrada de acesso à BR-174; Adrianópolis, que fica às margens da BR-175; e o distrito-sede.

Data da década de 80 a chegada dos primeiros imigrantes no Vale de São Domingos para ocupação das terras próximas à atual sede municipal, cujas posses foram regularizadas pelo INCRA. As localidades de Aerorrancho e Adrianópolis também são posses regularizadas em assentamentos pelo INCRA.

Muitos dos moradores nasceram em Minas Gerais, especificamente na região do Vale do Rio Doce, em cidades como Governador Valadares e Mantena. Entre 2006 e 2008, muitos proprietários rurais que desejavam aumentar suas terras migraram para o norte do estado, pois a concentração de pequenas propriedades impedia essa ampliação no município de Vale de São Domingos.

Ao norte do município, predomina a pecuária de corte semiextensiva em grandes propriedades e, no centro e sul do município, gado leiteiro nas pequenas propriedades dos assentamentos. Há pastagens plantadas (principalmente braquiária), capineiras e culturas de subsistência de milho e mandioca; somente na Chapada dos Parecis, existem pastagens

naturais. A produção de carne é escoada para um frigorífico em Araputanga e destina-se à exportação.

Quase toda a produção de leite se destina aos grandes centros, Cáceres e Cuiabá; parte da produção é vendida aos laticínios de Araputanga (Coopnoroeste), Pontes e Lacerda (Três Marias), Figueirópolis d'Oeste (Laticínios Figueirópolis), São José dos Quatro Marcos (Vencedor), e uma pequena parte fica retida no laticínio existente no município (Lactvit).

O extremo norte do território do município, na Chapada dos Parecis, é ocupado por uma reserva indígena, cujos aldeamentos estão no município vizinho, Conquista d'Oeste.

### **(3) Pontes e Lacerda (MT)**

A Lei Estadual nº 3.813, de 6 de dezembro de 1976, criou o distrito de Pontes e Lacerda no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. O município, com o nome de Pontes e Lacerda, foi criado em 29 de dezembro de 1979, pela Lei Estadual nº 4.167. Sua área é de 8.423km<sup>2</sup> e possui o distrito de São Domingos e o distrito-sede.

Os primeiros habitantes da região do município de Pontes e Lacerda foram os índios Nambikwara, que os paulistas denominaram de Cabixi ou Cavixi. O contato com os desbravadores paulistas contribuiu para a diminuição do número de indígenas pelo contato com doenças e pela aculturação. Apesar disso, ainda hoje, uma parte desse povo indígena vive na região, mais precisamente na reserva denominada Sararé.

Em 1906, foi instalada, às margens do rio Guaporé, uma estação telegráfica da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas pelo Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. O local onde se estabeleceu o prédio da Estação de Telégrafo era conhecido como Vila dos Pretos, pois contingentes de trabalhadores descendentes de escravos foram trazidos para habitar a vila que se formou no entorno do posto teleográfico da linha do Guaporé, trazidos por Rondon. A partir dessa vila, se originou a cidade de Pontes e Lacerda. Em 19 de julho de 1909, o Governo do Estado destinou 3.600ha de terras para o centro da povoação; no entanto, a ocupação se deu de forma lenta. Por volta de 1910, foi instalada na localidade uma missão evangelizadora Luterana de origem holandesa.

A 22 de julho de 1947, Mariano Pires de Campos chegou a Pontes e Lacerda, acompanhado de 22 índios do povo Pareci, seguindo o rio Guaporé e ocupando-se com a extração da poaia, planta da família das rubiáceas, nativa do Brasil, encontrada na Amazônia, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e na Região Centro-Oeste. Suas raízes apresentam propriedades eméticas, expectorantes e antidiarréicas. No dia 2 de setembro de 1955, a Colonizadora Sul Brasil iniciou a medição de terras na região, na localidade denominada Pindaituba.

No ano de 1962, foi construída a estrada que liga Pontes e Lacerda à Vila Bela da Santíssima Trindade. Quando a estrada foi concluída, o cozinheiro Manoel Basão

permaneceu no local e construiu um barraco, ao qual se juntaram outros. Esse ponto ficava a 3km aproximadamente da Vila dos Pretos. Essa pequena aglomeração de casas progrediu. Hoje, a Vila Guaporé (conhecida como Vila dos Pretos), de descendentes dos primeiros moradores da cidade, trazidos de Vila Bela para tomar conta das instalações telegráficas, é subúrbio da cidade e nela se situa a Casa do Telégrafo, reconstituída recentemente.

O segundo ciclo de ocupação (de 1964 a 1985) inicia-se pela chegada de paulistas e paranaenses, trazidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para a ocupação de terras devolutas do território e exploração da madeira e garimpos. Destaca-se a exploração da poaia, nativa dessa região.

Entre as políticas promovidas pelo Governo Estadual de Mato Grosso, estava a venda de terras a baixo custo, o que favoreceu o processo de ocupação desse município. O Governo Federal desenvolveu planos de infraestrutura de abertura de estradas e projetos da SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O afluxo de migrantes à região foi intenso e se acelerou com a descoberta de ouro na região, entre os anos de 1970 e 1980, nos garimpos das serras de Santa Bárbara e do Caldeirão.

A economia de Pontes e Lacerda está baseada na produção de bovinos de leite e de corte, com um plantel de 630.237 cabeças (em fevereiro de 2009), segundo o Instituto de Defesa Ambiental do Estado do Mato Grosso (INDEA/MT), e é um dos maiores exportadores de carne de Mato Grosso, sendo detentor das primeiras colocações no *ranking* de qualidade genética do Brasil. A bovinocultura de corte é realizada em grandes propriedades, enquanto, para aptidão leiteira, é feita em propriedades de pequeno porte. A ovinocultura também é importante na economia pontes-lacerdense, sendo praticada igualmente em propriedades de grande, médio e pequeno porte.

O município possui dois frigoríficos para abate de bovinos (Independência e Arantes), e está sendo construído um outro para ovinos; há 2 laticínios, 2 beneficiadoras de palmito, 27 moveleiras, 6 cerâmicas, 16 metalúrgicas, 54 manufaturas e indústrias de produtos alimentares e 1 usina de biodiesel a ser implantada.

No município, produz-se também o látex de seringueira (heveicultura), com processamento do produto, cultiva-se abacaxi, hortaliças (alface, couve, rúcula), milho e mandioca. As culturas de subsistência são praticadas por pequenos agricultores da região, que produzem arroz, feijão e milho.

As mineradoras de ouro Aurea e Santa Elina têm suas sedes em Nova Lacerda e Vila Bela, mas existe uma boa receita que fica no município, pois todos os funcionários vivem em Pontes e Lacerda.

A origem do nome Pontes e Lacerda data de 1784, quando Antonio Pires da Cunha **Pontes** e Francisco José de **Lacerda** e Almeida, ilustres cartógrafos e astrônomos,



elaboraram a primeira carta geográfica dos rios da região, partindo de Vila Bela da Santíssima Trindade, rumando para o rio Jauru. Foram descritos, assim, os rios das bacias Amazônica e do Prata. Pontes, mineiro, e Lacerda, paulista, diplomaram-se pela Universidade de Coimbra, em Portugal. O binômio Pontes e Lacerda homenageia os astrônomos e os cartógrafos.

#### **(4) Conquista d'Oeste (MT)**

O município de Conquista d'Oeste foi criado a partir da Lei Estadual nº 7.233, de 28 de dezembro de 1999, com território desmembrado do município de Pontes e Lacerda, distante 100km dessa cidade, e área de 2.698km<sup>2</sup>.

Originalmente, a região era povoada pelos índios dos povos Nambikwara e Paresi.

A ocupação se deu em meados da década de 1980, a partir de invasões de terras nas fazendas existentes e nas terras devolutas. Terras sem uso e de grande fertilidade atraíram migrantes para ocupá-las. No ano de 1988, os moradores criaram uma associação para reivindicar seus direitos à terra, em busca de apoio político. Nesse mesmo ano, formaram uma vila, que se denominou Conquista d'Oeste.

A área do município está dividida da seguinte forma: 51% do território como reserva indígena (Terras Indígenas Sararé e Juininha); 10% com assentamentos rurais (Projetos de Assentamento – Nova Conquista, que abriga 130 famílias, e Sararé, com 70 famílias) e 39% com áreas de grandes fazendas de gado, no Vale do Guaporé, e de produção de soja, nas áreas de Cerrado.

A pecuária bovina de leite e corte (51.014 cabeças, em 2007) é a atividade de maior representação social e econômica para o município. A agricultura não chega a ser expressiva no contexto estadual, em área plantada e em valor da produção, mas é uma atividade que vem crescendo em virtude da implantação de novas áreas de plantio, com soja (500ha plantados) e milho (300ha plantados). A apicultura é uma das explorações que agregam valor na rentabilidade (há uma cooperativa de produtores de mel).

A carne produzida é processada fora do município, sendo destinada à exportação e não gerando muita renda no município. Cerca de 30% da produção leiteira é beneficiada no laticínio local (Coapismat), e os 70% restantes, em laticínios de cidades vizinhas.

A origem do nome da vila foi sugerida como “Conquista”, por ter sido uma ocupação conquistada sem conflitos e “d'Oeste”, por estar localizada na Região Centro-Oeste.

#### **(5) Nova Lacerda (MT)**

Em 23 de outubro de 1990, através da Lei nº 390, criou-se o distrito de Nova Lacerda, pertencente ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade. O município de Nova Lacerda foi criado através da Lei Estadual nº 6.722, de 26 de dezembro de 1995, como território desmembrado dos municípios de Comodoro e Vila Bela da Santíssima

Trindade, cuja efetiva administração deu-se a partir de 1º de janeiro de 1997. Possui uma área de 4.734km<sup>2</sup>.

No início da década de 1980, começou o processo de terraplanagem e pavimentação da BR-174 (trecho que liga Mato Grosso à Rondônia), despertando o interesse comercial de pequenos produtores rurais da região sudoeste do Estado de Mato Grosso pelo local, com grandes propriedades e áreas devolutas. Assim, o município se originou de um processo de ocupação rural realizada por pequenos produtores, liderados pelo paraguaio Rafael Villhalva, um dos principais fundadores da cidade.

Quanto ao nome “Nova Lacerda”, trata-se de uma homenagem a José Lacerda, advogado e político da região, natural de tradicional família de Cáceres, que ajudara no processo de regularização da posse das terras das famílias que estavam instaladas em áreas rurais.

Rafael Villalva, também conhecido por Taim, havia prometido ao deputado José Lacerda que, caso fosse resolvida a questão de posse da terra, ele fundaria uma cidade e nela poria o nome do parlamentar. O caso foi resolvido com a interveniência do Deputado Lacerda, e a promessa foi cumprida. Os posseiros receberam seus documentos de posse da terra, e Villalva fundou um núcleo, batizando-o de Nova Lacerda. O termo “Nova” foi acrescentado para diferenciá-lo do topônimo Pontes e Lacerda, município vizinho, comumente chamado de Lacerda pelos viajantes e pelos moradores do lugar, e não pelo nome completo Pontes e Lacerda.

As principais atividades econômicas do município são a agropecuária e a mineração de ouro (Mineração Santa Elina, que passou a ser da Yamada e, recentemente, foi comprada pela Apoená) e de brita (duas pedreiras). O rebanho bovino de corte e leite é de 151.000 cabeças; o gado de corte tem produção direcionada aos frigoríficos em Pontes e Lacerda, Conquista d’Oeste, Comodoro e São José dos Quatro Marcos. A produção agrícola principal (IBGE, 2008) é de soja (2.450ha), milho (965ha), sorgo (1.500ha) e seringueira (310ha).

Há dois Projetos de Assentamento: PAs Sararé e Nova Conquista (ambos com 67 famílias), com lotes de até 100ha. No passado, ocorreram graves conflitos armados na região, motivados pela posse da terra.

## **(6) Comodoro (MT)**

Nova Alvorada foi o primeiro nome que antecedeu ao de Comodoro. O vilarejo ganhou foro de distrito de Vila Bela de Santíssima Trindade através da Lei nº 3.868, de 6 de junho de 1977. Dois anos mais tarde, outro povoado ganhou destaque naquela região, Novo Oeste, que tomou para si a prerrogativa de distrito, fazendo com que Nova Alvorada retornasse à condição de povoado (Lei nº 4.091, de 13 de julho de 1979). A Lei nº 4.636, de 22 de março de 1985, criou o distrito de Comodoro, transferindo para ele a sede antiga de Novo Oeste. O município foi criado em 13 de maio de 1986, pela Lei Estadual nº 5.000, desmembrado do município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

O município de Comodoro, com uma área de 21.743km<sup>2</sup>, sob o Planalto do Parecis, localizando-se a 646km de Cuiabá, tem altitude média aproximada de 643m. Hoje, Comodoro é composto por três distritos: Padronal, Nova Alvorada e distrito-sede.

Primitivamente, a região era habitada pelo povo indígena Nambikwara e Ena-wene-nawê, que permanece hoje na região em reservas especialmente delimitadas por lei federal. A primeira ocupação não índia na região ocorreu no século XVIII, por Leonardo de Oliveira, com a fundação de Vila Bela. No entanto, considera-se como o primeiro contato oficial o que ocorreu com o então Major Rondon, durante a construção da Linha Telegráfica, resultando na inauguração da Linha Telegráfica de Nambiquaras, em 12 de outubro de 1911.

No final da década de 1940 e início de 1950, foi expressiva a atividade de extração de borracha localizada nas matas dos rios Piolho, Cabixi, Sabão e Galera, no Vale do Guaporé. Essa exploração contribuiu para a invasão da área habitada pelos índios Ena-wene-nawê.

Desde o início da década de 60, a região vem sendo submetida a um acelerado processo de ocupação, fruto da expansão das fronteiras agrícolas para a Amazônia Ocidental. A rodovia BR-364, que se estende desde Cuiabá (Mato Grosso) até a fronteira com o Peru, passando por Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre), é considerada o principal eixo de ocupação. Por ser uma região de passagem entre Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, e vice-versa, o lugar foi se firmando como povoação.

Tratando-se de um ambiente geomórfico apropriado para o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, as terras da Chapada dos Parecis, especialmente Comodoro, foram aceleradamente ocupadas por grandes propriedades agrícolas dedicadas principalmente à cultura de grãos, como soja e arroz. Já as culturas de feijão, café, etc., localizadas em terrenos mais acidentados, são exploradas pela agricultura familiar.

Comodoro deve sua formação como município aos incentivos fiscais, empréstimos e programas dos Governos Federal e Estadual, que propiciaram o estabelecimento da fronteira agrícola de Mato Grosso.

O projeto de colonização de Comodoro surgiu em 1983, idealizado por José Carlos Piovezan e sua família, o qual era dono de extensas áreas na região. A família Piovezan, junto com Luiz Grandi, desenvolveram o projeto. Previu-se o assentamento de 17 mil colonos vindos especialmente da Região Sul do País.

Atualmente, as principais atividades econômicas do município são: agricultura, especialmente de grãos, pecuária, extrativismo vegetal, olarias e os serviços de apoio ao transporte rodoviário.

Sendo 61% do seu território ocupado por Terras Indígenas (TI Vale do Guaporé, TI Nambikwara, TI Taihantesu e TI Pirineus de Souza), o restante das áreas é utilizado como pastagens para pecuária de corte e leite e para o plantio mercantil de soja (40.000ha),

arroz (8.000ha) e milho (300ha). O feijão, o café, a banana, as olerícolas e a mandioca são predominantemente voltados para a subsistência familiar, sendo comercializada apenas a produção excedente. A soja e a carne são destinadas à exportação. No município, há dois laticínios (Primícia e Comodoro), quatro olarias e seis unidades de beneficiamento de soja, sendo algumas de grande porte, como a Cargil. Existem cerca de 250.000ha de terras destinadas à pastagem e em torno de 300 mil cabeças de gado.

Há oito assentamentos rurais (Vale do Cabixi, Colônia dos Mineiros, Granja I e II, Macuco, Miranda, Noroagro e Nova Alvorada) com 1.198 famílias, lotes de 68ha, em média, e um assentamento de sem terra (Assentamento da Gleba Zambam), em processo de regularização pelo INCRA.

Comodoro é uma denominação de uma patente de oficial de categoria superior na Marinha. O nome foi escolhido em uma lista que Piovezan, o colonizador da localidade, fez com a própria família.

## **(7) Vilhena (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.448, em 11/10/1977, desmembrado dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, atualmente com área de 11.518,92km<sup>2</sup>. Possui apenas o distrito-sede.

A história de Vilhena data do início do século XX (por volta de 1910), com a passagem, pela região, da expedição chefiada pelo então Major Cândido Rondon, quando instalou, nos campos do Planalto dos Parecis, um posto telegráfico na linha Cuiabá/Santo Antônio do Alto Madeira, cuja extensão ligou as principais cidades da região ocidental do País, Cuiabá–Porto Velho, construindo milhares de quilômetros de cabos telegráficos, fazendo surgir numerosos aglomerados humanos em torno dos postos construídos.

Somente após a década de 50, sua presença como polo de atração e desenvolvimento tornou-se mais efetiva. No ano de 1959, por determinação do então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, teve início a construção da BR-029, atual BR-364, interligando a Região Norte às demais regiões do Brasil.

A partir de 1964, com o incentivo do Governo Federal à colonização da região, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), iniciou a distribuição de terras da União aos colonos dispostos a se fixar na região. Esse fato atraiu migrantes de todo o País, transformando Vilhena no portal da Amazônia Ocidental, iniciando um processo de povoamento nunca antes experimentado.

Durante quase 50 anos, foi o posto telegráfico de Vilhena a referência e o marco da presença da passagem do homem civilizado pela região. Nessa época, a atividade econômica principal era a extração e beneficiamento da madeira, cujo apogeu foi atingido no ano de 1976, com várias serrarias em funcionamento.

Em 1º de abril de 1969, pelo Decreto nº 565, Vilhena foi elevada à categoria de distrito de Porto Velho, contando, à época, com mais de 160 casas. Em 1973, o distrito de Vilhena já estava em processo de arruamento, e sua população contava cerca de 800 habitantes.

Em 11 de outubro de 1977, o Presidente da República Ernesto Geisel sancionou a Lei nº 6.448, criando o município de Vilhena, desmembrado dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim. Em 3 de março de 1980, por decreto do então Governador do Território Federal de Rondônia, Renato Coutinho dos Santos, é nomeado o primeiro prefeito do município de Vilhena. A Câmara Municipal de Vilhena foi criada em 1979 e instalada em 1982.

As principais culturas praticadas no município são: soja, milho, arroz, feijão e girassol. Vilhena é o maior polo do Brasil de plasticultura (estufas), de produtos diversificados, abastecendo o Estado do Amazonas e parte do Estado de Mato Grosso. Destaca-se também a pecuária de corte e leite. O município abate cerca de 1.200 cabeças/dia, e a grande maioria do gado da região destina-se aos frigoríficos de Vilhena. O corte é praticamente todo exportado (boi verde) e os grãos, também. O destino dos grãos é o Porto Seco graneleiro de Porto Velho, e do gado de corte, o frigorífico local. Dentre as indústrias locais, destacam-se as agroindústrias (processamento de alimentos, dentre eles, frigoríficos), cerâmicas (tijolos e telhas) e móveis (empresas de pequeno e médio porte).

O nome Vilhena, escolhido pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, deveu-se a uma homenagem a Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, natural do Maranhão, engenheiro chefe da organização da Carta Telegráfica Pública, da qual os serviços executados por Rondon eram vinculados.

### **(8) Chupinguaia (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 643, em 27/12/1995, desmembrado dos municípios de Pimenta Bueno, Vilhena e Corumbiara, com área de 5.127km<sup>2</sup>. Possui os distritos de Corgão, Boa Esperança, Guaporé e o distrito-sede.

Localizado basicamente na rica e fértil região dos vales dos rios Pimenta Bueno e do Ouro, apresentando um relevo suave, o novo município foi formado por projetos de colonização que apresentam características diferenciadas. A região de Chupinguaia, assim como Guaporé, é formada por grandes propriedades de terras, onde predominam a pecuária e a extração de madeiras; as outras, compreendidas pelo Rio do Ouro, Porto Rico e Novo Plano, contam, na sua maioria, com pequenas e médias propriedades, onde predomina a agricultura.

Inicialmente, seu nome era Virador; depois passou a Chupinguaia, povoamento localizado nos setores 09, 10 e 11 do Projeto Fundiário Corumbiara, compreendendo as glebas rurais de Chupinguaia, Guaporé, Rio do Ouro, Porto Rico e Novo Plano. Desde o início, o local foi o ponto escolhido para apoio aos produtores rurais que foram assentados nos arredores do

lugarejo, onde, no princípio, foi o ponto de abastecimento dos produtos necessários à sobrevivência familiar.

O núcleo urbano surgiu como consequência da invasão das terras do seringal, denominado Verde Seringal, que impôs ao INCRA a retirada de invasores e a realização ordenada do assentamento oficial em terras previamente demarcadas.

Chupinguaia abriga a Terra Indígena Tubarão Latundê, com os grupos indígenas Aikanã, Kwazá e Nambikwara, a qual ocupa 22,7% da área do município (116.613ha).

Atualmente, a agropecuária é a principal atividade econômica do município, com gado (corte e leite) e grãos (soja, milho e arroz), cujos produtos são destinados aos mercados regionais, principalmente em Vilhena, e para exportação. Há ainda empresas madeireiras e um frigorífico.

### **(9) Pimenta Bueno (RO)**

Município criado pela Lei Complementar Federal nº 6.448, em 11/10/1977, desmembrado do município de Porto Velho, com área de 6.241,07km<sup>2</sup>. Possui os distritos de Marco Rondon, Itaporanga, Urucumacua e o distrito-sede.

A cidade de Pimenta Bueno originou-se do aglomerado de barracas de seringueiros construídas em torno do posto telegráfico instalado em 1909 pelo então Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, na confluência dos rios Comemoração de Floriano e Pimenta Bueno.

Há referências de que, em 1926, o vilarejo contava com uma população de 24 pessoas. Até a década de 1940, o pequeno povoado viveu em função do posto telegráfico, e a economia girava em torno da extração de borracha e garimpo de diamantes nos rios. Nos anos 1960, com a abertura da BR-364 pelo Quinto Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (5º BEC), a vila se expandiu.

Em 1969, com a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) pelo INCRA, migrantes do Sul do País começaram a chegar em busca de terras, fixando-se inicialmente em áreas urbanas. Em Pimenta Bueno, esse processo iniciou-se pelo PIC Gy-Paraná, que era formado pelos Projetos de Assentamento Abaitará, Tatu e Corumbiara. Ao longo da década de 70, milhares de famílias vindas principalmente do Espírito Santo e Paraná, fixaram-se na região. O auge da chegada dos colonizadores sulistas (mato-grossenses, mineiros, capixabas e paulistas) e nordestinos, que compunham o fluxo migratório iniciado no estado na década de 70, se deu até 1991. A partir de 2000, houve uma queda acentuada da população residente no município devido à corrida para novas fronteiras agrícolas que surgiram dos novos municípios criados pelo Governo do Estado de Rondônia.

Atualmente, as atividades econômicas do município baseiam-se, na área rural, na pecuária de corte e leite, na fruticultura (melancia, coco, banana, cupuaçu, caju e abacaxi) e na horticultura (hortaliças em geral). Na área urbana, existem dois frigoríficos, uma empresa

de montagem de bicicletas (Cairu), cerca de cinco cerâmicas (telha, tijolo e artesanato), Lind'Água (água mineral), mini-indústria de doces de frutas e polo de confecções (município-referência), com 14 microempresas.

A destinação do gado de corte é para o frigorífico municipal (700 cabeça/dia), que é posteriormente exportado; o leite é destinado ao Laticínio São Geraldo (no município), que produz todos os derivados para destinação local e regional e para a cooperativa de laticínios que destina aos laticínios dos municípios de Rolim de Moura (RO) e Espigão do Oeste (RO). A cooperativa fornece leite também para as escolas. Os produtos hortifrutigranjeiros destinam-se a consumidores locais, regionais e a Porto Velho.

O nome de Pimenta Bueno, dado ao rio Apidiá por Rondon, foi em homenagem a Francisco Antônio Pimenta Bueno, filho do Marquês de São Vicente, homem público, Coronel do Estado Maior (organizou as Cartas das Fronteiras e da Comissão Telegráfica do Leste), nascido em Cuiabá, em 10 de novembro de 1836, e falecido no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1888.

### **(10) Cacoal (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.448, de 11/10/77, com a denominação de Cacoal, desmembrado do município de Porto Velho, com área de 3.792,63km<sup>2</sup>. Possui os distritos de Riozinho, Divinópolis e o distrito-sede.

A denominação da região existe desde o tempo de Rondon, que teria recomendado ao guarda-fio Anízio Serrão, em 1912, que construísse uma casa no local próximo à margem do rio Machado, onde havia notado grande quantidade de cacau nativo dentro das florestas. Serrão requereu o local para si e denominou-o Cacoal. Nessa época, predominavam as aldeias indígenas dos Cintas Largas e Suruís.

A vila de Cacoal surgiu na década de 60, quando se iniciou a abertura da BR-364. Em 1960, José Cassimiro Lopes, que chegou à região como "Soldado da Borracha" em meados dos anos 50, construiu um tosco barraco no lado esquerdo da rodovia. Esse seringueiro e garimpeiro ali permaneceu até o início da década de 70, quando os trabalhos de abertura da estrada se intensificaram e começaram os problemas, principalmente no inverno, quando apareciam grandes lamaçais, sendo que um deles ficava nas proximidades da casa do seringueiro, entre os igarapés Pirarara e Tamarupá. Impedidos de prosseguir viagem, os motoristas esperavam na casa do seringueiro e depois construíram tapiris, onde passaram a expor suas mercadorias que levavam à venda para evitar que se estragassem.

As terras férteis atraíam os migrantes que as invadiram. Os motoristas, aos poucos, iam se transformando em comerciantes, oferecendo aos agricultores gêneros de primeira necessidade e confecções. Em 1972, foi implantado o PIC Gy-Paraná, consolidando-se assim a ocupação do município.

A etnia indígena Suruí está presente nos municípios de Cacoal (RO), Espigão do Oeste (RO) e Rondolândia (MT). São 25 aldeias, sendo 17 em Cacoal (Lobo, Lapetanha, Joaquim, Amaral, Nabecor, Mauira, Linha 8, Linha 9, Linha 10, Payaman, Gamir, Placa, Kabaney, dentre outras), com uma população, em 2008, em torno de 1.004 habitantes. Vivem principalmente do extrativismo de castanha, do cultivo de café e banana, e da pecuária, cuja produção é vendida no mercado local. Os índios da etnia Cinta Larga estão localizados no Parque Indígena Aripuanã – Aldeia João, com cerca de 210 habitantes.

No Setor Primário, o município tem importante produção de gado bovino (404.000 cabeças – IDARON, 2010), de corte (85%) e de leite, e também de gado bubalino. Na agricultura, destaca-se como 1º produtor estadual de café, 3º de feijão e 2º de banana. Há também cultivos de arroz, milho, mandioca, cacau e algodão herbáceo, reflorestamento de pinus e eucalipto (para utilização na indústria cerâmica) e extrativismo de madeira. O cultivo de cacau encontra-se em declínio.

No Setor Secundário, destacam-se os frigoríficos (3 para consumo nacional e 1 para exportação – FRIBOI), 6 cerâmicas (telhas e tijolos), os laticínios, curtumes, beneficiadoras de madeira e processadoras de café e de cereais. Inclui ainda fabricação de calçados, metalúrgicas, confecções, movelarias e, nos serviços, destaca-se o parque de manutenção automotiva autorizadas de motos, carros e tratores.

Cacoal se destaca no setor educacional, constituindo-se como segundo polo universitário do estado, com quatro cursos de graduação e três de pós-graduação. O município conta ainda com a Fundação Bradesco, sistema SENAI/SENAC/SEBRAE, CETEC e Colégio Agrícola.

### **(11) Ministro Andreazza (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 372, em 13/02/1992, desmembrado do município de Cacoal, com área de 798,06km<sup>2</sup>. Possui somente o distrito-sede. A cidade dista 28km da BR-364. O primeiro nome do povoado foi Vila Formosa, posteriormente, Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) Nova Brasília e, finalmente, Ministro Andreazza.

A história do município de Ministro Andreazza é vinculada à expansão da fronteira agrícola nacional, decorrente da convergência de fluxo imigratório para o Estado de Rondônia. O início do desbravamento deu-se em 1975, com os migrantes vindos de vários estados brasileiros para colonizar as terras férteis, ainda pertencendo ao município de Cacoal.

O município surgiu do NUAR Nova Brasília, integrante do PIC Gy-Paraná, do INCRA, no começo da década de 1970. Como NUAR de Nova Brasília, com recursos do POLONOROESTE, foram construídos uma Escola Estadual de 1º Grau, uma casa de trânsito, o escritório da EMATER e cinco casas para dar apoio a funcionários e professores desses órgãos, sendo: educação, saúde, agricultura, administração e também um prédio que funcionava como posto de saúde.



O município é de pequeno porte, com população de cerca de 10,5 mil habitantes, 81% na área rural (IBGE, Censo 2000), prevalecendo a agricultura familiar. Suas atividades estão voltadas para a produção pecuária (110 mil cabeças, IDARON, 2010) de corte (79% do rebanho) e leite (21%), destacando-se como grande produtor de café e outros cultivos, como feijão, arroz, cacau e culturas tropicais (maracujá e banana). O extrativismo vegetal contribui com importante parcela da economia. Em relação às indústrias, estão implantados no município dois laticínios, três madeireiras e três laminadoras.

O nome do município é uma homenagem ao Ministro Mário Andreazza, em reconhecimento a sua participação na elevação de Rondônia à categoria de estado.

### **(12) Presidente Médici (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.921, em 16/06/1981, desmembrado do município de Ji-Paraná, possui uma área de 1.758,46km<sup>2</sup>.

Em 1915, surgem os primeiros registros sobre a origem do município de Presidente Médici, da passagem da Comissão de Rondon pela região. Dados constantes do relatório dessa Comissão daquele ano informam que a região era habitada por seringueiros e trabalhadores do seringal São Pedro do Muqui.

A região permaneceu praticamente imutável até a abertura da rodovia BR-364 e início do incentivo à colonização do Estado de Rondônia. Os primeiros colonos chegaram ao local, a partir da década de 60, instalando-se em quatro barracas às margens da BR-364, ao lado do lamaçal que cobria a estrada. A localidade ficou conhecida como "Trinta e Três" por estar a 33km da "Vila de Rondônia", atual cidade de Ji-Paraná. Seus moradores, todos agricultores, socorriam de alguma forma os motoristas e passageiros das viaturas que ficavam retidas em um imenso atoleiro conhecido por Muqui, nas proximidades do rio com esse nome.

O município de Presidente Médici foi ocupado pelos migrantes oriundos das regiões Centro-Sul do País, que aí se estabeleceram a partir de 1970, contra a vontade do Sr. Milton de Andrade Rios, que os tinha como grileiros, invasores das terras que considerava serem de sua propriedade, visto tê-las adquiridas do Sr. Luiz Mário Pereira de Almeida, situadas entre os igarapés Preto e Leitão, local denominado Fazenda Presidente Hermes, pelo seu novo proprietário.

O INCRA tentava impedir a fixação dos colonos no local, por não haver uma definição sobre a posse de terras. O lugarejo crescia com a chegada de novos colonos. Diante da situação, o INCRA criou o Setor Leitão, que era uma extensão do PIC Outro Preto para assentar os colonos dentro das normas. O vilarejo ficou como sede do projeto que surgia.

No primeiro semestre de 1972, sua população atingia mais de 800 habitantes, e os ônibus que ligavam Cuiabá a Porto Velho faziam ponto de parada no local, agora com aspecto de vila, com dois nomes, Nova Jerusalém e Nova Canaã, ostentados em placas distintas colocadas pelos líderes de cada grupo de agricultores em frente a suas respectivas casas.

Ainda nesse ano, os colonos realizaram eleição para escolher um único nome para a localidade. Puseram-se em votação os dois nomes citados e mais Getúlio Vargas, Fátima do Norte, Cruzeiro do Sul e Presidente Médici. O escolhido foi este último, oficializado em 1973, ao ser o local elevado à categoria de subdistrito.

O município integra a bacia leiteira de Rondônia. Das 274 mil cabeças de gado bovino, 53% têm aptidão leiteira (IDARON, 2010). Na agricultura, destaca-se a produção de arroz, feijão, café, milho, mandioca, algodão herbáceo e fruticultura (maracujá, cupuaçu, laranja e cacau). Vale ressaltar que o município é bastante desmatado (estimado em 95% do seu território). No Setor Secundário, é desenvolvido o beneficiamento de madeira: duas madeireiras, dois laticínios, processadores de café e de cereais.

Em consequência da estagnação econômica e da falta de investimentos, houve evasão populacional nos últimos 10 anos. A falta de empregos diretos e indiretos e de instituições de ensino superior tem feito com que os jovens procurem outras cidades para trabalhar e estudar.

No município, há um representativo Sítio Arqueológico Mirante, na região de Novo Riachuelo, com petroglifos, tombado pelo IPHAN, dispendo ainda do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (MURA), criado pela Lei nº 1.381/2007, que abriga o acervo arqueológico regional.

O nome do município homenageia o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, que exerceu o mandato entre 1969 e 1974.

### **(13) Ji-Paraná (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.448, em 11/10/1977, desmembrado do município de Porto Velho, com uma área de 6.896,78km<sup>2</sup>. Distritos: Londrina, Nova Colina e o distrito-sede. Grande parte do município é preservada pela Reserva Biológica do Jaru (39% da área total) e pela Reserva Indígena do Igarapé Lourdes (27%), onde convivem os povos indígenas Arara e Gavião.

O início da ocupação do município deve-se aos seringueiros durante o 1º ciclo da borracha, no final do século XIX, com acampamentos erguidos no encontro dos rios Machado (também chamado de Ji-Paraná) e Urupá. Em 1914, foi instalada a Estação Telegráfica Presidente Pena por Cândido Rondon nessa localidade, e o povoado de Ji-Paraná evoluiu em torno da casa de Rondon.

Em 1943, o Presidente Getúlio Vargas criou o território do Guaporé, instalou dois municípios (Porto Velho e Guajará-Mirim) e instituiu vários distritos, dentre eles, Vila de

Rondônia, que abrangia desde a embocadura do rio Jaru, na sua margem esquerda, até a nascente do rio Machado. Em 1951, a Vila Rondônia possuía 20 casas e pouco mais de 100 habitantes. Na década de 50, com a descoberta de diamantes, a região voltou a crescer.

A abertura da Rodovia BR-029, atual BR-364, em 1960, e a colonização a partir de 1968 atraíram para a região milhares de imigrantes vindos principalmente do Sul, liberados pelo uso da crescente mecanização na lavoura. O IBRA, atual INCRA, disciplinou a posse da terra, distribuiu lotes que não ultrapassam 100ha cada um, medida considerada ideal pelos técnicos para a formação de pequenas propriedades. E a colonizadora responsável pela ocupação do solo ordenou o assentamento.

Atualmente, Ji-Paraná conta com, aproximadamente, 105 mil habitantes (IBGE, 2010), vindos de todos os estados, descendentes de antigos seringueiros, garimpeiros, índios e colonos. Exerce importante papel na região, com comércio e serviços fortes e diversificados.

Na área rural, o município abriga um dos maiores rebanhos bovinos do estado (431.000 cabeças – IDARON, 2010), sendo 65% com aptidão de corte, e 35% leiteira. Na agricultura, predomina o plantio de arroz, feijão, mandioca e milho; em menor escala, café e cacau. Quando a produtividade do solo diminui, transformam as terras agrícolas em pastagens. Grandes fazendas criam, de preferência, o gado de corte, e as pequenas, o gado leiteiro.

Possui um Distrito Industrial que abriga as indústrias de beneficiamento de café e de guaraná e a indústria de produtos químicos para limpeza, dentre outras. Também estão instaladas, no município, as fábricas de leite em pó (Grupos Canaã e Coletó), a indústria de cosméticos, um frigorífico e a esmagadora de óleo de cacau, cupuaçu, babaçu e amendoim. Além disso, o município possui um importante polo madeiro-moveleiro, que oferece produtos de qualidade reconhecida nos grandes centros consumidores do País.

A riqueza manifesta-se ainda em um comércio bem desenvolvido — em torno de 2,4 mil estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, atendendo praticamente a todas as necessidades dos habitantes da região. Estão instaladas grandes distribuidoras de produtos para redes de supermercados, lojas e cooperativas.

Na área educacional, os jovens encontram ensino para todos os níveis, do 1º ao 3º Grau. Merecem destaque as escolas rurais de 1º Grau, muito bem conservadas.

O nome Ji-Paraná significa “rio-machado”.

#### **(14) Ouro Preto do Oeste (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.921, em 16/06/1981, desmembrado do município de Ji-Paraná, com área de 1.970,15km<sup>2</sup>. Possui o distrito de Rondominas e o distrito-sede. Em 1992, o município de Ouro Preto do Oeste cedeu território e população

para a criação dos municípios de Vale do Paraíso, Urupá e Mirante da Serra e, em 1994, para a criação dos municípios de Nova União e Teixeirópolis.

A história do município de Ouro Preto do Oeste coincide com a história da colonização de Rondônia, que teve início, oficialmente, em 1968, quando o Ministério de Agricultura implantou a colonização na Amazônia Legal. Naquele ano, chegaram os técnicos do IBRA, com a atribuição de implantar no entorno da BR-364 novos projetos de colonização. Pelas suas terras de solo fértil, foi escolhido um local às margens do igarapé Ouro Preto, na BR-364, distante 40km da atual cidade de Ji-Paraná. Nascia assim o PIC Outro Preto, com área aproximada de 450.000ha.

O local de instalação do projeto pertencia ao seringal Ouro Preto, de propriedade do seringalista Vicente Sabará Cavalcante, sendo que a abrangência do projeto envolvia outros seringais, como o Boa Vista, Santa Rosa, Aninga, Curralinho, Miolo, Santa Maria e o seringal Raimundo Pequeno.

A partir da implantação do projeto, em 1970, a ocupação se iniciou às margens da estrada e, depois, ao longo das extensas vicinais abertas pelo INCRA, pelas Secretarias de Agricultura e de Obras do então Território, pela Prefeitura de Porto Velho e pela ação desbravadora e participativa dos colonos. O plano inicial do INCRA previa capacidade de atendimento a 2 mil famílias, mas, já em 1973, contava com mais de 3 mil famílias, cada uma delas assentadas em lotes de 100ha de terras. Calcula-se que o total de migrantes que se dirigiram a Ouro Preto em cerca de três anos, foi de 25 mil pessoas. O núcleo urbano cresceu em ritmo acelerado, transformando-se em distrito do município de Ji-Paraná, em 30 de janeiro de 1978, através do Decreto nº 81.772, com o nome de Ouro Preto.

Atualmente, as atividades rurais do município estão voltadas para a pecuária bovina, com 330 mil cabeças, predominantemente leiteira (71,2% do efetivo, ou 235 mil cabeças); na agricultura, destacam-se os cultivos de feijão, café, cacau, mandioca, banana e algodão herbáceo. Na agroindústria, a principal atividade são os laticínios (produção de queijo, manteiga, requeijão, leite em pó, leite pasteurizado e derivados). Existem, ainda, instaladas, fábricas de móveis e de calçados.

O nome Ouro Preto advém do fato de terem os técnicos do IBRA, no início da colonização oficial, identificado um tipo de solo roxo escuro, que eles denominaram "ouro preto modal". O acréscimo de "d'Oeste" foi necessário para diferenciar do município de mesmo nome já existente no Estado de Minas Gerais.

### **(15) Jaru (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.921, em 16/06/1981, desmembrado dos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná, com área de 2.944,02km<sup>2</sup>. Possui os distritos de Bom Jesus, Santa Cruz da Serra, Tarilândia e o distrito-sede.

A cidade de Jaru, situada no vale do rio Jaru, surgiu em torno de um dos postos telegráficos instalado em 1912 pela Comissão da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas, chefiada pelo então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Porém, o vale do rio Jaru era ocupado pelos seringueiros desde o século XIX, apesar da resistência imposta pela nação dos índios Jaru, ocupando uma extensa área que se estendia desde o rio Jaru, afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do rio Madeira. Em 1915, a Comissão Rondon procedeu à exploração para estudos do rio Jaru, mantendo esse nome em homenagem aos primitivos habitantes, os Jaru.

Com a implantação da Colonização oficial, através do INCRA, em 1973 foram assentadas as primeiras famílias às margens da BR-364 e das Linhas 601, 621, 603, 623, 605, 625, 608, 628, 610, 630, 612 e 632, com demarcação de 2.107 parcelas. O projeto de colonização era uma extensão do PIC Ouro Preto e denominou-se POP 05.

Somente em 20 de novembro de 1975, através da Portaria nº 1.620/75, oficialmente foi criado o PIC Padre Adolpho Rohl do INCRA, para assentamentos de colonos oriundos principalmente das regiões Sul-Sudeste do País. Seu desenvolvimento demográfico e econômico resultou na elevação da área do projeto à categoria de município em 1981, tendo a localidade de Jaru como sede municipal promovida à categoria de cidade.

Considerada atualmente como polo leiteiro do estado, sua atividade econômica é baseada principalmente na pecuária e agricultura familiar, originária da forma de ocupação da região, dividida em propriedades rurais, em sua maioria de 100ha.

O município é líder na produção da bacia leiteira do estado. Com um rebanho de bovinos de 496 mil cabeças (IDARON, 2010), 66,2% dos quais de aptidão leiteira, ou seja, 328 mil cabeças. Na agricultura, destacam-se arroz, milho, café, mandioca, banana, cacau e algodão herbáceo. No Setor Secundário, sobressaem os laticínios, como o Italac, o Tradição e 10 outros de menor porte (produtores de queijo, manteiga, requeijão, leite pasteurizado e outros produtos derivados do leite), importantes frigoríficos (como o FRIGOR, maior da Região Norte), empresas beneficiadoras de madeira, café, cacau, borracha e cereais.

### **(16) Theobroma (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 371, em 13/02/1992, desmembrado do município de Jaru, com área de 2.197,41km<sup>2</sup>. Possui os distritos de Cachoeirinha, Vila Palmares Oeste e o distrito-sede. Theobroma recebeu, no dia 24 de junho de 2005, do INCRA, o título definitivo de município, pois, até então, suas terras pertenciam à União.

O município surgiu do NUAR Theobroma, integrante do PIC Padre Adolfo Rohl. O desenvolvimento econômico como polo cacaeiro proporcionou a Theobroma as condições de ser transformado em município em 1992.

No período de 1995 a 1997, o município recebeu 200 famílias provenientes do conflito conhecido como “massacre de Corumbiara”, constituindo o assentamento Palmares. No município, foram surgindo outros sete assentamentos de sem-terra, dentre eles Santa Catarina, Rio Branco, 14 de Agosto e Lagoa Nova. Atualmente, estão surgindo mais dois acampamentos, um deles, o Vale Encantado, já adquirido pelo INCRA para reforma agrária.

A economia do município de Theobroma está vinculada significativamente à agricultura. Destacam-se as culturas do café (3.482ha), milho (2.312ha), arroz (1.321ha) e cacau (1.225ha). Excluindo-se o milho, que é utilizado para consumo do gado e das famílias, os demais produtos são comercializados. Há ainda cultivos de seringa, banana, mandioca, frutas para sucos (acerola, goiaba, tamarindo, araçá, cupuaçu, açaí para indústria de suco Doilin, em Porto Velho, e para merenda escolar), melancia, dentre outras.

O gado bovino soma 239.850 cabeças (IDARON, 2010) e tem características mistas, com predominância para aptidão leiteira que corresponde a 60,5% do rebanho. A produção da pecuária local de corte e leite abastece a sede do município, e os excedentes são comercializados para as cidades de Jaru e Ariquemes.

O município de Theobroma possui quatro máquinas de beneficiamento de café e arroz e um laticínio (Aliança) que recebe 20 mil litros de leite e fabrica todos os derivados do leite (manteiga, queijo, requeijão, etc.), abastecendo a cidade e municípios vizinhos. O laticínio também fabrica, comercializa queijo e manteiga para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na década de 80, os córregos da região foram objeto de extração de ouro, o que provocou muita violência e conflitos. Hoje, o município ainda dispõe de uma reserva aurífera: a Serra Sem Calça, que contribui para a economia de Theobroma com cerca de 0,1 a 0,3%, segundo a Prefeitura.

A madeira representa um importante referencial do extrativismo no município. As árvores mais comercializadas são: pequi, cedro, maracatiara, cerejeira, ipê, angelim, roxinho, sumaúma, frejó, camaru, garapa e sucupira.

O nome do município deve-se a uma homenagem ao cacaeiro, cuja denominação científica é *Theobroma cacao*.

## **(17) Ariquemes (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 6.448, em 11/10/1977, desmembrado do município de Porto Velho, possui uma área de 4.426,5km<sup>2</sup>. Através da Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, o município cedeu área territorial para a criação do município de Jaru e, em 11 de maio de 1988, através da Lei nº 198, área, dessa vez, para a criação do município de Machadinho d’Oeste. Pelas Leis nºs 364, 374, 375, 376 e 378, de 13 de fevereiro de 1992, foram consecutivamente doando áreas para a formação dos

seguintes municípios: Jamari, Cacaúlândia, Alto Paraíso, Rio Crespo e Monte Negro. Sua população total é de 74.503 habitantes, sendo 74% urbana (IBGE, 2000).

O Vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao atual município de Ariquemes, já era conhecido, no final do século XIX, pela abundância de suas especiarias nativas, dentre as quais o cacau e o látex da seringueira. A região era habitada por extrativistas e índios. Havia vários seringais, destacando-se o Papagaios.

O início da sua ocupação deu-se por volta do ano de 1900, durante o primeiro ciclo da borracha, mas sua ocupação efetiva começou a partir de 1909, com a construção da linha telegráfica Cuiabá–Santo Antônio do Rio Madeira, implantada pelo então Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon em sua terceira viagem pela Amazônia. Em seus arredores, Rondon resgatou os índios Ahôpôvô, apelidos de Arikême (significa “filho do rio”), para pacificação, visto estarem sempre em conflito com os seringalistas. O posto telegráfico passou, em 1912, a ser denominado Ariquemes em homenagem à tribo indígena.

Em 6 de outubro de 1915, essa região foi delimitada pela Resolução nº 735, e denominada 3º Distrito do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Foi um período de grande migração nordestina para extração das riquezas naturais da região, principalmente do látex das seringueiras nativas, de grande procura internacional.

Em 1958, com a descoberta da cassiterita (minério de estanho), novos contingentes migratórios afluíram à região, desta vez, vindos dos mais diversos pontos do País. Os garimpeiros estabeleceram-se em volta do campo de pouso de aeronaves que escoavam a produção do minério, construindo suas moradias e estabelecimentos comerciais que, atualmente, constituem o bairro Marechal Rondon, tradicional da cidade, dividido pela BR-364. Em 1970, foi proibida a lavra manual de garimpagem, sob o argumento de ser predatória, passando a exploração da cassiterita a ser mecanizada através de empresas.

Em 1975, o INCRA implantou o assentamento dos parceiros em projetos de colonização, iniciando um novo ciclo econômico agrícola, pecuário e extrativista vegetal.

Em 1987, foi descoberta uma nova área de cassiterita, denominada Garimpo Bom Futuro. Considerada na década de 90 como a maior jazida de cassiterita do mundo a céu aberto, promovia as atividades extrativistas nas localidades de Cachorro Sentado, Chapadão e Vila Rica, onde residiam garimpeiros que conviviam com maquinários e equipamentos pesados de mineradores regionais.

Destaca-se, atualmente, como terceiro plantel de gado bovino do estado, com 430 mil cabeças (IDARON, 2010), e segundo na produção de bovino para corte (396 mil cabeças). Na agricultura, o município é importante produtor de arroz (3.465ha), milho (2.577ha), feijão (1.157ha), café (5.094ha), mandioca (400ha) e primeiro produtor de cacau (5.591ha) (IBGE, 2008). Possui atividades de extração de madeira, látex e drogas do sertão. Destaca-se, também, a extração de cassiterita, columbita, topázio e água

mineral. Há atividades de beneficiamento de madeira, processadoras de borracha silvestre e de cereais, frigoríficos, laticínios, fábrica de móveis, calçados e metalurgia. Possui o distrito de Bom Futuro e o distrito-sede Ariquemes.

O nome Ariquemes é uma homenagem à tribo indígena Arikemes (“filho do rio”), habitante original dessa região, cuja língua falada por esses índios era o Txapakura, dentro do grupo linguístico Tupi, hoje uma tribo extinta.

### **(18) Rio Crespo (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 376, em 13/02/1992, desmembrado dos municípios de Ariquemes e Machadinho d’Oeste, com área territorial de 1.717,64km<sup>2</sup>.

O município surgiu do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra (1974/75) do INCRA, junto à BR-364, com divisão em terrenos de 42 alqueires, em média. Mais distante da BR, foi criado o PAD Burareiro (1974), com propriedades maiores (105 alqueires), com o objetivo de implantar a cultura do cacau e da seringa. A cidade surgiu do NUAR Cafelândia, integrante do PAD Marechal Dutra, núcleo criado pelo Governo Estadual para dar suporte aos projetos do INCRA na década de 80.

Atualmente, o município conta com 127 mil cabeças de bovinos, 96% dos quais, com aptidão para corte. Numa região considerada de terra muito boa e plana, as culturas de arroz (1.160ha), café (1.775ha), milho (600ha) e cacau (227ha) se destacam em área plantada. Há ainda cultivos da agricultura familiar com 500 a 600 produtores, como melancia, urucum, feijão e mandioca.

Os produtos agropecuários destinam-se a Ariquemes. O plantio de arroz está crescendo em terras arrendadas por paranaenses utilizando-se de maquinário, assim como o plantio de café. A piscicultura também está avançando: são 30 criadores de tambaqui, principalmente. Desenvolve-se a extração de madeira, com duas serrarias instaladas, e a extração de cassiterita (Cassiterita Minerais e Metais na Linha 80).

O nome do município se deve ao rio Preto do Crespo, que banha suas terras.

### **(19) Cujubim (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 568, em 22/06/1994, desmembrado dos municípios de Rio Crespo e Itapuã do Oeste, com área de 3.864,07km<sup>2</sup>. Só possui o distrito-sede, Cujubim.

A origem do município foi um NUAR do PA Cujubim I (507 lotes de 50ha) da década de 80, de migrantes do Paraná, Espírito Santo e Bahia. Além do PA Cujubim I, foram implantados os PAs Cujubim II (64 lotes), Renascer, Agostinho Becker, Américo Ventura (este último com famílias do massacre de Curumbiara, ocorrido em agosto de 1995).



As Linhas<sup>12</sup> são bem povoadas por pessoas originárias do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Atividade madeireira de extração e beneficiamento foi e ainda é muito importante no município. Ele foi submetido à Operação Arco de Fogo, de combate à extração e venda clandestina de madeira na Amazônia Legal, ação integrada das forças federais que teve início em fevereiro de 2008. Segundo relatos locais, as atividades ilegais reduziram bastante, assim como o desmatamento, mas geraram também muito desemprego. A extração de madeira é grande ainda (47 a 50 madeireiras no município), mas tende ao esgotamento.

Na agricultura, destacam-se os cultivos de arroz (800ha), milho (800ha), café (1.980ha), cacau (285ha), mandioca (815ha) e feijão (400ha). Cujubim tem um plantel bovino de 136 mil cabeças de gado, sendo 88% de corte. A produção local é destinada aos frigoríficos de Ariquemes, Jaru e Porto Velho. O café é cultivado em pequenas propriedades e vendido para indústria em Ariquemes (CONCATE).

O nome Cujubim deve-se à homenagem a uma ave da fauna amazônica, muito comum nas matas da Rondônia.

## **(20) Itapuã do Oeste (RO)**

O povoado Jamari surgiu às margens da Rodovia BR-364 e próximo ao rio Jamari, por isso a referência ao rio, afluente da margem direita do rio Madeira que atravessa todo o município, que foi criado pela Lei Complementar nº 364, em 13/02/1992, sendo desmembrado da área dos municípios de Porto Velho e Ariquemes. Possui extensão de 4.081,43km<sup>2</sup>. Em 24 de outubro de 1997, o nome do município foi alterado para Itapuã do Oeste, através da Lei nº 747.

A maior parte do município pertence à Floresta Nacional (FLONA) do Jamari, criada em 1984, que também tem áreas nos municípios de Candeias do Jamari e Cujubim. Há exploração de cassiterita em seu interior. Recentemente (2008), foi a primeira reserva ambiental a ser objeto de concessão para exploração de madeireiras por 40 anos (cerca de 43% da FLONA).

Devido à presença da FLONA do Jamari, pequena porção do território do município é disponível à exploração agropecuária. O rebanho de gado bovino é de 80 mil cabeças, sendo 71% para corte. Há produção de café (262ha), arroz (262ha), mandioca (242ha), milho (180ha) e soja (180ha). São cerca de 1.000 produtores rurais que vivem da renda básica do café e da pecuária. Há ainda plantação de tubérculos (além da mandioca, o inhame, o cará), de abacaxi, hortaliça, urucum, babaçu, pupunha e camu-camu. Há uma associação extrativista, Rio São Marcos, para coleta de açaí. A pesca é uma atividade que

---

<sup>12</sup> Linha é a denominação para as vias de penetração, perpendiculares à rodovia principal, dos projetos de colonização e de assentamento do INCRA em Rondônia, onde se distribuem os lotes rurais (estradas vicinais).

se destaca no município (segundo polo pesqueiro do estado), com a Colônia Z-7 e cinco tanques pesqueiros.

### **(21) Candeias do Jamari (RO)**

Município criado pela Lei Complementar nº 363, em 13/02/1992, com área de 6.843,87km<sup>2</sup>, desmembrada do município de Porto Velho. Sua sede dista 20km da capital do estado. Possui o distrito de Triunfo e o distrito-sede.

A localidade de Candeias tem sua origem no local de um Distrito Policial criado pelo Ato nº 2.213, de 14 de novembro de 1939, pertencente ao município de Alto Madeira, com sede em Santo Antônio, pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

O lugarejo, à margem direita do rio Candeias, servia de ponto de estacionamento para quem se dirigia aos seringais do alto rio Candeias, bem como de depósito de borracha para os que desciam o rio, facilitando o transporte da produção para Porto Velho ou para Cachoeira de Samuel, onde aportavam as gaiolas e as outras embarcações de menor porte vindas de Manaus, e para onde retornavam.

No município de Candeias do Jamari, onde existia a Cachoeira de Samuel, no rio Jamari (afluente do rio Madeira), foi construída a barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) de Samuel, com potência instalada de 216MW. Essa usina começou a ser construída no ano de 1982 e foi concluída 14 anos depois.

Parte do município é ocupada pela FLONA Jacundá, criada em 2004, com 220.000ha, que também ocupa terras do município de Porto Velho.

Candeias do Jamari abriga um rebanho bovino de 175 mil cabeças, sendo 93% de aptidão para corte, que é processado em frigoríficos de Porto Velho. Na agricultura, a área é plantada com café (283ha), mandioca (896ha), arroz (700ha), milho (290ha) e feijão (102ha). No distrito de Triunfo, há extração de madeira.

As principais indústrias são uma mineradora de brita, a CARTER, localizada a 30km da cidade pela BR-364, dois laticínios e extração de areia do rio Candeias (20 dragas), para atender à demanda da construção civil em Porto Velho, chegando a retirar 50 a 60 caminhões por dia.

### **(22) Porto Velho (RO)**

O município foi criado pela Lei Complementar nº 757 do Estado do Amazonas, em 02/10/1914, desmembrado do município de Humaitá (AM). Com a criação do Território de Guaporé, em 1943, o município foi desmembrado do Estado do Amazonas e incorporado à nova unidade administrativa, tendo a cidade de Porto Velho como capital do Território Federal de Guaporé, instalado em 19/01/1944. Essa condição de capital se manteve no período em que o Território passou a ser designado Território Federal de Rondônia (1956-1981) e após a criação do Estado de Rondônia, em 1981.

Entre 1940 e 1977, o município de Porto Velho tornou-se o segundo maior município brasileiro em extensão territorial, mas, desde 1977, sofreu sucessivas reduções de sua área territorial, chegando hoje a 34.082,37km<sup>2</sup>, ainda o mais extenso do estado (ocupa 14,3% da área estadual). É formado por 14 distritos rurais e 5 urbanos.

Em meados do século XIX, nos primeiros movimentos para construir uma ferrovia que possibilitasse superar o trecho encachoeirado do rio Madeira e dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará-Mirim, Santo Antônio do Madeira foi a localidade escolhida para construção do porto onde o caucho seria transbordado para os navios para a Europa e os Estados Unidos.

Em 15 de janeiro de 1873, o Imperador Dom Pedro II assinou o Decreto-Lei nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações a subir o rio Madeira. Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado Porto Novo.

As dificuldades de construção e operação de um porto fluvial, em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio, fizeram com que construtores e armadores utilizassem o pequeno porto no rio Madeira localizado 7km abaixo, em local muito mais favorável.

O porto velho dos militares continuou a ser usado por sua maior segurança, apesar das dificuldades operacionais e da distância até Santo Antônio, ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que foi construída entre 1907 e 1912.

Percival Farquhar, proprietário da empresa que afinal conseguiu concluir a ferrovia em 1912, desde 1907 usava o velho porto para descarregar materiais para a obra e, quando decidiu que o ponto inicial da ferrovia seria aquele (já na província do Amazonas), tornou-se o verdadeiro fundador da cidade que, quando foi afinal oficializada município, em 2 de outubro de 1914, pela Assembleia do Amazonas, recebeu o nome Porto Velho.

É a capital do Estado de Rondônia, localizada nas barrancas da margem direita do rio Madeira, o maior afluente da margem direita do rio Amazonas.

A cidade nasceu e cresceu das instalações ferroviárias da EFMM, através da exploração de borracha e, posteriormente, de cassiterita e de ouro. Residiam ali cerca de 1.000 pessoas (todos funcionários da empresa construtora) quando foi concluída a construção da Estrada de Ferro.

Em 1943, com o município de Guajará-Mirim, passou a constituir o Território Federal do Guaporé, que, em 1956, passou a ser denominado Rondônia, e veio a ser elevado à categoria de Estado em 4 de janeiro de 1982.

Porto Velho possui o maior rebanho bovino do estado, com 611 mil cabeças, que correspondem a 13% do rebanho estadual (IDARON, 2010), sendo 90% de gado de corte processado em cinco frigoríficos para exportação. Na agricultura, são plantados cacau,

café, banana e palmito, como cultivos permanentes, e mandioca, arroz, milho, feijão e soja, como cultivos temporários.

Porto Velho é uma cidade que se expande aceleradamente, em função da construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, a qual gerou atividades industriais, de construção civil, comércio e serviços, atraindo muitos migrantes para a cidade e arredores.

## **b. Aspectos Populacionais – All/AID**

### **(1) População Total**

De acordo com os Resultados do Censo Demográfico do IBGE, o Estado de Mato Grosso possuía um total de 3.033.991 habitantes no ano de 2010 (**Quadro 3.6.5-4 e Figura 3.6.5-5**). Desses, 81.919 habitantes (2,7%) encontram-se na Área de Influência Indireta do empreendimento, onde o município com maior população absoluta era Pontes e Lacerda, com 41.386 habitantes.

No Estado de Rondônia, viviam 1.560.501 habitantes, em 2010, sendo que, 1.011.178 (64,8%) estavam na All, destacando-se os municípios de Porto Velho, com 426.558, e Ji-Paraná, com 116.587 habitantes.

Em toda a All, incluindo Rondônia e Mato Grosso, o total de habitantes, em 2010, era de 1.093.097 pessoas. Porto Velho é a principal metrópole local: 39% da população da All e 27,3% da população do Estado de Rondônia. Em seguida, Ji-Paraná (116.587 habitantes), Ariquemes (90.354), Cacoal (78.601), Vilhena (76.187) e Jaru (52.043) são os municípios mais populosos da All, todos no Estado de Rondônia.

Os municípios menos populosos da All são Rio Crespo, em Rondônia, e Conquista d'Oeste e Vale de São Domingos, em Mato Grosso, com menos de 3.500 habitantes.

Se comparados os dados do Censo Demográfico de 2000 e dos resultados (preliminares) do Censo de 2010, nota-se que a população da All apresentou um crescimento na ordem de 17,8%, contando 1.093.097 habitantes neste último ano. O crescimento se deu de forma diferenciada entre os municípios da All.

### **(2) Crescimento Populacional e Migrações**

Com relação ao crescimento da população, aferido com dados dos Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000), das Contagens da População (1996 e 2007) e com os resultados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, notam-se diferenças nos movimentos da população de Mato Grosso e de Rondônia, fruto das políticas regionais implementadas. Há oscilações na distribuição da população total e por condição de residência (rural/urbana) nos anos pesquisados, tanto nos estados quanto nos municípios da All, em função dos ciclos econômicos sucessivos regionais e locais (basicamente agrícola e de extração vegetal e mineral). Nessa medida, a área foi de intensa movimentação populacional, que tendeu a se consolidar no século XXI.

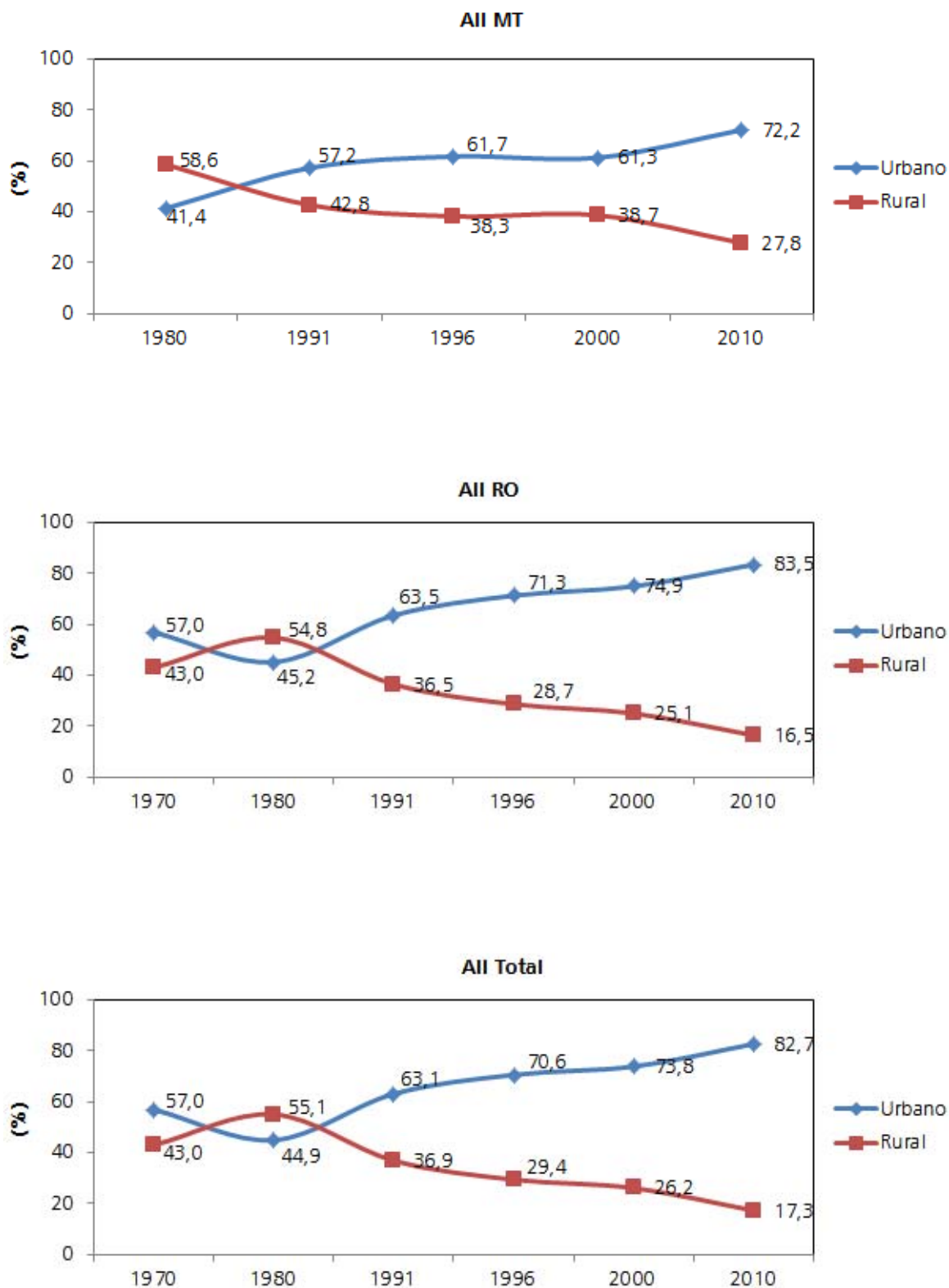
**Quadro 3.6.5-4 - População Total, Urbana e Rural - (1/2)**

Estados/Municípios	Situação do domicílio	Ano							Grau de Urbanização (%)
		1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010	2010
Mato Grosso	Total	1.597.009	1.138.918	2.027.231	2.235.832	2.504.353	2.854.642	3.033.991	81,9
	Urbano	683.857	655.141	1.485.110	1.695.548	1.987.726	-	2.484.838	
	Rural	913.152	483.777	542.121	540.284	516.627	-	549.153	
Jauru	Total	-	16.696	13.247	11.864	12.764	10.774	10.461	59,0
	Urbano	-	5.513	5.659	6.053	6.125	-	6.171	
	Rural	-	11.183	7.588	5.811	6.639	-	4.290	
Vale de São Domingos	Total	-	-	-	-	-	2.873	3.058	23,3
	Urbano	-	-	-	-	-	-	713	
	Rural	-	-	-	-	-	-	2.345	
Pontes e Lacerda	Total	-	14.406	34.603	40.768	43.012	37.910	41.386	83,7
	Urbano	-	7.350	21.790	26.869	29.076	-	34.629	
	Rural	-	7.056	12.813	13.899	13.936	-	6.757	
Conquista D'Oeste	Total	-	-	-	-	-	3.106	3.388	60,6
	Urbano	-	-	-	-	-	-	2.053	
	Rural	-	-	-	-	-	-	1.335	
Nova Lacerda	Total	-	-	-	-	4.045	4.949	5.469	54,8
	Urbano	-	-	-	-	1.834	-	2.996	
	Rural	-	-	-	-	2.211	-	2.473	
Comodoro	Total	-	-	9.278	14.118	15.046	17.939	18.157	69,2
	Urbano	-	-	5.255	8.293	8.865	-	12.568	
	Rural	-	-	4.023	5.825	6.181	-	5.589	
All MT	Total	-	31.102	57.128	66.750	74.867	77.551	81.919	72,2
	Urbano	-	12.863	32.704	41.215	45.900	-	59.130	
	Rural	-	18.239	24.424	25.535	28.967	-	22.789	
Rondônia	Total	111.064	491.025	1.132.692	1.229.306	1.379.787	1.453.756	1.560.501	73,2
	Urbano	59.607	228.168	659.327	762.755	884.523	-	1.142.648	
	Rural	51.457	262.857	473.365	466.551	495.264	-	417.853	
Vilhena	Total	-	50.290	39.263	44.580	53.598	66.746	76.187	94,8
	Urbano	-	19.826	34.513	39.991	50.601	-	72.212	
	Rural	-	30.464	4.750	4.589	2.997	-	3.975	
Chupinguaia	Total	-	-	-	-	5.521	7.456	8.304	44,2
	Urbano	-	-	-	-	1.954	-	3.670	
	Rural	-	-	-	-	3.567	-	4.634	
Pimenta Bueno	Total	-	29.993	48.759	48.260	31.752	32.893	33.754	87,0
	Urbano	-	10.964	25.505	26.686	26.423	-	29.358	
	Rural	-	19.029	23.254	21.574	5.329	-	4.396	
Cacoal	Total	-	67.030	78.934	72.922	73.568	76.155	78.601	78,8
	Urbano	-	13.601	44.091	46.811	51.398	-	61.931	
	Rural	-	53.429	34.843	26.111	22.170	-	16.670	
Ministro Andreazza	Total	-	-	-	10.673	11.342	10.343	10.354	29,7
	Urbano	-	-	-	1.743	2.160	-	3.074	
	Rural	-	-	-	8.930	9.182	-	7.280	

**Quadro 3.6.5-4 - População Total, Urbana e Rural - (2/2)**

Estados/Municípios	Situação do domicílio	Ano							Grau de Urbanização (%)
		1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010	2010
Presidente Médici	Total	-	-	30.064	28.490	26.365	22.197	22.319	59,6
	Urbano	-	-	10.803	12.093	12.174	-	13.296	
	Rural	-	-	19.261	16.397	14.191	-	9.023	
Ji-Paraná	Total	-	121.714	97.799	95.356	106.800	107.679	116.587	89,9
	Urbano	-	39.557	75.414	80.783	91.013	-	104.841	
	Rural	-	82.157	22.385	14.573	15.787	-	11.746	
Ouro Preto do Oeste	Total	-	-	83.857	52.261	40.884	36.040	37.941	74,3
	Urbano	-	-	23.586	26.138	26.541	-	28.208	
	Rural	-	-	60.271	26.123	14.343	-	9.733	
Jaru	Total	-	-	63.535	48.141	53.600	52.453	52.043	67,5
	Urbano	-	-	27.675	30.003	29.577	-	35.141	
	Rural	-	-	35.860	18.138	24.023	-	16.902	
Theobroma	Total	-	-	-	8.500	11.140	9.952	10.644	18,6
	Urbano	-	-	-	1.544	1.515	-	1.980	
	Rural	-	-	-	6.956	9.625	-	8.664	
Ariquemes	Total	-	53.365	83.684	68.503	74.503	82.388	90.354	77,0
	Urbano	-	19.670	45.283	51.801	55.118	-	69.606	
	Rural	-	33.695	38.401	16.702	19.385	-	20.748	
Rio Crespo	Total	-	-	-	6.196	2.937	3.174	3.316	32,1
	Urbano	-	-	-	850	867	-	1.064	
	Rural	-	-	-	5.346	2.070	-	2.252	
Cujubim	Total	-	-	-	-	6.536	13.857	15.873	69,7
	Urbano	-	-	-	-	3.196	-	11.065	
	Rural	-	-	-	-	3.340	-	4.808	
Itapuã do Oeste	Total	-	-	-	5.292	6.822	7.905	8.561	61,0
	Urbano	-	-	-	2.584	3.677	-	5.220	
	Rural	-	-	-	2.708	3.145	-	3.341	
Candeias do Jamari	Total	-	-	-	10.636	13.107	16.736	19.782	65,2
	Urbano	-	-	-	6.839	9.354	-	12.898	
	Rural	-	-	-	3.797	3.753	-	6.884	
Porto Velho	Total	84.048	133.882	287.534	294.227	334.661	369.345	426.558	91,7
	Urbano	47.888	102.593	229.788	238.314	273.709	-	391.014	
	Rural	36.160	31.289	57.746	55.913	60.952	-	35.544	
All RO	Total	84.048	456.274	813.429	794.037	853.136	915.319	1.011.178	83,5
	Urbano	47.888	206.211	516.658	566.180	639.277	-	844.578	
	Rural	36.160	250.063	296.771	227.857	213.859	-	166.600	
All Total	Total	84.048	487.376	870.557	860.787	928.003	992.870	1.093.097	82,7
	Urbano	47.888	219.074	549.362	607.395	685.177	-	903.708	
	Rural	36.160	268.302	321.195	253.392	242.826	-	189.389	

**Fonte:** IBGE - Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 / Contagem da População, 1996 e 2007 / Resultados do Censo, 2010.



**Figura 3.6.5-5** - População Total, Urbana e Rural

**Fonte:** IBGE - Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 / Contagem da População, 1996 e 2007 / Resultados do Censo, 2010.

Entre 1970 e 1980, a população de Mato Grosso reduziu de 1,6 milhão para 1,14 milhão de pessoas (-3,3% ao ano), enquanto, em Rondônia, o crescimento foi espantoso: de uma população de 111 mil habitantes em 1970, o número de moradores aumentou para 491 mil em 10 anos, ou seja, cresceu a uma taxa de 16% ao ano (**Quadro 3.6.5-5** e **Figura 3.6.5-6**). Entre 1980 e 1991, a população de Mato Grosso voltou a crescer (5,4% a.a.), atingindo 2 milhões de habitantes, enquanto a de Rondônia continuou a crescer fortemente, mas a um ritmo mais reduzido que o da década anterior (7,9% a.a.), chegando a uma população de mais de 1 milhão de habitantes em 1991. Em 21 anos, a população de Rondônia aumentou 10 vezes. Foi justamente o período dos projetos de colonização do INCRA, que atraíram migrantes, principalmente do Sul-Sudeste do País.

Nesse contexto, muitos municípios foram criados no período. Em 1970, na All só havia o município de Porto Velho. Em 1980, havia 8 municípios; em 1991, 12 municípios; em 1996, 19 municípios instalados; em 2000, 21 municípios; e em 2007, os 22 municípios da All. Em vista disso, as informações de crescimento populacionais ficam relativamente prejudicadas.

O **Quadro 3.6.5-6** apresenta o ano de criação dos municípios e de que município suas terras foram desmembradas.

Assim, em 1980 só existiam dados dos municípios mato-grossenses de Jauru e Pontes e Lacerda. No Censo de 1991 e na Contagem de População de 1996, apenas três municípios eram constituídos na All de Mato Grosso (Jauru, Pontes e Lacerda e Comodoro). Em 2000, já apareceram os dados do município de Nova Lacerda, criado em 1995, e instalado em 1997. Por outro lado, na Contagem de População de 2007 e nos resultados do Censo de 2010, estão presentes os municípios criados em 1999: Vale de São Domingos e Conquista d'Oeste, desmembrados de Pontes e Lacerda. Dessa maneira, a identificação do movimento da população de cada município *per si* ficou prejudicada.

Na All de Mato Grosso, a partir do Censo Demográfico de 1980, data dos primeiros dados disponíveis na área, a população apresenta crescimento nos períodos intercensitários, mas num ritmo decrescente: inicia com uma taxa de 5,7% a.a., entre 1980/1991, chegando a 0,5% a.a., entre 2000/2007, elevando-se para 1,8% a.a., entre 2007/2010 (**Quadro 3.6.5-5** e **Figura 3.6.5-6**).

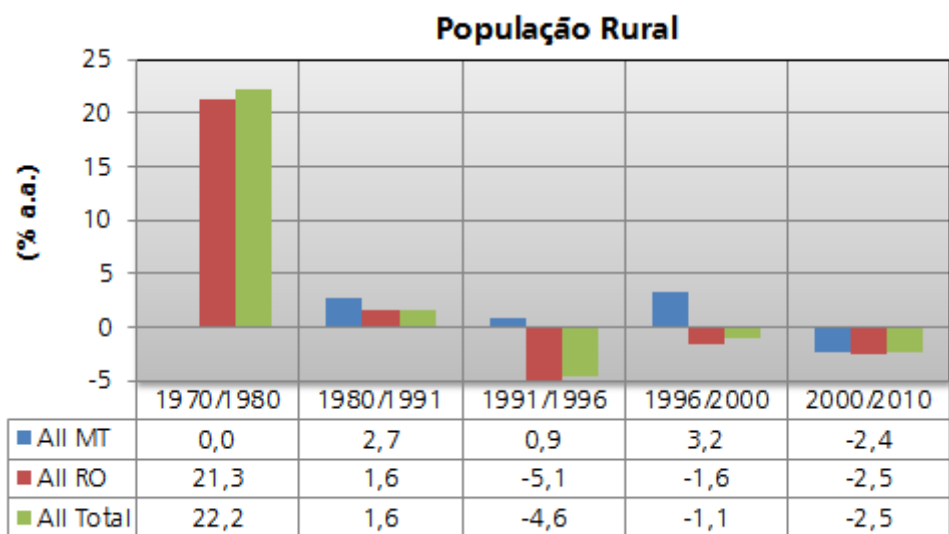
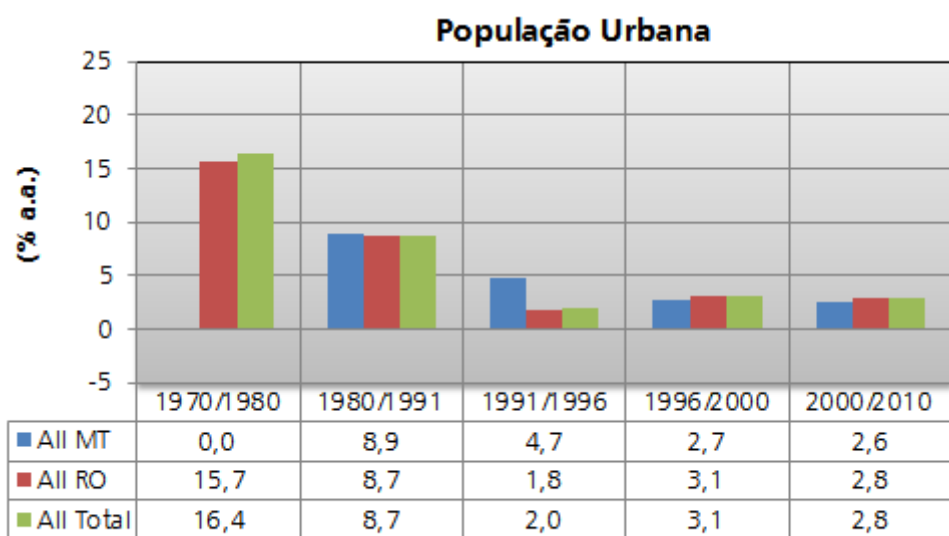
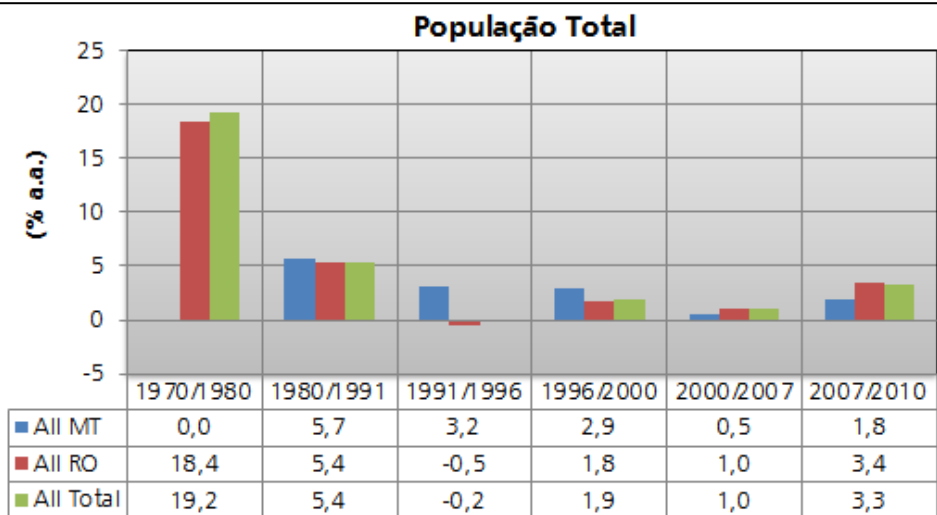
Observa-se ainda, na All de Mato Grosso, que o crescimento urbano foi bastante significativo na década de 80 (8,9% a.a.), maior que o do estado (7,7% a.a.), decrescendo entre 1991 e 1996 para 4,7% a.a., mas ainda superior ao crescimento observado no estado, que foi de 2,7% a.a. Entre 1996 e 2000, a taxa de crescimento urbano da All MT reduziu mais ainda, para 2,7% a.a. Nesses períodos, no entanto, observa-se que, na área rural, há um crescimento de 2,7% a.a., entre 1980/1991, que reduz para 0,9% a.a. no período seguinte, entre 1991/1996, e volta a crescer a taxas superiores à urbana (3,2% a.a.), entre 1996/2000.



**Quadro 3.6.5-5 - Taxa de Crescimento Populacional (% a.a.)**

Estados/Municípios	População Total						População Urbana					População Rural				
	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1996/2000	2000/2007	2007/2010	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1996/2000	2000/2010	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1996/2000	2000/2010
Mato Grosso	-3,3	5,4	2,0	2,9	1,9	2,1	-0,4	7,7	2,7	4,1	2,3	-6,2	1,0	-0,1	-1,1	0,6
Jauru	-	-2,1	-2,2	1,8	-2,4	-1,0	-	0,2	1,4	0,3	0,1	-	-3,5	-5,2	3,4	-4,3
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	-	8,3	3,3	1,3	-1,8	3,0	-	10,4	4,3	2,0	1,8	-	5,6	1,6	0,1	-7,0
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	-	-	-	-	2,9	3,4	-	-	-	-	5,0	-	-	-	-	1,1
Comodoro	-	-	8,8	1,6	2,5	0,4	-	-	9,6	1,7	3,6	-	-	7,7	1,5	-1,0
All MT	-	5,7	3,2	2,9	0,5	1,8	-	8,9	4,7	2,7	2,6	-	2,7	0,9	3,2	-2,4
Rondônia	16,0	7,9	1,7	2,9	0,7	2,4	14,4	10,1	3,0	3,8	2,6	17,7	5,5	-0,3	1,5	-1,7
Vilhena	-	-2,2	2,6	4,7	3,2	4,5	-	5,2	3,0	6,1	3,6	-	-15,5	-0,7	-10,1	2,9
Chupinguaia	-	-	-	-	4,4	3,7	-	-	-	-	6,5	-	-	-	-	2,7
Pimenta Bueno	-	4,5	-0,2	-9,9	0,5	0,9	-	8,0	0,9	-0,2	1,1	-	1,8	-1,5	-29,5	-1,9
Cacoal	-	1,5	-1,6	0,2	0,5	1,1	-	11,3	1,2	2,4	1,9	-	-3,8	-5,6	-4,0	-2,8
Ministro Andreazza	-	-	-	1,5	-1,3	0,0	-	-	-	5,5	3,6	-	-	-	0,7	-2,3
Presidente Médici	-	-	-1,1	-1,9	-2,4	0,2	-	-	2,3	0,2	0,9	-	-	-3,2	-3,5	-4,4
Ji-Paraná	-	-2,0	-0,5	2,9	0,1	2,7	-	6,0	1,4	3,0	1,4	-	-11,1	-8,2	2,0	-2,9
Ouro Preto do Oeste	-	-	-9,0	-6,0	-1,8	1,7	-	-	2,1	0,4	0,6	-	-	-15,4	-13,9	-3,8
Jaru	-	-	-5,4	2,7	-0,3	-0,3	-	-	1,6	-0,4	1,7	-	-	-12,7	7,3	-3,5
Theobroma	-	-	-	7,0	-1,6	2,3	-	-	-	-0,5	2,7	-	-	-	8,5	-1,0
Ariquemes	-	4,2	-3,9	2,1	1,4	3,1	-	7,9	2,7	1,6	2,4	-	1,2	-15,3	3,8	0,7
Rio Crespo	-	-	-	-17,0	1,1	1,5	-	-	-	0,5	2,1	-	-	-	-21,1	0,8
Cujubim	-	-	-	-	11,3	4,6	-	-	-	-	13,2	-	-	-	-	3,7
Itapuã do Oeste	-	-	-	6,6	2,1	2,7	-	-	-	9,2	3,6	-	-	-	3,8	0,6
Candeias do Jamari	-	-	-	5,4	3,6	5,7	-	-	-	8,1	3,3	-	-	-	-0,3	6,3
Porto Velho	4,8	7,2	0,5	3,3	1,4	4,9	7,9	7,6	0,7	3,5	3,6	-1,4	5,7	-0,6	2,2	-5,3
All RO	18,4	5,4	-0,5	1,8	1,0	3,4	15,7	8,7	1,8	3,1	2,8	21,3	1,6	-5,1	-1,6	-2,5
All Total	19,2	5,4	-0,2	1,9	1,0	3,3	16,4	8,7	2,0	3,1	2,8	22,2	1,6	-4,6	-1,1	-2,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 / Contagem da População, 1996 e 2007 / Resultados do Censo, 2010.



**Figura 3.6.5-6** - Taxa de Crescimento Populacional

**Fonte:** IBGE - Censos Demográficos, 1970; 1980; 1991; 2000 / Contagem da População, 1996 e 2007 / Resultados do Censo, 2010.

Observa-se que a população dos municípios da All MT é pouco representativa no estado e é mais ruralizada. O comportamento da população rural não acompanhou a tendência estadual, uma vez que a população rural do Estado do Mato Grosso foi decrescente nos períodos 1991/1996 (-0,1% a.a.) e 1996/2000 (-1,1% a.a.).

**Quadro 3.6.5-6** – Ano de criação e origem do desmembramento dos municípios da All

<b>Município</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Desmembramento (origem)</b>
<b>Mato Grosso</b>		
Jauru	1979	Figueirópolis
Pontes e Lacerda	1979	Vila Bela da Santíssima Trindade
Comodoro	1986	Vila Bela da Santíssima Trindade
Nova Lacerda (*)	1995	Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade
Vale de São Domingos (**)	1999	Pontes e Lacerda
Conquista d'Oeste (**)	1999	Pontes e Lacerda
<b>Rondônia</b>		
Porto Velho	1914	Humaitá (AM)
Vilhena	1977	Porto Velho e Guajará-Mirim
Pimenta Bueno	1977	Porto Velho
Cacoal	1977	Porto Velho
Ji-Paraná	1977	Porto Velho
Ariquemes	1977	Porto Velho
Presidente Medici	1981	Ji-Paraná
Ouro Preto do Oeste	1981	Ji-Paraná
Jaru	1981	Ji-Paraná e Ariquemes
Ministro Andreazza	1992	Cacoal
Theobroma	1992	Jaru
Rio Crespo	1992	Ariquemes e Machadinho d'Oeste
Itapuã do Oeste	1992	Ariquemes e Porto Velho
Candeias do Jamari	1992	Porto Velho
Chupinguaia	1995	Pimenta Bueno, Vilhena e Corumbiara
Cujubim	1994	Rio Crespo e Itapuã do Oeste

(\*) Município criado em 1995 e instalado em 1997.

(\*\*) Municípios criados em 1999 e instalados somente em 2001.

Os municípios da All de Rondônia são cortados pela importante via de articulação inter-regional, a rodovia BR-364, em torno da qual os projetos de colonização foram implantados na década de 1970. Ela foi inaugurada em 1961 e asfaltada em 1984. O asfaltamento da BR-364 e a construção de estradas vicinais favoreceram a ocupação urbana e rural desses municípios e aprofundaram ainda mais o uso agropecuário em detrimento da mata.

Na All RO, a taxa de crescimento da população nos municípios, entre 1970 e 1980, foi de 18,4% a.a., coerente com o crescimento do estado como um todo (16%) (**Quadro 3.6.5-5 e Figura 3.6.5-6**). No período seguinte (1980/1991), o crescimento foi de 5,4% a.a., e negativo (-0,5% a.a.), entre 1991/1996, ou seja, houve perda de população, basicamente na zona rural (-5,1% a.a.). No Estado de Rondônia, há uma redução do ritmo de crescimento da população total para 1,7% a.a., entre 1991/1996, e uma queda absoluta na população rural (-0,3% a.a.). É possível que a diminuição do fluxo migratório externo, nos primeiros anos da década de 1990, esteja associada ao fim dos programas de colonização do INCRA, dada a queda da população rural absoluta, tanto na All como no estado no período.

Entre 1996 e 2000, a população total da All RO voltou a crescer a um ritmo de 1,8% a.a., diminuindo o ritmo para 1,0% a.a., entre 2000 e 2007, e voltando a crescer entre 2007 e 2010 (3,4% a.a.).

A taxa de crescimento da área urbana da All RO foi sempre positiva, assim como a do estado, embora em ritmo decrescente até 1991/1996 e com ritmo mais acelerado em 1996/2000 (3,1% a.a. na All e 3,8% a.a. no estado). A partir dos resultados (preliminares) do Censo 2010, pode-se verificar um aumento significativo na população urbana (2,8% a.a.) face à intensa migração que vem ocorrendo para Porto Velho para trabalhar direta ou indiretamente na construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau.

Em relação à população rural da All RO, observa-se intenso crescimento na década de 1970 (21,3% a.a.), passando de 36 mil moradores para 250 mil, em 10 anos (1980). Esse período correspondeu à implantação dos programas de colonização do estado. Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento da população rural se reduziu para 1,6% a.a., e foi negativa (-5,1%, -1,6% e -2,5% a.a.) entre 1991 e 1996, 1996 e 2000 e entre 2000 e 2010. De fato, ainda ocorre nos anos 80 a política de assentamentos rurais do INCRA. Com o encerramento dessa política, em 1988, cessa-se a atração por terras.

Outro aspecto a destacar quanto ao crescimento demográfico refere-se ao componente migração.

O fluxo migratório mais importante para Rondônia e Mato Grosso ocorreu a partir de meados da década de 1970, com os imigrantes das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, atraídos pelos projetos de colonização agropecuária e pela extração madeireira e de minerais. Para esse processo, contribuiu a modernização do campo ocorrida nessas regiões,

onde as tradicionais formas de cultivo de café estavam sendo substituídas por plantações mecanizadas de soja, trigo e cana-de-açúcar.

A origem da migração se alterou ao longo do período. Segundo a SUDAM (2010), “apesar da indisponibilidade de dados mais recentes que permitam uma avaliação mais precisa do movimento migratório para a Amazônia, é opinião majoritária que a migração inter-regional se reduziu em relação às décadas anteriores, sendo hoje predominantemente de natureza intra-regional”.

Os dados disponíveis são de 1996 e mostram que a migração inter-regional para os municípios e estados da All já não é tão significativa.

A partir da análise do **Quadro 3.6.5-7** e **Figura 3.6.5-7**, que indica o movimento migratório para os Estados de Mato Grosso e Rondônia em 1996<sup>13</sup>, nota-se que, das 308.986 pessoas que imigraram para Mato Grosso, apenas 10.508 se dirigiram para os municípios da All de Mato Grosso, sendo que 55,5% delas vieram de outra unidade da Federação e 43,9%, do próprio Mato Grosso. Desse total, 5.885 foram para Pontes e Lacerda, 4.031 para Comodoro e 592 para Jauru.

No Estado de Rondônia, naquele ano, 142.112 pessoas eram imigrantes, sendo que, na All, esse número chegou a 75.124 pessoas. Desse total da All, 55,4% vieram de outra unidade da Federação e 43,6% são rondonienses que mudaram de município. Porto Velho atraiu 21.803 pessoas, sendo grande parte oriunda de outros estados (17.056 pessoas) e 4.419, rondonienses. O número de estrangeiros que vieram para Porto Velho, em 1996, foi de 226 pessoas.

Destaca-se também, em termos relativos, o movimento migratório para Ji-Paraná, que recebeu 8.223 pessoas (54,3% oriundos de Rondônia), o que representava 8,6% do total da população do município, em 1996. Ariquemes também recebeu muitos habitantes, um total de 8.159 pessoas, o que representava 11,9% do total de população em 1996 (52,3% dos imigrantes vieram de outro Estado). Vilhena recebeu ainda 8.142 pessoas, 18,3% do total da população do município (57% delas do próprio Estado de Rondônia) e Cacoal recebeu 7.253 pessoas que representavam 9,9% da população municipal (51,8% delas de Rondônia).

Dados mais recentes, obtidos nas Prefeituras Municipais durante os trabalhos de campo, indicam algumas características da motivação do movimento migratório na All.

Na All de Mato Grosso, a atração para novos migrantes se dá pela perspectiva de emprego nas mineradoras Áurea e Santa Elina, localizadas em Vila Bela da Santíssima Trindade e Nova Lacerda. A cidade de Pontes e Lacerda tem abrigado a população atraída por ser de maior porte na região, com mais infraestrutura.

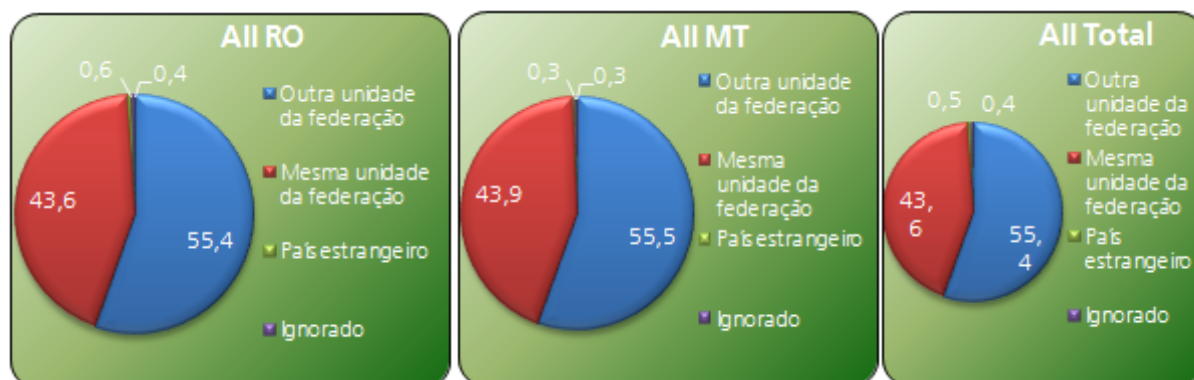
---

<sup>13</sup> Em 1996, foi realizada a Contagem da População do IBGE e foi o último ano em que foi feita a tabulação do Movimento Migratório.

**Quadro 3.6.5-7 - Movimento Migratório**

Estados/Municípios	Total	Origem do movimento migratório			
		Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	Pais estrangeiro	Ignorado
Mato Grosso	308.986	150.421	155.766	1.271	1.528
Jauru	592	315	273	1	3
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	5.885	2.953	2.893	13	26
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	-	-	-	-	-
Comodoro	4.031	2.567	1.444	18	2
All MT	10.508	5.835	4.610	32	31
Rondônia	142.112	64.787	75.697	963	665
Vilhena	8.142	3.505	4.610	12	15
Chupinguaia	-	-	-	-	-
Pimenta Bueno	5.395	2.368	2.993	17	17
Cacoal	7.253	3.439	3.757	14	43
Ministro Andreazza	1.121	482	631	4	4
Presidente Médici	2.893	1.417	1.448	17	11
Ji-Paraná	8.223	3.661	4.466	38	58
Ouro Preto do Oeste	3.463	2.001	1.431	16	15
Jaru	3.288	1.739	1.517	10	22
Theobroma	812	251	559	-	2
Ariquemes	8.159	4.271	3.806	58	24
Rio Crespo	709	352	354	1	2
Cujubim	-	-	-	-	-
Itapuã do Oeste	964	320	638	1	5
Candeias do Jamari	2.899	753	2.133	1	12
Porto Velho	21.803	17.056	4.419	226	102
All RO	75.124	41.615	32.762	415	332
All Total	85.632	47.450	37.372	447	363

Fonte: IBGE - Contagem da População, 1996.



**Figura 3.6.5-7 - Movimento Migratório (%)**  
Fonte: IBGE - Contagem da População, 1996.

Outra tendência que se observa é a venda de terras por parte de assentados e pequenos produtores em direção a terras mais baratas e maiores para o norte (caso do município de Vale de São Domingos). Além disso, jovens têm deixado municípios pequenos para estudar em outras cidades, nem sempre retornando (caso dos municípios de Conquista d'Oeste e Jauru).

Na All de Rondônia, Porto Velho é o principal centro de atração de trabalhadores da região — oriundos de muitos municípios do estado e também de estados vizinhos — e tem apresentado um crescimento expressivo por conta da maior oferta de oportunidades de trabalho e serviços. A construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, de empreendimentos associados, como a Cimenteira Votorantim, além de outros empreendimentos públicos e privados (notadamente na construção civil), que estão sendo implantados na cidade, representam novas oportunidades.

Assim, durante a pesquisa de campo, percebeu-se que está havendo uma atração de trabalhadores de municípios mais próximos em direção a Porto Velho, como Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Ariquemes e Ouro Preto do Oeste. Também se observou tendência de venda de terras por parte de assentados e pequenos produtores em direção a terras maiores e mais baratas (caso de Ministro Andreazza). Novos compradores de terras do Paraná, São Paulo e Minas Gerais estão adquirindo terras, também consideradas baratas, em Ariquemes e Ouro Preto do Oeste. Observa-se ainda a saída de jovens da área rural em busca de trabalho e de continuidade nos estudos, como o ensino superior, muitas vezes não retornando (caso de Theobroma, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná).

### **(3) População por Sexo e Faixa Etária**

De acordo com os dados do **Quadro 3.6.5-8**, há um predomínio da população masculina sobre a feminina, que se deve, principalmente, à influência da imigração. A razão de sexo da população da All de Mato Grosso, em 2000, foi de 108,5 homens para 100 mulheres, e a do Estado de Mato Grosso como um todo foi de 105,7 homens para cada 100 mulheres. Como a All MT é mais ruralizada, o número de mulheres tende a ser menor, já que as cidades oferecem melhores condições sociais e de trabalho à população feminina.

Na All de Rondônia, a razão de sexo foi de 103,1 homens para cada 100 mulheres, índice inferior ao do Estado de Rondônia como um todo, que foi de 105,4/100. Como a urbanização da All RO é superior (74,3%) à urbanização do Estado de Rondônia como um todo (64,1%), pode ser uma explicação para a razão de sexo menor da All. Com relação à distribuição da população por faixa etária e sexo, retratada na pirâmide etária da população da All (**Figura 3.6.5-8**), nota-se um estreitamento na base, na faixa de 0 até 9 anos, e depois da faixa de 20/24 anos, e um alargamento na faixa etária de crianças e jovens de 10 a 19 anos. Pode-se dizer que a população é jovem e com tendência à diminuição da fecundidade, que é associada ao comportamento da população nacional.

**Quadro 3.6.5-8 - Grupos de Idade Por Sexo - (1/2)**

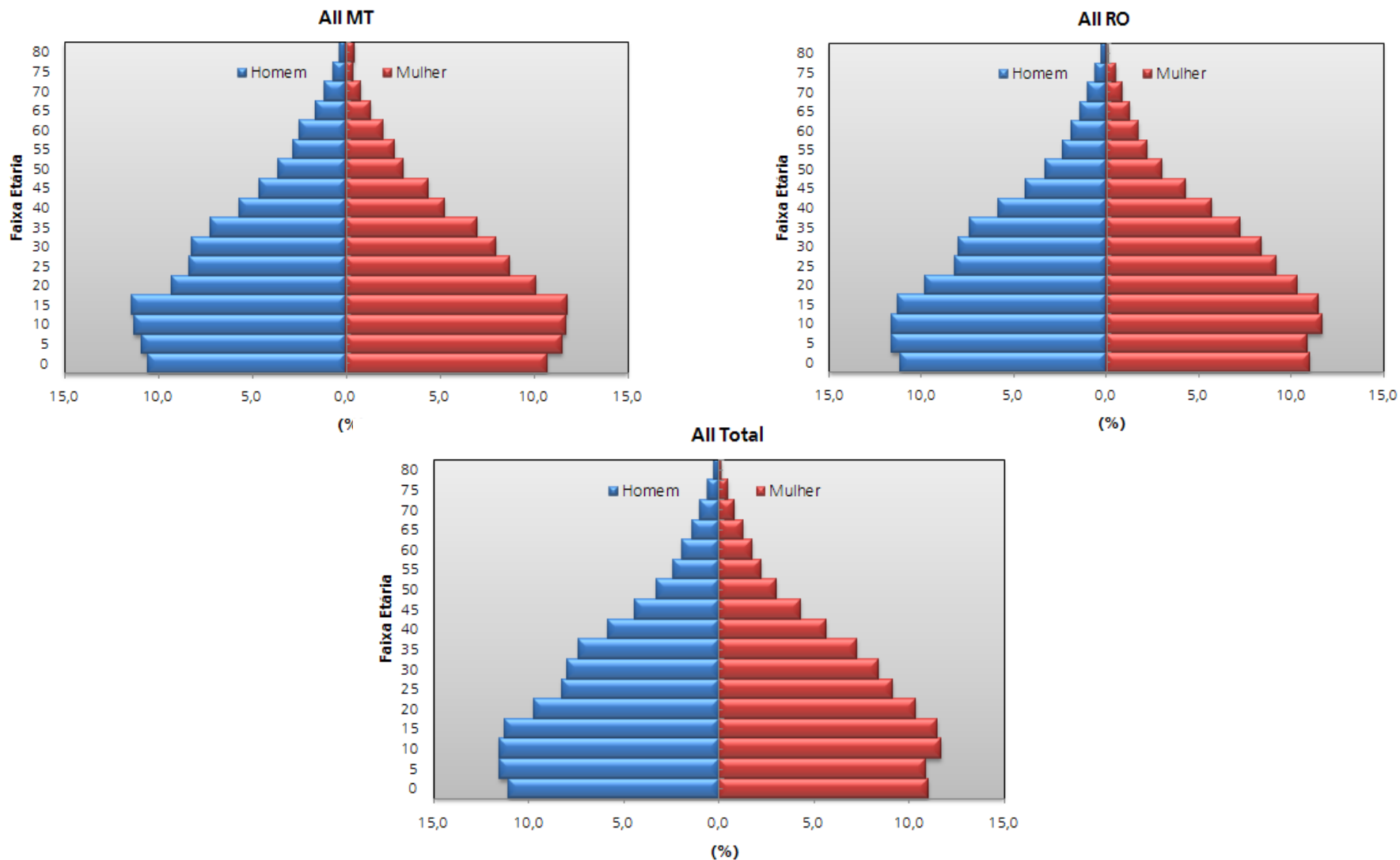
Estados/Municípios	Sexo	Total	Grupo de Idade																	
			0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 e +	
Mato Grosso	Total	2.504.353	254.365	268.172	273.344	272.260	250.684	222.970	206.828	186.058	151.710	116.823	89.153	67.668	52.760	37.543	24.896	14.526	14.593	
	Homem	1.287.187	129.855	136.535	139.526	138.844	126.882	112.339	105.343	96.018	79.256	61.567	47.679	36.157	28.335	20.294	13.565	7.810	7.182	
	Mulher	1.217.166	124.510	131.637	133.818	133.416	123.802	110.631	101.485	90.040	72.454	55.256	41.474	31.511	24.425	17.249	11.331	6.716	7.411	
Jauru	Total	12.764	1.262	1.446	1.587	1.585	1.207	964	912	748	645	585	468	428	349	210	156	108	104	
	Homem	6.538	660	710	821	811	593	486	459	390	345	272	242	223	200	108	97	69	52	
	Mulher	6.226	602	736	766	774	614	478	453	358	300	313	226	205	149	102	59	39	52	
Vale de São Domingos	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Homem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Mulher	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pontes e Lacerda	Total	43.012	4.456	4.652	4.770	4.884	4.256	3.771	3.607	3.215	2.479	1.945	1.414	1.087	957	660	433	233	193	
	Homem	22.254	2.254	2.378	2.411	2.516	2.110	1.887	1.866	1.687	1.306	1.050	795	575	534	369	252	147	117	
	Mulher	20.758	2.202	2.274	2.359	2.368	2.146	1.884	1.741	1.528	1.173	895	619	512	423	291	181	86	76	
Conquista D'Oeste	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Homem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Mulher	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nova Lacerda	Total	4.045	464	449	433	407	369	379	383	298	210	194	157	127	83	46	21	9	16	
	Homem	2.250	242	239	214	213	182	208	231	182	124	122	98	76	54	31	16	7	11	
	Mulher	1.795	222	210	219	194	187	171	152	116	86	72	59	51	29	15	5	2	5	
Comodoro	Total	15.046	1.776	1.822	1.805	1.789	1.412	1.265	1.159	1.061	771	643	446	394	291	189	117	54	52	
	Homem	7.920	948	896	928	892	723	657	629	550	440	342	260	222	176	127	78	34	18	
	Mulher	7.126	828	926	877	897	689	608	530	511	331	301	186	172	115	62	39	20	34	
All MT	Total	74.867	7.958	8.369	8.595	8.665	7.244	6.379	6.061	5.322	4.105	3.367	2.485	2.036	1.680	1.105	727	404	365	
	Homem	38.962	4.104	4.223	4.374	4.432	3.608	3.238	3.185	2.809	2.215	1.786	1.395	1.096	964	635	443	257	198	
	Mulher	35.905	3.854	4.146	4.221	4.233	3.636	3.141	2.876	2.513	1.890	1.581	1.090	940	716	470	284	147	167	
Rondônia	Total	1.379.787	154.599	159.946	161.212	156.885	137.328	118.300	109.172	97.052	77.197	58.987	43.731	33.316	26.514	19.214	12.774	7.435	6.125	
	Homem	708.140	79.240	81.330	81.948	79.605	69.200	58.361	55.546	50.530	40.261	30.810	23.619	17.673	14.573	10.625	7.344	4.212	3.263	
	Mulher	671.647	75.359	78.616	79.264	77.280	68.128	59.939	53.626	46.522	36.936	28.177	20.112	15.643	11.941	8.589	5.430	3.223	2.862	
Vilhena	Total	53.598	5.708	5.970	6.178	5.803	5.235	4.748	4.598	4.042	3.192	2.352	1.787	1.259	1.049	750	475	252	200	
	Homem	26.712	2.878	3.048	3.074	2.903	2.532	2.231	2.228	2.012	1.609	1.173	944	639	534	393	267	147	100	
	Mulher	26.886	2.830	2.922	3.104	2.900	2.703	2.517	2.370	2.030	1.583	1.179	843	620	515	357	208	105	100	
Chupinguaia	Total	5.521	672	695	632	596	530	502	429	367	287	226	182	163	107	69	34	11	19	
	Homem	3.043	353	364	317	323	283	264	238	216	179	132	108	103	74	48	24	7	10	
	Mulher	2.478	319	331	315	273	247	238	191	151	108	94	74	60	33	21	10	4	9	
Pimenta Bueno	Total	31.752	3.287	3.444	3.651	3.562	3.119	2.663	2.589	2.364	1.874	1.446	1.096	823	617	504	338	214	161	
	Homem	16.086	1.658	1.733	1.895	1.802	1.546	1.248	1.289	1.176	961	744	588	443	328	263	194	119	99	
	Mulher	15.666	1.629	1.711	1.756	1.760	1.573	1.415	1.300	1.188	913	702	508	380	289	241	144	95	62	
Cacoal	Total	73.568	7.577	8.073	8.327	8.146	7.310	6.404	6.139	5.409	4.403	3.273	2.392	1.803	1.499	1.117	850	458	388	
	Homem	37.218	3.899	4.120	4.192	4.129	3.592	3.103	3.018	2.784	2.223	1.690	1.287	916	773	572	456	261	203	
	Mulher	36.350	3.678	3.953	4.135	4.017	3.718	3.301	3.121	2.625	2.180	1.583	1.105	887	726	545	394	197	185	
Ministro Andreazza	Total	11.342	1.285	1.395	1.360	1.261	1.135	939	884	706	573	471	366	308	229	174	120	94	42	
	Homem	5.950	615	720	705	617	612	511	488	388	310	248	196	168	132	99	60	55	26	
	Mulher	5.392	670	675	655	644	523	428	396	318	263	223	170	140	97	75	60	39	16	



**Quadro 3.6.5-8 - Grupos de Idade Por Sexo - (2/2)**

Estados/Municípios	Sexo	Total	Grupo de Idade																
			0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 e +
Presidente Médici	Total	26.365	2.557	2.895	3.107	3.204	2.452	2.070	1.934	1.809	1.487	1.211	956	780	688	503	359	189	164
	Homem	13.609	1.315	1.498	1.573	1.623	1.287	1.028	988	907	778	632	493	442	347	284	197	107	110
	Mulher	12.756	1.242	1.397	1.534	1.581	1.165	1.042	946	902	709	579	463	338	341	219	162	82	54
Ji-Paraná	Total	103.577	10.875	8.729	12.119	12.153	10.684	9.409	8.914	8.144	6.260	4.737	3.451	2.463	2.001	1.573	1.084	679	302
	Homem	53.251	5.513	5.851	6.029	6.023	5.150	4.447	4.393	4.132	3.124	2.429	1.817	1.240	1.053	808	596	344	302
	Mulher	50.326	5.362	2.878	6.090	6.130	5.534	4.962	4.521	4.012	3.136	2.308	1.634	1.223	948	765	488	335	-
Ouro Preto do Oeste	Total	40.782	4.254	4.501	4.827	4.765	4.074	3.433	3.297	3.003	2.222	1.711	1.308	1.067	836	620	467	282	115
	Homem	20.725	2.178	2.303	2.408	2.419	2.009	1.701	1.604	1.582	1.161	876	676	528	424	333	253	155	115
	Mulher	20.057	2.076	2.198	2.419	2.346	2.065	1.732	1.693	1.421	1.061	835	632	539	412	287	214	127	-
Jaru	Total	50.798	5.788	3.334	6.291	6.500	5.604	4.576	4.087	3.572	2.925	2.237	1.636	1.315	1.095	824	516	336	162
	Homem	24.762	2.909	353	3.226	3.255	2.847	2.272	2.107	1.868	1.531	1.158	870	665	605	444	298	192	162
	Mulher	26.036	2.879	2.981	3.065	3.245	2.757	2.304	1.980	1.704	1.394	1.079	766	650	490	380	218	144	-
Theobroma	Total	12.138	1.251	2.332	1.334	1.377	1.162	903	739	693	585	521	401	324	240	142	75	44	15
	Homem	6.097	660	674	710	731	642	519	421	388	333	283	218	189	138	100	55	21	15
	Mulher	6.041	591	1.658	624	646	520	384	318	305	252	238	183	135	102	42	20	23	-
Ariquemes	Total	74.387	8.675	8.574	8.475	8.189	7.345	6.726	6.297	5.288	4.228	3.171	2.314	1.723	1.320	977	613	330	142
	Homem	37.995	4.498	4.353	4.269	4.072	3.571	3.247	3.165	2.771	2.248	1.659	1.228	919	751	551	367	184	142
	Mulher	36.392	4.177	4.221	4.206	4.117	3.774	3.479	3.132	2.517	1.980	1.512	1.086	804	569	426	246	146	-
Rio Crespo	Total	6.659	303	4.068	331	331	279	270	222	200	149	118	110	83	82	65	29	16	3
	Homem	5.327	145	3.899	176	182	145	157	123	114	89	75	61	37	50	40	19	12	3
	Mulher	1.332	158	169	155	149	134	113	99	86	60	43	49	46	32	25	10	4	-
Cujubim	Total	6.530	870	849	713	735	734	514	483	410	357	273	206	151	111	72	31	9	12
	Homem	3.603	450	438	399	393	402	268	288	215	207	159	127	92	78	48	21	6	12
	Mulher	2.927	420	411	314	342	332	246	195	195	150	114	79	59	33	24	10	3	-
Itapuçã do Oeste	Total	6.812	879	896	850	702	581	517	478	435	375	315	250	194	157	91	52	23	17
	Homem	3.641	442	463	440	352	310	266	252	226	220	201	132	122	94	55	34	15	17
	Mulher	3.171	437	433	410	350	271	251	226	209	155	114	118	72	63	36	18	8	-
Candeias do Jamari	Total	13.087	1.790	1.685	1.580	1.484	1.220	1.044	883	769	692	559	469	293	256	170	105	64	24
	Homem	7.045	917	862	834	805	647	514	470	421	401	307	276	176	161	117	66	47	24
	Mulher	6.042	873	823	746	679	573	530	413	348	291	252	193	117	95	53	39	17	-
Porto Velho	Total	333.842	38.412	38.075	39.306	37.902	34.229	29.141	27.771	25.018	19.532	14.217	9.760	6.608	5.125	3.671	2.642	1.693	740
	Homem	166.737	19.527	19.320	19.803	19.022	16.667	13.599	13.402	12.603	9.844	7.202	5.126	3.365	2.549	1.783	1.334	851	740
	Mulher	167.105	18.885	18.755	19.503	18.880	17.562	15.542	14.369	12.415	9.688	7.015	4.634	3.243	2.576	1.888	1.308	842	-
All RO	Total	850.758	94.183	95.515	99.081	96.710	85.693	73.859	69.744	62.229	49.141	36.838	26.684	19.357	15.412	11.322	7.790	4.694	2.506
	Homem	431.801	47.957	49.999	50.050	48.651	42.242	35.375	34.474	31.803	25.218	18.968	14.147	10.044	8.091	5.938	4.241	2.523	2.080
	Mulher	418.957	46.226	45.516	49.031	48.059	43.451	38.484	35.270	30.426	23.923	17.870	12.537	9.313	7.321	5.384	3.549	2.171	426
All Total	Total	925.625	102.141	103.884	107.676	105.375	92.937	80.238	75.805	67.551	53.246	40.205	29.169	21.393	17.092	12.427	8.517	5.098	2.871
	Homem	470.763	52.061	54.222	54.424	53.083	45.850	38.613	37.659	34.612	27.433	20.754	15.542	11.140	9.055	6.573	4.684	2.780	2.278
	Mulher	454.862	50.080	49.662	53.252	52.292	47.087	41.625	38.146	32.939	25.813	19.451	13.627	10.253	8.037	5.854	3.833	2.318	593

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.



**Figura 3.6.5-8** - Pirâmide Etária e Por Sexo

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2000.

A distribuição da população em três segmentos (grupos etários) pode ser sintetizada no **Quadro 3.6.5-9**, a seguir, onde está discriminada a faixa da população infantil em idade escolar, não ativa, até 14 anos de idade, a faixa de jovens e adultos economicamente produtivos, de 15 a 64 anos, e a faixa seguinte, de idosos, com mais de 65 anos, também considerada população dependente.

**Quadro 3.6.5-9** – Distribuição da população por grandes grupos etários - 2000

	<b>0 a 14 anos</b>	<b>15 a 64 anos</b>	<b>65 anos e mais</b>
<b>Estado do MT</b>	31,78	64,56	3,66
<b>All MT</b>	33,29	63,24	3,47
<b>Estado de RO</b>	34,48	62,22	3,30
<b>All RO</b>	33,94	62,96	3,09
<b>All Total</b>	33,89	62,99	3,12
<b>Brasil</b>	28,80	66,00	5,10

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2000.

Cerca de 33,9% da população da All total é de jovens com menos de 15 anos de idade, pouco mais de 3% da população é idosa e cerca de 63% da população está em idade produtiva de 15 a 65 anos. De modo geral, observa-se que, no Estado de Mato Grosso e na All MT, a população jovem é menor e que a população idosa e em idade produtiva é maior, caso comparadas à população do Estado de Rondônia e da All RO. Comparando-se com os dados do Brasil como um todo, no entanto, observa-se que Mato Grosso e Rondônia possuem uma estrutura etária mais jovem.

#### **(4) Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é um instrumento de avaliação das condições de vida de uma região cujo objetivo é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, que é o PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O IDH leva em conta os fatores Longevidade (expectativa de vida); Educação, avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino; e Renda, mensurada pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de 0 a 1. Regiões e municípios com até 0,49 são considerados de baixo desenvolvimento humano, aqueles com índice entre 0,50 e 0,79 são considerados de médio desenvolvimento e, com IDH maior que 0,80, desenvolvimento considerado alto.

Os municípios da All, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), cujos índices foram dimensionados nos anos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (**Quadro 3.6.5-10**), figuram como de médio desenvolvimento humano, com índices que variam de 0,567, em Rio Crespo (RO) (1991), a 0,771, em Vilhena (RO) (2000). Entre 1991 e 2000, todos os municípios da All apresentaram elevação do IDH.

**Quadro 3.6.5-10 - Índice de Desenvolvimento Humano**

IDH	Estados/Municípios				Classificação Nacional
	IDH, 1991	IDH, 2000	IDH - Longevidade, 1991	IDH - Longevidade, 2000	
Mato Grosso	0,685	0,773	0,654	0,740	9ª
Jauru	0,576	0,680	0,597	0,657	3291ª
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	0,671	0,753	0,675	0,762	1782ª
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	0,583	0,719	0,582	0,719	2630ª
Comodoro	0,664	0,724	0,662	0,708	2526ª
Rondônia	0,660	0,735	0,635	0,688	14ª
Vilhena	0,710	0,771	0,665	0,704	1285ª
Chupinguaia	0,597	0,707	0,616	0,694	2869ª
Pimenta Bueno	0,663	0,754	0,616	0,704	1744ª
Cacoal	0,673	0,755	0,667	0,745	1713ª
Ministro Andreazza	0,607	0,701	0,647	0,703	2966ª
Presidente Médici	0,623	0,707	0,670	0,677	2869ª
Ji-Paraná	0,680	0,753	0,659	0,699	1782ª
Ouro Preto do Oeste	0,648	0,727	0,629	0,677	2482ª
Jaru	0,646	0,729	0,670	0,725	2442ª
Theobroma	0,604	0,661	0,658	0,664	3582ª
Ariquemes	0,660	0,752	0,614	0,710	1808ª
Rio Crespo	0,567	0,712	0,528	0,660	2763ª
Cujubim	0,597	0,695	0,647	0,672	3064ª
Itapuã do Oeste	-	-	-	-	-
Candeias do Jamari	0,597	0,671	0,547	0,635	3434ª
Porto Velho	0,710	0,763	0,633	0,664	1498ª

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

O Estado do Mato Grosso figura como 9º na classificação nacional, com o IDH calculado em 0,773 em 2000, enquanto Rondônia vem a seguir, na 14ª posição, com IDH de 0,735. Vilhena (RO) e Porto Velho (RO) são os municípios que obtiveram melhor desempenho entre os demais municípios da All, ficando na posição de 1285ª e 1498ª no *ranking* nacional, com IDH de 0,771 e 0,763, respectivamente.

Os únicos municípios que ficaram abaixo da casa de 0,7 no IDH são: Cujubim (RO), com 0,695; Jauru (MT), com 0,680; Candeias do Jamari (RO), com 0,671; e Theobroma (RO), com 0,661. Todos os demais municípios da All obtiveram um IDH, em 2000, acima de 0,7 e abaixo de 0,771.

O índice de Longevidade (IDH-L), que compõe o cálculo do IDH junto com Educação e Renda, é obtido a partir do indicador “esperança de vida ao nascer”, através da fórmula: (valor observado do indicador – limite inferior) / (limite superior – limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

Analisando o Índice de Longevidade em separado (**Quadro 3.6.5-10**), em 1991, os municípios mato-grossenses de Jauru (0,597) e Nova Lacerda (0,582) apresentavam um índice abaixo da média estadual (0,654), que foi superada por Comodoro (0,662) e Pontes e Lacerda (0,675). Nos municípios da All de Rondônia, em 1991, havia municípios com índices superiores ao índice estadual (0,635): Presidente Médici (0,670), Jaru (0,670), Cacoal (0,667), Vilhena (0,665), Ji-Paraná (0,659), Theobroma (0,658), Cujubim (0,647) e Ministro Andreazza (0,647). Nos demais municípios, o IDH de Longevidade era inferior à média estadual, destacando-se Rio Crespo e Candeias do Jamari, com os menores índices (0,528 e 0,547, respectivamente).

Nos IDH-L de 2000, todos os municípios da All evoluíram, oscilando de 0,635, em Candeias do Jamari (RO), a 0,762 em Pontes e Lacerda (MT). No Estado de Mato Grosso, o IDH-L aumentou para 0,740 e, no Estado de Rondônia, para 0,688, ou seja, a esperança de vida ao nascer cresceu nos estados e nos municípios em análise. Todos os municípios da All MT, à exceção de Pontes e Lacerda, estavam abaixo da média estadual. Na All RO, alguns municípios que possuíam IDH-L superior à média estadual, em 1991, mantiveram-se com índices superiores à média estadual, em 2000: Jaru (0,725), Cacoal (0,745), Vilhena (0,704), Ji-Paraná (0,699) e Ministro Andreazza (0,703). Os municípios de Presidente Médici (0,677), Theobroma (0,664) e Cujubim (0,672), por sua vez, possuíam, em 2000, índices de longevidade inferiores à média estadual. Já Chupinguaia (0,694), Pimenta Bueno (0,704) e Ariquemes (0,710) passaram a configurar na lista de municípios com IDH-L superiores ao índice estadual (0,688), em 2000. Os demais municípios que integram a All RO — à exceção de Itapuã do Oeste, que não possui dados para subsidiar a análise —, Candeias do Jamari (0,635), Rio Crespo (0,660), Porto Velho (0,664) e Ouro Preto do Oeste (0,677), continuaram apresentando índices de longevidade inferiores à média do Estado de Rondônia.

## c. Distribuição Geográfica da População

### (1) Densidade Demográfica

Quanto à densidade demográfica, os Estados de Mato Grosso e Rondônia podem ser considerados relativamente pouco povoados e com baixa densidade demográfica, em territórios imensos. Mato Grosso, com 3.033.991 habitantes em 2010, e uma área de 903.358km<sup>2</sup>, apresentou densidade demográfica de 3,4hab/km<sup>2</sup>, enquanto Rondônia, com população total de 1.560.501 habitantes, e área de 237.576km<sup>2</sup>, possuía densidade demográfica de 6,6hab/km<sup>2</sup> (**Quadro 3.6.5-11** e **Figura 3.6.5-9**). A título comparativo, no Brasil como um todo, a densidade é bem superior, ou seja, 22hab/km<sup>2</sup> em 2010.

Observa-se que a densidade demográfica da All em Mato Grosso (2,0 hab/km<sup>2</sup>) é mais baixa do que a média estadual (3,4hab/km<sup>2</sup>) já que as grandes cidades do estado, tais como Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop, se encontram fora da Área de Influência do empreendimento. Na All de Rondônia, por outro lado, a densidade demográfica é maior (10,3hab/km<sup>2</sup>) do que a média estadual (6,6hab/km<sup>2</sup>). A presença, na All, da capital Porto Velho e das cinco maiores cidades do estado contribui para a superioridade da densidade demográfica na All RO.

Em geral, em toda a All, a média da densidade demográfica é de 7,9hab/km<sup>2</sup> em 2010, com um total de 1.093.097 habitantes distribuídos em uma área total, de 22 municípios, de 139.078km<sup>2</sup>.

Acima de 10hab/km<sup>2</sup>, estão os municípios de Cacoal (20,7hab/km<sup>2</sup>), Ministro Andreazza (13,0hab/km<sup>2</sup>), Presidente Médici (12,7hab/km<sup>2</sup>), Ji-Paraná (16,9hab/km<sup>2</sup>), Ouro Preto do Oeste (19,3hab/km<sup>2</sup>), Jaru (17,7hab/km<sup>2</sup>), Ariquemes (20,4hab/km<sup>2</sup>) e Porto Velho (12,5hab/km<sup>2</sup>), todos em Rondônia. Porto Velho, apesar de ser o município mais populoso, é o de maior dimensão da All: 34.082km<sup>2</sup>. Os municípios da All MT são de baixa densidade demográfica, destacando-se apenas o município de Jauru, com 8,6hab/km<sup>2</sup>.

Os municípios com menor densidade demográfica de toda a All são: Vale de São Domingos (MT) (1,5hab/km<sup>2</sup>), Conquista d'Oeste (MT) (1,3hab/km<sup>2</sup>), Nova Lacerda (MT) (1,2hab/km<sup>2</sup>), Comodoro (MT) (0,8hab/km<sup>2</sup>), Chupinguaia (RO) (1,6hab/km<sup>2</sup>) e Rio Crespo (RO) (1,9hab/km<sup>2</sup>).

### (2) Grau de Urbanização

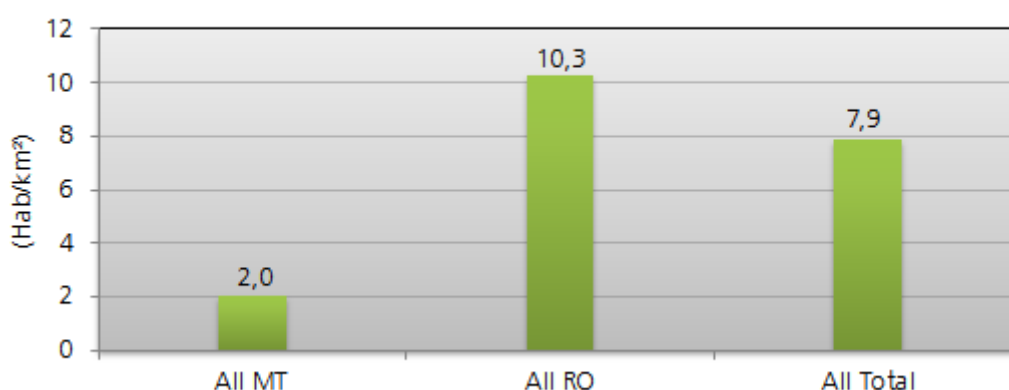
No Estado do Mato Grosso, dos 3.033.991 habitantes em 2010, quase 2,5 milhões viviam na área urbana (81,9%). Em relação à distribuição da população campo/cidade da All MT, verifica-se que, embora haja predominância da população vivendo na zona urbana (72,2%), ela é menos significativa que a do estado como um todo, nesse mesmo ano (**Quadro 3.6.5-4** e **Figura 3.6.5-5**), nas **páginas 3.6.5-72 a 3.6.5-74**.

**Quadro 3.6.5-11 – Densidade Demográfica**

Estados/Municípios	População (Habitantes)			Área total do município (km <sup>2</sup> )	Densidade (Hab/km <sup>2</sup> ) 2010	Extensão da LT no município (km)	Área Territorial da Faixa de Servidão (hectares)
	2000	2007	2010				
Mato Grosso	2.504.353	2.854.642	3.033.991	903.358	3,4	315,4	1.261,6
Jauru	12.764	10.774	10.461	1.217	8,6	21,7	86,8
Vale de São Domingos	-	2.873	3.058	2.001	1,5	22,8	91,2
Pontes e Lacerda	43.012	37.910	41.386	8.423	4,9	34,5	138,0
Conquista D'Oeste	-	3.106	3.388	2.698	1,3	30,4	121,6
Nova Lacerda	4.045	4.949	5.469	4.734	1,2	56,2	224,8
Comodoro	15.046	17.939	18.157	21.743	0,8	149,8	599,2
All MT	74.867	77.551	81.919	40.818	2,0	-	-
Rondônia	1.379.787	1.453.756	1.560.501	237.576	6,6	673,6	2.694,4
Vilhena	53.598	66.746	76.187	11.519	6,6	98,2	392,8
Chupinguaia	5.521	7.456	8.304	5.127	1,6	11,7	46,8
Pimenta Bueno	31.752	32.893	33.754	6.241	5,4	102,2	408,8
Cacoal	73.568	76.155	78.601	3.793	20,7	30,8	123,2
Ministro Andreazza	11.342	10.343	10.354	798	13,0	27,0	108,0
Presidente Médici	26.365	22.197	22.319	1.758	12,7	19,8	79,2
Ji-Paraná	106.800	107.679	116.587	6.897	16,9	41,3	165,2
Ouro Preto do Oeste	40.884	36.040	37.941	1.970	19,3	40,5	162,0
Jaru	53.600	52.453	52.043	2.944	17,7	31,3	125,2
Theobroma	11.140	9.952	10.644	2.197	4,8	16,0	64,0
Ariquemes	74.503	82.388	90.354	4.427	20,4	77,9	311,6
Rio Crespo	2.937	3.174	3.316	1.718	1,9	25,9	103,6
Cujubim	6.536	13.857	15.873	3.864	4,1	5,6	22,4
Itapuã do Oeste	6.822	7.905	8.561	4.081	2,1	62,3	249,2
Candeias do Jamari	13.107	16.736	19.782	6.844	2,9	69,4	277,6
Porto Velho	334.661	369.345	426.558	34.082	12,5	13,7	54,8
All RO	853.136	915.319	1.011.178	98.260	10,3	-	-
All Total	928.003	992.870	1.093.097	139.078	7,9	989,0	3.956,0

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2000 / Área Territorial Oficial, 2002 / Contagem da População, 2007 / Resultados do Censo 2010

**Densidade Demográfica - 2010**



**Fonte:** Censo Demográfico, 2000 / Área Territorial Oficial, 2002 / Contagem da População, 2007 / Resultados do Censo, 2010.

No Estado de Rondônia, dos 1.560.501 habitantes em 2010, mais de 1,1 milhão vivia na área urbana (73,2%). Na All de Rondônia, a taxa de urbanização é de 83,5%, ou seja, é uma região mais urbanizada que a do estado como um todo.

De acordo com os Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010, nota-se que a predominância da população urbana sobre a população rural no Estado do Mato Grosso foi identificada a partir do Censo de 1980 (taxa de 57,5%) e, em Rondônia, no Censo de 1991 (58,2%). É curioso notar que, no Censo de 1970, Rondônia, com uma população de pouco mais de 111 mil habitantes, possuía uma população predominantemente urbana, concentrada em Porto Velho. Essa distribuição entre rural e urbano se inverteu em 1980, ou seja, a população do Estado de Rondônia passou a ser predominantemente rural e, nos censos seguintes, outra vez, passou a ter preponderância urbana, a uma taxa crescente.

Quanto à distribuição urbano/rural da população, verificou-se, em 2010, situações bastante diferenciadas nos municípios da All. Os municípios de Pontes e Lacerda (MT), Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Ji-Paraná (RO e Porto Velho (RO) apresentaram expressivas taxas de urbanização, de 83,7%, 94,8%, 87,0%, 89,9% e 91,7%, respectivamente, superiores às registradas nos Estados de Rondônia (73,2%) e Mato Grosso (81,9%). Dos 20 municípios da All<sup>14</sup>, 8 possuem população rural superior à urbana em 2000: Jauru (MT), Nova Lacerda (MT), Chupinguaia (RO), Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO), Theobroma (RO), Rio Crespo (RO) e Cujubim (RO), todos municípios pouco populosos. Como municípios menos urbanizados, destacam-se Theobroma e Ministro Andreazza, com apenas 13,6% e 19% da população morando nas respectivas sedes municipais.

Cabe registrar que, entre os anos de 1980 e 1991, houve um crescimento da urbanização. Na All, enquanto, em 1980, a taxa de urbanização era de 44,9%, em 1991, aumentou para 63,1% e, em 2000, para 73,8%, já que os municípios de maior porte populacional são os que apresentam maior urbanização.

### **(3) Contingente Populacional Existente na AID**

O empreendimento, devido à sua extensão (989km) — embora ocupe estreita faixa territorial (faixa de servidão de 40m) —, deverá atravessar ou se aproximar de algumas cidades, povoados, vilas e localidades rurais que possuem características específicas em relação à ocupação de seu território.

As ocupações humanas identificadas na Área de Influência Direta (AID) da Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3, durante a pesquisa de campo realizada no período de 18 de junho a 2 de julho de 2010, foram caracterizadas, para uma compreensão melhor de suas especificidades, em **intervalos**, tomando-se como critério

<sup>14</sup> Os municípios mato-grossenses de Vale de São Domingos e Conquista d'Oeste foram criados de 1999 (o município de Vale de São Domingos foi criado pela Lei Estadual nº 7.231, de 28 de dezembro de 1999, e o município de Conquista d'Oeste foi criado pela Lei Estadual nº 7.233, da mesma data), desmembrados do município de Pontes e Lacerda e só instalados em 2001. No Censo Demográfico de 2000, os dados em separado desses municípios ainda não aparecem.



para essa divisão o uso, ocupação e estruturação fundiária da área de abrangência, bem como mudanças na paisagem natural que se materializem em barreiras entre as diversas ocupações existentes ao longo do traçado.

Considera-se como AID do Meio Socioeconômico a faixa de servidão de 40m (20m para cada lado da futura LT), o seu entorno de 1km (500m para cada lado da diretriz), e onde foram identificadas localidades situadas no entorno das principais estradas de acesso (linhas) que poderão ser utilizadas na fase de instalação do empreendimento. As propriedades atravessadas pela LT têm suas áreas integrais inseridas na AID, assim como as áreas dos canteiros e das Subestações.

A seguir, é apresentada uma breve caracterização de cada intervalo de análise.

- **Intervalo 1 (do Km 0 ao Km 165 da futura LT)** – na área rural dos municípios de Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Conquista d’Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT), a diretriz da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 acompanhará o antigo traçado da Rodovia BR-364, principal via de colonização do território durante as décadas de 1960 e 1970. Trata-se de uma estrada de chão (atual rodovia estadual MT-388) pouco povoada, com muitos trechos arenosos e que possui, em seu entorno, grande extensão de vegetação de Cerrado. Nesse intervalo, as áreas rurais de Jauru e Vale de São Domingos são caracterizadas pela presença de propriedades dedicadas à pecuária de corte e de leite. Já as áreas rurais atravessadas pela futura LT em Pontes e Lacerda, Conquista d’Oeste e Nova Lacerda são compostas, em sua maioria, por terras improdutivas, onde os proprietários se apropriam do espaço como reserva de valor, consolidando sua posse com a presença de benfeitorias e encarregados que “tomam conta” desses latifúndios. Nesse trecho, as condições de vida dos moradores são precárias.
- **Intervalo 2 (do Km 165,1 ao Km 365 da futura LT)** – entre os municípios de Comodoro (MT) e Vilhena (RO), a diretriz da LT acompanhará o trecho final do antigo traçado da BR-364 (estrada não pavimentada). Já no município de Comodoro, a futura LT irá atravessar a Rodovia BR-364 (trecho pavimentado) e, a seguir, acompanhará o traçado da Rodovia BR-174 (pavimentada), que, após a divisa interestadual entre Mato Grosso e Rondônia, muda de nome para BR-364. Nas áreas rurais de Comodoro, predomina a produção de soja e milho (plantado na entressafra da soja), com algumas propriedades dedicadas à criação de gado leiteiro de corte. Nas proximidades da cidade de Vilhena, a diretriz se afastará da BR-364 cerca de 5km. Esse trecho é composto, predominantemente, por fazendas produtoras de soja, milho e eucalipto (projetos de reflorestamento).
- **Intervalo 3 (do Km 365,1 ao Km 527,5 da futura LT)** – após atravessar as áreas destinadas à produção de soja, milho e eucalipto, situadas no entorno da área urbana de Vilhena (Intervalo 2), a futura LT vai percorrer um trecho na área rural do município de Vilhena composto por pequenas propriedades (sítios de até 50ha) intercaladas por

fazendas. Nessas fazendas — grandes lotes de terras aparentemente abandonados —, destaca-se uma paisagem com pastagens sem manejo, o chamado “pasto sujo”. A partir do distrito de Guaporé (ou Vila Guaporé), já na área rural do município de Chupinguaia (RO), rumo a Pimenta Bueno (RO), predominam pequenos sítios na paisagem. Essas pequenas propriedades estão, em sua maioria, ligadas aos povoamentos, chamados de “currutelas”, espécies de vilarejos instalados às margens da Rodovia BR-364, caracterizados pela presença de estabelecimentos públicos (escolas) e privados (restaurantes, mercearias, bares e postos de gasolina) dedicados à prestação de serviços.

- **Intervalo 4 (do Km 527,6 ao Km 646,5 da futura LT)** – após Pimenta Bueno, a LT atravessará a área de pequenas propriedades rurais nos municípios de Cacoal (RO) e Ministro Andreazza (RO), cujas principais atividades econômicas são a produção de café associada à criação de gado leiteiro e para corte. Em seguida, a LT vai atravessar as áreas rurais dos municípios de Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO), com destaque para a criação de gado leiteiro. Nesse intervalo, o traçado da futura LT afasta-se das proximidades da BR-364, para cortar estradas de acesso às propriedades rurais, as chamadas “Linhas” de colonização e “Travessões”, localizados até cerca de 30km da rodovia. Nesses sítios de, no máximo, 50ha, destaca-se a criação de gado de corte. Trata-se de uma região colinosa, com presença predominante de pastagens intercaladas por fragmentos de mata. A LT passará próximo a áreas de expansão urbana do município de Ji-Paraná (setor Nazaré e bairro Boa Esperança).
- **Intervalo 5 (do Km 646,6 ao Km 812 da futura LT)** – após a cidade de Ji-Paraná, a futura LT cruzará as áreas rurais dos municípios de Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO) e Ariquemes (RO), que se caracterizam pela presença de pequenos estabelecimentos agrícolas (de até 50ha) e pela intensa produção agropecuária, com predominância da criação de gado para corte, com exceção das áreas próximas ao município de Ouro Preto do Oeste, onde há uma produção significativa de gado leiteiro. A pecuária, de corte ou de leite, está muitas vezes associada a outros cultivos, tais como o cacau (Jaru e Theobroma) e o café (Ouro Preto do Oeste e Jaru). Destacam-se, também, Jaru, que é a maior bacia leiteira do Estado de Rondônia, com produção diária de 600 mil litros de leite, e Ariquemes, polo moveleiro de Rondônia. A LT atravessará áreas de expansão urbana dos municípios de Jaru (Setores 1A e 6 e bairro Jardim dos Estados) e Ariquemes (Setores 2 e 8).
- **Intervalo 6 (do Km 812,1 ao Km 905 da futura LT)** – nesse intervalo, a LT vai atravessar as áreas rurais dos municípios de Rio Crespo (RO), Cujubim (RO) e Itapuã do Oeste (RO), caracterizadas por produções agropecuárias diversificadas (abacaxi, coco, soja, pupunha, gado leiteiro e de corte, piscicultura), e onde alguns pequenos produtores combinam suas atividades agropecuárias com estabelecimentos dedicados à prestação de serviços, tais como bares e restaurantes localizados nas margens da

Rodovia BR-364. Também sobressaem, nesse intervalo, vilas de pescadores situadas nas margens da BR-364 e nos remansos formados pela barragem de Samuel, no rio Jamari, tais como as vilas do Rey do Peixe e do Rio Preto, no município de Itapuã do Oeste. A LT atravessará áreas de expansão urbana do município de Itapuã do Oeste.

- **Intervalo 7 (do Km 905,1 ao Km 989 da futura LT)** – neste trecho final, a LT vai cruzar as áreas rurais dos municípios de Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO), onde há predominância da criação de gado para corte, tanto nas grandes propriedades como nos estabelecimentos menores, com pouco menos de 50ha. Observam-se também produtores de hortifrutigranjeiros. Contudo, trata-se de uma região caracterizada pela presença maciça de fazendas com mais de 1.000ha, que ainda se mantêm produtivas. Na área rural de Porto Velho, a LT atravessará áreas compostas, em sua maioria, por chácaras de veraneio, como a Comunidade Jerusalém da Amazônia.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que a maioria dos proprietários das fazendas situadas nas margens da Rodovia BR-364 reside nas cidades que integram a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento.

A predominância de grandes propriedades rurais — em sua maioria, com mais de 500ha — situadas ao longo da Rodovia BR-364 (terras mais valorizadas) e de sítios de até 100ha localizados em regiões mais afastadas da BR-364 comprova esse dado.

O **Quadro 3.6.5-12** apresenta as principais localidades rurais e demais assentamentos humanos identificados ao longo do traçado da LT, na AID, e seu contingente populacional.

Convém registrar que os dados acerca do número de habitantes representam estimativas populacionais elaboradas pelas lideranças comunitárias, agentes de saúde e população consultada, através das entrevistas e conversas informais durante a pesquisa de campo. Não se trata, portanto, de um cadastramento socioeconômico censitário das populações que vivem nas regiões atravessadas pelo empreendimento.

A análise socioeconômica das localidades identificadas ao longo do traçado da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, na AID, é apresentada no **subitem 3.6.5.4 – Organização Social, Serviços Públicos e Vulnerabilidades – AII/AID**, abordando os aspectos de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura (transporte, habitação, saneamento, energia e comunicação) e organização social.

**Quadro 3.6.5-12 - Principais Localidades Identificadas e População Estimada na AID – (1/4)**

Municípios	Localidades	Coordenadas		Fuso	População total estimada*	Intervalo	Km LT
		E	N				
Jauru - MT	Sítio Ponte Alta	303691	8298114	21	15	1	0,00
	Fazenda Sr. Pedro Serafim	303091	8299095	21	1		0,55
	Fazenda Nsa. Sra. do Pilar	302776	8299621	21	2		1,00
	Sítio São Pedro	301729	8300911	21	4		2,70
	Sítio Dª Durvalina	301642	8300973	21	5		2,85
	Sítio Sancoré (ou Fortuna)	301462	8300944	21	7		2,90
	CoopNoroste LacBom	300755	8302074	21	8		4,25
	Chácara Asa Branca	300929	8302208	21	4		4,30
	Chácara São Sebastião	300855	8302371	21	4		4,40
	Sítio São Nicolau	300771	8302732	21	7		4,80
	Fazenda Rancho Novo	300814	8303098	21	9		5,10
	Fazenda Araçatuba (Retiro)	301143	8303970	21	15		5,75
	Sítio Aniversário de Lana	300452	8305198	21	1		7,20
	Sítio Santa Clara	300296	8305602	21	5		7,60
	Sítio Divino Reis	300400	8306027	21	4		7,90
	Sítio Dois Irmãos	298997	8307451	21	3		9,80
Estância Lua de Mel	298886	8307394	21	5	9,80		
Taquaruçu	300573	8317631	21	200	16,80		
Lucialva	299717	8322314	21	480	22,35		
Vale de São Domingos - MT	Fazenda Rio Bonito	295249	8317469	21	9	1	20,60
	Fazenda Agra	286931	8332777	21	2		38,40
	Fazenda Guapé	283330	8335703	21	24		42,00
	Fazenda Morro do Gavião	281471	8353186	21	3		59,50
Pontes e Lacerda - MT	Fazenda Alto Guaporé	282325	8363707	21	4	1	66,80
	Agropecuária Minas Gerais	279705	8364705	21	3		68,80
Conquista d'Oeste - MT	Fazenda Boa Sortell	269613	8384521	21	4	1	90,70
	Fazenda Conquista	263295	8382554	21	3		93,00
Nova Lacerda - MT	Fazenda Alto da Chapada e Parecis	254232	8392162	21	10	1	105,90
	Fazenda Primavera	248210	8395104	21	2		111,75
	Fazenda Confiança	241135	8413976	21	2		132,00
	Fazenda Areia Branca	235321	8428012	21	5		147,00
Comodoro - MT	Faz. Pecuária Godoi	236609	8437807	21	2	2	156,75
	Estância Bom Jardim	234070	8452951	21	4		172,00
	Fazenda Canaã	234072	8457799	21	4		176,55
	Fazenda Filadélfia	231955	8461650	21	6		180,00
	Fazenda Glória (ou Chapadão)	230096	8458937	21	4		180,30
	Fazenda Vista Alegre	216617	8469093	21	5		197,30
	Sítio Arara Azul	211831	8473277	21	4		204,40
	Fazenda São Roque	212524	8474585	21	5		205,00
	Estância Erechim	210414	8476661	21	3		207,80
	Sítio GR Caimán	209123	8477558	21	7		209,25
	Sítio Santa Catarina (ou Rancho Guadalupe)	208139	8478182	21	4		210,20
	Cargill Agrícola S.A.	204454	8486698	21	52		219,50
	Fazenda Palmares	201611	8488722	21	9		222,60
	Estância Veronese	196613	8495613	21	4		231,35
	Agropecuária Nichele	195789	8498176	21	6		233,45
	Arrendamento Ricardo Mamose	196193	8501577	21	5		236,10
	Fazenda Itália	193204	8503193	21	88		239,45
	Fazenda Nova Itália**	191551	8508207	21	0		245,35
	Fazenda Campo Belo	191401	8509186	21	14		246,30
	Fazenda Primavera	189979	8509235	21	8		246,60
	Fazenda Nova Itália II**	190941	8510778	21	0		248,00
	Fazenda Cristalina	190339	8514050	21	8		251,30
	Fazenda Mata Azul	186195	8521925	21	9		259,75
	Fazenda Rancho do Vale	186823	8526702	21	9		264,25
	Padronal	188177	8541667	21	100		277,30
	Fazenda JK***	184268	8556813	21	-		291,50
	Recanto Dois Irmãos	823475	8561782	20	4		303,45
	Posto Mucuripe	823866	8563823	20	80		304,60
Fazenda Nsa. Sra. Aparecida	820714	8568803	20	8	310,45		

**Quadro 3.6.5-12 - Principais Localidades Identificadas e População Estimada na AID – (2/4)**

Municípios	Localidades	Coordenadas		Fuso	População total	Intervalo	Km LT
		E	N				
Vilhena - RO	Fazenda Boa Sorte	817386	8577359	20	18	2	319,20
	Fazenda Jaqueline	810483	8579466	20	10		325,00
	Assentamento Águas Claras	797183	8593435	20	320		344,40
	Fazenda Grippa	796357	8594226	20	30		345,40
	Fazenda Londrina	790663	8602911	20	31		355,90
	Fazenda Fermiano	772542	8617269	20	4	3	379,60
	Vila São Lourenço	770036	8622682	20	120		384,65
	Fazenda Rosiani	765655	8623100	20	8		385,50
	Sítio Francisco F. de Souza	765069	8623554	20	4		389,15
Posto Gaúcho	758998	8629568	20	36	398,25		
Chupinguaia - RO	Chácara São João	751016	8646085	20	4	3	416,55
	Vila Guaporé	751736	8647047	20	417	3	417,15
Pimenta Bueno - RO	Marco Rondon	734180	8670986	20	240	3	447,95
	Fazenda São Domingos	733695	8671159	20	8		448,45
	Setor Dimba (Assentamento Eli Moreira)	722588	8676537	20	392		460,00
	Fazenda Melgacinho	717933	8688337	20	8		472,80
	Fazenda Macaco Fugido	708372	8708250	20	2		495,45
	Sítio Água Boa	706755	8707876	20	4		496,20
	Fazenda Tibagi	707302	8709191	20	4		496,80
	Fazenda Campo Verde	704138	8713002	20	4		501,70
	Fazenda Monte Alegre	703605	8716830	20	12		505,50
	Sítio Boa Esperança	695513	8720521	20	2		509,50
	Fazenda Tavathai	698857	8718657	20	4		510,40
	Itaporanga***	695950	8713560	20	-		511,30
	Fazenda Silmara	691891	8721845	20	2		518,00
Chácara Dunal R. Jorge	684568	8728128	20	1	527,70		
Cacoal - RO	Riozinho***	678649	8727595	20	-	4	531,80
	Sítios Beija-Flor e Tapete Verde	681636	8730642	20	8		531,55
	Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin	682058	8731802	20	248		532,20
	Sítio Terra Boa	677542	8735458	20	12		537,85
	Sítio Santa Rosa	669942	8743779	20	7		549,20
	Bandeirantes	670015	8752155	20	80		555,35
Ministro Andreazza - RO	Sítio do Manel	662004	8753020	20	2	4	561,40
	Fazenda Americana	655061	8760156	20	4	4	571,40
Presidente Médici - RO	Novo Riachuelo	646988	8774599	20	120	4	591,05
	Sítio Rancho Alegre	638599	8778527	20	2		596,15
	Sítio Santo Antônio	638532	8778819	20	4		596,45
	Sítio Nsa. Sra. de Fátima	635175	8782793	20	4		601,65
	Fazenda Boa Sorte	634948	8782845	20	4		601,85
Ji-Paraná - RO	Sítio Boa Esperança	631318	8786694	20	2	4	607,20
	Sítio Cintra	628829	8786638	20	4		608,85
	Recanto da Grande Harmonia	624297	8794801	20	4		618,00
	Rancho Vida Mansa (Clínica do Jacinto)	623159	8794733	20	4		619,00
	Bairro São Luiz***	621920	8794697	20	-		619,40
	Viveiro das Palmeiras	623239	8796586	20	4		620,00
	Setor Nazaré***	621332	8799179	20	-		623,35
	Bairro Boa Esperança	619575	8799510	20	5.000		625,75
	Chácara Triângulo	618395	8801342	20	7		627,90
	Sítio Dois Irmãos	616356	8802332	20	5		630,30
Sítio São José	606556	8805962	20	4	640,80		
Ouro Preto do Oeste - RO	Fazenda Monte Cristo	599892	8812230	20	8	5	649,65
	Sítio Mapolívio	589308	8816076	20	4		661,00
	Sítio Carmelino Santiago	584546	8817490	20	5		665,95
	Chácara do Sr. Laureano Barbosa da Rocha	580556	8819382	20	5		670,45
	Sítio Cruzeiro Azul	576634	8822336	20	4		675,20
	Fazenda Boa Sorte	576248	8822544	20	4		675,70
	Fazenda Sr. Francisco	572157	8827636	20	4		682,23
	Fazenda Água Clara	570882	8829682	20	4		684,64

**Quadro 3.6.5-12 - Principais Localidades Identificadas e População Estimada na AID – (3/4)**

Municípios	Localidades	Coordenadas		Fuso	População total	Intervalo	Km LT
		E	N				
Jaru - RO	Sítio Duas Placas	569062	8831498	20	5	5	687,25
	Sítio Voitena	566407	8836549	20	5		692,85
	Sítio Palmeiras	564022	8840797	20	5		697,75
	Fazenda Sr. Firmino	562092	8844463	20	4		701,90
	Chácara Santa Rita	561202	8846236	20	17		703,90
	Sítio Pelicano	559922	8847636	20	12		705,85
	Sítio Nsa. Sra. Aparecida	557961	8849038	20	56		708,25
	Setor 1A***	559142	8846581	20	-		705,80
	Setor 6***	557600	8848573	20	-		708,25
Sítio Boa Esperança	554559	8851300	20	9	712,40		
Theobroma - RO	Fazenda Itumbiara	537597	8862373	20	10	5	732,85
	Posto São João	536130	8862752	20	40		734,30
Ariquemes - RO	Sítio Bela Vista	530746	8867079	20	10	5	741,10
	Assentamento Maria José Rique (Seringal Setenta ou Paca Assada)	530763	8868341	20	640		741,80
	Fazenda Nova Vida (Retiro Sede)	519623	8874617	20	26		743,35
	Fazenda Nova Vida (Retiro São Paulo)	518752	8877736	20	14		757,35
	Fazenda São Judas Tadeu	509909	8885347	20	2		759,15
	Fazenda Vale do Jamari	502273	8891272	20	4		778,75
	PAD Marechal Dutra (Assentamento Progresso)	500997	8897078	20	64		784,00
	Chácara Gilberto A. Miranda	499075	8903467	20	11		791,00
	Chácara Boa Esperança	500214	8903697	20	4		791,50
	Setor 2***	499039	8904508	20	-		792,30
	Setor 8***	498148	8905035	20	-		792,80
Fazenda Vánio Marques	495095	8917600	20	3	809,30		
Rio Crespo - RO	Sítio Fé em Deus	491963	8941395	20	1	6	832,25
	Rancho Fachin	491598	8946131	20	4		837,00
Cujubim - RO	Fazenda Água Vida	492093	8949682	20	4	6	840,60
Itapuã do Oeste - RO	Rio Preto	488778	8952167	20	64	6	844,10
	Rey do Peixe	487421	8958524	20	6		850,55
	Vila do Rey do Peixe	486942	8959046	20	100		851,30
	Fazenda Lago Azul	486005	8961659	20	4		853,90
	Fazenda Vitória	484899	8966032	20	4		858,15
	Fazenda Palmital e Cooperama	484573	8967880	20	6		860,40
	Fazenda Castanheira	483133	8972685	20	4		865,45
	Fazenda São Joaquim	482909	8974105	20	1		866,90
	Fazendas Santo Antônio e Santo Expedito	484232	8977168	20	8		869,65
	Fazenda Jamari	476628	8986521	20	5		881,35
	General Carneiro	473566	8989732	20	40		884,70
	Fazenda Esperança	472392	8987489	20	4		886,20
	Sítio Nova Olinda	468155	8995428	20	4		896,90
	Vila de Pescadores	466084	8996620	20	120		899,15
Fazenda Taynnara	459614	8996084	20	4	904,45		

**Quadro 3.6.5-12 - Principais Localidades Identificadas e População Estimada na AID – (4/4)**

Municípios	Localidades	Coordenadas		Fuso	População total	Intervalo	Km LT
		E	N				
Candeias do Jamari - RO	Sítio Lago Azul	457470	8996251	20	4	7	906,90
	Sítio São Pedro	454238	9000242	20	2		912,40
	Fazenda Ouro Verde	452933	9009738	20	4		922,10
	Fazenda Minas Paraná	452824	9011312	20	9		923,70
	Fazenda Rio das Antas	452136	9014434	20	5		926,85
	Fazenda Rio D'Água	450567	9023435	20	4		936,05
	Sítio São Domingos	450181	9023764	20	7		936,45
	Fazenda Gaivota	448104	9028702	20	4		941,90
	Fazenda Terra Nova	447877	9029084	20	4		942,30
	Fazenda Rio Novo	443884	9029750	20	8		952,85
	Fazenda Morumbi	441971	9029727	20	11		954,50
	Fazenda Três Capelas	441649	9029239	20	8		955,00
	Fazenda Araguaia	440130	9029681	20	24		956,15
	Assentamento Flor do Candeias	434967	9027341	20	348		962,70
	Assentamento Cachoeira do Samuel	432287	9026475	20	304		965,50
	Assentamento Paraíso das Acácias	431953	9029467	20	800		965,70
Agropecuária Rancho Pato	424465	9027247	20	6	973,25		
Porto Velho - RO	Fazenda Areia Branca	418818	9024809	20	12	7	979,10
	Bacia Leiteira	415932	9025109	20	120		981,95
	Fazenda Sr. Ademar	414424	9024583	20	4		983,35
	Parque Castanheira 2	414373	9025486	20	160		983,65
	Chácara Monteiro	413870	9025144	20	4		984,05
	Comunidade Jerusalém da Amazônia	413641	9025194	20	400		984,30
	Agrovila Porto Verde	414013	9027126	20	120		984,50
	Fazenda Santa Clara	412206	9026100	20	1		985,85
Fazenda Três Cruzes**	412395	9026619	20	0	986,25		
<b>População Estimada no Entorno da AID (de acordo com a amostragem)</b>					<b>12.251</b>		

Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Nota: (\*) População total estimada = moradores (residentes) e empregados (trabalhadores das lavouras e peões/encarregados do gado)

(\*\*) As Fazendas Nova Itália e Nova Itália II, em Comodoro (MT), e Três Cruzes, em Porto Velho (RO), não possuem moradores.

(\*\*\*) Não foi possível estimar as populações residentes na Fazenda JK, em Comodoro (MT), no distrito de Itaporanga, em Pimenta Bueno (RO), no distrito de Riozinho, em Cacoal (RO), no bairro São Luiz e no Setor Nazaré, em Ji-Paraná (RO), nos Setores 1A e 6, em Jaru (RO), e nos Setores 2 e 8, em Ariquemes (RO).

#### **d. Hierarquia Urbana Regional – AII/AID**

De acordo com definição do IBGE (2007), na conformação da rede urbana, podem coexistir redes hierárquicas e não hierárquicas. As gestões pública e empresarial mantêm relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços.

Os centros de gestão do território caracterizam-se como aquelas cidades onde se localizam uma grande diversidade de órgãos do estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço. Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, o IBGE buscou informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial.

A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade — informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet — complementa a identificação dos centros de gestão do território.

Assim, o IBGE classificou os centros urbanos e delimitou suas áreas de atuação. A hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.

De fato, diferenças nos valores obtidos para centros em diferentes regiões não necessariamente implicam distanciamento na hierarquia, pois a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico de pesquisa do IBGE, que foram combinados para definir as regiões de influência dos centros urbanos, tendo sido identificadas 12 redes de primeiro nível: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, por sua vez, subdivididos em dois ou três subníveis, conforme apresentado a seguir.



## **(1) Metrópoles**

São os 12 principais centros urbanos do País. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações: (i) Grande metrópole nacional – São Paulo; (ii) Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília; (iii) Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.

## **(2) Capital regional**

Integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional. Possui três subdivisões: (i) o primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas; (ii) o segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e (iii) o terceiro, nas demais regiões do País.

## **(3) Centro sub-regional**

Integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação mais reduzida. Seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Sudeste-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos: (i) Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos e (ii) Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

## **(4) Centro de zona**

Nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: (i) Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos e (ii) Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.

## **(5) Centro local**

As demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Na Área de Influência do empreendimento, estão as principais cidades de Rondônia e cidades de médio porte em Mato Grosso. Essa coincidência se deve ao paralelismo da Linha de Transmissão que será implantada com importante rodovia regional (BR-174 em Mato Grosso e BR-364 em Rondônia), principal vetor de ocupação e de adensamento populacional.

Segundo o IBGE (2007), **Porto Velho** é Capital Regional (B) e, por seu dinamismo econômico, é o centro de maior atratividade para o atendimento das necessidades de saúde, educação, comunicação, comércio e serviços. Porto Velho possui três hospitais e uma maternidade públicas e 10 hospitais privados que atraem pacientes de todo o estado, principalmente nos casos de maior complexidade. Abriga também a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e outras oito universidades e faculdades particulares. O comércio e serviços da cidade são bastante diversificados.

A cidade de Porto Velho está fortalecendo sua centralidade com a construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, que tem atraído migrantes do estado, de estados vizinhos e do Nordeste. A Prefeitura estima um aumento de 100 mil pessoas entre 2005 e 2012 no município. Somente para trabalhar diretamente na construção da Usina de Santo Antônio, serão 24 mil trabalhadores, cujo pico foi em julho de 2010. A construção das Usinas tem estimulado a implantação de indústrias associadas, como a Votorantim, de cimento, e uma empresa metalmeccânica de material de turbinas (UMMA), ou seja, há criação de empregos indiretos em vários setores (principalmente em construção civil e em serviços), em função das obras das citadas Usinas.

Esse crescimento tem preocupado as autoridades locais pela pressão nos sistemas de saúde, educação, transporte urbano, habitação, saneamento, segurança, que já não conseguem atender a população com a velocidade desse processo.

Por outro lado, a vocação do Porto Velho é ser um polo logístico de transporte intermodal e de comércio da região, abrangendo os países vizinhos da Bolívia e do Peru. Porto Velho abriga o porto para transporte hidroviário do rio Madeira (hidrovia de 1.156km até Itacoatiara (AM)), utilizada hoje, basicamente, para escoamento da produção de carne e grãos para exportação, vindo do interior do estado e de Mato Grosso pela Rodovia BR-364 e abastecimento de óleo bruto vindo de Manaus; abriga também o Aeroporto Internacional de Porto Velho, com 68 voos regulares semanais para as cidades de Brasília (DF), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC) e conexões.

A possibilidade de ampliação até Porto Velho da ferrovia Cuiabá–Vilhena, já aprovada, a construção, já iniciada, da ponte sobre o rio Madeira, a recuperação da Rodovia BR-319 em direção a Manaus, a saída rodoviária para o oceano Pacífico pelo Peru e a implantação de um novo terminal/porto industrial em parceria público-privada (PPP) são ações que fortalecem essa vocação da cidade.

O município de **Candeias do Jamari** é um centro local. Atualmente, pela proximidade de Porto Velho (20km), está expandindo junto e pode ser considerado cidade-dormitório da capital. Linhas de ônibus circulam de 15 em 15 minutos para Porto Velho. Atualmente, há fornecimento de areia para a construção civil em crescimento acelerado em Porto Velho.

**Ariquemes**, distante 198km de Porto Velho, é considerado pelo IBGE como um Centro Sub-Regional B e é o 3º município mais populoso do Estado de Rondônia. A cidade

é referência em saúde para oito municípios da região; entre eles, incluem-se os municípios **Rio Crespo** e **Cujubim**, que integram a All. Além disso, é referência em educação na região, possuindo cinco faculdades, atraindo estudantes de **Rio Crespo**, **Cujubim**, **Itapuã do Oeste** e **Theobroma**. As Prefeituras desses municípios disponibilizam transporte aos estudantes universitários. Concorre para sua centralidade a Rodovia RO-421, via de ligação com Guajará-Mirim (e com a Bolívia), passando por Campo Novo de Rondônia.

**Ji-Paraná**, 2ª maior cidade de Rondônia, é considerada, pelo IBGE, como um Centro Sub-Regional A. Dista 373km da capital e é considerada o coração do estado, pois se localiza na sua região central. Em termos de saúde, há um hospital regional pactuado para receber pacientes de 15 municípios do entorno e constitui-se referência em educação superior pelas universidades de que dispõe. Seu aeroporto é o mais importante do interior de Rondônia, com voos diários para Cuiabá (MT), Goiânia (GO), Ribeirão Preto (SP), São Paulo (SP), Humaitá (AM), Lábrea (AM), Manaus (AM), Porto Velho (RO), Vilhena (RO) e conexões. Destaca-se como um dos maiores centros de criação pecuária do Estado de Rondônia, abrigando quatro frigoríficos e cinco laticínios que recebem a produção de leite e gado para abate de **Ouro Preto do Oeste**, **Presidente Médici**, dentre outros.

**Jaru**, 6ª cidade de Rondônia, classifica-se como Centro de Zona A. Possui um grande frigorífico e 11 laticínios que absorvem a produção do entorno, incluindo a de **Theobroma**. Jaru é 2ª bacia leiteira nacional depois de Uberaba (MG).

**Vilhena**, 5ª maior cidade de Rondônia, é considerada um Centro Sub-Regional B. O município faz fronteira com o Estado de Mato Grosso e é conhecido como "Portal da Amazônia", por estar situado no local de entrada para a Região Amazônica ocidental. Várias instituições governamentais federais e estaduais estão presentes na cidade, confirmando sua centralidade. A cidade se encontra a 705km de Porto Velho e a 727km de Cuiabá e possui um entroncamento rodoviário que interliga o sul do Estado de Rondônia pela RO-399, onde se localizam os municípios de Corumbiara, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Cabixi, e o noroeste de Mato Grosso pela BR-174, onde se situam os municípios matogrossenses de Aripuanã, Juruena, Castanheiras, Juína, Brasnorte e **Comodoro**. Vilhena é um centro comercial e de serviços dos municípios vizinhos, tanto para as cidades do Estado de Rondônia como do Estado do Mato Grosso. Constitui-se como referência na área de saúde dos moradores do sul do estado, que inclui **Chupinguaia** e **Pimenta Bueno**, bem como dos municípios de Mato Grosso, como **Comodoro**. Na área educacional, Vilhena está se transformando em uma cidade universitária, com três instituições de ensino superior (UNIR, AVEC e IESA)<sup>15</sup>.

**Cacoal**, 4ª maior cidade de Rondônia, é considerada um Centro Sub-Regional B. Cacoal é referência de saúde, educação e transporte para **Ministro Andreazza**.

<sup>15</sup> Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Associação Vilhense de Educação e Cultura (AVEC) e Instituto de Ensino Superior da Amazônia SC Ltda. (IESA).

O município é movido, principalmente, pelas grandes indústrias do setor madeireiro, agropecuário e pelo comércio. Possui aeroporto e já foi considerado o maior produtor do estado de café; é o 2º produtor de banana; produz ainda milho, arroz, feijão e mandioca.

O ensino superior destaca-se na região, por possuir as seguintes faculdades/universidades:

- Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal – FACIMED (particular);
- Faculdades Integradas de Cacoal – UNESC (particular);
- Universidade Federal de Rondônia – UNIR (pública);
- Universidade Norte do Paraná – UNOPAR Virtual (particular, de ensino à distância).

A Saúde Pública Municipal, apesar das dificuldades adversas à vontade da Administração Municipal, é referência de atendimento a pacientes de municípios da região.

A atividade comercial de Cacoal é diversificada; são cerca de quatro mil empresas ativas e atraindo consumidores de toda a região. É comum pessoas virem de Rolim de Moura, Presidente Médici, Ministro Andreazza, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, Primavera de Rondônia e Rondolândia (MT) para consumir toda a variedade de produtos ofertados pelo mercado local. Os setores que mais se destacam na preferência dos visitantes são os supermercados, autopeças, concessionárias de veículos, confecções, materiais de construção e o forte setor atacadista que fornece produtos para revenda.

**Pimenta Bueno** é considerada Centro Local pelo IBGE. Localizada na BR-364, constitui importante ponto de apoio para o sistema de transporte aos veículos de passageiros e de cargas que trafegam para o norte com destino ao Estado do Acre, a Porto Velho e ao Porto Graneleiro de Porto Velho, e para o sentido sul via Cuiabá, escoando os produtos agrícolas e pecuários que abastecem outras regiões brasileiras. Os acessos principais são: BR-364, RO-010 (saída para Rolim de Moura) e RO-387 (saída para Espigão d'Oeste).

Na All de Mato Grosso, destacam-se as cidades de **Pontes e Lacerda** e **Comodoro** como Centro de Zona B, sendo que Pontes e Lacerda está sob influência de Cáceres e Cuiabá, e Comodoro se subordina a Vilhena, cidade de Rondônia. Os Centros Locais de **Nova Lacerda**, **Conquista d'Oeste** e **Vale de São Domingos** estão sob influência de Pontes e Lacerda e **Jauru** está subordinada a Araputanga (MT).

No que se refere à comunicação, a imprensa escrita mais difundida na região da All é produzida majoritariamente em Cuiabá e em Porto Velho. Destacam-se os jornais diários A Gazeta, Jornal do Estado e Diário, em Mato Grosso, e Alto Madeira (o mais antigo), Diário da Amazônia, Estadão e Folha de Rondônia, em Rondônia.

No entanto, outros jornais de cidades menores, como Folha Regional, semanário de Pontes e Lacerda (MT), O Diário de Comodoro (MT), semanários Alô Vale do Jamari e Voz Regional, editados em Ariquemes (RO), Notícia Mais de Jaru (RO), Correio Popular, O

Imparcial de Ji-Paraná (RO), possuem circulação em mais de um município da AII. Nesses centros médios, também se encontram emissoras de rádio locais ouvidas na AII.

As localidades rurais e adensamentos populacionais identificados na Área de Influência Direta (AID) da LT, durante a pesquisa de campo, também foram classificados utilizando-se os conceitos de redes hierárquicas e centralidade adotados na metodologia utilizada pelo IBGE (2007).

As “Localidades” que servem de referência para a população residente em sítios, fazendas, chácaras, estâncias e em outros adensamentos populacionais situados na AID também foram incluídas na classificação, por oferecer serviços públicos, tais como Educação (escolas-polo), Saúde (postos de saúde), Comunicação (telefone público), ou locais para a compra de mercadorias para abastecimento (mercearias), além da maior facilidade de transporte para as cidades, entre outros fatores que atraem as populações rurais até essas “centralidades”, antes de estabelecerem um contato direto com as cidades.

Entretanto, quando se precisa de um serviço mais específico, como hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e superiores, por exemplo, os moradores das áreas rurais dos municípios que serão atravessados pela futura LT buscam as cidades mais próximas e, caso suas demandas continuem insatisfeitas, procuram as cidades maiores e com maior expressão na rede urbana regional, conforme é apresentado no infograma, no tópico a seguir (**Figura 3.6.5-10**).

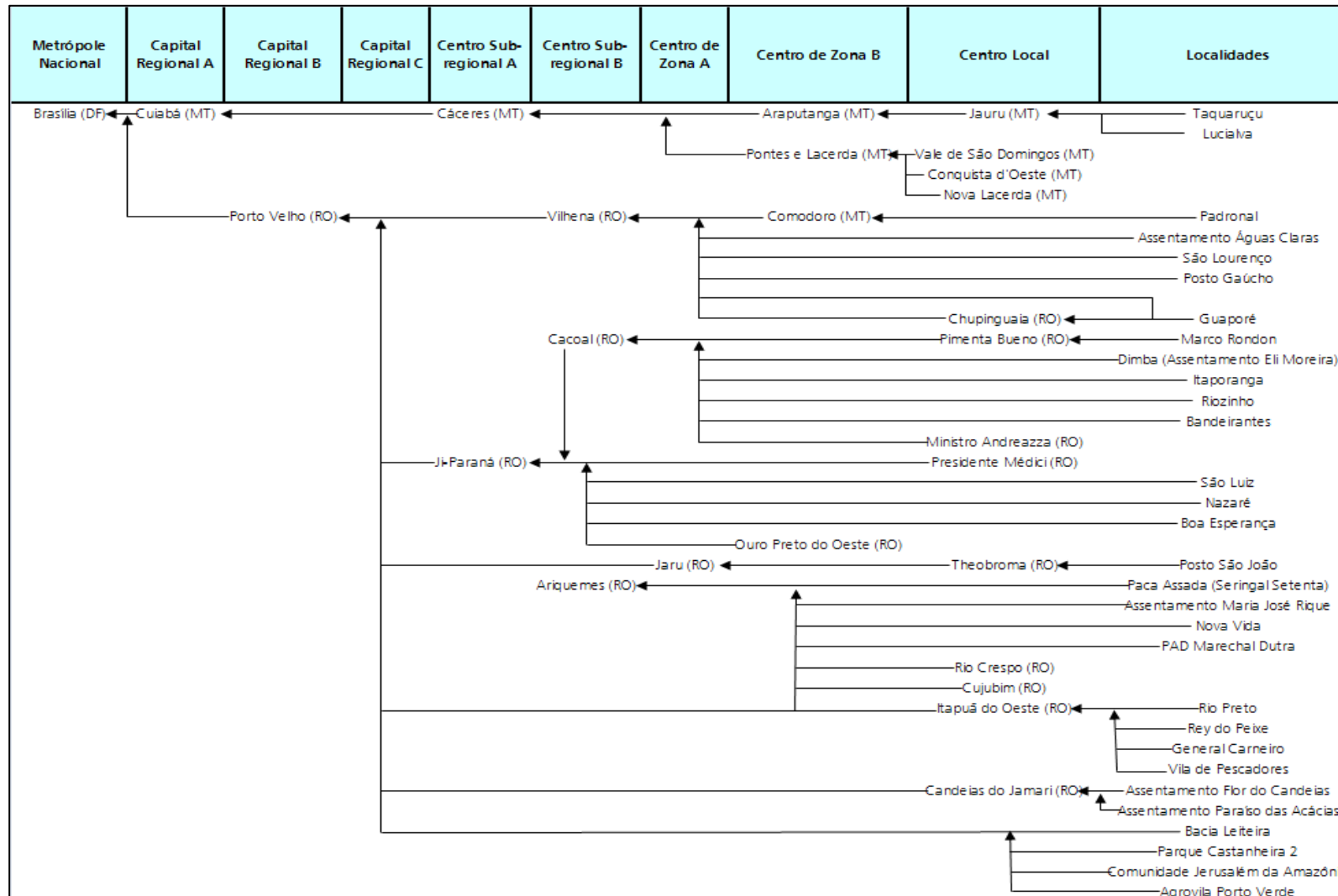
Todos os levantamentos e análises quanto à infraestrutura encontrada nas localidades e cidades pertencentes aos municípios a serem atravessados pela LT são apresentados no **subitem 3.6.5.4 – Organização Social, Serviços Públicos e Vulnerabilidades**.

#### **e. Hierarquia Urbana em Infograma**

Com base na metodologia de redes hierárquicas do IBGE, descritas no tópico anterior, e a partir da pesquisa realizada nas sedes municipais da AII e nas localidades da AID, é apresentado o infograma da hierarquia urbano-rural da região do empreendimento (**Figura 3.6.5-10**), adaptada do IBGE e proposta neste estudo, que permite uma visualização melhor do que está sendo exposto.

#### **f. Instrumentos de Planejamento e Gestão – AII**

Somente 9 dos 22 municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento possuem Plano Diretor: Pontes e Lacerda e Comodoro, em Mato Grosso, Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Ji-Paraná, Jaru, Ariquemes e Porto Velho, em Rondônia. Em Ouro Preto do Oeste (RO), o Plano Diretor está em elaboração. Normalmente, para aqueles municípios desprovidos de Plano Diretor, a Lei Orgânica — presente em todos os municípios da AII — funciona como o principal instrumento de planejamento e gestão.



**Figura 3.6.5-10** – Infograma da Hierarquia Urbano-Rural na AII e AID

**Fonte:** IBGE, 2007 e pesquisa de campo (Biodinâmica Rio, 2010).

O **Quadro 3.6.5-13A** sumariza as informações obtidas em campo, que, em seguida, são expostas com mais detalhes, por município. Vale lembrar que o **item 2.1.1** deste EIA (**Instrumentos Legais e Normativos**) discorre sobre as leis federais, estaduais e municipais que são aplicadas nos municípios da All.

**Quadro 3.6.5-13A – Instrumentos de Planejamento e Gestão na All**

Municípios/Estados	Principais Instrumentos de Gestão
<b>Mato Grosso</b>	
Jauru	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de abril de 1990</li> <li>• Código de Posturas – Lei Complementar nº 060, de 29/09/2009</li> </ul>
Vale de São Domingos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 04/09/2002, atualizada até 17/12/2008</li> <li>• Código de Posturas, de 22/08/2002</li> </ul>
Pontes e Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 01/12/2009</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 156, de 06/04/1989</li> <li>• Código de Obras – Lei nº 013, de 20/12/1983</li> <li>• Parcelamento e Uso do Solo para Fins Urbanos – Lei nº 014, de 28/12/1983</li> <li>• Plano Diretor – Lei Complementar nº 042, de 11/10/2006</li> <li>• Criação do Conselho de Meio Ambiente – Lei nº 478, de 24/04/2001</li> <li>• Plano Plurianual (PPA) 2010-2013 – Lei nº 1.107, de 2009</li> </ul>
Conquista d’Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 13/08/2004</li> <li>• Código de Posturas, de 30/11/2009</li> <li>• PPA 2010-2013 – Lei nº 019/2009</li> </ul>
Nova Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 19/11/1999</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 459, de 08/04/2009</li> <li>• Código Municipal de Meio Ambiente – Lei Complementar nº 034, de 30/10/2008</li> <li>• Código Sanitário – Lei Complementar nº 035, de 30/10/2008</li> </ul>
Comodoro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 23/12/2008</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 027, de 22/12/1987</li> <li>• Plano Diretor Participativo – Lei nº 1038, de 20/12/2007</li> <li>• Código Municipal de Meio Ambiente – Lei nº 1.158, de 28/04/2009</li> <li>• Fundo Municipal de Meio Ambiente – Lei nº 1.131, de 31/01/2009</li> </ul>
<b>Rondônia</b>	
Vilhena	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 28/03/1990, atualizada até a Emenda 044/2009</li> <li>• Código de Obras – Lei nº 125, de 01/11/1986</li> <li>• Código de Posturas – Lei Complementar nº 048, de 13/12/2001</li> <li>• Plano Diretor Participativo – Lei 2.065, de 10/10/2006</li> <li>• Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente – Lei nº 1.220, de 24/11/2000</li>   <li>• Política de Proteção, Controle, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente – Lei nº 1.075, de 28/06/1999</li> <li>• Código Sanitário</li> <li>• Código Tributário – Lei Complementar nº 049/2001</li> </ul>
Chupinguaia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 1997, atualizada até a Emenda 07/2005</li> </ul>
Pimenta Bueno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 28/03/1990, atualizada até a Emenda 04/2007</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 075, de 12/03/1985</li> <li>• Código de Obras – Lei nº 012, de 14/12/1983</li> <li>• Plano Diretor Participativo – Lei nº 1.476, de 02/10/2008</li> <li>• Programa Agenda 21 – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – jun/2007</li> <li>• Agenda 21 – Plano Local de Desenvolvimento Sustentável – out/2007</li> </ul>

Municípios/Estados	Principais Instrumentos de Gestão
Cacoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 26/03/1990, atualizada até a Emenda 15/2007</li> <li>• Código de Obras – Lei nº 071, de 12/12/1985</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 073, de 23/10/1985</li> <li>• Plano Diretor – Lei nº 2.016, de 29/08/2006</li> <li>• Uso do Solo Urbano – Lei nº 074, de 12/12/1985</li> <li>• Parcelamento do Solo Urbano – Lei nº 072, de 12/12/1985</li> <li>• Regularização dos Lotes Urbanos – Lei nº 1.673, de 28/07/2004</li> <li>• Regularização de Parcelamentos Ilegais – Lei nº 1.545, de 10/09/2003</li> </ul>
Ministro Andreazza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 30/06/1994</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 053, de 1994</li> <li>• Lei de Parcelamento do Solo Urbano – Lei nº 048, de 1993</li> </ul>
Presidente Médici	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 29/05/1990</li> <li>• Estrutura organizacional do Poder Executivo e Órgãos Colegiados – Lei nº 870, de 31/05/2001</li> </ul>
Ji-Paraná	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 28/03/1990, atualizada até a Emenda 011/2005</li> <li>• Plano Diretor Participativo – Lei nº 1.136, de 21/12/2001 (em revisão)</li> <li>• Parcelamento do Solo – Lei nº 129, de 1987</li> <li>• Código Ambiental – Lei nº 1.113, de 2001</li> <li>• Criação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEAM) – Decreto nº 6.544, de 2002</li> </ul>
Ouro Preto do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 28/03/1990, atualizada até 30/04/2006</li> <li>• Código de Posturas – Lei Complementar nº 09, de 28/12/2001</li> <li>• Código de Obras, Parcelamento e Perímetro Urbano</li> </ul>
Jaru	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 1990, atualizada até a Emenda nº 10/2009, que cria Conselho Municipal de Meio Ambiente</li> <li>• Plano Diretor Participativo – Lei nº 953, de 04/10/2006.</li> <li>• Código de Obras – Lei nº 254, de 27/05/1994</li> <li>• Criação da Área Urbana da cidade de Jaru – Lei nº 255, de 27/05/1994</li> <li>• Parcelamento do Solo Urbano e Zoneamento – Lei nº 256, de 27/05/1994</li> </ul>
Theobroma	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 1999</li> <li>• Conselhos de Agricultura, de Saúde, da Criança e Adolescente; está sendo criado o Conselho de Meio Ambiente</li> </ul>
Ariquemes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 20/08/1990, atualizada até a Emenda 39/05</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 772, de 15/04/1999</li> <li>• Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano – Lei nº 858, de 18/04/2000</li> <li>• Plano Diretor Participativo – Lei nº 1.273, de 26/12/2006</li> <li>• Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei nº 1483, de 03/09/2009</li> <li>• Código Ambiental – Lei 1.495, de 28/10/2009</li> <li>• Código de Obras e Edificações – Lei nº 1.520, de 22/12/2009</li> <li>• Conselhos Municipais</li> </ul>
Rio Crespo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 15/12/1993</li> </ul>
Cujubim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, atualizada até a Emenda 02/01</li> </ul>
Itapuã do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 30/05/1993</li> </ul>
Candeias do Jamari	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica, de 11/10/1993</li> <li>• Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 163, de 1999</li> </ul>
Porto Velho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica – 27/03/1990, atualizada até Emenda 50/07</li> <li>• Código de Posturas – Lei nº 53A, de 27/12/1972</li> <li>• Código de Obras – Lei nº 63, de 13/04/1973</li> <li>• Parcelamento, Uso do Solo e Ocupação – Lei Complementar nº 097, de 29/12/1999</li> <li>• Plano Diretor – Lei Complementar nº 311, de 30/06/2008</li> <li>• Código de Meio Ambiente – Lei Complementar nº 138, de 28/12/2001</li> <li>• PPA 2010-2013 – Lei nº 1.836, de 20/10/2009</li> </ul>

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



O **Quadro 3.6.5-13B**, a seguir, sintetiza a situação dos municípios em relação à disponibilidade ou não de Plano Diretor.

**Quadro 3.6.5-13B – Municípios que possuem Plano Diretor**

Estado/Município	Plano Diretor		Situação Atual
	Sim	Não	
<b>Mato Grosso</b>			
Jauru		X	Foi relatado, durante a pesquisa de campo, que vem sendo discutida a necessidade de formulação de um Plano Diretor, porém sem nada de concreto para o momento.
Vale de São Domingos		X	De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, a Câmara Municipal está realizando a revisão do Regimento Interno da Prefeitura para iniciar as discussões do Plano Diretor.
Pontes e Lacerda	X		Plano Diretor – Lei Complementar nº 042, de 11/10/2006
Conquista d'Oeste		X	ND
Nova Lacerda		X	Segundo informações obtidas na Prefeitura, o município não dispõe de Plano Diretor, mas existe intenção de criá-lo.
Comodoro	X		Plano Diretor Participativo – Lei nº 1038, de 20/12/2007
<b>Rondônia</b>			
Vilhena	X		Plano Diretor Participativo – Lei 2.065, de 10/10/2006
Chupinguaia		X	Segundo informações obtidas na Prefeitura, o Plano Diretor estava em processo de elaboração.
Pimenta Bueno	X		Plano Diretor Participativo – Lei nº 1.476, de 02/10/2008
Cacoal	X		Plano Diretor – Lei nº 2.016, de 29/08/2006. Contudo, segundo informações obtidas na Prefeitura, os mapas do Plano Diretor estão ultrapassados e passam por revisão.
Ministro Andreazza		X	Segundo informações obtidas na Prefeitura, o Plano Diretor municipal está em elaboração.
Presidente Médici		X	ND
Ji-Paraná	X		Plano Diretor Participativo – Lei nº 1.136, de 21/12/2001. Possui uma versão de 2006, que está em revisão pela Câmara de Vereadores.
Ouro Preto do Oeste		X	Segundo informações da Prefeitura, o Plano Diretor encontra-se em elaboração.
Jaru	X		Plano Diretor Participativo – Lei nº 953, de 04/10/2006
Theobroma		X	ND
Ariquemes	X		Plano Diretor Participativo – Lei nº 1.273, de 26/12/2006
Rio Crespo		X	ND
Cujubim		X	Segundo informações da Prefeitura, o Plano Diretor encontra-se em elaboração.
Itapuã do Oeste		X	Na Lei Orgânica (Capítulo V, Seção 1, Da Política Urbana) são citados os princípios da política de desenvolvimento urbano e do Plano Diretor municipal. Contudo, como as propriedades dos lotes urbanos passaram a ser regularizadas recentemente, fica comprometida a efetividade de um Plano Diretor.
Candeias do Jamari		X	ND
Porto Velho	X		Plano Diretor – Lei Complementar nº 311, de 30/06/2008. Em vigência há 10 anos, ainda está sendo implementado. Trata-se de uma revisão e atualização do Plano Diretor de Porto Velho, elaborado em 1990.

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

**Obs.:** ND – dados não disponíveis: município não informou a previsão de elaboração do Plano Diretor.

### **g. Planos Diretores, Uso e Ocupação do Solo – All**

Analisam-se, a seguir, as intervenções dos Planos Diretores e outros instrumentos legais com o uso e ocupação do solo de cada município. Detalhes Complementares são apresentados no **tópico b – Tendências de Expansão e Vetores de Crescimento em Relação ao Empreendimento – All/AID (subitem 3.6.5.7 – Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações – All/AID)**.

Todos os municípios possuem suas Leis Orgânicas, que é o instrumento maior de um município onde estão contidos os princípios que norteiam a vida daquela sociedade e os parâmetros básicos a serem seguidos pelo Poder Público.

Os Códigos de Posturas municipais, originariamente, eram documentos que reuniam o conjunto de normas municipais, em todas as áreas de atuação do poder público. Com o passar do tempo, a maior parte das atribuições do poder local passou a ser regida por legislação específica (lei de zoneamento, lei de parcelamento, código de obras, código tributário etc.), ficando o Código de Posturas restrito às demais questões de interesse local, notadamente aquelas referentes ao uso de espaços públicos, ao funcionamento de estabelecimentos, à higiene e ao sossego público.

O Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Esta Lei criou uma série de instrumentos<sup>16</sup> de planejamento municipal, sendo o principal o Plano Diretor, que deve articular os outros no interesse da cidade. Das 22 municipalidades da All, 9 possuem Plano Diretor em vigência.

De acordo com observações da pesquisa de campo, de uma maneira geral, as administrações públicas municipais estão mais voltadas para o atendimento a sua população urbana no que diz respeito à disponibilidade de água, esgoto, destino do lixo e pavimentação das vias. Sua área rural não está na agenda da maioria das Prefeituras, restringindo-se a uma ação complementar à das outras esferas governamentais, ou seja, estadual e federal (**Quadros 3.6.5-13A e 3.6.5-13B**).

#### **(1) Municípios do Mato Grosso**

##### **• Jauru**

As principais normas legais disciplinadoras do município são sua Lei Orgânica, promulgada em abril de 1990 e seu Código de Posturas — Lei Complementar nº 060, de 28 de setembro de 2009. A partir de suas diretrizes, são definidas as atribuições administrativas e parâmetros gerais que regem o município. O capítulo VII, do Código de Posturas faz referências às obrigações do município na proteção do meio ambiente (Controle da Poluição Ambiental e Conservação do Meio Ambiente —

<sup>16</sup> Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Art. 40 § 1º - O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

São instrumentos de planejamento municipal: a) plano diretor; b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) zoneamento ambiental; d) plano plurianual; e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) gestão orçamentária participativa; g) planos, programas e projetos setoriais; h) planos de desenvolvimento econômico e social.

seções de Controle dos Despejos Industriais, Preservação do Solo, Preservação do Ar, Preservação dos Recursos Hídricos, Fauna e Flora, Uso de Agrotóxicos).

O Código de Posturas Municipal serve como ponto de partida para a formulação de uma Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano. Esse Código, aprovado pela Câmara Municipal, ainda não foi sancionado pelo Prefeito. Foi relatado que vem sendo discutida a necessidade de formulação de um Plano Diretor, porém sem nada de concreto para o momento. Vem sendo discutida e negociada uma proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico conjunta dos municípios que compõem o Consórcio do Vale do Guaporé, que reúne 9 municípios da região, inclusive os municípios de Jauru, Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda. As propostas aprovadas nesse consórcio se refletirão nas leis municipais. Quanto a leis específicas para o meio ambiente, há o Capítulo VII do Código de Posturas municipal, que trata do Controle da Poluição Ambiental e da Conservação do Meio Ambiente.

- **Vale de São Domingos**

O município não dispõe de Plano Diretor nem de Lei de Uso e Ocupação do Solo. De acordo com a pesquisa de campo, a Câmara Municipal está realizando a revisão do Regimento Interno da Prefeitura para iniciar as discussões do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo. A Lei Orgânica, de 4 de setembro de 2002, além de organizar o exercício do poder municipal, indica as diretrizes referentes à política urbana, ao meio ambiente, aos recursos hídricos e às questões sociais. A instituição do Código de Posturas municipal, em 22 de agosto de 2002, teve como objetivo estabelecer as normas disciplinares de higiene pública, bem-estar público, localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

- **Pontes e Lacerda**

O município de Pontes e Lacerda foi criado em dezembro de 1979 e cresceu muito na década de 1980 (8,3% ao ano de crescimento populacional) ocasionado pela junção do ciclo madeireiro com o mineral (garimpo). Já em 1983, o município dispõe de Lei de Parcelamento e Uso do Solo para fins urbanos (Lei nº 014) e de Código de Obras (Lei nº 013). O Código de Posturas é de 1989 (Lei nº 156) e a Lei Orgânica do município, revisada recentemente, data de dezembro de 2009. Esta última trata da organização e das competências do poder público municipal e dos princípios das políticas urbana, ambiental, agrícola, social e cultural do município.

A futura Linha de Transmissão irá passar na zona rural do município. O Plano Diretor é de 2006 (Lei Complementar nº 042) e detalha o uso, a ocupação e o zoneamento urbanos. As demais áreas são consideradas rurais, cujo zoneamento tem a configuração descrita a seguir. Não há delimitação do zoneamento no mapa rural do município que acompanha o Plano Diretor.

**Zona de Produção Rural (ZPR)** – destinada a atividades não urbanas, isto é, atividades extrativas, agropecuárias e de exploração sustentável dos recursos naturais.

**Zonas de Proteção Ambiental Rural (ZPAR-1 e ZPAR-2)** – são áreas de preservação permanente (APPs) e áreas definidas como proteção ambiental estabelecida em legislação

federal, estadual ou municipal como faixas ao longo dos cursos d'água, nascentes e remanescentes de mata nativa, encostas de morros com mais de 45 graus de inclinação. As atividades a serem desenvolvidas nas ZPARs requerem cuidados especiais, em relação à poluição, erosão e assoreamento. A ZPAR-2 é uma ZPAR de Uso e Ocupação Controlados, que abrange as bacias dos mananciais de abastecimento de água atuais ou planejadas, as áreas que margeiam as faixas de preservação permanente dos cursos d'água ou pertencentes a projetos ambientais específicos e devem ter uso controlado.

**Zonas de Expansão Urbana Específica (ZEU-1, ZUE-2, ZUE-3)** – áreas destinadas ao crescimento das áreas urbanas: seu uso e ocupação deverão estar restritos a usos incompatíveis com os usos urbanos ou incômodos aos moradores das áreas urbanas. As ZEUs constituem os eixos rodoviários, distritos ou núcleos industriais.

- **Conquista d'Oeste**

Criado em 1999, o município de Conquista d'Oeste possui Lei Orgânica datada de 13/08/2004 e, mais recentemente, foi instituído o Código de Posturas municipal, em 30/11/2009. Ainda como instrumento estruturador da administração, o município dispõe do Plano Plurianual (PPA) 2010-2013 que estabelece suas diretrizes, objetivos e metas. A maior parte do território municipal é destinada a Terras Indígenas (51%); 39% são áreas de grandes fazendas e os restantes 10% são ocupados por assentamentos. A LT irá passar na área rural do município, composta basicamente por pastagens, próximo à Terra Indígena Juininha. Não há leis municipais específicas para o meio ambiente, sendo utilizadas as legislações estadual e federal pertinentes.

- **Nova Lacerda**

O município, criado em dezembro de 1995 (Lei nº 6.722), emancipado de Vila Bela da Santíssima Trindade, dispõe de Lei Orgânica (Resolução nº 007, de 19/11/1999) e do Código de Posturas (Lei nº 459, de 08/04/2009). Sobre o meio ambiente, o município dispõe de Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Complementar nº 043, de 30/10/2008). Segundo informações da Prefeitura, o município não dispõe de Plano Diretor, mas existe intenção de criá-lo.

Como instrumento de gestão e planejamento, a Prefeitura de Nova Lacerda elaborou uma Proposta de Atualização para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Município de Nova Lacerda (ZSEEM). Considerou-se a escala de 1:100.000, primeira aproximação, em março de 2009, tendo como base a atualização do zoneamento estadual, realizado na escala de 1:250.000, com publicação de mapas de 1:1.500.000, pelo projeto de Lei nº 273/2008, que "Institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso". Esse Zoneamento é uma adequação do ZSEE do Estado de Mato Grosso (SEPLAN/MT), em que foram utilizadas as mesmas metodologias e critérios, adequando à realidade municipal do ano de 2009, em escala adequada, para a realidade ambiental. Atualmente, o Estado de Mato Grosso atua, através da política de ordenação, recuperação e preservação ambiental feita pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), executando esta política em função de cada propriedade, através da Licença Ambiental Única (LAU), considerando níveis de escala detalhados e ultra-detalhados.

A LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 cortará áreas com estrutura produtiva consolidada ou a consolidar (Zona 1.3.5.2 – Terraço do Guaporé, com Cerrado e Plintossolos), áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo para reordenação da estrutura produtiva (Zona 2.2.4.3 – Campos Rupestres, sobre Quartizitos da Rampa do Rio Juína) e áreas que requerem manejos específicos com elevado potencial biótico em ambientes pantaneiros (Zona 3.2.6 – Terraço do Rio Juína, com Neossolos Quartzarênicos).

- **Comodoro**

O mais antigo instrumento legal do município é o Código de Posturas, que é de 1987 (Lei nº 027), do ano seguinte ao de criação do município de Comodoro, através da Lei Estadual nº 5.000 (de 13 de maio de 1986), desmembrado do município de Vila Bela da Santíssima Trindade. A Lei Orgânica é de 2008 (Resolução 06, de 23/12/2008).

O município dispõe de Plano Diretor Participativo (Lei nº 1.038, de 20/12/2007, que institui o Plano Diretor Participativo e o Processo de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Sustentável do Município de Comodoro), com validade de 10 anos, tendo como instrumento de gestão o Conselho da Cidade, que se articula com os demais Conselhos Municipais e as Câmaras Técnicas. O Código Municipal de Meio Ambiente foi criado em 2009 (Lei nº 1.158, de 28/04/2009), assim como o Fundo Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 1.131, de 31/01/2009) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 1.132, que altera a Lei nº 835/2005, de criação do Conselho). Atualmente, o município tem autorização para licenciar empreendimentos de pequeno e médio impacto poluidor. No momento, está em processo de licenciamento um frigorífico de bovinos e ovinos.

Dois terços do município (61%) são de território indígena (TI Vale do Guaporé e TI Nambikwara) com mais ou menos 1.800 habitantes. O traçado proposto para a LT não atravessa a área indígena, e irá passar em área rural, próximo à BR-364. O traçado da LT está distante cerca de 1km do perímetro urbano.

## **(2) Municípios de Rondônia**

- **Vilhena**

O traçado da futura LT cruza o município, próximo à BR-364, na sua área rural. Grande parte do município é ocupada por áreas indígenas (Parque Indígena Tubarão Latundê e Parque Indígena do Aripuanã). O Plano Diretor Participativo do município é de 2006 (Lei nº 2.065). As informações da Prefeitura dizem respeito preferencialmente à área urbana do município. A gestão de grande parte do território municipal é feita pela FUNAI, nas áreas indígenas, e pelo INCRA, nos assentamentos. Muitas Prefeituras se baseiam em um zoneamento agroecológico da região realizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com o Governo do Estado de Rondônia.

Município criado pela Lei Complementar Federal nº 6.448, em 11/10/1977, desmembrado dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, possui Código de Obras (Lei nº 125/1986), Lei Orgânica (de 28/03/1990), atualizada até a Emenda 044/2009, e Código de Posturas (Lei Complementar nº 048/2001).

A Lei nº 1.075/1999 dispõe sobre a Política de Proteção, Controle, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente do município estabelecendo princípios éticos para a vida sustentável e atribuições da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente (SEMICAM), dentre outros dispositivos. Em 2000, foi criado o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente (COMTURMA), pela Lei nº 1.220, mas, segundo informações colhidas no trabalho de campo, este ainda não está muito atuante.

- **Chupinguaia**

O município de Chupinguaia foi emancipado de Vilhena em 27/12/1995, do qual era distrito desde os anos 70. Sua Lei Orgânica data de 1998 e foi atualizada até a Emenda 07/2005.

A Prefeitura está em processo de elaboração do Plano Diretor. A lei ambiental e o Conselho Municipal do Meio Ambiente estão em processo de implementação, passando por algumas alterações no momento.

A LT irá passar pelo distrito de Guaporé, à margem esquerda da rodovia BR-364 (sentido Porto Velho). Esse distrito pertence ao município de Chupinguaia. Do lado direito da BR-364, pertencente ao município de Pimenta Bueno, fica o distrito de Urucumacua.

As terras da sede distrital são de propriedade da União e estão sendo regularizadas, passando a ser administradas pela Prefeitura. Através do Programa Terra Legal, está havendo a regularização fundiária dos posseiros da área.

Grande parte da área do município é ocupada pela Terra Indígena Tubarão Latundê.

- **Pimenta Bueno**

O Município de Pimenta Bueno, criado pela Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, dispõe de Código de Obras (Lei nº 012, de 14 de dezembro de 1983, atualizada até a Emenda 15/2007), Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 072, de 5 de dezembro de 1985), Código de Posturas (Lei nº 075, de 12 de março de 1986), e regularização e normatização do Uso do Solo e Zoneamento (Lei nº 073, de 5 de dezembro de 1985). Esses instrumentos, segundo o Diagnóstico da Prefeitura, não estão adequados para a realidade atual do município e das leis e instrumentos normativos brasileiros, como as Leis Federais nºs 9.785/1999 e 6.766/1979, e as novas técnicas da ABNT, como as questões que afetam a mobilidade e a acessibilidade.

Mais recentemente, foi instituído o Plano Diretor Participativo (Lei nº 1.476, de 2 de outubro de 2008), que trata basicamente da área urbana do município. Segundo informações de campo, o zoneamento está em processo de revisão.

A futura LT irá atravessar a área rural do município, na direção NW-SE, ao norte da BR-364, apresentando paralelismo com esta rodovia. A área rural do município é dividida em setores que podem ser visualizados no Mapa 2 do Plano Diretor Participativo. Segundo esse

mapeamento, a LT cruza os Setores Tatu, Barão de Melgaço e Urucumacua, delimitados nos Projetos Integrados de Colonização (PIC) do INCRA, iniciados em 1969.

De acordo com a Leitura Técnica do Plano Diretor Participativo<sup>17</sup>, no extremo nordeste, registra-se a única área protegida do município, de pequena amplitude (27.860ha), que representa 4,6% da área municipal, denominada Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Roosevelt, criada pelo Decreto Estadual nº 4.569/1990. Essa unidade, compreendida entre os rios Kermit e Roosevelt e a Linha 05, não foi implantada, estando atualmente ocupada pela comunidade indígena dos Cinta-Largas, cuja reserva está legalmente localizada na margem direita do rio Roosevelt. A área urbana registrada em cartório tem 2.797ha, o que representa 0,46% da área municipal.

- **Cacoal**

O município de Cacoal foi criado pela Lei Complementar Federal nº 6.448, de 11/10/1977, desmembrado do município de Porto Velho. Desde 1985, Cacoal possui Código de Posturas e Código de Obras (respectivamente, Lei nº 073, alterada pela Lei nº 435/1993, e Lei nº 071, alterada pela Lei nº 832/1997), Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 072), lei que disciplina o uso do solo urbano (Lei nº 074, alterada pelas Leis nºs 516/1991, 644/1996 e 646/1996). Sua Lei Orgânica é de 1990.

Segundo a municipalidade, o Código de Postura é antigo e precisa ser revisto, pois algumas questões relativas a uso e ocupação ainda estão descritos nesta legislação.

Mais recentes, são os instrumentos legais de Regularização de Parcelamentos Ilegais (Lei nº 1.545/2003), de Regularização dos Lotes Urbanos (Lei nº 1.674/2004) e, finalmente, o Plano Diretor (Lei nº 2.016/2006). Segundo a Prefeitura, os mapas do Plano Diretor já estão ultrapassados e passam por revisão.

No cruzamento com a Linha 8, o empreendimento se localizará próximo ao perímetro urbano de Cacoal. No entorno da cidade, áreas de produção de hortifrutigranjeiros deverão ser atravessadas pela futura LT.

Quanto às leis específicas para o meio ambiente, utilizam a Lei Orgânica e legislações estaduais e federais. O Conselho Gestor de Meio Ambiente, iniciado em 2002, está inativo e pretendem reativá-lo. O Conselho Gestor de Agricultura é mais ativo. Foi relatado por um entrevistado que ocorreu uma tentativa de desenvolver a Agenda 21 municipal, mas como não houve retorno da população, desistiram do projeto.

- **Ministro Andreazza**

O município foi criado em 1992, desmembrado do município de Cacoal, e a legislação básica que rege o município é a Lei Orgânica, de 30/06/1994, o Código de Posturas (Lei nº 053/1994) e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 048/1993).

---

<sup>17</sup> Plano Diretor Participativo de Pimenta Bueno (RO) – Leitura da Cidade/Leitura Técnica. Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno.

Os instrumentos e normas municipais são relativamente antigos. Segundo pesquisa de campo, um representante da Prefeitura informou que o Plano Diretor municipal está em elaboração. A municipalidade recebeu sua área urbana como doação do INCRA, podendo, assim, fazer a regularização fundiária dos terrenos urbanos (Lei nº 941, de 14/04/2010, que autoriza o recebimento da doação do INCRA de 90,9577ha para regularização fundiária do perímetro urbano).

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente não se encontra em atividade. Ministro Andreazza é um dos 10 municípios mais desmatados do estado.

A LT irá atravessar a área rural do município.

- **Presidente Médici**

O município de Presidente Médici foi criado em 1981, desmembrado do município de Ji-Paraná. Possui Lei Orgânica, de 29/05/1990, e Código de Posturas.

Em 2002, a Prefeitura contratou uma empresa para elaborar o Edital para orientar a proposta de Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PMDUS) e realizar um diagnóstico do município.

Segundo o Diagnóstico (COOTRADE, 2002), a Lei Orgânica encontra-se ainda na sua redação original, necessitando de atualização face às diversas alterações ocorridas na Constituição Federal, tais como: Política Urbana, Política Industrial e Comercial, Habitação e Saneamento, Comunicação, Recursos Hídricos e Minerais, Política Salarial e Política Sindical.

A LT irá atravessar o município na sua área rural, na região de Riachuelo, distante da sede municipal. A área rural de Presidente Médici não é totalmente polarizada pela sede do município. A área mais ao Leste da cidade e da BR-364 é parcialmente polarizada por Ji-Paraná e pelo município de Ministro Andreazza. O mesmo ocorre com a área ao Sul, que sofre certa polarização de Cacoal.

O uso do solo rural é para a agropecuária, particularmente, para a pecuária. Vale ressaltar que o município de Presidente Médici é o 2º município mais desmatado do estado de Rondônia.

Nas proximidades do traçado da LT, há o Sítio Arqueológico Mirante com petroglifos, localizado na região de Riachuelo.

- **Ji-Paraná**

O Município de Ji-Paraná tem 66% de seu território ocupado pela Reserva Biológica do Jarú (2.679km<sup>2</sup>) e pela Reserva Indígena do Igarapé Lourdes (1.852km<sup>2</sup>). A futura LT irá passar na área rural do município e num pequeno segmento dentro do perímetro urbano da sede municipal, em zona não urbanizável, segundo o Plano Diretor.



O Plano Diretor Participativo está em vigência desde 2001 (Lei nº 1.136, de 21/12/2001) e possui uma versão de 2006 que está em revisão pela Câmara de Vereadores. O Plano Diretor de 2001 abrange apenas o uso do solo da área urbana do município. Em seu Anexo III, no entanto, há uma análise do desenvolvimento socioeconômico do município como um todo, das suas potencialidades, restrições ao desenvolvimento e as medidas necessárias de apoio a cada setor econômico.

O município dispõe de Códigos de Obras e de Posturas e da Lei nº 129/1987, de parcelamento do solo urbano, utilizando também a Lei Federal nº 6.766/1979, que trata sobre o mesmo tema.

A Lei Orgânica do município é de 28/03/1990, atualizada até a Emenda 011/2005, e o Código Ambiental foi estabelecido pela Lei nº 1.113/2001. No ano seguinte, foi criado o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEAM), através do Decreto nº 6.544/2002.

- **Ouro Preto do Oeste**

O município de Ouro Preto do Oeste foi criado em 1981, desmembrado do município de Ji-Paraná. Sua Lei Orgânica foi promulgada em 28/03/1990 e atualizada até 30/04/06. O Código de Posturas do município é de 2001 (Lei Complementar nº 09, de 28/12/2001). Segundo informações da Prefeitura, o Plano Diretor do município encontra-se em elaboração.

A LT irá passar pela área rural do município.

O município não possui Secretaria de Meio Ambiente. As questões ambientais estão associadas à Secretaria de Agricultura. Possui Conselho de Meio Ambiente com reuniões mensais. Os princípios da proteção ao meio ambiente encontram-se na Lei Orgânica do município.

- **Jaru**

O município de Jaru foi criado em 1981, desmembrado dos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná. Sua Lei Orgânica data de 1990. A Emenda à Lei Orgânica nº 10, de 20/04/2009, criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente. A Secretaria de Meio Ambiente de Jaru começou a funcionar em janeiro de 2010 e estão elaborando o Código de Meio Ambiente.

O município dispõe de Código de Obras (Lei Municipal nº 254/GP, de 27/05/1994) e de Parcelamento do Solo Urbano e Zoneamento (Lei Municipal nº 256/GP, de 27/05/1994).

O Plano Diretor Participativo foi elaborado em 2006 (Lei Municipal nº 953/GP). O perímetro urbano criado pela Lei Municipal nº 255/GP, de 27/05/1994, encontra-se esgotado e tem sido alterado para incorporar novos loteamentos.

Segundo consulta à Prefeitura, a futura LT, embora passe perto da área urbana do município, irá cortar área localizada em zona rural.

- **Theobroma**

O município de Theobroma originou-se como Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Padre Adolfo Rohl. A emancipação política do

município deu-se em 1992, desmembrado do município de Jaru. O título definitivo de município foi recebido somente no dia 24 de junho de 2005, pelo INCRA, pois até então suas terras pertenciam à União.

O município dispõe somente das normas e princípios estabelecidos pela Lei Orgânica municipal de 1999. No município, funcionam os Conselhos de Agricultura, de Saúde, do Direito da Criança e Adolescente e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), este último para acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo. O Conselho de Meio Ambiente está sendo criado.

A LT irá cortar área rural município, que fica bem próxima à BR-364, no limite de Theobroma com o município de Jaru.

- **Ariquemes**

A Lei Orgânica do município é de 20/08/1990, e foi atualizada até a Emenda 39/2005. O município dispõe de Código de Obras e Edificações (Lei nº 1.520, de 22/12/2009), Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei nº 858, de 18/04/2000) e Código Ambiental (Lei nº 1.495, de 28/10/2009).

Em 2006, foi instituído o Plano Diretor Participativo (Lei nº 1.273, de 26/12/2006), abrangendo a totalidade do território do município. O Plano Diretor é o instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano do município e integra o processo de planejamento municipal (Art. 2º). Há uma reunião mensal de acompanhamento do Plano Diretor que reúne representantes de 28 entidades públicas e privadas.

No município, atuam vários Conselhos, possuindo inclusive uma estrutura física com a Casa dos Conselhos e outros serviços de infraestrutura para seu funcionamento.

Parte da LT está dentro do Perímetro Urbano, em área não loteada (Setor 6 e Zona Especial). Vale observar que próximo à diretriz da LT encontra-se o lixão da cidade.

- **Rio Crespo**

O município de Rio Crespo foi criado em 1992, desmembrado dos municípios de Ariquemes e Machadinho d'Oeste. Possui Lei Orgânica datada de 15/12/1993.

A Prefeitura pretende realizar um Plano Diretor do Setor Chacareiro que é uma região de agricultura familiar que produz alimento para a população urbana (frangos, ovos, verduras, legumes, colorau, etc.). Está em fase de legalização um aumento da área urbana para um retângulo de 90km<sup>2</sup>, para incluir o Setor Chacareiro. Segundo a Prefeitura, essa é uma forma de contornar a legislação de reposição florestal, já que inviabilizaria a produção da maioria das chácaras que são pequenas (em geral, de 0,5 alqueire) e produtivas.

A LT irá passar em área rural, próximo à BR-364, cruzando várias Linhas originárias do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra, com médias propriedades (42 alqueires), e cruzando a estrada de acesso à cidade de Rio Crespo (Linha C-85).

- **Cujubim**

O município de Cujubim foi criado em 1994, desmembrado dos municípios de Rio Crespo e Itapuã do Oeste. Sua Lei Orgânica foi atualizada em 2001. Segundo a Prefeitura, o Plano Diretor do município se encontra em elaboração.

O município de Cujubim é originário de um NUAR (unidades de administração estadual destinadas ao fomento da atividade rural e ao desenvolvimento urbano), criado pelo INCRA, na década de 1980, com recursos do POLONOROESTE. Somente em junho de 2010, a Prefeitura recebeu a doação definitiva do terreno urbano do INCRA.

A LT irá passar próxima e paralela à BR-364, em área rural do município, distante da sede municipal cerca de 60km.

O município possui Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, que tem reuniões mensais. A atividade madeireira foi intensa no município, sendo que a ilegal foi combatida pelo Governo Federal (município incluído na Operação Arco de Fogo); em virtude disso, essa atividade tende a reduzir. Segundo a EMATER local, há um processo de esgotamento das reservas madeiras e não há manejo.

- **Itapuã do Oeste**

O município foi criado pela Lei Complementar nº 364, em 13/02/1992, com designação Jamary, modificada em 1997 para Itapuã do Oeste. Foi desmembrado da área dos municípios de Porto Velho e Ariquemes. O município dispõe somente de Lei Orgânica datada de 30/05/1993.

Recentemente, a Prefeitura está fazendo a regularização fundiária da terra urbana (325ha). Até junho de 2010 (pesquisa de campo), 60% dos lotes estavam escriturados. Na 1ª etapa de regularização, serão resolvidos os casos de 1.328 lotes. Na área rural, há alguns litígios pela falta de regularização fundiária do INCRA. Grande parte do município é ocupada pela Floresta Nacional (FLONA) do Jamari. Em praticamente 1/3 do município, na margem esquerda do rio Jamari, há disponibilidade de terras para exploração agropecuária.

Na Lei Orgânica (Capítulo V, Seção 1, Da Política Urbana) são citados os princípios da política de desenvolvimento urbano e do Plano Diretor municipal. No entanto, como só agora está sendo regularizada a propriedade dos lotes urbanos, fica comprometida a efetividade de um Plano Diretor.

Há um colegiado municipal, que é bem atuante. Funciona com as seguintes Câmaras Temáticas: Saúde, Educação, Produção, Pesca, Infraestrutura, Meio Ambiente e Indígena (prevista). A Câmara de Meio Ambiente funciona com reuniões mensais.

- **Candeias do Jamari**

O município de Candeias do Jamari foi criado em 1992 (Lei nº 363, de 13/02/1992) e sua Lei Orgânica é do ano seguinte (11/10/1993). Com menos de 20 mil habitantes, o município não dispõe de Plano Diretor e sim de Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 163/1999).

Foi criado o Conselho Municipal da Cidade, com 36 assentos (15 de representantes do setor público e 21 de representantes da sociedade), mas ainda não foi implantado. A Prefeitura recebeu recentemente do INCRA a doação de área para fins urbanos com 676,34ha para regularização fundiária.

A Prefeitura está sentindo a pressão urbana em Candeias pelo crescimento de Porto Velho, que dista 20km, e não tem conseguido atender às necessidades (saúde, segurança, educação, trânsito e moradia) de seus moradores. Foi excluído do Impacto de Vizinhança da construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, e reivindica a inclusão do município junto ao IBAMA.

A Linha de Transmissão será implantada paralelamente a outras LTs, junto à BR-364.

- **Porto Velho**

A legislação municipal sobre o ordenamento territorial e urbano e o meio ambiente é constituída: pelo Código de Posturas do Município de Porto Velho (Lei nº 053/1972), que contém medidas de política administrativa a cargo do município; pela Lei que estabelece normas para as edificações em geral no município; pelo Código de Obras (Lei nº 063/1973), que estabelece normas para as edificações, no que se refere a construção, reforma, demolição ou acréscimo, de iniciativa pública ou privada; pela Lei nº 933/1990, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Porto Velho; pela Lei Complementar nº 097/1999, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Porto Velho; pela Lei nº 110/2000, que altera a Lei Complementar nº 097/1999; e pelo Código Municipal de Meio Ambiente, Lei Complementar nº 138/2001, que define a política ambiental, o sistema municipal de meio ambiente, os instrumentos da política ambiental e as normas de controle ambiental.

Cabe destacar que essas legislações têm atendido adequadamente as necessidades do município. Entretanto, face ao que estabelece a Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade e as alterações na região de Porto Velho provocadas pela implantação das Usinas Hidrelétricas (UHEs), principalmente a de Santo Antônio, há necessidade não só de revisão do Plano Diretor de 1990, como de sua legislação complementar, ou seja, as leis de parcelamento e de uso e ocupação do solo urbano.

Assim, a Lei de Uso e Ocupação nº 097/1999 está em revisão final, com o apoio do IBAM, em função das UHEs que estão provocando alterações com muita rapidez.

O Plano Diretor do município de Porto Velho (Lei nº 311/2008), com vigência de 10 anos, está sendo implementado. Ele é uma revisão e atualização do Plano Diretor de Porto Velho, elaborado em 1990.

Segundo esse Plano Diretor, compõem o Município doze distritos, juntamente com o distrito-sede. Em termos de planejamento urbano e organização territorial, as diretrizes de Uso do Solo, de Mobilidade Urbana e de Meio Ambiente estabelecidas para o distrito-sede de Porto Velho são válidas para a totalidade do município.

Para efeitos de organização territorial, o município de Porto Velho, com área de 34.068km<sup>2</sup>, está dividido em três áreas integradas, denominadas macrozonas: Macrozona Urbana (MU), Macrozona Ambiental (MA) e Macrozona Rural (MR).

As Macrozonas Urbanas são áreas destinadas a concentrar as funções urbanas, com o objetivo de aproveitar ao máximo os equipamentos urbanos e comunitários instalados, orientar o processo de expansão urbana e condicionar o crescimento à existência desses equipamentos. As Macrozonas Urbanas são representadas pelo distrito-sede – a cidade de Porto Velho – e pelos núcleos urbanos dos doze distritos em que é dividido o município.

Por sua vez, as Macrozonas Ambientais, dedicadas à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, são constituídas pelas Terras Indígenas e Unidades de Conservação, federais e estaduais, existentes no município.

Finalmente, a Macrozona Rural é constituída pelas áreas restantes do território municipal.

A Subestação de Porto Velho está inserida ao sul da zona urbana, às margens da BR-364. Parte da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 se situará no perímetro urbano de Porto Velho, já que este foi recentemente ampliado em 2km, paralelamente à rodovia, abarcando o loteamento residencial (Bairro Novo) que está se implantando, e o Distrito Industrial em expansão. Pelo Zoneamento do Plano Diretor de Porto Velho, essa região corresponde à Zona Residencial de Baixa Densidade (ZR1). O restante da LT em direção a Candeias do Jamari encontra-se na Macrozona Rural do município.

O município dispõe dos Planos Viário, de Habitação de Interesse Social, de Meio Ambiente, de Turismo, de Drenagem e Resíduos Sólidos, de Saneamento Básico, que está sendo implementado junto com a CAERJ, do Plano Municipal de Saúde (2010/2013) e do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A Prefeitura de Porto Velho tem, em sua estrutura, 16 (dezesseis) secretarias, além da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano (EMDUR), da Fundação Cultural Yaripuna, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho (IPAM) e dos Conselhos previstos em Lei, tais como o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), criado pelo Código de Meio Ambiente (2001). Este Conselho é o órgão superior deliberativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA), e se reúne todo final de mês com secretarias, CREA e faculdades. É através dele que é feito o julgamento em 2º grau das questões ambientais.

Das 16 secretarias existentes, três possuem um papel mais importante no processo de gestão urbana: as Secretarias de Planejamento e Coordenação, de Regularização Fundiária e de Habitação e Trânsito.

A Prefeitura conta ainda com três instrumentos de administração, que são o Plano Plurianual (PPA), que abrange um período de quatro anos, a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). No processo de orçamento

participativo, implantado em 2005 para elaboração do PPA, são realizadas audiências públicas e oficinas de capacitação.

Da legislação estadual pertinente, cabe destacar o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia (ZSEE), instituído pela Lei nº 233/2000, que definiu a política de ordenamento ambiental para a ocupação racional das terras rurais do estado, e a legislação ambiental. O ZSEE foi revisto recentemente (2ª aproximação do ZSEE) e, na área onde se localiza, a LT irá cruzar a Sub-zona 1.2 (áreas com médio potencial social), onde predomina a cobertura florestal natural, em processo acelerado de ocupação, com conversão da floresta.

Em termos de legislação ambiental, merecem ser citadas a Lei nº 547/1993, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie, e a Lei que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia e seus instrumentos.

#### **h. Estrutura Fundiária – AII/AID**

A estrutura fundiária dos municípios abrangidos pela LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 (Área de Influência Indireta) encontra-se caracterizada no **tópico b – Principais Atividades Econômicas – AII, (1) Setor Primário (subitem 3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – AII/AID)**. A estrutura fundiária das ocupações humanas situadas na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento encontra-se caracterizada no **tópico c – Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT e seu Entorno – AID (subitem 3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – AII/AID)**.

#### **i. Atividades Incompatíveis com a Faixa de Servidão da LT – AID**

As atividades associadas aos usos futuros da faixa de servidão encontram-se descritas no **tópico c – Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT e seu Entorno – AID (subitem 3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – AII/AID)** e no **tópico a – Principais Usos do Solo – AII/AID (3.6.5.7 – Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações – AII/AID)**. Não foram encontradas incompatibilidades em relação ao empreendimento, em função do uso do solo existente e das atividades econômicas diagnosticadas.

#### **j. Assentamentos Identificados ao Longo do Traçado – AID**

Na Área de Influência Direta (AID) da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, foram identificadas diferentes formas de ocupação, tais como: fazendas, sítios, chácaras, comunidades rurais, povoados, vilas e núcleos urbanos. Essas localidades estão apresentadas no **Quadro 3.6.5-12**.

#### **k. Municípios Interceptados**

A área territorial de cada um dos 22 municípios que serão interceptados pelo empreendimento, assim como a extensão da LT em cada um deles, totalizando 989,0km, encontram-se no **Quadro 3.6.5-11, na página 3.6.5-90**.

### **3.6.5.4 Organização Social, Serviços Públicos e Vulnerabilidades – All/AID**

Os municípios que compõem a All apresentam, de forma geral, carências evidentes em relação à infraestrutura. Nas áreas urbanas, o padrão construtivo das moradias varia muito, predominando edificações em alvenaria, sem coleta e tratamento de esgoto. Em geral, os serviços de saúde são insuficientes para atender às demandas locais/regionais, e os resíduos sólidos são destinados a lixões a céu aberto, localizados nas periferias das cidades. Nas áreas rurais, a situação é mais precária em relação à captação de água, ao acesso a serviços de saúde pública, entre outros serviços públicos, como telefonia, transporte e saneamento. Alguns municípios do Estado de Rondônia, como Vilhena, Cacoal e Ariquemes, apresentaram indicadores mais satisfatórios.

A seguir, são apresentados os principais aspectos de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, organização social e atividades econômicas, conforme determinação do TR, separando os temas entre All e AID.

#### **3.6.5.4.1 Saúde**

##### **a. Infraestrutura e Serviços de Saúde por Município**

A análise dos serviços de saúde de uma região apresenta-se como importante indicador das condições de desenvolvimento e qualidade de vida de seus habitantes. Mostra, ainda, a necessidade ou não de deslocamento da população em busca de serviços de saúde especializados ausentes em seu município e em quais localidades eles são encontrados.

Para a caracterização da infraestrutura de cada município a ser atravessado pela LT, procedeu-se à análise dos dados estatísticos do banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS, do Ministério da Saúde, que foram complementados por informações qualitativas obtidas em campo, através de entrevistas com representantes do setor de Saúde das Prefeituras Municipais. Em campo, também foram levantadas as condições de saúde e os serviços disponíveis nas comunidades da AID, bem como os estabelecimentos ou cidades que são referência para seus moradores.

##### **(1) All**

Os municípios da All contam, ao todo, com 64 hospitais, 77 postos de saúde e 124 centros de saúde/unidades básicas, entre outros tipos de estabelecimentos, de acordo com o Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) em junho de 2010 (**Quadro 3.6.5-14**). O município com melhor infraestrutura é Porto Velho (RO), que dispõe de 19 hospitais, 17 postos de saúde e 39 centros de saúde/unidades básicas. Do total de 1.043 estabelecimentos existentes na All, Porto Velho responde por 35%. Outros que também se destacam na All são: Ji-Paraná (RO) (114 estabelecimentos), Vilhena (RO) (109), Cacoal (RO) (103), Ariquemes (RO) (79), Jaru (RO) (70) e Pontes e Lacerda (MT) (43). Em termos relativos, no entanto, os que apresentam a menor proporção entre população e número de estabelecimentos são Conquista d'Oeste (MT) (470 habitantes por estabelecimento), Vilhena (RO) (492), Comodoro (MT) (627), Cacoal (RO) (714) e

Jaru (RO) (766). Porto Velho (RO) apresenta a proporção de 912 habitantes por estabelecimento.

No que se refere à esfera administrativa desses estabelecimentos (**Quadro 3.6.5-15**), percebem-se diferenças entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso. Enquanto nos municípios da All MT, a administração da saúde cabe à municipalidade, em sua maioria (55%), na All RO, 71% dos estabelecimentos são de responsabilidade da esfera privada.

Segundo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (2010), há 1.043 unidades de saúde na All total, sendo duas da esfera federal, 22 estaduais, 303 municipais e 716 privadas, esta última representando 67% do total.

Os leitos disponíveis somam 2.812 no total da All, 64% (1.788 leitos) atendidos pelo SUS (**Quadro 3.6.5-16**). Porto Velho (RO) concentra 50%, com 1.394 leitos. Dentre as especialidades que dispõem de leitos para internação, destacam-se os atendimentos clínicos (33,7%), os cirúrgicos (25%), os atendimentos obstétricos (17,3%) e pediátricos (13,9%). Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) somam 189 no total da All (7%) e concentram-se apenas nos municípios rondonenses de Porto Velho (153), Ji-Paraná (17), Vilhena (10), Ariquemes (5) e Ouro Preto do Oeste (4). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), não há um parâmetro de análise de número de leitos por habitantes, pois esse indicador agrega vários fatores e depende das realidades regionais ou locais (OPAS, 2010).

Em relação aos profissionais de Saúde, analisados entre os que atendem pelo SUS e os que não atendem, na All trabalham, ao todo, 2.360 médicos, de diferentes especialidades, e 4.197 profissionais diversos, tais como enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, entre outros (**Quadro 3.6.5-17**). Desses, 77% dos médicos e 87% dos demais profissionais são credenciados pelo SUS. Nos municípios de menor porte, nota-se que existem apenas médicos do SUS, pois, geralmente, não dispõem de estabelecimentos particulares de saúde. Entre os médicos, os especialistas mais frequentes são clínicos gerais e cirurgiões-dentistas; entre os demais profissionais, o maior número é formado por auxiliares e técnicos em enfermagem. Os municípios mais bem servidos são os de maior porte, destacando-se, mais uma vez, Porto Velho (RO), com um total de 1.179 médicos (50% do total da All) e 3.922 profissionais diversos (93%).

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (2008), do Ministério da Saúde, as principais causas de mortalidade na região do empreendimento são as doenças do aparelho circulatório (24%), as “causas externas” (21%) e as neoplasias (14%). Apenas o município de Juruá (MT) se diferencia dos demais, sendo “sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório” as causas de mortalidade mais comuns (**Quadro 3.6.5-18**). Outro indicador importante, muito utilizado para medir os níveis de saúde e de desenvolvimento social de uma região é o coeficiente de mortalidade infantil, que representa o risco de um nascido vivo morrer no seu primeiro ano de vida. Abaixo de 20 (por 1.000 nascidos vivos), é considerado um coeficiente baixo; de 50 ou mais, é considerado elevado.



**Quadro 3.6.5-14 - Estabelecimento Por Tipo**

Município	Total	Estabelecimentos																							
		Central de Regulação de Serviços de Saúde	Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Apoio a Saúde da Família	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medicamento Excepcional e Programa Farmácia Popular	Hospital Dia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Policlinica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade Mista - atendimento 24h: atenção básica, Internação/Urgência	Unidade de Atenção a Saúde Indígena	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Movei Fluvial	Unidade Movei Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	Unidade Movei Terrestre
Mato Grosso	3.952	8	17	33	8	686	539	1.616	7	16	1	14	154	1	27	220	12	128	5	1	385	24	-	26	24
Jauru	12	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Vale de São Domingos	3	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	43	-	1	1	-	9	4	12	-	-	-	-	3	-	-	3	-	2	-	-	4	1	-	1	2
Conquista D'Oeste	7	-	-	-	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	3	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comodoro	24	-	1	-	-	6	1	4	-	-	-	-	1	-	-	4	1	-	-	-	6	-	-	-	-
All MT	92	-	2	1	-	24	9	21	-	-	-	-	5	-	-	10	1	3	-	-	12	1	-	1	2
Rondonia	1.313	3	-	15	1	194	206	361	1	10	1	13	61	2	15	142	2	16	37	1	192	34	1	2	3
Vilhena	109	-	-	1	-	5	17	51	-	2	-	-	4	-	1	7	-	1	-	1	16	2	-	1	-
Chupinguaia	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Pimenta Bueno	31	-	-	-	-	4	3	4	-	-	-	-	3	-	-	10	-	-	-	-	5	2	-	-	-
Caçoal	103	-	-	-	-	8	27	45	-	2	-	-	6	-	2	-	-	1	-	-	11	1	-	-	-
Ministro Andreazza	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Presidente Médici	20	-	-	1	-	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-	8	-	1	1	-	2	1	-	-	-
Ji-Paraná	114	1	-	1	-	13	22	43	-	-	1	1	7	-	3	5	1	-	-	-	14	2	-	-	-
Ouro Preto do Oeste	33	-	-	1	-	4	4	5	-	-	-	-	4	-	-	9	-	-	-	-	5	1	-	-	-
Jaru	70	-	-	1	-	11	13	28	-	-	-	-	2	-	-	2	-	1	-	-	11	1	-	-	-
Theobroma	7	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Ariquemes	79	1	-	1	1	9	17	13	-	1	-	5	7	-	3	-	-	2	-	-	13	5	-	-	1
Rio Crespo	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Cujubim	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Itaçuã do Oeste	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Candeias do Jamari	6	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-
Porto Velho	367	1	-	3	-	39	82	135	1	3	-	7	12	2	2	17	1	2	-	-	56	2	1	1	-
All RO	951	3	-	9	1	100	188	325	1	8	1	13	45	2	11	67	2	8	8	1	137	17	1	2	1
All Total	1.043	3	2	10	1	124	197	346	1	8	1	13	50	2	11	77	3	11	8	1	149	18	1	3	3

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), Jun. / 2010.

Quadro 3.6.5-15 - Tipo de Estabelecimento Por Esfera Administrativa - (1/4)

Estados/Municípios	Esfera	Total	Tipo de Estabelecimento																									
			Central de Regulação de Serviços de Saúde	Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Apoio a Saúde da Família	Centro de Parto Normal	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medicamento Excepcional e Programa Farmácia Popular	Hospital Dia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Policlinica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade Mista - atendimento 24h: atenção básica, internação/urgência	Unidade de Atenção a Saúde Indígena	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnóstico e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Móvel Fluvial	Unidade Móvel Pre Hospitalar - Urgência/Emergência	Unidade Móvel Terrestre
Mato Grosso	Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	55	-	2	3	-	9	7	-	-	-	1	-	4	1	-	1	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	1.416	8	12	30	8	674	156	15	-	3	-	1	52	-	16	218	-	12	111	5	1	44	24	-	7	-	
	Privada	2.480	-	3	-	-	3	376	1.601	7	12	1	12	97	-	11	1	-	-	-	-	-	-	339	-	-	15	2
Jauru	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Municipal	7	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vale de São Domingos	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Municipal	3	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pontes e Lacerda	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	
	Municipal	20	-	1	1	-	9	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2	
Conquista D'Oeste	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Municipal	4	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nova Lacerda	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Municipal	3	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Comodoro	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Municipal	14	-	1	-	-	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	
All MT	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Estadual	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	
	Municipal	51	-	2	1	-	24	7	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	1	2	-	-	1	1	-	-	2	
	Privada	39	-	-	-	-	-	2	21	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	

Quadro 3.6.5-15 - Tipo de Estabelecimento Por Esfera Administrativa - (2/4)

Estados/Municípios	Esfera	Total	Tipo de Estabelecimento																									
			Central de Regulação de Serviços de Saúde	Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Apoio a Saúde da Família	Centro de Parto Normal	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medicamento Excepcional e Programa Farmácia Popular	Hospital Dia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade Mista - atendimento 24h: atenção básica, internação/urgência	Unidade de Atenção a Saúde Indígena	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Móvel Fluvial	Unidade Móvel Pre Hospitalar - Urgência/Emergência	Unidade Móvel Terrestre
Rondônia	Federal	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	22	-	-	1	-	-	2	3	1	-	-	2	2	1	1	1	-	-	-	-	1	-	3	1	-	-	-
	Municipal	497	3	-	14	1	-	190	18	3	-	4	-	1	15	1	4	139	-	1	15	36	-	14	33	1	1	3
	Privada	792	-	-	-	-	-	2	185	357	1	5	1	10	43	-	10	2	-	-	-	-	-	175	-	-	1	-
Vilhena	Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	23	-	-	1	-	-	5	3	-	-	-	-	1	-	1	7	-	-	-	1	-	-	2	2	-	-	-
Chupinguaia	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Pimenta Bueno	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	19	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	1	-	-	10	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Cacoal	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	Municipal	17	-	-	-	-	-	8	3	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-
Ministro Andreazza	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Presidente Médici	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	16	-	-	1	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-
Ji-Paraná	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	28	1	-	1	-	-	13	2	-	-	-	-	1	-	-	5	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-
Ji-Paraná	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	86	-	-	-	-	-	-	20	43	-	-	1	1	6	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 3.6.5-15 - Tipo de Estabelecimento Por Esfera Administrativa - (3/4)

Estados/Municípios	Esfera	Total	Tipo de Estabelecimento																									
			Central de Regulação de Serviços de Saúde	Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Apoio a Saúde da Família	Centro de Parto Normal	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medicamento Excepcional e Programa Farmácia Popular	Hospital Dia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade Mista - atendimento 24h: atenção básica, internação/urgência	Unidade de Atenção a Saúde Indígena	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Movei Fluvial	Unidade Movei Pre Hospitalar - Urgência/Emergência	Unidade Movei Terrestre
Ouro Preto do Oeste	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	15	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	17	-	-	-	-	-	-	4	5	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Jaru	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	17	-	-	1	-	-	11	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
	Privada	53	-	-	-	-	-	-	13	28	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-
Theobroma	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	Privada	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ariquemes	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	28	1	-	1	1	-	9	4	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	5	-	-	1
	Privada	51	-	-	-	-	-	13	13	-	-	-	5	5	-	2	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-
Rio Crespo	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cujubim	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapuã do Oeste	Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	Privada	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-



**Quadro 3.6.5-16 - Número de Leitos**

Estados/Municípios	Total	Leitos													
		Cirúrgicos		Clínicos		UTI		Obstétrico		Pediátrico		Outras Especialidades		Hospital/DIA	
		SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS
Mato Grosso	7.019	1.200	623	1.628	596	227	203	788	283	946	236	255	7	9	18
Jauru	37	8	1	14	4	-	-	4	-	6	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	78	14	10	12	9	-	-	8	10	13	2	-	-	-	-
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comodoro	42	5	2	14	3	-	-	5	3	7	3	-	-	-	-
All MT	157	27	13	40	16	-	-	17	13	26	5	-	-	-	-
Rondônia	3.881	464	340	1.156	315	73	116	501	195	511	102	54	41	4	9
Vilhena	179	43	13	60	23	10	-	18	8	4	-	-	-	-	-
Chupinguaia	16	-	-	12	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Pimenta Bueno	65	5	1	18	2	-	-	12	13	11	3	-	-	-	-
Cacoal	167	16	29	21	17	-	-	18	25	32	8	1	-	-	-
Ministro Andreazza	19	-	-	10	-	-	-	6	-	3	-	-	-	-	-
Presidente Médici	49	6	-	29	-	-	-	6	-	8	-	-	-	-	-
Ji-Paraná	266	31	50	59	23	6	11	28	26	27	2	-	3	-	-
Ouro Preto do Oeste	125	12	30	26	12	-	4	12	12	12	5	-	-	-	-
Jaru	97	9	2	37	2	-	-	22	6	18	1	-	-	-	-
Theobroma	13	-	-	9	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-
Ariquemes	216	21	56	12	40	-	5	15	32	18	16	-	1	-	-
Rio Crespo	8	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cujubim	11	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapuã do Oeste	15	-	-	12	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Candeias do Jamari	15	-	-	5	-	-	-	5	-	5	-	-	-	-	-
Porto Velho	1.394	198	140	314	130	57	96	135	49	145	39	46	36	3	6
All RO	2.655	341	321	643	249	73	116	286	171	285	74	47	40	3	6
All Total	2.812	368	334	683	265	73	116	303	184	311	79	47	40	3	6

**Fonte:** Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, Jul. / 2010.

**Quadro 3.6.5-17 - Profissionais de Saúde Segundo Categorias Seleccionadas - (1/4)**

Estados/Municípios	Tipo	Categorias																	
		Profissionais de Saúde - Médicos									Profissionais de Saúde - Outros Profissionais								
		Anestesiista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Cirurgião dentista	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiologo	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente social	Psicologo	Auxiliar de Enfermagem	Tecnico de Enfermagem
Mato Grosso	Total	441	848	2.207	981	619	845	83	461	1.775	1.944	896	232	284	1.054	388	472	2.737	4.430
	Atende ao SUS	321	651	1.826	636	617	549	62	235	1.112	1.851	607	142	241	843	377	367	2.632	4.079
	Não atende ao SUS	120	197	381	345	2	296	21	226	663	93	289	90	43	211	11	105	105	351
Jauru	Total	-	2	3	2	3	1	-	1	7	5	1	1	1	7	1	2	10	4
	Atende ao SUS	-	2	3	2	3	1	-	1	3	5	1	1	1	6	1	2	10	4
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Vale de São Domingos	Total	-	-	-	-	2	-	-	-	1	2	1	-	-	1	-	-	-	5
	Atende ao SUS	-	-	-	-	2	-	-	-	1	2	1	-	-	1	-	-	-	5
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	Total	4	3	26	10	8	5	-	2	22	15	8	2	-	12	4	5	36	20
	Atende ao SUS	3	3	25	7	8	4	-	1	15	13	4	1	-	9	4	3	32	20
	Não atende ao SUS	1	-	1	3	-	1	-	1	7	2	4	1	-	3	-	2	4	-
Conquista D'Oeste	Total	-	-	-	-	2	-	-	-	1	3	2	-	1	1	-	-	2	3
	Atende ao SUS	-	-	-	-	2	-	-	-	1	3	2	-	1	1	-	-	2	3
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	Total	-	-	-	-	2	-	-	-	2	2	1	-	-	2	-	1	1	1
	Atende ao SUS	-	-	-	-	2	-	-	-	2	2	1	-	-	2	-	1	1	1
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comodoro	Total	1	2	6	3	5	1	-	2	7	8	2	-	-	10	1	1	4	23
	Atende ao SUS	1	2	6	2	5	1	-	2	4	7	2	-	-	8	1	1	3	19
	Não atende ao SUS	-	-	-	1	-	-	-	-	3	1	-	-	-	2	-	-	1	4
All MT	Total	5	7	35	15	22	7	-	5	40	35	15	3	2	33	6	9	53	56
	Atende ao SUS	4	7	34	11	22	6	-	4	26	32	11	2	2	27	6	7	48	52
	Não atende ao SUS	1	-	1	4	-	1	-	1	14	3	4	1	-	6	-	2	5	4

**Quadro 3.6.5-17 - Profissionais de Saúde Segundo Categorias Seleccionadas - (2/4)**

Estados/Municípios	Tipo	Categorias																	
		Profissionais de Saúde - Médicos									Profissionais de Saúde - Outros Profissionais								
		Anestesiista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Cirurgião dentista	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiologo	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente social	Psicologo	Auxiliar de Enfermagem	Tecnico de Enfermagem
Rondônia	Total	158	266	743	346	274	261	24	128	653	869	265	81	80	473	112	177	2.129	1.219
	Atende ao SUS	129	219	659	262	274	215	21	88	397	839	185	59	59	367	106	139	1.973	1.089
	Não atende ao SUS	29	47	84	84	-	46	3	40	256	30	80	22	21	106	6	38	156	130
Vilhena	Total	3	4	28	17	5	15	-	4	59	40	17	7	4	32	3	8	145	90
	Atende ao SUS	3	4	20	14	5	12	-	4	10	39	9	3	4	21	2	6	138	88
	Não atende ao SUS	-	-	8	3	-	3	-	-	49	1	8	4	-	11	1	2	7	2
Chupinguaia	Total	-	-	1	-	1	-	-	-	-	4	2	2	-	1	-	-	30	3
	Atende ao SUS	-	-	1	-	1	-	-	-	-	4	2	2	-	1	-	-	30	3
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pimenta Bueno	Total	2	1	25	9	7	5	-	-	12	19	7	1	1	14	3	4	69	6
	Atende ao SUS	2	1	23	6	7	5	-	-	8	17	6	1	1	10	3	4	66	6
	Não atende ao SUS	-	-	2	3	-	-	-	-	4	2	1	-	-	4	-	-	3	-
Cacoal	Total	18	17	60	31	4	21	1	14	58	44	28	5	7	35	7	16	144	29
	Atende ao SUS	15	14	52	21	4	18	1	5	14	38	17	3	5	28	5	12	125	26
	Não atende ao SUS	3	3	8	10	-	3	-	9	44	6	11	2	2	7	2	4	19	3
Ministro Andreazza	Total	-	-	4	1	3	-	-	-	3	4	2	-	-	1	-	-	2	6
	Atende ao SUS	-	-	4	1	3	-	-	-	3	4	2	-	-	1	-	-	2	6
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Médici	Total	1	1	9	2	7	4	-	1	10	12	2	-	2	6	2	1	37	7
	Atende ao SUS	1	1	9	2	7	4	-	1	9	12	1	-	2	5	2	1	37	7
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Ji-Paraná	Total	5	14	34	26	18	15	1	8	73	52	32	10	5	37	11	16	171	52
	Atende ao SUS	5	11	23	21	18	11	1	4	39	51	19	7	5	33	10	11	155	30
	Não atende ao SUS	-	3	11	5	-	4	-	4	34	1	13	3	-	4	1	5	16	22



**Quadro 3.6.5-17 - Profissionais de Saúde Segundo Categorias Seleccionadas - (3/4)**

Estados/Municípios	Tipo	Categorias																	
		Profissionais de Saúde - Médicos									Profissionais de Saúde - Outros Profissionais								
		Anestesiista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Medico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Cirurgião dentista	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiologo	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente social	Psicologo	Auxiliar de Enfermagem	Tecnico de Enfermagem
Ouro Preto do Oeste	Total	10	8	26	19	9	7	-	3	15	22	5	-	1	9	2	7	34	32
	Atende ao SUS	10	6	25	13	9	6	-	2	2	20	4	-	1	7	2	6	29	22
	Não atende ao SUS	-	2	1	6	-	1	-	1	13	2	1	-	-	2	-	1	5	10
Jaru	Total	1	3	24	6	7	1	-	-	29	17	7	3	-	23	4	6	71	14
	Atende ao SUS	1	3	21	4	7	-	-	-	7	16	2	-	-	14	3	2	71	14
	Não atende ao SUS	-	-	3	2	-	1	-	-	22	1	5	3	-	9	1	4	-	-
Theobroma	Total	-	-	1	-	5	-	-	-	1	6	-	-	-	3	-	-	7	5
	Atende ao SUS	-	-	1	-	5	-	-	-	1	6	-	-	-	3	-	-	7	5
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ariquemes	Total	12	15	50	28	12	19	2	9	26	39	14	4	3	32	2	9	105	52
	Atende ao SUS	6	10	29	14	12	9	1	2	17	33	6	2	1	8	2	4	64	39
	Não atende ao SUS	6	5	21	14	-	10	1	7	9	6	8	2	2	24	-	5	41	13
Rio Crespo	Total	-	-	2	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	4
	Atende ao SUS	-	-	2	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	4
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cujubim	Total	-	-	1	-	2	-	-	-	2	3	-	-	-	1	-	-	6	2
	Atende ao SUS	-	-	1	-	2	-	-	-	2	3	-	-	-	1	-	-	6	2
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapua do Oeste	Total	-	-	1	-	1	-	-	-	1	3	-	-	-	1	-	-	8	-
	Atende ao SUS	-	-	1	-	1	-	-	-	1	3	-	-	-	1	-	-	8	-
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Quadro 3.6.5-17** - Profissionais de Saúde Segundo Categorias Seleccionadas - (4/4)

Estados/Municípios	Tipo	Categorias																	
		Profissionais de Saúde - Médicos									Profissionais de Saúde - Outros Profissionais								
		Anestesista	Cirurgião Geral	Clinico Geral	Gineco Obstetra	Médico de Família	Pediatra	Psiquiatra	Radiologista	Cirurgião dentista	Enfermeiro	Fisioterapeuta	Fonoaudiologo	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente social	Psicologo	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem
Candeias do Jamari	Total	-	-	4	2	6	1	-	-	10	7	-	-	-	2	-	-	7	6
	Atende ao SUS	-	-	4	2	6	1	-	-	10	7	-	-	-	2	-	-	7	6
	Não atende ao SUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Velho	Total	89	161	259	155	74	143	18	49	231	337	95	41	39	160	59	79	583	704
	Atende ao SUS	71	130	238	123	74	120	16	41	176	330	70	34	23	152	58	63	528	630
	Não atende ao SUS	18	31	21	32	-	23	2	8	55	7	25	7	16	8	1	16	55	74
All RO	Total	141	224	529	296	162	231	22	88	531	610	211	73	62	358	93	146	1.420	1.012
	Atende ao SUS	114	180	454	221	162	186	19	59	300	584	138	52	42	288	87	109	1.274	888
	Não atende ao SUS	27	44	75	75	0	45	3	29	231	26	73	21	20	70	6	37	146	124
All Total	Total	146	231	564	311	184	238	22	93	571	645	226	76	64	391	99	155	1.473	1.068
	Atende ao SUS	118	187	488	232	184	192	19	63	326	616	149	54	44	315	93	116	1.322	940
	Não atende ao SUS	28	44	76	79	-	46	3	30	245	29	77	22	20	76	6	39	151	128

**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional, Jun. / 2010.

Nota: Se um profissional tem vínculo com mais de um estabelecimento, ele é contado tantas vezes quantos forem os vínculos.

**Quadro 3.6.5-18 - Mortalidade**

Estados/Municípios	Total	Óbitos Por Residência																		
		Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias	Neoplasias (Tumores)	Doenças Sangue Orgãos Hematopoiéticos e Transstornos Imunitários	Doenças Endócrinas Nutricionais e Metabólicas	Transstornos Mentais e Comportamentais	Doenças do Sistema Nervoso	Doenças do Olho E Anexos	Doenças do Ouvido e da Apófise Mastoide	Doenças do Aparelho Circulatorio	Doenças do Aparelho Respiratorio	Doenças do Aparelho Digestivo	Doenças da Pele e do Tecido Subcutâneo	Doenças Sistêmicas Osteomuscular e Tecido Conjuntivo	Doenças do Aparelho Geniturinário	Gravidez Parto e Puerpério	Algumas Afeções Originadas no Período Perinatal	Malformações Congenitas, Deformidades e Anomalias Cromossômicas	Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório, Não Classificados Em Outra Parte	Causas Externas de Morbidade e Mortalidade
Mato Grosso	13.668	676	1.925	74	794	190	207	-	5	3.768	1.232	679	17	39	259	38	463	190	457	2.655
Jauru	55	1	7	-	1	-	-	-	-	10	7	5	-	-	-	-	1	1	15	7
Vale de São Domingos	14	-	1	1	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	1	-	2	3
Pontes e Lacerda	188	5	21	1	15	1	2	-	-	54	12	6	-	-	5	1	7	1	2	55
Conquista D'Oeste	9	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	1	3
Nova Lacerda	17	-	2	-	2	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	-	1	7
Comodoro	86	1	10	-	6	1	1	-	-	30	1	2	-	-	1	-	10	3	-	20
All MT	369	7	43	2	24	2	3	-	-	98	24	16	-	-	7	1	21	5	21	95
Rondônia	5.834	307	800	28	438	36	75	-	-	1.426	379	213	5	14	116	10	226	102	459	1.200
Vilhena	108	11	19	-	5	-	4	-	-	17	3	8	-	1	1	-	5	5	4	25
Chupinguaia	7	1	-	-	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Pimenta Bueno	43	1	9	-	1	2	1	-	-	12	7	1	-	1	-	-	2	1	2	3
Cacoal	354	18	43	-	38	5	4	-	-	108	29	12	-	-	14	-	12	5	3	63
Ministro Andreazza	36	2	4	1	2	-	2	-	-	11	-	1	-	-	1	-	1	1	1	9
Presidente Médici	129	7	16	-	12	3	-	-	-	30	9	3	-	1	2	-	6	1	22	17
Ji-Paraná	616	25	72	4	41	5	6	-	-	203	65	20	-	1	12	-	13	4	27	118
Ouro Preto do Oeste	186	8	23	1	14	1	4	-	-	68	11	7	-	-	6	-	5	1	9	28
Jaru	248	13	32	2	17	-	4	-	-	65	18	6	-	-	4	-	7	2	34	44
Theobroma	30	2	6	-	2	-	-	-	-	5	2	-	-	-	-	1	1	-	1	10
Ariquemes	432	20	37	3	25	3	6	-	-	109	31	15	-	1	8	-	27	6	12	129
Rio Crespo	5	1	2	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cujubim	37	-	2	1	1	-	-	-	-	8	1	-	-	-	2	1	3	-	3	15
Itapuã do Oeste	29	3	6	1	3	-	-	-	-	4	3	1	-	-	-	-	-	-	2	6
Candelas do Jamari	65	6	5	-	9	-	-	-	-	9	6	4	-	-	2	-	2	1	6	15
Porto Velho	1.798	125	298	4	156	6	19	-	-	327	97	62	2	5	25	5	75	33	184	375
All RO	4.123	243	574	18	327	25	51	-	-	978	283	140	2	10	77	7	159	60	310	859
All Total	4.492	250	617	20	351	27	54	-	-	1.076	307	156	2	10	84	8	180	65	331	954

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, 2008.

De acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SISNAC), na All aparecem situações muito diferenciadas entre os municípios: com coeficientes abaixo de 20, figuram Jauru, Pontes e Lacerda e Nova Lacerda, no Estado do Mato Grosso, Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Theobroma, Cujubim, Candeias do Jamari e Porto Velho, no Estado de Rondônia. Ou seja, 12 entre os 22 municípios da All têm coeficiente de mortalidade infantil considerado baixo. Por outro lado, os municípios de Cacoal (RO), Ministro Andreazza (RO), Conquista d'Oeste (MT) e Vale de São Domingos (MT) apresentaram taxas muito elevadas, acima de 74 por 1.000 nascidos vivos, chegando a 111,1 em Cacoal (**Quadro 3.6.5-19**). Nota-se que, para Chupinguaia, Rio Crespo e Itapuã do Oeste, em Rondônia, não foi possível a análise, por falta de dados.

Todas essas informações, coletadas na base de dados do Ministério da Saúde, foram complementadas pelos dados fornecidos pelas Secretarias de Saúde dos 22 municípios pertencentes à All. A partir do levantamento de campo, onde foram realizadas entrevistas com representantes dos órgãos públicos e consultas a publicações produzidas pelos órgãos municipais ou outras instituições locais, foi possível obter informações qualitativas para melhor caracterizar a infraestrutura e os serviços de saúde dos municípios, conforme apresentado a seguir. Vale destacar que essas informações, coletadas em fontes diferentes, nem sempre são coincidentes.

Assim, de acordo com os gestores públicos de **Jauru (MT)**, o município mantém um hospital filantrópico, situado na área urbana, o Hospital Patronato Nossa Senhora do Pilar, que possui 38 leitos, sendo 33 disponíveis ao SUS. É o estabelecimento-referência para o atendimento à população local e, segundo informações obtidas no campo, atende à demanda do município. Dispõe ainda de três unidades do Programa Saúde da Família (PSF), sendo duas na área urbana e uma na rural; um centro de saúde<sup>18</sup> (**Foto 3.6.5-1**); três postos de saúde na zona rural; uma clínica de reabilitação; um laboratório municipal; quatro consultórios odontológicos privados; um consultório médico privado e dois laboratórios de análise clínica privados.

De modo geral, os estabelecimentos atendem à demanda local, mas, ainda assim, é necessária uma reestruturação do sistema de saúde no município, de acordo com informações obtidas na Secretaria de Saúde (**Foto 3.6.5-2**). Essa reestruturação visa à transformação do centro de saúde urbano em PSF, para atender a toda a população.

Em relação aos profissionais de saúde, o entrevistado informou que, na reestruturação prevista, existe também uma demanda por novas contratações.

---

<sup>18</sup> De acordo com definição do Ministério da Saúde ([http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo\\_estabelecimento.htm](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm)), o centro de saúde é uma unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista nessas áreas. O posto de saúde, por sua vez, é uma unidade destinada à prestação de assistência, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico.

**Quadro 3.6.5-19** - Coeficiente de Mortalidade Infantil - (Por 1.000 Nascidos Vivos)

Estados/Municípios	Coeficiente
Mato Grosso	16,2
Jauru	11,8
Vale de São Domingos	74,1
Pontes e Lacerda	18,1
Conquista D'Oeste	87,0
Nova Lacerda	16,7
Comodoro	36,9
Rondônia	17,1
Vilhena	9,8
Chupinguaia (*)	-
Pimenta Bueno	7,9
Cacoal	111,1
Ministro Andreazza	95,2
Presidente Médici	28,8
Ji-Paraná	13,2
Ouro Preto do Oeste	19,4
Jaru	14,1
Theobroma	8,5
Ariquemes	22,0
Rio Crespo (*)	-
Cujubim	13,7
Itapuã do Oeste (*)	-
Candeias do Jamari	8,9
Porto Velho	16,9

**Fonte:** MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, 2008.

Nota (\*): Os valores estatísticos de mortalidade (menor de 1 ano) que compõem a fórmula para se obter a taxa de mortalidade infantil não foram informados para os municípios Chupinguaia, Rio Crespo e Itapuã do Oeste, no Estado de Rondônia.

Nos casos em que há necessidade de atendimentos especializados, os pacientes são encaminhados para o município de Pontes e Lacerda (MT), onde se localiza a sede do Consórcio Intermunicipal do Vale do Guaporé (CISNAV). Através de agendamento prévio, o paciente é transportado pela Prefeitura de Jauru. Quando não existe a especialidade no CISNAV, o paciente é encaminhado para Cuiabá (MT) (principalmente) e Cáceres (MT), através de agendamento na Central de Regulação Regional (estadual).

Em relação ao número de médicos e outros profissionais de saúde, Jauru apresenta: PSF: cinco médicos (um pediatra, um ginecologista e três clínicos), uma enfermeira por unidade, uma equipe de odontologia por unidade (cirurgião-dentista, técnico e auxiliar de consultório); Clínica de Reabilitação: uma fonoaudióloga, uma psicóloga e um fisioterapeuta; Vigilância Ambiental: seis agentes de combate a endemias e um coordenador geral; Agentes Comunitários de Saúde: 37 agentes (há duas microáreas descobertas: comunidades de Santa Rosa e de São Pedro e São Paulo).

Ocorreu uma epidemia de dengue em Jauru no final de 2009 e início de 2010, tendo sido registradas cerca de 400 notificações. Há uma endemia de hanseníase, com 8 a 12 casos por ano. O aumento da ocorrência de problemas pulmonares é relacionado às queimadas que ocorrem na região.

De acordo com informações do campo, existem altos índices de pessoas dependentes de medicamentos psicotrópicos, hipertensos e diabéticos no município. Faltam recursos humanos específicos para realizar ações preventivas. Foi relatado aumento nos casos de problemas pulmonares nos meses de estiagem, principalmente em setembro e outubro, quando também aumenta o número de queimadas próximo à cidade.

Os principais Programas Governamentais em execução no município são: Programa de Controle de Hipertensão Arterial e Diabetes (HIPERDIA); Programa Nacional de Imunização (PNI); Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (SISPRENATAL); Programa Saúde da Família (PSF); e Vigilância e Controle de Vetores (Sistema de Informação de Febre Amarela e Dengue – SISFAD).

No município do **Vale de São Domingos (MT)**, o menor em população da All (2.955 habitantes em 2009), não há hospital, sendo realizado o pronto atendimento de maneira improvisada, segundo entrevista realizada na Secretaria Municipal de Saúde. Há duas unidades de saúde básica: o PSF Rita Bezerra da Silva (área urbana) e o PSF de Adrianópolis (distrito rural). Cada unidade possui um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e um dentista. O município conta ainda com dois consultórios odontológicos particulares.

Ao todo, Vale de São Domingos dispõe de 14 agentes de saúde, que atuam por microárea (geralmente moram nas suas microáreas de atuação), através de visitas domiciliares.

O estabelecimento de saúde que funciona como referência para o atendimento aos moradores da zona rural é o PSF de Adrianópolis e, para a população urbana, o PSF da

sede. No entanto, como a extensão rural é muito grande, alguns moradores rurais preferem se deslocar para atendimento na sede.

Mesmo com o reduzido número de habitantes, os estabelecimentos existentes não conseguem atender à demanda da população local. Quando há necessidade, os pacientes de Vale de São Domingos são encaminhados para a Santa Casa de Pontes e Lacerda, que faz parte do CISNAV. Nesse estabelecimento, atende-se à grande maioria das urgências, emergências e especialidades. Quando não é possível o atendimento, os pacientes são encaminhados para o Hospital Regional de Cáceres ou para Cuiabá (via Programa Estadual Central de Vagas). O município paga R\$1,00 por habitante para utilização dos serviços do Consórcio.

De acordo com o entrevistado, ocorreu epidemia de dengue de julho a novembro de 2009, mas em 2010 ficou sob controle. O principal problema na área de Saúde no município é a falta de transporte para os pacientes, principalmente quando necessitam deslocar-se para Cáceres ou Cuiabá.

Os Programas da esfera pública ou privada em andamento no município na área de Saúde são: HIPERDIA; SISPRENATAL; PSF; Bolsa Família Saúde.

**Pontes e Lacerda (MT)** possui a infraestrutura em saúde descrita a seguir.

Hospitais: São Lucas e Santa Cruz (particulares) e Santa Casa (público) (**Foto 3.6.5-3**), todos localizados na zona urbana. Este último possui convênio com o CISNAV, atendendo urgências e emergências. Mantém, ainda, convênio com o SUS e possui 59 leitos. Não dispõe de UTI — quando necessitam desse tipo de atendimento, uma UTI móvel de Cáceres ou de Cuiabá vai buscar os pacientes.

Unidades de Saúde: oito PSF na área urbana — cada um possui um médico, uma enfermeira, um técnico de enfermagem, um auxiliar de enfermagem, um dentista e um auxiliar de dentista. Dois PSF na área rural, um na comunidade Vila do Matão e outro no Projeto de Assentamento (PA) Triunfo; cada um possui um técnico de enfermagem da comunidade, que permanece diariamente no PSF. Os médicos e enfermeiras que atendem aos PSF urbanos se revezam e, a cada 10 dias, visitam os PSF rurais. O atendimento nas demais áreas rurais ocorre em forma de mutirões; a cada três meses, uma série de especialistas se desloca para as comunidades a fim de realizar 1 (um) dia de atendimentos.

Centro de Especialidade Médica: localizado na zona urbana (**Foto 3.6.5-4**), mas, segundo informações em campo, atende muitos moradores das comunidades rurais. Possui oito médicos, das seguintes especialidades: ortopedia, pediatria, geriatria, clínica geral, dermatologia e ginecologia.

Clínicas: três clínicas médicas particulares e quatro odontológicas, todas localizadas na zona urbana.

Profissionais de saúde veiculados à Prefeitura: 30 dentistas; 18 agentes de inspeção; 10 especialistas; 30 médicos; 160 agentes comunitários (que realizam visitas domiciliares); 20 enfermeiros; 35 técnicos de enfermagem; 70 auxiliares de enfermagem; 27 agentes de combate a epidemias e 15 fiscais sanitários. O atendimento abrange as áreas urbana e rural, mas os entrevistados consideram insuficiente o número de especialistas e de médicos.

A Prefeitura possui cinco ambulâncias e está adquirindo mais duas.

Os estabelecimentos de saúde do município conseguem atender à demanda da população local. O Hospital São Lucas é a referência para o atendimento à população de classes média e alta, enquanto, para a população de classe menos favorecida, a referência é a Santa Casa. De acordo com as entrevistas realizadas na Secretaria de Saúde do município, apesar de a estrutura no sistema de saúde ser suficiente para atender à demanda local, a falta de algumas especialidades é um problema já que ainda existe a necessidade de muitos pacientes serem encaminhados para Cáceres e Cuiabá.

De acordo com o entrevistado, todo ano, de janeiro a março, ocorre uma epidemia de dengue em todo o Estado de Mato Grosso. No município de Pontes e Lacerda, foi registrada uma média de dois casos por família em 2009. Como medidas de combate e prevenção, os agentes comunitários de saúde fazem um trabalho constante com as famílias nos períodos mais críticos, com distribuição de *folders* e propaganda na TV.

Outro programa na área de Saúde, desenvolvido no município, é o Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS, do Governo Federal.

**Conquista d'Oeste (MT)** possui dois PSF em área urbana, um anexo ao outro (Complexo de Saúde da Família), com médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem e agentes de saúde alocados por estabelecimento. Existe apenas uma equipe de saúde bucal (dentista e auxiliar) para todo o município (atendem aos dois PSF e à zona rural), além de um laboratório municipal de análises clínicas, uma unidade de reabilitação e raios X, uma farmácia básica e um sistema regulador de encaminhamentos. A Secretaria de Saúde conta ainda com uma equipe de plantão (enfermeiro chefe e auxiliares) e médicos especialistas em ginecologia e ortopedia. O equipamento móvel resume-se a duas ambulâncias e estão tentando adquirir uma terceira.

A zona rural do município é dividida em 15 microáreas de atendimento em saúde. Para cada microárea, existe um agente comunitário que atende em domicílio e mora na comunidade. Cada microárea tem vínculo com um dos PSF da sede e, em caso de



necessidade de atendimento, o paciente se desloca por conta própria para o PSF designado à sua microárea.

Na rede privada de saúde, há um consultório médico (clínica geral), três consultórios dentários e um laboratório de análises clínicas.

O estabelecimento de saúde que é referência no município é o Complexo de Saúde da Família, que consegue atender à demanda da população local. Mesmo assim, o Secretário de Saúde enfatizou que, para o atendimento básico ser satisfatório, a equipe médica precisa estar completa e que o ideal seria a implantação de mais estabelecimentos para atendimentos mais especializados.

Quando há necessidade, os pacientes de Conquista d'Oeste vão para o município de Pontes e Lacerda (MT). Quando lá não existe a especialidade, são encaminhados para Cáceres (MT) ou Cuiabá (MT). No entanto, apesar de Cáceres ser a referência para cirurgias, devido à enorme fila de espera, procuram direcionar as pequenas cirurgias para o município de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT).

O município também faz parte do CISNAV, e os médicos são veiculados ao SUS.

O quadro de profissionais em Conquista d'Oeste é o seguinte: PSF 1: um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem, dois auxiliares de enfermagem, um dentista, um auxiliar de dentista e sete agentes de saúde; PSF 2: um médico, um enfermeiro e oito agentes de saúde; equipe de plantão: um enfermeiro-chefe e três auxiliares de enfermagem; uma médica ginecologista que atende também clínica geral; um médico ortopedista que atende uma vez por mês.

Em 2009, ocorreu uma epidemia de dengue no município. Em 2010, ainda não aconteceu surto, pois houve campanhas de controle, combate e conscientização desenvolvidas pela Prefeitura (distribuição de folhetos informativos, limpeza de quintais, retirada de lixo de ruas e quintais e palestras para comunidade nas escolas).

De acordo com o Secretário Municipal de Saúde, o que precisa melhorar na área de Saúde do município é a manutenção e a construção de novos estabelecimentos. Em relação à atenção básica, ele considera que o município está bem estruturado.

Os seguintes Programas Governamentais estão presentes no município: HIPERDIA; PNI; SISPRENATAL; Programa de Controle do Câncer do Colo do Útero e Mama; e Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

O município de **Nova Lacerda (MT)** não possui hospitais, apenas um pronto atendimento com leito e duas unidades de saúde na zona urbana: o PSF I (com laboratório de análises clínicas, farmácia e pronto atendimento) e o PSF II (com sala de vacina e sala de esterilização). Não existem estabelecimentos na zona rural, que é atendida pelos agentes

de saúde e por visitas domiciliares semanais de uma equipe de profissionais de saúde. Para especialidades, contam com o CISNAV. A municipalidade está em vias de construir mais uma unidade de saúde.

O estabelecimento de saúde que funciona como referência no município é o PSF I, que, de acordo com informações obtidas em campo, atende à demanda da população local. Para especialidades a população procura Pontes e Lacerda, e para urgências e emergências, Cáceres. O transporte é realizado pelo município, que possui duas ambulâncias e um carro de passeio.

O quadro de profissionais de saúde em Nova Lacerda é o seguinte: PSF I: um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem, um auxiliar de enfermagem, um bioquímico, um auxiliar de farmácia, um dentista, um auxiliar de dentista e um psicólogo. Pronto Atendimento: um médico, dois auxiliares de enfermagem durante o dia e um à noite. PSF II: um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem, um auxiliar de enfermagem, um auxiliar de sala de vacina, um dentista, um auxiliar de dentista e um técnico em higiene dental.

O município possui também 22 agentes comunitários de saúde, quatro agentes de vigilância sanitária e quatro agentes de endemias. O atendimento desses profissionais abrange a zona urbana e rural. CISNAV: otorrinolaringologista, neurologista, oftalmologista, ortopedista e urologista (uma vez por mês, atende à demanda no município de Pontes e Lacerda).

Os moradores da zona rural contam ainda com uma equipe de profissionais de Saúde que atende em domicílio: um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um dentista e um assistente social. Eles são os médicos dos PSF urbanos, que se revezam nesse atendimento.

Há casos de malária na área do garimpo o ano todo. A dengue teve um número médio de casos na época de chuvas, mas não foi uma epidemia no município.

Os principais problemas na área de Saúde são a qualidade e quantidade do transporte e a verba insuficiente disponibilizada pelos Governos Federal e Estadual.

Os principais Programas Governamentais em andamento no município são: HIPERDIA; Bolsa Família Saúde; PSF; PNI.

Dados obtidos na Secretaria de Saúde de **Comodoro (MT)** revelam que o município dispõe de um hospital particular, conveniado ao SUS, o Hospital das Clínicas de Comodoro, com 41 leitos, sendo 27 do SUS; um pronto atendimento municipal (PAM), oito postos de saúde, localizados nas comunidades rurais de Colônia dos Mineiros, Águas Claras, Macuco, Alvorada, Granja, Miranda Estância, Noroagro Limão, Noroagro Sede; quatro unidades do

PSF na área urbana e uma na área rural (Gleba Nova Alvorada); um laboratório de análises clínicas, uma agência transfusional, uma unidade de fisioterapia e uma farmácia municipal. Possui ainda quatro ambulâncias e equipamentos para ultrassonografia, eletrocardiograma e raios X.

Em relação aos estabelecimentos particulares, Comodoro dispõe de cinco consultórios odontológicos e duas clínicas médicas.

Os estabelecimentos que são referências para o atendimento à população são os PSFs (**Fotos 3.6.5-5 e 3.6.5-6**) para a atenção básica e o Hospital das Clínicas para urgência e emergência. No entanto, esses estabelecimentos não conseguem atender à demanda da população local, de acordo com o Secretário de Saúde; a estrutura física é suficiente, os recursos humanos para atenção básica atendem bem à demanda, mas, para as especialidades de média e alta complexidade, faltam profissionais.

Para suprir essa lacuna, a população procura o Hospital Regional de Cáceres. Quando há superlotação em Cáceres (que é referência também para todos os municípios do CISNAV, do qual Comodoro é integrante), os pacientes são encaminhados para Cuiabá. Para a especialidade ortopedia, normalmente se dirigem a Pontes e Lacerda.

Quanto ao número de médicos e outros profissionais de Saúde, o município apresenta o seguinte quadro, de acordo com a Secretaria de Saúde: Especialistas: um cardiologista, um ginecologista e um pediatra; Especialistas pelo CISNAV: um neurologista, um cardiologista, um ortopedista, um oftalmologista, um dermatologista (o neurologista, o cardiologista e o ortopedista atendem em Comodoro, os demais ficam no município de Pontes e Lacerda.

Os pacientes são encaminhados conforme escala de trabalho dos especialistas); Vigilância Sanitária: um diretor de departamento e quatro agentes; Endemias: um diretor de departamento e 12 agentes; Equipe para cada PSF da sede municipal: um médico, um enfermeiro, três a quatro técnicos de enfermagem, um dentista e seis a oito agentes de saúde; PSF rural: um médico, um enfermeiro e dois técnicos em enfermagem; Hospital das Clínicas: dois médicos internos, dois médicos plantonistas, 18 técnicos de enfermagem e um enfermeiro; demais profissionais: três bioquímicos, dois auxiliares de bioquímica, dois fisioterapeutas, dois auxiliares em fisioterapia e quatro agentes de saúde que atendem por microárea de atuação na zona rural.



**Foto 3.6.5-1** – Centro de Saúde em Jauru (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-2** – Secretaria de Saúde de Jauru (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-3** – Santa Casa de Pontes e Lacerda (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-4** – Centro Municipal de Saúde de Pontes e Lacerda (MT). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-5** – Unidade do Programa Saúde da Família (PSF) Centro, em Comodoro (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-6** – Pronto Atendimento Municipal, em Comodoro (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-7** – Hospital Regional de Vilhena (RO)  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-8** – Hospital e Maternidade Santa Helena, em Vilhena (RO). Fonte: Perfil Socioeconômico de Vilhena, 2006.

Muitos trabalhos de prevenção da febre amarela são realizados no município, por ser uma área endêmica da doença. O município teve uma epidemia de dengue entre dezembro de 2009 (período crítico) e maio de 2010 (época das chuvas), e a malária é presente, principalmente nas aldeias indígenas. Para a dengue e a malária, são dadas palestras de prevenção nas escolas, borrifação, “fumacê” e trabalho conjunto com a Secretaria de Obras na limpeza pública de focos das doenças.

Como principais problemas na área de Saúde, foram citadas a distância em relação ao município de referência, Cáceres, e a falta de algumas especialidades.

Os Programas Especiais de Saúde oferecidos em Comodoro são: Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteiras); PSF; Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Programa de Vigilância Sanitária (VISA); Saúde Bucal; SISVAN; Endemias e Controle de Doenças (ECD); Programa de Apoio à Saúde Comunitária de Assentados Rurais em Mato Grosso (PASCAR); SISPRENATAL; HIPERDIA; SISFAD; Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM); Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica (SIVEP); PNI; Programa Educação Permanente de Saúde.

O município de **Vilhena (RO)** é referência em saúde para muitos municípios do seu entorno e até para municípios do Estado de Mato Grosso. Sua infraestrutura é composta por quatro hospitais: Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira (o único da rede pública) (**Foto 3.6.5-7**), Hospital e Maternidade Santa Helena (**Foto 3.6.5-8**), Hospital Bom Jesus, Hospital Padrão; 14 postos de saúde (**Foto 3.6.5-9**) e seis centros de saúde (que atendem principalmente à área urbana). Conta ainda com o Hemocentro Regional, a Policlínica São Luís, o Ambulatório Municipal Jorge Teixeira, o Centro de Reabilitação Dr. Nazareno, o Centro de Atenção Psicossocial, o Instituto do Rim de Rondônia (**Foto 3.6.5-10**) e cerca de cinco laboratórios de análises clínicas e 21 clínicas particulares de atendimentos em diversas especialidades (Plano Municipal de Vilhena, 2010-2013).

O Hospital Regional dispõe de 129 leitos, distribuídos entre leitos clínicos (82), leitos pediátricos e ortopédicos (32) e leitos de ortopedia infantil (15).

Os recursos humanos da rede pública alocados na área de saúde somam 880 profissionais, entre médicos (81), agentes comunitários (117), agentes de saúde (13), fiscais de Vigilância Sanitária (14), farmacêuticos (14), enfermeiros (30), administrativos (257), entre outros.

Os estabelecimentos de saúde que são referência para o atendimento à população são a Policlínica São Luís, para as especialidades; o Ambulatório Municipal Jorge Teixeira, para agravos e pré-natal de alto risco; e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). De acordo com informações dos gestores municipais, os estabelecimentos de saúde do município não conseguem atender à demanda da população local, pois atendem a muitos municípios circunvizinhos. Há cerca de cinco anos, no entanto, esses municípios vêm melhorando suas estruturas de saúde e “desafogando” um pouco os estabelecimentos de

Vilhena. Por sua vez, os habitantes de Vilhena recorrem a Porto Velho, especialmente para o atendimento em hematologia e oncologia.

A dengue aparece em primeiro lugar no quadro de notificações de agravos em 2009 do município, com 944 casos, que se concentraram em novembro e dezembro. Outros agravos notificáveis mais recorrentes são o atendimento antirrábica, a leishmaniose e a hepatite viral. A hanseníase é um grave problema de saúde pública nessa região, e Vilhena é considerado prioritário pelos critérios do Ministério da Saúde para o combate à doença. A Vigilância Epidemiológica faz um trabalho constante de prevenção e controle das doenças e agravos na área urbana e rural do município.

Como principais problemas na área de Saúde, os gestores entrevistados apontaram a falta de verba para o cumprimento dos programas, pois o repasse do Ministério da Saúde é insuficiente, além da já mencionada sobrecarga dos municípios circunvizinhos e população fronteira de Mato Grosso aos estabelecimentos de Vilhena.

Os principais Programas de Saúde em execução no município de Vilhena são: PSF; PACS; VISA; Saúde Bucal; SISVAN; SISPRENATAL; HIPERDIA; SISFAD; PNCM; PNI; Programa Saúde do Adolescente (PROSAD); Programa Saúde do Trabalhador; Programa Saúde do Homem; Programa Saúde da Criança e Aleitamento Materno; Programa de Puericultura, Planejamento Familiar e Climatério; Programa Saúde da Mulher; Programa Nacional de Controle da Tuberculose; Programa Nacional de Controle da Hanseníase (PNEH); Programa Nacional de Vigilância e Controle da Leishmaniose; Programa Nacional de Prevenção e Controles da Hepatite e Programa Nacional de DST e AIDS.

De acordo com as informações obtidas em campo, o município de **Chupinguaia (RO)** conta com uma unidade de saúde mista, localizada na sede, o PSF, no distrito de Boa Esperança, e um posto de saúde em cada distrito (Boa Esperança, Novo Plano, Corgão, Guaporé e Nova Andradina). Todos os estabelecimentos de saúde possuem convênio com o SUS. A unidade de saúde urbana não trabalha com internação, apenas com observação, e dispõe de seis leitos.

A Secretaria de Saúde tem cinco ambulâncias: uma na sede e uma em cada distrito (Novo Plano, Boa Esperança, Corgão e Guaporé).

O estabelecimento referência para o atendimento à população local é a Unidade de Saúde mista. De modo geral, os estabelecimentos existentes não conseguem atender à demanda do município e muitos médicos precisam trabalhar em mais de um município para aumentar sua renda, causando sobrecarga de trabalho. No PSF de Boa Esperança, faltam profissionais, apesar do atendimento 24 horas.

A população de Chupinguaia recorre ao município de Vilhena (RO) (Unidade de Saúde João Luiz) em casos mais graves e tratamentos especializados. A municipalidade disponibiliza um carro para o traslado dos pacientes. As maiores demandas são para

neurologia e ortopedia. Antes de existir a especialidade ginecologia no município, havia um fluxo constante de pacientes.

Em relação aos profissionais de Saúde do município, obteve-se a informação de que, em cada posto de saúde dos distritos, existe uma equipe fixa, composta por um enfermeiro e um técnico em enfermagem. Os médicos fazem visitas semanais. O PSF de Boa Esperança está com a equipe incompleta. A unidade da sede possui cinco médicos, dois dentistas, um técnico em enfermagem e 14 auxiliares de enfermagem.

O município dispõe ainda de 24 agentes comunitários de Saúde, sendo que quatro cobrem a sede municipal e 20 se distribuem pelos distritos; três fiscais de Vigilância Sanitária que atendem à sede e ao município; especialistas em ginecologia e otorrinolaringologista.

Tem havido muitos casos de Leishmaniose em Chupinguaia, principalmente na população que vive em fazendas, devido ao contato com animais, de acordo com o Secretário de Saúde. Há casos isolados de malária, hanseníase e tuberculose, que não se configuram como endemias.

Os principais problemas na área de Saúde no município são a falta de médicos e a sobrecarga dos que existem.

Os principais programas governamentais na área de Saúde no município são: SISPRENATAL; Programa de Controle do Câncer do Colo do Útero e Mama; HIPERDIA; SISFAD.

O município de **Pimenta Bueno (RO)** possui três hospitais: o Hospital e Maternidade Municipal Ana Neta (**Foto 3.6.5-11**), o Hospital e Maternidade São Francisco e o Hospital e Maternidade São Mateus, os dois últimos, privados. Conta também com três postos de saúde, sendo um na área rural e quatro unidades básicas de saúde, todas na área urbana. Há ainda 15 consultórios odontológicos, oito laboratórios de análises clínicas (**Foto 3.6.5-12**) e cinco equipes do PSF.

Pimenta Bueno possui 50 leitos públicos veiculados ao SUS. Não existe UTI neonatal nem de adulto. Nenhum estabelecimento de saúde privado do município tem credenciamento com o SUS.

O Hospital Ana Neta é referência para o atendimento à população local, mas não dá conta da demanda, principalmente em relação a especialidades. Nesses casos, o município mais procurado é Cacoal (RO). Em casos de média e alta complexidade, os pacientes são encaminhados para Cacoal ou para Porto Velho (RO). A municipalidade considera que estão bem equipados na atenção básica e, na zona rural, as equipes de Saúde conseguem atender 80% da demanda.

Ao todo, trabalham 53 médicos da esfera municipal, de diversas especialidades, nove estaduais e quatro federais e mais 348 profissionais de Saúde.

A ocorrência da dengue é considerada alarmante para a municipalidade: entre outubro de 2009 e maio de 2010 (época de chuvas), foram notificados 2 mil casos no município. Há também muitos casos de leishmaniose na zona rural, por conta do desmatamento, principalmente na época da seca (julho, agosto e setembro). Em 2009, houve um aumento significativo nos casos de hanseníase (15 notificações), tanto na área urbana como na rural. Os casos de tuberculose ocorrem esporadicamente, principalmente entre população que vive em aglomerados (assentamentos, por exemplo).

Os principais problemas na área de Saúde são a falta de profissionais especialistas, de recursos destinados à saúde e o número elevado de contratos temporários, com poucos profissionais concursados.

Dentre os principais programas ligados à Saúde, destacam-se os programas do Governo Federal relativos à notificação de agravos compulsórios, prevenção e controle, através da Divisão de Controle de Endemias da dengue, malária e febre amarela.

Em **Cacoal (RO)**, de acordo com a pesquisa de campo, há a seguinte infraestrutura em saúde:

Hospitais públicos: Hospital São Paulo – Unidade Mista de Saúde/Pronto Socorro Municipal (UMC) (**Foto 3.6.5-13**): conta com 45 leitos nas áreas de cirurgia, clínica médica, pediatria e tisiologia; Hospital Municipal Materno Infantil (HMMI): conta com 47 leitos nas áreas de cirurgia, clínica médica, pediatria e obstetrícia.

Centro de Saúde/Unidades de Saúde da rede pública: Unidade Básica de Saúde Nova Esperança; Unidade Básica de Saúde Cristo Rei; Unidade Básica de Saúde São Judas Tadeu; Unidade Básica de Saúde Princesa Izabel; Unidade de Saúde da Família Liberdade; Unidade Básica de Saúde Vista Alegre; Unidade Básica de Saúde Village do Sol.

Unidades especializadas: ambulatório especializado; Centro de Atenção Psicossocial de Cacoal (CAPS II); Centro de Reabilitação Física de Cacoal (CEREF).

Unidades de saúde da rede privada e filantrópica, conveniadas ao SUS: Centro de Reabilitação Neurológica de Cacoal (CERNIC); Centro de Litotripsia de Cacoal (LITHOCENTER); Centro de Diálise de Cacoal Ltda. (TRS).

Os estabelecimentos de saúde que funcionam como referência para o atendimento à população de Cacoal são o Ambulatório Especializado, para atender às especialidades; a Unidade Mista de Saúde, para urgências e emergências; e o Hospital Municipal Materno- Infantil, para maternidade e pediatria.

Cacoal é referência em saúde para os municípios circunvizinhos; por isso, os estabelecimentos, por vezes, não conseguem atender à própria demanda local. Além disso, faltam profissionais, principalmente médicos especialistas. Assim, os casos de pequena e média complexidade são atendidos no próprio município e os de



alta complexidade, encaminhados para Porto Velho. Há ainda o problema da insuficiência de recursos financeiros para a área da Saúde.

De acordo com as entrevistas na Secretaria Municipal de Saúde (**Foto 3.6.5-14**), de outubro de 2009 a janeiro de 2010, Cacoal teve uma epidemia de dengue, e ainda são registrados casos. Hanseníase, leishmaniose e tuberculose também são registros frequentes. Para o controle e prevenção dessas epidemias e endemias, o município desenvolve programas do Governo Federal, mas apresentam dificuldade em atender a tudo o que os programas propõem, por falta de profissionais e veículos. Para o combate à dengue, possuem comitês de mobilização comunitária atuantes que fiscalizam, previnem e conscientizam a população.

Depois da instalação da rede de esgotos, as fossas desativadas se tornaram o foco principal da dengue no município. As Secretarias de Obras e de Meio Ambiente, em parceria, estão cimentando essas fossas e, até o momento, já concluíram o trabalho em cerca de 4.000 fossas.

Outros Programas Governamentais desenvolvidos em Cacoal: Assistência à Saúde da Mulher; Atenção à Saúde da Criança; Atenção à Saúde do Idoso; HIPERDIA; Programa de Controle da Hanseníase; Programa de Controle da Tuberculose; PSF; Programa Bolsa Família.

**Ministro Andreazza (RO)** tem os seguintes estabelecimentos públicos de saúde: um hospital, um Centro de Saúde Diferenciado (João Paulo II), um centro odontológico e um laboratório. A Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU) tem 51 servidores alocados no Fundo Municipal de Saúde e 39 que trabalham como Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e no PSF. Ao todo, são nove médicos (sendo sete clínicos, um ginecologista e um pediatra), quatro odontólogos, dois bioquímicos, um farmacêutico, um fisioterapeuta, um médico veterinário, quatro enfermeiros e um técnico em raios X. Os serviços disponíveis não atendem plenamente à demanda local.

Não há endemias no município, sendo as doenças mais incidentes a verminose, a diarreia, a hipertensão, a leishmaniose, a malária, a esquistossomose e a hanseníase. Os programas de atendimentos da saúde encontrados no município são: Assistência à Mulher (preventivo); Assistência à Gestante (pré-natal, neonatal, pós-parto); Assistência ao Hipertenso; Assistência à Criança (acompanhamento/vacinação); PACS; PSF; Saúde Bucal e Programa de Febre Amarela e Dengue. Destaca-se o Projeto de Reestruturação do Sistema Municipal de Saúde, que prevê a organização do sistema local, reordenando os serviços, redefinindo metas, ampliando sua rede de serviços e abrangência de ações.

O município conta com o Conselho Municipal de Saúde desde 1995. Há reuniões mensais, mas ainda não dispõe de uma estrutura física própria. A participação dos membros se dá de forma paritária entre usuários (50%) e prestadores de serviços, órgãos governamentais

e profissionais de saúde (50%), cuja atribuição legal é deliberar sobre todos os aspectos, envolvendo as políticas de Saúde adotadas no município.

Ministro Andreazza conta também com a Divisão de Vigilância Sanitária, que engloba as ações de Inspeção Sanitária e de Zoonoses. Os profissionais integrantes da equipe de Vigilância Sanitária, por vezes, integram outras equipes.

A Vigilância Epidemiológica é efetiva no município e tem o objetivo de melhorar o sistema de notificação de doenças na rede pública e privada, além de realizar investigações de casos na comunidade e nas unidades mistas e básicas de saúde. Também organiza, em conjunto com as equipes das Unidades de Saúde, as estratégias de vacinação, cujas metas são estabelecidas no Programa Saúde da Família.

Em **Presidente Médici (RO)**, a infraestrutura e os serviços do sistema de saúde disponíveis são: dois hospitais de média complexidade, o Hospital e Maternidade Presidente Médici e o Hospital e Maternidade Eufrásia Maria da Conceição; a Casa da Gestante Irmã Dulce; uma Unidade Mista de Saúde; dois Postos de Saúde (cada distrito possui um posto); cinco Centros de Saúde, um postinho de prevenção à mulher; uma unidade do PSF e seis ambulâncias.

Os estabelecimentos de saúde do município não conseguem atender à demanda da população local, que se dirigem a Ji-Paraná ou a Porto Velho em casos mais graves.

Em relação aos profissionais, o município conta com 10 médicos e 60 agentes de saúde. O hospital tem 200 funcionários, e há ainda fisioterapeutas, fonoaudiólogos e dentistas no município. De acordo com os entrevistados na Secretaria de Saúde, há carência de médicos e de funcionários técnicos para apoio. E o maior problema, na opinião deles, é a falta de investimento do SUS.

Um programa municipal de saúde importante é o Prevenção da Saúde da Mulher, realizado no Posto de Saúde Feminino.

O município de **Ji-Paraná (RO)** é referência em Saúde para muitos municípios vizinhos, dispondo de uma infraestrutura razoável de estabelecimentos: Hospital Municipal (antigo Hospital Regional), Maternidade Municipal, 13 Centros de Saúde (sendo 9 urbanos e 4 rurais), 27 Postos de Saúde, Clínica da Mulher (**Foto 3.6.5-15**), Hemocentro, Centro de Saúde Diferenciado, Centro de Referência em Doenças Sexualmente Transmissíveis DST/AIDS, Clínica Odontológica, Divisão de Vigilância Sanitária, além de nove hospitais particulares, destacando-se o Hospital Cândido Rondon, e várias clínicas privadas de diversas especialidades (**Foto 3.6.5-16**).



**Foto 3.6.5-9** – Posto de Saúde, em Vilhena (RO).  
Fonte: Perfil Socioeconômico de Vilhena, 2006.



**Foto 3.6.5-10** – Instituto do Rim de Rondônia, em Vilhena (RO).  
Fonte: Perfil Socioeconômico de Vilhena, 2006.



**Foto 3.6.5-11** – Hospital e Maternidade Municipal de Pimenta Bueno (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-12** – Laboratório de Análises Clínicas de Pimenta Bueno (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-13** – Hospital São Paulo, em Cacoal (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-14** – Secretaria de Saúde de Cacoal (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-15** – Centro de Saúde da Mulher, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: <http://www.ji-parana.ro.gov.br>



**Foto 3.6.5-16** – Clínica particular em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: <http://www.hospitalhcr.com.br/clinica>

De acordo com informações obtidas em campo, Ji-Paraná recebe pacientes de cerca de 15 municípios do entorno, sobretudo após a instalação da maternidade e da clínica odontológica e do convênio entre Prefeitura e Governo Federal para a administração do hospital municipal.

Ao todo, o hospital municipal dispõe de 183 leitos e, no Hospital Cândido Rondon, há 10 leitos de UTI conveniados ao SUS.

O município mantém sete médicos e cerca de 20 equipes do PSF, formadas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários (que somam 162). Conta, ainda, com um Conselho Municipal de Saúde.

Dentre os programas desenvolvidos pela Prefeitura na área de Saúde, destaca-se o Programa Atenção à Saúde do Idoso (PASI).

**Ouro Preto do Oeste (RO)** possui um hospital municipal de média complexidade, o Hospital Doutora Laura Maria Carvalho, reformado na atual gestão, que possui 62 leitos e 38 médicos. O município conta também com 92 agentes comunitários de saúde e um dentista. Atualmente, há três ambulâncias (duas são novas).

De acordo com entrevistas em campo, os casos mais graves e as especialidades são atendidos no Hospital Municipal de Ji-Paraná e no Hospital João Paulo II, em Porto Velho.

Ouro Preto do Oeste é considerado um município hiperendêmico de hanseníase, ou seja, o coeficiente de prevalência da hanseníase é maior que 20 para cada 10.000 habitantes (o município tem cerca de 36 mil habitantes). O Estado de Rondônia possui seis municípios prioritários para o cuidado da hanseníase, que são: Ariquemes, Buritis, Cacoal, Ji-Paraná, Nova Brasilândia d'Oeste e Porto Velho (Ministério da Saúde, 2007).

Em **Jaru (RO)**, existem de três hospitais, sendo apenas um municipal, o Hospital Sandoval de Araújo Dantas, que possui 86 leitos. Os demais hospitais, São Camilo e Vitória, têm seis e 23 leitos, respectivamente. De acordo com as informações e documentos obtidos em campo, o município conta com 10 Centros de Saúde, dois Postos de Saúde, cinco clínicas, 10 laboratórios (sendo dois para diagnósticos da malária, um na zona urbana e outro, no distrito de Tarilândia), uma unidade móvel, um CAPS e uma Unidade de Saúde Penitenciária. Há sete ambulâncias, mas apenas quatro em circulação, e estão adquirindo mais duas.

Os estabelecimentos de saúde não atendem à demanda local — os casos mais graves são encaminhados para Porto Velho e Ji-Paraná.

Segundo os entrevistados, o principal problema na área de Saúde é a quantidade insuficiente de médicos. Há cerca de 35 médicos, além dos plantonistas, e estima-se que haja um déficit de 20% para que o atendimento seja satisfatório. Os agentes comunitários somam 110, mas almejam contratar mais para alcançar 160 profissionais.

A dengue e a malária são frequentes no município. Os casos de dengue são mais frequentes nos meses de janeiro a março. Em janeiro, foram confirmados cerca de 400 casos de dengue em Jaru, segundo documento da Divisão de Controle de Endemias da Secretaria de Saúde.

Entre os programas na área de Saúde no município, estão o Plano Municipal de Combate à Malária, que visa assegurar o controle da doença em Jaru, e o Programa Anual de Saúde (PAS). Está sendo elaborado o Plano Municipal de Saúde, e encontra-se em estruturação o PSF.

**Theobroma (RO)** dispõe de um hospital municipal, de pequeno porte, uma Unidade Mista de Saúde/Centro de Saúde, 15 PSFs e três ambulâncias dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Conta com cinco médicos, cinco enfermeiros, 15 auxiliares de enfermagem, um dentista, 55 agentes de saúde e 15 agentes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), de acordo com informações obtidas em campo e através da consulta ao Plano Municipal – Levantamento Sociopolítico (2005), fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Centro de Saúde dispõe de 11 leitos para observação, salas de triagem, de coleta da FUNASA, de preventivo e de vacinação, além de um laboratório de análises clínicas.

Os estabelecimentos não atendem à demanda local, que é satisfeita em Porto Velho (Hospital de Base e João Paulo II) ou em Cacoal. De acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde, em Theobroma não há endemias, que são combatidas através de campanhas da FUNASA. Em 2009 e 2010, foram registrados apenas poucos casos de dengue no município. As enfermidades mais comuns são: malária, broncopneumonia e outras doenças respiratórias.

A Secretaria Municipal de Saúde viabiliza os seguintes programas em saúde: SISPRENATAL; HIPERIDIA; SISVAN; Sistema de Controle de Água (SISÁGUA); Programa da Malária; Programa Nacional de Imunizações; Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN); Programa de Controle de Doenças Diarreicas; PSF. Há ainda as ações dos agentes de endemias da FUNASA.

De acordo com as entrevistas realizadas na Secretaria de Saúde e com a consulta ao diagnóstico do Plano Diretor (2006), **Ariquemes (RO)** possui dois hospitais: o Hospital Regional (**Foto 3.6.5-17**), que possui 55 leitos, sendo distribuídos entre atendimentos de clínicas médicas e obstétricas, pronto socorro, UTI adulto, pediátrico e neonatal, serviço social e fisioterapia; e o Hospital Municipal (**Foto 3.6.5-18**), que tem 28 leitos, entre camas, berços e incubadoras e dois consultórios médicos. No município, existem ainda nove Unidades Básicas de Saúde (UBS), com estrutura das equipes de PSF. Atualmente, dispõe de sete ambulâncias, e aguardam a liberação de mais três do SAMU. Também aguardam a aprovação de uma unidade de pronto atendimento por parte do Governo Federal.

Em relação aos profissionais de Saúde, nos hospitais trabalham seis médicos pediatras, duas psicólogas, uma fonoaudióloga e funcionários de apoio. Há insuficiência de médicos especialistas e profissionais qualificados para atuarem no setor e no trato com o público. O município conta também com 135 agentes comunitários.

Ariquemes recebe muitos pacientes de municípios vizinhos, como Rio Crespo e Alto Paraíso. De acordo com os gestores de saúde, os estabelecimentos atendem à demanda local. Em casos mais complexos de saúde, ou havendo necessidade de ressonância magnética, tomografia e especialidades, como pneumologia, os pacientes se dirigem a Porto Velho.

As epidemias recorrentes em Ariquemes, como nos demais municípios da All, são a malária e a dengue. Foram também citados os agravos respiratórios, como pneumonia e asma, sobretudo na época mais seca, e as doenças de veiculação hídrica, na época da chuva. Outro problema é a incidência de casos de hanseníase no município. O Estado de Rondônia possui seis municípios prioritários para o cuidado da hanseníase, que são: Ariquemes, Buritis, Cacoal, Ji-Paraná, Nova Brasilândia d'Oeste e Porto Velho (Ministério da Saúde, 2007).

Entre os programas na área da Saúde, Ariquemes desenvolve: SISPRENATAL; SISVAN; PSF; HIPERDIA; Programa Nacional de Combate ao Câncer de Colo Uterino. O município tem os projetos do Centro de Reabilitação e do Centro de Internação Domiciliar.

Foi listada, no Plano Diretor de Ariquemes, uma série de problemas relacionados à saúde e as respectivas propostas para solucioná-los. Dentre os principais problemas, destacam-se: a falta de concursos para profissionais qualificados; a necessidade de reestruturação das UBS existentes e da aquisição de equipamentos; ampliação do atendimento na área rural; ampliação do centro odontológico; informatização dos hospitais; programas de saúde para a terceira idade; construção de um novo hospital e de novas UBS.

**Rio Crespo (RO)** possui um posto de saúde, com um médico que atende todos os dias (ao todo, há quatro médicos que se revezam, mas apenas um é contratado pelo município) e um dentista. Dispõe de duas ambulâncias e seus habitantes são levados, geralmente, para a cidade de Ariquemes. Os casos mais frequentes de epidemias/endemias no município são a dengue e a malária. São também expressivos os números de casos de hipertensão arterial, já que há muitos idosos no município. O maior problema na área da Saúde, na opinião dos gestores municipais, é a falta de contratação de profissionais qualificados para a área. Vale ressaltar que Rio Crespo (RO), Conquista d'Oeste (MT) e Vale de São Domingos (MT) são os municípios com menor população na All (abaixo de 3.400 habitantes).

O município de **Cujubim (RO)**, que possui uma população de cerca de 15 mil habitantes, dispõe de um hospital de pequeno porte e de três ambulâncias, não atendendo, portanto, às demandas locais para o atendimento em saúde. Os pacientes em estado grave de

cirurgia e internação, ou que precisam de algum atendimento especializado, são levados para Porto Velho, onde procuram principalmente o Hospital João Paulo II.

O corpo médico se resume a quatro doutores e um dentista, que atendem apenas casos de baixa complexidade. Não tem havido epidemias no município, embora a malária esteja entre os problemas de saúde mais recorrentes, junto com problemas respiratórios (devido à poeira) e viroses. Além das campanhas de vacinação, o município investe no Programa Higiene Bucal nas Escolas, com aplicação de flúor a cada três meses.

**Itapuã do Oeste (RO)**, cuja população não chega a 10 mil habitantes, possui apenas um hospital municipal de pequeno porte, onde atendem dois médicos. Há ainda dois dentistas, duas ambulâncias e um carro de apoio. Geralmente, os habitantes procuram atendimentos especializados e de maior complexidade em Porto Velho, no Hospital de Base, no Hospital João Paulo II e no Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON).

As principais endemias que ocorrem no município, sobretudo na época das chuvas, são a dengue e a malária, havendo, também, muitos casos de verminose.

O município de **Candeias do Jamari (RO)** dispõe de uma Unidade Mista de Saúde, de médio porte e três Postos de Saúde. A Unidade Mista possui atendimento médico diário e, embora os estabelecimentos existentes não atendam à demanda local, ainda recebem pacientes de bairros vizinhos da cidade de Porto Velho. Por sua vez, pacientes que necessitam de tratamentos especializados e os casos de maior complexidade recorrem aos hospitais de Base e Santa Marcelina, em Porto Velho (este último particular, mas com leitos do SUS).

As endemias recorrentes no município são a dengue, que, neste ano (2010), foi expressiva, e a malária.

Como principais problemas na área da Saúde, citados pelos gestores municipais, estão a precariedade dos serviços e a dificuldade em manter os Postos de Saúde e a Unidade Mista.

Alguns projetos do Governo Federal e parcerias são desenvolvidos no município, como, por exemplo, a Ação da Cidadania, ocorrido em julho de 2010 na comunidade de Vila Nova Samuel, onde, entre outros serviços, foram disponibilizadas consultas médicas, exames, vacinação, verificação de pressão arterial, atendimento odontológico, aplicação de flúor, avaliação nutricional e distribuição de preservativos.

O município de **Porto Velho (RO)** dispõe dos seguintes hospitais públicos ou que atendem pelo SUS: Hospital de Base (**Foto 3.6.5-19**), Hospital Pronto Socorro João Paulo II, Maternidade Municipal Mãe Esperança (**Foto 3.6.5-20**), Hospital Cosme e Damião, Hospital Regional de Extrema, Hospital Pan-Americano (credenciado), Hospital Doutor Marcelo Candia (filantrópico credenciado), Hospital Regina Pacis (privado, credenciado, com 827 leitos no SUS e 61 leitos de UTI) e o CEMETRON (**Foto 3.6.5-21**), que é estadual.

Ainda há os hospitais privados: Hospital Central (**Foto 3.6.5-22**), Hospital das Clínicas, Hospital João Goulart, Salgado Filho, Madre Mazzarello, Nove de Julho, Panamericano, Prontocor, Santa Marcelina, entre outros.

O Hospital Pronto Socorro João Paulo II é o único hospital de urgência e emergência do Estado de Rondônia, e tem sido a principal porta de entrada para os serviços de internação no SUS, inclusive para muitos municípios vizinhos. A taxa de ocupação dessa unidade ultrapassa 100%, apresentando-se insatisfatório para o atendimento às demandas diárias da unidade.

O Hospital de Base atua como hospital geral para diagnósticos e tratamentos em clínicas especializadas e clínica cirúrgica. Recebe os pacientes encaminhados pelo Hospital João Paulo II e da Policlínica Oswaldo Cruz (ambulatório estadual de especialidades) para os casos de cirurgia eletiva e para a Unidade de Internação Oncológica (UNACON). O Hospital Infantil Cosme e Damião atende às urgências e demais necessidades de internação pediátricas. Atua também com alta taxa de ocupação. A Maternidade Municipal Mãe Esperança é a referência para a assistência obstétrica, realizando uma média de 330 partos por mês, além de ações de referência para o Programa de Planejamento Familiar para as parturientes. O CEMETRON é a referência estadual para o serviço de internação das doenças tropicais e infecciosas.

O Estado mantém leitos credenciados do Hospital Filantrópico Marcelo Cândia, que é referência para tratamentos cirúrgicos em diversas especialidades, e do Hospital Pan-Americano, privado (para leitos de UTI). O Hospital Regina Pacis, privado, também possui três leitos de UTI neonatais credenciados para o SUS.

No distrito de Extrema, a aproximadamente 450km de distância da cidade de Porto Velho, há um Hospital Regional, também sob gestão estadual, com 34 leitos, que atende às necessidades de internações de natureza clínica ou de atenção ao parto, daquela localidade e adjacências.

O município conta com um Conselho Municipal de Saúde e é responsável pela integralidade da atenção à saúde nas áreas de “atenção básica”, “média complexidade” e “vigilância à saúde”.





**Foto 3.6.5-17** – Hospital Regional de Ariquemes (RO)  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-18** – Hospital Municipal de Ariquemes (RO)  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-19** – Hospital de Base de Porto Velho (RO).  
Fonte: <http://wikimapia.org/281095/pt/Hospital-de-base-Ary-Pinheiro>



**Foto 3.6.5-20** – Maternidade Municipal Mãe Esperança, em Porto Velho (RO).  
Fonte: <http://www.portalchc.com.br/site/index.php>



**Foto 3.6.5-21** – Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON), em Porto Velho (RO).  
Fonte: <http://www.rondoniao vivo.com/news.php?news=65285>



**Foto 3.6.5-22** – Hospital Central de Porto Velho (RO).  
Fonte: <http://wikimapia.org/5693623/pt/Maternidade-Municipal>



**Foto 3.6.5-23** – Posto de Saúde em construção na Vila São Lourenço, em Vilhena (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-24** – Clínica odontológica na Vila Guaporé, em Chupinguaia (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Apesar de apresentar esse quadro, de acordo com os representantes da Secretaria de Saúde de Porto Velho, os estabelecimentos de saúde do município não conseguem atender à demanda da população local. Há um esgotamento da capacidade das unidades estaduais, e a rede de atenção básica apresenta fragilidade. Não há leitos suficientes para atender os pacientes no Pronto Socorro e falta cobertura no Programa Saúde da Família. Foi citada, ainda, a desorganização no atendimento de média e alta complexidade.

Outro problema relacionado à saúde no município é o alto índice de malária, o maior em todo o Estado de Rondônia. A dengue também é considerada uma epidemia e tem recebido atenção especial por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA). A meningite, considerada uma doença endêmica no município, vem aumentando sua incidência nos últimos anos.

Uma preocupação também expressa pelos gestores da Saúde é o aumento do fluxo migratório de trabalhadores para o município, em decorrência da construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, que deverá ocasionar o aumento da demanda dos serviços de saúde, que já se encontra insuficiente para a demanda local.

Para solucionar as carências e concentrar os esforços no setor, a SEMUSA, durante o exercício de 2009, iniciou o processo de elaboração da nova proposta do “Plano de Saúde” para o exercício de 2010 a 2013. Partindo da definição das metas, pelo grupo técnico gestor, seguiu-se para a participação social, através de audiências públicas, nas quais foram apresentadas e discutidas as prioridades estratégicas da gestão municipal de saúde. A proposta foi também apresentada e pactuada entre as três instâncias do SUS.

Dentre os Programas relacionados à Saúde em Porto Velho, destacam-se: PRO SAÚDE; PET SAÚDE; PNEH; Plano Nacional de Controle da Dengue; PACS; PSF; HIPERDIA; PNI; Brasil Sorridente; Farmácia Popular; Programa Municipal das Hepatites Virais; Controle Vetorial; Saúde da Mulher; Alimentação e Nutrição, Programa Antitabagismo, entre outros.

Vale ressaltar o projeto, em fase de discussão, para a construção do Hospital Universitário, a ser construído em parceria entre a Prefeitura e a Fundação Universidade do Estado de Rondônia (UNIR).

## **(2) AID**

Ao longo dos assentamentos populacionais (localidades rurais e áreas urbanas) presentes na AID da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, verificou-se que o atendimento às demandas por serviços de saúde é efetuado em postos de saúde situados em algumas localidades rurais (caracterizadas no **tópico 3.6.5.3.d – Hierarquia Urbana Regional – AII/AID**, como “Centros Locais”), vilas e cidades que exercem influência sobre alguma região no que tange a esses serviços, entre outros aspectos.

Em algumas localidades rurais, são realizadas, regularmente — uma vez por mês, ou em períodos maiores — visitas domiciliares por agentes comunitários de saúde. Entretanto, a maioria das pessoas que vive na área rural, principalmente no Estado de Mato Grosso, não conta sequer com essa visita periódica.

No **intervalo 1** de análise, as demandas por atendimento médico e serviços de saúde das populações residentes na AID são satisfeitas “parcialmente” nos hospitais e postos de saúde existentes nas áreas urbanas dos municípios de Jauru (MT) (inclusive no posto de saúde do distrito de Lucialva), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Conquista d’Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT), conforme declarações dos entrevistados durante a pesquisa de campo. Nota-se ainda que os casos mais sérios de saúde ocorridos nas áreas rurais de Pontes e Lacerda, Conquista d’Oeste e Nova Lacerda são, geralmente, encaminhados para a Santa Casa de Pontes e Lacerda.

Na área rural de Jauru, os moradores declararam que “não sentem confiança nos médicos” que trabalham no Hospital Municipal Nossa Senhora do Pilar, situado na cidade de Jauru. Eles reclamaram da qualidade do atendimento médico, da falta de equipamentos e do número reduzido de leitos. E, quando a população precisa ser atendida, ainda tem que pagar a consulta, devido ao número reduzido de vagas disponibilizadas para o atendimento pelo SUS. Durante a epidemia de dengue, ocorrida em 2009, por exemplo, o hospital não atendia mais pelo SUS, somente pelo sistema particular.

Quando precisam de atendimento médico de melhor qualidade, os moradores deslocam-se até cidades com mais infraestrutura, como é o caso de Araputanga (MT), Cáceres (MT) ou Cuiabá (MT). Já os moradores do distrito de Lucialva, ou mesmo de sítios e fazendas situadas no entorno dessa área urbana, quando precisam de atendimento médico, seja por se tratar de um caso mais grave, seja por deficiência estrutural local, procuram o posto de saúde situado na cidade de Jauru, sobrecarregando ainda mais o ineficiente sistema de saúde pública municipal.

Nesse intervalo, vale ressaltar que não ocorrem visitas domiciliares de agentes de saúde às propriedades rurais.

Em Conquista d’Oeste, os moradores da área rural a ser atravessada pela futura LT relataram que não conseguem marcar suas consultas médicas porque não possuem cadastro no posto de saúde situado na cidade.

Encarregados de algumas propriedades rurais declararam que costumam receber a “ajuda” dos proprietários, quando ocorrem problemas de saúde mais graves. É o caso da Fazenda Alto da Chapada e Parecis, onde o fazendeiro se encarrega de levar seus funcionários até os hospitais de Tangará da Serra (MT) e/ou Cáceres (MT).

No **intervalo 2**, em algumas localidades e propriedades situadas nas áreas rurais dos municípios de Comodoro (MT) e Vilhena (RO), verificou-se a ocorrência de visitas periódicas — geralmente uma vez por mês — de agentes de saúde. Em outras, o fazendeiro se

encarregava de levar seus funcionários até a unidade de saúde situada na cidade mais próxima, como, por exemplo, ocorre na Fazenda Mata Azul, em Comodoro.

De acordo com alguns depoimentos, a situação do sistema de saúde pública de Comodoro piorou porque havia um hospital que atendia às demandas particulares e do SUS. Entretanto, no início de 2010, a Prefeitura Municipal assumiu a gestão do hospital, que realiza atendimentos somente durante o dia, e de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira. Para casos emergenciais — principalmente aqueles que ocorrem à noite e durante o fim de semana —, só há atendimento particular. Há também um posto de saúde em Comodoro, mas devido à carência local, os problemas mais sérios de saúde são encaminhados para o hospital em Vilhena, a 120km de distância.

No **intervalo 3**, a população residente na AID do empreendimento, nas áreas rurais dos municípios de Vilhena (RO), Chupinguaia (RO) e Pimenta Bueno (RO), procura satisfazer suas demandas por serviços de saúde nas cidades de Vilhena e Pimenta Bueno.

Na Vila São Lourenço, situada no município de Vilhena, seria inaugurado, em 2010, um posto de saúde (**Foto 3.6.5-23**). Segundo um morador entrevistado, havia recentemente um agente de saúde que percorria a região, realizando visitas periódicas aos moradores da localidade. Entretanto, atualmente, a população rural está desassistida nesse sentido.

Na Vila Guaporé, há uma clínica odontológica (particular) (**Foto 3.6.5-24**) e um posto de saúde. Contudo, segundo depoimentos locais, a clínica encontra-se fechada e as condições de atendimento do posto são precárias. Nesse sentido, a população desse distrito de Chupinguaia procura por atendimento médico na cidade de Vilhena, a cerca de 90km de distância.

Na localidade de Marco Rondon, pertencente ao município de Pimenta Bueno, não há nenhuma infraestrutura de saúde. A população tem que buscar atendimento no hospital em Pimenta Bueno, a 53km de distância.

No Projeto de Assentamento Eli Moreira, situado em Pimenta Bueno, há um posto de saúde na Linha 50, que atende às demandas básicas por saúde dos moradores que fazem parte da Associação dos Produtores Rurais do Alto Melgaço (APRORAM).

Nas Linhas mais próximas da área urbana de Pimenta Bueno, costumam ocorrer, segundo depoimentos dos moradores entrevistados, visitas domiciliares de agentes de saúde. A periodicidade dessas visitas é de 1 a 2 vezes por ano, como ocorre na Linha 15.

No **intervalo 4**, as demandas por saúde da população residente na área rural de Cacoal (RO) e Ministro Andreazza (RO), na AID, são parcialmente satisfeitas nos Postos de Saúde da cidade de Ministro Andreazza e de Riozinho, distrito de Cacoal, que atendem às demandas relacionadas a casos mais simples, e na Unidade Mista, no Hospital Regional e

no Hospital do Padre Congonhas (inaugurado em 2010 e que conta com o apoio do Governo português), situados na cidade de Cacoal. Segundo depoimentos dos moradores entrevistados, essa demanda por saúde é insatisfeita, pois faltam médicos no Hospital Regional de Cacoal, inaugurado em 2009, que ainda não funciona plenamente.

Outro fator agravante do sistema de saúde de Cacoal deve-se ao fluxo de pessoas que vêm de Rondolândia (MT), município limítrofe a Cacoal, em busca de serviços e melhor infraestrutura de saúde. Trata-se de uma cidade pequena, a cerca de 90km de distância de Cacoal.

Na Linha 110, área rural de Presidente Médici (RO), há um posto de saúde, porém o médico atende uma vez por semana. Quando precisa de atendimento médico emergencial, a população residente na AID, na área rural do município de Presidente Médici e nas áreas rural e urbana de Ji-Paraná (RO), tem de recorrer aos serviços e infraestrutura de saúde existentes na cidade de Ji-Paraná.

Nas áreas rurais de Presidente Médici e Ji-Paraná, ao longo das Linhas 128 (linha mestre), 114, 110, 106 e 102, foi relatado que a cada 60 dias, ocorrem visitas domiciliares de agentes de saúde.

Na área urbana de Ji-Paraná, a população residente no bairro Boa Esperança demanda por serviços de saúde na unidade existente no bairro Nova Brasília. Trata-se de um bairro que está adensando populacionalmente e expandindo-se em direção a áreas periurbanas compostas por chácaras. A maioria da população é pobre e carece de obras de infraestrutura (saúde, educação, pavimentação de ruas, etc.).

No **intervalo 5**, a população residente na AID, nos municípios de Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO) e Ariquemes (RO), procura satisfazer suas demandas por serviços de saúde nas cidades de Ouro Preto do Oeste e Jaru, que possuem melhor infraestrutura em termos de hospitais e postos de saúde. O Hospital de Jaru, a UTI de Ouro Preto do Oeste e o Hospital de Ariquemes foram citados como referências em termos de unidades de saúde para a população local.

Em algumas propriedades rurais do município de Jaru, principalmente as situadas no entorno da rodovia BR-364, os moradores declararam que demandam por serviços de saúde na cidade de Ariquemes, pois essa cidade possui melhor infraestrutura de saúde, além de ser mais próxima.

Nas áreas rurais de Ouro Preto do Oeste e Jaru, há agentes de saúde que visitam esporadicamente os domicílios familiares, como ocorre, por exemplo, nas Linhas 200 (Ouro Preto do Oeste), 610, 607 e 603 (Jaru). A população residente na Linha 607, próxima à área urbana de Jaru, costuma procurar o Posto de Saúde Carlos Chagas.

Na área do Assentamento Maria José Rique, do INCRA, localizado no município de Ariquemes, há uma agente de saúde que realiza visitas periódicas aos domicílios dos assentados.

Na Fazenda Nova Vida, situada no limite intermunicipal de Ariquemes e Cacaúlândia, ocorrem visitas de uma equipe médica da Prefeitura de Ariquemes duas vezes por ano. Os profissionais realizam exames clínicos gerais, preventivos, etc. Quando necessitam de atendimento médico, os moradores/funcionários da fazenda deslocam-se até a cidade de Ariquemes.

Na Linha C-75, situada na área rural de Ariquemes, os moradores reclamaram da postura da agente de saúde: ela mora na própria Linha, mas não exerce sua função, pois não realiza as visitas aos domicílios dos moradores.

No **intervalo 6**, a futura LT atravessará áreas rurais dos municípios de Rio Crespo (RO), Cujubim (RO) e Itapuã do Oeste (RO) situadas nas proximidades da Rodovia BR-364. A população residente na AID, nesses municípios, costuma demandar por serviços de saúde nos hospitais e postos de saúde localizados em Ariquemes, Itapuã do Oeste e, dependendo da gravidade do caso, Porto Velho.

Na localidade de Rio Preto, localizada em Itapuã do Oeste, próxima à divisa intermunicipal com Cujubim e Alto Paraíso, há um agente de saúde que visita os moradores duas vezes por semana. Quando precisam acessar serviços de saúde, os moradores de Rio Preto vão até Itapuã do Oeste ou Ariquemes.

Na Vila de Pescadores, também ocorrem visitas regulares do agente de saúde, porém numa periodicidade menor: uma vez por mês.

De acordo com os moradores entrevistados, a localidade Rey do Peixe é uma área com incidência de malária.

Na Linha 631, limite intermunicipal de Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari, os moradores demandam por serviços de saúde em Itapuã do Oeste, a 30km da localidade. Há visitas mensais de agentes de saúde, que vêm de Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste. Quando precisam de atendimento médico, os moradores recorrem ao postinho de saúde em Itapuã do Oeste. Quando o caso é mais grave, procuram serviços de saúde em Porto Velho.

No **intervalo 7**, a população residente na AID, nos municípios de Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO), costuma demandar por serviços de saúde no posto de saúde de Candeias do Jamari e/ou, principalmente, nos hospitais e demais unidades de saúde de Porto Velho, devido à melhor infraestrutura e proximidade.

De acordo com as declarações dos moradores entrevistados neste trecho, havia, na gestão anterior da Prefeitura de Candeias do Jamari, uma unidade móvel que prestava serviços nas áreas jurídica e médica. Esse veículo acessava as propriedades rurais situadas

nas Linhas, quinzenalmente. Atualmente, ocorrem visitas mensais do agente de saúde às famílias situadas nessas Linhas. Segundo o morador, também são realizadas, periodicamente, as campanhas de vacinação.

As famílias residentes na AID, na área rural de Porto Velho, quando precisam de atendimento médico, procuram, prioritariamente, o Hospital Santa Marcelina, na localidade Santa Marcelina.

As Irmãs Marcelinas (hospital e escola) atendem às demandas de Porto Velho, Candeias do Jamari e ainda de outras cidades do interior. Essas famílias também possuem, como referência em termos de saúde, o Posto de Saúde situado no Km13 da Rodovia BR-364, na localidade Vila do Treze, o Posto de Saúde "Adelino", no bairro Ulisses Guimarães, ou, então, procuram outras unidades de saúde situadas na área urbana de Porto Velho, principalmente o Hospital João Paulo.

Em algumas fazendas, o proprietário dá assistência, ou seja, transporta seus funcionários até a cidade de Porto Velho, quando necessitam de um atendimento médico. Há visitas regulares do agente de saúde que mora na Agrovila Porto Verde.

O Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON), do Governo do Estado de Rondônia, um centro de atendimento especializado em doenças tropicais, como malária, H1N1, febre amarela e picada de cobra, situado na margem da Rodovia BR-364, próximo ao Posto XII de Outubro, também atende às demandas por saúde na região. O atendimento é realizado 24 horas.

## **b. Dados Quantitativos**

No **subtópico anterior, 3.6.5.4.1.a**, foram apresentados todos os dados quantitativos referentes a pessoal, instalações e equipamentos médicos, em análise conjunta com a infraestrutura existente e a capacidade para atender às demandas locais e regionais.

A demanda futura em função da implantação do empreendimento não foi analisada neste tópico, sendo abordada **no item 3.6.8 – Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais do EIA (Impacto 20 – Pressão sobre a Infraestrutura de Saúde)**.

## **c. Estudos Epidemiológicos e Entomológicos**

### **(1) Introdução**

A importância dos insetos para o homem e para os ecossistemas é grande, tendo em vista sua atuação como polinizadores, predadores, parasitas, pragas em lavouras, vetores de doenças, etc. (BORROR & DELONG, 1969). Os insetos da ordem Diptera são importantes vetores de doenças, dentre os quais se destacam os das famílias Culicidae e Psychodidae (subfamília Phlebotominae). Existem cerca de 3.600 espécies de mosquitos conhecidas no mundo, distribuídas em 40 gêneros, sendo que 27% delas ocorrem apenas na Região Neotropical (WARD, 1984).

Os Culicidae são também conhecidos como pernilongos, muriçocas ou carapanãs. Os adultos são alados, possuem pernas e antenas longas e, na grande maioria, são hematófagos, enquanto, na fase imatura, são aquáticos (SOUTO *et al.*, 2006). Os culicídeos podem ter hábitos zoofílicos, antropofílicos, acrodendrófilos, exófilos, endófilos, diurnos, noturnos e crepusculares. São potencialmente vetores da malária, febre amarela, dengue, arboviroses e filariose, entre outras enfermidades.

Os flebotomíneos são dípteros pertencentes à família Psychodidae e conhecidos como cangalha, cangalhinha, asa-dura, orelha-de-veado, palha, birigui, tatuíra, bererê, tatuquira, murutinga, escangalhado e asa-branca. São reconhecíveis pela atitude que adotam quando pousados: as asas entreabertas e ligeiramente levantadas, em vez de se cruzarem sobre o dorso (BRASIL, 1997; MARZOCHI *et al.*, 1999; REY, 1992). Tais insetos apresentam hábitos crepusculares e noturnos e são encontrados em tocas de animais, currais e chiqueiros, podendo invadir residências e abrigar-se em locais mais escuros. Seus voos são curtos e baixos, caracterizando-se por um aspecto saltitante em um raio de ação não superior a 200m (IGLESIAS, 1997; MARZOCHI *et al.*, 1999; REY, 1992). São de grande importância médica, já que aproximadamente 40 espécies desse grupo são consideradas suspeitas ou já foram comprovadas como vetores de leishmanioses (RANGEL & LAINSON, 2003).

O ciclo biológico dos mosquitos compreende as seguintes fases: ovo, quatro estágios larvais, pupa e adulto. As formas imaturas são aquáticas. As fêmeas adultas, da maioria das espécies, são hematófagas, podendo apresentar hábitos diurno ou noturno (CONSOLI & OLIVEIRA, 1994). As formas imaturas dos pernilongos não são adaptadas a viver em água em movimento. Quando presentes em rios, vivem em microambientes de água quase parada formados em remansos e entre matéria orgânica, como folhas e outros restos vegetais que se acumulam nas margens.

As coleções aquáticas onde se desenvolvem as formas imaturas dos mosquitos são chamadas de criadouros e podem ser naturais (lagos, remansos de rios, pântanos e alagadiços, assim como plantas, conchas e folhas caídas) ou artificiais (represas, açudes, poços, piscinas, tanques, caixas d'água, esgoto, latas, pneus, pegadas, acúmulo de pedras, etc.) (CONSOLI & OLIVEIRA, 1994).



Frequentemente, os culicídeos e os flebotomíneos são insetos cuja picada provoca incômodos quando adultos, podendo causar insônia e irritabilidade. No entanto, a maior importância desses grupos está no papel que desempenham como vetores transmissores de doenças ao Homem e a outros vertebrados (FORATTINI, 2002), como febre amarela, dengue, filariose, malária e leishmaniose.

As modificações feitas pelo homem no ambiente natural, assim como a intensa migração de populações humanas, podem contribuir para a emergência ou reemergência de doenças. Essa alteração do ambiente se torna particularmente perigosa quando se foca a atenção para doenças transmitidas por insetos, uma vez que novos pontos de procriação podem ser formados, aumentando assim a população desses animais. Além disso, na tentativa de escapar das condições ambientais modificadas, esses insetos podem se adaptar e alterar seus hábitos, com a probabilidade de chegarem mais próximos aos seres Humanos (ROMAÑA *et al.*, 2003). Os insetos da ordem Diptera são importantes vetores de doenças: daí, a necessidade de se conhecerem as respostas adaptativas das espécies, induzidas pelas modificações antrópicas e seus reflexos na composição específica e na abundância daquelas que sobreviveram.

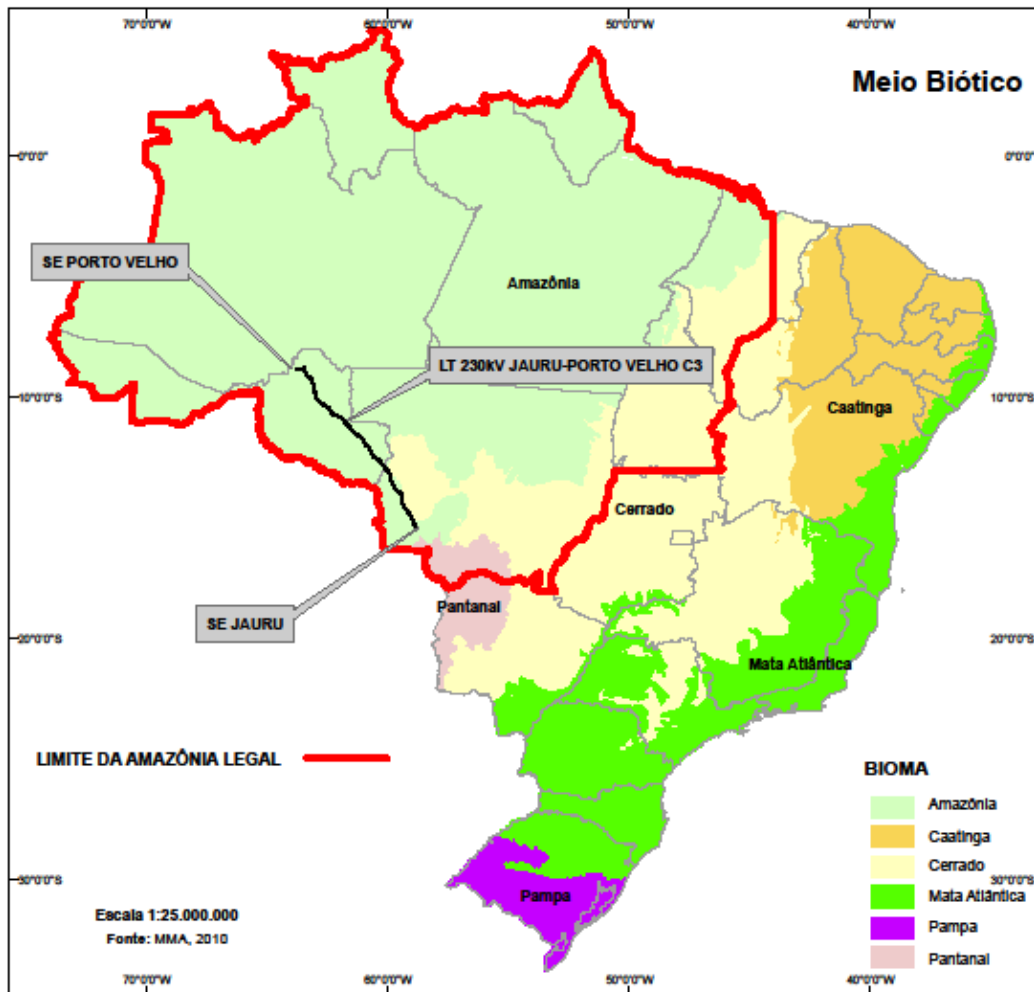
Nos ambientes desmatados para obras, onde se instalam os trabalhadores, criam-se condições propícias ao desenvolvimento de insetos vetores de agentes patogênicos ao Homem (NATAL *et al.*, 1992). Os culicídeos, ou mosquitos antropófilos e/ou primatófilos, representam a maior fonte de infecção, por exemplo, pelos arbovírus na Amazônia (DÉGALLIER *et al.*, 1990).

Este documento visa atender à Portaria 47/2006 da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), em decorrência do Licenciamento Ambiental, pelo IBAMA, da futura Linha de Transmissão (LT) 230kV Jauru – Porto Velho C3, a ser localizada nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Na atual fase, de viabilidade ambiental, o estudo torna-se necessário e indispensável à emissão, pela SVS/MS, do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM), tendo em vista que o empreendimento está totalmente inserido na área da Amazônia Legal (**Figura 3.6.5-11**).

Além disso, o Termo de Referência emitido pela DILIC/IBAMA em 5 de novembro de 2009 (**subitem 3.6.15.3, Anexo C**, deste EIA), Processo nº 02001.0055102010-79, que estabelece as diretrizes para o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da LT 230kV Jauru–Porto Velho C3, exige, em seu subitem 2.1.2.3 (Outros estudos e documentos), no tópico (a), que sejam realizados os Estudos de Levantamento do Potencial Malarígeno, em acordo com a Portaria 47/2006 da SVS/MS.

Nesse contexto, atendendo a uma solicitação da SVS/MS, foi elaborado um Plano de Trabalho específico para os Estudos Epidemiológicos e Entomológicos (**subitem 3.6.15.2, Anexo B**, deste EIA). Esse documento foi encaminhado à SVS/MS e aprovado pelo mesmo órgão sem nenhuma objeção ao seu conteúdo (**subitem 3.6.15.2, Anexo B**, deste EIA).

Cabe ressaltar que esse Plano de Trabalho contemplou tanto os estudos associados à malária quanto a outras doenças, como a febre amarela, a dengue e a leishmaniose.



**Figura 3.6.5-11** – Localização do empreendimento em relação à área da Amazônia Legal.

### A Malária

A malária incide principalmente na Região Amazônica, área considerada como endêmica (CARME e VENTURIN, 1999). Ocorre predominantemente em áreas impactadas, como margens de rodovias, campos de mineração, projetos de colonização, entorno de reservatórios de usinas hidrelétricas e periferias urbanas, dentre outras situações.

Essa doença é causada por protozoários do gênero *Plasmodium* e constitui um importante agravo à saúde no Brasil (CARME e VENTURIN, 1999), onde mais de meio milhão de casos novos são oficialmente notificados anualmente, além das subnotificações que regularmente ocorrem nas áreas remotas de sua distribuição geográfica (CIVES, 2008).

O mosquito culicídeo *Anopheles darlingi* é o principal vetor dos plasmódios da malária humana no Brasil (CONSOLI e OLIVEIRA, 1994), doença provocada por protozoários identificados como *Plasmodium falciparum*, *P. vivax* e *P. malariae*. Cabe ressaltar que, na Região Amazônica, além do *A. darlingi*, outros anofelinos podem também participar do

processo de transmissão dos plasmódios, sendo usualmente tratados como vetores secundários, destacando-se entre esses o Complexo *albitarsis*.

A malária causada por *P. falciparum* é considerada a mais grave. Para qualquer dessas infecções, de modo geral o doente é acometido de acessos febris periódicos, mal-estar, dores de cabeça e/ou comprometimento do fígado, entre outros sinais e sintomas. Quando adulto, o doente fica geralmente debilitado e sem condições de exercer as atividades regulares de trabalho. Acomete crianças, aumentando a mortalidade infantil, e compromete a gestação, elevando o risco gravídico. Assim sendo, essa doença é um agravante a mais das condições socioeconômicas das áreas afetadas.

A malária está ligada principalmente às mudanças ambientais (SAWYER & SAWYER, 1992). O desmatamento agregado ao fluxo migratório de pessoas que possam ter contato direto com os vetores pode acarretar epidemias (MARQUES & PINHEIRO, 1982).

A região da bacia amazônica abriga, entre outros grupos, um elevado número de espécies de dípteros hematófagos e vertebrados silvestres, propiciando condições ambientais favoráveis à manutenção de diversos grupos de organismos patogênicos ao Homem (FÉ *et al.*, 2003), sendo este então um ambiente propício para ocorrência de epidemias.

O conhecimento da fauna de Culicidae e de Phlebotominae é de interesse epidemiológico, pois possibilita a compreensão da dinâmica de transmissão de agentes infecciosos e do papel vetor das espécies desses dois grupos, facilitando a adoção de medidas de controle.

## **(2) Metodologia**

### **• Estudos Epidemiológicos**

A LT 230kV Porto Velho-Jauru deverá atravessar 22 municípios de dois estados amazônicos – Mato Grosso e Rondônia –, que são endêmicos de malária. Torna-se, assim, necessário avaliar entomológica e epidemiologicamente o Potencial Malarígeno da área de influência do empreendimento, elaborar a Proposta inicial do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM), e requerer na Secretaria de Vigilância à Saúde do Ministério da Saúde – MS/SVS o Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM), para atender à Resolução CONAMA nº 286, de 30 de agosto de 2001, e a Portaria nº 47 - MS/SVS, de 29 de dezembro de 2006.

Com os resultados dos estudos epidemiológicos, objetivou-se consolidar a Proposta inicial do PACM, de forma detalhada, a ser encaminhada ao Ministério da Saúde.

Os estudos epidemiológicos foram baseados em levantamentos de campo, com a avaliação, a partir de reuniões e vistorias, das condições epidemiológicas da malária nos municípios da All do empreendimento; a identificação das áreas mais problemáticas de malária na All; e os fatores desencadeantes da transmissão da doença.

Foram também analisados dados secundários oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS), obtidos no Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária, no portal da saúde do Governo Federal, e calculados indicadores que envolvem denominadores populacionais, a partir de dados do IBGE (Censos Demográficos, Contagens Populacionais e estimativas disponíveis no site do DATASUS).

Nos levantamentos de campo foram realizadas reuniões com as Secretarias Municipais de Saúde dos 22 municípios do trajeto da LT, com as Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia e Mato Grosso e suas respectivas Regionais de Saúde, e visitas às principais localidades, serviços de saúde e Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária (PDTCC).

Nas reuniões e visitas foram coletados dados demográficos e epidemiológicos de malária – das comunidades situadas na AII, distantes até 5km de cada lado da LT – e foi iniciada a construção conjunta do Plano de Ação para o Controle da Malária.

Foi levantada a situação de certificação dos municípios<sup>19</sup> e os recursos humanos e materiais disponíveis para o controle da doença, além das principais dificuldades e necessidades, e foram coletadas as sugestões e recomendações dos gestores e técnicos municipais e estaduais para subsidiar a elaboração conjunta da Proposta Inicial do PACM e definir as diretrizes para um futuro convênio com o empreendedor para a intensificação do controle da doença durante as obras de construção da LT.

### • Estudos Entomológicos

#### Áreas de Coleta

A fim de atender à Portaria 47/2006 da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) e também ao Plano de Trabalho anteriormente mencionado, a coleta de dados primários da entomofauna vetora (Culicidae e Phlebotominae) foi realizada em 21 municípios e/ou localidades inseridas dentro das Áreas de Influência do Meio Biótico (corredor de 10km em relação à diretriz da LT) nos Estados de Mato Grosso e Rondônia (**Figura 3.6.5-12 e Quadro 3.6.5-20**). A seleção dessas localidades foi elaborada com base nos trabalhos de campo realizados entre os dias 18/06 e 02/07/2010 pelas equipes do Meio Socioeconômico e, também, com auxílio de imagens de satélite; são elas:

- Estado de Mato Grosso (3 municípios): Jauru (Sede), Vale de São Domingos (Fazenda Guapé), Comodoro (Sede) e Comodoro (Padronal);
- Estado da Rondônia (13 municípios): Vilhena (Sede), Chupinguaia – Pimenta Bueno (Vila Guaporé – Vila Urucu Macuã), Pimenta Bueno (Marco Rondon), Cacoal (Distrito de Riozinho), Cacoal (Sede), Ji-Paraná (Sede), Ouro Preto do Oeste (Sede), Jaru (Sede), Ariquemes – Cacaúlândia (Agropecuária Nova Vida), Ariquemes (Sede), Alto Paraíso – Itapoã do Oeste (Vila do Rio Preto), Itapoã do Oeste (Vila do Rey do Peixe), Itapoã do

<sup>19</sup> Municípios certificados – que foram aprovados pelas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) de seus Estados e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para executar as ações de vigilância em saúde, de acordo com a Portaria MS/GM nº 1.399/99.

Oeste (Sede), Itapoã do Oeste (Vila de Pescadores), Candeias do Jamari (Sede), Porto Velho (Comunidade Jerusalém da Amazônia), Porto Velho (Bairro Cidade Jardim).

O critério para a escolha das localidades levou em consideração a proximidade delas em relação ao empreendimento, a presença de criadouros naturais ou artificiais para mosquitos, como açudes, lagos e igarapés e de aglomerados humanos mais representativos, além de localidades onde alguns moradores declararam, durante os trabalhos de campo do Meio Socioeconômico, casos recentes de malária e outras doenças.

**Quadro 3.6.5-20** – Estações amostrais (VE<sub>n</sub>) distribuídas ao longo da Área de Influência do empreendimento, respectivo município/localidade e coordenadas aproximadas.

Estação Amostrai (VE <sub>n</sub> )	Município (Localidade)	Coordenadas UTM SAD-69		
		Este	Norte	Fuso
VE1	Jauru/MT (Sede)	299.770	8.303.425	21L
VE2				
VE3	Vale de São Domingos/MT (Fazenda Guapé)	283.333	8.335.687	21L
VE4				
VE5	Comodoro/MT (Sede)	199.645	8.489.208	21L
VE6				
VE7	Comodoro/MT (Padronal)	187.967	8.541.122	21L
VE8				
VE9	Vilhena/RO (Sede)	806.087	8.589.071	20L
VE10				
VE11	Chupinguaia/RO – Pimenta Bueno/RO (Vila Guaporé – Vila Uruçu Macuã)	751.577	8.647.076	20L
VE12				
VE13	Pimenta Bueno/RO (Marco Rondon)	733.283	8.671.015	20L
VE14				
VE15	Cacoal/RO (Distrito de Riozinho)	678.831	8.727.922	20L
VE16				
VE17	Cacoal/RO (Sede)	671.094	8.737.318	20L
VE18				
VE19	Ji-Paraná/RO (Sede)	619.910	8.799.031	20L
VE20				
VE21	Ouro Preto do Oeste/RO (Sede)	582.469	8.816.377	20L
VE22				
VE23	Jaru/RO (Sede)	557.786	8.848.215	20L
VE24				
VE25	Ariquemes/RO – Cacaúlândia/RO (Agropecuária Nova Vida)	519.602	8.874.450	20L
VE26				
VE27	Ariquemes/RO (Sede)	498.923	8.904.397	20L
VE28				
VE29	Alto Paraíso/RO – Itapoã do Oeste/RO (Vila do Rio Preto)	488.762	8.952.149	20L
VE30				
VE31	Itapoã do Oeste/RO (Vila do Rey do Peixe)	486.906	8.959.042	20L
VE32				
VE33	Itapoã do Oeste/RO (Sede)	478.610	8.984.281	20L
VE34				
VE35	Itapoã do Oeste/RO (Vila de Pescadores)	466.074	8.996.626	20L
VE36				
VE37	Candeias do Jamari/RO (Sede)	423.638	9.027.618	20L
VE38				
VE39	Porto Velho/RO (Comunidade Jerusalém da Amazônia)	413.570	9.025.324	20L
VE40				
VE41	Porto Velho/RO (Bairro Cidade Jardim)	412.004	9.027.825	20L
VE42				



### Coleta de Dados Secundários

Para a coleta de dados secundários, foram levantadas informações a partir de literatura especializada (por exemplo, BARBOSA *et al.*, 2008; FÉ *et al.*, 2003; LOURENÇO-DE-OLIVIERA & LUZ, 1996) e consulta à Coleção do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a fim de se elaborar uma lista de táxons de vetores culicídeos e flebotomíneos de potencial ocorrência para as Áreas de Influência do empreendimento, além de incrementar a discussão sobre os resultados obtidos.

### Coleta de Dados Primários

As coletas de dados primários (em campo) da entomofauna vetora (culicídeos e flebotomíneos), ocorreram em duas etapas: a primeira realizada no período de 13 a 23 de dezembro de 2010 e a segunda no período de 04 a 17 de janeiro de 2011, totalizando 25 dias de coleta. A época da amostragem foi considerada propícia à captura de mosquitos e larvas, pois corresponde ao início do período de chuvas na região.

Os mosquitos adultos foram coletados simultaneamente nos ambientes peri e intradomiciliares, onde foram instaladas duas armadilhas luminosas tipo CDC-HP (**Foto 3.6.5-25**), as quais permaneceram em funcionamento durante 12 horas, no período noturno, das 18h às 6h. Em cada uma das 21 localidades citadas, foram amostradas duas áreas (residências – VEn, **Figura 3.6.5-12**), totalizando 42 estações de coleta. Portanto, o esforço de amostragem de adultos por localidade foi de quatro armadilhas tipo CDC-HP, totalizando 84 armadilhas e 1.008 horas, nas 21 localidades selecionadas.

Os mosquitos coletados nas armadilhas foram triados e montados em triângulos e alfinetes entomológicos, logo após a retirada das armadilhas, para evitar danos ao material. Posteriormente à montagem, os exemplares foram acondicionados em caixas entomológicas, onde foram transportados para o laboratório para identificação, que foi realizada por meio de observação direta dos caracteres evidenciados, com o uso de microscópio estereoscópico, de chaves dicotômicas e por comparação com exemplares da coleção de referência.

Cabe lembrar que a coleta da entomofauna abrangeu tanto os vetores adultos da malária quanto da febre amarela, dengue e leishmaniose, entre outras doenças transmitidas por mosquitos.

Para a amostragem de larvas de mosquitos do gênero *Anopheles*, foram cumpridas todas as orientações da metodologia de pesquisa larvária descrita na Nota Técnica da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNM) nº 012 SVS/MS, de 4 de junho de 2007.

Foram realizadas buscas por criadouros artificiais ou naturais nos quintais de casas e imediações para a coleta de larvas de *Anopheles* com conchas de malha fina (**Foto 3.6.5-26**), por oito horas em cada estação amostral (VEn), totalizando 16 horas por localidade, ou seja, 336 horas de esforço de coleta de larvas de *Anopheles* nas 21 localidades.



**Fotos 3.6.5-25 e 3.6.5-26** – Armadilha luminosa do tipo CDC/HP instalada em domicílio na área de estudo (esq.). Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V7 (dir.).

Todos os possíveis criadouros artificiais foram vistoriados, fotografados e georreferenciados e, sempre que possível, a água existente dentro deles era desprezada dentro de uma peneira, para facilitar a busca por indivíduos imaturos. As larvas eventualmente encontradas foram retiradas com uma pipeta de plástico e colocadas dentro de um pote com água. Depois de um período de repouso, a larva foi observada e desprezada, caso esta não fosse de *Anopheles*.

Conforme orientação da SVS, os assentamentos distribuídos ao longo das Áreas de Influência da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 não foram incluídos neste Estudo, já que a Portaria 47/2006 SVS/MS estabelece normas e procedimentos específicos para a Avaliação do Potencial Malarígeno (APM) e obtenção do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) para a implantação de projetos de assentamento de reforma agrária. Portanto, legalmente, todos os assentamentos reconhecidos pelo INCRA devem possuir e executar seu próprio Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM).

Cabe ressaltar que a coleta de material zoológico (dados primários) foi realizada somente após a obtenção da Autorização para a Captura, Coleta e Transporte de Fauna Silvestre a ser emitida pelo CGFAP/DBFLO/IBAMA (ver final do **subitem 3.6.4.4**).

#### Análise dos dados

Para a fauna de mosquitos, foram feitas análises da abundância, riqueza de espécie e espécies dominantes para cada localidade e em conjunto.

A riqueza em espécies (S) foi estimada pelo número absoluto de espécies capturadas e a diversidade em espécies (H'), pelo índice de Shannon-Wiener:

$$H' = - \sum P \ln P,$$

onde:

P = frequência de cada espécie na amostra



A equitabilidade (J) foi estimada pela equação:

$$J = H'/H_{\max},$$

onde:

$H'$  = valor do índice de diversidade calculado para a mesma comunidade

$H_{\max}$ , corresponde ao número de espécies (S)

A dominância foi expressa como o inverso da equitabilidade:

$$D = 1/J$$

Considerou-se espécie dominante aquela que apareceu em número que correspondesse a mais de 10% do total de indivíduos da amostra (NEMÉSIO, 2007).

A curva de acumulação de espécies foi elaborada com os dados adquiridos em todas as localidades amostradas (VEn), sendo considerado o número total de espécies coletadas em cada estação de coleta.

Os dados referentes aos mosquitos vetores de doenças estão apresentados com referência ao grau de importância epidemiológica, indicado pelo Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde (PAHO) e Organização Mundial da Saúde (WHO), com as enfermidades identificadas através do Código Internacional de Doenças (CID-10).

### **(3) Resultados e Discussão – Área de Influência Indireta (All) e Área de Influência Direta (AID)**

- **Estudos Epidemiológicos**

- **MALÁRIA**

A malária é a principal endemia presente nos municípios da All da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. É a mais susceptível a dispersões e exacerbações, em decorrência do aumento do fluxo migratório, dos deslocamentos de pessoas pela região, das atividades do meio rural e do aquecimento econômico (dinamização da economia local). Todos os municípios do traçado são endêmicos e alguns apresentam alto risco de transmissão – Rio Crespo, Cujubim, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho, no Estado de Rondônia.

#### Número de Casos

Foram registrados cerca de 409 mil casos de malária nos 22 municípios do trajeto da LT nos últimos 8 anos, de 2003 a 2010. Isso corresponde a 60% da ocorrência de casos de malária, somando-se os Estados de Mato Grosso e Rondônia, e a 12 % do total de toda a área malarígena brasileira. Nesse período, foram registrados, em média, 51 mil casos de malária por ano em todo o trajeto da LT, equivalentes a mais de 4 mil por mês e 142 por dia (**Quadro 3.6.5-21**).

O traçado da LT atravessa os municípios mais malarígenos de Rondônia e os menos malarígenos de Mato Grosso.

O trecho mais malarígeno do empreendimento compreende os 255km entre Ariquemes e Porto Velho, que abrange seis municípios: Ariquemes, Rio Crespo, Cujubim, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho, nos quais foram registrados 91% dos casos da doença no trajeto da LT, nos últimos 8 anos.

As ocorrências de transmissão da malária são baixas de Vilhena a Theobroma e inexpressivas no trecho inicial da LT, em Mato Grosso, cujos municípios registram pouquíssimos casos, a maioria importados de outras áreas desse Estado ou de Rondônia.

Apenas 0,3% dos casos ocorreram nos 6 municípios do trecho de Mato Grosso: 2 não registraram casos em 2010 (Vale de São Domingos e Conquista d'Oeste), 2 só tiveram casos importados (Jauru e Pontes de Lacerda) e apenas 2 tiveram casos autóctones (Nova Lacerda e Comodoro).

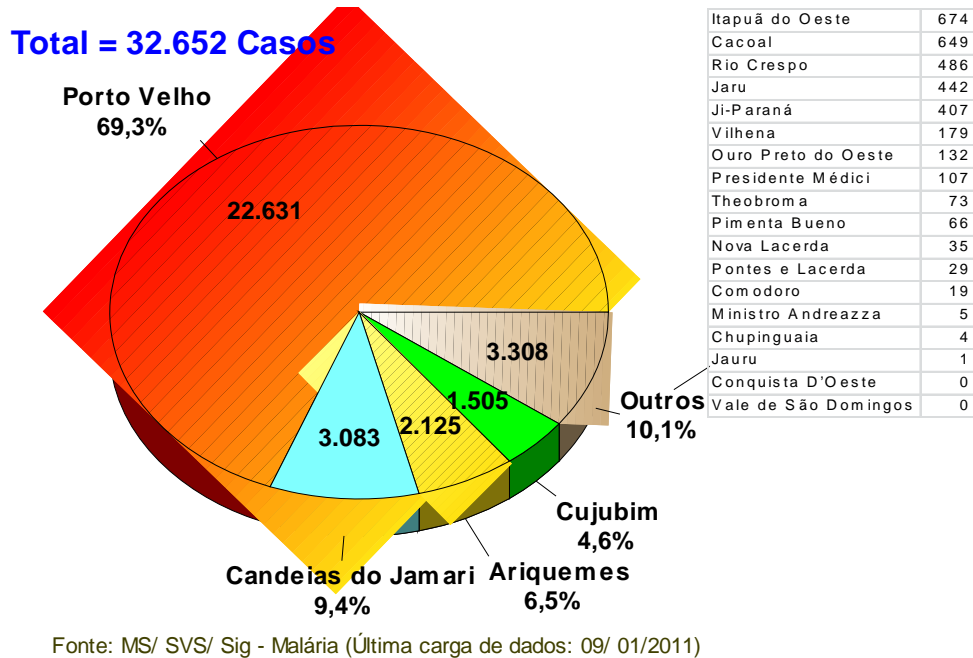
**Quadro 3.6.5-21** – Número de Casos de Malária nos Municípios da All, dos Estados de Rondônia e Mato Grosso e do Total da Área Malarígena Brasileira de 2003 a 2010.

Local	Nº de Casos								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Jauru	0	2	0	3	2	0	2	1	10
Vale de São Domingos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pontes e Lacerda	20	80	130	54	28	32	42	29	415
Conquista D'Oeste	0	4	3	2	0	0	0	0	9
Nova Lacerda	0	95	46	20	8	13	17	35	234
Comodoro	142	79	45	43	30	27	95	19	480
<b>Trecho MT</b>	<b>162</b>	<b>260</b>	<b>224</b>	<b>122</b>	<b>68</b>	<b>72</b>	<b>156</b>	<b>84</b>	<b>1.148</b>
Vilhena	209	282	441	228	253	101	254	179	1.947
Chupinguaia	23	28	217	44	54	20	9	4	399
Pimenta Bueno	173	175	180	152	81	71	81	66	979
Cacoal	425	1.746	662	873	414	817	855	649	6.441
Ministro Andreazza	32	58	20	38	27	13	15	5	208
Presidente Médici	242	261	352	496	360	87	98	107	2.003
Ji-Paraná	1.616	1.285	2.229	2.000	1.363	658	412	407	9.970
Ouro Preto do Oeste	572	514	605	525	383	201	137	132	3.069
Jaru	1.052	1.401	1.787	1.423	967	544	446	442	8.062
Theobroma	590	376	735	935	616	271	143	73	3.739
Ariquemes	7.268	8.718	7.957	5.294	3.618	2.194	1.981	2.125	39.155
Rio Crespo	480	564	555	494	461	627	518	486	4.185
Cujubim	4.484	4.025	4.289	4.524	2.914	1.890	2.207	1.505	25.838
Itapuã do Oeste	2.149	3.513	3.713	3.281	2.285	1.019	653	674	17.287
Candeias do Jamari	5.296	5.247	5.914	6.025	5.372	3.270	2.924	3.083	37.131
Porto Velho	32.172	34.984	46.292	34.863	32.934	23.648	20.601	22.631	248.125
<b>Trecho RO</b>	<b>56.783</b>	<b>63.177</b>	<b>75.948</b>	<b>61.195</b>	<b>52.102</b>	<b>35.431</b>	<b>31.334</b>	<b>32.568</b>	<b>408.538</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>56.945</b>	<b>63.437</b>	<b>76.172</b>	<b>61.317</b>	<b>52.170</b>	<b>35.503</b>	<b>31.490</b>	<b>32.652</b>	<b>409.686</b>
Estado MT	93.852	107.166	118.611	101.553	81.955	49.877	41.440	42.482	636.936
Estado RO	5.022	6.484	8.437	6.650	6.767	4.084	3.282	2.297	43.023
<b>Total 2 Estados</b>	<b>98.874</b>	<b>113.650</b>	<b>127.048</b>	<b>108.203</b>	<b>88.722</b>	<b>53.961</b>	<b>44.722</b>	<b>44.779</b>	<b>679.959</b>
<b>Área Malarígena Brasileira</b>	<b>408.886</b>	<b>465.004</b>	<b>604.195</b>	<b>548.325</b>	<b>457.757</b>	<b>315.809</b>	<b>308.939</b>	<b>314.956</b>	<b>3.423.871</b>

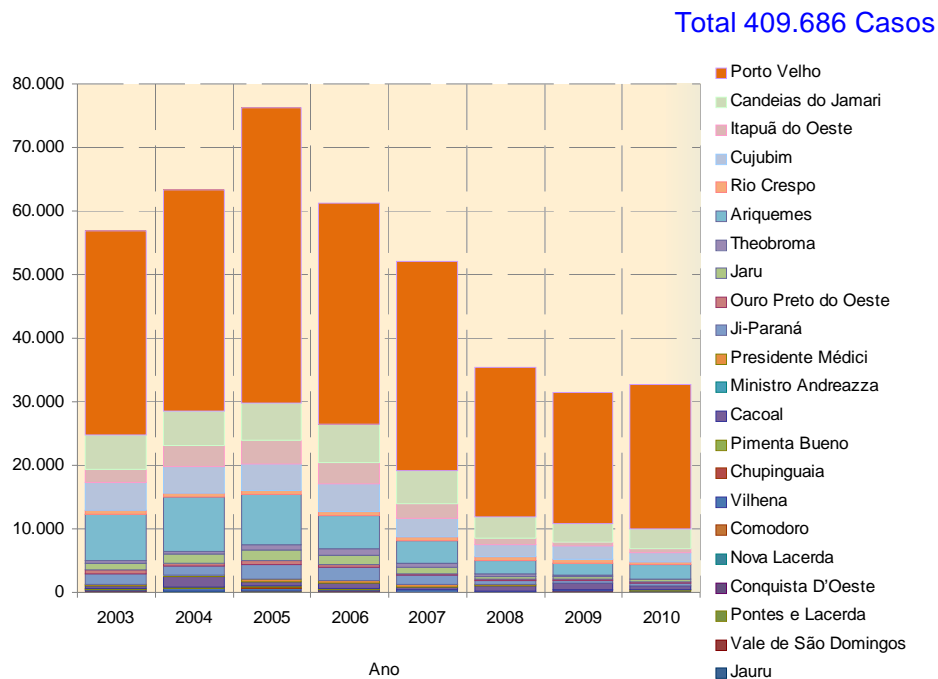
Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

Em 2010, mais de 32 mil casos de malária foram registrados nos municípios do trajeto da LT. Quase 70% dos casos ocorreram em Porto Velho (mais de 22 mil casos), seguido de mais de 3 mil em Candeias do Jamari, mais de 2 mil em Ariquemes, mais de 1.500 em Cujubim e quase 700 em Itapuã do Oeste (**Figura 3.6.5-13**).

O número de casos de malária nos municípios do trajeto da LT aumentou rapidamente de 2003 a 2005, quando atingiu o pico máximo de 76 mil casos por ano. Houve rápido decréscimo nos três anos seguintes, reduzindo à metade em 2008. Desde então, conforme pode ser observado na **Figura 3.6.5-14**, este número se mantém estável em mais de 30 mil casos por ano nos últimos 3 anos.



**Figura 3.6.5-13** – Número de Casos de Malária nos Municípios do Trajeto da LT em 2010.



**Figura 3.6.5-14** – Número de Casos de Malária nos Municípios do Trajeto da LT de 2003 a 2010.

### Casos Autóctones e Importados

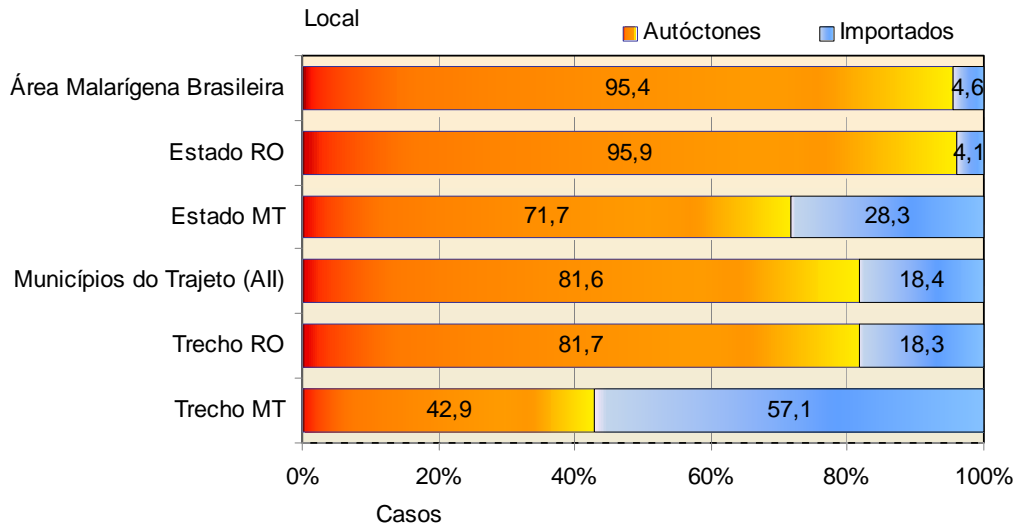
De acordo com o Sistema de Informações Gerenciais de Malária do Ministério da Saúde (SIG-Malária/ SVS/ MS), mais de 80% dos casos de malária dos municípios do trajeto da LT são autóctones, ou seja, foram contraídos no próprio município, e, menos de 20%, importados de outros locais (**Quadro 3.6.5-22** e **Figura 3.6.5-15**). No trecho de Mato Grosso, além de ter pouca malária, a maioria dos casos é importada, principalmente, de municípios de Rondônia ou de outras áreas mais malarígenas do norte do Estado de Mato Grosso.

A frequência de casos importados de malária é maior nos municípios do trajeto da LT que nos respectivos estados e em relação ao total da área malarígena brasileira. Isso reflete a maior mobilidade da população, o que é um fator agravante da transmissão de malária.

**Quadro 3.6.5-22** – Origem dos Casos de Malária nos Municípios do Trajeto da LT nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso e Total da Área Malarígena Brasileira.

Local	Nº de Casos					
	Autóctones		Importados		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Jauru	0	0,0	1	100	1	100
Vale de São Domingos	0	0,0	0	0	0	0,0
Pontes e Lacerda	0	0,0	29	100	29	100
Conquista D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nova Lacerda	33	94,3	2	5,7	35	100
Comodoro	3	15,8	16	84,2	19	100
<b>Trecho MT</b>	<b>36</b>	<b>42,9</b>	<b>48</b>	<b>57,1</b>	<b>84</b>	<b>100,0</b>
Vilhena	20	11,2	159	88,8	179	100
Chupinguaia	3	75,0	1	25,0	4	100
Pimenta Bueno	14	21,2	52	78,8	66	100
Cacoal	3	0,5	646	99,5	649	100
Ministro Andreazza	0	0,0	5	100	5	100
Presidente Médici	26	24,3	81	75,7	107	100
Ji-Paraná	26	6,4	381	93,6	407	100
Ouro Preto do Oeste	1	0,8	131	99,2	132	100
Jaru	10	2,3	432	97,7	442	100
Theobroma	22	30,1	51	69,9	73	100
Ariquemes	843	39,7	1.282	60,3	2.125	100
Rio Crespo	453	93,2	33	6,8	486	100
Cujubim	1.422	94,5	83	5,5	1.505	100
Itapuã do Oeste	560	83,1	114	16,9	674	100
Candeias do Jamari	2.843	92,2	240	7,8	3.083	100
Porto Velho	20.368	90,0	2.263	10,0	22.631	100
<b>Trecho RO</b>	<b>26.614</b>	<b>81,7</b>	<b>5.954</b>	<b>18,3</b>	<b>32.568</b>	<b>100</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>26.650</b>	<b>81,6</b>	<b>6.002</b>	<b>18,4</b>	<b>32.652</b>	<b>100</b>
Estado MT	1.647	71,7	650	28,3	2.297	100
Estado RO	40.756	95,9	1.726	4,1	42.482	100
<b>Área Malarígena Brasileira</b>	<b>300.376</b>	<b>95,4</b>	<b>14.556</b>	<b>4,6</b>	<b>314.932</b>	<b>100</b>

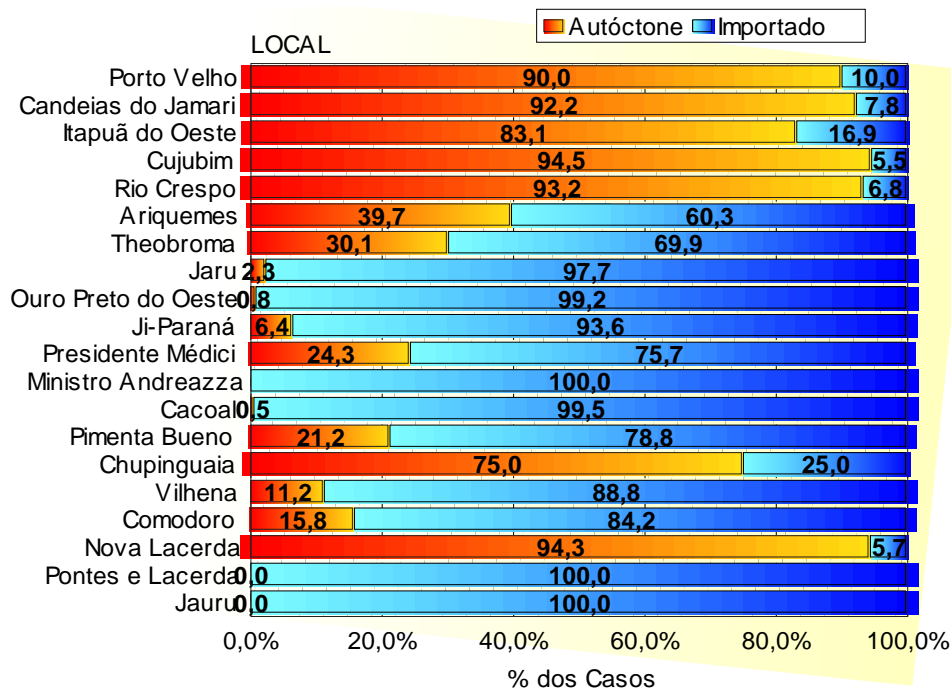
Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)



Fonte: MS / SVS - Sig - Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

**Figura 3.6.5-15** – Percentual de Casos de Malária Autóctones e Importados nos Trechos da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e no Total da área Malarígena Brasileira em 2010.

Nos municípios do trecho de Mato Grosso, apenas Comodoro e Nova Lacerda tiveram transmissão de malária em 2010, justamente os municípios que fazem fronteira com Rondônia. A grande maioria dos casos nos demais municípios de Mato Grosso e de Vilhena a Theobroma, em Rondônia, são importados, à exceção de Chupinguaia, com 75% dos casos autóctones. De Rio Crespo a Porto Velho, em Rondônia, praticamente, 90% dos casos de malária são autóctones. Em Ariquemes, esse percentual caiu para menos de 40% (**Figura 3.6.5-16**).



Fonte: MS/ SVS/ Sig - Malária (Última carga de dados: 09/ 01/2011)

**Figura 3.6.5-16** – Percentual de Casos de Malária Autóctones e Importados nos Municípios do Trajeto da LT em 2010.

### Risco de Transmissão

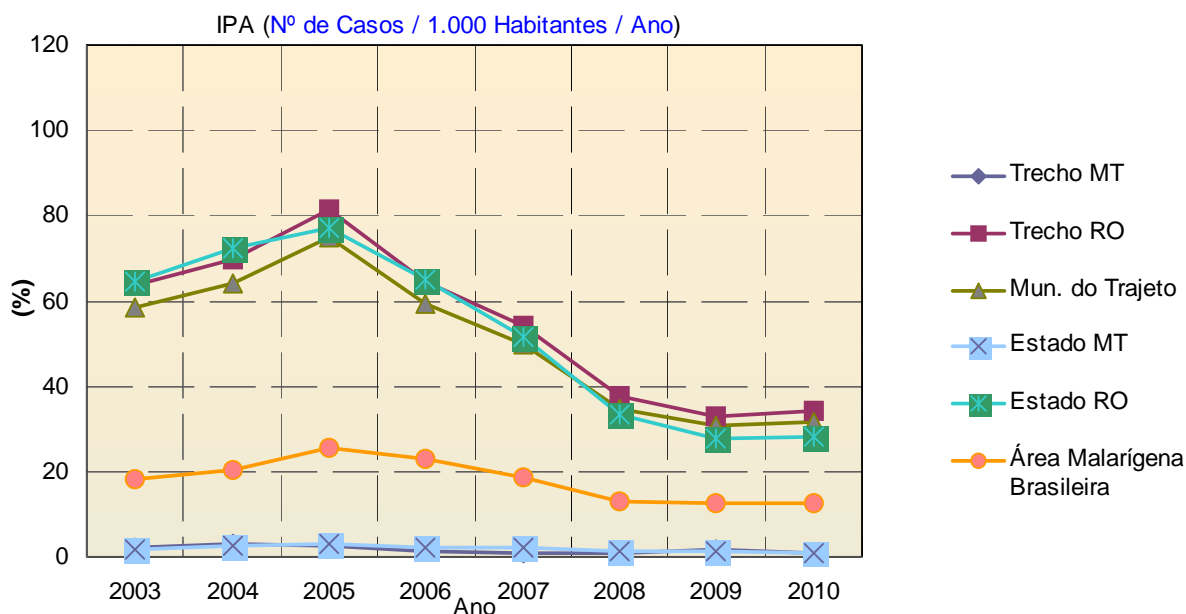
O Índice Parasitário Anual – IPA médio dos últimos 8 anos dos municípios do trajeto foi de 50,3 casos/mil habitantes/ano, 54,6 no trecho de Rondônia e 1,7 no de Mato Grosso. Isso classifica o trecho de Rondônia como de alto risco de transmissão e o de Mato Grosso como de baixo risco.

O risco de transmissão da malária nos municípios do trajeto é quase 3 vezes mais alto que o da área malarígena brasileira; é cerca de 2 vezes maior que o do Estado de Rondônia e 14 vezes maior que o do Estado de Mato Grosso (**Quadro 3.6.5-23** e **Figura 3.6.5-17**).

**Quadro 3.6.5-23** – Índice Parasitário Anual dos Municípios do Trajeto da LT, dos Estados de Rondônia e Mato Grosso e Total da Área Malarígena Brasileira de 2003 a 2010.

Local	Nº de Casos								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Jauru	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,1	0,1
Vale de São Domingos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pontes e Lacerda	0,5	2,0	3,1	1,3	0,6	0,8	1,1	0,7	1,3
Conquista D'Oeste	0,0	1,4	1,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4
Nova Lacerda	0,0	21,3	9,8	4,2	1,6	2,5	3,2	6,7	6,0
Comodoro	8,4	4,5	2,4	2,2	1,5	1,4	5,0	1,0	3,2
<b>Trecho MT</b>	<b>2,0</b>	<b>3,2</b>	<b>2,7</b>	<b>1,4</b>	<b>0,8</b>	<b>0,9</b>	<b>1,9</b>	<b>1,0</b>	<b>1,7</b>
Vilhena	3,6	4,7	6,9	3,5	3,7	1,5	3,6	2,6	3,7
Chupinguaia	3,8	4,6	33,5	6,6	7,9	2,6	1,1	0,5	7,2
Pimenta Bueno	5,5	5,5	5,7	4,8	2,6	2,1	2,4	1,9	3,8
Cacoal	5,7	23,2	8,7	11,4	5,4	10,4	10,9	8,2	10,5
Ministro Andreazza	2,8	5,1	1,8	3,4	2,4	1,2	1,4	0,5	2,4
Presidente Médici	9,3	10,1	13,8	19,6	14,3	3,8	4,4	4,8	10,2
Ji-Paraná	14,7	11,6	19,8	17,6	11,9	5,9	3,7	3,7	11,2
Ouro Preto do Oeste	14,0	12,6	14,8	12,9	9,4	5,4	3,7	3,6	9,8
Jaru	19,2	25,5	32,0	25,3	17,1	10,1	8,3	8,2	18,3
Theobroma	47,3	29,2	53,1	65,3	41,6	26,4	14,1	7,2	37,8
Ariquemes	91,2	107,2	93,6	60,9	40,7	25,9	23,2	24,8	57,8
Rio Crespo	149,3	170,7	158,4	137,1	124,5	192,3	157,4	147,7	154,0
Cujubim	585,2	502,1	486,0	489,8	302,0	133,8	148,3	101,1	296,0
Itapuá do Oeste	282,6	447,3	441,4	377,3	254,4	125,6	79,3	81,9	261,5
Candeias do Jamari	356,1	340,0	354,2	347,3	298,7	190,7	166,6	175,7	275,9
Porto Velho	90,9	97,2	123,8	91,5	84,9	62,4	53,7	59,0	82,6
<b>Trecho RO</b>	<b>63,6</b>	<b>69,8</b>	<b>81,3</b>	<b>64,5</b>	<b>54,1</b>	<b>37,7</b>	<b>33,0</b>	<b>34,3</b>	<b>54,6</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>58,6</b>	<b>64,3</b>	<b>74,8</b>	<b>59,3</b>	<b>49,7</b>	<b>34,8</b>	<b>30,6</b>	<b>31,7</b>	<b>50,3</b>
Estado MT	1,9	2,4	3,0	2,3	2,3	1,4	1,1	0,8	3,5
Estado RO	64,5	72,4	77,3	65,0	51,5	33,4	27,6	28,2	27,8
<b>Área Malarígena Brasileira</b>	<b>18,3</b>	<b>20,5</b>	<b>25,6</b>	<b>22,8</b>	<b>18,7</b>	<b>12,9</b>	<b>12,5</b>	<b>12,7</b>	<b>17,9</b>

Fonte: Calculado a partir de dados do MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados:09/01/2011)



Fonte: MS / SVS - Sig - Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

**Figura 3.6.5-17** – Índice Parasitário Anual nos Municípios do Trajeto da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e Total da Área Malarígena Brasileira de 2003 a 2010.

O risco de transmissão nos municípios do trecho de Rondônia é semelhante ao do Estado de Rondônia, assim como, o dos municípios do trecho de Mato Grosso é similar ao risco do estado de Mato Grosso. Ambos evoluem paralelamente.

No início do período, em 2003, tanto o risco de transmissão do trecho quanto do Estado de Rondônia eram muito altos, cerca de 65 casos por mil habitantes nesse ano, e subiram, ainda mais, para cerca de 80 em 2005. Desde então, houve queda rápida e progressiva até 2008, apresentando cerca de 30 casos, mantendo-se estáveis os números nos últimos 3 anos, com os municípios do trecho de RO se sobressaindo um pouco mais em relação ao estado.

Já no trecho de MT e no próprio Estado de Mato Grosso, pode-se observar que o risco de transmissão da doença se manteve muito baixo em todo o período, variando de 1 a 3 casos por mil habitantes por ano (**Figura 3.6.5-18**).

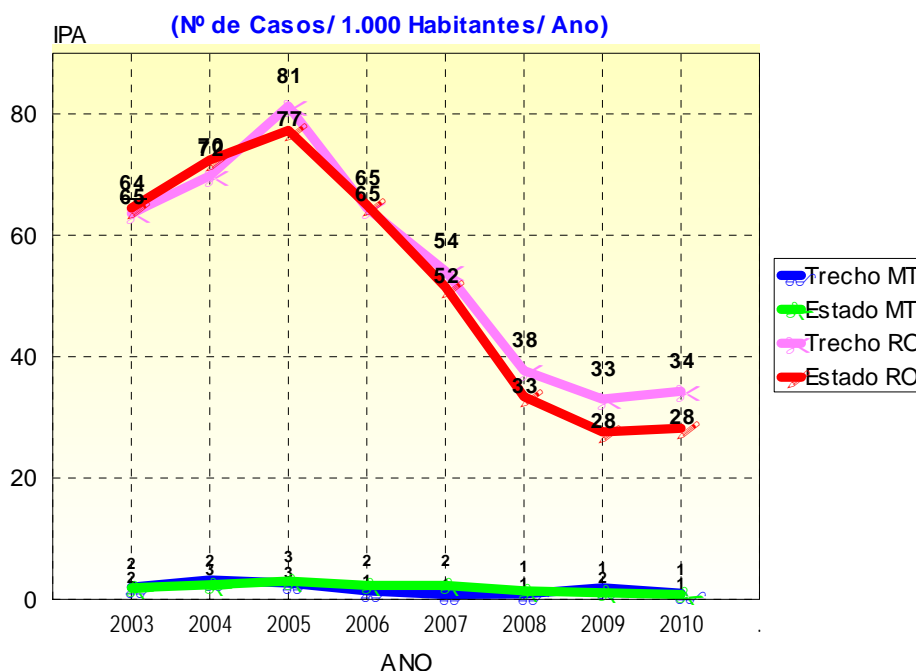
O problema da malária está concentrado nos 6 últimos municípios que deverão ser atravessados pela LT, no trecho de 255km entre Ariquemes e Porto Velho. A transmissão está em queda em todos eles, mas 5 desses 6 municípios ainda apresentavam alto risco em 2010. Apenas Ariquemes caiu para nível de médio risco em 2006 e se mantém assim desde então (**Figura 3.6.5-19**).

A situação anterior desses municípios mais malarígenos era ainda pior. Cujubim, Itapuã do Oeste e Candeias chegaram a ter IPA em torno de 300 a 500 no período de 2003 a 2005. Desde então, esses índices diminuíram, mas ainda se mantiveram em níveis de alto risco de transmissão. A situação de Rio Crespo é grave e estável em alto nível, com IPA em torno de 150, assim como a de Candeias de Jamari, com IPA em torno de 175.

Em 2010, a pior situação era a de Candeias do Jamari, Rio Crespo e Cujubim, com IPA de mais de 100. Porto Velho e Itapuã do Oeste têm situação intermediária, com IPA entre 50 e 100, mas ainda em alto risco. Apenas Ariquemes tem risco médio.

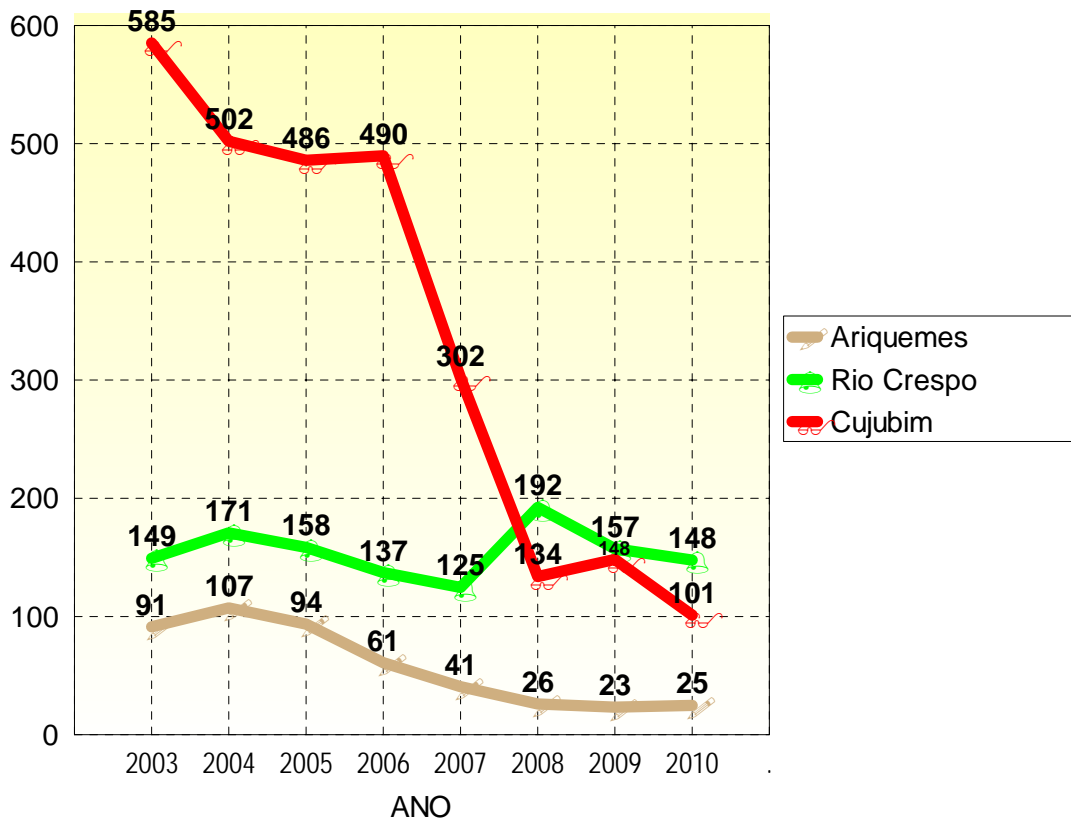
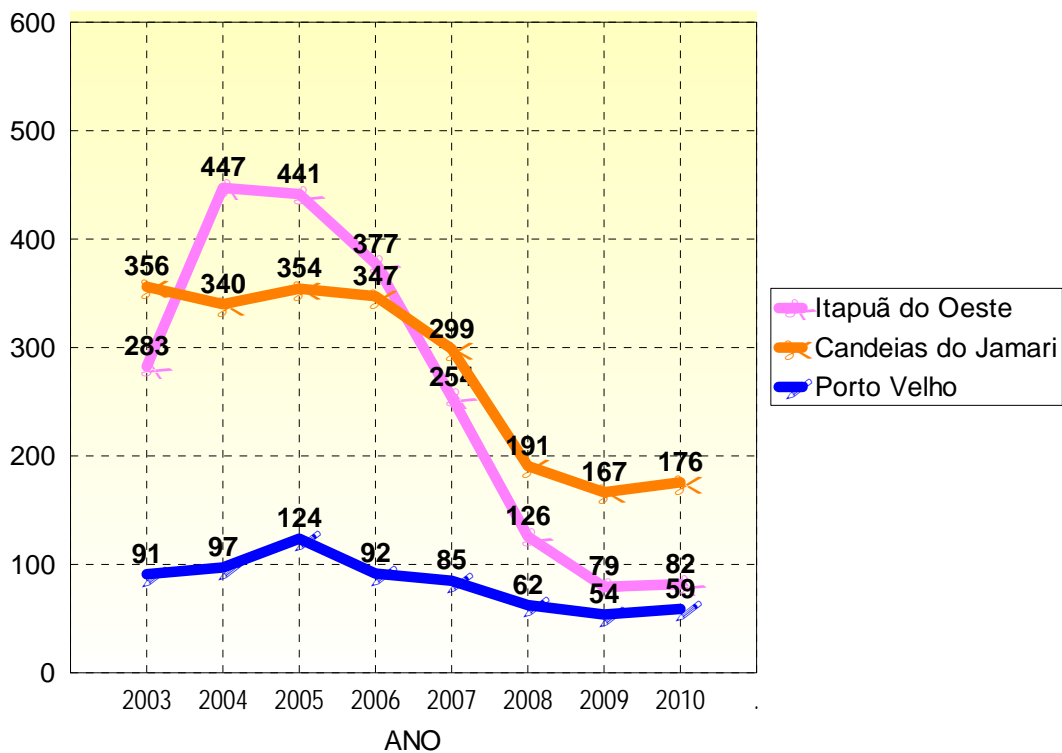
De Vilhena a Ariquemes, a transmissão da malária é bem menor. Desses 10 municípios de Rondônia, apenas Jarú, Cacoal e Theobroma têm IPA maior que 6. Os outros sete municípios têm IPA menores que 4. A média dos 22 municípios da All é de 31, ou seja, é de médio risco.

No trecho de Mato Grosso a transmissão é menor ainda, pois todos os municípios têm baixo risco de transmissão. Apenas Nova Lacerda tem IPA de 6,7. Todos os demais têm IPA inferior a 2 casos por mil habitantes. A média dos 6 municípios do Mato Grosso é de 1 caso por mil habitantes por ano, risco muito baixo (**Figura 3.6.5-20**).



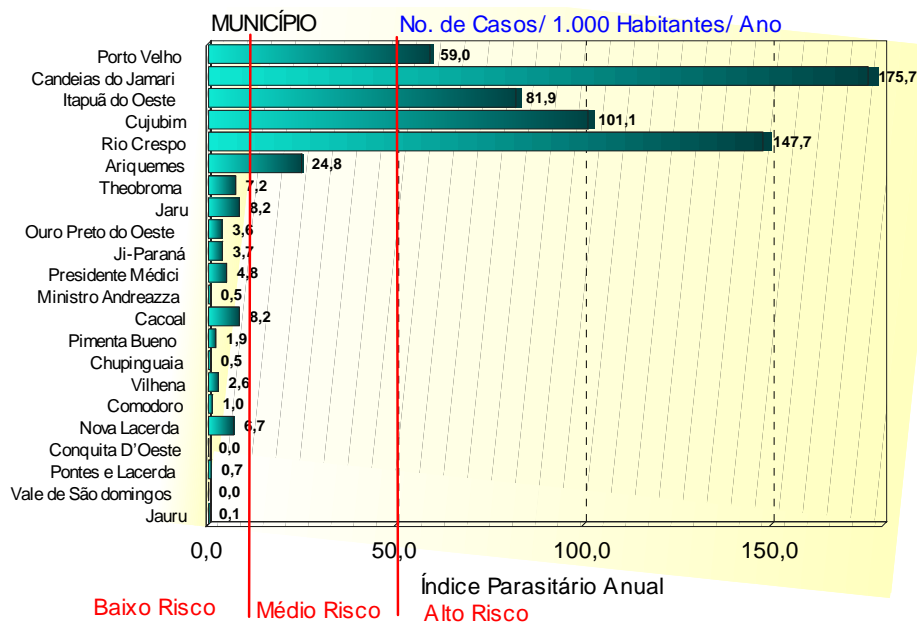
**Figura 3.6.5-18** – Índice Parasitário Anual dos Municípios dos Trechos de Rondônia e Mato Grosso da LT e dos Respectivos Estados de 2003 a 2010.





Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

**Figura 3.6.5-19** – Índice Parasitário Anual – IPA dos 6 Municípios mais Malarígenos do trajeto da LT de 2003 a 2010.



Fonte: MS/ SVS/ Sig - Malária (Última carga de dados: 09/ 01/2011)

**Figura 3.6.5-20** - Índice Parasitário Anual dos Municípios do Trajeto da LT em 2010.

### Fatores Condicionantes da Transmissão da Malária

Grande número de fatores tem agido sinergicamente como determinantes da transmissão da malária nos municípios do trajeto da LT, principalmente no trecho final de 255km, que vai de Ariquemes a Porto Velho. Os mais importantes são:

- a alta mobilidade populacional, tanto interna quanto externa, o que favorece a disseminação da malária através de portadores do plasmódio doentes ou com infecção assintomática. Essa região de Rondônia é alvo de intenso fluxo migratório de pessoas há mais de três décadas, atraídas pela abertura da BR-364, pela implantação de inúmeros projetos de colonização, a abertura de garimpos ilegais, etc. Mais recentemente, a construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio provocou um grande aquecimento da economia local, um forte recrudescimento da migração e o aumento da mobilidade populacional. A construção de várias linhas de transmissão para distribuir a energia gerada também tem colaborado muito no aumento do fluxo de pessoas;
- o grande número de projetos de colonização que já foram implantados na região e muitos que ainda estão em implantação. As áreas mais malarígenas são justamente as áreas dos projetos mais recentes. Esses projetos foram os maiores responsáveis pela explosão da malária em Rondônia, no final do século passado, e continuam a ser implantados quase da mesma forma como antes. Toda a legislação de Avaliação de Potencial Malarígeno e de Laudo de Condição Sanitária foi desenvolvida em função dos Projetos de Colonização do INCRA. Isso trouxe grandes mudanças na forma das outras empresas licenciarem e implantarem seus empreendimentos, mas poucas mudanças na forma de assentar colonos nesses Projetos de Colonização;

- o trecho de Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Cujubim e Rio Crespo é o mais malarígeno de todo o trajeto da LT. Em Candeias do Jamari, somam-se os fatores anteriores à presença do reservatório da UHE Samuel, que é um criadouro de anofelinos de proporções oceânicas, altamente favorável à proliferação de mosquitos, entre eles os vetores da malária;
- os desmatamentos, que são muito frequentes nos municípios do traçado da LT, são mais intensos justamente nas áreas mais malarígenas e resultam de ocupação de novas áreas, aberturas de estradas vicinais, expansão da fronteira agrícola, projetos de colonização, extração madeireira, construção de linhas de transmissão de energia, etc. São altamente malarígenos, porque reduzem as espécies silvestres e zoofílicas de anofelinos e favorecem grandemente o *A. darlingi*, principal vetor da doença na Amazônia;
- outro fator condicionante da transmissão da malária de maior importância é a deficiência de recursos materiais e humanos dos serviços de controle do Estado de Rondônia e dos seus municípios. Embora muitos municípios tenham aumentado muito a arrecadação em função dos inúmeros empreendimentos já implantados e em implantação, com o recebimento de compensações financeiras e recolhimento de ISS de grandes obras em andamento, todos são unânimes em alegar, durante as entrevistas da pesquisa de campo, a falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Verificou-se que, realmente, os serviços de controle de malária são altamente deficientes na maioria deles, mas, se a causa é a falta recursos ou de prioridade ou, ainda, de desvio de verbas para outras áreas, isso é questionável;
- a carência de pessoal, que é agravada pelo fato de que a maioria da equipe de agentes de endemias era composta por antigos funcionários da extinta SUCAM ou da atual FUNASA. Grande parte já se aposentou e muitos estão próximos da aposentadoria. Os aposentados não foram substituídos, nem há previsão para substituir os que vão se aposentar em breve; isso tem desfalcado as equipes de controle de malária e de outras endemias.

### Varição Sazonal

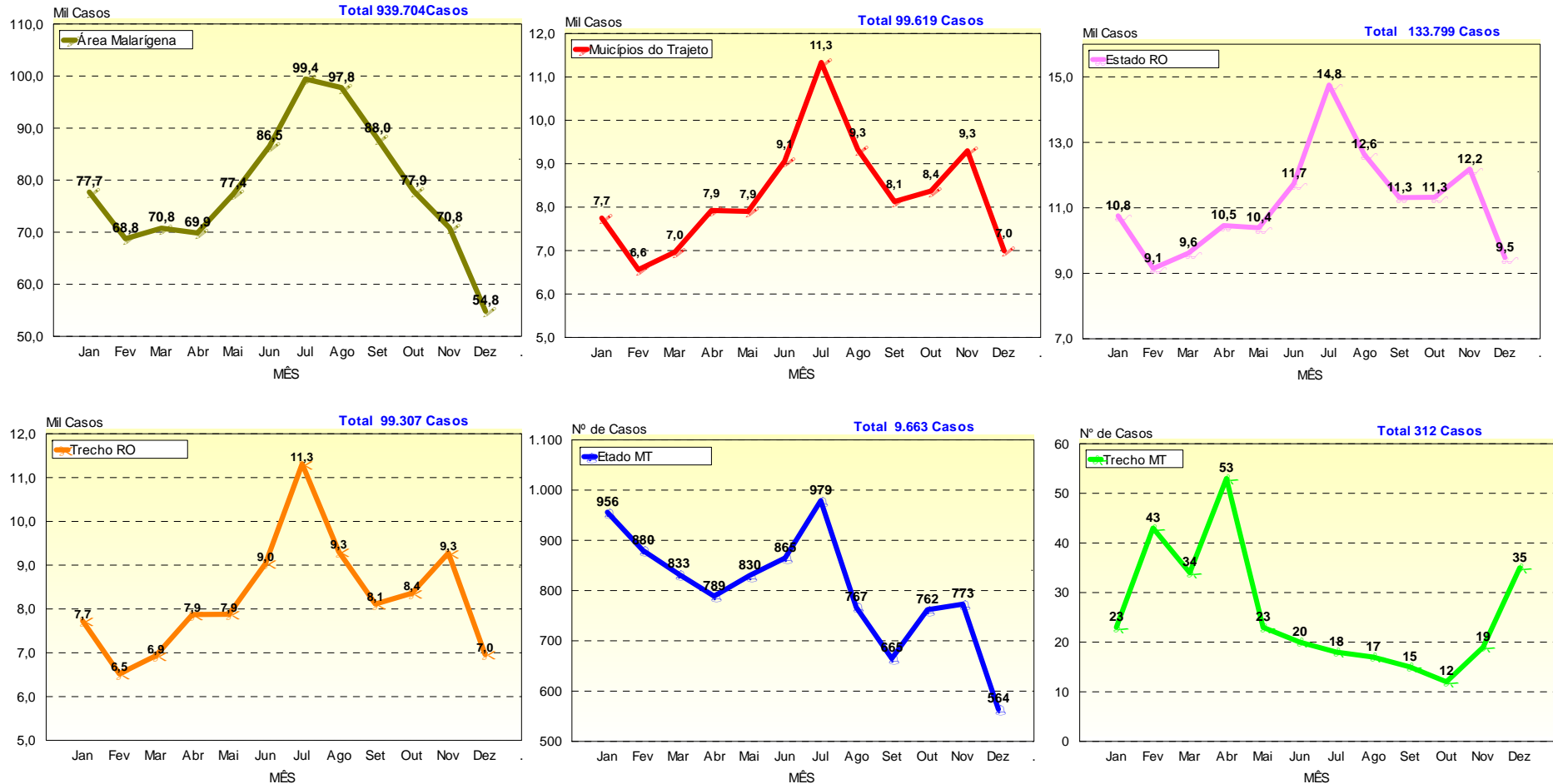
Há uma nítida variação sazonal da transmissão da malária. O pico de maior incidência ocorre nos meses de junho, julho e agosto, que corresponde ao término das chuvas e vazante dos rios. Isso ocorre tanto no total da área malarígena brasileira quanto no Estado e no trecho da LT em Rondônia, onde há mais transmissão.

No Estado de Mato Grosso, o comportamento é diferente. O maior número de casos ocorre no primeiro semestre do ano, e nos municípios do trecho da LT nesse Estado, nos primeiros quatro meses, de janeiro a abril. Isso ocorre porque a transmissão da malária é baixa nesses locais e a maioria dos casos é importada. Portanto, o que determina a ocorrência de casos é a mobilização populacional que, geralmente, é motivada por fatores econômicos (**Quadro 3.6.5-24 e Figura 3.6.5-21**).

**Quadro 3.6.5-24** – Número Mensal Médio de Casos de Malária nos Municípios do Trajeto da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e Total da Área Malarígena Brasileira no Triênio 2008-2010.

Local	Nº de Casos/ Mês												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Jauru	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3
Vale de São domingos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pontes e Lacerda	13	15	11	5	8	4	7	5	5	8	7	15	103
Conquista D'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Lacerda	6	11	5	7	4	5	2	3	5	0	3	14	65
Comodoro	4	17	17	41	11	10	9	9	5	4	9	5	141
<b>Trecho MT</b>	<b>23</b>	<b>43</b>	<b>34</b>	<b>53</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>312</b>
Vilhena	67	64	85	72	37	35	54	25	16	16	38	25	534
Chupinguaia	4	5	1	4	2	1	1	3	2	5	1	4	33
Pimenta Bueno	19	14	26	18	17	21	15	25	21	17	14	11	218
Cacoal	206	210	285	228	239	206	191	169	146	139	130	172	2.321
Ministro Andreazza	3	2	3	3	5	2	1	2	1	2	4	5	33
Presidente Médici	43	27	24	11	10	28	21	39	21	23	21	24	292
Ji-Paraná	155	141	119	96	88	113	144	146	93	112	149	121	1.477
Ouro Preto do Oeste	48	29	30	29	25	35	56	34	38	52	54	40	470
Jaru	158	108	93	101	95	125	139	137	95	121	133	127	1.432
Theobroma	85	20	24	35	35	25	34	65	40	42	48	34	487
Ariquemes	551	431	327	437	394	511	567	521	643	577	700	641	6.300
Rio Crespo	152	77	104	119	117	145	203	132	174	142	138	102	1.605
Cujubim	418	409	481	388	468	510	576	547	522	441	498	344	5.602
Itapuã do Oeste	321	216	183	189	163	157	214	244	154	163	173	169	2.346
Candeias do Jamari	655	579	567	644	646	904	1.252	1.036	777	782	861	574	9.277
Porto Velho	4.841	4.186	4.580	5.498	5.538	6.221	7.846	6.186	5.371	5.726	6.317	4.570	66.880
<b>Trecho RO</b>	<b>7.726</b>	<b>6.518</b>	<b>6.932</b>	<b>7.872</b>	<b>7.879</b>	<b>9.039</b>	<b>11.314</b>	<b>9.311</b>	<b>8.114</b>	<b>8.360</b>	<b>9.279</b>	<b>6.963</b>	<b>99.307</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>7.749</b>	<b>6.561</b>	<b>6.966</b>	<b>7.925</b>	<b>7.902</b>	<b>9.059</b>	<b>11.332</b>	<b>9.328</b>	<b>8.129</b>	<b>8.372</b>	<b>9.298</b>	<b>6.998</b>	<b>99.619</b>
Estado MT	956	880	833	789	830	865	979	767	665	762	773	564	9.663
Estado RO	10.757	9.149	9.618	10.458	10.390	11.738	14.755	12.635	11.314	11.323	12.184	9.478	133.799
<b>Área Malarígena Brasileira</b>	<b>77.706</b>	<b>68.760</b>	<b>70.768</b>	<b>69.852</b>	<b>77.361</b>	<b>86.525</b>	<b>99.440</b>	<b>97.753</b>	<b>87.959</b>	<b>77.925</b>	<b>70.816</b>	<b>54.839</b>	<b>939.704</b>

Fonte: Calculado a partir de dados do MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)



Fonte: Calculado a Partir de Dados do MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

**Figura 3.6.5-21** – Número Mensal Médio de Casos de Malária nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso, e no Total da Área Malarígena Brasileira no Triênio 2008 a 2010.

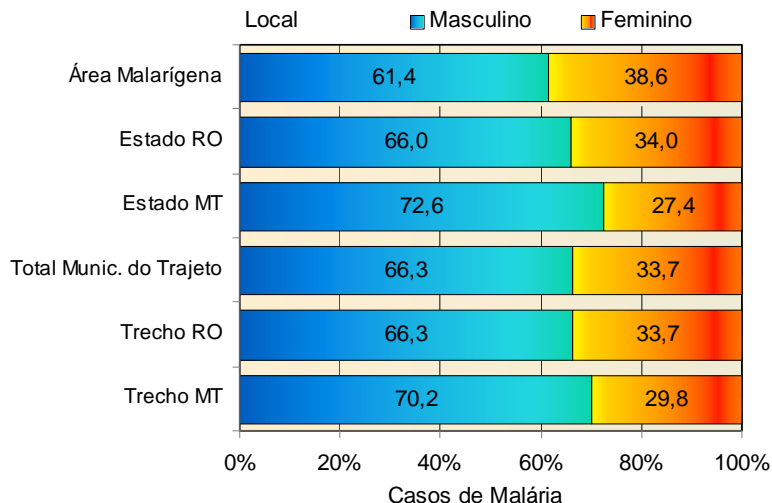
### Distribuição por Sexo

A malária acomete mais indivíduos do sexo masculino (66%) que do feminino (34%) nos municípios do trajeto da LT. Essa proporção é um pouco maior no trecho de Mato Grosso (70% em homens contra 30% em mulheres), sendo a do Estado de Mato Grosso ainda maior (**Quadro 3.6.5-25 e Figura 3.6.5-22**).

**Quadro 3.6.5-25** – Número e Proporção de Casos de Malária Segundo Sexo nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e no Total da Área Malarígena Brasileira em 2010

Local	Lâminas Positivas					
	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Jauru	1	100	0	0,0	1	100
Vale de São Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pontes e Lacerda	23	79,3	6	20,7	29	100
Conquista D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nova Lacerda	17	48,6	18	51,4	35	100
Comodoro	18	94,7	1	5,3	19	100
<b>Trecho MT</b>	<b>59</b>	<b>70,2</b>	<b>25</b>	<b>29,8</b>	<b>84</b>	<b>100</b>
Vilhena	142	79,3	37	20,7	179	100
Chupinguaia	3	75,0	1	25,0	4	100
Pimenta Bueno	57	86,4	9	13,6	66	100
Cacoal	499	76,9	150	23,1	649	100
Ministro Andreazza	3	60,0	2	40,0	5	100
Presidente Médici	68	63,6	39	36,4	107	100
Ji-Paraná	292	71,7	115	28,3	407	100
Ouro Preto do Oeste	101	76,5	31	23,5	132	100
Jaru	326	73,8	116	26,2	442	100
Theobroma	51	69,9	22	30,1	73	100
Ariquemes	1.449	68,2	676	31,8	2.125	100
Rio Crespo	305	62,8	181	37,2	486	100
Cujubim	989	65,7	516	34,3	1.505	100
Itapuã do Oeste	451	67,0	222	33,0	673	100
Candeias do Jamari	1.880	61,0	1.203	39,0	3.083	100
Porto Velho	14.980	66,2	7.650	33,8	22.630	100
<b>Trecho RO</b>	<b>21.596</b>	<b>66,3</b>	<b>10.970</b>	<b>33,7</b>	<b>32.566</b>	<b>100</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>21.655</b>	<b>66,3</b>	<b>10.995</b>	<b>33,7</b>	<b>32.650</b>	<b>100</b>
Estado MT	1.667	72,6	629	27,4	2.296	100
Estado RO	28.016	66,0	14.459	34,0	42.475	100
<b>Área Malarígena Brasileira</b>	<b>193.483</b>	<b>61,4</b>	<b>121.412</b>	<b>38,6</b>	<b>314.895</b>	<b>100</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados:091/01/2011)

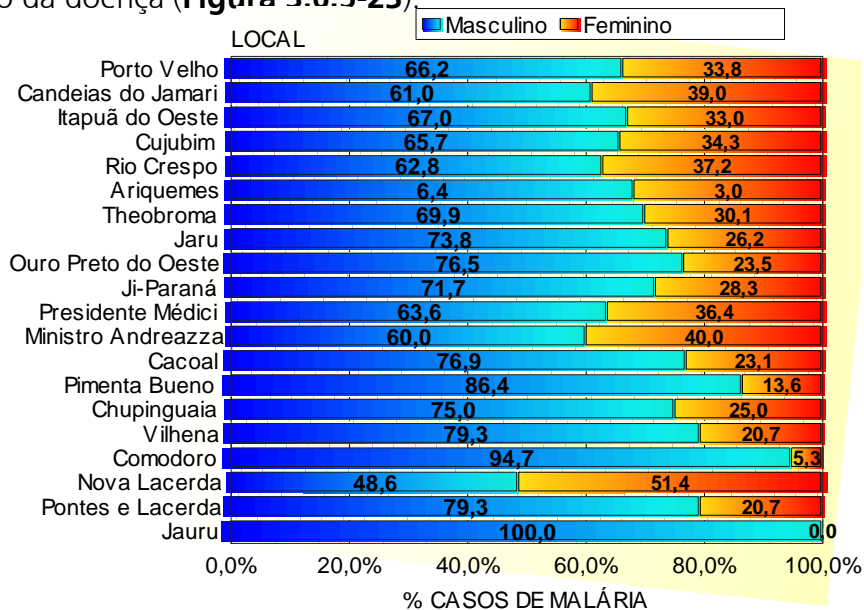


Fonte: MS / SVS - Sig - Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

**Figura 3.6.5-22** – Percentual de Casos de Malária Segundo Sexo nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e dos Estados de RO e MT, e na Malarígena Brasileira em 2010.

A maioria masculina reflete o predomínio de transmissão extradomiciliar. Os homens adquirem mais malária do que as mulheres, porque se deslocam mais para os locais de transmissão, como florestas, lavouras, áreas de extração madeireira, garimpos, projetos de assentamento, etc. Quando as mulheres são mais acometidas, evidencia transmissão intra ou peridomiciliar da doença.

Nos 5 municípios com alto risco de transmissão, de Rio Crespo a Porto Velho, a proporção de mulheres da All com malária é maior. O risco de transmissão é menor de Jauru (MT) a Ariquemes (RO), onde elas passam a ser menos acometidas. Isso demonstra que a transmissão da malária ocorre mais longe das residências nos municípios com menor transmissão da doença (**Figura 3.6.5-23**)



Fonte: MS/ SVS/ Sig - Malária (Última carga de dados: 09/ 01/2011)

**Figura 3.6.5-23** - Percentual de Casos de Malária Segundo Sexo nos Municípios do Trajeto da LT em 2010.

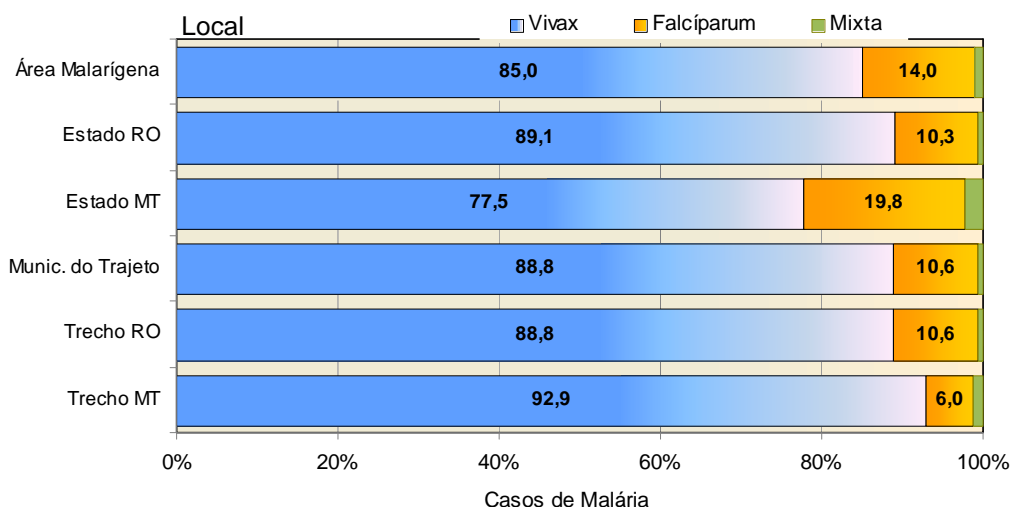
Distribuição por Espécie de Plasmodium

Quase 90% da malária dos municípios do trajeto da LT são causadas pelo *Plasmodium vivax* (V). Apenas 11 % são causadas pelo *Plasmodium falciparum* (F). O predomínio de malária *vivax* é maior no trecho de Mato Grosso (93%) que no de Rondônia (89%) (**Quadro 3.6.5-26** e **Figura 3.6.5-24**).

**Quadro 3.6.5-26** – Número de Casos de Malária Segundo Espécie de Plasmódio nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso e no Total da Área Malarígena Brasileira em 2010.

Local	Lâminas Positivas											
	F		V		F+V		M		O		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Jauru	0	0,0	0	0,0	1	100	0	0,0	0	0,0	1	100
Vale de São domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pontes e Lacerda	1	3,4	28	96,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	29	100
Conquista D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nova Lacerda	1	2,9	34	97,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	35	100
Comodoro	3	15,8	16	84,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	100
<b>Trecho MT</b>	<b>5</b>	<b>6,0</b>	<b>78</b>	<b>92,9</b>	<b>1</b>	<b>1,2</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>84</b>	<b>100</b>
Vilhena	13	7,3	165	92,2	1	0,6	0	0,0	0	0,0	179	100
Chupinguaia	0	0,0	4	100	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100
Pimenta Bueno	7	10,6	59	89,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	66	100
Cacoal	250	38,5	366	56,4	33	5,1	0	0,0	0	0,0	649	100
Ministro Andreazza	3	60,0	2	40,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	100
Presidente Médici	37	34,6	70	65,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	107	100
Ji-Paraná	48	11,8	351	86,2	8	2,0	0	0,0	0	0,0	407	100
Ouro Preto d'Oeste	7	5,3	122	92,4	3	2,3	0	0,0	0	0,0	132	100
Jaru	27	6,1	410	92,8	5	1,1	0	0,0	0	0,0	442	100
Theobroma	5	6,8	68	93,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	73	100
Ariquemes	450	21,2	1.648	77,6	27	1,3	0	0,0	0	0,0	2.125	100
Rio Crespo	105	21,6	379	78,0	2	0,4	0	0,0	0	0,0	486	100
Cujubim	391	26,0	1.107	73,6	7	0,5	0	0,0	0	0,0	1.505	100
Itapuã do Oeste	115	17,1	556	82,5	3	0,4	0	0,0	0	0,0	674	100
Candeias do Jamari	159	5,2	2.919	94,7	5	0,2	0	0,0	0	0,0	3.083	100
Porto Velho	1.839	8,1	20.704	91,5	88	0,4	0	0,0	0	0,0	22.631	100
<b>Trecho RO</b>	<b>3.456</b>	<b>10,6</b>	<b>28.930</b>	<b>88,8</b>	<b>182</b>	<b>0,6</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>32.568</b>	<b>100</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>3.461</b>	<b>10,6</b>	<b>29.008</b>	<b>88,8</b>	<b>183</b>	<b>0,6</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>32.652</b>	<b>100</b>
Estado MT	455	19,8	1.781	77,5	51	2,2	10	0,4	0	0,0	2.297	100
Estado RO	4.381	10,3	37.848	89,1	253	0,6	0	0,0	0	0,0	42.482	100
<b>Área Malarígena Brasileira</b>	<b>43.968</b>	<b>14,0</b>	<b>267.569</b>	<b>85,0</b>	<b>3.254</b>	<b>1,0</b>	<b>161</b>	<b>0,1</b>	<b>4</b>	<b>0,0</b>	<b>314.956</b>	<b>100</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados:09/01/2011)

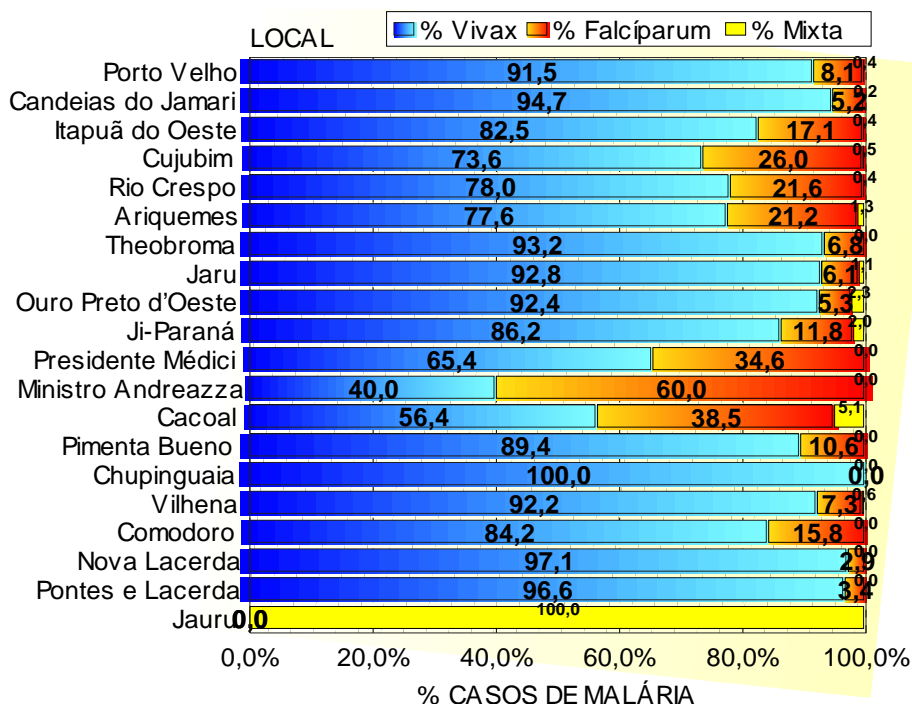


Fonte: MS / SVS - Sig - Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

**Figura 3.6.5-24** – Percentual de Casos de Malária Segundo Espécie de Plasmódio nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso, e no Total da Área Malarígena Brasileira em 2010.



A proporção de malária **falciparum** é maior nos municípios de Ministro Andreazza, Cacoal e Presidente Médici. Esses municípios têm poucos casos de malária e quase todos são importados, o que aumenta o risco de ocorrência de casos graves ou fatais, porque a população tem menos imunidade e os serviços de saúde estão menos habituados a diagnosticar e tratar precocemente a doença. Jauru registrou apenas um caso importado de malária em 2010 e, este, foi por malária mista (F+V) (**Figura 3.6.5-25**).



Fonte: MS/ SVS/ Sig - Malária (Última carga de dados: 09/ 01/2011)

**Figura 3.6.5-25** – Percentual de Casos de Malária Segundo Espécie de Plasmódio nos Municípios do Trajeto da LT em 2010.

### Tempo para o Início do Tratamento

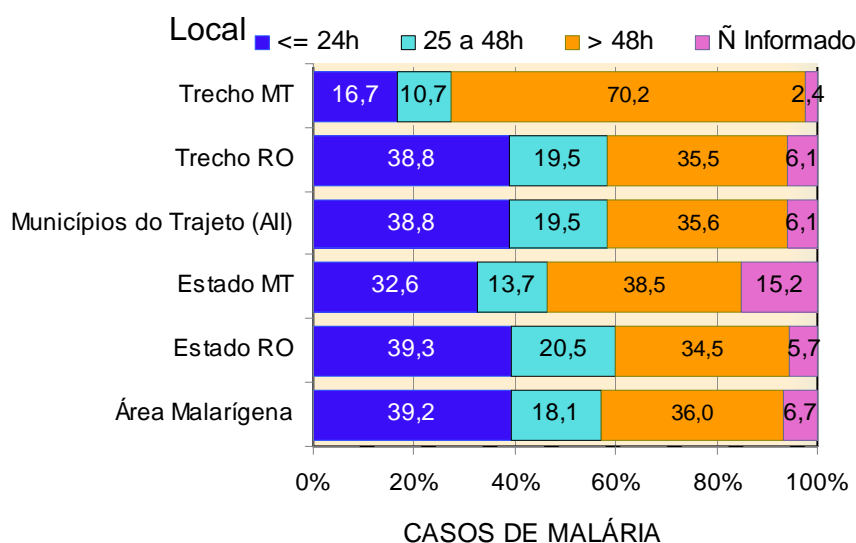
O diagnóstico precoce e o tratamento oportuno consistem na principal estratégia do Programa Nacional de Controle da Malária, tanto para impedir a transmissão, quanto para reduzir as lesões causadas pela infecção e evitar óbitos. A meta é tratar o maior número possível de pacientes nas primeiras 24 horas após o início dos sintomas, e, no máximo, em 48 horas. Após 48 horas de início da febre, o tratamento não é considerado em tempo oportuno.

Nos municípios do trajeto da LT, menos de 60% dos pacientes com malária iniciam o tratamento em tempo oportuno, até 48 horas do início dos sintomas. Nos municípios do trecho de Mato Grosso, este índice é de apenas 27%. Mais de 70% dos pacientes iniciam o tratamento após 48 horas (**Quadro 3.6.5-27** e **Figura 3.6.5-26**).

**Quadro 3.6.5-27** – Tempo para Início do Tratamento Após o Início dos Sintomas e a Coleta da Lâmina nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, e no Total da Área Malarígena Brasileira em 2010.

Local	Nº de Lâminas Positivas	% de Pacientes que Iniciaram o Tratamento em Horas Após							
		O Início dos Sintomas				A Coleta da lâmina			
		<= 24h	25 a 48h	> 48h	NI*	< 24h	25 a 48h	> 48h	NI*
Jauru	1	0,0	0,0	100	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Vale de São domingos	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pontes e Lacerda	29	20,7	10,3	69,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Conquista D'Oeste	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nova Lacerda	35	17,1	17,1	60,0	5,7	97,1	0,0	2,9	0,0
Comodoro	19	10,5	0,0	89,5	0,0	100	0,0	0,0	0,0
<b>Trecho MT</b>	<b>84</b>	<b>16,7</b>	<b>10,7</b>	<b>70,2</b>	<b>2,4</b>	<b>98,8</b>	<b>0,0</b>	<b>1,2</b>	<b>0,0</b>
Vilhena	179	12,3	15,6	71,0	1,1	99,4	0,0	0,6	0,0
Chupinguaia	4	25,0	0,0	75,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Pimenta Bueno	66	6,1	21,2	72,7	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Cacoal	649	28,5	21,7	47,3	2,5	99,4	0,3	0,2	0,2
Ministro Andreazza	5	0,0	40,0	60,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Presidente Médici	107	12,2	14,0	73,8	0,0	100	0,0	0,0	0,0
Ji-Paraná	407	16,0	23,6	60,0	0,5	99,5	0,0	0,0	0,5
Ouro Preto d'Oeste	132	17,4	12,1	70,5	0,0	99,2	0,0	0,8	0,0
Jaru	442	21,7	10,9	46,2	21,3	99,8	0,0	0,2	0,0
Theobroma	486	36,0	50,4	10,5	3,1	99,8	0,0	0,2	0,0
Ariquemes	2.125	53,2	20,7	25,5	0,6	99,8	0,1	0,1	0,0
Rio Crespo	73	43,8	16,4	39,7	0,0	95,9	4,1	0,0	0,0
Cujubim	1.505	69,9	14,1	16,0	0,0	99,5	0,1	0,5	0,0
Itapuã do Oeste	674	44,4	49,1	6,5	0,0	99,6	0,0	0,5	0,0
Candeias do Jamari	3.083	43,0	26,1	30,8	0,0	99,7	0,0	0,3	0,0
Porto Velho	22.631	36,4	17,5	38,0	8,1	92,2	0,0	0,2	7,5
<b>Trecho RO</b>	<b>32.568</b>	<b>38,8</b>	<b>19,5</b>	<b>35,5</b>	<b>6,1</b>	<b>94,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>5,2</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>32.652</b>	<b>38,8</b>	<b>19,5</b>	<b>35,6</b>	<b>6,1</b>	<b>94,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>5,2</b>
Estado MT	2.297	32,6	13,7	38,5	15,2	98,4	0,4	0,7	0,5
Estado RO	42.482	39,3	20,5	34,5	5,7	95,6	0,1	0,3	4,0
<b>Área Malarígena</b>	<b>314.956</b>	<b>39,2</b>	<b>18,1</b>	<b>36,0</b>	<b>6,7</b>	<b>96,9</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>	<b>2,4</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações Gerenciais de Malária – SIG-Malária (Última carga de dados:09/01/2011)  
Nota: NI – não informado.

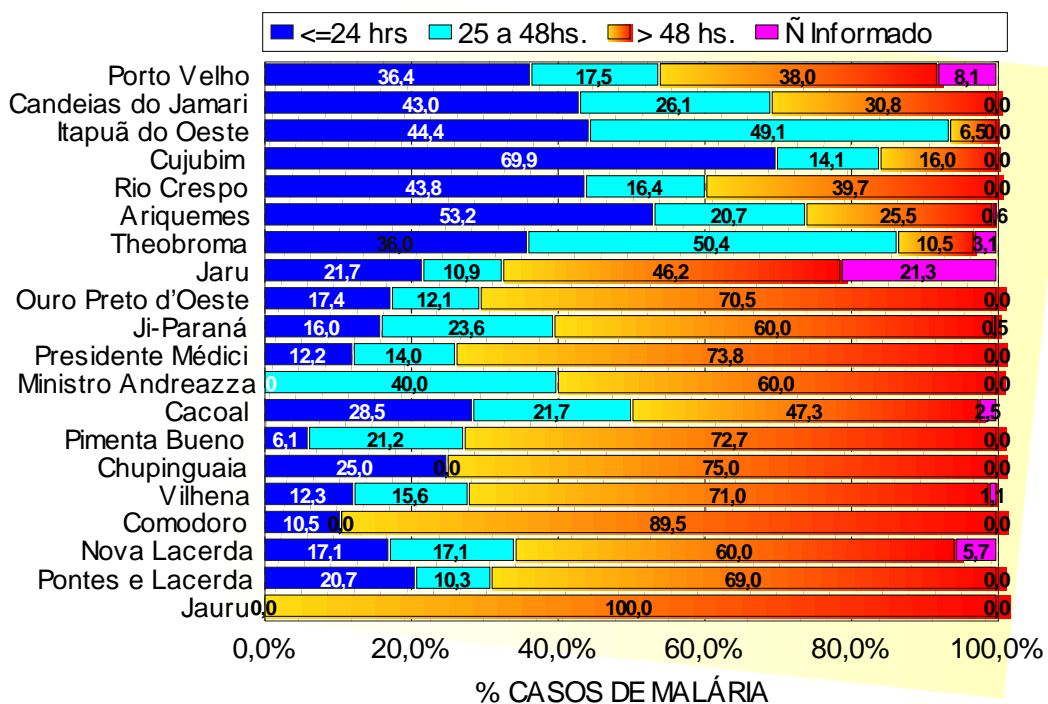


**Figura 3.6.5-26** – Tempo Transcorrido entre o Início dos Sintomas e o Início do Tratamento da Malária nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso e no Total da Área Malarígena Brasileira em 2010.

O retardo no início do tratamento da malária representa alto risco de desenvolvimento de casos graves e óbitos, e ocorre porque, nos municípios do trecho de Mato Grosso, a malária é pouco frequente e a maioria dos casos é importada. Por isso, os médicos e os pacientes não pensam em malária com a frequência devida e os serviços de saúde não estão devidamente preparados para o diagnóstico e tratamento precoces, o que pode ser fatal para o paciente e favorecer a transmissão da doença.

No trecho mais malarígeno, os pacientes são tratados mais rapidamente. Quanto maior a transmissão da malária, mais frequente é o tratamento oportuno, com exceção de Porto Velho, onde apenas 54% dos doentes são tratados nas primeiras 48 horas. Quase 86% dos pacientes iniciam o tratamento em tempo oportuno em Theobroma, 74% em Ariquemes, 60% em Rio Crespo, 84% em Cujubim, 93% em Itapuã do Oeste e 70% em Candeias do Jamari.

Entre Jauru (MT) e Jaru (RO), a transmissão da malária é menor e o tratamento é cada vez mais tardio. Mais de 70% dos casos de malária nos municípios desse trecho não iniciam o tratamento em tempo oportuno (**Figura 3.6.5-27**).



Fonte: MS/ SVS/ Sig - Malária (Última carga de dados: 09/ 01/2011)

**Figura 3.6.5-27** – Tempo Transcorrido entre o Início dos Sintomas e o Início do Tratamento da Malária nos Municípios do Trajeto da LT em 2010.

Após a coleta da lâmina, cerca de 98% dos pacientes recebem o tratamento nas primeiras 24 horas, tanto no trecho da LT como no Estado de Mato Grosso. Isso demonstra que a demora está na coleta da lâmina. Assim, é preciso incrementar e agilizar a coleta de lâminas para o diagnóstico de malária, principalmente nos municípios ora com menor transmissão de malária.

## ➤ **OUTRAS PATOLOGIAS DE IMPORTÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA (AII)**

Além da malária, várias outras doenças e endemias são de grande importância para a saúde pública dos estados e municípios do trajeto da LT, e também podem sofrer introdução, dispersão ou exacerbação em decorrência de impactos ambientais causados por grandes projetos de engenharia. Entre elas, destacam-se as leishmanioses tegumentar e visceral, as arboviroses, principalmente, a dengue e a febre amarela, e as doenças sexualmente transmissíveis.

### Leishmanioses

#### *Leishmaniose Tegumentar Americana*

A leishmaniose é altamente prevalente nos municípios do trajeto da AII. Foram registrados 5.684 casos nos 22 municípios do trajeto de 2003 a 2010. Ocorre uma média de 711 casos por ano, 59 casos por mês, ou seja, três casos em cada município do trajeto mensalmente, ou um caso a cada 10 dias em cada município.

Quase 90% dos casos de leishmaniose se concentram nos 16 municípios do trecho de Rondônia, com quase 5 mil casos de 2003 a 2010. Esses municípios produzem 46% de todos os casos do estado. No trecho de Mato Grosso, o número absoluto de casos é menor. Ocorreram 705 casos no período, o que equivale a 2,6 % dos casos do respectivo Estado.

O número de casos dos municípios do trecho de Rondônia é 7 vezes maior que o do trecho de Mato Grosso, mas a população é 12 vezes maior. Isso demonstra que a situação da doença em Mato Grosso é 40% pior no trecho de Mato Grosso que no de Rondônia.

Em 2009, foram registrados 708 casos de leishmaniose nos 22 municípios do trajeto da LT. Vilhena foi responsável por 24% deles, seguido de Porto Velho, Ariquemes e Comodoro (**Quadros 3.6.5-28 e 29 e Figura 3.6.5-28**).

O número de casos de leishmaniose vem em queda acentuada e progressiva nos municípios do trajeto da LT desde 2004. Após atingir um pico de quase mil casos em 2004, caiu para menos de 500 em 2008. Em 2009, houve um aumento abrupto, que foi mais acentuado no trecho de Mato Grosso. A queda acentuada de 2010 não é real, porque os dados desse ano só foram consolidados até agosto. Portanto, observa-se que está havendo um agravamento da situação da doença nos municípios do trajeto, após 5 anos de queda progressiva (**Figura 3.6.5-29**).

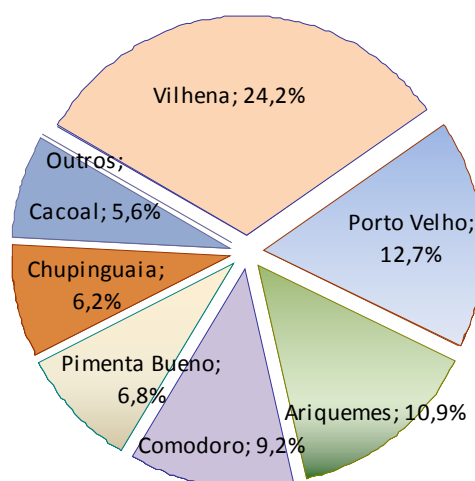
Há transmissão da leishmaniose em todos os municípios do trajeto da LT, cujo risco pode ser medido pelo coeficiente de incidência. No período estudado, a incidência média da leishmaniose nos municípios do trajeto foi de 7 casos por 10 mil habitantes por ano. Esta é uma taxa alta, 5 vezes maior que a média nacional, mas menor que as médias dos Estados de Rondônia e Mato Grosso (**Quadro 3.6.5-29**).

**Quadro 3.6.5-28** – Número de Casos de Leishmaniose Tegumentar nos Municípios do Trajeto da LT, dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, nas Regiões Norte e Centro-Oeste e no Brasil de 2003 a 2010.

Local	Nº de Casos								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Jauru	5	1	4	7	4	3	8	2	34
Vale de São Domingos	2	1	2	0	1	0	1	0	7
Pontes e Lacerda	35	20	32	22	13	15	21	11	169
Conquista D'Oeste	5	3	2	4	8	2	11	1	36
Nova Lacerda	12	13	8	7	12	9	11	3	75
Comodoro	78	80	43	39	36	28	65	15	384
<b>Trecho MT</b>	<b>137</b>	<b>118</b>	<b>91</b>	<b>79</b>	<b>74</b>	<b>57</b>	<b>117</b>	<b>32</b>	<b>705</b>
Vilhena	177	212	97	72	94	64	171	73	960
Chupinguaia	28	33	29	25	20	11	44	10	200
Pimenta Bueno	72	81	57	49	51	35	48	16	409
Cacoal	104	133	141	88	73	51	40	23	653
Ministro Andreazza	14	14	14	8	9	5	0	2	66
Presidente Médici	23	29	17	8	4	6	2	3	92
Ji-Paraná	79	79	81	67	35	51	35	11	438
Ouro Preto do Oeste	35	19	23	7	11	10	5	3	113
Jaru	34	60	50	34	26	37	25	7	273
Theobroma	5	7	16	9	7	3	2	7	56
Ariquemes	74	118	79	76	50	62	77	28	564
Rio Crespo	8	12	8	6	11	12	11	3	71
Cujubim	19	21	39	7	32	26	30	18	192
Itapuã do Oeste	4	7	11	8	3	1	5	2	41
Candeias do Jamari	11	23	4	4	7	5	6	0	60
Porto Velho	127	116	119	87	102	120	90	30	791
<b>Trecho RO</b>	<b>814</b>	<b>964</b>	<b>785</b>	<b>555</b>	<b>535</b>	<b>499</b>	<b>591</b>	<b>236</b>	<b>4.979</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>951</b>	<b>1.082</b>	<b>876</b>	<b>634</b>	<b>609</b>	<b>556</b>	<b>708</b>	<b>268</b>	<b>5.684</b>
Estado MT	4.486	3.873	3.843	3.193	2.899	2.664	4.167	1.151	26.276
Estado RO	2.081	2.172	1.742	1.225	1.032	1.002	1.099	422	10.775
<b>Região Norte</b>	<b>14.074</b>	<b>13.627</b>	<b>10.982</b>	<b>8.808</b>	<b>10.391</b>	<b>9.233</b>	<b>8.867</b>	<b>3.660</b>	<b>79.642</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>5.381</b>	<b>4.668</b>	<b>4.668</b>	<b>3.857</b>	<b>3.347</b>	<b>3.223</b>	<b>4.821</b>	<b>1.485</b>	<b>31.450</b>
<b>Brasil</b>	<b>32.355</b>	<b>29.818</b>	<b>27.679</b>	<b>22.248</b>	<b>22.792</b>	<b>21.675</b>	<b>23.307</b>	<b>10.846</b>	<b>190.720</b>

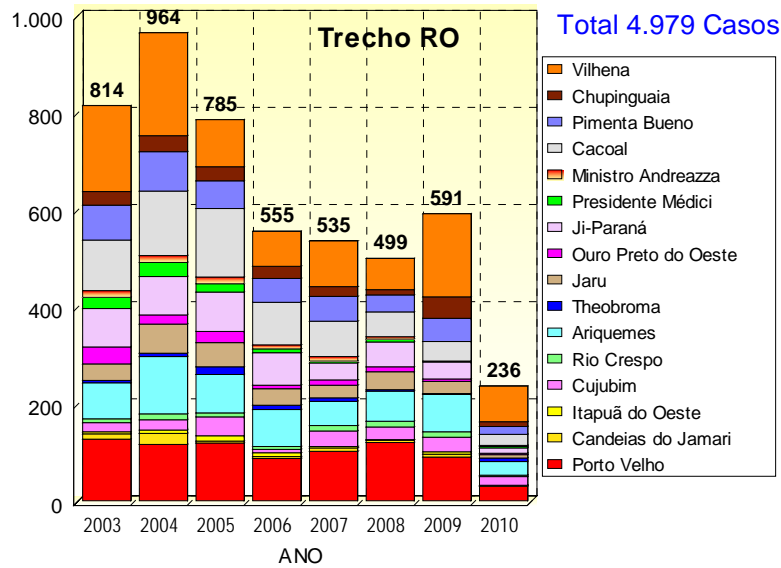
Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações de Agravos de Notificação - SINAN (Última atualização: 20/08/2010)

**Total = 708 casos**

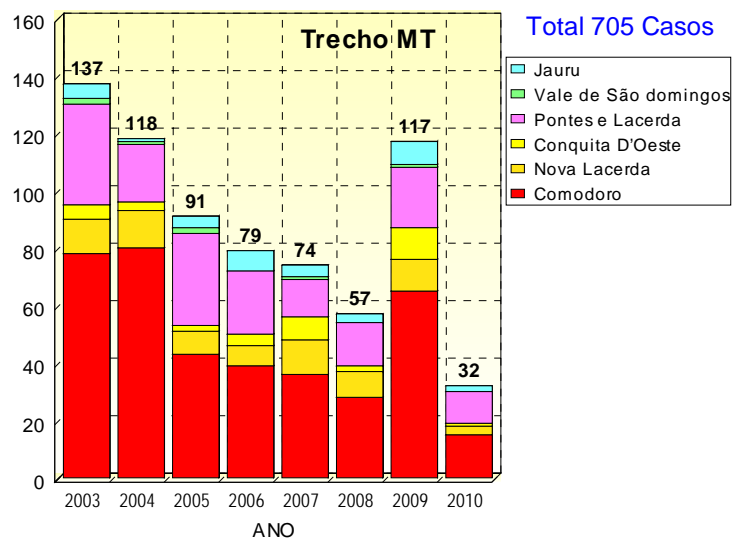


Fonte: MS / SVS - Sig - Malária (Última carga de dados: 09/01/2011)

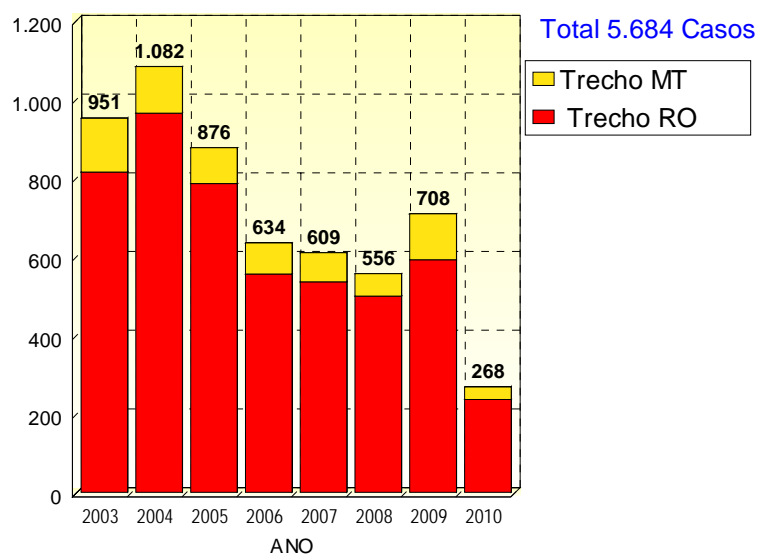
**Figura 3.6.5-28** – Número de Casos de Leishmaniose Tegumentar nos Municípios do Trajeto da LT em 2009.



Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (última atualização 20/08/2010)



Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (última atualização 20/08/2010)



Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (última atualização 20/08/2010)

**Figura 3.6.5-29** – Número de Casos de Leishmaniose Tegumentar nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos de Rondônia e Mato Grosso de 2003 a 2010.

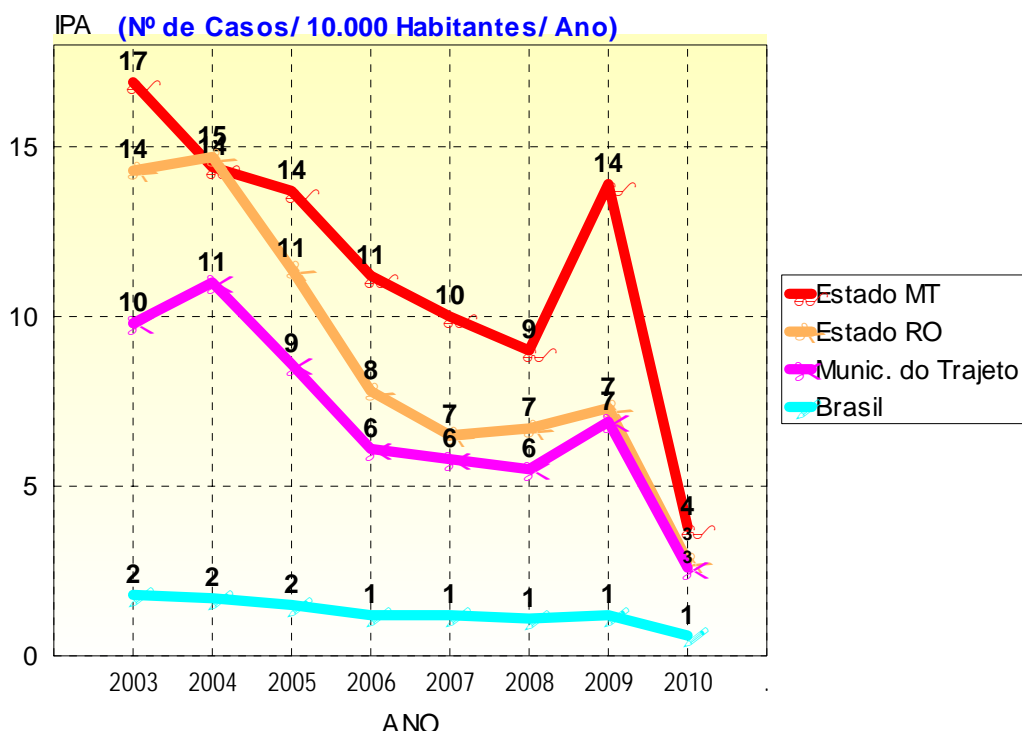
A incidência da doença vinha em queda progressiva até 2008 tanto nos municípios quanto nos estados do trajeto e em menor grau no Brasil. Porém, os municípios e os estados do trajeto apresentaram um incremento em 2009, que foi mais acentuado em Mato Grosso. A queda brusca de todos em 2010 não é real, uma vez que os dados desse ano só estão consolidados até agosto. Portanto, está havendo um recrudescimento da transmissão da leishmaniose ao longo do trajeto da LT nos últimos 2 anos (**Figura 3.6.5-30**).

Nos município do trecho de Mato Grosso, o coeficiente de incidência foi de 17 em 2003, caiu progressivamente para 7, em 2008, e deu um salto para 15, em 2009. O trecho de Rondônia apresenta risco de transmissão significativamente menor. Iniciou o período com 9, subiu para 11 em 2004, caiu progressivamente até 5, em 2008, e subiu para 6, em 2009. A queda de 2010 não é real porque os dados só estão consolidados até agosto (**Figura 3.6.5-31**). Quase todo o trajeto da LT é de alta transmissão de leishmaniose. Os trechos de maior transmissão ao longo da BR-364 são (**Figura 3.6.5-32**): os de Conquista d'Oeste (MT) a Pimenta Bueno (RO) ( $\pm 450\text{km}$ ) e os de Ariquemes (RO) a Itapuã do Oeste (RO) ( $\pm 165\text{km}$ ); .

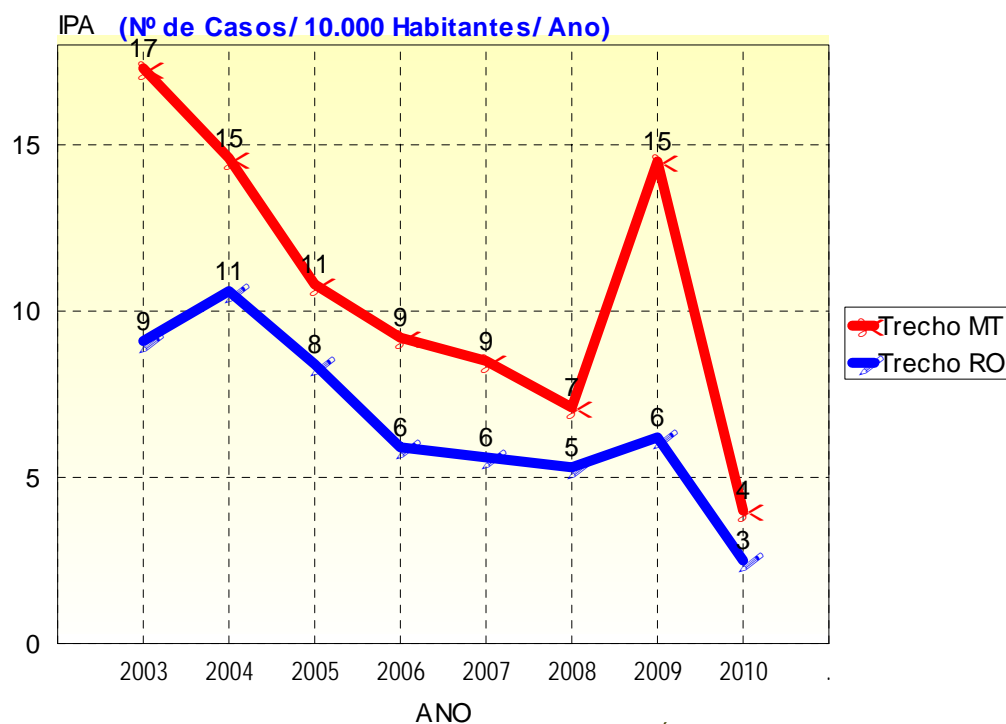
**Quadro 3.6.5-29** – Coeficiente de Incidência de Leishmaniose tegumentar nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, e no Brasil de 2003 a 2010.

Local	Coeficiente								
	(Nº de Casos/ 10.000 Habitantes/ Ano)								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Jauru	4,0	0,8	3,1	5,5	3,2	2,7	7,4	1,9	3,5
Vale de São Domingos	5,9	2,9	6,1	0,0	2,9	0,0	3,4	0,0	2,7
Pontes e Lacerda	8,9	5,0	7,7	5,2	3,0	3,8	5,4	2,8	5,2
Conquista D'Oeste	18,3	10,8	6,9	13,6	26,6	6,2	33,5	3,0	14,9
Nova Lacerda	27,6	29,2	17,1	14,6	24,5	17,5	20,9	5,7	19,3
Comodoro	46,1	45,7	22,8	20,0	17,8	15,0	34,3	7,9	25,7
<b>Trecho MT</b>	<b>17,3</b>	<b>14,6</b>	<b>10,8</b>	<b>9,2</b>	<b>8,5</b>	<b>7,1</b>	<b>14,5</b>	<b>4,0</b>	<b>10,7</b>
Vilhena	30,2	35,2	15,2	10,9	13,9	9,4	24,5	10,4	18,3
Chupinguaia	46,8	53,8	44,7	37,6	29,3	14,4	56,1	12,8	36,1
Pimenta Bueno	22,8	25,7	18,1	15,6	16,3	10,4	14,1	4,7	15,8
Cacoal	13,9	17,7	18,6	11,5	9,5	6,5	5,1	2,9	10,6
Ministro Andreazza	12,4	12,4	12,5	7,1	8,0	4,7	0,0	1,9	7,5
Presidente Médici	8,9	11,2	6,7	3,2	1,6	2,6	0,9	1,3	4,7
Ji-Paraná	7,2	7,2	7,2	5,9	3,1	4,6	3,2	1,0	4,9
Ouro Preto do Oeste	8,6	4,7	5,6	1,7	2,7	2,7	1,4	0,8	3,6
Jaru	6,2	10,9	9,0	6,0	4,6	6,9	4,6	1,3	6,2
Theobroma	4,0	5,4	11,6	6,3	4,7	2,9	2,0	6,9	5,7
Ariquemes	9,3	14,5	9,3	8,7	5,6	7,3	9,0	3,3	8,3
Rio Crespo	24,9	36,3	22,8	16,6	29,7	36,8	33,4	9,1	26,1
Cujubim	24,8	26,2	44,2	7,6	33,2	18,4	20,2	12,1	22,0
Itapuã do Oeste	5,3	8,9	13,1	9,2	3,3	1,2	6,1	2,4	6,2
Candeias do Jamari	7,4	14,9	2,4	2,3	3,9	2,9	3,4	0,0	4,5
Porto Velho	3,6	3,2	3,2	2,3	2,6	3,2	2,3	0,8	2,6
<b>Trecho RO</b>	<b>9,1</b>	<b>10,6</b>	<b>8,4</b>	<b>5,9</b>	<b>5,6</b>	<b>5,3</b>	<b>6,2</b>	<b>2,5</b>	<b>6,7</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>9,8</b>	<b>11,0</b>	<b>8,6</b>	<b>6,1</b>	<b>5,8</b>	<b>5,5</b>	<b>6,9</b>	<b>2,6</b>	<b>7,0</b>
Estado MT	16,9	14,4	13,7	11,2	10,0	9,0	13,9	3,8	11,5
Estado RO	14,3	14,7	11,4	7,8	6,5	6,7	7,3	2,8	8,9
<b>Região Norte</b>	<b>10,2</b>	<b>9,7</b>	<b>7,5</b>	<b>5,9</b>	<b>6,8</b>	<b>6,1</b>	<b>5,8</b>	<b>2,4</b>	<b>6,7</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>4,4</b>	<b>3,7</b>	<b>3,6</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>	<b>2,4</b>	<b>3,5</b>	<b>1,1</b>	<b>3,0</b>
<b>Brasil</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>	<b>0,6</b>	<b>1,3</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações de Agravos de Notificação - SINAN (Última atualização: 20/08/2010).

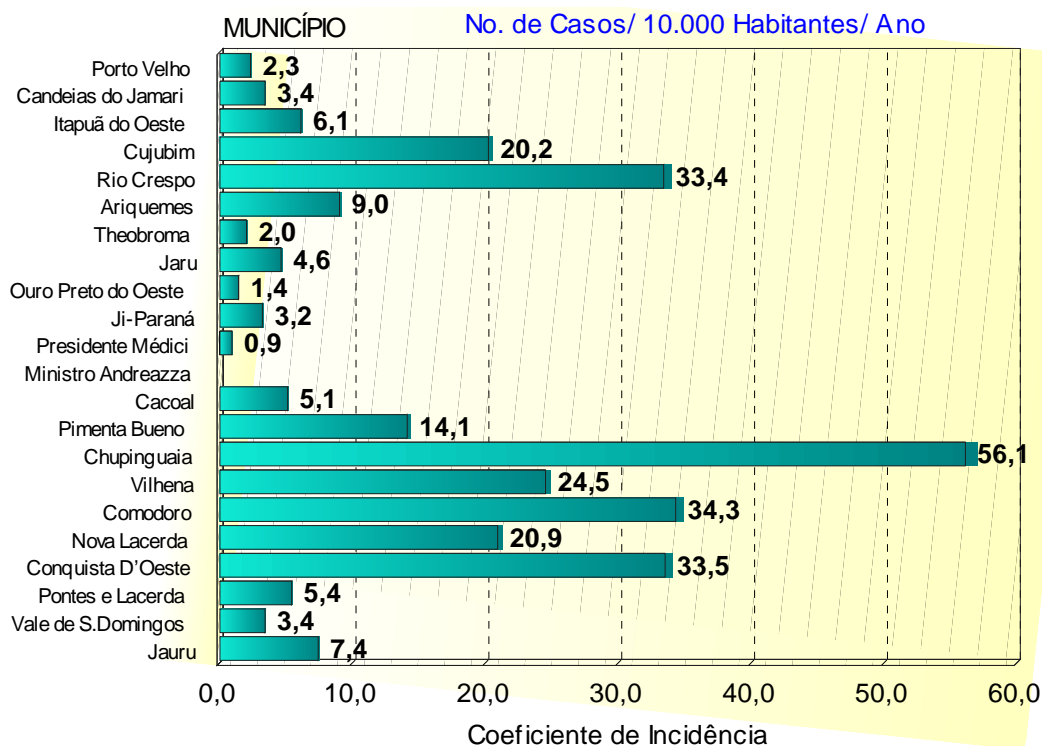


**Figura 3.6.5-30** – Coeficiente de Incidência de Leishmaniose Tegumentar nos Municípios e nos Estados do Trajeto da LT e no Brasil de 2003 a 2010.



**Figura 3.6.5-31** – Coeficiente de Incidência de Leishmaniose Tegumentar nos Municípios do Trecho de Rondônia e de Mato Grosso da LT de 2003 a 2010.





Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (última atualização 20/08/2010)

**Figura 3.6.5-32** – Coeficiente de Incidência de Leishmaniose Tegumentar nos Municípios do Trajeto da LT em 2009.

### *Leishmaniose Visceral*

A leishmaniose visceral, também conhecida como Calazar no Velho Mundo, é uma endemia em expansão no Brasil. Até recentemente, era típica do Nordeste, mas tem se disseminado rapidamente para as Regiões Norte e Centro-Oeste na última década. É uma doença emergente nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

A doença é grave, caracterizada pela tríade: febre, anemia e hepatoesplenomegalia. É letal se não for tratada a tempo. O diagnóstico requer exames especializados e o tratamento é prolongado, com drogas injetáveis e altamente tóxicas.

Foi introduzida recentemente em Rondônia e Mato Grosso, induzida por alterações ambientais provocadas pela atividade humana, principalmente desmatamentos e ocupação de novas áreas. Tem-se disseminado progressivamente e tende a se tornar endêmica. Até 2010, já acometeu 46 (28%) dos 163 municípios de Mato Grosso e 6 (12%) dos 52 municípios de Rondônia.

De 2001 a 2010, foram registrados mais de 33 mil casos de leishmaniose visceral no Brasil, 293 em Mato Grosso e 7 em Rondônia. Três municípios do trajeto da LT já tiveram casos: 2 em Porto Velho, um em Ji-Paraná e outro em Vilhena (**Quadro 3.6.5-30**).

**Quadro 3.6.5-30** – Número de Casos de Leishmaniose Visceral nos Municípios do Trajeto da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e no Brasil, de 2001 a 2010

Local	Nº de Casos										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
EstadoMT	18	9	13	21	22	21	41	60	62	26	<b>293</b>
Estado RO	0	0	0	2	0	0	4	0	1	0	<b>7</b>
Vilhena	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Ji-Paraná	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	<b>1</b>
Porto Velho	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	<b>2</b>
<b>Brasil</b>	<b>2.859</b>	<b>2.775</b>	<b>3.344</b>	<b>3.776</b>	<b>3.850</b>	<b>3.926</b>	<b>3.671</b>	<b>4.011</b>	<b>3.762</b>	<b>1.251</b>	<b>33.225</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações de Agravos de Notificação - SINAN (Última atualização: 20/08/2010)

### Arboviroses

A Amazônia é o maior celeiro de arbovírus do mundo. Dos 535 arbovírus já descritos, 162 (30,3%) ocorrem na Amazônia. Destes, 30 (18,5%) causam doenças no Homem. As arboviroses podem se manifestar na forma de doença febril inespecífica, febre com exantema, febre hemorrágica e encefalite.

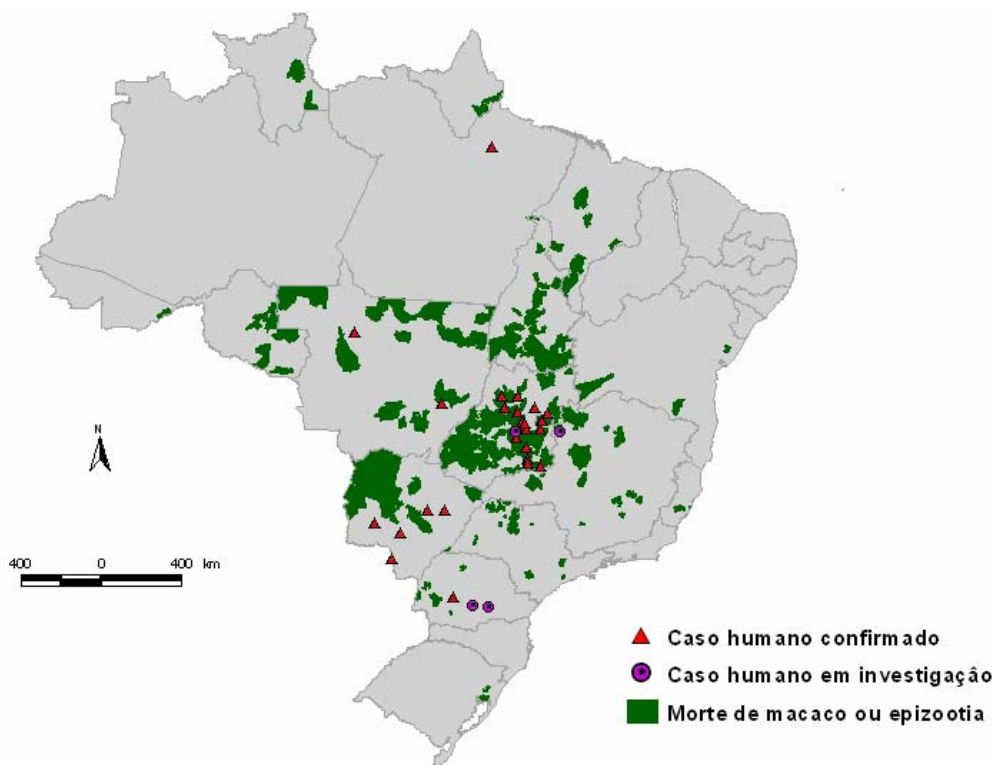
Nos municípios do trajeto da LT, vários tipos desses vírus têm sido isolados de vetores, reservatórios animais e humanos. atualmente, as arboviroses mais importantes nos estados e municípios do trajeto da Lt são: febre amarela, dengue clássica e hemorrágica e febre do Oropuche.

### *Febre Amarela*

A febre amarela é a mais grave e ameaçadora arbovirose entre todas as que já foram identificadas na Amazônia. Produz quadros de febre hemorrágica associada à insuficiência renal e hepática. Não tem tratamento específico e mata mais de 50% dos casos diagnosticados. Felizmente, a vacina contra a febre amarela é altamente eficaz, segura e produz proteção duradoura. Os altos níveis de cobertura vacinal têm mantido a doença controlada na região.

Epidemias de febre amarela silvestre são precedidas de epizootias, com a morte de macacos. Ocorrem em ciclos a cada 5 a 7 anos, tempo suficiente para reposição da população de macacos susceptíveis, já que, quando infectados, a maioria deles, das Américas, morre e os sobreviventes ficam imunes.

Em dezembro de 2007, teve início uma epidemia de febre amarela silvestre com grande repercussão em todo o País. Durou até março de 2008, com a notificação de 70 casos suspeitos e 28 mortes. Destes, 40 casos e 21 óbitos foram confirmados – letalidade de 52,5%. O local de infecção dos casos confirmados foram Goiás 52% (21/40), Distrito Federal 12% (5/40), Mato Grosso do Sul 23% (9/40), Mato Grosso 5% (2/40), Paraná 5% (2/40) e Pará 2% (1/40), segundo informações da Secretaria de Vigilância em Saúde (**Figura 3.6.5-33**).



Fonte: Boletim da SVS - Situação da Febre Amarela Silvestre no Brasil, 2007 e 2008 - 04/04/2008

**Figura 3.6.5-33** – Municípios com Registros de Casos Humanos e Morte de Macacos e Epizootias por Febre Amarela Silvestre de Dez/07 a Abr/08.

Uma epizootia precedeu a epidemia de 2007/2008, com a morte confirmada de 320 macacos por febre amarela em seis estados e no Distrito Federal. Tanto Rondônia quanto Mato Grosso foram fortemente acometidos pela epizootia.

Foram registrados 214 casos de febre amarela silvestre em todo o Brasil, de 2001 a abril de 2010. Dentre eles, 9 ocorreram em Mato Grosso e um em Rondônia e, dos municípios da All, apenas Porto Velho apresentou um caso em 2001. Nenhum foi acometido pela epidemia de 2007/2008 (**Quadro 3.6.5-31**).

**Quadro 3.6.5-31** – Número de Casos de Febre Amarela Silvestre nos Municípios do Trajeto da LT, nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e no Brasil, de 2001 a 2010.

Local	Nº de Casos										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Estado MT	0	0	4	0	0	1	1	2	1	0	9
Estado RO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Porto Velho	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>11</b>	<b>52</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>46</b>	<b>46</b>	<b>2</b>	<b>214</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações de Agravos de Notificação - SINAN (Última atualização: 20/08/2010)

A presença do mosquito *Aedes aegypti* em todos os municípios do trajeto é um grande fator de risco de reurbanização da febre amarela, com possibilidade de epidemias explosivas com alta letalidade. Isso representaria um grande retrocesso na saúde pública

brasileira e as consequências seriam catastróficas, porque não haveria vacina suficiente para prevenir com urgência toda a área indene.

Outro perigo adicional à reurbanização da febre amarela é a grande disseminação do *Aedes albopictus* por vastas áreas do território nacional, inclusive na área endêmica de febre amarela silvestre e no Pará, como na All do empreendimento. Existe a possibilidade de este vetor ser o elo de ligação entre o ciclo silvestre e o ciclo urbano, por sua grande capacidade de adaptação ao meio urbano, periurbano, rural e silvestre (**Figura 3.6.5-34**).

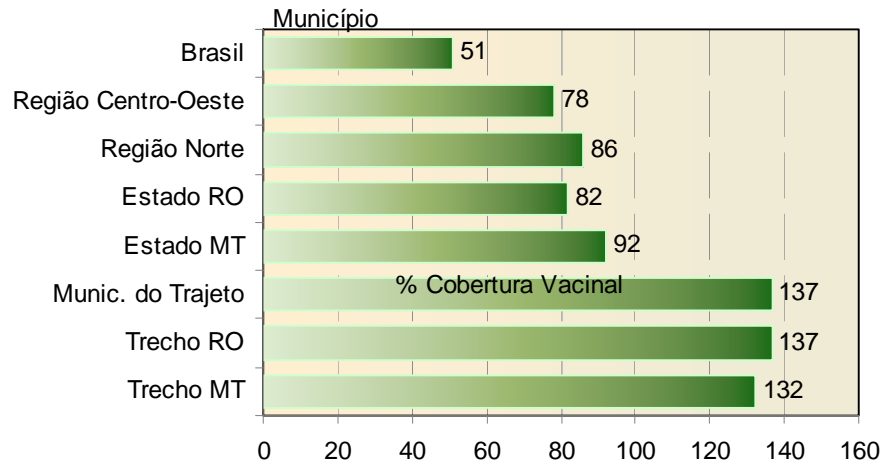


Fonte: Sistema de Informação em febre Amarela e Dengue - SISFAD/ FUNASA

**Figura 3.6.5-34** – Distribuição do *Aedes albopictus* no Brasil.

Os altos níveis de cobertura vacinal contra a febre amarela na área endêmica, de transição e de risco potencial têm evitado a reurbanização, mas o risco existe porque os 136 milhões de brasileiros que nela residem não estão vacinados e, além disso, o vírus pode chegar a essa área através de uma pessoa com infecção assintomática, um doente, um mosquito adulto ou ovos infectados por transmissão transovariana de *Aedes aegypti* ou *albopictus* transportados por acaso até a área indene em veículos, embarcações, aeronaves ou mercadorias.

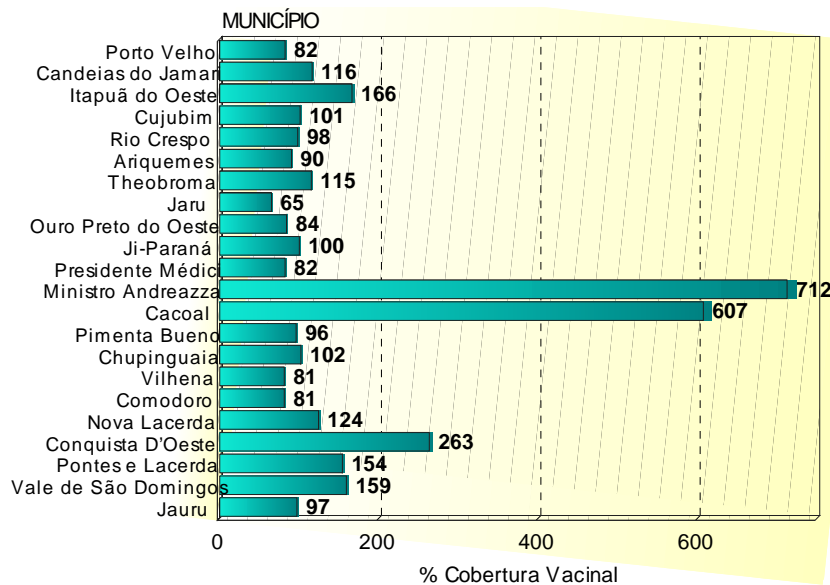
A cobertura vacinal mínima considerada segura para impedir a circulação do vírus da febre amarela é de 95%. Nos municípios do trajeto, a cobertura vacinal é de mais de 100% da população. Quando há coberturas superiores a 100% significa que foram vacinadas mais pessoas do que a população estimada, com base nos censos demográficos e estimativas populacionais. Em áreas de migração, muitas vezes, a população real é subestimada nos anos intercensitários (**Figura 3.6.5-35**).



Fonte: MS / Programa Nacional de Imunização - PNI

**Figura 3.6.5-35** – Cobertura Vacinal Contra Febre Amarela nos Municípios e Estados do Trajeto da LT, nas Regiões Norte e Centro-Oeste e Brasil, em 2010.

Alguns municípios do trajeto têm cobertura vacinal antiamarílica insuficiente, como Jaru (65%), Vilhena e Comodoro (81% cada), e Presidente Médici e Porto Velho (82%). Todos os demais têm cobertura satisfatória; Ministro Andreazza e Cacoal têm coberturas extremamente elevadas porque suas populações estão totalmente subestimadas (**Figura 3.6.5-36**).



Fonte: MS/ Programa Nacional de Imunizações - PNI

**Figura 3.6.5-36** – Cobertura Vacinal Contra Febre Amarela nos Municípios do Trajeto da LT, em 2010.

### Dengue

A dengue é a segunda endemia mais importante nos municípios do trajeto da LT. Só perde para a malária nos seis municípios mais malarígenos. Em todos os demais, é a principal endemia e causa formas graves e óbitos cada vez mais frequentes.

Foram notificados quase 46 mil casos de dengue nos municípios do trajeto, de 2003 a 2010, e cerca de 42 mil casos no trecho de Rondônia e 3.314 no de Mato Grosso (**Quadro 3.6.5-32 e Figura 3.6.5-37**).

**Quadro 3.6.5-32** – Número de Casos de Dengue nos Municípios do Trajeto da LT, dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, nas Regiões Norte e Centro-Oeste e no Brasil, de 2003 a 2010.

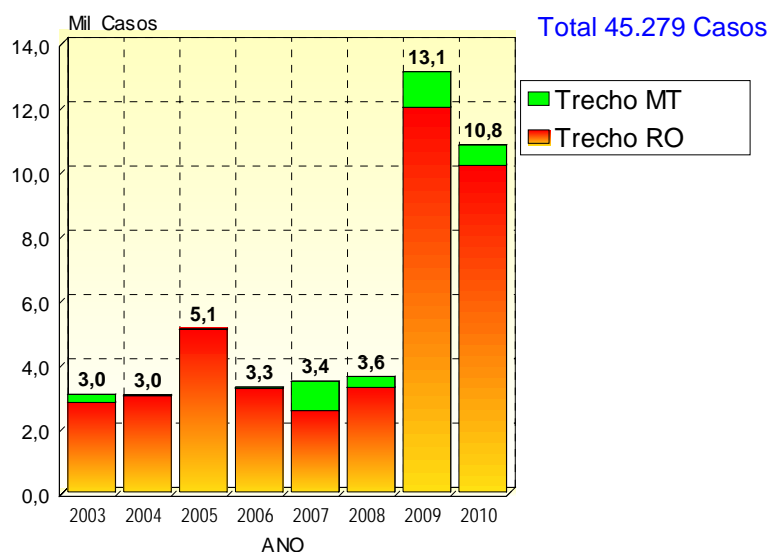
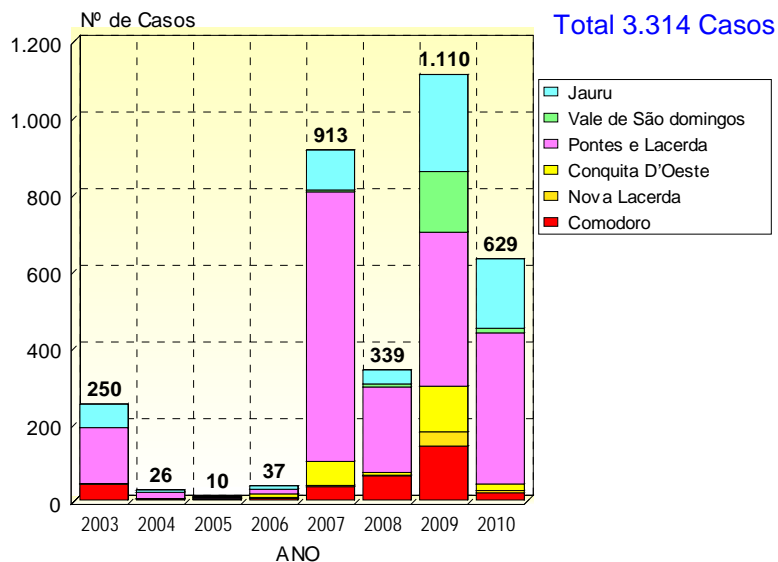
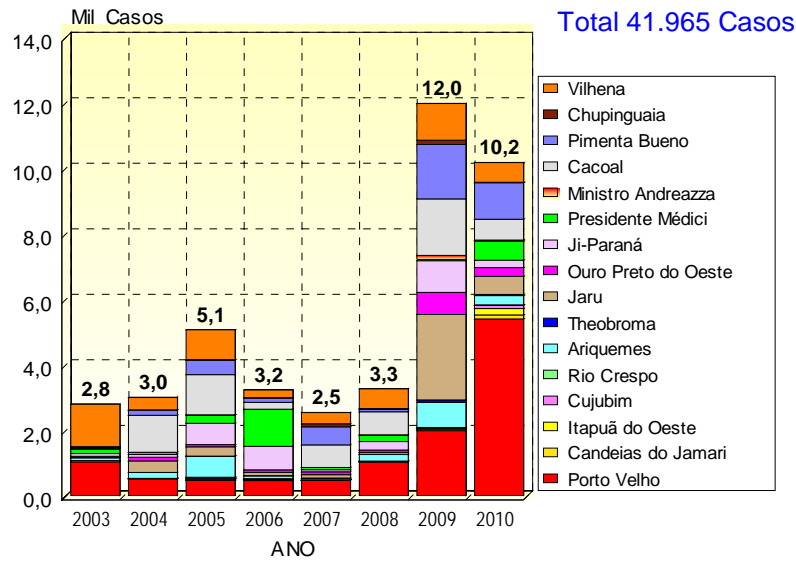
Local	Nº de Casos								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Jauru	61	6	2	9	104	36	253	181	652
Vale de São Domingos	0	0	2	0	5	8	158	12	185
Pontes e Lacerda	146	16	3	12	703	223	402	394	1.899
Conquista D'Oeste	2	0	1	9	63	7	119	17	218
Nova Lacerda	0	1	2	3	3	2	37	6	54
Comodoro	41	3	0	4	35	63	141	19	306
<b>Trecho MT</b>	<b>250</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>37</b>	<b>913</b>	<b>339</b>	<b>1.110</b>	<b>629</b>	<b>3.314</b>
Vilhena	1.293	380	908	235	343	599	1.118	600	5.476
Chupinguaia	16	1	16	6	93	22	132	16	302
Pimenta Bueno	33	162	440	135	551	74	1.660	1.113	4.168
Cacoal	30	1.129	1.229	210	687	704	1.727	633	6.349
Ministro Andreazza	0	1	7	1	3	23	124	39	198
Presidente Médici	132	67	251	1.137	67	182	35	578	2.449
Ji-Paraná	83	86	650	714	66	260	968	226	3.053
Ouro Preto do Oeste	17	111	69	78	83	73	674	268	1.373
Jaru	34	353	284	100	105	60	2.611	553	4.100
Theobroma	0	0	3	3	21	6	72	34	139
Ariquemes	82	181	642	90	35	197	770	283	2.280
Rio Crespo	0	4	11	6	1	1	2	15	40
Cujubim	0	0	34	2	1	1	15	100	153
Itapuã do Oeste	0	1	8	19	1	3	36	196	264
Candeias do Jamari	42	12	45	30	7	28	44	120	328
Porto Velho	1.023	505	458	455	466	1.019	1.978	5.389	11.293
<b>Trecho RO</b>	<b>2.785</b>	<b>2.993</b>	<b>5.055</b>	<b>3.221</b>	<b>2.530</b>	<b>3.252</b>	<b>11.966</b>	<b>10.163</b>	<b>41.965</b>
<b>Munic. do Trajeto</b>	<b>3.035</b>	<b>3.019</b>	<b>5.065</b>	<b>3.258</b>	<b>3.443</b>	<b>3.591</b>	<b>13.076</b>	<b>10.792</b>	<b>45.279</b>
Estado MT	9.466	2.395	6.866	9.539	16.431	6.590	54.358	23.335	128.980
Estado RO	3.008	3.386	5.946	4.229	3.381	5.465	20.159	15.620	61.194
<b>Região Norte</b>	<b>25.619</b>	<b>16.120</b>	<b>19.821</b>	<b>15.969</b>	<b>34.431</b>	<b>40.926</b>	<b>37.940</b>	<b>27.297</b>	<b>218.123</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>21.032</b>	<b>8.813</b>	<b>26.729</b>	<b>45.623</b>	<b>101.883</b>	<b>43.923</b>	<b>112.309</b>	<b>94.937</b>	<b>455.249</b>
<b>Brasil</b>	<b>277.425</b>	<b>72.552</b>	<b>151.413</b>	<b>263.890</b>	<b>501.509</b>	<b>556.223</b>	<b>410.565</b>	<b>273.129</b>	<b>2.506.706</b>

Fonte: MS/ SVS/ Sistema de Informações de Agravos de Notificação - SINAN (Última atualização: 20/08/2010).

O número de casos de dengue vinha estável nos municípios do trajeto, com uma média de 3 a 5 mil casos anuais até 2007. Em 2008, houve uma epidemia explosiva que acometeu todo o Estado de Mato Grosso e o de Rondônia, decorrente da introdução do sorotipo DEN2, com grande número de casos graves e fatais. Os municípios do trajeto foram fortemente atingidos e o número de casos saltou para mais de 13 mil, em 2009, e mais de 10 mil até agosto de 2010 (**Figura 3.6.5-37**).

A perspectiva futura imediata é a introdução do sorotipo DEN4, que já foi detectado em Boa Vista e Manaus e deve ocasionar nova epidemia explosiva com número ainda maior de casos graves e fatais. No entanto, uma vacina eficaz contra os quatro sorotipos da dengue está em fase avançada de testes e poderá modificar totalmente este quadro.

É uma corrida contra o tempo para ver quem chega primeiro: a dengue 4, afetando muitas pessoas, exigindo inúmeras internações e provocando centenas de mortes, ou a vacina contra essa doença para aliviar a população brasileira do flagelo dessa endemia.



Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (última atualização 20/08/2010)

**Figura 3.6.5-37** – Número de Casos de Dengue nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos de Rondônia e Mato Grosso de 2003 a 2010.

### *Febre do Oropouche*

A febre do *Oropouche* é uma doença infecciosa aguda causada por um arbovírus, transmitido pelo “meruim” (*Culicoides paraensis*), vetor principal, silvestre, e pelo “carapanã” comum (*Culex quinquefasciatus*), vetor secundário, urbano. O principal reservatório animal é a preguiça. A doença foi descoberta no Pará nos anos 50, entre os trabalhadores da construção da Rodovia Belém-Brasília. A partir da mata, o vírus é transmitido para as cidades, onde causa epidemias explosivas com dezenas de milhares de casos em curto período de tempo.

Provoca uma síndrome febril benigna, cuja principal característica é que o paciente tem cinco a sete dias de febre, passa um a dois dias afebril e a febre recrudescer. Isso ocorre duas a três vezes num intervalo de três semanas. Por isso, a doença é conhecida popularmente como a febre que volta três vezes.

Por acometer simultaneamente dezenas de milhares de pessoas em curto período de tempo, causa superlotação dos hospitais e ambulatórios e grande demanda por exames laboratoriais, na tentativa de esclarecer o diagnóstico e de afastar infecções mais graves.

A partir da Rodovia Belém-Brasília, o vírus rapidamente se espalhou ao longo das estradas amazônicas e causou epidemias em várias capitais, como Belém, Manaus e Porto Velho, e cidades do interior, como Ariquemes e Ouro Preto do Oeste, que fazem parte da All da futura LT.

A expansão da febre do *Oropouche* resulta da atividade humana na mata, principalmente, da colonização da região Amazônica, da ocupação de novas áreas, do cultivo do cacau e das subsequentes mudanças no ambiente, que favoreceram grandemente a proliferação de culicídeos e o seu contato com os seres humanos.

### *Outras Arboviroses*

Além da febre amarela, da dengue e da febre do *Oropouche*, o *Mayaro* tem sido um dos arbovírus mais importantes para a saúde pública na Amazônia, inclusive na região do trajeto da LT. Esse vírus causa síndrome febril, que pode ser acompanhada de exantema.

Além destes, estudos realizados demonstraram grande circulação entre humanos, mosquitos, aves, mamíferos e répteis dos vírus Ilhéus, Rocio, Mucambo, Guaroa, Catu, Tacaiuma e da encefalite equina do Leste.

### *Doenças Sexualmente Transmissíveis*

O aumento das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência é um dos mais visíveis impactos ambientais sobre a saúde humana de projetos de construção de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão na Amazônia. Isso foi demonstrado nas



obras da segunda etapa da UHE Tucuruí, na LT 230kV Porto Velho – Abunã – Rio Branco e em vários outros empreendimentos semelhantes na Amazônia.

O incremento das DSTs é decorrente do aumento do número de homens solteiros ou que estão longe da família e a conseqüente proliferação de prostíbulos e do assédio sobre as adolescentes e, delas, sobre os trabalhadores das obras e outros migrantes, o que resulta em aumento da gravidez na adolescência.

#### *AIDS*

O primeiro caso de AIDS nos municípios do trajeto da LT foi detectado em Porto Velho, em 1987. Desde então, já foram registrados 2.584 casos, sendo 2.514 no trecho de Rondônia e 70 no de Mato Grosso. Vinte municípios do trajeto já registraram casos dessa doença. Apenas Rio Crespo e Itapuã do Oeste ainda não tiveram casos (**Quadro 3.6.5-33**).

O número de casos cresce rapidamente, principalmente devido ao aumento em Porto Velho, Vilhena e Ji-Paraná (**Figura 3.6.5-38**).

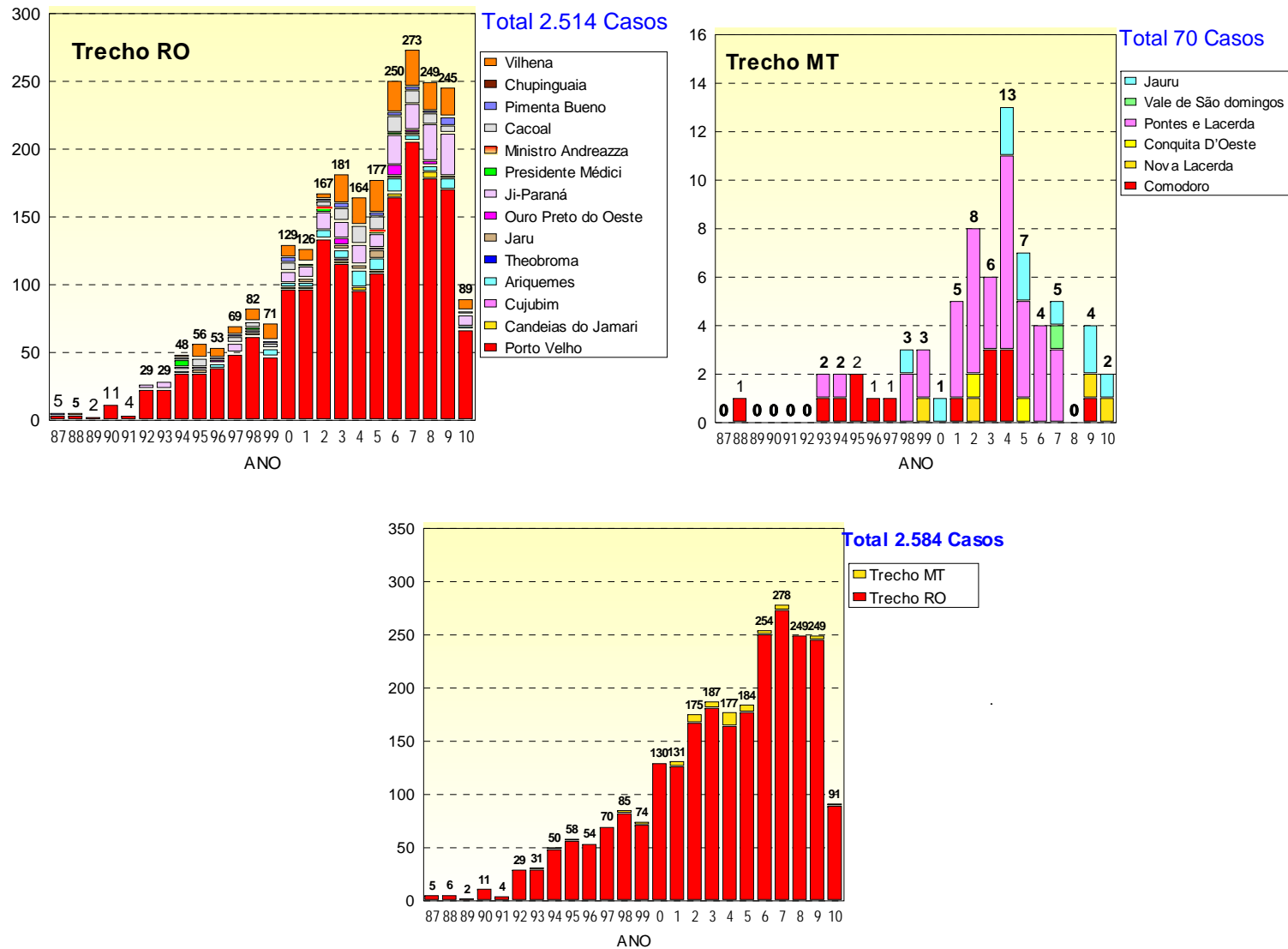
A incidência da AIDS é alta no trecho de Rondônia e baixa no trecho de Mato Grosso. É de 26 casos/cem mil habitantes/ano no trecho de Rondônia, mais de 25% maior que a média nacional e 32% maior que a média do respectivo estado. No trecho de Mato Grosso é de apenas 5, muito baixa, menos de um quarto da média do País e do respectivo Estado (**Figura 3.6.5-39**).

Os municípios do trajeto mais acometidos pela AIDS são: Porto Velho, Vilhena e Ji-Paraná. A incidência em Porto Velho é muito alta: 44 casos por cem mil habitantes por ano, mais do que o dobro da média nacional. Isso é muito para uma capital da Região Norte, onde a epidemia de AIDS chegou por último (**Figura 3.6.5-40**).

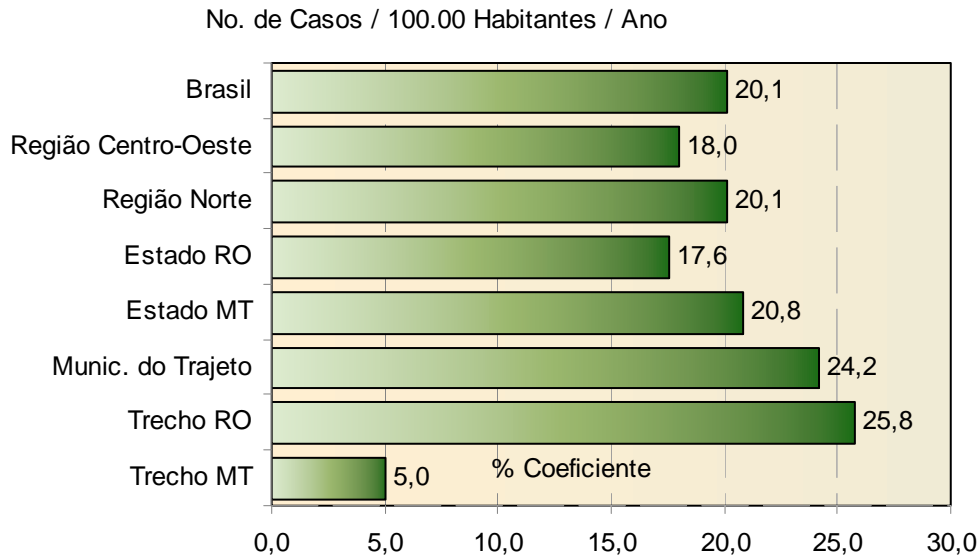
**Quadro 3.6.5-33** – Número de Casos de AIDS nos Municípios do Trajeto da LT, de 1987 a 2010.

Local	Nº de Casos/ Ano																								
	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Jauru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	2	0	1	0	2	1	10
Vale de São Domingos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Pontes e Lacerda	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	2	0	4	6	3	8	4	4	3	0	0	0	38
Conquista D'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Nova Lacerda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	4
Comodoro	0	1	0	0	0	0	1	1	2	1	1	0	0	0	1	0	3	3	0	0	0	0	1	0	15
<b>Trecho MT</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>70</b>
Vilhena	0	2	0	0	0	1	0	2	10	7	6	9	12	9	9	4	21	20	24	23	27	21	21	8	236
Chupinguaia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3
Pimenta Bueno	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	2	4	1	2	4	1	3	3	3	2	6	0	37
Cacoal	0	0	0	0	0	1	0	2	6	0	4	4	3	6	1	4	9	13	10	12	10	8	5	2	100
Ministro Andreazza	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Presidente Médici	0	0	0	0	0	1	1	5	0	0	1	2	0	1	2	3	1	1	2	2	0	0	1	1	24
Ji-Paraná	0	0	0	0	0	3	5	2	2	2	6	2	1	8	8	13	12	14	10	22	19	27	31	8	195
Ouro Preto do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	5	1	2	8	2	3	0	0	24
Jaru	0	0	0	0	0	1	0	1	3	1	1	2	0	0	3	0	3	3	6	2	2	1	2	0	31
Theobroma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Ariquemes	0	0	0	0	1	0	1	2	0	3	1	1	5	3	3	6	6	12	9	10	4	4	8	2	81
Rio Crespo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cujubim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Itapuã do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Candeias do Jamari	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	2	3	2	3	1	5	0	1	23
Porto Velho	3	3	2	11	3	22	22	34	34	38	48	61	46	96	96	133	115	95	108	164	205	178	170	66	1.753
<b>Trecho RO</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>48</b>	<b>56</b>	<b>53</b>	<b>69</b>	<b>82</b>	<b>71</b>	<b>129</b>	<b>126</b>	<b>167</b>	<b>181</b>	<b>164</b>	<b>177</b>	<b>250</b>	<b>273</b>	<b>249</b>	<b>245</b>	<b>89</b>	<b>2.514</b>
<b>Municípios do Trajeto (All)</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>31</b>	<b>50</b>	<b>58</b>	<b>54</b>	<b>70</b>	<b>85</b>	<b>74</b>	<b>130</b>	<b>131</b>	<b>175</b>	<b>187</b>	<b>177</b>	<b>184</b>	<b>254</b>	<b>278</b>	<b>249</b>	<b>249</b>	<b>91</b>	<b>2.584</b>

Fonte: MS/ SVS/ Programa Nacional de DST/ AIDS e Hepatites Virais (Dados consolidados até 30/06/2010)

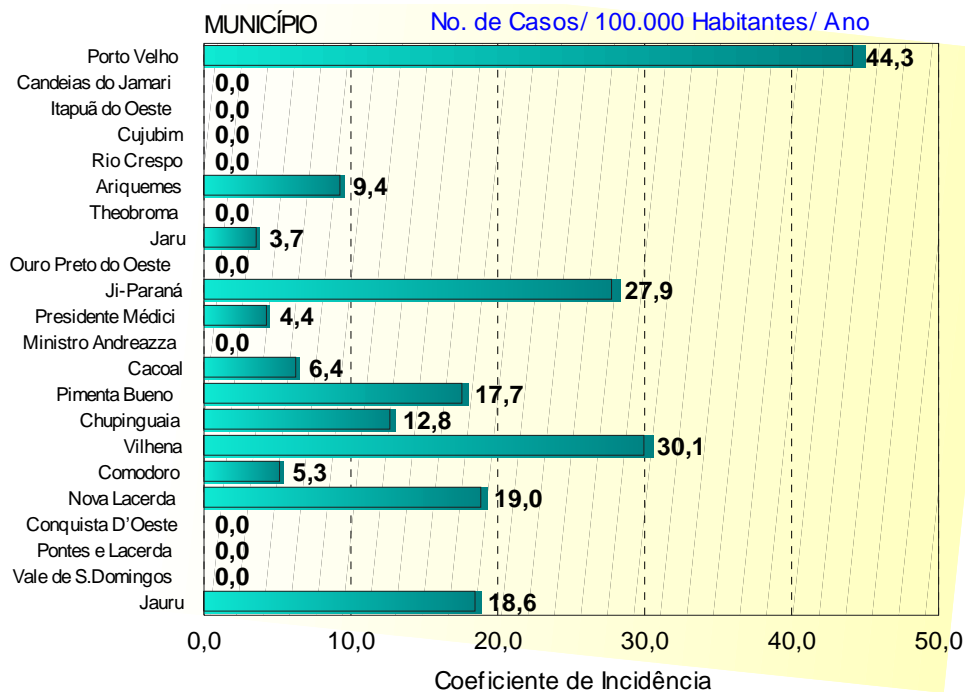


**Figura 3.6.5-38** – Número de Casos de AIDS nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos de Rondônia e Mato Grosso, de 1987 a 2010.



Fonte: MS / SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (Dados consolidados até 30/06/2010)

**Figura 3.6.5-39** – Coeficiente de Incidência de AIDS nos Municípios do Trajeto da LT, nos Trechos e Estados de Rondônia e Mato Grosso, nas regiões Norte e Centro-Oeste e no Brasil, em 2009.



Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (Dados consolidados até 30/06/2010)

**Figura 3.6.5-40**– Coeficiente de Incidência de AIDS nos Municípios do Trajeto da LT, em 2009.

### Outras DST

Não existem dados oficiais sobre a ocorrência de outras DST no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

Tanto no Brasil, quanto nos estados e municípios do trajeto, a grande maioria dos casos de DST é representada pelas vaginites, cervicites e uretrites gonocócicas e não gonocócicas, a maioria causadas por clamídias. Em seguida, vem o condiloma acuminado e outras formas

de infecção pelo HPV, a herpes genital, a sífilis em adulto, em gestante e congênita, as diversas formas de hepatites virais B e C, o linfogranuloma venéreo e a donovanose. O cancro-mole quase desapareceu da prática clínica diária devido ao uso indiscriminado de antibióticos.

A alta incidência de AIDS, principalmente, nos municípios do trecho de Rondônia demonstra quanto é grande a circulação das DSTs na área do empreendimento, e que deve ser dada prioridade absoluta à prevenção e ao controle dessas doenças durante as obras de construção da LT.

### **Áreas de Influência Direta (AID) e Indireta (All) – Infraestrutura de Saúde**

#### **População da All, do corredor de 10km de estudos epidemiológicos e da AID e Número de Trabalhadores Envolvidos com as Obras**

Na avaliação do potencial malarígeno, foi considerado o contingente populacional da All (os 22 municípios) numa faixa de 10km em relação à futura LT (5km para cada lado). Trata-se de uma área de estudo menos abrangente do que a All, considerada no diagnóstico socioeconômico.

No que tange aos habitantes da AID, esta análise foi realizada para o corredor de 1km (500m para cada lado da LT), similar à AID considerada nos estudos socioeconômicos.

Assim, a população do corredor de 10km de estudos epidemiológicos da LT totaliza 328.057 habitantes, conforme apresentado no **Quadro 3.6.5-34**, estando distribuída em 27 municípios (8 do Estado de Mato Grosso e 19 de Rondônia). A AID totaliza cerca de 12.251 moradores, sendo 89,4% deles no trecho de Rondônia.

Foram também identificados nessa área de abrangência mais 5 municípios, apesar de estarem fora da All do Meio Socioeconômico, mas que têm parte da zona rural inserida no corredor de 10km dos estudos epidemiológicos. São eles: Figueirópolis d'Oeste e Campos de Júlio, no Estado de Mato Grosso, e Espigão d'Oeste, Cacaulândia e Alto Paraíso, no Estado de Rondônia. Em função de possuírem contingentes populacionais irrisórios dentro desse corredor e por não serem atravessados pela futura LT, esses municípios não foram considerados nesta avaliação.

Os canteiros previstos para serem implantados visando às obras da LT e das SEs, assim como a mão de obra que deverá ser empregada, num total de 4.670 trabalhadores, se encontram apresentados no **item 3.4.4**, que trata da Descrição do Empreendimento.

**Quadro 3.6.5-34** – População da AII (municípios), do corredor de 10km de estudos epidemiológicos e da AID (corredor de 1km) da futura LT – 2010

Municípios	População				
	All Total	Corredor de 10km de Estudos Epidemiológicos		AID	
		Nº	%	Nº	%
Figueirópolis d'Oeste (*)	–	4	0	0	–
Jauru	10.461	6.521	1,99	779	6,4
Vale de São Domingos	3.058	159	0,05	38	0,3
Pontes e Lacerda	41.386	67	0,02	7	0,1
Conquista d'Oeste	3.388	145	0,04	17	0,1
Nova Lacerda	5.469	132	0,04	11	0,1
Campos de Júlio (*)	–	7	0	0	–
Comodoro	18.157	9.719	2,96	450	3,7
<b>Municípios MT</b>	<b>81.919</b>	<b>16.754</b>	<b>5,10</b>	<b>1.302</b>	<b>10,6</b>
Vilhena	76.187	3.330	1,02	581	4,7
Chupinguaia	8.304	478	0,15	421	3,4
Pimenta Bueno	33.754	1.023	0,31	683	5,6
Espigão d'Oeste (*)	–	145	0,04	0	–
Cacoal	78.601	30.380	9,26	355	2,9
Ministro Andreazza	10.354	3.383	1,03	6	0,0
Presidente Médici	22.319	1.216	0,37	134	1,1
Ji-Paraná	116.587	69.469	21,18	5.034	41,1
Ouro Preto do Oeste	37.941	23.902	7,29	38	0,3
Jaru	52.043	26.196	7,99	113	0,9
Theobroma	10.644	228	0,07	50	0,4
Cacaulândia (*)	–	326	0,1	0	–
Ariquemes	90.354	67.261	20,5	778	6,4
Alto Paraíso (*)	–	235	0,07	0	–
Rio Crespo	3.316	408	0,12	5	0,0
Cujubim	15.873	107	0,03	4	0,0
Itapuã do Oeste	8.561	6.349	1,94	374	3,1
Candeias do Jamari	19.782	13.582	4,14	1.552	12,7
Porto Velho	426.558	63.285	19,29	821	6,7
<b>Municípios RO</b>	<b>1.011.178</b>	<b>311.303</b>	<b>94,90</b>	<b>10.949</b>	<b>89,4</b>
<b>Total Municípios MT e RO</b>	<b>1.093.097</b>	<b>328.057</b>	<b>100%</b>	<b>12.251</b>	<b>100,0</b>

Nota: ( \* ) Municípios que não serão atravessados pela futura LT, mas que têm parte da zona rural inserida no corredor de 10km dos estudos epidemiológicos.

## **Certificação dos Municípios para o Controle da Malária**

Os estados e municípios do trajeto da LT são relativamente bem providos de infraestrutura de saúde básica para controle de malária. No trecho de Rondônia, onde a transmissão da malária é efetiva, todos os municípios estão certificados para o seu controle com exceção de Chupinguaia.

Os municípios certificados têm autonomia, recebem recursos federais diretamente do Ministério da Saúde para o controle da doença e mantêm uma estrutura específica para prevenção, controle, diagnóstico e tratamento da malária. Portanto, esses são os municípios que devem ser conveniados para a intensificação do controle da malária durante as obras de construção da futura LT.

No trecho de Mato Grosso, a transmissão da malária praticamente não ocorre e nenhum município está certificado para o controle da doença. Os recursos federais vão para o estado, que é o responsável pela execução das ações de controle.

Esses municípios não certificados não têm estrutura específica para o controle da malária: eles dependem dos Escritórios Regionais de Saúde do Estado e da Secretaria de Estado de Saúde. Os municípios mantêm Serviços de Vigilância à Saúde, que engloba o controle de endemias, entre elas a malária.

### Estado de Mato Grosso

Todos os seis municípios do trecho de Mato Grosso que deverão ser atravessados pela futura LT estão na jurisdição do Escritório Regional de Pontes e Lacerda – ERSPL, da Secretaria de Estado de Saúde – SES/MT. Nenhum deles, conforme já exposto, está certificado para o controle da malária; portanto, dependem do órgão estadual para a maioria das ações de controle.

A incidência de casos é baixa e apenas Nova Lacerda e Comodoro apresentaram em 2010 casos autóctones, 33 e 3, respectivamente. Jauru teve apenas um caso e importado; e em dois dos seis municípios da All não ocorreu a malária (Vale de São Domingos e Conquista d'Oeste).

O Estado de Mato Grosso atua nesses municípios no controle da malária:

- na realização de capacitações de microscopistas e agentes de endemias para treinamento em serviço (sendo a emissão de certificado feita pela Escola de Saúde Pública);
- na revisão de lâminas para controle da qualidade dos exames realizados pelos microscopistas municipais;
- na distribuição de medicamentos e insumos aos municípios;
- na assessoria e cooperação técnica aos municípios que registram casos de transmissão da doença ou casos importados;
- na vigilância epidemiológica dos casos detectados.

Mato Grosso dispõe, para o controle da malária nesses municípios, de:

- uma coordenação estadual de malária, em Cuiabá, no âmbito da Superintendência de Vigilância à Saúde, e outra Regional, em Pontes e Lacerda;
- 1 Agente de Endemias para malária;
- 1 Posto de Revisão de lâminas central;
- 1 Microscopista;
- nenhum termonebulizador costal e um UBV frio para dengue;
- 2 caminhonetes (modelos S10 e Blazer), ambas com cabine dupla sem tração 4x4;
- 1 microscópio bacteriológico e uma lupa entomológica.

As principais dificuldades e necessidades apontadas para o controle da malária nos municípios da Regional foram:

- quadro de recursos humanos insuficientes, devido à grande demanda para dez municípios e a todos os agravos transmitidos por vetores, como a ausência de profissional em Vale de São Domingos com perfil para realização de exames e controle vetorial e a insuficiência de RH no município de Conquista d'Oeste;
- falta de transporte para suporte no controle vetorial: nenhum dos seis municípios possui veículo para apoio na ação de controle de endemias;
- falta de equipamentos, como bombas manuais e peças de reposição nos seis municípios da All de Mato Grosso;
- falta de atualização do sistema informatizado de localidades.

Para intensificar o controle da malária na All de Mato Grosso durante as obras de construção da LT, de acordo com as entrevistas realizadas na pesquisa de campo, os representantes estaduais sugerem:

- promoção da capacitação de pessoal dos municípios para reconhecimento geográfico das áreas rurais;
- realização da capacitação dos Agentes de Endemias para certificado da Escola de Saúde Pública;
- aquisição de equipamentos (termonebulizadores, bombas guarani e GPS) para todos os municípios;
- contratação de recursos humanos nos seis municípios para suporte nas ações durante as obras;
- melhorias nas condições logísticas de transporte para viabilizar a supervisão das ações de controle da malária nos municípios.



### *Jauru*

Jauru apresentou 1 (um) caso de transmissão de malária (importado) em 2010 e não está certificado para o controle da doença.

A LT atravessará 21,7km do município e está prevista a implantação de um canteiro de obras nele.

A população de Jauru no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 6.521 habitantes, o que representa 61% da sua população total. Toda a sede municipal encontra-se nessa área de abrangência (faixa de 10km) dentro do município. Na AID, residem 779 pessoas, 480 delas na comunidade Lucivalda, 200 em Taquaruçu e as demais dispersas em chácaras, sítios e fazendas e, segundo pesquisa de campo, ninguém está exposto ao risco de transmissão de malária.

O município dispõe de 16 serviços de saúde: um hospital geral, 3 unidades básicas de saúde e 6 postos de saúde, entre outros.

A estrutura de saúde para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Vigilância em Saúde, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 3 Agentes de Endemias, nenhum deles específico para malária, nem certificado pela Escola de Saúde Pública;
- 2 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um situado na sede e outro no hospital;
- 1 Microscopista e 1 microscópio específicos para malária;
- nenhum termonebulizador, uma bomba guarani e um UBV motorizado *still* para dengue;
- nenhum veículo específico para controle da malária, mas uma caminhonete (modelo F1000) para todas as endemias.

As principais dificuldades e necessidades citadas para o controle da malária foram:

- necessidade de mais microscópios;
- falta de transporte (veículo esportivo, motos, bicicletas) para desenvolver a ação de controle e combate a vetores;
- falta de recursos humanos para compor a equipe;
- necessidade de capacitação para os RH existentes;
- falta de material para realização da atividade educativa;
- necessidade de *data show* e *notebook* para o setor;

- falta de bombas costal e motorizada;
- controle do fluxo de viajantes provenientes de área endêmica;
- falta de crachás para identificação dos colaboradores.

Para intensificar o controle da malária na All, durante as obras da LT, o município sugere:

- contratação de 2 Agentes de Endemias;
- capacitação de recursos humanos;
- aquisição de veículo (não necessita ser modelo traçado);
- aquisição de motos;
- aquisição de microscópio para implantação de serviço volante para controle e combate a endemias na All;
- aquisição de EPIs;
- aquisição de equipamentos áudio-visuais para implementar atividades educativas.



**Fotos 3.6.5-27 e 3.6.5-28** – Reunião em Jauru, com Secretário de Saúde assinando a Ata.

### *Vale de São Domingos*

Não houve ocorrência de transmissão de malária em Vale de São Domingos, entre 2003 e 2010, de acordo com a pesquisa de campo.

A LT atravessará 22,8km do município. Não há previsão de canteiro em Vale de São Domingos.

A população de Vale de São Domingos no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 159 habitantes, 5,2% da população total do município, e não abrange a área da sede municipal. Na AID, residem apenas 38 pessoas, 24 delas na Fazenda Guapé. Ninguém está exposto ao risco de transmissão de malária.

O município tem apenas 4 serviços de saúde: duas unidades básicas de saúde, um ambulatório especializado e a Secretaria de Saúde. A estrutura para prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Vigilância em Saúde, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 1 Agente de Endemias para malária;
- nenhum Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC; a referência é o de Pontes e Lacerda;
- nenhum Microscopista ou microscópio para malária;
- nenhum termonebulizador; uma bomba guarani;
- nenhum veículo específico para controle da malária.

As principais necessidades e dificuldades para o controle da malária, indicadas nas entrevistas, são:

- dependência do Escritório Regional de Saúde de Pontes e Lacerda;
- necessidade de contratação de Agentes de Endemias para malária;
- falta de capacitação em Vigilância ambiental e microscopista específico em endemias;
- falta de posto de diagnóstico e tratamento para malária;
- falta de equipamentos para implantação do laboratório (lupa, microscópio bacteriológico, mobiliários);
- ausência de transporte;
- falta de apoio logístico em combustível;
- falta de EPIs.

Para intensificar o controle da malária na All durante as obras de construção da LT, o município sugere:

- implantação de PDTC no município;
- aquisição de materiais para equipar o PDTC (mobiliário, computador completo, microscópio e lupa entomológica);
- capacitação de Recursos Humanos através da Escola de Saúde Pública;
- aquisição de EPIs;
- aquisição de termonebulizadores e bombas guarani;
- contratação temporária de 3 Agentes de Endemias;
- aquisição de meios de transporte.



**Foto 3.6.5-29** – Reunião em Vale de São Domingos.

### *Pontes e Lacerda*

O município de Pontes e Lacerda não teve casos autóctones de malária em 2010, registrando um total de apenas 29 casos importados.

A LT atravessará 34,5km do município e está previsto um canteiro de obras nele.

A população de Pontes e Lacerda no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de apenas 67 habitantes, 0,2% da população total do município. Apenas 7 pessoas moram na AID e ninguém está exposto ao risco de transmissão de malária.

O município tem 43 serviços de saúde: 3 hospitais gerais, 9 unidades básicas de saúde, 12 consultórios isolados, entre outros. A estrutura para prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 25 Agentes de Endemia para todos os vetores, nenhum específico para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC urbano;
- 2 Microscopistas sem certificação;
- nenhum termonebulizador; 3 bombas motorizadas still e uma bomba guarani;
- nenhum veículo específico para controle da malária; uma caminhonete Toyota em péssimo estado e 3 motos para todas as endemias.

As principais dificuldades para o controle da malária citadas foram:

- necessidade de veículos e motos;
- necessidade de equipamentos como temonebulizadores e bombas guarani, GPS e 25 kits de EPIs;
- necessidade de implantação de 1 posto volante para diagnóstico e tratamento;
- insuficiência de recursos humanos para suporte no controle da malária.

Para intensificar o controle da malária na All durante as obras de construção da LT, o município necessita:

- realizar vigilância constante naquela região como busca ativa e bloqueio, se necessário;
- equipar o setor de endemias com veículo, motos, microscópio e bombas para monitorar e estar apto para atuarem em caso de positividade de malária;
- realizar atividade educativa para população exposta, utilizando materiais visuais, como *folders*, panfletos, etc.;
- de contratação de 2 Agentes de Endemias.



**Foto 3.6.5-30** – Reunião com representantes do Escritório Regional, no município de Pontes e Lacerda.

### *Conquista d'Oeste*

Não foram registrados casos de malária em Conquista d'Oeste em 2010. Não há transmissão de malária, mas há áreas de fronteira com Nova Lacerda com garimpos e assentamentos com transmissão. Não há previsão de canteiro no município.

A LT atravessa 30,4km do município. A população de Conquista d'Oeste, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 145 pessoas, 4,4 % da população total do município, e não abrange a área da sede municipal. Apenas 17 pessoas residem na AID, 10 na Fazenda Alto da Chapada do Parecis e os demais em fazendas isoladas. Ninguém está exposto à transmissão de malária.

O município tem 8 serviços de saúde: duas unidades básicas de saúde, 3 consultórios isolados, uma clínica especializada, um laboratório privado e a Secretaria de Saúde. A estrutura do município para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Vigilância à Saúde, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 1 Agente de Endemias específico para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC urbano;
- nenhum Microscopista; 1 microscópio em precário estado;

- 1 termonebulizador costal e 2 bombas guarani;
- nenhum veículo específico para controle da malária; apenas uma moto.

As principais dificuldades para o controle da malária apontadas foram as faltas de:

- transporte;
- microscópio;
- pessoal;
- EPIs.

Para intensificar o controle da malária na All durante as obras de construção da LT, o município informa que precisa de:

- contratação de 2 Agentes de Endemias;
- capacitação de recursos humanos;
- aquisição de veículo (não necessita ser traçado);
- aquisição de motos;
- aquisição de microscópio;
- aquisição de EPIs.



**Fotos 3.6.5-31 e 3.6.5-32** – Microscópio do PDTC e reunião de Conquista d'Oeste.

### *Nova Lacerda*

Nova Lacerda é o único município do trecho de Mato Grosso com transmissão efetiva de malária, devida à existência de garimpos e projetos de assentamento. Dos 35 casos de malária registrados em 2010, 33 foram autóctones.

A LT atravessa 56,2km do município e está previsto um canteiro de obras nele.

A população de Nova Lacerda no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 132 habitantes, 2,5% da população total do município, e não abrange a sede municipal. Apenas 11 pessoas residem na AID. Ninguém está exposto à transmissão de malária.

O município tem apenas 4 serviços de saúde: duas unidades básicas de saúde, uma clínica especializada e a Secretaria de Saúde. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Vigilância à Saúde, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 6 Agentes para todas as endemias, nenhum específico para malária;
- 2 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC urbanos;
- 2 Microscopistas e apenas 1 microscópio funcionando;
- 1 termonebulizador costal e uma bomba guarani;
- nenhum veículo específico para controle da malária; apenas 2 motos para todas as endemias.

As principais dificuldades para o controle da malária apontadas foram:

- falta de veículo para realização da ação de bloqueio onde necessita de transporte de insumos e bombas em regiões distantes e com incidência alta de malária;
- falta de microscópio;
- falta de bomba motorizada costal;
- falta de capacitação do quadro de funcionário existente;
- EPIs (uniforme completo para borrifação, botas);
- equipamentos para escritório completo (mesas, cadeiras, computador, ar refrigerado).

Para intensificar o controle da malária na All durante as obras da LT, o município precisa de:

- 1 caminhonete cabine dupla 4x4, pois, onde está localizada, a LT é área de difícil acesso;
- necessidade de equipamento para estruturação dos serviços existentes, conforme listados nas dificuldades, no parágrafo anterior;
- capacitação do quadro de servidores existentes.



**Fotos 3.6.5-33 e 3.6.5-34** – Microscopista e reunião em Nova Lacerda.

### *Comodoro*

Apenas 3 casos autóctones e 16 importados foram registrados em Comodoro em 2010. Praticamente, não há transmissão da doença no município. As regiões que apresentaram casos positivos de malária e leishmaniose recentes foram: Fazenda Estrela, Grupo Baido, Colônia dos Mineiros, Distrito de Nova Alvorada, Mineração, Morro do Chapéu e Aldeias indígenas. Está previsto um canteiro de obras em Comodoro.

A LT atravessará 149,9km do município de Comodoro, cuja população no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 9.719 habitantes (51% da população total do município) e abrange toda a área da sede municipal. A AID tem 450 moradores, 100 deles na localidade Padronal, 88 na Fazenda Itália, 52 na Cargill Agrícola S.A. e os demais dispersos em sítios e fazendas.

A maioria das localidades apresentou casos recentes de malária, sendo em maior número de importados, segundo informações do município. A leishmaniose é frequente.

Existem 25 serviços de saúde em Comodoro: um hospital geral, um pronto socorro geral, 6 unidades básicas de saúde da família, 6 unidades de apoio ao diagnóstico e terapêutica, entre outros. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Controle Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 11 Agentes de Endemias para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC na sede;
- 4 Microscopistas treinados e apenas 1 microscópio que está em estado ruim;
- 1 termonebulizador costal e 2 bombas guarani;
- uma caminhonete da FUNASA ano 1996 e 2 motos.



As principais dificuldades citadas para o controle da malária foram:

- redução do quadro de recursos humanos com a aposentadoria dos antigos servidores da FUNASA;
- falta de transporte, como carro e motos;
- falta de capacitação para RH;
- falta de equipamentos (microscópio, bombas);
- falta de EPIs (vestimentas completas, máscara, elmo ou viseira, protetor auricular, botas);
- falta de microscópio;
- falta de manutenção dos equipamentos como bombas;

As principais necessidades indicadas para o controle da malária foram:

- renovação do quadro de profissionais para recompor equipe;
- aquisição de transporte e equipamentos de trabalho para ação de controle e combate a endemias;
- capacitação de recursos humanos.

Para intensificar o controle da malária na All durante as obras de construção da LT, o município sugere:

- contratação de 4 Agentes de Endemias para dar suporte a equipe existente;
- capacitação de recursos humanos do quadro e dos novos contratados pela Escola de Saúde Pública;
- adquirir veículo 4x4 traçado, cabine dupla;
- adquirir microscópio para implantar unidade volante;
- aquisição de 20 kits de EPIs (20 vestimentas completas, máscara semifacial com 2 cartuchos, elmo ou viseira, protetor auricular tipo concha, 20 botas);
- materiais e equipamentos áudio-visuais (*data show* e *notebook*) para implementação dos serviços de educação em saúde.

### Estado de Rondônia

A SESAU, através da Gerência Técnica de Vigilância Ambiental e Epidemiológica (GTVAE / AGEVISA) e da Coordenação Estadual da Malária, atuam na disponibilização de insumos, realização de capacitações de RH, treinamentos para os agentes dos municípios que pertencem à área de abrangência de Rondônia, supervisiona e contribui na execução das ações municipais.

Para realizar estas ações, o Estado de Rondônia dispõe de:

- uma Coordenação específica de controle de malária com sede em Porto Velho e Regional em Ariquemes;
- 4 Agentes de Endemias para malária;
- 330 Postos de Diagnóstico, tratamento e Controle da Malária – PDTC, dos quais 126 estão na All RO da LT;
- 480 Microscopistas capacitados no Estado de Rondônia, sendo 215 nos 16 municípios da All RO da LT;
- 250 termonebulizadores costais funcionando, sendo 114 nos 16 municípios do trecho de Rondônia;
- várias caminhonetes tipo L200 e Toyota 4x4, motocicletas 125;
- barcos de 6 e 7m com motor de popa de 25 e 40HP em Ji-Paraná, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho.

As principais dificuldades e necessidades para o controle da malária nestes municípios são:

- falta estruturação logística, principalmente transporte nas coordenações;
- os 15 municípios que possuem certificados para controle da malária necessitam de ampliação nos RH e, alguns deles, de suporte de equipamentos (microscópios e GPS), pois o quadro existente é insuficiente para atendimento e coberturas das áreas locais;
- falta de EPIs para as equipes de controle de malária dos municípios Rio Crespo, Cujubim, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Ariquemes, Theobroma e Ji-Paraná (calça, camisetas, camisas manga longa, botas);
- todos os 16 municípios elencados são considerados de alto risco para a leishmaniose tegumentar americana, sendo necessária capacitação (diagnóstico e tratamento) de RH para controle desse agravo;
- número de Microscopistas para diagnóstico e tratamento da malária e leishmaniose insuficiente para dar assistência e cobertura a toda área de combate e controle.

Para intensificar as ações de controle da malária nos 16 municípios do trajeto, o Estado de Rondônia sugere:

- aquisição de 200 peças de vestimentas completas e 200 pares de botas;
- aquisição de veículos (4x4), motos (150 cc), barcos de 6 e 7 metros com motores 25 e 40 hp (Pimenta Bueno, Cacoal e Sede Rondônia);
- aquisição de termonebulizadores costais, bombas residuais, microscópios (bacteriológico), lupas, carregadores de bateria para armadilhas luminosa (entomologia) e GPS para alguns municípios;

- reforçar a logística de transporte, EPIs, recursos humanos e equipamentos da sede e regional de Ariquemes e da coordenação de controle da malária e dos 16 municípios.

### *Vilhena*

Vilhena registrou apenas 20 casos autóctones de malária e 159 importados, no total de casos em 2010.

A LT atravessará 98,2km do município, que sediará um canteiro de obras.

A população de Vilhena no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 3.330 habitantes, 4,8% da população do município, e não abrange a sede municipal. A população da AID é de 581 pessoas, 320 delas no Assentamento Águas Claras, 120 na Vila São Lourenço, 36 no Posto Gaúcho, 30 na Fazenda Gripa e os demais dispersos em sítios e fazendas.

Autoridades municipais informaram que várias localidades da AID apresentam casos esporádicos de malária, como o Assentamento Águas Claras e Vila São Lourenço.

O município tem 118 serviços de saúde, sendo 5 hospitais gerais e vários outros serviços básicos e especializados de saúde. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- Diretoria de Controle de Malária;
- 2 Agentes de Endemias para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, tratamento e Controle da Malária – PDTC na sede;
- 3 Microscopistas, um microscópio bacteriológico e uma lupa entomológica;
- 4 termonebulizadores costais;
- nenhuma viatura; apenas uma moto;

As principais necessidades e dificuldades para o controle da malária apontadas foram:

- insuficiência de recursos;
- falta de equipamento para realizar estudos entomológicos;
- falta de veículo traçado e cabine dupla e motos;
- falta de EPIs (luvas, botas, vestimenta completa);
- falta de GPS.

Para intensificar o controle da malária na All durante as obras da LT, o município sugere:

- aquisição de 1 caminhonete cabine dupla 4x4;
- 3 Agentes de Endemias para compor a equipe e dar suporte na All;
- EPIs acima mencionados;

- 2 motos para intensificação das ações, devido ao fluxo de trabalhadores circulantes no município e no apoio ao canteiro;
- material áudio-visual para intensificação de atividade educativa, como *data show* e *notebook*;
- material de consumo para realização de estudos entomológicos;
- necessidade de GPS;
- aquisição de 1 microscópio para implantação de serviço de diagnóstico e tratamento no canteiro de obras.



**Foto 3.6.5-35** – Reunião em Vilhena.

### *Chupinguaia*

Chupinguaia teve apenas 7 casos de malária no último ano, 3 autóctones e 4 importados. Os Distritos Guaporé, Novo Plano e Boa Esperança apresentam casos esporádicos de malária. O primeiro está na All.

A LT atravessará 11,7km do município, onde está previsto um canteiro de obras.

A população de Chupinguaia, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 478 habitantes, o que representa 6% da população do município. Não abrange a área da sede municipal. Na AID residem 421 pessoas, 417 delas na Vila Guaporé. Ninguém está exposto ao risco de transmissão de malária.

O município tem apenas 5 serviços de saúde: 1 Unidade Mista e 4 Postos de Saúde. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Controle Malária;
- 3 Agentes de Endemias para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC na sede;
- 1 Microscopista e um microscópio;

- 3 termonebulizadores costais;
- nenhum veículo específico para controle da malária.

As principais dificuldades para o controle da malária citadas foram as faltas de:

- viatura e motos;
- ausência de PDTC no Distrito de Novo Plano ou posto volante;
- microscópio e lupa para implantação de PDTC e entomologia;
- recursos humanos;
- capacitação do quadro de profissional;
- EPIs;
- equipamentos áudio-visuais para atividade educativas;
- hospital, pois há somente unidade mista, sendo Vilhena referência para atendimento de média complexidade.

Para intensificar o controle da malária na All durante a construção da LT, o município sugere:

- contratação de 2 Agentes de Endemias;
- capacitação de recursos humanos;
- aquisição de veículo (não necessita ser traçado);
- aquisição de motos;
- aquisição de microscópio para implantação de serviço volante para controle e combate a endemias na All;
- EPIs;
- aparelho áudio-visual para implementar atividades educativas.



**Fotos 3.6.5-36 e 3.6.5-37** – Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária - PDTC de Chupinguaia

### *Pimenta Bueno*

Dentre os casos de malária, 14 autóctones e 52 importados foram registrados em Pimenta Bueno em 2010. A transmissão da malária está controlada, mas o município sofre pressão nas fronteiras. Ainda ocorre transmissão da doença em baixo nível na Usina Hidroelétrica Rondon, nas áreas de fronteira como Espigão do Oeste e Garimpo do Roosevelt, e na Área Indígena.

A LT atravessará 102,2km do município, que sediará um canteiro de obras.

A população de Pimenta Bueno no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 1.023 habitantes, apenas 3% da população total do município, e não abrange a área da sede municipal. Na AID, residem 683 pessoas, 392 delas no Setor Dimba (Assentamento Eli Moreira), 240 no Marco Rondon e os demais em chácaras, sítios e fazendas isoladas, e não há exposição ao risco de transmissão de malária.

O município tem 36 serviços de saúde: 3 hospitais, policlínica, centro de atenção psicossocial e vários centros e postos de saúde. Para o controle da malária, o município dispõe de:

- uma Coordenação de Controle Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 1 Entomólogo e 2 Agentes de Endemias para malária;
- apenas 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC central;
- 2 Microscopistas;
- 4 termonebulizadores costais;
- 2 caminhonetes, uma S10 e uma Toyota cabine dupla 4x4;
- 2 motos;
- 1 barco de 7m.

As principais necessidades e dificuldades para o controle da malária são:

- insuficiência de RH para o quadro atual;
- atuação oportuna nos casos ocorridos nas fronteiras devidos falta de transporte;
- falta de microscópio para ter equipe volante e lupa entomológica;
- falta de equipamentos para incrementar a entomologia;
- falta de motor de 25 HP;
- falta de equipamentos áudio-visuais para implementar educação em saúde;
- falta de GPS e máquina fotográfica.

Para intensificar o controle da malária na All durante a construção da LT, o município sugere:

- contratação de 4 Agentes de Endemias para compor a equipe;
- capacitação desses recursos humanos;
- aquisição de veículo de cabine dupla;
- equipamentos áudio-visuais (*data show*, *note book*) máquina fotográfica e GPS;
- aquisição de motor de popa de 25HP;
- compra de microscópio bacteriológico e entomológico;
- obtenção de equipamentos e insumos para implementar as ações de entomologia para execução de serviços durante as obras, como armadilhas luminosas, lanternas (*Stanley* com bateria recarregável), barracas *shenom*, motor estacionário ou grupo gerador portátil.



**Foto 3.6.5-38** – Reunião em Pimenta Bueno.

### *Cacoal*

Cacoal também está, praticamente, livre de transmissão de malária. Apenas 3 casos autóctones foram registrados em 2010. Todos os demais 646 foram importados.

A LT atravessa 30,8km do município e não está previsto canteiro de obras em Cacoal.

A população de Cacoal, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, compreende 30.380 habitantes, 35% da população total do município, e abrange boa parte da sede municipal. A população da AID de Cacoal é de 355 pessoas, 248 na Escola Família Agrícola Ezequiel Ramim e os demais em sítios isolados. Ninguém está exposto ao risco de transmissão de malária.

Existem 114 serviços de saúde em Cacoal: 8 hospitais gerais, 78 clínicas ou ambulatórios especializados e consultórios isolados, entre outros. A estrutura do município para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Controle Malária;

- 2 Agentes de Endemias e mais 6 profissionais treinados para entomologia;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC urbano;
- 4 Microscopistas;
- 5 termonebulizadores costais;
- nenhuma viatura específica para malária;
- 2 motos.

As principais dificuldades relatadas foram:

- falta de equipamentos para entomologia;
- ausência de viaturas;
- número de motos insuficientes;
- falta de microscópios;
- Agentes de Endemias insuficientes;
- falta de material educativo e máquina fotográfica digital;

As principais necessidades consistem, portanto, em atender aos itens listados no parágrafo anterior. Para intensificar o controle da malária durante as obras, o município sugere:

- contratação de 2 Agentes de Endemias;
- 2 motos com capacete;
- 1 caminhonete cabine dupla, não sendo necessário ser 4x4;
- 1 *data show* e 1 máquina fotográfica;
- 10 *kits* de EPI;
- insumos para ações educativas e busca ativa de casos.



**Foto 3.6.5-39** – Reunião em Cacoal.



### *Ministro Andreazza*

Nenhum caso de malária autóctone foi diagnosticado em Ministro Andreazza em 2010, tendo ocorrido apenas 5 casos importados. Portanto, no município não há, atualmente, transmissão de malária, nem na zona urbana, nem na rural, inclusive na AID ou All.

A LT atravessará 27km do município, onde está previsto um canteiro de obras.

A população de Ministro Andreazza, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 3.383 habitantes, 32% da população total do município, e abrange toda a sede municipal. A LT atravessará grandes fazendas, por áreas, praticamente, desabitadas. Apenas 6 pessoas residem na AID.

O município tem apenas 2 serviços de saúde: uma Unidade Mista e uma Unidade Básica de Saúde. A estrutura do município para a prevenção, controle e tratamento da malária é razoável, considerando que a doença está controlada, e o município realiza apenas a vigilância epidemiológica da doença. Consiste em:

- uma Coordenação de Controle Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 4 Agentes de Endemias específicos para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC;
- 3 Microscopistas;
- nenhum termonebulizador costal para malária, mas um para dengue;
- nenhum veículo específico para malária.

As principais dificuldades relatadas foram:

- desestruturação do setor de endemias após obter o controle da malária;
- falta de postos de coleta, diagnóstico e tratamento volantes;
- ausência absoluta de meios de transporte;
- ausência de termonebulizadores e bombas Guarani.

As principais necessidades para intensificar a vigilância da malária durante as obras, de acordo com representantes do município, são:

- contratar 1 Agente de Endemias;
- treinamento de 1 Microscopista;
- 1 Microscópio;
- 2 motos;
- 1 caminhonete 4x4;

- insumos para desenvolvimento das ações;
- 5 kits de EPI;
- 1 microcomputador com impressora.



**Foto 3.6.5-40** – Reunião em Ministro Andeazza.

### *Presidente Médici*

Apenas 26 casos autóctones de malária foram diagnosticados em Presidente Médici, em 2010. Os demais 81 foram importados. Na sede do município, não há, atualmente, transmissão de malária; a maioria dos casos foi registrada nas agrovilas, que são consideradas áreas urbanas. Não há previsão de canteiro de obras nesse município.

A LT atravessará 19,8km do município, cuja população, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 1.216 habitantes, 5,6% da sua população total, e não abrange a sede municipal. Na AID, residem 134 pessoas, 120 delas no povoado Novo Riachuelo. Ninguém está exposto ao risco de malária. Os Assentamentos Chico Mendes 1, 2 e 3 apresentaram casos autóctones, mas estão fora da All.

O município tem 27 serviços de saúde: uma Unidade Mista, 14 Postos de Saúde, 3 Unidades Básicas de Saúde da Família, entre outros. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- 4 Agentes de Endemias específicos para malária;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC na Unidade Mista;
- nenhum termonebulizador costal, existem 8 para dengue;
- 1 Fiat Uno;
- 3 caminhonetes;
- 2 motos;
- 1 barco com motor de popa.

As principais dificuldades relatadas foram:

- pessoal insuficiente;
- falta de capacitação dos agentes de endemias no diagnóstico e tratamento da malária;
- falta de microscópio na setor de endemias;
- falta de GPS;
- EPIs insuficientes.

As principais necessidades são, portanto, atender aos itens descritos no parágrafo anterior. Para intensificar o controle da malária durante as obras, o município sugere:

- contratação de 2 Agentes de Endemias;
- treinamento de Agentes de Endemias em microscopia para implantar posto de coleta volante;
- 2 motos;
- 5 kits de EPI;
- 1 microscópio;
- materiais educativos e insumos para as ações de controle de malária.



**Foto 3.6.5-41** – Reunião com o Gerente de Endemias de Presidente Médici.

### *Ji-Paraná*

Em Ji-Paraná, a malária também está controlada. O município registrou apenas 26 casos autóctones, em 2010, e 381 importados. Nenhuma localidade da AID ou All apresenta transmissão da doença.

A LT atravessará 41,3km do município, onde será implantado um canteiro de obras.

A população de Ji-Paraná, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 69.469 habitantes, 62% da população do município, e abrange quase toda a sede municipal. A AID engloba bairros da zona urbana e sua população é estimada em 5.034 pessoas, sendo 5.000 moradores do Bairro Boa Esperança e os demais em chácaras, sítios e fazendas. Ninguém está exposto ao risco de transmissão de malária.

O município tem 119 serviços de saúde, incluindo 6 hospitais gerais e um especializado. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária é muito reduzida, porque a doença está em fase de vigilância epidemiológica e consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- nenhum Agente de Endemias específico para malária; há 75 Agentes de Endemias para todos os vetores;
- 2 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um urbano e outro rural;
- 6 Microscopistas;
- 14 termonebulizadores costais e 4 bombas Guarani;
- não possui viatura específica para malária, usa de outros programas;
- 1 moto.

As principais dificuldades relatadas foram:

- fronteira com municípios que registram alta transmissão da doença;
- falta de carro e moto;
- falta de equipamentos para implantar trabalhos de entomologia;
- faltam termonebulizadores.

As principais necessidades para a vigilância da malária são:

- reestruturação das condições de transporte e equipamentos para malária.
- aquisição de motos.

Para intensificar o controle da malária durante as obras, o município sugere a aquisição de:

- 2 caminhonetes 4x4 cabine dupla;
- 3 motos Honda 150cc;
- um barco de 7m com motor de popa de 40HP;
- 1 microscópio e 1 lupa entomológica;
- 3 termonebulizadores;
- materiais educativos.



**Foto 3.6.5-42**– Reunião em Ji-Paraná com o Diretor de Vigilância em Saúde.

### *Ouro Preto do Oeste*

Ouro Preto do Oeste teve apenas um caso autóctone de malária, em 2010, e os demais 131 casos registrados vieram de fora. Praticamente, não há transmissão de malária no município, inclusive na All, mas é necessário manter a vigilância.

A LT atravessará 40,5km do município, onde não está prevista a instalação de canteiro de obras.

A população de Ouro Preto do Oeste no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 23.902 habitantes, 65% da população geral do município, e abrange quase toda a sede municipal. A AID tem 38 moradores, todos dispersos em chácaras, sítios e fazendas. Nenhuma das localidades está exposta ao risco de transmissão de malária.

O município tem 75 serviços de saúde, incluindo 3 hospitais gerais. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária é muito reduzida, porque essa doença está controlada e o município realiza apenas a sua vigilância epidemiológica. Consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- nenhum Agente de Endemias específico para malária. Dispõe de 12 Agentes para todas as endemias;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC central;
- 1 Microscopista;
- 4 termonebulizadores costais e 1 bomba guarani;
- nenhum veículo específico para malária, 3 motos para todas as endemias, em precárias condições.

As principais dificuldades relatadas foram:

- idade do quadro de pessoal, próximo à aposentadoria;
- falta de transporte;
- falta de EPI.

As principais necessidades para a vigilância da malária são:

- aquisição de carro e motos;
- contratação de Agentes de Endemias;
- aquisição de EPI.

### *Jaru*

A malária está controlada em Jaru. Em 2010, apenas 10 pacientes contraíram a doença no município, todos os demais 432 casos registrados foram infectados em outros locais. Não há transmissão na zona urbana, e o risco é muito baixo em toda a zona rural, inclusive nas AID e All.

A LT atravessará 31,3km do município. Está prevista a implantação de um canteiro de obras em Jaru.

A população de Jaru, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 26.196 habitantes, quase metade da população do município. Toda a sede municipal está nesse corredor. A AID tem 113 habitantes, 56 no Sítio Nossa Senhora Aparecida e os demais dispersos em chácaras, sítios e fazendas. A malária está controlada em todas as localidades.

O município tem uma boa estrutura de saúde, com 75 serviços: 3 hospitais gerais, 11 Unidades Básicas de Saúde da Família e vários outros serviços públicos e privados de saúde. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária é muito reduzida, porque a doença está controlada e o município realiza apenas a vigilância epidemiológica da doença. Consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Endemias, que trata as questões sobre a malária, pois não há uma coordenação específica;
- nenhum Agente de Endemias específico para malária, mas 22 agentes de endemias para dengue;
- 2 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um urbano outro rural;
- 3 Microscopistas;
- 6 termonebulizadores costais;
- nenhum veículo específico para malária.

A principal dificuldade relatada foi a idade do quadro de pessoal, próximo à aposentadoria. As principais necessidades para a vigilância da malária são a aquisição de automóvel comum (não necessita ser 4x4) e a aquisição de motos.

Para intensificar o controle da malária durante as obras, o município sugere: a contratação de 4 Agentes de Endemias e a aquisição de uma caminhonete cabine dupla.

### *Theobroma*

O risco de transmissão é baixo em todo o município de Theobroma, inclusive nas AII e AID. Dos 73 casos registrados em 2010, apenas 22 foram contraídos no município. A zona urbana, praticamente, não tem transmissão de malária, embora a sede municipal seja apontada como local provável de infecção em 31 casos no Sivep-Malária.

A LT atravessará 16km do município em área de grandes fazendas,. Não está previsto canteiro de obras no município.

Apenas 228 pessoas residem no corredor de 10km de estudos epidemiológicos em Theobroma e a sede do município está fora da faixa de 10km. A AID tem 50 habitantes, 40 no Posto São João e 10 na Fazenda Itumbiara.

O município tem apenas 8 serviços de saúde: uma Unidade Mista, 4 Postos de Saúde, uma Unidade Básica de Saúde da família e 2 laboratórios privados. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária é relativamente grande para o tamanho do município e a situação da malária encontra-se sob controle. Consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Malária;
- 22 Agentes de Endemias para malária e dengue;
- 3 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTTC, nenhum na AII;
- 3 Microscopistas;
- 6 termonebulizadores costais e 4 bombas Guarani;
- 1 caminhonete 4x4, que está quebrada;
- 5 motos 125cc.

As principais dificuldades e necessidades relatadas foram:

- acesso às áreas rurais por falta de veículo;
- faltam 2 microscópios para implantar mais 2 PDTTCs;
- quadro de pessoal com idade próxima à de aposentadoria;
- necessidade de mais uma moto.

### *Ariquemes*

Ariquemes é o 3<sup>a</sup> município do trajeto em número absoluto de casos de malária e o 6<sup>a</sup> em risco de transmissão, com IPA de 25 em 2010. Oito bairros da sede apresentam transmissão de malária; os mais problemáticos são o Setor Industrial e Monte Cristo.

A LT atravessará 77,9km do município. Um canteiro de obras está previsto em Ariquemes.

A população de Ariquemes no corredor de 10km de estudos epidemiológicos é de 67.261 habitantes e abrange quase toda a sede municipal (79% da população total do município). A AID tem uma população de 778 pessoas, 640 no Assentamento Maria José Rique (Seringal Setenta ou Paca Assada) e os demais dispersos em sítios, fazendas e pequenas comunidades rurais.

A maioria das localidades rurais da All e AID de Ariquemes apresenta risco de transmissão de malária, algumas sendo de alto risco. Também há transmissão de malária na periferia da cidade.

A estrutura de serviços de saúde é robusta e o município é referência regional para 10 municípios: Cujubim, Rio Crespo, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Machadinho d'Oeste, Vale do Anari, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Buritis e Jaru.

Existem 85 serviços de saúde no município, o que inclui 12 hospitais, 8 gerais e 4 especializados, sendo o mais importante deles o Hospital Regional de Ariquemes. A estrutura do município para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Malária;
- 33 profissionais de saúde;
- 10 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTTC, sendo 3 deles na All;
- 13 Microscopistas;
- 6 termonebulizadores costais e 5 bombas guarani;
- 13 microscópios;
- 2 caminhonetes 4x4;
- 12 motos 125cc;

As principais dificuldades para o controle da malária em Ariquemes são:

- existência de assentamentos e garimpos;
- fronteira com outros municípios sem estrutura de controle, gerando demanda de pacientes para diagnóstico e tratamento em Ariquemes;
- falta de laboratório com estrutura física para entomologia;



- recursos humanos insuficientes;
- número de veículos insuficiente;
- falta de manutenção das bombas e motos.

As principais necessidades para intensificar o controle da malária apontadas foram:

- aquisição de veículo exclusivo para malária;
- garantia da manutenção das bombas e motos;
- contratação de agentes de endemias;
- reforma do laboratório de entomologia.



**Fotos 3.6.5-43 e 3.6.5-44** –Reunião em Ariquemes: Secretário de Saúde assina a Ata.

### *Rio Crespo*

Rio Crespo é o 7º município do trajeto em número absoluto de casos de malária e o 2º em risco de transmissão com IPA de 147,7 em 2010. A sede do município apresenta alto risco de transmissão, com IPA de 1.070 em 2010.

A LT atravessará 25,9km do município. Não está previsto um canteiro de obras em Rio Crespo.

A população de Rio Crespo, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 408 habitantes em localidades rurais e não abrange a sede do município. É alto o risco de transmissão em toda a All.

A AID de Rio Crespo é praticamente desabitada, com apenas 5 pessoas residentes, mas há transmissão de malária nas duas localidades do trajeto.

O município tem apenas 8 serviços de saúde: uma Unidade Mista e 7 Postos de Saúde. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária consiste em:

- 4 Agentes de Endemias, com apoio de 12 Agentes Comunitários de Saúde;
- 1 Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um urbano e outro rural;
- 3 Microscopistas, estando apenas 2 certificados pelo LACEN;

- 4 termonebulizadores costais, apenas 2 funcionando;
- 1 caminhonete;
- 5 motos 125cc.

As principais dificuldades relatadas foram as faltas de:

- recursos humanos;
- equipamentos como termonebulizadores, bombas Guarani, GPS e EPI;
- manutenção dos termonebulizadores existentes;
- veículo.

As principais necessidades consistem, portanto, em disponibilizar os itens listados no parágrafo anterior.



**Foto 3.6.5-45** – Reunião em Rio Crespo.

### *Cujubim*

Cujubim é o 4º município do trajeto em número absoluto de casos de malária e o 3º em risco de transmissão, com IPA de 101,1 em 2010. Tem alto índice de transmissão na zona urbana, com IPA de 277 em 2010.

A LT atravessará apenas 5,6km do município, em uma área quase desabitada de grandes fazendas. Não está previsto canteiro de obras em Cujubim.

A sede do município está fora do corredor de 10km de estudos epidemiológicos, que tem apenas 107 habitantes, apenas 4 na AID, na Fazenda Água Viva. Toda a All tem alto risco de transmissão.

O município tem apenas 5 serviços de saúde: uma Unidade Mista e 4 Postos de Saúdes. A estrutura para a prevenção, controle e tratamento da malária é relativamente boa e consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Malária;
- 15 Agentes de Endemias;
- 5 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um urbano e 4 rurais;
- 7 Microscopistas;
- 6 termonebulizadores costais;
- 3 caminhonetes, todas em manutenção;
- 12 motos 125cc, apenas 5 rodando.

As principais dificuldades relatadas foram as faltas de:

- recursos humanos;
- manutenção das caminhonetes e das motos;
- bombas Guarani;
- microscópio.

As principais necessidades consistem, portanto, em contemplar os itens listados no parágrafo anterior.



**Foto 3.6.5-46** – Pesquisadora da Biodinâmica, Secretária de Saúde e Coordenador de Endemias de Cujubim

### *Itapuã do Oeste*

Itapuã do Oeste é o 5º município do trajeto em número absoluto de casos de malária e o quarto em risco de transmissão com IPA de 81,9 em 2010. A sede do município apresenta alto risco de transmissão, com IPA de 75 em 2010.

A LT atravessará 62,3km de Itapuã do Oeste, onde está previsto um canteiro de obras.

A população de Itapuã do Oeste, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de 6.349 pessoas, 77% da população total do município. Abrange toda a sede municipal e

várias localidades rurais. A AID tem uma população de 374 pessoas, 120 na Vila de Pescadores, 100 na Vila ReY do Peixe, 64 no Rio Preto, 40 em General Carneiro e, os demais, dispersos em sítios e fazendas. É alto o risco de transmissão em toda a All e AID de Itapuã do Oeste.

O município tem apenas 3 serviços de saúde: uma Unidade Mista, um Posto de Saúde e um laboratório privado.

A estrutura do município para a prevenção, controle e tratamento da malária é bastante limitada. Consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Malária;
- 10 profissionais de saúde para malária, sendo 5 Agentes de Endemias, 4 Borrifadores e um Supervisor;
- 3 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um deles na All (Lago Azul);
- 5 Microscopistas;
- 4 termonebulizadores costais;
- 2 *pick-ups*;
- 5 motos 125 cc.

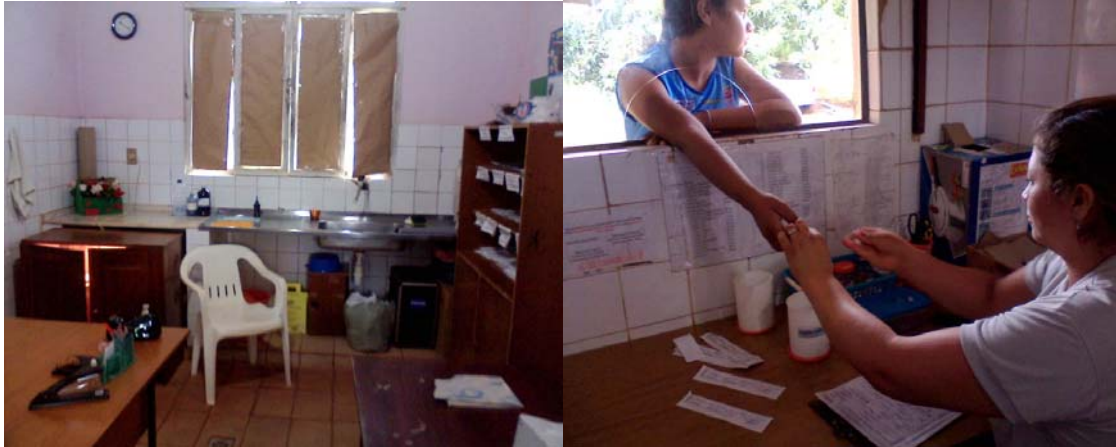
As principais dificuldades relatadas foram as faltas de:

- recursos humanos;
- incentivo financeiro para as equipes se deslocarem para áreas rurais;
- equipamentos, como termonebulizadores e bombas Guarani;
- mobiliário para a coordenação de controle da malária e PDTC e laboratório do hospital (mesas, cadeiras, ar condicionado, armários, arquivo de aço, computador e impressora).

As principais necessidades consistem, portanto, em suprir as dificuldades listadas no parágrafo anterior.



**Fotos 3.6.5-47 e 3.6.5-48** – Reunião em Itapuã do Oeste: Secretário de Saúde assina a Ata.



**Fotos 3.6.5-49 e 3.6.5-50** – Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária em Itapua do Oeste.

### *Candeias do Jamari*

Candeias do Jamari é o município mais malarígeno do trajeto da LT. É o segundo em número absoluto de casos e o primeiro em risco de transmissão com IPA de 175,7 em 2010. A transmissão na sede do município é alta, principalmente no bairro União, que teve IPA de quase 600 casos por mil habitantes por ano.

A LT atravessará 69,4km do município. Está previsto um canteiro de obras em Candeias do Jamari.

A população de Candeias do Jamari, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de mais de 13 mil pessoas e abrange 77% da população do município, quase toda a zona urbana e várias localidades rurais.

Na AID, residem 1.552 pessoas, 800 no Assentamento Paraíso das Acácias, 348 no Assentamento Flor do Candeias e 304 no Assentamento Cachoeira do Samuel; os demais moradores estão dispersos em sítios e fazendas.

Toda a All e AID de Candeias do Jamari é altamente malarígena.

Os serviços de saúde são bastante limitados. Consistem em uma Unidade Mista, dois Centros de Saúde e dois laboratórios particulares. A estrutura do município para a prevenção, controle e tratamento da malária é bastante limitada. Consiste em:

- uma Coordenação de Controle de Malária;
- 3 Agentes de Endemias para malária;
- 5 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC, um deles na All, no Assentamento Flor do Amazonas;
- 5 Microscopistas;
- 9 termonebulizadores costais;

- não existem viaturas exclusivas para malária. Para atender a todas as ações de saúde, o município dispõe de: 2 *pick-ups*, 1 moto e 5 barcos com motor de popa de 25 a 125HP.

As principais dificuldades relatadas foram:

- falta de recursos humanos, principalmente de profissional capacitado em entomologia;
- transporte insuficiente, principalmente de caminhonete 4x4 e motos;
- falta de equipamentos, como termonebulizadores, bombas guarani, EPI e GPS;
- falta de incentivo financeiro para as equipes se deslocarem para áreas rurais.

As principais necessidades são:

- contratação de 3 Agentes de Endemias;
- aquisição de uma caminhonete 4x4 cabine dupla;
- aquisição de equipamentos, como: EPIs, bombas de borrifação Guarany e termonebulizadores.



**Fotos 3.6.5-51 e 3.6.5-52** – Reunião na Secretaria Municipal de Saúde: Secretário de Saúde assina a Ata.

### *Porto Velho*

Porto Velho é disparado o 1º município do trajeto da LT em número de casos de malária e o 5º em risco de transmissão, com IPA de 59 em 2010. A sede do município tem muitos bairros com alta transmissão de malária, como: Tancredo Neves, Estrada do Santo Antônio, Pedrinhas, Candelária, Lagoa, Conjunto Cohab, Ulisses Guimaraes e São Francisco de Calama.

A LT percorrerá 13,7km no município de Porto Velho. Não deverá ser instalado canteiro em Porto Velho para a LT. Haverá um canteiro para a SE.

A população de Porto Velho, no corredor de 10km de estudos epidemiológicos, é de mais de 60 mil habitantes, correspondente a 19% da população total da All da LT e a 16% da população do município. Abrange toda a parte sul-sudeste da sede do município e várias localidades rurais.

Na AID de Porto Velho residem 821 pessoas: 400 na Comunidade Jerusalém da Amazônia, 160 na Parque Castanheira 2, 120 na Bacia Leiteira, 120 na Agrovila Porto Verde, com os demais moradores dispersos em grandes fazendas.

O risco de transmissão de malária é alto em toda a AII e AID de Porto Velho.

Os serviços de saúde de Porto Velho são referência para todo o Estado de Rondônia. Possui um grande hospital especializado para o tratamento da malária e outras doenças tropicais, o Centro de Medicina Tropical de Rondônia – CEMETRON. É um hospital de nível terciário, com 85 leitos e 53 médicos.

O município possui uma robusta estrutura de prevenção, controle e tratamento da malária, mas insuficiente diante da grande demanda decorrente da alta mobilidade populacional, de fluxos migratórios, da instalação simultânea de grandes projetos, como a construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e de várias linhas de transmissão.

Para o controle da malária, o município possui:

- uma Divisão de Controle de Vetores;
- uma Supervisão de Endemias no Escritório Regional de Saúde do 2ª Região do Estado;
- 21 Agentes de Endemias para malária;
- 13 Postos de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC;
- 10 termonebulizadores costais;
- 3 *pick-ups*;
- 12 motos.

A deficiência de transporte é a principal dificuldade enfrentada pelo município para o controle da malária, especialmente para as ações no controle de vetores.

As principais necessidades são:

- viaturas;
- EPIs;
- bombas de borrifação Guarany;
- termonebulizadores;
- microscópios;
- microcomputador com ponteira para instalação de programa para dados colhidos em GPS (mapeamento de linhas e localização de casos de malária para resposta rápida) + impressora.



Fotos 3.6.5-53 e 3.6.5-54 – Escritório Regional de Saúde do Estado de Rondônia: Coordenador Estadual de Malária. Reunião na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho.



Fotos 3.6.5-55 e 3.6.5-56 – Posto de Diagnóstico, Tratamento e Controle da Malária – PDTC em Porto Velho.

- **Estudos Entomológicos**

### **Caracterização Geral da Fauna de Dípteros Vetores de Doenças da Área de Influência Indireta (AI) do empreendimento**

Com base em dados dos trabalhos de BARBOSA, *et al.* (2008), FÉ *et al.* (2003), LOURENÇO-DE-OLIVIERA & LUZ (1996) e consulta à Coleção do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), foi elaborada uma lista de espécies de Culicidae e Psychodidae (Phlebotominae) de potencial ocorrência na Área de Influência Indireta do empreendimento (**Quadro 3.6.5-35**). Nessa mesma lista, estão relacionadas também as espécies registradas nos trabalhos de campo (dados primários).

No **Quadro 3.6.5-35**, consta o total de 67 táxons de mosquitos (66 táxons de 25 gêneros de Culicidae e um táxon de Psychodidae), sendo 14 pertencentes à subfamília Anophelinae, 52 à subfamília Culicinae e um táxon à subfamília Phlebotominae (Psychodidae). Cabe destacar que, das 50 espécies esperadas, nove foram registradas em campo e outras 17 são apontamentos novos para a região (**Quadro 3.6.5-35**).



Das espécies constantes na lista de potencial ocorrência, 42 táxons possuem importância epidemiológica por serem sabidamente vetores de alguma enfermidade (**Quadro 3.6.5-35**).

Todos os táxons da subfamília Anophelinae (Culicidae) são do gênero *Anopheles*. Na subfamília Culicinae, as tribos Sabethini e Aedini são as que estão melhor representadas (23,1% cada), seguidas pela tribo Culicini (21,2%). As tribos Aedeomyiini e Orthopodomyiini foram as menos representativas, com apenas uma espécie, cada (**Figura 3.6.5-41**).

A maioria dos táxons de mosquitos da lista de potencial ocorrência na All e registrados em campo é essencialmente noturna (29,9%). Os táxons de hábitos diurnos também têm grande representatividade (26,9%) e os crepusculares compõem 19,4% do total. Os menos representativos são os de atividade tanto noturna quanto crepuscular (9,0%) e aqueles com atividade tanto diurna quanto noturna (7,5%) (**Figura 3.6.5-42**).

O grande número de táxons noturnos pode representar grande incômodo e risco para a população que habita as Áreas de Influência do empreendimento, já que, durante a noite, geralmente, as pessoas se encontram em repouso e, eventualmente, menos protegidas.

**Quadro 3.6.5-35** – Lista de Espécies de Mosquitos (Culicídeos e Flebotomíneos) de Provável Ocorrência nas Áreas de Influência do Empreendimento, Importância Epidemiológica, Aspectos Ecológicos das Espécies

Táxon	Nome popular	Importância epidemiológica	Doenças associadas	Hábito	Referências
<b>Classe INSECTA</b>					
<b>Ordem DIPTERA</b>					
<b>Família CULICIDAE</b>					
<b>Sub-família ANOPHELINAE</b>					
<i>Anopheles argyritarsis</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico/ antropofílico; exófilo; crepuscular	C
<i>Anopheles darlingi</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	+++	Malária	antropofílico; endófilo; noturno	1, C
<i>Anopheles evansae</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	+	Malária	zoofílico; exófilo; crepuscular	C
<i>Anopheles galvaoi</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	++	Malária	zoofílico/ antropofílico; exófilo; crepuscular	2
<i>Anopheles mattogrossensis</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico/ antropofílico; exófilo; crepuscular	2
<i>Anopheles mediopunctatus</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico/ antropofílico; exófilo; crepuscular	2
<i>Anopheles nimbus</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; crepuscular	1, 4
<i>Anopheles nuneztovari</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	+	Malária	zoofílico/ eventualmente antropofílico; exófilo; crepuscular	1, C
<i>Anopheles oswaldoi</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	+	Malária	zoofílico/ eventualmente antropofílico; exófilo; crepuscular	1, C
<i>Anopheles peryassui</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico/ antropofílico; exófilo; crepuscular	2
<i>Anopheles shannoni</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; crepuscular	2
<i>Anopheles triannulatus</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	++	Malária	zoofílico; exófilo; crepuscular	3, 4
<i>Anopheles (Nyssorhynchus) sp. 01</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	?	?	?	C

Táxon	Nome popular	Importância epidemiológica	Doenças associadas	Hábito	Referências
<i>Anopheles (Nyssorhynchus) sp. 02</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	?	?	?	C
<b>Sub-família CULICINAE</b>					
<b>Tribo Aedeomyiini</b>					
<i>Aedeomyia squamipennis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico (ornitófilico); exófilo; noturno	1, 4
<b>Tribo Aedini</b>					
<i>Aedes aegypti</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+++	Dengue	antropofílico; diurno; endófilo	C
<i>Aedes argyrothorax</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arbovirose	zoofílico; exófilo; noturno	3
<i>Aedes fulvus</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Febre amarela	zoofílico/ antropofílico; silvestre; crepuscular	1
<i>Aedes serratus</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arbovírus	zoofílico/ antropofílico; silvestre; crepuscular	1, 3
<i>Haemagogus janthinomys</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+++	Febre amarela	Zoofílico; ocasionalmente antropofílico; acrodendrófilo; diurno	1, 3
<i>Haemagogus leucocelaenus</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+++	Febre amarela	Zoofílico; ocasionalmente antropofílico; acrodendrófilo; diurno	1
<i>Psorophora albipes</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	++	Flaviviruses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1
		+++	Vírus de Ilhéus		
<i>Psorophora amazonica</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1, 3, 4
<i>Psorophora ciliata</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno/noturno	C
<i>Psorophora circumflava</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1, 4

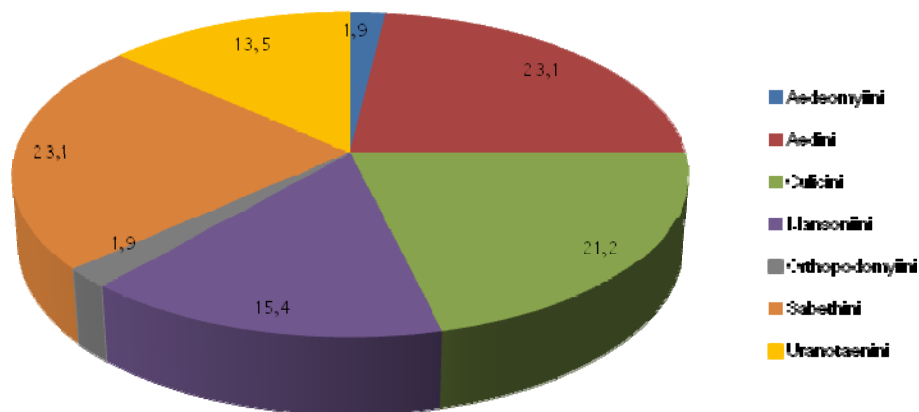
Táxon	Nome popular	Importância epidemiológica	Doenças associadas	Hábito	Referências
<i>Psorophora ferox</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+++	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	3, 4
<i>Psorophora lutzii</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	3
<b>Tribo Culicini</b>					
<i>Culex albinensis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico; exófilo; noturno	1
<i>Culex amazonensis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico; exófilo; noturno	1
<i>Culex bastagarius</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico; exófilo; noturno	1
<i>Culex coronator</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Encefalites	zoofílico (ornitofílico); exófilo; noturno	1
<i>Culex quinquefasciatus</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+++	Filariose	zoofílico/ antropofílico; endófilo; noturno	1
		++	Vírus Aropouche		
<i>Culex (Carrollia) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ ocasionalmente antropofílico; exófilo; noturno	C
<i>Culex (Culex) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	++	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo /endófilo; noturno	C
<i>Culex (Melanoconion) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	++	Arboviroses	zoofílico; exófilo; noturno/ crepusculares	C
<i>Culex (Microculex) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturno	C
<i>Culex (Phenacomyia) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturno	C
<i>Culex spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	?	C
<b>Tribo Mansoniini</b>					

Táxon	Nome popular	Importância epidemiológica	Doenças associadas	Hábito	Referências
<i>Coquillettidia chrysonotum</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	++	Vírus Aropouche	zoofílico/ antropofílico; exófilo/endófilo; noturno e crepuscular	C
<i>Coquillettidia hermanoi</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e crepuscular	1
		?	Vírus Aropouche		
<i>Coquillettidia lynchi</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e crepuscular	3
<i>Coquillettidia venezuelensis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	++	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e crepuscular	1, 3
		++	Vírus Aropouche		
<i>Mansonia humeralis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e diurno	1, 4
<i>Mansonia amazonensis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e diurno	C
<i>Mansonia pseudotitillans</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e diurno	3
<i>Mansonia titillans</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo; noturno e diurno	1, 3
<b>Tribo Orthopodomyiini</b>					
<i>Orthopodomyia fascipes</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico (ornitofílico); exófilo; ?	1, 3, 4
<b>Tribo Sabethini</b>					
<i>Limatus asulleptus</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1
<i>Limatus durhami</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1, 4

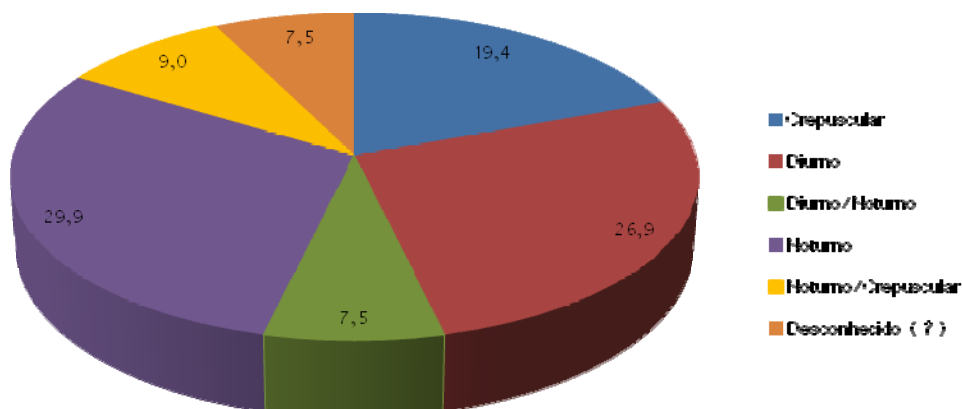
Táxon	Nome popular	Importância epidemiológica	Doenças associadas	Hábito	Referências
<i>Limatus paraensis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	3
<i>Sabethes belisarioi</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; acrodendrófilo; diurno	1, 4
<i>Sabethes bipartipes</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; acrodendrófilo; diurno	1, 4
<i>Sabethes cyaneus</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; acrodendrófilo; diurno	3, 4
<i>Sabethes forattinii</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	+	Arboviroses	zoofílico/ antropofílico; acrodendrófilo; diurno	1
<i>Toxorhynchites haemorrhoidalis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	?	?	1
<i>Trichoprosopon digitatum</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	1
<i>Wyeomyia aporonoma</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	?	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1
<i>Wyeomyia luteoventralis</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	?	zoofílico/ antropofílico; exófilo/ endófilo diurno	3
<i>Wyeomyia melanocephala</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	?	?	zoofílico/ antropofílico; exófilo; diurno	1
<b>Tribo Uranotaenini</b>					
<i>Uranotaenia calosomata</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	3
<i>Uranotaenia ditaenionota</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	3
<i>Uranotaenia geometrica</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	1, 3, 4
<i>Uranotaenia lowii</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	C

Táxon	Nome popular	Importância epidemiológica	Doenças associadas	Hábito	Referências
<i>Uranotaenia pulcherrima</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	3, 4
<i>Uranotaenia</i> sp. 01	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	C
<i>Uranotaenia</i> sp. 02	mosquito, pernilongo, carapanã	-	-	zoofílico; exófilo; noturnos	C
<b>Família PSYCHODIDAE</b>					
Sub-família PHLEBOTOMINAE	Mosquito palha	+++	Leishmaniose	zoofílico/ antropofílico; endófilo; crepuscular/ noturno	4

**Legenda:** As espécies destacadas em cinza foram coletadas em campo. Na coluna importância epidemiológica, os símbolos se referem à importância da espécie como vetora da doença, sendo (-) nenhuma importância conhecida, (+) baixa importância, (++) importância moderada, (+++) grande importância, (?) dúvida sobre o grau de importância epidemiológica. Coluna referências: 1 = FÉ *et al.*, 2003; 2 = LOURENÇO DE OLIVIERA & LUZ, 1996; 3 = BARBOSA *et al.*, 2008; FÉ *et al.*, 2003; 4 = Coleção do INPA; C = dados exclusivos de campo.



**Figura 3.6.5-41** – Proporção do número de espécies por tribo de mosquitos da subfamília Culicinae de potencial ocorrência e registradas na All do empreendimento.



**Figura 3.6.5-42** – Proporção de espécies de mosquitos (potencial ocorrência e verificadas na All do empreendimento) por período de atividade.

Quarenta e um táxons de potencial ocorrência e registrados na Área de Influência Indireta do empreendimento são antropofílicos ou ocasionalmente antropofílicos (se alimentam de sangue humano), sendo que 13 deles são endófilos (ocorrem dentro de domicílios), mesmo que esporadicamente (**Quadro 3.6.5-35**). Devido a essa estreita relação com o Homem, alterações ambientais podem provocar mudanças na dinâmica das populações desses vetores, incrementando os riscos à saúde das comunidades inseridas nas Áreas de Influência do empreendimento.



A fauna de anofelinos da Região Amazônica tem sido bem estudada, devido a sua importância como vetores da malária, que, no Brasil, está praticamente restrita a essa região. Das 14 espécies registradas e/ou de potencial ocorrência na All do empreendimento, seis têm alguma capacidade vetora da malária conhecida, sendo *Anopheles darlingi* o principal vetor da doença no Brasil (**Quadro 3.6.5-35**).

### **Caracterização das Espécies Vectors nas Estações Amostrais**

Foram coletados 1.338 indivíduos adultos utilizando-se as armadilhas tipo CDC-HP, sendo 1.244 da família Culicidae, distribuídos em 25 táxons e divididos em duas subfamílias (Culicinae e Anophelinae); e 94 indivíduos da família Psychodidae (subfamília Flebothominae) (**Quadro 3.6.5-36**).

Com relação aos vetores da malária, foram coletados apenas 12 anofelinos adultos (7 espécies), sendo esses insetos registrados somente nas estações amostrais VE13 e VE14, localizadas em Pimenta Bueno/RO (Marco Rondon), VE15 em Cacoal/RO (Distrito de Riozinho), VE19 em Ji-Paraná/RO (Sede), VE37 em Candeias do Jamari/RO (Sede) e VE42 em Porto Velho/RO (Bairro Cidade Jardim) (**Quadro 3.6.5-36**).

A espécie *Anopheles darlingi*, que é o principal vetor da malária no Brasil, foi registrada em apenas duas estações de amostragem (VE13 – Pimenta Bueno/RO, Marco Rondon e VE42 – Porto Velho/RO, Bairro Cidade Jardim) sendo que, em ambas as localidades, o registro foi exclusivamente no ambiente intradomiciliar. De fato, esse é o anofelino mais antropofílico e de comportamento endófilo mais acentuado dentre os outros listados no **Quadro 3.6.5-35** (OLIVEIRA-FERREIRA *et al.*, 1992) e tem hábito noturno.

A simples presença de *A. darlingi* em regiões onde ocorre a malária é um fator importante na transmissão da doença, pois a difusão do protozoário pode continuar mesmo em baixas densidades populacionais do mosquito vetor (DEANE, 1986). Para tal, basta o anofelino estar infectado pelo *Plasmodium*. Portanto, o registro da ocorrência da espécie em alguma localidade pode significar que a região é suscetível a epidemias de malária. Ademais, a ausência de registro não significa que a região estaria fora de risco de disseminação da doença.

Outras duas espécies (*A. nuneztovari* e *A. oswaldoi*) registradas nas estações VE15 e VE42, ambas em peridomicílio, são consideradas vetores secundários da malária. Essas espécies são encontradas naturalmente infectadas em algumas áreas endêmicas, especialmente quando coexistem com *A. darlingi*. São fundamentalmente exófilas e zoofílicas, mas quando estão em densidade elevada ou quando seus hospedeiros preferenciais não estão presentes, podem se alimentar do sangue humano. Assim, eventualmente, podem infectar-se ao sugar portadores de gametócitos de plasmódios em áreas cuja endemicidade fora desencadeada e mantida à custa de *A. darlingi*.

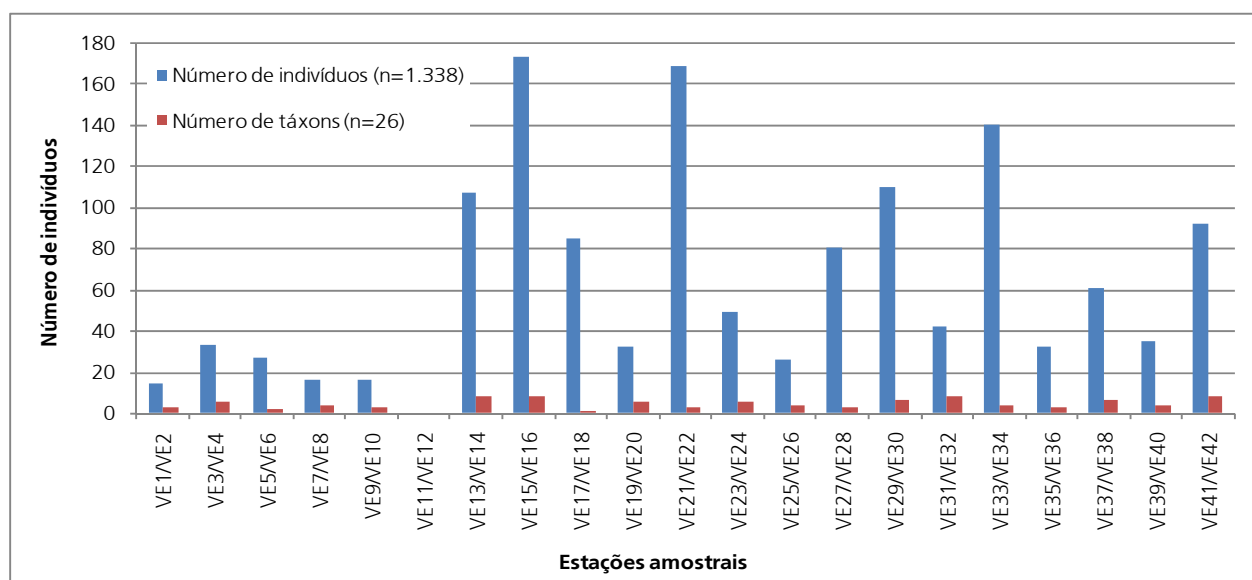
A espécie *A. darlingi* é o anofelino que mais se beneficia das alterações que o Homem produz no meio silvestre, devido ao seu comportamento endófilo e ao alto grau de

antropofilia. Por isso, a malária está ligada principalmente às mudanças ambientais (SAWYER & SAWYER, 1992). O desmatamento agregado ao fluxo migratório de pessoas que possam ter contato direto com os vetores podem acarretar epidemias (MARQUES & PINHEIRO, 1982).

A grande maioria dos mosquitos coletados pertence ao gênero *Culex*. Esses mosquitos são atraídos pela luz e, muitas vezes, são muito representativos em amostras coletadas com armadilhas luminosas (CONSOLO & OLIVEIRA, 1994), como a CDC-HP utilizada neste estudo. Além disso, eles utilizam uma grande variedade de criadouros, podendo ser ensolarados ou sombreados, de águas límpidas ou turvas (charcos, pântanos, nascentes represadas, etc.) ou transitórios (vales de drenagem, poças, impressão de pneus ou patas de animais), o que favorece a ocorrência deles em vários locais (CONSOLE & OLIVEIRA, 1994) e em todas as épocas do ano.

As localidades VE15/VE16 (Cacoal/MT; Distrito de Riozinho) e VE21/VE22 (Ouro Preto do Oeste/RO – Sede) foram as que apresentaram maior abundância de mosquitos, com 173 e 168 indivíduos, respectivamente. Na localidade VE11/VE12 (Chupinguaia/RO – Pimenta Bueno/RO; Vila Guaporé – Vila Urucu Macuã), não foram coletados mosquitos (**Figura 3.6.5-43**).

No geral, tanto a abundância quanto a riqueza em espécies de mosquitos nos pontos amostrados foram baixos. Em nenhuma das estações, foram registradas mais de oito espécies de mosquitos, como é o caso de VE13/VE14, VE15/VE16, VE31/VE32 e VE41/VE42 (ver **Figura 3.6.5-43**).



**Figura 3.6.5-43** – Riqueza e abundância de mosquitos nas localidades amostradas.

**Quadro 3.6.5-36** – Abundância de mosquitos em cada ponto amostrado nas localidades inseridas nas Áreas de Influência do empreendimento.

ESTAÇÃO AMOSTRAL	POSICIONAMENTO	<i>Anopheles argyritarsis</i>	<i>Anopheles darlingi</i>	<i>Anopheles evansae</i>	<i>Anopheles nuneztovari</i>	<i>Anopheles oswaldoi</i>	<i>Anopheles</i> sp. 01	<i>Anopheles</i> sp. 02	<i>Aedes aegypti</i>	<i>Psorophora (Psorophora) ciliata</i>	<i>Aedeomyia squamipennis</i>	<i>Coquillettidia chrysonotum</i>	<i>Mansonia amazonensis</i>	<i>Mansonia pseudotitillans</i>	<i>Culex</i> spp.	<i>Culex (Carrollia)</i> spp.	<i>Culex (Culex)</i> spp.	<i>Culex (Melanoconion)</i> spp.	<i>Culex (Microculex)</i> spp.	<i>Culex (Phenacomyia)</i> spp.	<i>Uranotaenia calosomata</i>	<i>Uranotaenia geometrica</i>	<i>Uranotaenia lowii</i>	<i>Uranotaenia pulcherrima</i>	<i>Uranotaenia</i> sp. 01	<i>Uranotaenia</i> sp. 02	Phlebotominae	TOTAL
		VE01	Intra																1									
Peri																	1											
VE02	Intra																2											2
	Peri																					8					2	10
VE03	Intra																2											2
	Peri																7	1						2				10
VE04	Intra																18	1										19
	Peri																					1	1					2
VE05	Intra																											0
	Peri																											0
VE06	Intra										1						25											26
	Peri																1											1
VE07	Intra																1	1										2
	Peri																1									2		3
VE08	Intra																3	1										4
	Peri																						3				4	7

ESTAÇÃO AMOSTRAL	POSICIONAMENTO	<i>Anopheles argyritarsis</i>	<i>Anopheles darlingi</i>	<i>Anopheles evansae</i>	<i>Anopheles nuneztovari</i>	<i>Anopheles oswaldoi</i>	<i>Anopheles sp. 01</i>	<i>Anopheles sp. 02</i>	<i>Aedes aegypti</i>	<i>Psorophora (Psorophora) ciliata</i>	<i>Aedeomyia squamipennis</i>	<i>Coquillettidia chrysonotum</i>	<i>Mansonia amazonensis</i>	<i>Mansonia pseudotitillans</i>	<i>Culex spp.</i>	<i>Culex (Carrollia) spp.</i>	<i>Culex (Culex) spp.</i>	<i>Culex (Melanoconion) spp.</i>	<i>Culex (Microculex) spp.</i>	<i>Culex (Phenacomyia) spp.</i>	<i>Uranotaenia calosomata</i>	<i>Uranotaenia geometrica</i>	<i>Uranotaenia lowii</i>	<i>Uranotaenia pulcherrima</i>	<i>Uranotaenia sp. 01</i>	<i>Uranotaenia sp. 02</i>	Phlebotominae	TOTAL
		VE09	Intra															7	1									
Peri																1												<b>1</b>
VE10	Intra									1						5												<b>6</b>
	Peri															1												<b>1</b>
VE11	Intra																										<b>0</b>	
	Peri																										<b>0</b>	
VE12	Intra																										<b>0</b>	
	Peri																										<b>0</b>	
VE13	Intra		1				1							1		30											<b>33</b>	
	Peri									1						3											<b>4</b>	
VE14	Intra															21	2								4		<b>27</b>	
	Peri	1														4	1								37		<b>43</b>	
VE15	Intra						1				1					45	3					1					<b>51</b>	
	Peri	1				1										14	8								5		<b>29</b>	
VE16	Intra															73											<b>73</b>	
	Peri															16	4										<b>20</b>	
VE17	Intra															15											<b>15</b>	
	Peri															21											<b>21</b>	

ESTAÇÃO AMOSTRAL	POSICIONAMENTO	<i>Anopheles argyritarsis</i>	<i>Anopheles darlingi</i>	<i>Anopheles evansae</i>	<i>Anopheles nuneztovari</i>	<i>Anopheles oswaldoi</i>	<i>Anopheles</i> sp. 01	<i>Anopheles</i> sp. 02	<i>Aedes aegypti</i>	<i>Psorophora (Psorophora) ciliata</i>	<i>Aedeomyia squamipennis</i>	<i>Coquillettidia chrysonotum</i>	<i>Mansonia amazonensis</i>	<i>Mansonia pseudotitillans</i>	<i>Culex</i> spp.	<i>Culex (Carrollia) spp.</i>	<i>Culex (Culex) spp.</i>	<i>Culex (Melanoconion) spp.</i>	<i>Culex (Microculex) spp.</i>	<i>Culex (Phenacomyia) spp.</i>	<i>Uranotaenia calosomata</i>	<i>Uranotaenia geometrica</i>	<i>Uranotaenia lowii</i>	<i>Uranotaenia pulcherrima</i>	<i>Uranotaenia</i> sp. 01	<i>Uranotaenia</i> sp. 02	Phlebotominae	TOTAL
		VE18	Intra															39										
	Peri															10												10
VE19	Intra															3							2					5
	Peri						1																					1
VE20	Intra															19										1	20	
	Peri										1					5												6
VE21	Intra															80	1											81
	Peri															6												6
VE22	Intra												1			48												49
	Peri															11	21											32
VE23	Intra									1						11												12
	Peri													1		21												22
VE24	Intra															1										1	2	
	Peri							1							2	10												13
VE25	Intra														2	4	3											9
	Peri																					2						2
VE26	Intra																											0
	Peri															13	2											15

ESTAÇÃO AMOSTRAL	POSICIONAMENTO	<i>Anopheles argyritarsis</i>	<i>Anopheles darlingi</i>	<i>Anopheles evansae</i>	<i>Anopheles nuneztovari</i>	<i>Anopheles oswaldoi</i>	<i>Anopheles sp. 01</i>	<i>Anopheles sp. 02</i>	<i>Aedes aegypti</i>	<i>Psorophora (Psorophora) ciliata</i>	<i>Aedeomyia squamipennis</i>	<i>Coquillettidia chrysonotum</i>	<i>Mansonia amazonensis</i>	<i>Mansonia pseudotitillans</i>	<i>Culex spp.</i>	<i>Culex (Carrollia) spp.</i>	<i>Culex (Culex) spp.</i>	<i>Culex (Melanoconion) spp.</i>	<i>Culex (Microculex) spp.</i>	<i>Culex (Phenacomyia) spp.</i>	<i>Uranotaenia calosomata</i>	<i>Uranotaenia geometrica</i>	<i>Uranotaenia lowii</i>	<i>Uranotaenia pulcherrima</i>	<i>Uranotaenia sp. 01</i>	<i>Uranotaenia sp. 02</i>	Phlebotominae	TOTAL	
		VE27	Intra														1		9										
Peri															1		17			1									<b>19</b>
VE28	Intra																51												<b>51</b>
	Peri																											<b>0</b>	
VE29	Intra														1	1	2	1											<b>5</b>
	Peri														1	1	2	14									5	<b>23</b>	
VE30	Intra																10											<b>10</b>	
	Peri									2					1			68									1	<b>72</b>	
VE31	Intra																	4									3	<b>7</b>	
	Peri														1		2	11						1	1	1	1	<b>18</b>	
VE32	Intra										1						6										2	<b>9</b>	
	Peri														1			7										<b>8</b>	
VE33	Intra																68	1										<b>69</b>	
	Peri																9									1		<b>10</b>	
VE34	Intra																20	1	1									<b>22</b>	
	Peri																30		2							7		<b>39</b>	
VE35	Intra																10	1										<b>11</b>	
	Peri																1	2								1		<b>4</b>	

ESTAÇÃO AMOSTRAL	POSICIONAMENTO	Espécies de Mosquitos																							TOTAL						
		<i>Anopheles argyritarsis</i>	<i>Anopheles darlingi</i>	<i>Anopheles evansae</i>	<i>Anopheles nuneztovari</i>	<i>Anopheles oswaldoi</i>	<i>Anopheles</i> sp. 01	<i>Anopheles</i> sp. 02	<i>Aedes aegypti</i>	<i>Psorophora (Psorophora) ciliata</i>	<i>Aedeomyia squamipennis</i>	<i>Coquillettidia chrysonotum</i>	<i>Mansonia amazonensis</i>	<i>Mansonia pseudotitillans</i>	<i>Culex</i> spp.	<i>Culex (Carrollia)</i> spp.	<i>Culex (Culex)</i> spp.	<i>Culex (Melanoconion)</i> spp.	<i>Culex (Microculex)</i> spp.	<i>Culex (Phenacomyia)</i> spp.	<i>Uranotaenia calosomata</i>	<i>Uranotaenia geometrica</i>	<i>Uranotaenia lowii</i>	<i>Uranotaenia pulcherrima</i>		<i>Uranotaenia</i> sp. 01	<i>Uranotaenia</i> sp. 02	Phlebotominae			
VE36	Intra															1	1														<b>2</b>
	Peri															4	8												3	<b>15</b>	
VE37	Intra															6	2											8	<b>16</b>		
	Peri						1	1								15	9													<b>26</b>	
VE38	Intra															8													<b>8</b>		
	Peri													1		9	1												<b>11</b>		
VE39	Intra															13													<b>13</b>		
	Peri													1		8													<b>9</b>		
VE40	Intra															4	6												<b>10</b>		
	Peri																										3	<b>3</b>			
VE41	Intra																												<b>0</b>		
	Peri										1					2	5												<b>8</b>		
VE42	Intra		1													44											2	<b>47</b>			
	Peri			1	1						1					8	24					1					1	<b>37</b>			
<b>TOTAL</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>958</b>	<b>216</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>94</b>	<b>1338</b>			

A espécie de mosquito *Culex (Culex) spp.* foi a dominante no total da amostra (71,6%) e em todas as localidades, quando analisadas separadamente. Em nove localidades, *C. (Culex) spp.* representou mais de 80% da amostra, sendo que, em Cacoal (Sede)/RO, 100% dos mosquitos coletados pertencem a este táxon (**Quadro 3.6.5-36**).

A riqueza e diversidade de mosquitos nas localidades estudadas foram baixas (**Quadro 3.6.5-37**). Esses valores eram esperados, considerando que as coletas foram realizadas em áreas urbanas, contemplando apenas aquelas espécies adaptadas a esse tipo de ambiente.

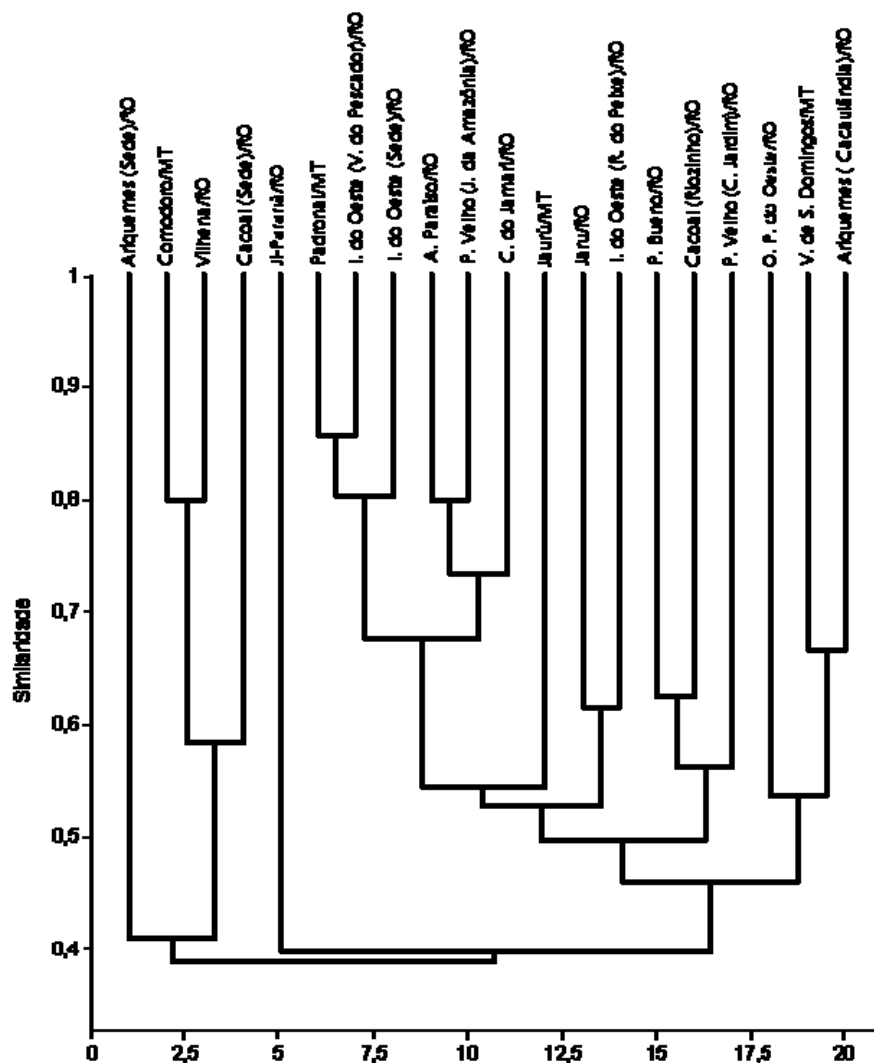
**Quadro 3.6.5-37** – Valores de Abundância (A), Riqueza (S) e Diversidade (H) em espécies, Equitabilidade (J) e Dominância (D) das comunidades de mosquitos vetores em cada uma das 21 localidades estudadas, ao longo da diretriz da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

Localidade	Abundância	Riqueza	Diversidade	Equitabilidade	Dominância
Jauru/MT	14	3	0,956	0,8699	0,4286
Vale de São Domingos/MT	33	5	0,716	0,4448	0,6786
Comodoro/MT	27	2	0,158	0,2285	0,9287
Comodoro (Padronal)/MT	16	4	1,31	0,9414	0,2891
Vilhena/RO	16	3	0,463	0,4218	0,7734
Chupinguaia/RO	0	0	0	0	0
Pimenta Bueno/RO	107	8	1,018	0,4896	0,4419
Cacoal (Riozinho)/RO	173	8	0,597	0,287	0,7404
Cacoal (Sede)/RO	85	1	0	0	1
Ji-Paraná/RO	32	5	0,642	0,3986	0,7188
Ouro Preto do Oeste/RO	168	3	0,424	0,3857	0,7621
Jaru/RO	49	5	0,524	0,3255	0,7751
Ariquemes (Cacaulândia)/RO	26	4	0,989	0,7137	0,4763
Ariquemes (Sede)/RO	80	3	0,184	0,1673	0,9272
Alto Paraíso/RO	110	6	0,878	0,4897	0,5899
Itapuã do Oeste (Rey do Peixe)/RO	42	8	1,433	0,6894	0,3356
Itapuã do Oeste (Sede)/RO	140	4	0,395	0,2849	0,8268
Itapuã do Oeste (Vila do Pescador)/RO	32	3	0,974	0,8869	0,4063
Candeias do Jamarí/RO	61	6	1,083	0,6046	0,4448
Porto Velho (Jerusalém da Amazônia)/RO	35	4	0,855	0,6166	0,5478
Porto Velho (Cidade Jardim)/RO	92	8	1,068	0,5137	0,4459
TOTAL	1338	26	1,015	0,3116	0,5439



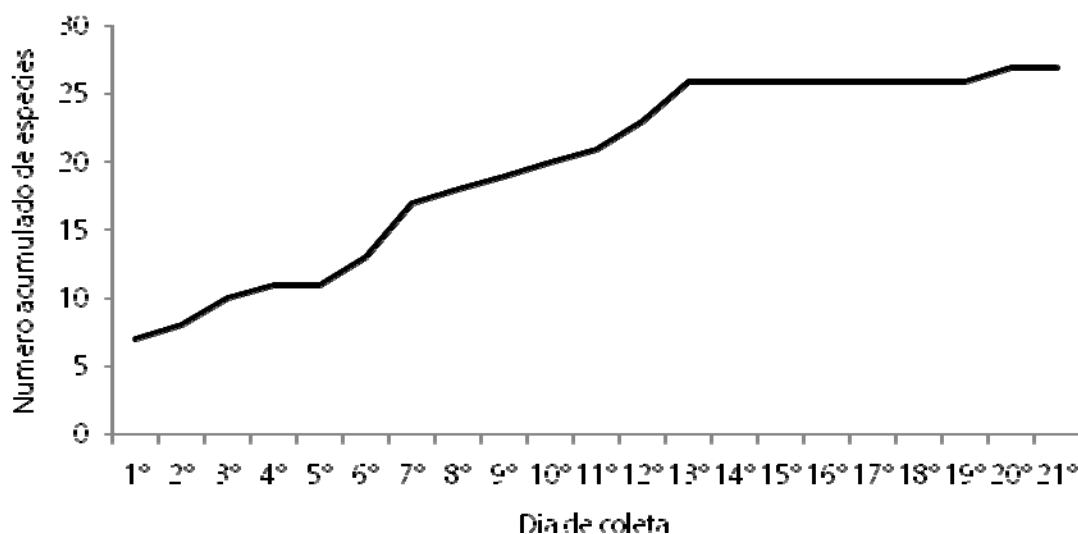
O dendrograma representativo da similaridade entre as faunas de mosquitos culicídeos e flebotomíneos das 21 localidades estudadas (**Figura 3.6.5-44**) demonstra a formação de dois grupos pouco similares entre si (39%). O primeiro grupo contempla apenas quatro localidades: Ariquemes (Sede)/RO, Comodoro/MT, Vilhena/RO e Cacoal (Sede)/RO. No segundo grupo, o município de Ji-Paraná/RO foi o que apresentou menor similaridade com as outras localidades (40%). A maior semelhança ocorreu entre as localidades Comodoro (Padronal)/MT e Itapoã do Oeste (Vila do Pescador)/RO, 86% de similaridade.

Nota-se que a semelhança entre as faunas de mosquitos das localidades analisadas não está relacionada à proximidade espacial entre elas. Este resultado, provavelmente, está atrelado à existência de microambientes apropriados para a reprodução desses animais e de fontes de repastos. Cabe registrar que, de maneira geral, os mosquitos têm mobilidade reduzida, ou seja, executam apenas curtos deslocamentos.



**Figura 3.6.5-44** – Dendrograma representativo da similaridade da fauna de mosquitos culicídeos e flebotomíneos das amostras coletadas, com base na presença ou ausência das espécies. A localidade Chupinguaia/RO não foi incluída na análise, tendo em vista que nenhum indivíduo foi lá coletado.

A curva de acumulação de espécies de mosquitos apresentou uma tendência à estabilização (**Figura 3.6.5-45**), o que indica que a amostra é representativa da fauna de culicídeos e flobotomíneos, no período em que as coletas foram realizadas.



**Figura 3.6.5-45** – Curva de acumulação de espécies de mosquitos culicídeos e flebotomíneos por dia de coleta, nas 21 localidades estudadas ao longo da diretriz da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

Com relação a possíveis criadouros de *Anopheles*, no total, foram localizados e investigados 183, sendo a maioria deles artificiais. A lista de criadouros com suas localizações estão apresentadas no **Quadro 3.6.5-38**. Em nenhum dos criadouros investigados, foram coletados indivíduos imaturos de anofelinos, embora tenham sido localizadas várias larvas de outros culicídeos. No entanto, na prática, todos os depósitos de água registrados poderiam servir de criadouros para anofelinos.

**Quadro 3.6.5-38** – Possíveis criadouros localizados e investigados em cada localidade visitada.

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE1	Jauru/MT	1	Artificial (Foto 3.6.5-57)	21L 0299886/ 8303599
VE1		2	Artificial	21L 0299778/ 8303481
VE1		3	Natural (Foto 3.6.5-58)	21L 0299750/ 8303565
VE1		4	Natural	21L 0299664/ 8303610
VE2		5	Artificial	21L 0299681/ 8303570

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)	
VE3	Vale de S. Domingos/MT	6	Artificial <b>(Foto 3.6.5-59)</b>	21L 0283392/ 8335767	
VE3		7	Natural <b>(Foto 3.6.5-60)</b>	21L 0283602/ 8335558	
VE5	Comodoro/MT (Sede)	8	Artificial <b>(Foto 3.6.5-61)</b>	21L 0199285/ 8489289	
VE5		9	Artificial <b>(Foto 3.6.5-62)</b>	21L 0199244/ 8489196	
VE6		10	Artificial	21L 0199097/ 8489094	
VE6		11	Artificial	21L 0199116/ 8489304	
VE7	Comodoro/MT (Padronal)	12	Artificial <b>(Foto 3.6.5-63)</b>	21L 0188508/ 8541250	
VE7		13	Artificial	21L 0188531/ 8541234	
VE7		14	Artificial	21L 0188546/ 8541223	
VE7		15	Artificial	21L 0188515/ 8541278	
VE7		16	Artificial <b>(Foto 3.6.5-26)</b>	21L 0188519/ 8541267	
VE8		17	Artificial	21L 0188283/ 8541611	
VE8		18	Artificial	21L 0188306/ 8541606	
VE8		19	Artificial	21L 0188190/ 8541764	
VE9		Vilhena/RO	20	Artificial	20L 0806986/ 8589263
VE9			21	Artificial <b>(Foto 3.6.5-64)</b>	20L 0806948/ 8589086
VE9	22		Artificial	20L 0806938/ 8589245	
VE9	23		Artificial	20L 0806854/ 8589234	
VE9	24		Artificial	20L 0806670/ 8589267	
VE10	25		Artificial	20L 0806414/ 8589360	
VE10	26		Artificial	20L 0806314/ 8589299	
VE10	27		Artificial <b>(Foto 3.6.5-65)</b>	20L 0806282/ 8589325	

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE13	Pimenta Bueno/RO	28	Artificial	20L 0733630/ 8670793
VE13		29	Artificial <b>(Foto 3.6.5-66)</b>	20L 0733625/ 8670796
VE13		30	Artificial	20L 0733518/ 8670827
VE13		31	Artificial	20L 0733449/ 8670863
VE13		32	Artificial <b>(Foto 3.6.5-67)</b>	20L 0733460/ 8670830
VE13		33	Natural	20L 0733457/ 8670829
VE13		34	Artificial <b>(Foto 3.6.5-68)</b>	20L 0733390/ 8671101
VE15	Cacoal/RO (Riozinho)	35	Natural	20L 0678979/ 8727895
VE15		36	Artificial <b>(Foto 3.6.5-69)</b>	20L 0678891/ 8727912
VE15		37	Natural	20L 0678953/ 8727938
VE15		38	Artificial <b>(Foto 3.6.5-70)</b>	20L 0678862/ 8727964
VE15		39	Natural	20L 0678795/ 8728223
VE15		40	Artificial	20L 0678710/ 8728152
VE15		41	Artificial	20L 0678697/ 8728145
VE16		42	Natural <b>(Foto 3.6.5-71)</b>	20L 0678907/ 8727834
VE16		43	Artificial	20L 0678860/ 8727837
VE16		44	Artificial	20L 0678882/ 8727861
VE16		45	Artificial	20L 0678856/ 8727898
VE16		46	Artificial <b>(Foto 3.6.5-72)</b>	20L 0678858/ 8727899
VE16		47	Artificial	20L 0678757/ 8727962

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE17	Cacoal/RO (Sede)	48	Artificial <b>(Foto 3.6.5-73)</b>	20L 0671127/ 8737394
VE17		49	Artificial	20L 0671122/ 8737388
VE17		50	Artificial	20L 0671010/ 8737319
VE18		51	Artificial	20L 0670920/ 8737361
VE18		52	Artificial <b>(Foto 3.6.5-74)</b>	20L 0670913/ 8737331
VE18		53	Artificial	20L 0670878/ 8737371
VE18		54	Artificial <b>(Foto 3.6.5-75)</b>	20L 0670846/ 8737342
VE18		55	Artificial	20L 0670834/ 8737350
VE19		Ji-Paraná/RO	56	Artificial
VE19	57		Artificial	20L 0619825/ 8799310
VE19	58		Artificial	20L 0619833/ 8799311
VE19	59		Artificial	20L 0619814/ 8799315
VE19	60		Artificial	20L 0619821/ 8799336
VE19	61		Artificial	20L 0619855/ 8799231
VE19	62		Artificial	20L 0619869/ 8799235
VE20	63		Artificial <b>(Foto 3.6.5-76)</b>	20L 0619552/ 8799271
VE20	64		Artificial	20L 0619527/ 8799264
VE20	65		Artificial	20L 0619499/ 8799277
VE20	66		Artificial	20L 0619510/ 8799297
VE20	67		Artificial <b>(Foto 3.6.5-77)</b>	20L 0619455/ 8799338
VE20	68		Artificial <b>(Foto 3.6.5-78)</b>	20L 0619469/ 8799334
VE20	69		Artificial	20L 0619468/ 8799342

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE20	Ji-Paraná/RO (cont.)	70	Artificial	20L 0619413/ 8799284
VE20		71	Artificial <b>(Foto 3.6.5-79)</b>	20L 0619415/ 8799286
VE20		72	Artificial	20L 0619404/ 8799283
VE20		73	Artificial	20L 0619395/ 8799261
VE21	Ouro Preto do Oeste/RO	74	Artificial <b>(Foto 3.6.5-80)</b>	20L 0582429/ 8816482
VE21		75	Artificial	20L 0582405/ 8816529
VE21		76	Artificial	20L 0582345/ 8816527
VE21		77	Artificial	20L 0582388/ 8816550
VE21		78	Artificial	20L 0582393/ 8816554
VE21		79	Artificial	20L 0582395/ 8816553
VE21		80	Artificial	20L 0582459/ 8816516
VE21		81	Artificial <b>(Foto 3.6.5-81)</b>	20L 0582473/ 8816518
VE21		82	Artificial	20L 0582410/ 8816580
VE22		83	Natural <b>(Foto 3.6.5-82)</b>	20L 0852193/ 8816287
VE22		84	Artificial <b>(Foto 3.6.5-83)</b>	20L 0852252/ 8816439
VE22		85	Artificial	20L 0852338/ 8816474
VE22		86	Artificial	20L 0852369/ 8816497
VE23		Jaru/RO	87	Artificial
VE23	88		Artificial <b>(Foto 3.6.5-84)</b>	20L 0557792/ 8848293
VE23	89		Artificial	20L 0557811/ 8848270
VE23	90		Artificial	20L 0557873/ 8848257
VE23	91		Artificial	20L 0557919/ 8848237

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE23	Jaru/RO (cont.)	92	Artificial	20L 0557899/ 8848152
VE24		93	Artificial <b>(Foto 3.6.5-85)</b>	20L 0557787/ 8848159
VE24		94	Artificial	20L 0557758/ 8848150
VE24		95	Artificial	20L 0557736/ 8848105
VE24		96	Artificial	20L 0557752/ 8848072
VE24		97	Natural <b>(Foto 3.6.5-86)</b>	20L 0557741/ 8848072
VE24		98	Artificial	20L 0557728/ 8848092
VE24		99	Artificial <b>(Foto 3.6.5-87)</b>	20L 0557755/ 8848078
VE25		Ariquemes/RO-Cacaulândia/RO	100	Artificial
VE25	101		Artificial <b>(Foto 3.6.5-88)</b>	20L 0519542/ 8874348
VE25	102		Natural <b>(Foto 3.6.5-89)</b>	20L 0519446/ 8874299
VE25	103		Natural	20L 0519451/ 8874278
VE25	104		Natural	20L 0519514/ 8874133
VE26	105		Artificial <b>(Foto 3.6.5-90)</b>	20L 0519225/ 8874628
VE26	106		Artificial	20L 0519194/ 8874625
VE26	107		Artificial	20L 0519193/ 8874613
VE26	108		Artificial	20L 0519183/ 8874602
VE26	109		Artificial	20L 0519263/ 8874515
VE26	110		Artificial	20L 0519273/ 8874506
VE26	111		Artificial	20L 0519297/ 8874488
VE26	112		Artificial <b>(Foto 3.6.5-91)</b>	20L 0519363/ 8874442

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)	
VE27	Ariquemes/RO (Sede)	113	Artificial <b>(Foto 3.6.5-92)</b>	20L 0499000/ 8904372	
VE29	Alto Paraíso/RO (Vila do Rio Preto)	114	Artificial	20L 0488833/ 8952201	
VE29		115	Artificial	20L 0488808/ 8952191	
VE29		116	Artificial <b>(Foto 3.6.5-93)</b>	20L 0488803/ 8952213	
VE29		117	Artificial	20L 0488789/ 8952202	
VE29		118	Artificial	20L 0488781/ 8952209	
VE29		119	Natural <b>(Foto 3.6.5-94)</b>	20L 0488778/ 8952200	
VE30		120	Artificial <b>(Foto 3.6.5-95)</b>	20L 0488766/ 8952208	
VE30		121	Artificial	20L 0488766/ 8952217	
VE30		122	Artificial	20L 0488752/ 8952212	
VE30		123	Artificial	20L 0488727/ 8952192	
VE31		Itapoã do Oeste/RO (Vila do Rey do Peixe)	124	Artificial	20L 0486776/ 8959266
VE31			125	Artificial	20L 0486824/ 8959194
VE31			126	Artificial <b>(Foto 3.6.5-96)</b>	20L 0486803/ 8959144
VE31	127		Artificial	20L 0486824/ 8959180	
VE31	128		Artificial	20L 0486856/ 8959121	
VE32	129		Artificial	20L 0486891/ 8959045	
VE32	130		Artificial	20L 0486920/ 8959049	
VE32	131		Artificial	20L 0486926/ 8959038	
VE32	132		Artificial <b>(Foto 3.6.5-97)</b>	20L 0486992/ 8958905	
VE32	133		Artificial	20L 0486986/ 8958906	
VE32	134		Artificial	20L 0486912/ 8958795	
VE32	135		Artificial <b>(Foto 3.6.5-98)</b>	20L 0487031/ 8958854	



Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE32	Itapoã do Oeste/RO (Vila do Rey do Peixe) (cont.)	136	Artificial	20L 0487036/ 8958830
VE32		137	Artificial	20L 0487063/ 8958840
VE32		138	Artificial	20L 0487073/ 8958818
VE32		139	Artificial	20L 0487083/ 8958814
VE32		140	Artificial	20L 0487085/ 8958809
VE32		141	Artificial <b>(Foto 3.6.5-99)</b>	20L 0487097/ 8958753
VE33	Itapoã do Oeste/RO (Sede)	142	Artificial	20L 0480048/ 8983891
VE33		143	Artificial	20L 0480121/ 8983924
VE33		144	Artificial	20L 0480097/ 8983915
VE34		145	Artificial	20L 0480052/ 8985362
VE34		146	Artificial	20L 0480054/ 8985465
VE34		147	Artificial	20L 0480069/ 8985447
VE34		148	Artificial	20L 0480068/ 8985447
VE34		149	Artificial <b>(Foto 3.6.5-100)</b>	20L 0480007/ 8985495
VE35	Itapoã do Oeste/RO (Vila do Pescador)	150	Natural	20L 0466491/ 8996612
VE35		151	Natural <b>(Foto 3.6.5-101)</b>	20L 0466412/ 8996626
VE35		152	Artificial	20L 0466322/ 8996541
VE35		153	Artificial	20L 0466251/ 8996573
VE35		154	Artificial	20L 0466252/ 8996612
VE36		155	Artificial	20L 0466194/ 8996585
VE36		156	Artificial	20L 0466171/ 8996596
VE36		157	Artificial <b>(Foto 3.6.5-102)</b>	20L 0466178/ 8996610
VE36		158	Artificial	20L 0466134/ 8996613
VE36		159	Artificial	20L 0466156/ 8996630
VE36		160	Artificial	20L 0466100/ 8996624
VE36		161	Artificial	20L 0466023/ 8996720

Ponto (VEn)	Localidade	Criadouro	Tipo de criadouro	Coordenadas UTM (SAD-69)
VE37	Candeias do Jamari/RO	162	Natural <b>(Foto 3.6.5-103)</b>	20L 0421011/ 9027737
VE37		163	Artificial	20L 0421017/ 9027752
VE37		164	Natural	20L 0421014/ 9027779
VE37		165	Artificial	20L 0421074/ 9027764
VE37		166	Artificial	20L 0421136/ 9027770
VE37		167	Artificial <b>(Foto 3.6.5-104)</b>	20L 0421074/ 9027838
VE38		168	Artificial <b>(Foto 3.6.5-105)</b>	20L 0423003/ 9029505
VE38		169	Artificial	20L 0423002/ 9029499
VE38		170	Artificial <b>(Foto 3.6.5-106)</b>	20L 0423018/ 9029470
VE38		171	Artificial	20L 0423021/ 9029520
VE38		172	Artificial	20L 0423047/ 9029510
VE38		173	Artificial <b>(Foto 3.6.5-107)</b>	20L 0422935/ 9029473
VE39		Porto Velho/RO (Jerusalém da Amazônia)	174	Natural <b>(Foto 3.6.5-108)</b>
VE39	175		Artificial	20L 0413513/ 9025092
VE39	176		Artificial <b>(Foto 3.6.5-109)</b>	20L 0413559/ 9025162
VE39	177		Artificial	20L 0413725/ 9025088
VE39	178		Artificial	20L 0413681/ 9025064
VE40	179		Natural <b>(Foto 3.6.5-110)</b>	20L 0413806/ 9025159
VE40	180		Natural	20L 0413860/ 9025173
VE41	Porto Velho/RO (Bairro Cidade Jardim)	181	Natural	20L 0412234/ 9027862
VE41		182	Artificial	20L 0412241/ 9027878
VE42		183	Natural	20L 0412118/ 9027694

Diferentes espécies podem ser adaptadas a tipos de criadouros distintos, e alguns táxons podem utilizar variadas formas e tamanhos de depósitos de água como berçários. Por exemplo, *A. darlingi* utiliza as grandes coleções líquidas para o desenvolvimento de suas formas imaturas, tais como: lagoas, açudes, represas e bolsões formados nas curvas dos rios onde há muito pouca correnteza.

Seus criadouros são, por excelência, de águas profundas, limpas, pouco turvas e ensolaradas ou parcialmente sombreadas, onde suas larvas e pupas habitam as margens, escondidas entre a vegetação emergente ou flutuante e os detritos vegetais caídos na superfície líquida.

Esses criadouros são utilizados, indiscriminadamente, durante todo o ano e, por serem permanentes, funcionam como focos de resistência durante a estação mais seca. Contudo, durante a estação chuvosa, *A. darlingi* pode empregar uma grande variedade de coleções líquidas de tamanho e profundidade menores, tais como: valas, poças e impressões de patas de animais (CONSOLE & OLIVEIRA, 1994).

Dos mosquitos coletados nos estudos atuais, 11 táxons estão associados a alguma enfermidade humana (**Quadro 3.6.5-39**).

**Quadro 3.6.5-39** – Mosquitos de importância sanitária registrados nas Áreas de Influência do empreendimento

Táxon	Nome Popular	Doença associada	Importância
<i>Anopheles darlingi</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanão	Malária	+++
<i>Anopheles evansae</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanão	Malária	+
<i>Anopheles nuneztovari</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanão	Malária	+
<i>Anopheles oswaldoi</i>	mosquito agulha, pernilongo, carapanã	Malária	+
<i>Aedes aegypti</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	Dengue	+++
<i>Culex (Carrollia) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	Arboviroses	?
<i>Culex (Culex) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	Arboviroses	?
<i>Culex (Melanoconion) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	Arboviroses	?
<i>Culex (Microculex) spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	Arboviroses	?
<i>Culex spp.</i>	mosquito, pernilongo, carapanã	Arboviroses Filariose	?
Phlebotominae spp.	mosquito palha	Leishmanioses	?

**Legenda:** (+) baixa importância; (++) importância moderada; (+++) grande importância; (?) dúvida sobre o grau de importância epidemiológica.

A presença dos vetores não implica a ocorrência ou prevalência de enfermidades, mas indica um potencial de se instalarem se houver a presença de humanos infectados. Alguns dos dípteros coletados nos pontos amostrados são vetores de importantes doenças que ocorrem na Região Amazônica. Mosquitos do gênero *Culex*, por exemplo, são transmissores de arboviroses importantes e da filariose (CONSOLI & OLIVEIRA, 1994), que é uma doença causada pelo nematódeo *Wuchereria bancrofti*. Segundo dados do Ministério da Saúde, a filariose já foi prevalente no Brasil. Atualmente, está localizada em focos endêmicos na Região Metropolitana do Recife e, em menor escala, em Maceió, cidades onde as condições ambientais e de drenagem favorecem a permanência de alto índice de população vetorial. Na Região Amazônica, a eliminação dessa enfermidade encontra-se próxima, sendo que, atualmente, a infecção ocorre de forma residual.

Várias espécies presentes na Região Amazônica são vetores de arboviroses, como a febre do *Aropouche*, encefalite São Luiz, febre amarela, etc. A encefalite São Luiz é uma arbovirose causada por *Flavivirus* que utiliza as aves como seu reservatório natural, mas também pode acometer equinos e o Homem. O vírus de Aropouche é a segunda causa mais frequente de arbovirose febril no Brasil, com mais de meio milhão de casos de febre do Oropouche nos últimos 30 anos. Epidemias de febre do Oropouche têm sido registradas quase que exclusivamente na Amazônia (RODRIGUES, 2004).

Dentre as arboviroses, a febre amarela é uma das doenças de maior importância epidemiológica na região Amazônica, devido à ocorrência de extensas epidemias no passado (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 1994). Essa doença é transmitida por mosquitos dos gêneros *Aedes* (vetor urbano), *Haemagogus* e *Sabethes* (vetores silvestres).

Nas Áreas de Influência do empreendimento, não foram coletados exemplares do mosquito do gênero *Haemagogus*, apesar de a área amostrada estar inserida em região de ocorrência desse mosquito. Provavelmente, esses insetos ocorram na área e não foram coletados devido ao seu hábito diurno e dendrófilo.

A ocorrência de flebotomíneos nas Áreas de Influência do empreendimento (**Quadro 3.6.5-36**) também merece atenção. Esses mosquitos são transmissores das leishmanioses, doenças que têm ocorrido no Estado de Minas Gerais, em especial. A leishmaniose visceral (também conhecida por calazar) era uma doença praticamente silvestre com características de ambientes rurais que, atualmente, vem sofrendo alterações, fundamentalmente por modificações socioambientais, como o desmatamento, que reduziu a disponibilidade de animais que funcionavam como fontes de alimentação para o mosquito transmissor.

Por esse motivo, os flebotomíneos vêm utilizando o cão e o Homem como alternativas mais acessíveis. O processo migratório que trouxe, para a periferia das cidades, populações humanas e caninas originárias de áreas rurais onde a doença era endêmica, vem aumentando o risco de epidemias dentro dos grandes centros.

Na década de 90, cerca de 90% dos casos de Leishmaniose Visceral (LV) ocorreram na Região Nordeste. Atualmente, essa região representa 74% do total de casos registrados no País, em função do aumento do número de casos em outras áreas. Para essa doença, ainda não se dispõe de formas de prevenção completamente efetivas, como uma vacina.

A leishmaniose tegumentar americana (LTA) apresenta-se em fase de expansão geográfica. Nas últimas décadas, as análises de estudos epidemiológicos de LTA têm sugerido mudanças no comportamento epidemiológico da doença. Inicialmente considerada zoonose de animais silvestres que acometia ocasionalmente pessoas em contato com florestas, a LTA começa a ocorrer em zonas rurais já praticamente desmatadas e em regiões periurbanas. Observa-se a coexistência de um duplo perfil epidemiológico, expressado pela manutenção de casos oriundos dos focos antigos ou de áreas próximas a eles, e pelo aparecimento de surtos epidêmicos associados a fatores decorrentes do surgimento de atividades econômicas como garimpos, expansão de fronteiras agrícolas e extrativismo, em condições ambientais altamente favoráveis à transmissão da doença. Observa-se uma expansão geográfica, sendo que, no início da década de 80, foram registrados casos em 20 unidades federadas. Nos últimos anos, todas as unidades federadas registraram casos autóctones dessa doença. No período de 1980 a 2003, a LTA No Brasil vem apresentando coeficientes de detecção que oscilam entre 3,83 a 22,94 por 100.000 habitantes, em média.

## **(5) Considerações Finais**

### **• Estudos Epidemiológicos**

Podem-se identificar três universos epidemiológicos bastante distintos do comportamento da malária ao longo do trajeto da LT (**Figura 3.6.5-46**):

- trecho sem transmissão da malária: a doença não ocorre ou apenas há registro de raros casos importados. Corresponde aos primeiros 109km da LT e abrange 4 municípios, de Jauru a Conquista d'Oeste;
- trecho de baixo risco: em que não há transmissão de malária ou ela ocorre em níveis muito baixos, com pouquíssimos casos por ano, a maioria importada de outros locais; não há malária urbana e a grande maioria das localidades da All está livre da doença. Corresponde a 625km da LT e abrange 12 municípios: Nova Lacerda e Comodoro, em Mato Grosso, e de Vilhena a Theobroma, em Rondônia;
- trecho altamente malarígeno: em que a malária é extremamente problemática. Há muita malária urbana e todas as localidades da All apresentam alto risco de transmissão, algumas em níveis elevadíssimos. Corresponde aos últimos 255km da LT, e abrange seis municípios de Ariquemes a Porto Velho, em Rondônia.

Outras conclusões são apresentadas a seguir.

Existem grandes carências na estrutura disponível para o controle da malária nos estados e municípios, principalmente, na logística de transporte, pessoal, equipamentos e treinamentos.

Na maioria dos municípios, as equipes de controle da malária foram herdadas da extinta SUCAM ou da FUNASA. Muitos já se aposentaram ou estão para se aposentar, o que tem deixado os municípios desfalcados e com necessidade de renovação dos quadros profissionais.

Em quase todos os municípios do trecho de Mato Grosso, identifica-se a necessidade de capacitação dos Agentes de Endemias para certificação pela Escola de Saúde Pública.

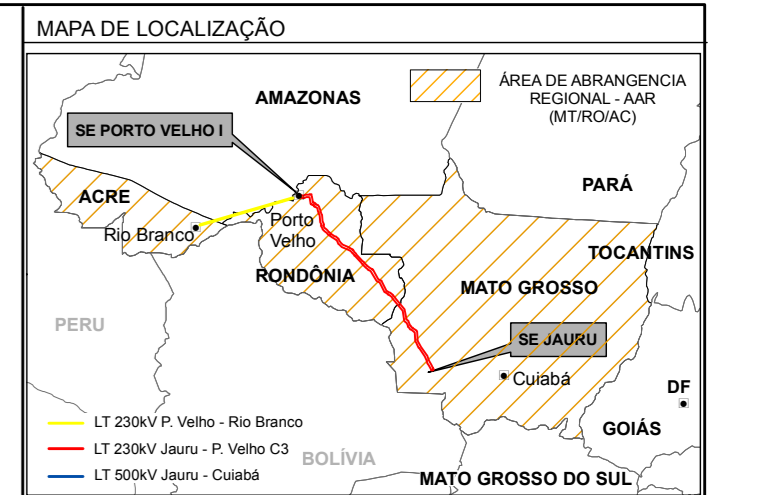
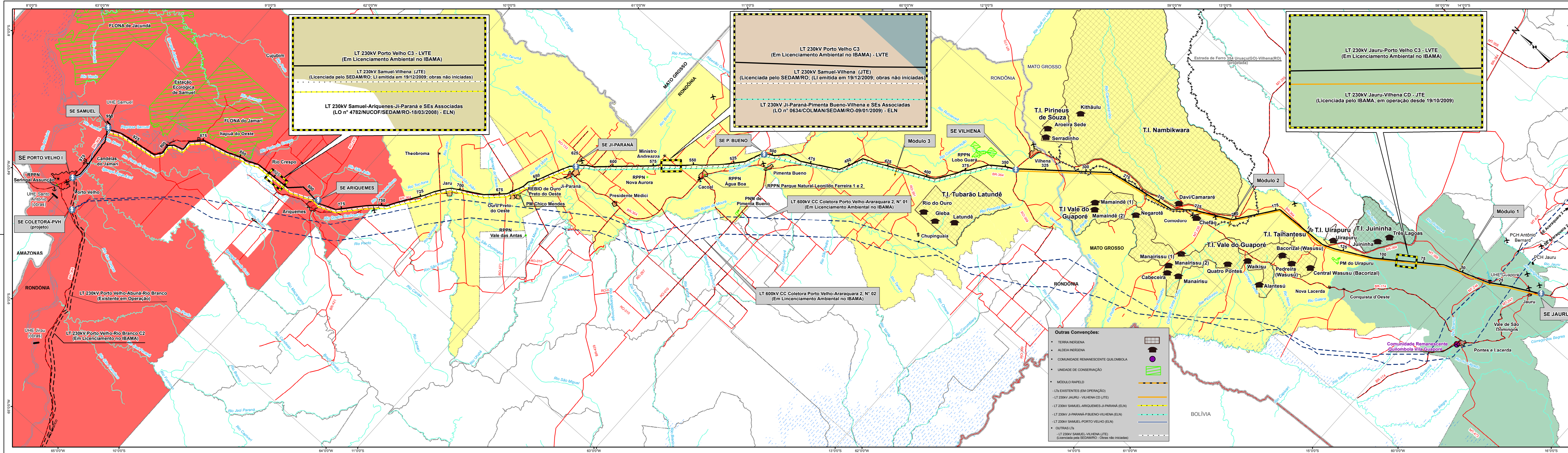
É fundamental que o Plano de Ação para o Controle da Malária concentre esforços com medidas intensivas de prevenção e controle da malária no trecho altamente malarígeno da LT, que reforce a vigilância epidemiológica no trecho de baixo risco, e que invista na qualificação profissional das equipes no terceiro trecho.

- **Estudos Entomológicos**

Apesar de não terem sido registradas formas imaturas de anofelinos, a busca e investigação de possíveis criadouros para os mosquitos foram feitas de forma eficiente, tendo sido localizado um elevado número de criadouros nas localidades amostradas.

*A. darlingi* foi registrado em apenas dois pontos amostrados. A ausência desse mosquito nas amostras dos outros pontos não implica não ocorrência, já que esta é uma espécie comum nas regiões onde ocorre. Das doenças citadas nos **Quadros 3.6.5-35 e 3.6.5-39**, a malária é a que tem chamado mais a atenção de órgãos ligados à saúde pública e da população devido ao elevado número de casos ocorridos na Região Amazônica, que responde por mais 99% dos casos registrados no País. A transmissão é feita por mosquitos do gênero *Anopheles*, sendo que, no Brasil, o principal transmissor é o *Anopheles darlingi* (CONSOLI & OLIVEIRA, 1994).

Mesmo as espécies de mosquitos que não são vetores potenciais de doenças, devem ser tratadas com atenção, já que o aumento nas suas abundâncias pode levar a graves problemas de saúde pública.



**CONVENÇÕES**

CAPITAL ESTADUAL / SEDE MUNICIPAL	
ÁREA URBANA	
AEROPORTO / CAMPO DE POUSO	
ANCORADOURO / PORTO	
LIMITE INTERESTADUAL	
LIMITE INTERMUNICIPAL	
LIMITE INTERNACIONAL	
ESTRADA PAVIMENTADA	
ESTRADA NÃO-PAVIMENTADA	
CURSO D'ÁGUA	

**CONVENÇÕES ADICIONAIS**

TRAÇADO DO EMPREENDIMENTO (ATUAL)	
SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
MUNICÍPIOS ALTAMENTE MALARÍGENOS	
MUNICÍPIOS COM POUCA TRANSMISSÃO DE MALARIA (baixo risco)	
MUNICÍPIOS SEM TRANSMISSÃO DE MALARIA	

**Referências:**

- Carta Internacional ao Milionésimo (IBGE, 2000)
- Mapas Rodoviários dos Estados de Mato Grosso e Rondônia (DNIT, 2009)
- Imagem Google Earth (2010) e Quickbird (2009)

**Escala Gráfica:** 0 5 10 20 30 40 50 km

**SISTEMA DE COORDENADAS GEODÉSICO DATUM SAD-69**

**Linha Verde**  
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Cartografia Digital: Biodinâmica Rio, Data: Janeiro/2011  
Projeto: Biodinâmica Rio, Data: Janeiro/2011

**LT 230kV JAURO - PORTO VELHO C3**

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)**

**Figura 3.6.5.46 - índice Parasitário Anual (IPA)**

Escala do Original: 1:1.000.000, Data: Março/2011



**Foto 3.6.5-57:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V1.



**Foto 3.6.5-58:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V1.



**Foto 3.6.5-59:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V3.



**Foto 3.6.5-60:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V3.



**Foto 3.6.5-61:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V5.



**Foto 3.6.5-62:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V7.





**Foto 3.6.5-63:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V5.



**Foto 3.6.5-64:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V9.



**Foto 3.6.5-65:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V10.



**Foto 3.6.5-66:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V13.



**Foto 3.6.5-67:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V13.



**Foto 3.6.5-68:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V13.



**Foto 3.6.5-69:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V15.



**Foto 3.6.5-70:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V15.



**Foto 3.6.5-71:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V16.



**Foto 3.6.5-72:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V16.



**Foto 3.6.5-73:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V17.



**Foto 3.6.5-74:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V18.



**Foto 3.6.5-75:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V18.



**Foto 3.6.5-76:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V20.



**Foto 3.6.5-77:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V20.



**Foto 3.6.5-78:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V20.



**Foto 3.6.5-79:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V20.



**Foto 3.6.5-80:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V21.



**Foto 3.6.5-81:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V21.



**Foto 3.6.5-82:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V22.



**Foto 3.6.5-83:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V22.



**Foto 3.6.5-84:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V23.



**Foto 3.6.5-85** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V24.



**Foto 3.6.5-86:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V24.



**Foto 3.6.5-87:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V24.



**Foto 3.6.5-88:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V25.



**Foto 3.6.5-89:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V25.



**Foto 3.6.5-90:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V26.



**Foto 3.6.5-91.** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V27.



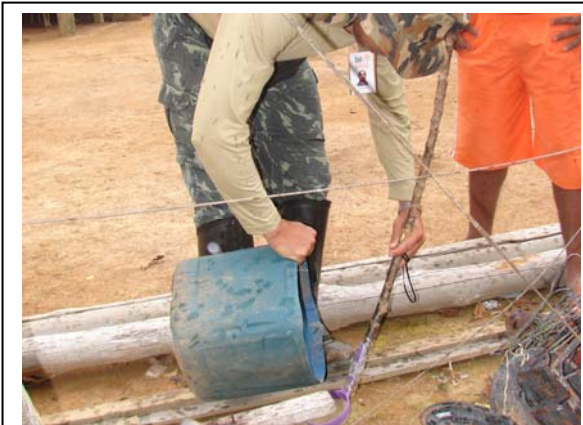
**Foto 3.6.5-92:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V29.



**Foto 3.6.5-93:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V29.



**Foto 3.6.5-94:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V29.



**Foto 3.6.5-95:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V30.



**Foto 3.6.5-96:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V31.



**Foto 3.6.5-97:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V32.



**Foto 3.6.5-98:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V32.



**Foto 3.6.5-99:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V32.



**Foto 3.6.5-100:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V34.



**Foto 3.6.5-101:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V35.



**Foto 3.6.5-102:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V36.



**Foto 3.6.5-103:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V37.



**Foto 3.6.5-104:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V37.



**Foto 3.6.5-105:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V38.



**Foto 3.6.5-106:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V38.



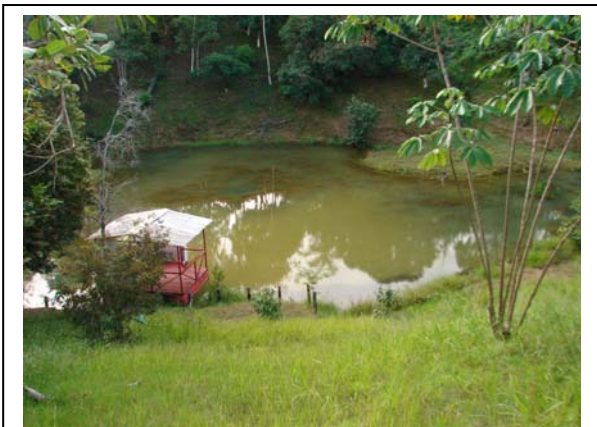
**Foto 3.6.5-107:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V38.



**Foto 3.6.5-108:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V39.



**Foto 3.6.5-109:** Possível Criadouro artificial localizado no Ponto V39.



**Foto 3.6.5-110:** Possível Criadouro natural localizado no Ponto V40.



**d. Áreas Endêmicas de Malária**

A análise sobre os municípios da All que se encontram em áreas endêmicas de malária é apresentada no **subtópico anterior, 3.6.5.4.1.c – Estudos Epidemiológicos e Entomológicos**.

**e. Recomendações da SVS/MS**

As recomendações da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) do Ministério da Saúde, quanto aos Estudos Epidemiológicos e Programas voltados para o controle da malária e de seus vetores, a serem implementados em todas as fases do empreendimento Linha de Transmissão 230kV Juru – Porto Velho C3, foram contempladas no **tópico c – Estudos Epidemiológicos e Entomológicos**, deste **subitem**. Foram realizados contatos com a SVS, tendo essa instituição definido que, após a análise do EIA/RIMA, haverá a manifestação a respeito dos trabalhos que deverão ser executados pelo empreendedor, objetivando a elaboração do Programa de Ação e Controle da Malária (PACM).

### **3.6.5.4.2 Educação**

#### **a. Matrículas e Estabelecimentos de Ensino**

A infraestrutura disponível para a educação básica e a superior e o número de matrículas existentes na rede de ensino permitem inferir o grau de desenvolvimento de um município, conhecer o acesso de seus habitantes à informação e à cultura e sua formação acadêmica e profissional.

Através dos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foi possível analisar a educação formal nos municípios que pertencem à All em seus diferentes níveis (Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio) e nas diferentes esferas (federal, estadual, municipal e privada).

Em campo, obtiveram-se informações complementares nas Prefeituras e respectivas Secretarias de Educação, a respeito das iniciativas e carências na área da Educação e sobre os cursos superiores disponíveis ou locais de referência para a continuidade da formação dos alunos.

Entre a população da AID, foram levantados os estabelecimentos de ensino frequentados pela população que reside nas proximidades da futura LT e o perfil educacional desse público.

#### **(1) All**

##### **• Matrículas**

De acordo com o INEP (2006), a All conta com 32.196 alunos na Educação Infantil (Pré-Escola), 208.300 no Ensino Fundamental e 41.624 no Ensino Médio (**Quadro 3.6.5-40 e Figura 3.6.5-47**).

Nota-se, na All total, a predominância de matrículas no Ensino Fundamental (74%) e na esfera estadual (50%). No entanto, analisando separadamente os municípios, mais da metade apresenta um perfil diferenciado, com muitos alunos do Ensino Fundamental matriculados na rede municipal de ensino, principalmente nos municípios do Estado de Rondônia. É o caso de Vilhena (RO), Chupinguaia (RO), Ministro Andreazza (RO), Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO), Candeias do Jamari (RO), Vale de São Domingos (MT), Nova Lacerda (MT) e Comodoro (MT).

As matrículas da Pré-Escola são de responsabilidade da esfera municipal e encontram-se também em algumas escolas privadas. Os únicos municípios que apresentam alunos da Pré-Escola matriculados na rede estadual são Cacoal (RO) e Porto Velho (RO), com 15 e 1.534 alunos, respectivamente.

**Quadro 3.6.5-40 - Matrículas de Ensino - (1/2)**

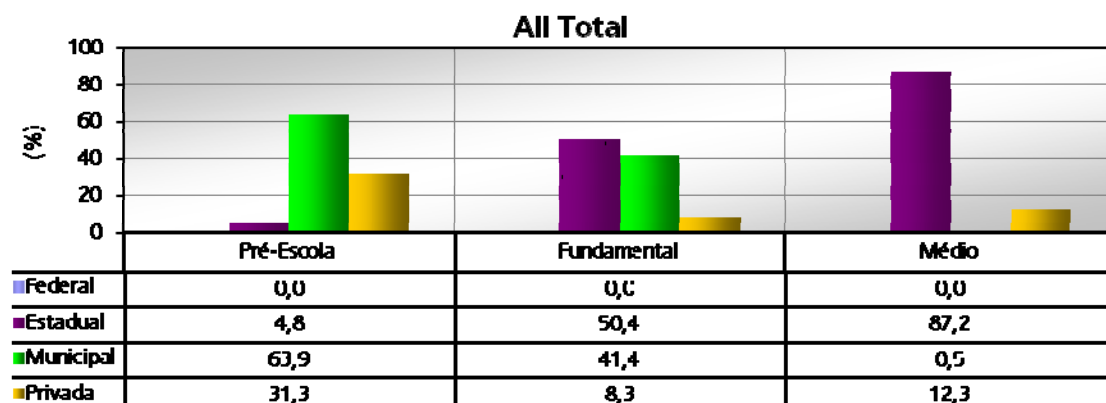
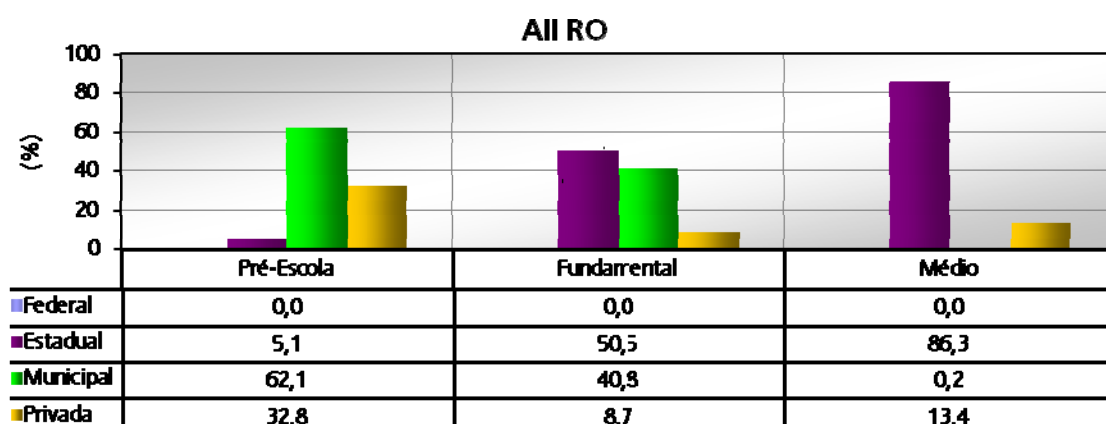
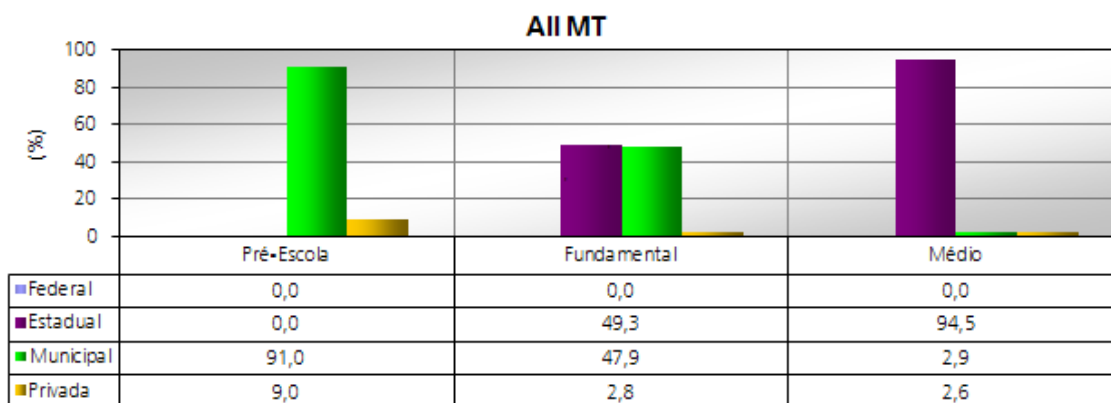
Estados/Municípios	Dependência Administrativa	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Mato Grosso	Pré-Escola	93.866	-	1.349	75.054	17.463
	Fundamental	578.788	-	263.918	277.852	37.018
	Médio	156.942	1.491	139.291	1.332	14.828
Jauru	Pré-Escola	312	-	-	312	-
	Fundamental	2.409	-	1.516	893	-
	Médio	521	-	521	-	-
Vale de São Domingos	Pré-Escola	39	-	-	39	-
	Fundamental	904	-	229	675	-
	Médio	254	-	254	-	-
Pontes e Lacerda	Pré-Escola	714	-	-	586	128
	Fundamental	7.722	-	5.175	2.184	363
	Médio	2.147	-	1.946	124	77
Conquista D'Oeste	Pré-Escola	123	-	-	123	-
	Fundamental	639	-	382	257	-
	Médio	224	-	224	-	-
Nova Lacerda	Pré-Escola	125	-	-	125	-
	Fundamental	1.056	-	-	1.056	-
	Médio	199	-	199	-	-
Comodoro	Pré-Escola	632	-	-	585	47
	Fundamental	4.080	-	989	2.987	104
	Médio	895	-	861	-	34
All MT	Pré-Escola	1.945	-	-	1.770	175
	Fundamental	16.810	-	8.291	8.052	467
	Médio	4.240	-	4.005	124	111
Rondônia	Pré-Escola	43.315	-	1.734	30.117	11.464
	Fundamental	311.163	-	148.364	144.107	18.692
	Médio	59.921	364	53.238	940	5.379
Vilhena	Pré-Escola	2.608	-	-	1.769	839
	Fundamental	12.785	-	5.512	6.075	1.198
	Médio	2.823	-	2.526	-	297
Chupinguaia	Pré-Escola	202	-	-	202	-
	Fundamental	1.822	-	603	1.219	-
	Médio	285	-	285	-	-
Pimenta Bueno	Pré-Escola	1.293	-	-	986	307
	Fundamental	6.249	-	3.813	2.090	346
	Médio	1.691	-	1.533	-	158
Cacoal	Pré-Escola	1.836	-	15	1.033	788
	Fundamental	15.411	-	7.276	6.311	1.824
	Médio	4.448	-	3.549	-	899
Ministro Andreaza	Pré-Escola	148	-	-	148	-
	Fundamental	2.150	-	307	1.843	-
	Médio	224	-	224	-	-
Presidente Médici	Pré-Escola	557	-	-	540	17
	Fundamental	4.536	-	2.888	1.648	-
	Médio	731	-	731	-	-
Ji-Paraná	Pré-Escola	3.249	-	-	1.874	1.375
	Fundamental	21.259	-	15.229	4.115	1.915
	Médio	4.753	-	4.135	-	618
Ouro Preto do Oeste	Pré-Escola	1.380	-	-	1.240	140
	Fundamental	7.685	-	4.106	3.075	504
	Médio	1.294	-	1.207	-	87

Fonte: INEP, 2006.

**Quadro 3.6.5-40 - Matrículas de Ensino - (2/2)**

Estados/Municípios	Dependência Administrativa	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Jaru	Pré-Escola	1.973	-	-	1.680	293
	Fundamental	11.194	-	5.701	5.172	321
	Médio	2.630	-	2.539	-	91
Theobroma	Pré-Escola	71	-	-	71	-
	Fundamental	2.554	-	363	2.191	-
	Médio	160	-	160	-	-
Ariquemes	Pré-Escola	2.215	-	-	950	1.265
	Fundamental	17.797	-	5.103	11.555	1.139
	Médio	3.975	-	3.664	-	311
Rio Crespo	Pré-Escola	100	-	-	100	-
	Fundamental	790	-	357	433	-
	Médio	180	-	180	-	-
Cujubim	Pré-Escola	161	-	-	161	-
	Fundamental	2.576	-	453	2.123	-
	Médio	465	-	438	27	-
Itapuã do Oeste	Pré-Escola	353	-	-	353	-
	Fundamental	2.199	-	786	1.413	-
	Médio	286	-	286	-	-
Candeias do Jamari	Pré-Escola	595	-	-	595	-
	Fundamental	3.352	-	1.653	1.699	-
	Médio	367	-	367	-	-
Porto Velho	Pré-Escola	13.510	-	1.534	7.090	4.886
	Fundamental	79.131	-	42.529	27.129	9.473
	Médio	13.072	-	10.456	64	2.552
All RO	Pré-Escola	30.251	-	1.549	18.792	9.910
	Fundamental	191.490	-	96.679	78.091	16.720
	Médio	37.384	-	32.280	91	5.013
All Total	Pré-Escola	32.196	-	1.549	20.562	10.085
	Fundamental	208.300	-	104.970	86.143	17.187
	Médio	41.624	-	36.285	215	5.124

Fonte: INEP, 2006.



**Figura 3.6.5-47 - Matrículas de Ensino**  
Fonte: INEP, 2006.

Chama atenção também o baixo número de matrículas na rede privada, apenas 11% do total da All, sendo a maioria no Ensino Fundamental (53%). A exceção é o município de Ariquemes (RO), que apresenta 47% das matrículas da rede privada no Ensino Pré-Escolar.

Outra observação relativa à matrícula diz respeito ao número de alunos do Ensino Médio, que representa apenas 15% do total da All, 90% desses pertencentes à All RO. No Ensino Infantil, o número de matrículas ainda é menor, 11% do total. Esses dados podem revelar que, enquanto o acesso ao Ensino Fundamental ampliou, o mesmo não se pode afirmar do Infantil e do Médio.

O Estado de Rondônia, através das Secretarias de Educação (Estado e Prefeituras), desenvolve atividades voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), procurando assim elevar a escolaridade daqueles que não conseguiram, dentro da faixa etária, cursar ou concluir o Ensino Fundamental e o Médio. Em Mato Grosso, foi homologada a Resolução nº 180/2000 – CEE/MT, que aprovou o Programa de EJA para as escolas do estado, a partir de 2002.

A educação em Rondônia, principalmente na zona rural, tem passado por um processo de reformulação desde o final da década de 1990. Os gestores públicos municipais implementaram uma política educacional de criação de “escolas-polo” em virtude do pequeno número de alunos distribuídos nas escolas rurais e da ocorrência de êxodo rural nessas localidades. A manutenção da estrutura anterior (diversas escolas na zona rural) tornou-se onerosa e pouco atrativa; assim, várias escolas foram desativadas. As escolas de Ensino Fundamental foram aquelas que sentiram mais esse impacto (ALMEIDA SILVA *et al.*, 2009).

As escolas-polo devem ter um conteúdo programático focalizado na perspectiva do desenvolvimento sustentável do Setor Primário, com perfil agrotécnico, considerando as peculiaridades de cada município, como manejo e desenvolvimento florestal, piscicultura, agroflorestal, pecuária e agricultura.

Mesmo com a reformulação da educação na zona rural, pela qual vêm passando os municípios do Estado de Rondônia, informações dos gestores públicos indicam que existem ainda vários fatores que contribuem para um menor rendimento escolar na zona rural em comparação com a zona urbana, tais como: o baixo nível de instrução dos professores e a dificuldade de acesso deles à informação em bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática, além de espaços para prática desportiva e de lazer; a escassez de material didático e paradidático nas escolas rurais; o trabalho dos alunos na agricultura e pecuária, especialmente nos períodos de plantio e colheita, restando um tempo menor para dedicarem-se aos estudos; a dificuldade dos alunos em acessar informações; o êxodo rural.

No Estado de Mato Grosso, a Secretaria de Educação (SEDUC) busca aperfeiçoar e dar apoio ao sistema educacional nos municípios, com iniciativas como, por exemplo, a implementação da Escola Ciclada<sup>20</sup>, a realização da Conferência de Gestão Democrática do Ensino Estadual (CONGED/MT) com a participação de professores, funcionários, alunos, pais, entidades públicas que atuam na área da Educação e representantes da sociedade organizada, com o objetivo de fortalecer a Gestão Democrática nas unidades escolares estaduais de Mato Grosso, no sentido de garantir o direito à educação de qualidade para todos, entre outras iniciativas.

- **Estabelecimentos de Ensino**

Há 793 escolas que oferecem Ensino Fundamental na All; 371, Ensino Pré-Escolar; 149, Ensino Médio, segundo dados do INEP, 2006 (**Quadro 3.6.5-41** e **Figura 3.6.5-48**). A maior parte dos estabelecimentos é gerida pela rede municipal de ensino, à exceção dos estabelecimentos que oferecem Ensino Médio, que são predominantemente estaduais e privados (72% e 26%, respectivamente).

Porto Velho (RO) é responsável pela maior parte dos estabelecimentos da All, estacando-se entre os demais, sobretudo na oferta de escolas particulares, ausente em 11 dos 22 municípios em estudo. Esse município dispõe de 78 escolas particulares que oferecem ensino Pré-Escolar; 46, Ensino Fundamental, e 12, Ensino Médio.

A estratégia da implantação de escolas-polo em muitos municípios que fazem parte da All RO possibilitou a melhoria da qualidade de ensino, visto que a habilitação e a formação profissional dos educadores puderam ser ampliadas. Por outro lado, ocasionou o aumento de despesas pela disponibilização de transporte escolar para os alunos, já que muitos passaram a estudar longe de suas residências.

As entrevistas em campo permitiram uma análise mais acurada sobre o perfil educacional em cada município<sup>21</sup>, conforme descrição a seguir.

**Jauru (MT)** conta com seis escolas da rede municipal (**Foto 3.6.5-111**), sendo apenas duas na área urbana, e três escolas da rede estadual, também com duas localizadas na área urbana e uma no distrito de Lucialva. Há cursos particulares de Inglês e Informática. Segundo os entrevistados, a evasão escolar era muito alta até 2007, mas foi reduzida, pois as professoras têm procurado os pais e alunos que não frequentam a escola. A merenda escolar também exerce grande atrativo para manter a frequência escolar. A Prefeitura auxilia com transporte e merenda. Nas escolas da zona rural, há auxílio para alunos muito carentes, com o fornecimento de uniforme e material escolar.

<sup>20</sup> Política educacional desenvolvida desde 2000 em Mato Grosso: consiste em método inovador de ensino, homologado pelo Conselho Estadual de Educação (Resolução nº 262/02).

<sup>21</sup> Observa-se que nem sempre os dados fornecidos pelas Secretarias de Educação coincidem com os dados estatísticos do INEP.

**Quadro 3.6.5-41 - Estabelecimentos de Ensino - (1/2)**

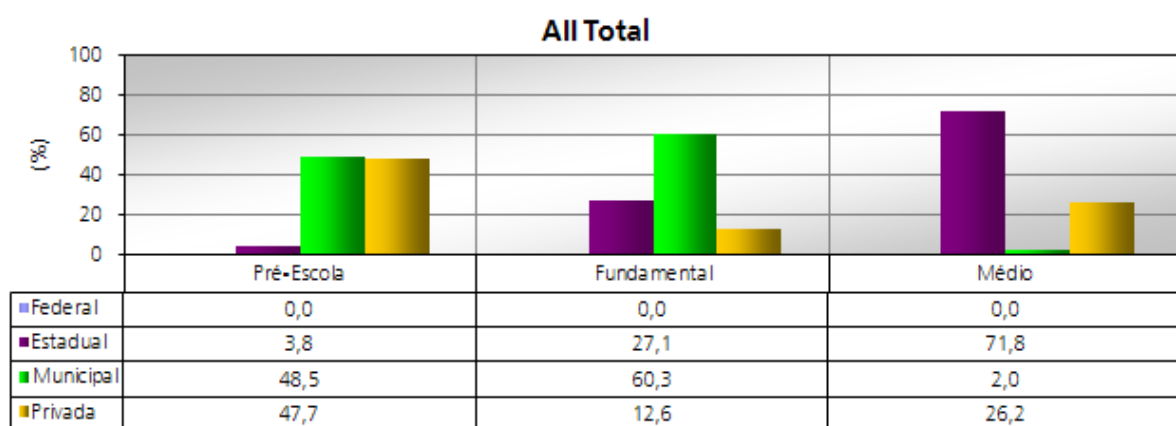
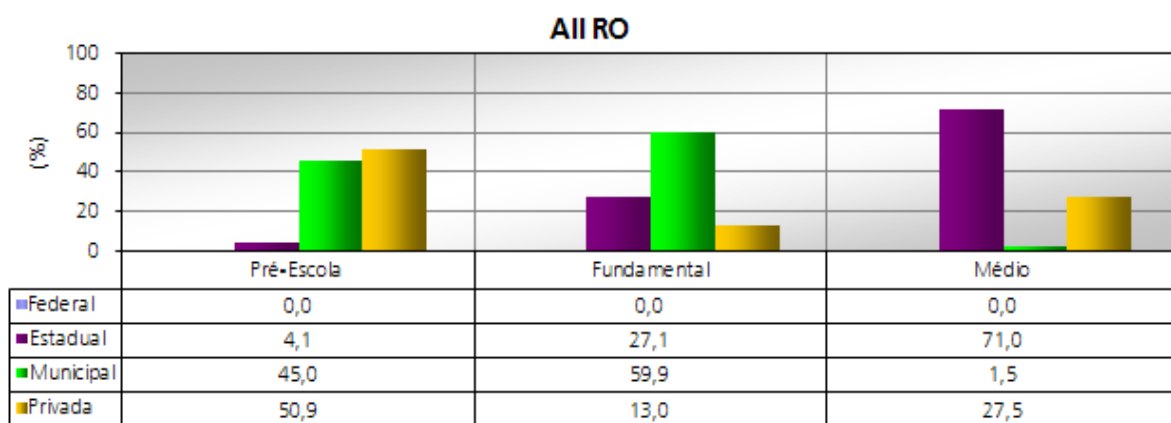
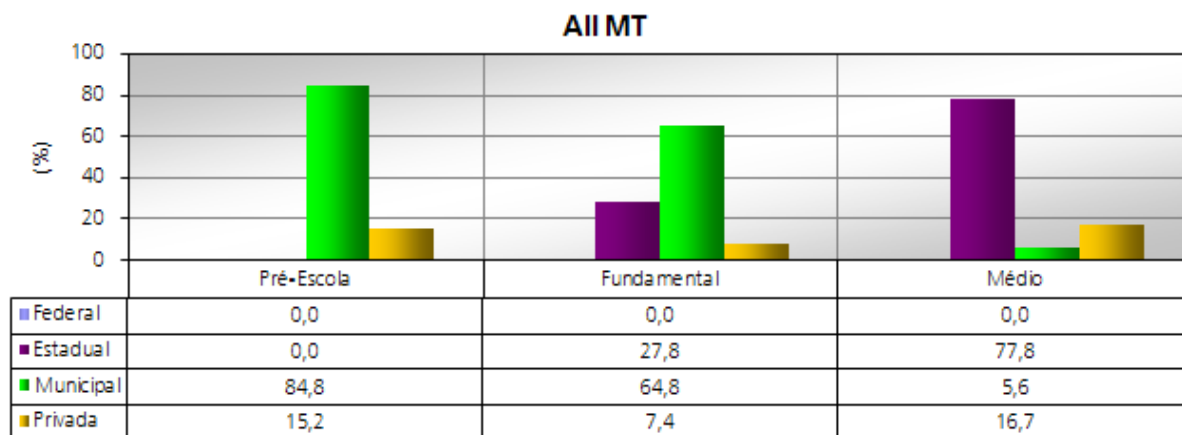
Estados/Municípios	Dependência Administrativa	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Mato Grosso	Pré-Escola	1.478	-	22	1.142	314
	Fundamental	2.313	-	584	1.518	211
	Médio	512	3	379	13	117
Jauru	Pré-Escola	4	-	-	4	-
	Fundamental	9	-	3	6	-
	Médio	2	-	2	-	-
Vale de São Domingos	Pré-Escola	2	-	-	2	-
	Fundamental	4	-	1	3	-
	Médio	1	-	1	-	-
Pontes e Lacerda	Pré-Escola	11	-	-	7	4
	Fundamental	20	-	7	10	3
	Médio	9	-	6	1	2
Conquista D'Oeste	Pré-Escola	3	-	-	3	-
	Fundamental	5	-	1	4	-
	Médio	1	-	1	-	-
Nova Lacerda	Pré-Escola	2	-	-	2	-
	Fundamental	3	-	-	3	-
	Médio	1	-	1	-	-
Comodoro	Pré-Escola	11	-	-	10	1
	Fundamental	13	-	3	9	1
	Médio	4	-	3	-	1
All MT	Pré-Escola	33	-	-	28	5
	Fundamental	54	-	15	35	4
	Médio	18	-	14	1	3
Rondônia	Pré-Escola	519	-	34	273	212
	Fundamental	1.715	-	353	1.240	122
	Médio	217	1	153	21	42
Vilhena	Pré-Escola	33	-	-	11	22
	Fundamental	45	-	13	20	12
	Médio	10	-	5	-	5
Chupinguaia	Pré-Escola	6	-	-	6	-
	Fundamental	13	-	1	12	-
	Médio	1	-	1	-	-
Pimenta Bueno	Pré-Escola	17	-	-	9	8
	Fundamental	30	-	8	18	4
	Médio	6	-	3	-	3
Cacoal	Pré-Escola	23	-	4	8	11
	Fundamental	45	-	22	17	6
	Médio	13	-	9	-	4
Ministro Andreaza	Pré-Escola	1	-	-	1	-
	Fundamental	6	-	1	5	-
	Médio	1	-	1	-	-
Presidente Médici	Pré-Escola	7	-	-	6	1
	Fundamental	26	-	8	18	-
	Médio	5	-	5	-	-
Ji-Paraná	Pré-Escola	44	-	-	15	29
	Fundamental	67	-	36	16	15
	Médio	19	-	13	-	6
Ouro Preto do Oeste	Pré-Escola	16	-	-	12	4
	Fundamental	45	-	8	33	4
	Médio	7	-	6	-	1



**Quadro 3.6.5-41 - Estabelecimentos de Ensino - (2/2)**

Estados/Municípios	Dependência Administrativa	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Jaru	Pré-Escola	20	-	-	14	6
	Fundamental	44	-	13	28	3
	Médio	7	-	6	-	1
Theobroma	Pré-Escola	1	-	-	1	-
	Fundamental	10	-	1	9	-
	Médio	1	-	1	-	-
Ariquemes	Pré-Escola	20	-	-	7	13
	Fundamental	74	-	8	60	6
	Médio	9	-	5	-	4
Rio Crespo	Pré-Escola	1	-	-	1	-
	Fundamental	9	-	1	8	-
	Médio	1	-	1	-	-
Cujubim	Pré-Escola	1	-	-	1	-
	Fundamental	7	-	1	6	-
	Médio	2	-	1	1	-
Itapuã do Oeste	Pré-Escola	3	-	-	3	-
	Fundamental	10	-	2	8	-
	Médio	1	-	1	-	-
Candeias do Jamari	Pré-Escola	5	-	-	5	-
	Fundamental	22	-	4	18	-
	Médio	2	-	2	-	-
Porto Velho	Pré-Escola	140	-	10	52	78
	Fundamental	286	-	73	167	46
	Médio	46	-	33	1	12
All RO	Pré-Escola	338	-	14	152	172
	Fundamental	739	-	200	443	96
	Médio	131	-	93	2	36
All Total	Pré-Escola	371	-	14	180	177
	Fundamental	793	-	215	478	100
	Médio	149	-	107	3	39

Fonte: INEP, 2006.



**Figura 3.6.5-48** - Estabelecimentos de Ensino  
Fonte: INEP, 2006.

Os entrevistados destacaram como desafios a serem melhorados na área da educação: a estrutura das creches (física, de funcionários e orçamentária), a qualidade e segurança do transporte escolar (existem 16 veículos e pretendem substituir 50% da frota) e o aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>22</sup>.

**Vale de São Domingos (MT)** dispõe de quatro escolas da rede municipal, que atendem ao Ensino Fundamental e ao Pré-Escolar (**Foto 3.6.5-112**). Três escolas estão na zona rural e uma localiza-se na zona urbana. Há apenas uma escola da rede estadual de ensino, localizada na zona urbana, que oferece Ensinos Médio e Fundamental e EJA. Ao todo, há cerca de 1.180 matrículas e aproximadamente 70 professores. O município fornece transporte e merenda escolar. De acordo com as entrevistas, os principais problemas na área de educação são a precariedade dos ônibus escolares e a insuficiência de combustível. O repasse para transporte escolar é muito pequeno em relação aos gastos da Prefeitura com combustível, devido à grande distância percorrida por cada linha. A taxa de alfabetização é considerada boa pelos representantes, com cerca de 73% da população alfabetizada. A municipalidade considera que a introdução da EJA foi o principal motivo da melhora no índice, que era de 62% em 2004. Outro problema é a evasão escolar, que atinge cerca de 12% dos alunos no EJA e 3% no ensino regular. No município, foram implantadas as “escolas-polo” em 2002, com a extinção de várias escolas pequenas e concentração dos alunos numa única escola, em localidades maiores. Segundo o entrevistado, esse movimento contribuiu para a redução da evasão escolar de modo geral.

**Pontes e Lacerda (MT)** dispõe, em 2010, de 10 escolas municipais, sendo quatro na área urbana e seis na área rural e um total de 3.049 alunos, 145 professores e 21 monitores. Na esfera estadual, há sete estabelecimentos, todos na área urbana. Segundo entrevistas na Secretaria de Educação, o município tem problemas de evasão escolar, pois muitos alunos desistem de estudar para trabalhar e ajudar na renda familiar, principalmente na zona rural. Entretanto, o índice de evasão tem reduzido com os programas do Governo Federal de incentivo à manutenção das crianças na escola. A Prefeitura fornece transporte, merenda, uniforme e material escolar a todas as escolas da zona rural. Em algumas delas, existem laboratórios de informática com acesso à Internet. O principal problema na área da educação, segundo o entrevistado, é a evasão escolar por conta do trabalho.

Em **Conquista d’Oeste (MT)**, há cinco escolas de Ensino Fundamental, uma de Ensino Médio e uma de Educação Infantil. Atualmente, todas as escolas, à exceção das escolas indígenas, estão localizadas na zona urbana. Os alunos da zona rural dispõem de transporte escolar gratuito (**Foto 3.6.5-113**) para a sede do município e, com a

---

<sup>22</sup> IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados, obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (Ensino Fundamental e Ensino Médio), com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br).

grande procura, a escola rural acabou fechando. Ao todo, há 71 professores e 1.320 alunos matriculados. Dos professores, 7 são das escolas indígenas, 12 do EJA e 1 está alocado para a Educação Especial. De acordo com a coordenadora de escolas indígenas, os conteúdos nessas escolas são ministrados na língua indígena e “na língua dos brancos”; com isso, quando o aluno vai para o 6º ano estudar na sede, chega com grande defasagem idade/série e dificuldade de acompanhar o ritmo das aulas; quase 60% desistem de estudar. A Prefeitura fornece merenda e material escolar para as escolas indígenas. O maior problema em relação à educação é o estado precário dos veículos escolares. O Governo do Estado liberou recurso para compra de um ônibus, e o município está comprando outro por conta própria.

O município de **Nova Lacerda (MT)** possui, ao todo, oito escolas, cinco das quais localizadas na zona rural, onde se concentra a população do município (55%). Das oito escolas, sete são da rede municipal e apenas uma é estadual. O município fornece transporte escolar, merenda, uniforme, material básico, atendimento psicológico e odontológico aos estudantes. De acordo com as entrevistas, o município tem problemas de evasão escolar, já que existe um fluxo constante de trabalhadores que chegam e saem da região em busca de trabalhos temporários. Nos últimos anos, a evasão vem diminuindo porque os imigrantes estão optando por se estabelecer na cidade, pois o custo de moradia é baixo. Os principais problemas referentes à educação são a falta de mais recursos para transporte escolar, o alto custo para manter os veículos licitados (R\$36 mil/mês) e o elevado número de alunos por escola e, conseqüentemente, por turma.

**Comodoro (MT)** tem 13 escolas da rede municipal (**Foto 3.6.5-114**), sendo duas indígenas — na zona urbana, há oito escolas e, na rural, cinco. Ao todo, contam com 3.472 matrículas e 212 professores. A Prefeitura disponibiliza transporte, merenda, material didático e visita dos coordenadores pedagógicos da Secretaria de Educação às escolas, mensalmente. Há problemas de evasão escolar, que ocorre principalmente nas escolas indígenas, por inadequação do método de ensino à realidade das aldeias (a Secretaria pretende adequar a metodologia de ensino), e, entre os alunos mais velhos, por conta de trabalho. Nos assentamentos, não ocorre evasão porque os alunos trabalham na própria localidade. Os principais problemas na educação, apontados pelos entrevistados, são: infraestrutura deficiente (estabelecimentos e transporte), falta de energia elétrica nas aldeias indígenas, estradas em mau estado e metodologia de ensino não adequada à população indígena.

**Vilhena (RO)** possui, na rede municipal, sete escolas de Educação Infantil, 19 escolas urbanas e rurais de Ensino Fundamental regular e o Centro de Reabilitação “Ensina-me a Viver”, para crianças e jovens com dificuldades especiais. Atende também à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na rede estadual de ensino, o município conta com 11 escolas de Ensino Fundamental e Médio e um Centro de Educação de Jovens e Adultos (Supletivo). Há ainda 15 escolas da rede particular e três filantrópicas. O município tem investido na

capacitação dos profissionais (**Foto 3.6.5-115**) e na informatização de escolas através do Projeto Educacional de Informática. A Prefeitura fornece transporte, merenda, formação continuada de professores, material escolar e laboratório de informática para todas as escolas. O maior problema enfrentado pelo município na área da educação é a distorção idade/série, relacionado com a evasão escolar.

Em **Chupinguaia (RO)**, há 10 escolas municipais de ensino, sendo: quatro multisseriadas; quatro que oferecem Educação Infantil, Fundamental e EJA; uma multisseriada indígena e uma creche. Há ainda 2 escolas estaduais (**Foto 3.6.5-116**). A Prefeitura contribui com transporte escolar, merenda, livro didático e material básico (caderno, lápis e borracha), para as escolas multisseriadas. O entrevistado destacou que as linhas de transporte escolar são revistas todo início de ano, em parceria com a Secretaria de Obras, para atender todos os alunos rurais. Ainda assim, o maior problema na educação é a locomoção dos alunos, pois as estradas são péssimas, principalmente na época de chuva, a ponto de não conseguirem chegar a determinadas localidades. A falta de recurso humano qualificado também foi citada como problema do setor. Há problemas de evasão escolar, principalmente na área rural, em virtude da grande mobilidade de trabalhadores nessa região.

Em **Pimenta Bueno (RO)**, a rede escolar municipal, urbana e rural, pública ou privada, resulta em um total de 61 escolas, sendo 50 municipais (45 na área rural), oito estaduais (área urbana) e três privadas (área urbana). O município também adotou a política de reunir as escolas rurais em escolas-polo. A Prefeitura, em parceria com os Governos Estadual e Federal, disponibiliza transporte, merenda, material básico e *kit* de material esportivo para cada escola. O principal problema, apontado nas entrevistas, na área de educação, é a falta de profissionais qualificados.

Em **Cacoal (RO)**, a rede municipal de educação é formada por 25 escolas municipais, sendo 12 na zona rural, oito na zona urbana e cinco Centros de Educação Infantil (CEI). Em relação à matrícula, em 2010, foi de 7.499 alunos: 365 alunos na Educação Infantil (1ª etapa – creche), 1.607 alunos na Educação Infantil (2ª etapa – Pré-Escolar) e 5.527 alunos no Ensino Fundamental. Atualmente, a rede municipal conta com 406 professores: 175 de nível I e 231 de nível II. Há problema de evasão escolar, que se concentra, principalmente, na zona rural, em decorrência da distorção idade/série. Além disso, a agricultura familiar é predominante no município, e, em tempo de colheita, os alunos ajudam seus pais. A distância da residência em relação à escola também influencia a evasão, embora haja a oferta de transporte escolar. O município também tem investido na capacitação dos profissionais (**Foto 3.6.5-117**).



**Foto 3.6.5-111** – Centro de Educação à Distância (EDUCON), em Jauru (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-112** – Creche Municipal, em Vale de São Domingos (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-113** – Transporte escolar, em Conquista d'Oeste (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-114** – Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, em Comodoro (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-115** – Unidade do SEBRAE, em Vilhena (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-116** – Escola Estadual, em Chupinguaia (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-117** – Unidade do SENAI, em Cacoal (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-118** – Transporte escolar, em Rio Crespo (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

A rede pública de educação de **Ministro Andreazza (RO)** conta com quatro escolas municipais de Ensino Médio e uma de ensino Pré-Escolar; uma escola estadual de Ensino Médio. O número total de alunos matriculados era de 2.007 no ano de 2009.

**Presidente Médici (RO)** possui um total de 50 instituições de ensino, sendo que 39 são municipais. Na zona rural, há 35 escolas em razão da predominância de 54% da população total do município nessa área. De acordo com as entrevistas, há evasão escolar devido ao grande número de alunos de baixo nível socioeconômico que vão trabalhar nas usinas da região. Como principal problema na área da educação, destacaram a falta de assistência da Secretaria Municipal no planejamento das escolas.

**Ji-Paraná (RO)** dispõe de 22 escolas da rede pública municipal de ensino, sendo que 57% oferecem Ensino Fundamental; 30%, Educação Infantil; 13%, EJA. No total, atendem cerca de 6.000 alunos. A Prefeitura fornece merenda escolar e transporte. De acordo com relatos em campo, há evasão escolar no município, por conta da grande mobilidade dos pais em busca de trabalho, e também no EJA, pelo cansaço dos alunos depois de um dia de trabalho. Os maiores problemas, porém, são o baixo número de vagas nas escolas e a quantidade insuficiente de creches.

**Ouro Preto do Oeste (RO)** dispõe de 21 escolas municipais de Educação Infantil e Fundamental, sendo 10 na área urbana e 11 na área rural. A Prefeitura fornece merenda e transporte escolar para os alunos. A evasão escolar existe e é acentuada na época das colheitas. O principal problema na educação, segundo entrevistas em campo, é a falta de profissionais habilitados para preencher as vagas oferecidas.

**Jaru (RO)** conta com 33 escolas da rede municipal de ensino, 21 delas localizadas na zona rural, e 16 escolas da rede estadual de ensino. Há ainda uma escola indígena e duas que atendem ao Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia (PROEMCRO). A Prefeitura fornece merenda escolar ou almoço para todos os alunos. Foi relatada a existência de evasão escolar, principalmente no EJA, e a falta de compromisso dos professores.

Em **Theobroma (RO)**, há seis escolas-polo rurais que oferecem Ensinos Pré-Escolar, Fundamental e Médio; uma escola estadual, com Ensinos Fundamental e Médio, para cerca de mil alunos, e uma escola de ensino Pré-Escolar, para cerca de 150 alunos. No Ensino Médio, é feita uma parceria entre Município e Estado — o primeiro oferece espaço físico e infraestrutura e o segundo, os professores. A Prefeitura oferece merenda e transporte escolar. Segundo o entrevistado, não há problemas de evasão escolar nem relacionados à educação no município.

**Ariquemes (RO)** dispõe de 27 escolas da rede municipal, que oferecem Ensinos Infantil, Fundamental e Médio, sendo sete escolas-polo na área rural, que oferecem apenas o Ensino Fundamental. Há ainda quatro creches filantrópicas localizadas na área urbana e nove escolas estaduais. O município também conta com o EJA, 1º e 2º segmentos.

Segundo entrevistas, há casos de evasão escolar apenas no EJA, e o principal problema na educação é a falta de formação de professores, principalmente de Química e Física e das séries iniciais.

**Rio Crespo (RO)**, que, junto dos municípios Vale de São Domingos (MT) e Conquista d'Oeste (MT), é o menos populoso da All (menos de 3.300 habitantes), possui apenas uma escola municipal, uma escola estadual e uma sala de ensino superior à distância. Todos os estabelecimentos estão na área urbana, e a Prefeitura disponibiliza ônibus (**Foto 3.6.5-118**) para os alunos da área rural, assim como merenda para todos os alunos.

**Cujubim (RO)** possui seis escolas: três localizadas na área rural e três na área urbana. Ao todo, há 3.860 matrículas e 160 professores (de acordo com o entrevistado, na Prefeitura, 90% deles são habilitados ou pós-graduados). As escolas rurais foram reduzidas em número para a formação das escolas-polo. A municipalidade fornece transporte (12 ônibus e 2 kombis para cerca de 1.000 alunos) e merenda escolar. Ressalta-se que cerca de 30% dos componentes da merenda são adquiridos dos produtores locais (mandioca, abóbora, açaí, cupuaçu e cacau). Não há problemas de evasão escolar graças ao Bolsa Escola. Na opinião do entrevistado, o maior problema na área da educação é a distorção série/idade dos alunos.

Em **Itapuã do Oeste (RO)**, há três escolas municipais na área urbana e duas na área rural, que oferecem ensino Pré-Escolar e Fundamental. Há uma escola estadual de Ensino Médio. A Prefeitura disponibiliza transporte escolar e merenda. Segundo entrevistas, não há casos de evasão escolar, pois as famílias recebem o benefício Bolsa Escola.

**Candeias do Jamari (RO)** dispõe de 34 escolas, entre as municipais e as estaduais, quatro creches públicas, um Centro de Educação Infantil. Há verba prevista para a implantação de uma escola técnica agrícola no município. A Prefeitura disponibiliza transporte escolar para alunos da zona rural.

**Porto Velho (RO)** conta com 55 escolas da rede municipal de ensino na área urbana e 87 na área rural, que oferecem Ensinos Infantil e Fundamental. De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação, 20 escolas foram recentemente desativadas na zona rural. As matrículas das redes municipal, estadual e federal somavam cerca de 43 mil alunos em 2008. Os moradores dos distritos e comunidades rurais do Baixo Madeira têm dificuldades de acesso aos serviços de educação (sobretudo para dar continuidade ao ensino Médio) e saúde, devido à distância do núcleo urbano.

- **Taxa de Alfabetização**

Outro indicador importante na análise da situação da educação é a taxa de alfabetização, que expressa o grau de instrução mínimo da população, além de ser um dos elementos utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).



Pode-se afirmar que, de modo geral, os municípios da All, apresentam taxas de alfabetização elevadas, sendo todas superiores a 75% (**Quadro 3.6.5-42**). Os municípios que apresentam as melhores taxas de alfabetização da população de cinco anos ou mais são os do Estado de Rondônia: Porto Velho (87,6%), Vilhena (87,5%), Cacoal e Ji-Paraná (85,4%), Ariquemes (85%) e Pimenta Bueno (84,8%). No Estado de Mato Grosso, destacam-se Pontes e Lacerda (82,9%) e Jauru (79,3%). A título de comparação, a taxa brasileira é de 88,6%, segundo o Ministério da Cultura (MEC).

Entre os países da América Latina, o Brasil ocupa a oitava posição com maior índice de analfabetismo. O Nordeste se destacou negativamente como a região que mais registrou analfabetos em pesquisa realizada em 2007 pelo IBGE: 19,9% dos brasileiros analfabetos. O Sudeste registrou um percentual de 10,2%; a Região Norte, 8,4%; o Centro-Oeste, a taxa de 8,1% e o Sul, 5,7%.

Outro indicador do desenvolvimento da educação corresponde ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é medido a partir da combinação do rendimento escolar com as notas do exame "Prova Brasil", aplicado a crianças da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental a cada dois anos, podendo variar de 0 a 10. O indicador é calculado com base nas informações prestadas no Censo Escolar e permite a verificação da qualidade do ensino escolar e das redes de ensino.

Dentre os municípios da All, destacam-se Jauru, em Mato Grosso, Pimenta Bueno, Chupinguaia e Ministro Andreazza, em Rondônia (**Quadro 3.6.5-43**). Jauru apresenta o maior IDEB da All, tanto para a 4ª série (5,7) quanto para a 8ª série (4,6). Ambos os índices foram maiores que a meta projetada (3,9 e 3,2) e maiores que os índices estaduais (4,9 e 4,2).

Os municípios com menor IDEB na 4ª série são Candeias do Jamari (RO), Itapuã do Oeste (RO), Cujubim (RO), Rio Crespo (RO) e Conquista d'Oeste (MT), todos abaixo de 4,0. Os que apresentaram menor IDEB para a 8ª série foram Candeias do Jamari (RO), Rio Crespo (RO), Ji-Paraná (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Porto Velho (RO), todos abaixo de 3,4.

Outra observação em relação ao IDEB é a queda do índice entre a 4ª e a 8ª série. Enquanto o maior índice para a 4ª série é 5,7, para a 8ª série é 4,6. Os índices estaduais variam de 4,9 (MT) e 4,4 (RO) para a 4ª série e 4,2 (MT) e 3,4 (RO) para a 8ª série.

Com o Programa Bolsa Família, as crianças ficaram mais estimuladas a frequentar a escola, contando, também, com o apoio dos pais, que precisam manter seus filhos matriculados para receber o benefício. Outro programa que tem contribuído para a erradicação do analfabetismo é o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

**Quadro 3.6.5-42 - Taxa de Alfabetização da População de 5 Anos ou Mais (%)**

Estados/Municípios	Alfabetizados	Não Alfabetizados
Mato Grosso	85,1	15,0
Jauru	79,3	20,7
Vale de São Domingos (*)	-	-
Pontes e Lacerda	82,9	17,2
Conquista D'Oeste (*)	-	-
Nova Lacerda	76,0	24,0
Comodoro	77,7	22,3
All MT	52,6	14,0
Rondônia	83,8	16,2
Vilhena	87,5	12,5
Chupinguaia	80,6	19,4
Pimenta Bueno	84,8	15,2
Cacoal	85,4	14,6
Ministro Andreazza	79,6	20,4
Presidente Médici	80,6	19,4
Ji-Paraná	85,4	14,6
Ouro Preto do Oeste	83,1	16,9
Jaru	82,8	17,2
Theobroma	79,5	20,5
Ariquemes	85,0	15,0
Rio Crespo	81,1	18,9
Cujubim	77,6	22,4
Itapuã do Oeste	78,3	21,7
Candeias do Jamari	77,5	22,5
Porto Velho	87,6	12,4
All RO	82,3	17,7
All Total	67,5	15,9

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2000.

Nota (\*) = Vale de São Domingos e Conquista d'Oeste não existiam em 2000.

**Quadro 3.6.5-43** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - 2009

Estados/Municípios	IDEB - 4º série		IDEB - 8º série	
	Obtido	Meta Projetada	Obtido	Meta Projetada
Mato Grosso	4,9	4,0	4,2	3,1
Jauru	5,7	3,9	4,6	3,2
Vale de São	4,6	3,9	3,6	3,4
Pontes e Lacerda	4,8	4,0	4,3	3,1
Conquista D'Oeste	3,9	3,1	-	4,1
Nova Lacerda	4,3	3,6	3,4	3,1
Comodoro	4,7	4,3	4,2	3,3
Rondônia	4,4	4,0	3,4	3,4
Vilhena	4,6	4,4	3,6	3,8
Chupinguaia	4,7	4,1	3,9	3,7
Pimenta Bueno	4,9	4,4	3,8	3,5
Cacoal	4,4	4,4	3,6	3,7
Ministro Andreazza	4,7	3,8	3,6	3,8
Presidente Médici	4,6	4,1	4,2	3,7
Ji-Paraná	4,5	4,2	3,3	3,6
Ouro Preto do Oeste	4,2	3,9	3,5	3,0
Jaru	4,3	3,7	3,9	3,1
Theobroma	4,4	3,8	3,7	3,3
Ariquemes	4,4	4,1	3,5	3,7
Rio Crespo	3,9	3,6	2,9	3,6
Cujubim	3,6	3,3	3,3	2,9
Itapuã do Oeste	3,5	3,5	3,3	2,9
Candeias do Jamari	3,3	3,5	2,5	3,1
Porto Velho	4,2	4,0	3,3	3,3

**Fonte:** MEC/INEP. Sistematizado pela Meritt.

### • Educação Ambiental

Nas Secretarias de Educação dos municípios da AII, obtiveram-se informações sobre a prática da Educação Ambiental nas escolas, que tem sido incentivada como tema transversal na grade curricular, pelo Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

As atividades de Educação Ambiental em **Jauru (MT)** são desenvolvidas pela ONG Associação Jauruense de Meio Ambiente (AJUMA), que organiza grupos de crianças

em eventos e palestras com temáticas ambientais, através do Projeto Sala Verde, do Ministério do Meio Ambiente.

No município **Vale de São Domingos (MT)**, as escolas participam do “Projeto Semana do Mato Grosso”, do Governo Estadual, que busca recuperar a cultura através do artesanato, comidas típicas, agricultura e o meio ambiente. As atividades ocorrem durante uma semana e envolvem toda a comunidade escolar.

Em **Pontes e Lacerda (MT)**, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura implementou, no Projeto Político Pedagógico (PPP) de todas as escolas do município, o Programa Agrinho, cujo tema do ano de 2010 é “Meio Ambiente: Uma Questão de Cidadania”. Esse programa está sendo executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado de Mato Grosso (SENAR-AR/MT) desde 2004, e tem beneficiado anualmente milhares de alunos do Ensino Fundamental de Mato Grosso, contando com a integração entre os Governos Estadual e Municipal e a iniciativa privada.

**Conquista d’Oeste (MT)**, **Nova Lacerda (MT)** e **Comodoro (MT)** também contam com o Programa Agrinho nas suas grades curriculares.

Em **Vilhena (RO)**, cada escola escolhe um projeto ou tema ambiental para ser desenvolvido no decorrer do ano letivo, até ser apresentado na Semana do Meio Ambiente. Todas as escolas do município fazem parte da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COMVIDAS). As crianças entre 6 e 9 anos participam da Conferência Estadual Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (em março de 2009).

A Educação Ambiental em **Chupinguaia (RO)** é trabalhada transdisciplinarmente, não existindo projetos específicos na área.

Em **Pimenta Bueno (RO)**, a Secretaria de Educação promove, todos os anos, a Gincana Ambiental, em parceria com a Secretaria de Agricultura. Cada ano, uma escola municipal funciona como a sede das competições. São três meses de preparação, culminando em um dia de gincana, com participação de toda a comunidade escolar e local.

As escolas municipais de **Cacoal (RO)** desenvolvem diversos projetos de Educação Ambiental, nos quais trabalham temas, tais como revitalização de matas ciliares e reciclagem de lixo orgânico (compostagem), entre outros. Quatro escolas da rede municipal participaram da Conferência Estadual Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente de 2009.

**Ministro Andreazza (RO)** trabalha a Educação Ambiental como tema interdisciplinar nas escolas, desenvolvendo pequenos projetos nessa área.

**Presidente Médici (RO)** tem Educação Ambiental nas escolas, através da ONG Garça.

A Prefeitura de **Ji-Paraná (RO)** desenvolve programas de preservação, conservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), através de um viveiro municipal para a reconstituição da flora, e do recolhimento de pneus e embalagens para reciclagem.

Conta com participação voluntária dos alunos das redes pública e particular de ensino, e dos filhos dos produtores rurais.

Em **Ouro Preto do Oeste (RO)**, o PROAMBIENTE realiza um trabalho de Educação Ambiental nas escolas, com o intuito de conscientizar crianças, jovens e adultos através de palestras, seminários e capacitações, atingindo tanto as crianças como a sociedade em geral. Parceria com a Secretaria de Educação.

A Secretaria de Meio Ambiente – SEMMA de **Jaru (RO)** promove campanhas, como a do combate ao uso do fogo e da proteção da mata ciliar. Todas as escolas da rede municipal têm Agenda 21 e estão elaborando um Plano Municipal de Educação.

A Educação Ambiental em **Theobroma (RO)** é tema interdisciplinar nas escolas, onde são discutidas, por exemplo, a importância da agricultura orgânica e a autossustentabilidade.

**Ariquemes (RO)** promove ciclo de palestras em escolas e associações, para a conscientização da importância de preservar o meio ambiente. A Prefeitura distribuiu mais de 20 mil mudas de árvores para a população e cultiva espécies para reflorestamento de nascentes, córregos e rios. A Associação dos Protetores dos Rios e Meio Ambiente de Ariquemes (APRIMA) realiza a Expedição de Limpeza do Rio Jamari todos os anos.

Não há Educação Ambiental em **Itapuã do Oeste (RO)**. Nos municípios de **Cujubim (RO)** e **Rio Crespo (RO)**, não se obtiveram informações sobre Educação Ambiental nas escolas locais.

Em **Candeias do Jamari (RO)**, comemora-se a Semana do Meio Ambiente com programação variada: palestras nas escolas municipais e estaduais, mutirão de limpeza no rio Candeias, caminhada ecológica com celebração eucarística, plantio de árvores e reflorestamento da Comunidade São Pedro. Participam desse evento a Comunidade Paroquial Nossa Senhora da Conceição, a Comissão de Justiça e Paz Dom Luciano Mendes, a Prefeitura, o Batalhão de Polícia Ambiental, a Colônia de Pescadores Z-6, Agentes Ambientais Voluntários, Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros.

**Porto Velho (RO)** promove, através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), palestras com temas ambientais para os alunos da rede pública de ensino, com o objetivo de conscientizá-los e transformá-los em multiplicadores. As equipes da SEMA também distribuem as cartilhas “Meio Ambiente: amor e cuidado” e “Plante & Adote uma Árvore” nas escolas. Há ainda algumas iniciativas de instituições privadas.

## **(2) AID**

No **intervalo 1** (Km 0 ao Km 165 da futura LT), não há escolas rurais situadas na AID, nos municípios de Jauru, Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Conquista d’Oeste e Nova Lacerda.

Na área rural do município de Jauru, há transporte escolar (ônibus), cedido pela Prefeitura, que circula de manhã e à tarde, e transporta os alunos até a cidade de Jauru. A Escola Estadual Francisco Salazar atende às demandas por educação até o 5º ano do Ensino Fundamental, e a Escola Estadual Deputado João Evaristo Curvo (**Foto 3.6.5-119**) atende às demandas do Ensino Fundamental (até o 9º ano) e Ensino Médio.

Há também transporte escolar que atende aos alunos residentes na Estrada de Lucialva (ou Rodovia MT-388). Esses alunos são atendidos pela Escola Municipal Juscelino Kubistchek, em Lucialva, distrito de Jauru, onde residem cerca de 120 pessoas. Há uma Kombi que faz o transporte escolar, de manhã e à tarde. A escola oferece até o Ensino Médio, e o Ensino Superior é atendido, principalmente, na cidade de Araputanga.

Alguns moradores entrevistados declararam que o transporte escolar, que atende à região, serve ainda de “carona” para os moradores que se deslocam para a cidade.

Na AID, na área rural de Vale de São Domingos, há transporte escolar, cedido pela Prefeitura de Vale de São Domingos. O trajeto do micro-ônibus escolar, de acordo com o morador entrevistado na Fazenda Rio Bonito, é de cerca de 20km até a sede municipal de Vale de São Domingos, onde está situada a Escola Municipal que atende às demandas por educação no Ensino Fundamental.

As crianças residentes nas localidades rurais identificadas na AID, no município de Conquista d’Oeste, estudam na Escola Municipal Linda Vagner Buzzi, que atende até o 6º ano do Ensino Fundamental. Há transporte escolar (ônibus) para Conquista d’Oeste, que percorre grandes distâncias nesse município. A Fazenda Conquista, por exemplo, situa-se a 60km de distância da sede municipal.

O transporte escolar também serve de “carona” para os moradores da região, e para levar alunos indígenas, residentes em duas aldeias da Terra Indígena Juininha, localizadas a cerca de 10km da Fazenda Conquista, que complementam seus estudos na Escola Municipal de Conquista d’Oeste. Nessas aldeias indígenas situadas próximas à localidade, há escolas que atendem até o 5º ano do Ensino Fundamental.

O ônibus circula pela “antiga BR” (atual MT-388), entrando das estradas vicinais até a altura da LT existente. Transporta as crianças pela manhã, passando pelas aldeias, com chegada prevista à escola por volta do meio-dia. O horário escolar é das 13h às 16h30. As crianças retornam às fazendas da região por volta das 18h30. Algumas crianças passam mais tempo “viajando” de ônibus do que dentro de uma sala de aula.

Além do transporte escolar, a Prefeitura de Conquista d’Oeste realiza ainda assistências (melhorias) na estrada.

Na área rural do município de Nova Lacerda que será atravessada pela futura LT, não há disponibilidade de transporte escolar e/ou coletivo, o que impossibilita o acesso à

educação nesse trecho da AID. Os filhos do morador entrevistado na Fazenda Areia Branca, por exemplo, residem com parentes e estudam na cidade de Nova Lacerda.

No **intervalo 2** (Km 165,1 ao Km 365 da futura LT), a AID, nas áreas rurais dos municípios de Comodoro e Vilhena, também não conta com escolas. Os serviços de educação devem ser acessados nas cidades de Comodoro e Vilhena.

O serviço de transporte escolar em Comodoro abrange a Rodovia BR-174 e estradas vicinais, inclusive a antiga BR — até cerca de 20km no trecho não pavimentado, a partir do asfalto, na BR-364 (ou Rodovia Estadual MT-255) que liga Comodoro a Campos de Júlio. Devido à precariedade de transporte coletivo na região, constatou-se que o transporte escolar, cedido pela Prefeitura de Comodoro, também dá “caronas” para os moradores locais.

O ônibus escolar transporta as crianças, na parte da manhã, até a Escola Municipal João Medeiros Calmon, que atende às demandas por educação (Ensino Fundamental) em Comodoro. O retorno à área rural se dá à tarde.

Na área rural do município de Vilhena, há o transporte escolar ao longo da BR-364, que leva os alunos até as escolas situadas na cidade de Vilhena.

No **intervalo 3** (Km 365,1 ao Km 527,5 da futura LT), os moradores do Assentamento Águas Claras, em Vilhena, declararam que pegam “carona” com o ônibus escolar, que circula na Rodovia BR-364 e acessa a estrada vicinal Kapa 140 (ou K-140). Esse ônibus transporta nove alunos até a cidade de Vilhena, onde se situam as seguintes escolas: Escola Estadual Marechal Rondon, que atende às demandas escolares do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio; Escola Municipal Martin Lutero, do Ensino Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental; e Escola Estadual Cecília Meireles, até o 1º ano do Ensino Médio. O ônibus passa na estrada do assentamento ao meio-dia e retorna às 17h30.

Na Vila São Lourenço, distrito de Vilhena, a Escola Municipal Tenente Melo, atende às demandas por educação até o 2º ano do Ensino Médio. Trata-se de uma escola-polo, situada a 72km da cidade de Vilhena. Há transporte escolar que recolhe os alunos residentes em propriedades e localidades rurais situadas nas margens da Rodovia BR-364 até a altura da localidade de Posto Gaúcho, a 9km de distância de São Lourenço. O ônibus escolar também transporta os professores que residem em Vilhena.

Na Vila Guaporé, distrito de Chupinguaia, a Escola Municipal Valter José Zanella atende às demandas por educação até o Ensino Médio. No que tange ao Ensino Superior, os jovens têm a opção de estudar em uma faculdade que funciona na modalidade à distância (EaD), em Chupinguaia, ou ir até Vilhena, que possui uma faculdade estadual e outras privadas. Do outro lado da Rodovia BR-364, no distrito de Urucumacua,

pertencente a Pimenta Bueno, a Escola Municipal Jaru II supre as demandas por educação dos moradores no Ensino Fundamental.

De acordo com um morador entrevistado, “está faltando muito professor” na Escola Valter José Zanella. Os alunos devem ser transferidos para uma nova escola, inaugurada em 2009, na cidade de Chupinguaia. Na escola, há um curso para a formação da Guarda Mirim. Serão ministradas aulas para ensinar noções de Ecologia, Relações Humanas, Código de Trânsito, Estatuto da Criança e do Adolescente, Cidadania, etc.

Em Pimenta Bueno, no distrito de Marco Rondon (Km141 da BR-364), havia a Escola Municipal Francisco Orelana, que oferecia educação até o 5º ano do Ensino Fundamental, mas ela foi fechada, há alguns anos, em função da proximidade com a LT existente. Em virtude disso, os alunos residentes em Marco Rondon passaram a estudar na Escola Municipal Luiz Cabral de Souza, situada na localidade de Dimba (ou Setor Dimba), também à margem da Rodovia BR-364, a cerca de 10km de distância. O transporte escolar circula ao longo da BR-364, alcançando Marco Rondon por volta do meio-dia, com retorno na parte da tarde.

Cabe explicar que Dimba é o nome “popular” de uma localidade cuja referência é o Restaurante América, e que serve de acesso para o Projeto de Assentamento (PA) Eli Moreira.

A Escola Municipal Luiz Cabral de Souza, por se tratar de uma escola-polo, atende às demandas educacionais do Ensino Fundamental e Médio dos alunos residentes em Dimba (PA Eli Moreira), Marco Rondon, Marcos Freire, na Estrada da Usina (UHE Rondon II) e em Ribeirão Grande (acesso pela Linha 45). Os seis professores que trabalham na escola, no turno da manhã, residem na própria localidade de Dimba. À tarde, os professores, o diretor e a conselheira vêm da cidade de Pimenta Bueno, onde residem. Pela manhã e à tarde, o ônibus escolar percorre toda a Linha 50, transportando os alunos para a escola, situada na margem da BR-364.

Após a área urbana de Pimenta Bueno, há duas estradas não pavimentadas — Estrada Velha do Calcário (ou Estrada do Laticínio) e Estrada do Aeroporto (ou Linha 15) — que acessam áreas rurais do município, compostas por sítios e fazendas, além de estrutura aeroportuária. Nessas estradas, há o serviço de transporte escolar, cedido pela Prefeitura de Pimenta Bueno, que transporta os alunos, principalmente, para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Bom Sucesso (**Foto 3.6.5-120**), situada a cerca de 200m do acesso da Linha 15 na BR-364. A escola supre as demandas educacionais até o 9º ano do Ensino Fundamental. O mesmo ônibus escolar que transporta os alunos das áreas rurais até a E.E.E.F. Bom Sucesso, também continua seu trajeto até as escolas situadas na cidade de Pimenta Bueno, que oferecem o Ensino Médio.



A população rural residente ao longo da BR-364, da Rodovia Estadual RO-387 e das Linhas 40, 36 e 32 (estradas não pavimentadas) também conta com serviço de transporte escolar fornecido pela Prefeitura de Pimenta Bueno. Os alunos são transportados das áreas rurais para a Escola Municipal Alto Itaporanga, situada no acesso da Linha 40, no distrito de Itaporanga (município de Pimenta Bueno), ou para as escolas localizadas na cidade de Pimenta Bueno. A E.M. Alto Itaporanga é referência em termos de Ensino Fundamental. Com relação ao Ensino Médio, a demanda escolar deve ser satisfeita nas escolas urbanas. O ônibus escolar circula pela Linha 40 ao meio-dia, e retorna às 18h.

No **intervalo 4** (Km 527,6 ao Km 646,5 da futura LT), há serviço de transporte escolar fornecido pelas Prefeituras de Cacoal, Ministro Andreazza, Presidente Médici e JI-Paraná que atende à população residente na AID nas áreas rurais desses municípios.

Em Cacoal, o transporte escolar percorre a Linha E (ou rodovia estadual RO-383) e as Linhas “Destinais” 11, 12 e 14, como são conhecidas as estradas que se iniciam em Cacoal e dão “destino” às propriedades rurais localizadas nas suas margens, numa região que vai até o limite interestadual com Mato Grosso.

No distrito de Riozinho, em Cacoal, à margem da BR-364, funciona a Escola Municipal Auta Raupp. Há escolas rurais nas Linhas 10, 12 e 14.

No Km4 da Linha 10, na área rural de Cacoal, encontra-se a Escola Família Agrícola (EFA) Padre Ezequiel Ramin (**Foto 3.6.5-121**), instituição sem fins lucrativos, fundada em 1989, voltada para a educação de jovens rurais, com o objetivo de formar integralmente — em nível escolar, prático, humano, social, cultural e profissional — os jovens, filhos de agricultores. A EFA visa qualificar tecnicamente o pequeno trabalhador rural a partir de uma metodologia que corresponda verdadeiramente às necessidades do homem do campo. Nessa perspectiva, as práticas desenvolvidas estimulam o jovem a “aprender a apreender”. Para isso, é preciso contar com a participação direta da família no processo de formação e de ligação, entre teoria e prática.

A EFA Pe. Ezequiel Ramin trabalha com Ensino Fundamental e Ensino Médio e Técnico em Agropecuária, e funciona em regime de alternância, que consiste em períodos de 15 dias na escola e 15 dias no meio familiar. Assim, o regime de alternância desenvolve-se em três momentos integrativos importantes para o processo de aprendizagem: (i) meio socioprofissional-familiar, pesquisa e observação da realidade; (ii) ambiente escolar/centro educativo, reflexão, problematização e aprofundamento dos conhecimentos; (iii) de volta ao meio socioprofissional-familiar dos conhecimentos na prática, novas experiências e pesquisas (confronto dos saberes teóricos com a prática).

Inicialmente, a EFA era muito ligada à Igreja Católica. Segundo sua diretora, alguns projetos do exterior e as comunidades de base (movimentos sociais do Partido dos Trabalhadores, principalmente) ajudaram a construir essa iniciativa, na qual “os alunos são

preparados para se tornarem líderes sociais comunitários”. A escola trabalha a teoria, a ciência e o crescimento humano.

Há um convênio com o Governo do Estado de Rondônia e com os municípios que participam fornecendo fundos para a manutenção do espaço e cedendo funcionários (professores da rede municipal). Os pais contribuem mensalmente, em dinheiro ou em produção, para a alimentação dos alunos e funcionários.

Há também parcerias com os municípios para transportar os alunos até o distrito de Riozinho, onde há um ônibus da EFA que recolhe os alunos. Entretanto, essa cooperação intermunicipal de transporte escolar não é legalmente reconhecida. Outros pais trazem os alunos em carro próprio.

A escola atende a crianças e jovens de 25 municípios dos Estados de Rondônia e Mato Grosso. A Associação de Pais e Professores da Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin de Cacoal (APPEFAC), que conta com 180 famílias associadas, administra a escola (não há sede).

São 220 alunos que estudam em período integral (manhã/tarde/noite), durante 15 dias. Depois, retornam às suas casas, onde permanecem por 15 dias, “trocando experiências” com seus pais.

Há horta, produção de leite, galinha (postura/corte), porco, uma área de mata de 12 alqueires, sendo que a área da EFA possui em torno de 21 alqueires. A escola possui 18 professores e 10 funcionários. Um professor recebe em torno de R\$1.300,00 (hum mil e trezentos reais) mensais. A propriedade está registrada em nome da Diocese de Ji-Paraná, pois Cacoal é Paróquia de Ji-Paraná, e há um termo de comodato para os membros da Associação poderem trabalhar.

Na Linha 9, na área rural de Cacoal, há transporte escolar (manhã, meio-dia, tarde) que leva os alunos até a Escola Municipal Pedro Álvares Cabral, que atende até o Ensino Médio.

Nas Linhas 6, 7 (desde a área urbana de Cacoal) e 8, há o serviço de transporte escolar da Prefeitura de Cacoal. São cinco ônibus que circulam de manhã, ao meio-dia e à tarde, transportando os alunos até a Escola Municipal Santos Dumont, que atende às demandas escolares do Ensino Fundamental completo, e fica localizada em Bandeirantes (a 8km de distância da diretriz).

Nas áreas rurais de Ministro Andreazza, na AID, há transporte escolar (pela manhã, ao meio-dia e à tarde) que leva os alunos para as Escolas Municipais Emílio Coelho e Maria Aparecida, situadas na área urbana, que atendem às demandas por educação do Ensino Fundamental. Na Linha 2, há uma escola rural, a Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Quintino Bocaiúva (**Foto 3.6.5-122**), que atende até o Ensino Médio. Essa escola possui um Núcleo de Educação Ambiental Rural (**Foto 3.6.5-123**). Os alunos

residentes nas Linhas 2 e 3 (inclusive na Linha 3 Castanhal) são atendidos com o transporte escolar cedido pela Prefeitura de Ministro Andreazza.

Na área rural do município de Presidente Médici, na AID, no cruzamento das Linhas 128 e 114, situa-se a Escola Municipal Presidente Médici, que oferece o Ensino Fundamental. Há transporte escolar circulando na Linha 110, que atravessa o Travessão "N" e retorna pela Linha 114, até alcançar a esquina da Linha 128, onde se situa a escola. O transporte circula de manhã, ao meio-dia e à tarde.

Na Linha 102, na área rural de Ji-Paraná, há um ônibus escolar, de manhã, que transporta os alunos residentes nessa localidade (da Linha 128 em diante) até a Escola Municipal Antônio Irineu Dresch, e retorna ao meio-dia. Os alunos residentes no trecho da Linha 102, compreendido entre a Linha 128 e a BR-364, estudam na parte da tarde. A escola foi inaugurada em 2002, no lugar da antiga Escola Juruá, e atende às demandas por educação do Ensino Fundamental e Médio. Segundo um morador entrevistado, há transporte escolar que circula em todas as Linhas do Projeto Riachuelo (como é conhecido o assentamento).

Nas proximidades da área urbana de Ji-Paraná, na Estrada do Aeroporto, há o serviço de transporte escolar que leva os alunos para as escolas situadas na cidade de Ji-Paraná.

No bairro Boa Esperança, praticamente na divisa com outro bairro (Nova Brasília) de Ji-Paraná, funciona a Escola Estadual Nova Brasília, que oferece estudo até o Ensino Médio (à noite).

No **intervalo 5** (Km 646,6 ao Km 812 da futura LT), nas áreas rurais de Ouro Preto do Oeste, na AID, há transporte escolar cedido pela Prefeitura que circula pelas estradas não pavimentadas locais (Linhas e travessões). Os ônibus escolares transportam os alunos, na parte da manhã, para a Escola Municipal 22 de Dezembro, localizada no Km 8 da Linha 200, que atende ao Ensino Fundamental completo, e para a Escola Municipal Augusto dos Anjos, na Linha 80, que atende até o 5º ano do Ensino Fundamental (1º ciclo). Os alunos que buscam complementar os estudos, em nível de Ensino Médio, são transportados, na parte da tarde e à noite (Programa EJA), para a cidade de Ouro Preto do Oeste, onde está localizada a Escola Estadual 28 de Novembro. Em relação ao Ensino Superior, apesar de haver faculdade em Ouro Preto do Oeste, os jovens procuram as faculdades de Ji-Paraná, devido à maior oferta de cursos superiores.

Nas áreas rurais de Jaru, situadas na AID, há ônibus escolar (manhã, meio-dia, tarde e noite) que circula ao longo da Rodovia BR-364, transportando os alunos até o Setor 8 (bairro da cidade de Jaru), onde se localiza a Escola Municipal Newton Oliveira de Araújo. Outras escolas que funcionam na cidade de Jaru, e que servem de referência para os alunos residentes na área rural são: a Escola Municipal Aldemir de Lima, que atende ao

Ensino Fundamental completo, a Escola Municipal Olga Delaia e a Escola Estadual Capitão Sílvio de Farias, que oferecem estudo até o Ensino Médio e o Programa EJA (à noite).

Há transporte escolar nas Linhas 608 e 610, na área rural de Jaru, no bairro Jardim dos Estados (área em expansão urbana), e ao longo da Rodovia Estadual RO-464 (manhã, tarde e noite). Os ônibus transportam os alunos residentes nessas localidades para as escolas situadas na cidade de Jaru.

Em relação ao Ensino Superior, há, em Jaru, a Unicentro (Faculdade de Educação de Jaru).

Na área rural do município de Theobroma, na AID, não foram identificadas escolas rurais.

Em Ariquemes, ao longo da Rodovia BR-364, há o serviço de transporte escolar cedido pela Prefeitura. Além da BR, o transporte escolar acessa as Linhas 119, entre outras. Alguns moradores residentes em fazendas nesse trecho levam seus filhos de carro ou de moto.

Na área rural de Ariquemes, na região conhecida como Seringal Setenta — a localidade também é conhecida como B-80 ou Paca Assada —, há uma escola-polo, a Escola Municipal Mafalda Rodrigues (**Foto 3.6.5-124**), que atende até o Ensino Médio. Nas Linhas, também funcionam escolas municipais multisseriadas, que atendem às demandas escolares do 1º ciclo do Ensino Fundamental ao 5º ano. O transporte escolar atende, na parte da manhã, 50 alunos dos Ensinos Fundamental e Médio; na parte da tarde, o ônibus transporta 45 alunos do Ensino Fundamental. À noite, não há aulas. A maioria desses alunos reside na Agrovila, cujo acesso é realizado pela Linha C-18, e no Assentamento Tradicional, com acesso pela Linha B-80. Ambos fazem parte do Assentamento Maria José Rique (antigo Projeto Novo Amanhecer).

Na área da Fazenda Nova Vida, pertencente à Agropecuária homônima, funciona uma escola municipal, que atende os filhos dos funcionários que estudam até o 5º ano do Ensino Fundamental. Há uma professora (cedida pela Prefeitura de Ariquemes) que recebe uma complementação financeira da fazenda (1 salário-mínimo) para dar as aulas nessa unidade. Na Rodovia BR-364, em frente à sede da fazenda, circula um ônibus escolar que transporta os alunos que complementam os estudos, a partir do 2º ciclo do Ensino Fundamental (6º ano em diante), na E.M. Mafalda Rodrigues, ou na Escola Municipal Ademir Lima Cantanhede, localizada na cidade de Ariquemes, e que atende até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Na área do Projeto de Assentamento Dirigido (P.A.D.) Marechal Dutra, no município de Ariquemes, funcionava a Escola Municipal Noel Nutz, que foi desativada em virtude da proximidade com a LT que foi instalada. Nessa localidade, composta por pequenos sítios, há transporte escolar, que circula por volta do meio-dia, com retorno às 18h.

Também há transporte escolar na Rodovia Estadual RO-257 e nas Linhas C-70, C-85 (ou Rodovia Estadual RO-459, que acessa Rio Crespo) e C-100, que circulam na parte da

manhã e ao meio-dia, transportando os alunos para as escolas urbanas ou para a Escola Municipal Henrique Dias, localizada na Linha C-70 (área rural), que oferece Ensino Fundamental completo.

No **intervalo 6** (Km 812,1 ao Km 905 da futura LT), não foram identificadas escolas nas áreas rurais dos municípios de Rio Crespo e Cujubim, na AID.

Na Vila do Rio Preto, na área rural do município de Itapuã do Oeste, há transporte escolar, cedido pela Prefeitura Municipal, que circula pela Rodovia BR-364, recolhendo os alunos às 11h (ida para a cidade de Itapuã do Oeste), retornando à tarde.

Na Vila do Rey do Peixe, também à margem da BR-364, em Itapuã do Oeste, o transporte escolar circula ao meio-dia, às 18h e à noite (Ensino Médio e EJA), levando os estudantes para as seguintes escolas situadas na cidade de Itapuã do Oeste: Escola Estadual Paulo Freire, que atende do 7º ano do Ensino Fundamental até o fim do Ensino Médio, e Escola Municipal Dr. Custódio, até o 6º ano do Ensino Fundamental.

Na Vila de Pescadores, por sua vez, há um micro-ônibus (transporte escolar) que busca os alunos da vila (são 35 crianças) na parte da manhã e ao meio-dia. Além das escolas supracitadas, os alunos também são encaminhados para a Escola Estadual João Francisco, que atende às demandas por educação do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental.

As Linhas 623, 627 e 631 (Linha do Triunfo), entre outras estradas vicinais, também contam com o transporte escolar cedido pela Prefeitura de Itapuã do Oeste.

No **intervalo 7** (Km 905,1 ao Km 989 da futura LT), a população rural residente na AID, no município de Candeias do Jamari, conta com o serviço de transporte escolar cedido pela Prefeitura. Na proximidade da Fazenda Rio das Antas, por exemplo, o ônibus escolar circula às 5h30, retornando às 13h, e às 10h30, com volta prevista para as 19h, transportando os alunos para a escola situada na cidade de Candeias do Jamari, a cerca de 40km de distância. Esse ônibus também acessa as Linhas 655 e 659.



**Foto 3.6.5-119** – Escola Estadual Deputado João Evaristo Curvo, em Jauru (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-120** – Escola Estadual de Ensino Fundamental Bom Sucesso, em Pimenta Bueno (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-121** – Ginásio da Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin, em Cacoal (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-122** – Escola-Polo Municipal de Ensino Fundamental Quintino Bocaiúva, em Ministro Andreazza (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-123** – Núcleo de Educação Ambiental Rural, na Escola-Polo Quintino Bocaiúva, em Ministro Andreazza (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-124** – Escola Municipal Mafalda Rodrigues, na Região do Seringal Setenta, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-125** – Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-126** – Escola Estadual Paulo Nunes Leal, em Porto Velho (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Os alunos que residem na localidade de “Cinquentinha” — Km 50 da BR-364 (sentido Cuiabá) e acesso da Linha 659 — estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima (**Foto 3.6.5-125**), a 4km da localidade, à margem da BR-364, que atende até o 5º ano do Ensino Fundamental. Após esse 1º ciclo, os alunos têm que continuar seus estudos na cidade de Candeias do Jamari, a 30km de distância. Essa escola é patrocinada pela ELETRONORTE (UHE de Samuel).

Os alunos residentes nas proximidades da Fazenda Rio Novo são transportados para a Escola Municipal Santa Marcelina (o ônibus circula somente na BR-364). A escola situa-se na altura do Km 17 da BR-364, já no município de Porto Velho, próximo à divisa intermunicipal com Candeias do Jamari. O ônibus circula de manhã (às 6h e às 11h15) e retorna às 18h30). A escola atende até o 9º ano do Ensino Fundamental. Em relação às demandas por Ensino Médio, elas são atendidas na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, na cidade de Candeias do Jamari, ou em escolas urbanas de Porto Velho (nesse caso, a Prefeitura de Candeias do Jamari fornece o transporte escolar).

Em Candeias do Jamari, além da E.E. Carlos Drummond de Andrade, há outras três escolas municipais na área urbana: E.M. Jaime Bassessat, E.M. Teodoro e E.M. D. João Batista. O transporte escolar também circula nas Linhas, além da BR-364. Cada Linha tem seu próprio ônibus.

Ainda não há transporte escolar circulando pelas Linhas dos Assentamentos Flor do Candeias e Cachoeira de Samuel, em Candeias do Jamari. Essas Linhas começaram a ser abertas em 2009. Havia trilhas (caminhos) para acessar a BR-364; agora, as crianças vão pela estrada até a beira da BR-364, onde acessam o transporte escolar. O filho do morador entrevistado está com problema de alergia devido à exposição à poeira da estrada. Já no Assentamento Paraíso das Acácias, também em Candeias do Jamari, situado no lado contrário da BR-364 em relação ao Assentamento Flor do Candeias, há transporte escolar circulando nas Linhas do assentamento: ida, ao meio-dia, com retorno às 18h. Crianças e jovens estudam nas escolas urbanas de Candeias do Jamari.

Na localidade de Bacia Leiteira, na área rural de Porto Velho, na AID, há transporte escolar que circula pela Linha e leva os alunos para a Escola Municipal Santa Marcelina, já caracterizada anteriormente. Muitos alunos vão até a escola de bicicleta, percorrendo 2km de estrada de chão e tendo que atravessar a Rodovia BR-364, o que representa um sério risco.

Na localidade conhecida como Parque Castanheira 2, composta por chácaras, há transporte escolar que leva os alunos para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Nunes Leal (**Foto 3.6.5-126**). Essa escola atende até o 9º ano do Ensino Fundamental. Para a continuação dos estudos no Ensino Médio, há um ônibus escolar que

transporta os alunos para a escola municipal situada no bairro Tancredo Neves, em Porto Velho.

Há transporte escolar que atende à demanda por educação na Linha. A Escola Municipal Francisco Sales de Oliveira oferece estudo até o 6º ano do Ensino Fundamental e localiza-se na “vila do Treze” (Km 13 da Rodovia BR-364).

Na Comunidade Jerusalém da Amazônia, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jerusalém da Amazônia atende até o 5º ano do Ensino Fundamental. A escola é toda construída em estilo romano, assim como as construções temáticas que fazem parte da Cidade Cinematográfica Jerusalém da Amazônia. O transporte escolar atende a quase 100 alunos. Segundo a diretora da escola, há interesse dela em parcerias e em iniciativas de Educação Ambiental.

Para efeito de ilustração, o **Quadro 3.6.5-44** apresenta as escolas, identificadas durante a pesquisa de campo, que servem como referência para a população residente na AID da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

**Quadro 3.6.5-44** - Escolas utilizadas pela população identificada na AID e entorno

Coordenadas		Fuso	Localidades	Municípios	Escolas
E	N				
299375	8302839	21	sede municipal	Jauru (MT)	Escola Estadual Francisco Salazar
299872	8303176	21	sede municipal - Centro	Jauru (MT)	Escola Estadual Deputado João Evaristo Curvo
299717	8322314	21	distrito de Lucialva	Jauru (MT)	Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira
278166	8308116	21	sede municipal - Centro	Vale de São Domingos (MT)	Escola Estadual Rainha da Paz
225909	8391212	21	sede municipal - Centro	Conquista d'Oeste (MT)	Escola Municipal Linda Wagner Guse
197936	8487687	21	sede municipal - Centro	Comodoro (MT)	Escola Municipal João Medeiros Calmon
809327	8589627	20	sede municipal - Centro	Vilhena (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental, Especial e Médio Marechal Rondon
810029	8590565	20	sede municipal - Jardim América	Vilhena (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental Martin Lutero
810029	8590565	20	sede municipal - Bodanese	Vilhena (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental Cecília Meireles
770169	8622636	20	vila São Lourenço	Vilhena (RO)	Escola Municipal Tenente Melo
751550	8646972	20	distrito de Guaporé	Chupinguaia (RO)	Escola Municipal Valter José Zanella
751776	8647157	20	distrito de Urucumaquã	Pimenta Bueno (RO)	Escola Municipal Jaru II
722564	8676640	20	Setor Dimba	Pimenta Bueno (RO)	Escola Municipal Luiz Cabral de Souza
697426	8710926	20	Linha 15	Pimenta Bueno (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental Bom Sucesso
695933	8713487	20	distrito de Itaporanga	Pimenta Bueno (RO)	Escola Municipal Alto Itaporanga
678879	8726924	20	distrito de Riozinho	Cacoal (RO)	Escola Municipal Auta Raupp
682058	8731802	20	Linha 10	Cacoal (RO)	Escola Família Agrícola (EFA) Padre Ezequiel Ramin
669313	8735857	20	Linha 9	Cacoal (RO)	Escola Municipal Pedro Álvares Cabral
670001	8751648	20	Linha 7 - Bandeirantes	Cacoal (RO)	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santos Dumont
662069	8761711	20	sede municipal - Centro	Ministro Andreazza (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nilo Coelho
661572	8761769	20	sede municipal - Centro	Ministro Andreazza (RO)	Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Maria Aparecida Teixeira Enomoto
650735	8760778	20	Linha 2	Ministro Andreazza (RO)	Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Quintino Bocaiúva Núcleo de Educação Ambiental Rural (NEAR)
628982	8774759	20	Linha 128 / Linha 114	Presidente Médici (RO)	Escola Municipal de Presidente Médici
628838	8787240	20	Linha 128	Ji-Paraná (RO)	Escola Municipal Antônio Irineu Dresch
619459	8798659	20	sede municipal - Bairro Boa Esperança	Ji-Paraná (RO)	Escola Estadual Nova Brasília
619923	8797218	20	sede municipal - Dom Bosco	Ji-Paraná (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. José Francisco dos Santos
582702	8812985	20	Linha 115	Ouro Preto do Oeste (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental 22 de Dezembro
580728	8814723	20	sede municipal - Bairro da União	Ouro Preto do Oeste (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 28 de Novembro
582014	8821570	20	Linha 80	Ouro Preto do Oeste (RO)	Escola Municipal Augusto dos Anjos
559217	8844553	20	sede municipal - Setor 8	Jaru (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental Nilton de Oliveira Araújo
558321	8845940	20	sede municipal - Centro	Jaru (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Olga Dellaia
558144	8845975	20	sede municipal - Centro	Jaru (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Capitão Sílvio de Farias
557669	8846197	20	Linha 610 - Bom Jesus	Jaru (RO)	Escola Estadual Marechal Costa e Silva
558942	8846153	20	sede municipal - Setor 2	Jaru (RO)	Escola Municipal Aldemir Lima Castanhede
529893	8867461	20	Seringal Setenta ou Paca Assada ou B-80	Ariquemes (RO)	Escola Municipal Maílda Rodrigues
497737	8902936	20	Linha C50, Km34	Ariquemes (RO)	Escola Municipal José de Anchieta
519623	8874617	20	Fazenda Nova Vida	Ariquemes (RO)	Escola Municipal
493871	8902784	20	sede municipal - Bairro Marechal Rondon	Ariquemes (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Ademir Lima Cantanhede
497919	8902730	20	Linha C-70	Ariquemes (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias
479353	8984070	20	sede municipal - Centro	Itapuã do Oeste (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo Freire
479353	8984070	20	sede municipal - Centro	Itapuã do Oeste (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Custódio
421903	9027646	20	sede municipal - Centro	Candeias do Jamarí (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental Jaime Bercassat
423147	9028450	20	sede municipal - Bairro União	Candeias do Jamarí (RO)	Escola Municipal D. João Batista Costa
423147	9028450	20	sede municipal - Bairro União	Candeias do Jamarí (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlos Drummond de Andrade
448674	9027665	20	Rodovia BR-364	Candeias do Jamarí (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima
441649	9029239	20	Fazenda Três Capelas	Candeias do Jamarí (RO)	Escola Stella Sabião Mendes
418819	9028127	20	Santa Marcelina - Km17 da rodovia BR-364	Porto Velho (RO)	Escola Municipal Santa Marcelina
414259	9027173	20	vila da Codaron - km13 da rodovia BR-364	Porto Velho (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Sales de Oliveira
415318	9027134	20	Parque Castanheda 2, km 14 da rodovia BR-364	Porto Velho (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Nunes Leal
407849	9031551	20	sede municipal - bairro Tancredo Neves	Porto Velho (RO)	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Risoleta Neves
413641	9025194	20	comunidade Jerusalém da Amazônia	Porto Velho (RO)	Escola Municipal de Ensino Fundamental Jerusalém da Amazônia

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



## **b. Ensino Superior e Formação Técnico-Profissional – All**

Os municípios que fazem parte da All dispõem de várias instituições de ensino superior e de cursos técnicos, a seguir listadas.

### **Jauru (MT)**

- Instituto Tecnológico de Mato Grosso (IFMT), público: curso de Eletrotécnica, com duração de dois anos. Atualmente, existe uma turma em andamento e há previsão de três turmas novas, de 30 alunos.
- Universidade Aberta do Brasil (UAB), público: curso superior de Administração Pública, à Distância. Está iniciando e realizarão vestibular para ingresso.
- Centro de Educação à Distância (EDUCON), público: curso superior em Pedagogia e Educação Infantil.
- UNITINS (faculdade particular): curso superior em Matemática e Técnicas Administrativas.

Os estudantes de Jauru (MT) que pretendem realizar outros cursos, geralmente, optam pela Faculdade de Arapitanga, pois existe um auxílio da Prefeitura.

**Vale de São Domingos (MT)** dispõe da UNITINS (Universidade do Tocantins)/EADECON – superior à distância: com cursos de Pedagogia e Matemática e CEAD (superior à distância): curso de Pedagogia, formou duas turmas em junho de 2010 para cerca de 36 alunos. Muitos estudantes buscam outros cursos superiores em Pontes e Lacerda (MT) e recebem transporte gratuito da Prefeitura.

### **Pontes e Lacerda (MT)**

- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): veiculada à UAB (Universidade Aberta do Brasil) – ensino à distância e presencial. Cursos de Administração, Química, Física e Matemática.
- Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT): Campus Universitário de Pontes e Lacerda, com os cursos de Letras, Ciências da Computação, Biologia, Zootecnia e Matemática.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: cursos Técnicos de Edificações, Secretariado, Química e Informática e o curso superior de licenciatura em Física.
- Universidade de Cuiabá (UNIC), particular: oferece cursos de graduação em Ciências Contábeis, Administração, Biologia e Artes; pós-graduação em Administração e Ciências Contábeis e especialização nas mesmas áreas da graduação.

- Universidade de Tocantins (UNITEP), particular: cursos de graduação em Ciências Contábeis, Administração, Turismo, Engenharia e Biologia; pós graduação e especialização nas mesmas áreas da graduação.
- Instituto Jurídico: pós-graduação em Administração Pública.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT): cursos técnicos em Computação, Engenharia da Construção Civil, Química, Física e Informática.
- SENAI, SENAC, SEBRAE e SENAR (estadual) – cursos profissionalizantes abrangendo as áreas de assistência social e saúde. Destinado a produtores rurais, empreendedorismo, entre outros. Não existe sede dessas instituições no município — elas realizam parcerias com outras instituições para ministrar os cursos e para o fornecimento de materiais. Algumas delas são: Associação Comercial, Sindicato Rural, Secretaria de Assistência Social, Centro de Atendimento ao Empresário.
- Secretaria de Assistência Social: também realiza cursos profissionalizantes voltados para geração de emprego e renda para famílias com baixo poder aquisitivo. Alguns cursos são: padaria, mercearia, bordado, costura e pintura, dentre outros.

Em **Conquista d'Oeste (MT)**, estão presentes a Universidade do Tocantins (UNITINS), particular, semipresencial, que oferece cursos superiores de Assistência Social e Pedagogia; a Associação Internacional de Educação Continuada (AIEC), também particular e semipresencial, que oferece o curso superior em Administração; a Faculdade Teles Pires (UNITEP), particular, presencial, com curso em Ciências Contábeis; além de SENAI, SENAC e SENAR, através de convênios com instituições locais diversas. Pontes e Lacerda é a referência para os estudantes que buscam outros cursos que não os oferecidos pelo município.

**Nova Lacerda (MT)** conta com cursos superiores oferecidos pela Universidade Brasileira (UBRA), em Educação Básica e Infantil (particular, à distância); pela UNEMAT, em Matemática, Pedagogia e Letras; pelo CEAD (superior à distância), em Pedagogia na área de Educação Infantil; pela Faculdade do Amazonas, com pós-graduação em Psicopedagogia e Projetos Educacionais e Sociais. Não existem cursos técnicos e profissionalizantes no município. Eles são procurados, assim como outros cursos superiores em outras áreas, no município de Pontes e Lacerda, onde existem mais opções. A Prefeitura fornece transporte.

**Comodoro (MT)** também dispõe de cursos oferecidos pela UBRA, à distância, na área de Pedagogia, Gestão Pública e Administração; pela UNEMAT, Pedagogia presencial uma vez por semana; pela UNIC (particular à distância) em Ciências Contábeis e Pedagogia. Em breve, abrirá um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O SENAR, em parceria com a Prefeitura e o Sindicato Rural, está oferecendo os seguintes cursos profissionalizantes:

Hotelaria, reaproveitamento de madeira para a construção de brinquedos pedagógicos, reaproveitamento de palha de milho, flores, ornamentação e outros para a população da área rural. Muitos alunos de Comodoro buscam cursos no município de Vilhena (RO) e utilizam transporte gratuito oferecido pela Prefeitura.

**Vilhena (RO)** está se transformando em uma cidade universitária, com quatro instituições de ensino superior: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Associação Vilhenense de Educação e Cultura (AVEC), Instituto de Ensino Superior da Amazônia SC Ltda. (IESA) e Faculdade de Educação e Ciências Administrativas de Vilhena (FECAV). Os cursos oferecidos são em Letras, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Pedagogia, Direito, Jornalismo, Informática, Agronomia e Biotécnica. Há também os cursos técnicos no SENAI, e profissionalizantes no SENAC. Está em implementação um curso público técnico profissionalizante em Informática na Escola Municipal Zilda da Frota Uchoa.

Em **Chupinguaia (RO)**, são oferecidos cursos superiores da UAB (à distância) em Pedagogia, Letras e Administração; da EADECOM (à distância), em parceria com a Faculdade de Rolin de Moura (FAROL), particular, em Matemática, Letras, Administração e Pedagogia. Não há cursos técnicos e profissionalizantes; muitos estudantes procuram Colorado (RO) e Cacoal (RO) porque possuem escolas agrotécnicas (nível técnico) e a FACIMED (Cacoal). No município de Vilhena (RO), procuram a Universidade Federal para diversos cursos.

**Pimenta Bueno (RO)** tem a Faculdade de Pimenta Bueno (FAP), superior à distância, em Pedagogia e Administração) e a Avance-Educar, além dos cursos técnicos e profissionalizantes do SEBRAE e SESI. Grande parte dos estudantes busca cursos na área de saúde e educação na Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED).

O município de **Cacoal (RO)** é considerado um polo educacional na região, dispondo de diversos cursos superiores:

- Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus Cacoal (pública): oferece cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca e Aquicultura (Presidente Médici) e Engenharia de Produção Agroindustrial;
- União das Escolas Superiores de Cacoal (UNESC), particular: oferece os cursos regulares em Letras, Pedagogia, Administração de Empresas, Desenvolvimento em Sistema de Informações, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Psicologia, Teologia e Engenharia Ambiental; cursos sequenciais de formação específica: Gestão Hospitalar, Gestão em Agronegócios, Gestão em Hotelaria/eventos e Turismo, Gestão em Comunicação (Jornalismo, Propaganda e Publicidade);

- Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED), particular): oferece cursos de Química, Ciências Biológicas, Educação Física, Matemática, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia e Farmácia;
- FACIMED/CETEC (particular): oferece cursos de graduação e técnicos em Análises Clínicas, Edificações, Enfermagem, Estética, Radiologia, Saúde Bucal (THD), Secretariado, Segurança do Trabalho, Gestão em Recursos Humanos, Gestão Ambiental, Gestão em Processos Gerenciais, Gestão em Cooperativas e Gestão em Agronegócio;
- Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), particular: ensino à distância, oferece cursos de Administração, Ciências Contábeis, História, Letras, Pedagogia, Serviço Social, Normal Superior, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Eventos, em Processos Gerenciais, em Marketing, em Gestão Ambiental, em Recursos Humanos, em Gestão Comercial, em Gestão de Produção Industrial e em Gestão Hospitalar;
- Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Rondônia (público): em fase de implantação de cursos;
- Faculdade de Educação de Cacoal (FEC), particular: oferece os cursos de Letras e Pedagogia, com habilitação em Administração e Supervisão Escolar;
- SENAI e SENAC.

**Ministro Andreazza (RO)** não oferece ensino superior ou profissionalizante.

Em **Presidente Médici (RO)**, não há estabelecimentos de ensino superior, mas a Prefeitura Municipal fornece aos servidores públicos e à população que demanda por esse ensino o transporte gratuito para Ji-Paraná (RO) e Cacoal (RO). São oferecidos cursos à distância (virtuais), com apenas uma aula presencial por semana, e curso de graduação em Engenharia de Pesca, pela UNIR. Quanto ao ensino técnico e profissionalizante, o município dispõe do Serviço Social do Comércio (SESC) e oferece cursos em Enfermagem e Radiologia.

**Ji-Paraná (RO)** conta com cursos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Administração, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia, Informática e Agronomia e da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). A Prefeitura participou da implantação da Universidade Aberta Federal, que tem cursos de Pedagogia e Letras. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia oferece mais de 20 opções de cursos profissionalizantes. Conta ainda com a Escola SENAI Ji-Paraná.

Em **Ouro Preto do Oeste (RO)**, há cursos técnicos em Enfermagem, Farmácia e Laboratório.

No município de **Jaru (RO)**, encontra-se a Faculdade de Educação de Jaru (UNICENTRO), privada/filantrópica, que oferece os cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Letras, Língua Portuguesa, Pedagogia, Administração Escolar, Orientação Educacional, Pedagogia e Supervisão Escolar.

Em **Theobroma (RO)**, de acordo com a entrevista realizada na Secretaria de Educação, não há cursos superiores ou técnicos profissionalizantes. Os estudantes costumam ir para o município de Ariquemes (RO) e têm transporte oferecido pela Prefeitura.

**Ariquemes (RO)** também é importante polo educacional na região, dispondo das seguintes instituições:

- Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus Ariquemes: oferece cursos de graduação em Engenharia de Alimentos, Pedagogia, Tecnologia e Ciências;
- Instituto de Ensino Superior de Rondônia – IESUR/Faculdades Associadas de Ariquemes (FAAR), privada: oferece cursos de graduação em Administração, Direito, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Tecnologia e cursos de pós-graduação em Psicologia Organizacional, Segurança de Redes, Planejamento Educacional, Gestão Ambiental, Análise de Sistemas e Telecomunicações;
- Centro de Ensino Superior de Ariquemes – CESUAR/Faculdades Integradas de Ariquemes (FIAR), privada: oferece cursos de graduação em Ciências Biológicas e Contábeis, Matemática, Pedagogia, Administração de Empresas, Letras, Turismo, História, Geografia e cursos de pós-graduação em Arbitragem e Mediação de Conflitos, Auditoria e Perícia Contábil, Direito Tributário, Gestão Ambiental e Gestão Escolar, entre outros;
- Universidade Aberta do Brasil (UAB) – polo de Ariquemes (privada): oferece cursos à distância de Letras, Pedagogia, Biologia, Educação Física e Música.

Ariquemes conta também com a Escola SENAI, o SENAC e o Instituto Educacional e Profissionalizante Renascer.

Nos municípios de **Rio Crespo (RO)** e **Candeias do Jamari (RO)**, não há cursos superiores e técnico-profissionalizantes; os estudantes vão para Porto Velho (RO) e Ariquemes (RO) para dar continuidade à formação. Em alguns municípios, a Prefeitura disponibiliza o transporte dos alunos.

No município de **Cujubim (RO)**, funciona, desde 2005, em uma escola de ensino infantil, no período noturno, o Núcleo de Ensino Superior da EADCON – Educação à Distância, com aulas transmitidas por televisão e Internet, acompanhadas por tutores contratados pela Cooperativa Educacional de Desenvolvimento da Amazônia (COEDA), sediada em Ariquemes. O núcleo comporta nove turmas e cerca de 100 alunos, divididos entre os

cursos de Letras, Pedagogia, Matemática, Serviço Social, Administração e Ciências Contábeis.

Em **Itapuã do Oeste (RO)**, funciona, na creche municipal, no período noturno, o Polo de Educação à Distância da Universidade Luterana do Brasileiro (ULBRA), com o curso de licenciatura em Pedagogia.

**Porto Velho (RO)** é, sem dúvida, um importante polo na área da Educação e Cultura para os municípios da região de entorno e de todo o Estado de Rondônia, com diversas instituições de ensino superior e técnico profissionalizante:

- Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pública – oferece dezenas de cursos de graduação: Administração, Ciências (Biológicas, Contábeis, Econômicas e Sociais), Direito, Educação Física, Engenharia Elétrica, Física, Geografia, Informática, Letras, Matemática, Pedagogia, docência em Educação Infantil, Psicologia, Química, entre outros. Possui também campus nos municípios de Guajará-Mirim, Rolim de Moura, Cacoal, Ji-Paraná e Vilhena, além de cursos parcelados nos municípios de Ariquemes, Ouro Preto d'Oeste e Pimenta Bueno nas áreas de Pedagogia, Matemática e Letras. A UNIR oferece ainda cursos de Extensão e de Pós-Graduação em várias áreas do conhecimento;
- Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA), privada: oferece cursos de graduação em Administração, Tecnologia em Gerenciamento de Redes de Computadores, Tecnologia em Sistemas Elétricos, Direito, Educação Física, Psicologia e Sistemas de Informação;
- Faculdade São Lucas (FSL), privada: oferece cursos de graduação em Administração, Direito, Fonoaudiologia, Turismo, Biomedicina, Enfermagem e Nutrição e cursos técnicos em Hotelaria e Sistemas para Internet;
- Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (FARO), privada: cursos de graduação em Administração, Agronegócios, Finanças, Marketing, Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Direito, Engenharia Civil e Engenharia Florestal, entre outros;
- Faculdade de Tecnologia São Mateus (FATESM), privada: oferece cursos de Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web e Tecnologia em Saneamento Ambiental;
- Faculdade de Porto Velho (FIP), privada: cursos de Administração, Pedagogia, Magistério, Pedagogia e Sistemas de Informação;
- Faculdade Interamericana de Porto Velho (UNIRON), privada: oferece cursos de graduação em Administração, Marketing, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Jornalismo, Gestão Ambiental, Letras e Recursos Humanos, entre outros;

- Faculdade Metodista de Teologia e Ciências Humanas da Amazônia (FATEO-Pvh), privada: oferece cursos de Educação à Distância em Ciências Sociais, Letras, Português, Pedagogia, docência em Educação Infantil, Administração e Teologia; cursos tecnológicos em Marketing, Gestão de Recursos Humanos e Logística e curso presencial em Teologia;
- Faculdade Católica de Rondônia (privada): graduação em Filosofia;
- Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA), privada: cursos em Administração, Agronomia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Gastronomia, Gestão Hospitalar, Enfermagem, Nutrição, Veterinária, Turismo e Zootecnia, entre outros;
- Faculdade Madeira Mamoré (FAMMA), privada: curso de Administração;
- Faculdade de Educação de Porto Velho (UNIPEC), privada: oferece cursos em Administração, Ciências Biológicas, História, Letras, Magistério, Pedagogia e Zootecnia, entre outros;
- Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia (FATEC), privada: oferece graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Processamento de Dados, Pedagogia, Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Sistemas de Informação;
- Instituto de Porto Velho de Educação e Cultura (IPEC), privada: oferece cursos de Pedagogia e Ciências, com habilitação em Biologia;
- Faculdades Integradas Maria Coelho Aguiar (privada): oferece curso de Odontologia;
- SENAI / SENAC.

#### **3.6.5.4.3 Segurança Pública – AII/AID**

Durante as entrevistas e contatos realizados nas Secretarias e órgãos públicos dos 22 municípios abrangidos pela LT em foco, não houve relatos/comentários em relação aos empreendimentos lineares similares (linhas de transmissão) já existentes na região, no que tange a vulnerabilidades e demandas, no setor de segurança pública, em virtude da implantação deles. Entretanto, a LVTE dará a devida atenção a essa questão. Deverão ser aplicados Códigos de Conduta para os Trabalhadores das obras, visando evitar distúrbios/perturbações nas comunidades locais. Deverão ser contratados trabalhadores locais, no máximo que for viável, para estabelecer um bom relacionamento entre o empreendimento e as comunidades locais.

Nesse tópico, as demandas a serem geradas pelo empreendimento no setor de segurança pública não foram analisadas, mas estão sendo abordadas no **item 3.6.8 – Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais (Impacto 21 – Pressão sobre a Infraestrutura de Segurança)**.

## a. Infraestrutura e Serviços de Segurança Pública

### (1) All

Nesta parte, apresentam-se informações sobre infraestrutura e serviços de segurança pública existentes nos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento, identificando as vulnerabilidades atuais.

De acordo com a pesquisa de campo, todos os municípios da All possuem efetivo da Polícia Militar nas sedes municipais, mas nem todos eles dispõem de efetivos da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. Em geral, esses municípios são pouco povoados, sendo atendidos pelos serviços centralizados em municípios maiores, que são os polos regionais. Quanto à Guarda Municipal, em alguns poucos municípios, encontram-se agentes, como Ariquemes (Guarda Municipal Comunitário para atendimento do trânsito) e Cacoal (Guarda Municipal de Trânsito). Em Vilhena, a Guarda Municipal está em processo de implantação.

Segundo a pesquisa de campo, os efetivos de Segurança estadual e municipal são apresentados no **Quadro 3.6.5-45**, a seguir.

**Quadro 3.6.5-45 – Efetivo de Segurança Pública**

Municípios	Efetivo			Guarda Municipal
	Polícia Militar	Polícia Civil	Corpo de Bombeiros	
<b>Mato Grosso</b>				
Jauru	14	7	Não tem	Não tem
Vale de São Domingos	3	Não tem	Não tem	Não tem
Pontes e Lacerda	55	30	18	Não tem
Conquista d'Oeste	4	Não tem	Não tem	Não tem
Nova Lacerda	3	Não tem	Não tem	Não tem
Comodoro	20	12	Não tem	Não tem
<b>Rondônia</b>				
Vilhena	190	80	43	Em implantação
Chupinguaia	30	Não tem	Não tem	Não tem
Pimenta Bueno	57	37	21	Não tem
Cacoal	40	108	42	Sim
Ministro Andreazza	12	10	Não tem	Não tem
Presidente Médici	–	–	Não tem	Não tem
Ji-Paraná	–	111	–	Não tem
Ouro Preto do Oeste	–	–	–	Não tem
Jaru	85	–	–	Não tem
Theobroma	12	Não tem	Não tem	Não tem
Ariquemes	207	–	–	Sim
Rio Crespo	7	Não tem	Não tem	Não tem
Cujubim	6	Não tem	Não tem	Não tem
Itapuã do Oeste	12	Não tem	Não tem	Não tem
Candeias do Jamari	–	não tem	não tem	Não tem
Porto Velho (todo estado)	5771	2.248	642	Não tem

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

**Nota:** – possui efetivo, mas não foi informado o quantitativo



Segundo pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (2009) do IBGE, a disponibilidade de Defensoria, Delegacia da Polícia Civil e de Proteção do Meio Ambiente é apresentada no **Quadro 3.6.5-46**, a seguir.

**Quadro 3.6.5-46** – Aparato de alguns serviços de Segurança

Estados/Municípios	Núcleo de Defensoria Pública na comarca	Delegacia de Polícia Civil	Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente
<b>Mato Grosso</b>			
Jauru	Sim	Sim	Não
Vale de São Domingos	Sim	Não	Não
Pontes e Lacerda	Sim	Sim	Não
Conquista D'Oeste	Não	Não	Não
Nova Lacerda	Sem informação	Não	Não
Comodoro	Sim	Sim	Não
<b>Rondônia</b>			
Vilhena	Sim	Sim	Não
Chupinguaia	Não	Não	Não
Pimenta Bueno	Sim	Sim	Não
Cacoal	Sim	Sim	Não
Ministro Andreazza	Não	Sim	Não
Presidente Médici	Sim	Sim	Não
Ji-Paraná	Sim	Sim	Não
Ouro Preto do Oeste	Sim	Sim	Não
Jaru	Sim	Sim	Não
Theobroma	Não	Sim	Não
Ariquemes	Sim	Sim	Não
Rio Crespo	Não	Não	Não
Cujubim	Não	Sim	Não
Itapuã do Oeste	Não	Não	Não
Candeias do Jamari	Sim	Sim	Não
Porto Velho	Sim	Sim	Sim

**Fonte:** IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009.

Em Mato Grosso, o município de **Pontes e Lacerda** polariza os serviços de Segurança na região da All, abrigando um Comando Regional da Polícia Militar, responsável pelo atendimento dos 11 municípios do Vale do Guaporé, e o Centro Integrado de Segurança Pública e Cidadania (CISC) da Polícia Civil. É o único município da All que conta com Corpo de Bombeiros e possui uma capacidade carcerária para 12 pessoas, mas,

abrigava, em 2007, 48 pessoas presas. O município de Jauru também conta com capacidade carcerária para 15 pessoas: abrigava, em 2007, 35 pessoas presas.

Em Pontes e Lacerda, não existe presídio (nem masculino, nem feminino) — estava sendo construído, mas a obra foi embargada. Os presos do sexo masculino são encaminhados para o presídio do município de Vila Bela da Santíssima Trindade e os do sexo feminino ficam detidos numa cela de passagem, no próprio CISC (na época da campanha de campo, existia 1 presa), enquanto o estado providencia uma vaga em algum município com cadeia feminina.

Em Rondônia, os municípios de maior porte, como Porto Velho, Vilhena, Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes, possuem delegacias regionais de Polícia Civil e Corpo de Bombeiros que atendem às suas regiões de influência.

A partir da pesquisa de campo, foi possível constatar que as principais ocorrências policiais se devem a furtos a estabelecimentos comerciais e residências, relacionados ao consumo de drogas, brigas originadas por consumo de bebidas alcoólicas e acidentes de trânsito, principalmente com moto. A proximidade com a fronteira da Bolívia, pouco vigiada, facilita a entrada de drogas nos estados fronteiriços. O Secretário Estadual de Segurança Pública de Rondônia considera que 80% dos crimes de violência em Rondônia decorrem das drogas. Na área ambiental, são relatadas ocorrências de queimadas, embora venham diminuindo.

Em **Jauru (MT)**, foi relatada ocorrência de pequenos furtos relacionados ao consumo de drogas. Já em **Vale de São Domingos (MT)**, não foram identificados problemas com o tráfico de drogas, e sim pequenos roubos e brigas causados por ingestão de bebida alcoólica. Os delitos mais comuns e crescentes são os furtos a residências e ao comércio em **Pontes e Lacerda (MT)**. Foram relatados como importantes problemas o tráfico de drogas — delito facilitado pela proximidade da fronteira com a Bolívia — e os acidentes de trânsito. Em **Conquista d'Oeste (MT)**, destacou-se a apreensão de carregamentos de drogas na antiga Rodovia BR-388 e, em **Nova Lacerda (MT)**, o tráfico de drogas e pequenos delitos relacionados aos usuários.

No município de **Comodoro (MT)**, as principais ocorrências registradas dizem respeito a violências domésticas e a lesões corporais. As ocorrências ligadas ao tráfico de drogas diminuíram em relação ao ano anterior; segundo o Comandante da PM, em consequência da morte de alguns traficantes em conflitos entre grupos rivais. Pequenos furtos motivados pelo consumo de drogas e acidentes de trânsito, envolvendo principalmente motociclistas, estão entre os principais problemas a serem enfrentados pelas forças de Segurança do município. Em **Vilhena (RO)**, a principal preocupação por parte da PM é com o aumento de pequenos furtos praticados para compra de drogas. Observou-se que o número de acidentes de tráfego é elevado. **Chupinguaia (RO)** é o município que registra grande número de homicídios (ocupa o 2º lugar, depois de Ariquemes, com mais de 61

homicídios por 100 mil habitantes). Segundo informações coletadas em campo, o número de assassinatos está diminuindo e o de furtos, aumentando.

Em **Pimenta Bueno (RO)**, há ocorrências relacionadas ao uso de drogas e violência doméstica. Em **Cacoal (RO)**, há registros de furtos a residências e de veículos (principalmente de motos), roubos a pessoas, comércio local de drogas e entorpecentes e rota de tráfico nas estradas, homicídios, violência doméstica, perturbação do sossego, acidentes de trânsito. Em **Ministro Andreazza (RO)**, há comércio de drogas (crack), brigas e homicídios. Em **Presidente Médici (RO)**, há falta de programas para jovens, há sério problema de tráfico e consumo de cocaína e crack, além de furtos. Próximo à cidade de Presidente Médici, está a Rodovia BR-429, que faz a conexão com a cidade de Costa Marques, fronteira com a Bolívia, facilitando a entrada de drogas no município. Crimes contra a pessoa e o patrimônio foram as ocorrências mais relevantes identificadas em **Ji-Paraná (RO)**. Em **Ouro Preto do Oeste (RO)**, o maior problema de segurança é o consumo de drogas (crack e cocaína) e os pequenos roubos para financiamento do consumo de drogas; segundo informações colhidas em campo, a falta de controle das fronteiras pela Polícia Federal facilita a entrada de drogas pelas estradas vicinais.

**Jaru (RO)** é considerada uma cidade pacata, onde o crime é incomum; casos ocorrem de enquadramento em Lei Maria da Penha, pequenos furtos relacionados a drogas (cocaína e crack), roubo a residências, furtos de veículos e motos. No entanto, como este município possui o maior índice de motocicletas por habitante, é grande o número de acidentes de trânsito envolvendo esse tipo de veículo. Em **Theobroma (RO)**, os crimes não são comuns. Já **Ariquemes (RO)** apresenta a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes de Rondônia (61,9) e, segundo informações locais, 50% (cinquenta por cento) das vítimas de homicídios são crianças e adolescentes. O garimpo Bom Futuro de cassiterita é, em grande medida, responsável por esses índices. Há um número significativo de furtos e roubos a residências e estabelecimentos comerciais, altos índices de lesão corporal dolosa e culposa de trânsito. Ariquemes se conecta, pela BR-421, com a cidade de Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia, o que facilita a entrada das drogas no município. Ariquemes é o único município que possui Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (SEMUST) em Rondônia.

Segundo informações da Prefeitura de **Rio Crespo (RO)**, não ocorrem problemas de segurança no município; eventualmente, há bebedeiras. Anualmente, quase 22% dos óbitos registrados em **Porto Velho (RO)** estão associados às causas externas. Dentre os óbitos por essas causas, os homicídios vêm em 1º lugar e os acidentes de trânsito, em 2º, contribuindo com 35,14% dos óbitos (com tendência ascendente) registrados no Sistema de Informação de Mortalidade/SIM, em 2008.

Não foram obtidas informações a respeito do aspecto de segurança pública nos municípios de **Cujubim (RO)**, **Itapuã do Oeste (RO)** e **Candeias do Jamari (RO)**.

A taxa de homicídios é um importante indicador utilizado internacionalmente para aferir o nível de violência na sociedade, pois a morte revela, em si, a violência levada a seu grau extremo; além disso, há disponibilidade e confiabilidade de dados dos óbitos, já que o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde centraliza informações sobre as mortes em todo o País.

Comparado com a média mundial, é alto o índice de homicídios no País. Em estatística apurada em 77 países, o Brasil, com uma taxa de mais de 25 hom./100 mil habitantes, ocupava a 6ª posição em taxa de homicídios, ou seja, um dos maiores índices no mundo (Fonte: Mapa da Violência, 2010).

Entre 1997 e 2007, tanto o Estado de Mato Grosso como o de Rondônia apresentaram taxas de homicídios decrescentes, embora superiores às taxas nacionais (**Quadro 3.6.5-47**). Nesse período, dentre os 27 estados, a taxa de Mato Grosso piorou, pois passa da 9ª posição no *ranking* nacional para a 6ª posição, e a posição de Rondônia melhorou de 10ª para 11ª posição.

**Quadro 3.6.5-47** – Ordenamento das UF por taxas de homicídio (em 100 mil) na população total (Brasil, 1997/2007)

UF	1997		2007	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Mato Grosso	33,5	9º	30,7	6º
Rondônia	28,4	10º	27,4	11º
<b>BRASIL</b>	<b>25,4</b>		<b>25,2</b>	

Fonte: SIM/SVS/MS.

A taxa de homicídios média entre os anos 2003 e 2007 dos municípios da All (**Quadro 3.6.5-48**) mostra que as de Conquista do Oeste (39,9) e Comodoro (33) estão acima da média estadual, ocupando o 25º e o 39º lugares entre os 141 municípios de Mato Grosso. Em Rondônia, Ariquemes<sup>23</sup> e Chupinguaia apresentam as taxas mais altas do estado (61,9 e 61,6, respectivamente). Em relação ao Brasil como um todo, esses municípios ocupam a 70ª e a 72ª posições na taxa de homicídios. Os municípios de Porto Velho (51,3), Cujubim (43,5), Rio Crespo (32,4), Ji-Paraná (31,5) e Pimenta Bueno (28,7) possuem também taxas superiores à do Estado de Rondônia, como um todo.

<sup>23</sup> O Distrito Bom Futuro, em Ariquemes, formou-se em torno de um importante garimpo de cassiterita e sempre foi conhecido pelos altos índices de violência.

**Quadro 3.6.5-48 - Nº e Taxas Médias de Homicídios (em 100 mil hab.) por município e ordenamento por taxas de homicídios**

Posição Nacional*	Posição Estadual**	Município	UF	Média Anos***	População (1.000)	Número de Homicídios					Taxa Homicídios
						2003	2004	2005	2006	2007	
<b>Mato Grosso</b>											
1.242 <sup>o</sup>	91 <sup>o</sup>	Jauru	MT	3	12,7	6	0	1	3	3	18,4
3.488 <sup>o</sup>	128 <sup>o</sup>	Vale de São Domingos	MT	5	3,4	0	0	0	0	1	5,9
1.914 <sup>o</sup>	108 <sup>o</sup>	Pontes e Lacerda	MT	3	43,2	6	9	5	3	9	13,1
267 <sup>o</sup>	25 <sup>o</sup>	Conquista d'Oeste	MT	5	3,0	2	2	2	0	0	39,9
2.056 <sup>o</sup>	112 <sup>o</sup>	Nova Lacerda	MT	5	4,9	1	2	0	0	0	12,2
428	39 <sup>o</sup>	Comodoro	MT	3	20,2	5	7	7	9	4	33,0
<b>Rondônia</b>											
1.166 <sup>o</sup>	23 <sup>o</sup>	Vilhena	RO	1	67,7	19	15	15	14	13	19,2
72 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	Chupinguaia	RO	5	6,8	3	2	11	4	1	61,6
567 <sup>o</sup>	17 <sup>o</sup>	Pimenta Bueno	RO	3	31,4	7	7	8	12	7	28,7
1.261 <sup>o</sup>	25 <sup>o</sup>	Cacoal	RO	1	76,9	26	18	18	26	14	18,2
2.667 <sup>o</sup>	42 <sup>o</sup>	Ministro Andreazza	RO	3	11,2	4	1	2	1	0	8,9
2.329 <sup>o</sup>	37 <sup>o</sup>	Presidente Médici	RO	3	25,2	3	6	2	4	2	10,6
479 <sup>o</sup>	14 <sup>o</sup>	Ji-Paraná	RO	1	114,5	40	42	33	42	36	31,5
876 <sup>o</sup>	21 <sup>o</sup>	Ouro Preto do Oeste	RO	3	40,7	9	6	9	8	11	22,9
3.142 <sup>o</sup>	46 <sup>o</sup>	Jaru	RO	1	56,6	21	6	12	8	4	7,1
3.206 <sup>o</sup>	47 <sup>o</sup>	Theobroma	RO	3	14,8	3	1	0	1	2	6,8
70 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	Ariquemes	RO	1	88,8	55	41	52	62	55	61,9
444 <sup>o</sup>	12 <sup>o</sup>	Rio Crespo	RO	5	3,7	2	2	1	1	0	32,4
214 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>	Cujubim	RO	5	9,6	1	9	5	0	6	43,5
2.231 <sup>o</sup>	35 <sup>o</sup>	Itapuã do Oeste	RO	5	9,0	2	1	0	1	1	11,1
1.043 <sup>o</sup>	22 <sup>o</sup>	Candeias do Jamari	RO	3	18,0	2	2	7	3	1	20,4
132 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>	Porto Velho	RO	1	388,0	181	257	211	261	199	51,3

**Fonte:** Mapa da Violência 2010. Os dados de homicídios são do SIM, do Ministério da Saúde; os de população são do IBGE.

\*Posição Nacional: posição do município no plano nacional.

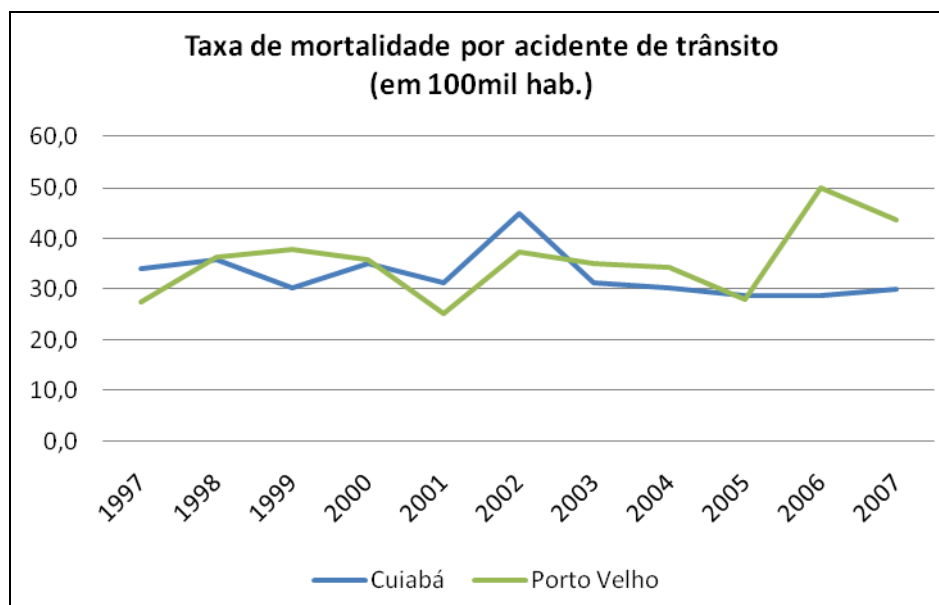
\*\*Posição Estadual: posição do município no estado.

\*\*\*Média Anos: número de anos utilizados para calcular a Taxa Média de Homicídios.

Esses índices são mais representativos para o homem do que para a mulher e a população jovem. As mortes por homicídios atingiram, em média, 10 vezes mais os homens do que as mulheres no período. Assim como nas mortes por homicídio, a proporção de óbitos por acidentes de trânsito é maior nos homens, atingindo a taxa de 33,8 para eles e de 7,2 para elas, em 2007.

Quanto à taxa de mortalidade causada por acidentes de trânsito, dados disponíveis do Ministério da Saúde para as capitais de Cuiabá e Porto Velho, entre 1997 e 2007 (**Figura 3.6.5-48**) indicam taxas oscilantes. Em 2007, a taxa de mortalidade por acidente de trânsito em Porto Velho era de 43,8 por 100 mil habitantes e em Cuiabá, de 29,9.

Segundo Diagnóstico da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, os acidentes de trânsito e os traumas deles resultantes constituem um importante problema social e de saúde pública. Os jovens — especialmente do sexo masculino, na faixa etária de 20 a 29 anos — são o grupo com maior envolvimento em acidentes de trânsito fatais.



**Figura 3.6.5-49** – Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito  
**Fonte:** Ministério da Saúde, 2007.

## (2) AID

As localidades e propriedades rurais situadas na AID da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, nos municípios de Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Conquista d’Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT), que compõem o **Intervalo 1** de análise, não contam com a atuação preventiva da Polícia Militar. Nesse trecho, não ocorre a ronda rural ao longo das estradas não pavimentadas (MT-388/BR-364) que acessam a região.

De acordo com depoimento dos moradores entrevistados e de um soldado da Polícia Militar, não têm ocorrido casos relacionados a assaltos, roubos e/ou furtos na área rural de Jauru e Vale de São Domingos. Contudo, os moradores da área rural dos municípios de Pontes e Lacerda, Conquista d’Oeste e Nova Lacerda reclamaram que há muita insegurança ao longo da estrada de chão (antiga BR-364) que atravessa a região, onde acontece, principalmente, roubo de caminhonetes.

No **Intervalo 2**, dada a presença de grandes empreendimentos agrícolas ligados à produção de soja e milho, observou-se que muitos fazendeiros fazem a própria segurança de suas propriedades, uma vez que inexistente serviço de ronda rural da Polícia Militar nessas áreas dos municípios de Comodoro (MT) e Vilhena (RO).

Na área rural de Vilhena (RO), após a sede municipal, e nas áreas rurais de Chupinguaia (RO) e Pimenta Bueno (RO) (**Intervalo 3**), também não ocorrem rondas rurais. Na Vila Guaporé, distrito de Chupinguaia situado no entorno da AID, há um destacamento da Polícia Militar (1ª Cia. do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Rondônia).

No **Intervalo 4**, composto pelas áreas rurais dos municípios de Cacoal (RO), Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO), situadas na AID, foram relatados pelos moradores muitos problemas de assalto. Por exemplo, segundo um entrevistado na Linha E, em Cacoal, os ladrões levam eletrodomésticos, animais, fiação elétrica dos postes, equipamentos, telefone, antena de celular, etc. Não há segurança pública.

Na Linha 5, em Ministro Andreazza, um morador informou que a Polícia Militar faz a “ronda” na região; não há relatos de roubos ou assaltos.

No bairro Boa Esperança, em Ji-Paraná, o presidente da Associação de Moradores relatou que a segurança pública é uma problemática de difícil solução, uma vez que o bairro é muito carente e possui alto índice de criminalidade e atuação do tráfico de drogas. Segundo ele, “os bandidos procuram as matas para se esconder”. É considerado um dos bairros mais perigosos de Ji-Paraná. Na área rural de Ji-Paraná, há o presídio da cidade.

No trecho composto pelas áreas rurais dos municípios de Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO) e Ariquemes (RO) (**Intervalo 5** de análise), situadas na AID, alguns moradores relataram problemas relacionados a assaltos. A falta de segurança pública fica evidente em Ariquemes, onde está sendo construído, na área rural, um presídio de segurança máxima. A obra já dura dois anos e ficará pronta em 2012.

Os moradores das propriedades e localidades rurais situadas ao longo da Rodovia BR-364, nas áreas rurais dos municípios de Rio Crespo (RO), Cujubim (RO) e Itapuã do Oeste (RO), que compõem o **Intervalo 6**, e de Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO) (**Intervalo 7**) reclamaram da falta de segurança pública nesses trechos; segundo eles, há muitos assaltos na região (na beira da BR-364).

Na medida em que se aproxima de Porto Velho, aumentam os relatos sobre assaltos às propriedades lindeiras à BR-364, fato comprovado pelas porteiças trancadas com cadeado. De acordo com os moradores, os acessos à LT existente que não possuem colchetes e/ou porteiças também servem de entrada para ladrões.

#### **3.6.5.4.4 Infraestrutura – AII/AID**

A análise da infraestrutura da AID é apresentada nos **subtópicos a e b**, a seguir, como determina o TR. Nos subtópicos complementares, é analisada a infraestrutura relacionada com os aspectos de habitação, saneamento, energia e comunicação.

##### **a. Serviços de Transportes e Sistema Viário por Município – AII/AID**

###### **(1) Análise da Situação**

O transporte em toda a região do empreendimento, assim como em toda a Região Amazônica, sempre se constituiu como o maior de todos os empecilhos ao desenvolvimento local. Dadas a magnitude do território — a Amazônia Legal ocupa cerca de 55% do território nacional — e a baixa demografia em uma região que ainda não atingiu sua maturidade econômica, tem-se grande carência de infraestrutura.

A partir da construção da Rodovia BR-029 (atual BR-364) e de sua pavimentação, os Estados de Mato Grosso e de Rondônia, bem como outros estados da Amazônia Ocidental, passaram a se integrar numa velocidade maior, via eixo rodoviário, ao Centro-Sul e ao exterior do País. A acessibilidade até o porto do município de Porto Velho também melhorou muito, fazendo da hidrovía do rio Madeira a principal rota de exportação de mercadorias: carne, soja e milho, entre outros produtos agropecuários.

No tocante à educação, as crianças e os jovens que residem na AID do empreendimento, em Mato Grosso e Rondônia, são, em geral, bem atendidos em relação ao transporte escolar. A exceção são as fazendas situadas na Rodovia MT-388 (antiga BR-364), no trecho entre os municípios de Nova Lacerda e Comodoro, que não usufruem esse tipo de serviço público. Nesse caso, os filhos de caseiros e/ou encarregados, nessas propriedades rurais, são obrigados a residir nas sedes municipais, para garantir o acesso à educação. No Estado de Rondônia, no entanto, não foi observada carência em termos de transporte escolar para as populações residentes nas “Linhas de colonização” e nas demais estradas rurais da AID da futura LT.

A saúde é o setor em que a precariedade no transporte é mais sentida. A dificuldade de locomoção em casos de urgência ou mesmo a incapacidade de os moradores acessarem o Sistema Público de Saúde cotidianamente interferem, sem dúvida alguma, nos indicadores de saúde pública da região.

No campo da geração de renda, o transporte também representa uma dificuldade a mais no cotidiano de pequenos agricultores rurais, principalmente daqueles que vivem nos projetos de assentamentos do INCRA, que reclamaram da falta de apoio logístico e declararam ter dificuldades para escoar a produção hortifrutigranjeira de seus sítios e chácaras até as cidades mais próximas.



Nas pesquisas de campo, foi possível identificar os principais cruzamentos da futura LT com estradas e rodovias (**Quadro 3.6.5-49**), bem como caracterizar o sistema de transporte urbano nos municípios da All e nas localidades da AID, conforme descrito a seguir.

Em **Jauru (MT)**, não existem sistemas de transporte ferroviário e fluvial. Quanto ao transporte aéreo, há uma pista pavimentada, com 1.700m de extensão, situada numa área da Fazenda Araçatuba, entre a sede municipal e o distrito de Lucialva. Trata-se de um aeroporto público em processo de homologação pela ANAC. Nenhuma empresa aérea opera no município. Os principais usuários são os empreendedores das usinas hidrelétricas da região. Atualmente, o local da antiga pista de pouso de Jauru é o parque de exposições da cidade.

O transporte no município de Jauru é estritamente rodoviário. Os principais acessos são as rodovias: MT-248, que acessa as cidades de Pontes e Lacerda (trecho não pavimentado) e de Figueirópolis d'Oeste; MT-388, que atravessa extensas áreas rurais dos municípios de Jauru (passando pelo distrito de Lucialva), Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Conquista d'Oeste, Nova Lacerda e Comodoro, acessando a BR-364 (ou Rodovia Estadual MT-235 – trecho pavimentado), em Comodoro; e MT-247 (em pavimentação), que acessa a cidade de Vale de São Domingos.

No município, existe ainda uma série de estradas vicinais e secundárias. As vicinais se estendem por mais ou menos 380km e dão acesso aos Projetos de Assentamento (PAs) Mirassolzinho, Mirassolzinho II e Corgão. As secundárias abrangem mais ou menos 940km e são utilizadas, principalmente, para escoar a produção de leite para Figueirópolis d'Oeste, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos e, sobretudo, Araputanga, onde existe uma cooperativa de produtores de leite. Na região, existiam duas usinas de beneficiamento que fecharam, e, em Pontes e Lacerda, há um entreposto da cooperativa de Araputanga.

O transporte coletivo (ônibus) de passageiros no município é realizado por duas linhas com quatro veículos que atendem tanto à zona urbana como à rural, ligando os distritos à sede, com periodicidade diária.

O transporte intermunicipal de passageiros transita nas rodovias estaduais e vicinais e se destina, diariamente, aos municípios de Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Araputanga, Cáceres, Cuiabá e ao distrito de Lucialva. As duas empresas responsáveis pelo transporte são: Trans Izaura (Jaó) e Real Norte. A empresa Trans Izaura (Jaó) realiza ainda o transporte interestadual, ligando, diariamente, Jauru à cidade de São Paulo.

Quanto ao transporte coletivo utilizado pelas populações rurais residentes ao longo da Rodovia MT-388, na AID da futura LT, há o ônibus da empresa TransJaó, que circula às segundas-feiras e sábados. Ele parte de São Bernardo (assentamento em Jauru), passa em Lucialva, Jauru, Pontes e Lacerda (de manhã) e retorna às 14h.

**Quadro 3.6.5-49 – Principais Cruzamentos da LT com Rodovias e Estradas - (1/4)**

Coordenadas		Fuso	Descrição	Km	Município	Observação
E	N					
301089	8303937	21	Estrada	5,75	Jauru (MT)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Araçatuba)
300335	8305272	21	Rodovia MT-388	7,30	Jauru (MT)	Não pavimentada
298463	8308845	21	Estrada	11,30	Jauru (MT)	Não pavimentada (localidade de Jaó)
294428	8316447	21	Estrada	19,90	Vale de São Domingos (MT)	Não pavimentada
288146	8326939	21	Estrada	32,20	Pontes e Lacerda (MT)	Não pavimentada (acesso à UHE Guaporé)
285301	8334379	21	Rodovia MT-388	40,00	Pontes e Lacerda (MT) / Vale de São Domingos (MT)	Não pavimentada
280773	8346623	21	Rodovia MT-388	53,30	Pontes e Lacerda (MT) / Vale de São Domingos (MT)	Não pavimentada
258814	8381176	21	Estrada	94,40	Conquista d'Oeste (MT)	Não pavimentada (acesso às Faz. Conquista e Boa Sorte)
249330	8395292	21	Estrada	111,50	Nova Lacerda (MT)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Primavera)
238864	8415505	21	Rodovia MT-388	134,30	Nova Lacerda (MT)	Não pavimentada
236600	8434422	21	Rodovia MT-388	153,45	Nova Lacerda (MT)	Não pavimentada
215675	8468137	21	Rodovia MT-235	197,35	Comodoro (MT)	Pavimentada
203550	8486904	21	Rodovia BR-364	220,00	Comodoro (MT)	Pavimentada
196177	8497993	21	Rodovia BR-174	233,45	Comodoro (MT)	Pavimentada
188617	8518925	21	Estrada	255,20	Comodoro (MT)	Não pavimentada (acesso ao PA Noroagro)
188017	8522093	21	Estrada	259,60	Comodoro (MT)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Mata Azul)
178836	8551769	21	Estrada	291,40	Comodoro (MT)	Não pavimentada (acesso à Gleba Padronal e Fazenda JK)
797705	8591869	20	Rodovia BR-364	342,80	Vilhena (RO)	Pavimentada
788635	8606453	20	Rodovia BR-364	360,00	Vilhena (RO)	Pavimentada
775829	8616161	20	Rodovia BR-364	376,00	Vilhena (RO)	Pavimentada
772608	8617717	20	Rodovia BR-364	379,60	Vilhena (RO)	Pavimentada
751031	8645843	20	Rodovia RO-391	416,40	Pimenta Bueno (RO)	Pavimentada (acesso a Chupinguaia)
733862	8670932	20	Rodovia BR-364	448,20	Pimenta Bueno (RO)	Pavimentada (localidade de Marco Rondon)
726669	8674236	20	Estrada	456,25	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada (acesso à área de britagem)
724631	8677379	20	Linha 50	460,00	Pimenta Bueno (RO)	Não Pavimentada (acesso ao PA Eli Moreira)
708948	8708056	20	Estrada Velha do Calcário (ou Estrada do Laticínio)	495,00	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada
704597	8713894	20	Estrada	502,20	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Campo Verde)
703386	8716093	20	Rodovia RO-387	504,80	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada
699445	8718407	20	Linha 40	509,60	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada
695559	8720001	20	Linha 36	513,80	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada
691602	8721901	20	Linha 32	518,30	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada
689103	8724178	20	Linha 28	521,70	Pimenta Bueno (RO)	Não pavimentada

**Quadro 3.6.5-49 – Principais Cruzamentos da LT com Rodovias e Estradas - (2/4)**

Coordenadas		Fuso	Descrição	Km	Município	Observação
E	N					
684574	8728272	20	Linha E	527,80	Pimenta Bueno (RO) / Cacoal (RO)	Não pavimentada
681645	8730895	20	Linha 10	531,80	Cacoal (RO)	Não pavimentada
677667	8735153	20	Linha 9	537,55	Cacoal (RO)	Não pavimentada (próxima ao Sítio Terra Boa)
675613	8737361	20	Rodovia do Café	540,60	Cacoal (RO)	Pavimentada
669926	8744171	20	Linha 7	549,10	Cacoal (RO)	Não pavimentada (início na Rua Cora Coralina)
665880	8748113	20	Linha 6	555,15	Cacoal (RO)	Não pavimentada
661917	8752572	20	Rodovia RO-471 (ou Linha 50)	561,10	Ministro Andreazza (RO)	Pavimentada
658957	8756095	20	Travessão e Linha 4	565,70	Ministro Andreazza (RO)	Não pavimentada
654533	8761160	20	Linha 3 e Travessão	572,50	Ministro Andreazza (RO)	Não pavimentada
648159	8767937	20	Linha 2	581,80	Ministro Andreazza (RO)	Não pavimentada
645687	8770697	20	Linha 114	585,60	Ministro Andreazza (RO) / Presidente Médici (RO)	Não pavimentada
642504	8774194	20	Rodovia RO-476 (ou Linha 114)	590,30	Presidente Médici (RO)	Não pavimentada
638435	8778715	20	Linha 110	596,40	Presidente Médici (RO)	Não pavimentada
631160	8786807	20	Linha 102	607,40	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
628917	8789308	20	Rodovia RO-480 (ou Linha 128)	610,75	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
625465	8794731	20	Rodovia RO-472 (ou Linha 94)	617,20	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
623525	8796752	20	Estrada do Aeroporto / Av. Brasil	620,05	Ji-Paraná (RO)	Pavimentada
621452	8799446	20	Estrada do Presídio	623,45	Ji-Paraná (RO)	Pavimentada
613251	8804206	20	Estrada do Km 4	634,00	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
610978	8805348	20	Rodovia RO-135 (ou Linha 11)	636,45	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
608769	8806480	20	Linha 12	638,95	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
608600	8806600	20	Linha 12A	639,25	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
604699	8808239	20	Linha 10	643,35	Ji-Paraná (RO)	Não pavimentada
598939	8811017	20	Linha 22	649,80	Ouro Preto do Oeste (RO)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Monte Cristo)
590688	8814703	20	Linha 34	659,20	Ouro Preto do Oeste (RO)	Não pavimentada
584154	8817622	20	Rodovia RO-470 (ou Linha 200)	666,40	Ouro Preto do Oeste (RO)	Pavimentada
580517	8819339	20	Linha 80	670,40	Ouro Preto do Oeste (RO)	Não pavimentada
574309	8825859	20	Linha 71	679,45	Ouro Preto do Oeste (RO)	Não pavimentada
571418	8828918	20	Linha 62	683,70	Ouro Preto do Oeste (RO)	Não pavimentada
570720	8829588	20	Estrada	684,70	Ouro Preto do Oeste (RO)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Água Clara)
568720	8833154	20	Linha 34	688,75	Jaru (RO)	Não pavimentada

**Quadro 3.6.5-49** – Principais Cruzamentos da LT com Rodovias e Estradas - (3/4)

Coordenadas		Fuso	Descrição	Km	Município	Observação
E	N					
564162	8841031	20	Linha 610	697,90	Jaru (RO)	Não pavimentada
559857	8847868	20	Linha 607	706,00	Jaru (RO)	Pavimentada
558312	8849223	20	Rodovia RO-466 (ou Linha 605)	708,10	Jaru (RO)	Não pavimentada
555052	8851601	20	Rodovia RO-464 (ou Linha 603)	712,15	Jaru (RO)	Pavimentada
551747	8853980	20	Linha 601	716,30	Jaru (RO)	Não pavimentada
548009	8855961	20	Linha 599	720,50	Theobroma (RO)	Não pavimentada
545016	8857711	20	Linha 597	724,00	Theobroma (RO)	Não pavimentada
534462	8864977	20	Linha C-19	736,85	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
529625	8867970	20	Linha B-80	742,60	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
524473	8872264	20	Linha C-18	749,40	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
510471	8886010	20	Linha C-45	769,15	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
503816	8891963	20	Linha C-50	778,15	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
501551	8896969	20	Linha C-55	783,75	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
499018	8902630	20	Rodovia RO-257	790,00	Ariquemes (RO)	Pavimentada
500225	8911962	20	Linha C-70	799,85	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
635022	8782793	20	Linha 106	801,80	Presidente Médici (RO)	Não pavimentada
499960	8917084	20	Linha C-75	805,20	Ariquemes (RO)	Não pavimentada
495184	8922051	20	Linha C-80	812,20	Ariquemes (RO) / Rio Crespo (RO)	Não pavimentada
493579	8927160	20	Rodovia RO-459 (ou Linha C-85)	817,85	Rio Crespo (RO)	Pavimentada
493167	8934641	20	Linha C-90	825,40	Rio Crespo (RO)	Não pavimentada
493013	8937104	20	Linha C-95	827,85	Rio Crespo (RO)	Não pavimentada
492783	8941573	20	Linha C-100	832,40	Rio Crespo (RO)	Não pavimentada
492331	8947102	20	Rodovia RO-205	838,00	Rio Crespo (RO)	Pavimentada
481049	8981575	20	Rodovia BR-364	874,65	Itapuã do Oeste (RO)	Pavimentada
453895	9001153	20	Linha 639	913,40	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
453543	9003372	20	Linha 643	915,65	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada

**Quadro 3.6.5-49 – Principais Cruzamentos da LT com Rodovias e Estradas - (4/4)**

Coordenadas		Fuso	Descrição	Km	Município	Observação
E	N					
452953	9006937	20	Linha 651	919,30	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
452267	9011017	20	Linha 653	923,45	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
451101	9018885	20	Linha 655	931,50	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
450187	9023688	20	Linha 659	936,45	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
447494	9029787	20	Rodovia BR-364	943,25	Candeias do Jamari (RO)	Pavimentada
450187	9023688	20	Linha 659	936,45	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
447494	9029787	20	Rodovia BR-364	943,25	Candeias do Jamari (RO)	Pavimentada
447723	9030523	20	Linha 645	944,00	Candeias do Jamari (RO)	Pavimentada ( acesso à UHE Samuel)
445169	9029886	20	Rodovia BR-364	951,60	Candeias do Jamari (RO)	Pavimentada
440571	9027259	20	Linha 655B	957,00	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
431132	9026140	20	Linha 64	966,75	Candeias do Jamari (RO)	Não pavimentada
418942	9025049	20	Estrada	979,00	Porto Velho (RO)	Não pavimentada (acesso ao Areal)
415832	9025101	20	Linha 42	982,10	Porto Velho (RO)	Não pavimentada
414921	9025086	20	Linha Castanheira 2	983,00	Porto Velho (RO)	Não pavimentada
413631	9025485	20	Estrada Jerusalém da Amazônia	984,40	Porto Velho (RO)	Pavimentada
412474	9026365	20	Estrada	986,00	Porto Velho (RO)	Não pavimentada (acesso à Fazenda Santa Clara)
411997	9027080	20	Rodovia BR-364	987,00	Porto Velho (RO)	Pavimentada
411789	9027438	20	Estrada dos Periquitos	987,30	Porto Velho (RO)	Pavimentada

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

A população rural residente no entorno da Rodovia MT-248, por sua vez, se utiliza do transporte coletivo (ônibus) da viação TransJaó que se destina a Cáceres e Cuiabá.

Em Jauru, a maioria dos moradores, fazendeiros e sitiantes da área rural possui transporte próprio: moto, carro de passeio ou caminhonete. Outros pegam “carona” no transporte escolar rural.

Em **Vale de São Domingos (MT)**, circula diariamente a linha de ônibus “lotação”, da empresa TransJaó, que faz a ligação entre Jauru e Pontes e Lacerda, partindo pela manhã e retornando à tarde, atendendo os moradores dessa cidade e do distrito de Adrianópolis. Existe ainda serviço de táxi particular que transporta, também, residentes na zona rural.

O empreendimento atravessará a área rural do município, só alcançada por estradas de terra; a melhor delas (MT-388) passa pela vila de Taquaruçu, vindo de Jauru até a UHE Guaporé. As demais estradas são estreitas e com muitas porteiras e mata-burros, servindo apenas aos fazendeiros locais.

Pela MT-247, de Jauru a Vale de São Domingos, são 23km, depois mais 18km até a BR-174, que está sendo pavimentada, mudando, inclusive, seu traçado em vários pontos. Pela BR-174, pode-se acessar o distrito de Adrianópolis e a cidade de Pontes e Lacerda. Uma outra estrada (não pavimentada) liga diretamente Vale de São Domingos a Pontes e Lacerda (31km de distância), sendo menos usada do que a citada anteriormente.

Em **Pontes e Lacerda (MT)**, não existe serviço de transporte coletivo municipal. A população circula de táxi ou moto-táxi (cooperativas), que servem às zonas urbana e rural, além de outros municípios vizinhos. As empresas de ônibus que realizam o transporte rodoviário intermunicipal e suas respectivas linhas são:

- Viação Verde: Pontes e Lacerda – Cuiabá, 3 vezes ao dia; Comodoro – Cuiabá (parada em Pontes e Lacerda), 3 vezes ao dia; Pontes e Lacerda – Vila Bela de Santíssima Trindade, 2 vezes ao dia, e outros municípios diariamente;
- TransJaó: várias cidades de pequeno porte nas proximidades de Pontes e Lacerda, e trafegando, também, por estradas não pavimentadas.
- três empresas de Van no município que transportam para Cáceres e Cuiabá.

As empresas que realizam o transporte rodoviário interestadual (ônibus que param em Pontes e Lacerda) são as seguintes:

- Itamarati: Porto Velho – São Paulo, 2 vezes ao dia;
- Lucatur: Porto Velho – Cascavel (PR), 3 vezes ao dia;
- Andorinha: Porto Velho – Campo Grande/São Paulo/Curitiba, 1 vez ao dia.

Em relação ao transporte aéreo, Pontes e Lacerda possui um aeroporto público, com pista pavimentada, situado na BR-174B (caminho de Vila Bela de Santíssima Trindade), a cerca de 8km da cidade. Existe a intenção de introduzir empresas aéreas com aviões de

porte médio (máximo 50 lugares). Para isso, a Prefeitura está em negociação com a empresa Trip Linhas Aéreas.

Assim como em Vale de São Domingos, muitas fazendas possuem pequenos campos de pouso particulares, que ficam distantes do futuro empreendimento.

As estradas (não pavimentadas) existentes na área da Fazenda Triângulo (Agropecuária Guaporé) dão acesso ao empreendimento e estão em ótimas condições. Nos demais locais onde o empreendimento corta o município, não há circulação de pessoas.

Pela Rodovia BR-174, tem-se acesso, no sentido sul, às cidades de Cáceres e Cuiabá (MT) e, no sentido norte, ao Estado de Rondônia, passando por Conquista d'Oeste, Nova Lacerda e Comodoro (MT). Trata-se de uma estrada pavimentada, com alto fluxo de caminhões de carga (transporte de carnes e grãos). Atualmente, o fluxo apresentou pequena redução devido à nova rodovia (MT-255) que passa por Campos de Júlio e Sapezal, que está escoando grande parte da produção. A Rodovia BR-174B (pavimentada) é uma espécie de "braço" da BR-174, ligando Pontes e Lacerda à Vila Bela de Santíssima Trindade. Apresenta pequeno fluxo, composto, principalmente, por carros de passeio. A MT-247, por sua vez, acessa Vale de São Domingos e apresenta pequeno fluxo de carros de passeio. As estradas vicinais (não pavimentadas) destinam-se a acessar assentamentos rurais, fazendas e comunidades rurais.

Há um consórcio chamado MT Fomento, envolvendo os municípios da região do Vale do Guaporé, em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso, que fornece o maquinário e a mão de obra; o município arca com as demais despesas. O objetivo é a manutenção das vias de acesso.

O transporte rodoviário em **Conquista d'Oeste (MT)** contempla as seguintes rotas:

- intermunicipais: para Pontes e Lacerda, Nova Lacerda e Comodoro, pela BR-174, através das empresas Real Norte e Itamarati;
- interestaduais: para Campo Grande (Viação Andorinha), Porto Velho e São Paulo (Grantur).

Na zona urbana e na zona rural, próximo à sede, os moradores dependem dos serviços de táxi (dois autônomos) e moto-táxi (autônomos).

Não existe transporte ferroviário ou fluvial; só aéreo particular, com pistas de pouso em fazendas, e um público, próximo à sede, mas que não opera com companhias aéreas.

A principal via de acesso ao município é a BR-174 (pavimentada), que apresenta um grande fluxo de caminhões de carga que escoam grãos para Porto Velho (soja e milho). A MT-364/388 (não pavimentada), que acessa Tangará da Serra, é muito usada para escoar os grãos das plantações para os secadores situados nas sedes das fazendas. O município conta com aproximadamente 300km de estradas vicinais.

Por localizar-se nas margens da BR-174 (pavimentada), a sede do município de **Nova Lacerda (MT)** é ligada aos centros regionais e estaduais por várias linhas de ônibus, inclusive interestaduais. A antiga BR-364, que fica próximo ao empreendimento, é usada apenas para acesso a duas grandes fazendas na região e áreas indígenas. Nessas localidades, os moradores necessitam possuir um transporte próprio (moto, carro ou caminhonete) para deslocar-se até as cidades, na busca de bens e serviços de 1ª necessidade.

Da Fazenda Areia Branca, por exemplo, são 11km até uma bifurcação na Rodovia MT-388 (ou antiga BR-364) e mais 31km, por outra estrada (MT-474), não pavimentada, até a cidade de Nova Lacerda.

Algumas fazendas, situadas na porção centro-sul do município, possuem pistas de pouso particulares; entretanto, essas pistas ficam distantes da AID da futura LT.

A sede do município de **Comodoro (MT)** e os distritos localizam-se nas margens das principais vias de transporte local/regional e de ligação entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia — as Rodovias BR-364 e BR-174, que compartilham a mesma via até a cidade de Vilhena. Outras estradas estaduais e vicinais (não pavimentadas) acessam as comunidades rurais, aldeias indígenas e municípios vizinhos.

Existem três empresas particulares que fazem a ligação rodoviária entre a sede municipal e as localidades de Noroagro, Nova Alvorada e Padronal.

O aeroporto municipal, com pista de terra, opera somente para pequenos aviões particulares, e situa-se próximo ao entroncamento (Trevo JK) da BR-174 com a BR-364.

Na área rural, na AID, a população conta com o serviço de ônibus circulares, que trafegam na BR-364, três a quatro vezes ao dia, além de táxis, vans e o transporte escolar cedido pela Prefeitura de Comodoro, que também dá “carona” para os moradores locais.

A maioria das fazendas produtoras de milho e soja possui transporte próprio (ônibus), que serve para deslocar seus empregados até a cidade de Comodoro, onde residem e buscam serviços de saúde e alimentação, tal como ocorre na Fazenda Nova Itália.

O município de **Vilhena (RO)** conta com os serviços de transporte aéreo e rodoviário. Por estar localizado entre duas capitais, Porto Velho (RO) e Cuiabá (MT), dispõe de um aeroporto municipal, situado próximo à sede, e três voos diários da empresa TRIP Linhas Aéreas.

A cidade não possui serviço de transporte público regular, que só existe na área rural. Por isso, os moradores do Assentamento Águas Claras, por exemplo, necessitam pegar “carona” com os carros que trafegam na BR-364 ou com o ônibus escolar que acessa a área do assentamento. Já a Fazenda Londrina, produtora de milho e soja, conforme foi apresentado em Comodoro, possui um transporte próprio (ônibus/caminhonete), que serve



para o deslocamento de seus empregados. Às segundas-feiras, pela manhã, pega os trabalhadores na cidade de Vilhena, transportando-os até a fazenda, e retorna aos sábados, por volta do meio-dia.

Na Vila São Lourenço, à margem da BR-364, há três horários de transporte coletivo (ônibus) para Vilhena, todos pela manhã, com retorno à tarde. Os ônibus operam no trajeto Vilhena – Chupinguaia.

A Rodovia BR-364 é a principal via de acesso para Comodoro e Cuiabá, ao sul, e para Porto Velho, ao norte. Há também a Rodovia BR-174, que acessa o município de Juína (MT).

Para acessar **Chupinguaia (RO)**, há uma única estrada asfaltada, a Rodovia RO-391, que liga a sede do município à Rodovia BR-364, no distrito de Guaporé. A futura LT atravessará o município, próxima e paralelamente à BR-364, que também é a divisa intermunicipal com Pimenta Bueno. As demais estradas (vicinais) não são pavimentadas.

O município não conta com linhas de ônibus municipal, apenas transporte escolar e linha intermunicipal. Há um campo de pouso particular na Fazenda São Judas, distante da AID do empreendimento.

Como a sede do município de **Pimenta Bueno (RO)** situa-se entre dois rios, o Comemoração e o Pimenta Bueno, formadores do rio Machado, há uma população de pescadores que se desloca em pequenas embarcações próprias — canoas com motor rabeta (de até 5HP), caracterizando o transporte fluvial local.

Em Pimenta Bueno, não há linhas de transporte público regulares, apenas o transporte escolar e linhas intermunicipais. O município conta com um aeroporto que atende apenas a pequenas aeronaves (voos particulares).

A Rodovia BR-364, que atravessa a sede municipal, é a principal via de ligação entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia. Outras estradas importantes são as rodovias estaduais RO-101 e RO-387, que acessam cidades vizinhas. As demais são estradas vicinais não pavimentadas. Cerca de 90% das ruas da cidade de Pimenta Bueno são pavimentadas.

A Rodovia BR-364 também é a principal via de acesso de **Cacoal (RO)**. Outras rodovias estaduais (RO) ligam Cacoal às cidades vizinhas. Existem balsas para atravessar o rio Machado nos trechos onde não existem pontes.

Há uma linha de ônibus municipal que, uma vez ao dia, liga o distrito de Riozinho à sede municipal; outras localidades também são atendidas. Algumas linhas de ônibus interestaduais, que ligam Porto Velho ao resto do País, passam por Cacoal.

Em relação ao transporte aeroviário, o aeroporto municipal, que se encontra homologado na ANAC, possui pista de pouso pavimentada e estrutura aeroportuária, mas só recebe voos particulares e de aviões fretados. Localiza-se a 3km da sede do município, distante da

futura Linha de Transmissão. Ainda não há empresas aéreas, que estão aguardando a negociação de linhas regulares.

Na área rural, nas Linhas 9 e 10, há o serviço de transporte coletivo, que só não funciona aos domingos. Pela manhã, o ônibus vem de Rondolândia (MT) para Cacoal, voltando à tarde (15h). Na Linha 5, há também um ônibus para Rondolândia (no mesmo horário). Os habitantes de Rondolândia (MT) vêm em busca dos serviços de saúde e fazer compras de bens de primeira necessidade em Cacoal e Ji-Paraná. São cerca de 90km de distância.

A BR-364 e alguns trechos das rodovias estaduais são asfaltados, porém as demais estradas vicinais não são pavimentadas.

Na área rural de **Ministro Andreazza (RO)**, **Presidente Médici (RO)** e **Ji-Paraná (RO)**, os moradores (pequenos sítiantes e pecuaristas), geralmente, possuem algum meio de transporte próprio, como um carro velho ou uma moto. Aliás, a moto é o principal meio de transporte dos moradores locais, utilizado, também, como “carretinha”, quando acoplado a um reboque, carregando os latões de leite até os revendedores nas cidades.

A Rodovia BR-364 atravessa as áreas urbanas de Presidente Médici e Ji-Paraná. A cidade de Ministro Andreazza, por sua vez, pode ser acessada a partir da BR, pela rodovia pavimentada RO-471. Há uma linha regular de ônibus intermunicipal que liga Ministro Andreazza a Cacoal.

Em Presidente Médici, há uma linha de ônibus da Eucatur para Ji-Paraná.

Existe uma linha de ônibus municipal que atende os moradores de Ji-Paraná. No intuito de melhorar a mobilidade urbana e facilitar as condições de tráfego, estão sendo construídos, com fundos do Ministério dos Transportes, um anel viário, para desviar de dentro da cidade o tráfego de veículos da BR-364, e uma nova ponte sobre o rio Machado.

Em relação ao transporte aéreo, o Aeroporto José Coletto, em Ji-Paraná, tem capacidade para receber aviões de até 150 passageiros, tendo cinco voos diários com destino a Porto Velho, Cuiabá, Vilhena e às Regiões Sudeste e Sul do País, através das empresas Passaredo e TRIP Linhas Aéreas, esta última, em parceria com a TAM. A pista pavimentada possui 1.800m de extensão.

Algumas regiões são servidas por transporte coletivo, como é o caso da Vila de Novo Riachuelo (distrito de Presidente Médici), situada na Linha 114 (RO-476), após o Travessão “N”. O ônibus sai da localidade e segue em direção à cidade de Ji-Paraná, passando pelas Linhas 110, 106, 102, 98 e 94, via Linha 128 (RO-480), que é uma espécie de “Linha Mestre”, acesso para as outras Linhas. Na Linha 94 (RO-472), o transporte acessa a cidade de Ji-Paraná. Esse ônibus circula às 2<sup>as</sup>, 4<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> feiras, na parte da manhã, retornando às 16h.

Atualmente, as “Linhas” são estradas de chão, que acessam as propriedades e localidades rurais, servindo como vias para escoar a produção agropecuária dos produtores rurais. Entretanto, inicialmente, foi um termo adotado para nomear cada eixo de colonização no Estado de Rondônia, uma vez que a ocupação humana regional foi planejada pelo INCRA. Uma Linha dividia duas glebas, e cada gleba era formada por um conjunto de lotes, que deveriam ser ocupados pelos colonos. Os “Travessões”, por sua vez, seriam as estradas transversais a essas estradas vicinais, ramificações da BR-364. Em algumas regiões, as estradas rurais também são chamadas de “Linhas Destinais”, justamente por ter como destino algum povoado ou cidade, ou de “Kapas”, em alusão à quilometragem (Km) de algum trecho da Rodovia BR-364.

Nos municípios de **Ouro Preto do Oeste (RO)** e **Jaru (RO)**, há transporte coletivo circulando na BR-364, que acessa as cidades. São ônibus “paradores”, que trafegam, diariamente, em dois horários, de Ji-Paraná com destino a Porto Velho e Ariquemes. Há também o serviço de táxis e moto-táxis nas cidades, porém a maioria dos moradores da região possui algum meio de transporte próprio.

A cidade de Jaru possui, proporcionalmente à sua população, a maior quantidade de moto-táxis do Estado de Rondônia, o que se explica, em parte, pela ausência de linhas de ônibus municipais.

Há linhas de ônibus intermunicipais, dentre as quais a Viação Cascavel. Elas atendem as populações rurais residentes nas fazendas, sítios e localidades situadas nas margens da Rodovia BR-364, nos municípios de **Theobroma (RO)** e **Ariquemes (RO)**. Esse transporte coletivo acessa as cidades de Ariquemes, Jaru, Vale do Anari, Ouro Preto d’Oeste e Ji-Paraná, pela manhã e à tarde. Nas localidades de Seringal Setenta e Nova Vida, por exemplo, os moradores também se deslocam com motos e carros próprios, além de caminhonetes, no caso dos fazendeiros e seus empregados. Assim como foi observado em outras regiões, a população também recorre às “caronas”, quando necessita de um meio de transporte, tal como ocorre nas Linhas C-75 e C-70.

Na cidade de Ariquemes não existe linha de ônibus municipal. A população urbana dispõe do serviço de táxis e moto-táxis.

No que se refere ao transporte aéreo, o aeródromo de Ariquemes deve transformar-se em aeroporto com voos comerciais regulares, segundo uma emenda parlamentar que prevê o investimento de R\$10 milhões no local. Ariquemes, polo central da região do Vale do Jamari, é responsável por grande parte dos embarques e desembarques nos aeroportos de Porto Velho e Ji-Paraná. Contudo, falta ainda a liberação da verba federal.

A população residente na AID, na área rural dos municípios de **Rio Crespo (RO)** e **Cujubim (RO)** próxima à BR, bem como em algumas localidades do município de **Itapuã do Oeste (RO)**, como as vilas do Rey do Peixe e do Rio Preto, quando necessita de transporte coletivo para acessar as cidades de Itapuã do Oeste ou Ariquemes,

utiliza o ônibus da empresa Cascavel, que possui uma linha circulando, na parte da manhã, entre as cidades de Itapuã do Oeste e Ariquemes, com retorno à tarde. A passagem entre as vilas e Itapuã do Oeste custa R\$5,00 (cinco reais) por trecho. A empresa Mediterrâneo possui uma linha entre Alto Paraíso e Porto Velho, na parte da manhã, com retorno à tarde. A passagem de Rio Preto até Porto Velho custa R\$14,00 (quatorze reais) e dessa localidade até Itapuã do Oeste, R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Já a empresa Marlim cobra R\$21,00 (vinte e um reais) por pessoa até Porto Velho, na linha Cujubim – Porto Velho. O ônibus também circula pela Rodovia BR-364 pela manhã e retorna à tarde. Como já destacado anteriormente, em outras regiões, alguns moradores também possuem transporte próprio (motos e caminhonetes).

Em Cujubim, há também uma linha de ônibus intermunicipal Machadinho do Oeste – Ariquemes, que passa na cidade, diariamente, em três horários.

A estrada que acessa a cidade de Rio Crespo (Rodovia Estadual RO-459), a partir da BR-364, apresenta ótimo estado, pois é recente sua pavimentação (cerca de três anos). Nessa estrada e na Rodovia RO-205, que acessa a cidade de Cujubim, trafegam muitos caminhões transportando pesadas toras de madeira.

Em Itapuã do Oeste, deveria ter sido concluída a construção de uma ponte sobre o rio Jamari, como compensação ambiental da UHE Samuel. Em 2004, a ponte caiu antes mesmo de sua conclusão. A travessia dos moradores para a área rural do município, do outro lado do rio, é feita através de balsa disponibilizada, gratuitamente, pela ELETRONORTE.

Em **Candeias do Jamari (RO)**, há um transporte coletivo circular que acessa as estradas vicinais (Linhas 631, 637, 639, 641, 643, 647, 651, 655, 659, 655B, entre outras) e circula pela BR-364 até a sede municipal. Na BR-364, há duas linhas de ônibus até a cidade de Porto Velho, com frequência de 15 em 15 minutos, e outro que vem de Itapuã do Oeste sentido Porto Velho. A ida ocorre pela manhã e o retorno, à tarde. A passagem custa de R\$3,00 a 4,00 (três a quatro reais) até Candeias — o ônibus vai fazendo “paradas” ao longo da Rodovia BR-364. Dada a proximidade com as cidades de Candeias do Jamari e Porto Velho, muitos moradores possuem transporte próprio (moto/carro). Não há linhas de ônibus municipais em virtude do tamanho reduzido da cidade.

Na BR-364, circulam muitos caminhões de grande porte, tornando o tráfego muito intenso na área urbana da cidade, que é atravessada pela rodovia.

No Assentamento Paraíso das Acácias, a população rural dispõe de um transporte coletivo (horários de 6h30 e 18h30) até a cidade de Candeias do Jamari. A passagem custa R\$2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos). Os moradores também dispõem dos serviços de moto-táxi e de táxi de Candeias, que cobram, respectivamente, R\$7,00 e R\$15,00 (sete e quinze reais), por trecho.

Na área rural do município de **Porto Velho (RO)**, alguns proprietários de fazendas ajudam, em caso de urgência médica, com o deslocamento de seus funcionários até a cidade de Porto Velho.

Nas localidades de Bacia Leiteira, Bom Jesus, Jerusalém da Amazônia e Agrovila Porto Verde, muitos moradores utilizam a bicicleta como principal meio de transporte até o asfalto (BR-364), percorrendo alguns quilômetros por estradas de terra. Eles deixam a bicicleta na Escola Paulo Nunes Leal e acessam o transporte coletivo (ônibus) que circula na rodovia. O trajeto Candeias – Porto Velho custa R\$2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos), por trecho.

Em Porto Velho, o sistema de transporte é o mais desenvolvido em toda a All da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Entretanto, assim como foi observado em outros municípios integrantes da All, o sistema de transporte rodoviário regional, representado pelas Rodovias BR-364 e BR-319, se relaciona de forma conflituosa com a malha urbana de Porto Velho.

A BR-364 tangencia e dá acesso à cidade pelo lado sul, possibilitando a ligação com as cidades de Cuiabá (MT) e Rio Branco (AC). Nesse trecho de passagem da BR, localizam-se equipamentos urbanos importantes, como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), havendo, portanto, grande risco de acidentes, uma vez que a rodovia interrompe antigas ligações entre bairros e oferece poucas opções para uma travessia segura.

Esse mesmo conflito é verificado em relação à Rodovia BR-319, que tem seu início do outro lado do rio Madeira, em Humaitá (AM), em frente à área norte da cidade, na direção dos terminais portuários de carga, e dá acesso à cidade de Manaus e demais localidades do Estado do Amazonas, sobretudo as cidades de Humaitá, Lábrea e Careiro.

A localização da balsa que faz a travessia do rio Madeira até o início da BR-319, associada à presença de diversas instalações portuárias, contribui para a geração de um intenso tráfego regional de veículos rodoviários de carga que cortam a malha urbana de Porto Velho, provocando, com isso, um grande conflito entre o tráfego regional e local.

A Subestação de Porto Velho, ponto de chegada da futura LT, situa-se no bairro Cidade Jardim de Porto Velho, na margem direita (sentido Porto Velho) da Rodovia BR-364.

Segundo informações do Plano Diretor de Porto Velho (2008), o trânsito no Centro da cidade, onde está a maior parte do comércio, é bastante conturbado. A concentração de quase a totalidade das linhas de transporte coletivo no final da Avenida Sete de Setembro, aliada à falta de uma clara hierarquia de vias, à desobediência das leis de trânsito e à inexistência de um sistema de sinalização horizontal e vertical suficientemente claro que indique as prioridades de circulação, contribui para piorar a situação no trânsito no município de Porto Velho.

Circulam pela cidade cerca de 106 mil carros e, de acordo com a Secretaria Municipal de Trânsito (SEMTRAN), 165 mil bicicletas, embora o número oficialmente registrado não ultrapasse 70 mil.

A situação do tráfego viário na cidade é comprometida ainda pelo fato de que, para ter acesso ao porto, localizado pouco acima da área central, os caminhões provenientes da BR-364, que liga Porto Velho ao Estado de Mato Grosso e ao resto do País, passam pelo Centro urbano. São mais de 1.000 caminhões por dia, na época da safra da soja, e, para atender a esse fluxo, uma das principais vias da cidade, a Avenida Jorge Teixeira, foi federalizada, transformando-se em BR.

Aos problemas de circulação regional soma-se o conflito provocado por motos e bicicletas que circulam junto com os demais veículos, originando um número significativo de acidentes de trânsito.

A atual estação rodoviária, localizada na Avenida Jorge Teixeira, já apresenta alguns sinais de saturação, e deverá passar por reformas.

Segundo dados da SEMTRAN, em 2005 circulou pelo terminal, instalado numa área de quase 3.000m<sup>2</sup>, uma média de 16.250 passageiros por mês. O terminal conta com 33 boxes, perfazendo uma área de 552m<sup>2</sup>, onde estão instalados os guichês das 11 empresas de transporte que operam rotas intermunicipais e interestaduais, além de lanchonetes, lojas, bancas de jornal e guarda-volumes.

Entrevistas realizadas com representantes da Prefeitura de Porto Velho comprovara, a deficiência do sistema de transporte rodoviário municipal: poucos ônibus e longo tempo de espera da população, o que induz a um grande aumento na aquisição de motocicletas como principal meio de transporte da população de Porto Velho, conforme pode ser observado no **Quadro 3.6.5-50**.

**Quadro 3.6.5-50** - Número total de veículos existentes na cidade de Porto Velho, por classe 2003-2007

CLASSE DE VEÍCULO	PORTO VELHO				
	2003	2004	2005	2006	2007
Automóvel	31.698	34.512	37.688	41.801	46.370
Caminhão	2.716	2.942	3.140	3.336	3.545
Caminhão-trator	442	536	595	655	752
Caminhonete	3.292	4.217	5.962	7.287	8.874

CLASSE DE VEÍCULO	PORTO VELHO				
	2003	2004	2005	2006	2007
Camioneta	5.940	5.847	5.155	4.791	4.129
Chassi plataforma	4	4	5	5	5
Ciclomotor	160	160	161	161	162
Micro-ônibus	142	159	174	193	204
Motocicleta	11.626	13.712	16.194	19.185	23.284
Motoneta	2.803	3.513	4.298	5.007	5.975
Ônibus	502	544	597	604	729
Quadríciclo	-	-	-	-	-
Reboque	1.422	1.560	1.683	1.753	1.865
Semirreboque	686	803	935	1.057	1.199
Sidecar	-	2	4	5	10
Outros	5	4	4	3	2
Trator-esteira	-	-	-	-	-
Trator-rodas	-	-	-	-	-
Triciclo	7	9	11	13	14
Utilitário	57	86	127	150	216

**Fonte:** ANTT, 2008

Nota: Dados referentes ao mês de dezembro de cada ano.

Em relação ao transporte aéreo, o Aeroporto Internacional de Porto Velho, distante 7km do Centro da cidade, também é conhecido como Aeroporto Belmont ou Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira de Oliveira, nome do bairro onde está situado. Tem como acesso principal as Avenidas Governador Jorge Teixeira de Oliveira e Lauro Sodré. Tornou-se aeroporto internacional em fevereiro de 2002.

No aeroporto, operam 68 voos regulares semanais para as cidades de Brasília (DF), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC) e conexões, das companhias aéreas GOL/Varig, TAM e TRIP Linhas Aéreas, que é a única empresa aérea que opera em outras cidades da Rondônia, servindo às cidades de Vilhena e Ji-Paraná.

As empresas de táxi aéreo baseadas no aeroporto são: Especial Táxi Aéreo, Assis Táxi Aéreo, Rima Táxi Aéreo e Aeronorte Táxi Aéreo. Todas operam com aeronaves

monomotores e multimotores de pequeno porte, que fazem voos de fretamento para toda a região. A presença da Base Aérea de Porto Velho garante uma considerável movimentação de aeronaves militares. Ônibus para o aeroporto partem do Centro, de hora em hora, e há uma cooperativa de táxi que presta serviços exclusivamente para o aeroporto.

Construído em 1973, o aeroporto contava com pátios das companhias aéreas, *check-in*, Destacamento de Proteção ao Voo de Porto Velho (DPVPV), uma pista de pouso e decolagem e um canteiro de obras da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA). Em fevereiro de 1979, a administração do aeroporto foi transferida para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

O novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Internacional de Porto Velho / Governador Jorge Teixeira de Oliveira foi inaugurado no segundo semestre de 2002, e sua denominação foi decidida através da Lei 10.481, de 03/07/2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 127, p.01, em 04/07/2002, substituindo o antigo aeroporto, possuindo equipamentos e instalações modernas e locais de lazer e entretenimento.

O complexo aeroportuário é composto por: sítio aeroportuário, com área de 15.526.860m<sup>2</sup>; pátio para as aeronaves, com área de 30.250m<sup>2</sup>; pista, com dimensões de 2.400m x 45m; terminal de passageiros, com capacidade para 8.540 passageiros/ano; estacionamento, com capacidade para 211 vagas; 16 balcões de *check-in*; 16 posições de estacionamento de aeronaves; 60 lojas; sala Vip; serviços da ANAC, Receita Federal e Vigilância Sanitária. O **Quadro 3.6.5-51**, a seguir, apresenta o movimento operacional do Aeroporto de Porto Velho.

**Quadro 3.6.5-51** - Movimento operacional do Aeroporto Internacional de Porto Velho  
2005-2009

Ano	Aeronaves	Carga Aérea	Passageiros
2005	10.739	2.717.996	293.895
2006	11.887	2.801.249	355.243
2007	10.927	2.170.289	391.179
2008	11.230	2.488.343	426.470
2009	14.098	2.990.368	561.331

Fonte: INFRAERO, 2010



Em relação ao transporte fluvial, a construção do porto de Porto Velho — localizado na margem direita do rio Madeira, 2km a jusante da cidade de Porto Velho, e, aproximadamente, 80km a montante da foz do rio Jamari — foi iniciada pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis do Ministério dos Transportes. O objetivo era substituir as antigas rampas implantadas pela Estrada de Ferro Madeira – Mamoré na década de 1920.

A partir de 1976, a Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) deu continuidade às obras, construindo um terminal para operações RO-RO<sup>24</sup>. Em 1986, foi iniciada construção do novo cais, concluído em 1988. Quando da transformação do Território de Rondônia em Estado, em 9 de janeiro de 1982, as instalações se encontravam sob a responsabilidade da Administração do Porto de Manaus, mas, posteriormente, em 31 de janeiro de 1985, foi constituída a Administração do Porto de Porto Velho.

Atualmente, pelo Convênio nº 6, de 12/11/1997, o porto passou a ser administrado pela Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia (SOPH), por delegação ao Estado de Rondônia. Seu acesso se dá pelas Rodovias BR-319 (Manaus – Porto Velho), BR-364 (Cuiabá – Porto Velho) e BR-425 (Porto Velho – Guajará-Mirim).

As instalações compreendem três terminais: um para operações RO-RO, contendo duas rampas paralelas que se estendem até um pátio de estacionamento descoberto, com 10.000m<sup>2</sup>, dispendo, ainda, de outro pátio, também descoberto, não pavimentado, com área idêntica; um segundo, denominado Pátio das Gruas, desprovido de cais de atracação, com movimentação direta para uma área de 10.000m<sup>2</sup>, e um terceiro, que opera carga geral, dotado de um flutuante de acostagem, de 115m, com cinco berços, ligado à margem por uma ponte metálica de 113,5m de vão. As profundidades nesses terminais são definidas pelo regime das águas do rio Madeira, apresentando as variações extremas de 2,5m e 17,5m.

O porto possui um armazém para carga geral, com 900m<sup>2</sup>.

A Hermasa, empresa que arrendou uma área no porto, construiu quatro silos verticais para movimentação de soja com o uso de esteiras transportadoras e um carregador de embarcações para o escoamento de grãos no cais flutuante, no terceiro terminal.

O porto de Porto Velho possui os seguintes equipamentos: 3 guindastes tipo guia de 3t; 1 guindaste de pórtico de 6t; 1 autoguindaste de 18t; 2 empilhadeiras de 7t; 1 pá carregadeira; 1 skider, 2 charriots, 2 veículos utilitários e 1 caminhão.

A Hidrovia do Rio Madeira, por sua vez, funciona sob a Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC), que, por sua vez, é vinculada à Diretoria de Infraestrutura

---

<sup>24</sup> Os navios Roll-on / Roll-off, mais conhecidos como RO-RO, são navios em que sua carga entra e sai pelos seus próprios meios, através de rodas ou até mesmo sobre outros veículos. É possível carregar o navio através das rampas de popa (parte traseira do navio), meia nau (meio do navio) e até mesmo pela proa (parte da frente do navio).

Aquaviária (DAQ), ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e à Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR). Uma das principais ações da AHIMOC é a manutenção da infraestrutura da hidrovia do rio Madeira, que possui uma extensão de aproximadamente 1.425km, através da sinalização do canal navegável, do balizamento flutuante das passagens críticas em pedrais, da manutenção das profundidades nos trechos críticos e do monitoramento ambiental.

A hidrovia é navegável em 1.056km, entre a sua foz no rio Amazonas (AM) e a cidade de Porto Velho, durante todo o ano, com atenção especial na época da estiagem (seca de agosto a outubro), quando se formam os bancos de areia e surgem os pedrais, principalmente no trecho entre a cidade de Humaitá (AM) e Porto Velho.

O rio Madeira possui profundidade mínima de 2m, em especial no trecho entre Humaitá e Porto Velho, e profundidade máxima de 20 a 30 metros. As embarcações que circulam na hidrovia são balsas de carga e embarcações mistas (passageiros e cargas).

## **(2) Fluxo de Cargas no Porto de Porto Velho – All**

Porto Velho é considerada pelo Ministério da Agricultura como um dos polos mais importantes para exportação de soja pelos rios Madeira e Amazonas; os outros são Belém (PA) e São Luís (MA).

Além da soja, as principais cargas embarcadas no Porto de Porto Velho são: fertilizantes, pedra britada, cimento, combustíveis, alimentos perecíveis e não perecíveis, carretas, contêineres, automóveis, açúcar, milho, aguardente, tubos de ferro, ração, cerveja, arroz, tijolo, óleo de soja, cerâmica, entre outras cargas. As principais cargas importadas são: adubo, carretas, contêineres, telhas brasilite, vasilhame, borracha, farinha, etc.

Segundo dados obtidos no Banco de Informações do Ministério dos Transportes, o porto fluvial de Porto Velho movimentou, em 1998, 1.442.961t, no cais público, e 772.790t, fora do cais, que responderam, respectivamente, por 65% e 35% do movimento total do porto, 2.215.751t.

As principais cargas movimentadas em 1998 estão relacionadas a seguir.

### ***No cais público***

#### *Nas outras navegações (fluvial)*

Cargas desembarcadas – Granel sólido: adubo 50.000t – Carga geral: carretas 201.842t, contêineres 36.275t, telhas brasilite 19.526t, vasilhame 233t, borracha 129t, farinha 116t e outras cargas.

Cargas embarcadas – Granel sólido: soja 518.974t, pedra britada 9.816t – Carga geral: carretas 352.818t, contêineres 193.191t, açúcar 4.771t, milho 1.527t, aguardente 902t,

tubos de ferro 27.494, ração 144t, cerveja 280t, arroz 314t, tijolo 180t, óleo de soja 812t, cerâmica 479t e outras cargas 22.959t.

### ***Nos terminais de uso privativo misto***

- **Terminal da J. F. de Oliveira Ltda.**

No ano de 1998, foram utilizadas 813 embarcações nesse terminal, sendo desembarcadas e embarcadas, respectivamente, 10.166t e 20.326t de carga geral.

- **Terminal da Companhia Agroindustrial Monte Alegre**

Em 1998, foram desembarcadas e embarcadas, nesse terminal, 177.715t de cimento e 132.657t de carga geral.

- **Terminal da PETROBRAS**

Cargas desembarcadas nesse terminal – Granel líquido: óleo diesel 367.912t, gasolina 33.078t, QAV (querosene de aviação) 26.057t, e álcool etílico hidratado carburante (AEHC) 4.879t.

### **b. Superposição do Traçado com o Sistema Viário – AID**

A relação do sistema viário existente com a futura LT foi apresentada na análise conjunta do **subtópico anterior, 3.6.5.4.4.a.**

### **c. Habitação – All/AID**

#### **(1) Análise da Situação**

De acordo com os dados do Censo Demográfico, em 1991 havia 200.561 domicílios na Área de Influência Indireta (All) do empreendimento, sendo 64,8% na área urbana, dos quais 98,2% do total eram particulares permanentes (**Quadro 3.6.5-52** e **Figura 3.6.5-50**). Na cidade de Porto Velho (RO), concentra-se grande parte do total de domicílios da região: 34%. Em 2000, dentre os domicílios particulares permanentes (**Quadro 3.6.5-53**), 74% encontravam-se sob a condição de “imóvel próprio” (175.159). A condição de 13% dos domicílios permanentes da All era de “cedidos” e “alugados” representavam 12,1% deles.

Em **Jauru (MT)**, hoje, a situação é de tranquilidade em relação às ocupações e assentamentos, até porque a municipalidade observa a importância desses assentamentos para a manutenção da economia local, uma vez que os grandes fazendeiros não consomem no comércio local e vendem seu gado para fora do município, não gerando renda e utilizando pouca mão de obra, por se dedicarem quase que totalmente à pecuária de corte semiextensiva. Hoje, a sobrevivência econômica do município está lastreada aos pequenos produtores assentados.

Em relação às condições e padrões habitacionais existentes no Centro da cidade, as construções possuem um, dois ou, no máximo, três pavimentos, em alvenaria, em bom ou ótimo estado de conservação, havendo apenas algumas casas de madeira antigas que remontam a períodos anteriores de ocupação. Na área rural, algumas instalações (currais, galpões ou sedes de fazenda) situam-se próximo à futura LT.

Em Jauru, foram identificados assentamentos do INCRA nas porções sul (Mirassolzinho I e Mirassolzinho II) e norte (Rio dos Peixes e Corgão) do município. Também na porção norte, encontram-se a ocupação Charbu e a área de posse Dorfi, em processos distintos de regularização. Cabe ressaltar que nenhuma delas está na Área de Influência Direta da LT, que só atravessa propriedades maiores.

No município de **Vale de São Domingos (MT)**, as ocupações são posses regularizadas pelo INCRA e datam da década de 80, quando da chegada dos primeiros imigrantes. Aerorrancho e Adrianópolis também são posses regularizadas em assentamentos pelo INCRA.

No Centro da cidade, predominam construções de um ou dois pavimentos em alvenaria, com padrão ruim, médio ou bom. Várias casas de madeira ainda são encontradas e referem-se a um período de ocupação anterior, quando a madeira era mais barata e abundante. Segundo a atendente da loja de materiais de construção, nos últimos anos tem aumentado a quantidade de obras, principalmente nos "sítios", como são chamadas as glebas dos assentamentos.

Em **Conquista d'Oeste (MT)**, as casas no Centro da cidade possuem um ou dois pavimentos de padrão médio, e muitas construções são em madeira. Através do Programa Minha Casa, Minha Vida, estão sendo construídas 50 casas em conjuntos habitacionais e mais 35, distribuídas pela sede do município.

No Centro da cidade de **Nova Lacerda (MT)**, as construções apresentam padrão simples com um ou dois pavimentos. No município, há 4 assentamentos do INCRA e 13 glebas ainda sem regularização.

Na sede municipal de **Pontes e Lacerda (MT)**, as construções de madeira estão sendo substituídas pelas de alvenaria, mas, na zona rural, ainda é muito comum a presença de construções em madeira. Na periferia da cidade, ainda existem várias construções em madeira e muitas casas de alvenaria sendo construídas. Os loteamentos residenciais mais recentes são: Residencial Santa Fé I e II, Residencial Vera e Residencial Mazetti. Na área urbana, existem ainda cinco loteamentos municipais de casas populares.

Atualmente, Pontes e Lacerda é o local de moradia dos funcionários das mineradoras multinacionais Áurea e Santa Elina, com sede e exploração localizadas nos municípios de Vila Bela de Santíssima Trindade (MT) e Nova Lacerda (MT).

Na cidade de **Comodoro (MT)**, encontram-se muitas edificações que abrigam serviços de apoio, oficinas mecânicas, postos de combustíveis, restaurantes, etc. A cidade apresenta regiões de casas mais modestas, em madeira ou alvenaria, mas também bairros com construções de alto nível. Nas proximidades do futuro empreendimento, localizam-se sítios e fazendas. Há os seguintes assentamentos rurais: Vale do Cabixi, Colônia dos Mineiros, Granja I e II, Macuco, Miranda, Noroagro, Nova Alvorada. O assentamento da Gleba Zambam está em processo de regularização pelo INCRA.

Considerando as zonas urbana e rural, cerca de 60% das casas do município de **Vilhena (RO)** são de alvenaria. Existem bairros novos cujas construções são todas em madeira; contudo, as casas de madeira que ainda existem no município são bem estruturadas. O maior prédio da cidade tem 15 andares, e a maioria dos outros é composta por três e quatro andares. A fundação é muito cara porque o solo é muito arenoso. Há 10 anos, a grande maioria das casas era de madeira; hoje, com as proibições, praticamente não se faz mais esse tipo de construção. Nas proximidades da futura LT, a maioria das casas é feita em madeira. Há o assentamento rural Nova Conquista.

As ocupações irregulares (cerca de cinco) existentes na área urbana são anteriores a 2008. A Prefeitura está regularizando algumas e removendo as famílias em outras ocupações. No município, não existem invasões por sem-terra.

Em **Chupinguaia (RO)**, o padrão habitacional é geralmente determinado pelo tipo de loteamento: muitas casas de madeira nos loteamentos mais antigos e casas de alvenaria, nos mais novos. As ruas estavam sendo asfaltadas em 2010. No distrito de Guaporé, que fica próximo à futura LT, quase todas as casas são de madeira e as ruas, de terra.

Cidade de porte médio, **Pimenta Bueno (RO)** abriga algumas indústrias, o que reflete no bom padrão das construções em alvenaria com, no máximo, dois pavimentos, ruas e avenidas retas e bem pavimentadas. Nas proximidades da futura LT, encontram-se galpões industriais e, na periferia da cidade e nas localidades rurais, casas mais simples.

Há ocupações irregulares tanto na área urbana como na rural; as da área urbana estão sendo regularizadas. Segundo a municipalidade, quando o INCA começou a regularizar os assentamentos rurais (cerca de seis), a população passou a retornar para essa área.

A Vila Urucumacuã (limítrofe à Vila Guaporé) encontra-se em processo de regularização fundiária pelo programa do Governo Federal (em parceria com estados e municípios) Terra Legal Amazônia, destinado a 43 municípios dos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima que mais desmataram em área de Reserva Legal nos últimos anos.

**Cacoal (RO)** é uma cidade-polo regional, com casas e edifícios de alto padrão. Contudo, na periferia, ainda se encontram casebres de madeira em péssimas condições de habitabilidade. Cerca de 20 a 30% das construções ainda são de madeira. Na área rural,

cerca de 70% das moradias já são em alvenaria. Há alguns assentamentos clandestinos, ocupações de sem-terra e irregulares.

Na zona urbana, também vêm ocorrendo ocupações irregulares, o que tem gerado alguma tensão entre os proprietários, a municipalidade e os ocupantes.

Em **Ministro Andreazza (RO)** e **Presidente Médici (RO)**, as edificações possuem até dois andares de alvenaria, existindo, também, habitações em madeira, de ocupação mais antiga. Em Presidente Médici, há três assentamentos rurais.

Em **Ji-Paraná (RO)**, os padrões habitacionais são variados: desde pequenas casas com um pavimento até edifícios (apenas três na cidade).

Na área urbana de **Ouro Preto do Oeste (RO)**, o padrão habitacional é de casas com até dois pavimentos em alvenaria, mas ainda há muitas residências de madeira.

Em **Jaru (RO)**, encontra-se em elaboração o Plano de Habitação de Interesse Social, sendo loteadas áreas próximas à futura LT.

No município de **Theobroma (RO)**, há sete assentamentos regularizados e outros, novos, surgindo.

Em **Ariquemes (RO)**, há três assentamentos rurais mais recentes: PA Santa Cruz, PA Migrante e PA Maria José Rique. No perímetro urbano, há chácaras com pequenas lavouras. O padrão habitacional em Ariquemes é variado: edificações em alvenaria com um, dois e três pavimentos. Há muitas construções recentes, e a cidade está em franca expansão.

Na área urbana de **Rio Crespo (RO)**, predominam as casas de madeira, com terrenos grandes. Na área rural, há os Assentamentos Lamarquinha e Maria Mendes, do INCRA.

Em **Cujubim (RO)** e **Itapuã do Oeste (RO)**, prevalecem as casas de alvenaria com um pavimento, havendo ainda muitas casas em madeira (mais antigas).

Na área rural de Cujubim, há alguns assentamentos originados de invasões do MST: Galo Velho, Reserva do Piriquito, Reserva do Mutum, Araras, Gavião, Tucano, etc.

Em **Candeias do Jamari (RO)**, há muitas casas de madeira pertencentes à população de baixa renda. Há *déficit* de moradia. Há assentamentos rurais (Paraíso das Acácias, Cachoeira do Samuel e Flor do Candeias, a cerca de 15km da cidade) e invasões de terras urbanas (de propriedade do INCRA).

O município de **Porto Velho (RO)** possui muitas áreas em expansão, mas com pouca verticalização. Os padrões habitacionais são os mais variados possíveis: muitas casas de madeira nas proximidades do rio Madeira e nos "bolsões de pobreza" e alguns edifícios no Centro da cidade.

**Quadro 3.6.5-52 - Domicílios por Situação e Espécie - (1/2)**

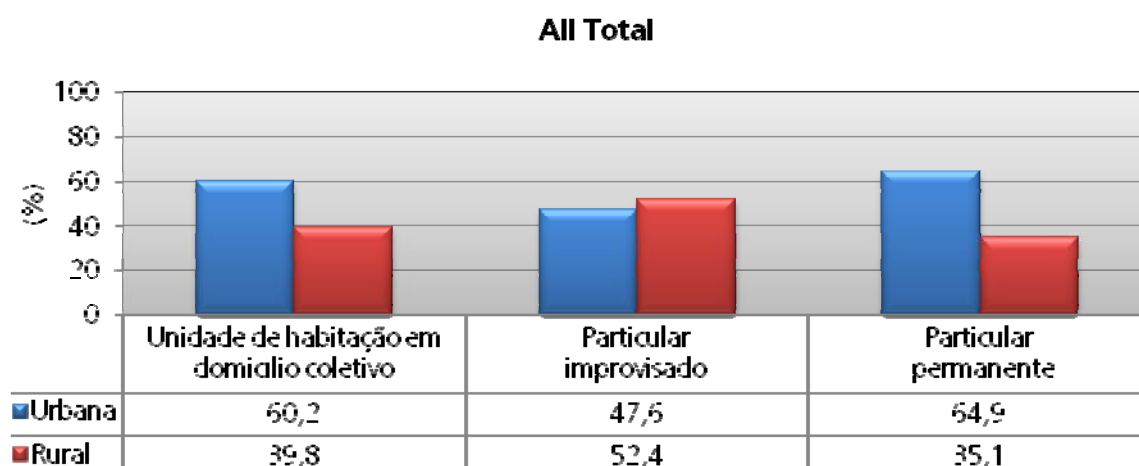
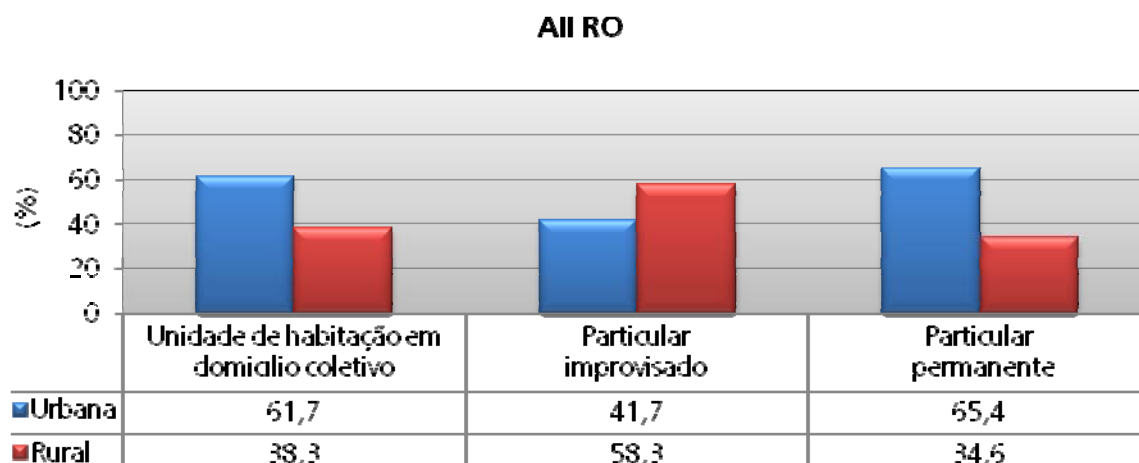
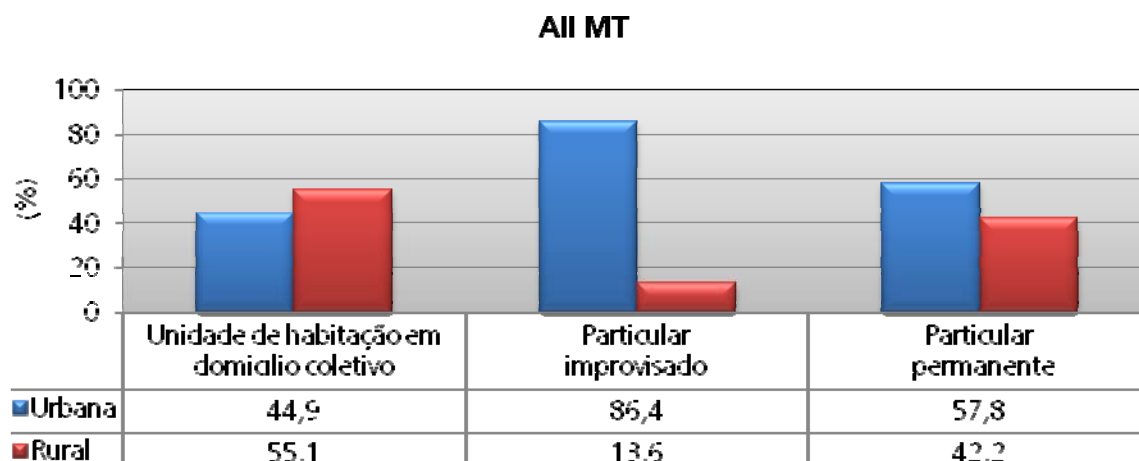
Estados/Municípios	Situação do Domicílio	Espécie		
		Unidade de habitação em domicílio coletivo	Particular improvisado	Particular permanente
Mato Grosso	Total	11.741	6.533	455.893
	Urbana	5.988	2.525	339.178
	Rural	5.753	4.008	116.715
Jauru	Total	27	7	2.834
	Urbana	14	6	1.289
	Rural	13	1	1.545
Vale de São Domingos	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Pontes e Lacerda	Total	94	31	7.780
	Urbana	62	22	4.874
	Rural	32	9	2.906
Conquista D'Oeste	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Nova Lacerda	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Comodoro	Total	115	94	2.035
	Urbana	30	86	1.149
	Rural	85	8	886
All MT	Total	236	132	12.649
	Urbana	106	114	7.312
	Rural	130	18	5.337
Rondônia	Total	2.742	1.362	254.704
	Urbana	1.798	561	153.045
	Rural	944	801	101.659
Vilhena	Total	97	39	9.556
	Urbana	68	8	8.263
	Rural	29	31	1.293
Chupinguaia	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Pimenta Bueno	Total	174	68	11.070
	Urbana	111	18	5.970
	Rural	63	50	5.100
Cacoal	Total	44	29	17.940
	Urbana	44	10	10.364
	Rural	-	19	7.576
Ministro Andreazza	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-

**Quadro 3.6.5-52 - Domicílios por Situação e Espécie - (2/2)**

Estados/Municípios	Situação do Domicílio	Espécie		
		Unidade de habitação em domicílio coletivo	Particular improvisado	Particular permanente
Presidente Médici	Total	20	13	6.700
	Urbana	20	6	2.521
	Rural	-	7	4.179
Ji-Paraná	Total	312	122	22.066
	Urbana	312	117	17.574
	Rural	-	5	4.492
Ouro Preto do Oeste	Total	20	163	17.707
	Urbana	18	43	5.357
	Rural	2	120	12.350
Jaru	Total	32	31	13.790
	Urbana	31	10	6.250
	Rural	1	21	7.540
Theobroma	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Ariquemes	Total	246	48	18.979
	Urbana	183	23	10.445
	Rural	63	25	8.534
Rio Crespo	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Cujubim	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Itapuã do Oeste	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Candeias do Jamari	Total	-	-	-
	Urbana	-	-	-
	Rural	-	-	-
Porto Velho	Total	1.337	350	66.591
	Urbana	622	125	53.838
	Rural	715	225	12.753
All RO	Total	2.282	863	184.399
	Urbana	1.409	360	120.582
	Rural	873	503	63.817
All Total	Total	2.518	995	197.048
	Urbana	1.515	474	127.894
	Rural	1.003	521	69.154

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 1991.





**Figura 3.6.5-50 - Domicílios por Situação e Espécie (%)**  
**Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991.**

**Quadro 3.6.5-53 - Domicílios Particulares Permanentes - (1/2)**

Estados/Municípios	Situação do domicílio	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra forma
Mato Grosso	Total	459.947	88.308	90.072	7.578
	Urbana	388.586	85.996	42.739	3.217
	Rural	71.361	2.312	47.333	4.361
Jauru	Total	2.384	177	466	35
	Urbana	1.332	176	104	4
	Rural	1.052	1	362	31
Vale de São Domingos	Total	-	-	-	-
	Urbana	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	Total	7.628	1.550	2.203	91
	Urbana	5.662	1.496	621	54
	Rural	1.966	54	1.582	37
Conquista D'Oeste	Total	-	-	-	-
	Urbana	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-
Nova Lacerda	Total	588	36	227	-
	Urbana	358	33	25	-
	Rural	230	3	202	-
Comodoro	Total	2.597	377	793	53
	Urbana	1.717	376	216	19
	Rural	880	1	577	34
All MT	Total	13.197	2.140	3.689	179
	Urbana	9.069	2.081	966	77
	Rural	4.128	59	2.723	102
Rondônia	Total	261.155	35.655	46.596	3.788
	Urbana	173.221	34.176	19.525	1.912
	Rural	87.934	1.479	27.071	1.876
Vilhena	Total	10.529	2.208	1.685	84
	Urbana	10.043	2.196	1.367	81
	Rural	486	12	318	3
Chupinguaia	Total	857	124	462	6
	Urbana	328	98	74	3
	Rural	529	26	388	3
Pimenta Bueno	Total	6.738	743	890	56
	Urbana	5.741	733	531	18
	Rural	997	10	359	38
Cacoal	Total	13.353	2.550	3.355	64
	Urbana	9.930	2.545	1.307	31
	Rural	3.423	5	2.048	33
Ministro Andreazza	Total	1.996	98	605	9
	Urbana	445	90	31	1
	Rural	1.551	8	574	8

**Quadro 3.6.5-53 - Domicílios Particulares Permanentes - (2/2)**

Estados/Municípios	Situação do domicílio	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra forma
Presidente Médici	Total	5.129	474	1.157	43
	Urbana	2.542	439	306	23
	Rural	2.587	35	851	20
Ji-Paraná	Total	20.124	4.284	3.529	147
	Urbana	17.714	4.250	2.153	100
	Rural	2.410	34	1.376	47
Ouro Preto do Oeste	Total	7.342	1.040	2.205	72
	Urbana	5.242	1.009	787	25
	Rural	2.100	31	1.418	47
Jaru	Total	10.307	1.316	1.901	42
	Urbana	5.853	1.143	774	16
	Rural	4.454	173	1.127	26
Theobroma	Total	2.094	49	365	27
	Urbana	302	45	45	-
	Rural	1.792	4	320	27
Ariquemes	Total	13.731	2.390	2.301	105
	Urbana	10.564	2.242	1.225	77
	Rural	3.167	148	1.076	28
Rio Crespo	Total	573	16	179	3
	Urbana	200	15	12	1
	Rural	373	1	167	2
Cujubim	Total	1.192	169	248	3
	Urbana	572	169	103	-
	Rural	620	-	145	3
Itapuã do Oeste	Total	1.227	109	331	31
	Urbana	699	108	96	1
	Rural	528	1	235	30
Candeias do Jamari	Total	2.310	212	639	6
	Urbana	1.740	209	250	2
	Rural	570	3	389	4
Porto Velho	Total	64.460	10.703	7.172	1.347
	Urbana	52.682	10.046	5.071	1.136
	Rural	11.778	657	2.101	211
All RO	Total	161.962	26.485	27.024	2.045
	Urbana	124.597	25.337	14.132	1.515
	Rural	37.365	1.148	12.892	530
All Total	Total	175.159	28.625	30.713	2.224
	Urbana	133.666	27.418	15.098	1.592
	Rural	41.493	1.207	15.615	632

**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico, 2000.

Ao longo do traçado da futura LT, na AID, as condições habitacionais são condizentes com a realidade local. As sedes de sítios e fazendas situadas nas proximidades das cidades e em áreas rurais próximas ao principal eixo rodoviário, a BR-364, são, geralmente, construídas em alvenaria, apresentando padrões que variam do “médio” ao “luxo”, conforme a região. Quanto maior a proximidade com as cidades e melhor a acessibilidade, mais comum é a presença de casas construídas em alvenaria nas localidades rurais visitadas, pois diminui o custo do transporte dos insumos que são comprados nos grandes centros urbanos, como o cimento, a brita, o aço, entre outros necessários para a construção.

Nesse sentido, as casas e benfeitorias construídas em áreas mais pobres ou com menor acessibilidade de recursos, como é o caso das propriedades rurais situadas ao longo da rodovia MT-388 (em Pontes e Lacerda, Conquista d’Oeste e Nova Lacerda), os assentamentos Águas Claras (Vilhena), Eli Moreira (Pimenta Bueno), Maria José Rique (Ariquemes), Flor do Candeias, Cachoeira do Samuel e Paraíso das Acácias (Candeias do Jamari), e áreas rurais dos municípios de Ministro Andreazza e Presidente Médici, são, em sua maioria, construídas em madeira, e apresentam padrões “rústico”, “econômico” ou “médio”, conforme as condições socioeconômicas das famílias.

Outro padrão construtivo foi identificado em localidades rurais situadas ao longo da BR-364, no município de Itapuã do Oeste. A população das vilas de Rio Preto, Rey do Peixe e de uma terceira vila de pescadores, todas situadas em áreas de remanso da barragem da Usina Hidrelétrica de Samuel, nos rios Preto do Crespo e Jamari, vive, em sua maioria, em casas de madeira sobre palafitas (**Foto 3.6.5-127**), cujo padrão de construção é considerado “rústico” (**Quadro 3.6.5-54 – Padrões Construtivos**).

As populações rurais aproveitam as matérias-primas abundantes (fibras e madeiras) provenientes da floresta para construir suas moradias, que adquirem, portanto, funções de abrigo, segurança, bem-estar e convivência, em consonância com as necessidades das populações rurais amazônicas. Entretanto, as condições habitacionais são consideradas inadequadas em relação ao aspecto sanitário, uma vez que a maioria das casas não possui fossas sépticas nem água encanada, comprometendo a saúde de seus moradores. São raras as moradias que possuem banheiro. Na grande maioria das vezes, as necessidades fisiológicas são feitas de cócoras, num buraco aberto no chão.

Ao longo do traçado da futura LT 230kV Juru – Porto Velho C3, foi possível perceber que as localidades e propriedades rurais lindeiras à Rodovia BR-364 e às rodovias estaduais “ROs” possuem muitas moradias construídas em alvenaria, devido, como foi descrito acima, à acessibilidade — facilidade de transporte pelas estradas (principalmente as pavimentadas) — e à proximidade com os centros urbanos. Esse é o caso das ocupações humanas situadas dentro das regiões de influência das cidades de Juru (MT) (Intervalo 1), Comodoro (MT) e Vilhena (RO) (Intervalo 2), Pimenta Bueno (RO) (Intervalo 3), Cacoal e Ji-Paraná (Intervalo 4), Ouro Preto do Oeste (RO), Juru (RO) e Ariquemes (RO) (Intervalo 5),

Itapuã do Oeste (Intervalo 6) e Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO) (Intervalo 7) (**Quadro 3.6.5-12 – Principais Localidades Identificadas e População Estimada da AID**). Essas moradias variam desde o padrão construtivo “médio” até o “fino”, no caso das sedes de grandes fazendas (**Foto 3.6.5-130**).



**Foto 3.6.5-127**– Casas de madeira sobre palafitas, na Vila do Rey do Peixe, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-128** – Padrão “luxo” de construção, no Retiro São Paulo, da Fazenda Nova Vida, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

## (2) Padrões Construtivos

A definição de padrões construtivos considerou tipologias estabelecidas de acordo com a NBR 12.721/2006, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza o Cálculo do Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m<sup>2</sup>), através de novos padrões arquitetônicos praticados atualmente no mercado imobiliário, que refletem a nova realidade do setor, com o avanço de tecnologias, materiais de construção e processos construtivos. Nesse sentido, foram considerados os aspectos estéticos e estruturais, preocupando-se com o acabamento, o tipo de material utilizado e as condições básicas de infraestrutura, como instalações hidráulicas e elétricas.

Com base nisso, os termos aqui utilizados que definem os padrões construtivos, qualitativamente, são o “rústico”, o “econômico”, o “médio”, o “fino” e o de “luxo”. Entretanto, pelo fato de não se encontrarem, a custos mais viáveis, ou mesmo por sua escassez, insumos, tais como cimento, brita, aço, entre outros, para a construção de moradias em alvenaria, as famílias mais pobres das comunidades rurais localizadas na AID do empreendimento utilizam a matéria-prima abundante e disponível em suas propriedades, a madeira. Assim, esses padrões construtivos foram considerados adequados para a caracterização geral dos padrões habitacionais. Essas definições estão representadas no **Quadro 3.6.5-54**, a seguir.

**Quadro 3.6.5-54** – Definição dos Padrões Construtivos utilizados na AID

Padrão	Características
<b>Padrão Rústico</b>	Casas construídas sem preocupação com conceitos de arquitetura, não empregando mão de obra qualificada e, na maioria das vezes, executadas por etapas. Associadas à autoconstrução, apresentam deficiências construtivas evidentes, tais como desaprumos, desníveis e falta de arremates. Geralmente, são térreas, construídas em alvenaria e normalmente sem estrutura portante. Cobertura em laje pré-moldada sem impermeabilização ou telhas em fibrocimento ondulado sobre madeiramento não estruturado e sem forro. Áreas externas com pisos em terra batida ou cimentado rústico.
<b>Padrão Econômico</b>	Casas geralmente construídas sem preocupação com projeto arquitetônico, satisfazendo distribuição interna básica. Na maioria das vezes, são térreas ou com subsolos, erigidas em estrutura simples e alvenaria de tijolos de barro ou de blocos de concreto, total ou parcialmente revestidas. Cobertura em laje pré-moldada impermeabilizada por processo simples ou telhas de cimento amianto ou barro sobre estrutura de madeira com forros simples de madeira ou estuque. Áreas externas em cimentado rústico ou revestidas com caco de cerâmica ou similar.
<b>Padrão Médio</b>	As casas geralmente são edificações térreas ou assobradadas, podendo ser isoladas ou geminadas, apresentando alguma preocupação com o projeto arquitetônico, no tocante à disposição dos ambientes, principalmente quanto aos revestimentos internos. Estrutura mista de concreto e alvenaria, revestida interna e externamente. Cobertura em laje pré-moldada impermeabilizada ou telhas de barro apoiadas em estrutura de madeira, com forro. Áreas externas com pisos cimentados ou revestidos com cerâmica comum, podendo ter jardins.
<b>Padrão Fino</b>	Casas geralmente isoladas ou geminadas de um único lado, obedecendo a projeto arquitetônico peculiar, demonstrando preocupação com a funcionalidade e a harmonia entre os materiais construtivos, assim como com os detalhes dos acabamentos aplicados. Compostas normalmente de salas para dois ou três ambientes, dependências para empregados e garagem para, no mínimo, três veículos. Áreas livres planejadas, podendo ter piscina. Estrutura completa de concreto armado, madeira ou metálica. Cobertura em laje impermeabilizada com produtos apropriados, obedecendo a projeto específico, ou telhas de cerâmica ou ardósia, sobre estrutura de madeira ou metálica.
<b>Padrão Luxo</b>	Casas geralmente edificadas em terrenos de grandes proporções, totalmente isoladas, obedecendo a projeto arquitetônico exclusivo, tanto na disposição e integração dos ambientes, amplos e bem planejados como nos detalhes personalizados dos materiais e dos acabamentos utilizados. Compostas normalmente de salas para quatro ambientes ou mais, dependências completas para empregados e garagem para quatro veículos ou mais. Áreas livres planejadas, atendendo a projeto de paisagismo especial, usualmente contendo área de lazer completa, com piscinas, quadras esportivas, vestiários e churrasqueira. Cobertura em lajes maciças com proteção térmica ou telhas de cerâmica ou ardósia, sobre estrutura de madeira. Fachadas com tratamentos arquitetônicos especiais, definidos pelo estilo do projeto de arquitetura.

**Fonte:** ABNT - NBR 12.721/2006.

**d. Saneamento – All/AID**

**(1) Abastecimento de Água – All/AID**

O abastecimento de água dos domicílios particulares permanentes situados nos municípios da All ocorre, de modo geral, de acordo com o padrão praticado nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, no qual a maior parte dos domicílios é abastecida por poço artesiano ou nascente (**Quadro 3.6.5-55** e **Figura 3.6.5-51**). A exceção são os municípios de Comodoro (MT), Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO) e Candeias do Jamari (RO) — neles, a maioria dos domicílios particulares permanentes é abastecida por rede geral de água: indicadores de 57,1%, 91,7%, 60,3%, 65,4% e 52%, respectivamente. No caso dos domicílios dos municípios da All MT, essa parte corresponde a 57,2%; os demais domicílios são abastecidos por rede geral (39,8%) ou por outras formas (3%). Na All RO, os domicílios dos municípios que integram a All que são abastecidos por poços artesianos ou nascentes representam 57,7%; dos domicílios restantes, 39,5% são abastecidos por rede geral e 2,8%, por outras formas.

De acordo com os dados do IBGE (2000), em toda a All há 136.397 domicílios abastecidos por poços ou nascentes (na propriedade) e 93.498 abastecidos por rede geral de distribuição de água. Percebe-se, nos municípios da All, uma oferta desigual desse serviço: desde o caso de Vilhena, próximo ao ideal, com 91,7% de domicílios abastecidos por rede de água, até o extremo negativo, Theobroma (RO), com 0,3% de lares com rede de água.

Em geral, a água utilizada para consumo das famílias residentes no entorno da futura LT é proveniente de mina (poço artesiano), sendo encanada até a casa principal (sede da propriedade rural), sem a necessidade do uso de uma bomba elétrica, devido à pressão (poço raso). Quando o poço artesiano é profundo, é preciso usar uma bomba para puxar a água até as casas, como acontece no Assentamento Águas Claras, cujos moradores possuem quatro poços artesianos com profundidade superior a 96m. A ajuda da Prefeitura de Vilhena (RO) na perfuração dos poços foi bem-vinda, contudo os assentados “esbarram” em outra dificuldade: o acesso à energia elétrica, que proporcionará o funcionamento das bombas d’água, atualmente geradas a diesel. As famílias aguardam a chegada do Programa Luz para Todos. Atualmente, um caminhão-pipa cedido pela Prefeitura, através do Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), uma vez por semana, abastece esse assentamento, tendo cada morador seu próprio depósito para armazenar a água.

Já os moradores da área rural a ser atravessada pela futura LT entre Conquista d’Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT) coletam água diretamente dos rios e córregos da região, como o rio Juininha.

Em Jauru (MT), a empresa responsável pelo sistema de abastecimento de água e pelo tratamento é o Departamento de Água e Esgoto (DAE). Na sede municipal, a água é captada no córrego da Fortuna e distribuída por rede geral que abrange todos os domicílios. No distrito de Lucialva e nas comunidades São José e Altelândia, a captação é feita em poços artesianos e, no distrito de Taquaruçu e na comunidade do Córrego do Ouro, a captação se faz em poço por gravidade. Nas demais propriedades rurais, a

captação é realizada por conta do proprietário e, na maioria das vezes, através de poços artesianos. Os problemas e deficiências do sistema de abastecimento e tratamento de água municipal referem-se à falta de um laboratório de análises físicas e biológicas para monitoramento da qualidade da água e à escassez de água nos meses de seca (principalmente em setembro e outubro), o que levou a Prefeitura a encomendar um projeto para uma nova captação.

A responsabilidade pelo sistema de abastecimento e pelo tratamento de água em Vale de São Domingos (MT) é da Prefeitura. O município conta com três Estações de Tratamento de Água (ETA), que retiram a água do rio São Domingos e abastecem somente as áreas urbanas: a sede e os distritos de Máquina Queimada e Adrianópolis.

Águas de Pontes e Lacerda é a empresa responsável pelo sistema de abastecimento de água e pelo tratamento em Pontes e Lacerda (MT). Na área urbana, a água é fornecida à população através de rede geral na área urbana. Na zona rural, as propriedades ou possuem poços artesianos, ou captam diretamente em rios, realizando o tratamento com cloro. O entrevistado não apontou problemas ou deficiências no sistema.

Em Conquista d'Oeste (MT) e em Nova Lacerda (MT), a responsabilidade pelo sistema de abastecimento e tratamento de água é da Prefeitura.

A água fornecida para a população de Conquista d'Oeste é captada na serra da Chapada, situada a cerca de 15km da sede, tratada em uma ETA e distribuída por rede geral para a sede e as comunidades Água Clara e São José. Há necessidade de ampliação da ETA, pois falta água na época da seca. Em Nova Lacerda, a captação de água é feita no rio Galera e bombeada para a ETA na cidade. Estão previstas uma nova captação em um dos afluentes do rio Galera e a construção de nova ETA para suprir a demanda crescente da população.

A empresa privada CAB Ambiental, formada pela associação do Grupo Galvão com a Agrimat Engenharia Indústria e Comércio, é a responsável pelo sistema de abastecimento e tratamento de água no município de Comodoro (MT), através de concessão por 30 anos. Para o abastecimento da sede, capta-se água no córrego Cascalheira, que deságua no rio Margarida; o tratamento é realizado em uma ETA na parte alta da cidade, e a distribuição ocorre por rede geral para todos os domicílios. Na zona rural, na maioria das localidades, o abastecimento é realizado através de poço artesiano ou direto de rios e córregos. No distrito de Noroagro, pretende-se construir uma ETA; no distrito de Alvorada, a 15km da sede municipal, a captação é realizada no rio Margarida, havendo um tratamento com cloro. Há projeto de levar água tratada da sede por tubulação em vez de construir uma ETA. O maior problema enfrentado pela municipalidade, no que tange ao abastecimento de água, refere-se ao assoreamento das nascentes do rio Cascalheira; no entanto, esse rio vem passando por obras de recuperação.

O Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) é a empresa responsável pelo sistema de abastecimento e tratamento de água em Vilhena (RO) e em Cacoal (RO).

A captação em Vilhena é realizada em poços artesianos (18 na cidade e 1 no distrito), e o tratamento com cloro ocorre junto à captação e distribuição por rede geral. Com o intuito



de combater o desperdício, está sendo implantada a medição por hidrômetro — dos 22 mil imóveis, 2 mil possuem o medidor. Já em Cacoal, a captação é feita no rio Machado, em um lago a cerca de 800m da ETA, e distribuída na sede por rede geral. Segundo a municipalidade, tanto as bombas de captação como a rede geral passarão por reformas. No único distrito do município, Riozinho, a captação se faz por bomba, no rio da localidade, o tratamento é realizado com cloro e a distribuição se dá por rede geral. Na comunidade de Divinópolis, a captação ocorre através de poço artesiano, e a responsabilidade do tratamento e distribuição é da Associação de Moradores.

Como problemas e/ou deficiências do sistema, foram apontados a antiguidade e a precariedade do sistema de captação e distribuição de água municipal, o qual não está mais conseguindo atender à demanda da população.

A Prefeitura de Chupinguaia (RO) é a responsável pelo abastecimento e tratamento (apenas com cloro) da água. A captação ocorre em poços artesianos na sede e nos distritos. Os principais problemas apontados pela municipalidade referem-se à ausência de um tratamento adequado e à falta de água em alguns períodos do ano (principalmente, na época da seca).

A empresa responsável pelo sistema de abastecimento de água e tratamento nos municípios de Pimenta Bueno (RO), Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO) é a Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia (CAERD).

Em Pimenta Bueno, a captação de água para fornecimento na sede é realizada no rio Pimenta Bueno, através de bombeamento, e a distribuição ocorre por rede geral. Nas áreas rurais, a captação é feita nos rios ou através de poços artesianos. O abastecimento na sede e nos distritos de São Felipe e Parecis é de 100%, e só ocorrem problemas quando quebra algum ponto da rede. Na época da seca, há uma diminuição natural da vazão do sistema, porém só falta água em imóveis com caixas d'água pequenas.

Um entrevistado relatou que a CAERD está sendo vendida e que, no momento, estão tentando fechar um contrato de concessão com a Prefeitura, que, por sua vez, pretende vender a concessão a uma empresa privada. Segundo esse entrevistado, isso levaria à perda de todos os recursos federais para saneamento, já que esses só são fornecidos a empresas públicas.

Em Ministro Andreazza, a água é captada no rio Formoso, atendendo a aproximadamente 65% da população. Há o projeto de oferecer água tratada a 100% da população urbana e de implantar uma ETA (obra em parceria com o Governo Federal).

A captação de água para a população de Presidente Médici ocorre no rio Machado. Cerca de 98% da população urbana possui abastecimento de água. O tratamento é realizado através de uma ETA.

Em Ji-Paraná, a captação ocorre no rio Urupá. A rede geral de abastecimento cobre quase 100% da área urbana, contudo só atende a 75% da população, pois muitos moradores

ainda não conectaram seus domicílios à rede de água, dado o alto custo de instalação. O sistema de abastecimento e tratamento de água da cidade possui uma ETA e nove reservatórios.

O sistema de abastecimento e tratamento de água em Ouro Preto do Oeste cobre 100% da área urbana. A área rural não possui água tratada. A captação ocorre no rio Boa Vista.

Em Jaru, a captação de água, que abastece 30% da área urbana do município, é feita no rio Jaru. Os outros domicílios são abastecidos através de poços artesianos (a maioria encontra-se contaminada). O tratamento é realizado através de uma ETA. Está sendo implantada uma rede de abastecimento de água (obra do PAC).

Em Theobroma, há uma cisterna que abastece 70% população. A captação de água ocorre no Riacho e está sendo implantada uma nova cisterna para atender às demandas locais.

O sistema de abastecimento e tratamento de água em Ariquemes só atende a 60% da área urbana. O tratamento é realizado por uma ETA, sendo a água captada no rio Jamari e em poços artesianos. Encontra-se em execução a implantação de rede de água e esgoto, com o objetivo de abastecer 95% da população urbana.

A captação de água em Rio Crespo é realizada em poços semiartesianos (quando o nível da água não chega a atingir o nível da superfície do solo). A água é tratada, mas tem coloração ferruginosa; na maioria das casas, porém, existe poço artesiano. Há um projeto para captação de água no rio Manteiga e para construção de uma ETA (obra do PAC).

Cerca de 70% da população urbana de Cujubim recebe água tratada, que é captada no rio Preto. Já em Candeias do Jamari, a captação de água ocorre somente em poços artesianos.

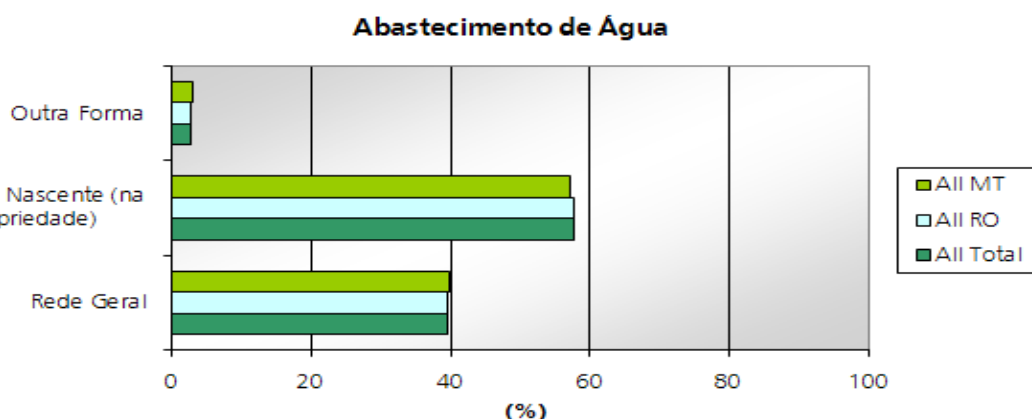
Em Porto Velho, 40% da população é abastecida por rede geral de água, que é captada no rio Madeira e tratada em duas ETAs que estão sendo ampliadas. Também em execução, obras para ampliar a rede de abastecimento de água e captação de água. Planeja-se a implantação de quatro adutoras de água (obra do PAC, convênio com o Governo do Estado). O objetivo era dotar 100% de água em 2010. O principal problema enfrentado pela municipalidade é o déficit no atendimento.

O próprio município de Itapuã do Oeste é responsável pelo seu abastecimento de água. A água é captada no rio Jamari e tratada com sulfato de cloro. Atende a 40% da população. Os demais domicílios possuem poços artesianos. Segundo o entrevistado, há um projeto para criação de autarquia para gerenciar o tratamento de água e esgoto no município. O principal problema enfrentado pela municipalidade refere-se ao encharcamento do solo. Com a construção da UHE de Samuel, o lençol freático subiu 6m, ficando a 60cm da superfície do solo na época das chuvas.

**Quadro 3.6.5-55** - Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água

Estados/Municípios	Total	Forma de Abastecimento de Água		
		Rede Geral	Poço ou Nascente (na propriedade)	Outra Forma
Mato Grosso	645.905	411.233	215.366	19.306
Jauru	3.062	988	1.963	111
Vale de São	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	11.472	4.109	7.080	283
Conquista D'Oeste	-	-	-	-
Nova Lacerda	851	374	422	55
Comodoro	3.820	2.182	1.519	119
All MT	19.205	7.653	10.984	568
Rondônia	347.194	106.759	230.717	9.718
Vilhena	14.506	13.301	900	305
Chupinguaia	1.449	628	807	14
Pimenta Bueno	8.427	5.083	3.166	178
Cacoal	19.322	12.627	6.538	157
Ministro Andreazza	2.708	295	2.362	51
Presidente Médici	6.803	2.139	4.574	90
Ji-Paraná	28.084	9.117	18.546	421
Ouro Preto do Oeste	10.659	3.131	7.361	167
Jaru	13.566	1.816	11.526	224
Theobroma	2.535	8	2.439	88
Ariquemes	18.527	5.447	12.919	161
Rio Crespo	771	120	644	7
Cujubim	1.612	331	1.232	49
Itapuã do Oeste	1.698	669	958	71
Candeias do Jamari	3.167	1.646	1.328	193
Porto Velho	83.682	29.487	50.113	4.082
All RO	217.516	85.845	125.413	6.258
All Total	236.721	93.498	136.397	6.826

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.



**Figura 3.6.5-51** - Domicílios Particulares Permanentes, por Tipo de Abastecimento de Água (%)

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

## (2) Esgotamento Sanitário – All/AID

A partir dos dados do IBGE (2000), pode-se constatar que, em média, apenas 5,9% dos municípios da All MT (Jauru, Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Conquista d'Oeste, Nova Lacerda e Comodoro) são atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial; 69,51% do total do esgotamento sanitário é realizado através de fossa rudimentar; 5,2% dos domicílios utilizam fossas sépticas; e 14,6% não têm banheiros nem sanitários (**Quadro 3.6.5-56** e **Figura 3.6.5-52**). O município de Pontes e Lacerda é o que possui o maior número de domicílios com acesso à rede de esgoto, com 9,6% das casas atendidas. Esse município também tem o maior número de casas com fossas rudimentares (74,4%) na All MT. O município de Nova Lacerda, por sua vez, apresenta o maior índice de casas sem banheiro ou sanitário (29,8%) entre os municípios que integram a All MT.

Nos municípios que compõem a All RO, em média, apenas 5,7% dos domicílios têm rede de esgoto, 57,4% têm fossa rudimentar, 26,1% dos domicílios utilizam fossas sépticas e 6,4% das casas não possuem banheiros ou sanitários. Nesses municípios, predomina a fossa rudimentar como sistema de esgotamento sanitário utilizado pelos moradores, com uma média superior a 80% dos domicílios nas cidades de Ariquemes (80,2%), Ji-Paraná (80,4%), Ouro Preto do Oeste (81%), Presidente Médici (83,6%) e Vilhena (91%), por exemplo. Os municípios de Itapuã do Oeste, Porto Velho e Candeias do Jamari apresentam os maiores índices (42%, 52,6% e 70,1%, respectivamente) de casas atendidas por fossas sépticas. Theobroma (31,4%) e Cujubim (33,1%), por sua vez, possuem a maior representatividade na All RO em termos de domicílios sem banheiros ou sanitários. Por fim, o município de Cacoal apresenta o maior número (percentual) de domicílios atendidos por rede geral de esgoto (13,3%).

Ressalta-se a carência da região abrangida pelo empreendimento na condição de tratamento de esgoto, uma vez que os dados permitem a conclusão de que grande parcela da população não tem acesso ao tratamento adequado de esgoto. Essa condição pode ser causadora de comprometimentos em outros aspectos da vida social, como higiene, saúde e mortalidade.

No município de Jauru (MT), a empresa responsável pelo sistema de esgotamento sanitário é o Departamento de Água e Esgoto (DAE). A rede coletora de esgoto e a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da sede municipal encontram-se em fase de construção. A ETE contará com lagoas de maturação e de decantação. Na zona rural, não há rede de esgoto nem tratamento. As fossas sépticas e sumidouros são motivo de preocupação tanto na zona urbana como na rural. Os cursos d'água que atravessam a cidade são alvos de lançamento de dejetos das construções próximas, sendo, portanto, o esgoto doméstico a principal fonte de poluição das águas. Existem casas na beira do córrego da Saúde que despejam esgoto doméstico *in natura*. O traçado retilíneo da malha urbana desconsidera o curso natural dos rios, implicando a sua canalização, transformando-os em redes de águas

pluviais. As queimadas aparecem como principais fontes de poluição do ar. Há um projeto da Prefeitura para canalização de córregos que atravessam a área urbana.

A responsabilidade pelo sistema de esgotamento sanitário de Vale de São Domingos (MT) é municipal. Ainda estão construindo o sistema de coleta e a ETE. Atualmente, as casas utilizam fossas. A obra está muito vagarosa, mas espera-se que o resultado final seja a diminuição da poluição do rio São Domingos. As principais fontes de poluição existentes são os esgotos domésticos e os rejeitos industriais de uma fábrica de laticínios, que já foi multada por despejar soro nesse rio, e está se adequando.

Em Pontes e Lacerda (MT), a empresa responsável pelo sistema de esgotamento sanitário municipal é a Águas de Pontes e Lacerda. Na sede, há rede geral de esgoto, e fossas na zona rural. Segundo a municipalidade, não há problemas no sistema de esgotamento sanitário porque onde ele existe funciona bem e, onde não existe, não há derramamento *in natura* — todos possuem fossas. Há uma ETE na sede municipal. O frigorífico e as olarias são potenciais poluidores, mas não têm criado danos devido à rigorosa fiscalização por parte da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria Municipal de Turismo. O frigorífico possui seu próprio lago de tratamento de esgoto e as olarias têm chaminés com altura padrão, evitando a poluição do ar na cidade. Há indícios de que muitas olarias estão fechando por não conseguirem adequar-se aos padrões exigidos pelos órgãos ambientais.

A responsabilidade pelo sistema de esgotamento sanitário em Conquista d'Oeste é municipal. As casas possuem fossas sépticas e rudimentares, que estão sujeitas ao transbordamento, inundando os quintais e chegando até mesmo às ruas, invadindo a rede de águas pluviais e, assim, contaminando os rios e lagos. A Prefeitura solicitou verba ao Governo Federal (FUNASA) para a construção do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal, que constará de rede coletora de esgoto, estação elevatória de esgoto e ETE. As ações de saneamento propostas têm por objetivo reduzir a mortalidade, principalmente a infantil, em razão das doenças e outros agravos ocasionados pela falta ou inadequação das condições de saneamento do município.

Em Nova Lacerda (MT) e em Comodoro (MT), não há nenhuma empresa responsável pelo sistema de esgotamento e tratamento sanitário municipal, pois essas cidades não contam com rede coletora de esgotos. As casas depositam seus esgotos em fossas. A Prefeitura de Nova Lacerda tem um caminhão que recolhe os dejetos de fossas e despeja-os em uma fossa municipal. A Prefeitura de Comodoro está construindo a ETE e a rede coletora de esgotos. O sistema ainda é por fossas e os transbordamentos são comuns. As principais fontes de poluição existentes são os esgotos doméstico e industrial, este proveniente de carvoarias, cerâmicas (fumaça), postos de combustível (óleo), oficinas mecânicas (situadas nas margens da BR-174), além de despejos de matadouros nos rios. Não existe um ponto específico de lançamento. Restringe-se o uso de agrotóxicos por causa das áreas indígenas.

Em Vilhena (RO) e em Cacoal (RO), a empresa responsável pelo sistema de esgotamento sanitário municipal é o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Em Vilhena, não há nenhum tipo de coleta e tratamento de esgoto. As residências possuem fossas. O transbordamento das fossas é o principal problema. Há um projeto da SAAE para construção de rede coletora e tratamento de esgotos para o Centro da cidade, no valor de R\$42 milhões. O lixo doméstico e os resíduos das fossas são as principais fontes de poluição existentes. Uma empresa privada recolhe o conteúdo das fossas e deposita numa lagoa de contenção junto ao lixão municipal.

Em Cacoal, 55% das residências da sede estão interligadas à rede coletora de esgoto veiculada a duas elevatórias e uma ETE. O esgoto tratado é despejado na parte baixa do rio Machado. O principal problema do sistema é cobrir apenas metade da demanda. Segundo a municipalidade, isso se deve à rede coletora de águas pluviais, que transborda em épocas de chuva. As principais fontes de poluição são residências e postos de combustíveis, que produzem metais pesados, esgoto doméstico, óleo, queimadas e lixo. O rio Machado é o que mais sofre com essa poluição. Há um projeto de reaproveitamento de óleo de cozinha no município.

No município de Chupinguaia (RO), não existe coleta e tratamento de esgoto. A maioria das casas possui fossas sépticas. Assim, com a falta de tratamento, a rede de águas pluviais e os córregos são usados para captação de esgotos, não havendo ponto específico de lançamento. O posto de combustível da cidade, situado em frente à Secretaria Municipal de Obras, lança resíduos de óleo em uma mina d'água.

A empresa responsável pelo sistema de esgotamento sanitário nos municípios de Pimenta Bueno (RO) e Porto Velho (RO) é a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD).

Em Pimenta Bueno, praticamente todas as residências e estabelecimentos possuem fossas (zonas urbana e rural) e apenas nos bairros BNH 1 e 2 (conjuntos habitacionais da Caixa Econômica Federal) existem rede de coleta e ETE, que não é suficiente. As principais fontes de poluição existentes são o esgoto doméstico e os agrotóxicos das plantações. O mesmo córrego onde é despejado o esgoto tratado dos bairros BNH 1 e 2 também é utilizado para despejo *in natura* da parte alta da cidade.

Como o município é todo irrigado e o lençol freático, muito próximo à superfície, em épocas de chuva, as fossas se igualam ao lençol e transbordam, retornando o esgoto para as residências. Na estação seca, a população utiliza as fossas, mas, na época de chuvas, despeja o esgoto nas valas de rua destinadas à água pluvial, atingindo principalmente os rios Barão do Melgaço e Pimenta Bueno, formadores do rio Machado, que abastece nove municípios a jusante e deságua no rio Madeira. A Prefeitura de Pimenta Bueno utiliza um laboratório para análise da água em Porto Velho.

Em Porto Velho, só 2% da área urbana possuem rede de esgoto. O esgoto doméstico é despejado, *in natura*, no rio Madeira. Há um projeto de atingir 70% de esgotamento urbano em 2012 (obra do PAC, convênio com o Governo do Estado).

Nos municípios de Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO) e Cujubim (RO), não há sistema de esgotamento sanitário. A maioria das casas possui fossas rudimentares.

Em Ministro Andreazza, encontra-se em execução o Programa de Saneamento Básico, em parceria com a FUNASA (obra do PAC 2), que visa atender a 100% da área urbana já em 2011.

Em Presidente Médici, o esgoto doméstico é lançado, *in natura*, nos rios.

No município de Ji-Paraná, há um sistema de tratamento de autofossas e estão sendo construídas lagoas sanitárias. Os principais problemas são o esgoto doméstico e o lixo despejados nas galerias pluviais. Há um projeto para canalização dos igarapés e para instalação da rede de esgoto e de uma ETE (obras do PAC 2). Há necessidade de construir conjuntos habitacionais para retirar moradores das margens dos rios. Como a cidade tem 30 igarapés, eles se transformam em canais de esgoto a céu aberto.

Em Ouro Preto do Oeste, falta verba para implementar a rede de esgoto, e o principal problema é a contaminação do lençol freático pelas fossas.

Em Jaru, há projetos para implementação do esgotamento sanitário e para construção de um aterro sanitário (obras do PAC 2), através de um Consórcio Intermunicipal de Saneamento. Só há rede de drenagem pluvial para o rio Jaru.

Em Ariquemes, está sendo construída a rede de água e de esgoto, com o objetivo de abastecer 95% da população urbana.

Em Rio Crespo, o principal problema é a contaminação do solo, pois as famílias fazem duas, três e até quatro fossas rudimentares no mesmo terreno, devido ao alto custo de instalação de uma fossa séptica.

Nos municípios de Itapuã do Oeste (RO) e Candeias do Jamari (RO), o esgoto é despejado a céu aberto.

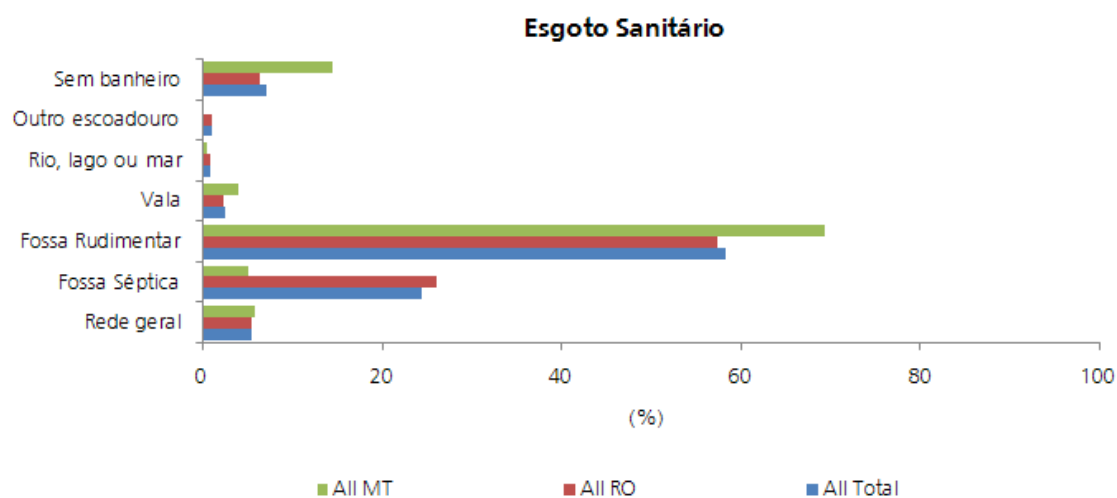
Em Itapuã do Oeste, os principais problemas são a contaminação do solo e da água — as fossas poluem o solo e o lençol freático (a apenas 60cm da superfície do solo) — e o encharcamento do solo. Há um projeto para criação de autarquia para gerenciar o tratamento de água e esgoto no município.

Em Candeias do Jamari, as principais fontes de poluição são as residências e os curtumes de Porto Velho, que despejam o esgoto doméstico e os rejeitos no rio Candeias.

**Quadro 3.6.5-56** - Domicílios Particulares Permanentes, por Tipo de Esgotamento Sanitário

Estados/Municípios	Total	Tipo de esgotamento sanitário						
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro	Não tinham banheiro nem sanitário
Mato Grosso	645.905	101.149	91.103	385.944	7.221	2.737	4.308	53.443
Jauru	3.062	19	16	2.053	150	54	6	764
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	11.472	1.096	228	8.530	543	33	32	1.010
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	851	3	85	498	6	5	-	254
Comodoro	3.820	10	674	2.268	80	3	2	783
All MT	19.205	1.128	1.003	13.349	779	95	40	2.811
Rondônia	347.194	12.815	59.201	222.505	7.572	2.712	4.523	37.866
Vilhena	14.506	122	916	13.203	45	3	37	180
Chupinguaia	1.449	2	296	934	4	-	3	210
Pimenta Bueno	8.427	703	294	6.455	354	33	200	388
Cacoal	19.322	2.561	1.675	12.144	682	125	307	1.828
Ministro Andreazza	2.708	12	7	2.007	4	8	3	667
Presidente Médici	6.803	19	35	5.690	68	5	338	648
Ji-Paraná	28.084	706	1.925	22.580	711	691	261	1.210
Ouro Preto do Oeste	10.659	71	649	8.631	150	166	134	858
Jaru	13.566	159	1.461	10.212	216	190	374	954
Theobroma	2.535	-	39	1.656	1	1	42	796
Ariquemes	18.527	72	2.540	14.862	21	10	28	994
Rio Crespo	771	-	41	554	4	1	3	168
Cujubim	1.612	-	40	1.027	4	-	8	533
Itapuã do Oeste	1.698	29	713	667	6	1	2	280
Candeias do Jamari	3.167	4	2.220	548	4	-	118	273
Porto Velho	83.682	7.437	44.019	23.622	3.048	899	633	4.024
All RO	217.516	11.897	56.870	124.792	5.322	2.133	2.491	14.011
All Total	236.721	13.025	57.873	138.141	6.101	2.228	2.531	16.822

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.



**Figura 3.6.5-52** - Domicílios Particulares Permanentes, por Tipo de Esgotamento Sanitário

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.



### **(3) Resíduos Sólidos – AII/AID**

De acordo com os dados do IBGE (2000), observa-se que o principal destino do lixo na maioria dos municípios da AII é a coleta (**Quadro 3.6.5-57** e **Figura 3.6.5-53**). Nova Lacerda (MT), Chupinguaia (RO), Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO), Juru (RO), Theobroma (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO) e Itapuã do Oeste (RO), por sua vez, apresentam a queima como destino principal de seus resíduos sólidos. Os números mais altos da coleta de lixo nos municípios de Ji-Paraná (RO), Pimenta Bueno (RO), Ariquemes (RO), Porto Velho (RO) e Vilhena (RO), com 74,5%, 74,7%, 76,8%, 81,7% e 88,8% dos domicílios atendidos, respectivamente, elevam a média geral desse procedimento na AII RO (71,1%) e na área total da AII (69,9%).

Nas propriedades rurais situadas na AID, em geral, o lixo é queimado e, posteriormente, enterrado. Nas principais estradas e rodovias (pavimentadas), ocorre a coleta de lixo, como, por exemplo, na rodovia estadual MT-248. No trecho da cidade de Jauru até a SE Jauru, a coleta é realizada por uma empresa contratada pela Prefeitura, e ocorre às segundas e quintas-feiras.

A responsabilidade pela coleta, transporte e disposição final do lixo em Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Conquista d'Oeste (MT), Nova Lacerda (MT) e Comodoro (MT) é municipal.

Em Jauru, o local de disposição final do lixo é padronizado como aterro, mas não há controle. Existe uma máquina prensadora para lixo reciclável que não vem sendo utilizada, pois não há quem separe o lixo. Alguns catadores vasculham o lixo em busca dos materiais com maior valor de mercado, de forma individual e desorganizada. Há um projeto para construção de um novo aterro, a se situar a cerca de 5km da cidade de Jauru, através de um consórcio intermunicipal com as Prefeituras de Figueirópolis d'Oeste (MT) e Vale de São Domingos (MT).

Em relação à destinação de lixo tóxico, em São José dos Quatro Marcos (MT), há um depósito que recebe as embalagens plásticas de herbicidas e pesticidas (agrotóxicos).

Na sede municipal de Vale de São Domingos, a Prefeitura coleta os resíduos sólidos duas vezes por semana e, no distrito de Adrianópolis, uma vez por semana. Os resíduos são destinados a um lixão municipal.

Na área urbana de Pontes e Lacerda, a coleta é diária; na área rural, não há coleta, sendo comum a população queimar o lixo. O aterro sanitário, localizado na área rural, na BR-174, próximo à Universidade UNEMAT, não atende aos padrões exigidos pelos órgãos ambientais. A Prefeitura está buscando recursos junto ao Governo do Estado a fim de adequá-lo às normas vigentes. Uma das adequações seria a criação de uma cooperativa de catadores de lixo — seriam cadastrados os catadores autônomos que atualmente trabalham no aterro — para realização de coleta seletiva e construção de um barracão de separação.

Nem todos os resíduos de Conquista d'Oeste são coletados e destinados ao lixão municipal. O lixo doméstico é a principal fonte de poluição, sendo despejado em diversos locais, inclusive em rios e córregos. Há um projeto municipal, o Projeto Cidade Limpa, que pretende trabalhar com a coleta seletiva e a reciclagem.

Em Nova Lacerda, o lixo é encaminhado para um lixão a céu aberto. Os resíduos sólidos particulados em suspensão causados pela mineradora e pedreiras devido às explosões de dinamite também são fontes de poluição no município, assim como a poluição química, ocasionada pela separação do ouro na mineradora, e a fumaça, gerada pelos fornos de olarias e pelas queimadas.

Na área urbana de Comodoro, são coletadas 7 toneladas/dia; nas áreas rurais, a coleta é realizada de forma esporádica (as comunidades acumulam o lixo e aguardam a coleta da Prefeitura). O lixo coletado é destinado ao lixão municipal. Há um projeto para construção de um aterro sanitário, mas a área escolhida situa-se na Zona de Amortecimento de uma aldeia indígena. Segundo a Prefeitura, das possíveis áreas para construção do aterro, essa é a mais viável. A Prefeitura encaminhou um laudo técnico para a FUNASA e aguarda liberação. Existem catadores autônomos que prensam os materiais e vendem no local.

No município de Vilhena (RO), a responsabilidade pela coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos é da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Obras. O lixo é destinado a um lixão municipal. Há um projeto para construção de um novo aterro sanitário, através de um consórcio intermunicipal com as Prefeituras de Colorado do Oeste (RO) e Cerejeiras (RO), que deveria entrar em operação em 2011. A empresa Moura e Paez recebeu a concessão da Prefeitura para recolher e incinerar o lixo hospitalar. Encontra-se em processo de implantação uma cooperativa de catadores de lixo.

Na sede municipal de Chupinguaia (RO), a própria Prefeitura é a responsável pela coleta, transporte e disposição final do lixo. Nos distritos, essa responsabilidade cabe à empresa VL Pinheiro, contratada pela Prefeitura. Há um lixão na sede, que recebe também o lixo do distrito de Guaporé; outro, no distrito de Boa Esperança, que recebe também o lixo do distrito de Corgão; e um terceiro, no distrito de Novo Plano.

A Prefeitura de Pimenta Bueno (RO), através da Secretaria Municipal de Obras e de Serviços Públicos, é a responsável pela coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos. O lixão localiza-se acima da área de captação de água, causando uma série de problemas e o aumento dos custos com o tratamento de água. Como o município é todo irrigado, não existe lugar adequado para instalação de um aterro sanitário. Recentemente, o Ministério Público embargou as obras para construção de um quarto lixão. Há uma pequena associação de catadores (alumínio e plástico).

Em Cacoal (RO), a coleta e o transporte dos resíduos sólidos cabem à Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Já a disposição final é de responsabilidade da empresa que administra o aterro sanitário, inaugurado em junho de 2010, após quatro

anos de adequação. O lixão foi desativado. Esse aterro fará parte de um consórcio de aterros regionais, do qual participarão 36 municípios. A mesma empresa administrará todos os aterros, ainda em número indefinido. Os catadores de lixo do lixão — que foi desativado — serão organizados em uma cooperativa que funcionará dentro do novo aterro sanitário. Pequenas empresas de reciclagem de metais, papel e papelão, garrafas PET são responsáveis por reaproveitar cerca de 20% do lixo gerado no município. Há uma central de produção de adubo orgânico produzido com os restos dos frigoríficos.

Nas áreas urbanas de Ministro Andreazza (RO) e Presidente Médici (RO), a coleta de lixo é realizada pelas próprias Prefeituras (três vezes por semana), sendo ele destinado aos lixões municipais. Em Presidente Médici, há uma cooperativa de catadores de garrafa pet. Cabe ressaltar que essas Prefeituras participarão do consórcio de aterros sanitários regionais que será inaugurado em 2011, destinando o lixo produzido na região para o aterro a ser construído em Cacoal. A contrapartida dessas Prefeituras será a coleta seletiva.

Marquise S.A. é a empresa responsável pela coleta, transporte e disposição final do lixo nos municípios de Ji-Paraná (RO) e Porto Velho (RO).

Em Ji-Paraná, cinco caminhões coletam 60 toneladas de lixo por dia, destinadas ao aterro controlado (**Foto 3.6.5-129**), situado a 11km da cidade (sentido Porto Velho). A área, com 20 alqueires, foi comprada pela Prefeitura de Ji-Paraná e repassada (concessão) à Marquise, que conta com um maquinário composto por três prensas e duas caçambas. O aterro existe há dois anos e funciona 24 horas, em dois turnos. O lixo hospitalar proveniente de Ji-Paraná possui uma área de destinação com o tratamento adequado.

Há projetos para construção de outro aterro sanitário e para realização de coleta seletiva, em fase de licenciamento. Há 25 catadores de lixo cadastrados pela empresa que vivem da reciclagem de lixo. Passam o dia no aterro e retornam à cidade à tarde. Cinco empresas de Ji-Paraná compram o material reciclado pelos catadores.



**Foto 3.6.5-129** – Aterro controlado (8.804.769 N / 609.266 E), em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-130** – Lixão (8.818.269 N / 585.005 E), em Ouro Preto do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

O aterro de Porto Velho situa-se a 9km da cidade, na BR-364 (sentido Acre), logo após a Universidade de Rondônia (UNIR), e próximo às obras da UHE de Santo Antônio. Encontra-se em construção um outro aterro, no local do lixão.

Os resíduos sólidos de Ouro Preto do Oeste (RO) são coletados pela própria Prefeitura, que os destina ao lixão municipal (**Foto 3.6.5-130**) a céu aberto. O lixão situa-se a 1km da cidade.

Em Jaru (RO), as maiores fontes de poluição são as indústrias, principalmente as de laticínios, que não têm 100% de seus rejeitos tratados. A Prefeitura realiza coleta de lixo em 70% da área urbana, que é destinado ao lixão. Há coleta e beneficiamento de materiais recicláveis. O lixão localiza-se próximo à futura LT. O lixo hospitalar é encaminhado para o aterro de Ariquemes.

As Prefeituras de Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO) e Cujubim (RO) são as responsáveis pela coleta de lixo, que é despejado nos lixões municipais (a céu aberto).

O maior problema municipal em Theobroma é o lixo. A Prefeitura participará do Consórcio Intermunicipal de Lixo junto com as Prefeituras de Vale do Anari (RO), Jaru (RO) e Governador Jorge Teixeira (RO).

Em Ariquemes, estão implementando o aterro sanitário, próximo à futura LT. Há uma iniciativa voltada para reciclagem de garrafas pet e reaproveitamento do lixo (educação para coleta seletiva).

O lixão de Rio Crespo situa-se a 2km da cidade.

Em Cujubim, a principal fonte de poluição são os caminhões madeireiros.

O projeto do Consórcio Intermunicipal da Grande Ariquemes prevê a disposição do lixo de Rio Crespo e de Cujubim no aterro de Ariquemes. No entanto, cada município terá que fazer a coleta seletiva e reciclagem de seus resíduos sólidos (contrapartida).

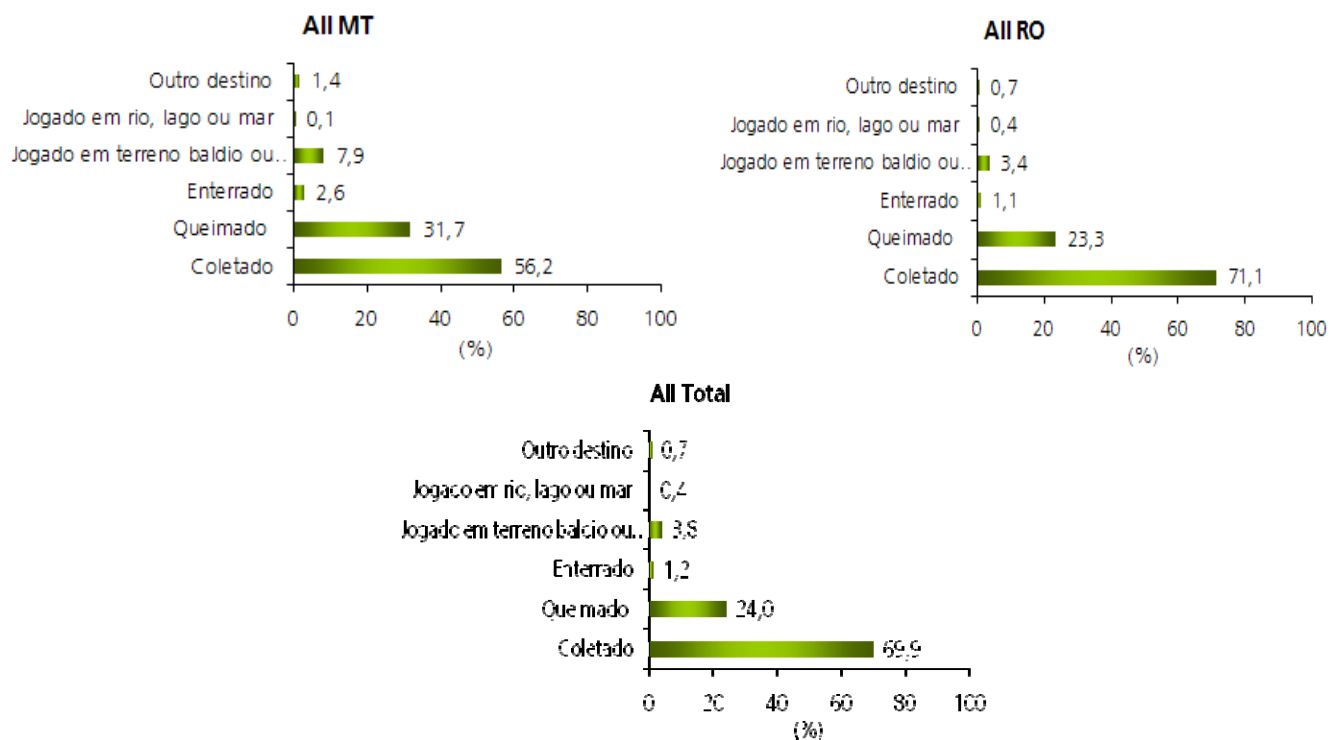
Em Itapuã do Oeste (RO), há um convênio para criação de uma área fora da cidade que receberá o lixo urbano. O Consórcio Intermunicipal de Saneamento (CISAN) prevê a criação de um aterro sanitário que atenda a 14 municípios. A contrapartida do município será a coleta seletiva, um aterro para lixo hospitalar e a formação de cooperativa de catadores.

No município de Candeias do Jamari (RO), a empresa Antônio Nunes da Silva NN é responsável pela coleta do lixo (diária), que é despejado no lixão, próximo à área urbana. Há previsão de investimento de R\$2 milhões em saneamento básico (obra do PAC/FUNASA).

**Quadro 3.6.5-57 - Domicílios Particulares Permanentes, por Tipo do Destino do Lixo**

Estados/Municípios	Total	Destino do lixo					
		Coletado	Queimado	Enterrado	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
Mato Grosso	645.905	462.989	132.899	17.032	26.990	873	5.122
Jauru	3.062	1.318	1.237	107	318	6	76
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	11.472	7.110	3.484	192	478	11	197
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	851	284	395	32	140	-	-
Comodoro	3.820	2.089	968	173	580	5	5
All MT	19.205	10.801	6.084	504	1.516	22	278
Rondônia	347.194	198.874	121.430	4.989	17.749	1.089	3.063
Vilhena	14.506	12.887	1.217	200	176	1	25
Chupinguaia	1.449	434	898	60	43	5	9
Pimenta Bueno	8.427	6.295	1.746	160	196	8	22
Cacoal	19.322	12.509	5.369	290	1.022	24	108
Ministro Andreazza	2.708	565	1.741	34	358	3	7
Presidente Médici	6.803	2.783	3.508	123	256	2	131
Ji-Paraná	28.084	20.925	6.201	207	621	69	61
Ouro Preto do Oeste	10.659	6.453	3.498	118	480	22	88
Jaru	13.566	6.106	6.614	171	517	31	127
Theobroma	2.535	140	2.046	63	250	1	35
Ariquemes	18.527	14.223	3.485	215	544	27	33
Rio Crespo	771	218	483	31	36	1	2
Cujubim	1.612	448	1.064	30	58	1	11
Itapuã do Oeste	1.698	742	786	58	96	6	10
Candeias do Jamari	3.167	1.649	1.288	99	94	11	26
Porto Velho	83.682	68.354	10.755	434	2.724	660	755
All RO	217.516	154.731	50.699	2.293	7.471	872	1.450
All Total	236.721	165.532	56.783	2.797	8.987	894	1.728

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.



**Figura 3.6.5-53 - Domicílios Particulares Permanentes, por Tipo do Destino do Lixo**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

**e. Energia – All/AID**

Em toda a All do empreendimento, existem 290.798 consumidores (**Quadro 3.6.5-58 e Figura 3.6.5-54**), segundo dados das Centrais Elétricas Mato-grossenses e das Centrais Elétricas de Rondônia (2006). Esse total de consumidores foi responsável pelo consumo de 1.232.225MWh em 2006, na All. Os municípios de Porto Velho (460.400MWh), Ji-Paraná (148.496MWh), Ariquemes (121.918MWh), Cacoal (98.842MWh) e Vilhena (92.815MWh), todos em Rondônia, representaram, juntos, cerca de 75% do total de energia consumida na All. Em toda a All, a maior parte do consumo é atribuída ao uso residencial (37,6%), seguida pelo uso comercial (cerca de 25%) e pelo uso industrial (15,3%). Entretanto, essa hierarquia das classes de consumo de energia se alterna em alguns municípios.

Em Rio Crespo (RO), Theobroma (RO), Ministro Andreazza (RO) e Vale de São Domingos (MT), a maior parte do consumo é atribuído ao uso rural. Em Candeias do Jamari (RO), Presidente Médici (RO) e Jauru (MT), o uso rural aparece em segundo lugar, perdendo somente para o uso residencial. Já em Itapuã do Oeste (RO) e Cujubim (RO), devido à forte presença da atividade madeireira, prevalece o uso industrial. Isso também vale para Ariquemes (RO), Vilhena (RO) e Pontes e Lacerda (MT), cujo uso industrial consumiu, em 2006, quase a mesma quantidade de energia (MWh) que o setor residencial. Por fim, os municípios de Jaru (RO) e Chupinguaia (RO) apresentam o setor comercial como maior consumidor de energia elétrica.

De acordo com a pesquisa de campo, em todos os municípios do Estado do Mato Grosso que integram a All do empreendimento, a responsabilidade pela distribuição de energia elétrica é da empresa privada Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (CEMAT).

Em Jauru (MT), há uma unidade de serviço que atende ao município e a Figueirópolis d'Oeste (MT), tanto nas zonas urbanas como rurais. Entretanto, ainda não há fornecimento de energia elétrica para todas as residências rurais em Jauru (cerca de 80% são atendidas na área rural). O Programa de Eletrificação Rural Luz Para Todos, do Governo Federal, pretendia atender essa população até o final de 2010. Segundo um funcionário da Secretaria Municipal de Educação, a rede elétrica, que vem de São José dos Quatro Marcos (MT), "é muito antiga e dá muito problema". É normal ocorrer "queda de luz", acarretando, entre outros problemas, a suspensão das aulas.

Vale ressaltar que algumas propriedades rurais contam com o aproveitamento de energia solar de forma isolada.

Em Vale de São Domingos (MT), há fornecimento de energia elétrica em toda a área rural do município, graças ao Projeto Luz Para Todos. Em Pontes e Lacerda (MT), Conquista d'Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT), também pela atuação do Programa Luz Para Todos, em torno de 90% das propriedades rurais já possuem energia elétrica. Já em Comodoro (MT), esse índice é um pouco menor (80%).

Vale citar ainda que, nas aldeias indígenas localizadas em Conquista d'Oeste, existem painéis de geração de energia solar.

No Estado de Rondônia, a responsável pela distribuição de energia elétrica nos municípios integrantes da All é a empresa Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON), que recentemente passou a se chamar Eletrobrás Distribuição Rondônia.

Em Vilhena (RO), o Programa Luz Para Todos está em sua segunda fase de implantação, beneficiando com energia elétrica toda população rural do município.

O Programa "Luz para Todos" também já contemplou a maioria das residências rurais em Chupinguaia (RO). Nesse município, vale mencionar que algumas fazendas se utilizam de quedas d'água existentes no interior das propriedades para produção de energia elétrica.

Em Pimenta Bueno (RO) e Cacoal (RO), após a atuação do Luz Para Todos, há fornecimento de energia elétrica para 90% das residências rurais. Toda energia consumida pelo município de Cacoal é proveniente de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e da Usina Termelétrica (UTE) de Porto Velho.

Em Ministro Andreazza (RO), há fornecimento de energia elétrica em toda a área rural. Já no município de Presidente Médici (RO), somente 50% da área rural possuem fornecimento de energia elétrica.

Nos municípios de Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Candeias do Jamari (RO), toda a área rural possui fornecimento de energia elétrica. Em Cujubim (RO), 90% da área rural são atendidos.

Em Porto Velho (RO), a energia elétrica é fornecida a partir da Usina Termelétrica TERMONORTE, que funciona a óleo diesel proveniente de Manaus pela hidrovia do Madeira (consumo equivalente a 50 caminhões por dia), localizada ao lado da Subestação Porto Velho. Há também a Usina Hidrelétrica de Samuel e as PCHs de Rolim de Moura, Vilhena e Ouro Preto do Oeste.

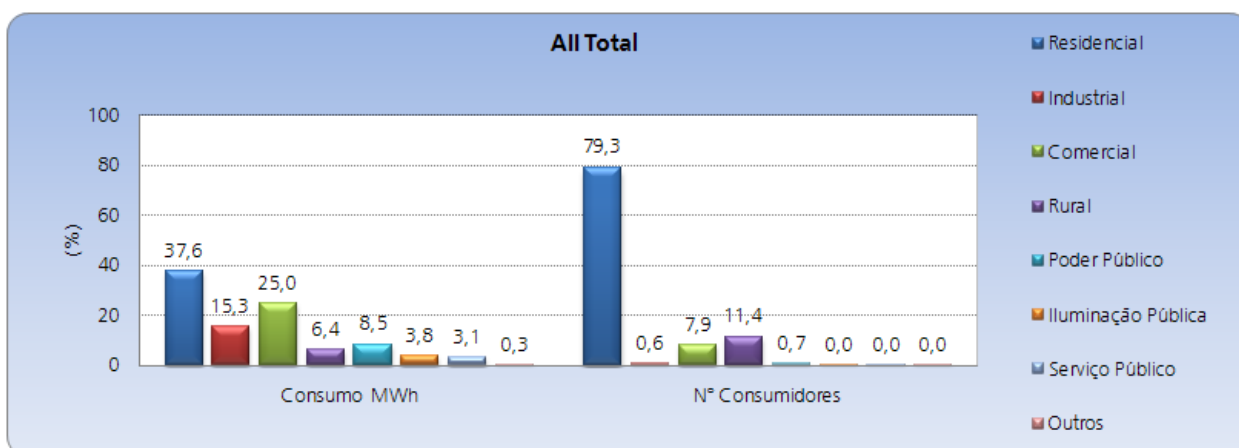
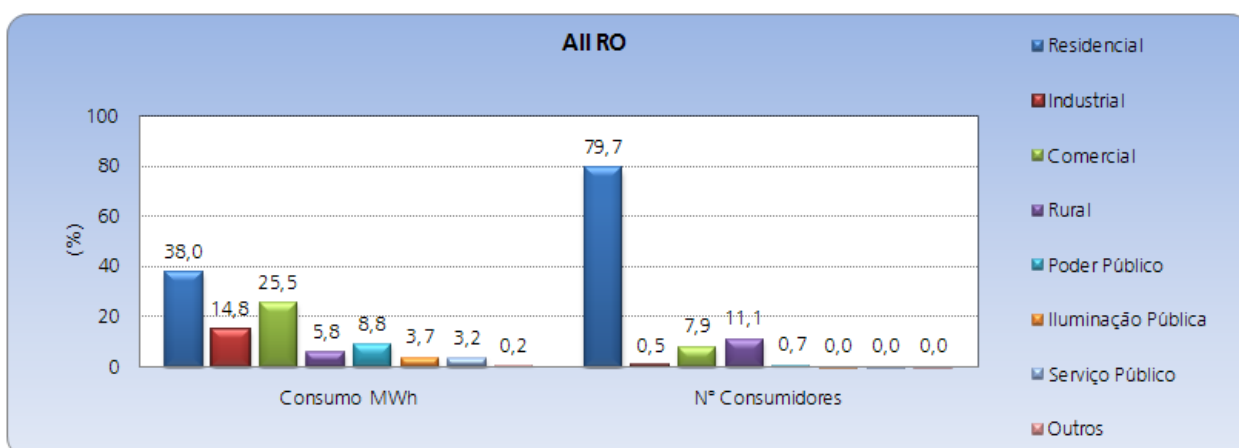
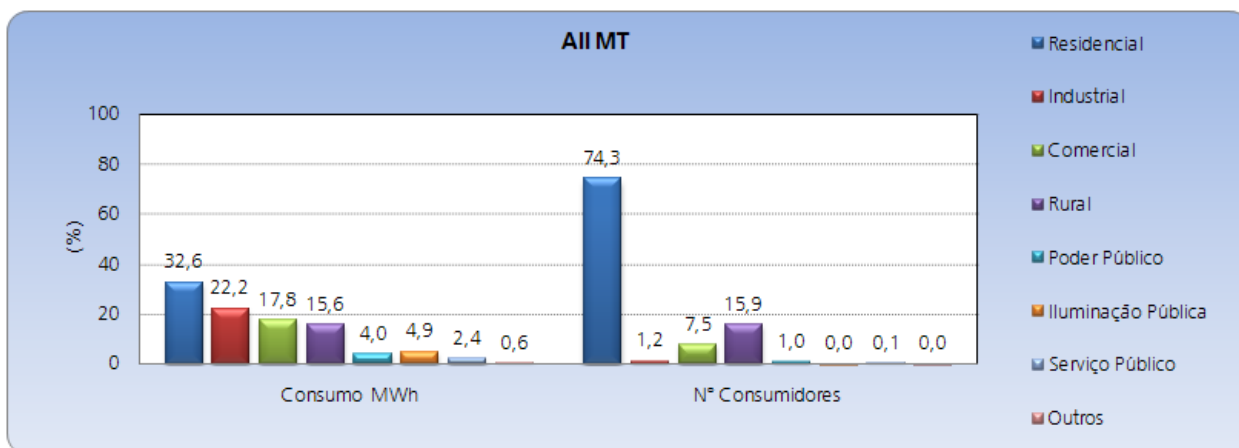
**Quadro 3.6.5-58 - Consumo e Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe**

Estados/Municípios	Tipo	Total	Classe							
			Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público	Outros
Mato Grosso										
Jauru	Consumo MWh	8.241	3.133	171	979	2.461	405	460	275	355
	Nº Consumidores	3.431	2.172	22	199	975	53	1	6	3
Vale de São Domingos	Consumo MWh	1.867	333	81	80	1.071	158	117	27	-
	Nº Consumidores	821	254	5	21	521	18	1	1	-
Pontes e Lacerda	Consumo MWh	53.255	16.530	16.174	8.827	6.974	1.512	2.306	848	84
	Nº Consumidores	12.079	9.458	142	916	1.478	77	2	4	2
Conquista D'Oeste *	Consumo MWh	0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Nº Consumidores	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	Consumo MWh	3.222	1.188	230	637	575	402	190	-	1
	Nº Consumidores	1.070	781	15	86	166	20	1	-	1
Comodoro	Consumo MWh	14.222	5.171	1.246	3.820	1.564	729	902	752	38
	Nº Consumidores	4.282	3.443	77	397	308	51	1	3	2
All MT	Consumo MWh	80.808	26.354	17.903	14.344	12.646	3.206	3.974	1.903	478
	Nº Consumidores	21.683	16.108	261	1.619	3.448	219	6	14	8
Rondônia										
Vilhena	Consumo MWh	92.815	30.702	22.358	19.490	4.037	5.141	6.505	4.577	5
	Nº Consumidores	20.959	17.606	139	1.846	1.195	143	7	19	4
Chupinguaia	Consumo MWh	5.257	1.481	637	1.527	878	523	171	39	1
	Nº Consumidores	1.291	867	6	70	314	30	2	1	1
Pimenta Bueno	Consumo MWh	42.995	15.549	9.215	9.969	2.761	2.583	1.437	1.412	69
	Nº Consumidores	10.393	7.898	74	936	1.391	85	2	3	4
Cacoal	Consumo MWh	98.842	37.812	18.012	20.995	9.408	4.794	3.760	3.783	278
	Nº Consumidores	23.221	17.315	155	1.533	4.060	141	3	8	6
Ministro Andreazza	Consumo MWh	4.870	1.364	470	469	1.848	413	190	113	3
	Nº Consumidores	2.025	846	16	77	1.060	22	1	2	1
Presidente Médici	Consumo MWh	18.771	6.584	581	3.070	5.818	1.431	606	668	13
	Nº Consumidores	7.167	4.103	43	545	2.375	87	6	7	1
Ji-Paraná	Consumo MWh	148.496	58.247	25.503	40.421	8.697	8.353	3.984	2.881	410
	Nº Consumidores	34.996	28.101	135	3.111	3.443	182	6	8	10
Ouro Preto do Oeste	Consumo MWh	41.937	15.875	5.578	8.695	5.423	2.314	1.584	2.334	134
	Nº Consumidores	11.175	8.220	66	775	2.020	85	3	4	2
Jaru	Consumo MWh	74.522	21.938	11.932	25.706	7.602	2.616	3.801	806	121
	Nº Consumidores	15.444	10.846	130	1.037	3.327	96	4	2	2
Theobroma	Consumo MWh	6.356	992	358	444	3.768	297	495	-	2
	Nº Consumidores	2.895	660	9	101	2.095	26	3	-	1
Ariquemes	Consumo MWh	121.918	40.298	38.493	23.489	6.369	5.610	4.802	2.658	199
	Nº Consumidores	23.995	19.374	225	1.590	2.658	136	3	5	4
Rio Crespo	Consumo MWh	2.050	481	3	187	918	221	84	155	1
	Nº Consumidores	795	350	1	39	384	18	1	1	1
Cujubim	Consumo MWh	8.528	2.754	3.565	842	591	305	99	369	3
	Nº Consumidores	2.369	1.692	42	112	503	16	1	2	1
Itapua do Oeste	Consumo MWh	11.324	2.523	5.506	786	1.462	494	428	105	20
	Nº Consumidores	2.432	1.559	12	100	728	28	1	2	2
Candeias do Jamari	Consumo MWh	12.336	3.801	1.315	1.620	2.461	1.079	1.370	676	14
	Nº Consumidores	4.608	3.028	16	208	1.279	70	1	4	2
Porto Velho	Consumo MWh	460.400	196.989	27.231	135.680	4.536	64.782	13.475	16.328	1.379
	Nº Consumidores	105.350	92.004	299	9.292	2.980	672	37	44	22
All RO	Consumo MWh	1.151.417	437.390	170.757	293.390	66.577	100.956	42.791	36.904	2.652
	Nº Consumidores	269.115	214.469	1.368	21.372	29.812	1.837	81	112	64
All Total	Consumo MWh	1.232.225	463.744	188.660	307.734	79.223	104.162	46.765	38.807	3.130
	Nº Consumidores	290.798	230.577	1.629	22.991	33.260	2.056	87	126	72

**Fonte:** REDE-CEMAT (MT) / Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON (RO), 2006.

\* Os dados de energia elétrica para o município de Conquista d'Oeste não foram disponibilizados no Anuário Estatístico de 2007.





**Figura 3.6.5-54** - Consumo e Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe  
**Fonte:** REDE-CEMAT (MT) / Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON (RO), 2006.

## **f. Comunicação – All/AID**

Os meios de comunicação e difusão da informação variam nos municípios da All. Durante as pesquisas de campo (nas sedes municipais e localidades na AID), foi possível levantar as principais rádios, emissoras de televisão (TV) e jornais de circulação. A situação encontrada em cada município da All é descrita nos **Quadros 3.6.5-59 e 3.6.5-60**.

Nem todas as cidades possuem rádio comunitária ou rádios locais. Assim, por vezes, as rádios mais ouvidas são de cidades (maiores) vizinhas. As feiras livres, os carros de som e os sistemas de rádio em postes são outras formas de comunicação utilizada pela população.

Os municípios de Pontes e Lacerda (MT), Comodoro (MT), Vilhena (RO), Cacoal (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jarú (RO), Ariquemes (RO) e Porto Velho (RO) possuem jornais locais, alguns com abrangência regional. Os jornais de maior circulação, com abrangência estadual, vêm, principalmente, de Cuiabá (MT) e Porto Velho.

A maioria dos municípios possui sinais de emissoras de televisão. A TV Globo, por meio das subsidiárias locais, atinge a maioria dos municípios; o restante varia de acordo com a frequência do sinal. Muitas residências têm parabólicas, que aumentam o número de canais para aproximadamente 35. Há ainda TVs pagas, como Sky e Via Embratel, mas apenas uma pequena parcela da população tem acesso a essa tecnologia.

A telefonia móvel cobre todos os municípios da All; a operadora Vivo é a que possui maior área de cobertura. Os únicos municípios que não possuem cobertura da Vivo são: Chupinguaia (RO) (somente Tim), Rio Crespo (RO) (Tim), Theobroma (RO) (somente Oi/Brasil Telecom), Cujubim (RO) (Oi/Brasil Telecom) e Itapuã do Oeste (RO) (somente Claro). Nos maiores municípios, é comum que as quatro operadoras (Vivo, Tim, Claro e Oi/Brasil Telecom) forneçam os serviços.

Em relação ao acesso à Internet, a rede municipal em Jauru (MT) abrange os órgãos públicos e escolas municipais. Destaca-se que todas as escolas da rede municipal de ensino, inclusive as escolas rurais, possuem sala de informática e acesso à Internet. Através do Programa MT Ação Digital (EDUCOM), a população pode acessar gratuitamente a Internet. Na área urbana, há três *lan houses*. Cerca de 40% da população urbana tem acesso à Internet em casa, via telefone ou provedores particulares via rádio (Sys Informática e Tec Net).

Em Vale de São Domingos (MT), todos os órgãos públicos e escolas têm acesso à Internet. Na sede municipal (Secretaria de Assistência Social e Escola Estadual Rainha da Paz) e no distrito de Máquina Queimada, existem salas de inclusão digital. Há uma única *lan house* na cidade. O acesso é pela linha de telefone fixo da Brasil Telecom ou via rádio. A banda larga da Brasil Telecom tem limite de associados — consegue suprir 15% da sede, e 60% das conexões são via rádio, inclusive em sítios na zona rural.

Grande parte da população urbana de Pontes e Lacerda (MT) tem acesso à Internet em casa, via rádio (*wireless*), através de dois provedores (Sisproel e Lacerda Net) e via telefone fixo (cabo da Oi/Brasil Telecom).

Há um Centro de Inclusão Digital na principal praça da cidade, onde existe um sistema de marcação e é destinado principalmente à população carente. Na cidade, há 17 *lan houses* cadastradas na Prefeitura e 7 não cadastradas. Na área rural, há acesso à Internet nas escolas e nas grandes fazendas.

Em Conquista d'Oeste (MT), Nova Lacerda (MT) e Comodoro (MT), o acesso da população urbana à Internet ocorre via sinal de rádio (empresas locais servidoras, como a VSP) e via linha telefônica (Oi/Brasil Telecom).

Na área urbana de Vilhena (RO), a população acessa a Internet através da rede corporativa da EMBRATEL e da residencial oferecida pela empresa OI, e também via rádio.

O acesso à Internet em Chupinguaia (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO) e Ariquemes (RO) ocorre via sinal de rádio ou via telefone (Internet discada), através da Oi/Brasil Telecom. Em alguns desses municípios, há o Programa de Inclusão Digital.

As populações de Jaru (RO), Theobroma (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO), Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho acessam a Internet através da Oi/Brasil Telecom (via telefone; banda larga nas residências) e via rádio. Na cidade de Jaru, há 10 *lan houses*; em Theobroma, 3; em Cujubim e Candeias do Jamari, 6. Em Cujubim, há também um Telecentro Comunitário que oferece acesso gratuito através de um convênio com o Governo Federal.

**Quadro 3.6.5-59 – Meios de Comunicação nos municípios da All**

Municípios/Estados	Rádios	Jornais	Televisão	Telefonia Móvel
<b>MATO GROSSO</b>				
Jauru	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Clube Jauru (FM 98,3) – rádio comunitária – abrange Jauru, Figueirópolis d’Oeste e Vale de São Domingos</li> <li>Radio Cidade (FM 104,6)</li> <li>Rádio Continental (FM 101,1), de Mirassol d’Oeste</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais regionais (semanais): Folha Regional (de Pontes e Lacerda) e Jornal Popular (de Araputanga)</li> <li>Jornal estadual (semanal): Página Única (de Cuiabá)</li> <li>Revista mensal: Celebidades (de Cárceres)</li> </ul>	Band, Globo, SBT e Record (sem parabólica). Com parabólica, mais de 30 canais.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Vale de São Domingos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Cidade (FM 104,6), de Jauru</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais regionais (semanais): Folha Regional (de Pontes e Lacerda) e Tá na Rede (de Pontes e Lacerda)</li> </ul>	Globo, SBT, RedeTV, Record e Band (sem parabólica). Muitas casas têm antena parabólica (sintonizam 35 canais).	Vivo
Pontes e Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Jornal (AM 93,0)</li> <li>Rádio Cidade (FM 104,6)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornal municipal (semanal): Folha Regional</li> <li>Jornais estaduais (diários): A Gazeta (de Cuiabá), Jornal do Estado (de Cuiabá) e Diário (de Cuiabá)</li> </ul>	Record, Band, Rede TV, Globo e SBT (sem parabólica). Com parabólica (31 canais). TV por assinatura via satélite – Sky e Via Embratel.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Conquista d’Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>2 Rádios Comunitárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornal regional (semanal): Folha Regional (de Pontes e Lacerda)</li> </ul>	Globo e SBT pela TV aberta e antenas parabólicas.	Vivo
Nova Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Comunitária Local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornal regional (semanal): Folha Regional (de Pontes e Lacerda)</li> </ul>	Canal 12 TV local ligada à Record de Pontes e Lacerda.	Vivo e Claro
Comodoro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Comunitária Princesa do Guaporé (será elevada à categoria de Rádio Comercial)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornal municipal (diário): O Diário</li> <li>Jornal estadual (diário): A Gazeta (de Cuiabá)</li> </ul>	TV Record e canais via antena parabólica.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
<b>RONDÔNIA</b>				
Vilhena	<ul style="list-style-type: none"> <li>AM Rádio Planalto (líder de audiência na programação jornalística)</li> <li>FM Onda Sul (líder na programação cheia)</li> <li>F M Meridional</li> <li>AM Rádio Vilhena</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais (diários): Diário da Amazônia, O Estadão do Norte, Folha de Rondônia e A Gazeta de Rondônia (todos de Porto Velho)</li> <li>Jornais municipais (semanais): Extra de Rondônia, Folha do Sul, Correio de Notícias e Folha de Vilhena</li> <li>7 revistas mensais</li> </ul>	Repetidoras locais: Rede TV, Rede Amazônia (afiliada Rede Globo), Bandeirantes e SBT.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom

Municípios/Estados	Rádios	Jornais	Televisão	Telefonia Móvel
Chupinguaia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Comunitária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> </ul>	Apenas antenas parabólicas.	Tim
Pimenta Bueno	<ul style="list-style-type: none"> <li>AM Rondônia</li> <li>FM Bueno</li> <li>Rádio Meridional FM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais (diários): Folha de Rondônia e Diário da Amazônia (de Porto Velho)</li> </ul>	Retransmissora da RedeTV. Globo, SBT, Rede Vida e Band. Antenas parabólicas.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Cacoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>2 Rádios Comunitárias (1 AM e outra FM)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais (diários): O Estadão do Norte, Diário da Amazônia, Folha de Rondônia e O Liberal de Rondônia (todos de Porto Velho)</li> <li>Jornais municipais: A Tribuna Popular (semanal), A Gazeta de Rondônia (diário) e O Clarim da Amazônia (semanal)</li> <li></li> </ul>	Band, SBT, Globo e RedeTV. Antenas parabólicas em 60% das residências.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Ministro Andreazza	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Comunitária</li> <li>Rádio Cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> </ul>	Apenas antenas parabólicas.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Presidente Médici	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Clube Cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> </ul>	RedeTV, Globo. Antenas Parabólicas.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Ji-Paraná	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Clube FM</li> <li>Rádio Alvorada de Rondônia AM</li> <li>Rádio Ji-Paraná AM</li> <li>Rádio Itapirema AM</li> <li>Rádio do Amazonas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais (diários): O Estadão do Norte, O Alto Madeira e Diário da Amazônia (todos de Porto Velho)</li> <li>Jornais municipais (diários): Correio Popular, Folha de Rondônia e O Imparcial</li> </ul>	TV Amazonas (Globo), TV Meridional (Band), TV Alamanda (SBT), TV Candelária (Record), Rede Vida, TV Norte, SGC.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Ouro Preto do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Rondônia FM</li> <li>Rádio Esperança e Paz FM (Comunitária)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> <li>Jornal municipal: Correio Central</li> </ul>	–	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Jaru	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rádio Nova Jaru FM</li> <li>Rádio FM do Povo</li> <li>Rádio Interativa Meridional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jornais estaduais (diários): O Estadão do Norte, Folha de Rondônia e Diário da Amazônia (todos de Porto Velho)</li> <li>Jornais municipais: Jaru On Line e A Notícia Mais</li> </ul>	Record, SBT, Globo. Globo (repetidor) – TV Jaru, SBT (TV Santana), Record (TV Candelária).	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom

Municípios/Estados	Rádios	Jornais	Televisão	Telefonia Móvel
Theobroma	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio 94,1 FM</li> <li>• Rádio 94,9 FM</li> <li>• Rádio Interativa FM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais (diários): A Gazeta de Rondônia, Folha de Rondônia e O Estadão do Norte (todos de Porto Velho)</li> <li>•</li> </ul>	Apenas antenas parabólicas.	Oi/Brasil Telecom
Ariquemes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio Verde Amazônia FM</li> <li>• Rádio Ariquemes AM</li> <li>• Rádio Clube Cidade FM 92,3</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais (diários): O Estadão do Norte, Diário da Amazônia e A Gazeta de Rondônia (todos de Porto Velho)</li> <li>• Jornais municipais (diários): Vale do Jamari, Voz Regional e Folhas dos Municípios</li> </ul>	Globo, SBT, RedeTV, Record, Rede Brasil, Band, Amazon Sat.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Rio Crespo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio Ariquemes AM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> </ul>	Apenas antenas parabólicas.	Tim
Cujubim	–	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> </ul>	TV Rondônia (Globo). Uso de Parabólica para demais canais.	Oi/Brasil Telecom
Itapuã do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio Comunitária Itapuã FM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais (diários): O Estadão do Norte, Diário da Amazônia e Folha da Amazônia (todos de Porto Velho)</li> </ul>	RedeTV. Outros canais via antena parabólica.	Claro
Candeias do Jamari	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio Comunitária FM 106,5 (Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte – ACBNH)</li> <li>• Rádio FM 95,1 Somzonsat</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais e regionais de grande circulação</li> </ul>	–	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom
Porto Velho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio Candelária</li> <li>• Rádio Caiari</li> <li>• Rádio Parecis</li> <li>• Rádio Rondônia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornais estaduais/municipais (diários): O Alto Madeira, Diário da Amazônia, O Estadão do Norte e Folha de Rondônia (todos de Porto Velho)</li> </ul>	TV Rondônia, Rede TV, TV Candelária, SBT e Band. TV a cabo.	Vivo, Claro, Tim e Oi/Brasil Telecom

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

**Quadro 3.6.5-60 – Agências e Postos dos Correios nos municípios da All**

<b>Municípios/Estados</b>	<b>Correios</b>
<b>MATO GROSSO</b>	
Jauru	1 agência
Vale de São Domingos	1 posto na Prefeitura que funciona com uma atendente e um carteiro contratados pela municipalidade e subordinados aos Correios de Pontes e Lacerda
Pontes e Lacerda	1 agência
Conquista d'Oeste	1 posto junto à Prefeitura Municipal
Nova Lacerda	1 posto na Prefeitura. Está programada a inauguração de 1 agência
Comodoro	1 agência
<b>RONDÔNIA</b>	
Vilhena	3 agências
Chupinguaia	1 agência na sede e 3 postos nos distritos
Pimenta Bueno	1 agência
Cacoal	1 agência central e 1 terceirizada
Ministro Andreazza	1 posto no Bradesco
Presidente Médici	1 agência
Ji-Paraná	3 agências, 12 caixas de coleta, 8 postos de selos, 1 agência de distribuição
Ouro Preto do Oeste	2 agências
Jaru	1 agência
Theobroma	3 postos avançados: no Bradesco, na CEF e na Lotérica
Ariquemes	2 agências
Rio Crespo	1 agência
Cujubim	1 agência que não faz entrega (a população tem que ir até a agência)
Itapuã do Oeste	1 agência
Candeias do Jamari	1 agência
Porto Velho	9 agências

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

### 3.6.5.4.5 Organização Social – All

#### a. Pressões Migratórias e Serviços Públicos Impactáveis – All/AID

A implantação da Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3 e instalações associadas deverão criar, no pico das obras, aproximadamente, 4.670 empregos diretos, estimando-se que cerca de 39% sejam de pessoal especializado (1.820 postos de trabalho), mobilizado de outras regiões, e 61%, de operários recrutados localmente ou nas vizinhanças do empreendimento (2.850 postos de trabalho para mão de obra semiespecializada e não especializada) (**Quadro 3.6.5-61**). A fase de instalação deverá durar aproximadamente 12 meses. A quantidade de mão de obra a ser empregada durante esse período deverá variar de acordo com o andamento das obras, intensificando-se nos meses de construção e montagem das torres. Dada a natureza das obras, ou seja, linear, os trabalhos executivos de implantação dos 989km do traçado definitivo deverão ser desmembrados em trechos, entre as Subestações (SE) de Jauru e Porto Velho.

**Quadro 3.6.5-61** – Mão de obra a ser empregada nos canteiros da LT e das SEs

<b>Canteiros de LT e de SEs</b>	<b>Nº de Trabalhadores</b>
Canteiros de LT	4.168
Canteiros das SEs	502
<b>Total</b>	<b>4.670</b>

Fonte: LVTE, 2011.

A mobilização dos 4.670 trabalhadores dar-se-á de forma gradativa, com a substituição de trabalhadores ao longo do traçado, que estarão distribuídos nos diversos canteiros da LT (**Quadro 3.6.5-62**).

Ainda assim, deve-se considerar que pode haver um afluxo de trabalhadores vindos de outras regiões e até mesmo dos municípios circunvizinhos para trabalhar na construção do empreendimento, o que deverá gerar pressão nos serviços públicos essenciais dos municípios integrantes da Área de Influência Indireta (All), principalmente no que se refere a saúde, hospedagem, alimentação e segurança.

A infraestrutura atual e as principais carências de cada um desses aspectos são contempladas nos **tópicos 3.6.5.4.1 – Saúde – All/AID; 3.6.5.4.2 – Educação – All/AID; 3.6.5.4.3 – Segurança Pública – All/AID; 3.6.5.4.4 – Infraestrutura – All/AID** (neste último, são abordados diversos aspectos, como habitação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, energia e comunicação); e **3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – All/AID**.



**Quadro 3.6.5-62 - Canteiros de Obras**

<b>Canteiros da LT e das Subestações / Localização</b>
<b>Canteiros da LT</b>
Jauru/MT
Pontes e Lacerda/MT
Nova Lacerda
Comodoro/MT
Vilhena/RO
Chupinguaia/RO
Pimenta Bueno/RO
Ministro Andreazza/RO
Ji-Paraná/RO
Jaru/RO
Ariquemes/RO
Itapuã do Oeste/RO
Candeias do Jamari/RO
<b>Subtotal Canteiros da LT</b>
4.168 trabalhadores
<b>Canteiros das Subestações (SEs)</b>
SE Jauru
SE Vilhena
SE Pimenta Bueno
SE Ji-Paraná
SE Ariquemes
SE Samuel
SE Porto Velho I
<b>Subtotal Canteiros das SEs</b>
502 trabalhadores
<b>Total Geral (LT + Subestações)</b>
4.670 trabalhadores

Fonte: LVTE, 2011.

Os problemas que poderão ocorrer em decorrência das pressões migratórias sobre a infraestrutura de serviços locais, bem como as medidas propostas para minimizá-los, são analisados no **item 3.6.8 – Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais**.

#### **b. Conflitos Agrários e Tensões Sociais – All/AID**

Este tópico trata da identificação e caracterização socioeconômica dos projetos de assentamento de reforma agrária existentes nas Áreas de Influência Direta e Indireta da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Primeiramente, contextualiza-se a dinâmica fundiária e de conflitos agrários historicamente existentes nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia, especialmente nos territórios ao longo das Rodovias BR-364 e BR-174, onde estão os municípios que serão atravessados pelo traçado proposto da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

#### **(1) Contextualização de Conflitos Agrários na Região e a Questão de Reforma Agrária nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia**

Até a metade da década de 1960, as terras da Amazônia eram de propriedade da União e dos Estados. Nesse período, foi iniciada uma nova fase dos programas de desenvolvimento

do Governo brasileiro para integrar a Região Amazônica ao espaço econômico nacional, através da ação estatal no desenvolvimento de infraestrutura (basicamente, o transporte rodoviário), em incentivos fiscais e na redução de impostos para atrair investidores, principalmente para criação de gado, implantação de indústrias e projetos de mineração.

Conforme descrito no **tópico a – Histórico Geopolítico Regional (subitem 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos – AAR)**, o Programa de Integração Nacional (PIN), na primeira metade dos anos 70, foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento com a construção de numerosas estradas de longa distância. Entre esses eixos, está o corredor de desenvolvimento Cuiabá – Porto Velho – Manaus. As bases legais foram determinadas no sentido de estabelecer corredores de 200km de largura para colonização estatal (KOHLHEPP, 2002). De acordo com o modelo do INCRA, para operação de assentamento em larga escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 100km de largura em ambos os lados das estradas, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100ha cada uma.

Ao final dos anos 70, o Programa POLONOROESTE em Rondônia e noroeste de Mato Grosso, financiado pelo BIRD, criou projetos integrados de assentamentos para classes rurais de nível social mais baixo. Uma enorme migração espontânea de produtores rurais originários do Sul e do Sudeste do País foi atraída pela distribuição de terras nos projetos de colonização, que rapidamente se esgotaram.

Houve então uma migração em massa, iniciada espontaneamente na segunda metade da década de 70. A fronteira agrícola avançou rapidamente, adentrando as florestas tropicais. O fluxo migratório estimulado pelo INCRA foi muito superior à quantidade de lotes disponíveis nesses projetos de colonização e assentamento — Projetos Integrados de Colonização (PICs), Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) e Projetos de Assentamento Rápido (PARs), basicamente localizados nas margens da BR-364 —, criando uma massa de posseiros que ocupavam, por conta própria, áreas da União no meio da floresta. Vastas áreas foram devastadas e, em muitos casos, os assentados foram expulsos por grileiros e por fazendeiros de gado.

Mesmo aqueles contemplados com lotes, muitas vezes acabavam por vendê-los em virtude da baixa produtividade da terra, depois de desmatada, contribuindo para a concentração fundiária e o aumento de produtores sem terra. Estes se embrenhavam mais na mata, derrubando-a, reproduzindo sucessivamente o processo, ou convertiam as terras em pastagens, quando possível, ou as abandonavam. O desmatamento era considerado uma benfeitoria que legitimava o direito de propriedade. Em áreas de maior fertilidade (como no PIC Ouro Preto), no entanto, a colonização obteve maior sucesso, não só devido às condições físicas do local como também pela disponibilidade de assistência técnica e de incentivos.

Outros personagens nesse quadro eram os empreendedores que chegavam à região favorecidos por incentivos e créditos oficiais, detentores de poder político e da posse de imensos lotes. Compravam e/ou expulsavam os posseiros, seringueiros e ribeirinhos de suas ocupações. Assim, a propriedade da terra foi concentrando-se, acirrando os conflitos agrários e estimulando o desmatamento, na medida em que o posseiro era expulso para o interior da mata. A fragilidade econômica e social do pequeno produtor abriu espaço para a concentração fundiária através de compra de terras e arrendamento a baixo preço. A pecuária extensiva e as monoculturas de soja e cana passam a predominar no cenário agropecuário.

A pressão por terra e a falta de delimitação de áreas habitadas por seringueiros e pelas reservas indígenas estimularam a ocupação irregular e a grilagem, gerando conflitos, muitas vezes violentos, entre posseiros, colonos, índios e seringueiros e grandes proprietários.

Os conflitos e tensões sociais nos municípios da All vinculavam-se à ausência de regularização fundiária; portanto, ao conflito de apropriação dos recursos naturais dos distintos grupos de interesse, principalmente disputas por terras.

Assim, a ocupação das terras na Amazônia Legal se deu com muitos conflitos: invasões de terras por “grilheiros”, conflitos armados entre ocupantes e jagunços contratados por fazendeiros e pelas forças públicas de segurança, ocupação por trabalhadores rurais e famílias sem terra. O massacre de Corumbiara (RO), em 1995, foi o mais emblemático<sup>25</sup>. Parte das famílias remanescentes desse massacre foi assentada nos municípios de Theobroma (Assentamento Palmares) e Cujubim (Projeto de Assentamento Legalizado Américo Ventura).

- **O Problema da Grilagem de Terras**

A grilagem de terras (apropriação indevida de terras públicas) no Brasil é um fenômeno estrutural conhecido como um dos principais motivos dos conflitos agrários na Região Norte do País. Estima-se que aproximadamente 100 milhões de hectares em todo o território nacional estejam nessa situação em função do processo histórico de concessão de títulos de forma irregular, sobretudo, a partir da década de 1960.

Entre as décadas de 1970 e 1980, as terras públicas foram postas à venda em lotes de grandes dimensões para novos investidores, acarretando perdas para os povos ribeirinhos, indígenas e população tradicional local. Muitos investidores adquiriam a terra de órgãos

---

<sup>25</sup> Segundo RONDÔNIA AO VIVO (2008), na madrugada do dia 9 de agosto de 1995, a Polícia Militar (PM) e jagunços invadiram a Fazenda Santa Elina, local onde estavam acampadas cerca de 600 famílias de camponeses. Antes, porém, a PM já tinha negociado a saída com as famílias, mas de forma traiçoeira iniciou o conflito de madrugada. Os camponeses, em legítima defesa, empunharam uma resistência para evitar mais mortes. O resultado: mais de uma dezena de mortos, inúmeros torturados, feridos e vários desaparecidos. O Conflito de Corumbiara foi conhecido no mundo inteiro pela sua barbaridade e pelos requintes de crueldade impostos pela PM e por jagunços. Anos depois, os mandantes foram absolvidos e os camponeses foram condenados, em uma das maiores aberrações da história jurídica brasileira, conforme analisado nessa publicação acima citada.

fundiários ou de particulares que revendiam as terras da União como se fossem privadas. Isso facilitou aos novos proprietários adquirir lotes muito maiores do que aqueles que, de fato, haviam adquirido.

Assim, desde a década de 1960, as práticas de grilagem de terras favorecem um cenário de conflitos e tensões na Região Amazônica: venda da mesma terra a compradores variados, revenda de títulos de terras públicas a terceiros sem processos licitatórios adequados, falsificações de demarcações, remembramento de terras às margens das grandes estradas federais que haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores, etc. Em muitos casos, as terras chegavam a ser vendidas para antigos habitantes que ainda estão morando no local. O processo de grilagem de terras na Amazônia propiciou a concentração de terra, acarretando conflitos fundiários.

Na década de 1970, o Governo Federal, através das Medidas Provisórias 005 e 006, de 1976, regularizou as terras griladas e concedeu à Justiça os instrumentos legais para legalização, permitindo que os antigos moradores fossem expulsos. Assim, dizia o texto legal: “Permite-se a regularização de propriedades de até 60 mil ha que tenham sido adquiridas irregularmente, mas com boa fé”, pois, com isso, seria possível a promoção do desenvolvimento da região (PASQUIS *et al.*, 2005).

Além do fenômeno da grilagem, algumas famílias, sem conseguir rentabilizar suas atividades produtivas, vendem seus pequenos lotes de terras a preço abaixo do valor adequado, geralmente, para grandes fazendeiros, que aumentam seu patrimônio e a concentração de terras. Nesse sentido, a questão fundiária na Amazônia mobiliza diversos setores da sociedade, que se organizam a partir de variados interesses e perspectivas sobre como deveria ser o ordenamento territorial adequado da região.

Partindo desses principais conflitos fundiários, é possível situar a Região Amazônica em uma conjuntura de reforma agrária e de intensificação de movimentos sociais representativos de pequenos agricultores familiares, historicamente excluídos e expropriados da posse e dos usos da terra na Amazônia. Além disso, cabe notar a incidência de Projetos de Assentamento de diferentes modalidades e âmbitos (Federal e Estadual) nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia, que estão caracterizados no **subtópico (4) – Modalidades de Projetos de Assentamento identificadas na AII e AID**, adiante.

## **(2) Conflitos Identificados na AII**

Na pesquisa de campo, foram identificados problemas de regularização fundiária de posseiros em Chupinguaia (RO), litígios em Itapuã do Oeste (RO), invasões de terreno urbano em Candeias do Jamari (RO), Ariquemes (RO) e Cacoal (RO) que têm gerado alguma tensão entre os proprietários, a municipalidade e os ocupantes. Em Pimenta Bueno (RO), ocorrem ocupações irregulares tanto na área urbana como na rural.

A Vila Urucumacua está em processo de regularização fundiária pelo programa do Governo Federal (em parceria com estados e municípios) Terra Legal Amazônia. No Estado de Mato Grosso, em Nova Lacerda, há 4 assentamentos do INCRA e 13 glebas ainda sem regularização.

Também foram identificados alguns assentamentos e acampamentos de sem terra. Em Rio Crespo (RO), há os assentamentos de sem terra Maria Mendes (lotes de 21 alqueires) e Lamarquinha (15 lotes de 14 alqueires). O acampamento deste último é constantemente dissolvido pela repressão; no entanto, os sem terra voltam depois para invadir área próxima.

Em Theobroma (RO), há sete assentamentos de sem terra já regularizados pelo INCRA e novos acampamentos de sem terra surgindo. Em Cujubim (RO), houve número incerto de invasões do MST em áreas não loteadas pelo Governo Federal em Galo Velho, Araras, Gavião, Tucano, Reserva do Piriquito e Reserva do Mutum.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) possui levantamento para 2009 dos conflitos por terra (incluindo ocupações e acampamentos), conflitos trabalhistas (trabalho escravo) e conflitos pela água nos municípios da All (**Quadro 3.6.5-63**).

Desde 2009 (Lei nº 11.952), o Governo Federal, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), está implantando o Programa Terra Legal Amazônia para titular a propriedade de terras públicas federais não destinadas, ocupadas por posseiros na Amazônia Legal. A meta é regularizar imóveis de até 15 módulos fiscais<sup>26</sup> ocupados antes de 1º de dezembro de 2004.

O programa vai entregar títulos de terras a cerca de 300 mil posseiros que ocupam terras públicas federais não destinadas, ou seja, que não sejam reservas indígenas, florestas públicas, unidades de conservação, áreas de fronteira, marinha ou reservadas à administração militar. O objetivo, com a segurança jurídica, é impulsionar a criação e o desenvolvimento de modelos de produção sustentável na Amazônia Legal. A intenção do Programa Terra Legal é regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais.

Outra ação do Programa Terra Legal Amazônia é a regularização fundiária urbana. Além disso, vai medir núcleos urbanos localizados em terras federais e doar as áreas para as Prefeituras (BRASIL. MDA, 2011)

---

<sup>26</sup> Um módulo fiscal na Amazônia tem, em média, 76 hectares.

**Quadro 3.6.5-63** - Conflitos no campo nos municípios da All, em 2009

Município	Nome do Conflito	Famílias	Categoria
<b>Rondônia</b>			
<b>Conflitos por Terra</b>			
Porto Velho, Alto Paraíso, Buritit	Floresta Nacional Bom Futuro	4.000	Ocupante
Ariquemes	Fazenda Cauan, Galhardi, Acampamento Raio de Sol, Linha C-19, Travessão 1 da Linha 45	40	Posseiros
Ariquemes	Fazenda Urupema	50	Posseiros
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá, PA Florestal Jequitibá	597	Assentados
Chupinguaia	Barro Branco, Lotes 16 e 17, Setor 06	50	Sem terra
Chupinguaia, Corumbiara, Parecis, Cimenteiras	Terra Indígena Tanaru		Índio
Cujubim	Burareiro, Linha C – 100, Lote 03, Acampamento João Batista	30	Sem terra
Vilhena	Gleba Corumbiara, Lote 56, Linha 135, Setor 12	7	Pequenos proprietários

**Fonte:** CPT, 2009.

As áreas urbanas, de fato, estão sendo regularizadas pelo INCRA. Em 2010, várias Prefeituras receberam a doação do terreno urbano e estavam providenciando a sua regularização, tais como:

- Candeias do Jamari (RO) – a Prefeitura recebeu do INCRA doação de área para fins urbanos (676ha) e poderá, enfim, fazer a regularização fundiária e cobrar o IPTU;
- Itapuã do Oeste (RO) – está sendo feita a regularização fundiária da terra urbana (325ha), com 60% já escriturados;
- Ministro Andreazza (RO) – em abril de 2010, o município recebeu a doação das terras urbanas do INCRA (Lei nº 941);
- Cujubim (RO) – em junho de 2010, foi entregue (doação) à Prefeitura o título definitivo do terreno urbano pelo INCRA;
- Pimenta Bueno (RO) – em processo de regularização das terras urbanas.

O combate ao desmatamento e às queimadas na região tem sido realizado de forma mais intensa. Em 2008, o IBAMA e a Força Nacional permaneceram meses no município de Cujubim, fiscalizando as 62 madeireiras, as queimadas, pois esse município estava inscrito

no Arco do Fogo<sup>27</sup>. Hoje, existem 40 serrarias/madeireiras. Em Theobroma, também vem ocorrendo, desde 2008, exaustivo trabalho do IBAMA no combate ao desmatamento e às queimadas.

Um novo fator que gera tensão social é a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira e da ponte sobre o rio Madeira em Porto Velho, ligando os sistemas viários dos Estados de Rondônia e do Amazonas (BR-364 e BR-319). Em junho 2010, as obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio foram paralisadas. Os trabalhadores reclamaram de maus-tratos por parte dos chefes e reivindicaram aumento salarial de 20%, plano de saúde, melhorias nas condições de transporte e alojamento, insalubridade e periculosidade.

Outra fonte de tensão é a relocação de famílias diretamente atingidas pela área do futuro reservatório. A empresa Santo Antônio Energia, concessionária responsável pela construção da UHE de Santo Antônio, está criando o Projeto de Assentamento Joana d'Arc, em Porto Velho. O Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) está presente na região e acompanha o processo de atingidos.

A construção da ponte sobre o rio Madeira, que está se iniciando, desalojará mais de 200 famílias moradoras do bairro da Balsa, em Porto Velho. Estão ocorrendo negociações em audiências públicas para atender às reivindicações desses moradores, organizados na Comissão de Moradores Atingidos pelas Desapropriações da Construção da Ponte do Rio Madeira (COMAD/Madeira).

### **(3) Conflitos Identificados na AID**

Durante a pesquisa de campo, não foram identificados conflitos agrários e/ou tensões sociais próximos à Área de Influência Direta (AID) da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Contudo, próximo à AID da futura LT, situam-se alguns assentamentos do INCRA, em fase de regularização.

O Assentamento Águas Claras, no Lote 56 da Gleba Corumbiara, em Vilhena (RO), foi reconhecido pelo INCRA em 2008, através da emissão de uma Certidão de Posse Provisória para os agricultores familiares assentados, desde 2002, numa área de 2.002 hectares que pertencia à Fazenda Tupinambá (abandonada desde 1974, segundo os moradores). As 80 famílias assentadas aguardam a liberação de seus documentos individuais de posse da terra.

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Águas Claras (APRAC), a futura LT passará próxima à parcela 1 do Lote 56R, pertencente ao citado assentamento.

---

<sup>27</sup> A Operação Arco do Fogo visa coibir os ilícitos ambientais relativos à exploração, industrialização e transporte de produtos e subprodutos florestais. Cujubim e Alto Paraíso são considerados municípios críticos quanto à extração de madeira ilegal. Em Ariquemes, está situada a base da operação que envolve IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional e o Batalhão da Polícia Ambiental.

O Assentamento Flor do Candeias existe há cerca de 10 anos e foi regularizado em 2008 pelo INCRA. Possui área similar ao PA Paraíso das Acácias (583ha), situado do outro lado da Rodovia BR-364 (lado direito, sentido Porto Velho), e faz divisa com o PA Cachoeira do Samuel (1.666ha), que será atravessado pela futura LT. As 87 famílias assentadas encontram-se associadas (Associação dos Moradores do Flor do Candeias) e aguardam a emissão de seus documentos individuais, o fornecimento de energia elétrica (a rede do Programa de Energização Rural “Luz Para Todos” já havia sido instalada em 2010) e a abertura de algumas estradas (“Linhas”) para acessar suas parcelas de terra. As estradas começaram a ser “abertas” em 2009; antes, havia trilhas (caminhos) para acessar a BR-364.

#### **(4) A Reforma Agrária na Região Amazônica – Projetos de Assentamento**

A questão da reforma agrária na Região Amazônica apresenta especificidades que devem ser levadas em consideração quando da caracterização dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária existentes na AII e na AID da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Genericamente, a definição de reforma agrária comumente aceita e apontada no Estatuto da Terra é que o Estado intervenha nas bases do setor agrícola, com o objetivo final de distribuir mais equitativamente a terra e a renda agrícola. De acordo com os diferentes períodos históricos e conjunturas políticas, a reforma agrária potencializou e alterou as relações de força entre as distintas classes sociais brasileiras (GUERRA, 2002).

Desde a década de 1960, consolidaram-se variados movimentos de trabalhadores rurais organizados em nível nacional, como eram as Ligas Camponesas, Frentes Agrárias e de movimentos de base incentivados pela Igreja Católica, que culminaram no florescimento de inúmeros programas e teses políticas em defesa da reforma agrária.

A primeira lei de reforma agrária no País foi o Estatuto da Terra, de 1964, promulgada no período da ditadura militar. Por essa lei, instituíram-se as seguintes necessidades: i) cadastro de todas as propriedades de terra do País; ii) criação de um organismo público federal — o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que antecedeu o que hoje é o INCRA; iii) instituição da desapropriação em função da utilização social da propriedade; iv) utilização de classificação geral para todas as propriedades, baseadas em critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção; v) desapropriação, para fins de reforma agrária, de minifúndios e latifúndios não produtivos; vi) definição de critérios de pagamento da área desapropriada; vii) obrigatoriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR); viii) conceito e possibilidade de criação de cooperativas para a formação coletiva de organização da propriedade da terra e da produção nas áreas reformadas (STÉDILE, 2005).

Nesse mesmo período, criaram-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que não foi implantado à época. Após uma fase de estagnação por conta do acirramento da ditadura militar, o Estatuto da



Terra voltou a ser levado em consideração no Governo Médici (1969/1974) – com projeto geopolítico de expansão populacional de ocupação da Amazônia – e acabou funcionando não como instrumento de reforma agrária, mas como privatização de terras públicas e programa de colonização. Em 1985, iniciaram-se outras formulações para implantação do PNRA, previsto no Estatuto da Terra, e, em 1993, foi promulgada Lei Complementar, conhecida como “Lei Agrária”, que normatizava novos princípios para a reforma agrária, especialmente sobre os critérios e processo de desapropriação.

Ainda em 1979, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) lançou sua proposta de reforma agrária, citando, em diversas partes, o problema da estrutura fundiária e do processo de colonização na Amazônia. Assim, no item sobre colonização, afirmava que esta, na Amazônia, estava sendo desenvolvida para atrair mão de obra barata para a região, e, no item sobre terras públicas, que se fortalecia na Amazônia um novo império de latifúndios, favorecidos, também, pelas leis de terras estaduais.

Em 1984, foi lançado, também, o Programa de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual se afirmava, como princípio, que era um movimento contra a colonização no Norte do País, exigindo-se o reassentamento dos sem terra nos estados de origem. Já em 1995, o MST lançaria uma Proposta de Reforma Agrária, na qual se reforçava a ideia de que seria necessário formular um programa especial para a Região Amazônica, onde deveriam ser definidos novos tipos de assentamento, levando em conta a realidade local, a preservação da biodiversidade, os limites da agricultura temporária, o estímulo às atividades extrativistas e de conservação. No mesmo sentido, deveriam ser criadas linhas de subsídio às famílias assentadas na região que se dedicassem à preservação e a projetos agroecológicos de proteção da floresta; que se revisassem as concessões de terras públicas acima de 2.500 hectares após a década de 1970; que se implantassem medidas para impedir a utilização individual de qualquer recurso natural existente nos assentamentos da Amazônia.

Na prática, a reforma agrária na Amazônia se constituiu muito mais como colonização de novas terras do que redistribuição de terras, acompanhada de ciclos de intensificação de sua ocupação, sem a garantia da sustentabilidade econômica e ambiental dos assentamentos. Algumas análises chegam a afirmar que nunca houve reforma agrária na Amazônia (GUERRA, 2002), por conta de seu processo de colonização e atração de mão de obra excedente de outros estados — principalmente os da Região Nordeste —, favorecendo a concentração fundiária, muito embora, nas últimas três décadas, tenha ocorrido redistribuição de terras como resposta à pressão de movimentos sociais de trabalhadores rurais.

- **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 09/07/70, sendo resultante da fusão dos antigos IBRA e INDA. Suas principais funções eram a realização da reforma agrária, a promoção da colonização particular e a execução da colonização oficial. Cabe também ao INCRA a legalização das posses de terras e revisão de cadastros. GUERRA (2002) divide a história do INCRA em três períodos: (i) da sua criação até o fim do governo militar (1970 – 1984); (ii) da Nova República ao governo Itamar Franco (1985 – 1994); (iii) do início do mandato de Fernando Henrique Cardoso até os dias atuais.

Assim, no primeiro período, seu objetivo principal era a realização da colonização da Amazônia por imigrantes nordestinos que foram levados a ocupar as margens da Rodovia Transamazônica, juntamente com programas de incentivo a ocupação, como o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), de 1971. No segundo período, após a fase militar, e com a redemocratização do Brasil, além da intensificação das discussões em torno da reforma agrária, foi criada a Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural (CIDR) e o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). Iniciou-se a criação de projetos de assentamento de reforma agrária, executados pelo INCRA em variadas localidades do País. Assim, com a reformulação do Programa Nacional de Reforma Agrária, em 1997, foram implantados aproximadamente 800 projetos de assentamentos na Amazônia, totalizando uma área de 13 milhões e 700 mil hectares, com capacidade para abrigar mais de 200 mil famílias. O Plano de Metas do primeiro mandato do presidente FHC (1994-1998) apontava para o assentamento de 280 mil famílias em apenas quatro anos. No mesmo período, foi criado também o PRONAF, em 1996, que incluía quatro eixos principais de ação: i) negociação com órgãos setoriais para o ajuste de políticas públicas à realidade dos produtores familiares; ii) apoio financeiro aos municípios; iii) financiamento da produção agrícola familiar; iv) capacitação dos agricultores familiares.

Atualmente, o INCRA possui Superintendências Regionais (SRs) em todos os estados do País. Em Mato Grosso, conta com a SR-13 – Mato Grosso e, em Rondônia, com a SR-17 – Rondônia. As superintendências regionais são as responsáveis pela atualização cadastral e procedimentos para implantação de projetos de assentamentos de âmbito federal.

- **Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT)**

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT) foi criado pela Lei nº 3.681, de 28 de novembro de 1975, com objetivo de planejar e executar a política agrária e fundiária no Estado.

Atualmente, o INTERMAT é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SEDER), que atua na promoção do acesso à terra, por meio da regularização fundiária rural e urbana, mediante a regularização de ocupação e legitimação

de posse, proporcionando aos produtores e trabalhadores rurais e urbanos o título de domínio da área para sua manutenção e progresso socioeconômico.

Atua, ainda, na execução da política agrária mediante o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, volantes, ex-garimpeiros e boias-frias, procurando restabelecer a cidadania e proporcionando-lhes condições para sua fixação no campo. Para cumprir essa tarefa, dá apoio ao fortalecimento de novos assentamentos, oferece condições para a conservação e melhoria das áreas destinadas aos projetos, e promove ações para o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas, com acesso a créditos, incluindo apoio à comercialização e à implantação de estruturas para oferecer autonomia produtiva e acesso aos serviços públicos essenciais.

Projetos que são desenvolvidos pela INTERMAT:

- Nossa Terra, Nossa Gente – para famílias de trabalhadores rurais organizados em assentamentos agrários e vilas rurais do INTERMAT e do INCRA. É mais do que uma alternativa complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Oferece ao trabalhador rural oportunidade de retornar ao campo, e contribuindo, ainda, para o desenvolvimento local, uma vez que se constitui numa política de desenvolvimento rural;
- Programa Cidade-Cidadã – propõe promover a regularização fundiária urbana, com ênfase na titulação de assentamentos informais e loteamentos oriundos das extintas Companhia de Habitação de Mato Grosso (COHAB) e Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), objetivando proporcionar o título e garantir à população envolvida o domínio do lote para sua manutenção e progresso socioeconômico;
- Projeto de Regularização Fundiária “Varredura” – é dirigido, prioritariamente, aos pequenos agricultores, como apoio ao desenvolvimento rural sustentável. O Projeto trabalha na identificação de área para criação de assentamento, por meio de cooperação técnica entre o INTERMAT e o INCRA, com o objetivo de prover as áreas com crédito habitação. O projeto tem-se concentrado, prioritariamente, na região conhecida como Baixada Cuiabana.

- **Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI/RO)**

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI) foi criada através da Lei Complementar nº 468 de 21/07/2008, e tem como competência promover o Desenvolvimento Agropecuário e a Regularização Fundiária do Estado de Rondônia. A mesma lei extinguiu o Instituto de Colonização e Terras do Estado de Rondônia (ICOTERON), autarquia estadual criada pela Lei Complementar nº 403, de 20 de dezembro de 2007, sendo as ações de sua competência absorvidas pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Ordenamento Territorial.

O Governo de Rondônia tem manifestado interesse em estabelecer parcerias com os órgãos federais pertinentes, para executar ações de regularização fundiária.

O acervo cartográfico fundiário do Estado de Rondônia foi digitalizado, fruto de acordo de cooperação entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) e o INCRA.

Para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, há uma parceria entre a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER) e o INCRA. Em janeiro de 2010, foi assinado um contrato para que a EMATER pudesse levar aos Projetos de Assentamento do Território da Cidadania serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) e contribuir na elaboração participativa de um plano de desenvolvimento e de recuperação dos assentamentos. A continuidade das ações de desenvolvimento para as quase 8 mil famílias nos 35 Projetos de Assentamento distribuídos em Machadinho do Oeste, Nova Mamoré, Pimenta Bueno e Porto Velho para o ano de 2011, já foi garantida pelo INCRA.

#### **(5) Etapas de Execução de um Projeto de Assentamento**

Geralmente, a metodologia de execução de um projeto de assentamento é regida pelo INCRA, não se diferenciando muito em relação às diretrizes dos Institutos de Terras Estaduais, incorporando várias etapas, desde a desapropriação até a emancipação do assentamento. As quatro principais etapas são: (i) criação: seleção da área, obtenção da área, ato de criação da área; (ii) implantação: levantamento socioeconômico, cadastro, seleção, assentamento, demarcação do perímetro; (iii) consolidação: organização social do assentamento, plano de utilização (PU), plano de desenvolvimento do assentamento (PDA), capacitação, infraestrutura física, educação, saúde, assistência técnica e produção rural, créditos, comercialização, concessão de uso, supervisão e fiscalização; (iv) emancipação: após o cumprimento de todas as etapas anteriores, o projeto de assentamento poderá atuar independentemente da regulamentação e acompanhamento dos órgãos governamentais.

#### **(6) Modalidades de Projetos de Assentamento identificadas na AII e AID**

Ao longo do processo de ocupação da região, os órgãos federais e estaduais adotaram distintas modalidades de distribuição das terras da União e dos Estados. A partir da década de 1970, foi planejada em Rondônia uma ocupação organizada em dois tipos de projetos de assentamento: os Projetos Integrados de Colonização (PIC) e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). Os PICs eram compostos por lotes de 100ha distribuídos aos agricultores familiares integrados ao mercado, enquanto os PADs possuíam lotes de 250, 500 e 1.000ha destinados à monocultura do cacau ou à pecuária. Assim, os assentados nos PICs foram camponeses que migraram de outros estados, tais como Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O papel do INCRA era o de facilitar o acesso a terra, através da organização territorial, da implantação de

infraestrutura e serviços básicos, tais como escolas, postos de saúde, armazéns e estradas vicinais, e da administração e controle do projeto. Os assentados nos PADs, por sua vez, deveriam atender aos interesses da iniciativa privada.

No final da década de 1970, foi criada uma terceira modalidade de assentamento: os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), cujos lotes possuíam 50ha. Esse tipo de assentamento surgiu como resposta ao intenso fluxo migratório que superou a oferta de lotes disponíveis à colonização no Estado de Rondônia.

Os PICs, PADs e PARs, em Rondônia, ocupariam, em sua maioria, duas faixas de 100km de largura em cada lado da rodovia BR-364. As faixas seriam recortadas por “linhas de colonização”, separadas umas das outras por cerca de 4km, ao longo das quais os lotes eram divididos aos colonos e empreendedores privados. As estradas vicinais, ou “linhas”, partiriam do eixo central, a BR-364, rumo à floresta, formando o desenho de “espinhas de peixe”.

Os lotes mais próximos à BR-364 foram rapidamente ocupados, enquanto os outros colonos tinham que seguir os caminhos das “linhas de colonização” para acessar os lotes mais distantes da rodovia, e mais próximos da mata. Essas linhas eram intransitáveis durante metade do ano por causa das chuvas ou dos desabamentos. Muitas estradas não passavam de trilhas dentro da mata. A falta de apoio do INCRA obrigou os colonos a formar parcerias com madeireiros que abriam as estradas em troca da atividade exploratória em suas propriedades.

Os produtos e as técnicas de plantio incompatíveis com a região e a ausência de incentivos e assistência técnica adequada por parte dos órgãos oficiais impossibilitou qualquer tipo de recuperação de terras cultivadas erroneamente, o que acabou estimulando o surgimento de pastagens ou o inevitável abandono das terras por parte do agricultor.

Com a impossibilidade de cultivar a terra, o colono se via obrigado a vender suas terras a membros da pequena elite local, cidadãos dos pequenos núcleos urbanos que se formavam, que acabariam se transformando em pequenos latifundiários. Assim, as pastagens foram transformando a paisagem às margens da BR-364. A exceção foi o PIC Ouro Preto que, até o início da década de 1980, mantinha-se como um bem sucedido exemplo de colonização na região. Os quase 2.000 colonos recebiam assistência técnica qualificada, incentivos, e suas terras eram férteis.

Na mesma velocidade que os colonos abandonavam seus lotes para buscar novas áreas, outros agricultores migravam para Rondônia. A figura do “camponês itinerante” iria se reproduzir social e economicamente desde então. Ainda hoje, esse tipo de campesinato vigora nas áreas relativamente “virgens” dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas.

Assim, a atuação do INCRA nos Estados de Mato Grosso e Rondônia deu-se, inicialmente (década de 1970, principalmente), por meio da criação dos PICs, PADs, PARs e Projetos

Fundiários (PFs) e, mais recentemente (a partir do final da década de 1980), através do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Desde então, as modalidades de projeto de assentamento mais praticadas pelo INCRA são os tradicionais Projetos de Assentamento (PA), os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os Projetos de Assentamento Florestal (PAF).

Existem distintas metodologias para cada modalidade de assentamento implantada, considerando o público-alvo onde será criado, bem como as atividades que se pretende realizar no assentamento. Contudo, tanto os PAs, PAEs, PAFs e PDS (em vigência) quanto os PFs, PICs e PADs (fora de vigência) apresentam o “mesmo peso” em termos de possíveis interferências junto às comunidades rurais lindeiras ao traçado, o que está sendo considerado quando da análise dos impactos decorrentes do futuro empreendimento e da análise da dinâmica e modos de vida e uso e ocupação do solo na AID.

Para os interesses deste estudo, estão detalhadas, a seguir, as modalidades de projetos de assentamento que foram mapeadas nas Áreas de Influência da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, de competência do INCRA em nível federal.

- **Projetos Fundiários (PF)**

Eram perímetros de área rural estabelecidos para o desenvolvimento de ações discriminatórias de terras, visando à sua regularização fundiária. Não havia aporte de recursos de crédito e infraestrutura da União, que era responsável pela titulação.

- **Projetos de Assentamento Dirigido (PAD)**

Os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) foram criados a partir da década de 1970, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar. Eram projetos criados e titulados pela União, visando à regularização de glebas rurais sob seu domínio.

- **Projetos Integrados de Colonização (PIC)**

Foram projetos de colonização oficiais, geralmente implantados em grandes extensões de área, envolvendo significativo número de famílias, requerendo ações integradas entre as três instâncias governamentais. Foram implantados em terras da União ou desapropriados pelo INCRA.

- **Projetos de Assentamento Tradicionais (PA)**

Os projetos de assentamento, em sua modalidade tradicional, permitem a regularização individual de terras para famílias que estejam habilitadas junto ao PNRA. Modalidade que foi mais utilizada na época da colonização da Amazônia, os PAs são criados em terras previamente arrecadadas, desapropriadas ou compradas pelo Governo Federal; nesse caso,

os lotes deverão ter, no máximo, 100ha por família. Costuma ser a modalidade mais adotada também para o assentamento de agricultores que não moravam anteriormente na localidade. Apesar dos lotes individuais, as famílias deverão estar organizadas em associação, para que passem por todas as etapas de criação e execução do PA. Assim, após 10 anos de recebimento do título de propriedade individual, as famílias poderão vender a terra, mas não poderão receber novamente outro lote da Reforma Agrária. No caso da Amazônia, e de sua extensão territorial, muitos agricultores avaliam que essa modalidade não é a mais adequada, por permitir apenas até 100ha de propriedade para cada família.

- **Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)**

De acordo com a Portaria INCRA nº 477, de 04/11/1999, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) são criados levando em consideração: a conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica; a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem; a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a essas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta; e a necessidade de programas de reforma agrária respeitarem as formas tradicionais de ocupação e produção nas florestas brasileiras. Assim, seus artigos definem os seguintes pontos:

*Art. 1º – Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;*

*Art. 2º – Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominal ou cooperativista;*

*Art. 3º – Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contarão com a participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente (MMA) e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes;*

*Art. 4º – Estabelecer que a criação de projetos desta modalidade somente ocorrerá em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais.*

No PDS, além de praticar a agricultura, os moradores podem usar a floresta para a sua sobrevivência, e a gestão dos lotes é coletiva, através das associações comunitárias. E, da mesma forma que os PAEs, as famílias não podem vender seus lotes, apenas as benfeitorias para outras famílias tradicionais. O instrumento gestor é um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Com essas medidas, introduziu-se a inserção da variável ambiental nos assentamentos, visando à instalação de assentamentos em áreas de interesse ambiental, e possibilitando o desenvolvimento de atividades de desenvolvimento sustentável. Com isso, espera-se diminuir o impacto dos projetos de assentamento na Região Amazônica.

O primeiro projeto de assentamento do Estado de Rondônia baseado em manejo florestal, o Jequitibá, foi criado pelo INCRA de Rondônia em 2005, para implantação em uma área de 140 mil hectares, no município de Candeias do Jamari. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Base Florestal (PDS) Jequitibá atenderá entre 650 e 700 famílias em lotes de 100 a 250 hectares, com apoio de infraestrutura e créditos. Seu foco é o uso múltiplo da floresta, com o aproveitamento de madeiras, cipós, frutos, plantas medicinais e ornamentais.

- **Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)**

Em 1987, por meio da Portaria 627, do INCRA, foi criada a modalidade Projeto de Assentamento Extrativista, que durou até 1991, período em que foram criados seis projetos. A partir de 1996, o INCRA lança nova portaria, transformando os Projetos de Assentamento Extrativistas em Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), destinados prioritariamente às populações tradicionais (ocupantes ou não das áreas) que realizam atividades extrativistas. O PAE pode ser criado nas terras de jurisdição do INCRA, dos Estados ou da União, nos terrenos de várzea e em ilhas.

A utilização da madeira é permitida desde que seja seguido o Plano de Manejo Florestal, que deve ser elaborado quando da criação do PAE. Além disso, o PAE é uma modalidade de assentamento coletivo, ou seja, o governo faz um contrato de concessão de uso com a associação, que emite uma autorização de uso para cada família. As benfeitorias poderão ser vendidas para outra família extrativista ou ribeirinha, mas não os lotes de terras. É formulado um Plano de Utilização para os moradores, no qual é definido o conjunto de regras a serem seguidas.

### **(7) Caracterização dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária – All**

Em toda a All, existem 32 Projetos de Assentamento de distintas modalidades e competências de gestão (federal e estadual).

O **Quadro 3.6.5-64** apresenta os Projetos de Assentamento identificados nos municípios da All do empreendimento nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.



**Quadro 3.6.5-64 – Projetos de Assentamento identificados na All**

Assentamento	Município	Distância do Traçado da LT (km)	Área (ha)	Famílias Assentadas	Capacidade	Data de Criação
PA Mirassolzinho	Jauru (MT)	3,7	20.488	642	732	23/3/1988
PA Corgão	Jauru (MT) e Vale de São Domingos (MT)	5,5	5.002	155	152	27/11/1995
PA Aerorrancho	Vale de São Domingos (MT) e Pontes e Lacerda (MT)	28m	7.327	162	155	24/12/1996
PA Triunfo	Pontes e Lacerda (MT)	100	11.500	357	321	5/2/1996
PA 1.500 Alqueires	Pontes e Lacerda (MT)	27,6	3.673	67	78	11/12/1986
PA Córrego da Onça	Pontes e Lacerda (MT)	34	1.578	103	82	27/11/1995
PA Rio Alegre	Pontes e Lacerda (MT)	47,7	12.506	426	392	1/5/1996
PA Coronel Ari	Pontes e Lacerda (MT)	52,4	7.500	135	200	1/4/1987
PA Lagoa Rica	Pontes e Lacerda (MT)	54,8	1.996	38	40	1/2/2000
PA Nova Conquista	Conquista d'Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT)	10	13.936	402	398	14/12/1995
PA Sararé	Conquista d'Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT)	24,5	13.500	236	249	11/12/1986
PA Macuco	Comodoro (MT)	16,3	6.162	220	220	19/3/1996
PA Colônia dos Mineiros	Comodoro (MT)	12,7	5.284	66	100	2/12/1996
PA Noroagro	Comodoro (MT)	18,7	16.008	279	280	11/7/1991
PA Nova Alvorada	Comodoro (MT)	9,8	7.870	91	123	17/12/1986
PA Granja	Comodoro (MT)	16,8	3.528	109	117	23/2/1995
PA Cabixi	Comodoro (MT)	14,4	6.700	20	55	19/12/1995
PA Padronal	Comodoro (MT)	49,9	2.800	30	35	15/12/1997
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno (RO)	**	2.002	88	114	18/1/1995
PIC Gy-Paraná	Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Ministro Andreazza (RO), Espigão do Oeste (RO), Primavera de Rondônia (RO), São Félix d'Oeste (RO), Santa Luzia do Oeste (RO), Novo Horizonte do Oeste (RO) e Castanheira (RO)	**	486.137	*	4.756	16/6/1972
PIC Ouro Preto	Presidente Médici (RO), Vale do Paraíso (RO) e Ji-Paraná (RO)	**	512.586	13	5.164	30/12/1970
PA Pyrineus	Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO)	**	4.578	155	172	19/1/1987
PIC Padre Adolpho Rohl	Theobroma (RO), Jaru (RO), Vale do Paraíso (RO) e Governador Jorge Teixeira (RO)	**	407.219	40	3.786	20/11/1975
PAD Burareiro	Cacaulândia (RO), Jaru (RO), Ariquemes (RO), Jaru (RO) e Monte Negro (RO)	**	314.963	1.500	1.556	21/01/1974
PAD Marechal Dutra	Cacaulândia (RO), Rio Crespo (RO), Ariquemes (RO), Alto Paraíso (RO), Cujubim (RO) e Monte Negro (RO)	**	501.315	4.667	4.667	25/01/1975
PA Maria José Rique	Ariquemes (RO)	0,6	3.511	107	119	4/6/1998
PA 14 de Agosto	Ariquemes (RO)	4,2	492	23	23	12/1/1997
PA Vale do Jamari	Itapuã do Oeste (RO) e Candeias do Jamari (RO)	**	49.506	790	1.081	14/8/1986
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari (RO)	0,4	5.812	*	105	***
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari (RO)	2,3	500	143	150	30/5/2001
PA Cachoeira de Samuel	Candeias do Jamari (RO)	**	1.666	78	76	12/2/1998
PA Aliança	Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO)	4,8	22.186	380	415	28/9/1998
<b>Total</b>			<b>2.008.651</b>	<b>11.522</b>	<b>25.913</b>	<b>-</b>

Fonte: INCRA/MT, INCRA/RO e INTERMAT/MT, 2010.

\* Sem informações sobre o nº de famílias assentadas.

\*\* Projetos atravessados pela futura LT.

\*\*\* Sem informação sobre a data de criação.

Na parte mato-grossense da All, há assentamentos em todos os municípios, contabilizando um total de 3.538 famílias assentadas.

Entre os municípios rondonienses da All, Pimenta Bueno, Cacoal, Ministro Andreazza, Presidente Médici, Ji-Paraná, Jaru, Theobroma, Ariquemes, Rio Crespo, Cujubim, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho possuem assentamentos.

Em toda a parte rondoniense da All, há 7.984 famílias assentadas.

Considerando toda a extensão da All, 11.522 famílias estão assentadas em projetos de assentamento de diferentes modalidades.

Algumas informações relativas à estimativa de famílias assentadas nos distintos projetos de assentamento identificados tanto na All quanto na AID podem apresentar modificações quando da futura obtenção dos dados atualizados em bases de sistema do INCRA dos Estados de Mato Grosso e de Rondônia. As famílias e os projetos de assentamento de distintas modalidades identificados serão objeto de atenção específica no âmbito dos Programas Ambientais Sociais, especialmente os de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

Entre os municípios mato-grossenses da All, segundo consulta realizada à Fundação Cultural Palmares (FCP), Pontes e Lacerda possui uma Comunidade Remanescente de Quilombo — Vila Guaporé ou Vila dos Pretos (cujas características socioeconômicas são descritas no **tópico b – Comunidades Quilombolas – All/AID**, no **subitem 3.6.5.6 – Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais – All/AID**), que dista cerca de 42km da futura LT.

### **(8) Caracterização dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária – AID**

Ao longo do traçado da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, foram identificados os seguintes projetos de assentamento: PA Aerorrancho, em Vale de São Domingos (MT); PA PAs Cabixi e Padronal, em Comodoro (MT); PA Eli Moreira, em Pimenta Bueno (RO); PIC Gy-Paraná, que abrange os municípios de Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO) e Ministro Andreazza (RO); PIC Ouro Preto e PA Pyrineus, em Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO); PIC Padre Adolpho Rohl, em Jaru (RO) e Theobroma (RO); PAD Burareiro, em Jaru (RO), Ariquemes (RO) e Rio Crespo (RO); PAD Marechal Dutra, em Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO) e Cujubim (RO); PA Maria José Rique, em Ariquemes (RO); PA Vale do Jamari, em Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari (RO); PAs Cachoeira do Samuel, Paraíso das Acácias e Flor do Candeias (ainda não regularizado pelo INCRA), em Candeias do Jamari (RO).

A caracterização desses projetos de assentamento é apresentada no **tópico c – Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT – AID (subitem 3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – All/AID)**.

### **c. Contratação de Trabalhadores**

Conforme apresentado no **subtópico (a) deste subitem 3.6.5.4.5**, a implantação da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 vai absorver, temporariamente, parte da demanda local por postos de trabalho, especialmente a mão de obra não especializada. Serão criados, no pico das obras, aproximadamente, 4.670 empregos diretos, estimando-se que 40% sejam de pessoal especializado, mobilizado de outras regiões, e 60%, de operários recrutados localmente ou nas vizinhanças do empreendimento (**item 3.4.4**). Deverá ser priorizado o transporte diário de funcionários locais, visando diminuir a estrutura dos canteiros centrais.

A mão de obra especializada engloba, além dos encarregados, chefes de turma e especialistas (encarregados, operadores de equipamento, montadores, eletricitas, mecânicos, etc.) não provenientes da região, pois normalmente é formada por profissionais integrantes dos quadros permanentes das empreiteiras. Os profissionais semiespecializados, tais como pedreiros, carpinteiros e ajudantes de mecânica, dentre outros, poderão vir a ser recrutados na própria região. A mão de obra não especializada abrange serventes e trabalhadores braçais, devendo ser contratada nas cidades onde serão instalados os canteiros principais e de apoio ou próximas ao local de cada uma das frentes de obra que constituirão o empreendimento.

Além dos empregos diretos, deverão ser criados postos de trabalho indiretos, em decorrência do aumento da procura por serviços de alimentação, hospedagem e serviços gerais e pelo próprio aumento da disponibilidade monetária em circulação. Essas demandas surgirão desde a fase de planejamento — quando são feitas as pesquisas das equipes de campo, os levantamentos topográficos, a mobilização da mão de obra, a implantação dos canteiros de obra e alojamentos — até a fase das obras de instalação, com uma demanda por serviços e produtos ainda maior, para atender os trabalhadores ligados ao empreendimento.

Algumas localidades próximas ao traçado da Linha de Transmissão poderão sentir os efeitos positivos da oferta de empregos, sendo potenciais fornecedoras de mão de obra para o empreendimento. Também poderão ser empregados os trabalhadores das sedes dos municípios onde deverão ser instalados os canteiros de obra e do entorno das áreas atravessados pelo empreendimento.

Conforme apresentado no **subitem 3.6.5.4.2 – Educação**, deste Diagnóstico, os municípios que deverão sediar a maioria dos canteiros de obras têm que possuir condições de oferecer mão de obra qualificada para o processo de implantação da Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3, pois concentram a maior parte das instituições de Ensino Superior na AII e também de Ensino Médio profissionalizante, com destaque para a capital do Estado de Rondônia, Porto Velho.

Quanto à disponibilidade de trabalhadores da região para as obras, pode-se dizer que o desemprego é uma realidade local, ou seja, há muita mão de obra disponível, mas sem especialização. É o que ocorre no caso dos municípios de Jauru (MT), Comodoro (MT), Chupinguaia (RO), Ministro Andreazza (RO), Jaru (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Candeias do Jamari (RO), que também deverão sediar alguns canteiros, porém devendo ofertar somente mão de obra não qualificada para trabalhar nas obras da LT.

Quanto ao problema do desemprego, principalmente nas localidades da AID, ver **tópico c. Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT – AID, no subitem 3.6.5.5.**

#### **d. Identificação e Qualificação da Mão de Obra**

Para atender à demanda das obras de implantação da LT, primeiramente, a população local deverá ser esclarecida sobre a quantidade, o perfil e a qualificação da mão de obra que será contratada. Dever-se-á contar com a parceria das Prefeituras locais na realização e disponibilização do cadastro dos trabalhadores, e, sobretudo, dever-se-á priorizar a contratação de trabalhadores que vivem nas comunidades próximas à área atravessada pelo empreendimento e nas sedes municipais que integram a AII.

Deverá ser realizado o cadastramento da mão de obra que poderá trabalhar na implantação da LT e instalações associadas, nas sedes dos municípios que serão atravessados pelo empreendimento, em especial aqueles que receberão os canteiros de obras principais e de apoio das empreiteiras.

Além das Prefeituras, os trabalhadores poderão ser indicados por lideranças locais, igrejas e associações, entre outras.

A partir do cadastramento da mão de obra disponível na região de inserção do empreendimento, as construtoras vão selecionar e contratar os trabalhadores que atenderem aos requisitos básicos necessários para as obras da LT.

Em seguida, os trabalhadores contratados participarão dos cursos de capacitação, oferecidos pelas construtoras, de acordo com a demanda e o perfil listado no **Quadro 3.6.5-65** de empreendimentos similares. Essa listagem deverá ser ainda confirmada para o empreendimento em tela.

#### **Quando 3.6.5-65 - Perfil da mão de obra direta para a implantação da LT e SEs**

<b>Perfil da Mão de Obra Direta</b>		
Ajudante de Mecânico	Encarregado de Lançamento	Nivelador de Equipamento Pesado
Almoxarife	Encarregado de Mecânica de Veículos	Operador de Carregadeira
Armador	Encarregado de Medição	Operador de Central de Concreto
Auxiliar de Contabilidade	Encarregado de Montagem	Operador de Escavadeira
Auxiliar de Controle de Manutenção	Encarregado de Pátio	Operador de Guindauto
Auxiliar Financeiro	Encarregado de Pessoal	Operador de Lançamento
Assistente Social	Encarregado de Transporte	Operador de Máquina

Perfil da Mão de Obra Direta		
Assistente Técnico	Encarregado de Turma	Operador de Motosserra
Auxiliar de Almoxarife	Engenheiro de Produção	Operador de Retroescavadeira
Auxiliar Administrativo	Engenheiro de Segurança	Operador de Trator de Esteiras
Auxiliar de Controle de Qualidade	Engenheiro Florestal	Pedreiro
Auxiliar de Enfermagem Trabalho	Enfermeiro do Trabalho	Recepcionista
Auxiliar Laboratório	Ferramenteiro	Secretária
Auxiliar Pessoal	Gerente de Obra	Servente / Ajudante
Auxiliar de Topografia	Inspetor Ambiental	Supervisor Ambiental
Auxiliar Técnico	Laboratorista	Técnico de Enfermagem do Trabalho
Carpinteiro	Lubrificador / Abastecedor	Técnico de Engenharia
Chefe de Serviços Técnicos	Marteleiteiro	Técnico de Informática
Contador	Mecânico	Técnico de Qualidade
Coordenador de Comunicação Social	Médico de Trabalho	Técnico de Segurança
Eletricista	Meio Oficial	Técnico de Treinamento
Encarregado Administrativo	Montador	Topógrafo
Encarregado de Almoxarifado	Motorista	Vigia
Encarregado de Controle	Nivelador de Cabo	Zelador
Encarregado Geral	Nivelador de Equipamento Leve	-

**Fonte:** Andrade Gutierrez, Apresentação Técnica, 2010, e Tabocas, Cronograma de Pessoal, 2010 (Manaus Transmissora de Energia S.A.)

Dessa forma, estarão sendo criadas oportunidades para os trabalhadores locais adquirirem uma qualificação profissional que possa ser aproveitada para a implantação da LT e, também, em outras demandas futuras.

Mais informações sobre as medidas a serem seguidas estão detalhadas no item 3.6.8 – Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais, em especial no **Impacto de Aumento da Oferta de Postos de Trabalho**.

#### **e. Organizações Sociais Atuantes na Região – All/AID**

Por meio de entrevistas realizadas com representantes públicos das Prefeituras e com os proprietários e lideranças locais da AID durante as pesquisas de campo, foi possível caracterizar a atuação das organizações sociais nas localidades situadas nos municípios da All e nas principais localidades situadas na AID do empreendimento.

Esse levantamento, com base em entrevistas e material disponibilizado pelas Prefeituras, não é exaustivo, pois, muitas vezes, não há disponibilidade de listagens nelas e os interlocutores não abordam, no momento das entrevistas, todas as organizações existentes.

Na maior parte dos municípios, foi identificado que os pequenos produtores rurais estão organizados em associações e, por vezes, em cooperativas. Nelas, é possível reduzir custos na compra de insumos e auferir maiores lucros com venda conjunta, além da facilidade de

mobilizar o apoio da EMATER para assistência técnica. São, enfim, associações legalizadas para financiamento e organização da produção: trator comum, melhoramentos, etc.

### (1) Organizações Sociais – All

O **Quadro 3.6.5-66** apresenta as informações principais sobre as organizações sociais atuantes na All. É relevante ressaltar que não foram identificadas organizações cujos focos de atuação estejam divergentes com a proposta do empreendimento em análise.

**Quadro 3.6.5-66** – Organizações Sociais na All

Municípios/Estados	Organizações Sociais Atuantes
<b>MATO GROSSO</b>	
Jauru	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais</li> <li>• Associações de Produtores Rurais</li> <li>• Lar dos Idosos</li> <li>• Associação Jauruense de Meio Ambiente (AJAUMA)</li> <li>• Cooperativa de Produtores de Leite (CoopNoroeste)</li> </ul>
Vale de São Domingos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais</li> <li>• Associação de Moradores nas localidades de Barretos (posse), Aerorrancho (assentamento), Bela Vista e São Geraldo (ambas em Adrianópolis)</li> </ul>
Pontes e Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Municipais</li> <li>• Sindicato Rural (formado pelos donos das fazendas)</li> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais (formado pelos empregados das fazendas)</li> <li>• Associações de Produtores Rurais (praticamente uma em cada vila)</li> <li>• Fundação Vale do Guaporé – destinada à saúde – a Prefeitura paga uma quantia por mês para ser veiculada e poder usufruir os serviços de saúde prestados pelo único hospital da cidade.</li> <li>• Cooperativa dos Produtores de Leite – o produtor cooperativado tem auxílio na venda do leite. O produtor não precisa ser exclusivo: pode vender seu leite para empresas também.</li> <li>• Cooperativa de Crédito (Sicred) – funciona como um banco. Os cooperados são como clientes, mas têm participação e quem investe mais tem mais retorno.</li> <li>• ONG GPA e Amigos do Guaporé – foco na preservação do meio ambiente, principalmente na água.</li> <li>• Cooperativa de Taxistas</li> <li>• Cooperativa de Moto-taxistas</li> </ul>
Conquista d’Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicatos de Trabalhadores Rurais</li> <li>• Associações Rurais</li> <li>• Cooperativa Coopismat</li> </ul>
Nova Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais</li> <li>• Sindicato Rural</li> <li>• Lions Club</li> <li>• Associação Comercial e Empresarial</li> </ul>
Comodoro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 20 Associações de Pequenos Produtores Rurais</li> <li>• Associação da Feira Municipal de Comodoro</li> <li>• Associação dos Artesões</li> <li>• Associação Comunitária de Rádio Cultura de Comodoro</li> <li>• Associação dos Madeiros de Comodoro (ASSIMCO)</li> <li>• Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)</li> <li>• Associação dos Taxistas de Comodoro</li> <li>• Associação dos Moradores do Bairro Cidade Verde e Cidade Alta</li> <li>• Associação Comodorenses de Apicultores (ACA)</li> <li>• Associação Comodorenses de Estudantes em Vilhena (RO)</li> <li>• Associação dos Moradores do Bairro Nova Vacaria das Comunidades Unidas</li> <li>• Associação dos Servidores Municipais de Comodoro (SISMUC)</li> <li>• Associação dos Povos Indígenas Nambikwara do Cerrado (APINCE)</li> <li>• Associação Comodorenses de Artesãos (ACOARTE)</li> </ul>

Municípios/Estados	Organizações Sociais Atuantes
<b>RONDÔNIA</b>	
Vilhena	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ONG Água Viva</li> <li>• 12 Associações de Moradores</li> <li>• Associações Cooperfrutos (setor de chácaras) e dos Chacareiros do Setor Pioneiro</li> <li>• Associação Comercial e Industrial de Vilhena (ACIV)</li> <li>• Associação dos Sem Teto de Vilhena</li> <li>• Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Cone Sul (SINDSUL)</li> <li>• Sindicato Rural de Vilhena</li> <li>• Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias, Imobiliárias e Construção</li> <li>• Sindicatos dos Trabalhadores de Educação e dos Trabalhadores Urbanos de Rondônia</li> <li>• Sindicato dos Servidores Públicos Municipais</li> <li>• Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Leite de Vilhena e Região (COOAPROVIR) – 105 sócios de associações de produtores rurais</li> <li>• Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Águas Claras (APRAC)</li> </ul>
Chupinguaia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações de Produtores Rurais</li> <li>• Sindicatos Rurais</li> <li>• Associação Comercial</li> <li>• Associação de Idosos</li> <li>• Associação de Pais e Professore</li> </ul>
Pimenta Bueno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rotary, Lions e Maçonaria – Assistência Social</li> <li>• ONG Associação Pimentense dos Amigos do Meio Ambiente (APAMA) – não oficializada</li> <li>• Associação de Pescadores de Pimenta Bueno (APEPID) – limpeza dos rios e educação comunitária</li> <li>• Sindicato dos Servidores Municipais (SINDISEM)</li> <li>• Sindicato dos Servidores Estaduais (SINTERO)</li> <li>• Sindicato dos Servidores Federais (SINDISEF)</li> <li>• Sindicato dos Urbanitários (SINTRACIPAL)</li> <li>• Cooperativa de Crédito (CREDIP)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais do Alto Melgaço (APROAM)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais do Setor Dimba (APRODIM)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais de Marco Rondon (MASP)</li> </ul>
Cacoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 Associações Indígenas</li> <li>• 53 associações de produtores rurais</li> <li>• 4 ONGs ambientalistas</li> <li>• Sindicatos Rurais</li> <li>• Cooperativas de Produtores Rurais</li> <li>• Cooperativa de Catadores de Lixo</li> <li>• Cooperativa de Artesãos (Coopfamília)</li> <li>• Instituto DESAN</li> <li>• Associação Rural de Cacoal</li> </ul>
Ministro Andreazza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato Rural</li> <li>• Cooperativas de Crédito</li> <li>• Associação Rural Nova Brasileira Organizada para Ajuda Mútua (ARNOPAM)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais da Linha 3 (APRL3)</li> <li>• Associação Familiar Organizada (AFO)</li> <li>• Associação Rural (ARUV)</li> <li>• Associação dos Produtores da Linha 2 (APRUP)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais de Andreazza e Cacoal (ACOMAC)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais de Rio Formoso (ASRIFO)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais da Linha 6 (ASPRO6)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais do Vale do Corgão (ASPROVAC)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais de Gregório da Costa (ASPROGRECO)</li> <li>• Associação Rural “Unidos Venceremos”</li> </ul>

Municípios/Estados	Organizações Sociais Atuentes
Presidente Médici	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ONG Grupo Garça</li> <li>• Associação de Amigos de Nova Riachuelo</li> <li>• Associação de Produtores Rurais Comunidade São Mateus (APRUSAMA) – Linha 116</li> <li>• ASPROCEF – Linha 118</li> <li>• ASPROCONSA – Linha 118</li> <li>• APROEF – Linha 128</li> <li>• ADECONOR – Linha 114</li> <li>• APROCONGLO – Linha 114</li> <li>• ARPAR – Linha 106</li> </ul>
Ji-Paraná	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 35 Associações Rurais (em geral, organizadas por “Linha”)</li> <li>• APRONOSA – Ramal do Km 12/B (Linha 207)</li> <li>• APRODOL – Linha 208</li> <li>• ASPRUSRIA – Linha 128 – Gleba Pyrineus</li> <li>• APRUSA – Estrada do Aeroporto</li> <li>• Cooperativa COOPLEAGRI – Linha 207</li> <li>• Colônia de Pescadores Z-9 de Ji-Paraná</li> <li>• 3 Cooperativas (pesca, leite e café, agrícola)</li> <li>• Colônia de Pesca Z-09</li> <li>• 19 Grupos informais de mulheres e de jovens na área rural</li> </ul>
Ouro Preto do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato Rural</li> <li>• 19 Associações de Produtores Rurais</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais Flor da Mata (ARFLOMA)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais Colina Verde (ASPRROCOV)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais da Linha 12/81 (ASPROR 12/81)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais da Linha 8/81 (ASPROR 8/81)</li> <li>• Associação de Produtores da Gleba 18 e 19 – BR-364 (ASPROG)</li> <li>• Associação de Produtores Esperança (ASPORESP)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais da Linha 153 (ASPROR 153)</li> <li>• Associação de Produtores da Linha 166 (ASPROR 166)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais do Rio Boa Vista (ASPROR/RIO)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais de Ouro Preto do Oeste 8/A (ASPROESTE 8/A)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais São Mateus de Ajuda Mútua (APRUSMAM)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais da Linha 80 (ASPROR 80)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais da Serra (ASPROR SERRA)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais Bom Princípio (ASBOP)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais da Linha 4 (ASPROR 4)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais Boa Esperança (ASPRORUBE)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais Boa Vida (ASPROBOVI)</li> <li>• Associação de Produtores Rurais Boa Nova (ASPROBON)</li> <li>• Sindicatos de Funcionários Públicos</li> <li>• SEMAR</li> <li>• Associação de Produtores de Leite de BR-364 (ASPROL da BR-364)</li> </ul>
Jaru	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações de Produtores Rurais</li> <li>• Associação de Bairros</li> <li>• Evitando a Poluição do Ambiente (EPA)</li> <li>• Associação Agropecuária de Jaru</li> <li>• Associação Comercial e Industrial de Jaru</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais de “Toquefone” (APROTOF)</li> <li>• Associação dos Produtores de Leite da Linha 610</li> </ul>
Theobroma	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Theobroma</li> <li>• 16 Associações de Produtores Rurais</li> </ul>
Ariquemes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações de Produtores Rurais de cada Linha</li> <li>• Associação de Produtores das Chácaras de Hortifrutigranjeiros</li> <li>• Associação de Moradores</li> <li>• 2 Cooperativas de Garimpeiros de Cassiterita</li> <li>• Associações de Moradores</li> <li>• Associação de Produtores de Leite</li> <li>• Associação dos Revendedores de Produtos Agroquímicos do Vale do Jamari (ARPAVAJ)</li> </ul>



Municípios/Estados	Organizações Sociais Atuantes
Rio Crespo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 9 Associações de Produtores Rurais – cada Linha tem uma Associação (Linhas 70, 75, 80, 85, 90, 95, 100, 105, chacareiro)</li> <li>• COPEMAC</li> <li>• Associações das Mulheres</li> <li>• Rancho da Amizade de Pecuaristas</li> </ul>
Cujubim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação de Mulheres Produtoras Rurais (ASMUC) – mais de 100 associadas</li> <li>• Sindicatos Madeireiros (Patronal)</li> <li>• Sindicato de Toreiros (caminhoneiros de toras de madeira)</li> <li>• Associações de Produtores de Leite</li> <li>• 25 Associações de Produtores Rurais</li> </ul>
Itapuã do Oeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 12 Associações de Produtores Rurais</li> <li>• Associação Rural de Itapuã do Oeste (AROESTE) – Linha General Carneiro</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais do Azul (APRAZUL) – Linha do Azul II</li> <li>• Associação das Mulheres do Azul (AMAZUL) – Linha do Azul III</li> <li>• Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Vale do Sol (AGRIVAS) – Linha 115, TB-40</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais da Linha 120 (ASPROLT) – Travessão da B-20</li> <li>• Associação dos Extrativistas do Município de Itapuã do Oeste (AEMIO - RO)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jamari (APRUVAJAM) – Linha 623, Lote 57, Gleba 10, PA Vale do Jamari</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais Aliança do Jamari (ASPRAJA) – Linha B-40</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais da Aliança do Jamari (APRAJAM) – Linha 619</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais dos Rios Conceição e Alegria (ASPROCAL) – Linha 120, Rios Conceição e Alegria</li> <li>• Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Itapuã do Oeste (STTR)</li> <li>• Associação dos Produtores de Leite e Seus Derivados (ASPRODILIT)</li> <li>• Associação dos Produtores Rurais, Pescadores e Extrativistas da Linha 632 e São Marcos (ASPROMAR) – Linha São Marcos</li> <li>• Associação do Extrativismo no Rio São Marcos</li> <li>• Colônia de Pescadores Z-07 (120 filiados – 2º polo pesqueiro do Estado de Rondônia)</li> <li>• ONG Pedra Bonita (Educação Ambiental)</li> <li>• Ecoterma Manoa – viveiros na mineradora Estanho de Rondônia S.A. e plantio de árvores</li> <li>• OSCIP ADA Açaf (agroecologia)</li> <li>• Cooperativa de Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (COOCARAM) – produtores de café orgânico</li> <li>• Associação do Boi Bumbá</li> <li>• COOPERAMA (cooperativa de palmito pupunha em conserva)</li> </ul>
Candeias do Jamari	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colônia de pescadores Z-06</li> <li>• Associações de Moradores de Assentamentos</li> </ul>
Porto Velho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Porto Velho</li> <li>• Associações de Produtores Rurais</li> <li>• Associação dos Moradores Rurais do Médio Madeira</li> <li>• Associações de Moradores</li> <li>• 12 Cooperativas Urbanas</li> <li>• Sindicatos de Profissionais Urbanos (vários)</li> <li>• ONG Rio Terra</li> <li>• ONG Raiz Nativa</li> <li>• ONG Kanindé</li> <li>• Organização dos Seringueiros da Amazônia</li> <li>• Organização dos Seringueiros de Rondônia</li> <li>• ONG Patcha Mama Amazônia – parceria com PrevFogo (plantio de mucuna preta)</li> <li>• Instituto Curupira (recriação da Floresta Amazônica)</li> </ul>

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, junho 2010.

## **(2) Organizações Sociais – AID**

Ao longo do traçado da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, foram identificadas, na AID, algumas formas de organização social (associativismo e/ou cooperativismo).

Em Jauru (MT), há uma cooperativa de produtores de leite, a CoopNoroeste, situada próximo à AID da futura LT, que possui 270 associados. Há coleta e resfriamento de leite, que é posteriormente transportado para a matriz em Araputanga (MT). O preço básico era, à época da pesquisa de campo (junho de 2010), de R\$0,62 o litro de leite. A cooperativa possui transporte próprio (caminhões) e sua diretoria fica em Araputanga.

Em Vilhena (RO), no Assentamento Águas Claras, as 80 famílias assentadas encontram-se organizadas através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Águas Claras (APRAC). A 1ª parcela do Lote 56R, que compõe a área do assentamento, é registrada em nome da Associação. No local, segundo o presidente da Associação, há pretensões de se instalar uma escola (1º ciclo do Ensino Fundamental) e um Posto de Saúde para atender as famílias de agricultores. Há também um projeto para trazer a Escola Família Agrícola (EFA) para a área do assentamento. Já houve conversas entre as lideranças rurais locais, o prefeito de Vilhena e o secretário municipal de Agricultura.

No município de Pimenta Bueno (RO), as 60 famílias de moradores do distrito de Marco Rondon encontram-se organizadas através da Associação dos Produtores Rurais de Marco Rondon (MASP). As propriedades rurais situam-se na margem da Rodovia BR-364, num trecho de aproximadamente 13km. As principais atividades são a criação de gado leiteiro e a produção de farinha de mandioca.

Cabe ressaltar que Marco Rondon foi loteado pelo INCRA, mas nunca se configurou como um assentamento. Nunca houve incentivo do governo para ajudar no escoamento da produção dos agricultores familiares. Segundo o presidente da Associação, o governo deveria intensificar a produção de leite e, também, ajudar no escoamento, pois o pequeno produtor não tem como pagar o frete, que é muito caro.

Ainda em Pimenta Bueno, há o Projeto de Assentamento Eli Moreira, regularizado pelo INCRA em 1993. Os produtores rurais que vivem na Linha 50 estão organizados em duas associações: a Associação dos Produtores Rurais do Alto Melgaço (APRORAM), em referência ao rio Melgaço, composta por 22 famílias espalhadas ao longo dos 4km iniciais da Linha 50, e a Associação de Produtores Rurais do Setor Dimba (APRODIM), cuja área de atuação se inicia após o 1º Travessão (conhecido como Travessão do Zé da Bala).

Os assentados vivem principalmente da produção leiteira. Contudo, algumas atividades incipientes, como a piscicultura (pirarucu, tambaqui e piaçu) e a horticultura, com apoio técnico e logístico do SEBRAE, da EMATER e da Prefeitura de Pimenta Bueno, estão

alavancando a produção familiar local. A produção de pescado é escoada para as escolas e creches municipais, Casa do Idoso e Casa da Gestante (em Pimenta Bueno).

A Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin de Cacoal (RO), situada na área rural (Linha 10), é administrada por uma associação de pais: a Associação de Pais e Professores da Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin de Cacoal (APPEFAC). Possui 180 famílias associadas.

Todas as linhas que atravessam a área rural, em geral, possuem associações de agricultores familiares ou de pequenos produtores rurais.

Só em Cacoal, são 53 associações registradas desde 2000. A EMATER acompanha essas associações, através de reuniões, linhas de crédito etc. A Linha 9, por exemplo, tem 4 associações. A Linha 10 tem 5 associações, sendo 4 de produtores rurais e a da EFA (APPEFAC).

Em Ministro Andreazza (RO), 160 produtores rurais das Linhas 2 e 3 se organizaram através da Associação Rural “Unidos Venceremos”. A maior parte da produção é de café, mas há também arroz, feijão e milho. O escoamento da produção é feito por intermediários em Cacoal e Ministro Andreazza. A Associação possui um galpão onde se faz o beneficiamento (coletivo) dos grãos; já a produção é individual. Cada associado (produtor) contribui com uma taxa anual de R\$ 450,00 (em média).

Nas Linhas de Colonização situadas na área rural de Ji-Paraná (RO), também é comum a organização dos produtores rurais em associações. Na AID da futura LT, há a Associação de Produtores da Linha 106, a Associação de Produtores de Leite da Linha 102 (8 associados), a Associação de Produtores Rurais da Linha 128 (a sede fica em frente à escola), a Associação de Produtores de Leite da Linha 4, entre outras.

Em Ouro Preto do Oeste (RO), foram identificadas a Associação dos Produtores Rurais da Linha 80 (ASPROR80) e a Associação de Produtores de Leite da BR-364 (ASPROL da BR-364), com 37 associados.

Em Jaru (RO), alguns produtores rurais que vivem ao longo da Linha 610 declararam que fazem parte da Associação de Produtores de Leite da Linha 610, localizada no Projeto Bom Jesus, povoado a cerca de 30km da diretriz da LT. A Associação dos Produtores Rurais de “Toquefone” (nome do igarapé) (APROTOF), situada a cerca de 15km da AID, também foi citada pelos pequenos agricultores familiares que vivem na Linha 605.

Na Linha C-55, área rural de Ariquemes (RO), 16 famílias de pequenos agricultores que vivem no Assentamento Progresso, no PAD Marechal Dutra, declararam que já foram organizadas através de uma associação de produtores rurais.

Próximo à área urbana, há uma unidade de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxico administrada pela Associação dos Revendedores de Produtos Agroquímicos do Vale do Jamari (ARPAVAJ). Essa unidade atende aos municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cujubim, Monte Negro e Itapuã do Oeste.

Os produtores rurais de outras “linhas”, na área rural de Ariquemes, também se encontram organizados em associações. Na Linha C-70, há a Associação de Produtores de Leite da Linha C-70, que dista cerca de 10km da diretriz da LT. Essa associação possui resfriador de leite e produz queijos.

Em Itapuã do Oeste (RO), funciona, à época do corte do palmital, uma cooperativa de palmito pupunha em conserva “tipo exportação”. A Cooperama possui cinco sócios e sua plantação localiza-se na Fazenda Palmital. A atividade iniciou-se em 1994, e já houve três cortes, pois a pupunha é cortada de três em três anos. A fazenda possui área total de 42 alqueires, sendo 18 plantados com pupunha. Além da área cultivada, há um viveiro de mudas.

Cabe observar que, na área rural desse município, situam-se algumas vilas de pescadores (vila do Rio Preto, vila do Rey do Peixe e uma terceira vila), cujos moradores não possuem nenhuma forma de organização social.

Os Assentamentos Flor do Candeias (ainda não regularizado pelo INCRA), Paraíso das Acácias e Cachoeira do Samuel, em Candeias do Jamari (RO), possuem associações de moradores. Em geral, esses moradores, grande parte formada por pequenos produtores rurais, reúnem-se, uma vez por mês, para discutir os assuntos comunitários. A Associação de Moradores do Flor do Candeias, por exemplo, se reúne todo 2º domingo do mês, em sua sede, na Linha 3.

Na área rural de Porto Velho, os pequenos produtores rurais e moradores das chácaras e sítios pertencentes às localidades de “Bacia Leiteira” (Linha 42) e Jerusalém da Amazônia são organizados através de associações de moradores. Os moradores de Parque Castanheira 2, por sua vez, não são associados.

### **3.6.5.5 Atividades Econômicas e Finanças Públicas – All**

#### **a. PIB e Finanças Públicas – All**

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Mato Grosso e do Estado de Rondônia, entre 2003 e 2007, apresentou um crescimento de cerca de 20%, com oscilações no período (**Quadro 3.6.5-67** e **Figura 3.6.5-55**).

Em Mato Grosso, o PIB, a preços constantes de 2007, passou de R\$35.754 milhões, em 2003, para R\$42.687 milhões, em 2007, assim como o do Estado de Rondônia, que passou de R\$12.501 milhões para R\$15.002 milhões, no mesmo período. O PIB *per capita* também apresentou crescimento, passando, no Estado de Mato Grosso, de R\$13.266, em 2003, para R\$14.954, em 2007, e, em Rondônia, de R\$7.568, em 2003, para R\$9.997, em 2007.

Na All, o PIB gerado em 2007 foi de R\$10.941 milhões, sendo que R\$775 mil, gerados nos municípios da All MT, e R\$10.166 milhões, oriundos dos municípios da All RO. O PIB da All MT representa apenas 1,8% do total do Estado de Mato Grosso em 2007 e apresentou um crescimento de 29% entre 2003 e 2007, superior ao do estado como um todo.

No mesmo ano, o PIB da All RO representa 67,8% do total do Estado de Rondônia, em função da presença na All de sua capital Porto Velho e das principais economias municipais do estado, como Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, e apresentou um crescimento de 20,7%, semelhante ao do estado no período 2003/2007.

O PIB *per capita*, que constitui um indicador médio de produto gerado por habitante, em toda a All foi de R\$11.020 no ano de 2007. Nos municípios da All MT, o PIB *per capita* alcança o valor de R\$9.997 e, na All RO, esse número chega a R\$11.106 no mesmo ano.

Surpreendentemente, o município com mais alto PIB *per capita* é Chupinguaia, com R\$15.150, o qual, em 2007, possuía 7.456 habitantes, sendo 65% na área rural; em segundo lugar, está o município de Vilhena, com R\$13.778.

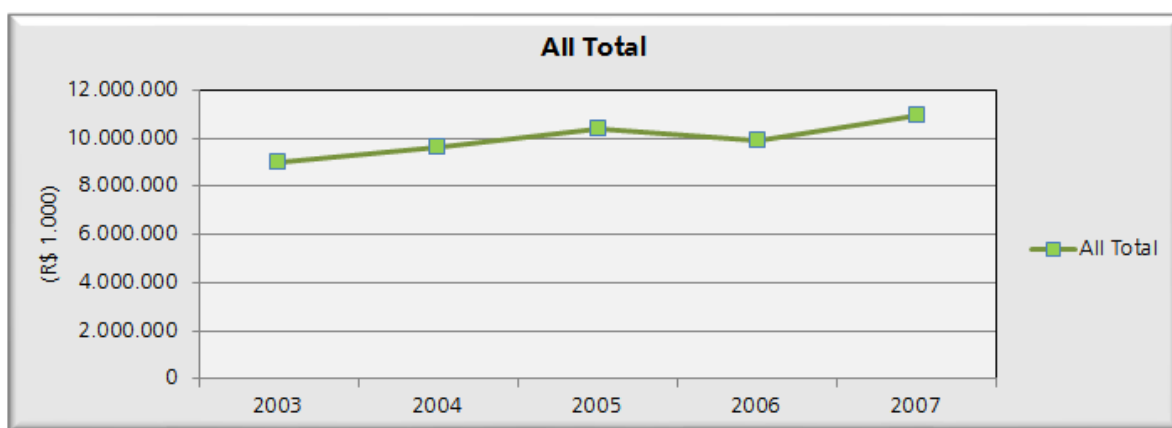
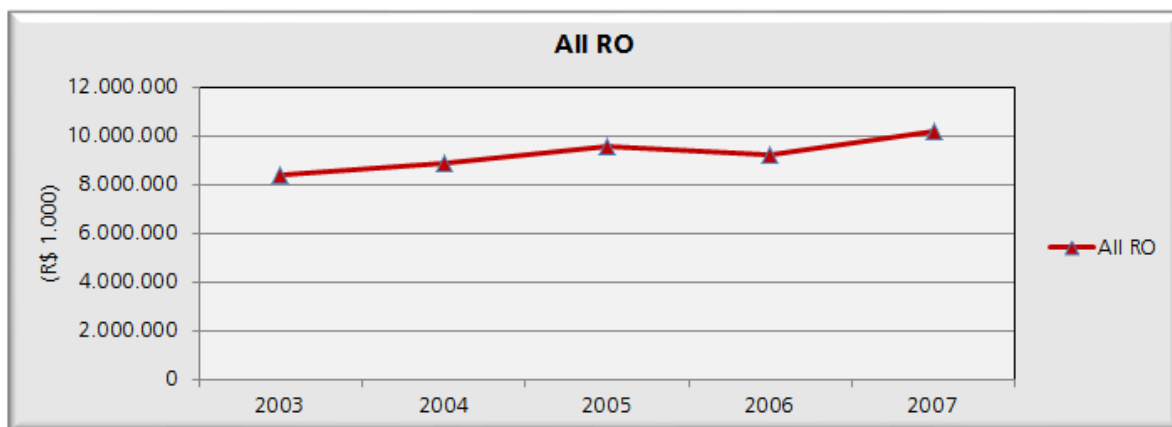
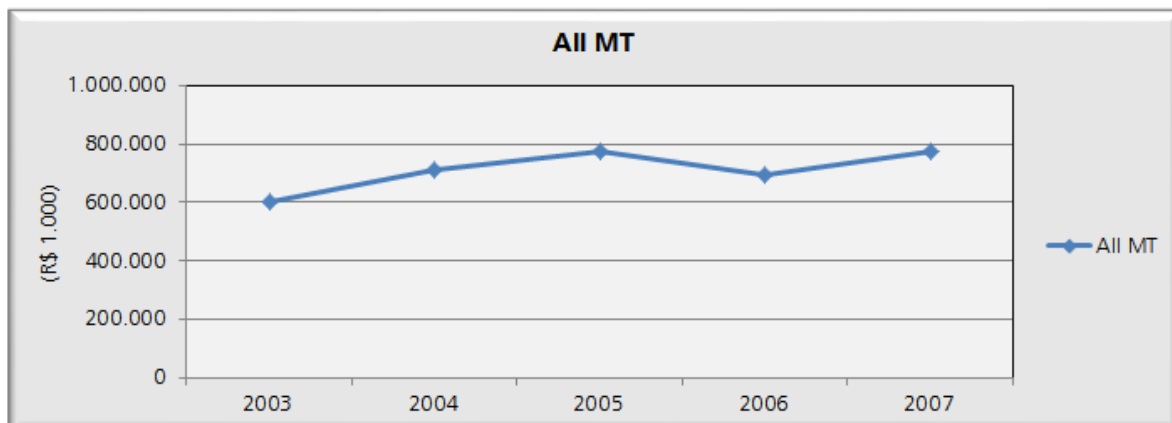
Diferentemente de Chupinguaia, esse município tem uma economia diversificada, possui o 3º PIB total da All, 66.746 habitantes, e é o município mais urbanizado da All, com 94% na área urbana. Rio Crespo, com o 3º PIB *per capita*, R\$13.136, possui uma população de 3.174 habitantes, 72% na área rural e o menor PIB total da All RO. A capital de Rondônia, Porto Velho, apresenta o 4º PIB *per capita*: R\$11.696.

Na All MT, destaca-se o PIB *per capita* de Comodoro, com R\$11.091.

**Quadro 3.6.5-67** - Produto Interno Bruto e *per capita* a preços constantes de 2007

Estados/Municípios	Ano									
	2003		2004		2005		2006		2007	
	A preços constantes (R\$ 1.000)	Per capita (R\$)	A preços constantes (R\$ 1.000)	Per capita (R\$)	A preços constantes (R\$ 1.000)	Per capita (R\$)	A preços constantes (R\$ 1.000)	Per capita (R\$)	A preços constantes (R\$ 1.000)	Per capita (R\$)
Mato Grosso	35.754.690	13.266	43.330.742	15.762	40.857.074	14.575	36.348.056	12.722	42.687.119	14.954
Jauru	98.935	7.870	142.926	11.129	158.077	12.356	86.005	6.747	95.122	8.829
Vale de São Domingos	15.134	4.361	17.294	5.384	18.420	5.624	19.812	5.937	23.917	8.325
Pontes e Lacerda	286.984	7.169	303.194	7.426	328.550	7.892	342.638	8.076	382.582	10.092
Conquista D'Oeste	17.754	6.384	27.888	9.834	20.990	7.258	21.990	7.462	22.061	7.103
Nova Lacerda	40.580	9.123	47.562	10.428	60.285	12.895	50.192	10.481	52.642	10.637
Comodoro	141.651	8.103	170.193	9.368	189.030	10.024	173.112	8.858	198.956	11.091
All MT	601.038	7.568	709.058	8.600	775.352	9.217	693.750	8.086	775.280	9.997
Rondônia	12.501.049	8.454	13.200.966	8.451	14.050.215	9.156	13.512.826	8.649	15.002.734	10.320
Vilhena	755.869	12.554	826.709	12.567	853.792	13.352	797.550	12.120	919.633	13.778
Chupinguaia	89.281	14.560	105.524	15.875	104.444	16.125	106.630	16.037	112.958	15.150
Pimenta Bueno	284.465	9.011	305.369	9.720	333.391	10.595	307.915	9.802	332.446	10.107
Cacoal	803.258	10.694	733.866	9.603	819.172	10.780	753.062	9.854	818.448	10.747
Ministro Andreazza	81.016	7.184	74.996	6.682	74.455	6.624	68.485	6.102	76.713	7.417
Presidente Médici	169.148	6.557	174.217	6.882	176.351	6.923	173.246	6.844	183.337	8.260
Ji-Paraná	950.481	8.609	1.010.166	8.905	1.091.199	9.705	1.020.406	8.994	1.121.152	10.412
Ouro Preto do Oeste	324.305	7.948	321.730	7.898	333.159	8.174	314.025	7.709	334.192	9.273
Jaru	502.425	9.130	519.513	9.238	602.401	10.788	527.068	9.371	584.471	11.143
Theobroma	93.483	7.266	91.629	6.399	94.791	6.849	92.731	6.473	96.616	9.708
Ariquemes	686.099	8.447	748.739	8.616	764.356	8.989	758.185	8.722	867.476	10.529
Rio Crespo	34.187	10.366	33.328	9.253	36.042	10.295	37.743	10.475	41.694	13.136
Cujubim	58.922	7.366	63.743	6.904	69.258	7.846	74.825	8.100	100.742	7.270
Itapuã do Oeste	57.839	7.379	59.288	6.819	59.936	7.124	71.338	8.201	81.877	10.358
Candeias do Jamari	112.842	7.326	143.482	8.276	137.553	8.237	200.655	11.568	174.344	10.417
Porto Velho	3.420.069	9.507	3.677.075	9.654	4.035.634	10.793	3.897.636	10.231	4.319.683	11.696
All RO	8.423.690	9.435	8.889.373	9.375	9.585.934	10.265	9.201.502	9.702	10.165.784	11.106
All Total	9.024.728	9.282	9.598.431	9.313	10.361.287	10.178	9.895.252	9.568	10.941.064	11.020

**Fonte:** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA



**Figura 3.6.5-55** - Produto Interno Bruto e *per capita* a preços de 2007  
**Fonte:** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

A caracterização das finanças públicas dos municípios da All (**Quadro 3.6.5-68**) está baseada em dados do IBGE de 2008, que, por sua vez, tiveram origem nas seguintes fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, registros administrativos e da malha municipal digital do Brasil.

As receitas das Prefeituras de todos os municípios da All perfizeram o valor de R\$1.284 milhões em 2007, sendo que apenas 9,5% desse valor foram gerados nos municípios mato-grossenses da All e os restantes 90,5%, nos municípios de Rondônia.

O município de Porto Velho, sozinho, é responsável por 36,5% do total das receitas municipais da All, ou seja, R\$469,1 milhões anuais, seguindo-se, como os de maior receita anual total, os municípios de Ji-Paraná (R\$129,2 milhões), Ariquemes (R\$109,4 milhões), Vilhena (R\$95,3 milhões) e Cacoal (R\$88 milhões).

Os municípios com menor receita são Rio Crespo (RO), Vale de São Domingos (MT), Conquista d'Oeste (MT) e Itapuã do Oeste (RO), com receita municipal entre R\$6,7 milhões e R\$12,3 milhões anuais.

Dos impostos de arrecadação municipal, destaca-se o Imposto sobre Serviços (ISS), que representa 51,5% da arrecadação tributária dos municípios da All, sendo 52,2% na All MT e 51,5% na All RO. Dos 73,8 milhões arrecadados de ISS na All como um todo, 56,2% se devem ao ISS arrecadado em Porto Velho, 9% em Ji-Paraná e 7,8% em Vilhena.

As transferências do estado e da União alcançam o total de R\$956,29 milhões na All, ou seja, as Prefeituras Municipais dependem fortemente das transferências intergovernamentais, destacando-se as transferências da União, com R\$443,8 milhões, superando as receitas transferidas pelo estado, que alcançaram R\$325 milhões.

Quanto às despesas realizadas pelas Prefeituras, observa-se que, do total, 43,1% ou R\$552,8 milhões são gastos com Pessoal e Encargos Sociais na All, sendo que esse percentual na All MT é de 36,5% e, na All RO, de 43,7%. São gastos destinados a manter a máquina administrativa (em alguns municípios, a Prefeitura é o setor que mais emprega mão de obra).

Outra despesa importante são os investimentos realizados basicamente na execução de obras, instalações, aquisição de equipamentos e de material permanente que, na All, foi de R\$244,8 milhões, que representam 19,1% das despesas totais, sendo 19,5% nas despesas totais da All MT e 19% na All RO.

Nota-se ainda que Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Rio Crespo, em Rondônia, e Nova Lacerda, em Mato Grosso, foram os únicos municípios que registraram déficit orçamentário; nos demais municípios, as receitas foram superiores às despesas.



**Quadro 3.6.5-68 - Finanças Públicas - 2008**

Estados/Municípios	Receitas Orçamentárias (x 1.000)														Despesas Correntes (x 1.000)									
	Receitas orçamentárias realizadas	Receitas orçamentárias realizadas - Correntes	Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias	Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	Receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços - ISS	Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	Receitas orçamentárias realizadas - Taxas	Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição	Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial	Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes	Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergovernamental da União	Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergovernamental do Estado	Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa	Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes	Receitas orçamentárias realizadas - Capital	Receitas orçamentárias realizadas - Transferência de Capital	Despesas orçamentárias realizadas	Despesas orçamentárias realizadas - Correntes	Despesas orçamentárias realizadas - Outras Despesas Correntes	Despesas orçamentárias realizadas - Capital	Despesas orçamentárias realizadas - Investimentos	Despesas orçamentárias realizadas - Pessoal e Encargos Sociais	Despesas orçamentárias realizadas - Obras e Instalações	Despesas orçamentárias realizadas - Superavit ou Déficit
<b>Mato Grosso</b>																								
Jauru	17.548	15.491	752	57	466	85	30	447	351	13.625	6.983	4.667	29	30	3.081	3.081	16.584	13.033	7.304	3.551	3.311	5.729	3.147	964
Vale de São Domingos	8.460	8.368	220	1	63	53	3	6	31	8.098	4.746	2.104	1	14	1.073	1.073	8.243	6.600	3.523	1.643	1.643	3.077	1.304	218
Pontes e Lacerda	43.074	42.453	4.051	452	1.972	514	656	1.689	724	35.000	16.062	13.161	269	923	3.925	3.837	41.124	32.591	20.553	8.533	7.701	11.933	6.817	1.950
Conquista D'Oeste	10.832	11.222	351	31	105	9	25	255	183	10.318	5.572	3.512	20	111	627	615	10.387	7.634	3.408	2.754	2.708	4.199	2.023	445
Nova Lacerda	13.326	11.154	1.502	19	1.281	23	37	-	108	9.469	4.248	3.177	41	55	2.172	2.156	13.519	10.320	5.712	3.199	3.075	4.608	2.557	-193
Comodoro	28.500	27.825	1.932	357	709	105	117	686	501	24.497	10.288	8.532	123	202	2.499	2.431	27.203	22.344	9.180	4.859	4.423	13.164	3.452	1.297
All MI	121.740	116.513	8.808	917	4.596	789	868	3.083	1.897	101.007	47.899	35.152	484	1.335	13.379	13.194	117.060	92.522	49.680	24.538	22.859	42.710	19.299	4.680
<b>Rondônia</b>																								
Vilhena	95.348	89.501	13.013	1.839	5.757	1.194	1.006	1.861	881	65.644	25.295	27.500	2.571	5.194	4.239	3.575	89.679	77.845	30.973	11.834	9.086	46.568	6.471	5.669
Chupinguaia	18.254	20.714	1.116	21	752	77	39	-	40	19.400	4.908	9.891	48	80	18	-	18.053	15.714	6.562	2.339	1.980	9.152	1.677	201
Pimenta Bueno	40.501	37.167	3.335	537	1.577	232	498	1.093	282	31.610	14.033	11.091	489	690	6.768	6.734	37.431	28.338	11.696	9.093	7.405	16.573	6.317	3.069
Cacoal	88.069	91.329	8.037	1.651	3.415	452	836	-	638	72.830	30.482	30.252	1.547	2.594	4.727	4.418	86.105	74.828	31.518	11.277	9.136	42.289	7.337	1.964
Ministro Andreazza	14.066	13.715	279	17	154	9	8	14	165	13.034	6.018	3.912	8	65	1.776	1.716	13.933	11.437	4.898	2.496	2.346	6.511	1.019	133
Presidente Médici	21.369	22.575	1.039	104	381	116	183	299	131	19.897	10.863	5.177	215	1.182	888	838	20.623	18.436	7.405	2.187	2.032	10.921	1.648	747
Ji-Paraná	129.266	117.724	13.007	1.404	6.658	885	1.970	4.065	3.318	90.315	40.172	38.788	2.161	4.449	18.202	18.202	124.541	97.813	48.881	26.728	24.760	48.071	20.961	4.725
Ouro Preto do Oeste	42.278	42.419	4.192	534	1.916	277	533	1.634	2.137	33.390	16.482	9.392	59	1.058	1.300	1.258	35.157	31.238	12.049	3.919	1.892	18.980	1.012	7.121
Jaru	58.008	61.365	3.802	424	966	342	463	5.064	1.325	49.751	20.789	17.485	513	1.423	2.020	1.320	45.634	41.796	15.240	3.839	583	26.556	1	12.374
Theobroma	15.753	17.026	337	24	169	26	44	1.109	129	15.240	5.413	3.617	27	134	-	-	13.805	11.797	4.870	2.008	1.619	6.926	1.015	1.949
Ariquemes	109.449	107.937	11.160	1.475	4.676	-	1.122	2.735	2.006	87.757	31.187	29.714	866	4.279	6.715	6.148	104.413	85.650	35.110	18.763	17.354	49.533	6.416	5.035
Rio Crespo	6.783	7.809	193	5	97	14	7	-	20	7.583	4.097	2.389	6	11	-	-	6.894	6.640	3.014	253	89	3.569	14	-111
Cujubim	19.232	20.893	527	20	238	36	89	1.528	289	18.261	7.189	3.677	18	199	14	-	16.890	13.334	6.113	3.555	3.090	7.162	2.326	2.342
Itapuã do Oeste	12.310	13.604	362	22	206	11	38	-	180	13.004	5.355	4.030	39	58	-	-	12.324	10.963	4.667	1.361	1.023	6.296	619	-13
Candeias do Jamari	22.423	20.730	1.342	102	649	9	413	-	83	18.969	8.938	5.605	72	336	3.741	3.720	23.768	17.484	7.748	6.285	6.096	9.736	5.421	-1.345
Porto Velho	469.181	427.973	72.339	5.645	41.374	3.628	12.651	25.046	14.621	298.521	154.699	87.446	7.358	17.445	60.280	60.231	517.543	374.105	169.724	143.439	133.521	201.263	125.719	-48.363
All RO	1.162.289	1.112.480	134.080	13.823	68.986	7.309	19.899	44.449	26.244	855.208	385.921	289.966	15.996	39.198	110.689	108.161	1.166.794	917.418	400.468	249.376	222.012	510.104	187.973	-4.504
All Total	1.284.030	1.228.994	142.888	14.741	73.582	8.099	20.766	47.532	28.141	956.215	433.820	325.119	16.480	40.532	124.068	121.354	1.283.854	1.009.940	450.148	273.914	244.872	552.814	207.272	176

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos, 2008

## **b. Principais Atividades Econômicas**

As atividades econômicas dos Estados de Mato Grosso e de Rondônia concentram-se no Setor Terciário (comércio e serviços), tanto no que diz respeito ao número de Unidades (2006) quanto ao Valor Adicionado por atividade econômica (2007). Em Mato Grosso, das 98.849 unidades cadastradas, 84,5% estão no Setor Terciário e representam 55,5% do Valor Adicionado na economia que, no estado como um todo, é de R\$37.907 milhões. Em Rondônia, das 37.126 empresas cadastradas, 85,7% fazem parte do Setor Terciário e, dos R\$13.299 milhões gerados na economia do estado, 65% estão no Setor Terciário (**Quadros 3.6.5-69 e 3.6.5-70 e Figuras 3.6.5-56 e 3.6.5-57**).

Os dados do IBGE mostram que apenas 13% das unidades em Mato Grosso e em Rondônia são ligadas ao Setor Secundário e 2,6%, ao Setor Primário de Mato Grosso, e 1%, em Rondônia. As unidades ligadas à pesca representam apenas 0,1% das unidades em todo o Estado de Mato Grosso e Rondônia. Assim, o Setor Primário desenvolve-se principalmente através das atividades de agricultura, pecuária e exploração florestal. No Setor Secundário, predominam as unidades ligadas à indústria de transformação. As unidades do Setor Terciário compreendem principalmente o comércio e as atividades imobiliárias, de alojamento e alimentação, de transporte e armazenagem e de prestação de serviços. Essas são também as atividades responsáveis pela maior parte do pessoal ocupado nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, incluindo nele as pessoas ocupadas na administração pública: 23,7% em Mato Grosso e 21,8% em Rondônia, em 2006 (**Quadro 3.6.5-71 e Figura 3.6.5-58**).

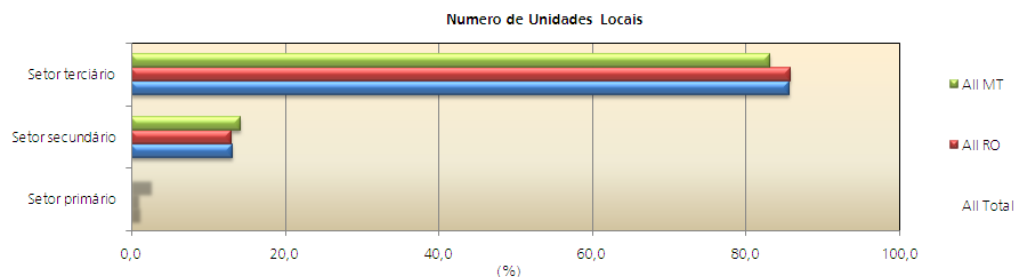
Pode-se observar que a produção gerada na economia da All MT representa apenas 1,87% da economia estadual, enquanto a All RO representa 66% da economia de Rondônia, tomando como parâmetro o Valor Adicionado de 2007. Na All MT, dos R\$710 milhões gerados na economia dos municípios naquele ano, 53,1% foram gerados pelas atividades terciárias, seguindo-se o Setor Primário, com 27,9%; por fim, o Setor Secundário, com 19%. Já na All RO, dos R\$8.787,4 milhões adicionados à economia naquele ano, as atividades terciárias responderam por 70,9%, seguindo-se o Setor Secundário, com 17,1%, e, por fim, o Setor Primário, com 12%.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), o rendimento mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio nos municípios da All (**Quadro 3.6.5-72 e Figura 3.6.5-59**) concentra-se na faixa de 1 salário e de um a 2 salários-mínimos, com 42,6% (100.680 pessoas). Na All MT, a participação dessas pessoas é relativamente maior: 49,9% dos responsáveis pelos domicílios recebiam mensalmente até 2 salários-mínimos. Por outro lado, na All RO, essa participação é menor (41,9%), ou seja, o rendimento está sendo distribuído em faixas de renda superior, indicando que a distribuição dos rendimentos é melhor em Rondônia que em Mato Grosso.

**Quadro 3.6.5-69 - Número de Unidades Locais**

Estados/Municípios	Total	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)																
		S. Primário		Setor Secundário				Setor Terciário										
		Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio, reparação de veículos, automotores, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias, serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Serviços domésticos	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
Mat. Grosso	98.849	2.473	55	413	10.045	174	2.290	51.330	5.373	4.941	1.292	7.772	513	1.752	1.937	8.489	-	-
Jauru	286	6	-	-	24	2	4	161	11	8	2	12	4	7	6	39	-	-
Vale de São Domingos	16	-	-	-	1	-	-	11	-	-	-	1	1	-	1	1	-	-
Pontes e Lacerda	1.212	25	2	8	118	1	24	720	54	52	8	61	5	25	21	88	-	-
Conquista D Oeste	58	3	-	-	3	1	1	34	6	4	1	1	2	-	-	2	-	-
Nova Lacerda	111	7	-	4	10	1	2	52	4	6	1	2	2	2	4	14	-	-
Comodoro	665	21	-	4	108	3	14	317	36	33	6	27	2	7	12	75	-	-
All MT	2.348	62	2	16	264	8	45	1.295	111	103	18	104	16	41	44	219	-	-
Rorônia	37.126	327	23	141	3.877	65	841	19.606	1.594	1.545	356	2.260	178	853	853	4.607	-	-
Vilhena	2.693	38	2	4	296	6	42	1.414	152	268	26	166	5	50	44	180	-	-
Chupinguaia	137	7	-	-	20	3	-	70	4	2	1	3	2	3	-	22	-	-
Pimenta Bueno	1.168	26	3	6	158	3	25	565	54	64	12	80	2	22	19	129	-	-
Cacoal	2.268	18	2	6	246	1	39	1.172	96	101	30	142	5	120	72	216	-	-
Ministro Andreazza	114	1	-	-	14	-	3	48	5	3	1	4	3	1	-	31	-	-
Presidente Médici	511	4	-	6	34	-	5	267	13	20	2	27	4	11	3	115	-	-
Ji-Paraná	3.334	29	3	9	394	2	65	1.814	90	135	44	210	4	61	77	397	-	-
Ouro Preto do Oeste	1.081	12	-	4	88	-	24	565	53	48	12	49	3	26	25	172	-	-
Jaru	1.450	16	-	1	144	3	42	742	40	65	12	60	1	93	35	198	-	-
Theobroma	61	2	-	1	7	-	-	34	1	2	1	1	3	-	-	9	-	-
Ariquemes	2.279	35	-	27	307	2	45	1.167	142	82	19	168	4	39	51	191	-	-
Rio Crespo	36	1	-	2	2	-	1	21	-	3	-	-	2	-	-	4	-	-
Cujubim	241	-	-	-	57	-	2	135	6	7	-	1	1	3	1	27	-	-
Itapua do Oeste	85	1	-	1	12	-	2	41	9	3	-	3	2	-	-	11	-	-
Candeias do Jamari	238	9	-	4	27	-	2	136	13	4	-	3	2	6	-	32	-	-
Porto Velho	10.434	60	9	39	797	22	366	5.515	604	403	129	996	49	202	348	895	-	-
All RO	26.130	259	19	112	2.603	42	663	13.706	1.282	1.208	289	1.913	93	637	675	2.629	-	-
All Total	28.478	321	21	128	2.867	50	708	15.001	1.393	1.311	307	2.017	109	678	719	2.848	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006

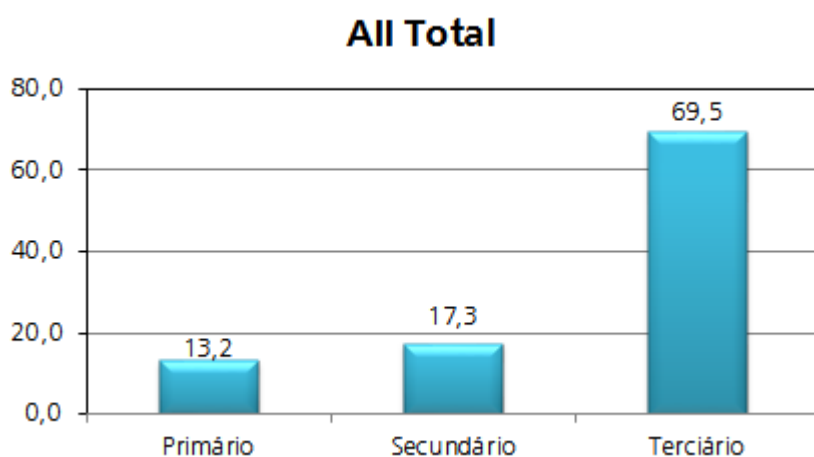
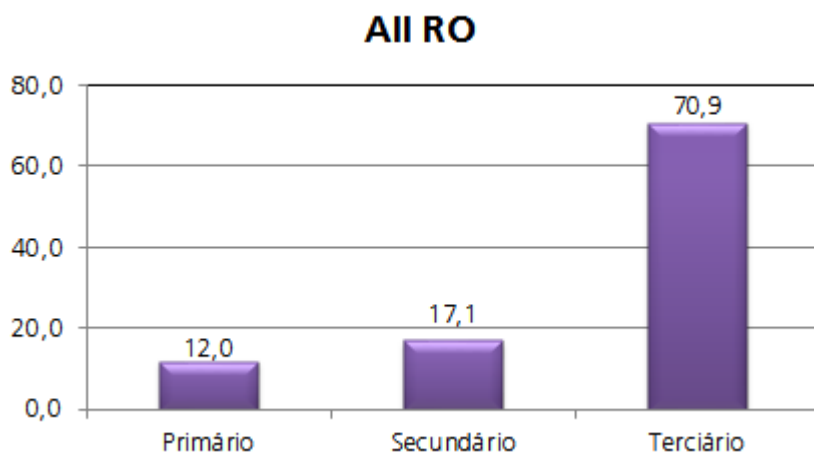
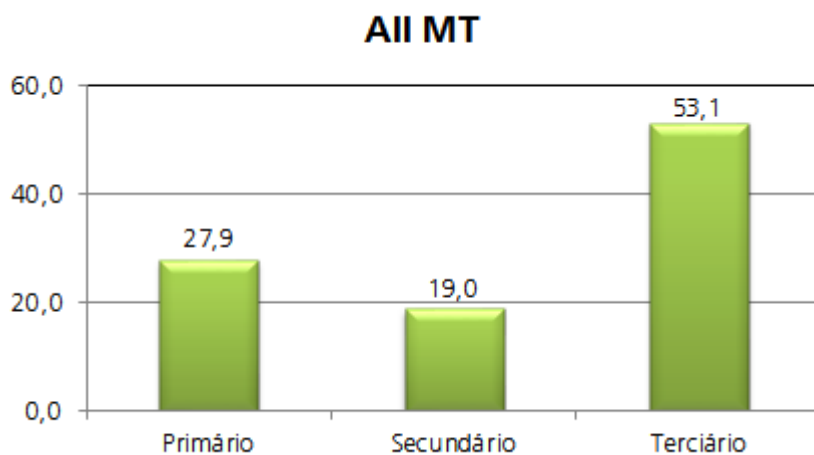


**Figura 3.6.5-56 – Número de Unidades Locais**  
Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006

**Quadro 3.6.5-70** - Valor Adicionado Por Atividade Econômica (R\$ 1.000)

Estados/Municípios	Total	Setor da Economia		
		Primário	Secundário	Terciário
Mato Grosso	37.907.570	10.658.587	6.227.409	21.021.574
Jauru	90.533	20.247	32.838	37.448
Vale de São Domingos	22.848	11.162	2.008	9.678
Pontes e Lacerda	345.995	76.157	73.828	196.010
Conquista D'Oeste	20.508	6.968	1.459	12.081
Nova Lacerda	49.310	20.230	11.054	18.026
Comodoro	181.197	63.202	13.907	104.088
All MT	710.391	197.966	135.094	377.331
Rondônia	13.299.309	2.700.279	1.948.022	8.651.008
Vilhena	797.540	83.039	195.289	519.212
Chupinguaia	106.402	57.037	10.047	39.318
Pimenta Bueno	292.873	44.080	54.218	194.575
Cacoal	739.397	116.244	164.796	458.357
Ministro Andreazza	72.554	27.157	4.230	41.167
Presidente Médici	172.332	62.088	12.207	98.037
Ji-Paraná	977.081	81.612	205.578	689.891
Ouro Preto do Oeste	308.624	86.920	33.283	188.421
Jaru	536.025	109.970	150.835	275.220
Theobroma	92.798	50.689	3.893	38.216
Ariquemes	765.096	92.542	178.657	493.897
Rio Crespo	39.917	24.584	1.126	14.207
Cujubim	94.140	21.697	20.853	51.590
Itapuã do Oeste	76.279	21.115	19.422	35.742
Candeias do Jamari	166.645	31.961	68.010	66.674
Porto Velho	3.549.736	144.629	382.295	3.022.812
All RO	8.787.439	1.055.364	1.504.739	6.227.336
All Total	9.497.830	1.253.330	1.639.833	6.604.667

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2007

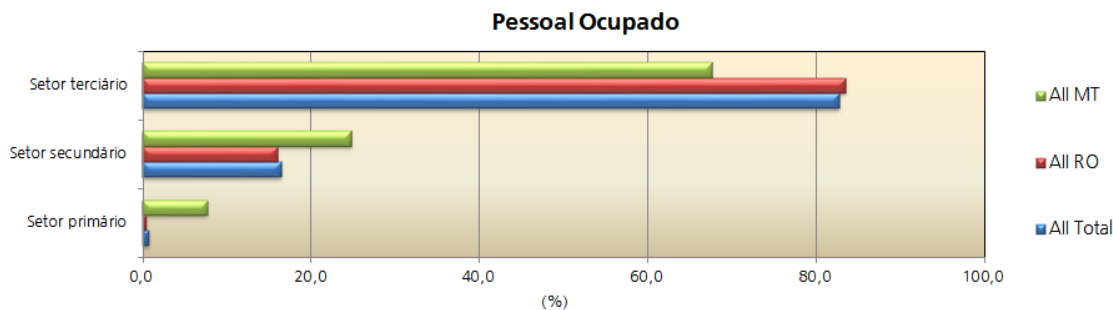


**Figura 3.6.5-57** - Valor Adicionado Por Atividade Econômica (%)  
**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2007

**Quadro 3.6.5-71 - Pessoal Ocupado**

Estados/Municípios	Total	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)																
		S. Primário		Setor Secundário					Setor Terciário									
		Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio; reparação de veículos, automotores, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Serviços domésticos	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
Mato Grosso	561.102	14.677	77	2.017	93.173	1.721	17.963	159.283	16.556	25.567	8.339	35.750	133.041	17.601	12.801	22.536	-	-
Jauru	784	25	-	-	64	-	4	305	15	10	-	15	278	9	19	40	-	-
Vale de São	151	-	-	-	-	-	-	151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	6.450	497	-	45	1.635	-	204	2.383	181	125	49	122	878	58	119	154	-	-
Conquista D'Oeste	168	33	-	-	25	-	-	95	4	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	202	34	-	1	51	-	-	94	10	5	-	-	-	-	6	1	-	-
Comodoro	1.632	128	-	3	259	3	33	806	86	65	42	102	-	15	12	78	-	-
All MT	9.387	717	0	49	2.034	3	241	3.834	296	216	91	239	1.156	82	156	273	-	-
Rondônia	258.202	1.142	46	721	32.346	1.955	8.070	108.000	5.902	8.327	2.594	12.980	56.226	7.002	4.628	8.263	-	-
Vilhena	14.069	176	-	9	2.855	37	518	5.492	491	937	209	476	1.933	316	191	429	-	-
Chupiniquia	630	45	-	-	413	2	-	148	14	-	-	5	-	2	-	1	-	-
Pimenta Bueno	5.362	83	15	41	1.465	21	263	2.477	176	313	144	180	-	63	53	68	-	-
Cacoal	12.746	33	-	47	2.953	-	390	5.014	432	443	167	432	1.584	473	307	471	-	-
Ministro Andreazza	651	-	-	-	77	-	3	162	12	6	-	3	367	-	21	-	-	-
Presidente Médici	1.989	19	-	23	256	-	49	714	39	70	-	55	676	8	19	61	-	-
Ji-Paraná	21.001	76	3	86	3.823	-	558	8.631	416	1.233	264	731	2.740	405	541	1.494	-	-
Ouro Preto do Oeste	4.795	15	-	17	649	-	52	2.030	201	132	109	123	974	81	156	256	-	-
Jaru	6.731	20	-	-	1.559	7	1.179	2.825	136	320	116	117	-	132	113	207	-	-
Theobroma	548	-	-	-	48	-	-	79	-	-	-	-	407	-	-	14	-	-
Ariquemes	14.325	163	-	263	3.247	-	490	5.268	543	506	166	633	1.941	327	308	470	-	-
Rio Crespo	36	-	-	-	-	-	-	29	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-
Cujubim	763	-	-	-	549	-	-	175	6	11	-	-	-	9	-	13	-	-
Itapua do Oeste	279	-	-	-	90	-	-	149	30	4	-	4	-	-	-	2	-	-
Candeias do Jamari	627	65	-	10	141	-	-	298	27	16	-	7	-	7	-	56	-	-
Porto Velho	121.742	156	11	121	5.350	1.625	3.860	59.113	2.709	3.389	1.007	9.253	24.481	4.672	2.498	3.497	-	-
All RO	206.294	851	29	617	23.475	1.692	7.362	92.604	5.232	7.387	2.182	12.019	35.103	6.495	4.186	7.060	-	-
All Total	215.681	1.568	29	666	25.509	1.695	7.603	96.438	5.528	7.603	2.273	12.258	36.259	6.577	4.342	7.333	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006

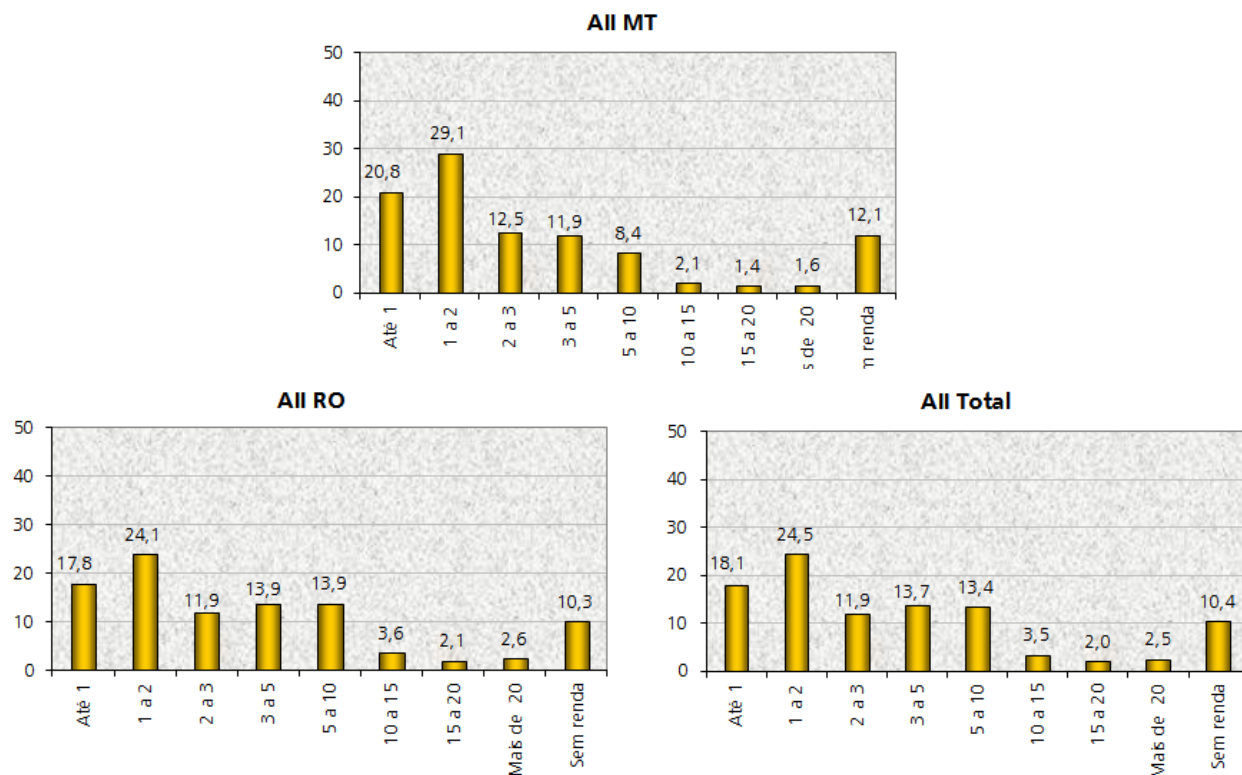


**Figura 3.6.5-58 - Pessoal Ocupado (%)**  
 Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2006

**Quadro 3.6.5-72 - Classe de Rendimentos**

Estados/Municípios	Total	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio								
		Até 1 S/M	de 1 a 2 S/M	de 2 a 3 S/M	de 3 a 5 S/M	de 5 a 10 S/M	de 10 a 15 S/M	de 15 a 20 S/M	Mais de 20 S/M	Sem rendimento
Mato Grosso	645.905	118.542	149.620	88.112	96.059	77.816	20.038	13.009	19.037	63.672
Jauru	3.062	959	862	339	308	206	48	30	30	280
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	11.472	2.277	3.558	1.410	1.373	1.018	241	169	178	1.248
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	851	150	248	120	107	69	20	11	9	117
Comodoro	3.820	607	921	537	494	327	96	57	98	683
All MT	19.205	3.993	5.589	2.406	2.282	1.620	405	267	315	2.328
Rondônia	347.194	73.518	86.613	39.011	45.044	42.446	10.769	6.195	7.754	35.844
Vilhena	14.506	2.502	3.617	1.838	2.098	2.117	502	293	398	1.141
Chupinguaia	1.449	305	505	249	190	103	14	7	12	64
Pimenta Bueno	8.427	1.670	2.054	989	1.165	1.087	278	131	156	897
Cacoal	19.322	3.857	4.805	2.377	2.543	2.369	589	332	406	2.044
Ministro Andreazza	2.708	918	564	207	248	248	68	49	67	339
Presidente Médici	6.803	2.018	1.768	678	793	620	201	67	79	579
Ji-Paraná	28.084	5.311	7.146	3.653	4.124	3.880	918	554	595	1.903
Ouro Preto do Oeste	10.659	2.526	2.785	1.208	1.515	1.323	315	174	175	638
Jaru	13.566	2.655	3.487	1.583	1.925	1.540	397	232	230	1.517
Theobroma	2.535	840	582	267	266	156	31	19	18	356
Ariquemes	18.527	2.929	4.398	2.590	2.933	2.434	612	350	383	1.898
Rio Crespo	771	135	180	69	98	80	15	20	11	163
Cujubim	1.612	277	342	195	210	181	47	20	28	312
Itapuã do Oeste	1.698	424	496	214	196	130	34	12	23	169
Candeias do Jamari	3.167	748	973	369	325	285	59	28	25	355
Porto Velho	83.682	11.662	18.625	9.317	11.527	13.597	3.716	2.224	3.072	9.942
All RO	217.516	38.777	52.327	25.803	30.156	30.150	7.796	4.512	5.678	22.317
All Total	236.721	42.770	57.916	28.209	32.438	31.770	8.201	4.779	5.993	24.645

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000



**Figura 3.6.5-59 - Classe de Rendimentos (%)**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

Em toda a All, existiam 418.644 pessoas economicamente ativas; desse total, 368.552 estavam ocupadas na semana de referência e 50.092 estavam desocupadas na semana de referência (**Quadro 3.6.5-73**), ou seja, havia uma taxa de desemprego de 12% em 2000 (Censo Demográfico do IBGE).

Entre as pessoas ocupadas na All (**Quadro 3.6.5-71**), observa-se o seguinte perfil: 44,7% das pessoas trabalhavam no comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 16,8% trabalhavam na administração pública, defesa e seguridade social; 11,8% do total dedicavam-se ao trabalho nas indústrias de transformação; 8,4% em serviços coletivos, sociais e pessoais, educação e saúde; 5,7% em atividades imobiliárias; e 3,5% em transporte, armazenagem e comunicação, dentre as principais atividades.

Na distribuição da população na ocupação e categoria no trabalho principal (**Quadro 3.6.5-74**), em toda a All, de acordo com o IBGE (2000), de um total de 341.509 pessoas ocupadas, 66,3% constituíam-se de Empregados; 30,8%, de trabalhadores por Conta Própria; e 2,9%, de Empregadores. Do total de empregados, 49% tinham carteira assinada, 40,7% não tinham carteira assinada e 10,3% do total eram compostos por militares e funcionários públicos estatutários.

Na All MT, o número de trabalhadores com carteira assinada cai para 31,9% do total, sendo que os trabalhadores sem carteira assinada são maioria, com 58,8%. Na All RO, o número de trabalhadores com carteira assinada é mais alto, 50,4%, pela presença da capital Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, com mais de 87 mil trabalhadores (78,59% do total) com carteira assinada. No entanto, essa realidade não reflete a situação dos outros municípios. Em Nova Lacerda (MT), por exemplo, 72,7% dos trabalhadores não têm direitos trabalhistas porque não dispõem de carteira de trabalho; esse número ultrapassa os 60% em Jauru (MT), Ministro Andreazza (RO), Cujubim (RO) e Candeias do Jamari (RO). Como outra face da mesma problemática, esses municípios possuem alta participação de trabalhadores por Conta Própria.

### **(1) Setor Primário**

As atividades do Setor Primário referem-se, principalmente, ao grupo composto por agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pela pesca (IBGE, 2005). Observa-se que tanto os municípios da All MT quanto os da All RO têm poucas unidades produtivas neste setor e pouca relevância quanto ao pessoal ocupado relativamente aos demais setores da economia (**Quadros 3.6.5-69 e 3.6.5-71**, respectivamente). A maior parte das unidades produtivas no universo rural não está formalmente constituída; sendo assim, o Cadastro Central de Empresas, fonte das informações obtidas, não traduz a importância do setor.



**Quadro 3.6.5-73** - Pessoas com 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativas, Ocupadas ou Desocupadas, Por Sexo

Estados/Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)			Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência (Pessoas)			Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Pessoas)			Pessoas com 10 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por sexo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Mato Grosso	1.982.014	1.020.687	961.327	1.159.136	755.996	403.140	1.016.726	686.092	330.634	142.410	69.904	72.506
Jauru	10.056	5.168	4.888	4.357	3.341	1.016	3.905	3.065	840	452	276	176
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	33.904	17.622	16.282	19.094	13.144	5.950	17.210	12.181	5.029	1.884	963	921
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	3.132	1.769	1.363	2.312	1.488	824	2.223	1.451	772	89	37	52
Comodoro	11.448	6.076	5.372	6.559	4.500	2.059	5.952	4.173	1.779	607	327	280
All MT	58.540	30.635	27.905	32.322	22.473	9.849	29.290	20.870	8.420	3.032	1.603	1.429
Rondonia	1.066.016	547.937	518.079	614.342	405.482	208.860	551.201	375.746	175.455	63.141	29.736	33.405
Vilhena	41.920	20.786	21.134	26.115	15.747	10.368	23.187	14.261	8.926	2.928	1.486	1.442
Chupinguaia	4.154	2.326	1.828	2.612	1.924	688	2.337	1.770	567	275	154	121
Pimenta Bueno	25.021	12.695	12.326	13.594	8.800	4.794	12.213	8.107	4.106	1.381	693	688
Cacoal	57.918	29.140	28.778	34.247	22.307	11.940	31.192	21.008	10.184	3.055	1.299	1.756
Ministro Andreazza	8.867	4.700	4.167	4.710	3.583	1.127	4.618	3.538	1.080	92	45	47
Presidente Médici	20.913	10.796	10.117	11.907	8.338	3.569	11.058	7.879	3.179	849	459	390
Ji-Paraná	84.222	41.887	42.335	49.268	31.175	18.093	44.190	28.806	15.384	5.078	2.369	2.709
Ouro Preto do Oeste	32.129	16.244	15.885	19.045	12.522	6.523	17.391	11.684	5.707	1.654	838	816
Jaru	41.794	21.500	20.294	23.724	16.508	7.216	21.418	15.358	6.060	2.306	1.150	1.156
Theobroma	8.789	4.852	3.937	4.899	3.669	1.230	4.706	3.588	1.118	193	81	112
Ariquemes	57.254	29.144	28.110	33.638	22.272	11.366	30.407	20.794	9.613	3.231	1.478	1.753
Rio Crespo	2.294	1.283	1.011	1.348	1.025	323	1.283	987	296	65	38	27
Cujubim	4.817	2.715	2.102	3.154	2.313	841	3.018	2.266	752	136	47	89
Itapua do Oeste	5.047	2.713	2.334	2.465	1.775	690	2.187	1.607	580	278	168	110
Candeias do Jamari	9.632	5.266	4.366	5.293	3.778	1.515	4.471	3.355	1.116	822	423	399
Porto Velho	258.174	127.890	130.284	150.303	88.218	62.085	125.586	76.634	48.952	24.717	11.584	13.133
All RO	662.945	333.937	329.008	386.322	243.954	142.368	339.262	221.642	117.620	47.060	22.312	24.748
All Total	721.485	364.572	356.913	418.644	266.427	152.217	368.552	242.512	126.040	50.092	23.915	26.177

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

**Quadro 3.6.5-74 - Distribuição da População na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal**

Estados/Municípios	Total	Posição na ocupação, subgrupo e categoria do emprego e contribuição para instituto de previdência oficial no trabalho principal					
		Empregados				Empregadores	Conta própria
		Total Empregados	Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos	Outros sem carteira de trabalho assinada		
Mato Grosso	958.044	676.303	294.297	77.348	304.658	34.200	247.541
Jauru	3.726	2.162	498	197	1.467	66	1.498
Vale de São Domingos	0	0	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	16.480	11.322	3.990	834	6.498	477	4.681
Conquista D'Oeste	0	0	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	1.976	937	173	83	681	27	1.012
Comodoro	5.729	3.133	944	515	1.674	62	2.534
All MT	27.911	17.554	5.605	1.629	10.320	632	9.725
Rondônia	483.645	290.690	135.768	29.032	125.890	12.688	180.267
Vilhena	22.439	16.395	9.440	1.222	5.733	843	5.201
Chupinquaia	2.113	1.374	656	103	615	57	682
Pimenta Bueno	11.686	8.440	4.733	421	3.286	243	3.003
Cacoal	26.757	16.460	8.879	1.043	6.538	615	9.682
Ministro Andreazza	3.837	1.043	279	101	663	129	2.665
Presidente Médici	8.631	4.657	1.893	356	2.408	214	3.760
Ji-Paraná	41.651	28.147	15.825	1.472	10.850	1.685	11.819
Ouro Preto do Oeste	15.060	9.190	3.347	1.008	4.835	484	5.386
Jaru	18.375	10.351	4.954	899	4.498	444	7.580
Theobroma	3.234	967	297	176	494	10	2.257
Ariquemes	28.125	17.775	8.722	1.487	7.566	1.142	9.208
Rio Crespo	932	413	126	13	274	62	457
Cujubim	2.335	1.073	326	80	667	52	1.210
Itapuã do Oeste	2.007	1.235	399	202	634	41	731
Candeias do Jamari	4.019	2.789	810	222	1.757	44	1.186
Porto Velho	122.397	88.554	44.671	12.911	30.972	3.139	30.704
All RO	313.598	208.863	105.357	21.716	81.790	9.204	95.531
All Total	341.509	226.417	110.962	23.345	92.110	9.836	105.256

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

O Valor Adicionado da produção indica melhor o peso do Setor Primário em termos econômicos, comparativamente aos demais setores, muito embora não abarque a produção de subsistência, produção relevante para manutenção das famílias no meio rural. De acordo com os dados da Coordenação de Contas Nacionais (IBGE, 2007) apresentados no **Quadro 3.6.5-70**, a produção primária da All foi de R\$1.253 milhões, sendo R\$197 milhões na All MT e R\$1.055 milhões na All RO. Este setor representou 13,2% do Valor Adicionado de todos os setores da All naquele ano, sendo 27,9% na All MT e 12,9% na All RO. Assim, na All MT, embora tenha menor dimensão, o Setor Primário tem peso econômico maior nas atividades econômicas municipais do que na All RO. Em alguns municípios, o Setor Primário tem primazia sobre os demais setores, como em Vale de São Domingos e Nova Lacerda, em Mato Grosso, e Chupinguaia, Theobroma e Rio Crespo, em Rondônia.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) apresentado no **Quadro 3.6.5-75** e na **Figura 3.6.5-60**, sobre Utilização das Terras, a área rural com lavouras nos municípios da All é de 6,1% do total, as áreas de pastagem representam 53,3% e com matas, florestas e sistemas agroflorestais, 38,3%. As demais áreas são constituídas de terras inaproveitáveis, degradadas, terras ocupadas por construções, benfeitorias e caminhos a áreas de águas, representando 2,3%. Nas lavouras, cabe destacar o predomínio das áreas ocupadas com lavouras temporárias (2,8%); nas pastagens, as plantadas em boas condições (47,5%); e nas matas, aquelas destinadas à Preservação Permanente ou Reserva Legal (24,3%).

Nos municípios da All MT, a área de utilização agrícola é de 93.806 hectares (contando as áreas de lavoura permanente, temporária e temporária com forrageiras para corte), distribuídos em 2.731 estabelecimentos, o que corresponde a 5% das terras e 22,2% dos estabelecimentos agropecuários da All nesse estado. A área de utilização agrícola nos municípios da All RO é de 208.001 hectares, distribuídos em 28.446 estabelecimentos, o que corresponde a 2,5% das terras e a 10,7% dos estabelecimentos da All nesse estado.

As áreas de pastagem na All MT representam 40,4% da área total da All nesse estado, com 905.836ha distribuídos em 4.584 estabelecimentos, incluindo as áreas de pastagens naturais e plantadas. Na All RO, o número de estabelecimentos dedicados à pastagem é de 24.827, para uma área de 1.785.266ha, representando 56,3% da área da All total.

Em toda a zona rural na All MT, observa-se que as áreas de matas e florestas naturais e artificiais representam 42,8% de toda a All nesse estado, com 801.563ha (522.439ha de matas e florestas naturais destinadas à preservação, 261.794ha de matas e florestas naturais sem preservação e 17.330ha com sistemas agroflorestais e matas plantadas). Na All RO, observa-se que as áreas de matas e florestas naturais e artificiais representam 36% de toda a All nesse estado, com 1.123.235ha (701.463ha de matas e

florestas naturais destinadas à preservação, 396.790ha de matas e florestas naturais sem preservação e 24.982ha com sistemas agroflorestais e matas plantadas).

As terras inaproveitáveis e degradadas na All MT representam 3,3% do total (61.659ha), enquanto, nos municípios da All RO, representam apenas 0,3% do total (9.911ha).

Quanto às principais culturas praticadas na All, a análise dos **Quadros 3.6.5-76 e 3.6.5-77** e suas respectivas **Figuras 3.6.5-61 e 3.6.5-62**, elaborados a partir de dados do IBGE 2008, permite as seguintes afirmações: as lavouras permanentes praticadas na All MT são a borracha, com 2.182 toneladas e valor total de R\$4.798 mil; a banana, com 1.107 toneladas produzidas e o valor de R\$1.342 mil; o mamão, com 870 toneladas e o valor de R\$696 mil. Em menor proporção, também são produzidos laranja, café e coco-da-baía.

O maior produtor da região da All em Mato Grosso é o município de Pontes e Lacerda, com 2.056 toneladas de borracha, 972 toneladas de banana e 870 toneladas de mamão.

As lavouras permanentes praticadas na All RO são o café, com um total de 33.019 toneladas produzidas, com valor total de R\$98.442 mil; o cacau em amêndoas, com 8.395 toneladas e valor de R\$27.177 mil; a banana, com 17.851 toneladas e valor de R\$10.852 mil. Em menor proporção, também são produzidos palmito, coco-da-baía, mamão laranja, pimenta-do-reino e borracha.

O café é produzido em todos os municípios, destacando-se Cacoal, com um total de 12.645 toneladas; Ministro Andreazza, com 3.789 toneladas; e Ariquemes, com 3.668 toneladas. A banana também é produzida em todos os municípios, com destaque para Cacoal, com 4.176 toneladas, e Porto Velho, com 3.200 toneladas. O cacau é produzido, principalmente, em Ariquemes, com 3.442 toneladas; em Jaru, com 1.798 toneladas; e em Ouro Preto do Oeste, com 1.258 toneladas.

Os principais produtos da lavoura temporária na All são a soja, a mandioca e o milho e, em menor proporção, o arroz e o feijão.

A soja e o milho são os principais produtos da lavoura temporária nos municípios da All MT. De soja, foram produzidas 154.586 toneladas em 2008, com valor da produção calculado em R\$89.316 mil. Em segundo lugar, destaca-se a produção de milho, com 98.339 toneladas, gerando um valor de R\$33.947 mil. O arroz e a mandioca são ainda relevantes, gerando um valor da produção de R\$5.510 mil e R\$3.844 mil, respectivamente. Em menor proporção, os municípios também produzem sorgo, feijão, cana-de-açúcar e algodão herbáceo.

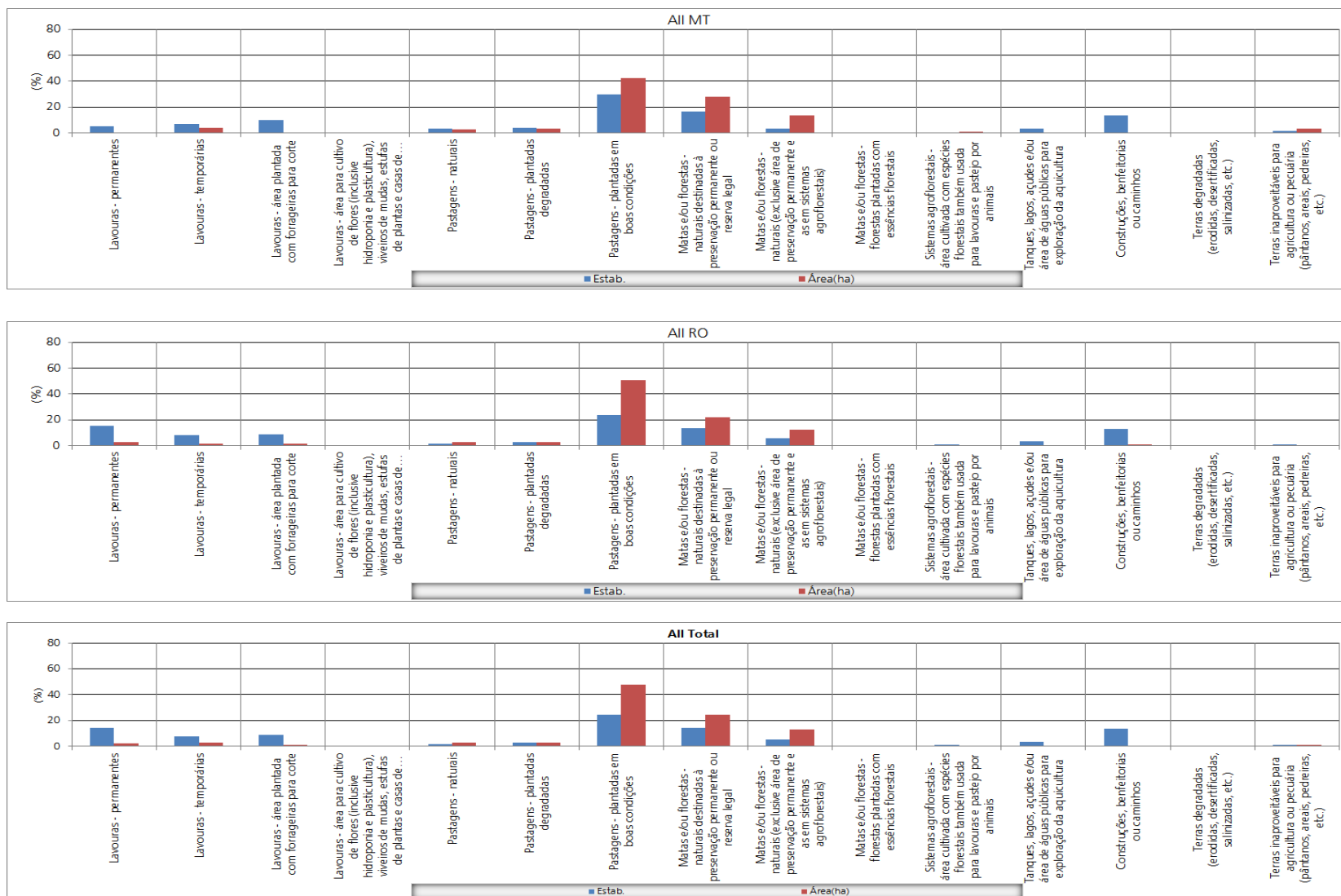
**Quadro 3.6.5-75 - Utilização das Terras - (1/2)**

Estados/Municípios	Variável	Total	Utilização das terras														
			Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas a preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, befeitorias ou caminhos	Terras degradadas (rodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pantanos, areais, pedreiras, etc.)
Mato Grosso	Estab.	355.201	18.974	31.294	35.760	128	17.637	13.718	84.299	59.967	22.710	716	3.282	8.185	48.934	1.258	8.339
	Área(ha)	47.805.854	397.353	5.734.408	189.094	2.620	4.367.238	1.605.374	15.812.123	13.412.226	4.848.744	68.395	357.006	89.778	282.858	67.705	570.932
Jauru	Estab.	2.536	241	170	336	1	10	9	864	361	27	1	2	113	385	4	12
	Área(ha)	102.199	219	567	303	-	510	296	85.808	12.694	911	-	-	309	482	17	83
Vale de São Domingos	Estab.	791	7	34	35	-	85	59	353	179	12	-	2	3	14	1	7
	Área(ha)	111.709	5.135	4.537	12	-	8.070	2.574	30.580	19.930	5.184	-	-	39	83	-	35.565
Pontes e Lacerda	Estab.	3.579	183	204	281	1	293	139	833	533	153	2	27	212	592	7	119
	Área(ha)	525.610	5.936	5.731	404	-	32.599	21.929	290.835	106.027	47.635	-	8.999	2.496	1.710	65	1.244
Conquista D'Oeste	Estab.	1.107	34	76	121	-	7	128	229	158	14	-	-	46	220	2	72
	Área(ha)	207.245	37	1.310	235	-	82	20.972	38.954	124.385	6.081	-	-	751	753	-	13.685
Nova Lacerda	Estab.	1.100	24	79	95	-	20	60	327	205	104	1	7	28	130	5	15
	Área(ha)	363.411	923	22.073	602	-	984	4.656	172.341	71.801	86.150	-	2.182	460	577	47	615
Comodoro	Estab.	3.198	160	306	342	1	37	87	1.044	643	138	14	25	20	354	4	23
	Área(ha)	562.516	2.348	42.446	988	-	6.908	11.568	176.170	187.602	115.833	1.693	4.456	826	1.340	909	9.429
All MT	Estab.	12.311	649	869	1.210	3	452	482	3.650	2.079	448	18	63	422	1.695	23	248
	Área(ha)	1.872.690	14.598	76.664	2.544	-	49.153	61.995	794.688	522.439	261.794	1.693	15.637	4.881	4.945	1.038	60.621
Rondônia	Estab.	266.005	43.441	23.071	24.630	44	3.883	6.694	66.679	36.047	17.285	848	1.957	7.290	31.004	402	2.730
	Área(ha)	8.329.431	254.071	166.130	74.187	256	275.457	242.724	4.291.706	1.852.556	946.173	18.943	49.110	18.617	68.212	6.768	64.521
Vilhena	Estab.	3.287	171	337	349	1	93	156	553	432	360	3	8	49	651	12	112
	Área(ha)	246.512	1.296	26.827	133	-	1.959	12.844	62.506	40.506	95.342	876	184	348	2.440	27	1.224
Chupinguaia	Estab.	1.793	87	245	246	-	3	26	600	434	67	3	2	21	56	-	3
	Área(ha)	261.494	737	10.578	88	-	2.453	1.909	156.235	78.342	10.447	40	-	53	560	-	52
Pimenta Bueno	Estab.	3.064	214	111	145	1	89	159	762	617	163	7	4	76	624	7	85
	Área(ha)	258.495	901	418	226	-	5.794	13.630	100.834	93.810	37.321	19	2.252	161	2.801	42	286
Cacoal	Estab.	14.021	2.871	1.051	1.102	7	167	292	2.728	1.744	424	68	42	786	2.452	18	269
	Área(ha)	237.567	14.137	2.795	175	11	4.459	8.418	152.753	34.707	13.545	801	537	979	2.970	169	1.111
Ministro Andreazza	Estab.	5.145	1.254	557	571	-	12	54	993	547	162	12	1	87	834	12	49
	Área(ha)	70.690	6.152	1.140	50	-	119	1.519	46.909	9.102	4.273	70	-	104	939	97	216

**Quadro 3.6.5-75 - Utilização das Terras - (2/2)**

Estados/Municípios	Variável	Total	Utilização das terras														
			Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastaje por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Presidente Médici	Estab.	6.407	789	582	639	1	35	127	1.908	850	119	12	52	349	903	3	38
	Área(ha)	145.089	3.518	3.360	169	-	1.085	5.530	108.632	17.521	2.019	165	260	889	1.078	13	850
Ji-Paraná	Estab.	6.481	541	454	532	4	95	265	2.113	987	192	44	42	314	836	8	54
	Área(ha)	213.842	2.523	1.186	225	10	3.432	7.016	154.548	37.275	4.706	352	266	529	1.372	101	301
Ouro Preto do Oeste	Estab.	4.982	808	354	439	1	212	172	1.359	738	256	29	24	120	404	4	62
	Área(ha)	150.794	4.874	988	451	-	13.514	6.670	101.825	13.278	7.144	453	381	345	500	15	356
Jaru	Estab.	9.130	1.529	586	671	3	68	235	2.763	894	439	13	55	554	1.251	11	58
	Área(ha)	238.886	8.205	1.738	1.678	46	4.233	5.915	190.720	15.096	6.543	65	593	1.273	2.063	111	607
Theobroma	Estab.	4.908	871	412	419	-	133	184	1.365	740	283	8	53	91	244	8	97
	Área(ha)	170.677	4.738	1.501	65	-	14.064	5.770	93.329	25.795	21.127	114	407	192	1.396	129	2.050
Ariquemes	Estab.	9.471	1.700	704	920	2	87	229	1.984	1.436	516	41	118	341	1.289	20	84
	Área(ha)	359.581	12.600	3.367	29.992	-	1.596	8.563	159.847	104.333	29.049	1.116	3.038	1.881	2.531	654	1.014
Rio Crespo	Estab.	1.262	251	78	79	-	84	27	273	293	46	6	6	9	86	2	22
	Área(ha)	90.696	1.618	457	26	-	18.836	787	25.286	29.423	13.225	77	203	47	311	-	400
Cujubim	Estab.	5.026	795	330	338	-	29	55	1.283	766	731	16	213	34	401	4	31
	Área(ha)	112.165	3.689	1.201	66	-	376	753	39.687	29.256	31.357	321	3.139	43	1.970	102	205
Itapuã do Oeste	Estab.	2.658	306	192	195	2	2	106	559	191	413	12	45	96	502	2	35
	Área(ha)	83.540	1.245	1.348	16	-	-	2.127	38.513	14.219	22.852	158	455	426	1.712	-	469
Candeias do Jamari	Estab.	2.664	244	152	163	-	162	116	477	561	121	19	31	96	485	12	25
	Área(ha)	127.696	821	763	5.477	-	8.245	6.539	38.349	57.807	4.777	923	636	435	2.577	79	268
Porto Velho	Estab.	7.477	996	920	1.118	6	156	115	1.362	934	770	29	143	138	711	20	59
	Área(ha)	403.403	21.868	5.510	16.969	29	10.555	3.676	132.907	100.993	93.063	681	6.400	880	8.622	748	502
All RO	Estab.	87.776	13.427	7.065	7.926	28	1.427	2.318	21.082	12.164	5.062	322	839	3.161	11.729	143	1.083
	Área(ha)	3.171.127	88.922	63.177	55.806	96	90.720	91.666	1.602.880	701.463	396.790	6.231	18.751	8.585	33.842	2.287	9.911
All Total	Estab.	100.087	14.076	7.934	9.136	31	1.879	2.800	24.732	14.243	5.510	340	902	3.583	13.424	166	1.331
	Área(ha)	5.043.817	103.520	139.841	58.350	96	139.873	153.661	2.397.568	1.223.902	658.584	7.924	34.388	13.466	38.787	3.325	70.532

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006



**Figura 3.6.5-60 - Utilização das Terras (%)**  
**Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006**

**Quadro 3.6.5-76 - Principais Produtos da Lavoura Permanente - (1/2)**

Estados/Municípios	Variável	Lavoura									
		Banana (cacho) (Toneladas)	Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	Cacau (em amêndoa) (Toneladas)	Café (em grão) (Toneladas)	Coco-da-baía (Mil frutos)	Guaraná (semente) (Toneladas)	Laranja (Toneladas)	Mamão (Toneladas)	Palmito (Toneladas)	Pimenta-do-reino (Toneladas)
Mato Grosso	Área plantada (Hectare)	6.929	46.347	1.384	21.408	2.378	399	547	173	2.914	113
	Quantidade produzida	55.461	27.769	458	8.449	23.773	165	4.953	4.743	4.427	52
	Valor da produção (Mil Reais)	69.272	60.447	1.715	19.792	16.321	883	3.630	4.210	6.585	205
Jauru	Área plantada (Hectare)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	Área plantada (Hectare)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	Área plantada (Hectare)	135	3.200	-	-	-	-	25	30	-	-
	Quantidade produzida	972	2.056	-	-	-	-	250	870	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	1.166	4.523	-	-	-	-	150	696	-	-
Conquista D'Oeste	Área plantada (Hectare)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	Área plantada (Hectare)	10	310	-	-	5	-	-	-	-	-
	Quantidade produzida	65	101	-	-	35	-	-	-	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	78	222	-	-	18	-	-	-	-	-
Comodoro	Área plantada (Hectare)	10	135	-	150	24	-	30	-	-	-
	Quantidade produzida	70	25	-	53	150	-	525	-	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	98	53	-	117	75	-	263	-	-	-
All MT	Área plantada (Hectare)	155	3.645	-	150	29	-	55	30	-	-
	Quantidade produzida	1.107	2.182	-	53	185	-	775	870	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	1.342	4.798	-	117	93	-	413	696	-	-
Rondônia	Área plantada (Hectare)	5.728	1.555	37.283	162.328	775	99	844	225	1.235	143
	Quantidade produzida	48.058	187	17.484	112.555	6.673	36	8.424	5.416	1.407	194
	Valor da produção (Mil Reais)	28.969	317	56.519	333.375	3.316	131	3.020	2.324	2.596	703
Vilhena	Área plantada (Hectare)	25	-	5	20	11	-	15	8	-	4
	Quantidade produzida	233	-	-	12	94	-	161	192	-	5
	Valor da produção (Mil Reais)	142	-	-	36	47	-	58	81	-	18
Chupinguaia	Área plantada (Hectare)	36	-	-	60	10	-	4	3	3	-
	Quantidade produzida	292	-	-	24	84	-	42	75	4	-
	Valor da produção (Mil Reais)	175	-	-	70	41	-	15	32	7	-
Pimenta Bueno	Área plantada (Hectare)	94	110	71	687	10	-	6	2	10	-
	Quantidade produzida	872	63	25	387	85	-	59	50	11	-
	Valor da produção (Mil Reais)	532	107	81	1.155	42	-	21	21	20	-
Cacoal	Área plantada (Hectare)	450	50	931	18.256	20	-	30	60	25	5
	Quantidade produzida	4.176	6	568	12.645	174	-	321	1.393	28	7
	Valor da produção (Mil Reais)	2.547	10	1.839	37.727	87	-	116	606	52	25
Ministro Andreazza	Área plantada (Hectare)	191	6	272	5.577	2	-	12	10	6	1
	Quantidade produzida	1.772	1	100	3.789	18	-	126	250	7	1
	Valor da produção (Mil Reais)	1.081	2	324	11.305	9	-	45	105	13	4
Presidente Médici	Área plantada (Hectare)	70	50	104	2.450	15	-	40	7	12	1
	Quantidade produzida	650	3	58	1.103	126	-	410	174	11	1
	Valor da produção (Mil Reais)	397	5	188	3.291	63	-	148	76	20	4

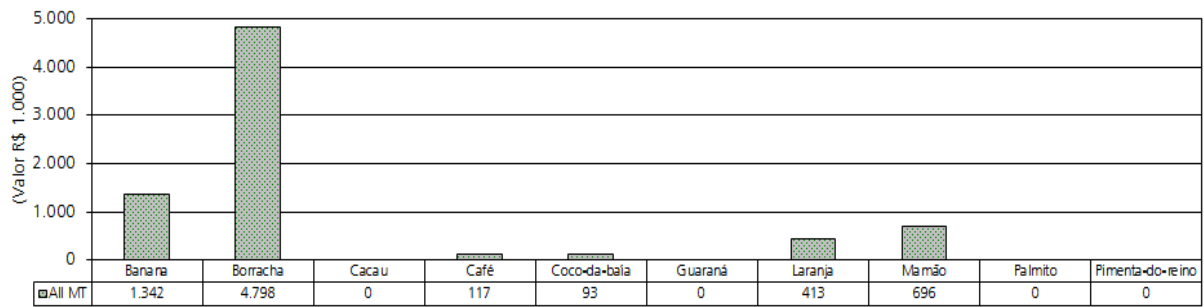


**Quadro 3.6.5-76 - Principais Produtos da Lavoura Permanente - (2/2)**

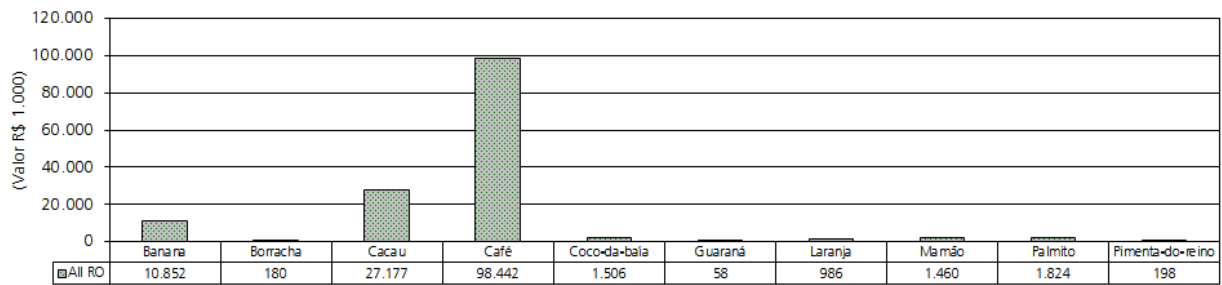
Estados/Municípios	Variável	Lavoura									
		Banana (cacho) (Toneladas)	Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	Cacau (em amêndoas) (Toneladas)	Café (em grão) (Toneladas)	Coco-da-baía (Mil frutos)	Guaraná (semente) (Toneladas)	Laranja (Toneladas)	Mamão (Toneladas)	Palmito (Toneladas)	Pimenta-do-reino (Toneladas)
Ji-Paraná	Área plantada (Hectare)	92	350	499	2.600	50	-	13	19	10	1
	Quantidade produzida	747	-	225	1.872	450	-	132	473	10	1
	Valor da produção (Mil Reais)	456	-	729	5.585	224	-	48	206	18	4
Ouro Preto do Oeste	Área plantada (Hectare)	105	100	2.169	4.400	60	-	7	4	58	-
	Quantidade produzida	974	6	1.258	2.640	486	-	72	92	68	-
	Valor da produção (Mil Reais)	594	10	4.073	7.877	242	-	26	40	126	-
Jaru	Área plantada (Hectare)	126	90	4.087	3.500	50	-	6	3	35	1
	Quantidade produzida	1.169	-	1.798	1.470	425	-	63	73	42	1
	Valor da produção (Mil Reais)	713	-	5.822	4.386	212	-	23	32	78	4
Theobroma	Área plantada (Hectare)	115	15	1.225	3.482	8	-	10	1	20	3
	Quantidade produzida	1.135	-	551	2.716	66	-	104	26	23	4
	Valor da produção (Mil Reais)	692	-	1.784	8.103	33	-	37	11	43	15
Ariquemes	Área plantada (Hectare)	70	150	5.591	5.094	10	20	80	6	5	5
	Quantidade produzida	560	20	3.442	3.668	85	7	827	141	6	7
	Valor da produção (Mil Reais)	342	34	11.145	10.944	42	26	298	61	11	25
Rio Crespo	Área plantada (Hectare)	50	40	227	1.775	15	6	2	2	35	3
	Quantidade produzida	348	5	52	746	126	2	21	49	34	3
	Valor da produção (Mil Reais)	212	9	168	2.226	63	7	8	21	63	11
Cujubim	Área plantada (Hectare)	200	5	285	1.980	3	5	10	2	45	5
	Quantidade produzida	1.380	-	98	978	25	2	96	46	40	7
	Valor da produção (Mil Reais)	808	-	312	2.845	12	7	33	19	73	25
Itapua do Oeste	Área plantada (Hectare)	20	4	21	262	8	15	5	3	70	3
	Quantidade produzida	130	-	-	141	66	5	53	72	81	4
	Valor da produção (Mil Reais)	79	-	-	421	33	18	19	31	150	15
Candeias do Jamari	Área plantada (Hectare)	23	-	92	283	50	-	4	1	15	3
	Quantidade produzida	213	-	21	130	445	-	42	24	15	4
	Valor da produção (Mil Reais)	130	-	68	388	222	-	15	10	28	15
Porto Velho	Área plantada (Hectare)	350	4	936	906	30	-	20	10	510	7
	Quantidade produzida	3.200	2	199	698	270	-	212	248	607	9
	Valor da produção (Mil Reais)	1.952	3	644	2.083	134	-	76	108	1.122	33
All RO	Área plantada (Hectare)	2.017	974	16.515	51.332	352	46	264	141	859	42
	Quantidade produzida	17.851	106	8.395	33.019	3.025	16	2.741	3.378	987	54
	Valor da produção (Mil Reais)	10.852	180	27.177	98.442	1.506	58	986	1.460	1.824	198
All Total	Área plantada (Hectare)	2.172	4.619	16.515	51.482	381	46	319	171	859	42
	Quantidade produzida	18.958	2.288	8.395	33.072	3.210	16	3.516	4.248	987	54
	Valor da produção (Mil Reais)	12.194	4.978	27.177	98.559	1.599	58	1.399	2.156	1.824	198

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008

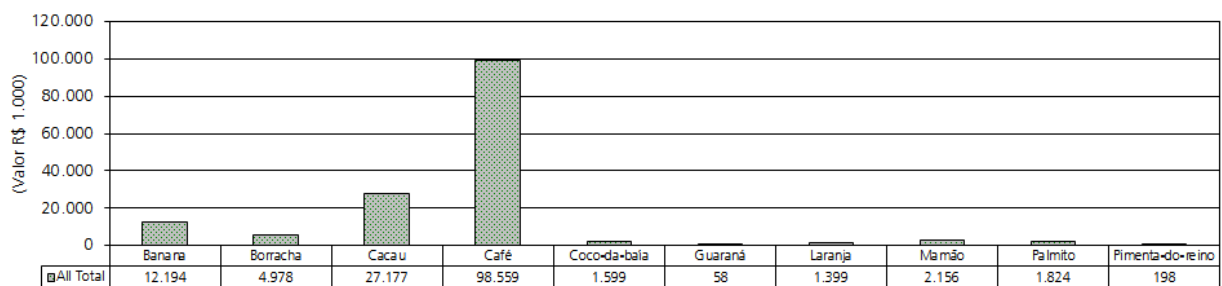
**All MT**



**All RO**



**All Total**



**Figura 3.6.5-61 - Principais Produtos da Lavoura Permanente**  
**Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008**

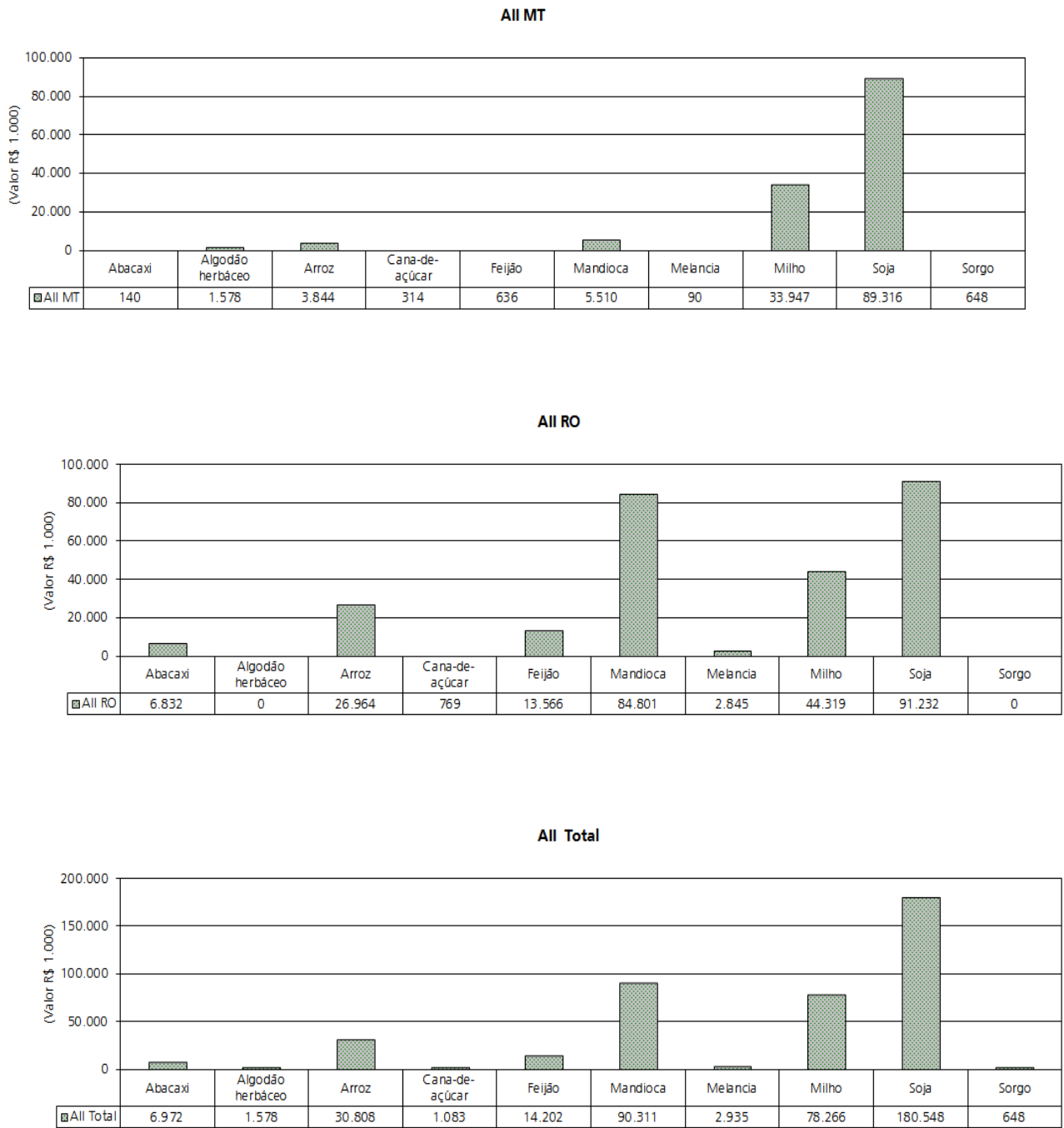
**Quadro 3.6.5-77 - Principais Produtos da Lavoura Temporária - (1/2)**

Estados/Municípios	Variável	Lavoura									
		Abacaxi (Mil frutos)	Algodão herbáceo (em caroço) (Toneladas)	Arroz (em casca) (Toneladas)	Cana-de-açúcar (Toneladas)	Feijão (em grão) (Toneladas)	Mandioca (Toneladas)	Melancia (Toneladas)	Milho (em grão) (Toneladas)	Soja (em grão) (Toneladas)	Sorgo (em grão) (Toneladas)
Mato Grosso	Área plantada (Hectare)	2.527	539.586	239.808	218.873	72.107	38.359	459	1.832.687	5.470.149	162.349
	Quantidade produzida	64.039	2.083.398	682.506	15.850.786	110.299	553.864	8.893	7.799.413	17.212.351	336.900
	Valor da produção (Mil Reais)	62.135	2.023.074	295.944	566.850	225.252	340.497	4.339	2.562.022	9.661.625	64.821
Jauru	Área plantada (Hectare)	-	-	50	-	40	70	-	300	-	-
	Quantidade produzida	-	-	130	-	22	840	-	900	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	54	-	49	546	-	315	-	-
Vale de São Domingos	Área plantada (Hectare)	-	-	30	200	20	30	10	150	1.200	-
	Quantidade produzida	-	-	63	11.200	8	360	200	450	3.600	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	27	280	18	180	90	180	2.016	-
Pontes e Lacerda	Área plantada (Hectare)	15	-	300	30	200	230	-	6.500	5.000	-
	Quantidade produzida	180	-	840	1.350	108	2.990	-	16.800	15.000	-
	Valor da produção (Mil Reais)	117	-	352	34	241	2.093	-	6.720	8.700	-
Conquista D'Oeste	Área plantada (Hectare)	-	-	120	-	50	22	-	300	800	-
	Quantidade produzida	-	-	240	-	25	275	-	750	2.496	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	104	-	53	165	-	248	1.373	-
Nova Lacerda	Área plantada (Hectare)	3	-	10	-	50	80	-	965	2.450	1.500
	Quantidade produzida	36	-	18	-	35	960	-	3.839	6.590	2.700
	Valor da produção (Mil Reais)	23	-	8	-	77	576	-	1.536	3.625	648
Comodoro	Área plantada (Hectare)	-	640	3.175	-	100	150	-	19.000	45.000	-
	Quantidade produzida	-	1.920	7.620	-	90	3.000	-	75.600	126.900	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	1.578	3.299	-	198	1.950	-	24.948	73.602	-
All MT	Área plantada (Hectare)	18	640	3.685	230	460	582	10	27.215	54.450	1.500
	Quantidade produzida	216	1.920	8.911	12.550	288	8.425	200	98.339	154.586	2.700
	Valor da produção (Mil Reais)	140	1.578	3.844	314	636	5.510	90	33.947	89.316	648
Rondônia	Área plantada (Hectare)	687	-	71.031	3.204	66.050	31.600	843	135.845	99.206	-
	Quantidade produzida	16.784	-	144.311	207.438	46.111	489.210	12.393	305.601	311.560	-
	Valor da produção (Mil Reais)	11.459	-	79.146	14.905	71.983	181.893	4.752	111.596	177.851	-
Vilhena	Área plantada (Hectare)	20	-	4.000	10	360	230	12	22.000	39.000	-
	Quantidade produzida	498	-	11.760	595	432	2.760	178	72.600	121.680	-
	Valor da produção (Mil Reais)	344	-	6.524	43	681	1.039	69	26.729	69.460	-
Chupinguaia	Área plantada (Hectare)	2	-	2.300	4	500	170	30	3.800	10.306	-
	Quantidade produzida	51	-	8.050	228	325	2.880	434	13.680	37.102	-
	Valor da produção (Mil Reais)	35	-	4.377	15	501	1.063	165	4.936	21.179	-
Pimenta Bueno	Área plantada (Hectare)	20	-	292	5	450	800	75	805	-	-
	Quantidade produzida	498	-	596	288	189	6.400	1.103	966	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	344	-	331	21	298	2.410	425	356	-	-
Cacoal	Área plantada (Hectare)	20	-	1.230	10	3.732	666	10	3.735	-	-
	Quantidade produzida	519	-	2.214	600	2.612	11.988	147	6.723	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	358	-	1.228	43	4.118	4.513	57	2.475	-	-
Ministro Andreazza	Área plantada (Hectare)	1	-	289	2	414	100	2	586	-	-
	Quantidade produzida	25	-	253	117	174	1.900	29	1.028	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	17	-	140	8	274	715	11	378	-	-
Presidente Médici	Área plantada (Hectare)	25	-	2.600	25	2.541	500	10	1.732	-	-
	Quantidade produzida	615	-	5.460	1.500	1.525	9.000	145	3.637	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	424	-	3.029	108	2.404	3.388	56	1.339	-	-

**Quadro 3.6.5-77 - Principais Produtos da Lavoura Temporária - (2/2)**

Estados/Municípios	Variável	Lavoura									
		Abacaxi (Mil frutos)	Algodão herbáceo (em caroço) (Toneladas)	Arroz (em casca) (Toneladas)	Cana-de-açúcar (Toneladas)	Feijão (em grão) (Toneladas)	Mandioca (Toneladas)	Melancia (Toneladas)	Milho (em grão) (Toneladas)	Soja (em grão) (Toneladas)	Sorgo (em grão) (Toneladas)
Ji-Paraná	Área plantada (Hectare)	5	-	224	25	580	434	46	1.012	-	-
	Quantidade produzida	123	-	403	1.440	348	7.812	688	2.024	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	85	-	224	104	549	2.941	265	745	-	-
Ouro Preto do Oeste	Área plantada (Hectare)	1	-	480	7	1.320	1.300	20	1.200	-	-
	Quantidade produzida	27	-	144	420	660	23.400	294	2.160	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	19	-	80	30	1.041	8.810	113	795	-	-
Jaru	Área plantada (Hectare)	2	-	1.332	11	1.405	626	18	2.350	-	-
	Quantidade produzida	48	-	2.797	660	843	11.268	268	4.935	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	33	-	1.552	48	1.329	4.242	103	1.817	-	-
Theobroma	Área plantada (Hectare)	5	-	1.201	1	505	420	70	1.828	-	-
	Quantidade produzida	123	-	1.729	57	242	6.300	1.050	2.376	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	85	-	959	4	382	2.372	404	875	-	-
Ariquemes	Área plantada (Hectare)	10	-	3.465	10	1.157	400	30	2.577	-	-
	Quantidade produzida	236	-	9.009	564	521	6.000	449	5.025	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	163	-	4.998	41	821	2.259	173	1.850	-	-
Rio Crespo	Área plantada (Hectare)	22	-	1.160	5	361	187	5	600	20	-
	Quantidade produzida	532	-	2.436	290	151	2.992	60	792	54	-
	Valor da produção (Mil Reais)	367	-	1.351	21	238	1.126	23	292	31	-
Cujubim	Área plantada (Hectare)	200	-	800	5	400	815	15	800	-	-
	Quantidade produzida	4.679	-	1.360	279	120	8.150	225	960	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	3.144	-	728	19	183	2.946	84	342	-	-
Itapuã do Oeste	Área plantada (Hectare)	20	-	262	2	83	242	15	180	180	-
	Quantidade produzida	459	-	288	110	50	3.630	214	198	432	-
	Valor da produção (Mil Reais)	317	-	160	8	79	1.367	82	73	247	-
Candeias do Jamari	Área plantada (Hectare)	10	-	700	10	102	896	10	290	-	-
	Quantidade produzida	234	-	630	554	49	12.544	192	313	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	161	-	350	40	77	4.723	74	115	-	-
Porto Velho	Área plantada (Hectare)	55	-	890	50	870	7.240	130	1.937	200	-
	Quantidade produzida	1.357	-	1.682	3.000	375	108.600	1.924	3.266	552	-
	Valor da produção (Mil Reais)	936	-	933	216	591	40.887	741	1.202	315	-
All RO	Área plantada (Hectare)	418	-	21.225	182	14.780	15.026	498	45.432	49.706	-
	Quantidade produzida	10.024	-	48.811	10.702	8.616	225.624	7.400	120.683	159.820	-
	Valor da produção (Mil Reais)	6.832	-	26.964	769	13.566	84.801	2.845	44.319	91.232	-
All Total	Área plantada (Hectare)	436	640	24.910	412	15.240	15.608	508	72.647	104.156	1.500
	Quantidade produzida	10.240	1.920	57.722	23.252	8.904	234.049	7.600	219.022	314.406	2.700
	Valor da produção (Mil Reais)	6.972	1.578	30.808	1.083	14.202	90.311	2.935	78.266	180.548	648

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008



**Figura 3.6.5-62 - Principais Produtos da Lavoura Temporária**

**Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008**

O município de Comodoro se destaca na produção de soja (126 mil toneladas), de milho (75.600 toneladas), de arroz (7.620 toneladas) e de mandioca (3 mil toneladas). Segue o município de Pontes e Lacerda, que produziu 15 mil toneladas de soja e 16.800 toneladas de milho e 2.990 toneladas de mandioca.

O principal produto da lavoura temporária na All RO é também a soja, com uma quantidade de 159.820 toneladas e valor calculado em R\$91.232 mil. Em segundo lugar, destaca-se a mandioca, com 225.624 toneladas e R\$84.801 mil de valor da produção. O milho vem em terceiro lugar, com uma quantidade produzida de 120.683 toneladas e R\$44.319 mil de valor gerado na sua produção. O arroz e o feijão são ainda relevantes, gerando um valor da produção de R\$26.964 mil e R\$13.566 mil, respectivamente. Em menor proporção, os municípios também produzem abacaxi, melancia e cana-de-açúcar.

A soja se concentra na divisa dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, nos municípios de Vilhena (121.680 toneladas) e Chupinguaia (37.102 toneladas), vizinhos do município mato-grossense de Comodoro, também grande produtor de soja. A mandioca é produzida em todos os municípios da All RO, mas é em Porto Velho que ela se concentra, com 108.600 toneladas, e em Ouro Preto do Oeste (23.400 toneladas). O milho também é produzido em todos os municípios, concentrando sua produção em Vilhena (72.600 toneladas) e Chupinguaia (13.680 toneladas).

De maneira geral, a maior parte dos produtores são proprietários das terras na All (**Quadro 3.6.5-78** e **Figura 3.6.5-63**), tanto na All MT, com 90% dos estabelecimentos, quanto na All RO, com 88,4% dos estabelecimentos. Os dados do Censo Agropecuário (2006) revelam ainda que 8,3% dos produtores são assentados sem titulação definitiva das terras na All MT e 3,2%, na All RO. Nessa situação, estão 29,1% produtores de Conquista d'Oeste (MT), 19,9% de Pontes e Lacerda (MT), 10,6% dos produtores de Porto Velho (RO), 10,2% de Ariquemes (RO), 6,2% de Presidente Médici (RO) e 4,9% dos produtores do município de Candeias do Jamari (RO). Dos 33.637 estabelecimentos rurais na All, 1.311 são de produtores assentados sem titulação que ocupam uma área com cerca de 60 mil hectares.

Na condição de arrendatário, embora sejam poucos nessa condição (287), a área que ocupam é representativa (187.367ha), destacando-se o município de Comodoro (MT) em que apenas 7 arrendatários ocupam uma área de 161.669 hectares.

A condição de ocupante é relevante na All RO, com 844 nessa condição, destacando o número de ocupantes nos municípios de Ministro Andreazza, Cacoal, Cujubim e Ariquemes; a área que ocupam é de 25.422ha.

**Quadro 3.6.5-78 - Condição do Produtor - (1/2)**

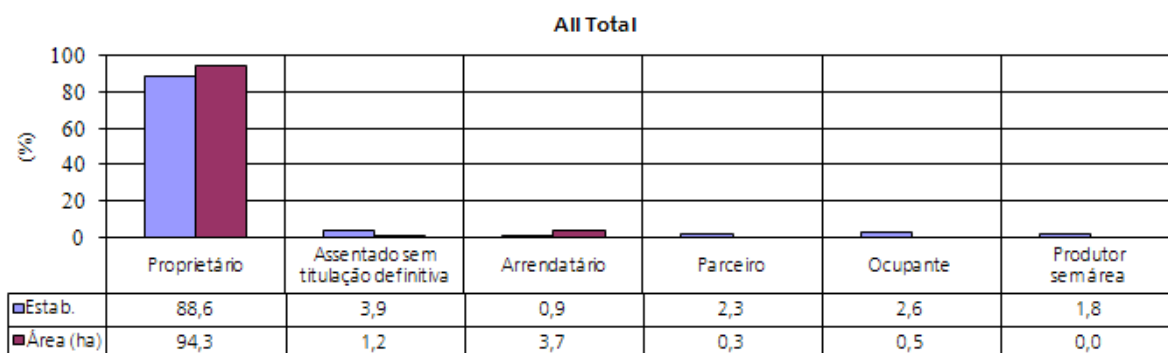
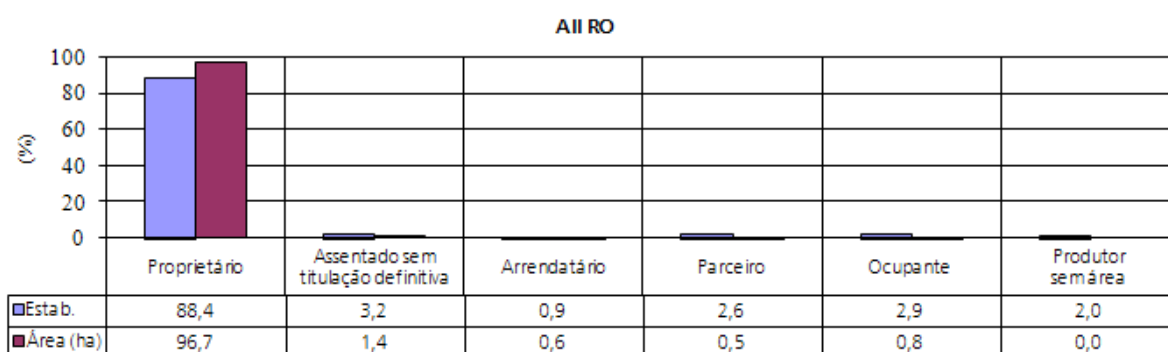
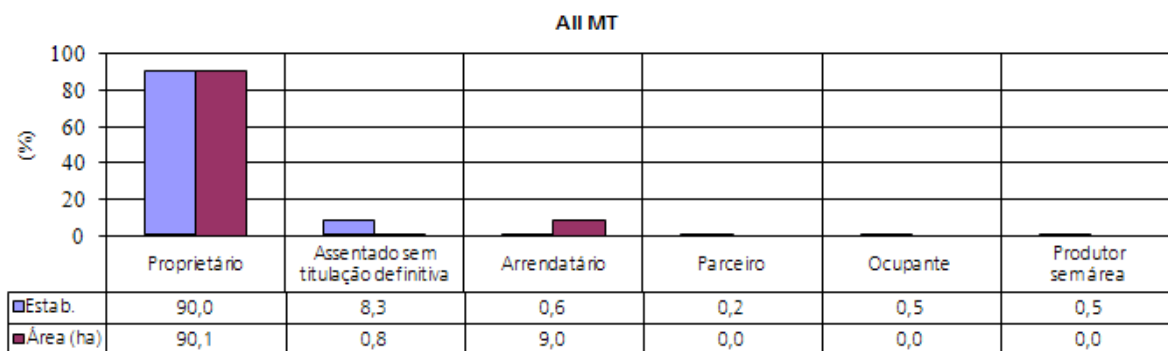
Estados/Municípios	Variável	Condição do produtor						
		Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Mato Grosso	Estab.	112.978	88.715	16.908	1.654	334	4.351	1.016
	Área (ha)	47.805.514	45.147.560	982.061	1.119.195	50.345	506.353	-
Jauru	Estab.	890	871	15	3	-	1	-
	Área (ha)	102.182	101.765	395	22	-	-	-
Vale de São Domingos	Estab.	464	457	4	2	-	1	-
	Área (ha)	99.388	98.951	437	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	Estab.	1.241	974	247	8	2	6	4
	Área (ha)	525.623	516.994	7.415	1.111	-	103	-
Conquista D'Oeste	Estab.	261	178	76	3	1	2	1
	Área (ha)	203.245	194.091	4.893	4.261	-	-	-
Nova Lacerda	Estab.	378	366	6	3	1	2	-
	Área (ha)	363.054	362.249	628	177	-	-	-
Comodoro	Estab.	1.189	1.136	18	7	3	8	17
	Área (ha)	562.526	398.520	1.972	161.669	62	303	-
All MT	Estab.	4.423	3982	366	26	7	20	22
	Área (ha)	1.856.018	1672570	15740	167240	62	406	-
Rondônia	Estab.	87.077	78.775	2.229	818	1.622	2.719	914
	Área (ha)	8.329.132	8.059.759	102.410	61.417	32.809	72.737	-
Vilhena	Estab.	1.012	984	5	18	1	4	-
	Área (ha)	246.510	237.621	551	7.448	-	890	-
Chupinguaia	Estab.	637	619	8	5	-	5	-
	Área (ha)	261.547	259.015	818	1.496	-	218	-
Pimenta Bueno	Estab.	1.064	1.052	2	3	-	6	1
	Área (ha)	258.368	258.071	-	70	-	227	-
Cacoal	Estab.	4.263	3.424	19	54	419	275	72
	Área (ha)	237.548	229.078	472	1.000	3.764	3.234	-
Ministro Andreazza	Estab.	1.567	1.240	3	6	176	131	11
	Área (ha)	70.690	67.434	244	127	1.164	1.721	-
Presidente Médici	Estab.	2.210	1.961	136	12	20	69	12
	Área (ha)	145.083	137.143	3.469	1.516	149	2.806	-

**Quadro 3.6.5-78 - Condição do Produtor - (2/2)**

Estados/Municípios	Variável	Condição do produtor						
		Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Ji-Paraná	Estab.	2.450	2.373	12	39	6	8	12
	Área (ha)	213.835	211.454	300	1.596	276	209	-
Ouro Preto do Oeste	Estab.	1.757	1.651	43	13	18	32	-
	Área (ha)	150.790	146.058	1.159	579	260	2.734	-
Jaru	Estab.	3.097	2.995	2	12	11	30	47
	Área (ha)	238.802	236.844	-	313	924	721	-
Theobroma	Estab.	1.646	1.545	29	12	11	34	15
	Área (ha)	170.673	164.968	956	978	614	3.157	-
Ariquemes	Estab.	3.005	2.545	306	24	28	96	6
	Área (ha)	359.578	343.047	11.879	1.599	1.326	1.727	-
Rio Crespo	Estab.	444	434	-	-	3	6	1
	Área (ha)	90.705	90.554	-	-	111	40	-
Cujubim	Estab.	1.685	1.551	32	7	3	90	2
	Área (ha)	112.158	105.193	1.137	294	64	5.470	-
Itapuã do Oeste	Estab.	706	640	7	5	1	11	42
	Área (ha)	83.747	81.636	327	1.044	-	740	-
Candeias do Jamari	Estab.	829	785	41	-	-	2	1
	Área (ha)	127.689	127.436	253	-	-	-	-
Porto Velho	Estab.	2.842	2.030	300	51	59	45	357
	Área (ha)	403.395	371.215	22.481	2.067	6.104	1.528	-
All RO	Estab.	29.214	25.829	945	261	756	844	579
	Área (ha)	3.171.118	3.066.767	44.046	20.127	14.756	25.422	-
All Total	Estab.	33.637	29.811	1.311	287	763	864	601
	Área (ha)	5.027.136	4.739.337	59.786	187.367	14.818	25.828	-

**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário, 2006





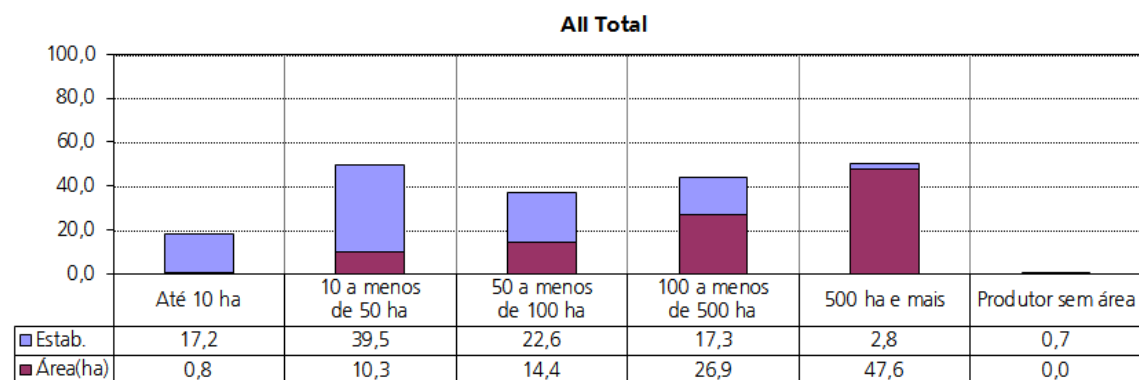
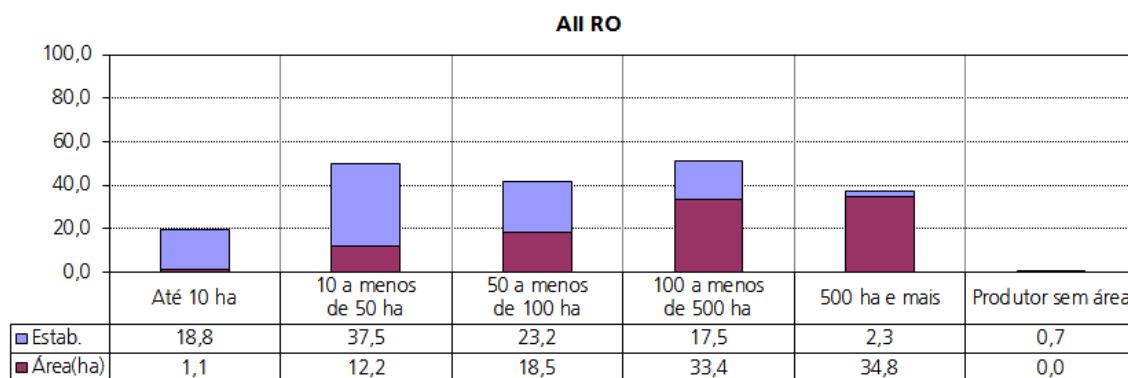
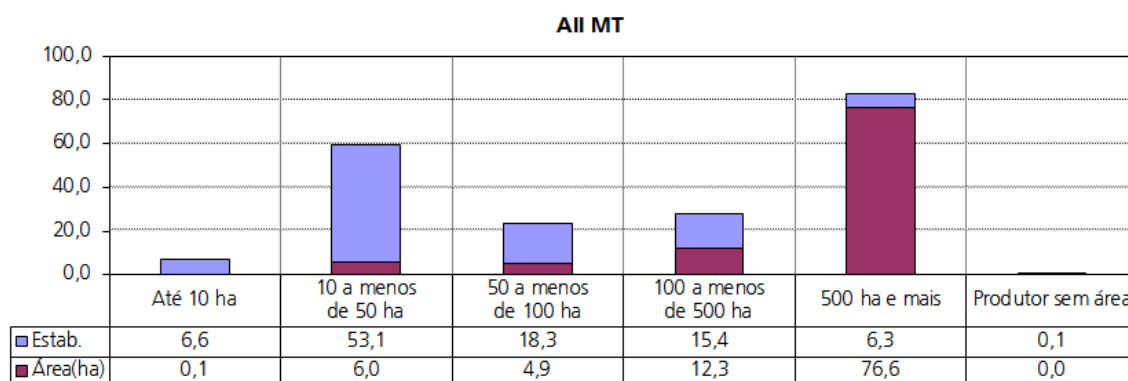
**Figura 3.6.5-63** - Condição do Produtor  
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006) (**Quadro 3.6.5-79** e **Figura 3.6.5-64**), a estrutura fundiária da All MT é mais concentrada que a da All RO. A área média dos estabelecimentos rurais da All MT é de cerca de 250ha, enquanto, na All RO, é de cerca de 84ha. A proporção dos pequenos estabelecimentos, com menos de 50 hectares, na All MT é de 59,7%, que ocupam uma área que representa apenas 6,1%. Já na All RO, essa proporção é de 56,3% dos estabelecimentos, que ocupam 13,3% da área.

**Quadro 3.6.5-79 - Estrutura Fundiária**

Estados/Municípios	Variável	Total	Grupos de área					Produtor sem área
			Até 10 ha	10 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 500 ha	500 ha e mais	
Mato Grosso	Estab.	39.374	3.125	14.184	10.819	6.937	4.199	110
	Área(ha)	14.117.858	14.484	406.847	687.993	1.396.440	11.612.094	-
Jauru	Estab.	426	13	296	82	32	3	-
	Área(ha)	19.397	98	7.791	5.574	5.934	-	-
Vale de São Domingos	Estab.	166	5	84	43	29	5	-
	Área(ha)	13.709	47	2.403	2.943	5.677	2.639	-
Pontes e Lacerda	Estab.	696	75	325	99	127	70	-
	Área(ha)	236.393	309	9.638	6.695	26.208	193.543	-
Conquista D'Oeste	Estab.	186	15	92	39	32	7	1
	Área(ha)	88.192	68	2.493	2.733	6.354	76.544	-
Nova Lacerda	Estab.	221	12	80	38	64	27	-
	Área(ha)	116.148	58	2.347	2.667	13.035	98.041	-
Comodoro	Estab.	307	13	187	65	25	15	2
	Área(ha)	27.307	73	5.315	3.954	4.632	13.333	-
All MT	Estab.	2.002	133	1.064	366	309	127	3
	Área(ha)	501.146	653	29.987	24.566	61.840	384.100	-
Rondônia	Estab.	41.220	6.921	17.665	9.591	6.103	742	198
	Área(ha)	3.244.686	36.515	476.125	618.574	1.004.328	1.109.144	-
Vilhena	Estab.	442	151	129	69	58	35	-
	Área(ha)	71.610	612	4.184	4.485	11.785	50.544	-
Chupinguaia	Estab.	285	10	76	127	51	21	-
	Área(ha)	79.993	38	2.197	7.048	9.553	61.157	-
Pimenta Bueno	Estab.	336	74	99	44	71	48	-
	Área(ha)	93.938	329	2.659	3.309	13.308	74.333	-
Cacoal	Estab.	2.779	859	1.013	508	335	30	34
	Área(ha)	150.364	4.258	26.544	37.082	53.271	29.209	-
Ministro Andreazza	Estab.	1.222	434	510	177	90	4	7
	Área(ha)	44.085	2.289	13.019	12.499	13.555	2.723	-
Presidente Médici	Estab.	1.520	266	824	230	179	16	5
	Área(ha)	92.279	1.420	21.434	16.043	31.086	22.296	-
Ji-Paraná	Estab.	1.309	184	556	299	252	15	3
	Área(ha)	94.562	1.050	14.438	21.349	42.150	15.575	-
Ouro Preto do Oeste	Estab.	1.133	99	390	328	303	13	-
	Área(ha)	88.177	543	11.455	23.941	45.056	7.182	-
Jaru	Estab.	1.459	89	569	424	349	20	8
	Área(ha)	110.949	557	17.578	29.546	51.396	11.872	-
Theobroma	Estab.	508	17	207	206	63	10	5
	Área(ha)	37.452	91	5.635	11.587	10.045	10.094	-
Ariquemes	Estab.	828	116	247	195	227	43	-
	Área(ha)	111.543	618	6.134	12.390	35.720	56.681	-
Rio Crespo	Estab.	179	48	35	27	60	8	1
	Área(ha)	18.776	197	985	1.829	8.680	7.085	-
Cujubim	Estab.	457	52	205	142	52	6	-
	Área(ha)	25.981	313	6.369	8.328	8.077	2.894	-
Itapuã do Oeste	Estab.	303	9	52	125	83	6	28
	Área(ha)	24.280	38	1.579	6.877	13.016	2.770	-
Candeias do Jamari	Estab.	104	4	24	48	25	3	-
	Área(ha)	8.165	10	686	3.051	4.418	-	-
Porto Velho	Estab.	650	130	125	187	171	27	10
	Área(ha)	81.624	383	3.127	10.934	27.156	40.024	-
All RO	Estab.	13.514	2.542	5.061	3.136	2.369	305	101
	Área(ha)	1.133.778	12.746	138.023	210.298	378.272	394.439	-
All Total	Estab.	15.516	2.675	6.125	3.502	2.678	432	104
	Área(ha)	1.634.924	13.399	168.010	234.864	440.112	778.539	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006



**Figura 3.6.5-64 - Estrutura Fundiária (%)**

**Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006**

Na faixa seguinte, de estabelecimentos com 50 a menos de 100ha, tem-se, na All MT, a proporção de 18,3% dos estabelecimentos que ocupam apenas 4,9% da área. Por outro lado, na All RO, essa mesma faixa, são 23,2% dos estabelecimentos com 18,5% da área. Vale lembrar que, nos projetos de colonização do INCRA (décadas de 70 e 80), base da ocupação da região da All de Rondônia, o padrão dos lotes distribuídos era de 50 e de 100 hectares.

Nos municípios mato-grossenses da All, a concentração de terras em torno de grandes propriedades é maior, pois 76,6% das terras pertencem a 6,3% dos estabelecimentos rurais da região com 500ha ou mais, enquanto, na All RO, essa relação é de 34,8% das terras ocupadas por 2,3% de estabelecimentos.

A atividade pecuária na região (**Quadro 3.6.5-80**), baseada nos dados da Produção da Pecuária Municipal do IBGE (2008), mostra a importância da bovinocultura. São 1.316 mil cabeças na All MT e 4.408 mil cabeças na All RO. Comparando-se com os respectivos estados, na All de Mato Grosso, esse plantel representa 5,1% dos bovinos estaduais, enquanto, na All de Rondônia, representa 39,4% do rebanho do estado.

Todos os municípios têm atividade de pecuária bovina, destacando-se aqueles com maior rebanho, que são: Porto Velho (RO) (608 mil cabeças), Pontes e Lacerda (MT) (565 mil), Jaru (RO) (492 mil), Ji-Paraná (RO) (424 mil), Ariquemes (RO) (424 mil) e Cacoal (RO) (398 mil).

Informações da Agência de Defesa Sanitária e Agrossilvopastoril de Rondônia (IDARON, 2010) – **Quadro 3.6.5-81** – permitem identificar a aptidão do rebanho bovino nesse estado: 71% do rebanho da All RO tem aptidão para corte e 29% para leite. A bacia leiteira se concentra nos municípios de Ouro Preto do Oeste, Jaru, Theobroma e Presidente Médici, onde mais da metade do rebanho é leiteiro. Nos demais municípios, predomina o gado para corte. Existem vários frigoríficos e laticínios na região, que complementam a cadeia produtiva, como será detalhado no **tópico (2) Setor Secundário**, adiante.

A criação de galos, frangos e pintos na All MT soma 104 mil unidades e de galinhas 117 mil unidades em 2008, que representam, respectivamente, 0,3% e 2% do efetivo estadual de Mato Grosso.

Na All RO, a criação de galos, frangos e pintos soma 772 mil unidades e galinhas, 747 mil unidades, que representam, respectivamente, 25,9% e 45% do efetivo estadual. Na avicultura, destaca-se a produção dos municípios de Porto Velho (RO), Cacoal (RO) e Vilhena (RO).

**Quadro 3.6.5-80 - Efetivo dos Rebanhos**

Estados/Municípios	Tipo de rebanho											
	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas	Codornas	Coelhos
Mato Grosso	26.018.216	307.900	15.508	3.775	79.192	1.620.061	39.941	439.689	33.502.348	5.965.842	34.140	-
Jauru	178.008	2.212	30	16	382	5.671	230	3.290	27.450	16.442	-	-
Vale de São Domingos	85.452	1324	52	35	140	1.869	208	2.049	11.445	9.787	-	-
Pontes e Lacerda	565.205	4.962	77	50	723	8.441	338	7.834	22.032	40.118	-	-
Conquista D'Oeste	53.347	730	-	10	324	2.310	290	1.419	11.916	10.345	-	-
Nova Lacerda	150.695	1.481	42	23	401	3.018	134	2.179	12.781	12.898	-	-
Comodoro	284.136	3.468	12	33	1.220	3.960	804	2.357	18.235	27.106	-	-
All MT	1.316.843	14.177	213	167	3.190	25.269	2.004	19.128	103.859	116.696	-	-
Rondônia	11.176.201	160.583	6086	1827	26.428	207.477	15.349	125.183	2.986.274	1.660.401	-	-
Vilhena	89.015	1.726	4	38	329	3.967	157	4.134	59.207	162.332	-	-
Chupinguaia	288.991	2.467	128	29	1454	2.227	83	1.455	11.261	9.213	-	-
Pimenta Bueno	231.645	3.523	33	44	686	3.617	306	5.143	73.549	61.443	-	-
Cacoal	398.202	5.337	255	57	692	8.843	301	4.436	139.748	114.340	-	-
Ministro Andreazza	110.410	1.745	13	3	144	3.031	69	434	21.613	17.683	-	-
Presidente Médici	269.672	3.996	198	73	476	4.138	66	2.515	35.158	28.765	-	-
Ji-Paraná	424.770	6.827	144	86	1182	5.980	361	6.792	58.571	47.922	-	-
Ouro Preto do Oeste	332.295	6.083	350	25	681	6.347	299	2.024	42.350	34.650	-	-
Jaru	491.908	8.515	313	46	906	7.834	441	3.868	60.792	49.739	-	-
Theobroma	242.849	3.305	44	56	588	2.528	296	1.528	24.206	19.805	-	-
Ariquemes	423.750	5.494	260	81	1437	4.901	1.601	4.961	53.894	44.095	-	-
Rio Crespo	138.051	1.397	111	57	399	1.360	57	2.143	8.674	7.097	-	-
Cujubim	123.244	1.666	3	16	448	1.960	390	516	15.685	12.834	-	-
Itapuã do Oeste	69.677	1.427	57	16	110	1.452	282	2.667	13.199	10.799	-	-
Candeias do Jamari	165.035	2.217	58	82	915	2.045	423	3.175	25.196	20.615	-	-
Porto Velho	608.664	7.762	774	192	1316	7.799	1.017	10.578	129.548	105.994	-	-
All RO	4.408.178	63.487	2.745	901	11.763	68.029	6.149	56.369	772.651	747.326	-	-
All Total	5.725.021	77.664	2.958	1.068	14.953	93.298	8.153	75.497	876.510	864.022	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2008.

**Quadro 3.6.5-81 - Rebanho de Bovinos**

Estado/Municípios	Bovinos			Propriedades	
	Total	Corte	Leite	Total	Com Bovinos
Rondônia	11.443.776	7.849.388	3.594.388	97.782	80.231
Vilhena	88.261	79.047	9.214	1.624	913
Chupinguaia	285.952	278.842	7.110	978	744
Pimenta Bueno	229.136	206.849	22.287	1.758	1.352
Cacoal	404.535	342.271	62.264	4.869	3.099
Ministro Andreazza	110.347	86.773	23.574	1.410	954
Presidente Médici	274.126	129.697	144.429	2.235	2.178
Ji-Paraná	431.279	278.657	152.622	3.101	2.800
Ouro Preto do Oeste	330.370	94.993	235.377	2.191	2.056
Jaru	496.467	167.658	328.809	3.140	3.087
Theobroma	239.850	94.654	145.196	1.926	1.830
Ariquemes	430.992	396.123	34.869	2.196	2.061
Rio Crespo	127.813	123.104	4.709	634	454
Cujubim	135.986	119.113	16.873	1.129	1.025
Itapuã do Oeste	79.841	56.718	23.123	1.266	706
Candeias do Jamari	175.023	162.428	12.595	1.090	1.027
Porto Velho	611.564	549.732	61.832	3.711	3.419
All RO	4.451.542	3.166.659	1.284.883	33.258	27.705

Fonte: IDARON, 2010

Os demais rebanhos de equinos, bubalinos, asininos e muares e também de suínos, caprinos e ovinos estão também presentes em todos municípios da All<sup>28</sup>. A participação desses rebanhos da All MT, nos respectivos conjuntos estaduais, representa entre 1,37% (bubalino) e 5,02% (caprino), com destaque para o efetivo dos municípios Pontes e Lacerda e Comodoro. Já a participação desses rebanhos da All RO, nos respectivos rebanhos estaduais, representa entre 32,8% (suíno) e 49,3% (asininos), com destaque para o efetivo dos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes.

Hoje, o extrativismo natural é pouco significativo para a economia da região. Nas atividades de extração vegetal (**Quadro 3.6.5-82** e **Figura 3.6.5-65**), destaca-se, em Mato Grosso, a madeira (em tora, como lenha e como carvão) e, em Rondônia, a madeira (em tora e como lenha), a borracha, a castanha-do-pará e o açaí. Outros produtos que são extraídos: palmito, óleo de copaíba e mel silvestre.

A madeira em tora alcançou 1.469 mil m<sup>3</sup> em Mato Grosso e 834 mil m<sup>3</sup> em Rondônia, em 2008, sendo que, na All MT e na All RO, essa extração representou, respectivamente, 2,3% e 51,8% desse total. Na extração vegetal, a madeira em tora é o principal produto extrativo vegetal em termos de geração de valor: R\$4.107 mil na All MT e R\$63.284 mil na All RO.

Observa-se, atualmente, o fim do *boom* da madeira devido à fiscalização mais rigorosa dos programas de combate ao desmatamento nos biomas Amazônia e de Cerrado, e pela própria redução da disponibilidade de vegetação nativa de florestas e cerrado.

A extração de borracha alcançou 677 toneladas em Rondônia em 2008, e a All RO produziu 28,7% desse total, que representou um valor de R\$198 mil. Em Mato Grosso, não há extração de borracha. Na All RO, o valor da produção de castanha-do-pará<sup>29</sup> foi de R\$2.015 mil, que representou 84% do valor estadual, e do açaí, com valor de R\$215 mil, significou 55,8% do valor da produção de Rondônia.

A Região Amazônica é pródiga em múltiplas espécies de peixes habitando seus rios, constituindo-se na base alimentar de sua população. Esse cenário favorece a pesca e a implantação da piscicultura, com a criação em cativeiro de muitas espécies nativas, como o tambaqui, o pirarucu, a matrinxã, o pacu e o curimatã, associados com espécies exóticas, como a carpa e a tilápia.

<sup>28</sup> A única exceção é em Conquista d'Oeste, onde não há efetivo de bubalino.

<sup>29</sup> A castanha-do-pará também é chamada de castanha-da-amazônia ou castanha-do-brasil.

**Quadro 3.6.5-82 - Principais Produtos Extrativos Vegetais - (1/2)**

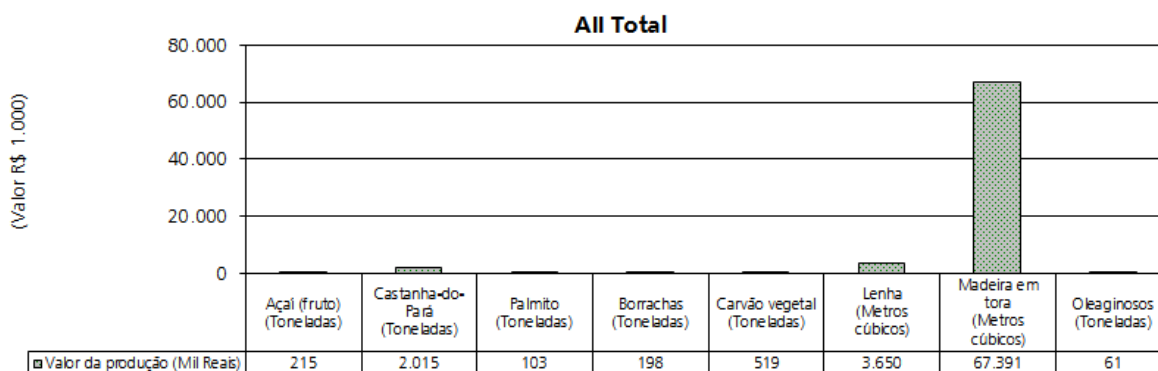
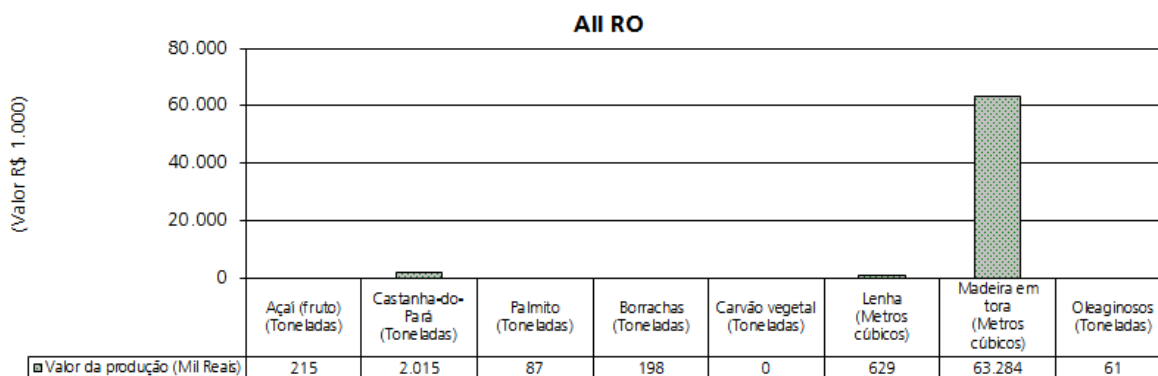
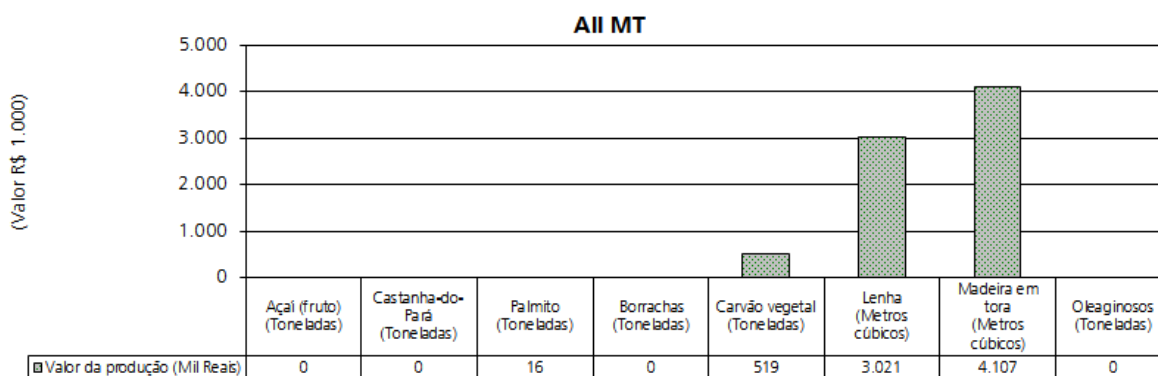
Estados/Municípios	Variável	Açaí (fruto)	Castanha-do-	Palmito	Borrachas	Carvão	Lenha	Madeira em	Oleaginosos
		(Tone-ladas)	Pará (Tone-ladas)	(Tone-ladas)	(Tone-ladas)	vegetal (Tone-ladas)	(Metros cúbicos)	tora (Metros cúbicos)	(Tone-ladas)
Mato Grosso	Quantidade produzida	-	1.430	79	-	54.701	1.877.149	1.469.083	108
	Valor da produção (Mil Reais)	-	2.796	184	-	24.575	41.087	211.591	403
Jauru	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	10.899	2.520	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	163	454	-
Vale de São Domingos	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	4.874	890	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	73	120	-
Pontes e Lacerda	Quantidade produzida	-	-	8	-	240	51.963	9.120	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	16	-	156	1.039	1.231	-
Conquista D'Oeste	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	4.460	1.400	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	67	217	-
Nova Lacerda	Quantidade produzida	-	-	-	-	37	10.370	4.700	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	17	187	635	-
Comodoro	Quantidade produzida	-	-	-	-	1.080	42.637	15.260	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	346	1.492	1.450	-
All MT	Quantidade produzida	-	-	8	-	1.357	125.203	33.890	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	16	-	519	3.021	4.107	-
Rondônia	Quantidade produzida	314	1.927	68	317	-	67.545	834.946	8
	Valor da produção (Mil Reais)	385	2.386	151	677	-	1.054	114.335	136
Vilhena	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	2.900	10.150	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	46	1.472	-
Chupinguaia	Quantidade produzida	1	1	1	-	-	235	890	-
	Valor da produção (Mil Reais)	2	1	3	-	-	4	125	-
Pimenta Bueno	Quantidade produzida	-	-	16	3	-	6.900	5.625	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	36	7	-	108	816	-
Cacoal	Quantidade produzida	-	8	6	18	-	5.400	5.410	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	10	14	40	-	85	784	8
Ministro Andreazza	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	-	390	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	57	-
Presidente Médici	Quantidade produzida	-	5	-	-	-	730	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	7	-	-	-	11	-	-



**Quadro 3.6.5-82 - Principais Produtos Extrativos Vegetais - (2/2)**

Estados/Municípios	Variável	Açaí (fruto)	Castanha-do-Pará	Palmito	Borrachas	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora	Oleaginosos
		(Toneladas)	(Toneladas)	(Toneladas)	(Toneladas)	(Toneladas)	(Metros cúbicos)	(Metros cúbicos)	(Toneladas)
Ji-Paraná	Quantidade produzida	-	38	-	15	-	-	10.500	1
	Valor da produção (Mil Reais)	-	48	1	32	-	-	1.523	15
Ouro Preto do Oeste	Quantidade produzida	6	1	4	9	-	840	980	-
	Valor da produção (Mil Reais)	7	2	9	20	-	13	142	-
Jaru	Quantidade produzida	-	13	-	1	-	-	4.700	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	16	-	2	-	-	682	-
Theobroma	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	-	19.100	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	2.579	-
Ariquemes	Quantidade produzida	1	-	-	4	-	1.500	104.000	-
	Valor da produção (Mil Reais)	2	-	-	9	-	24	15.080	-
Rio Crespo	Quantidade produzida	-	-	1	16	-	-	-	-
	Valor da produção (Mil Reais)	1	-	2	34	-	-	-	-
Cujubim	Quantidade produzida	-	-	-	-	-	-	46.300	-
	Valor da produção (Mil Reais)	-	-	-	-	-	-	6.019	7
Itapua do Oeste	Quantidade produzida	6	-	1	5	-	-	210	-
	Valor da produção (Mil Reais)	8	-	1	10	-	-	30	-
Candeias do Jamari	Quantidade produzida	32	-	1	-	-	-	4.310	1
	Valor da produção (Mil Reais)	40	-	1	-	-	-	625	15
Porto Velho	Quantidade produzida	124	1.545	9	20	-	21.500	230.000	1
	Valor da produção (Mil Reais)	155	1.931	20	44	-	338	33.350	16
All RO	Quantidade produzida	170	1.611	39	91	-	40.005	442.565	3
	Valor da produção (Mil Reais)	215	2.015	87	198	-	629	63.284	61
All Total	Quantidade produzida	170	1.611	47	91	1.357	165.208	476.455	3
	Valor da produção (Mil Reais)	215	2.015	103	198	519	3.650	67.391	61

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2008



**Figura 3.6.5-65 - Principais Produtos Extrativos Vegetais**  
**Fonte:** IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2008

Em Itapuã do Oeste, há três colônias de pescadores com 200 filiados; uma delas é a Z-07. Esse município é considerado o 2º polo pesqueiro do Estado de Rondônia. A pesca ocorre na represa de Samuel, no rio Jamari, e em cinco tanques. As principais espécies são o tucunaré, o tambaqui, o piau, o pirarucu e a branquinha.

Em Pimenta Bueno, vem sendo executada com sucesso a reprodução em cativeiro do pirarucu, através do “Projeto Estruturante do Pirarucu em Rondônia”. Segundo o SEBRAE/RO, o processo de reprodução garante a eclosão de mais de 90% dos ovos, um aproveitamento “recorde” na reprodução de peixes em cativeiro. O processo garante margem de lucro de até 200% ao piscicultor, já que o animal pode alcançar até 15 quilos em 12 meses, período em que já está pronto para o abate e comercialização, chegando a ser comercializado por R\$15,00 (quinze reais) o quilo.

O “Projeto Estruturante do Pirarucu na Região Norte” tem como objetivo avaliar a engorda em cativeiro e comparar as várias estratégias de produção e comercialização do peixe nos Estados de Rondônia, Acre, Tocantins, Roraima, Amazonas e Amapá, onde já existem as chamadas Unidades de Observação do Pirarucu. O SEBRAE/RO também está desenvolvendo um projeto de marketing, batizado de “Pirarucu da Amazônia”, para tornar o peixe mais conhecido pelo mercado consumidor (CORECON/RO, 2010).

## **(2) Setor Secundário**

O extrativismo mineral e a extração e industrialização da madeira formaram a base da acumulação na economia da região por diversos anos. Os cultivos agrícolas e a formação de pastagens foram substituindo a Floresta Tropical e os Cerrados que foram sendo derrubados. Ainda assim, as indústrias madeireiras e moveleiras estão presentes em muitos municípios da All. As agroindústrias têm atualmente papel de destaque, como os frigoríficos, os laticínios, as beneficiadoras de soja e de frutas. Destacam-se, também, no Setor Secundário, as olarias, e as extrações de cassiterita e de ouro. A produção industrial tende a diversificar-se, principalmente em Porto Velho, com a implantação de indústrias de cimento e de metalúrgicas, em função da demanda regional, notadamente a partir do início da implantação das Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira.

Segundo a Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO), há perspectivas de crescimento do setor extrativo mineral, com o estanho (Rondônia é responsável por 25% da produção nacional), o granito, com mercado definido na União Europeia; e a indústria madeireira, em uma nova fase de desenvolvimento de tecnologias, agregando valor e novas etapas de processamento dos seus produtos, destinados, principalmente, ao mercado chinês. Está sendo implantado no estado o segmento industrial de cosméticos e fitoterápicos, com perspectivas de atender ao mercado internacional (FIERO, 2008).

Um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento industrial em Rondônia foi a deficiência de energia elétrica. As medidas adotadas no final dos anos 90 provocaram uma mudança

radical no quadro energético estadual. A demanda reprimida, e afinal atendida, produziu rápido crescimento do mercado de energia no período 1996-2002 (4,8% a.a.). A disponibilidade de energia viabilizou o processo de industrialização.

Segundo os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (2006), cerca de 16,4% do pessoal ocupado da All trabalha no Setor Secundário da economia (indústria), sendo que 24,8% nos municípios da All MT e 16,1%, nos municípios da All RO. A maior parte (71,9%) está alocada no grupo das indústrias de transformação, seguindo-se os empregos na construção civil (21,4%) (**Quadro 3.6.5-71 e Figura 3.6.5-58**).

Em termos estaduais, o setor industrial da All MT representa apenas 2% do emprego industrial, 2,6% dos estabelecimentos industriais e 2,2% do valor adicionado do estado, enquanto o emprego industrial da All RO representa 76,9%, 69,5% dos estabelecimentos e 91,8% do valor adicionado de Rondônia (**Quadros 3.6.5-71, 3.6.5-69, 3.6.5-70 e Figuras 3.6.5-58, 3.6.5-56 e 3.6.5-57**). Verifica-se, assim que o parque industrial de Rondônia concentra-se justamente nos municípios da Área de Influência do empreendimento, ou seja, nas localidades situadas ao longo do eixo da BR-364.

Na All MT, dos 2.327 postos de trabalho, 81% estão concentrados no município de Pontes e Lacerda e 13%, em Comodoro. Na All RO, dos 33.146 postos de trabalho no Setor Secundário, 33% se concentram em Porto Velho; 13,5%, em Ji-Paraná; 12,1%, em Ariquemes; 10,35, em Vilhena; 10,2%, em Cacoal (**Quadro 3.6.5-71 e Figura 3.6.5-58**). Vale observar que essa informação é anterior ao início da construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, ou seja, atualmente o peso do emprego industrial de Porto Velho deve ser maior do que os dados de 2006.

Ao todo, são 3.753 estabelecimentos do Setor Secundário, que representam 13,2% dos estabelecimentos totais da All, sendo 333 unidades industriais na All MT e 3.420, na All RO (**Quadro 3.6.5-69 e Figura 3.6.5-56**). Eles estão concentrados na indústria de transformação (76,8%) e na construção civil (18,9%).

O valor adicionado da atividade industrial (2007) na All MT foi de R\$135 milhões, concentrando 54,6% em Pontes e Lacerda; 24,3%, em Jauru; 10,3%, em Comodoro. Já o valor produzido na All RO foi de R\$1.504 milhões, com destaque para Porto Velho com 25,4%; Ji-Paraná, com 13,7%; Vilhena, com 13%; Ariquemes, com 11,9%; Cacoal, com 11% (**Quadro 3.6.5-70 e Figura 3.6.5-57**).

Na All de Mato Grosso, destaca-se o município de Pontes e Lacerda como polo industrial, em função de localizarem-se neste município dois importantes frigoríficos (Independência e Arantes), que somam mais de 150 mil abates anuais (MATO GROSSO, 2007). Pontes e Lacerda é um dos maiores exportadores de carne do estado e de produção de látex de seringueira (heveicultura), com processamento do produto *in natura*. Possui ainda dois laticínios, sendo um com capacidade de processamento de 20 mil a 50 mil litros/dia e outro, com capacidade de até 5 mil litros/dia. Além disso, o município conta com 27

moveleiras, 54 beneficiadoras de produtos alimentares, 6 cerâmicas, 16 metalúrgicas, 4 indústrias de vestuário e calçados.

Comodoro, como grande produtor de soja, possui 6 unidades beneficiadoras do produto. Além disso, estão implantados no município 2 laticínios, 4 olarias e outras pequenas indústrias. Nos demais municípios da All MT, destacam-se uma usina de beneficiamento de leite, em Jauru, com capacidade de beneficiamento de leite entre 5.000 e 10.000 litros/dia, os laticínios Lactvit, no município de Vale de São Domingos, e Coapismat, em Conquista d'Oeste, uma mineradora de ouro (empresa Apoena) e pedreiras de brita, em Nova Lacerda.

Na All RO, Porto Velho tem a primazia industrial, empregando 10.956 trabalhadores em 1.224 estabelecimentos (2006) e produzindo R\$382 milhões em 2007. Porto Velho conta com uma infraestrutura de transporte de importância regional, com aeroporto internacional e o porto no Rio Madeira, por onde são exportadas as mercadorias processadas e *in natura*, principalmente de carne frigorificada e de grãos (soja). Destacam-se cinco frigoríficos no município, que absorvem a produção pecuária local e regional (Porto Velho tem o maior rebanho bovino de Rondônia). O governo estadual de Rondônia implantou um Distrito Industrial em Porto Velho, com 356ha e 161 lotes; atualmente, tem somente 33% de área disponível.

Com a construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau, o setor de construção civil foi dinamizado e indústrias de grande porte foram instaladas para atender à demanda das obras e de outros projetos previstos na região, com destaque para a indústria de cimento Votorantim, a Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia (IMMA), de fabricação de equipamentos elétricos e eletrônicos, e a Amazon Reciclagem Pet (Amazon RCP), que será a primeira empresa de reciclagem de garrafas *pet* da Amazônia, com previsão para entrar em operação ainda em 2010, e contratar, em sua fase inicial, mais de 400 empregados, beneficiando trabalhadores dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Mato Grosso, onde estão sendo mantidos contatos com cooperativas de catadores de resíduos sólidos, para adquirir sua matéria-prima. Também serão firmados convênios com as Prefeituras para instalar pontos de coleta no interior do Estado de Rondônia.

O município de Ji-Paraná constitui o 2º polo industrial da All RO, com 4.467 postos de trabalho nas 470 unidades industriais, e produção no valor de R\$205 milhões. Esse município possui um importante polo madeiro-moveleiro que oferece produtos de qualidade reconhecida nos grandes centros consumidores do País. Grandes empresas também atuam no município, como a Granitos da Amazônia S.A. (Gramazon), uma das maiores empresas da América Latina, 5 laticínios, sendo que dois fabricam leite em pó e todos os cinco produzem leite pasteurizado, dentre eles os Laticínios Canaã e Primalat. Há 5 frigoríficos de bovinos no município (Frialto, Rondosafrá, Tangará, Santa Maria e Frigojipa) e um frigorífico especializado em carne suína. Estão instaladas no município indústrias de beneficiamento de café, indústria de processamento de guaraná, indústria de

cosméticos, esmagadora de óleo de cacau, cupuaçu, babaçu, amendoim (Grupo Dalamarta), dentre outras. O município dispõe de Distrito Industrial com área de 400.000m<sup>2</sup>, que abriga muitas dessas indústrias.

Vilhena, com 3.419 empregos industriais em 348 unidades, produziu, em 2007, R\$195 milhões. No setor industrial, destacam-se as atividades vinculadas ao beneficiamento da madeira, o polo moveleiro (23 empresas de pequeno e médio porte), as cerâmicas de tijolos e telhas e as agroindústrias, como o Frigorífico Novo Estado, a Indústria de Extração de Óleo Vegetal Portal S.A. e a indústria Sementes Maggi.

Ariquemes, com 4.000 empregos industriais em 381 unidades, produziu, em 2007, R\$178 milhões. Estão implantados no município um polo moveleiro, indústrias de desdobramento de madeira, além de 3 frigoríficos, indústrias de torrefação de café e fábrica de refrigerante. O Distrito de Bom Futuro abriga o maior garimpo de cassiterita a céu aberto do mundo.

Cacoal, com 3.390 empregos industriais em 294 unidades, produziu, em 2007, R\$164 milhões. Destacam-se, na parte industrial, 3 frigoríficos que produzem para o mercado nacional (Distriboi, Frigocal e Frigoserve) e um para exportação (FRIBOI), um curtume do Grupo Bertin, 6 cerâmicas de médio e grande porte (telhas e tijolos), beneficiadoras de café e parque de manutenção automotiva autorizadas de motos, carros e tratores.

Nos demais municípios da All RO, há as seguintes características no Setor Secundário:

- Chupinguaia: madeireiras e frigorífico;
- Pimenta Bueno: 2 frigoríficos; montagem de bicicletas do Grupo Cairu; 5 cerâmicas, entre elas: Santa Maria, Romana, Boa Vista e União (telha, tijolo e artesanato); empresa de água mineral Lind'Água; polo de confecções com 17 indústrias formais, que comercializam cerca de 400 mil peças por mês; frigorífico municipal (700 cabeças/dia) destinado à exportação; Laticínios Pimenta Bueno e Goldmilk; 19 indústrias moveleiras e 31 madeireiras. As atividades de exploração mineral no município estão associadas à exploração de matéria-prima para construção civil (areia, argila, brita) e à lavra garimpeira de diamante nos Rios Pimenta Bueno, Barão de Melgaço e Roosevelt, e de ametista na Fazenda Dimba; há ainda uma usina de calcário da Cia. de Mineração de Rondônia;
- Ministro Andreazza: 2 laticínios; 3 madeireiras; 3 laminadoras; um frigorífico (JBS);
- Presidente Médici: 2 laticínios, 2 madeireiras, uma indústria em construção (Farmoquímica);
- Ouro Preto do Oeste: madeireiras e laticínio (produz derivados, como iogurte);
- Jaru: Frigor, o maior frigorífico da Região Norte, que exporta para a Europa e Emirados Árabes, via São Paulo, abatendo entre 1.500 e 2.000 cabeças por dia; Laticínios Italac e Tradição, mais 10 laticínios de pequeno porte (alguns na área rural). A construção civil

está crescendo e a madeireira está em declínio. A Prefeitura está regularizando o Setor Industrial;

- Theobroma: Laticínio Aliança; fornece frutas (acerola, goiaba, tamarindo, araçá, cupuaçu, açaí) para a fábrica de sucos em Porto Velho, carne para Frigon, em Jaru, cacau para São Paulo, e café para São Paulo e Espírito Santo;
- Rio Crespo: 2 serrarias, 1 laticínio e 1 cooperativa (queijo muçarela e outros derivados); há uma empresa de extração de cassiterita, a Cassiterita Minerais e Metais;
- Cujubim: como a extração de madeira ainda é grande, há cerca de 50 madeireiras no município; a produção leiteira está começando a alavancar desde 2009 (há 1 ou 2 tanques de resfriamento);
- Itapuã do Oeste: Mineração de Cassiterita (Estanho de Rondônia – ERSA); Laticínio Dona Vera;
- Candeias do Jamari: existem, na área urbana, uma fundição e 2 laticínios e, na área rural, uma mineradora.

### **(3) Setor Terciário**

Segundo os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE (2006), cerca de 82,8% do pessoal ocupado da All trabalha no Setor Terciário da economia (comércio e serviços), sendo 67,6% nos municípios da All MT e 83,5%, nos municípios da All RO. A maior parte (54%) está alocada no grupo do comércio, reparação de veículos, de objetos, seguindo-se os empregos na administração pública (20,3%) e no grupo de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços a empresas (6,9%) (**Quadro 3.6.5-71** e **Figura 3.6.5-58**).

Em termos estaduais, o setor de comércio e serviços da All MT representa apenas 1,5% do emprego, 2,3% dos estabelecimentos terciários e 1,8% do valor adicionado do estado, enquanto o emprego terciário da All RO representa 80,5% do emprego estadual, 70,4% dos estabelecimentos e 72% do valor adicionado do Estado de Rondônia (**Quadros 3.6.5-71, 3.6.5-69, 3.6.5-70** e **Figuras 3.6.5-58, 3.6.5-56 e 3.6.5-57**). Verifica-se que, assim como as atividades industriais, o Setor Terciário de Rondônia concentra-se nos municípios das Áreas de Influência do empreendimento, ou seja, nas localidades situadas ao longo do eixo da BR-364.

Na All MT, dos 6.343 postos de trabalho, 64,1% estão concentrados no município de Pontes e Lacerda e 19%, em Comodoro. Na All RO, dos 172.268 postos de trabalho no Setor Terciário, 64,2% se concentram em Porto Velho, 9,6% em Ji-Paraná, 6,1% em Vilhena, 5,9% em Ariquemes e 5,4% em Cacoal. Observa-se que o emprego terciário na All RO é mais concentrado em Porto Velho que o emprego industrial, que é mais distribuído entre os municípios da All.

Ao todo, são 24.383 estabelecimentos do Setor Terciário, que representam 85,6% dos estabelecimentos totais da All, sendo 1.951 unidades de comércio e serviços na All MT e

22.432 na All RO (**Quadro 3.6.5-69** e **Figura 3.6.5-56**). Esses estabelecimentos estão concentrados no comércio, reparação de veículos, de objetos (61,5%) e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (11,7%).

O valor adicionado da atividade terciária (2007) na All MT foi de R\$377 milhões, concentrando 51,9% em Pontes e Lacerda, 27,6% em Comodoro e 9,9% em Jauru. Já o valor produzido na All RO foi de R\$6.227 milhões, com destaque para Porto Velho, com 48,5%; Ji-Paraná, com 11,1%; Vilhena, com 8,3%; Ariquemes, com 7,9%; e Cacoal, com 7,4% (**Quadro 3.6.5-70** e **Figura 3.6.5-57**).

Normalmente, a variedade de atividades deste setor é mais desenvolvida nos municípios mais populosos. Além da Capital Regional de Porto Velho, os Centros Sub-Regionais, como Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal, na classificação do IBGE (2007), são justamente os que apresentam um setor mais diversificado e desenvolvido, o que confirma o grau de centralidade.

Em Ji-Paraná, o comércio é forte e diversificado, estando lá instaladas grandes distribuidoras de produtos para redes de supermercados, grandes lojas de departamento (Avenida, Graúna) e cooperativas; em Ariquemes, o comércio de madeiras e artefatos, distribuidoras atacadistas de mercadorias na sua região de abrangência, serviços de transporte são setores que se destacam; Vilhena, por estar longe dos grandes centros comerciais do País, tem importante função na área de comércio e serviços (calçados, materiais de construção, gêneros alimentícios, peças e acessórios, lojas de confecções, veículos e máquinas agrícolas), visto funcionar como interposto comercial para os municípios vizinhos, tanto para as cidades da Rondônia como para as de Mato Grosso. Cacoal merece destaque pelos serviços na área educacional (4 cursos de graduação e 3 de pós-graduação, Fundação Bradesco, sistema SENAI/SENAC/SEBRAE, CETEC e Colégio agrícola) e o parque de manutenção de automotivas autorizadas de motos, carros e tratores.

A maioria das cidades promove feiras agropecuárias que movimentam o comércio, as indústrias e a cultura nas cidades. Vale ressaltar que as cidades localizadas nas margens da rodovia BR-364 desenvolvem uma infraestrutura e serviços de apoio e suporte ao crescente e incessante tráfego rodoviário, como oficinas mecânicas e elétricas, borracharias, hotéis, restaurantes e transportes rodoviários, lojas de peças e acessórios, além de revendedoras de veículos e motos.

Em toda a All, é possível constatar, através dos relatos e entrevistas de campo, confirmados pelos dados estatísticos, que o Setor Terciário é representado principalmente pelo funcionalismo público e pelo comércio. Vale notar que o emprego em atividades da administração pública é particularmente relevante em municípios pequenos, como Theobroma (74,3% do pessoal ocupado total), Ministro Andreazza (54,6%) e Presidente Médici (34%). Outras atividades do Setor Terciário que empregam mais trabalhadores em



toda a All são as imobiliárias, transporte, armazenagem, comunicação, educação, alojamento e alimentação. O impacto do empreendimento esperado neste setor é normalmente associado ao aquecimento do comércio vinculado à geração de empregos e à chegada de novos consumidores.

### **c. Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT – AID**

As informações a respeito das atividades econômicas praticadas pelas populações humanas, dos principais usos do solo e da estrutura fundiária das propriedades e localidades identificadas ao longo do traçado da futura LT e seu entorno são descritas a seguir, setorialmente, respeitando os intervalos de análise em que as localidades rurais encontram-se inseridas (ver **Quadro 3.6.5-12 – Principais Localidades Identificadas e População Estimada na AID**).

No **Intervalo 1** de análise, a região que deverá ser atravessada pela futura Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3 caracteriza-se pela presença de pequenas e grandes propriedades com áreas de pastagens destinadas à criação de gado para corte e leite, sobretudo na área rural dos municípios de **Jauru (MT)**, **Vale de São Domingos (MT)** e **Pontes e Lacerda (MT)**, e de grandes fazendas com áreas improdutivas, nos municípios de **Conquista d’Oeste (MT)** e **Nova Lacerda (MT)**. Os proprietários, em sua maioria, residem nas sedes desses municípios ou de outros próximos, como Tangará da Serra (MT).

Em geral, o gado destinado ao corte é criado por grandes pecuaristas, que possuem rebanhos superiores a 15 mil cabeças, como no caso da Fazenda Guapé (**Foto 3.6.5-131**), em Vale de São Domingos, que tem cerca de 100.000ha. Destacam-se também as Fazendas Araçatuba (mais de 25.000ha), Rancho Novo (rebanho de 700 cabeças) e Nossa Senhora do Pilar (2.500ha) (**Foto 3.6.5-132**), em Jauru, e a Fazenda Rio Bonito (2.800ha), com 8 mil cabeças de gado, em Vale de São Domingos.

Os pequenos produtores (donos de sítios e chácaras) dedicam-se ao gado leiteiro, como é o caso dos Sítios Ponte Alta (121ha) e Santa Clara (25ha), com 40 e 70 vacas leiteiras, respectivamente. Também merecem destaque os Sítios São Pedro (3ha), Sancoré (55ha) e Dois Irmãos (87ha) (**Foto 3.6.5-133**), e a Estância Lua de Mel (22,5ha), além dos moradores dos distritos de Jauru, Taquaruçu (**Foto 3.6.5-134**) e Lucialva, que possuem pequenos rebanhos de vacas leiteiras.

Em Jauru, o escoamento da produção de leite ocorre a critério dos pequenos pecuaristas, que levam a produção até a Cooperativa Noroeste (LACBOM) (**Foto 3.6.5-135**), ou a própria cooperativa se encarrega de buscar o leite nas propriedades rurais. Em junho de 2010, quando foi realizada a pesquisa de campo para elaboração deste diagnóstico, a média de preço do litro de leite era de R\$0,62 (sessenta e dois centavos de real). Caso o produtor se encarregasse de levar o leite até a Cooperativa, poderia agregar valor ao seu produto, ganhando alguns centavos de real a mais por litro de leite vendido.

Da Cooperativa, que tem 270 associados, o leite resfriado é escoado, em caminhões leiteiros próprios, até Araputanga (MT), onde é feito o envasamento do leite de melhor qualidade em caixas “longa vida”, e a transformação do leite de qualidade inferior em queijo mussarela, requeijão e outros derivados. Na própria filial de Jauru, é analisada a qualidade do leite.

De acordo com alguns produtores entrevistados, a qualidade do leite depende também do “tempo de espera”, do momento da ordenha até o resfriamento. Quando o próprio produtor possui resfriador em sua propriedade rural ou se encarrega de levar seu produto até a cooperativa, o leite não fica “aguardando” tanto tempo até o resfriamento, o que garante sua qualidade.

Os pequenos produtores rurais de Jauru possuem hortas, pequenas plantações (em geral, de mandioca e de cana-de-açúcar), pomares ao redor de suas casas, e pequenas criações de animais: galinhas, gansos, patos, carneiros, vacas leiteiras, porcos e cavalos. Essas culturas e criações são utilizadas para autoconsumo ou, como é dito na região, para a “despesa”. Quando há excedente, é comercializado em açougues e hortifrutis na cidade de Jauru. Para comprar mantimentos ou bens de primeira necessidade, os moradores recorrem ao comércio local.

O preço do quilo da carne de porco “vivo”, ou “porco sujo”, por exemplo, é de R\$3,00 (três reais); no mercado, custa R\$8,00 (oito reais) (**Foto 3.6.5-136**). Com relação à produção de carne bovina, há matadouros em Jauru que se encarregam do transporte do gado. Entretanto, a produção é escoada para outras cidades mato-grossenses (Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Pontes e Lacerda, Mirassol d’Oeste, Cáceres e Cuiabá), porque não existe frigorífico em Jauru.

Segundo os moradores entrevistados, a construção de um laticínio e de um frigorífico em Jauru movimentaria a economia local, além de gerar muitos empregos. Há também demandas para a criação de peixes em cativeiro (tanques de piscicultura), que só poderiam ser satisfeitas caso houvesse um frigorífico na cidade, pela necessidade de armazenar a produção de pescado.

Em relação ao rendimento familiar, os pequenos pecuaristas recebem entre pouco mais de 1 a 6 salários-mínimos por mês, ou seja, de R\$700,00 (setecentos reais) a cerca de R\$3.000,00 (três mil reais) por mês.

A maioria dos proprietários de sítios e chácaras, em Jauru, possui contrato de compra e venda, mas não o título de propriedade.



**Foto 3.6.5-131** – Colônia da Fazenda Guapé, em Vale de São Domingos (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-132** – Fazenda Nossa Senhora do Pilar, em Jauru (MT) (vista sentido SE Jauru).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-133** – Sítio Dois Irmãos, em Jauru (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-134** – Vista do distrito de Taquaruçu, em Jauru (MT). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-135** – Cooperativa de Leite, CoopNoroeste LACBOM, em Jauru (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-136** – Porco abatido, na Estância Lua de Mel, em Jauru (MT). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-137** – Plantação de eucalipto, na Fazenda Morro do Gavião, em Vale de São Domingos (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-138** – Comitiva do Malaquias, na antiga BR-364, em Nova Lacerda (MT). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Nas áreas rurais de Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda, grande parte da produção leiteira das fazendas situadas na AID é vendida para o Laticínio Três Marias, situado em Pontes e Lacerda.

Em algumas propriedades, também foram verificadas plantações de eucalipto. É o caso das Fazendas Morro do Gavião (**Foto 3.6.5-137**) e Alto Guaporé, em Pontes e Lacerda, e da Fazenda Pecuária Godoi, em Nova Lacerda, com 60 mil pés. Segundo um morador entrevistado, grande parte da produção de eucalipto serve de combustível para o frigorífico de Pontes e Lacerda.

Nesse trecho, também foi observado que, durante a época de cheia no Pantanal mato-grossense, ocorre o deslocamento de gado para as terras não alagáveis. Assim, são formadas as chamadas “comitivas de gado”, como a do Malaquias, que possui mais de 1.000 cabeças (**Foto 3.6.5-138**). Esses rebanhos percorrem grandes distâncias, ao “passo” de 15km por dia. Durante o mês de fevereiro, as “comitivas” atravessam a Chapada dos Parecis pela antiga BR-364 (atual MT-388), em direção à área rural de Comodoro (MT). O retorno ao Pantanal acontece durante o mês de junho.

Na área rural dos municípios de Conquista d’Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT), na Chapada dos Parecis, há grandes extensões de terras improdutivas, onde predomina uma paisagem de Cerrado, com solo pobre e arenoso. Todavia, esse cenário está em transformação, pois os avanços tecnológicos têm proporcionado a alguns produtores de soja a oportunidade de investir nessas áreas, como é o caso da Fazenda Alto da Chapada e Parecis (7.000ha), em Conquista d’Oeste. Nessa fazenda, uma planta (crotalare) (**Foto 3.6.5-139**) está sendo utilizada no preparo do solo para o plantio de soja consorciada ao milho, através do sistema de rotação de culturas. A crotalare controla o alumínio e as pragas, retirando os nematoides do solo, responsáveis pelo enfraquecimento da raiz das culturas plantadas. Na propriedade, foram plantados 350ha de crotalare, cujo saco de sementes de 40kg custa US\$100,00 (cem dólares).

Em relação ao possível aproveitamento das terras para a criação de gado, também seria alto o custo do manejo do solo para utilização como pastagem, uma vez que haveria necessidade de usar grandes quantidades de calcário. Outros exemplos de ocupação nesse trecho são as Fazendas Conquista, Primavera (6.000ha), Confiança (4.000ha) e Areia Branca (16.000ha) (**Foto 3.6.5-140**).

Nessas propriedades, não existem vaqueiros ou agricultores. A renda média mensal dos empregados que ficam encarregados de “tomar conta” dessas fazendas não chega a 2 salários-mínimos, variando de R\$600,00 a R\$900,00 (seiscentos a novecentos reais).

Entre **Comodoro (MT)** e **Vilhena (RO)** (**Intervalo 2**), predomina o cultivo de soja consorciada à produção de milho, sorgo ou girassol — na entressafra da soja, ou, como os produtores locais costumam dizer, na “safrinha”. As Fazendas Palmares,

Itália (**Foto 3.6.5-141**), Mata Azul, JK, em Comodoro, e Boa Sorte, Jaqueline e Gripa, em Vilhena, são exemplos de ocupações humanas nesse trecho.

Em Comodoro, segundo informações do diretor da Cargill Agrícola S.A. (**Foto 3.6.5-142**), são aproximadamente 6.000ha de áreas cultivadas com a soja, nas terras de fazendas (Itália, Nova Itália, Nova Itália II, entre outras) arrendadas pelo grupo argentino O Telhar, que, por sua vez, contratou o grupo Sebben, que presta serviços em relação ao maquinário e à mão de obra empregada no plantio, aplicação do agrotóxico e colheita.

A média salarial dos funcionários da Sebben é de quase 2 salários-mínimos por mês. O horário de trabalho é das 7h às 11h30 e das 13h às 18h, com intervalo para o almoço. Há ônibus que faz o transporte dos trabalhadores que residem na cidade de Comodoro.

Em Vilhena, a Fazenda Boa Sorte possui 1.600ha plantados com soja, em uma área total de 2.060ha. Na entressafra da soja, o proprietário planta sorgo, que também serve para a fabricação de rações animais, apesar de essa cultura ter menos proteína que o milho. A Fazenda Jaqueline possui 2.000ha de área cultivada com soja. Já a Fazenda Gripa possui 450ha de área cultivada com soja, plantando milho, soja ou arroz (conforme a safra) na entressafra da soja. O proprietário arrenda mais 120ha de uma propriedade vizinha. Nessas propriedades, os trabalhadores recebem em torno de 1,5 a 2 salários-mínimos por mês.

O plantio de soja ocorre em novembro, e sua colheita é realizada no período fevereiro/março. Na entressafra (ou safrinha), em março, é plantado o milho, o sorgo e/ou arroz, cuja colheita se faz a partir de julho.

Segundo o depoimento de um produtor local, “a rotação de culturas viabiliza produtividades mais elevadas, preserva as características físicas, químicas e biológicas do solo, auxilia no controle de pragas, doenças e plantas daninhas, protege o solo da ação de agentes climáticos, viabiliza a semeadura direta, e diversifica a produção agrícola”.

A produção é vendida para os grupos Masutti e Cargill.

O grupo Masutti possui armazéns (silos) na Fazenda JK, situada na margem da BR-364, em Comodoro, e em Campos de Júlio (MT). Vale ressaltar que a produção de milho abastece o mercado regional, sendo utilizado para alimentar o gado confinado.

A Cargill, por sua vez, trabalha com crédito agrícola, financiado por São Paulo, ou pela própria Cargill, que possui o Banco Cargill. Para obter o crédito, o proprietário tem que estar com sua propriedade regularizada e averbada. A Cargill financia até 80% dos insumos adquiridos pelo produtor. As sementes são provenientes dos grupos Bom Futuro e Garça Branca, enquanto o adubo (fertilizante) é da Mosaico. A moeda corrente do produtor é a soja, ou seja, no momento de pagar o financiamento, ele calcula o pagamento da dívida em termos de produção de sacas de soja.

Todo o escoamento da produção de soja, oriunda de Comodoro (MT), Sapezal (MT), Campos de Júlio (MT) e Vilhena (RO), entre outros municípios, é via Porto Velho (RO). Caminhões de soja percorrem a Rodovia BR-364 até os Terminais Portuários de Porto Velho, onde a soja é embarcada em balsas, que seguem pela hidrovía do rio Madeira até o Porto de Itacoatiara. De Itacoatiara (AM), a soja é embarcada em grandes navios e escoada para a América do Norte, Europa e Ásia.

Apesar de não haver restrição ao plantio de soja “transgênica”, seu escoamento só pode ser realizado via Porto de Santos, o que onera muito o frete e, como consequência, diminui o valor pago pela Cargill, desestimulando o plantio dessa cultura. Nesse sentido, atualmente, cerca de 90% da produção de soja escoada via Porto Velho são do tipo “convencional”.

Em Comodoro, a Cargill Agrícola possui um armazém e três casas para funcionários, em nível de gerência, numa área de 22ha; ao todo, são 11 funcionários. Contudo, esse efetivo aumenta para 34 trabalhadores durante a safra da soja, entre os meses de janeiro e abril. Além de Comodoro, o armazém recebe a produção de municípios vizinhos, como Sapezal, Tangará da Serra, Campo Novo e Campos de Júlio. A produção, conforme foi exposto anteriormente, é escoada pela BR-364, conhecida como o “corredor da soja”.

Segundo o diretor da Cargill Agrícola S.A., a produção de soja, por hectare, é de 3 toneladas (50 sacos de 60kg). Considerando uma área de 1,5 milhão de hectares plantados com soja em Comodoro, pode-se aferir que a safra de soja é de 4,5 milhões de toneladas. A produção de milho (safinha), por sua vez, alcança cerca de 1,35 milhão de toneladas (cerca de 30% da soja).

O “vazio agrícola” existente na região da divisa de Nova Lacerda com Conquista d’Oeste (intervalo 2), ao longo da antiga BR-364, é explicado, sobretudo, pela baixa produtividade da soja (média de 35 sacos por hectare) nessas terras, uma vez que o custo de produção é de 33 sacos por hectare.

Nos últimos anos, a soja vem transformando a paisagem rural de Comodoro e Vilhena e de outros municípios que não fazem parte da All deste estudo. Antes composta de pastagens, a paisagem agora é coberta por extensas áreas cultivadas, intercaladas por fragmentos de mata e pastagens. As pastagens são compradas ou arrendadas, pelo sistema de contrato por safras.

As Fazendas Glória (ou Chapadão) e Rancho do Vale (**Foto 3.6.5-143**) possuem, respectivamente, 2.000 e 696 cabeças de gado em suas áreas de pastagem que ainda compõem a maioria de suas terras (14.000ha e 700ha). Entretanto, a “transformação da paisagem”, descrita anteriormente, também fica evidente nessas propriedades. Cerca de 350ha da Fazenda Glória, por exemplo, foram arrendados para o plantio de soja.

A produção (carne e leite) da criação de gado leiteiro e de corte, da raça Nelore, é destinada aos frigoríficos e laticínios de Pontes e Lacerda, Araputanga e Vilhena.

O salário médio dos peões (vaqueiros) que trabalham nas fazendas de gado varia de R\$550,00 a R\$900,00 (quinhentos e cinquenta a novecentos reais). Os pequenos pecuaristas costumam vender o leite a R\$0,50 (cinquenta centavos de real) por litro para o Laticínio de Comodoro.

Também foram observados alguns cultivos de eucaliptos e pinus — projetos de reflorestamento —, como o que ocorre na Fazenda Londrina (**Foto 3.6.5-144**), situada entre o Km 35 e Km 38 da BR-364, em Vilhena, a qual também possui uma área de 650ha arrendada para a soja. Atualmente, a fazenda possui 3 milhões de árvores plantadas em uma área de 1.300ha. O projeto de reflorestamento prevê o plantio de 10 milhões de árvores, atingindo também a área cultivada atualmente com soja, cujo arrendamento termina em 2012. A madeira será destinada para lenha e serragem de tábuas, exportadas para a Europa, via Porto de Paranaguá. Trabalham no projeto 20 funcionários, que recebem entre 2 e 3 salários-mínimos. Segundo o administrador do empreendimento, denominado Reflorestamento Irmãos Batista, a futura LT deverá atravessar alguns “taiões” na área produtiva da fazenda.

Com cerca de oito anos de existência, o Assentamento Águas Claras (**Foto 3.6.5-145**), em Vilhena, ocupa o Lote 56 da Gleba Corumbiara, uma área de 2.002ha da antiga Fazenda Tupinambá, que nunca foi produtiva, segundo os entrevistados, e encontrava-se abandonada desde 1974. O assentamento está situado nas proximidades da Subestação de Vilhena.

As parcelas de 80 famílias ainda estão sendo regularizadas pelo INCRA, órgão que emitiu, em 2008, uma Certidão de Posse Provisória. Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Águas Claras (APRAC), em 2010, seria emitido um documento individual para cada morador. A primeira parcela do lote, a mais próxima à diretriz da LT, pertence à APRAC.

Os moradores da Capa 140 (K-140), como é chamada a estrada de terra que acessa o assentamento, criam porcos, galinhas, plantam quiabo, entre outras culturas temporárias (em pequena escala). Os pequenos produtores se reconhecem como “agricultores familiares”. Há roça para autoconsumo, e o excedente da produção de hortigranjeiros abastece os hortifrutis da cidade de Vilhena. Outros moradores possuem algumas cabeças de gado leiteiro, cujo leite é vendido, em média, por R\$0,48 (quarenta e oito centavos de real) o litro. Vale ressaltar que muitas famílias recebem o benefício do Bolsa Família.

Alguns moradores pretendem plantar limão taiti, urucum, abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca, e criar peixes em cativeiro; no entanto, faltam, sobretudo, incentivo e crédito agrícola.

No **Intervalo 3**, após as áreas destinadas à produção de soja, milho, eucalipto e pinus, em Vilhena, a futura LT deverá atravessar uma região caracterizada pela presença de pequenas propriedades (sítios de 50 e 100 hectares), nos municípios de **Vilhena (RO)**,

**Chupinguaia (RO)** e **Pimenta Bueno (RO)**, cujos donos possuem pequenas culturas e criações animais que servem, em geral, para sua própria subsistência. Em muitos desses sítios, há “vilarejos” instalados às margens da Rodovia BR-364, caracterizados pela presença de estabelecimentos públicos (escolas) e privados (restaurantes, mercearias, bares, borracharias e postos de gasolina) dedicados à prestação de serviços. A Vila São Lourenço e o Posto Gaúcho, em Vilhena, o distrito de Guaporé (ou Vila Guaporé), em Chupinguaia, os distritos de Urucumacua e Marco Rondon e o Setor Dimba, em Pimenta Bueno, são exemplos dessa ocupação.

Na Vila São Lourenço (**Foto 3.6.5-146**), encontram-se em atividade uma madeireira e uma mercearia, que vende bens de primeira necessidade (mantimentos) para os moradores da localidade.

Na localidade de Posto Gaúcho, existem dois restaurantes (Posto Gaúcho e Rancho Velho) e uma borracharia. A mão de obra desses estabelecimentos comerciais reside no próprio local, uma pequena chácara de 3ha. Segundo um morador entrevistado, o posto está fechado para abastecimento de combustíveis há 10 anos.

Acesso à sede municipal de Chupinguaia, Vila Guaporé é dividida “ao meio” pela Rodovia BR-364. De um lado (lado direito da BR, sentido Porto Velho), Urucumacua, pertencente à municipalidade de Pimenta Bueno; do outro, Vila Guaporé, pertencente à Chupinguaia. Nesses distritos, existem duas madeireiras funcionando “legalmente”. Há pequenos comércios, mercado, restaurantes e lanchonetes (**Foto 3.6.5-147**), um pequeno hotel, um posto dos Correios, postos de combustíveis, um destacamento da 1ª Cia. do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Rondônia. Entretanto, não há representantes do Poder Público municipal.

A futura LT irá atravessar uma região do município de Chupinguaia, próxima à Vila Guaporé, conhecida como Setor Chacareiro, composto por pequenas chácaras (de cerca de 5ha), tal como a Chácara São João (**Foto 3.6.5-148**), onde os moradores sobrevivem com pequenas criações animais e plantios de mandioca, café, urucum, entre outras culturas. Nessa localidade, conforme o depoimento de um morador, a única fonte de emprego são as serrarias (madeireiras).

Em Pimenta Bueno, o distrito de Marco Rondon (**Foto 3.6.5-149**) foi loteado pelo INCRA, mas nunca se configurou como um assentamento. As propriedades (sítios e chácaras) possuem, em média, 50 a 100 hectares, ocupando uma faixa territorial de cerca de 13km ao longo da BR-364.

A principal atividade econômica das 60 famílias que integram a Associação dos Produtores Rurais de Marco Rondon (MASP) é a produção de leite. Alguns produzem, artesanalmente, a farinha de mandioca, que é vendida em Cacoal e Pimenta Bueno.





**Foto 3.6.5-139** – Plantio de crotalare, na Fazenda Alto da Chapada e Parecis, em Conquista d'Oeste (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-140** – Fazenda Areia Branca, em Nova Lacerda (MT). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-141** – Fazenda Itália, em Comodoro (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-142** – Armazém da Cargill Agrícola, em Comodoro (MT). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-143** – Plantio de soja e área de pastagem na Fazenda Rancho do Vale, em Comodoro (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-144** – Projeto de Reflorestamento com Eucaliptos e Pinus, na Fazenda Londrina, em Vilhena (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-145** – Entrevista com o presidente da APRAC, em Vilhena (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-146** – Vila São Lourenço, distrito de Vilhena (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Segundo um morador entrevistado, nunca houve incentivo ou ajuda por parte do Poder Público no escoamento da produção dos agricultores familiares. O pequeno produtor não tem como pagar o alto preço do frete.

Em Marco Rondon, também existem pequenos comércios (mercearias, borracharias, postos de combustíveis, restaurantes etc.), que ocupam a frente dos lotes, à margem da BR-364.

O Projeto de Assentamento Eli Moreira, em Pimenta Bueno, foi regularizado pelo INCRA/RO em 1993, e ocupa uma área de aproximadamente 2.600ha. A localidade situada na margem da BR-364, na entrada da Linha 50 (estrada de acesso ao assentamento), é conhecida como Setor Dimba, onde há escola, borracheiro e o Restaurante América, uma espécie de bar-mercearia. Segundo um morador entrevistado, em 1990, ocorreu a invasão dos assentados provenientes da cidade de Pimenta Bueno.

Ao longo de 4km de estrada de terra (Linha 50), 22 famílias ocupam pequenos sítios de 1 a 70 hectares (**Foto 3.6.5-150**), cuja principal atividade econômica é a criação de gado leiteiro, mas também há plantios consideráveis de mandioca, inhame, entre outras culturas. Os assentados fazem parte da Associação dos Produtores Rurais do Alto Melgaço (APRORAM), em referência ao rio Melgaço.

Após o 1º Travessão, conhecido como Travessão do “Zé da Bala”, começa a área da Associação de Produtores Rurais do Setor Dimba (APRODIM). Como características marcantes nesse lote, em termos de atividades econômicas, há um projeto de manejo florestal (área de reflorestamento), um ranário e plantios de legumes.

Além da atividade pecuária, a piscicultura exerce importante papel no cotidiano dos pequenos produtores rurais. A partir de 2008, através do Projeto Peixamento, oito assentados vêm criando peixes em cativeiro. Em 24 tanques, são criados pirarucus, tambaquis, piaçus, entre outros peixes. Os criadores contam com o incentivo técnico do SEBRAE e da EMATER.

A Prefeitura de Pimenta Bueno e a EMATER compram toda a produção de pescado, que é destinada à merenda de escolas e creches municipais, e aos refeitórios da Casa do Idoso e da Casa da Gestante, nesse município. Além disso, esses “parceiros” cedem o transporte que realiza o frete (escoamento da produção de pescado) das associações de produtores da Linha 50. Segundo um morador entrevistado, cada associado tem uma cota anual de R\$9.000,00 (nove mil reais).

Ressalta-se que a cidade de Pimenta Bueno é pioneira na reprodução e engorda de pirarucu, sendo referência internacional em piscicultura. De acordo com o SEBRAE/RO, 60% da produção em piscicultura da Amazônia são provenientes do Estado de Rondônia, principalmente de Pimenta Bueno, sendo a produção de pescado escoada pelo rio Madeira.

Nesse trecho, há também, em pequeno número, grandes propriedades onde predomina a criação de gado para corte. Como exemplo, as Fazendas São Domingos, Campo Verde (**Foto 3.6.5-151**), Monte Alegre, Tavatháí e Silmara (**Foto 3.6.5-152**), que possuem de 450 e 1.300ha, com criações que variam de 200 a 1.500 cabeças de gado, destinadas ao corte e à recria, quando os bezerros — tourinhos e novilhas (gado Peó) — são vendidos com 1 ano de idade. Toda a produção é escoada para o frigorífico de Pimenta Bueno, que possui um caminhão para buscar o gado. Nessas fazendas, há também alguma criação animal (carneiros, cavalos, porcos e galinhas) e hortas, cuja produção é destinada, principalmente, ao autoconsumo.

O salário dos vaqueiros e encarregados dessas propriedades varia de um pouco mais de 1 salário, R\$600,00 (seiscentos reais), a 3 salários-mínimos, conforme suas atribuições. Quando há necessidade de contratar um diarista, pagam-se R\$30,00 (trinta reais). A diária paga ao motosserrista (ou motoqueiro) varia de R\$80,00 a R\$100,00 (oitenta a cem reais), e ao tratorista, de R\$40,00 a R\$50,00 (quarenta a cinquenta reais), quando este utiliza o trator do fazendeiro. Caso o tratorista possua trator, ele cobra o serviço por hora: R\$100,00 a R\$120,00 (cem a cento e vinte reais), no caso de um trator pequeno, podendo chegar até R\$300,00 (trezentos reais) por hora, dependendo do tamanho do trator.

A principal atividade econômica dos pequenos produtores — proprietários de sítios de até 50ha, como por exemplo, os Sítios Água Boa e Boa Esperança — é a produção de leite. Nessas localidades, foi observado que muitas famílias recebem o auxílio do Bolsa Família.

Após Pimenta Bueno, a LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 deverá atravessar a área de pequenas propriedades rurais (sítios de até 50ha) nos municípios de **Cacoal (RO)** e **Ministro Andreazza (RO) (Intervalo 4)**, cujas principais atividades econômicas são a produção de café, associada à criação de gado leiteiro e para corte.

São exemplos de ocupação os Sítios Beija-Flor, Tapete Verde, Santa Rosa e Terra Boa (**Foto 3.6.5-153**), em Cacoal, e o Sítio do Manel, em Ministro Andreazza. Alguns têm dois lotes de 50ha, possuindo entre 130 e 500 cabeças de gado. A mão de obra é familiar e as áreas com cultivo de café são pequenas: de 12 a 14 hectares, em cada propriedade. A exceção é a Fazenda Americana (1.800ha), em Ministro Andreazza.

A produção de café é proveniente de pequenos produtores, e a principal variedade produzida é o “conilon” (**Foto 3.6.5-154**), conhecida popularmente como “canelão”, tipo de café muito forte, utilizado como café solúvel, ou “misturado” a outras variedades.



**Foto 3.6.5-147** – Restaurante e Lanchonete Trindade, no Posto Trindade, na Vila Guaporé, em Chupinguaia (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-148** – Casa de madeira sendo construída na Chácara São João, no Setor Chacareiro, em Chupinguaia (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-149** – centro do distrito de Marco Rondon, em Pimenta Bueno (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-150** – Sítios do PA Eli Moreira, no Setor Dimba, em Pimenta Bueno (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-151** – Entrevista com moradores da Fazenda Campo Verde, em Pimenta Bueno (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-152** – Criação de gado na Fazenda Silmara, em Pimenta Bueno (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-153** – Entrevista com proprietário do Sítio Terra Boa, em Cacoal (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-154** – Café “conilon” produzido no Sítio Santa Rosa, em Cacoal (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Há também alguma criação de porcos e galinhas, e hortas, sobretudo para autoconsumo. É comum a comercialização de produtos granjeiros (ovos e leite) entre os sítiantes locais. O excedente produtivo é destinado a Cacoal. O litro do leite era vendido a R\$0,65 (sessenta e cinco centavos de real), à época da realização da pesquisa de campo (junho de 2010). A produção de leite é escoada pelos pequenos produtores em “carretinhas” (motos com reboque) (**Foto 3.6.5-155**).

Na localidade de Bandeirantes, no Km 18 da Linha 7, em Cacoal, há um pequeno comércio (bar e mercearia) que movimentava a economia local, em termos de bens de primeira necessidade.

Nas Linhas 2 e 3, em Ministro Andreazza, os pequenos produtores rurais (sítios de 7 a 100ha) encontram-se associados — Associação Unidos Venceremos (**Foto 3.6.5-156**) — e escoam a produção de grãos (café, arroz, feijão e milho) através de agentes intermediários, para as cidades de Cacoal e Ministro Andreazza. Os grãos são beneficiados e ensacados em um galpão de propriedade da Associação. Cada associado contribui com uma taxa anual de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). O saco de 61kg de café conilon (variedade mais plantada), arábica (ou catuaí) ou bourbon custa de R\$140,00 a R\$145,00 (cento e quarenta a cento e quarenta e cinco reais).

Em seguida, a LT vai atravessar as áreas rurais dos municípios de **Presidente Médici (RO)** e **Ji-Paraná (RO)**, com destaque para a criação de gado leiteiro. Nesse trecho, a futura LT continua distante da Rodovia BR-364, atravessando as “Linhas” (**Foto 3.6.5-157**) dos antigos projetos de colonização. Nessas localidades, notadamente na área do Projeto Riachuelo, a média de tamanho das propriedades é de 100ha, e a principal atividade econômica é a criação de gado de corte. São exemplos de ocupação os Sítios Rancho Alegre (**Foto 3.6.5-158**), Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima, em Presidente Médici, e Boa Esperança (**Foto 3.6.5-159**), Cintra e Viveiro das Palmeiras, em Ji-Paraná. Algumas fazendas possuem área um pouco maior, como a Fazenda Boa Sorte (400ha), na Linha 106, em Presidente Médici.

A área do Projeto Riachuelo se estende da margem (esquerda) do rio Machado, em Ji-Paraná, até próximo à divisa intermunicipal com Ministro Andreazza, abrangendo também o município de Presidente Médici. Da outra margem (direita) do rio Machado (sentido Porto Velho), trata-se da área do Projeto Ouro Preto, que abrange parte dos municípios de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste.

As pequenas propriedades possuem pequenas hortas e algumas criações animais (cabras, galinhas, porcos, entre outros) voltadas para subsistência. A expressão regional “a gente junta pra despesa” refere-se ao fato de algumas criações animais ou plantações servirem somente para o consumo do próprio núcleo familiar.

Em relação ao gado bovino, os pequenos pecuaristas possuem, em média, cerca de 100 cabeças para corte. Em geral, o gado é vendido para um intermediário, que possui o transporte, encarregando-se de revender os bois para o frigorífico em Ji-Paraná.

Nesses sítios, há muitos aposentados e beneficiários do Programa Bolsa Família, por se tratar de uma área mais carente em termos de geração de renda.

Em Novo Riachuelo, pequena vila situada na Linha 114, em Presidente Médici, há um pequeno comércio que movimentava a economia local. Entretanto, quando a população residente nas Linhas necessita fazer compras para abastecimento, a demanda é satisfeita na cidade de Ji-Paraná. Eixo de escoamento da produção hortigranjeira, a Linha 128 funciona como uma espécie de “Linha Mestre”, que acessa todas as outras Linhas, inclusive a Linha 94, que acessa a área urbana de Ji-Paraná, mais especificamente, o bairro São Luiz.

É comum também haver um pequeno comércio nos cruzamentos das Linhas, geralmente uma mercearia ou bar (**Foto 3.6.5-160**).

Os pequenos produtores rurais, residentes nas Linhas, em geral, são associados, a exemplo da Associação dos Produtores Rurais da Linha 106 e da Associação de Produtores de Leite da Linha 102.

A produção leiteira também é significativa nas propriedades situadas nas Linhas mais próximas à cidade de Ji-Paraná. Em algumas delas, há tanques resfriadores de leite; dessas propriedades, o leite é levado para o laticínio, em Ji-Paraná. O litro de leite, na região, era vendido a R\$0,65 (sessenta e cinco centavos de real), à época da realização da pesquisa de campo.

A renda média mensal de um vaqueiro de gado para corte é de pouco mais de 1 (um) salário-mínimo. Já o vaqueiro que cuida do gado e faz ordenha das vacas recebe em torno de R\$800,00 (oitocentos reais) por mês.

No Viveiro das Palmeiras, dois empregados que trabalham na produção de mudas de plantas ornamentais, vendidas no próprio local, recebem pouco mais de 1 salário-mínimo. Além da principal atividade, o proprietário vende leite aos sítiantes do entorno. O próprio empregado que faz a ordenha de 30 vacas se encarrega de entregar o leite com a “carretinha” (moto com reboque).

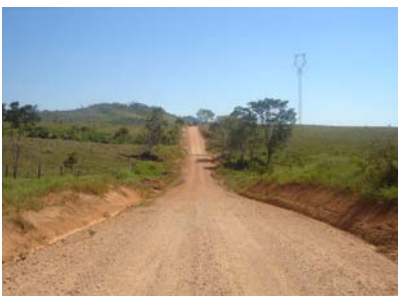
O Setor Nazaré (**Foto 3.6.5-161**) é um bairro de Ji-Paraná, na periferia urbana, composto por chácaras de 2,5 a 4 hectares, cuja principal atividade é a criação de gado para corte e leite (pequenos pecuaristas).



**Foto 3.6.5-155** – Leiteiro na Linha 7, em Cacoal (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-156** – Associação de Pequenos Produtores Rurais “Unidos Venceremos”, em Ministro Andreazza (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-157** – Linha 110, na área rural de Presidente Médici (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-158** – Entrevista com proprietário no Sítio Rancho Alegre, em Presidente Médici (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-159** – Sítio Boa Esperança, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-160** – Bar/mercearia, no cruzamento das Linhas 94 e 128, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-161** – Igreja no Setor Nazaré, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5 -162** – Fábrica de Sebo Ji-Paraná, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Próxima à diretriz da LT, a Fábrica de Sebo Ji-Paraná (**Foto 3.6.5-162**), montada em outubro de 2009, produz sebo e farinha de carne e osso. À época da realização da pesquisa, em junho de 2010, o gerente declarou que tinha a intenção de produzir, até o final de 2010, farinha de sangue de boi. Para isso, estava sendo construído um galpão, além do galpão existente, onde é produzida a farinha de osso.

Também em construção, encontra-se um tanque para 350 mil litros de sebo.

A farinha de sangue de boi servirá como base para o preparo de rações para suínos e aves. Já o sebo e a farinha de carne e osso são utilizados para fazer ração para cachorros, aves e peixes. O sebo é vendido para a Amazonbio, de Ji-Paraná, e para outras empresas dos Estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso, para a fabricação de biodiesel e de sabão. A farinha é escoada para produtores regionais de aves e para os Estados de Mato Grosso, São Paulo e Paraná. A produção diária de sebo e farinha é de 7 e 9 toneladas, respectivamente. A previsão, segundo o gerente entrevistado, era de aumentar a produção diária, até setembro de 2010, para 45 toneladas.

Para a produção da farinha, os fornecedores da “barrigada dos bois” são os frigoríficos de Ji-Paraná, Rolim de Moura e Cacoal. Do frigorífico Minerva, em Rolim de Moura, vem a “ossada”. O sangue de boi deverá ser fornecido gratuitamente pelos frigoríficos, uma vez que, atualmente, não têm para onde destinar seus resíduos, ou seja, o sangue dos bois abatidos.

Há pretensão de criar um curtume; para isso, está sendo preparada uma área onde será construído um barracão para mexer com couro de boi.

A empresa possui caminhões próprios, que fazem a coleta de ossos nos açougues e supermercados de Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Rolim de Moura. Futuramente, serão 20 caminhões ao todo.

O preço do quilo da farinha de carne e osso é de R\$0,30 (trinta centavos de real). Para fora do Estado de Rondônia, há o acréscimo do valor do frete, aumentando o preço do quilo para R\$0,45 (quarenta e cinco centavos de real) ou R\$0,55 (cinquenta e cinco centavos de real), dependendo da distância em relação ao destino final. A farinha é embalada em sacos de 50kg.

O processo de fabricação da farinha de carne e osso consiste nas seguintes etapas: 1ª) trituração – diminuição dos ossos em partículas menores que 5cm; 2ª) digestão – fritura e separação do sebo em um recipiente (peculadora); a massa vai para a prensa, que tira o resto do sebo; 3ª) secagem e moagem – a massa frita é seca e moída para virar farinha; 4ª) conservação – colocam-se alguns produtos para conservar a farinha.

Quando sua capacidade instalada estiver em pleno funcionamento, a fábrica deverá empregar 110 funcionários, e terá capacidade para receber 120 mil litros de sangue por



dia. Considerando que cada boi produz 15 litros, a fábrica deverá receber, diariamente, o sangue de 8 mil bois.

Atualmente, são 47 funcionários, cuja renda média mensal é de R\$605,00 (seiscentos e cinco reais). Esses funcionários recebem o salário-mínimo regional, R\$543,00 (quinhentos e quarenta e três reais), mais o adicional de insalubridade.

O investimento total da empresa é de 5 milhões de reais. Trata-se da única fábrica de farinha de carne e osso do Estado de Rondônia, cuja fonte de combustível é a lenha — “sobra” comprada das serrarias de Ji-Paraná.

O proprietário tem a intenção de plantar eucalipto (reflorestamento) na área de pastagem, atualmente arrendada.

No que tange ao tratamento dos resíduos provenientes do processo produtivo, estão sendo construídas quatro lagoas. As águas tratadas serão, posteriormente, despejadas no córrego Nazaré.

O bairro Boa Esperança (**Foto 3.6.5-163**), em Ji-Paraná, limite da área urbana, atualmente se encontra em franco processo de adensamento, crescendo em direção à área de pastagem, na zona rural, composta por pequenas chácaras. Segundo o presidente da associação de moradores local, essa área deverá ser loteada brevemente. O bairro se originou em 1992, a partir do loteamento de chácaras, e a tendência continua até os dias atuais. Trata-se de um bairro muito carente em termos de infraestrutura e de serviços públicos. Na área urbana, há mais empregos em frigoríficos e na construção civil; já na área rural, as oportunidades mais ofertadas são como vaqueiros.

Após a margem (direita) do rio Machado (sentido Porto Velho) e a área urbana de Ji-Paraná, as propriedades rurais apresentam, em média, um tamanho menor do que no trecho entre Presidente Médici e Ji-Paraná. São sítios e chácaras que variam de 20 a 40 hectares, cuja principal atividade econômica é a criação de pequenos rebanhos de gado para corte e leite. Os Sítios Dois Irmãos e São José são exemplos de ocupação nesse trecho.

Os pequenos pecuaristas vivem da renda do leite, R\$0,70 (setenta centavos de real) por litro, que é escoado, através de pequena associação de produtores de leite existente na Linha 4, para o Laticínio Beira-Rio, situado na margem da BR-364, em Ji-Paraná. Esses produtores também cultivam hortas e possuem pequenas criações animais (porcos, galinhas, etc.) para autoconsumo. Muitas famílias recebem o benefício do Bolsa Família.

A exceção é a Chácara Triângulo (**Foto 3.6.5-164**), situada na margem (direita) do rio Machado. Essa propriedade possui 1.240ha, 1.450 cabeças de gado, uma “tropa” de 28 animais composta por cavalos, burros, jégues e mulas, e 21 carneiros. O rebanho bovino é vendido para os abatedouros e frigoríficos de Ji-Paraná.

No **Intervalo 5**, a futura LT cruzará as áreas rurais dos municípios de **Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO) e Ariquemes (RO)**, que se caracterizam pela presença maior de pequenos estabelecimentos agrícolas (sítios de até 100ha) e pela intensa produção agropecuária, predominando a criação de gado para corte, com exceção das áreas próximas ao município de Ouro Preto do Oeste, onde há uma produção significativa de gado leiteiro. A pecuária, de corte ou de leite, muitas vezes, está associada a outros cultivos, tais como o cacau (Jaru e Theobroma) e o café (Jaru e Ouro Preto do Oeste).

São exemplos de ocupação, com menos de 100ha, os Sítios Mapolívio, do Sr. Carmelino Santiago, Cruzeiro Azul, e a Chácara do Sr. Laureano da Rocha, em Ouro Preto do Oeste, e os Sítios Duas Placas, Palmeiras, Pelicano, Nossa Senhora de Aparecida e Boa Esperança, em Jaru. Destacam-se também ocupações com 200ha, tais como a Fazenda Água Clara, em Ouro Preto do Oeste, o Sítio Voitena e a Fazenda do Sr. Firmino, em Jaru.

Como principais atividades econômicas nesse intervalo, destacam-se a produção leiteira de Jaru, a maior do Estado de Rondônia, com produção diária de 600 mil litros de leite, e o polo moveleiro de Ariquemes.

O Sítio Mapolívio (**Foto 3.6.5-165**), situado na Linha 101, Gleba 10, Lote 5 do Projeto Ouro Preto, em Ouro Preto do Oeste, tem 100ha e possui 150 cabeças de gado leiteiro. Segundo o proprietário entrevistado, as vacas que não dão mais leite são destinadas ao corte, e os próprios frigoríficos de Ji-Paraná e Jaru se encarregam do frete. A produção de leite, por sua vez, é vendida para o Laticínio Vitale, localizado em Teixeiraópolis (RO), a cerca de 20km da propriedade. O litro do leite era vendido a R\$0,71 (setenta e um centavos de real) à época da realização da pesquisa de campo, o que demonstrava uma situação muito boa para os produtores de leite da região, em comparação ao ano de 2009, quando o preço baixou demasiadamente, chegando a R\$0,30 (trinta centavos de real) por litro.

O leite de 20 produtores da Linha 101 é destinado à Associação de Produtores de Leite da Linha 102, também na área rural de Ouro Preto do Oeste, que conta com 32 associados. O resfriador da Associação garante o armazenamento da produção leiteira local. Segundo o produtor, uma vaca fornece, em média, 4 litros de leite por dia, sendo que algumas chegam a produzir até 8 litros. Em média, a renda familiar mensal é de 3 salários-mínimos, toda proveniente da produção leiteira.

Na Linha 200, Gleba 14, Km 4, Lote 11, também na área rural de Ouro Preto do Oeste, situa-se o sítio do Sr. Carmelino Santiago, com 69ha. Nessa propriedade, são criadas 190 cabeças de gado leiteiro, cuja produção de leite é negociada com o Laticínio Beira-Rio, situado na BR-364, entre Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste. Há também alguns bananais, cuja produção é vendida para os hortifrutis em Ouro Preto do Oeste.

Na chácara de 10ha do Sr. Laureano Barbosa da Rocha, situada no Km 1 da Linha 80, Gleba 14, Lote 21, são criadas 40 cabeças de gado para corte, porcos e galinhas. A

produção rural dessa propriedade e de outros sítiantes da Linha 80 é direcionada à Associação dos Produtores Rurais da Linha 80 (ASPROR80) (**Foto 3.6.5-166**).

A cerca de 1,5km da propriedade, há uma área de extração de brita pertencente à Pedreira Realeza.

No Sítio Cruzeiro Azul (**Foto 3.6.5-167**), propriedade com 25ha, há 150 cabeças de gado leiteiro, cuja produção é vendida para o Laticínio Três Marias, situado em Ouro Preto do Oeste.

Ao longo da BR-364, há a Associação de Produtores de Leite da BR-364 (ASPROL da BR-364), que conta com 37 associados.

Com acesso principal na altura do Km 402 da Rodovia BR-364, as terras da Fazenda Água Clara situam-se na Gleba 22, Lote 14, no Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, marco inicial da colonização planejada pelo governo militar no Estado de Rondônia. A principal atividade na propriedade, que possui 200ha, é a pecuária bovina.

Na área rural do município de Jaru, os proprietários dos Sítios Duas Placas e Voitena, com 100 e 200 hectares, possuem, respectivamente, 227 e 300 cabeças de gado para corte e para leite. A média salarial dos peões/vaqueiros que trabalham nessa região é de R\$700,00 (setecentos reais). O Sítio Voitena situa-se no Lote 128, Gleba 57, no PIC Padre Adolpho Rohl.

Segundo os moradores entrevistados, diariamente, há um caminhão leiteiro da Italac que vem buscar o leite nas propriedades. Além desse, há outro grande laticínio na cidade de Jaru, o Tradição, localizado na Rua Otaviano Neto. Juntos, esses laticínios atendem à demanda da “bacia leiteira” da região.

O forte cheiro de “soro de leite”, sentido na cidade, é explicado pela produção diária de 600 mil litros de leite.

Existem associações de produtores de leite na região, mas os moradores dessas duas propriedades, em análise, não são associados. Segundo eles, uma vaca produz, em média, de 5 a 10 litros de leite por dia.

O Sítio Palmeiras (**Foto 3.6.5-168**) possui dimensões menores que as propriedades anteriormente estudadas — 1 lote de 32ha —, onde são criadas 110 cabeças de vacas leiteiras e porcos, que são vendidos na feira da cidade de Jaru. A produção é escoada em carro próprio. No que tange à produção de leite, há um leiteiro que o compra dos moradores e revende-o para o Laticínio Italac. O litro é vendido a R\$0,69 (sessenta e nove centavos de real). No mês de maio de 2010, por exemplo, o preço do litro do leite estava mais baixo, R\$0,63 (sessenta e três centavos de real).

Segundo um morador que faz parte da Associação de Produtores de Leite da Linha 610, localizada em Bom Jesus (ou Projeto Bom Jesus), a 30km da LT, quem determina o preço

do litro de leite é o Laticínio Italac. A renda média familiar na região é de 1 a 2 salários-mínimos por mês.

O morador informou que havia reflorestado uma área perto de sua represa, plantando cerca de 1.000 mudas de árvores, como ipês e cerejeiras.

Na Linha 608, a Fazenda do Sr. Firmino, com 200ha, sendo 1 lote de 100ha em cada lado da estrada, tem como principais atividades produtivas a criação de gado leiteiro (80 cabeças) e a piscicultura.

Há represas para criação de peixes (**Foto 3.6.5-169**) — tambaquis e pirarucus —, que ainda não são comercializados. A intenção do proprietário é negociar a produção de pescado com japoneses que já visitaram a área. A área da propriedade vai até a margem do rio Jarú, a cerca de 5km da cidade de Jarú. Parte da pastagem é arrendada para outros criadores.

Em relação ao processo produtivo, o produtor utiliza pequenos “piquetes” de 30m<sup>2</sup> para segregar as vacas leiteiras, que fornecem, em média, 25 a 30 litros de leite por dia. A ordenha acontece duas vezes ao dia (manhã e tarde). Após a ordenha, o leite fica de dois a três dias em um resfriador, com capacidade para 1.600 litros (**Foto 3.6.5-170**). Depois de resfriado, o leite é vendido para o Laticínio Primalat, de Ji-Paraná, sendo destinado à fabricação de leite “Longa Vida”. O preço do litro de leite na região era de R\$0,68 (sessenta e oito centavos de real) à época da realização da pesquisa de campo, em junho de 2010.

Como a maioria das pequenas propriedades nessa região não possui resfriadores, o leite produzido é armazenado em “tambores”, que ficam “aguardando” os caminhões leiteiros, que diariamente circulam pelas “Linhas”. Esse processo gera muitas bactérias, prejudicando a qualidade do leite, que acaba sendo destinado à produção de queijos.

Na área da Fazenda do Sr. Firmino, recentemente foi aberta uma estrada que serve de acesso a um “barreiro”, local onde há extração de argila, utilizada por uma indústria de Jarú na produção de cerâmicas. Nesse local, há grande circulação de caminhões.

Na Linha 607, Gleba 54, Lote 8, há uma área composta por chácaras, próxima à área urbana de Jarú. São três chácaras, entre as quais, a Santa Rita; cada uma tem 2,5ha, e fazem limite de fundos com o rio Jarú.

A principal atividade dos moradores é a criação de porcos em granjas (**Foto 3.6.5-171**), que são vendidos “vivos” para feirantes ou atravessadores que revendem para os mercados em Jarú. O quilo da carne “viva” custa R\$3,30 (três reais e trinta centavos). Os porcos são criados com farelo, milho e restos de verduras. Há também alguma criação animal para autoconsumo. A renda média familiar mensal é de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).



**Foto 3.6.5-163** – Rua El Salvador, limite do bairro Boa Esperança com a área rural, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-164** – Fábrica de Sebo Ji-Paraná, em Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-165** – Sítio Mapolívio, em Ouro Preto do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-166** – Associação dos Produtores Rurais da Linha 80 (ASPROR80), em Ouro Preto do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-167** – Sítio Cruzeiro Azul, em Ouro Preto do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-168** – Sítio Palmeiras, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-169** – Piscicultura na Fazenda do Sr. Firmino, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-170** – Resfriador de leite na Fazenda do Sr. Firmino, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Na Linha 606, o Sítio Pelicano, com 100ha, tem na criação de gado leiteiro sua principal atividade, havendo também alguma criação de caprinos e suínos. Trabalham na propriedade quatro empregados (serviços gerais, leiteiro etc.). A produção é destinada ao Frigorífico Irmãos Gonçalves (FRIGON), localizado no Km 3,5 da BR-364, em Jaru. Trata-se do maior frigorífico do Estado de Rondônia, que abate de 2 a 3 mil bois por dia, cuja carne é destinada à exportação (Europa e Ásia) e para São Paulo. A SE Jaru da Eletronorte (**Foto 3.6.5-172**), cuja área é menor que 2ha, situa-se dentro do lote da propriedade.

O Setor 1A (**Foto 3.6.5-173**) é o bairro que mais cresce em Jaru. Está composto por casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal, contando com toda a infraestrutura: asfaltamento, calçamento, água encanada, luz, iluminação pública, etc. Na Linha 606, foram criados recentemente os loteamentos Luzia Abranche e Jardim Cooaja, em processo de ocupação.

Próximo ao bairro Jardim dos Estados (área urbana de Jaru) (**Foto 3.6.5-174**), o Sítio Nossa Senhora de Aparecida é uma das quatro parcelas pertencentes ao lote de 100ha de propriedade da família Cupertino, situada no lado esquerdo da Linha 605 (sentido Theobroma). No lado direito, em outro lote de 100ha, são mais três parcelas de frente e uma, de fundo.

A principal atividade desse núcleo familiar é a criação de gado leiteiro, cujo leite é vendido para os próprios moradores da Linha ou para o laticínio e supermercados locais. Esses pequenos produtores também vendem ovos, frango e cacau. Há também alguns porcos, somente para autoconsumo.

Segundo uma moradora entrevistada, na Associação dos Produtores Rurais de "Taquphone" (nome de um igarapé local) (APROTOF), situada a cerca de 15km da localidade, já ocorreram cursos de defumados, queijaria, entre outros, ministrados pelo SENAI. O intuito era incentivar a cadeia produtiva local e a geração de renda dos pequenos pecuaristas.

Cerca de 3,5km após a área urbana de Jaru, na Rodovia RO-464 (ou Linha 603), Lote 97, Gleba 51, situa-se o Sítio Boa Esperança (**Foto 3.6.5-175**), com 62ha, sendo 7ha plantados com cacau, na parte da frente da propriedade. Parte do lote, originalmente de 100ha, foi vendida para constituição de pastagens.

A produção de cacau segue para Jaru; depois, a amêndoa seca é vendida para São Paulo, onde há o beneficiamento. Além da produção de cacau, há 90 cabeças de gado leiteiro, cujo leite destina-se ao Laticínio Soares e Silva, em Theobroma, a cerca de 20km da propriedade. O próprio laticínio se encarrega de buscar o leite, cujo preço por litro era comercializado a R\$0,66 (sessenta e seis centavos de real).

Ao longo da Rodovia RO-464, há muitos produtores de cacau. Entretanto, esses pequenos produtores não se encontram associados.

Cabe lembrar que o Estado de Rondônia apresenta grande significado para a revitalização da produção cacaueteira no Brasil, após a ocorrência da “vassoura de bruxa”, praga que devastou várias lavouras no sul da Bahia e no Espírito Santo.

No município de Ariquemes, localiza-se a Estação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira (CEPLAC), que possui um dos maiores bancos genéticos de cacau do mundo. A sede geral fica em Ilhéus (BA).

Nesse trecho, também existem grandes fazendas com criações de gado para reprodução (Nelore) e corte, tais como as Fazendas Monte Cristo, em Ouro Preto do Oeste, Itumbiara, em Theobroma, e Nova Vida, em Ariquemes. Há, também, alguns entrepostos comerciais situados na margem da Rodovia BR-364, tais como o Posto São João (Km 452), a Lanchonete Castanheira (Km 454) e a Lanchonete Mangueira (Km 455). A exceção é o Sítio Bela Vista, que fica na altura do Km 459 da BR-364, no Lote 13, Gleba 2, na área rural do município de Ariquemes. Possui 59ha de área, sendo a metade constituída por pastagem, onde são criadas 120 cabeças de gado leiteiro.

Na altura do Km 450 da Rodovia BR-364, situa-se a Fazenda Itumbiara (**Foto 3.6.5-176**), com 1.017ha de área. Suas terras faziam parte de um seringal, sendo adquiridas em 1973. Atualmente, são criadas 1.200 cabeças de gado para corte. Os três vaqueiros (funcionários fixos) recebem salários mensais que variam de R\$800,00 (oitocentos reais) a R\$1.000,00 (hum mil reais). Quando há necessidade de contratar mão de obra diária (diarista), paga-se R\$30,00 a R\$45,00 (trinta a quarenta e cinco reais), dependendo do tipo de serviço. O boi vivo é vendido para o Frigorífico FRIGON de Jaru, que abastece os supermercados das cidades de Cacoal a Porto Velho.

A Região do Seringal Setenta, situada entre os Km 453 e 462 da BR-364, nos municípios de Theobroma e Ariquemes, é composta por fazendas de 500 a 1.500 hectares e por pequenas propriedades que variam de pequenos lotes (com tamanho menor que 50ha), em áreas de assentamento, como a do Projeto Maria José Rique, até sítios de 100ha, que ocupam as “Linhas” de colonização. Essa região era uma grande reserva de seringais, cuja área original possuía 24.900ha. A última fazenda da Região do Seringal Setenta, por exemplo, foi dividida em lotes de 50ha.

Também conhecida como “B80” ou “Paca Assada” (**Foto 3.6.5-177**), a Região do Seringal Setenta é composta pelo Projeto de Assentamento Maria José Rique, antigo Projeto Novo Amanhecer, com cerca de 120 famílias assentadas. Segundo um morador entrevistado, há cerca de oito anos, aconteceram algumas invasões em áreas não pertencentes aos projetos de colonização oficiais, em decorrência da impossibilidade de atendimento da demanda por terras na região. Essa situação forçou o INCRA a criar projetos de assentamento rápido (PARs), objetivando regularizar as ocupações e dar assistência aos migrantes, que, mesmo nos projetos oficiais, foi se tornando precária (PEREIRA, 1997, *apud* LISBOA, 2009).

O assentamento Maria José Rique tem se destacado pela produção de grãos que abastece o município de Ariquemes. Nessa área, que abrange desde o Posto São João, próximo à divisa intermunicipal entre Ariquemes e Jarú, no Km 453 da BR-364, até o Km 462, 110 famílias de agricultores estão assentadas em 120 lotes (Assentamento Tradicional e Agrovilas) e mais 50 famílias aguardam a regularização de suas terras no Assentamento Capitão, uma área ainda não demarcada, fruto de recente invasão.

O Assentamento Tradicional ocupa a Gleba 5, com 41 lotes de aproximadamente 15ha, mais a área social da comunidade, enquanto as quatro agrovilas ocupam a área das Glebas 1 a 4, sendo que três agrovilas possuem o formato “raio de sol”, e outra, o formato tradicional do lote.

As agrovilas possuem acesso pelos Travessões C-18 e C-19 e pela Linha B-80. Os lotes do assentamento ficam do lado direito do Travessão C-18.

Café, cacau (com assistência técnica da CEPLAC de Ariquemes), cana-de-açúcar, banana, mandioca e inhame chinês são algumas das culturas trabalhadas pelos agricultores familiares no assentamento, que, junto com outros produtos hortifrutigranjeiros, são escoados e vendidos nas feiras de Ariquemes. Trata-se de cultivos diversificados e em pequena escala, sendo praticada uma agricultura rudimentar. A produção de cacau e café também é escoada para Jarú.

Alguns assentados também criam peixes (tambaqui). Entretanto, não contam com nenhuma forma de apoio institucional.

Em relação à produção leiteira, há um tanque resfriador de leite, que é destinado ao Laticínio de Jarú; no entanto, alguns produtores escoam sua produção com “carretinhas” (moto com reboque) ou mesmo em charretes (**Foto 3.6.5-178**). Na Gleba 2, há uma mini-indústria de queijo.

Com seu Retiro-sede (**Foto 3.6.5-179**) situado na altura do Km 473 da BR-364, a Agropecuária Nova Vida, formada pelas Fazendas Batalha, Quatro Cachoeiras e Nova Vida, ocupa uma área de 22 mil hectares, entre os municípios de Cacaúlândia, Ariquemes e Jarú. A Agropecuária possui terras dos dois lados da Rodovia BR-364, numa extensão de 17km.

A futura LT atravessará a área da Fazenda Nova Vida, em Ariquemes, próximo às áreas de produção da fazenda, os Retiros São Paulo (**Foto 3.6.5-180**), Aldeia e Pau d’Alho, onde moram os peões, capatazes (chefes de serviço) e suas respectivas famílias.

A produção de gado é destinada ao corte, sendo escoada para o Frigorífico JBS (FRIBOI), de Vilhena, que se encarrega de buscar os rebanhos e abatê-los. Na fazenda, também é feita a “recria” (reprodução) de gado. Atualmente, segundo o gerente entrevistado, são criadas cerca de 17 mil cabeças de gado Nelore e Senepol. Os 89 funcionários recebem, em média, salários de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por mês.





**Foto 3.6.5-171** – Granja de porcos, na Chácara Santa Rita, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-172** – Vista da SE Jaru, a partir do Sítio Pelicano, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-173** – Rua Mamoré, limite da expansão urbana, no Setor 1A de Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-174** – Expansão urbana no bairro Jardim dos Estados, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-175** – Sítio Boa Esperança, em Jaru (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-176** – Fazenda Itumbiara, em Theobroma (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-177** – Localidade de Paca Assada, na Região do Seringal Setenta, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-178** – Leiteiro na Linha C-18, no Assentamento Maria José Rique, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Na Fazenda São Judas Tadeu, com 657ha, são criadas 1.200 cabeças de gado para corte; além disso, há 676 vacas matrizes. Após a fase de desmame (9 meses), separam-se os bezerros machos, que são levados para outra fazenda, para engorda e corte. Nessa propriedade, há um vaqueiro responsável, que recebe salário de R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Nos 24 lotes de 100ha do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra, situados ao longo da Linha C-55, encontram-se assentadas 16 famílias.

Nesse assentamento, a principal atividade é a criação de gado de corte e leite. A pequena produção leiteira é vendida para três laticínios de Ariquemes, que vêm buscar o leite em caminhões próprios. O litro de leite custava R\$0,70 (setenta centavos de real) à ocasião da pesquisa de campo (junho de 2010). O gado é vendido para o frigorífico de Jaru, que vem buscar a produção.

Alguns assentados são agricultores familiares, cuja produção de hortifrutis é vendida em feiras livres em Ariquemes. É o caso do Seu Neco, Sr. Manoel Duarte Silva, que está realizando a experiência de plantar melancia (**Foto 3.6.5-181**) pela primeira vez nas terras de seu sítio. Outras culturas comuns nessas pequenas propriedades são feijão, milho, arroz e café, porém a maioria das terras é constituída por pastagens.

A renda média familiar é de R\$1.000,00 (hum mil reais) por mês. Muitos moradores declararam que recebem o benefício do Bolsa Família. Havia uma associação de produtores rurais, mas, por falta de organização, os produtores “deram baixa” em sua documentação.

O PAD Burareiro é outro assentamento que se inicia a cerca de 4km dessa localidade.

Próximo à SE Ariquemes, a chácara do Sr. Gilberto Assis Miranda, no Km 7 da Rodovia RO-257, ocupa 1 lote de 100ha. A produção leiteira de 60 vacas é vendida ao Laticínio Italac de Ariquemes. Trabalham na propriedade três funcionários.

A Via São João, próxima à área urbana de Ariquemes, é uma estrada de terra composta por pequenas chácaras, entre elas, o Recinto Sant Angel e a Chácara Boa Esperança. Nessa mesma estrada, situa-se a Associação dos Revendedores de Produtos Agroquímicos do Vale do Jamari (ARPAVAJ) (**Foto 3.6.5-182**), uma unidade de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxico, que atende aos municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cujubim, Monte Negro e Itapuã do Oeste.

O polo moveleiro de Ariquemes, localizado na Gleba 19, é composto por mais de 15 madeireiras, marcenarias e alojamentos (casas de madeira). Entre essas madeireiras, estão a Super Star Comércio, Importação & Exportação Ltda., a GTB Indústria, Comércio & Exportação de Madeiras Ltda. e a Betesda (M&J Oliveira Indústria & Comércio de Madeiras Ltda.).

Na altura do Km 4,5 da Linha C-75, a Fazenda do Sr. Vânio Marques possui cinco lotes de 100ha (500ha no total), sendo cerca de 300ha compostos por áreas de pastagem. Além da criação de 200 cabeças de gado para corte, há pequenas criações animais e uma roça para autoconsumo. O gado é destinado ao frigorífico de Ariquemes.

Existe uma Associação de Produtores de Leite na Linha C-70, a cerca de 10km, que possui resfriador de leite e produz queijo.

Os moradores informaram que aguardam a chegada do cartão do benefício do Bolsa Família há cerca de três anos. A renda média familiar é de R\$600,00 (seiscentos reais).

Essa fazenda situa-se ainda na área do PAD Marechal Dutra, que é composto por várias Linhas, intercaladas por lotes de 100ha, onde sítios e chácaras com alguma pastagem, poucas cabeças de gado e alguma plantação (geralmente, roça para autoconsumo) compõem a paisagem rural.

No PAD Burareiro, o tamanho dos lotes é maior (250ha) do que os do PAD Marechal Dutra. Cabe ressaltar que, no fundo dos lotes, há sempre a presença de mata (área de Reserva Legal) e, na frente, onde se situam os acessos (estradas ou Linhas), ficam as benfeitorias das propriedades e áreas de pastagem.

Nessa região, segundo um morador entrevistado, é comum a prática da caça, sendo relatada a ocorrência dos seguintes animais: paca, anta, cotia e veado, tamanduá-bandeira e outros tipos de tamanduá.

No **Intervalo 6**, a futura LT vai atravessar as áreas rurais dos municípios de **Rio Crespo (RO)**, **Cujubim (RO)** e **Itapuã do Oeste (RO)**, caracterizadas por produções agropecuárias diversificadas, tais como plantações de abacaxi, coco, soja e pupunha, criação de gado leiteiro e de corte, e criação de peixes em cativeiro. Alguns pequenos produtores também combinam suas atividades agropecuárias com estabelecimentos dedicados à prestação de serviços, tais como bares e restaurantes localizados nas margens da Rodovia BR-364. São exemplos: a Lanchonete e Restaurante Fazenda Estrela, o Restaurante A Fazendinha (Km 560 da BR), o Restaurante Camponesa, a Lanchonete Bambu (entre os Km 568 e 569), o Bar Kakau Lanches (Km 584), o Restaurante Recanto das Mangueiras, o Autoposto e Restaurante Estrela d'Alva (Km 609) e o Restaurante da Paz.

Nesse intervalo de análise, também sobressaem: a exploração de madeira certificada, através de projetos de reflorestamento sustentáveis, como é o caso da Fazenda São Joaquim; a exploração de cassiterita pelas mineradoras Estanho de Rondônia e Metalmig; a pesca artesanal praticada pela população residente em vilas de pescadores situadas nas margens da BR-364 e dos remansos formados pela barragem de Samuel, no rio Jamari, tais como as vilas do Rey do Peixe e do Rio Preto, localizadas no município de Itapuã do Oeste.

As propriedades rurais nessa região possuem, em média, áreas de 1 ou 2 lotes de 100ha.

O Sítio Fé em Deus, por exemplo, localizado na Linha C-100, na altura do Km 558 da BR-364, no município de Rio Crespo (RO), possui 1 lote de 100ha, sendo aproximadamente 25ha compostos de mata.

O proprietário, que mora há 34 anos na localidade, relatou sua intenção de plantar 1.000 mudas de guaraná na faixa de servidão da futura LT. O guaraná, segundo ele, possui 60 anos de produtividade. O quilo do caroço torrado é vendido por R\$20,00 (vinte reais) para compradores (viajantes), que compram toda a produção durante a safra

do guaraná, entre novembro e dezembro. A produção é então exportada pela hidrovía do rio Madeira.

Em 5ha da propriedade, foram plantados, há 10 anos, 2 mil pés de guaraná, consorciados com seringueiras e pés de café (**Foto 3.6.5-183**). Entretanto, após orientações de técnicos da EMBRAPA, o produtor sabe que o ideal seria plantar o guaraná em áreas abertas, o que aumentaria sua produtividade. No sistema consorciado, a produtividade do guaraná será de 3kg por pé. Segundo o produtor, 500 pés de guaraná rendem cerca de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais) por safra.

No que tange ao processo produtivo, primeiro há a colheita do guaraná, realizada de dois em dois dias; depois vem a fornada, que dura 4 horas e meia. Assim, o caroço é fervido na água e depois torrado lentamente; por último, o caroço é seco e ensacado. Se o produtor moesse o caroço, o quilo do pó de guaraná poderia ser vendido por R\$40,00 (quarenta reais). Porém, apesar de possuir o moinho, o produtor ainda não faz o beneficiamento do caroço.

Em relação às outras culturas, as seringueiras ainda não produzem (só aos 20 anos de idade); já a produção de café “conilon” é vendida para Ariquemes.

O pequeno produtor contrata um trabalhador “diarista” que recebe, em média, R\$30,00 (trinta reais). Para trabalhar com o guaraná, a mão de obra diária é um pouco maior: R\$40,00 (quarenta reais). O morador também trabalha com “meeiros”, dividindo sua produção. A atividade pecuária também está presente na propriedade, que conta com 180 cabeças de gado.

Na altura do Km 570 da BR-364, na Linha C-107, também conhecida como Linha do Assentamento Américo Ventura (assentamento a cerca de 10km), situa-se a Fazenda Água Vida, no município de Cujubim (RO), cujas principais atividades são as plantações de coco e abacaxi (**Foto 3.6.5-184**). A área da fazenda é de 94ha.

A localidade conhecida como Rio Preto (**Foto 3.6.5-185**), no município de Itapuã do Oeste (RO), caracteriza-se por ser uma área coletiva, muito pobre, fruto de uma invasão, composta por posseiros, garimpeiros e pescadores.

Há 15 anos, segundo o relato de um morador entrevistado, os pescadores foram se alojando na “beirada” do rio Preto do Crespo e, assim, constituindo residência. As colônias de pescadores ficam nas cidades de Ariquemes e Itapuã do Oeste.

O pescado (tucunaré, pintado, tambaqui, pirarucu etc.), adquirido no lago e nos remansos da Usina de Samuel, e demais igarapés contribuintes, é vendido nas feiras livres de Ariquemes.

Atualmente, moram na localidade, distante 55km de Ariquemes e 30km de Itapuã do Oeste, 16 famílias.

Em áreas de garimpo desativadas pela Metalmig, muitos moradores ainda procuram explorar, clandestinamente, os minérios de cassiterita e colômbita. Em Ariquemes, há cooperativas que compram o que é extraído pela população local.

Próximo dessa ocupação, no interior da Floresta Nacional (FLONA) do Jamari, no setor Cachoeirinha, a Metalmig Mineração Indústria e Comércio Ltda. explora os minérios de wolframita e cassiterita.

A localidade Rey do Peixe, à margem da BR-364, também em Itapuã do Oeste, herdou o nome de um restaurante incendiado há cerca de dois anos. Na área da antiga Fazenda Jamari, situada na Gleba Cajueiro, existe atualmente uma propriedade com cinco lotes de 100ha, cuja principal atividade econômica é a criação de peixes em cativeiro, apesar de a maior parte da propriedade (400ha) estar arrendada para pastagens.

São 33 tanques de piscicultura (**Foto 3.6.5-186**), situados no Lote 6 da propriedade, onde são criados alevinos de tambaqui, pintado, curimba, jatuarana, pirarucu e piaçu, entre outros. Os próprios filhos trabalham na piscicultura e na venda dos alevinos. Além deles, há um funcionário, que recebe o salário de R\$1.000,00 (hum mil reais). Na pecuária bovina, há o vaqueiro, que recebe entre R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais) e 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) por mês.

Logo após a propriedade Rey do Peixe, inicia-se a Vila do Rey do Peixe, entre os Km 577 e 578 da BR-364, composta majoritariamente por pescadores artesanais, que ainda não se encontram associados. São mais de 30 casas de madeira sobre palafitas (**Foto 3.6.5-187**), com padrão construtivo muito simples, situadas na margem (esquerda) da Rodovia BR-364 (sentido Porto Velho) e das áreas de remanso da barragem de Samuel, no rio Jamari.

As “peixarias”, barracos de madeira à margem da BR-364, são os locais onde se comercializam os pescados do rio Jamari e remansos da barragem da Usina de Samuel. Foram identificadas as seguintes peixarias: França, Líder, Amazonas, Bom Preço, Paraense, Pague Menos, 2 Irmãos, Ceará e Peixaria dos Carreiros.

Dependendo da época do ano, há abundância de um determinado tipo de peixe: tucunaré, pintado, tambaqui, piranha, branquinha, piau, mapará, etc. À época da realização da pesquisa de campo (junho de 2010), o quilo de tucunaré custava de R\$6,00 a R\$7,00 (seis a sete reais), conforme o tamanho do peixe.

A moradora entrevistada, que trabalha na Peixaria Líder, recebe, em média, 1 salário-mínimo. A venda de pescado ocorre somente nas peixarias (**Foto 3.6.5-188**), à beira da BR-364. Cabe ainda ressaltar que, segundo a entrevistada, o período do defeso na região é de 15 de novembro a 15 de março.

Na altura do Km 580 da BR-364, há outra área de extração de minério de cassiterita da Metalmig Mineração, situada na Fazenda Lago Azul.

Entre as Fazendas Vitória e São Vicente, situa-se a Fazenda Palmital, cujos proprietários possuem uma fábrica de palmito de pupunha em conserva, tipo “exportação”, a Cooperativa Cooperama. A fazenda “funciona” na época do corte do palmital, o que acontece de três em três anos.



**Foto 3.6.5-179** – Retiro-sede da Agropecuária Nova Vida, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-180** – Retiro São Paulo, da Agropecuária Nova Vida, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-181** – Plantação de melancia no Sítio do Seu Neco, no PAD Marechal Dutra, em Ariquemes (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-182** – Associação dos Revendedores de Produtos Agroquímicos do Vale do Jamari, em Ariquemes (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-183** – Cultura de guaraná consorciado com café e seringa, no Sítio Fé em Deus, em Rio Crespo (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-184** – Cultura de abacaxi na Fazenda Água Vida, em Cujubim (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-185** – Localidade de Rio Preto, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-186** – Tanque de piscicultura na localidade de Rey do Peixe, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

A plantação de pupunha existe na propriedade desde 1994, já tendo ocorrido três cortes. A fazenda possui dois lotes de 100ha, sendo 44ha de área plantada com pupunha. Há um viveiro de mudas, onde trabalham cinco funcionários. Segundo o encarregado entrevistado, a caldeira onde é cozida a pupunha funciona a óleo diesel.

A Fazenda São Joaquim, situada no Lote 04, Gleba Cajueiro/03, no Projeto Florestal Alto Madeira, em Itapuã do Oeste, possui dois lotes de 100ha, sendo que aproximadamente 102 ha fazem parte de um Projeto de Manejo Florestal em Regime Sustentável (**Foto 3.6.5-189**). Além da exploração madeireira, que é escoada para as serrarias de Alto Paraíso (RO), a fazenda conta com a criação de 200 cabeças de gado para corte, cuja destinação é a cidade de Itapuã do Oeste.

Na altura do Km 601,5 da BR-364, há o acesso à FLONA do Jamari e à Mineração Santa Bárbara, no município de Itapuã do Oeste. Essa mineradora e uma fundição localizada em Ariquemes constituem a empresa Estanho de Rondônia S.A. (ERSA) (**Foto 3.6.5-190**), adquirida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 2005, por 100 milhões de reais, responsável pela exploração de cassiterita na área da FLONA. Na fundição, a cassiterita é fundida e transformada em estanho na forma de lingotes.

A jazida tem reservas demonstradas de 25.898 toneladas e recursos de 54.066 toneladas de estanho contido. A capacidade anual da mineração ERSa é de 1,2 mil toneladas de cassiterita, e a fundição tem a capacidade de processar anualmente 3.600 toneladas de estanho metálico.

O estanho é empregado na fabricação de folha de flandres, revestido de alto valor agregado e utilizado em embalagens. A CSN é a única fabricante desse produto no Brasil e um dos cinco maiores do mundo (CSN, 2010).

A futura LT passará próximo à área urbana de Itapuã do Oeste. No lado esquerdo da BR-364 (sentido Porto Velho), em uma área considerada como “zona rural”, localizam-se algumas residências e os seguintes empreendimentos: Clube Muralha (**Foto 3.6.5-191**), Pousada Bola Branca, Pousada e Restaurante Paraná, Restaurante e Lanchonete Mineiro, Seridó Material de Construção, Distribuidora de Água e Gás, Lanternagem Itapuã, Ideal Autopeças e Rolamento, Itapuã Night Club, Posto de Gasolina DNP (Autoposto Seridó), WGS Transporte, Pousada Fama, Borracharia Real, Fama Autopeças e Nicoly Móveis.

Na cidade de Itapuã do Oeste, vale destacar, há algumas madeiras que empregam muitos moradores na região.

Em 2009, predominava na Fazenda Jamari, situada no Km 608 da Rodovia BR-364, uma atividade agrícola, com o cultivo de arroz e soja. Toda a produção anual de arroz, cerca de 2.100 toneladas (42.000 sacos de 50kg), era absorvida pelo próprio Estado de Rondônia. No caso da soja, a produção era escoada para fora do estado por um grupo de Ariquemes.

Atualmente, são criadas 500 cabeças de gado para corte, e parte da pastagem encontra-se arrendada. A propriedade possui uma área de 650ha. Há algumas vacas que fornecem o leite para autoconsumo dos moradores da fazenda. Doze animais compõem a tropa de cavalos, burros e mulas.

Na altura do Km 612 da BR-364, há acesso a uma localidade conhecida como General Carneiro. A futura LT passará próximo a uma benfeitoria na Fazenda Esperança. Segundo um morador, nessa região, composta por pequenos sítios, com ocupações “rústicas” (casas de madeira), cerca de 1.000 moradores dependem do rio Jamari e dos remansos da barragem de Samuel para sua subsistência, através da pesca artesanal.

Em situação marginal à BR-364, logo após a ponte sobre o rio Jamari, há a Vila de Pescadores (**Foto 3.6.5-192**), cujas famílias residem em aproximadamente 50 casas de madeira, algumas sobre palafitas. A maioria dos moradores é formada por pescadores artesanais, mas não há nenhuma forma de associativismo na localidade.

O pescado obtido nas áreas de remanso da barragem de Samuel, ao longo do rio Jamari, é comercializado nas peixarias às margens da BR-364.

Há extrativismo vegetal, através da coleta do açaí, cuja safra se dá no período de abril a outubro. Os compradores vêm de Porto Velho em busca da produção local, rendendo de R\$12,00 (doze reais) a 13,00 (treze reais) a lata de açaí (em caroço). Outra medida usada como referência para a produção de açaí é o “litirão”, uma garrafa *pet* de 2 litros com os caroços de açaí, que custa R\$4,00 (quatro reais).

Na entressafra do açaí, as pessoas se dedicam mais à pesca, principalmente na época da seca, quando essa atividade é mais fácil. Dentre os peixes capturados, destacam-se: tucunaré, tambaqui, piau, piranha, pacu, cará, pirarucu, cuiú e pintado.

No **Intervalo 7**, a futura LT deverá atravessar áreas rurais dos municípios de **Candeias do Jamari (RO)** e **Porto Velho (RO)**, onde há predominância da criação de gado para corte, tanto nas grandes propriedades como nos estabelecimentos menores, com pouco menos de 50ha. Observam-se também produtores de hortifrutigranjeiros, que abastecem, sobretudo, a população porto-velhense. Contudo, trata-se de uma região caracterizada pela presença maciça de fazendas com mais de 1.000ha, que ainda se mantêm produtivas.

Como no intervalo anterior, nesse trecho também há alguns estabelecimentos comerciais à margem da Rodovia BR-364, tais como o AutoPosto e Lanchonete Possamai (Km 631 da BR-364 ou Km 80 no sentido Cuiabá) (**Foto 3.6.5-193**) e o Restaurante Coqueiral, ambos em Candeias do Jamari. Na área rural de Porto Velho, a LT atravessará áreas compostas, em sua maioria, por chácaras de veraneio, tais como as que integram a Comunidade Jerusalém da Amazônia e o Parque Castanheira 2.

No Sítio Lago Azul (**Foto 3.6.5-194**), situado em Candeias do Jamari, no Km 1 da Linha 631 — estrada que serve de divisa intermunicipal de Itapuã do Oeste com Candeias do Jamari —, estão sendo construídos tanques de piscicultura. Os dois lotes de 50ha são estreitos e compridos, com 2.000m de fundo x 250m de frente.

Nessa propriedade, são criadas 100 cabeças de gado para leite e corte. Segundo o encarregado entrevistado, o gado destinado ao corte ainda estava em fase de engorda, constituindo-se de bezerros e garrotes. Única fonte de renda da propriedade, o leite é vendido por R\$0,50 (cinquenta centavos de real) o litro para um produtor de queijos artesanais.



Observa-se que há dois agravantes para a atividade pecuária leiteira na região: a ausência de laticínios e a dificuldade em se obter mão de obra para trabalhar com as vacas.

No Sítio São Pedro, com área de 50ha, são criados porcos, galinhas, gansos e cabras que abastecem seus próprios moradores. Há também pomar, bananal e roça de milho para autoconsumo, 60 cabeças de gado para corte e 7 vacas leiteiras.

Na altura do Km 62 da Rodovia BR-364 (sentido Cuiabá), localiza-se a Fazenda Rio das Antas (**Foto 3.6.5-195**), que possui 480ha de pastagem numa área total de 1.300ha. A área da fazenda está situada entre as Linhas 647 e 651, ocupando uma faixa de 2,5km da BR-364.

Há criação de gado para reprodução (cria/recria) e venda de touros Nelore PO (origem pura). Atualmente, na fazenda há 690 cabeças de gado, sendo toda a produção absorvida pelo próprio Estado de Rondônia.

Na propriedade, também há produção de silos de milho e sorgo para alimentação do gado. A futura LT passará ao lado de uma estrutura para silagem. Nesse local, é fermentado o milho e, posteriormente, transformado em ração. São 9ha de plantio de milho e sorgo. Junto com a Fazenda Minas Paraná, é pioneira em plantio de milho e sorgo para silagem (para consumo próprio na fazenda).

Os cinco funcionários recebem salários de R\$650,00 a R\$700,00 (seiscentos e cinquenta a setecentos reais) por mês.

O fato de existirem grandes propriedades na região é explicado pelo fluxo migratório, pois a maioria dos colonos foi vendendo, gradativamente, seus lotes, configurando grandes fazendas, pertencentes a dois ou três proprietários, que desde então vêm comprando esses lotes, sítios de 50ha, na região. Dessa forma, observa-se na região um fluxo migratório de mão de obra não capacitada (colonos) para a cidade de Porto Velho. Esses trabalhadores rurais, muitos sem instrução, acabam não encontrando condições de trabalhar na cidade, gerando uma situação de perda de qualidade de vida e falta de expectativas.

Segundo o encarregado da fazenda, as "Linhas" têm associações de produtores rurais "desativadas" devido ao êxodo de agricultores e pequenos pecuaristas familiares que "evacuaram" essas Linhas em busca de oportunidades na cidade. Enquanto o Governo do Estado de Rondônia fornece calcário para as pastagens e plantações, a construção civil, em Porto Velho, não absorve os trabalhadores rurais devido à sua desqualificação profissional.

No Sítio São Domingos, situado na região conhecida como "Cinquentinha", devido ao Km 50 da BR-364, ou "bairro" de Nossa Senhora de Fátima, há o Restaurante Coqueiral (**Foto 3.6.5-196**), cuja proprietária fornece refeições à construtora de asfalto Castilho, que está asfaltando a Linha.



**Foto 3.6.5-187** – Casas sobre palafitas na Vila do Rey do Peixe, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-188** – Peixarias à margem da BR-364, na Vila do Rey do Peixe, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-189** – Projeto de Manejo Florestal em Regime Sustentável, na Fazenda São Joaquim, em Itapuã do Oeste (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-190** – mineradora Estanho de Rondônia S.A., na área da FLONA do Jamari, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-191** – Clube Muralha, em área de expansão urbana, em Itapuã do Oeste (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-192** – Vila de Pescadores, em Itapuã do Oeste (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-193** – AutoPosto e Lanchonete Possamai, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-194** – Sítio Lago Azul, em Candeias do Jamari (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

O sítio possui 1 lote de 50ha, cujas árvores formam um pomar (coco, cupuaçu, graviola, etc.) e um palmeiral (açai e pupunha) no entorno das casas, próximas à futura LT.

A proprietária fornece, respectivamente, 50 e 30 refeições (café, almoço e jantar), por dia, aos trabalhadores da Castilho e da Eletronorte da UHE Samuel. Esses funcionários comem no próprio local. Outros apreciadores são os caçambeiros e caminhoneiros de soja que sempre fazem uma parada. Os valores das refeições são os seguintes: R\$3,00 (três reais) o café da manhã; R\$10,00 (dez reais) o almoço e R\$10,00 (dez reais) o jantar.

A moradora possui “firma” aberta e está adequando seu espaço de trabalho para atender à fiscalização da Vigilância Sanitária, que exigiu que fossem feitas melhorias em sua cozinha. A moradora pretende telar (“tela verde”) o refeitório do restaurante, construir banheiros e terminar as obras da cozinha. A cerca de 500m, funciona a construtora Castilho, que opera com extração de brita para a Usina de Asfalto.

Na altura do Km 670 da BR-364 (ou Km 42), há o Hotel-Fazenda Salsalito Jungle Park (**Foto 3.6.5-197**), que possui opções para pescar (rio Jamari) e também hospedagens.

A Fazenda Rio Novo, também no Km 42 da BR-364 (lado esquerdo, sentido Porto Velho), possui um Plano de Manejo Florestal Sustentado junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM), em uma área de aproximadamente 187ha. A área total da fazenda é de 5.391ha. A madeira extraída é escoada para o polo moveleiro de Ariquemes. A pecuária bovina também faz parte do cotidiano da fazenda, com criação de gado para corte e reprodução. A produção também é vendida para Ariquemes.

Segundo um entrevistado, poucos moradores nessa região recebem o benefício do Bolsa Família, porque a renda média familiar é de pouco mais de 1 salário-mínimo.

Em 1998, a Fazenda Três Capelas (**Foto 3.6.5-198**), situada no Km 40 (ou Km 674) da Rodovia BR-364, mudou o foco de sua atividade econômica: da pecuária bovina para o turismo rural e ecológico. Assim, passou a se chamar Três Capelas Eco Resort, oferecendo serviços de hotelaria e de lazer voltados para a vida no campo.

Entre os Km 680 (ou Km 33, sentido Cuiabá) e Km 684 da BR-364, no município de Candeias do Jamari, encontram-se dois projetos de assentamento (PAs), separados pela rodovia, devidamente regularizados e demarcados pelo INCRA, o PA Paraíso das Acácias, situado no lado direito (sentido Porto Velho) da rodovia, e o PA Flor do Candeias.

O PA Paraíso das Acácias é dividido em lotes de 1,5ha. Os assentados ocupam a área há aproximadamente 13 anos.

Na área do assentamento, a estrada de terra que acompanha a LT existente é conhecida como Linha Chaguinha. A Linha Verde, que existe há 10 anos, é o nome da estrada de acesso ao assentamento que se inicia na BR-364.

Há um bar-mercearia, Recanto dos Amigos, que serve para atender às demandas por bens de primeira necessidade dos assentados, bem como local de lazer e de festas dançantes.

Inicialmente, em 1992, o assentamento possuía 150 famílias assentadas, mas, atualmente, são mais de 200 famílias.

Há uma associação de moradores, igrejas católicas e algumas evangélicas.

A vocação econômica da região é a produção de farinha branca e d'água da mandioca e o café. Os compradores vêm de Porto Velho e Candeias para comprar a farinha e os demais produtos agrícolas.

Um saco de 55 a 60kg de farinha d'água custa, em média, R\$160,00 (cento e sessenta reais). A lata de 14kg custa R\$40,00 (quarenta reais). A farinha branca, por sua vez, é vendida a R\$50,00 (cinquenta reais) a lata, pois trata-se de um produto mais valorizado. O saco de 50kg de café torrado, tipo "conilon" e "catuta", é vendido por R\$180,00 (cento e oitenta reais). Se for somente o café seco ao sol, o valor é de R\$60,00 a R\$80,00 (sessenta a oitenta reais), sendo comprado pelas fábricas de torrar café de Porto Velho.

Além disso, há criações animais (porcos, galinhas etc.), cujo excedente é vendido no próprio local para compradores que vêm em busca desses produtos. Em suma, a vocação local é a venda de produtos hortifrutigranjeiros e da farinha de mandioca.

No PA Flor do Candeias (**Foto 3.6.5-199**), que pode ser acessado pela Linha 64, a partir da BR-364, há 87 famílias assentadas. A Associação dos Moradores do Flor do Candeias se reúne, em sua sede na Linha 3, todo segundo domingo do mês. O assentamento tem cerca de oito anos e foi regularizado pelo INCRA há dois anos.

Os moradores produzem farinha de mandioca em fornos artesanais e praticam o extrativismo para autoconsumo (vinho do açaí e castanha-da-amazônia). Quando é gerado algum excedente, os agricultores familiares vendem a produção nas cidades de Candeias do Jamari e Porto Velho. Outros produtos comercializados em feiras livres são galinhas, macaxeira e produtos de horta.

O tamanho dos lotes varia de 3 a 5 hectares, e a renda média familiar é de 1 salário-mínimo, sendo que a maioria dos assentados trabalha em Porto Velho e outros, em Candeias do Jamari.

As propriedades rurais situadas após a área do assentamento Flor do Candeias, do lado esquerdo da Linha 64 (sentido Porto Velho), pertencem a outro assentamento, o PA Cachoeira do Samuel, cujas terras serão atravessadas pela futura LT. São lotes variando de 5 a 7 hectares, portanto, um pouco maiores que os lotes do assentamento Flor do Candeias. Predomina a criação de gado para corte e leiteiro, e alguns possuem roças e hortas (**Foto 3.6.5-200**) para autoconsumo, cuja produção excedente é vendida nas cidades.

Após essa área com assentamentos, a futura LT irá atravessar grandes propriedades, tais como a Agropecuária Rancho Pato (**Foto 3.6.5-201**), com 2.040 hectares, que possui criação de gado para corte, com rebanho de 2 mil cabeças. O leite produzido é direcionado para a “despesa” (autoconsumo), e a carne é vendida para frigorífico em Porto Velho. A renda mensal de um vaqueiro é de R\$1.000,00 (hum mil reais).

Após a travessia do rio Candeias, a futura LT passará próximo ao Distrito Industrial de Porto Velho (**Foto 3.6.5-202**), com acesso principal, a partir do Km 17 (sentido Cuiabá) da Rodovia BR-364, pela Avenida 2 (em processo de pavimentação, em junho de 2010), também chamada de Via Rural. São exemplos de indústrias instaladas: a Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia (IMMA) e o Cortume de Couro JBS e, em processo de instalação nesse distrito, a MDM-Pet/Amazon RCP.

A Amazon Reciclagem Pet (Amazon RCP), por exemplo, será a primeira empresa de reciclagem da Amazônia e uma das maiores do Brasil e da América do Sul, com previsão para entrar em operação em novembro de 2010, e gerar mais de 400 empregos, em sua fase inicial. A empresa pretende trabalhar com ciclo fechado, produzindo o material, fazendo a distribuição no mercado e, por fim, recolhendo o que vai ao lixo para reciclagem.

Serão firmadas parcerias com cooperativas de catadores de resíduos sólidos, para adquirir sua matéria-prima, e convênios com as Prefeituras para instalar pontos de coleta no interior do Estado de Rondônia. Todo o material comprado dos catadores será transformado em resina, que será comercializada com as fábricas de refrigerantes de todo o Brasil e com outras empresas que trabalhem com plástico na composição de seus produtos.

Após o Distrito Industrial, na área rural de Porto Velho, a Fazenda Areia Branca possui 70ha de área, dos quais 8ha são de pastagem, onde são criadas 25 cabeças de gado leiteiro, somente para “despesa”. Contudo, a principal atividade econômica é o comércio de areia lavada, extraída de um afluente do rio Candeias e vendida para a construção civil em Porto Velho (**Foto 3.6.5-203**). O proprietário transporta a areia em caminhões próprios. A futura LT passará na parte da frente da Fazenda Areia Branca, em área de pastagem.

O proprietário passa o dia trabalhando na propriedade, junto com seis funcionários, cada qual recebendo, em média, R\$1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) por mês.

A localidade de Bacia Leiteira (**Foto 3.6.5-204**) é uma área composta por 42 chácaras, com áreas de pastagem e de pasto “sujo”, próximas às benfeitorias, e com presença de mata nos fundos dos pequenos lotes, que variam de 1,5 a 5 hectares. A estrada de terra que dá acesso à localidade é conhecida como Linha 42.

Os moradores, que se encontram associados, possuem roça para subsistência — em geral, de macaxeira e milho. O eventual excedente é vendido nas feiras livres, no Mercado Central de Porto Velho e em outros dessa cidade.



**Foto 3.6.5-195** – Pastagens na Fazenda Rio das Antas, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-196** – Entrevista com proprietária do Restaurante Coqueiral, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-197** – Entrada do Hotel Fazenda Salsalito Jungle Park, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-198** – Fazenda Três Capelas, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-199** – Ocupação recente (casa de tapiri) no PA Flor do Candeias, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-200** – Horta na área do PA Cachoeira do Samuel, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-201** – Agropecuária Rancho Pato, em Candeias do Jamari (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-202** – Distrito Industrial, em Porto Velho (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

Em relação ao extrativismo, quando ocorre algum excedente da coleta de açaí, castanha-da-amazônia e tucumã, a produção também é vendida na cidade.

Trata-se de uma área pobre, com casas de madeira humildes, que, segundo um morador entrevistado, levam de sete a oito dias para ser erguidas em mutirão. São exemplos de ocupação nessa localidade: as Chácaras Renovação, Três Irmãos, Pantoja e Silva, Três Irmãs e o Sítio São João, que se situam próximo à diretriz.

A Linha 42, que se inicia na altura do Km 13 da BR-364, acessa também a área da Comunidade Bom Jesus, situada após o rio do Garças. No centro de treinamento dessa comunidade, vem sendo desenvolvido um projeto que utiliza a mucuna preta (*Mucuna aterrina*) na limpeza e recuperação de solos degradados. A mucuna seria uma alternativa adequada ao uso do fogo, e também muito segura para os agricultores familiares. Além de suas características de limpeza de terrenos, ela fixa grande quantidade de nitrogênio, de 70 a 160kg/ha/ano, o que aduba o solo, melhorando a produtividade agrícola.

Trata-se de um projeto pioneiro de conversão de multas do Prevfogo, em parceria com a ONG Patcha Mama Amazônia. O objetivo principal é erradicar ou, no mínimo, diminuir sensivelmente as queimadas nos assentamentos mais próximos à cidade de Porto Velho. Segundo o diretor da Patcha Mama Amazônia, essas técnicas estão sendo utilizadas no Estado do Acre há mais de 10 anos e trazem grandes vantagens para os agricultores e para o meio ambiente (TEDESCO, 2009).

No Km 700 da Rodovia BR-364 (sentido Porto Velho), há o acesso para o loteamento Parque Castanheira 2, composto por cerca de 130 propriedades, com lotes de 0,5ha, nos dois lados da Linha Castanheira 2 (**Foto 3.6.5-205**). Trata-se de sítios e chácaras utilizados como áreas de lazer nos fins de semana, em geral, casas de “segunda residência” dos proprietários que residem em Porto Velho, a 25km de distância. Somente os caseiros residem nas propriedades. Não há associação de moradores. As Chácaras Meu Cantinho, IG Pinheiro, JL Pinheiro, Oliveira e do Coração são exemplos de ocupação. O loteamento de chácaras encontra-se em processo de adensamento.

Após a área de chácaras, próximo à diretriz, encontram-se algumas fazendas de gado e algumas chácaras, como a Chácara Monteiro (**Foto 3.6.5-206**), que faz fundos com o rio do Garças. Não há produção para venda, somente para autoconsumo. Como disse um morador local: “Ninguém vive do que a terra produz”. Nos fins de semana, circulam muitos carros na Linha Castanheira 2, para acessar as áreas de lazer e balneários dessas chácaras.

Em relação às fazendas remanescentes na localidade, ainda não há especulação imobiliária para novos loteamentos. O gado destinado ao corte é vendido para os supermercados de Porto Velho. A Fazenda do Sr. Ademar, por exemplo, com 50ha, possui um rebanho com 84 garrotes e 5 vacas leiteiras (só para “despesas”). O salário pode ser pago “seco”, R\$600,00 (seiscentos reais), quando o encarregado pela fazenda tem que fazer seu próprio

“rancho”, ou seja, tem que comprar seu próprio alimento. Quando o empregado recebe o “rancho” do patrão (gás, carne, arroz, açúcar, feijão, café etc.), o salário é “livre”, R\$400,00 (quatrocentos reais). Nesse caso, o proprietário traz o “rancho” duas vezes por mês ou quando há necessidade. Há ainda pequenas criações de animais (galinhas e porcos) para as despesas.

O Refúgio Canaã é um Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, mantido pela Fundação de Servidores da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (FUNDAD). Os pacientes recebem visitas aos domingos, das 15 às 18h. São três galpões numa área de 2,5ha.

Ao lado do Refúgio Canaã, situa-se uma localidade conhecida como Comunidade Jerusalém da Amazônia, composta por chácaras, escola municipal e idade cinematográfica (**Foto 3.6.5-207**).

A Estrada Jerusalém da Amazônia (pavimentada) atravessa a área composta por chácaras e acessa a cidade cinematográfica, onde é encenado o espetáculo da Paixão de Cristo. Há um portal de acesso na BR-364.

Segundo um dos fundadores da entidade, a ocupação da área ocorreu há 26 anos, sendo titulada em 2007 pelo INCRA. Trata-se de uma comunidade particular e religiosa, com diversidade cultural entre os moradores: espíritas, evangélicos e católicos. A área da cidade cinematográfica possui 4,5ha. A maioria das chácaras (lotes de 1ha) é improdutiva. Muitos proprietários moram no local e alguns possuem pequenos comércios na expectativa de atender às demandas do turismo religioso. Da BR-364 até a cidade cinematográfica, são quase 200 chacareiros.

Na área da comunidade, vem ocorrendo grande adensamento. Muitos lotes estão sendo subdivididos em pequenos terrenos (20m x 30m) e postos à venda.

O projeto de hortifrutigranjeiros da comunidade é ligado à EMATER/RO e à Secretaria Municipal de Agricultura de Porto Velho (SEMAGRI), que coordenam o Programa Rondônia Agrovilas. Há um escritório da EMATER/RO na Agrovila Porto Verde, na altura do Km 701 da BR-364, que assessora os pequenos produtores dessa agrovila, da Comunidade Jerusalém da Amazônia, do Codaron, de Bom Jesus e do Castanheira 2. A EMATER/RO ajuda com apoio técnico e financeiro, e com carro para transportar a produção. Antes, havia muita dificuldade para escoar a produção, por falta de acessibilidade (estradas e pontes) e transporte.

A maioria das 23 chácaras que compõem a Agrovila Porto Verde produz hortaliças para vender na cidade de Porto Velho. Há também pequenos produtores que fornecem verduras (**Foto 3.6.5-208**) para as construtoras das UHEs de Jirau e Santo Antônio. De modo geral, grande parte das verduras e hortifrutigranjeiros provenientes dessa região abastece os mercados de Porto Velho.



As Fazendas Santa Clara e Três Cruzes (**Fotos 3.6.5-209 e 3.6.5-210**), situadas após as chácaras, na altura do Km 702 da BR-364, possuem áreas de pastagens decadentes. O proprietário da Fazenda Três Cruzes, por exemplo, pretende plantar mogno próximo à área que será atravessada pela futura LT. Sua intenção é manter a pastagem na área da frente da propriedade (próximo à BR). O mogno seria plantado na parte dos fundos da propriedade, mas o proprietário ainda precisa conversar com os órgãos competentes em relação ao reflorestamento, conforme declarou. A área tem 92ha. A fazenda é improdutiva, e o proprietário possui 17 cavalos.

A futura LT irá atravessar diagonalmente os fundos da Fazenda Três Cruzes, passando próximo à sede. O proprietário, entrevistado durante a pesquisa de campo, manifestou interesse em plantar mogno e outras espécies arbóreas em sua propriedade, não especificando, entretanto, os locais que seriam utilizados para esse fim.

No início da Estrada dos Periquitos, ou seja, no lado direito da BR-364, sentido Porto Velho, na altura do Km 703, Zona Rural, situa-se o Posto XII de Outubro II (Mucuripe Comércio de Combustíveis Ltda.), que se encontra em decadência há cerca de quatro anos. Nele, funcionavam borracharia, oficina mecânica, lanchonete e churrasceria; atualmente, o escritório e os banheiros também se acham em degradação.

Segundo um funcionário do posto (um dos dois frentistas que trabalham no local), o proprietário mora em Manaus (AM) e possui outros postos de combustível em situação semelhante em Vilhena (RO) e no Estado de Mato Grosso (postos da rede Petro Amazon). Em outro prédio situado na área do posto, funcionavam um salão de beleza, lavanderia e agência de transporte de cargas. Na área do posto, há, ainda, um estacionamento para caminhões e algumas casas de madeira construídas sobre bases de alvenaria. Todas as benfeitorias situam-se no lado esquerdo da Estrada dos Periquitos e encontram-se abandonadas e em deprecação.

Próximo à diretriz, há também o Motel Passione e uma propriedade projetada para ser uma serraria e um depósito, posta à venda, do lado direito da Estrada dos Periquitos, próximo às casas abandonadas do posto.

Após cruzar essa estrada, a futura LT atravessará algumas parcelas de um loteamento de propriedade do Sr. Zoghbi, que se encontravam queimadas e sem benfeitorias implantadas (pastagem abandonada).

Antes de chegar à SE de Porto Velho, a futura LT passará próxima à área do Tênis Clube de Porto Velho).



**Foto 3.6.5-203** – balsa para extração de areia de afluente do rio Candeias, na Fazenda Areia Branca, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-204** – Chácaras e sítios na localidade de Bacia Leiteira, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-205** – Linha Castanheira 2, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-206** – Chácara Monteiro, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-207** – Cidade Cinematográfica Jerusalém da Amazônia, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-208** – Produção de verduras na Agrovilas Porto Verde, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-209** – Fazenda Três Cruzes, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5-210** – Vista das benfeitorias da Fazenda Santa Clara, em Porto Velho (RO). Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

### 3.6.5.6 Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais – AII/AID

#### a. Comunidades Ribeirinhas – AID

Quando utiliza-se o termo “ribeirinho”, não se está referindo somente a quem mora às margens de um rio ou igarapé, e sim àquele que essencialmente mantém uma organização social diferenciada da urbana, com sua sobrevivência econômica baseada principalmente na pesca, em uma pequena produção agrícola (basicamente mandioca para preparo de farinha, frutos, como a melancia, plantada nas várzeas dos rios, e em plantações perenes, como o cupuaçu, a pupunha e o açaí) e que pratica a coleta de produtos da mata, como a castanha-do-brasil, o açaí, a bacaba e o patoá nativos. Ou seja, não é somente o fato de morar às margens de um rio ou igarapé que caracteriza o ribeirinho, pois isso seria uma classificação simplória diante da diversidade da forma de viver da população amazônica (SILVA *et al.*, 2002).

Ao longo do traçado da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, considerando o entorno de 10km (5km para cada lado da diretriz) nos trechos de travessias dos principais rios – Guaporé, Pindaituba, Ávila, Comemoração, Riozinho, Ji-Paraná (ou Machado), Boa Vista, Jaru, Rio Branco, Duas Nações, Jamari e Candeias –, não foram identificadas comunidades ribeirinhas.

A localidade de Rio Preto, a Vila do Rey do Peixe e a Vila de Pescadores, situadas na área rural do município de Itapuã do Oeste, entre o rio Preto do Crespo – divisa intermunicipal de Cujubim (RO) e Itapuã do Oeste (RO) – e o rio Jamari, embora apresentem traços que se aproximem do modo de vida dessas comunidades tradicionais, não podem ser caracterizadas como comunidades ribeirinhas.

Os moradores dessas localidades vivem à margem da rodovia BR-364, se relacionando diretamente com as cidades de Itapuã do Oeste, Ariquemes (RO) e Porto Velho (RO), através desse eixo viário. Nas cidades, demandam serviços de saúde, educação e realizam compras para abastecimento. Muitos dependem do benefício do Bolsa Família e alguns trabalham nessas cidades; outros, exploram “ilegalmente” áreas de garimpos desativados, dentro da área da FLONA do Jamari. Não há produção agrícola, nem criações de animais. Os moradores que vivem da pesca artesanal sobrevivem do pescado obtido nos igarapés contribuintes do rio Jamari e remansos formados pelo reservatório da UHE Samuel. Esse pescado é comercializado em “peixarias”, barracos de madeira montados à margem da BR-364. Entretanto, conforme apresentado na caracterização socioeconômica dessas vilas de pescadores – **tópico c – Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT – AID (subitem 3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – AII/AID)** –, a maioria da população residente nessas localidades não sobrevive da pesca e tampouco possui um modo de vida tipicamente amazônico.

## **b. Comunidades Quilombolas – All/AID**

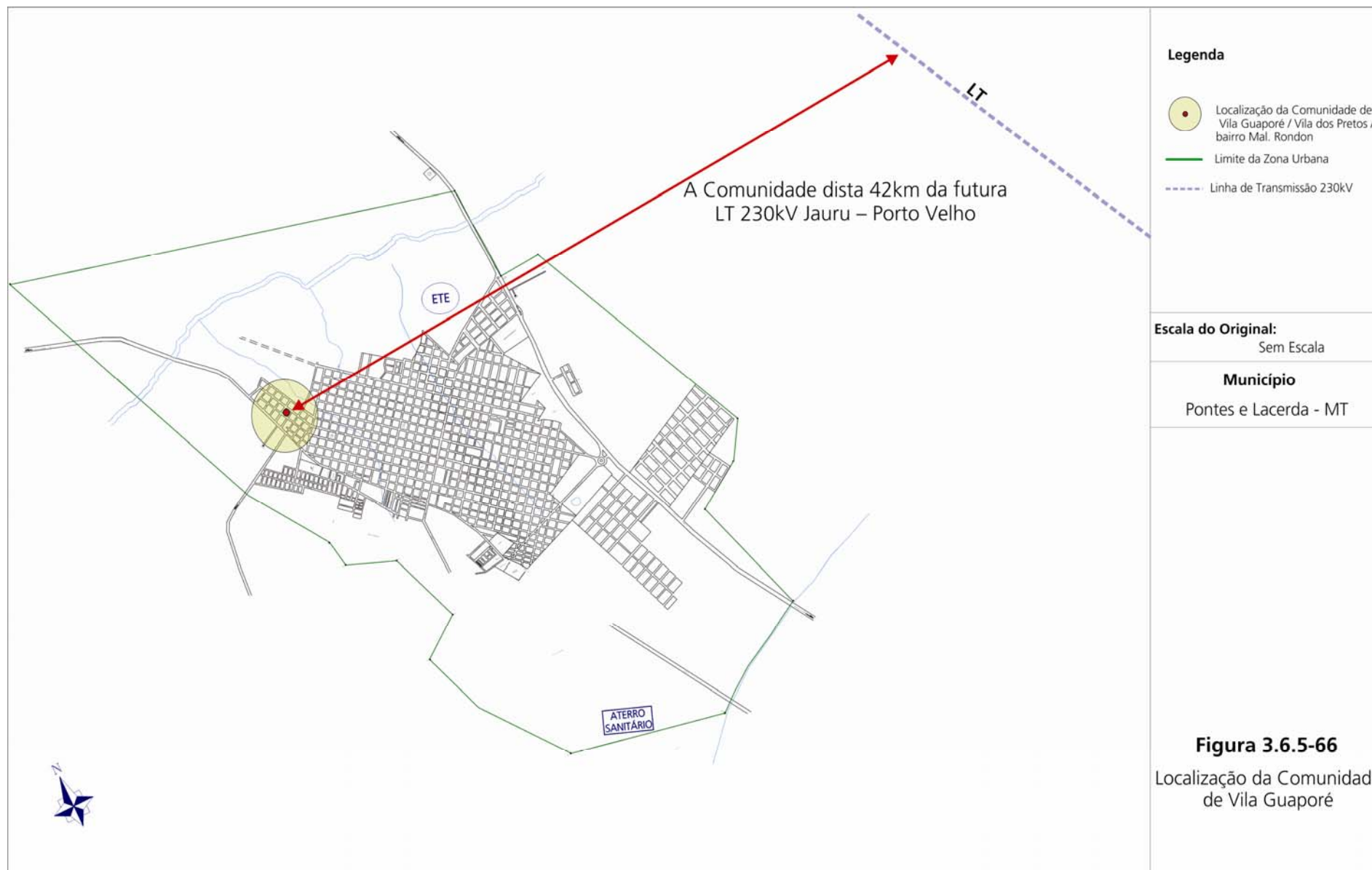
Em consulta à Fundação Cultural Palmares (FCP) a respeito da existência de comunidades remanescentes de quilombos entre os municípios que compõem a All, obteve-se a informação (Ofício nº 568/2010/PREES/GAB/FCP/MinC) de que apenas no município de Pontes e Lacerda (MT), foi identificada “a Comunidade de Vila Guaporé (Vila dos Pretos) que dista cerca de 42km da LT”. O mesmo ofício concede Anuência dessa instituição em favor da emissão da Licença Prévia (LP) da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

A Vila Guaporé, de acordo com entrevistas realizadas nas Secretarias de Cultura e de Educação de Pontes e Lacerda, é, na realidade, atualmente, um bairro, com cerca de 153 famílias residentes. A população é “mista”, e seus moradores não se autodeclaram como quilombolas. A localidade possui outras denominações, tais como “Vila Marechal Rondon” ou “Vila dos Pretos”. Nela, está localizada a primeira igreja da cidade, de Nossa Senhora de Aparecida, e a Casa da Memória, antiga Estação Telegráfica de Marechal Rondon, que foi restaurada recentemente. De acordo com o Zoneamento da Cidade (Lei Complementar nº 042/2006, que instituiu o Plano Diretor de Pontes e Lacerda), a Comunidade Vila Guaporé situa-se em uma Zona de Especial Interesse Histórico (ZEIH).

Sua origem remonta à primeira década do século XX, quando se formou a Vila, à margem esquerda do rio Guaporé, por ocasião da instalação do Posto de Telégrafo de Vila Bela. Quando o município de Pontes e Lacerda se emancipou, a então Vila de Guaporé foi oficialmente nomeada “Marechal Rondon,” em homenagem ao militar que promoveu o desbravamento das terras do Centro-Oeste brasileiro. Muitos moradores, porém, continuaram a usar o antigo nome, conhecido até os dias atuais. Paralelamente, outra nomeação da localidade também surgiu no uso popular: Vila dos Pretos. Provavelmente, esse nome está relacionado ao grupo de negros que inicialmente habitou a região. Pode ter sido dado pelos imigrantes que chegaram entre as décadas de 60 e 80, motivados pela política expansionista, que concedeu terras para colonizar a região, e pelos garimpeiros, atraídos pela descoberta de ouro em aluvião, por volta dos anos 70.

As informações obtidas no município indicam que a Comunidade de Vila Guaporé não foi titulada ainda como remanescente de quilombo. No Estado de Mato Grosso, é muito comum a falta de regularização das terras de diferentes comunidades afrodescendentes existentes. Há documentos antigos de sesmarias ligadas a Portugal, dando direito de propriedade a essas comunidades; no entanto, novos papéis foram emitidos em 1880, regularizando a situação de fazendeiros e invalidando os registros anteriores. Essa ambiguidade tem reflexos até os dias de hoje, apesar de a Legislação Federal determinar explicitamente o direito dos quilombolas sobre as terras tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais.

A seguir, apresenta-se uma figura esquemática da localização da Comunidade de Vila Guaporé no mapa da sede municipal, e sua distância em relação à LT (**Figura 3.6.5-66**).



### **c. Vulnerabilidades das Comunidades Quilombolas**

A Comunidade de Vila Guaporé ou bairro Vila Marechal Rondon ou Vila dos Pretos encontra-se, conforme já mencionado, a uma distância de 42km do traçado, não tendo sido, portanto, identificados impactos relacionados à implantação e operação da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 sobre ela.

### **d. Recomendações da Fundação Cultural Palmares (FCP)**

A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi consultada a respeito das comunidades quilombolas existentes nas Áreas de Influência do empreendimento (Carta Co 031, de 22 de março de 2010). Em resposta, a FCP emitiu o Ofício nº 347/DPA/FCP/MinC/2010, atestando que, até a data de emissão desse documento, em 22/06/2010, *"não foram identificadas em nossos arquivos comunidades quilombolas junto aos municípios localizados nas áreas de abrangência do referido empreendimento"*.

Posteriormente, no dia 7 de outubro de 2010, a Fundação emitiu o Ofício nº 548/DPA/FCP/MinC/2010, no qual atestava, novamente, que, até a presente data, *"não foram identificadas em nossos arquivos comunidades quilombolas junto aos municípios localizados nas áreas de abrangência do referido empreendimento"*. Entretanto, na mesma data, foi emitido pela FCP o Ofício nº 549/DPA/FCP/MinC/2010, no qual atestava que *"até a presente data foi identificada em nossos arquivos a existência da Comunidade Vila Guaporé (Vila dos Pretos), que está em processo de certificação, localizada no município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso e as comunidades Sítio dos Arranjados/Engenho, Sítio Lajes, Sítio Pega, Sítio Sobrado, Gameleira de Baixo e Sibaúma, todas devidamente certificadas nos termos do Decreto nº 4.887/2003, localizadas no município de Porto Velho, Estado de Rondônia"*.

Após consulta realizada no *site* da Fundação Cultural Palmares, na lista de certidões expedidas por Estado, foi verificado que as comunidades Sítio dos Arranjados/Engenho, Sítio Lajes, Sítio Pega, Sítio Sobrado, Gameleira de Baixo e Sibaúma, certificadas pela FCP, localizam-se nos municípios de Tibau do Sul, Portalegre e São Tomé, no Estado do Rio Grande do Norte, e não no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, como atesta o documento dessa Fundação.

Foi enviada então nova carta, pela LVTE Transmissora de Energia (Co 107/2010, de 24 de novembro de 2010) à FCP, solicitando a confirmação da localização dessas comunidades remanescentes de quilombos supracitadas.

A FCP emitiu, por fim, o Ofício 568/2010/PRES/GAB/FCP/MinC confirmando que apenas no município de Pontes e Lacerda (MT) foi identificada a Comunidade Guaporé (Vila dos Pretos), que dista cerca de 42km do traçado da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. O mesmo ofício manifestou a Anuência dessa instituição em favor da emissão da Licença Prévia (LP) do empreendimento.

### e. Populações Indígenas – All/AID

A futura Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3 se aproximará do território de Terras Indígenas (TI) situadas em municípios que fazem parte da All ou do seu entorno imediato. Ressalta-se que nenhuma delas será atravessada pelo empreendimento, porém, para uma análise mais acurada dos potenciais impactos que a implantação da LT poderá trazer às comunidades indígenas, as TIs mais próximas ao empreendimento – TI Juininha, TI Uirapuru, TI Taihantesu, TI Vale do Guaporé, TI Nambikwara, TI Pirineus do Souza e TI Tubarão Latundê – serão objeto de um estudo específico a ser apresentado à Fundação Nacional do Índio – FUNAI<sup>30</sup>. A localização das TIs está apresentada na **Ilustração 15**, no volume 5/5 deste EIA.

O **Quadro 3.6.5-83** e o texto a seguir apresentam uma breve caracterização destas TIs.

**Quadro 3.6.5-83** – Terras Indígenas mais próximas à LT

Terras Indígenas (TIs)	Municípios	Situação	Povos/Etnias	Distância em relação à LT (Km)
TI Juininha	Conquista d'Oeste (MT)	Homologada/Reg./CRI/SPU* (04/10/1993) Decreto: s/nº, de 04/10/1993	Pareci	1,66
TI Uirapuru	Campos de Julio (MT)** Nova Lacerda (MT)	Declarada (20/03/2009) Portaria 497, de 20/03/2009	Pareci	0,72
TI Taihantesu	Nova Lacerda (MT)	Homologada/Reg./CRI/SPU (23/05/1996) Decreto: 11.300, de 13/02/1997	Nambikwara <b>Subgrupo:</b> Wasusu	7,29
TI Vale do Guaporé	Nova Lacerda (MT) Comodoro (MT)	Homologada/ Reg./CRI/SPU (29/04/1985) Decreto: 91.210, de 30/04/1985	Nambikwara <b>Subgrupos:</b> Alantesu Mamaindê Wasusu Erihtaunsu Hahaintesu Negoretê Waikisu Alakatesu Hoskokosu	4,45
TI Nambikwara	Comodoro (MT)	Homologada/ Reg./CRI/SPU (10/01/1990) Decreto 98.814, de 10/01/1990	Nambikwara <b>Subgrupos:</b> Kithaulu Halotesu	A LT tangencia o limite da TI
TI Pirineus de Souza	Comodoro (MT)	Homologada/ Reg./CRI/SPU (24/04/1984) Decreto: 89.579, de 24/04/1984	Nambikwara <b>Subgrupos:</b> Sabanê Manduka Mamaindê	17,42
TI Tubarão Latundê	Chupinguaia (RO)	Homologada/ Reg./CRI/SPU (29/10/1991) Decreto: 259, de 29/10/1991	Aikanã Kwaza Nambikwara <b>Subgrupos:</b> Latundê Sabanê	1,13

**Fontes:** FUNAI, 2010.

BRASIL. Ministério Público, 2010.

ISA, 2010.

OLHAR INDÍGENA, 2010

Notas: (\*) CRI – Registros de Imóveis / SPU – Secretaria de Patrimônio da União. / (\*\*) Este município não pertence à All do empreendimento.

<sup>30</sup> A FUNAI já emitiu um Termo de Referência (dez./2010) para os estudos do componente indígena da LT 230 Jauru – Porto Velho, conforme detalhado no **tópico g – Recomendações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**, a seguir. De acordo com o referido TR, devem ser contempladas as sete TIs que estão sendo tratadas neste tópico.

- **TI Juininha**

Os Pareci da TI Juininha ocupam duas aldeias, a Três Lagoas e a Juininha, e praticam a agricultura de roçado, tendo como cultivo mais importante a mandioca-brava. Em volta das casas, também são cultivados pés de manga, goiaba, frutas cítricas e o urucum, além do bambu, batata, cará e cana-de-açúcar. Na mata, são coletados pitomba, caju-do-cerrado, jatobá-do-cerrado, pequi, buriti e plantas medicinais. A caça e a pesca também são praticadas. Caçam anta, cateto, onça-parda, onça-pintada, porco-do-mato, tamanduá-bandeira, veado, cutia, gambá, paca, quati, tamanduá-mirim e tatus (canastra, peba, galinha e bola), aves (não especificadas) e, nos rios Juruena, Securi e Sararé, pescam traíra, pacu, cará, lambari e outros. Os animais, além da carne, também propiciam matérias para fazer peças ornamentais.

- **TI Uirapuru**

Ocupada também pelos Pareci, a TI Uirapuru/Capitão Marcos possui apenas a Aldeia Uirapuru. Sua economia se baseava na lavoura de subsistência e na coleta de raízes e frutos, além do comércio incipiente de látex, de mel, artesanatos e pequenos animais, entre outros. Devido aos empreendimentos que vêm se instalando na região nos últimos tempos, os Pareci estão mudando seus comportamentos e, atualmente, a lavoura, a coleta e o extrativismo vêm sofrendo gradativa redução, especialmente pela falta de interesse dos mais jovens em dar continuidade aos antigos costumes.

- **TI Taihantesu**

Os Nambikwara Wasusu ocupam a TI Taihantesu, que, junto às TIs Vale do Guaporé e Pequizal, constituem um complexo com remanescentes significativos da Floresta Estacional e Formações Aluviais, estendendo-se a leste na borda da Chapada do Parecis. As matas internas às reservas encontram-se preservadas, e as áreas de ocupação agrícola as delimitam.

- **TI Vale do Guaporé**

Esta TI abriga 16 aldeias e apresenta rica fauna e flora. Relatos dos índios apontam a existência de antas, catetos, queixadas, macacos, veados, tamanduás, tatus, onças, lobos-guarás, várias espécies de ratos e do raro gavião-real. Há abundância de palmeira-tucum, utilizada para a fabricação dos arcos e buritis, com várias utilidades. A lagoa dos Brincos, situada na Aldeia Mamaindê Central, é de extrema importância ambiental e cultural para os Nambikwara da TI Vale do Guaporé e da TI Pirineus de Souza. Para garantir sua integridade, os índios sabem da importância de se preservarem as cabeceiras dos rios, que estão sendo impactadas pelas lavouras de soja. Nessa lagoa, é desenvolvido o molusco bivalve, do qual os índios retiram as conchas para fazer adereços, utilizados em danças e rituais.



- **TI Nambikwara**

As aldeias da TI Nambikwara, num total de 17, estão localizadas a cerca de 60km da sede de Comodoro (MT), o que contribui para o deslocamento dos índios para a cidade. Por ser uma região de Cerrado e a terra, muito ácida, as lavouras são apenas de subsistência, com pouca produtividade. Apesar de ainda serem importantes as atividades relacionadas à caça, pesca e coleta de frutos e ervas medicinais no cotidiano Nambikawara, os índios já incorporaram os produtos industrializados em seus hábitos alimentares. Buscam produtos de consumo na cidade e, cedendo à pressão dos madeireiros, acabam trocando mercadorias por madeiras extraídas de suas terras. Muitas vezes, envolvem-se com consumo de álcool e perdem suas referências culturais.

- **TI Pirineus de Souza**

As sete aldeias que fazem parte da TI Pirineus de Souza estão a cerca de 40km da sede de Vilhena (RO), facilitando também o deslocamento dos índios para a cidade. Sua economia é baseada nas grandes lavouras de banana destinadas ao comércio e consumo. Há também atividades de pecuária, especialmente na criação de gado de corte e leite. A comunidade tem se mobilizado no sentido de participar das decisões e se informar a respeito dos empreendimentos, projetos e programas de Governo na região.

- **TI Tubarão Latundê**

A TI Tubarão Latundê está dividida em três aldeias principais: Gleba, Rio do Ouro e Barroso/Latundê, e outras três localidades menores reconhecidas como Caminhos do Mário, do Zezinho e do Arino. A Aldeia Gleba também é conhecida como Tubarão e funciona como uma aldeia central e, geralmente, é nela que ocorrem as atividades que envolvem as demais aldeias. Nas Aldeias Gleba e Rio do Ouro residem os Aikanã e, na Aldeia Barroso, os Latundê. Há apenas um casal Kwaza que reside em área isolada e não estabelece muito contato com os demais. Em praticamente todas as localidades, são cultivados banana, cana, milho, arroz, pupunha, cará-roxo, mandioca-mansa, feijão e fava. A caça também existe no interior do território, com relativa abundância. Eventualmente, os representantes da comunidade praticam comércio de artesanato e animais de médio porte, mas sem grandes lucros. Existem duas escolas na TI, mas não há equipamentos de saúde, apenas um agente.

**f. Localização das Aldeias Indígenas e seu Contingente Populacional – AII/AID**

O **Quadro 3.6.5-84**, a seguir, apresenta as aldeias e o contingente populacional das TIs em estudo. As localizações das aldeias são apresentadas na **Ilustração 15**, no Volume 5/5 deste EIA.

**Quadro 3.6.5-84 – Aldeias e Contingente Populacional das TIs**

<b>Terras Indígenas (TIs)</b>	<b>Extensão da Área (ha)</b>	<b>Aldeias</b>	<b>Contingente Populacional / Ano Referência</b>
TI Juininha	70.537ha	Juninha	74 (2006)
		Três Lagoas	
TI Uirapuru	21.680ha	Uirapuru	18 (2008)
TI Taihantesu	5.372ha	Waikisu	94 (2006)
TI Vale do Guaporé	242.593ha	Cabexi	569 (2009)
		Campo Meio	
		Mamaindê Central	
		Tucumã	
		Negarotê	
		Manairisu	
		N. Buriti	
		Jacaré	
		Nova Geração	
		Murici	
		Quatro Pontes	
		Alantesu	
		Wasusu	
		Quento	
		Sorano	
TI Nambikwara	1.011.960ha	Waikisu	331 (2009)
		Cabeceira	
		Trevo B	
		Central T A	
		Única	
		Kithaulu	
		Central	
		Cabeceira	
		Chefão	
		Branca	
		Davi	
		Camararé	
		Camararé Velho	
		N. Mutum	
		Barracão Queimado	
Treze de Maio			
Manduca			
Serra Azul			
Bacurizal			
Pedreira (Wasusu)			
TI Pirineus de Souza	28.212ha	Central	245 (2009)
		Ique	
		Cerradinho	
		Oncinha	
		Taquaral	
TI Tubarão Latundê	116.613ha	Sowaintê	228 (2008)
		Barroso/Latundê	
		Gleba	
		Rio do Ouro	

**Fontes:** ISA, 2010.

JAURO TRANSMISSORA DE ENERGIA/ECOLOGY BRASIL, 2008.

INSTITUTO CREATIO, 2008.

COMODORO, 2009.

#### **g. Recomendações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**

A Linha Verde Transmissora de Energia (LVTE) protocolou documento na FUNAI (correspondência Co 030, de 22 de março de 2010), solicitando informações acerca da existência de terras e populações indígenas, bem como seus descritivos e localizações georreferenciadas, através de seus limites territoriais (polígonos), se disponíveis, nos municípios que deverão ser atravessados pela futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, ou próximos à sua diretriz, para serem caracterizadas suas populações e avaliadas as possibilidades de interferências e impactos sobre elas.

Posteriormente, a LVTE protocolou outro documento na FUNAI (Co 051, de 10 de junho de 2010), reiterando o pedido de informações acerca da existência de terras e populações indígenas, e solicitando o agendamento de uma reunião na FUNAI, para início das tratativas relacionadas às comunidades indígenas que se encontram nas proximidades da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, uma vez que a futura LT deverá ser instalada paralelamente a outras duas linhas de transmissão, a LT 230kV Jauru – Vilhena, licenciada pelo IBAMA, já instalada e em operação, e a LT 230kV Samuel – Vilhena, em fase de licenciamento pela SEDAM/RO, cujas obras de implantação ainda não foram iniciadas. Essas duas LTs pertencem à Concessionária Jauru Transmissora de Energia Ltda. (JTE).

Em resposta, a FUNAI emitiu o Ofício 488/2010/DPDS – FUNAI – MI, em 23/07/2010, confirmando o agendamento de reunião técnica no dia 11/08/2010, na FUNAI em Brasília, da qual participaram a LVTE, junto com sua contratada, a Biodinâmica Rio Engenharia Consultiva Ltda.

Ficou acordado, nessa reunião, que a FUNAI iria emitir um Termo de Referência (TR) específico para os estudos do componente indígena relacionados à LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. A partir do estudo etnoecológico, será possível elaborar uma matriz de impactos voltada exclusivamente à análise das interferências da implantação do empreendimento, em relação às comunidades indígenas existentes, e discutidas as melhores medidas a serem adotadas pelo empreendedor a esse respeito, se forem realmente constatados impactos.

Em 13/12/2010, a FUNAI enviou o TR Preliminar, no qual foram dispostos os procedimentos a serem adotados na realização dos Estudos do Componente Indígena da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

A LVTE contratou, em fevereiro de 2011, uma empresa formada por antropólogos e profissionais dos meios físico e biótico para atender à FUNAI. Está sendo elaborado o Plano de Trabalho dos estudos, para apresentação e discussão com a FUNAI e os índios. Em seguida, com o aceite do referido Plano, serão iniciados os estudos nas Terras Indígenas, cujo resultado será apresentado oportunamente à FUNAI, junto com a Matriz de Impactos do Componente Indígena e a proposição de medidas e programas específicos.

### **3.6.5.7 Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações – AII/AID**

#### **a. Principais Usos do Solo – AID**

O uso do solo na Área de Influência Direta (AID) da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 e no seu entorno foi analisado utilizando-se o mesmo critério adotado em relação aos outros aspectos tratados ao longo do Diagnóstico Socioeconômico da AID, ou seja, considerando os principais usos do solo por intervalos de análise (ver **Quadro 3.6.5-12 – Principais Localidades Identificadas e População Estimada no Entorno da AID**). Na **Ilustração 13**, apresenta-se a **Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação das Terras**.

O **Intervalo 1 (Km 0 ao Km 165 da futura LT)** é composto pelo território compreendido entre os municípios de Jauru (MT) e Nova Lacerda (MT). A diretriz da LT acompanhará o antigo traçado da Rodovia BR-364 (não pavimentada), numa região pouco povoada, com muitos trechos arenosos e que possui, em seu entorno, grande extensão de vegetação de Cerrado. Nesse intervalo, a LT atravessará as áreas rurais de Jauru (MT) e Vale de São Domingos (MT), caracterizadas pela presença de propriedades dedicadas à pecuária de corte e de leite, e de Pontes e Lacerda (MT), Conquista d'Oeste (MT) e Nova Lacerda (MT), compostas, em sua maioria, por terras improdutivas, onde os proprietários se apropriam do espaço como reserva de valor, consolidando sua posse com a presença de benfeitorias e encarregados que “tomam conta” desses latifúndios.

Em Jauru, as pastagens são plantadas principalmente com braquiária. A agricultura está representada por pequenas propriedades rurais, destacando-se as culturas de arroz, milho, banana e outros produtos ligados à lavoura de subsistência.

No centro do município de Vale de São Domingos, onde a futura LT passará, predomina a pecuária de gado leiteiro nas pequenas propriedades dos assentamentos, tais como os PAs Aerorrancho e Corgão. Há pastagens plantadas (principalmente braquiária), capineiras e culturas de subsistência de milho e mandioca; somente na Chapada dos Parecis, existem pastagens naturais.

Em Pontes e Lacerda, a pecuária de corte está presente em grandes propriedades.

Na área a ser atravessada pela futura LT, nos municípios de Conquista d'Oeste e Nova Lacerda, predominam grandes fazendas produtoras de soja, nas áreas de Cerrado, próximas às Terras Indígenas Juininha, Uirapuru e Taihantesu. Vale ressaltar que a maioria dessas fazendas encontra-se improdutiva, servindo apenas como reserva de valor para seus proprietários.

O **Intervalo 2 (Km 165,1 ao Km 365 da futura LT)** compreende uma região rural entre os municípios de Comodoro (MT) e Vilhena (RO), na qual a diretriz da LT acompanhará, paralelamente, o trecho final do antigo traçado da BR-364 (estrada não pavimentada), atravessará a Rodovia MT-235 (trecho pavimentado) e seguirá paralelamente à Rodovia BR-174/BR-364 (pavimentada).

Nas áreas rurais de Comodoro, predominam o cultivo de soja e milho (plantado na entressafra da soja) e as áreas de pastagens em propriedades dedicadas à criação de gado leiteiro (sítios e chácaras) e de corte (fazendas).

As terras planas da Chapada do Parecis, especialmente em Comodoro, são propícias ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada. Grandes propriedades agrícolas dedicam-se, principalmente, à cultura de grãos, como soja e milho.

Nas proximidades da cidade de Vilhena, a diretriz se afastará da BR-364 cerca de 5km. Esse trecho é composto, predominantemente, por fazendas produtoras de soja, milho e eucalipto (projetos de reflorestamento).

Em Vilhena, destacam-se os cultivos de soja, milho, arroz, feijão e girassol e a pecuária de corte e leite. A paisagem é formada por grandes fazendas de soja, intercaladas por pastagens, onde está presente a atividade pecuária.

Em Comodoro, a futura LT passará próximo às Terras Indígenas Nambikwara e Vale do Guaporé. Já em Vilhena, a proximidade da futura LT se dará com a Terra Indígena Tubarão Latunde.

O **Intervalo 3 (Km 365,1 ao Km 527,5 da futura LT)** compreende uma região rural do município de Vilhena (RO), composto por pequenas propriedades (sítios de até 50ha) intercaladas por fazendas. Nessas fazendas — grandes lotes de terras aparentemente abandonados —, destaca-se uma paisagem com pastagens sem manejo, o chamado “pasto sujo”.

A partir do distrito de Guaporé (ou Vila Guaporé), no município de Chupinguaia (RO), rumo a Pimenta Bueno (RO), predominam pequenos sítios na paisagem. Essas pequenas propriedades estão, em sua maioria, ligadas aos povoamentos, chamados de “currutelas”, espécies de vilarejos situados nas margens da Rodovia BR-364, caracterizados pela presença de estabelecimentos públicos (escolas) e privados (restaurantes, mercearias, bares e postos de gasolina) dedicados à prestação de serviços.

Nas pequenas propriedades, na área atravessada pela futura LT, predomina uma agricultura familiar, baseada em pequenos cultivos de melancia, coco, banana, cupuaçu, caju e abacaxi, e de hortaliças em geral. A piscicultura (criação de tambaquis, pirarucus, etc.) e a pecuária de corte e leite também aparecem com destaque, principalmente nos assentamentos de Pimenta Bueno, por exemplo, o PA Eli Moreira.

Em Chupinguaia, junto com a agricultura familiar, predomina a extração madeireira.

O **Intervalo 4 (Km 527,6 ao Km 646,5 da futura LT)** compreende uma região composta por pequenas propriedades rurais nos municípios de Cacoal (RO) e Ministro Andreazza (RO), cujas principais atividades econômicas são a produção de café associada à criação de gado leiteiro e para corte.

Em Cacoal, predominam pastagens para gado bovino de corte e de leite e, também, de gado bubalino. Na agricultura, destacam-se pequenos cultivos de café, feijão e banana. Essas culturas localizam-se em terrenos mais acidentados, explorados pela agricultura familiar. Há também cultivos de arroz, milho, mandioca, cacau e algodão herbáceo, reflorestamento de pinus e eucalipto (para utilização na indústria cerâmica) e extrativismo de madeira. Cabe observar que o cultivo de cacau encontra-se em declínio.

Em seguida, a LT vai atravessar áreas de pastagens próximas às “Linhas” de colonização situadas nas áreas rurais dos municípios de Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO), com destaque para a criação de gado leiteiro e de corte, em pequenos sítios de, no máximo 50ha. Trata-se de uma região colinosa, com predomínio de pastagens intercaladas por fragmentos de mata.

Na área atravessada pela futura LT, no município de Presidente Médici, predominam pastagens, pequenos cultivos de arroz, feijão, café, milho, mandioca, algodão herbáceo, e fruticultura (maracujá, cupuaçu, laranja e cacau).

Na área rural de Ji-Paraná, predominam as pastagens destinadas à criação de gado com aptidão de corte (grandes fazendas) e leiteira (pequenas propriedades rurais). Na agricultura, predominam os plantios de arroz, feijão, mandioca e milho e, em menor escala, café e cacau. As pastagens vão se formando à medida que diminui a produtividade agrícola.

O **Intervalo 5 (Km 646,6 ao Km 812 da futura LT)** compreende áreas rurais dos municípios de Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO) e Ariquemes (RO), que se caracterizam pela presença de pequenos estabelecimentos agrícolas (sítios de até 50ha) e pela intensa produção agropecuária, com predominância da criação de gado para corte, com exceção das áreas próximas ao município de Ouro Preto do Oeste, onde há uma produção significativa de gado leiteiro. A pecuária (de corte ou de leite) está, muitas vezes, associada a outros cultivos, tais como o cacau (Jaru e Theobroma) e o café (Jaru e Ouro Preto do Oeste). Destacam-se, também, Jaru, que é a maior bacia leiteira do Estado de Rondônia, com produção diária de 600 mil litros de leite, e Ariquemes, polo moveleiro de Rondônia.

O **Intervalo 6 (Km 812,1 ao Km 905 da futura LT)** compreende áreas rurais dos municípios de Rio Crespo (RO), Cujubim (RO) e Itapuã do Oeste (RO), caracterizadas por produções agropecuárias diversificadas (cultivos de abacaxi, coco, soja e pupunha, criação de gado leiteiro e de corte, e piscicultura), e onde alguns pequenos produtores (sítios de até 100ha) combinam suas atividades agropecuárias com estabelecimentos dedicados à prestação de serviços, tais como bares e restaurantes localizados nas margens da Rodovia BR-364.

Também sobressaem, nesse intervalo, vilas de pescadores situadas nas margens da BR-364 e nos remansos formados pelo reservatório de Samuel, no rio Jamari, tais como as vilas do Rey do Peixe e do Rio Preto, no município de Itapuã do Oeste.

O **Intervalo 7 (Km 905,1 ao Km 989 da futura LT)** compreende áreas rurais dos municípios de Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO), onde há predominância da criação de gado para corte, tanto nas grandes propriedades como nos estabelecimentos menores, com pouco menos de 50ha. Observam-se também pequenos produtores de hortifrutigranjeiros, como na área da Agrovila Porto Verde, em Porto Velho. Contudo, trata-se de uma região caracterizada pela presença maciça de fazendas com mais de 1.000ha, que ainda se mantêm produtivas. Na área rural de Porto Velho, a LT atravessará áreas compostas, em sua maioria, por chácaras de veraneio, como as do Parque das Castanheiras 2 e da Comunidade Jerusalém da Amazônia.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que a maioria dos proprietários das fazendas situadas nas margens da Rodovia BR-364 reside nas cidades que integram a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento. A predominância de grandes propriedades rurais — em sua maioria, com mais de 500ha — situadas ao longo da Rodovia BR-364 (terras mais valorizadas) e de sítios de até 100ha localizados em regiões mais afastadas da BR-364 comprova esse dado.

As informações a respeito da caracterização dos principais usos do solo nas propriedades identificadas durante a pesquisa de campo são apresentadas no **tópico c – Atividades Econômicas ao Longo do Traçado da LT – AID (subitem 3.6.5.5 – Atividades Econômicas e Finanças Públicas – AII/AID)**.

#### **b. Tendências de Expansão e Vetores de Crescimento em Relação ao Empreendimento – AII/AID**

Este tópico relaciona-se e complementa o **tópico g – Planos Diretores, Uso e Ocupação do Solo – AII (subitem 3.6.5.3 – Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana – AII/AID)**, que dispõe sobre as intervenções dos Planos Diretores e outros instrumentos legais, em relação ao uso e ocupação do solo de cada município da AII.

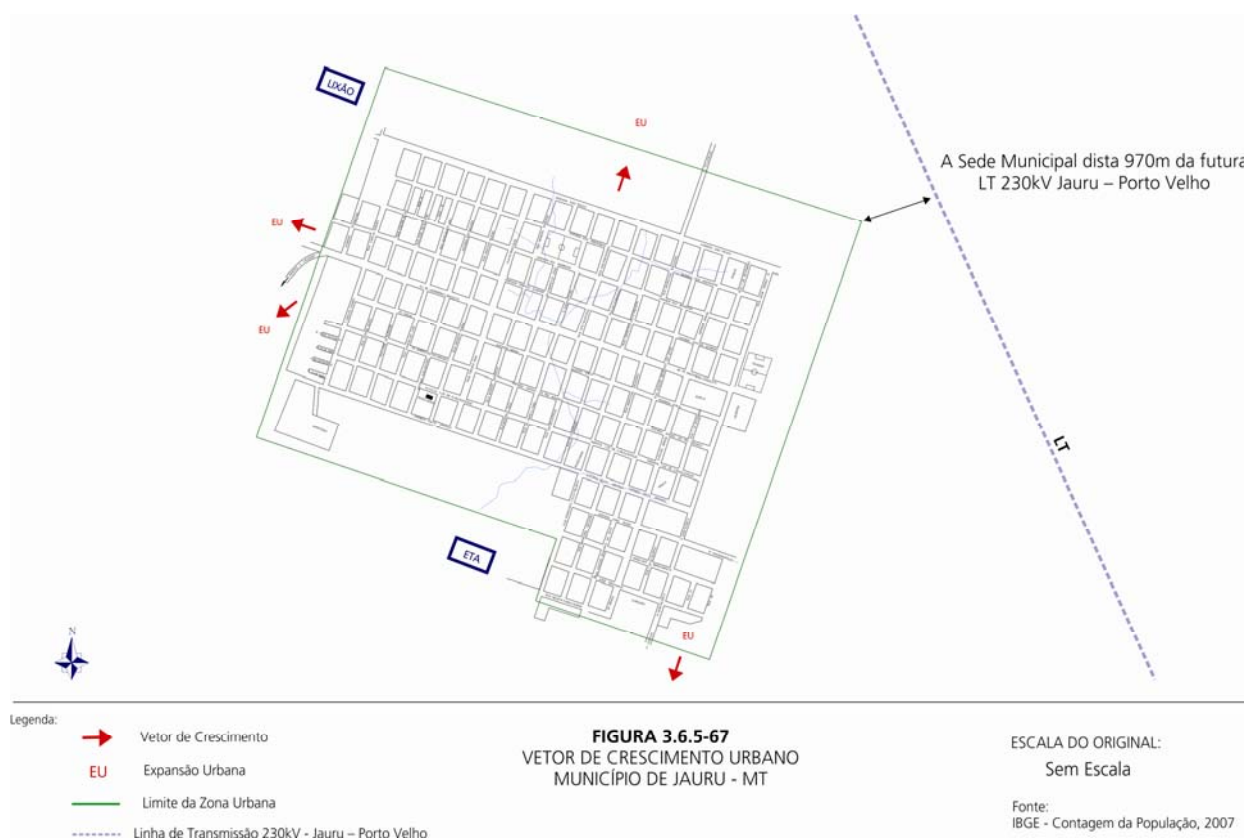
Além da legislação que define a espacialidade municipal, foram levantadas, em campo, as tendências de expansão de cada município, atentando para a localização do empreendimento em relação aos vetores de crescimento das sedes municipais. Essa observação é importante para a análise de eventuais impactos na dinâmica de ocupação territorial ocasionados pela LT. Nota-se que o traçado incide, em grande parte, nas áreas rurais e, portanto, há pouca pressão urbana sobre a futura LT. Os municípios cujas sedes estão mais próximas ao traçado são: Jauru (1km), Comodoro (2,7km), Vilhena (o traçado tangencia o perímetro urbano), Cacoal (720m), Ji-Paraná (a futura LT passa pelo perímetro urbano), Ouro Preto do Oeste (1,17km), Jaru (800m), Ariquemes (160m), Itapuã do Oeste (a futura LT passa pelo perímetro urbano), Candeias do Jamari (600m) e Porto Velho (sede atravessada pela futura LT).

A seguir, são apresentados, nas **Figuras 3.6.5-67 a 3.6.5-88**, os mapas urbanos dos municípios que serão atravessados pelo empreendimento e os respectivos vetores de

crescimento identificados por meio das entrevistas com representantes do Poder Público municipal. Dos 22 municípios que fazem parte da All, nem todos apresentam vetores de expansão, não sendo, por conseguinte, representados nas figuras. O mapeamento das áreas rurais e urbanas, bem como das culturas, matas e outras tipologias, tal qual solicitado no TR, é apresentado na **Ilustração 13 – Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação das Terras**.

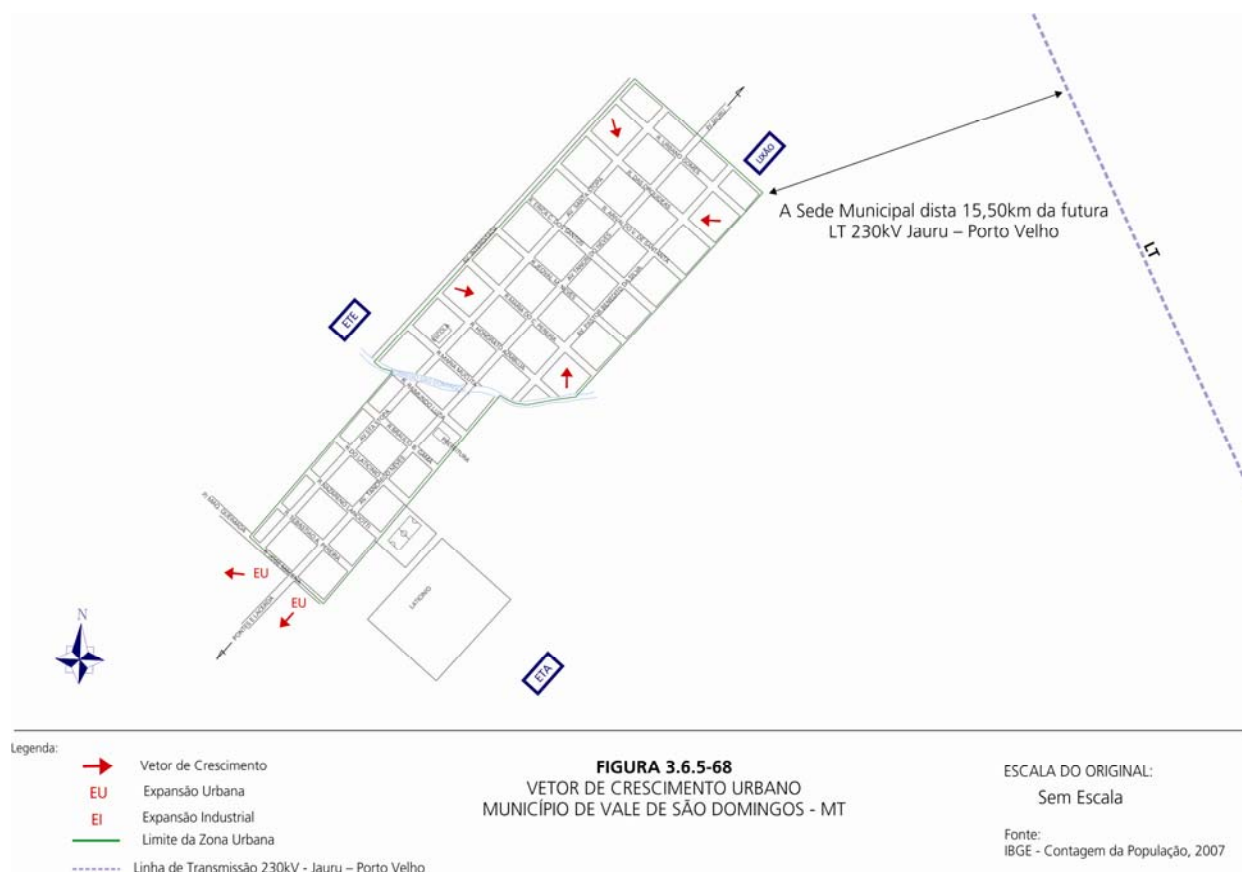
Cabe esclarecer que foram estimadas as distâncias do empreendimento em relação às sedes, a partir do limite do seu perímetro urbano, procurando, assim, demonstrar a menor distância entre a LT e as áreas urbanas municipais.

Em **Jauru (MT)**, há previsão da LT atravessar o centro do município, em área rural, a cerca de 1km da sede (**Figura 3.6.5-67**), saindo da Subestação de Jauru, que se localiza nas margens da Rodovia MT-248. Em sua maior parte, deverá passar em área de pastagem da Fazenda Salto Grande, que continua pelos municípios de Vale de São Domingos (MT) e Pontes e Lacerda (MT) até depois do rio Guaporé; nela, são encontradas até 25.000 cabeças de gado bovino para corte. O vetor de crescimento da malha urbana do município de Jauru tem as direções oeste, nordeste e sul, seguindo as margens das Rodovias MT-248 e MT-247. Nas malhas urbanas do distrito de Lucialva e demais vilarejos, não se verifica crescimento, apresentando quantitativo de população estabilizado.

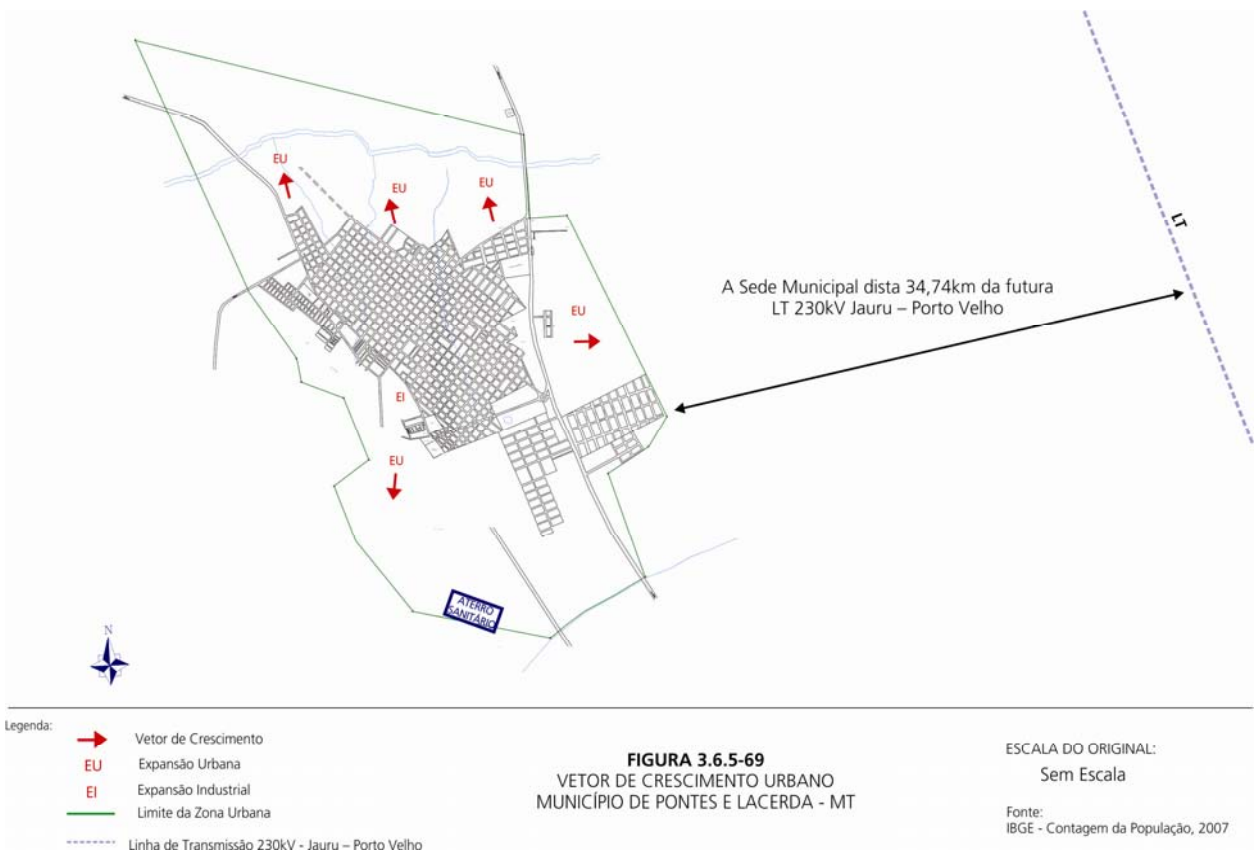




Em **Vale de São Domingos (MT)**, a LT deverá passar a cerca de 15,5km da sede municipal (**Figura 3.6.5-68**), em área rural, numa região pouco conhecida pelos moradores e com poucos acessos, de acordo com informações obtidas na Prefeitura. O crescimento urbano vem ocorrendo de forma concêntrica, na sede do município, e em direção ao oeste e sudoeste, nos distritos de Máquina Queimada e Adrianópolis.



O empreendimento deverá atravessar **Pontes e Lacerda (MT)** em três pontos, todos na zona rural, a uma distância de cerca de 35km da sede (**Figura 3.6.5-69**). No primeiro, será em área da Fazenda Triângulo (Agropecuária Guaporé), que produz, principalmente, gado de corte e há ainda produção de seringa (látex e madeira quando a seringueira já é antiga); nos outros dois pontos, a LT atravessará a Chapada dos Parecis. Os vetores de crescimento urbano apontam, sobretudo, para as direções norte e sul, onde são encontradas "Zonas de Expansão Urbana Específica (ZEU-1, ZUE-2, ZUE-3)", que são áreas destinadas ao crescimento das áreas urbanas e constituem os eixos rodoviários, distritos ou núcleos industriais. Verifica-se, também, crescimento para o leste da cidade.



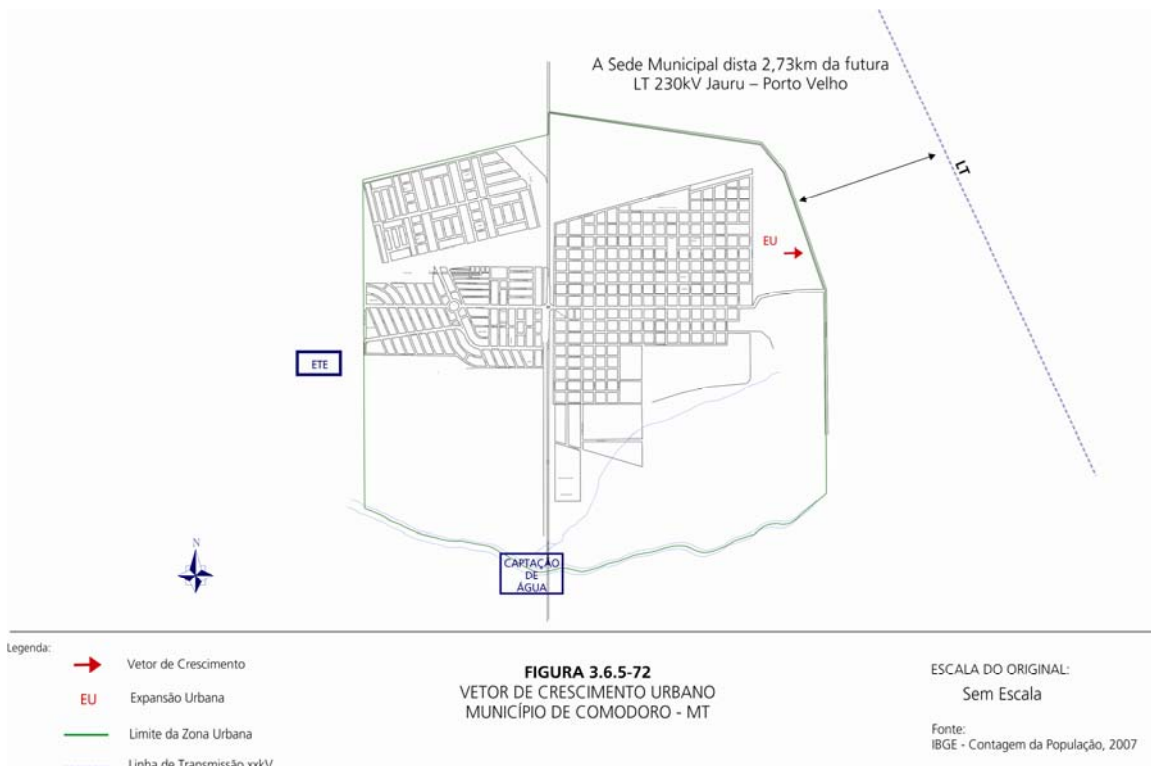
Em **Conquista d’Oeste (MT)**, a LT deverá atravessar grandes fazendas, na área rural do município, compostas basicamente por pastagens. A sede está a cerca de 20km de distância (**Figura 3.6.5-70**). A expansão urbana residencial se dá na direção da comunidade Água Clara, ao norte e a leste do perímetro urbano.



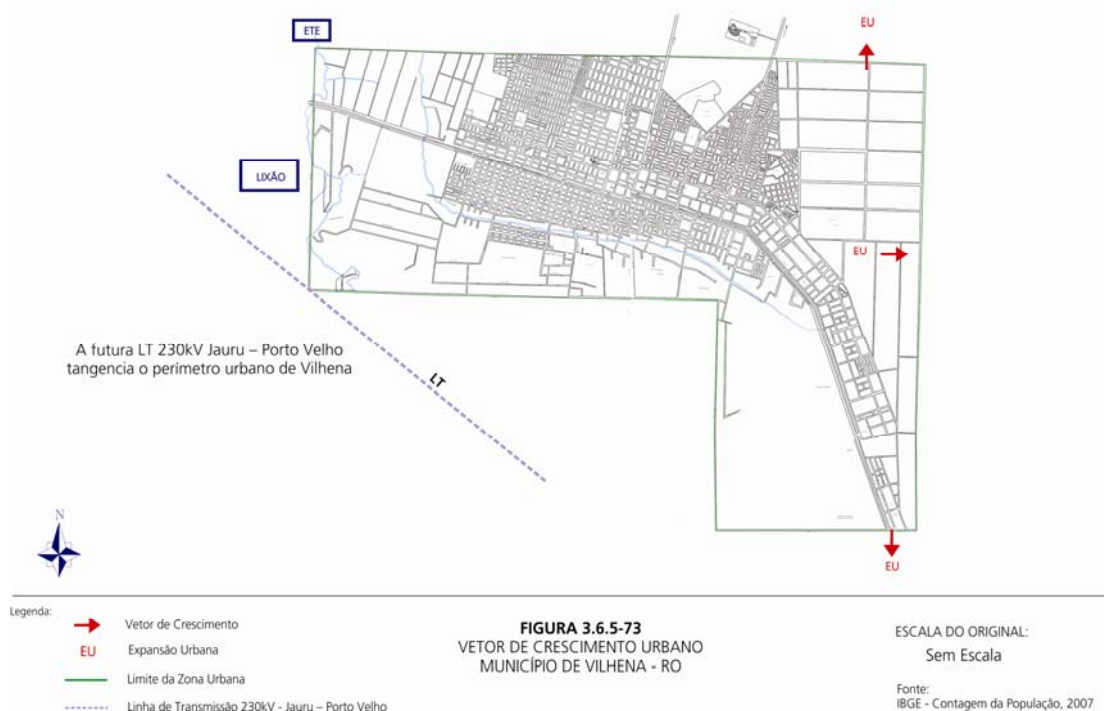
No município de **Nova Lacerda (MT)**, de acordo com o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEEM), a LT deverá atravessar: áreas com estrutura produtiva consolidada ou a consolidar (Zona 1.3.5.2 – Terraço do Guaporé); áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo para reordenação da estrutura produtiva (Zona 2.2.4.3 – Campos Rupestres); e áreas que requerem manejos específicos com elevado potencial biótico em ambiente pantaneiro (Zona 3.2.6 – Terraço do Rio Juína), a cerca de 21km da sede (**Figura 3.6.5-71**). Não foram identificados vetores de crescimento no município.



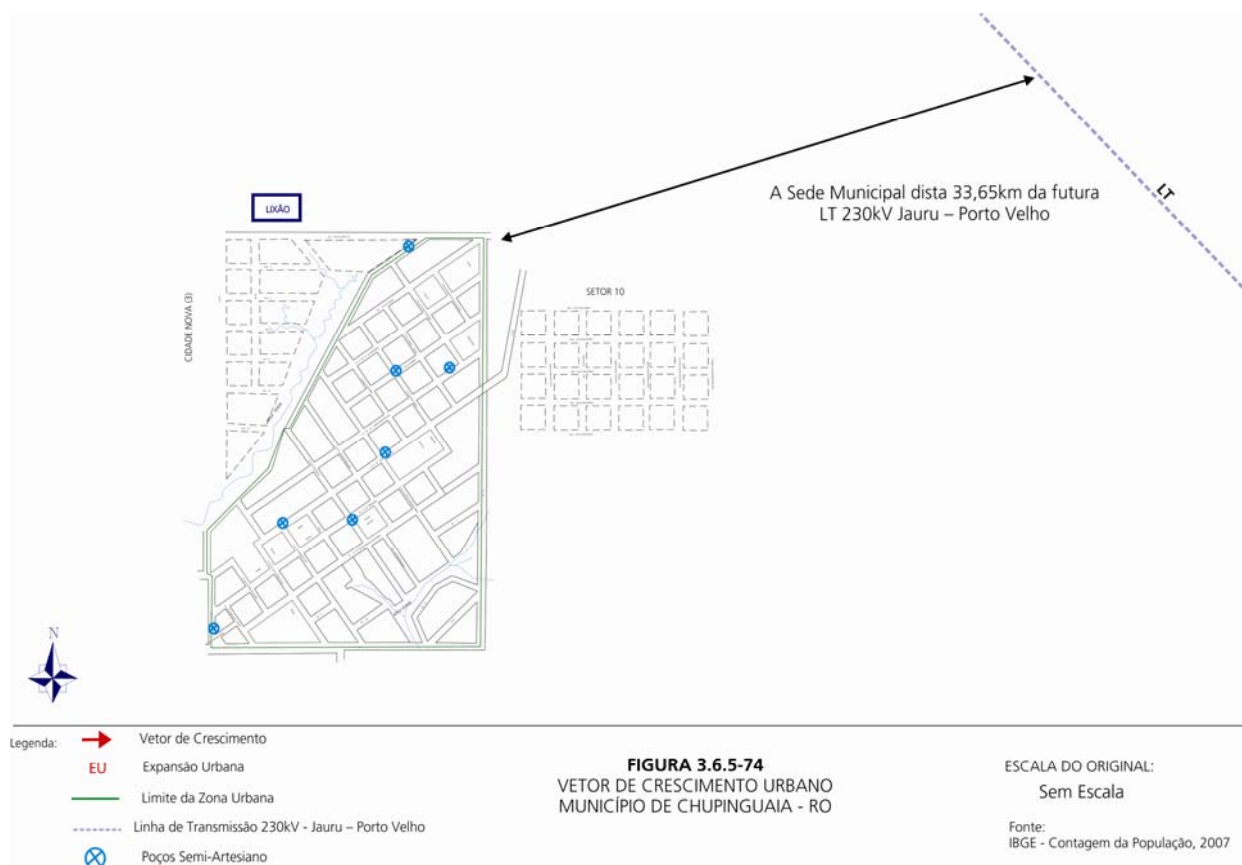
Em **Comodoro (MT)**, o traçado proposto para a LT deverá passar em área rural, a cerca de 3km do perímetro urbano (**Figura 3.6.5-72**). O único vetor de crescimento da cidade é na direção leste, entre a Rua Alagoas e a BR-364, onde a área já possui loteamentos e será asfaltada em breve, de acordo com informações obtidas na Prefeitura.



No município de **Vilhena (RO)**, a futura LT deverá atravessar a área rural, próximo à BR-364, tangenciando o sudoeste do perímetro urbano (**Figura 3.6.5-73**). O vetor de crescimento se dá principalmente nas direções norte e sul, extrapolando a área urbana. Na direção oeste, o crescimento estagnou em razão da presença de um frigorífico que desvalorizou a localidade. Na direção leste, o crescimento deve-se, sobretudo, à transformação do setor chacareiro em loteamentos (todos particulares), e, por enquanto, a área

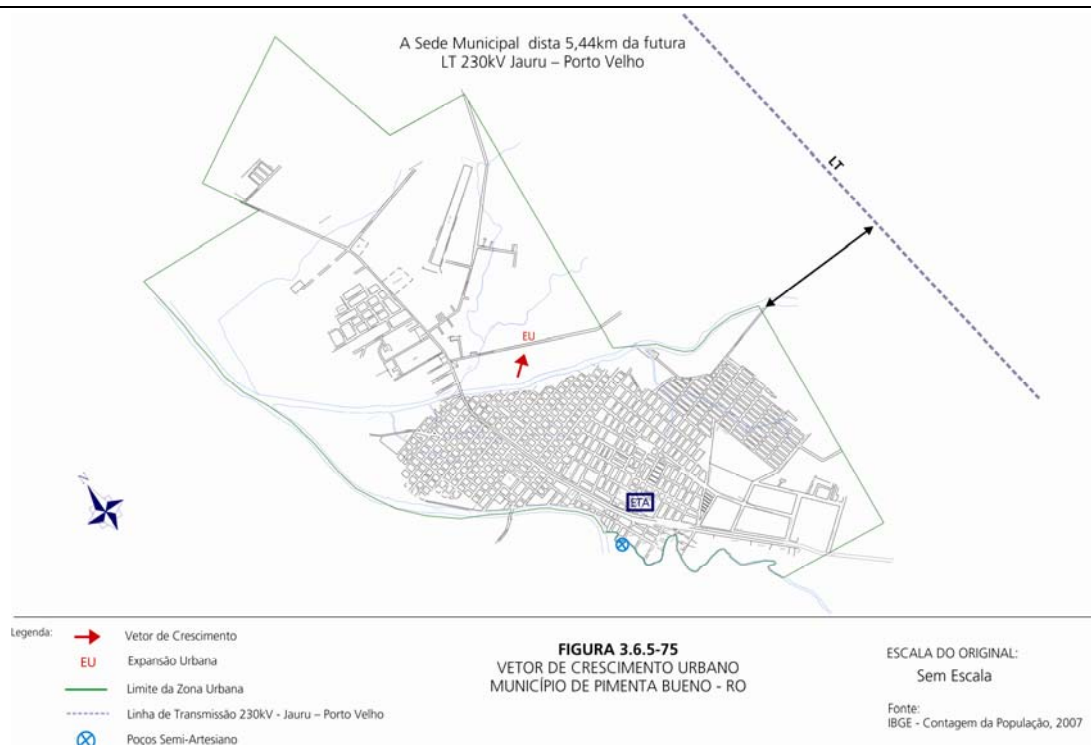


Em **Chupinguaia (RO)**, a LT deverá passar pelo distrito de Guaporé, a 33,7km da sede, na margem esquerda da Rodovia BR-364 (sentido Porto Velho) (**Figura 3.6.5-74**). As terras do distrito de propriedade da União estão sendo regularizadas e passarão a ser administradas pela Prefeitura, através do Programa Terra Legal, que cuida da regularização fundiária de posseiros. Não foi identificado, em campo, vetor de expansão municipal.

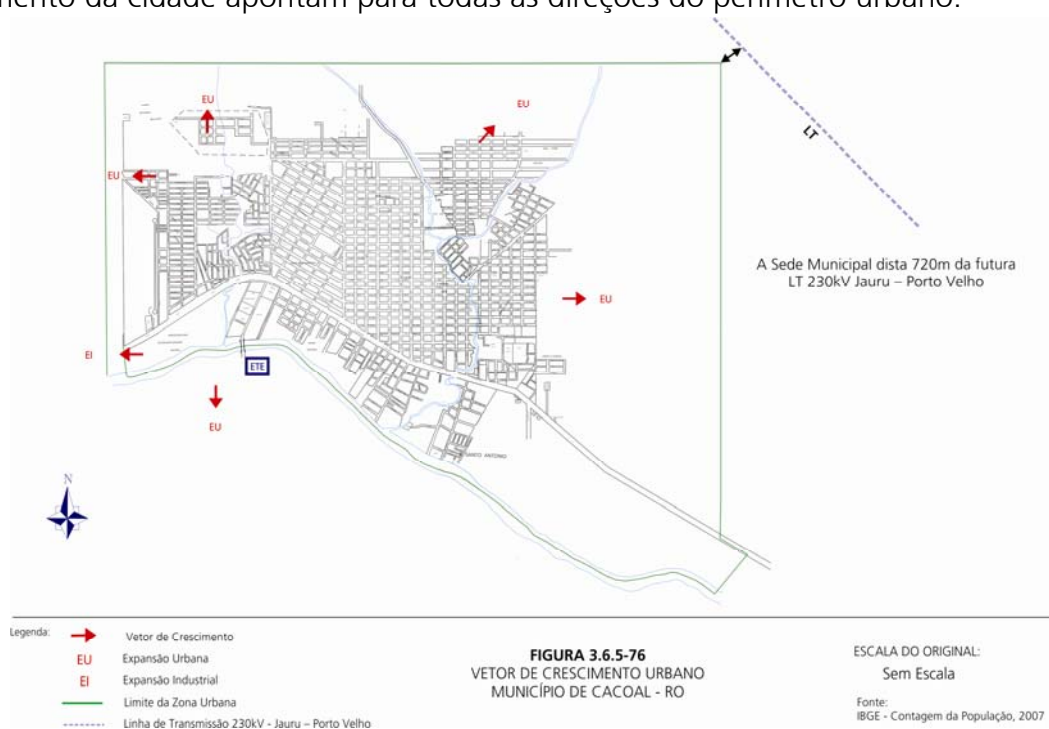


No município de **Pimenta Bueno (RO)**, a LT deverá atravessar área rural, a 5,4km da sede, ao norte da BR-364, apresentando paralelismo com essa rodovia (**Figura 3.6.5-75**). A área rural do município é dividida em setores; de acordo com esse mapeamento, a LT cruzará os Setores Tatu, Barão de Melgaço e Urucumacua, que são delimitados nos Projetos Integrados de Colonização (PIC) do INCRA, iniciados em 1969. O vetor geral de crescimento da área urbana aponta para a direção nordeste, entre o rio Comemoração e a BR-364.

Uma das consequências da falta de alternativa habitacional tem proporcionado a ocupação irregular e inadequada do solo urbano e a degradação ambiental. Cada vez mais, os loteamentos irregulares e as ocupações informais vêm se concretizando no município, onde surgiram os loteamentos denominados de Setor 05, 06, 08, Chacareiros e Bela Vista. Na maior parte desses loteamentos, as famílias estão assentadas, justamente, nas áreas ambientais mais frágeis.

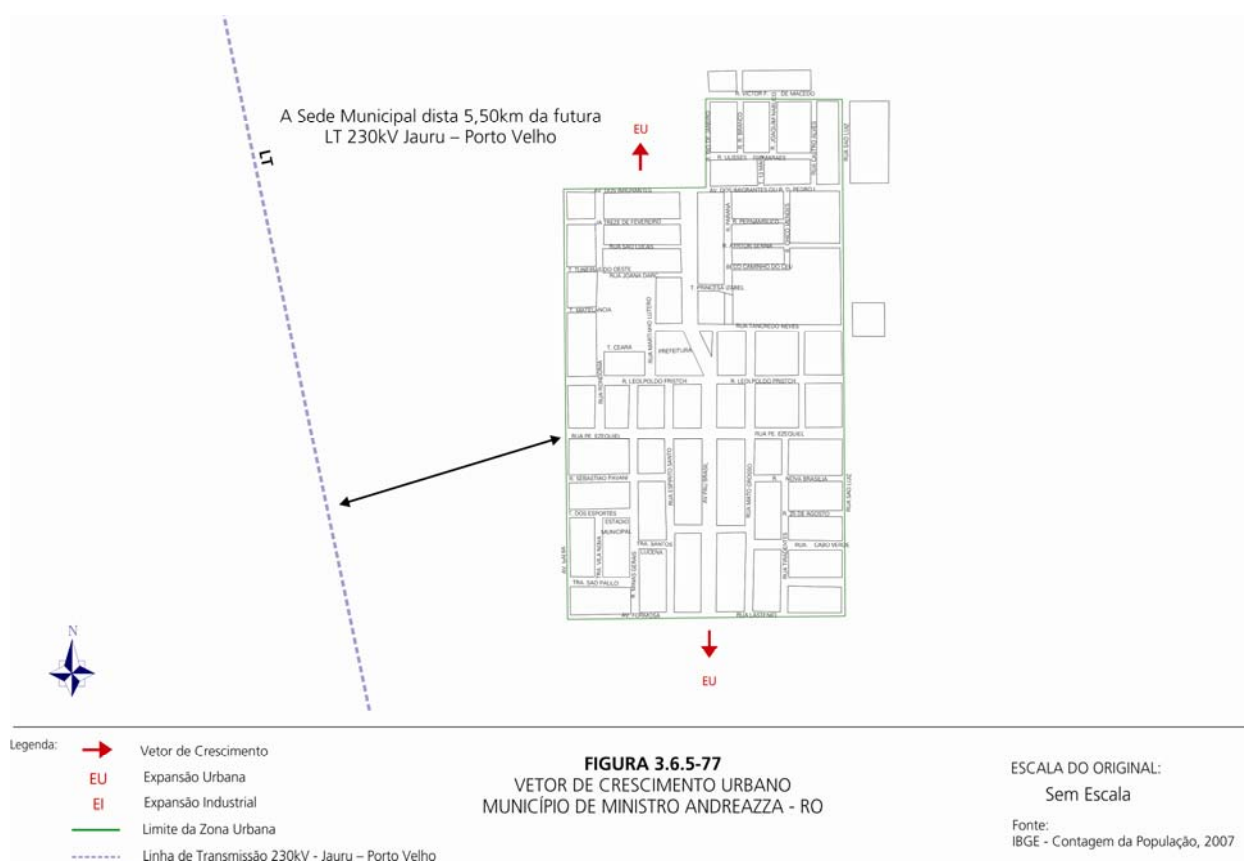


Em **Cacoal (RO)**, o empreendimento deverá se localizar parte em área rural e parte entre as linhas<sup>31</sup> 8 e 9, que são próximas ao perímetro urbano de Cacoal, a cerca de 700m, em áreas destinadas à expansão (**Figura 3.6.5-76**). No entorno da cidade, existem áreas de produção de hortifrutigranjeiros que poderão ser atravessadas pela futura LT. Os vetores de crescimento da cidade apontam para todas as direções do perímetro urbano.



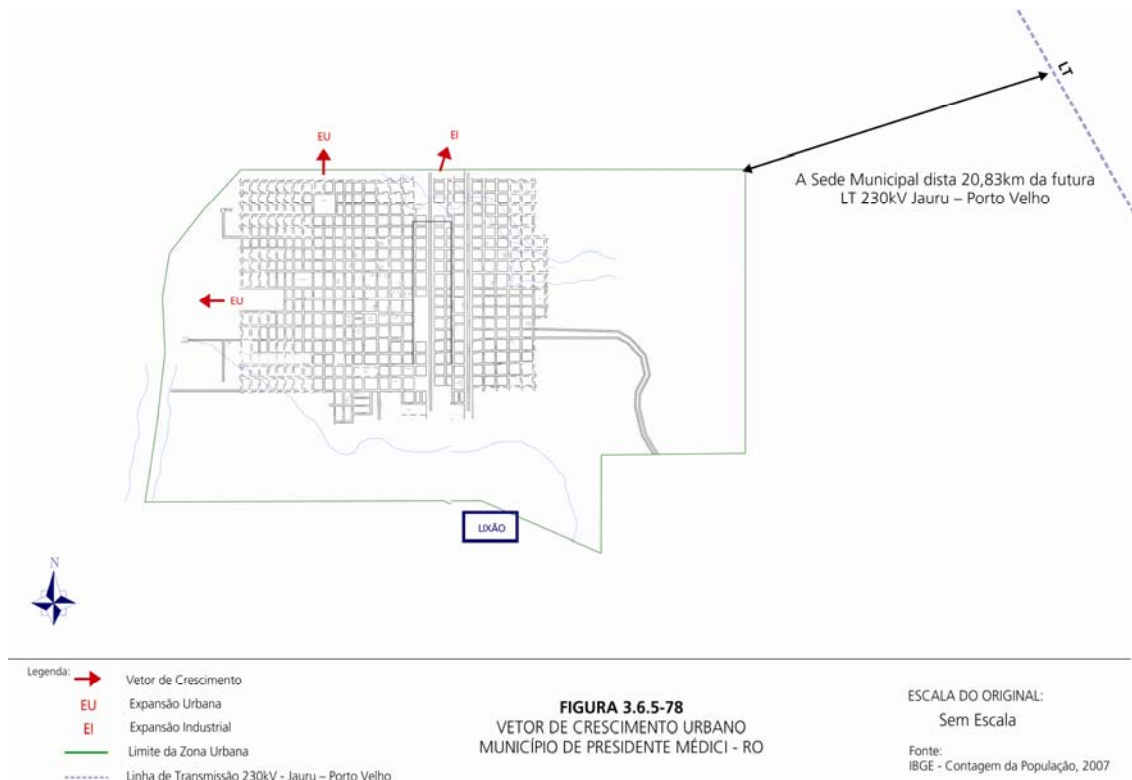
<sup>31</sup> Linhas são as divisões urbanas e rurais originais da cidade. Grande parte dos municípios do Estado de Rondônia seguiu a política fundiária de distribuição de lotes de formato retangular, promovida pelo INCRA, destinados à produção agropecuária familiar. Para viabilizar o maior número possível de assentamentos, o planejamento da ocupação da região ocorreu a partir de linhas de penetração retílineas, que ignoravam os acidentes do terreno, como relevo e hidrografia.

A futura LT deverá atravessar a área rural do município de **Ministro Andreazza (RO)**, a 5,5km a oeste da sede municipal (**Figura 3.6.5-77**). Os vetores de crescimento urbano estão voltados para o norte e o sul da cidade. Ao sul, cresce a área do entorno da Universidade e das madeireiras; ao norte, o crescimento se dá a partir da Avenida dos Imigrantes.

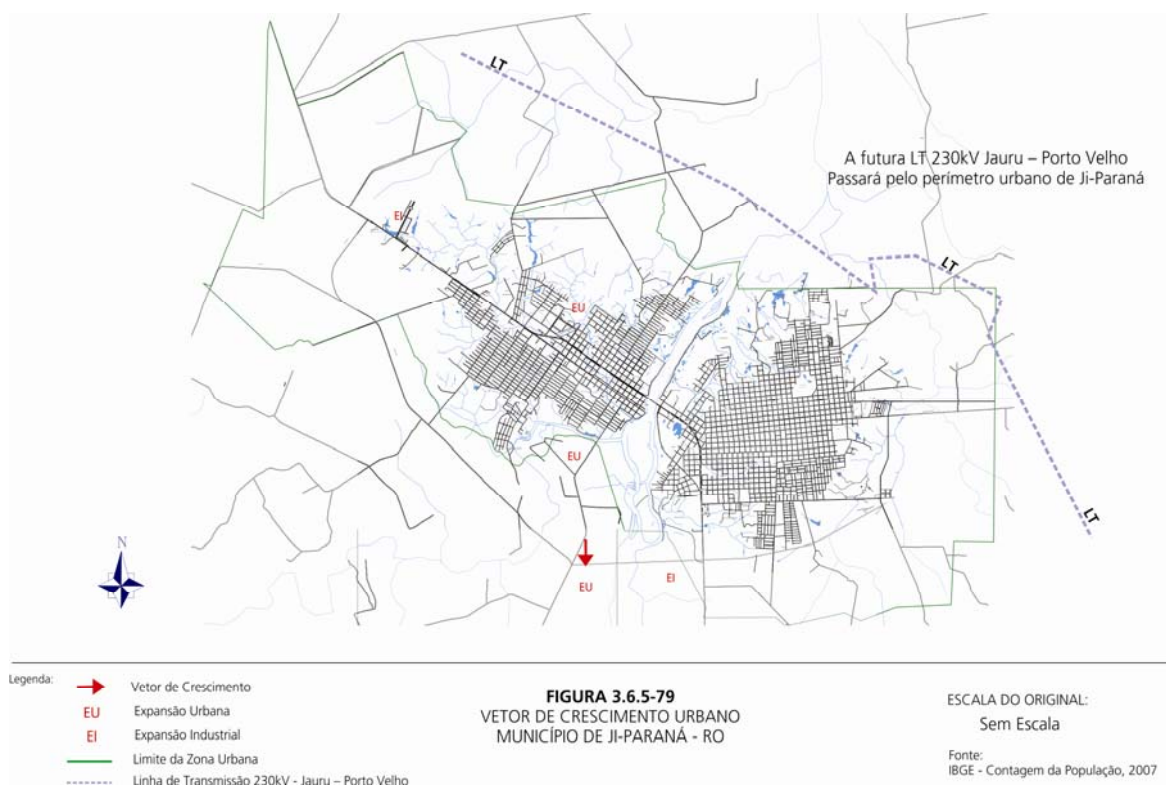


Em **Presidente Médici (RO)**, a LT deverá atravessar a área rural, na região de Riachuelo, distante cerca de 21km da sede municipal (**Figura 3.6.5-78**). A área urbana cresce às margens da BR-364, sendo o centro comercial localizado dos dois lados dessa rodovia. A cidade foi planejada para crescer para oeste, onde se concentram, de fato, 2/3 de sua malha urbana.

Por se tratar de uma pequena economia de serviços, pela proximidade com os municípios de Ji-Paraná e Cacoal, e devido ao baixo crescimento demográfico da área urbana, não existem conflitos e crescimento desordenado no uso do solo urbano. No entanto, a cidade já começa a apresentar certas limitações de crescimento a oeste, pela proximidade do rio Machado e, a leste, por acidentes topográficos.

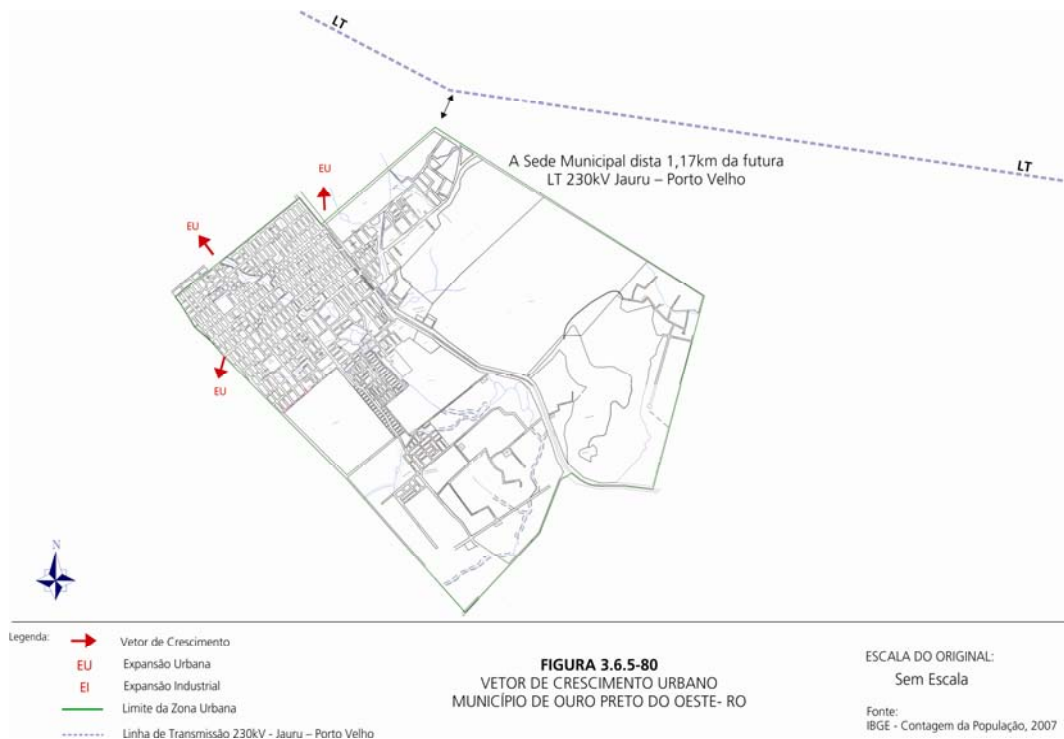


Em **Ji-Paraná (RO)**, a futura LT deverá passar na área rural e num pequeno segmento dentro do limite do perímetro urbano, no bairro Boa Esperança (**Figura 3.6.5-79**). De acordo com informações obtidas na Prefeitura, a tendência de expansão da malha urbana é em direção ao sul, onde se localiza o 3º Distrito, e, um pouco, ao norte.

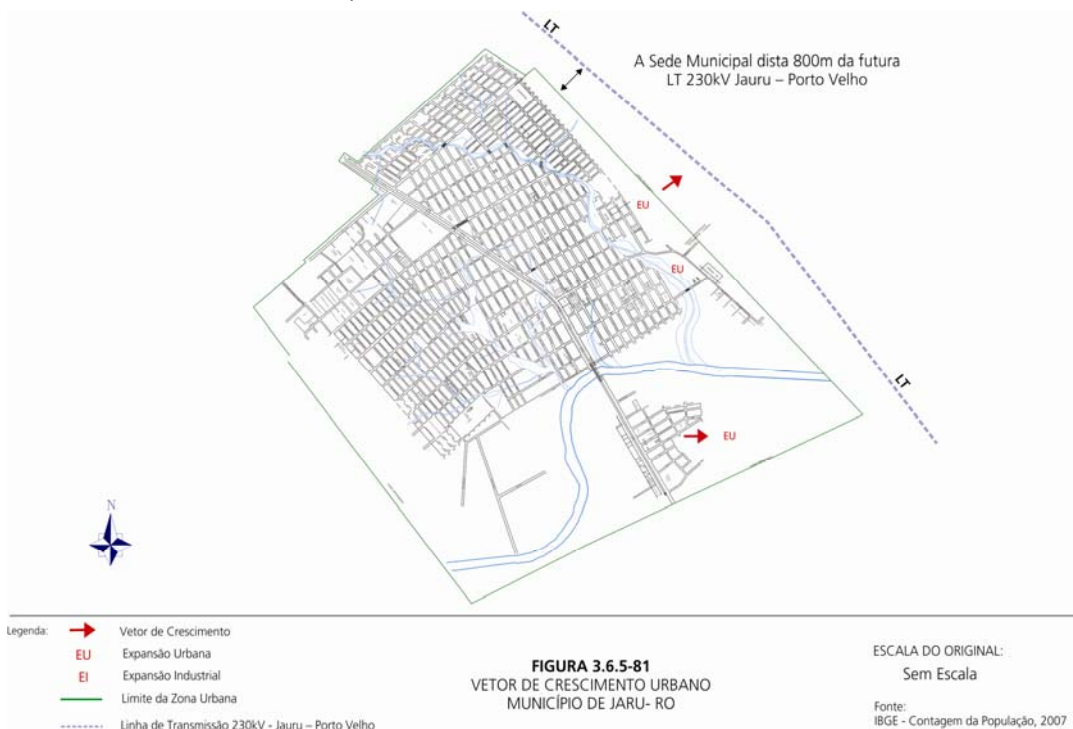




No município de **Ouro Preto do Oeste (RO)**, a LT deverá passar no Distrito Industrial, a cerca de 1km de distância da sede (**Figura 3.6.5-80**). A cidade cresce para as direções norte, noroeste e sudoeste do perímetro urbano, de acordo com informações obtidas na Prefeitura.



Em **Jaru (RO)**, a futura LT deverá cortar área definida como rural, embora próxima da área urbana do município (800m de distância da sede) (**Figura 3.6.5-81**). De acordo com informações obtidas na Prefeitura de Jaru, o perímetro urbano encontra-se saturado pela incorporação de novos loteamentos. O vetor de crescimento se dá, principalmente, a nordeste e a sudeste do município.

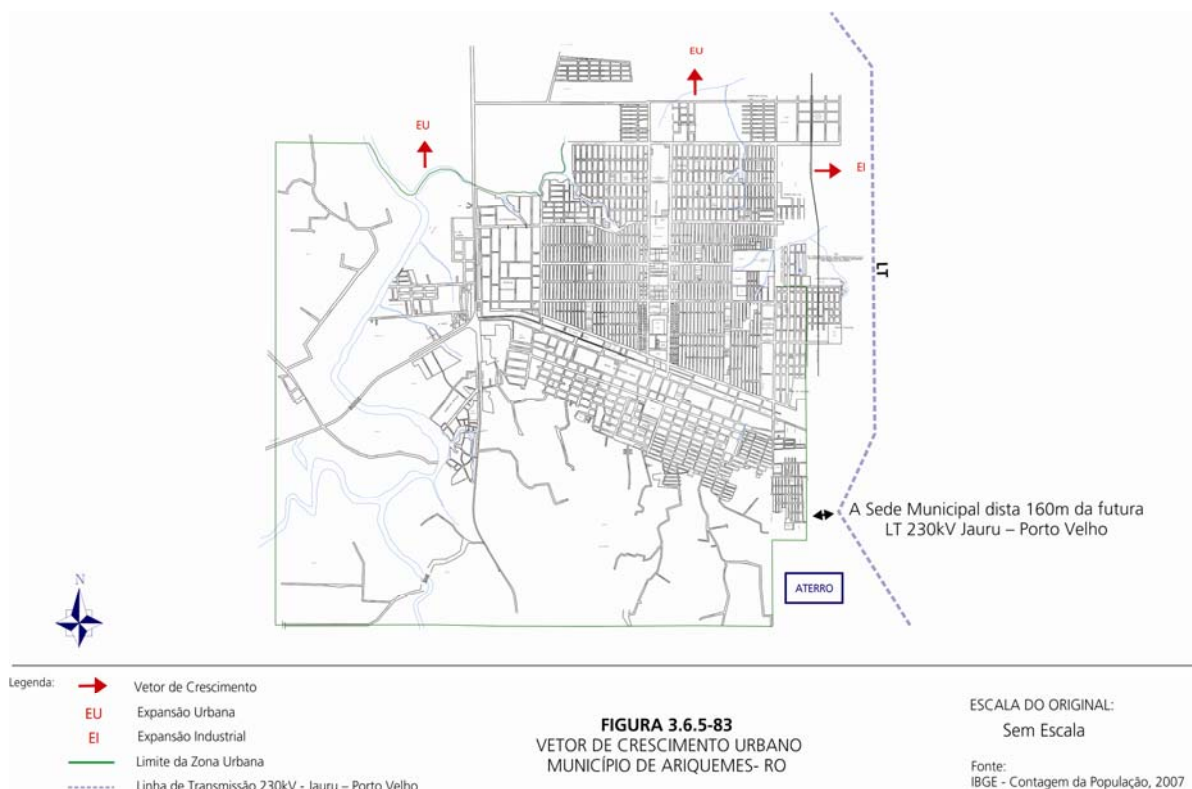


Em **Theobroma (RO)**, a LT deverá atravessar área rural, a cerca de 22km da sede, na localidade de Santa Luzia, que fica bem próxima à BR-364, no limite de Theobroma com o município de Jaru (**Figura 3.6.5-82**). O vetor de crescimento da cidade é na direção sudeste, onde há tendência de implantação de novos loteamentos.

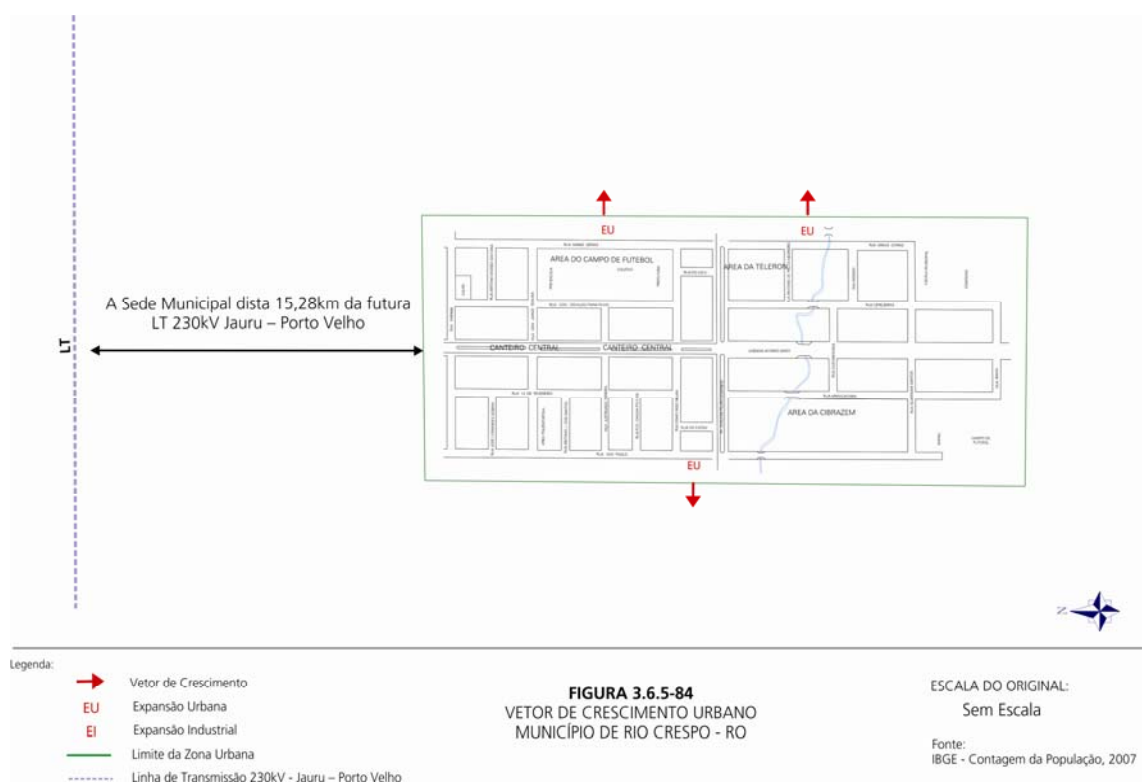


No município de **Ariquemes (RO)**, o empreendimento deverá passar pela zona rural e se aproximará do perímetro urbano (160m), em área não loteada (Setor 6 e Zona Especial), próximo ao aterro da cidade (**Figura 3.6.5-83**). A sede encontra-se em franca expansão, de acordo com informações obtidas na Prefeitura.

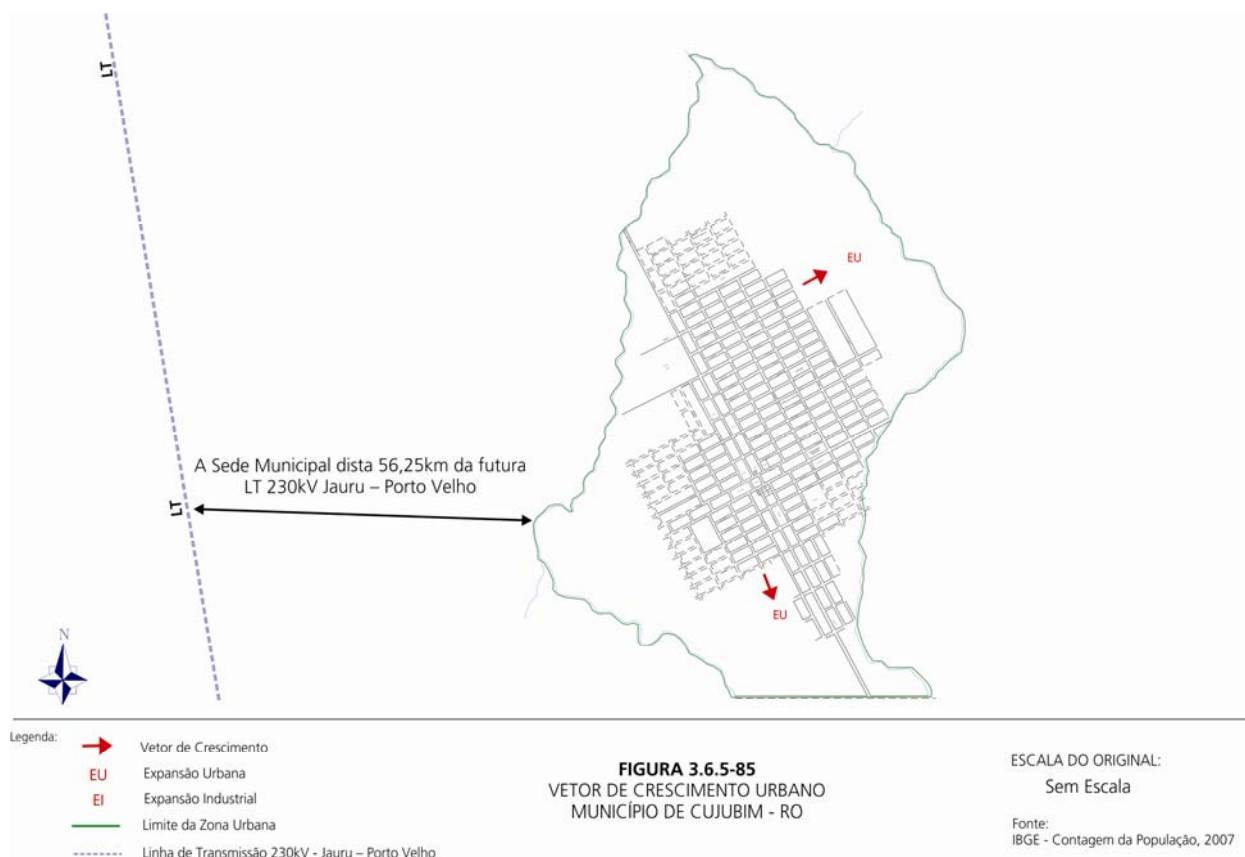
Há muitas obras de urbanização, construção de novas praças e parques, motivando as pessoas e empresas a investir no município. Assiste-se também à modernização das vias urbanas, com a construção de rotatórias e orientação para ciclistas e pedestres. Os principais vetores de expansão estão na direção norte e leste da cidade.



A LT deverá passar em área rural em **Rio Crespo (RO)**, a 15,3km da sede, próximo à BR-364 (**Figura 3.6.5-84**). Deverá cruzar várias linhas originárias do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra, com propriedades de médio porte (42 alqueires), e cruzar a estrada de acesso à cidade de Rio Crespo (Linha C-85). A expansão da malha urbana se dá em duas direções: leste, onde já há novas construções surgindo, e oeste, depois da Rua São Paulo, onde há terras "limpas".



Em **Cujubim (RO)**, a LT deverá passar próximo e paralelamente à BR-364, em área rural do município, distante cerca de 56km da sede municipal (**Figura 3.6.5-85**). De acordo com informações obtidas em campo, a área urbana se expande em direção nordeste e sudeste, com a implantação de novos loteamentos.

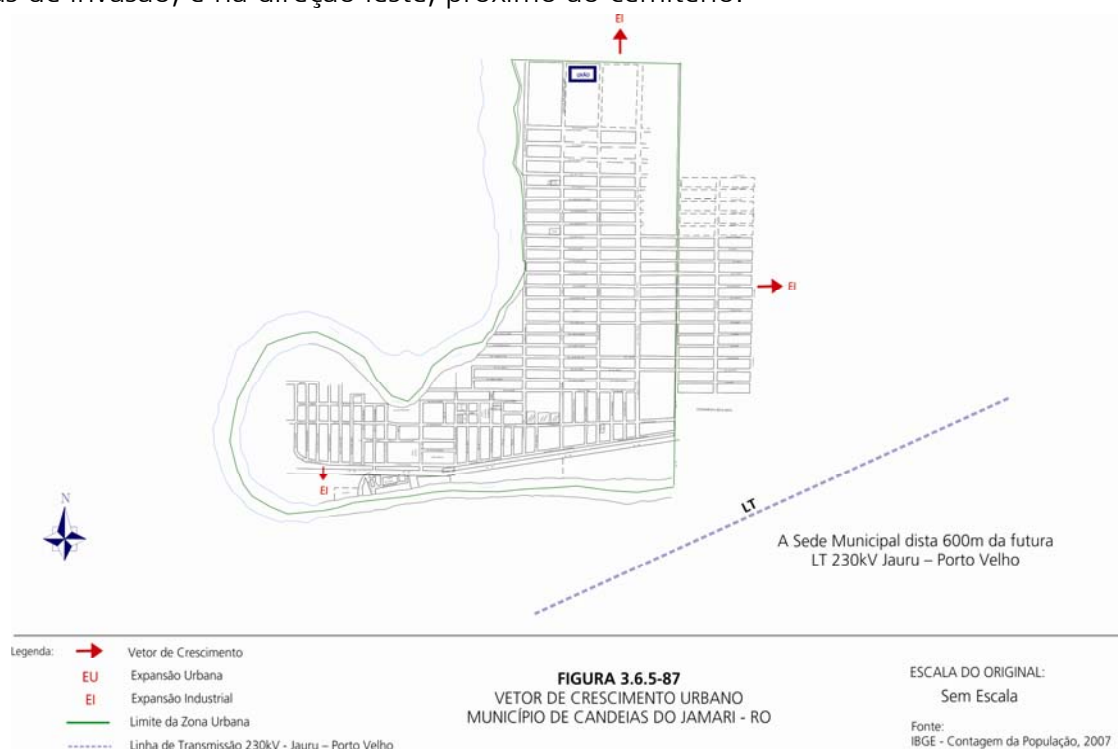


Em **Itapuã do Oeste (RO)**, o traçado da LT deverá atravessar a área urbana, no limite oeste da cidade, passando paralelamente à BR-364 e a outra LT existente (**Figura 3.6.5-86**).

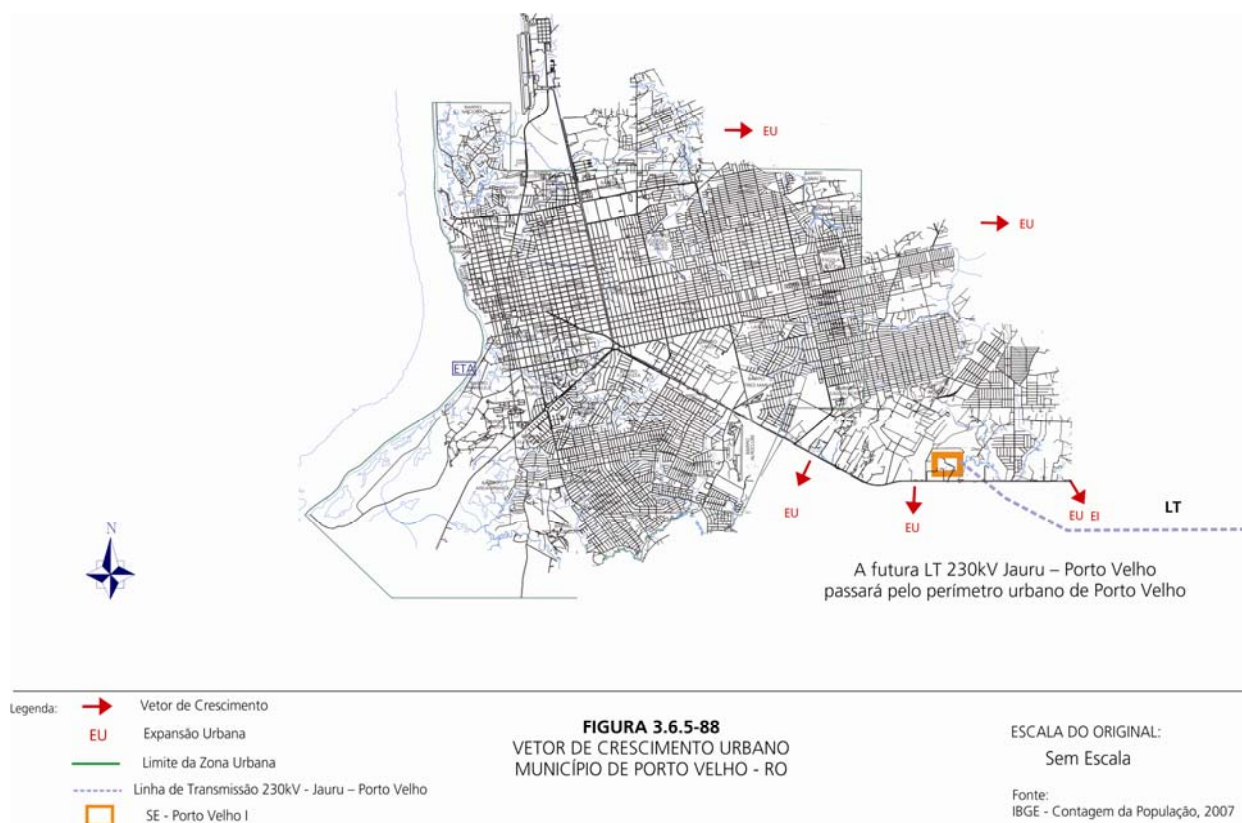
Segundo informações obtidas em campo, a cidade está reaproveitando os terrenos para reforma e expansão. O maior vetor de crescimento está na direção norte, nas proximidades do Quartel. Há ainda crescimento ao sul e a nordeste da malha urbana.



Em **Candeias do Jamari (RO)**, o traçado da futura LT segue, em área rural, junto à BR-364, e paralelo a outra LT, distante 600m da sede (**Figura 3.6.5-87**). De acordo com informações obtidas na Prefeitura, as áreas de expansão urbana se dão: na direção sul, onde estão sendo implantados cerca de 1.900 lotes; na direção norte, onde se identificam áreas de invasão; e na direção leste, próximo ao cemitério.



Em **Porto Velho (RO)**, a Subestação de mesmo nome está inserida ao sul da zona urbana, às margens da BR-364. Parte da futura LT deverá cruzar o perímetro urbano desse município, que foi recentemente ampliado em 2km, paralelamente à rodovia, abarcando o loteamento residencial (Bairro Novo), e o Distrito Industrial em expansão (**Figura 3.6.5-88**). De acordo com o Zoneamento do Plano Diretor de Porto Velho (Lei nº 311/2008), essa região corresponde à Zona Residencial de Baixa Densidade (ZR1). O restante do traçado da LT, que segue em direção a Candeias do Jamari (RO), encontra-se na Macrozona Rural do município. Os vetores de crescimento da cidade encontram-se principalmente nas direções sul e leste.



### c. Caracterização da Paisagem nos Trechos de Travessia de Rios

Neste tópico, é caracterizada a paisagem nos trechos de travessia dos principais rios navegáveis ao longo dos 989km do traçado da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Contudo, cabe ressaltar que esses rios são navegáveis somente por pequenas embarcações, tais como canoas e voadeiras – barcos com motor “rabeta” –, em virtude da baixa profundidade, e da presença de corredeiras, cachoeiras e pedras afloradas em seu leito, o que dificulta a navegação desses pequenos barcos, principalmente na época da seca na bacia amazônica, entre os meses de junho e agosto. Nesse sentido, deverão ocorrer algumas travessias de rios navegáveis (**Quadro 3.6.5-85**), sendo as mais importantes as dos rios Guaporé, Pindaituba, Ávila, Comemoração, Riozinho, Ji-Paraná (ou Machado), Boa

Vista, Jaru, Branco, Duas Nações, Jamari e Candeias. Para a caracterização dessas travessias, foram utilizados os dados apresentados nos **itens 3.6.3 – Caracterização dos Aspectos de Meio Físico e 3.6.4 – Caracterização dos Aspectos do Meio Biótico**.

No limite municipal entre Vale de São Domingos (MT) e Pontes e Lacerda (MT), a futura LT deverá atravessar o rio Guaporé (Km 31,40) (**Foto 3.6.5-211**), a jusante do barramento da UHE Guaporé (**Foto 3.6.5-212**). A unidade de relevo em que essa travessia está inserida foi denominada de Morro e Morrotes e apresenta um relevo ondulado (**subitem 3.6.3.5 – Geomorfologia e Geotecnia**). Esse tipo de relevo diminui a visibilidade da LT. Nesse trecho, a paisagem é composta por uma cobertura vegetal formada por duas fitofisionomias: Floresta Estacional Semidecidual e Pastagem (**subitem 3.6.4.2 – Caracterização dos Ecossistemas**). As pastagens para criação de gado para corte predominam na paisagem.

A travessia do rio Pindaituba (Km 65), no município de Pontes de Lacerda, está inserida na unidade de relevo Planícies Fluviais, que é composta por terrenos relativamente planos, junto aos rios e sujeitos periodicamente a inundações. Tal relevo possibilitará uma visibilidade maior das torres e da LT. A cobertura vegetal, nessa travessia, é caracterizada por duas fitofisionomias: Savana Arborizada (Cerrado) e Floresta Aluvial.

No município de Vilhena (RO), o rio Ávila deverá ser atravessado pela LT (Km 376,90) (**Foto 3.6.5-213**), próximo à Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cachoeira, cujo acesso situa-se na altura do Km 64 da Rodovia BR-364. Essa travessia estará localizada na unidade de relevo denominada Colinas Médias que é composta por topos com feições que variam de convexas a planas. Essa área apresenta uma visibilidade para as instalações da futura LT que pode ser considerada média se comparada às demais feições das Áreas de Influência do empreendimento. No local, observam-se algumas benfeitorias dessa PCH, como alojamentos de funcionários e área de lazer. Em relação à cobertura vegetal, a travessia do rio Ávila é caracterizada pela presença de duas fitofisionomias: Savana Arborizada (Cerrado) e Pastagem.

No município de Pimenta Bueno (RO), a LT deverá cruzar o rio Comemoração (Km 488) (**Foto 3.6.5-214**) num trecho cuja paisagem apresenta um relevo quase plano com interflúvios tabulares e o rio de fundo plano, sobre a área mapeada como unidade de relevo denominada Superfícies Aplainadas. Esse tipo de relevo pode acentuar a visibilidade das estruturas (torres e cabos) da futura LT. O uso predominante na área é para atividade pecuária, em ambas as margens do rio Comemoração. Além da Pastagem, outra fitofisionomia que caracteriza a cobertura vegetal nesse trecho de travessia é a Savana Arborizada (Cerrado).

Em Cacoal (RO), a futura LT deverá atravessar o rio Riozinho (Km 527,7) em trechos cuja paisagem apresenta a unidade de relevo denominada Colinas Amplas, de topos extensos e aplainados. A cobertura vegetal predominante nas terras desse trecho é a Pastagem.

Próximo ao Km 627, a LT deverá atravessar o rio Ji-Paraná (ou Rio Machado) (**Foto 3.6.5-215**), com cerca de 500m de largura, no município de mesmo nome, no Estado de Rondônia. Essa travessia será feita em área de relevo de Planícies Fluviais, paisagem que também possibilita uma visualização das estruturas da futura LT. A vegetação na travessia do rio Ji-Paraná é caracterizada por duas fitofisionomias: Floresta Aluvial e Pastagem.

Em Ouro Preto do Oeste (RO) e Jaru (RO), as travessias dos rios Boa Vista (Km 652) e Jaru (Km 703,55) (**Foto 3.6.5-216**) deverão ocorrer em paisagem onde predomina a unidade de relevo de Colinas Amplas, situação semelhante à observada na travessia do rio Riozinho, em Cacoal. A paisagem nas imediações das travessias dos dois rios é composta predominantemente por Pastagem. No trecho de travessia do rio Jaru, também compõem a cobertura vegetal as fitofisionomias de Mata de Galeria e Floresta Ombrófila Densa com Dossel Emergente, e, no trecho de travessia do rio Boa Vista, Floresta Aluvial e Floresta Ombrófila Aberta.

Em Ariquemes (RO), a futura LT deverá cruzar o rio Branco (Km 795,6), numa área onde se observa a unidade de relevo Planícies Fluviais, em paisagens semelhantes às verificadas nas travessias dos rios Pindaituba e Ji-Paraná (ou Machado). Nesse trecho de travessia do rio Branco, além do predomínio de Pastagem, a outra fitofisionomia de cobertura vegetal que compõe a paisagem é a Floresta Aluvial.

Em Itapuã do Oeste (RO), a futura LT deverá atravessar os rios Duas Nações (Km 844,6) (**Foto 3.6.5-217**) e Jamari (Km 888) (**Foto 3.6.5-218**), em áreas formadas por remanso da Usina Hidrelétrica de Samuel. O relevo é de Colinas Amplas, em uma paisagem onde a visibilidade das estruturas da futura LT será maior se comparada com as demais travessias. A cobertura vegetal nas duas travessias de rios é caracterizada por duas fitofisionomias: Floresta Ombrófila Aberta e Pastagem.

No município de Candeias do Jamari (RO), deverá ocorrer a travessia do rio Candeias (Km 975,2) (**Foto 3.6.5-219**), próximo à área urbana, num trecho onde se observam áreas de pastagens sobre relevo de Colinas Amplas. As características quanto à visibilidade futura das estruturas da LT são semelhantes às verificadas nas travessias dos rios Duas Nações e Jamari. A vegetação nesse trecho é caracterizada por duas fitofisionomias: Floresta Ombrófila Aberta e Vegetação Secundária.



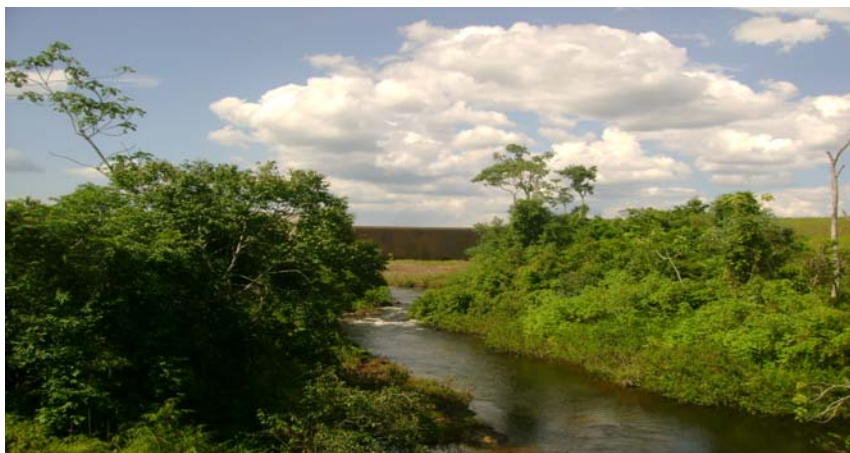
**Quadro 3.6.5-85 – Principais travessias de rios, córregos e igarapés – (1/2)**

Coordenadas		Fuso	Descrição	Km	Município
E	N				
301536	8303084	21	Córrego Fortuna	5,40	Jauru (MT)
295577	8314217	21	Córrego Irará ou São Francisco	17,40	Vale de São Domingos (MT)
291539	9321353	21	Córrego Palmital	25,60	Vale de São Domingos (MT)
288485	8326230	21	Rio Guaporé	31,40	Vale de São Domingos (MT)
275971	8357436	21	Rio Pindaituba	65,00	Pontes e Lacerda (MT)
266759	8370131	21	Rio Juruena	80,80	Conquista d'Oeste (MT)
260803	8378366	21	Córrego do Atoleiro	91,00	Conquista d'Oeste (MT)
252064	8390334	21	Rio Sararé	105,85	Conquista d'Oeste (MT)
199654	8493782	21	Rio Juininha	228,10	Comodoro (MT)
198589	8495102	21	Ribeirão Prata	229,90	Comodoro (MT)
188112	8521075	21	Rio Piolho	258,60	Comodoro (MT)
187277	8525865	21	Rio Pardo	262,55	Comodoro (MT)
182966	8546801	21	Córrego Mutum	285,00	Comodoro (MT)
823104	8559857	20	Rio Doze de Outubro	301,80	Comodoro (MT)
810245	8576140	20	Igarapé Piracolina	322,55	Vilhena (RO)
808737	8578039	20	Igarapé Piracolina	325,00	Vilhena (RO)
780419	8612177	20	Igarapé Estiva	370,00	Vilhena (RO)
775199	8616733	20	Rio Ávila	376,90	Vilhena (RO)
769790	8619590	20	Igarapé Tenente Melo	383,00	Vilhena (RO)
764933	8622970	20	Igarapé Bom Jesus	389,00	Vilhena (RO)
760694	8625941	20	Igarapé Ana Maria	394,15	Vilhena (RO)
758061	8630921	20	Igarapé Quilômetro Oitenta	399,85	Vilhena (RO)
752784	8642136	20	Igarapé Canário	412,20	Vilhena (RO)
749127	8649842	20	Igarapé Quebra-Pau	420,80	Pimenta Bueno (RO)
742716	8663398	20	Igarapé São Sebastião	435,80	Pimenta Bueno (RO)
731898	8671925	20	Igarapé Melgacinho	450,50	Pimenta Bueno (RO)
729409	8673076	20	Açude (Igarapé Melgacinho)	453,15	Pimenta Bueno (RO)
725047	8676745	20	Igarapé Casa Branca	459,15	Pimenta Bueno (RO)
712819	8702675	20	Rio Comemoração	488,00	Pimenta Bueno (RO)
707699	8709306	20	Igarapé Urumam	496,70	Pimenta Bueno (RO)
684671	8728203	20	Rio Riozinho	527,65	Cacoal (RO)
655006	8760770	20	Rio Branco e Açude	571,90	Ministro Andreazza (RO)
635980	8781489	20	Ribeirão Riachuelo	600,10	Presidente Médici (RO)
630785	8787220	20	Igarapé Cachoeirinha	607,90	JI-Paraná (RO)
623175	8797279	20	Igarapé Nazaré	620,70	JI-Paraná (RO)
622231	8798706	20	Igarapé Nazaré	622,35	JI-Paraná (RO)
621228	8799555	20	Igarapé Nazaré	623,80	JI-Paraná (RO)

**Quadro 3.6.5-85** – Principais travessias de rios, córregos e igarapés – (2/2)

Coordenadas		Fuso	Descrição	Km	Município
E	N				
619177	8800871	20	Rio Ji-Paraná (MD)	627,00	Ji-Paraná (RO)
618953	8801112	20	Rio Ji-Paraná (ME)	627,40	Ji-Paraná (RO)
612484	8804591	20	Igarapé dos Dez	634,80	Ji-Paraná (RO)
609399	8806136	20	Igarapé Dois de Abril	638,24	Ji-Paraná (RO)
606301	8807583	20	Igarapé do Miolo	641,65	Ji-Paraná (RO)
597193	8812288	20	Rio Boa Vista	652,00	Outro Preto do Oeste (RO)
574640	8825548	20	Igarapé do Paraíso	679,00	Outro Preto do Oeste (RO)
566744	8836643	20	Igarapé São João	692,85	Jaru (RO)
561295	8845881	20	Rio Jaru	703,55	Jaru (RO)
527784	8869096	20	Rio Quatro Cachoeiras	744,75	Ariquemes (RO)
527486	8869282	20	Rio Quatro Cachoeiras	745,10	Ariquemes (RO)
527137	8869504	20	Rio Quatro Cachoeiras	745,50	Ariquemes (RO)
526169	8870158	20	Rio Quatro Cachoeiras	746,70	Ariquemes (RO)
522758	8874358	20	Rio Valha-me Deus	752,15	Ariquemes (RO)
499803	8907702	20	Rio Branco	795,55	Ariquemes (RO)
500185	8911711	20	Rio Madalena	799,55	Ariquemes (RO)
500270	8912780	20	Igarapé Jacaré	800,60	Ariquemes (RO)
493541	8927747	20	Igarapé Santo Amaro	818,45	Rio Crespo (RO)
493092	8936183	20	Igarapé Taboca Branca	827,00	Itapuã do Oeste (RO)
492513	8946402	20	Igarapé Boca Queimada	837,30	Itapuã do Oeste (RO)
489726	8953037	20	Rio Duas Nações	844,55	Itapuã do Oeste (RO)
470441	8987737	20	Rio Jamari	888,00	Itapuã do Oeste (RO)
463665	8996261	20	Afluente do rio Jamari	900,50	Itapuã do Oeste (RO)
458219	8995944	20	Igarapé São Marcos	906,15	Itapuã do Oeste (RO)
446291	9030578	20	Rio Novo	950,30	Candeias do Jamari (RO)
432413	9026271	20	Igarapé Trinta e Cinco	965,40	Candeias do Jamari (RO)
424003	9025511	20	Rio Preto	973,90	Candeias do Jamari (RO)
422769	9025399	20	Rio Candeias	975,15	Candeias do Jamari (RO)

**Fonte:** Biodinâmica. Pesquisa de campo. 2010.



**Foto 3.6.5-211** – Rio Guaporé.

Município: Vale de São Domingos (MT)

Coord: UTM/SAD-69 F21S

288.485 E / 8.326.230 N

**Foto 3.6.5-212** – Rio Guaporé (Reservatório da UHE Guaporé).

Município: Vale de São Domingos

Coord: UTM/SAD-69 F21S

288.485 E / 8.326.230 N



**Foto 3.6.5-213** – Rio Ávila.

Município: Vilhena (RO)

Coord: UTM/SAD-69 F20S

775.199 E / 8.616.733 N





**Foto 3.6.5-214** – Rio Comemoração ou Pimenta Bueno.

Município: Pimenta Bueno (RO)

Coord: UTM/SAD-69 F20S  
712.819 E / 8.702.675 N

**Foto 3.6.5-215** – Rio Ji-Paraná ou Machado.

Município: Ji-Paraná (RO)

Coord: UTM/SAD-69 F20S  
619.177 E / 8.800.871 N



**Foto 3.6.5-216** – Rio Jaru

Município: Jaru (RO)

Coord: UTM/SAD-69  
F20S

561.295 E / 8.485.881 N





**Foto 3.6.5-217** – Rio  
Duas Nações

Município: Itapuã do  
Oeste (RO)

Coord: UTM/SAD-69 F20S  
489.726 E / 8.953.037 N

**Foto 3.6.5-218** – Rio Jamari

Município: Itapuã do Oeste  
(RO)

Coord: UTM/SAD-69 F20S  
470.441 E / 8.987.737 N



**Foto 3.6.5-219** – Rio  
Candeias

Município: Candeias do  
Jamari (RO)

Coord: UTM/SAD-69  
F20S

470.441 E / 8.987.737 N



#### **d. Projetos, Planos e Programas na Região – AII/AID**

A partir das pesquisas de campo realizadas nos municípios da AII e localidades da AID e de consultas a *sites* dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e do IBAMA, foram levantados os Projetos, Planos e Programas (governamentais e privados), em execução ou previstos na região de inserção da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, conforme descrito a seguir. Vale ressaltar que alguns importantes projetos, de abrangência regional, já foram descritos no **tópico b – Interferências no Uso e Ocupação do Solo no Contexto dos ZEEs e demais instrumentos de Gestão Territorial dos Estados de Mato Grosso e Rondônia (subitem 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos – AAR)**.

##### **(1) Projetos Públicos e Privados de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico na Região que Exigem Licenciamento Ambiental – AII**

A instalação de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras deve, por lei, ser objeto de licenciamento ambiental, compartilhado entre os órgãos estaduais de Meio Ambiente e IBAMA, como partes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Foram identificados, em parte através do *site* do IBAMA, e, complementamente, por outras fontes de consulta, os empreendimentos que estão em fase de estudos ou implantação nos municípios da AII, em processo de licenciamento por esse órgão, conforme apresentado no **Quadro 3.6.5-86**, a seguir.

**Quadro 3.6.5-86 – Projetos em licenciamento na região do empreendimento**

<b>Tipo de empreendimento</b>	<b>Empreendedor</b>	<b>Estados atravessados</b>	<b>Municípios da AII atravessados (da LT em estudo)</b>	<b>Situação do licenciamento</b>
<b>Linha de Transmissão (LT)</b>				
LT 600kV Coletora CC Porto Velho – Araraquara 2, Nº 2 e demais instalações associadas	Norte Brasil e Estação Transmissora	RO, MT, GO, MG, SP	Jauru (MT), Pontes e Lacerda (MT), Jarú (RO), Ariquemes (RO), Candeias do Jamali (RO), Porto Velho (RO), Chupinguaia (RO), Presidente Médici (RO), Comodoro (MT), Nova Lacerda (MT) e Vale de São Domingos (MT)	Aguardando LI.
LT 600kV Coletora CC Porto Velho –Araraquara 2 nº 1 e demais instalações associadas	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	RO, MT, GO, MG, SP	Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT), Chupinguaia (RO), Pimenta Bueno (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jarú (RO) e Ariquemes (RO)	Aguardando LI.
LT 230kV Porto Velho – Rio Branco	Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	AC, RO	Porto Velho (RO)	TR emitido; em elaboração de estudo ambiental.

<b>Tipo de empreendimento</b>	<b>Empreendedor</b>	<b>Estados atravessados</b>	<b>Municípios da AII atravessados (da LT em estudo)</b>	<b>Situação do licenciamento</b>
LT 230kV Vilhena-Jauru	Jauru Transmissora de Energia S.A.	MT, RO	Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT), Vilhena (RO)	Licença de Operação emitida.
<b>Rodovias</b>				
BR-174/MT (Regularização Ambiental)	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	MT	Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT)	Em licenciamento.
BR 364 – Trecho MT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	MT	Comodoro (MT)	Processo enviado ao órgão estadual de Meio Ambiente.
BR-364 (Regularização Ambiental)	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	MT, RO	Comodoro (MT), Vilhena (RO), Chupinguaia (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO), Candeias do Jamari (RO), Porto Velho (RO)	Em licenciamento.
BR-429	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	RO	Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO)	Sem informações sobre a fase do licenciamento.
BR-421/RO Entr. BR-364 (Ariquemes) - Entr. BR-425 (Gujará-mirim)	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	RO	Ariquemes (RO)	Autorização para início das obras emitida.
BR-319 - trecho Porto Velho – Manaus (restauração e melhorias)	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	RO, AM	Porto Velho (RO)	Em licenciamento.
<b>Mineração</b>				
Mineração de níquel - Projeto Morro sem Boné	Guaporé Mineração LTDA.	MT	Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT)	Em licenciamento (requerimento de pesquisa).
Extração de cassiterita em Jamari/RO	Companhia Estanífera do Brasil	RO	Itapuã do Oeste (RO)	Licença de Operação renovada.
Mineração – Flona do Jamari – Cachoeirinha	METALMIG – Mineração Indústria e Comércio Ltda.	RO	Itapuã do Oeste (RO)	Licença de Operação (concessão de Lavra).
<b>Ferrovias</b>				
Ferrovias EF-354 Uruaçu/GO - Vilhena/RO	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	GO, MT, RO	Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT), Vilhena (RO)	Aguardando análise do Estudo de Impacto Ambiental

**Fonte:** IBAMA, 2010.

## **(2) Planos e Programas Gerais**

Os Planos e Programas Governamentais Gerais, nas esferas federal e estadual, principalmente, encontrados em toda a All ou em grande parte dela são apresentados a seguir.

### ***Programas Federais***

- Programa Bolsa Família: transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família integra o Programa Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$140 – cento e quarenta reais), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$22 e R\$200 (vinte e dois reais a duzentos reais). Possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por União, Estados e Municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades sócioeducativas. Gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil. O Governo vem trabalhando para integrar o PETI ao Programa Bolsa Família, de forma que alcance a todas as crianças que trabalham.
- Programa de Eletrificação Rural Luz Para Todos: lançado em 2003, com o desafio de acabar com a “exclusão elétrica” no País. O LUZ PARA TODOS, como é conhecido, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. O mapa da exclusão elétrica no País revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. O objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico dessas comunidades, contribuindo



para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. O Programa deve ser finalizado em 2011.

- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): série de medidas econômicas, políticas e sociais que visam estimular os setores produtivos e ao mesmo tempo levar benefícios sociais para todas as regiões do País. Maiores informações sobre o PAC são apresentadas no **tópico b – Programas e Projetos Transnacionais e Nacionais de Infraestrutura Previstos e em Implantação, subitem 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos**).
- Programa Territórios da Cidadania: lançado em 2008, tem por objetivos a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e Municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. O Território da Cidadania Madeira-Mamoré abrange uma área de 80.342,50km<sup>2</sup> e é composto por 5 municípios: Guajará-Mirim, Porto Velho, Nova Mamoré, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste. O Território da Cidadania Central abrange uma área de 31.243,30km<sup>2</sup> e é composto por 13 municípios: Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Alvorada do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Nova União, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso. Já o Território da Cidadania Vale do Jamari abrange uma área de 32.141,20km<sup>2</sup>, sendo composto por 9 municípios: Campo Novo de Rondônia, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Rio Crespo, Alto Paraíso, Buritis, Cacaupônia, Cujubim e Monte Negro.
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja): proposta de integração da educação profissional à educação básica, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora não alienante.
- Programa Brasil Alfabetizado (PBA): criado em 2003, através do Ministério da Educação (MEC), com a chancela da UNESCO, o PBA tem como público-alvo todo e qualquer cidadão analfabeto que possua 15 anos ou mais. O intuito é universalizar a educação, dando a possibilidade de todos os cidadãos terem acesso à cidadania por meio da educação. Desenvolvido em todo o território nacional, com atendimento prioritário a municípios que apresentam os piores índices relacionados à taxa de analfabetismo.
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem): articulação entre escolarização básica (Ensino Fundamental) e formação inicial para o mercado de trabalho. Vinculado às Secretarias Municipais de Assistência Social, é um programa destinado aos jovens de

15 a 29 anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, a ser concretizado por meio das seguintes modalidades, de acordo com a Lei nº 11.692/2008: ProJovem Adolescente (Serviço Socioeducativo); ProJovem Urbano; ProJovem Campo (Saberes da Terra) e ProJovem Trabalhador.

- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): instituído pela Lei nº 10.880/2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do Ensino Fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados e Municípios.
- Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância): instituído pela Resolução nº 6/2007, é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados e municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros do Governo Federal, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): criado em 1995, tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais e municipais e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.
- Salário Educação: instituído em 1964, é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública.

- Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola): ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho. Focaliza sua energia, assegura que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avalia e adequa sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. O público-alvo do PDE-Escola são as escolas públicas.
- Programa Escola Acessível: vinculado à Secretaria de Educação Especial, busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino. As escolas interessadas no repasse financeiro devem apresentar suas demandas de acessibilidade no PDE-Escola.
- Programa Escola Ativa: busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores.
- Programa BPC na Escola: ação interministerial que envolve os Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com municípios e Estados, que tem por objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, até 18 anos, por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos. A intenção é criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência.
- Projeto Sala Verde: coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. Foi identificada uma sala verde na cidade de Jauru (MT).
- Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA): tem como objetivo o estudo e a pesquisa para o desenvolvimento das ciências da educação e a realização de ações efetivas para a melhoria da qualidade do ensino.
- Programa Pró-Letramento (Mobilização pela Qualidade da Educação): programa de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática. É realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos Estados e Municípios.

- Plano de Ações Articuladas (PAR) Nambikwara: discussão da política indígena e formação de professores no município de Comodoro (MT).
- Seminários com Educação Inclusiva (MEC): voltado para profissionais da educação.
- Programa de Atendimento Psicológico: estratégias de metodologia para trabalho com alunos com deficiência em aprendizagem.
- Programas de Avaliação: olimpíadas de matemática, português e geografia.
- Programa Pró Funcionário: capacitação para funcionários de apoio.
- Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO): vinculado ao Ministério da Educação, é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), por meio do Departamento de Infraestrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, funciona de forma descentralizada, sendo que em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual do Programa, cuja atribuição principal é a de promover o uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de enriquecimento pedagógico no ensino público Fundamental e Médio.
- Programa Saúde da Família (PSF): implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde.
- Sistema de Informação de Febre Amarela e Dengue (SISFAD): base de dados informativos.
- Sistema de Informação da Tuberculose, Hanseníase, Malária, DST/AIDS: base de dados informativos.
- Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (Hiperdia): base de dados informativos.
- Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica da Malária (SIVEPMalária): base de dados informativos.
- Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB): implantado em 1998 em substituição ao Sistema de Informação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (SIPACS), pela então Coordenação da Saúde da Comunidade/Secretaria de Assistência à Saúde, hoje Departamento de Atenção Básica/Secretaria de Atenção à Saúde, em conjunto com o Departamento de Informação e Informática do SUS/Datusus/SE, para o acompanhamento das ações e dos resultados das atividades realizadas pelas equipes do Programa Saúde da Família (PSF).
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES): base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde. Propicia ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, visando auxiliar no planejamento

em saúde, em todos os níveis de governo, bem como dar maior visibilidade ao controle social a ser exercido pela população. O CNES visa disponibilizar informações das atuais condições de infraestrutura de funcionamento dos Estabelecimentos de Saúde nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

- Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET): alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória; é facultado a Estados e Municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região.
- Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC): propicia um aporte significativo de dados sobre nascidos vivos, com suas características mais importantes, como sexo, local onde ocorreu o nascimento, tipo de parto e peso ao nascer, entre outras. A base de dados nacional é gerada pelo DATASUS em cooperação com o Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI).
- Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM): oferece aos gestores de saúde, pesquisadores e entidades da sociedade informações da maior relevância para a definição de prioridades nos programas de prevenção e controle de doenças, a partir das declarações de óbito coletadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde. A base de dados nacional gerada é administrada pelo CENEPI em cooperação com o DATASUS.
- Programa de Atenção à Criança (PAC): destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica à criança.
- Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS): capacitação de agentes de saúde.
- Programa de Combate a Endemias e Zoonoses: visitas a residências para controle de endemias e zoonoses.
- Programa de Atenção Integral à Família (PAIF): destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
- Formação pela Escola: capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada, para acompanhamento dos investimentos em educação.
- Programa Escola Aberta: atende à comunidade em geral, oferecendo cursos de artesanato e de reciclagem, entre outros.
- Sanear Brasil: Programa de Saneamento Básico.
- Sistema de Informação de Inundação (API): auxílio para famílias que sofrem com inundações.

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos.
- Proteção Social Básica (PSB): tem por objetivo prevenir situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Governo Federal, operado por intermédio do CRAS e do PAIF.
- Programa Nacional de Suplemento de Ferro (PNSF): ampliação e incentivo do consumo de ferro por crianças e adolescentes.
- Vigilância em Saúde: melhoria das condições de saúde preventiva da população de baixa renda.
- Farmácia Popular: ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais.
- Sistema de Vigilância Alimentar (SISVAN): melhoria das condições alimentares da população de baixa renda.
- Programa de Educação Inclusiva: democratização do ensino e alfabetização de adultos.
- Programa de Assistência Pré-Natal: Assistência Pré-Natal. Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios.
- Programa Nacional de Controle da Hanseníase (PNCH): controle e prevenção da hanseníase. Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios.
- Programa de Ação Articulada (PAR): articulação interministerial para investimentos em Educação. Governos Federal e Estaduais.
- Educação Indígena: melhoria e ampliação da Educação Indígena. Governos Federal e Estaduais.
- Pró-Infantil: capacitação de professores para Educação Infantil. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Projeto de Financiamento em Infraestrutura Urbana (PARAURB): projetos em infraestrutura. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Habitação Popular: crédito para moradia, do Governo Federal (Caixa Econômica) em parceria com municípios.
- Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN): acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Sistema Único de Saúde (SUS). Utilização do sistema SisPrénatal, que permite o acompanhamento das gestantes, desde o início da gravidez até a consulta de puerpério, indicando os procedimentos adequados. Governo Federal, em parceria com municípios.

- Programa de Saúde do Trabalhador: prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionados ao trabalho. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Programa de Saúde do Deficiente: atendimento a deficientes físicos. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD): melhoria do atendimento médico a adolescentes. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Programa de Saúde da Criança: melhoria do atendimento médico a crianças. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Programa de Saúde da Mulher: melhoria do atendimento médico a mulheres. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Programa de Saúde do Idoso: melhoria do atendimento médico a idosos. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Saúde Mental: melhoria do atendimento médico a doentes mentais. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Programa de Saúde Bucal: veiculado ao Programa de Saúde da Família (PSF). Melhoria do atendimento dentário. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Sistema de Internação (AIH): aumento do número de leitos hospitalares. Governo Federal, em parceria com municípios.
- Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteira): vinculado à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, é voltado à integração de ações e serviços de saúde na região fronteiriça do Brasil. Instituído pela Portaria GM 1.120/2005, o SIS-Fronteira contribui para o fortalecimento dos sistemas locais de saúde dos municípios situados na fronteira do País, além de ser uma importante estratégia para uma futura integração entre os países da América Latina.
- Programa de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços: contribui para proteger e promover a saúde da população, combatendo as práticas negligentes e ilegais que expõem a população a riscos e danos que podem ser evitados, e através de atividades de fiscalização, avaliação de produtos e serviços, concessão de autorização de funcionamento de empresas, elaboração de normas técnicas, capacitação profissional e informação a população.
- Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS): proposta de ação estratégica que visa a contribuir para transformar e qualificar as práticas de saúde.
- Programa Nacional de Imunizações (PNI): coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, define normas e parâmetros técnicos para as estratégias de utilização de

imunobiológicos, com base na vigilância epidemiológica de doenças imunopreveníveis e no conhecimento técnico e científico da área.

- Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT): integrado na rede de Serviços de Saúde, é desenvolvido por intermédio de um programa unificado, executado em conjunto pelas esferas federal, estadual e municipal. Está subordinado a uma política de programação das suas ações com padrões técnicos e assistenciais bem definidos, garantindo desde a distribuição gratuita de medicamentos e outros insumos necessários até ações preventivas e de controle do agravo. Isto permite o acesso universal da população às suas ações.
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD): de iniciativa da Polícia Militar, atua na prevenção em relação a crianças do Ensino Infantil e aos adolescentes do Ensino Médio. O objetivo principal é a noção de cidadania e a prevenção às drogas entre escolares e o auxílio ao desenvolvimento de técnicas eficazes de resistência à violência.
- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI): desenvolvido pelo Ministério da Justiça, articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do programa, destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.
- Projeto Bolsa Formação: criado no âmbito do PRONASCI é destinado à qualificação profissional dos profissionais de segurança pública e justiça criminal, contribuindo em sua valorização.
- Programa Habitacional Popular – Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E): tem o objetivo de atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.
- Programa Terra Legal Amazônia: vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, visa regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais, e evitar fraudes, através do sistema de divulgação da lista de cadastrados e recepção de denúncias pela *internet*.

## **Estaduais**

### **Mato Grosso**

- Programa Agrinho: executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso (SENAR-AR/MT) desde 2004, o programa beneficia alunos do Ensino Fundamental de Mato Grosso, e é fruto de uma integração



efetiva entre Governo Estadual, Municipal e iniciativa privada. No município de Pontes e Lacerda, é acompanhado em todas as suas fases de execução pela equipe técnica do SENAR-AR/MT, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Assessoria Pedagógica. O Programa Agrinho desenvolve ações integradas entre a escola e as comunidades rural e urbana. Seu objetivo é educar, motivar e transformar, contribuindo para que as crianças e jovens do ensino público adotem atitudes positivas em relação ao meio ambiente. Promove assim mudanças de hábitos e de atitudes quanto à preservação ambiental, às boas práticas de saúde, ao trabalho e consumo, ao exercício da cidadania, de forma integrada às demais disciplinas do programa curricular. Atua com crianças e jovens professores, diretores, coordenadores pedagógicos da rede pública de ensino e, indiretamente, trabalhadores, produtores rurais e seus familiares.

- Programa Superação: busca promover a melhoria do ensino, com a conseqüente elevação do IDEB, por meio de ações integradas entre a Secretaria de Estado de Educação e as demais secretarias de Estado, órgãos governamentais e comunidade. A atuação deste programa foi identificada no município de Jauru.
- Projeto Mato Grosso Ação Digital: busca promover a inserção social através da inclusão digital à população de baixa renda, a cidadania e seu exercício através da abertura de espaços públicos com acesso à comunicação e informação proporcionada pela *internet*, e diminuir as diferenças culturais e sociais provocadas pela exclusão digital. O público-alvo é a população em geral com foco principal na população de baixa renda e comunidade escolar. Este programa foi identificado no município de Jauru.
- Projeto Semana do Mato Grosso: busca um resgate da cultura através do artesanato, comidas típicas, agricultura e o meio ambiente, junto à comunidade escolar.
- Projeto Piloto do Sistema Integrado e Gestão de Aprendizagem (SIGA): implantado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), orientado pelos Centros de Formação e Atualização e Professores (CEFAPROS), nos municípios polos. O objetivo é fazer o acompanhamento da gestão da escola e o desempenho dos alunos. Os dados coletados funcionam como um termômetro da qualidade da aprendizagem, possibilitando intervenção mais adequada às dificuldades apresentadas. O projeto piloto possibilitará ajustes e alterações antes da implantação definitiva em toda a rede estadual.

### **Rondônia**

- Programa Saberes da Terra (1º e 2º Segmento): programa executado pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), com atendimento aos jovens e adultos da área do campo. Foi identificado nos municípios de Porto Velho e Cujubim.
- Programa Gestar: qualificação profissional para professores. Municípios: Chupinguaia e Pimenta Bueno.

- Programa Mãos que Trabalham: objetivo de contribuir para a formação, conscientização e mudança de comportamento da população rural quanto à legislação trabalhista. Vinculado ao Sistema CNA/SENAR, em parceria com o Sindicato Rural de Ji-Paraná.
- Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia (PROEMCRO): criado pela Secretaria de Estado da Educação em 2005; possibilita aos estudantes da zona rural a continuação dos estudos sem interrupção a partir do 9º ano do Ensino Fundamental, beneficiando, assim, inúmeros alunos no Estado. Município: Jaru.
- Programa de Recuperação da Mata Ciliar: vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAN). Município: Jaru.
- Programas diversos direcionados aos produtores agrícolas, realizados pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON).

Programas estaduais de apoio ao desenvolvimento agropecuário:

- Programa Solo Fértil: busca incentivar o uso de calcário agrícola no solo para corrigir sua acidez. É desenvolvido mediante parceria do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social (SEAPES), que cede o calcário e o beneficiário assume o custo do transporte.
- Programa de Mecanização Agrícola (PROMECA): mecanização agrícola, piscicultura, estrada, etc.
- Programa SEMEAR: distribuição de sementes geneticamente melhoradas. É desenvolvido pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER/RO).
- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (ATER): tecnificação e aumento da produtividade do café.
- Projeto de Horticultura nas escolas e comunidades, visando à melhoria do nível nutricional.
- Projeto de Fruticultura, visando à melhoria da qualidade de vida e à redução da pressão nas florestas.
- Projeto de Piscicultura Água Viva: desenvolvimento sustentável da pesca.
- Programa de Piscicultura (PROPEIXE): política estadual de base estruturante, com a participação da Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social (SEAPES) e EMATER/RO no processo de gestão e execução, criada para fortalecer o segmento de aquicultores e piscicultores do Estado, que exploram e desejam investir na atividade de forma econômica e profissional, com a finalidade de possibilitar o beneficiamento de áreas rurais previamente selecionadas, consideradas

propícias à piscicultura, voltando suas ações para a construção e ampliação de tanques, com o intuito de potencializar a produção e estimular o setor de pescado em Rondônia.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
- Pronaf Mais Alimentos: destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano.
- Programa Fundo de Apoio à Pecuária Leiteira (PRÓ-LEITE): visa a melhorias na produtividade e na qualidade do leite, além de beneficiar os produtores de Rondônia.
- Projeto Granelização do Leite: visa à implementação do processo de granelização do leite no Estado, utilizando tanques de resfriamento de leite de uso coletivo para a elevação da qualidade do leite produzido, através da melhoria do manejo sanitário do rebanho e da ordenha, e, em especial, a conservação e condicionamento do leite. É executado pela EMATER/RO com recursos do Fundo PRÓ-LEITE.
- Projeto INSEMINAR: objetivo de difundir entre os agricultores de base familiar a biotecnologia de melhoramento genético, fortalecer o associativismo via qualificação de mão-de-obra e contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural, potencializando os sistemas de produção de leite. A iniciativa está inserida no Programa Pecuária Competitiva da SEAPES e tem o acompanhamento da EMATER/RO, sendo conduzida a partir de polos regionais com sedes em: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Colorado do Oeste.
- Projeto Manejo de Pastagem: parte integrante do Programa PROLEITE, tem como objetivo a recuperação e renovação de pastagens degradadas, visando potencializar a disponibilidade de forragem com qualidade e, conseqüentemente, o aumento da produtividade animal/ha em equilíbrio com o meio ambiente.
- Programa Sanidade Animal: campanha de vacinação contra brucelose bovina, visando à melhoria da qualidade e produtividade de pecuária.
- Programa BB-FCO Rural: utiliza recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para investimentos e custeio de mini e pequenos produtores rurais.
- Programa de Habitação Rural: visa à melhoria das condições de moradia.
- Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM): suas ações são direcionadas para o âmbito econômico e social, demonstrando às

comunidades (isoladas) beneficiadas a viabilidade e a eficácia das soluções dos problemas locais, já que os equipamentos utilizados na geração da energia fotovoltaica funcionam com base no aproveitamento da luz solar e têm de 400 a 2.500W de potência, o que tem capacidade para fazer funcionar de lâmpadas fluorescentes a televisor e micro computador. Criado pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, do Ministério da Minas e Energia, e em Rondônia coordenado pelo Governo do Estado, através da SEAPES, e pela ELETRONORTE.

### **(3) Programas em Parcerias Federais/Estaduais/Municipais e Privadas encontrados nos municípios da All**

#### **• Jauru (MT)**

- Projeto de Agricultura Familiar: incentivos à produção de cana-de-açúcar, feijão, milho e pupunha (1.000 mudas), piscicultura e hortas familiares. Parceria entre Prefeitura Municipal e Empresa Matogrossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EMPAER).
- Projeto Cooperjauru: criação de cooperativa de agricultores no município.

#### **• Vale de São Domingos (MT)**

- Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC): formação de professores na área digital. Parceria entre Prefeitura Municipal e Governos Estadual e Federal.
- Introdução à Educação Digital (IED): formação para professores e equipe de apoio na área digital. Parceria entre Prefeitura Municipal e Governos Estadual e Federal.
- Projeto Pró-Funcionário: formação profissional para equipe de apoio. Parceria entre Prefeitura Municipal e Governos Estadual e Federal.
- Programa de Segurança Pública e Guarda Municipal: capacitação do cidadão para atuar como guarda passivo (sem arma). Parceria da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado de Mato Grosso.

#### **• Pontes e Lacerda (MT)**

- Programa Ensinar é uma Arte: acompanhamento da metodologia desenvolvida por diretores e professores para o ensino da leitura e escrita.
- Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente, Indisciplinado e Infrator (FICAI): redução dos alunos faltosos e desistentes. Proposta da Promotoria de Justiça.
- Projeto Novos Horizontes: inclusão social através do esporte. Seletivo para jogos escolares regionais e estaduais.

#### **• Conquista d'Oeste (MT)**

- Projeto Haiyô – formação de professores indígenas, através de parceria entre FUNAI, Governo do Estado e Prefeitura Municipal.

- **Nova Lacerda (MT)**
  - Projeto Escola Esperança: promoção da participação das escolas municipais nos jogos regionais matrogrossenses.
  - Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC): integração da comunidade local com a escola através de atividades de teatro, dança, coral, esportes e outros.
- **Comodoro (MT)**
  - Projeto APEIARA: formação de técnico em informática, através de parceria entre Prefeitura Municipal de Comodoro e Fundação APEIARA.
  - Plano de Ações Articuladas (PAR) Campo: atividades nas escolas para aproximação da comunidade local.
  - Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito (FETRAN): educação para o trânsito.
  - Programa de Turismo e Artesanato para Municípios de Fronteira: estão sendo realizadas reuniões na sede do SEBRAE em Cáceres (MT) para a implementação do programa. Já foi criada uma associação comodorense de artesãos (ACOARTE). O foco é na formação do produto e melhoria da mão de obra. Parceria entre SEBRAE e Secretaria de Estado de Turismo.
- **Vilhena (RO)**
  - Programa de Inclusão Digital: ensino de informática para alunos e profissionais da comunidade escolar.
  - Projeto de Revitalização dos Rios: limpeza dos rios e plantio nas matas ciliares.
  - Programa Educar Para Não Punir: educação ambiental para combater os incêndios florestais. Parceria entre Prefeitura Municipal e Governo do Estado de Rondônia.
  - Projeto Bombeiro Mirim: projeto de educação infantil do Corpo de Bombeiros. Parceria entre Prefeitura Municipal e Governo do Estado.
- **Chupinguaia (RO)**
  - Pro Infantil: capacitação de professores para educação infantil.
  - Planejamento para a Agricultura: hortas nas escolas, desenvolvimento das lavouras de subsistência, viveiros de mudas, análise dos solos, lavouras demonstrativas e máquinas agrícolas. Parceria entre Prefeitura Municipal e Governos Estadual e Federal.
- **Pimenta Bueno (RO)**
  - Programa de Capacitação para Professores: aperfeiçoamento em metodologia de ensino, o programa é desenvolvido todo início de ano.

- **Cacoal (RO)**
  - Projeto O Caráter Conta: objetiva a construção de uma cultura de paz nas escolas por meio da sistematização de valores nas atividades pedagógicas.
- **Presidente Médici (RO)**
  - Projeto Campos de Ensino Rural (EDUCAMP): projeto de educação para a zona rural, criado através da Lei Municipal nº 607, de 20/05/1997, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O EDUCAMP funciona em nove núcleos (escolas municipais da zona rural) e conta com cerca de 900 alunos matriculados.
- **Ji-Paraná (RO)**
  - Programa Financeiro de Autonomia Escolar (PROFAE): objetiva fortalecer e dinamizar a ação do gestor escolar, dando à escola autonomia financeira. O PROFAE prevê repasse financeiro por aluno matriculado nas escolas que atendem à educação infantil e ensino fundamental. O programa é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED).
- **Theobroma (RO)**
  - Projeto Rede Água: objetivo de fornecer água encanada à população do Assentamento Palmares.
  - Programa de Aquisição de Merenda: aquisição de merenda diretamente do produtor rural.
- **Ariquemes (RO)**
  - Projeto Burareiro<sup>32</sup>: escolas em período integral (de 7:30h às 17:30h), quatro refeições, horta comunitária e atividades de arte. O projeto existe desde 2007 e, atualmente, contempla quatro escolas municipais, atendendo a cerca de 2.300 alunos.
  - Projeto Infovia: reúne comunicação de dados, telefonia Voip, câmeras de vigilância e *internet* gratuita nos serviços da administração municipal e para a população em geral.
  - Projeto Ariquemes Alfabetizada: alfabetização de jovens, adultos e idosos. Há 15 alfabetizadores, sendo sete na área urbana e oito na área rural.
  - Projeto Ecoescola: conscientização dos alunos sobre a importância do cuidado com o meio ambiente. Parceira das escolas com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

---

<sup>32</sup> Burara significa pequena fazenda e burareiro é uma homenagem aos colonizadores da região.

- Projeto Fábrica Esperança: capacitação e encaminhamento dos participantes, a maioria mulheres, para o mercado de trabalho na área de artesanato em barbante, secretária, doméstica, faxineira, embalagens, confeitaria, pintura em tecido, manicure e crochê, entre outros.
- **Cujubim (RO)**
  - Projeto Acelera Brasil: parceria da Prefeitura Municipal com o Instituto Ayrton Senna, com o objetivo de diminuir a defasagem série/idade dos alunos.
- **Itapuã do Oeste (RO)**
  - Projeto Semeando Sustentabilidade: visando preservar a mata ciliar, o projeto é desenvolvido pelo Centro de Estudos Rioterra, e patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental nos municípios de Itapuã do Oeste (RO) e Cujubim (RO).
- **Candeias do Jamari (RO)**
  - Projeto do Centro de Inclusão Digital: visa oferecer acesso a computadores e *internet* gratuita aos moradores. Há dois espaços oferecidos pelo município para esse projeto, um em Triunfo e o outro em Candeias.
- **Porto Velho (RO)**
  - Projeto Se Liga: parceria da Prefeitura Municipal com o Instituto Ayrton Sena com o objetivo de combater o analfabetismo de alunos repetentes nas primeiras séries do Ensino Fundamental.
  - Projeto Acelera Brasil: parceria da Prefeitura Municipal com o Instituto Ayrton Sena com o objetivo de eliminar a defasagem entre a idade do aluno e a série por ele cursada.
  - Projeto Diário na Escola: promovido pelo jornal impresso Diário da Amazônia, com o objetivo de fomentar a leitura no ambiente escolar. Os leitores do jornal recebem um cupom, para concorrer a uma assinatura, e indicam uma escola municipal e outra estadual, que poderão receber prêmios, como computadores e livros.
- e. **Cruzamentos e/ou Proximidades da LT com Outras Linhas de Transmissão, Pivôs Centrais, Aeródromos, Rodovias e Ferrovias**

Ao longo da pesquisa de campo, foi possível identificar cruzamentos, proximidades e paralelismos da futura LT com outras LTs existentes e/ou projetadas, conforme é apresentado no **Quadro 3.6.5-87**, bem como a presença de aeródromos, pistas e campos de pouso situados nos municípios da All e suas proximidades em relação à futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 (**Quadro 3.6.5-88**). Em relação ao cruzamento da futura LT com rodovias e estradas vicinais, esta análise é apresentada no **subtópico a – Serviços de**

**Transportes e Sistema Viário por Município – AII/AID (tópico 3.6.5.4.4 – Infraestrutura – AII/AID) e no respectivo Quadro 3.6.5-49.**

Em **Jauru (MT)**, há uma pista de pouso pavimentada, com 1.300m de extensão, utilizada pela Prefeitura e por empresários da região. Localiza-se na área da Fazenda Araçatuba, a cerca de 1,1km da futura LT, em posição perpendicular em relação a ela. Segundo informações obtidas nas entrevistas da pesquisa de campo, essa pista foi recentemente cadastrada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Próximo ao Trevo JK, entre as Rodovias BR-364 (MT-235) e BR-174, em **Comodoro (MT)**, existe um campo de pouso (não pavimentado), com 1.400m de extensão. A pista está situada a uma distância de 3,2km da futura LT, paralela a ela. Não possui frequência regular de voos, sendo utilizada mais por pequenos aviões particulares.

Em **Vilhena (RO)**, o Aeroporto Brigadeiro Camarão é administrado pela Prefeitura, com os serviços de navegação aérea prestados pela INFRAERO. Possui uma pista (pavimentada e sinalizada) de dimensões internacionais, com 2.600m de comprimento por 30m de largura (cabeceiras 03 e 21), situada a 14,5km da futura LT. O aeroporto possui equipamentos eletrônicos e luminosos de auxílio à navegação em pleno funcionamento, tais como: VOR, DME, NDB, balizamento de pista, estação de comunicação VHF Frq. 125,90 MHz, Estação Meteorológica de Superfície Automática, Estação Meteorológica de Altitude.

O aeroporto também possui o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Vilhena (DTCEA-VH) do comando da Aeronáutica, CINDACTA IV, subordinado ao Ministério da Defesa. O aeroporto atende a voos diários civis e militares e possui capacidade para receber aeronaves de grande porte. A empresa aérea que opera no aeroporto de Vilhena é a TRIP Linhas Aéreas, com voos diários para Porto Velho, Cuiabá e Ji-Paraná.

Em **Pimenta Bueno (RO)**, há um aeroporto com uma pista de pouso (não pavimentada e sinalizada) com 1.300m de extensão, situado a 5,2km da futura LT. Há estrutura aeroportuária; entretanto, o aeroporto não possui voos comerciais regulares, recebendo somente aeronaves particulares.

Construído em 1977, a partir de projeto do Comandante Omilson Clayton Dias Tavares, o aeroporto de **Cacoal (RO)** foi desativado por Resolução da ANAC, em 3 de junho de 2009, sendo reinaugurado em 27 de março de 2010, com o nome oficial de Aeroporto Capital do Café. As empresas aéreas Ocean Air, TRIP Linhas Aéreas e Passaredo já manifestaram a intenção de incluir Cacoal em suas rotas. Foram instalados os seguintes equipamentos: esteira de bagagens, detector de metal, câmeras de segurança, alojamento para os bombeiros e caminhão de combate a incêndio.

O aeroporto terá capacidade inicial de realizar 700 voos anuais. Possui uma pista de 2.100m, situada a 10,5km da futura LT, e pátio de manobras de asfalto usinado que permite o pouso de aeronaves de grande porte. Também foi construído o pátio de



estacionamento de veículos, realizada a urbanização das vias de acesso e instalada cerca em todo o terreno, numa área de 600m x 3.000m

O Aeroporto José Coletto atende à cidade de **Ji-Paraná (RO)** e, principalmente, o interior do Estado de Rondônia. Possui pista pavimentada e sinalizada, com 1.800m de extensão, situada a 2,1km da futura LT, perpendicular a ela. Atualmente, o transporte aéreo é realizado pela TRIP Linhas Aéreas e pela Passaredo, que operam voos diários para Porto Velho, Vilhena e Cuiabá, além de empresas de táxi aéreo. O aeroporto é administrado e mantido pela Fundação Ji-Cred, a Cooperativa de Crédito Rural de Ji-Paraná.

Na área rural do município de **Theobroma (RO)**, foi identificada uma pista de pouso (não pavimentada) com 900m de extensão, situada a cerca de 300m da futura LT, que é utilizada pelos proprietários de uma fazenda.

No município de **Ariquemes (RO)**, há uma pista de pouso (não pavimentada) na área da Fazenda Nova Vida, paralela à Rodovia BR-364, e distante cerca de 2,2km da futura LT. A pista é gramada e sinalizada, tendo 950m de extensão. Na pista, pousam somente pequenas aeronaves particulares. Próximo à área urbana de Ariquemes, o Aeroporto Tabajara possui uma pista em terra e sinalizada, com 650m de extensão, distante 4,9km da futura LT.

Na cidade de **Porto Velho (RO)**, o Aeroclub de Rondônia, situado no bairro Jardim Eldorado, possui uma pista de terra, sinalizada, com 1.300m de extensão. O Aeroclub está situado a 4,4km da futura LT.

O Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira de Oliveira, situado a 7km do Centro de Porto Velho e a 12,6km do pórtico de chegada da futura LT na Subestação de Porto Velho, possui pista de asfalto, sinalizada, com 2.400m de extensão, e recebe voos regulares das empresas aéreas GOL/Varig, TAM, Avianca e TRIP Linhas Aéreas, além de voos de empresas de táxi aéreo.

De acordo com a INFRAERO, em 2009, o aeroporto teve uma média diária de 39 pousos e decolagens de aeronaves e 1.538 embarques e desembarques de passageiros. Outras informações sobre o Aeroporto de Porto Velho são apresentadas no **subtópico a – Serviços de Transportes e Sistema Viário por Município – AII/AID**, no **tópico 3.6.5.4.4, Infraestrutura – AII/AID**.

Ao longo do processo de licenciamento ambiental, deverão ser atualizadas as informações referentes à identificação de aeródromos, bem como de pivôs centrais. Nos atuais levantamentos, não foi identificado nenhum pivô central ao longo do traçado da futura LT.

**Quadro 3.6.5-87** - Cruzamentos e Paralelismos da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 com Outras LTs Existentes e/ou Projetadas

Descrição	Km da futura LT	Municípios	Observação
LT 230kV Jauru – Vilhena C1 (JTE) (em operação)	0 ao 343,65	Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Conquista d'Oeste (MT), Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT) e Vilhena (RO)	<b>Paralelismo</b>
LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 - Nº 2 (Projetada)	18,15	Vale de São Domingos (MT)	<b>Cruzamento</b> – LT Norte Brasil
LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 - Nº 1 (Projetada)	28,50	Vale de São Domingos (MT)	<b>Cruzamento</b> – LT IE Madeira
LT 138kV Guaporé – Jauru	0 ao 30,90	Jauru e Vale de São Domingos (MT)	<b>Paralelismo</b> com afastamento máximo de 1,7km.
LT 230kV Samuel – Vilhena (JTE) (licenciada, obras não iniciadas) LT 230kV Ji-Paraná – Pimenta Bueno – Vilhena e SEs Associadas (ELN)	343,65 ao 623,40	Candeias do Jamari (RO), Itapuã do Oeste (RO), Cujubim (RO), Rio Crespo (RO), Ariquemes (RO), Theobroma (RO), Jaru (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Ji-Paraná (RO), Presidente Médici (RO), Ministro Andreazza (RO), Cacoal (RO), Pimenta Bueno (RO), Chupinguaia (RO) e Vilhena (RO)	<b>Paralelismo</b> 1 - Ocorrerá uma variante entre os Km 373,15 e 380,35, com afastamento máximo de 500m à direita. 2 - Ocorrerá uma variante entre os Km 481,30 e 498,50, com afastamento máximo de 2,35km à direita. 3 - Ocorrerá uma variante entre os Km 509,35 e 511,35, com afastamento máximo de 180m à direita. 4 - Ocorrerá uma variante entre os Km 562,50 e 573,50, com afastamento máximo de 400m à direita. 5 - Ocorrerá uma variante entre os Km 612,00 e 623,40, com afastamento médio de 400m à direita.
LT 230kV Samuel – Vilhena (JTE) LT 230kV Ji-Paraná – Ariquemes C1 e C2	624,60 ao 790,30	Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO), Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Candeias do Jamari (RO)	<b>Paralelismo</b> no trecho entre as SEs de Ji-Paraná e Ariquemes. 1 - Ocorrerá uma 1ª variante entre os Km 649,40 e 659,30, com afastamento máximo de 1,25km à direita. 2 - Ocorrerá uma 2ª variante entre os Km 705,30 e 722,75, com afastamento médio de 700m à direita. 3 - Ocorrerá uma 3ª variante entre os Km 780,00 e 790,30, com afastamento médio de 100m à direita.
LT 230kV Samuel – Ariquemes – Ji-Paraná C1 e C2	790,30 ao 814,00	Ariquemes (RO) e Rio Crespo (RO)	<b>Paralelismo</b> no trecho entre as SEs de Ariquemes e Samuel. Ocorrerá uma variante entre os Km 793,30 e 814,00, com afastamento máximo de 5km à direita.
LT 230kV Samuel – Ariquemes C1 e C2	814,00	Rio Crespo (RO)	<b>Cruzamento</b> com a LT existente, passando para a esquerda o traçado da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3.

Descrição	Km da futura LT	Municípios	Observação
LT 230kV Samuel – Ariquemes – Ji-Paraná C1 e C2	814,00 ao 942,70	Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Candeias do Jamari (RO)	<p><b>Paralelismo</b></p> <p>1- Ocorrerá uma variante entre os Km 829,40 a 831,20, com afastamento de 100m à esquerda.</p> <p>2 - Ocorrerá uma variante entre os Km 855,00 e 863,20, com afastamento máximo de 500m à esquerda.</p> <p>3 – Ocorrerá uma variante entre os Km 883,80 e 900,00, com afastamento máximo de 5km à esquerda.</p> <p><b>Cruzamento</b></p> <p>1 - No Km 837,60, haverá um cruzamento entre os circuitos C1 e C2 da LT 230kV Samuel – Ariquemes, invertendo o posicionamento e iniciando uma variante até o Km 848,30, com afastamento máximo de 630m à esquerda.</p> <p>2 - No Km 905,30, ocorrerá um cruzamento entre o C1 e C 2 da LT230kV Samuel – Ariquemes.</p> <p>3 - No Km 942,70, ocorrerá um cruzamento com a LT Jauru – Porto Velho ficando à direita da LT existente.</p>
LT 230kV Samuel – Porto Velho C1 e C2	942,70 ao 946,35	Candeias do Jamari (RO)	<b>Paralelismo</b> , com inversão da LT, passando para o lado direito da LT existente.
LT 230kV Samuel – Porto Velho C1	946,35 ao 951,00	Candeias do Jamari (RO)	<b>Paralelismo</b> No Km 951,00, ocorrerá um cruzamento com a LT 230kV Samuel – Porto Velho
LT 230kV Samuel – Porto Velho C1	951,00 ao 988,85	Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO)	<b>Paralelismo</b> até a SE Porto Velho, com afastamento médio de cerca de 3,30km.

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2011.

**Quadro 3.6.5-88** - Aeroportos e aeródromos localizados na região do estudo do traçado da LT

Tipo	Municípios	Aeroportos e Aeródromos	Coordenadas		Fuso	Distância LT
			E	N		
Pista asfaltada	Jauru (MT)	Pista na Fazenda Araçatuba	301761	8306154	21	1,1
Pista de terra	Comodoro (MT)	Pista próxima ao Trevo JK (BR-174/BR-364)	197685	8490364	21	3,2
Pista asfaltada	Vilhena (RO)	Aeroporto Brigadeiro Camarão	814963	8595418	20	14,5
Pista de terra	Pimenta Bueno (RO)	Aeroporto de Pimenta Bueno	698308	8712099	20	5,2
Pista asfaltada	Cacoal (RO)	Aeroporto Capital do Café	669001	8729306	20	10,5
Pista asfaltada	Ji-Paraná (RO)	Aeroporto José Coleto	625613	8797474	20	2,1
Pista de terra	Theobroma (RO)	Pista em uma fazenda	542974	8859517	20	0,3
Pista de grama	Ariquemes (RO)	Pista na Fazenda Nova Vida	519506	8874543	20	2,2
Pista de terra	Ariquemes (RO)	Aeroporto Tabajara	495027	8908425	20	4,9
Pista de terra	Porto Velho (RO)	Aeroclube de Rondônia	405418	9027811	20	4,4
Pista asfaltada	Porto Velho (RO)	Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira de Oliveira	401077	9036688	20	12,6

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

No tocante a possíveis interferências com ferrovias, a futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 apresentará paralelismo e alguns cruzamentos com o empreendimento (**Quadro 3.6.5-89**), em fase de licenciamento ambiental, “Ferrovia EF-354 Uruaçu (GO) – Vilhena (RO)” – projetada –, nos municípios de Comodoro (MT) e Vilhena (RO), num trecho de aproximadamente 133km de extensão (Km 186 ao Km 319 da futura LT).

**Quadro 3.6.5-89** - Cruzamentos e Paralelismo com a Ferrovia Projetada Uruaçu (GO) - Vilhena (RO)

Cruzamento/Paralelismo	Coordenadas		Km da LT
	E	N	
Cruzamento	223.835	8.462.310	187,3
Cruzamento	188.017	8.522.093	259,6
Paralelismo	Início 185.202	8.537.222	275
	Fim 183.998	8.543.543	281,4
Cruzamento	183.998	8.543.543	281,4
Cruzamento	183.516	8.545.981	283,9
Cruzamento	175.204	8.556.233	297,2
Cruzamento	821.858	8.561.436	303,7

**Fonte:** Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2011.

#### **f. Abertura de Sistemas Viários**

De acordo com informações obtidas em campo e pesquisadas nos Mapas Rodoviários dos Estados do Mato Grosso e de Rondônia, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) de 2002, não há previsão de abertura de sistemas viários na Área de Influência Indireta do empreendimento nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

#### **g. Aumento do Tráfego de Veículos**

Conforme será apresentado no **item 3.6.8 – Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais, no Impacto do Meio Socioeconômico – Aumento do Tráfego de Veículos**, haverá um incremento da circulação de veículos nas rodovias e estradas vicinais (as chamadas “Linhas de Colonização”), em função da implantação do empreendimento, interferindo nos seus fluxos atuais.

No caso das rodovias, sobretudo das pavimentadas, a interferência no fluxo atual será baixa, uma vez que apresentam, de maneira geral, boas condições de tráfego, porém possuem sinalização razoável e recebem grande volume de tráfego, especialmente a BR-364 (Cuiabá – Porto Velho). A interferência no fluxo do rio Madeira, se for o caso, também deverá ser baixa, dadas as dimensões desse rio, tributário do rio Amazonas.

Nas Rodovias BR-364 e BR-174, nas rodovias estaduais (MTs e ROs) e nas estradas vicinais (Linhas), haverá aumento do trânsito de veículos pesados, do tipo caminhões-reboque e semirreboque, além de veículos de pequeno porte, que serão utilizados para suprir as demandas das obras, e os automóveis do pessoal administrativo e da gestão das obras.

Dentre as principais estradas (rodovias estaduais e federais) a serem utilizadas durante as obras da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, destacam-se:

- MT-388 (antiga BR-364): estrada não pavimentada, que segue paralela ao futuro empreendimento, entre as cidades de Jauru (MT) e Comodoro (MT) (Km 7,3 ao Km 197,3 da LT);
- BR-364: estrada pavimentada, que segue paralelamente em relação à futura LT, entre as cidades de Comodoro (MT) e Porto Velho (RO) (Km 197,3 ao Km 989);
- RO-391: estrada pavimentada em Chupinguaia (RO), que será atravessada pela futura LT no Km 416,3;
- RO-387: estrada pavimentada em Pimenta Bueno (RO), atravessada no Km 501,5;
- RO-383 (ou Linha E): estrada não pavimentada, no distrito de Riozinho, em Cacoal (RO), atravessada no Km 527,8;
- RO-486 (ou Estrada do Café): estrada pavimentada, em Cacoal (RO), que será atravessada no Km 540,6;

- RO-471 (ou Linha 50): estrada pavimentada, entre Cacoal (RO) e Ministro Andreazza (RO), que será atravessada no Km 561,1;
- RO-476 (ou Linha 114): estrada não pavimentada, em Presidente Médici (RO), atravessada no Km 590,3;
- RO-480 (ou Linha 128): estrada não pavimentada, uma espécie de “Linha Mestre” que liga as outras “Linhas de colonização” nas áreas rurais entre Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO), a ser atravessada pela futura LT no Km 610,7;
- RO-472 (ou Linha 94): estrada pavimentada em um trecho, em Ji-Paraná, que será atravessada no Km 617,2;
- RO-135 (ou Linha 11): estrada não pavimentada, em Ji-Paraná, atravessada no Km 636,4;
- RO-470 (ou Linha 200): estrada pavimentada em Ouro Preto do Oeste, a ser atravessada no Km 666,4;
- RO-466 (ou Linha 605): estrada não pavimentada, em Jaru, atravessada no Km 708,1;
- RO-464 (ou Linha 603): estrada pavimentada, que acessa as áreas rurais situadas entre a BR-364, em Jaru, e Theobroma, que será atravessada pela futura LT no Km 712,2;
- RO-257: estrada pavimentada, em Ariquemes (RO), atravessada no Km 794,8;
- RO-459 (ou Linha C-85): estrada pavimentada, em Rio Crespo (RO), atravessada no Km 817,7;
- RO-205: estrada pavimentada em um trecho, que acessa as áreas rurais entre Rio Crespo (RO) e Cujubim (RO), a ser atravessada pela futura LT no Km 838.

Além dessas rodovias, serão utilizadas outras estradas vicinais e de serviços, conhecidas regionalmente como “Linhas”, “Kapas” e “Travessões” (atravessadas ou próximas à futura LT), principalmente para o transporte de materiais e equipamentos ou do pessoal envolvido nas obras, o que acarretará aumento nos seus fluxos normais de veículos.

As localidades próximas à futura LT, com as maiores concentrações populacionais, onde as vias de acesso terrestre poderão sofrer esses impactos, são as seguintes:

- **sede municipal de Jauru (MT):** com 6.171 habitantes (IBGE, 2010), dista aproximadamente 1,1km da diretriz da LT, e cujas estradas de acesso são as rodovias estaduais MT-248, MT-247 (pavimentadas) e MT-388 (não pavimentada), além das estradas vicinais (não pavimentadas);
- **distritos de Taquaruçu e Lucialva,** em Jauru (MT), que contam, respectivamente, com 200 e 480 habitantes (população estimada durante a pesquisa de campo) e distam 6,1km e 7,5km da diretriz da LT. A estrada de acesso a essas localidades é a rodovia estadual MT-388 (não pavimentada);

- **sede municipal de Comodoro (MT)**, a aproximadamente 2,1km do traçado da futura LT, com 12.658 habitantes (IBGE, 2010), acessada a partir de Pontes e Lacerda (MT) e Nova Lacerda (MT), ao sul, e de Vilhena (RO), ao norte, pela Rodovia BR-174 (pavimentada), e a partir de Sapezal (MT) e Campos de Júlio (MT), a leste, pela rodovia estadual MT-235 (pavimentada);
- **distrito de Padronal**, em Comodoro (MT), com 100 moradores, de acordo com a pesquisa de campo, com acesso pela BR-364, a cerca de 3,6km da diretriz da LT;
- **sede municipal de Vilhena (RO)**, a cerca de 3,9km da diretriz da LT, com 72.212 habitantes (IBGE, 2010), acessada a partir das Rodovias BR-364 e BR-174;
- **Assentamento Águas Claras**, em Vilhena (RO), acessado pela BR-364, a cerca de 100m da futura LT, possui 80 famílias aguardando que o INCRA regularize a área;
- **Vila São Lourenço**, em Vilhena (RO), situada a 2,7km da diretriz da LT, que conta com cerca de 120 famílias residentes na sua área central e ao longo da BR-364, em sítios e pequenas fazendas que compõem a localidade;
- **Posto Gaúcho**, em Vilhena (RO), a cerca de 250m da futura LT, com nove famílias residentes na localidade, à margem da BR-364;
- **Vila Guaporé**, distrito de Chupinguaia (RO), com população estimada em 417 habitantes, de acordo com a pesquisa de campo (2010), com acessos pela BR-364 e RO-391 (a partir da cidade de Chupinguaia), e cuja área urbana situa-se a cerca de 800m da diretriz da LT;
- **distrito de Marco Rondon**, em Pimenta Bueno (RO), com população estimada em 60 famílias de agricultores que residem ao longo da BR-364; situado a cerca de 200m da futura LT;
- **setor Dimba**, em Pimenta Bueno (RO), à margem da BR-364, onde se dá o acesso ao Assentamento Eli Moreira (com 98 famílias beneficiadas); este poderá ser interceptado pela futura LT;
- **sede municipal de Pimenta Bueno (RO)**, cujo acesso é feito pela BR-364, que possui 29.358 habitantes (IBGE, 2010) e situa-se a cerca de 6,1km da futura LT;
- **distrito de Itaporanga**, em Pimenta Bueno (RO), à margem da BR-364, onde se dá o acesso à futura LT, na Linha 40, a 5,5km da diretriz da LT;
- **distrito de Riozinho**, em Cacoal (RO), com população estimada em 5.000 habitantes, a 4km da diretriz da LT, pode ser acessado pela BR-364 e pela rodovia estadual RO-383 ou Linha E (não pavimentada, acesso à futura LT), a partir de Espigão d'Oeste;

- **sede municipal de Cacoal (RO)**, com acesso pela BR-364 e pela Rodovia RO-486 ou Estrada do Café (pavimentada), possui 61.931 habitantes (IBGE, 2010) e situa-se a cerca de 3,3km da futura LT;
- **Bandeirantes**, em Cacoal (RO), com 80 moradores, localidade situada a cerca de 7,8km da futura LT, e cujo acesso se dá pela Linha 7 (estrada não pavimentada);
- **Novo Riachuelo**, em Presidente Médici (RO), a 40km da sede municipal, com população estimada em 120 moradores, de acordo com a pesquisa de campo, povoado situado a 2,9km da diretriz da LT, e cujo acesso se dá pela Rodovia RO-476 ou Linha 114 (não pavimentada);
- **sede municipal de Ji-Paraná (RO)**, acessada pela BR-364, com 104.841 habitantes (IBGE, 2010), cujos **bairros São Luiz, Nazaré e Boa Esperança** (este último a cerca de 400m) são os que mais se aproximam da diretriz da LT;
- **sede municipal de Ouro Preto do Oeste (RO)**, cujo distrito industrial situa-se a cerca de 700m da diretriz da LT, com população de 28.208 habitantes (IBGE, 2010), acessada pela BR-364 e pela rodovia estadual RO-470 ou Linha 200 (pavimentada), a partir de Vale do Paraíso (RO);
- **sede municipal de Jaru (RO)**, acessada pela BR-364 e pela rodovia estadual RO-133 (não pavimentada), com população de 35.141 habitantes (IBGE, 2010), cujos **bairros Jardim dos Estados, Setor 6 e Setor 1A** (este último a cerca de 800m) são os que mais se aproximam da diretriz da LT;
- **Posto São João**, em Theobroma (RO), acessado pela BR-364, localidade com 40 moradores situada a cerca de 750m da futura LT;
- **Assentamento Maria José Rique**, na região do Seringal Setenta, em Ariquemes (RO), possui cerca de 640 moradores, de acordo com a pesquisa de campo — 110 famílias assentadas (Assentamento Tradicional e Agrovilas) e mais 50 famílias aguardando por regularização de seus lotes no Assentamento Capitão —, que vivem próximo à futura LT (cerca de 800m). O assentamento é acessado pelas Linhas B-80, C-18 e C-19, a partir da BR-364, na localidade de Paca Assada;
- **Nova Vida**, em Ariquemes (RO), com 14 moradores no Retiro São Paulo, área produtiva da fazenda situada a cerca de 500m da futura LT, e aproximadamente 80 funcionários que residem junto com suas famílias no Retiro Sede da fazenda, a 2,1km da diretriz da LT;
- **Assentamento Progresso**, no **PAD Marechal Dutra**, em Ariquemes (RO), com 64 moradores assentados na Linha C-55, acesso à localidade, que será atravessada pela futura LT;



- **sede municipal de Ariquemes (RO)**, com acesso pela BR-364, pela BR-421, a partir de Monte Negro (RO) (pavimentada) e pela rodovia estadual RO-257 ou Linha C-60 (pavimentada, em um trecho), com população de 69.606 habitantes (IBGE, 2010), cujos **bairros Setor 2 e Setor 8** (este último, a cerca de 400m) e o **Polo Moveleiro** são os que mais se aproximam da diretriz da LT;
- **Vila de Rio Preto**, em Itapuã do Oeste (RO), à margem da BR-364 e do Rio Preto do Crespo, com 64 moradores, conforme pesquisa de campo, a 1,1km da diretriz da LT;
- **Vila do Rey do Peixe**, em Itapuã do Oeste (RO), à margem da BR-364 e de uma área de remanso do rio Jamari, com cerca de 100 moradores, conforme pesquisa de campo, a 1km da diretriz da LT;
- **sede municipal de Itapuã do Oeste (RO)**, com acesso pela BR-364, e população de 5.220 habitantes (IBGE, 2010), situada a cerca de 100m da diretriz da LT;
- **General Carneiro**, em Itapuã do Oeste (RO), localidade formada por pequenos sítios e fazendas à margem da BR-364, próxima à futura LT, com população estimada em 40 moradores, conforme a pesquisa de campo;
- **Vila de Pescadores**, em Itapuã do Oeste (RO), situada a 1,7km da futura LT, com população estimada em 120 moradores, conforme a pesquisa de campo;
- **Assentamentos Flor do Candeias, Paraíso das Acácias e Cachoeira do Samuel**, em Candeias do Jamari (RO), com cerca de 1.452 moradores assentados (população estimada durante a pesquisa de campo). Os dois primeiros situam-se, respectivamente, a cerca de 200m e 2,2km da diretriz; o Assentamento Cachoeira do Samuel será atravessado pela futura LT;
- **sede municipal de Candeias do Jamari (RO)**, com acesso pela BR-364 e população de 12.898 habitantes (IBGE, 2010), situa-se a cerca de 2km da LT;
- **Bacia Leiteira**, em Porto Velho (RO), com cerca de 120 moradores, sítios e pequenos agricultores, de acordo com a pesquisa de campo, localidade que será atravessada pela futura LT;
- **Parque Castanheira 2**, em Porto Velho (RO), com aproximadamente 160 moradores, cuja futura LT passará próximo à localidade composta por chácaras e pequenos sítios;
- **Comunidade Jerusalém da Amazônia**, em Porto Velho (RO), com 120 chácaras e população estimada em 400 moradores durante a pesquisa de campo, será atravessada pela futura LT;
- **sede municipal de Porto Velho (RO)**, com acesso pela BR-364 e população de 391.014 habitantes (IBGE, 2010), seu bairro Cidade Jardim poderá ser atravessado pela futura LT. Seu distrito industrial situa-se a cerca de 250m da sua diretriz.

## **h. Estruturas Portuárias e Rodoviárias**

Entre as cidades de Jauru (MT) e Comodoro (MT) (Km 0 ao 197,3 da LT), deverão ser utilizadas as rodovias estaduais MT-248 (pavimentada) e MT-388 (antiga BR-364, não pavimentada) e estradas vicinais (não pavimentadas) para acessar a futura faixa de servidão.

As condições de trafegabilidade dessas rodovias são razoáveis, havendo alguns areais na MT-388, principalmente no trecho que atravessa a área rural de Nova Lacerda (MT), os quais prejudicam o tráfego rodoviário, que é muito reduzido nessa região, devido à construção da BR-174 (pavimentada) e à mudança de traçado da Rodovia BR-364, ocorrido na década de 1980.

Entretanto, a partir de Comodoro (MT) (Km 197,3), em direção ao Estado de Rondônia, a acessibilidade à futura LT melhora bastante, pois a LT deverá seguir paralela à Rodovia BR-364 (pavimentada) até a chegada à Subestação de Porto Velho. Há alguns trechos em que ela se distancia da BR, como, por exemplo, entre o distrito de Padronal, em Comodoro (MT), e Vilhena (RO) (Km 280 ao 340 da LT), e entre as cidades de Cacoal (RO) e Ji-Paraná (RO) (Km 545 ao 615 da LT).

Na BR-364, a trafegabilidade de caminhões é intensa por se tratar do eixo rodoviário por onde se faz o escoamento de boa parte da produção agrícola (principalmente, soja, milho, café e algodão) e pecuária (leite, carne, etc.) dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, até a hidrovía do rio Madeira, em Porto Velho. As condições da BR-364 são boas, exceto em alguns trechos cuja pavimentação se encontra em mau estado, com muitos buracos na pista de rolamento, entre Pimenta Bueno e Cacoal, e logo após a cidade de Cacoal.

O acesso à futura LT se dará, também, através de estradas vicinais (não pavimentadas) conhecidas, regionalmente, como "Linhas" ou "Kapas", que, em sua maioria, estão em condições razoáveis de trafegabilidade, com pequeno fluxo de veículos. As maiores restrições à trafegabilidade ocorrem tanto no período da seca quanto no das chuvas (cheia amazônica).

Na seca, chove muito pouco, e as estradas de chão ficam muito empoeiradas, prejudicando a visibilidade dos motoristas e piorando as condições respiratórias da população que circula e vive no entorno dessas estradas. No período das chuvas, ao contrário, as estradas ficam muito encharcadas, ocasionando a formação de atoleiros, o que prejudica a mobilidade e acessibilidade das populações locais.

Nesse sentido, de maneira geral, as vias utilizadas pelas construtoras terão que receber melhorias compatíveis para absorver o tráfego previsto durante o período das obras.

Além dessa medida, outras deverão ser adotadas, como evitar transtornos às comunidades e aos usuários do sistema viário local.

Durante a pesquisa de campo da AID, constatou-se que há grande expectativa por parte da população quanto a possíveis melhorias nas Linhas já existentes (estradas não pavimentadas), que servem como acesso às localidades e como via de escoamento da produção local.

Apesar de ocorrerem algumas travessias fluviais, tais como as dos rios Comemoração, Machado (ou Ji-Paraná), Jaru, Jamari e Candeias, entre outros, todo o suporte às obras e o transporte de maquinário deverão ser realizados somente por via terrestre, pelas estradas vicinais à Rodovia BR-364. Atualmente, a única estrutura portuária em condições de receber o atracamento de balsas e o desembarque de maquinário, a ser utilizado nas obras, é a do porto do rio Madeira, em Porto Velho.

Em relação a futuras instalações rodoviárias e portuárias, se for o caso, durante a fase do projeto executivo das obras, terão que ser definidas e implantadas possíveis reformas e ampliações nas estruturas já existentes nas cidades e localidades rurais que servirão como canteiros. Esse assunto só poderá ser discutido, com a devida precisão, após a elaboração do projeto executivo da LT e a definição das localizações dos canteiros e instalações de apoio.

#### **i. Critérios de Indenização e de Constituição da Faixa de Servidão**

Os critérios de indenização e de constituição da faixa de servidão estão detalhados no **Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações (item 3.6.9)**.

#### **3.6.5.8 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e de Lazer – AII/AID**

##### **a. Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico – AII/AID**

##### **(1) Patrimônio Arqueológico – AII/AID**

##### **• Sítios Arqueológicos Cadastrados**

A principal fonte utilizada para o levantamento de sítios arqueológicos nos municípios que deverão ser atravessados pela Linha de Transmissão (LT) 230kV Jauru – Porto Velho C3 foi o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os principais trabalhos arqueológicos desenvolvidos até o momento demonstram a diversidade e a riqueza arqueológica dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, compreendendo sítios arqueológicos do período pré-colonial e do período histórico, entre os quais, reminiscências de aldeamentos jesuíticos, fortes, etc.

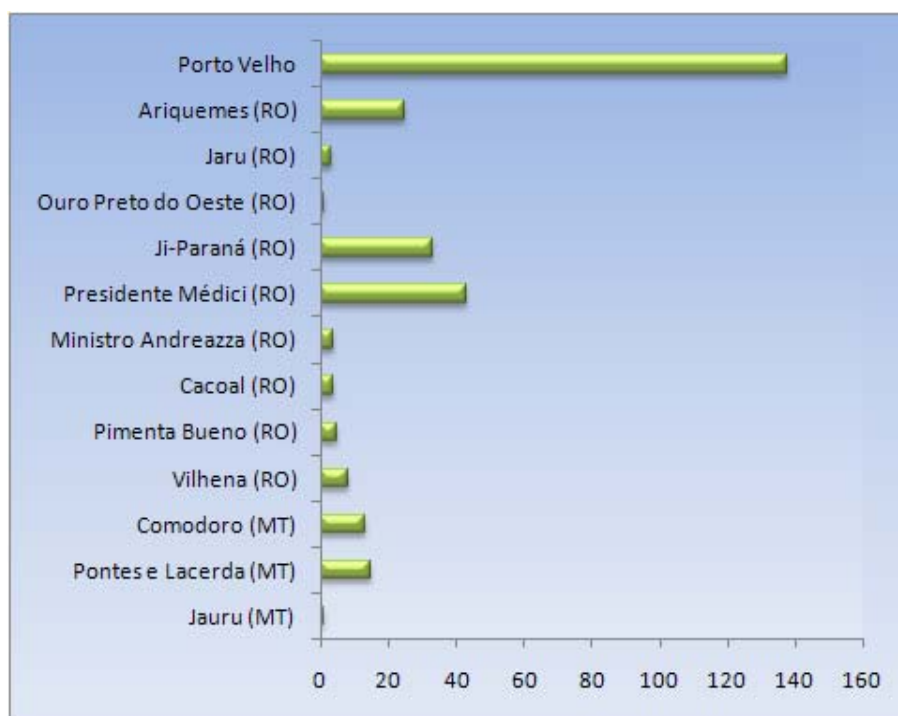
O grafismo rupestre é outra característica da vida histórico-cultural dessa região, assim como os artefatos resgatados em trabalhos arqueológicos e o mosaico de sociedades indígenas sobreviventes.

Tendo-se em vista essa expressividade histórico–arqueológica, é possível descrever o povoamento desses Estados a partir de sua cultura material. Nesse sentido, a primeira parte do Diagnóstico Secundário de Dados Arqueológicos tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre a ocupação arqueológica dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, dando ênfase para os municípios que deverão ser diretamente interferidos futuramente pelo traçado da LT. Dos 22 municípios situados na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento — 6 no Estado do Mato Grosso e 16 no Estado de Rondônia —, 13 apresentam algum tipo de informação arqueológica, conforme dados quantitativos apresentados no **Quadro 3.6.5-90**, também dispostos nas **Figuras 3.6.5-89 e 3.6.5-90**.

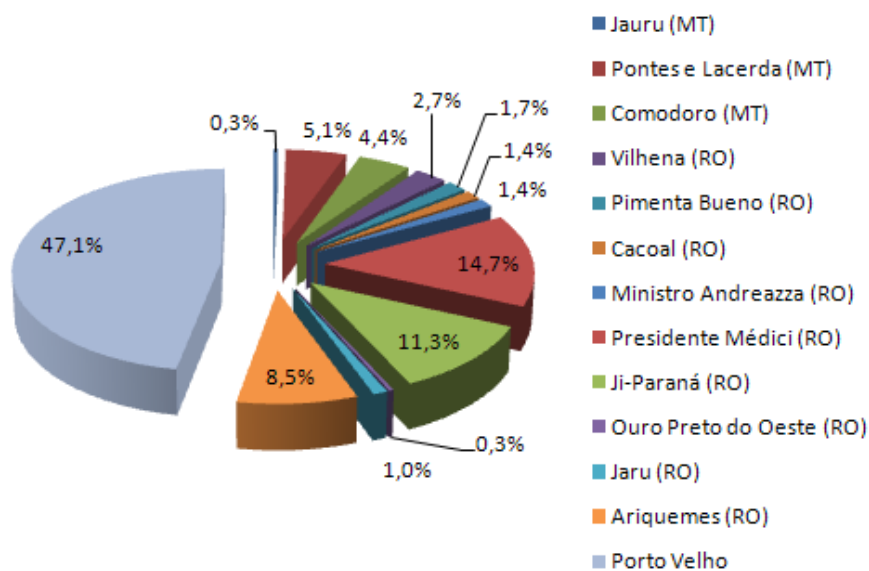
**Quadro 3.6.5-90** - Número de sítios registrados pelo IPHAN, por município

<b>Município</b>	<b>Número de Sítios Arqueológicos</b>
Jauru (MT)	1
Pontes e Lacerda (MT)	15
Comodoro (MT)	13
Vilhena (RO)	8
Pimenta Bueno (RO)	5
Cacoal (RO)	4
Ministro Andreazza (RO)	4
Presidente Médici (RO)	43
Ji-Paraná (RO)	33
Ouro Preto do Oeste (RO)	1
Jaru (RO)	3
Ariquemes (RO)	25
Porto Velho	138
<b>Total</b>	<b>293</b>

**Fonte:** IPHAN, 2011.



**Figura 3.6.5-89** - Distribuição de sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN, por município



**Figura 3.6.5-90** - Distribuição do percentual de sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN, por município

O Estado do Mato Grosso possui um total de 697 sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Deste total, 29 sítios estão situados nos municípios abrangidos pelo empreendimento. O Estado de Rondônia possui um total de 397 sítios arqueológicos registrados, sendo 263 situados nos municípios abrangidos pelo empreendimento.

- **O Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial**

Aparentemente, na atualidade, não há mais dúvidas de que boa parte do território amazônico estava habitado antes do período cerâmico. Datações entre 10.350 e 3.800 A.C. foram obtidas durante escavações na Lapa do Sol (Mato Grosso), que permanece como único sítio pré-cerâmico escavado na área, com alguns dados publicados. No entanto, B. MEGGERS (1987) menciona a existência de uma fase Vilhena, datada entre 2.500 e 2.000 B.P., da qual nada se sabe ainda.

Não há dúvida de que os sítios dos caçadores-coletores da várzea foram erodidos ou fossilizados pelo aluvionamento, e só serão encontrados ao acaso, em novas obras que vierem a ser implantadas. As escavações de abrigos poderiam ser realizadas onde ocorrem afloramentos, mas estes estão limitados às Guianas e a poucas ocorrências no sul da bacia amazônica.

As ocorrências das ocupações mais antigas na Região Norte do Brasil, conhecidas fora do Mato Grosso, são parcas e pouco publicadas. A bacia amazônica, cuja maior parte fica dentro do território brasileiro, tem uma rede hidrográfica pouco hierarquizada (fato que limita os contatos entre seus principais afluentes), mas muito extensa, o que permitiu manter um contato entre os Andes e o mar, no sentido leste-oeste, e com as Antilhas, pelas bacias dos rios Orinoco e Negro, no sentido norte-sul.

Essa rede aquática se reveste de particular importância, já que a densa Floresta Amazônica dificulta sobremaneira os transportes terrestres. Pode ser, também, que essa situação não tenha sido sempre assim: diversos indícios (diagramas polínicos do território de Rondônia, dispersão atual de espécies animais, aspectos geomorfológicos) demonstram numerosas oscilações climáticas secas, durante as quais a floresta recuou a fim de se manter exclusivamente nos relevos que continuavam recebendo chuvas. Portanto, o papel desempenhado por essa região pode ter mudado drasticamente durante os milênios de ocupação humana. No entanto, tais episódios são escassamente datados, mas, comprovadamente, a propagação das tradições ceramistas se fez através dos eixos fluviais.

Segundo PROUS (1992), muitos arqueólogos tendem a acreditar que a cerâmica estaria ligada a uma relativa fixação local das populações indígenas, pois devido a sua fragilidade, quebraria no transporte. Contudo, a facilidade com que a cerâmica é produzida limita o valor desse argumento, a não ser no caso de nomadismo constante, o que é muito raro nas populações indígenas. Outro conceito comumente aceito é que a olaria estaria ligada à

agricultura, por permitir a conservação por meio seco e a preparação de alimentos na água, pois, de outro modo, seriam pouco digeríveis. Esse argumento também é rebatido pelo fato de que, na América, em especial nos sambaquis colombianos, a cerâmica precede a agricultura. De fato, há ainda muito a ser pesquisado e datado em termos de arqueologia pré-colonial no Brasil.

De forma generalizada, PROUS (1992) reúne as culturas ceramistas do Brasil em algumas grandes “famílias”: Tradições Amazônicas (nos estados da Região Norte); Tradição Tupiguarani (encontrada no sul desde a Argentina e Paraguai, e no norte até o Maranhão, com alguma penetração na área amazônica peruana); complexo ceramista meridional (ocupando o planalto desde o Rio Grande do Sul até o oeste paulista); dois complexos centrais (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Bahia); e ainda culturas nordestinas (pouco divulgadas).

Considerando que o foco deste Diagnóstico Secundário de Dados Arqueológicos são os de Mato Grosso e Rondônia, discorre-se aqui somente sobre as tradições cerâmicas pertinentes às regiões que abrangem o atual território desses estados.

Das tradições ceramistas do complexo central, a Tradição Sapucaí é a que ocorre em Mato Grosso. PROUS (1992) a considera uma simples variedade da Tradição Aratu, que ocorre numa faixa que vai desde o centro de Minas Gerais até Mato Grosso, passando pelo norte de São Paulo.

As publicações mais detalhadas que caracterizam essa Tradição referem-se a sítios localizados na bacia hidrográfica mineira do rio Paraná, nos vales dos rios Grande e Verde.

Os sítios são instalados em regiões colinares, perto de rios (tanto pequenos como grandes), com amplas superfícies, com diâmetro superior de até 500m, ocupando as meias encostas das elevações suaves ou os baixos terraços.

A cerâmica Sapucaí é caracterizada por vasos grandes com paredes espessas, incluindo urnas funerárias com mais de 1m de diâmetro de bojo, mas também ocorrem vasos pequenos com paredes finas e “bases perfuradas”, sugerindo o que seria um “cuscuzeiro”. Com alguma frequência, são encontrados cachimbos tubulares em coleções particulares.

Apesar do pequeno número de exemplares, em sua maioria, são deixados sem decoração. No entanto, pode ocorrer também, na Fase Sapucaí, uma espécie de banho vermelho aplicado em qualquer tipo de recipiente. Já na Fase Ibiraci ocorre a utilização de “arenito moído”, cujos grãos que afloram à superfície do recipiente dão o aspecto de uma lixa.

Os sepultamentos conhecidos são todos em urnas, em alguns casos, tampados com uma placa de pedra, havendo, em seu interior, cacos e machados; raramente são rodeados por recipientes menores.

O material lítico inclui machados polidos de talão picoteado, seção biconvexa, alguns de forma semilunar; poucas lascas geralmente não retocadas; martelos cilíndricos picoteados com sulco central para encabamento.

O Museu Regional Dom Bosco, em Corumbá (MS), mostra que, em Barranco Vermelho e Descalvado (sudoeste de Cuiabá), existem enterramentos em grandes urnas globulares polidas, com engobo vermelho escuro. Muitas possuem tampas e machados polidos ou cachimbos quebrados.

Há informações de que, em Barranco Vermelho, existiram três linhas de urnas superpostas. Durante as escavações realizadas por V. Petrucco em 1930 (para o museu da Universidade da Pensilvânia), ambos os locais eram morros baixos, que ficam emersos, formando ilhas, durante as enchentes anuais do Pantanal.

A área escavada foi de 50m, sendo que a espessura do sedimento fértil é de aproximadamente 1,50m. Tratava-se de dois cemitérios, com vários níveis de sepultamentos, onde a maior parte encontrava-se em urnas. Não foi encontrado nenhum artefato lascado.

Dentre o material encontrado nos sepultamentos, citam-se: alguns machados com sulco, uma mão de pilão, um batedor, adornos (contas cilíndricas de jaspe ou quartzito e dentes perfurados de macacos), uma ponta de osso cônica com base côncava.

Os esqueletos, geralmente completos, encontravam-se em posições diversas, e alguns tinham a cabeça isolada por uma tigela. Alguns corpos não eram acompanhados por cerâmica, mas a maioria estava dentro de urnas fechadas por uma tampa.

Segundo PROUS (1992), “sobre as origens mais remotas dos Tupiguaranis, nada se sabe, já que os traços diagnósticos são meramente cerâmicos.” Alguns arqueólogos sugerem que o centro geral de dispersão deve ser procurado na Amazônia, já que uma tradição ceramista dessa região equatorial apresenta decoração policrômica sobre fundo branco.

Ambas teriam um ponto de origem em comum, mas ainda restam algumas incógnitas — até o momento, há uma ausência de achados de cerâmica tipicamente tupiguarani na bacia amazônica. E como se explica que um grupo saindo da bacia amazônica, sem possuir a cerâmica, teria desenvolvido mais tarde uma decoração policrômica em função de influências trazidas da região abandonada?

- **O Paleoindígena**

As pesquisas arqueológicas paleoindígenas foram iniciadas durante a execução do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) no oeste do Rio Grande do Sul e do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), entre 1968 e 1972.



Com os resultados obtidos, foi criado em 1972, sob a coordenação do arqueólogo Eurico Th. Miller, o Programa Paleoindígena (PROPA), financiado pelo *Smithsonian Institution* (SI-USA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a aprovação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a colaboração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Em Rondônia e Mato Grosso, as pesquisas arqueológicas do Paleoindígena devem-se ao PRONAPABA e ao Programa Arqueológico de Rondônia (PAR), da Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo (SECET-RO).

Os resultados preliminares foram apresentados por Eurico Th. Miller, em sucintas comunicações, entre os anos de 1976 e 1986.

Segundo MILLER (1987), os sítios Paleoindígenas de Rondônia e Mato Grosso encontram-se nos vales do rio Guaporé, na encosta superior da Chapada do Parecis (MT e RO), e nos sedimentos atualmente imersos nas águas do alto rio Madeira (RO).

Segundo a classificação de Köppen, o clima para toda a área de Rondônia é o tropical chuvoso e o mês mais frio tem temperatura sempre acima dos 18°C, correspondente às florestas com chuvas do tipo monção; a estação seca é de pequena duração, mas suficientemente úmida para a existência de florestas. Para a área de Mato Grosso, o clima refere-se às savanas tropicais, com verão úmido e inverno seco.

A geomorfologia no alto rio Madeira é caracterizada por um embasamento de rochas do Complexo Xingu Formação Solimões com restos animais e vegetais, cobertura de argilitos, siltitos e arenitos, depósitos de planície de inundação.

Na Chapada do Parecis, ocorre cobertura de arenito da Fazenda Casa Branca (Carbonífero-Permiano) e da Formação Parecis, composta de arenitos finos (Cretáceo), onde há testemunhos de capeamento basáltico.

No alto rio Madeira, predominam as formas de relevo de superfícies pediplanadas e transição para áreas dissecadas, interflúvios tabulares, colinas, pontões e áreas de acumulação inundáveis; já, no Chapadão, encimando a cuesta arenítica, podem-se observar superfícies tabulares e relevos escalonados.

No âmbito do Projeto Paleoindígena, ficaram conhecidos dois complexos para esses estados: Complexo Dourado, encontrado em Mato Grosso e Rondônia, e Complexo Periquitos, encontrado em Rondônia.

As evidências Paleoindígenas, conhecidas na Chapada do Parecis, ocorrem em abrigos sob rocha. Por não se constituírem de sítios-habitação, a contribuição à sedimentação e composição do solo foi praticamente mínima.

As evidências encontradas no leito do rio Madeira junto à cachoeira Periquitos fazem parte do Complexo Periquitos.

O Complexo Dourados é representado por dois sítios — MT-GU-1 e RO-RO-7 —, que se caracterizam por estar localizados em abrigos. Possuem vestígios de ocupação e não de acampamento. Em sua primeira camada sedimentar, encontram-se evidências de fases cerâmica e pré-cerâmica arcaica, raros enterramentos, arte rupestre gravada, líticos (como lascas, um biface, raspadores e percutores), porções de resina, raros caroços de palmeira carbonizados e carvão.

O sítio MT-GU-01, também chamado de Abrigo do Sol, localizado em Mato Grosso, foi escavado por Miller, mas a publicação das pesquisas foi de autoria do fotógrafo W. J. Von Puttkamer. As informações são parcas e fragmentadas, mas sabe-se que a vasta Lapa do Sol, perto do rio Galera (afluente do rio Guaporé), forneceu datações de grande antiguidade.

A escavação, que atingiu uma profundidade de 4,70m, evidenciou uma indústria atípica de seixos, núcleos e lascas toscas “prismáticas”. Von Puttkamer escreve que carvões encontrados na base da escavação têm “entre 9.000 e 12.000 B.P.”, enquanto uma datação indica que o objeto mais antigo poderia ter 12 mil anos. Outra amostra, de 14.500 B.P., foi conseguida de um nível mais alto, e essa inversão estratigráfica, não explicada nos artigos mencionados, faz com que este resultado seja recusado.

O Complexo Periquitos é encontrado em sítios no leito do alto rio Madeira, com foco na cachoeira dos Periquitos. Nesse sítio, foram achados fósseis humanos, mas o único registro que ficou para a posteridade foi uma mandíbula com um molar e um pré-molar juntos (o maquinário da empresa mineradora que atuava na área destruiu, indevidamente, o resto das evidências). As informações sobre esse Complexo são parcas nas publicações de Miller.

- **A Arte Rupestre**

O registro rupestre é uma fonte arqueológica deixada pelo homem pré-histórico, inscrita em pedras e paredões em forma de gravuras e pinturas, feitas por grupos indígenas em vários períodos, não só para a decoração. Segundo GASPAR (2003): “o grafismo era parte integrante do sistema de comunicação do qual se preservaram apenas as expressões gráficas que resistiram no tempo”.

A arte rupestre é uma forma de transmissão dessa memória pretérita, não através de palavras, mas, sim, de imagens: a visão que o homem tinha do mundo na Pré-História. Há muito tempo que a arte rupestre no Brasil vem sendo relatada em nossa história. A primeira referência é de 1598, quando o então Governador da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho encontrou, junto a um rio chamado Arasoagipe, gravuras que ele descreveu como cruces e caveiras de defunto. PROUS (1984) afirma que bandeirantes paulistas encontraram a Pedra dos Martírios em Goiás e, a partir daí, a bibliografia sobre esse tema aumentou.

A arte rupestre pode ser classificada de duas formas: gravuras ou pinturas. As pinturas também são chamadas de pictografias e as gravuras, de petróglifos.

As gravuras podem ser realizadas em baixo-relevo ou alto-relevo, a partir de técnicas, tais como o picotamento da rocha, raspagem ou alisamento.

As pinturas rupestres são figuras realizadas a partir de tintas feitas pelo homem pré-histórico e de pigmentos minerais e substâncias de origem orgânica, como resinas vegetais, gordura animal, etc. Em algumas regiões do Brasil, utiliza-se a palavra indígena de origem tupi "Itacoatiara", que quer dizer "pedra pintada", para denominar os rochedos decorados.

São conhecidas, ao todo, no Brasil, oito Tradições de arte rupestre: Nordeste, Meridional, Litorânea Catarinense, Geométrica, Planalto, Agreste, São Francisco e Amazônica.

Na All do empreendimento, ocorrem três Tradições de arte rupestre brasileira: Amazônica, São Francisco e Geométrica.

A Tradição Amazônica ocorre nos estados da Região Norte do Brasil, sendo composta por gravuras e pinturas, com uma grande diversidade de imagens. Existem poucos estudos sobre esta Tradição, que apresenta antropomorfos simétricos e geométricos bem detalhados. Em alguns lugares, há painéis compostos por bastões e gravações curvilíneas.

Em Roraima, são encontradas retas pintadas paralelas ou formando retângulos preenchidos com traços. Às margens dos rios Cuminá, Puri e Negro, aparecem gravadas cabeças de figuras humanas, geralmente radiadas.

Já nas proximidades de Monte Alegre (PA), as figuras foram pintadas. Na região de Alenquer (PA), as figuras humanas caracterizam-se por estarem em sequência e de mãos dadas, realizadas de forma simples, sem detalhes anatômicos.

A Tradição São Francisco representa zoomorfos (peixes, pássaros, cobras, sáurios e uma figura semelhante a uma tartaruga) e antropomorfos estilizados, dominando as figuras geométricas. Não existe nenhuma cena nesta tradição. Basicamente, utilizam duas cores em suas figuras.

Os grafismos ocorrem no vale do rio São Francisco, em Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Mato Grosso e Goiás. Em algumas localidades, os grupos, ao invés de pintarem as figuras, picotaram as gravuras na rocha e, em alguns lugares, inseriram, no interior dos sulcos, pigmentos nas cores branco e preto.

A Tradição Geométrica representa, exclusivamente, figuras geométricas; algumas vezes, aparecem lagartos e aves. Utiliza a policromia nas pinturas, ou seja, mais de um pigmento. A Tradição Geométrica surge desde o Estado de Santa Catarina, passando pelo Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Piauí, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Goiás. Devido à grande área abrangida e à diversidade de representações, o arqueólogo André Prous a subdivide em Meridional e Setentrional.

Os sítios setentrionais aparecem nas imediações de rios, principalmente próximo a cachoeiras. As gravuras foram feitas em blocos que, nas épocas de enchentes, ficam submersos. Geralmente, são gravuras polidas, ocorrendo depressões periféricas chamadas de cupuliformes e algumas gravuras biomorfas que lembram sáurios ou homens.

Nos sítios meridionais, ocorrem gravações, sendo algumas retocadas com pigmentos. As figuras foram feitas em locais não banhados pelas enchentes, em alguns casos, ficam longe de cursos d'água. Aparecem tridáctilos, triângulos e, algumas vezes, foram feitas incisões ou um ponto no interior das figuras, que os arqueólogos denominam de vulvas.

### • **O Contexto Arqueológico Histórico**

Os sítios arqueológicos históricos ou coloniais correspondem ao conjunto de bens patrimoniais com datas posteriores ou contemporâneas ao contato entre os indígenas americanos e os homens brancos, ou seja, os conquistadores europeus.

Os trabalhos desenvolvidos sobre esse período são denominados de Arqueologia Histórica, os quais dispõem, em alguns casos, de documentações escritas que são utilizadas para auxiliar as interpretações dos vestígios materiais.

THIESSEN & TOCCHETTO (1999) e OLIVEIRA & SYMANSKI (1999) classificam os sítios históricos em cinco categorias funcionais: sítios religiosos, sítios militares, sítios comerciais/ produtivos, sítios domésticos e lixeiras coletivas.

A partir da citação anterior, pode-se perceber o potencial arqueológico histórico dos estados atravessados pelo empreendimento. A área pode ser considerada um espaço que possui um conjunto de características favoráveis à localização de sítios arqueológicos históricos, tendo em vista o processo de conquista e colonização do Brasil iniciado nessa região fronteira com a Bolívia.

Sendo assim, os itens finais deste Diagnóstico dedicam-se a descrever as potencialidades de sítios arqueológicos históricos na All do empreendimento.

### ➤ **Os Fortes Militares**

Desde meados do século XVII, paulistas, portugueses e espanhóis disputavam o território dos vales dos rios Guaporé e Mamoré, motivados pela busca de ouro. Enquanto os portugueses estabeleciam províncias e fundavam cidades – tal qual a Província de Mato Grosso, criada em 1743 pelo rei de Portugal, e sua capital, Vila Bela de Mato Grosso, às margens do rio Guaporé –, os espanhóis construía Missões Jesuíticas ao longo do rio Guaporé e seus afluentes (JCJ INFORMÁTICA, 2009).

Em meio às disputas territoriais e à colonização do território brasileiro, foram fundados os Fortes Militares, que podem ser caracterizados como importantes monumentos da conquista empreendida por uma nação no “novo” território.

Mais de 200 fortificações foram erguidas pelos portugueses no intuito de preservar o imenso continente que lhes fora legado por bula papal (de 1492) e pelo Tratado de Tordesilhas (1494) (RONDÔNIA DINÂMICA, 2011).

Os combates intensificaram-se após o Tratado de Madri, em 1750, que expandiu o domínio português profundamente na direção oeste, sobre as regiões protegidas pelos seguintes fortes: Forte de Macapá (Amapá), Forte de São Joaquim (Roraima), Forte de São José de Marabitanas (Amazonas), Forte de São Gabriel (Amazonas), Forte de Tabatinga (Amazonas), Forte Príncipe da Beira (Rondônia), Forte Coimbra (Mato Grosso do Sul), Forte Iguatemi (Mato Grosso do Sul) e Forte de Jesus Maria José (Rio Grande do Sul).

Das fortificações, o Forte Príncipe da Beira é considerado o de melhor localização e construção, embora atualmente restem apenas ruínas (RONDÔNIA DINÂMICA, 2011).

O forte protegia toda a margem direita dos rios Guaporé e Mamoré na fronteira com a Bolívia (RONDÔNIA DINÂMICA, 2008) e sua construção teve início em 20 de julho de 1776, quando foi lançada sua pedra fundamental. Foi dado como concluído em agosto de 1783, embora ainda faltasse executar alguns itens do projeto original (RONDÔNIA DINÂMICA, 2011).

Especula-se que o forte foi usado como presídio político no século passado. Segundo alguns autores, em 1889, ou em 1895, segundo outros, o forte, por medida de economia, foi desativado pela República recém-instaurada. Contudo, no início do século passado, o forte foi redescoberto pelo então Capitão Rondon, que, desde então, lutou para reativá-lo. Fato ocorrido, em parte, em 1932, com a instalação de um contingente do Exército em sua volta, que é mantido até os dias atuais (JCJ INFORMÁTICA, 2009).



**Figura 3.6.5-91**

Ruínas do Forte Príncipe da Beira (RO).  
Fonte: [www.ronet.com.br](http://www.ronet.com.br).



**Figura 3.6.5-92**

Alguns dos 56 canhões do Forte Príncipe da Beira (RO).  
Fonte: [www.ronet.com.br](http://www.ronet.com.br).

### ➤ **Os Aldeamentos Jesuíticos**

Os aldeamentos jesuíticos podem ser considerados como importantes sítios arqueológicos históricos. Representam aspectos importantes do contato realizado entre a fé católica e a fé dos índios nativos do Novo Mundo.

Tais aldeamentos foram fundados em todo o território nacional e tinham por objetivo reunir índios, em bases permanentes, para salvá-los da vida pagã e domesticá-los para o trabalho compulsório.

As Missões eram aldeamentos indígenas criados e organizados pelos missionários; geralmente, eram localizadas no *habitat* do índio, ficando assim afastadas das povoações. Na realidade, eram logradouros que reuniam os índios sobreviventes da empresa de conquista. Para os missionários, as Missões eram espaços "civilizados" onde os índios se transformariam em "homens", saindo do estado da barbárie em que se encontravam.

Segundo o Governador-Geral Mem de Sá, as Missões deveriam ter uma organização administrativa como as outras vilas de habitação colonial, com um Meirinho (autoridade civil escolhida entre os indígenas) que se encarregaria da vida administrativa. Estas decisões transformaram-se em leis em 1570. A partir daí, os índios seriam homens livres, contanto

que se mantivessem unidos à religião cristã e à colonização. Por outro lado, manteve-se o cativo legal dos índios aprisionados em "guerra justa".

Devido ao crescimento econômico da América Portuguesa, com o desenvolvimento açucareiro, foi criado, em março de 1609, um órgão do Tribunal da Relação do Brasil, o qual controlaria as relações sociais, jurídicas e políticas na própria Colônia.

Esse órgão seria também responsável pelo cumprimento da lei que garantia a plena liberdade aos índios, proibindo qualquer tipo de escravidão indígena e obrigando os colonos ao pagamento aos índios pelos trabalhos prestados.

Assim, os jesuítas ficaram responsáveis pela catequese, direção temporal dos aldeamentos e administração das terras e dos serviços dos índios aos colonos.

Observa-se que a lei de 1609 era fruto de constantes conflitos entre colonos, necessitados de mão de obra, e missionários, preocupados com a evangelização dos índios pagãos.

No século XVII, os aldeamentos começaram também a ser fundados nos sertões, a fim de reduzir os índios das novas áreas ocupadas. Os anos que se seguiram foram repletos de conflitos entre os colonos e missionários, por causa dos vários aprisionamentos de índios, aldeados ou não, em virtude da interiorização da colonização com a pecuária e da consequente disputa pelas terras.

Em meio a tantos conflitos envolvendo religiosos, índios e grandes sesmeiros, várias decisões administrativas e jurídicas foram tomadas, como a criação do Bispado de Pernambuco por Bula do Papa Inocêncio XI, em novembro de 1676, para orientar os religiosos e intermediar nas situações conflituosas que se desenrolavam no sertão.

Em março de 1681, criou-se a Junta das Missões de Pernambuco, subordinada à que existia em Lisboa, que iria promover e cuidar de todos os negócios referentes às Missões e catequese dos índios. Sendo assim, a partir de 1686, essas Missões passaram a ser regidas pelo novo "Regimento das Missões", que deu aos Padres da Companhia de Jesus os controles espiritual, político e temporal dos aldeamentos, porém garantindo o acesso dos colonos ao trabalho indígena, que deveria agora ser contratado em troca de pagamento.

Percebe-se que a criação das Missões de aldeamento fez parte de uma política de aldeamento da Coroa portuguesa, a qual assegurava os diversos interesses da colonização, como também atendia aos objetivos religiosos dos missionários e da Igreja.

Para alcançar os objetivos pretendidos pelos missionários, as Missões deveriam localizar-se em áreas que fossem realmente interessantes à colonização.

O interesse em estabelecer aldeamentos seria mais nas áreas de atividade agrária, visto que, nas outras áreas da pecuária, o contingente de mão de obra era reduzido. No sertão, era necessário fazer o "despovoamento" de índios para que se pudesse efetivar um "povoamento colonial."

Nos aldeamentos jesuíticos, os índios eram educados para viver como cristãos. Nesse processo, os jesuítas valiam-se de aspectos da cultura nativa, especialmente a língua, para se fazerem compreender e se aproximarem dos mesmos, transformando-os em fiéis servos de Deus.

Em 1669, os jesuítas fundaram, na foz do rio Madeira, a Missão de Tupinambarana, iniciando, assim, a penetração no vale do rio Madeira. O padre jesuíta João Sampaio foi o fundador da aldeia de Santo Antonio das Cachoeiras, onde, muitos anos depois pretendeu-se estabelecer o ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (MIGRANTES DE RONDÔNIA, 2008b).

A ação missionária expandia-se proporcionalmente ao aumento das atividades coletoras de especiarias (“drogas do sertão”), que eram comercializadas pelos padres e índios com os comerciantes das bandeiras fluviais do Grão-Pará, através do processo de escambo. As Missões do rio Madeira, além das atividades de catequese, exerciam também as de empórios comerciais (LIMA, 2008b).

Em 1683, o padre Jódoco Peres, superior dos jesuítas de Tupinambarana, subiu o rio Madeira durante nove dias, até alcançar a aldeia dos índios Iruri, onde intencionava instalar uma missão, porém não obteve êxito (LIMA, 2008b).

Em 1687, os padres jesuítas, apoiados na Missão Tupinambarana, instalaram várias Missões no rio Madeira, nas aldeias dos indígenas, dos quais conseguiram conquistar a amizade e compor alianças. A partir de sua foz rumo às nascentes, encontravam-se instaladas Missões em Abacaxis, Paranaparixaria, Canumã, Onicoré e Tarerise (LIMA, 2008b).

Em 1689, os padres José Barreiros e João Ângelo Bononi conseguiram, enfim, instalar uma missão na aldeia dos índios Iruri.

Em 1712, o padre jesuíta João Sam Payo entrou no rio Madeira, estabelecendo-se na aldeia indígena de Canumã. Construiu igreja e casas e iniciou seu trabalho missionário no vale desse rio. Em 1723, ele fundou a missão de Santo Antônio, próximo à foz do rio Jamari, dentro da área atualmente limitada pelo Estado de Rondônia; posteriormente, mudou-a para o lago Cuniã, a fim de proteger os índios dos ataques dos indígenas adversários e dos aventureiros que trafegavam pelo rio Madeira (LIMA, 2008b).

Os índios Mura, Parintintim e Caripuna detiveram a expansão das Missões Jesuíticas na cachoeira de Santo Antônio, obrigando padres, colonos e indígenas aliados a recuar até próximo à foz do rio Jamari, nas vizinhanças do rio Beata, daí se deslocando até a foz do rio Ji-Paraná, na qual instalou a missão de Camuam, sendo dessa desalojados em decorrência dos constantes ataques dos indígenas, bem como do surto de doenças, que os debilitaram. Abandonaram o local, deslocando-se rio abaixo até a missão de Trocano (atual cidade de Borba), na qual os padres dispunham de recursos bélicos para se defenderem, inclusive dois pequenos canhões (LIMA, 2008b).



Enfrentando a hostilidade dos indígenas, os padres prosseguiram o trabalho catequético de aldeamento e pacificação das nações aborígenes, com vistas a consolidar a ocupação lusa no vale do rio Madeira, em observação à política de expansão territorial no continente americano, disposta pelo governo metropolitano português.

Consoante ao alcance desse objetivo, o padre João Sam Payo, em 1728, explorou os baixos e médios cursos do rio Jamari. Organizou uma expedição para subir o rio Madeira, alcançando a cachoeira Aroya (Santo Antônio), daí prosseguindo e vencendo as cachoeiras, saltos e corredeiras dos rios Macacos, Laguerites (Teotônio), Morrinhos, Calderão do Inferno, Jirau, Três Irmãos, Paredão e Pedreira, atingindo a foz do rio Ferreiro, subindo até próximo a sua nascente, onde encontraram uma missão de padres jesuítas espanhóis.

Retornando ao Madeira, penetrou no rio Abunã, afluente da margem esquerda, retrocedendo da cachoeira de Fortaleza, prosseguindo sua rota Madeira acima, atravessando cachoeiras e saltos de Araras, Periquitos, Ribeirão, Misericórdia, Chocolatal, Madeira, passando pela foz do rio Beni e penetrando no rio Mamoré, atravessando neste as cachoeiras de Lages, Pau Grande Bananeiras, Guajará-Açu e Guajará Mirim, seguindo até a foz do rio Guaporé, por este prosseguindo até alcançar os arraiais de procura de ouro dos bandeirantes paulistas no alto curso desse rio, onde retornou à sua Missão no médio Madeira.

Tanto no percurso de ida como no de retorno, os expedicionários mantiveram os possíveis contatos com os indígenas, na tentativa de captar sua mensagem e convencê-los a se tornarem aliados e súditos do rei de Portugal, bem como a aceitarem habitar em Missões e a seguir os procedimentos da Santa Igreja Católica Apostólica Romana (LIMA, 2008b).

No ano de 1727, anterior à citada expedição, o padre João Sam Payo estabeleceu, na margem direita do rio Madeira em frente à cachoeira do Aroya, a Missão de Santo Antônio das Cachoeiras, a qual teve curta duração, pois foi arrasada pelos indígenas (LIMA, 2008b).

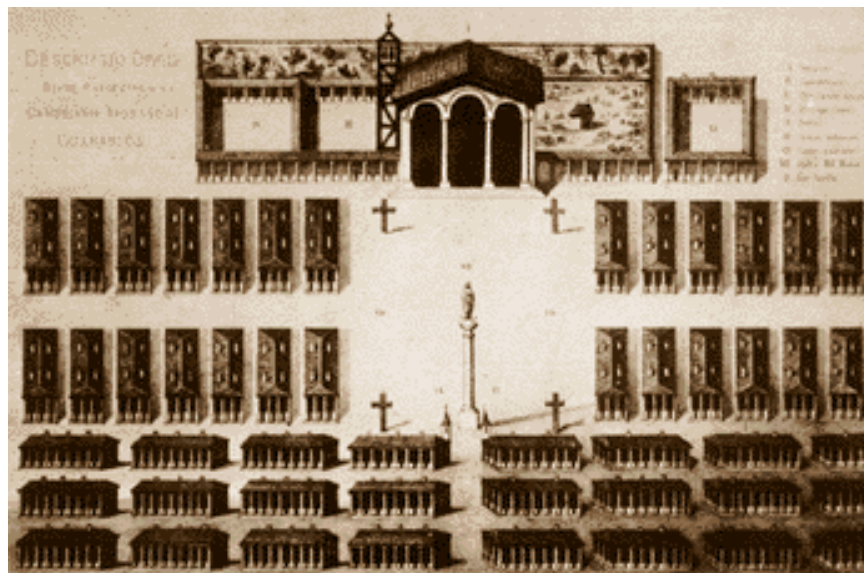
Os Mura permaneceram oferecendo resistência à ocupação lusa no vale do rio Madeira. Mesmo assim, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, foram fundadas várias Missões e povoados, tais como: Tupinambarana (1669), Abacaxis, Paranaparixana, Onícoré, Tarerise, Tocano, Canumã e Iruris (Missões no baixo Madeira), o núcleo colonial de Jumas, fundado pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta (1723), Santo Antônio, Cuniã, Beata, Santo Antônio das Cachoeiras e Camuan (Missões no médio Madeira, de efêmera duração, destruídas pelos indígenas).

O governo criou núcleos coloniais com destacamento militar: São João do Crato, presídios de degredados portugueses (atual São Carlos); Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande; Balsemão (Jirau); São José de Monte Negro. As Missões e os povoados no médio e alto curso do rio Madeira situavam-se em espaço atualmente delimitado pelo Estado de Rondônia (LIMA, 2008b).

A partir da cultura material recolhida em Missões Jesuíticas, é possível observar como se deu o contato entre os indígenas e os colonizadores jesuítas, sendo que, em muitos casos, dá para notar, a partir de obras de arte, de artefatos de cerâmica e de outros meios, a resistência dos indígenas ao que lhes estava sendo imposto.

Nesse sentido, a cultura material desses sítios representa um rico processo de sincretismo cultural estabelecido entre índios e brancos, no qual, mais do que a violência da colonização, é possível verificar apropriações simbólicas que as culturas indígenas fizeram da cultural colonial, reformulando, adaptando, refazendo, influenciando e reinventando-a.

A seguir, apresenta-se uma imagem de planta construída a partir dessas reminiscências estruturais.



**Figura 3.6.5-93**

Planta típica de um Aldeamento Jesuítico.  
Fonte: [www.multirio.rj.gov.br](http://www.multirio.rj.gov.br).

### ➤ **As Sociedades Indígenas Remanescentes**

Os povos indígenas contemporâneos estão espalhados por todo o território brasileiro; vários deles também habitam países vizinhos. No Brasil, a grande maioria das comunidades indígenas vive em terras coletivas, declaradas pelo Governo Federal para seu usufruto exclusivo. As chamadas Terras Indígenas (TIs) somam, atualmente, 582 (CMI BRASIL, 2007).

A Enciclopédia dos Povos Indígenas, organizada pelo Instituto Socioambiental (2008), afirma que há indícios antropológicos e arqueológicos em Rondônia e Mato Grosso que evidenciam a existência de um grande número de índios de diversas etnias naquelas regiões. Também ocorreram diversas ocupações pelos brancos com a intenção de colonizar a região e explorar os recursos naturais.

Dados do Censo do IBGE de 2000 apontam que a população indígena do Mato Grosso era de 27.654 índios. A participação relativa de indígenas no estado correspondeu a 4%, bem acima da média nacional. No período de 1991-2000, houve um aumento da taxa média de crescimento anual de 14,2%.

Em Rondônia, a população indígena totalizou 8.091 índios em 2000 e, no período de 1991-2000, o estado apresentou aumento da taxa média de crescimento anual de 11,2%. (IBGE, 2005).

O reconhecimento das Terras Indígenas por parte do Governo brasileiro (processo de demarcação) é um capítulo ainda não encerrado da história brasileira. Muitas delas estão demarcadas e contam com registros em cartórios; outras estão em fase de reconhecimento. Há, também, áreas indígenas sem nenhuma regularização.

Além disso, diversas TIs estão envolvidas em conflitos e polêmicas. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existe em Rondônia um total de 6.134 indivíduos divididos em 25 grupos indígenas: Aikaná, Jabuti, Mutum, Urupá, Ajuru, Kanoê, Nambikwara, Amondawa, Karipuna, Pakaanova, Arara, Karitiana, Paumelenho, Arikapu, Kaxarari, Sakirabiap, Ariken, Koiaia, Suruí, Aruá, Kujubim, Tupari, Cinta Larga, Makuráp, Uru Eu Wau Wau, Gavião, Mekén e Urubu.

No Mato Grosso, existe um total de 25.123 indivíduos, distribuídos em 42 grupos indígenas: Apiaká, Juruna, Mehináko, Rikbaktsa, Yawalapiti, Arara, Kalapalo, Metuktire, Suyá, Zoró, Aweti, Kamayurá, Munduruku, Tapayuna, Bakairi, Karajá, Mynky, Tapirapé, Bororo, Katitaulú, Nafukuá, Terena, Cinta Larga, Kayabí, Nambikwara, Trumai, Enawené-Nawê, Kayapó, Naravute, Umutina, Hahaintsú, Kreen-Akarôre, Panará, Waurá, Ikpeng, Kuikuro, Pareci, Xavante, Irantxe, Matipu, Parintintin e Xiquitano.

Nos **tópicos 3.6.5.6.e – Populações Indígenas – AII/AID** e **3.6.5.6.f – Localização das Aldeias Indígenas e seu Contingente Populacional – AII/AID** deste Diagnóstico é feita uma apresentação e breve descrição das Terras Indígenas, e respectivas aldeias, mais próximas ao empreendimento, cuja localização é representada na **Ilustração 15 – Populações Tradicionais**. Cabe ressaltar que essas TIs serão objeto de um estudo específico a ser apresentado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>33</sup>.

## **(2) Patrimônio Arqueológico – AID**

Os primeiros registros arqueológicos anotados sobre Rondônia datam de 1937. Foram publicados em Berlim por Emil Heinrich Snethlage, que andou pelo rio Guaporé. Em 1956,

<sup>33</sup> A FUNAI já emitiu um Termo de Referência (dez./2010) para os estudos do componente indígena da LT 230 Jauru – Porto Velho C3, conforme detalhado no **tópico 3.6.5.6.g – Recomendações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI**. De acordo com o referido TR, devem ser contempladas as sete TIs que são tratadas nos **tópicos 3.6.5.6.e – Populações Indígenas – AII/AID** e **3.6.5.6.f – Localização das Aldeias Indígenas e seu Contingente Populacional – AII/AID**.

Etta Becker-Donner, também excursionando pelo rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia, identificou vários sítios arqueológicos com petróglifos e manufatura ceramista.

No rio Madeira, em particular, as primeiras referências arqueológicas foram feitas por Helmut Grabert e Juan Schobinger, em 1969/70, quando estiveram no trecho de fronteira com a Bolívia e anotaram a ocorrência de petróglifos.

As inscrições rupestres (petróglifos) encontradas no rio Madeira desde as primeiras referências sempre despertaram a curiosidade de populares e pseudocientistas. Foi assim que, em 1986, Emanuel Pontes Pinto publicou um livro relacionando essas inscrições com o grego antigo.

Entretanto, as primeiras pesquisas com embasamento científico voltadas para a arqueologia datam do ano de 1975, através de EURICO MILLER (1975/77) em pesquisa pelo PRONAPABA, que somou dois sítios (RO-RO-1: Vilhena I e RO-RO-2: Vilhena II) aos outros 12 já identificados por Becker-Donner. Pelo mesmo PRONAPABA, Miller, em 1978, fez um levantamento mais detalhado de um longo trecho do alto Madeira, que resultou na descoberta de dezenas de sítios e no estabelecimento de Tradições e Fases culturais arqueológicas, a partir da análise quantitativa da cerâmica.

O Estado de Rondônia possui um dos maiores potenciais arqueológicos do País. A cada quilômetro e meio de ocupação, podem ser encontrados sítios arqueológicos de até 23 mil anos.

Na região de Guajará-Mirim, foram encontrados materiais cerâmicos com data de 4.300 anos atrás. Segundo o arqueólogo Josuel Ângelo Ravani, os estudos avançam neste sentido, mas faltam pesquisas que incentivem descobertas mais antigas. Mesmo assim, em Rondônia há achados importantíssimos para o estudo da arqueologia, como artes rupestres (petróglifos) esculpidas em pedras próximas à localidade de Nova Riachuelo (entre os municípios de Ji-Paraná e Presidente Médici) (CAPISTRANO, 2006). Nesse local, existem dezenas de rochas que retratam rituais e outras simbologias, além da virilidade masculina e da fertilidade feminina de povos nativos. Os petróglifos foram encontrados em 1984.

No município de Alta Floresta d'Oeste, em Rondônia, também foi encontrado o primeiro Sambaqui no meio do continente. Possuía 6m de altura, um tipo de achado que só é comum no litoral. No estado, podem ser vistos no vale do rio Guaporé.

Os achados em Rondônia são divididos em três regiões: nos vales dos rios Guaporé, Madeira e Ji-Paraná. A região do Madeira apresenta evidências de uma cultura mais evoluída, onde os nativos produziam cerâmicas e pintavam com várias cores. Mesmo a ação do tempo e a acidez do solo não conseguiram apagar a coloração das tintas e a riqueza dos desenhos. As tintas eram feitas à base de produtos minerais, vegetais e animais.

No vale do Guaporé, a comunidade era forte culturalmente. Possuía grupos maiores de nativos, mas não produzia cerâmica. Os habitantes do vale do Ji-Paraná possuíam terras férteis e praticavam a agricultura de subsistência (CAPISTRANO, 2006).

Por meio de um convênio com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), foi realizado o Salvamento Arqueológico na área da Usina Hidrelétrica (UHE) de Samuel, quando da formação do lago e enchimento do reservatório.

Outros estudos do potencial arqueológico foram realizados em diversas áreas do Estado de Rondônia, tais como:

- BR-429, entre Presidente Médici e Costa Marques;
- mineração Massangana, no município de Monte Negro;
- área de garimpo do Bom Futuro, no município de Ariquemes;
- área da Usina Hidrelétrica Rondon, no rio Comemoração, em Pimenta Bueno.

Também foram realizados trabalhos de pesquisa no médio rio Ji-Paraná, entre a cachoeira de Nazaré até a cidade de Ji-Paraná. Esta última área está relacionada nos estudos de viabilidade da UHE Ji-Paraná, em projeto realizado pela ELETRONORTE.

No município de Ji-Paraná, nas Linhas 102, 106, 110 e 111, existe uma grande presença de sítios-cerimoniais, localizados, mais precisamente, nas margens do rio Molim.

Ao longo do vale do Guaporé, há registro de uma grande quantidade de sítios localizados, sendo que a maioria está sob uma vila ou sob uma ocupação recente. O Forte Príncipe da Beira, construído em meados de 1700, encontra-se a jusante da cidade de Costa Marques.

Com a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), surgiu a Divisão de Arqueologia para dar suporte à Instituição perante os empreendimentos que surgem no Estado de Rondônia. A Divisão evoluiu e, recentemente, passou a ser o Grupo de Arqueologia, que atua nas ações fiscalizadoras e protetoras do Patrimônio Cultural, efetuando o Salvamento Arqueológico em casos extremos.

No rio Madeira, existe uma grande quantidade de material fóssil da Mega-Masto-Fauna extinta, que, no auge da exploração do ouro, foi levada à destruição ou ao contrabando. A presença de fósseis humanos é significativa. Com a criação da SEDAM, passou-se a fiscalizar melhor esta área fossilífera e coibir o contrabando, mesmo não intensivamente.

No início da década de 1990, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Madeira, com limites a jusante da cachoeira de Santo Antônio até a divisa com o Estado do Amazonas.

A equipe de Arqueologia do LEPA, responsável pelas ações de Arqueologia no empreendimento em tela, já realizou dois projetos de Arqueologia Preventiva nessa região:

(i) Projeto de Prospecção Arqueológica da área abrangida pelas Linhas de Transmissão 230kV Jauru – Vilhena – Pimenta Bueno – Ji-Paraná – Ariquemes – Samuel (MT – RO), autorizado pela Portaria IPHAN nº 296/Anexo III, de 24 de outubro de 2007, e Processo Administrativo nº 01450.013014/2007-32, no qual foram localizados 61 sítios arqueológicos;

(ii) Projeto de Prospecção Arqueológica na área de influência da Usina Hidroelétrica Rondon II e Linha de Transmissão 138kV Rondon II, autorizado pela Portaria IPHAN nº 300, de 20 de novembro de 2007, e Processo Administrativo nº 01410.000048/2007-33, no qual foram localizados três sítios arqueológicos na área referente à Usina Rondon II.

As ações de arqueologia do LEPA, apresentadas anteriormente, já possibilitaram a inclusão de 64 sítios arqueológicos no CNSA do IPHAN, também demonstrando, dessa maneira, o potencial arqueológico da área em estudo.

Em resposta a solicitação da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (LVTE) – Processo IBAMA nº 02001.005510/2010-79 –, no que se refere à proteção do patrimônio arqueológico nacional, foi encaminhado ao IBAMA, o Ofício nº 033/11, de 14/02/2011, do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), do IPHAN, no qual este órgão informa que o empreendimento Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3 está apto a obter a Licença Prévia (LP), tendo em vista que a etapa dos estudos de Diagnóstico foi executada e que, no momento, estão sendo realizados os serviços prospectivos.

Cabe ressaltar que, segundo o CNA, para as fases de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), é necessária a continuidade das pesquisas arqueológicas de prospecção, conforme permissão concedida pela Portaria nº 24, Anexo I, Projeto 16, DOU de 13 de setembro de 2010 (validade de 12 meses), e a apresentação ao IPHAN de Programa de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial e de Programa de Guarda e Curadoria do material arqueológico resgatado na área de influência do empreendimento.

- **O Contexto Histórico**

- **Estado de Mato Grosso**

O nome Mato Grosso é originário de uma grande extensão de 7 léguas de mato alto, espesso, quase impenetrável, localizado às margens do rio Galera, percorrido pela primeira vez em 1734, pelos irmãos Paes de Barros. Acostumados a andar pelos cerrados do Chapadão dos Parecis, onde havia algumas ilhas de arbustos agrestes, os irmãos aventureiros, impressionados com a altura e o porte das árvores, com o emaranhado da vegetação secundária que dificultava a penetração, com a exuberância da floresta, denominaram-na de Mato Grosso (SILVA, 2011).

Sua economia se baseia na indústria extrativista (madeira, borracha), na agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz, milho), na pecuária e criações, na mineração (calcário e ouro) e na indústria (metalúrgica e alimentícia).

Pelo Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494), a área pertencia à Espanha. Os jesuítas, a serviço dos espanhóis, criaram os primeiros núcleos, de onde foram expulsos pelos bandeirantes paulistas em 1680. Em 1718, a descoberta do ouro acelerou o povoamento. Em 1748, para garantir a nova fronteira, Portugal criou a capitania de Mato Grosso e lá construiu um eficiente sistema de defesa.

Com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), Espanha e Portugal estabeleceram as novas fronteiras. A produção de ouro começou a cair no início do século XIX. Em 1901, ocorreu um movimento separatista, temporariamente controlado.

Em 1917, a situação se agravou, provocando intervenção federal. Com a chegada dos seringueiros, pecuaristas e exploradores de erva-mate na primeira metade do século XIX, o estado retomou o desenvolvimento.

Em 1977, uma parte do Estado de Mato Grosso foi desmembrada e transformada no Estado do Mato Grosso do Sul (COISAS DE MATO GROSSO, 2011).

### ➤ **Municípios abrangidos pelo empreendimento**

#### Jauru

O município de Jauru teve sua origem no município de Cáceres, que foi desmembrado de Cuiabá, sob a denominação de Villa de São Luiz do Paraguai, passando depois a chamar-se Vila Maria, posteriormente São Luiz de Cáceres e, por fim, Cáceres.

No passado, esse território foi habitado por inúmeros povos indígenas, dentre os quais, têm-se notícias dos Nambikwara, Parecis e Bororo. Atualmente, não se encontra povo indígena no município, mas é comum a população local deparar, nos terrenos preparados para o plantio, com objetos que identificam a presença indígena, como cacos de cerâmica e machados de pedra (FERREIRA, 2001).

A origem do nome "Jauru" deriva da língua Tupi, que significa "peixe grande". Inicialmente, o município recebeu o nome de "Gleba Paulista", que, mais tarde, em função da religiosidade do povo, passou a chamar-se "Cidade de Deus". No entanto, talvez pela força do nome do histórico "rio Jauru", que corta esse território, acabou prevalecendo o nome de "Jauru" (FERREIRA, 2001).

É importante destacar dois fatores marcantes no desenvolvimento do povoado de Jauru: a instalação de serrarias para o aproveitamento de madeiras importantes existentes na área e a chegada da imagem de Nossa Senhora do Pilar — que se tornou a padroeira local — em 12 de outubro de 1964, vinda da Espanha. A criação do município de Jauru data de 20 de setembro de 1979, pela Lei Estadual nº 4.164.

Dentre outros eventos tradicionais, a Festa do Peão e a Feira da Amizade mobilizam a cidade; esta última comemora o aniversário de Jauru no mês de setembro e apresenta as culturas do município.

### Vale de São Domingos

A primeira tentativa de criação do município foi feita pelo deputado Dionir de Freitas, através do Protocolo de nº 3.076/91 e Processo nº 413/91, apresentando um projeto de lei que pleiteava a emancipação da localidade em 10 de outubro de 1991 (WIKPEDIA, 2011a).

O Decreto Legislativo nº 2.937, de 26 de outubro de 1999, permitiu que o Tribunal Regional Eleitoral (TER/MT) autorizasse a realização de uma consulta plebiscitária relativa à criação do município de Vale de São Domingos.

Nesta época, o escrivão eleitoral Hélder Costa, de Pontes e Lacerda, expediu certidão mostrando que o distrito de São Domingos, na 25ª Zona Eleitoral, contava com dois locais de votação — Patrimônio de São Domingos e Barracão Queimado —, apresentando 2.322 eleitores aptos a votar. Essa informação foi considerada suficiente para que o TRE/MT aprovasse o plebiscito, que foi realizado, e a resposta foi "sim" (WIKPEDIA, 2011a).

### Pontes e Lacerda

Os primeiros habitantes do território hoje pertencente ao município de Pontes e Lacerda foram os índios do povo Nambikwara. Os paulistas devassadores da região, nos primeiros tempos, denominaram esses índios de cabichis ou cavichis.

Hoje em dia, a denominação kabixi é utilizada entre os índios do povo Paresi, para um grupo da sua própria tribo, que é tratado como antropófago na cultura tribal.

Apesar da dizimação da tribo por aprisionamentos dos paulistas e problemas da aculturação, ainda hoje uma parte do povo Nambikwara mantém vida organizada na área da TI Sararé, nos municípios vizinhos de Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade (CITYBRASIL, 2011). Nesta mesma área, em 1987, habitavam 41 índios.

Em 1906, a região passou a ser objetivo de trabalho da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, comumente denominada Comissão Rondon.

Pontes e Lacerda era estação telegráfica na linha variante entre Cáceres (cidade então denominada São Luís de Cáceres) e Mato Grosso (então denominada Vila Bela da Santíssima Trindade).

A denominação Pontes e Lacerda é recente. Origina-se dos nomes dos astrônomos e cartógrafos Antônio Pires da Silva Pontes, que era mineiro, e Francisco José de Lacerda e Almeida, paulista — ambos diplomados pela Universidade de Coimbra, em Portugal. Em 1874, eles elaboraram a primeira carta geográfica dos rios da região, partindo de Vila Bela rumo ao rio Jauru (FERREIRA, 2001).



### Conquista d'Oeste

O município de Conquista d'Oeste foi criado através da Lei Estadual nº 7.233, de 28 de dezembro de 1999, com território desmembrado do município de Pontes e Lacerda (WIKPEDIA, 2011b).

A formação da vila se deveu à ocupação da Fazenda Conquista por posseiros, originando o processo regular de ocupação através de projeto de assentamento provido pelo INCRA, hoje em fase de titulação (WIKPEDIA, 2011b).

Odélio de Freitas é citado como exemplo de pessoa popularmente conhecida na localidade, pela função que ali desenvolvia, cuja intenção era comprar terras no município de Nova Lacerda e que, no entanto, acabou optando por comprar em Conquista d'Oeste, ao verificar a fertilidade do solo. Ele retornou a Goiás para buscar sua família e, finalmente, passou a residir nessa comunidade (FERREIRA, 2001).

No mês de julho, acontece no município a Exposição Agropecuária e, em outubro, a festa do padroeiro da cidade, São Francisco de Assis.

### Nova Lacerda

O topônimo Nova Lacerda é uma homenagem ao advogado e político José Lacerda, natural de tradicional família de Cáceres. A denominação da cidade foi dada pelo paraguaio Rafael Villalva, pioneiro da localidade, também conhecido como Taim, que havia prometido ao deputado José Lacerda que, caso fosse resolvida a questão de posse da terra das famílias que estavam instaladas em áreas rurais, mas que não eram tituladas de forma regular, ele fundaria uma cidade e nela poria o primeiro nome ou o sobrenome do parlamentar. O caso foi resolvido com a interveniência do deputado Lacerda, e a promessa foi cumprida.

Os posseiros receberam seus documentos de posse da terra, e Villalva fundou um núcleo, batizando-o de Nova Lacerda. O termo "Nova" foi acrescentado para diferenciá-lo do topônimo Pontes e Lacerda, município vizinho, comumente chamado de Lacerda pelos viajantes e pelos moradores locais (FERREIRA, 2001).

### Comodoro

A denominação "Comodoro" se deve ao conteúdo de alta relevância, de nobreza, de superioridade do termo empregado pela Marinha.

A colonização de Comodoro, que inicialmente havia recebido a denominação de Nova Alvorada, foi idealizada por Raimundo Costa Filho, fundador da cidade de Colfder. Comodoro é fruto de um projeto de colonização surgido em 1983, idealizado por José Carlos Piovesan e sua família, e desenvolvido em parceria com Luiz Grandi. Piovesan era dono de extensas áreas na região. Previu-se o assentamento de 17 mil colonos vindos especialmente da Região Sul do País (FERREIRA, 2001).

O nome Comodoro foi escolhido através de uma lista que o colonizador da localidade organizou com a própria família.

### ➤ **Estado de Rondônia**

Pela lei de 17 de fevereiro de 1956, passou a se denominar Território Federal de Rondônia, em justa homenagem ao sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A história de Rondônia é marcada desde o período da exploração pelos aventureiros, bandeirantes, jesuítas, capitães, generais, seringueiros, garimpeiros e colonos agricultores.

Entre as fases de desenvolvimento do Estado de Rondônia, destacam-se: a descoberta de ouro no rio Corumbiara, no século XVIII; a conquista e o povoamento dos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira; a construção do Real Forte do Príncipe da Beira; o Primeiro e o Segundo Ciclos da Extração de Látex; a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; a descoberta de minério de estanho (cassiterita), em 1952; a abertura da BR364; a implantação de projetos de colonização, pelo Governo Federal, através do INCRA.

A ocupação do espaço regional tem início no século XVIII, com a fundação da aldeia de Santo Antônio, pelo padre jesuíta João Sampaio, com as descobertas de ouro nos afluentes da margem direita do rio Guaporé — o que despertou o interesse da Coroa Portuguesa pela posse da terra — e com a fundação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, cujos limites abrangiam a maior parte das terras do atual Estado de Rondônia.

A política de povoamento baseou-se na fundação de feitorias ao longo dos rios Guaporé e Madeira, na construção do Forte de Conceição, que foi substituído pelo Real Forte do Príncipe da Beira, e na exploração fluvial do rio Madeira e seus afluentes Mamoré e Guaporé, pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. No final do século XVIII, veio a decadência da mineração no vale do Guaporé e seu abandono por um período aproximado de 100 anos.

A retomada da ocupação deu-se pelos seringueiros, bem como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, as Linhas Telegráficas Estratégicas, o Segundo Ciclo da Borracha e a criação do Território Federal do Guaporé, que, em 1956, passou a ser Território Federal de Rondônia. Em 1981, foi elevado à categoria de estado.

### ➤ **Municípios abrangidos pelo empreendimento**

#### Vilhena

A história de Vilhena data do início do século XX, por volta de 1910, com a passagem por estas terras da expedição chefiada pelo então Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, quando fixou nos campos do Planalto dos Parecis um posto telegráfico na linha Cuiabá-Santo Antônio do Alto Madeira, que ligaria as principais cidades da região oriental do País, Cuiabá-Porto Velho, construindo milhares de quilômetros de cabos telegráficos e fazendo surgir vilas em torno dos postos.

O nome “Vilhena”, denominado por Cândido Mariano da Silva Rondon, foi uma homenagem ao ex-chefe Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, natural do Maranhão, engenheiro-chefe da Organização da Carta Telegráfica Pública, que, em 1908, foi nomeado Diretor-Geral dos Telégrafos pelo Presidente da República.

Vilhena é a porta de entrada da Amazônia ocidental, o que permite receber a denominação “Portal da Amazônia Ocidental” (VILHENA, 2011).

Essa cidade possui natureza privilegiada, com espetaculares cachoeiras e grande potencial hidráulico. Algumas dessas cachoeiras já estão sendo aproveitadas para geração de energia e implantação definitiva do turismo e do ecoturismo.

### Chupinguaia

Chupinguaia é conhecida como “Capital do Boi” por ser o maior município em agropecuária da região. Grande parte da área rural é formada por pastos ou coberta por densa floresta equatorial, caracterizada pela mata de terra firme com árvores enormes, com mais de 30m de altura, sendo abundantes as madeiras aproveitadas, tais como: mogno, cerejeira, itaúba, ipê, cedro, garapeira, entre outras.

A cidade surgiu no início dos anos 1980, à época da migração mais intensa para Rondônia. Chupinguaia, ou “rio vermelho” na linguagem indígena, segundo alguns pioneiros da cidade, nasceu do desmembramento de terras de Vilhena e de Pimenta Bueno. Sua economia é centrada na agropecuária (café e rebanho bovino de extrema qualidade) e no extrativismo da madeira. A “Rodovia da Produção” (RO-391) liga a BR-364 à sede do município.

### Pimenta Bueno

Localizada ao sul do Estado de Rondônia, Pimenta Bueno foi a segunda cidade originada a partir da passagem do então Tenente-Coronel Rondon na região. Em 1912, exatamente na confluência dos rios Apidiá e Comemoração, hoje rios Pimenta Bueno e Barão de Melgaço, foi instalada uma estação telegráfica, sob o comando do cabo João Pimenta Bueno.

Das muitas versões existentes sobre a origem do nome “Pimenta Bueno”, a que mais tem embasamento é a que diz ter sido o nome do vilarejo dado pelo próprio Rondon, em homenagem a José Antônio Pimenta Bueno, grande jurista, figura ilustre que viveu durante o século passado.

Na região, há diversas cavernas constituídas de cavidades naturais, originando abóbadas de até 20m de altura, favorecidas pela existência de fraturas seccionando camadas de arenito; no interior delas, drenam pequenos igarapés ou nascentes, que fluem para o rio Comemoração, distante 200m a jusante.

O perímetro urbano dispõe de uma reserva florestal preservada parcialmente, localizada na parte sudeste da cidade, cobrindo cerca de 43,50ha.

Em Pimenta Bueno, ainda estão preservados alguns seringais com produção quase artesanal de borracha, dentre os quais se destaca o da Fazenda Seringal do Ouro, localizado nas cabeceiras do igarapé Tupã, um dos formadores do igarapé Melgacinho.

Trata-se de um antigo seringal, preservado parcialmente e que mantém intacta a infraestrutura necessária para a produção de borracha, podendo-se apreciar todas as fases, desde a coleta efetuada em seringueiras localizadas em trilhas conhecidas como “estradas” (o próprio leite de seringa) até os processos de beneficiamento do produto, tanto pela defumação, praticamente abandonada, como pela prensagem, passando ainda pelo equipamento usado para o trabalho diário, as “colocações” dos seringueiros, e a própria sede do seringal (PIMENTA BUENO, s.d.).

### Cacoal

O seringueiro Anísio Serrão de Carvalho nomeou o município de Cacoal devido à grande quantidade de cacau nativo que tomava toda a área, tendo boa aceitação pelo solo, vindo a se tornar, juntamente com a lavoura cafeeira, que fez desse município a “Capital do Café”, a cultura mais importante da região, dando base de sustentação à economia local (WIKIMÁPIA, 2011).

O “Cacoal Sabor”, que é o maior festival gastronômico de Rondônia, já é tradição na cidade. O evento é realizado durante a semana de aniversário de emancipação política, reunindo as forças dos melhores restaurantes da cidade.

### Ministro Andreazza

Surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR) do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy-Paraná com o nome de Nova Brasília. O projeto de emancipação trazia o nome de Nova Brasília, fato que impedia sua criação porque já existia unidade político-administrativa com esse nome no Brasil.

O nome da cidade homenageia o Coronel Mário Andreazza, Ministro dos Transportes nas gestões dos presidentes Costa e Silva e Médici, e do Ministro do Interior no Governo de João Figueiredo, quando, aliás, se deu a transformação de Rondônia, então território federal, em estado.

### Presidente Médici

A cidade de Presidente Médici e o município de igual denominação, do qual é sede político-administrativa, foi fundada pelos migrantes oriundos das regiões Centro-Sul do País. Esses se estabeleceram ali a partir de 1970, contra a vontade do senhor Milton de Andrade Rios, que os tinha como grileiros, invasores das terras que considerava serem de sua propriedade, uma vez que as adquiriu do senhor Luiz Mário Pereira de Almeida, como parte integrante de Presidente Hermes. O novo proprietário dessas terras, situadas entre os igarapés Preto e Leitão, denominou-as Fazenda Presidente Hermes.

Em 1972, os colonos realizaram eleição para escolher um único nome para a localidade, sendo postos em votação os dois supracitados e mais Getúlio Vargas, Fátima do Norte, Cruzeiro do Sul e Presidente Médici, havendo sido escolhido este último. A designação da localidade foi oficializada em 1973, ao ser o local elevado à categoria de subdistrito, pelo Coronel do Exército Theotorico Gauva, à época Governador de Rondônia.

Os sítios arqueológicos existentes na área do município de Presidente Médici foram indicados pelo IPHAN para reconhecimento como Patrimônio Mundial da UNESCO.

Segundo o Superintendente Regional deste órgão em Rondônia, Alberto Bertagna:

*“A região de Presidente Médici tem uma grande beleza cênica e uma alta densidade de sítios arqueológicos habitação lito-cerâmicos e de grafismos rupestres bastante diversificados advindos de contatos inter-étnicos.*

*A região foi densamente ocupada e, possivelmente, utilizada como refúgio e trânsito entre diferentes ambientes, o que permite teorias que a apontam como o centro de dispersão dos povos tupi que itineravam por todo o país”.*

Apenas nos últimos três anos, quando começou um trabalho efetivo de pesquisa arqueológica em Presidente Médici, foram registrados mais de 46 sítios litocerâmicos e 14 de gravuras rupestres nas áreas dos rios Machado, Molim, Leitão e Riachuelo.

### Ji-Paraná

Mais de 30 anos antes de Rondon chegar ao local onde hoje está a cidade de Ji-Paraná, nordestinos castigados pela seca chegaram a essa então inóspita região pelo rio Machado. Venceram várias cachoeiras que dificultavam sua marcha; foram subindo e estabeleceram a primeira povoação na confluência do rio Urupá, tomando, portanto, o nome de Urupá, e que, nos primórdios, servia de base de abastecimento aos que ali se estabeleceram, como seringalistas e seringueiros.

O nome “Ji-Paraná” deriva dos nomes indígenas: Ji = machado (devido ao grande número de pedras que se pareciam com machadinhas indígenas) e Paraná = rio grande, ou seja, “rio grande cheio de pequenos machados”.

Em 1909, o Marechal Rondon chegou pela primeira vez à embocadura do rio Urupá, construindo então a primeira estação telegráfica, que denominou de Presidente Pena, em homenagem ao então Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena.

Em Ji-Paraná, é possível observar o prédio construído por Rondon em 1912, e que serviu de base para a primeira estação de telégrafo. Posteriormente, este prédio foi destinado às agências de Correios e Telégrafos, e, em maio de 1985, foi restaurado. Atualmente, está instalado nesse prédio o Museu das Comunicações.

No seu interior, encontram-se expostos vários instrumentos telegráficos utilizados por Rondon no início deste século, assim como várias correspondências expedidas e recebidas na ocasião de sua passagem pela região (MOCHILEIRO TUR, 2011).

### Ouro Preto do Oeste

O município de Ouro Preto do Oeste teve início com a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, no início da década de 1970. O nome Ouro Preto advém do fato de o projeto ter sido implantado em áreas de seringais, dentre os quais o seringal Ouro Preto, de propriedade de Vicente Sabará Cavalcante.

Na cidade, realiza-se uma feira de produtores que começou na década de 1980. O local dessa feira é a antiga Rua dos Seringueiros, um dos marcos históricos do município, pois, segundo a população local, nessa rua moravam dois seringueiros chamados Antônio Alves e Doca. À época, o INCRA, precisando daquele local onde moravam os seringueiros, construiu, em troca, duas casas para eles. Nasceu, assim, a Rua dos Seringueiros, onde, posteriormente, estabeleceu-se a Feira de Ouro Preto (WIKPEDIA, 2011c).

### Jaru

A cidade de Jaru surgiu em torno de um dos postos telegráficos, instalado em 1912 pela Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso/Amazonas, chefiada por Rondon. O vale do rio Jaru, porém, era ocupado pelos seringais e seringueiros desde o século XIX, apesar da resistência imposta pela nação dos Jarus, que a tinham sob seu domínio, ocupando uma extensa área que se estendia desde o rio Jaru, afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do rio Madeira.

Em 1915, a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do rio Jaru, mantendo este nome em homenagem aos primitivos habitantes, os Jarus. A ocupação atual do vale do Jaru ocorreu a partir de 1975, com a instalação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Padre Adolpho Rohl, pelo INCRA, para assentamentos de colonos oriundos principalmente das regiões Centro-Oeste e Sul do País (BRASIL. MDA, 2007).

### Theobroma

Desenvolveu-se a partir do NUAR Theobroma, integrante do PIC Padre Adolfo Rohl. Seu desenvolvimento econômico como polo cacauero proporcionou as condições de ser transformado em município pela Lei nº 371, de 13 de fevereiro de 1992.

O seu nome é uma homenagem ao cacau, cuja denominação científica é *Theobroma* (BRASIL. MDA, 2007).

### Ariquemes

O nome Ariquemes é uma homenagem à tribo indígena Arikemes, habitante original dessa região. Esses índios falavam o Txapakura, dentro do grupo linguístico Tupi. A tribo foi extinta, mas gravou seu nome na história de Ariquemes.

Por volta de 1794, o vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes, era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, destacando-se o cacau e o látex da seringueira. A região, habitada por extrativistas e índios, possuía vários seringais, principalmente o Seringal Papagaios. Nessa época, a Região Amazônica era desconhecida.

Em 1975, Antônio Carlos Cabral Carpinteiro, prefeito de Porto Velho, determinou a transferência da sede do distrito, localizada nas margens do rio Jamari, onde atualmente se localiza o bairro Marechal Rondon, para outra localidade próxima à BR-364, na qual foi instalada a cidade planejada, dividida em setores: Institucional, Industrial, Comercial e Residencial.

No dia 11 de fevereiro de 1976, a primeira árvore foi derrubada, surgindo a “Nova Ariquemes”. A vila passaria a ser chamada de Vila Velha. Houve tentativa de erradicação do vilarejo inicial, visto ser ele cortado ao centro pela BR-364, que lhe servia de eixo. Apesar das tentativas, o povo ali residente manteve-se, em grande parte, ocupando a área atualmente incluída no plano urbano que representa uma referência histórica do município. Ainda hoje, podem-se encontrar alguns pioneiros da imigração nordestina e seus descendentes do segundo ciclo da borracha, ruínas da instalação do posto telegráfico, o mastro, além de alguns móveis, constituindo-se em memória viva daquela época.

A cachoeira Escovado se localiza em uma área de aproximadamente 300m de cachoeiras e corredeiras. Suas margens são todas de pedra e mata nativa. O local tem gravado um pouco da história de Ariquemes, já que ainda se encontram por lá trilhos utilizados pelos seringueiros para transportar a borracha, desviando da cachoeira até o barco, que era o único meio de transporte na época (ARIQUEMES, 2011).

### Rio Crespo

Surgiu como NUAR, do projeto de colonização do INCRA denominado Marechal Deodoro, com o nome de Cafelândia porque a região deveria se transformar em grande produtora dessa rubiácea.

Devido à existência de um outro município com o nome proposto, foi escolhido pelo Deputado Amizael Silva o nome Rio Preto do Crespo, que, depois, por ser considerado muito extenso, foi reduzido para Rio Crespo.

### Cujubim

Criado pela Lei nº 568, de 22 de junho de 1994, originou-se de um núcleo agropecuário de cassiterita na área de influência de Ariquemes.

Seu nome é uma homenagem a uma ave da fauna amazônica, muito comum nas selvas de Rondônia.

### Itapuã do Oeste

Surgiu como Itapuã d'Oeste, às margens da BR-364, distante 105km de Porto Velho. O projeto de emancipação trazia esse nome, que não denominava nenhum município brasileiro.

Na reunião da Relatoria da Nova Constituição do Estado de Rondônia, em setembro de 1989, o Deputado Amizael Silva opinou que seria necessário acabar com as denominações "d'Oeste" e "de Rondônia" para que os novos municípios a serem criados trouxessem nomes que se identificassem com Rondônia. Analisadas as características geográficas, Amizael Silva escolheu o nome "Jamari" em homenagem ao importante e conhecido rio que banha o novo município.

Com o nome de Jamari, foi criado o município pela Lei nº 364, de 13/02/92, e, por decisão da Câmara Municipal, voltou a se denominar Itapuã do Oeste (SKY TUR, 2011).

### Candeias do Jamari

Surgiu como povoação no cruzamento da BR-029 (atual BR-364), com o rio Candeias. Era conhecida como Vila Candeias, em homenagem ao rio Candeias, afluente do rio Jamari, que banha a cidade.

Por orientação do IBGE de Rondônia, o projeto de emancipação tramitou na Assembleia Legislativa com o nome de "Candeias do Jamari", porque já existia o município de Candeias, no Estado da Bahia. Por ser o rio Candeias um afluente importante do rio Jamari, o município recebeu esse nome.

### Porto Velho

A cidade de Porto Velho foi criada oficialmente em 2 de outubro de 1914, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, aproveitando a existência de duas povoações vizinhas, formadas por remanescentes da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciada em 1872 e concluída em 1912, onde havia sido implantada uma infraestrutura básica de saneamento. A ferrovia foi construída para escoamento da produção de borracha.

Estabeleceu-se, então, uma relação de dependência entre a cidade e a ferrovia, a qual durou cerca de 60 anos. Enquanto a borracha apresentou valor comercial, houve crescimento e progresso, seguido de longos anos de estagnação e pobreza com a crise da borracha no mercado internacional.

Em 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek decidiu construir a BR-029 (atual BR-364) ligando Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), abrindo o oeste brasileiro e interligando-o ao resto do País. Por mais de 20 anos, a estrada não recebeu asfaltamento, o que dificultava o escoamento da produção agropecuária.



No final dos anos 1970, intensificou-se a migração em busca de novas fronteiras e do prometido Eldorado, em Rondônia — em particular, em Porto Velho, com a chegada dos imigrantes do sul do País em caminhões. Em 22 de dezembro de 1981, pela Lei Complementar nº 41, o antigo território federal foi transformado em estado. O asfaltamento da BR-364, em 1983/84, foi o grande divisor de águas entre o passado e o presente.

Ao longo do período que vai de 1925 a 1960, o centro urbano de Porto Velho adquiriu feições definitivas. Somente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a criação dos territórios federais, em 1943, houve um novo e rápido ciclo de progresso regional. Esse surto decorreu das necessidades de borracha das forças aliadas, que haviam perdido os seringais malaios na guerra do Pacífico, e produziu o denominado “segundo ciclo da borracha”. Finda a guerra, novamente a economia regional, baseada na borracha, entrou em decadência.

A moderna história de Porto Velho começa com as descobertas de cassiterita (minério de estanho) nos velhos seringais, no final dos anos 1950, e de ouro, no rio Madeira. A par disso, principalmente com a decisão do Governo Federal, no final dos anos 1970, de abrir nova fronteira agrícola no então Território Federal de Rondônia — como meio de ocupar e desenvolver essa região segundo os princípios da segurança nacional vigentes, que também buscava aliviar tensões fundiárias principalmente nos estados do Sul, por meio da transferência de grandes contingentes populacionais para o novo Eldorado —, quase um milhão de pessoas migrou para a Rondônia, e Porto Velho evoluiu rapidamente, de 90 mil para 300 mil habitantes.

A cidade (e o estado) tornou-se um novo caldeirão cultural, onde se misturam hábitos e sotaques de todos os quadrantes do País. Juntaram-se ao Boi-Bumbá e Forró (de origem nordestina), o Vaneirão (gaúcho); ao tacacá e açai (de origem nortista), o chimarrão (gaúcho); à alpercata, a bota e o chapéu de vaqueiro. O desenvolvimento da pecuária incorporou as festas de peões e os rodeios aos folguedos juninos (SILVA JÚNIOR, 2010).

Esta migração intensa provocou um explosivo crescimento da cidade, particularmente na década de 1980; hoje, a área urbana apresenta problemas decorrentes desse crescimento desordenado. Os bairros periféricos são pouco mais que um aglomerado de casebres de madeira cobertos de palha, sem ordenação ou infraestrutura. Em grande parte, resultam de invasões de terras ainda não ocupadas, por parte de uma população sem teto, que chegava a Porto Velho em um ritmo não acompanhado pelas instituições públicas.

Os nomes dos bairros expressam bem as condições de sua criação: Esperança da Comunidade, Pantanal, Socialista, etc. Apenas o Centro, uma herança dos desbravadores, apresenta características de urbanização definidas (PORTO VELHO, 2006).

O folclore na região é marcadamente nordestino, como o Boi-Bumbá, as quadrilhas e a Pastorinha. A interpretação de lendas indígenas, como as da lara, do Boto e do Mapinguari, presentes no imaginário local, é influenciada pelos migrantes.

Quanto ao artesanato, existem várias exposições de trabalhos indígenas, utilitários e de adornos, utilizando-se como matéria-prima a argila, o cipó, o bambu e a borracha, entre outras, sendo a Casa do Artesão o ponto de apoio às iniciativas do gênero.

Dois teatros animam o setor cultural: o Teatro Municipal, na Avenida Joaquim Nabuco (Centro) e o Teatro Uirassu Rodrigues, na Rua José Bonifácio.

De cunho religioso, os principais eventos locais são a Procissão do Senhor Morto, o Dia de Santo Antônio e a Festa de São Sebastião. Outros acontecimentos marcantes são: as Semanas de Folclore e do Índio, o Festival de Arte-Som, Artesanato e Balé (área cultural), e também o Campeonato Nacional da Pesca, na cachoeira de Teotônio, realizado todo mês de setembro, por ocasião da piracema, considerado o maior evento de lazer, promovido pelo Lions Clube de Porto Velho.

O Carnaval de Porto Velho atrai um grande número de pessoas da própria cidade e também de outros municípios de Rondônia e dos estados vizinhos. Considerada como a maior manifestação popular da Capital, a "Banda do Vai Quem Quer" arrasta multidões na tarde e no início da noite do sábado do Momo.

Na segunda quinzena de julho, acontece o "Carnaval Fora de Época", uma festa com características do carnaval do Estado da Bahia, animado por trios elétricos e grupos da chamada "música Axé".

O folclore rondoniense é, acima de tudo, um espetáculo de lendas, todas com influência indígena e amazonense. Uma das grandes festas folclóricas em Porto Velho é o Arraial Flor de Maracujá. É nessa festa que o Boi-Bumbá se manifesta. Herdado do Nordeste, o Bumba-meu-boi é uma manifestação folclórica que resume elementos culturais portugueses, africanos e indígenas.

Durante a festa, Porto Velho vira um verdadeiro arraial, com milhares de bandeirinhas coloridas nas barracas das praças e ruas, onde é servida grande variedade de pratos típicos. A quadrilha é comandada pelo "marcante", uma pessoa que conduz o desenvolvimento e a mudança dos movimentos de dança, executada por milhares de participantes vestidos de caipira. É uma manifestação popular das mais interessantes e ocorre simultaneamente à época das festas juninas.

A cidade de Porto Velho também conta com um grande número de festas caipiras, realizadas durante os meses de junho e julho, que são promovidas por associações de moradores, igrejas, escolas e funcionários de órgãos públicos e entidades particulares.

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), formado pelo Pátio Ferroviário, os 8km de estrada de ferro que vai da Estação

Central até a Estação de Santo Antônio, as três Caixas d'Água e o Cemitério da Candelária, na cidade de Porto Velho, em razão de possuírem um excepcional valor cultural, são monumentos integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro, na forma e para os fins do Decreto-Lei 25/37 e do Processo IPHAN nº 1220-T-87.

No complexo ferroviário, está localizado o Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (**Figura 3.6.5-94**) e no Centro da cidade, o Museu Estadual, com farto material sobre arqueologia, mineralogia e etnologia. Ambos ficam na Avenida Sete de Setembro.



**Figura 3.6.5-94**

Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

Além da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Porto Velho possui, dentro do seu patrimônio histórico, inúmeras referências. Destacam-se: a Catedral do Sagrado Coração de Jesus; o Cemitério da Candelária; a sede da Arquidiocese; o terminal ferroviário; a locomotiva Coronel Church, primeira máquina vinda para a Amazônia, em 1872; as Três Caixas d'Água, hoje símbolo da cidade, edificada pelos ingleses; a Igreja de Santo Antônio do Rio Madeira, junto com sua belíssima cachoeira, marco inicial de Porto Velho.

As Três Caixas d'Água (**Figura 3.6.5-95**), também conhecidas como as "Três Marias", foram tombadas como Patrimônio Histórico Nacional, e estão localizadas no Centro da cidade, na praça de mesmo nome. A primeira foi erguida em 1910 e as outras duas, em 1912.

Foram projetadas e construídas pela *Chicago Bridge & Iron Works*, de Chicago, conforme inscrições em placa de ferro fundido, cravadas nas pilastras de cada uma delas. São três tanques de forma cilíndrica, cobertos com chapas de metal de forma cônica, e a base em formato côncavo.



**Figura 3.6.5-95**  
- As Três Caixas d'Água ou "Três Marias"  
**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

A construção da Catedral do Sagrado Coração de Jesus (**Figura 3.6.5-96**) foi iniciada em 1917, mas só foi concretizada 10 anos depois, em razão das dificuldades enfrentadas no transporte de material. As pinturas originais de cunho religioso, no interior da Catedral, foram executadas pelo padre Ângelo Cerri e por Afonso Ligório. Os vitrais que a circundam, com temas da Via Sacra, foram todos doados pela comunidade.



**Figura 3.6.5-96**  
Catedral do Sagrado Coração de Jesus  
**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

Destacam-se também no patrimônio edificado da cidade os imóveis descritos a seguir.

- Seminário Maior João XXIII (**Figura 3.6.5-97**): sua pedra fundamental lançada em 7 de julho de 1935. Por décadas, serviu como Colégio Dom Bosco e residência dos padres Salesianos, além de ser residência episcopal. Atualmente, o prédio funciona como

Seminário Maior João XXIII da Arquidiocese de Porto Velho, onde jovens que se preparam para o sacerdócio, cursando Filosofia e Teologia. Ocupando uma área nobre, o prédio do Seminário possui largos corredores, ladeados por vários arcos que embelezam bastante o andar térreo, sem contar com a área verde no pátio interno.



**Figura 3.6.5-97** - Seminário Maior João XXIII  
**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

- Prédio do Relógio (1949) (**Figura 3.6.5-98**): antigo Palácio da Administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A construção do atual prédio do relógio foi iniciada antes da criação do Território do Guaporé, pela Superintendência da Estrada de Ferro, mas foi interrompida, ficando nos alicerces.

Sua forma se assemelha à de uma locomotiva. Atualmente, em seu interior, funcionam as Secretarias de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) e de Turismo (SETUR).



**Figura 3.6.5-98**  
Prédio do Relógio  
**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

- Prédio da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) (**Figura 3.6.5-99**): até os anos 1970, funcionou no prédio um hotel, o Porto Velho Hotel.

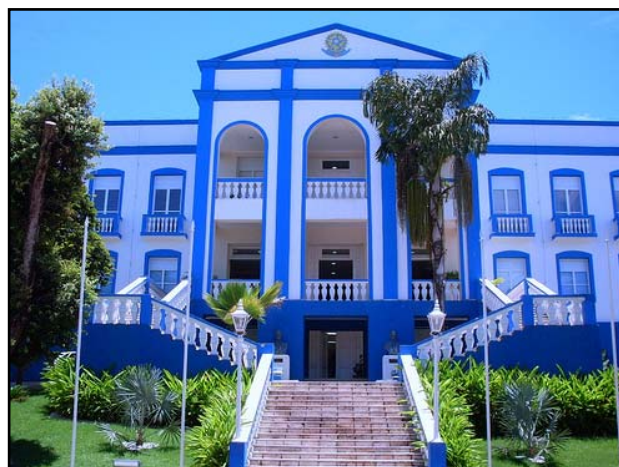


**Figura 3.6.5-99**

Prédio da Universidade Federal de Rondônia.

**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br).

- Pontes Metálicas: pontes, importadas dos EUA, situadas ao longo da EFMM. Destaca-se a de Jacy-Paraná que é a de maior vão livre existente no País, com 83,90m.
- Fortaleza do Abunã: construção de importância histórica, localizada na BR-364 (sentido Rio Branco).
- Palácio Presidente Vargas (Assembleia Legislativa do Estado) (**Figura 3.6.5-100**): construção de 1954, em estilo neocolonial, é a sede do Governo, localizada na Praça Getúlio Vargas, no Centro da cidade.



**Figura 3.6.5-100**

Palácio Presidente Vargas

**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

- Porto do Cai n'Água: construção que fica próxima ao local onde existia o "Porto Velho dos Militares", origem do nome da cidade. Não dispõe de qualquer infraestrutura portuária. Situa-se nas margens do rio Madeira; dele, partem embarcações que levam passageiros em direção às cidades no Estado do Amazonas.
- Memorial ao Imigrante: monumento localizado no Trevo do Roque que marca várias fases da história de Rondônia, descritas em placa de bronze.
- A Prefeitura Municipal de Porto Velho conduz um projeto para restauração e reconstrução do prédio da antiga Câmara Municipal (Figura 3.6.5-101), na Ladeira Comendador Centeno – Rua José Bonifácio, próximo à Biblioteca Francisco Meireles, região central da cidade. Sob responsabilidade da Fundação Cultural Iaripuna e Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais (SEMPRE), a proposta faz parte do programa de revitalização do centro histórico da capital.

O prédio estilo sobrado foi construído no início do século XX para ser a residência da família do comerciante português João Soares Braga. No dia 13 de maio de 1924, a edificação foi comprada pelo então superintendente do município (cargo equivalente a prefeito), Joaquim Augusto Tanajura, para ser a sede do Poder Executivo.



**Figura 3.6.5-101** - Prédio da antiga Câmara Municipal  
**Fonte:** www.portovelho.ro.gov.br

A Prefeitura desenvolve também, através da Fundação Cultural Iaripuna, junto à Igreja de Santo Antônio (Foto 3.6.5-102), o projeto "Arte no Patrimônio", realizado em parceria com a 16ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Rondônia e Acre e com o Grupo Cidade Cultura e Inclusão.



**Figura 3.6.5-102** - Igreja de Santo Antônio

**Fonte:** [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)

O projeto propõe a realização de atividades culturais (shows musicais, representações teatrais, dança e recitais, entre outras modalidades) junto aos sítios históricos da capital, com o objetivo de valorizar e preservar o patrimônio histórico do município.

A primeira atividade cultural, na Igreja de Santo Antônio, revive uma tradição de Porto Velho: a realização de arraiais na mais antiga igreja construída em Rondônia, nos idos de 1913, quando ainda não existia o município de Porto Velho, mas já havia o município de Santo Antônio, que pertencia à Província do Mato Grosso. As atividades começam às 17h30, com a celebração de uma missa.

Na pesquisa arqueológica local, destaca-se o sítio Novo Engenho Velho, localizado no alto rio Madeira, no município de Porto Velho. A região é marcada por uma série de debates acerca do início de práticas agrícolas, da domesticação de espécies vegetais, como a pupunha e a mandioca (*Manihot esculenta*), da dispersão de povos falantes de línguas do tronco Tupi, dentre outros. Dados obtidos por pesquisas anteriores indicam a possibilidade de a terra preta antropogênica mais antiga conhecida na Amazônia localizar-se nessa região, datada em cerca de 4.500 anos antes do presente.

Outra importante atividade de pesquisa arqueológica em Porto Velho é o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Usina Jirau, que está sendo construída na região. Cerca de 60 profissionais, entre cientistas e técnicos, estarão envolvidos na obra, durante os próximos quatro anos (2011 a 2014).



## **(2) Patrimônios Histórico-Cultural, Paisagístico, Turismo e Lazer – All/AID**

A partir das pesquisas realizadas junto aos representantes das Prefeituras dos 22 municípios que integram a Área de Influência Indireta (All) e da pesquisa de campo realizada ao longo de todo traçado da LT 230 kV Jauru – Porto Velho C3 (Área de Influência Direta – AID), foi possível caracterizar os patrimônios histórico-cultural e paisagístico, as atividades relacionadas ao turismo e ao lazer, bem como algumas manifestações culturais das populações locais.

Nas áreas rurais, as atividades socioculturais estão restritas às festividades tradicionais, eventos religiosos, pesca, torneios de futebol, entre outros eventos relacionados também com o turismo. As festividades religiosas, assim como os campeonatos de futebol, constituem-se nas atividades de lazer e cultura mais praticadas ao longo do traçado do empreendimento.

Outra estrutura quase sempre presente nas localidades rurais é o bar, que também funciona como mercearia, onde são comercializados bens de primeira necessidade.

A seguir, serão detalhados os patrimônios e as infraestruturas culturais presentes em cada município integrante da All e em cada localidade visitada ao longo da AID do empreendimento.

### **• Jauru (MT)**

De acordo com entrevistas na Prefeitura, está sendo realizado um cadastro de todos os patrimônios do município, principalmente os naturais. Já foram catalogadas cachoeiras (cachoeiras no rio Guaporé), lagoas (lagoa Azul, uma das nascentes do rio Jauru, localizada na Chapada do Parecis), lagos, cavernas e rochas. A Prefeitura não pretende pedir tombamento desses bens, mas, sim, iniciar um processo de preservação e divulgação. Uma das construções mais antigas da cidade é a igreja católica, que guarda o túmulo do Padre Nazareno Lanciotti no altar.

O turismo religioso é de grande relevância na cidade, onde se realizam várias festas e eventos anuais: a Chegada da Imagem de Nossa Senhora do Pilar, no dia 29 de março; o Retiro Espiritual Católico, na época do carnaval e no mês de outubro (início no dia 12 – padroeira do município), ambos com uma semana de duração. Esses eventos atraem turistas de todo o País e do exterior, por exemplo, Alemanha, Bolívia, Itália e Paraguai. Nesses períodos, a economia local é movimentada por conta da alimentação e compras que os visitantes fazem na cidade. Outro evento importante é a Feira da Amizade, quando se comemora o aniversário da cidade (dia 20 de setembro, com duração de quatro dias). Junto com a Feira, há um evento da igreja católica chamado “Jornada da Juventude”.

Existe, ainda, o *Rally Turístico*, realizado, geralmente, no final de fevereiro. Seu objetivo é divulgar o patrimônio natural do município, não sendo um evento competitivo. Participam pessoas do Estado de Mato Grosso inteiro e são aceitos todos os tipos de veículo. Em

2010, houve a participação também do Estado de Rondônia. Os hotéis da cidade não comportam a quantidade de pessoas que chegam; por isso, a Secretaria de Turismo disponibiliza alojamentos em escolas municipais e alimentação para os concorrentes.

A Festa do Peão ocorre em julho – exceto em anos eleitorais –, no parque de exposições, com a tradicional “queima do alho” – uma cavalgada que ocorre uma semana antes da festa – e rodeio. É durante esse período festivo que também ocorrem as Comitivas, quando os peões deslocam o gado das pastagens alagadas do Pantanal para as áreas de cerrado nos chapadões mato-grossenses. Utilizam o antigo traçado da BR-364 (atual MT-388), desde Jauru a Comodoro. Destaca-se, ainda, a Festa do Idoso, realizada pela Casa dos Idosos.

A Secretaria de Promoção Social de Jauru promove cursos de artesanato através do SENAI, SEBRAE e SENAR (MT), e os produtos são vendidos na época dos eventos religiosos.

As principais áreas de lazer utilizadas pelos moradores são os dois estádios de futebol, o Clube Recreativo Jauruense (privado), quatro quadras poliesportivas (três em escolas e uma na Praça João Rossi), e o Balneário da Lagoa Azul, na divisa com o município de Indavaí. Existem quatro campeonatos de futebol na cidade: *society*, de salão, Copa Jauru e um grande campeonato regional com participação de Figueirópolis d’Oeste, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos, Porto Esperidião, Indavaí e Jauru. Nas quadras poliesportivas, são realizados os jogos estudantis mato-grossenses, sediados duas vezes pelo município, com média de 2 mil alunos. A municipalidade conta ainda com um Clube da Terceira Idade.

Nos distritos de Taquaruçu e Lucialva, há igrejas católicas e evangélicas, além de alguns bares/mercearias frequentados pela população local e pelos moradores das propriedades rurais de seu entorno durante seu tempo livre ou de lazer.

- **Vale de São Domingos (MT)**

O turismo não é expressivo como fonte de renda para o município, mas conta com ajuda do Ministério do Turismo, com verbas para realização das festas locais. As praias do rio Guaporé e a cachoeira no Corgão são os patrimônios naturais do município. As principais áreas de lazer são o campo de futebol e as duas quadras cobertas e de futebol de areia. Também são muito praticados os banhos de rio e as pescarias. Como expressão cultural, a cidade tem grupos de dança de importância estadual e uma fanfara, da escola estadual. Também confeccionam artesanato em madeira, tricô e crochê. A Prefeitura planeja construir uma área de lazer junto ao rio São Domingos, próximo ao Centro da cidade.

- **Pontes e Lacerda (MT)**

Em Pontes e Lacerda, segundo informações obtidas na Prefeitura, há presença de cemitérios indígenas na serra da Borda e vestígios arqueológicos pré-históricos e do primeiro ciclo de exploração aurífero na região. Há também os Muros de Pedra, antigos canais de mineração nas proximidades do córrego dos Cágados, com 300m de

comprimento. O antigo posto telegráfico na Vila dos Pretos (a Casa do Telégrafo), datado de 1906/07, foi reconstruído para abrigar a Casa da Memória Marechal Rondon.

As principais festas municipais são: São João Batista, com 47 anos de tradição, e Bom Jesus da Lapa, no dia 6 de agosto, quando é comemorado o aniversário da cidade e acontece a exposição agropecuária, a Expoeste — a quinta mais importante do Brasil e a primeira de Mato Grosso, fazendo parte do circuito Barretos. As principais manifestações culturais da cidade são a dança de roda (siriri), reisado, grupos de dança de rua, capoeira e grupos musicais de variados estilos.

As áreas de lazer utilizadas pelos moradores são: o Parque de Exposições, onde se realiza a Expoeste; a Pista de Caminhada e Corrida Volta do Guaporé; a Serra do Patrimônio, onde é realizada a Caminhada da Natureza. Há competições anuais de Motocross, jogos estudantis municipais (JEMs) e interescolares (JAELs), campeonatos rurais e municipais de futebol em várias faixas etárias. Outras áreas de lazer são as dos Clubes Cantão e AABB.

O turismo, no entanto, não representa importância econômica para o município. As serras da Borda e do Patrimônio não são tombadas e o Parque Estadual da Serra de Santa Bárbara não foi devidamente implantado, por estar em terras particulares. Apenas o turismo de negócios ligado à compra e venda de gado representa atualmente alguma importância para o setor.

- **Conquista d'Oeste (MT)**

Em entrevista na Prefeitura, citou-se o valor potencial das reservas indígenas como atrativo turístico para o município e o artesanato indígena como saber tradicional local. Afora esses atrativos, Conquista d'Oeste não apresenta outros, mas pretende ampliar as possibilidades, principalmente o turismo ecológico. As principais áreas de lazer utilizadas pelos moradores são o rio Galera, os balneários e suas paisagens naturais.

Na Fazenda Conquista, na AID da futura LT, há um pequeno campo de futebol, utilizado esporadicamente pela esparsa população rural.

- **Nova Lacerda (MT)**

Não existem patrimônios tombados no município, mas a população considera a cascata Uirapuru como patrimônio paisagístico e a igreja católica (primeira do município) como patrimônio histórico.

As principais festividades no município são: Comemoração do Dia da Mulher, em 8 de março; Festa do Peão, no final de maio, com duração de quatro dias e participação de muitos turistas de outras cidades; Festa de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, em 16 de julho; Festas Juninas, que acontecem em várias comunidades e na sede, nos meses de junho e julho; Disputa Estadual de Motocross e Trilha dos Parecis (motoqueiros saem de Nova Lacerda e vão até Comodoro), em agosto; Limpeza do rio Galera, com objetivo de sensibilizar a população sobre a preservação ambiental, em setembro;

Aniversário da Cidade, em 10 de dezembro. No mesmo dia, realiza-se a Noite dos Talentos, que reúne artistas da cidade e dos municípios circunvizinhos para apresentações. Durante as festas, principalmente do Peão, de Nossa Senhora do Carmo e do Circuito de Motocross, há um aquecimento dos setores alimentício e hoteleiro.

As principais áreas de lazer do município são a Praça, com quadra de areia, ginásio poliesportivo e campo municipal, o Balneário particular e a Cascata de São José do Uirapuru (está fechada para o público), a Pista de Motocross e de Bicicross e a Pescaria nos rios Novo e Guaporé.

Segundo entrevista nas Secretarias de Cultura e Planejamento, as Terras Indígenas existentes no município são de responsabilidade da FUNAI de Vilhena, e a municipalidade, hoje, não pode dar nenhum tipo de assistência.

Na Fazenda Areia Branca, na AID do empreendimento, há um açude utilizado pelos moradores como área de lazer e pescaria. Logo depois, há um cemitério (8.428.572 N / 235.288 E) da antiga vila de Areia Branca.

- **Comodoro (MT)**

A população local identifica a Praça Central como o principal patrimônio do município. As festas tradicionais, que reúnem moradores e turistas, são a Festa do Peão, com Cavalgada da Família do Campo e Missa Sertaneja; o Festival da Canção; o Campeonato de Motocross; o Réveillon na Praça com queima de fogos e os Jogos Indígenas (que contaram com a participação de 800 índios em 2010).

No trecho em que a antiga BR-364 (não pavimentada) desemboca na rodovia MT-235, próximo à Fazenda Vista Alegre, há a Mercearia “Copo Sujo” (8.469.093 N / 216.617 E), ponto de encontro de alguns moradores da área rural.

No distrito de Padronal, no Km 474 da BR-364, há dois restaurantes, que também funcionam como bar/lanchonete, onde ocorrem reuniões e confraternizações de moradores.

- **Vilhena (RO)**

O turismo em Vilhena é pouco expressivo, concentrando-se em balneários na beira dos rios para banho e pesca.

Há um projeto para o Centro Cultural, em andamento, que cuida de toda a programação dos eventos na cidade. A Prefeitura pretende transformar uma construção antiga (8.593.061 N / 813.847 E) da época de Marechal Rondon – Casa de Rondon – num museu destinado à memória da ocupação da região, mas precisa da liberação da Aeronáutica, que é dona da área. Já existe uma verba federal destinada para esse fim. O local já serviu de Posto de Vigilância Sanitária e de zoológico municipal. Atualmente em estado de abandono, essa construção encontra-se em ruínas.

Na Vila São Lourenço e no Posto Gaúcho, na altura do Km 72 e do Km 87 da BR-364, respectivamente, existem bares/mercearias que agregam, nos horários de lazer, a população que reside no entorno da futura LT. Em São Lourenço, ocorre a Festa do Costelão.

- **Chupinguaia (RO)**

As principais áreas de lazer do município são o Estádio de Futebol, a cachoeira de Chupinguaia e os rios Chupinguaia e Guaporé. As principais festas/eventos são: o Campeonato de Futebol, o Festival da Canção – FESPIC (de agosto a novembro), a Festa do Costelão (março), a Festa do Búfalo (distrito de Corgão), a Festa de Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro), a Festa Junina (em frente à igreja), o Desfile de Carro de Boi (distrito de Boa Esperança), a Festa da Paquera (distrito de Guaporé), e a Cristoteca (em julho), organizada pela Igreja Católica, que reúne os jovens de Chupinguaia. Na cidade, há um artesão de madeira muito conhecido na região.

No distrito de Guaporé, há bares, restaurantes e mercearias que reúnem pessoas em seu tempo de lazer. Há também duas igrejas evangélicas.

- **Pimenta Bueno (RO)**

Os principais eventos e manifestações culturais no município são: as Festas Juninas, realizadas em várias comunidades; o carnaval de rua; a Exposição Agropecuária (Expopib), que acontece no final de agosto, com artesanatos, shows, rodeio, contando com a participação de municípios vizinhos; a festa de Nossa Senhora de Fátima (segunda maior festa religiosa da região); as festas das padroeiras de cada comunidade religiosa; e o Festival Gastronômico do Pirarucu (em junho), que atrai público estimado em 900 pessoas. A população local é bem diversa — em sua maioria, são imigrantes nordestinos, mineiros e amazonenses; por isso, a cultura é muito diversificada, principalmente na culinária, nas danças e no sotaque. O artesanato local é feito em cerâmica (utensílios e pequenas lembranças) e bordados (principalmente descendentes do Sul do País).

Os atrativos naturais procurados pelos moradores são as lagoas, rios, acampamentos (o Circuito das Águas, que envolve três municípios: Pimenta Bueno, Cacoal e Rolim de Moura), e as áreas de lazer da cidade são: praças, quadra poliesportiva, estádio e ginásio de esportes. A única atração turística que reverte renda para o município é a Expopib (hotéis, vendas, alimentação).

No distrito de Marco Rondon (Km 141 da BR-364), um bar/mercearia atrai alguns moradores em seu momento de lazer, além da Capela católica, e do Restaurante Caipirão (8.671.472 N / 730.192 E), situado na altura do Km 144 da BR.

No Setor Dimba, na área do assentamento Eli Moreira, acessado pela Linha 50, há capelas católicas e evangélicas, além de campos de futebol.

Na altura do Km 161 da BR, no acesso à Linha 45, o campo de futebol denominado Estádio Vicente Homem Sobrinho (8.682.492 N / 721.621 E) costuma atrair muitos frequentadores nos fins de semana. Do outro lado da BR, há uma capela evangélica (8.686.928 N / 717.891 E).

No distrito de Itaporanga, ocorre a Festa de São Pedro (em junho), padroeiro da localidade. Em geral, as “Linhas de colonização” possuem capelas católicas e evangélicas.

- **Cacoal (RO)**

De acordo com entrevistas realizadas na Prefeitura de Cacoal, as atividades culturais ficaram muito tempo estagnadas no município. A Fundação Cultural (não existe uma Secretaria de Cultura) foi fundada em 2005, mas poucos cidadãos têm conhecimento da sua existência e atividades. Em 2008, foi criada a Academia de Letras de Cacoal, e a primeira a presidi-la foi a presidente da Fundação Cultural. Como metas futuras, pretende-se criar um Museu Histórico, tombar o prédio mais antigo da cidade e transformá-lo em Mercado Cultural (já houve contato com o IPHAN e arqueólogos), além de criar o Museu Indígena e ampliar o Museu da Imagem e do Som na Praça da Prefeitura. Em janeiro de 2010, a Fundação, em parceria com as comunidades indígenas regionais, levou ao município um show internacional (*Grace Forest*).

Como patrimônio natural, são procurados a cachoeira da Linha 11, três balneários e o Cacoal Selva Park, hotel que também tem uma RPPN e captação de água mineral, considerado o cartão de visitas da cidade. Há potencialidade turística nos balneários e pesque-pagues, mas ainda pouco aproveitados. Outras áreas de lazer utilizadas pelos moradores são a Praça da Prefeitura, o Teatro Municipal e o Estádio. A Prefeitura, em parceria com o SENAI e o SENAC, tem preparado a mão de obra para o setor hoteleiro e de alimentação.

Nas Linhas 7, 9 e 10, na área rural de Cacoal, há capelas da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, sendo que algumas possuem salões de festa e campo de futebol em sua área. Nas outras “Linhas”, há capelas evangélicas da Assembleia de Deus.

Na Linha 7, no Km 18, na localidade de Bandeirantes, há um bar/mercearia, uma capela católica (Comunidade de Santo Antônio), campo de futebol e estrutura para jogar “bocha”, esporte de origem italiana.

- **Ministro Andreazza (RO)**

As principais festas da cidade são a comemoração do seu aniversário, em 13 de fevereiro, e a Exposição Agropecuária (Expoazza), muito aguardada pela população. As áreas de lazer são campos de futebol e a praça, onde há aparelhos de ginástica, sendo uma “academia pública”.

Na Linha 5, há o “Boteco ou Barzinho do Manel” (8.753.020 N / 662.004 E), procurado nos fins de semana como balneário, pesque-pague e área de lazer. Há um bar, com mesa de sinuca, e tanques para criação de peixes e para banho.

- **Presidente Médici (RO)**

De acordo com informações obtidas na Prefeitura, em Presidente Médici há o Sítio Arqueológico Mirante, em Novo Riachuelo, e o Museu Arqueológico. Os principais eventos são o Aniversário da Cidade e a Exposição Agropecuária (ambos em agosto); a Festa do Padroeiro São João Batista (24 de junho) e a Festa do Maracujá. As festas municipais, geralmente, realizam-se no Clube dos 30. Outros pontos de potencial turístico na cidade são: a cachoeira dos Macacos; o Morro da Embratel, onde há saltos de parapente; e dois hotéis-fazenda (Pau d’Alho e Minuano).

Na Linha 110, há uma capela de Nossa Senhora Auxiliadora. Há a Festa da Padroeira, no dia 18 de maio, quando as comunidades das Linhas 94 a 114 se reúnem para comemorar.

- **Ji-Paraná (RO)**

O município se destaca na área de ecoturismo e turismo rural. Os principais atrativos são: a ilha do Coração, entre os rios Machado e Urupá; a ilha do rio Machado, no leito do rio Machado; o rio Ji-Paraná ou rio Machado, formado pelos rios Pimenta Bueno e Barão de Melgaço, com nascente na serra dos Parecis, com inúmeras corredeiras, saltos e cachoeiras; o rio Urupá.

Como atrações culturais, destacam-se a Fundação Cultural de Ji-Paraná, que promove atividades sociais, culturais, artísticas, recreativas e esportivas; o Museu das Comunicações Cândido Mariano da Silva Rondon, prédio construído pelo próprio Marechal Rondon, em 1912, e que serviu de base para a primeira estação telegráfica; a Catedral São João Bosco; o Teatro Municipal Dominginhos; a Biblioteca Municipal; o Marco Inicial de Ji-Paraná (8.796.609 N / 615.549 E), local onde aportou Rondon no rio Ji-Paraná, na rua Dom Augusto.

O principal evento cultural no município de Ji-Paraná é a Exposição Agropecuária e Industrial (EXPOJIPA), onde são expostos animais de diversas espécies, equipamentos agrícolas, industriais, veículos, painéis retratando o trabalho desenvolvido por diversas empresas particulares e públicas que atuam na região.

Na área rural de Ji-Paraná, na Linha 128 (ou rodovia estadual RO-133), há uma capela católica (Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro).

No Setor Nazaré, na Estrada do Presídio, há uma igreja católica (Comunidade Nossa Senhora Auxiliadora). Próximo ao bairro de Boa Esperança, há o retiro (8.799.280 N / 620.058 E) de uma igreja evangélica, com área de lazer e campo de futebol.



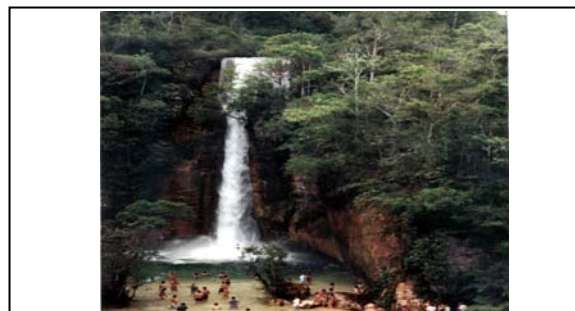
**Foto 3.6.5.8-211** – Cachoeira do rio Guaporé, Jauru (MT).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Jauru (acervo).



**Foto 3.6.5.8-212** – Igreja mais antiga de Jauru (MT).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Jauru (acervo).



**Foto 3.6.5.8-213** – Arena do Parque de Exposições, Pontes e Lacerda (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-214** – Cascata do Uirapuru, Nova Lacerda (MT).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda (acervo).



**Foto 3.6.5.8-215** – Praça Central em Comodoro (MT).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-216** – Cinema em Vilhena (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-217** – Loja de Artesanato do Zé Gamela, em Chupinguaia (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-218** – Praça da Prefeitura de Cacoal (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



- **Ouro Preto do Oeste (RO)**

O aniversário da cidade, dia 16 de junho, é festejado durante uma semana, com apresentações musicais, incluindo cantores religiosos e estudantis, entre outros, show dançante, teatro, manobras de moto, forró, Marcha para Cristo, competição de skate e motocross e apresentação de capoeira. As áreas de lazer no município são: o Bosque Municipal, a Praça da Liberdade e o Parque Agrishow Norte.

Aos sábados, as estradas de terra, na área rural, acessadas a partir da Linha 200, são muito procuradas para a prática de motocross.

A Fazendinha Agroecológica localizada à margem da BR-364 também é muito visitada por turistas e viajantes. Possui o Restaurante “Pedacinho de Minas” (8.808.387 N / 602.091 E) com comida regional mineira, venda de souvenirs e doces em compotas, atividades de turismo rural e circuito de aventuras, que inclui uma tirolesa, localizada na parte mais elevada da propriedade, e área de lazer com piscinas e estrutura para hospedagem (alojamento).

Na Linha 80, há o Parque Recreativo Tocari (8.818.917 N / 579.900 E), ou Clube Tocari, como é conhecido o balneário da população local.

- **Jaru (RO)**

Os atrativos naturais em Jaru são os balneários e a cachoeira do rio Jaru. O evento principal da cidade é o “Agrishow Jaru”, que movimenta o setor agropecuário da região, com atrações musicais, barracas e o leilão “Balde Cheio”, onde se comercializam animais de genética leiteira. Vale lembrar que Jaru é o município que se destaca como o maior produtor de leite da Região Norte e o que possui o maior rebanho bovino de Rondônia. Outras atrações na cidade são: a Festa de São João Batista, o Bingo Beneficente na Igreja e os clubes.

- **Theobroma (RO)**

Os principais eventos/festas da cidade são: o aniversário da cidade, em 13 de fevereiro; a Festa do Produtor Rural, em setembro, com cavalgada, rodeio e exposição; e o Campeonato de Parapente, em outubro. As áreas de lazer da população são: o rio Jaru, o Estádio Municipal, a escolinha de futebol e as festas na igreja. O Parque das Ilhas, localizado entre Jaru e Theobroma, é também muito procurado pelos turistas.

- **Ariquemes (RO)**

Os atrativos naturais de Ariquemes estão relacionados, na sua maior parte, com as paisagens dos rios da bacia hidrográfica do rio Jamari. São muito procuradas: a prainha Sombra da Mata, a cachoeira Monte Cristo, a pedra Maciça, a ponte das Pedrinhas, a praia Canaã e a corredeira Quatro Cachoeiras.

Como atrativos históricos e culturais, destacam-se em Ariquemes: o Acervo Lítico, Indígena e Natural, com cerca de 100 peças recolhidas desde 1977, pedras de utilidade indígena e pedras semipreciosas no formato natural; o bairro Marechal Rondon, antiga Vila (Papagaios), onde foi implantado o posto telegráfico de Ariquemes; o Centro Cultural Rui Barbosa, acervo histórico com fotos, manuscritos de antigos moradores, videodocumentários e resumo bibliográfico, oficina de arte; a Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha, acervo atualizado que atende a clientela escolar e visitantes; o Zoológico e Horto Municipal, com área de lazer, mantendo viveiro para produção de mudas e árvores nativas, ornamentais e plantas medicinais, animais e pássaros da fauna regional; Garimpo Bom Futuro, considerado, na década de 90, como a maior jazida de cassiterita a céu aberto do mundo, e um marco da luta do povo de Ariquemes pelo direito de exploração de cassiterita.

Como festas tradicionais, além do carnaval popular que acontece no Barracão da Feira do Produtor Rural, abrigando cerca de 8 mil foliões, destacam-se: a Festa do Costelão, sempre no terceiro domingo de maio; a Festa do Porcono Rolete, realizada no início de julho; a Exposição Agropecuária (EXPOARI), com a festa do Peão de Rodeio, na última semana de julho; e o Rodeio Criolo, no início de setembro. No que se refere à produção de artesanato, em Ariquemes, são confeccionadas peças de cerâmica, madeira e cipó, vendidas em feiras e nos locais de produção.

Na Região do Seringal Setenta, na localidade de Paca Assada, próximo à Linha B-80, que acessa a área do assentamento Maria José Rique, encontra-se a capela de São José.

- **Rio Crespo (RO)**

Os principais eventos e festas na cidade são: o Arraial e Cavalgada (EXPORIC), em junho, e o Aniversário da Cidade, em 13 de fevereiro. As áreas de lazer utilizadas pelos moradores são: o Pesqueiro, no rio Manteiga, e o campo de futebol. Apesar de não considerada pelos entrevistados, a edificação da Prefeitura deveria ser preservada — é toda em madeira e antiga.

- **Cujubim (RO)**

O município não tem vocação turística. As principais manifestações culturais existentes no município são: a Festa Flor da Paineira (a 6ª edição ocorreu nos dias 25 a 27 de junho de 2010); o Arraial Junino, com barraca, quadrilha de Porto Velho e shows musicais; e a Festa do Padroeiro São João Batista, com procissão. As principais áreas de lazer utilizadas pelos moradores são as praças públicas.

- **Itapuã do Oeste (RO)**

As principais festividades do município são: o Arraial Flor da Castanheira; o Boi-Bumbá; cavalgadas e vaquejadas. As áreas de lazer são dois clubes (Itapuã Night Club e Clube Muralha) e áreas à margem do rio Jamari.

Na vila do Rey do Peixe, há uma igreja evangélica da Assembleia de Deus e uma Pentecostal do Brasil, ambas em madeira, à margem da BR-364.

Na vila de pescadores (8.996.620 N / 466.084 E), além de bar/mercearia, há outra igreja da Assembleia de Deus.

- **Candeias do Jamari (RO)**

Neste município, os principais pontos turísticos estão relacionados ao rio Jamari e ao rio Candeias, que banha a cidade. Na margem direita do Jamari, onde existia uma cachoeira chamada Samuel, foi construída a barragem da Usina Hidrelétrica de Samuel, que possui um dique de 45km de extensão de cada margem, para formar o lago da hidrelétrica, muito procurado para a pesca. Apapás, cachorras, tucunarés, piranhas e vários “peixes de couro” habitam suas águas. O município ocupa lugar de destaque na pesca esportiva no Estado de Rondônia. Outras atrações naturais em Candeias do Jamari são os balneários Antônio Domingues, Rio Preto, do Portela, Ilha Verde, da Fátima, Rio Belo e Paraíso do Bené. O município é muito procurado pelos turistas vindos de Porto Velho.

Destaque também para o Hotel Fazenda Salsalito Jungle Park, situado na altura do Km 670 da rodovia BR-364, que possui hospedagem, e atividades de pesca e de turismo rural e ecológico, e para a Fazenda Três Capelas (ou Três Capelas Eco Resort) (Km 674 dessa rodovia), que oferece serviços de hotelaria e de lazer, focados para a vida no campo e na preservação dos costumes e tradições regionais. Nesse hotel fazenda, há uma capela, haras de cavalos, pousada com alojamentos e áreas de lazer.

No Km 675 da BR-364, há o Balneário Paraíso, muito frequentado durante os fins de semana pela população portovelhense.

Nas áreas dos Assentamentos Flor do Candeias, Paraíso das Acácias e Cachoeira do Samuel, há algumas igrejas católicas e evangélicas, bem como bares e mercearias que atraem os moradores assentados em seu tempo de lazer, como ocorre no Bar Recanto dos Amigos, no PA Paraíso das Acácias.

- **Porto Velho (RO)**

Porto Velho tem um grande e variado potencial turístico. São destaques: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a Catedral do Sagrado Coração de Jesus, o Cemitério da Candelária, a sede da Arquidiocese, o Terminal Ferroviário, a locomotiva Coronel Church (primeira máquina vinda para a Amazônia, em 1872), as Três Caixas d'Água (ou Três Marias, símbolo da cidade, edificada pelos ingleses), marco inicial da cidade; o Prédio do Relógio; o Seminário Maior João XXIII; o Palácio do Governo; o Prédio do Antigo Porto Velho Hotel; a Capela de Santo Antônio, entre outros.

Os principais atrativos culturais são: a Casa da Cultura Ivan Marrocos; os teatros Municipal Banzeiros, do SESC e do SEST-SENAT; o Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré;

o Porto Velho Shopping (com cinco salas de cinema) e a Biblioteca Municipal, dentre outros.

As festas tradicionais que se destacam na cidade são: a Expovel, festa agropecuária com grande cavalgada; a peça "O homem de Nazaré", encenada na cidade cenográfica Jerusalém da Amazônia, situada próximo à futura LT; o Festival Casarão; Micaretas (carnavais fora de época), com destaque para o bloco Maria Fumaça; o Arraial Flor do Maracujá. Diversos bares e casas de shows complementam as opções culturais de Porto Velho.

Os moradores da cidade frequentam os balneários locais (o do Rio Bonito, do Souza e outros) e alguns localizados nos municípios vizinhos (como o do rio Preto, em Candeias do Jamari). Os igarapés mais conhecidos são Periquitos e Areia Branca. Alguns desses balneários possuem uma grande infraestrutura, com restaurantes, pousadas, quadras e campos de futebol.

A pesca é uma atividade tradicional, já que a cidade é banhada pelas águas do rio Madeira, que possui grandes jaús, surubins, dourados, filhotes e piraibas.

Não se pode deixar de falar da castanheira do Estádio Aluísio Ferreira, um dos símbolos da cidade, plantada em 1945 pelo comandante da Guarda Territorial, o Sr. Sebastião Araújo. Árvore nativa da Região Amazônica, das matas de terra firme, possui copa ampla, espalhada e um pouco esparsa. Sua altura atinge até 45m.

Na área rural de Porto Velho, há alguns balneários muito frequentados pela população portovelhense, principalmente aqueles situados às margens do rio do Garças, igarapé contribuinte do rio Candeias.

Esses balneários podem ser acessados a partir da Linha 42 e das Estradas da Castanheira 2 e Jerusalém da Amazônia. Essas estradas acessam a Bacia Leiteira, o Parque Castanheira 2 e a Comunidade Jerusalém da Amazônia, áreas compostas por chácaras e pequenos sítios utilizados, em grande parte, como áreas de lazer e segundas-residências durante os fins de semana e feriados.

Próximo à SE Porto Velho, na AID da futura LT, o Tênis Clube de Porto Velho (9.027.175 N / 411.247 E ) possui 8 quadras de tênis, piscinas, quadras poliesportivas e áreas de lazer.



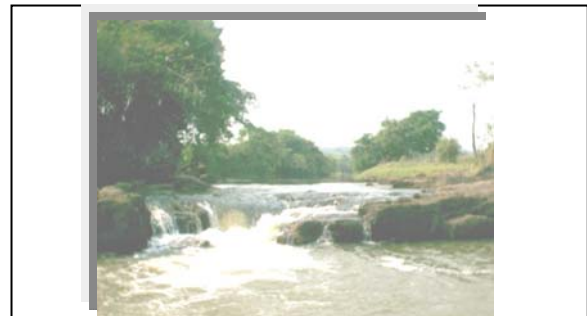
**Foto 3.6.5.8-219** – Museu Arqueológico de Presidente Médici.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Médici (acervo).



**Foto 3.6.5.8-220** – Praça da Bíblia, Ji-Paraná (RO).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ji-Paraná (acervo).



**Foto 3.6.5.8-221** – Centro Cultural Rui Barbosa, Ariquemes (RO).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ariquemes (acervo).



**Foto 3.6.5.8-222** – Corredeira Quatro Cachoeiras, Ariquemes (RO).  
Fonte: Prefeitura Municipal de Ariquemes (acervo).



**Foto 3.6.5.8-223** – Praça em Rio Crespo (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-224** – Procissão em Cujubim (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-225** – Três Caixas d'Água, em Porto Velho (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.



**Foto 3.6.5.8-226** – Antiga estação EFMM, Porto Velho (RO).  
Fonte: Biodinâmica Rio, pesquisa de campo, 2010.

## **b. Recomendações do IPHAN para os Estudos Arqueológicos**

Os estudos pertinentes ao Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e de Lazer seguiram as recomendações do IPHAN, conforme descrito no **tópico a** (anterior).

## **c. Identificação de Instituições Públicas e Privadas Locais e Regionais Envolvidas com o Patrimônio Histórico-Cultural**

A principal instituição envolvida com o Patrimônio Histórico-Cultural nas Áreas de Influência da LT 230kV Jauru – Porto Velho é o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e Artístico Nacional (IPHAN).

Outras instituições ligadas a alguma manifestação histórico-cultural, que foram citadas em campo são:

- Secretaria Municipal de Cultura de Pontes e Lacerda (MT);
- Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Vilhena (RO), que pretende restaurar e tomba uma construção antiga da época de Marechal Rondon, transformando-a em um museu destinado à memória da ocupação da região;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo de Pimenta Bueno (RO), que colabora com a infraestrutura da EXPOIB;
- Fundação Cultural de Cacoal (RO), que pretende criar um museu histórico, tomba o prédio mais antigo da cidade, transformando-o em mercado cultural, criar um museu indígena, e ampliar o Museu da Imagem e do Som, localizado na Praça da Prefeitura;
- IPHAN e Prefeitura Municipal de Presidente Médici (RO), que firmaram parceria para melhorar as condições de funcionamento do Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMARO), incluindo a visita ao Centro e o trabalho de proteção ao patrimônio arqueológico da região;
- Fundação Cultural de Ji-Paraná (RO) (FCJP), que procura incentivar os diversos grupos culturais, promovendo eventos e cursos de introdução às artes;
- Fundação de Cultura, Esporte e Lazer (FUNCEL), que administra o Museu Rondon, em Ariquemes (RO);
- Fundação Cultural do Município de Porto Velho (RO) (FUNCULTURAL);
- Secretaria dos Esportes, da Cultura e do Lazer do Estado de Rondônia.

## **d. Atividades Turísticas e de Lazer e as Potenciais Interferências do Empreendimento – AID**

As atividades turísticas e de lazer identificadas na AII e na AID da futura LT também foram abordadas, por questões didáticas, no **subtópico (2) Patrimônios Histórico-Cultural,**

**Paisagístico, Turismo e de Lazer – All/AID, no tópico a – Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico, deste subitem 3.6.5.8.**

De acordo com as pesquisas de campo realizadas na AID e All, observou-se que não haverá interferências do empreendimento com as atividades turísticas e de lazer das localidades a serem atravessadas pela LT, assim como com os bens de patrimônio histórico-cultural dos municípios da All.

**e. Resquícios da Linha Telegráfica Cuiabá-Santo Antônio do Madeira**

Este tópico pretende caracterizar os resquícios da Linha Telegráfica Cuiabá-Santo Antônio do Madeira que foram identificados durante as pesquisas de campo realizadas para elaboração deste Diagnóstico (junho e julho de 2010) nos municípios abrangidos pela futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Além disso, foi feita pesquisa bibliográfica em *sites* e em instituições públicas e privadas envolvidas com o patrimônio histórico-cultural e detentoras de informações sobre a linha telegráfica, como o Ministério do Exército, o IPHAN de Porto Velho (RO) e o Centro de Documentação do Estado de Rondônia (Secretaria de Estado de Cultura Esportes e Turismo – SECET). Também foram realizados o mapeamento (localização geográfica) do possível traçado e o registro fotográfico das estruturas (postos e estações telegráficas) e apetrechos ainda existentes, que testemunham a época da Comissão Rondon.

**(1) O Contexto da Implantação da Linha Telegráfica**

Nos primeiros anos da República, a “integração nacional” passou a ser o grande lema do Governo Federal, e Mato Grosso, Goiás e Amazonas constituíam os principais estados a serem integrados ao espaço nacional. Essas regiões não haviam sido ainda contempladas pelo circuito telegráfico imperial, nem sequer existiam caminhos e ligações terrestres entre esses pontos mais afastados do território e a região litorânea do País (SÁ *et al.*, 2008). Na urgência das comunicações e das trocas, o telégrafo passou a ser o símbolo da modernização e melhoria das comunicações, interligando as linhas telegráficas já existentes no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A missão central da República era a interiorização da autoridade estatal, protagonizada pelo Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas e pelo Ministério da Guerra.

Nas palavras de Rondon:

*“A nossa missão no interior das terras desconhecidas não se cingiria a simples afinçamento de postes... A nossa intervenção nesse pedaço da Terra Brasileira seria ao mesmo tempo de carácter social e político como de feição técnica e administrativa propriamente, n’um meio em que as nossas relações com as diferentes unidades sociais e políticas da Nação se impunham de um modo inevitável.” (RONDON, 1910)*

Em 1891, foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica que ligaria Goiás a Mato Grosso e, ainda em Mato Grosso, entre Cuiabá e Corumbá e entre Cuiabá e o Araguaia. Em 1907, foi constituída nova comissão para interligar Mato Grosso ao Amazonas, denominada Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA, 1907-1915). Para seu comando, o Presidente Afonso Pena nomeou o militar Cândido Mariano da Silva Rondon, que já havia participado da Comissão anterior. Tratava-se de implantação de linhas telegráficas em plena floresta, partindo de Cuiabá até a vila de Santo Antônio do Rio Madeira (atual Porto Velho/RO), estendendo-se até Guajará-Mirim (RO) e prosseguindo até o Acre; posteriormente, deveria seguir do Acre à cidade de Manaus, o que não aconteceu. Essa Comissão ficou conhecida como Comissão Rondon.

Sob a ingerência dos Ministérios da Guerra, da Viação e, posteriormente, também do Ministério da Agricultura e composta, basicamente, por militares do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, a Comissão de Linhas Telegráficas foi criada tanto para construir e conservar postes e estações telegráficas quanto para efetuar a inspeção das fronteiras brasileiras. Contudo, nas diferentes viagens e expedições, a pesquisa científica dos recursos naturais foi também atividade prioritária e sistemática.

Assim, a atividade científica foi realizada em estreita consonância com os serviços de construção de linhas telegráficas, demarcação de fronteiras e incremento da ocupação e povoamento do norte do País, importantes componentes da construção do Estado brasileiro. Aos oficiais do batalhão de engenharia e construção do Exército se juntaram, sistematicamente, estudiosos de botânica, cartografia, geologia, zoologia e antropologia, principalmente do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MN), com destaque para os seguintes naturalistas: zoólogo Alípio de Miranda Ribeiro, botânicos Frederico Carlos Hoehne e João Geraldo Kuhlmann, geólogos Cícero de Campos, Euzébio Oliveira e Moritz e Carl Carnier, etnólogo Edgard Roquette-Pinto, médico e coletor de insetos Fernando Soledade. (SÁ *et al.*, 2008).

A Comissão também tinha a incumbência de avaliar o potencial dos Estados de Mato Grosso e Amazonas para o cultivo de lavouras, diversificação e modernização das áreas de plantio, mapeamento dos produtos extrativos da região. No período de vigência da Comissão Rondon, além da subordinação aos Ministérios da Guerra e da Viação, passou a se subordinar ao novo Ministério da Agricultura, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, sob o comando de Cândido Mariano Rondon. O Museu Nacional do Rio de Janeiro passa também a integrar o Ministério da Agricultura. Os naturalistas dessa instituição, participantes da Comissão, teriam a incumbência de associar ao levantamento científico do território a diversificação produtiva, a modernização da agricultura, a identificação de caminhos para escoamento da produção, para fixação da mão de obra no interior.

O serviço de construção das linhas era executado, quase que inteiramente, em território desconhecido, enfrentando muitos problemas. Dessa forma, Rondon e os membros da Comissão constituíram-se como grandes desbravadores e aventureiros. A dificuldade foi um dos aspectos centrais do trabalho da Comissão, pois, pela primeira vez, tentava-se



vencer por terra a Floresta Amazônica. Numa época em que eram o meio de transporte mais usual, os animais não podiam ser usados na selva, pois não havia pastagens, só mata fechada. Assim, para que o trabalho prosseguisse, foi necessário utilizar instrumentos revolucionários para a época: caminhões. No entanto, nem esses tinham como vencer o terreno arenoso da picada que estava sendo aberta. Assim, um dos membros da Comissão, o tenente Emanuel Silvestre do Amarante, inventou uma adaptação para os automóveis, para que eles recebessem uma espécie de lagarta, transformando-os em veículos para todo tipo de terreno e, dessa forma, pudessem levar os suprimentos para a cabeça da linha (CASTRO, 2007).

O esforço da Comissão excedeu, em muito, o que foi feito em termos de comunicações e de política indigenista. Nas palavras do próprio Rondon, em 1920:

*“Onde quer que chegue o telégrafo... ali, far-se-ão sentir os benefícios influxos da civilização. Com o estabelecimento da ordem, obtida pela facilidade com que os governos podem agir [para] distribuir o bem público e a justiça, virá fatalmente o desenvolvimento do homem e das indústrias.” RONDON, 1920 apud MACIEL, 2011).*

Sua previsão se concretizou: hoje, parte da picada aberta por Rondon transformou-se na BR-364 (construída por batalhões do Exército, 50 anos depois da passagem de Rondon). Ao longo da rodovia, estão situadas as cidades de Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente Pena (atual Ji-Paraná), Jaru, Ariquemes e outras mais, surgidas em torno de pequenas estações telegráficas montadas pela Comissão de Linhas Telegráficas. Pode-se dizer, portanto, que Rondônia deve sua existência, em grande medida, ao trabalho da Comissão.

A missão civilizatória e integradora do interior do País está presente nas palavras de Rondon (1915, *apud* DUARTE, 2009).

*“Estabelecemos não só a ligação telegraphica – a aproximação do pensamento – como a vida de comunicação terrestre – a difusão da sociabilidade humana – neste caso tão importante como a primeira. E assim fomentamos o povoamento desse vasto trecho do território nacional, conservado até hoje desconhecido e ignorado da capacidade política do povo brasileiro.”*

A Linha Telegráfica Estratégica Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira foi enfim inaugurada em 1º de janeiro de 1915, na Câmara Municipal de Santo Antônio do Rio Madeira, em sessão solene, com extensão para Guajará-Mirim e Rio Branco (AC).

A proposta de trabalho de Rondon era a de um verdadeiro cientista, de estudo, conhecimento e, por meio desses, de integração do território. Ao longo do caminho percorrido, foram feitos trabalhos de levantamentos topográficos de grande precisão — com erros de apenas poucos metros, quando comparados com os modernos levantamentos feitos por satélite (CASTRO, 2007). Foram feitas pesquisas da natureza (flora e fauna), que lhe renderam fama no exterior, a ponto de o ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt se entusiasmar em se reunir a Rondon e designá-lo para chefiar uma expedição científica — “Comissão Rondon-Roosevelt” —, entre dezembro de 1913 e

maio de 1914, que realizou a coleta de mamíferos e aves para o Museu de História Natural de Nova Iorque, explorando um rio de curso desconhecido, chamado rio da Dúvida, com 1.500km de extensão, mais tarde rebatizado de rio Roosevelt, afluente do rio Madeira. Além disso, realizaram-se pesquisas etnográficas, entre as primeiras no País, com uso de fotos, filmes e registro sonoro das comunidades contatadas, e assim por diante.

A expedição Rondon contribuiu para a ocupação dessa região, desbravando-a e demarcando os antigos seringais. Além do espírito desbravador que lhe valeu a alcunha de "O Bandeirante", Rondon foi o grande responsável pela mudança na forma de ver e tratar os índios, habitantes primeiros deste vasto país. (MIGRANTES DE RONDÔNIA, 2008). Criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), origem da atual FUNAI. Sua maneira de encarar o contato com os "irmãos das matas" — perseguidos e mortos aos milhares sob os argumentos e bandeiras do progresso, do avanço da civilização e da salvação pela fé religiosa — pode ser resumida na célebre frase: "Morrer, se preciso for; matar, nunca!"

O etnólogo Edgard Roquete Pinto propôs ao Governo nacional que o norte e o noroeste do Estado de Mato Grosso fossem denominados Rondônia, em reconhecimento ao trabalho realizado pela Comissão Rondon, e que, na picada da linha telegráfica, se construísse uma rodovia ligando Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira.

Logo após a conclusão da rede de linhas telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, no entanto, surgiu a rádio, que, de imediato, se difundiu largamente, suplantando por completo o lugar do telégrafo nas comunicações. A herança da Comissão Rondon, porém, foi mais ampla que a ligação telegráfica.

## **(2) Contribuições Científicas**

Dentre os trabalhos e conquistas da Comissão, destacam-se a descoberta de rios, o percurso da serra do Norte (atual Rondônia), a correção de erros cartográficos, o contato e os estudos de sociedades indígenas, especialmente os Pareci e os Nambiquara (SÁ *et al.*, 2008). A Comissão organizou, junto com o *American Museum of Nature History* de Nova York, entre dezembro de 1913 e março de 1914, a expedição Roosevelt-Rondon no afluente do rio Madeira — rio da Dúvida, hoje denominado rio Roosevelt.<sup>34</sup>

A Comissão Rondon elaborou as plantas com posições exatas dos rios descobertos, dos rios levantados e de outros estudos:

- Rios descobertos: Comemoração, Iquê, Apidiá, Piracubuina, Ávila, Anarí, 21 de Setembro, Barão de Melgaço, Roosevelt (ex-Dúvida), Pimenta Bueno (Apidiá), Jaru, Capitão Cardoso, Tenente Marques e Machadinho;
- Rios levantados e estudados: Gi-Paraná e seus tributários; Jamari e seu afluente Candeias; Jaci-Paraná e seu tributário Branco; Marmelo e seus afluentes Maici e Branco; Corumbiara, São Miguel, Cantário e Baixo Madeira;

<sup>34</sup> Atualmente, acervo dos trabalhos realizados pela Comissão Rondon encontra-se espalhado por várias instituições: Museu do Índio, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional e Arquivo Histórico do Exército – no Centro de Documentação do Exército e no Museu Histórico do Exército. O presidente americano Theodore Roosevelt registrou sua participação na viagem científica à Região Amazônica, no livro *Nas Selvas do Brasil*, 1943.

- Estudo e mapeamento topográfico dos divisores de águas das bacias fluviais Ji-Paraná/Anari, Jacaré/Jaru, Boa Vista/Urupá, Ji-Paraná/Guaporé, Ji-Paraná/Roosevelt, assim como das cabeceiras dos rios Branco, Preto do Ji-Paraná, Juarezinho, Jaru, Urupá, Cantuário, Cauterinho, São Miguel e Ricardo Franco;
- Mapeamento das extremidades da Chapada do Parecis, destacando a ponta oriental da chapada dos Pacaás Novos, nódulo de onde nascem as águas que se dirigem para os rios Ji-Paraná, Guaporé e Madeira e dos contrafortes ao sul da Chapada do Parecis, denominando-os serras de Uopiane, Aleixo Garcias, Pires de Campo, Pascoal Moreira e Antunes Maciel;
- Estudos mineralógicos: descoberta de ouro e diamante nas cabeceiras dos rios Cabixi, Corumbiara e Roosevelt, gipsita das nascentes do rio Cautário, ferro e mica no rio Pimenta Bueno;
- Mapas botânicos indicando as áreas florestais contendo em abundância espécies utilitárias industrial e farmacêutica, tais como: ipecacunha, quina, andiroba, copaíba, castanha do Brasil, sorva, biriti, seringueira, madeiras nobres, plantas medicinais e outras espécies nos vales dos rios Guaporé, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Madeira, Jaru, Cantuário, Corumbiara, São Miguel, Jaci-Paraná, Machadinho;
- Mapas descritivos das áreas ocupadas pelas nações indígenas contatadas;
- Estudos da vegetação, da fauna e etnológico das nações indígenas contatadas, contabilizando na entrega ao Museu Nacional do Rio de Janeiro:
  - na área Botânica: 8.770 exemplares;
  - na área de Mineralogia: 41 exemplares;
  - na área de Zoologia e Entomologia: 7.502 e 712 exemplares, respectivamente;
  - na área de Etnografia: 6.082 exemplares.

E a publicação de:

- 13 volumes sobre botânica;
- 12 volumes sobre zoologia;
- 05 volumes sobre mineral e geologia;
- 02 volumes sobre águas termais;
- 01 volume sobre etnografia.

### **(3) O Traçado da Linha Telegráfica**

Os trabalhos de Cuiabá, em Mato Grosso, a Santo Antônio do Madeira, no Amazonas, foram realizados em três etapas. Na 1ª etapa, iniciada em setembro de 1907, entre Cuiabá e o rio Juruena, a Expedição realizou 1.781km de reconhecimento; na 2ª etapa, em 1908, a Expedição fez o levantamento do desconhecido trecho entre o Juruena e a serra do Norte, totalizando 1.653km de reconhecimento; na 3ª etapa, em 1909, entre a serra do

Norte e Santo Antônio, a Expedição durou 237 dias e fez 2.323km de reconhecimento (1.697km por terra e 1.138km via fluvial, em canoa).

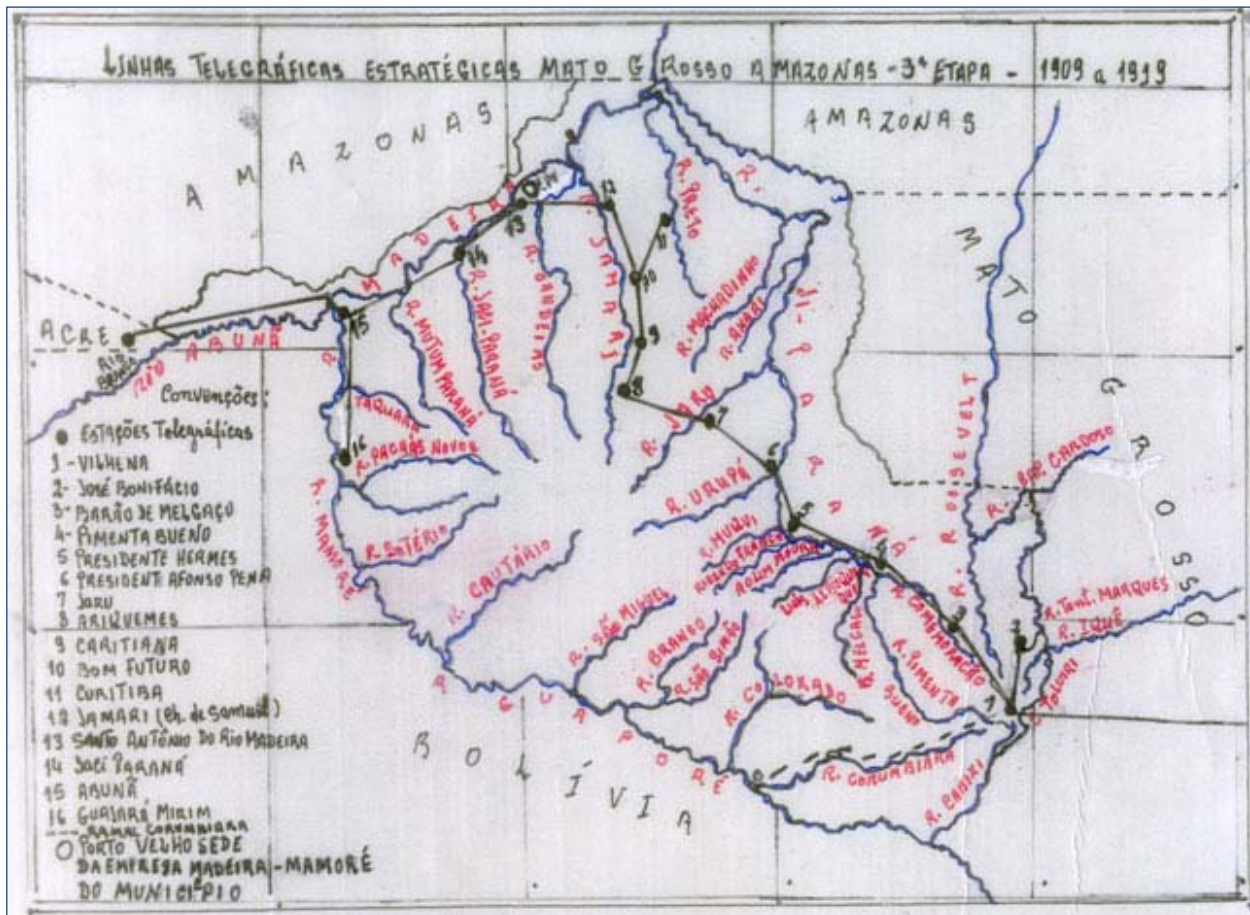
O trabalho realizado pela Comissão Rondon, em 1907, entre a serra do Norte e o povoado de Santo Antônio, no rio Madeira, foi o mais importante para Rondônia, ao atravessar todo o território do atual estado, com a implantação das linhas telegráficas na densa Floresta Amazônica. Rondon descobriu rios, igarapés, serras, que deram origem a nomes de várias cidades de Rondônia. Em 1915, foram concluídos os trabalhos de ligação telegráfica entre Mato Grosso e Amazonas, rompendo o isolamento da região ao resto do País.

A linha-tronco implantada entre Cuiabá e Santo Antônio do rio Madeira foi de 1.493,593m de distância, sem incluir as variantes.

Os postos telegráficos instalados no espaço atualmente limitado pelo Estado de Rondônia, apresentados na **Figura 3.6.5-103**, foram os seguintes:

1. Vilhena com ramal até a foz do rio Corumbiara, na margem direita do rio Guaporé
2. José Bonifácio
3. Barão de Melgaço
4. Pimenta Bueno
5. Presidente Hermes (atual Presidente Médici)
6. Presidente Afonso Pena (atual Ji-Paraná)
7. Jaru
8. Ariquemes
9. Caritiana (Rio Preto)
10. Curitiba (Rio Preto)
11. Bom Futuro (Rio Jamari)
12. Jamari (cachoeira do Samuel)
13. Santo Antônio do Rio Madeira
14. Jaci-Paraná
15. Abunã (com ramal para Rio Branco/AC)
16. Guajara-Mirim

Entre 1907 e 1915, Rondon trabalhou utilizando mão de obra do sul do País, que, somada à de outros migrantes atraídos pelo avanço da linha telegráfica, criou povoados nos locais onde se instalaram os postos telegráficos, entre os quais: Vilhena, Marco Rondon, Pimenta Bueno, Vila Rondônia (hoje, Ji-Paraná) e Ariquemes. (MIGRANTES DE RONDÔNIA, 2008b).



**Figura 3.6.5-103** – Desenho esquemático da localização dos postos telegráficos da 3ª etapa da Comissão Rondon.

A **Figura 3.6.5-104** (Mapa das Linhas Telegráficas de Mato Grosso – 1915) é uma reprodução do mapa elaborado na Seção de Desenho da Comissão Rondon que se encontra no acervo do Arquivo Histórico do Exército, em cópia heliográfica. Trata-se de um esquema das linhas telegráficas implantadas, na escala 1:4.000.000, no Estado de Mato Grosso que, à época, englobava os atuais Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Vale notar que a Comissão Rondon foi responsável apenas pela linha a partir de Cuiabá em direção a Santo Antônio do Rio Madeira, atual Porto Velho.



Figura 3.6.5-104 – Mapa das Linhas Telegráficas de Mato Grosso – 1915.

#### (4) Resquícios da Linha Telegráfica

- **Pontes e Lacerda (MT)**

Em Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, o antigo Posto Telegráfico na Vila Guaporé (ou Vila dos Pretos), datado de 1906/07, foi reconstituído para abrigar a casa da Memória Marechal Rondon (**Fotos 3.6.5-227 e 3.6.5-228**). A Vila dos Pretos, hoje, situa-se na periferia da cidade (atual bairro Guaporé) e encontra-se em fase de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola, conforme é apresentado no **tópico b – Comunidades Quilombolas – AII/AID**, no **subitem 3.6.5.6 – Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais – AII/AID**.

Em 1906, a Comissão de Linhas Telegráficas, chefiada pelo então Major Cândido Rondon, ao articular Vila Bela da Santíssima Trindade com o País, instalou, às margens do rio Guaporé, uma estação telegráfica, com mão de obra trazida daquele município. Dessa estação telegráfica, originou-se a Vila dos Pretos (atual bairro Guaporé), que seria, por muitos anos, um dos únicos pontos de povoamento entre Cáceres e Vila Bela (COORTRADE, 2006). A Vila Bela da Santíssima Trindade (à época, denominada Mato Grosso) é cidade vizinha a Pontes e Lacerda e foi a primeira capital de Mato Grosso.



**Foto 3.6.5.8-227** – Ruínas da Casa do Telégrafo, em Pontes e Lacerda (MT), hoje, Casa da Memória.



**Foto 3.6.5.8-228** – Casa da Memória Marechal Rondon, antiga Casa do Telégrafo, localizada no bairro Vila Guaporé, em Pontes e Lacerda (MT).

- **Vilhena (RO)**

A municipalidade de Vilhena pretende transformar uma construção antiga da época do Marechal Rondon num museu destinado à memória da ocupação da região (**Fotos 3.6.5-229 a 3.6.5-232**). A área onde se situa a edificação pertence à Aeronáutica, sendo necessária a liberação da instituição para realizar obras de reconstituição.



**Foto 3.6.5-229** – Casa de Rondon, em ruínas, antigo Posto Telegráfico, em Vilhena (RO).



**Foto 3.6.5-230** – Artefato deteriorando-se ao tempo, na Casa de Rondon, em Vilhena (RO).



**Foto 3.6.5-231** – Casa de Rondon, em Vilhena (RO).



**Foto 3.6.5-232** – Foto da Estação Telegráfica de Vilhena. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).

### • Ji-Paraná (RO)

Em Ji-Paraná, a Comissão Rondon construiu o Posto Telegráfico Presidente Pena, em terras do acampamento de seringueiros Urupá. A partir desse Posto, é que teve início um núcleo residencial que seria conhecido mais tarde por Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná (vide marco da cidade e resquícios dos postes telegráficos – **Fotos 3.6.5-233 e 3.6.5-234**). O primeiro posto telegráfico era uma casa simples, coberta de folhas de buritis, situada na margem esquerda do rio Machado (**Foto 3.6.5-235**). Mais tarde, para abrigar o novo posto dos Correios e Telégrafos, foi construída uma edificação de tijolos de barro cru extraídos do rio Machado, coberta de telhas de barro vindas de Belém do Pará, janelas de madeira e varanda (**Fotos 3.6.5-236 a 3.6.5-238**).





**Foto 3.6.5-233** – Marco da cidade de Ji-Paraná, às margens do rio Ji-Paraná.



**Foto 3.6.5-234** – Resquílios da Linha Telegráfica, em Ji-Paraná (RO).



**Foto 3.6.5-235** – Estação Telegráfica de Presidente Penna (atual município de Ji-Paraná). Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-236** – Museu das Comunicações Marechal Rondon, antigo posto de Correios e Telégrafo, em Ji-Paraná (RO).



**Foto 3.6.5-237** – Museu das Comunicações Marechal Rondon, antigo posto de Correios e Telégrafo, em Ji-Paraná (RO).



**Foto 3.6.5-238** – Outro ângulo do Museu das Comunicações Marechal Rondon, antigo posto de Correios e Telégrafo, em Ji-Paraná (RO).

O Museu das Comunicações Marechal Rondon abriga peças que fazem parte da história da construção da linha telegráfica, do Posto dos Correios e Telegráfico, da estrada de ferro Madeira-Marmoré e de artesanato indígena.

- **Ariquemes (RO)**

Às margens do principal rio do município de Ariquemes, o Jamari, havia seringais nativos, destacando-se o Seringal Papagaios, onde o Marechal Rondon instalou a estação telegráfica. Em seus arredores, resgatou os índios Ahôpôvô, apelidados de Arikême (“filho do rio”), para pacificação, visto estarem sempre em conflito com os seringalistas. Assim, a Vila Papagaios de seringueiros preexistia à chegada de Rondon, em 1909, onde foi instalado o Posto Telegráfico Ariquemes (**Foto 3.6.5-239**).

Atualmente, no local onde se situava o Posto Telegráfico, foi instalado o Museu Rondon (**Foto 3.6.5-240**), às margens do rio Jamari, localizado no bairro Rondon (antiga Vila Velha), a 3km da sede municipal. No museu, podem ser encontradas algumas peças utilizadas para abrir carreadores para escoamento da seringa, posteamo da linha, carretéis, fornalha e também artesanato indígena, resquícios paleontológicos e objetos dos seringueiros (**Fotos 3.6.5-241 a 3.6.5-244**). Estão expostas, também, fotos de Rondon e de algumas estações telegráficas implantadas por ele.

Na **Foto 3.6.5-245**, vê-se uma casa típica de madeira, localizada na antiga Vila Velha. Junto ao Museu Rondon, situam-se uma praça, o Espaço Cultural Marechal Rondon e um mirante do rio Jamari, reformados pelo Programa Calha Norte em 2007 (**Fotos 3.6.5-246 a 3.6.5-248**).



**Foto 3.6.5-239** – Estação Telegráfica de Ariquemes. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-240** – Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-241** – Forno. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-242** – Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-243** – Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-244** – Resquício das fundações do Poste Telegráfico. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-245** – Casa típica localizada no núcleo inicial de povoamento da cidade – Vila Velha, atual bairro Rondon.



**Foto 3.6.5-246** – Espaço Cultural Marechal Rondon, junto ao Museu Rondon, com mirante do rio Jamari.



**Foto 3.6.5-247** – Praça no núcleo inicial de povoamento da cidade – Vila Velha, atual bairro Rondon, em frente ao Museu Rondon e ao Espaço Cultural.



**Foto 3.6.5-248** – Vista do rio Jamari a partir do Mirante Rondon, localizado no Espaço Cultural Marechal Rondon, no bairro Rondon.

A seguir, algumas fotos (**Fotos 3.6.5-249 a 3.6.5-256**) que fazem parte do acervo fotográfico de outros Postos Telegráficos instalados pela Comissão Rondon no Museu Rondon de Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-249** – Estação Telegráfica de Jarú. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-250** – Estação Telegráfica de Juruena. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-251** – Estação Telegráfica de Karitiana, às margens do rio Jamari. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-252** – Estação Telegráfica de Pimenta Bueno. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-253** – Estação Telegráfica de Presidente Hermes. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-254** – Estação Telegráfica do Ramal Cáceres à cidade de Cuiabá. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-255** – Estação Telegráfica de Santo Antônio do Madeira, localizada no povoado de mesmo nome. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).



**Foto 3.6.5-256** – Estação Telegráfica de Jacy-Paraná. Acervo do Museu Rondon, em Ariquemes (RO).

## (5) Cândido Mariano da Silva Rondon

O Marechal Rondon nasceu em 05/05/1865, em Mimoso, sul de Mato Grosso, e faleceu em 1958. Descendente dos índios Terenas e Bororos, órfão de pai, sua mãe morreu quando ele tinha 2 anos. Foi criado pelo avô e, mais tarde, pelo tio Manuel Rodrigues da Silva Rondon (SILVEIRA *et al.*, 2002-2003). Estudou em Cuiabá e, em 1881, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro (na Praia Vermelha), tornando-se engenheiro militar e bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, em 1890. Na Escola Militar, foi também professor de Astronomia e Mecânica e aderiu ao Positivismo, que orientaria diversas de suas posições, como a visão benemerita e útil da ciência e a perspectiva protecionista e tutelar no tratamento da questão indígena.

Desde os anos 1880, ainda durante o Império, o batalhão de engenheiros do Exército já vinha trabalhando na construção de estradas de ferro e linhas telegráficas. Com a República, foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica que ligaria Mato Grosso a Goiás. Rondon começou a atuar nessa Comissão em 1891 (LIMA & SÁ, 2006).

Rondon iniciou suas atividades de sertanista em 1890, a convite do Major Gomes Carneiro para servir na Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. Em 1892, foi chefe do 16º Distrito Telegráfico de Mato Grosso. Em 1897, dirigiu a comissão responsável pela construção da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Registro do Araguaia. Até 1906, trabalhou na construção das Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, entre Cuiabá e Corumbá, até as fronteiras do Paraguai e da Bolívia.

Em 1907, no governo de Afonso Pena, Rondon assumiu aquela que seria uma das mais marcantes missões de sua biografia e, certamente, a que o notabilizou definitivamente: a liderança da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. A notoriedade dos trabalhos realizados por essa Comissão, sobretudo o contato com as sociedades indígenas, acabou rebatizando-a com o nome de Rondon, para homenageá-lo.

Ao final dos trabalhos dessa Comissão, em 1915, Rondon tinha recebido o prêmio Livingstone, da Sociedade Geográfica de Nova York, por ter sido considerado o principal explorador das terras tropicais. Mato Grosso possuía 4.502km de linhas telegráficas, e seus membros tinham realizado — em trabalho que passaria a ser considerado uma verdadeira “epopeia” — o levantamento de uma área de 50.000km entre os rios Juruena e Madeira (LIMA & SÁ, 2006).

Nos anos seguintes, além de outros prêmios e homenagens no Brasil e no exterior, Rondon, general desde 1919 e marechal a partir de 1955, foi indicado para receber o prêmio Nobel da Paz mais de uma vez.

Ele desempenhou também muitas outras missões até a sua morte, em 1958: a inspeção das fronteiras brasileiras das Guianas à Argentina, entre 1927 e 1930, a conservação das linhas telegráficas e, no governo Vargas, a chefia da Comissão Mista Brasil/Peru/Colômbia para dirimir problemas de limites entre aqueles países. Em sua longa trajetória, talvez as atividades que o tornaram mais conhecido sejam as do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (LIMA & SÁ, 2006).

#### **f. Glossário de Verbetes Etimológicos da Toponímia Regional**

- **Barreiro** – local onde é extraída a argila para ser utilizada na produção de cerâmicas.
- **Carretinha** – moto com reboque utilizada na área rural como meio de transporte para escoamento da produção leiteira.
- **Despesa** – consumo da família, autoconsumo, subsistência.
- **Diarista** – agricultor ou vaqueiro que vende sua força de trabalho para um fazendeiro que lhe paga pelo dia trabalhado.
- **Fazenda** – propriedade rural com área superior a 100 hectares.
- **Gleba** – parcela de terra.
- **Grileiro** – termo que designa quem falsifica documentos para, de forma ilegal, se tornar dono por direito de terras devolutas ou de terceiros.
- **Igarapé** – afluente do rio principal, que também é chamado regionalmente de “cabeceira”.
- **Judas** – nome do espantalho utilizado nas plantações de milho.

- **Kapa** – estrada vicinal que acessa áreas de assentamentos no Estado de Rondônia.
- **Linhas** – estradas vicinais, geralmente de terra, utilizadas como eixos de colonização no Estado de Rondônia, a partir do eixo central, a rodovia BR-364. Cada “linha” dividia duas “glebas”, em cuja extensão eram demarcados os lotes que deveriam ser ocupados.
- **Meeiro** – é o agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral, o meeiro ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. Em Rondônia, a agricultura de meação ainda é muito praticada.
- **Peixarias** – barracos de madeira situados na margem da BR-364, onde são vendidos os pescados do rio Jamari e seus afluentes, em Itapuã do Oeste (RO).
- **Porco “sujo”** – termo utilizado quando o porco é vendido “vivo”.
- **Posseiro** – pessoa que detém de fato a posse de uma gleba de terra, mas não é o dono de direito, não possuindo a documentação e o registro em cartório. O assentado de reforma agrária, antes de receber o título definitivo de propriedade do imóvel, como doação por parte do Governo Federal, também é um posseiro, usufruindo, por ocupação, uma terra da União.
- **Rancho** – espécie de cesta básica (arroz, feijão, açúcar, café, carne e botijão de gás) que o trabalhador rural recebe do fazendeiro que o empregou.
- **Retiro** – área produtiva de uma fazenda, com currais, estábulos e residências de empregados (vaqueiros e suas famílias).
- **Ribeirinho** – o termo “ribeirinho” se refere àquele morador que vive à margem dos rios, igarapés e demais corpos hídricos amazônicos.
- **Safrinha** – período do ano (entressafra da soja, de março a outubro) em que ocorre o plantio e a colheita de culturas temporárias, como sorgo, milho e girassol.
- **Salário “livre”** – o trabalhador (caseiro, vaqueiro ou encarregado) da propriedade rural já recebe o seu pagamento descontado o valor da comida (“despesa”) necessária à sua subsistência, que é fornecida pelo patrão.
- **Salário “seco”** – o trabalhador da propriedade rural tem que comprar sua própria comida, recebendo o salário bruto.
- **Sítio** – propriedade rural com área que varia de 30 a 100 hectares.
- **Taberna** – espécie de mercearia que comercializa bens de primeira necessidade, principalmente.
- **Taião ou “talhão”** – pedaço ou parcela de terreno.
- **Tapiri** – construção rústica regional com cobertura de palha nativa de palmeiras como a inajá, o tucumã ou a palhinha preta, localizada na floresta que serve de abrigo para a população que vive do extrativismo.
- **Terra devoluta** – terras que, não sendo próprias nem aplicadas ao uso público, não se incorporaram no domínio privado.
- **Tulha** – ou “tuia”, espécie de barracão de madeira onde ficam armazenados utensílios e ferramentas utilizados nas lavouras e nas criações de animais.

### 3.6.6 Caracterização das Intervenções e Implicações Decorrentes dos Aspectos Construtivos do Empreendimento

Apresenta-se, a seguir, a caracterização das intervenções e implicações decorrentes dos aspectos construtivos das obras de implantação da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, tendo em vista atender ao disposto no item 3.6.6 do TR emitido pelo IBAMA.

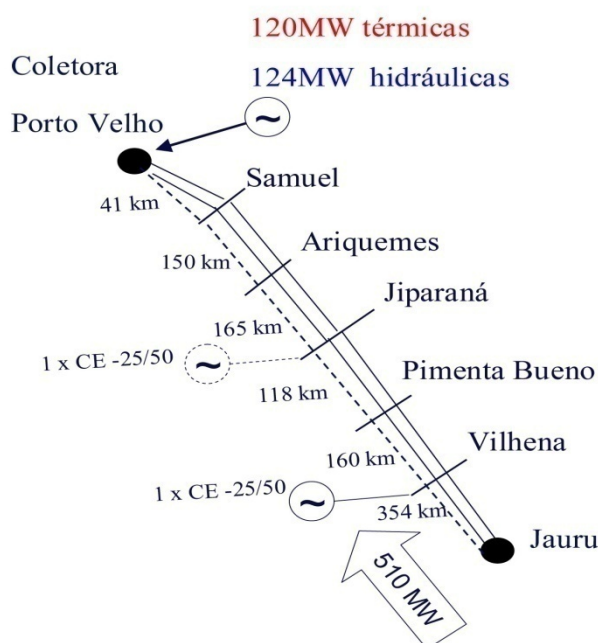
#### 3.6.6.1 Desenvolvimento Regional

##### a. Rede de Distribuição e Identificação do Consumidor Final a ser Atendido

Para identificar o consumidor final a ser atendido pela LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, é necessário verificar os objetivos do empreendimento nos períodos prévio e posterior à entrada no sistema da energia proveniente das UHEs do Complexo Madeira, ora em construção.

No atual período “Pré-Madeira”, o reforço proposto para o suprimento dos Estados de Rondônia e do Acre com o 3º circuito entre Jauru e Porto Velho injetará 510MW na rede, provenientes do Sistema Interligado Nacional (SIN), aumentará a oferta de energia elétrica às capitais Porto Velho e Rio Branco (esta através de outra LT 230kV Porto Velho – Rio Branco C2 – RBTE – também em licenciamento no IBAMA), complementando a demanda da construção das UHEs do Madeira, e substituindo, parcialmente, o suprimento por energia térmica, mais cara e poluente.

De acordo com estudos da EPE (mar. 2008), para a carga de referência do Acre-Rondônia em 2012, de 740MW, o montante de energia térmica necessária é de 120MW e de energia de origem hidráulica, de 124MW (**Figura 3.6.6-1**). Se a carga se apresentasse 10% maior (810MW), a geração térmica local seria da ordem de 200MW.



**Figura 3.6.6-1** – Reforço proposto ao Acre-Rondônia para o período Pré-Madeira  
Fonte: EPE, 2008.



Atualmente, a geração térmica de Rondônia e Acre tem uma potência instalada de 718MW e geração hidráulica de 475MW – **Quadros 3.6.6-1 e 3.6.6-2**. A geração térmica de maior potência está nas UTEs TermoNorte I e II (498MW) e de energia hidráulica, na UHE Samuel (216MW).

**Quadro 3.6.6-1 – Usinas Termelétricas de Rondônia**

UTE	Potência Nominal (KW)
Abunã	332
Alvorada	4.050
Araras	134
Buritis	13.271
Calama	408
Campo Novo	1.941
Chupinguaia	2.570
Conc. Galera	53
Costa marques	4.570
Cujubim	4.480
Demarcação	120
Fortaleza do Abunã	322
Izidrolândia	280
Jaci-Paraná	2.410
Machadinho	8.958
Maici	36
Mutum-Paraná	332
Nazaré	288
Nova Califórnia	1.111
Pacarana	672
Pedras Negras	53
R. Moura Guaporá	116
Bandeirantes	1.632
Santa Catarina	53
São Carlos	334
São Francisco	5926
Surpresa	188
Tabajara	97
Triunfo	4340
Urucumaquã	175
Vale de Anari	2.368
Vila Extrema	2.450
Vista Alegre	4.225
Rio Madeira	119.600
Termonorte I	68.000
Termonorte II	426.500
<b>Total de Potência Instalada</b>	<b>682.395 kW</b> <b>682,3 MW</b>

**Fonte:** ELETROBRAS/GTON, 2010

**Obs:** A UTE Rio Madeira está em processo de desativação e indisponível para a operação.

No Acre, a UTE Rio Branco tem uma potência instalada de 36,00MW.

**Quadro 3.6.6-2** - Capacidade instalada das Usinas Hidrelétricas do Acre e Rondônia

<b>Usinas Hidrelétricas</b>	<b>Potência Instalada (MW)</b>
UHE Samuel	216
UHE Rondon II	73,5
PCH Santa Cruz	17
PCH Cachoeira	10
PCHs Rolim	21,8
PCHs Vilhena	37,4
PCH Primavera (P. Bueno)	18,2
PCH C. Formosa (Ariquemes)	12,3
PCH Machadinho (Jaru)	10,5
PCH Cassol	3,6
PCH A. Floresta	5
PCH Alto	1,7
PCH Montebelo	4
PCH Cascata	7
PCH Canaã	17
PCH Jamari	20
<b>TOTAL</b>	<b>475 MW</b>

**Fonte:** EPE, mar. 2008.

No período após o início da operação das primeiras máquinas das UHEs Santo Antônio e Jirau, a LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 terá a função de dar estabilidade aos “linhões” do Madeira, atender à carga de Acre e Rondônia no período seco e escoar energia para o sistema Centro-Oeste e para o SIN no período úmido, já que a Subestação Porto Velho estará também ligada ao Sistema de Transmissão do rio Madeira.

No período Pré-Madeira, a disponibilização de energia proveniente do 3º circuito irá reforçar a oferta de energia para o término da construção do Complexo Madeira, evitando-se o comprometimento com o abastecimento de energia na capital Porto Velho. Após a entrada em operação das UHEs do Madeira, toda a rede de distribuição de Acre e Rondônia será beneficiada, à exceção de 32 sistemas isolados de Rondônia, ainda não conectados à capital.

Na operação da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, não estão previstos seccionamentos. A distribuição regional será feita a partir das Subestações, a serem ampliadas, e dentro do planejamento das empresas distribuidoras de energia de Rondônia, Acre e Mato Grosso para atender à demanda da região.

A rede de distribuição do Sistema Elétrico de Rondônia pode ser visualizada na **Figura 3.6.6-2**, a seguir.



na LT 230kV associada, denominado, então, Sistema Hidrotérmico da Eletronorte. Já em 1995, esse sistema supria as cidades de Porto Velho, Candeias, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste, além de outras duas dezenas, na região de maior concentração populacional, atividade econômica e de demanda de energia elétrica no estado. O desenvolvimento de cidades-polos de geração levou à formação de outros subsistemas interligados (MARROCOS NETO & MORET, 2008)

Segundo o Plano Decenal da EPE (2019), o Sistema de Transmissão de Rondônia atende, por meio de linhas de transmissão em 230kV, as regiões polarizadas pelas cidades de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. Da cidade de Ji-Paraná parte uma linha de transmissão de 138kV, operando em 69kV, com destino à cidade de Rolim de Moura, na região centro-sul do estado. A partir de 2009, entrou em operação a conexão entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso, através de um circuito duplo (CD), a LT 230kV Vilhena - Jauru, cujas instalações foram licitadas em novembro de 2006. Com essa conexão, foi estabelecida a interligação do Subsistema Acre/Rondônia com a Região Centro-Oeste (EPE, 2010).

Segundo relatório da CERON (2009), o sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica é constituído por uma linha de transmissão em 230kV oriunda do sistema hidrotérmico interligado da Eletronorte, partindo da UHE Samuel com um tronco no sentido sul do estado, atendendo aos polos Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Cacoal e Rolim de Moura, e outro, no sentido noroeste para Rio-Branco (AC), atendendo a Porto Velho e ao polo de Guajará-Mirim. Com a construção, pela Eletronorte, da LT em 230kV de Ji-Paraná – Pimenta Bueno – Vilhena citada anteriormente, houve a continuação do tronco que atende ao sul rondoniense, interligando, conseqüentemente, toda a parte central do Estado de Rondônia.

O subsistema de transmissão de 69kV — que atendia ao polo de Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras, por meio da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Cachoeira e de outras seis PCHs — foi incorporado ao sistema 230kV, em função da construção da linha Ji-Paraná – Vilhena, já referenciada, transformando-se em um único sistema.

Em 2009, foi construída a Usina Hidrelétrica Rondon II, localizada na região de Pimenta Bueno, com capacidade de 73MW, e foram implantadas as linhas de transmissão em 138kV com conexão na Subestação 138/34,5/13,8kV, no município de Pimenta Bueno, para escoar a energia elétrica gerada, conectando-se então ao sistema hidrotérmico Rondônia.

Destaca-se, também, a citada construção das linhas de transmissão em 230kV entre Jauru, Vilhena (Circuito Duplo), Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Ariquemes até a UHE Samuel (Circuito Simples) e demais instalações associadas, permitindo ao Sistema Acre – Rondônia a integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Além do sistema anterior (Sistema Hidrotérmico Rondônia), existem 32 Sistemas Isolados ainda não conectados à capital, sendo eles parques térmicos a óleo diesel da GUASCOR, Triunfo, União Bandeirantes e do Produtor Independente de Energia (PIE) ROVEMA e apenas o sistema isolado Chupinguaia por geração hidráulica da PCH Cascata Chupinguaia (ELETROBRAS/GTON, 2010).

**b. “Efeito Multiplicador” do Empreendimento sobre o Uso dos Recursos Naturais da Região Atravessada**

O atendimento a Porto Velho e aos municípios integrados ao SIN permitirá a substituição significativa da energia gerada pela queima de combustíveis fósseis por energia de origem hidráulica, de menor custo e menos poluente.

A maior disponibilidade de oferta de energia e de forma confiável gera modernização da vida social da população nas cidades, maior conforto e ampliação das possibilidades econômicas, tanto nas cidades como na zona rural, pois viabiliza a implantação de atividades industriais, de serviços e uso mais intenso de energia nas atividades rurais.

Os municípios por onde a LT irá passar são os que concentram o núcleo da economia, região de povoamento consolidado, integrado à economia nacional, onde se situam as maiores cidades, a agroindústria da soja, a pecuária de corte e leite, os frigoríficos, onde a lógica do mercado condiciona o povoamento e as atividades econômicas e onde o consumo energético é mais significativo e tende a crescer.

Na logística prevista de transporte dos materiais para a implantação da faixa de servidão, incluindo as torres do empreendimento em questão, a tendência é que sejam utilizados os acessos existentes das LTs 230kV Jauru – Vilhena CD (JTE), Samuel – Ji-Paraná e Ji-Paraná – Vilhena (ELETROBRAS/ELETRONORTE), minimizando a possibilidade de abertura de novos acessos.

Assim, o acesso aos locais das torres deverá ser feito a partir das rodovias primárias, secundárias, estradas vicinais e acessos existentes, implantados quando da instalação das citadas LTs 230kV ora em operação, uma vez que a futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 será paralela, na quase totalidade de seu traçado, a essas LTs existentes entre as SEs de Jauru e Samuel. A largura desses acessos deverá ser de 4,0m, largura mínima para a passagem de um caminhão. As possíveis melhorias dos acessos existentes deverão, assim, facilitar a locomoção dos moradores rurais e o escoamento de sua produção.

A região possui as seguintes vias que serão utilizadas como acessos: rodovias primárias (BR-174 e BR-364), secundárias (MT-248, MT-388, RO-391, RO-387, RO-383, RO-486, RO-471, RO-476, RO-480, RO-472, RO-135, RO-470, RO-466, RO-464, RO-257, RO-459 e RO-205), estradas vicinais, “linhas e travessões” e os pequenos acessos implantados para instalação das LTs existentes para se atingirem os locais das torres.

Os projetos de Colonização e Reforma Agrária de Rondônia, implantados a partir da década de 1970, criaram uma densa malha viária (as “linhas”) com intuito de facilitar a ocupação humana no território, e se constituíram nos vetores de penetração nas áreas de mata. Essas “linhas” se iniciaram no principal eixo de comunicação regional, a BR-364, e se internalizaram pelo território, perpendicularmente a esse eixo, ocasionando o chamado efeito “espinha de peixe”.

Portanto, em função dos acessos, não deverá ocorrer indução da ocupação humana e a consequente exploração de áreas com vegetação nativa e de seus recursos naturais em decorrência da implantação do empreendimento.

Na faixa de servidão, será necessário desmatar, entre florestas e savanas, cerca de 332ha de vegetação nativa para abertura da faixa de serviço (até, no máximo, 10m de largura), para implantação das praças de lançamento de cabos e das torres. Prevê-se que as praças de lançamento dos cabos tenham caráter provisório, localizar-se-ão na própria faixa de servidão da LT e, preferencialmente, em áreas já antropizadas. Esse quantitativo representa cerca de 9% da Área de Influência Direta (40m de faixa de servidão). Vale apontar ainda que as supressões de vegetação nativa da faixa de servidão deverão ser realizadas somente com a largura suficiente para permitir a implantação, operação e manutenção da LT, observada a Norma NBR 5.422/85.

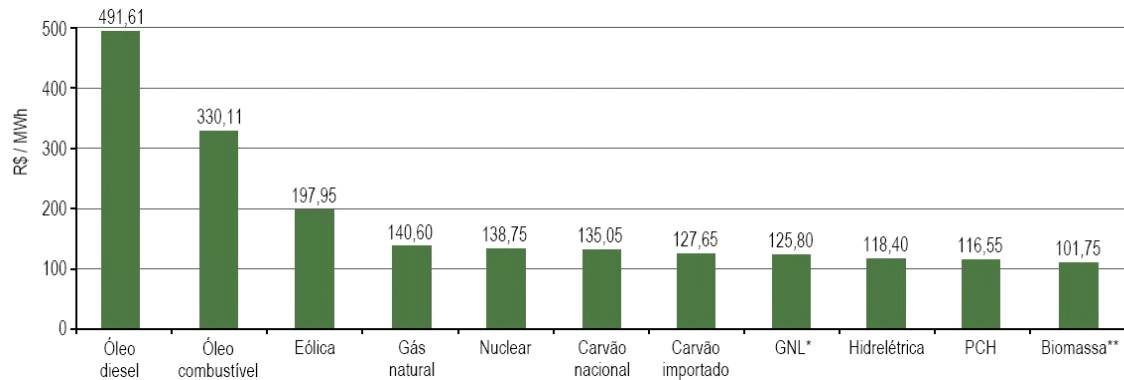
Na atual fase dos estudos ambientais, no entanto, ainda não há definição precisa da localização dos acessos que serão utilizados para a construção e manutenção da futura LT; porém, pode-se concluir que não irão ocorrer novos vetores que gerem aumento da ocupação antrópica ou no uso dos recursos naturais, especialmente da vegetação nativa remanescente.

### **c. Alternativas de Suprimento de Energia Elétrica: Justificativas Técnicas**

Conforme apresentado anteriormente, atualmente, o Sistema Elétrico Regional de Rondônia e do Acre é dependente de geração térmica para o atendimento satisfatório das cargas demandadas.

A geração térmica tem custos muito elevados, pelo montante expressivo de recursos financeiros utilizados na aquisição de combustível, além dos impactos ambientais desse tipo de empreendimento de geração de energia. Esses custos são subsidiados pelas Contas Consumo de Combustível (CCC), encargo setorial que subsidia a compra do óleo diesel e óleo combustível usado na geração de energia por usinas termelétricas que atendem às áreas isoladas. Essa conta é paga pelos consumidores de energia elétrica do País, à exceção daqueles que vivem em áreas dos chamados “Sistemas Isolados”.

A **Figura 3.6.6-3**, a seguir, ilustra graficamente o custo médio de geração oriunda das diferentes matrizes energéticas adotadas no Brasil.



**Figura 3.6.6-3** – Custos de geração de energia elétrica.

Fonte: ANEEL, 2008.

\*GNL – Gás Natural Liquefeito; \*\*Biomassa – Bagaço de Cana

Estudos feitos pela EPE (dez.2008) indicaram que, com a implantação do reforço de um 3º circuito de 230kV, previsto para entrar em operação dois anos antes das UHEs do Madeira, a economia de geração térmica pagaria o investimento da sua construção, além da economia na Conta de Consumo de Combustível (CCC).

De acordo com a Caracterização do Empreendimento deste EIA (**item 3.4.3.a**), as principais justificativas técnicas, econômicas e socioambientais para a proposição do empreendimento, considerando sua inclusão no SIN, podem ser resumidas da seguinte forma:

- aumento da oferta de energia elétrica às capitais Porto Velho e Rio Branco;
- possibilidade de substituição da geração térmica a óleo dos sistemas existentes nessas cidades, com diminuição dos impactos ambientais atualmente gerados;
- escoamento dos primeiros geradores da UHE Santo Antônio que entrarão em operação, antes da finalização da construção das LTs 600kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 1 e nº 2.

Visando atender a um crescimento expressivo da demanda por energia elétrica dos Estados do Acre e Rondônia, o Setor Elétrico implantou usinas termelétricas com unidades bicombustível de óleo diesel, inicialmente, e gás natural, no futuro, proveniente de Urucu, no Amazonas. Estudou-se ainda a antecipação da interligação ao SIN e foram implantadas várias PCHs tanto em Rondônia como em Mato Grosso. A consideração das incertezas quanto à disponibilização ou não do gás natural na região, a substituição da geração a óleo diesel e a economia na Conta de Consumo de Combustível (CCC) subsidiaram a indicação do conjunto de obras, que compõem a interligação ao SIN, finalmente concluída em 2009, com a entrada em operação da LT 230kV Jauru-Vilhena CD (JTE).

A operação comercial do Gasoduto Urucu – Porto Velho estava prevista para dezembro/2007, mas os empreendedores desse projeto sinalizaram como descontinuado,

o que faz com que parte da carga do Subsistema Acre/Rondônia continue a ser atendida com geração térmica a óleo combustível.

Dessa forma, para suprir a demanda dessa região a custos compatíveis com o restante do Sistema Interligado Nacional (SIN) no período anterior à entrada em operação das usinas do rio Madeira, foi indicada a necessidade de expansão da capacidade instalada, que pode ser feita por meio de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ou por reforços da interligação que foi iniciada em 2009.

A energia elétrica proveniente de fontes hidráulicas ou renováveis é muito mais atrativa, econômica e ambientalmente, que as provenientes de geração térmica a óleo. As alternativas de suprimento de energia para as cidades de Porto Velho, Rio Branco e as demais atravessadas pelo empreendimento se baseiam nas térmicas que se encontram hoje em atividade e nas PCHs.

**d. Estimativa da Redução de Consumo de Combustíveis Fósseis e de Emissões Atmosféricas Decorrentes da Queima desses Combustíveis**

As estimativas de redução do consumo de óleo diesel e, por consequência, de emissões de CO<sub>2</sub>, estão descritas no **item 3.4.3.d**.

Considerando que as UTEs trabalhem de forma plena — o que é determinado pelas demandas horárias e determinações do ONS —, tem-se que são gerados, aproximadamente, 4,4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> anualmente, somente pelas usinas do parque gerador das cidades de Porto Velho e Rio Branco.

**e. Previsão de Perda de Arrecadação Tributária Estadual pela Redução do Consumo de Óleo Diesel nas Usinas Termoelétricas**

A partir de 23 de outubro de 2009, entrou em operação a conexão entre os Estados de Rondônia e Mato Grosso, através de LTs em 230kV entre a SE Vilhena (RO) e a SE Jauru (MT). Com essa conexão, foi estabelecida a interligação do Subsistema Acre-Rondônia com a Região Centro-Oeste (EPE, 2010). Acre e Rondônia deixaram de ser um Sistema Isolado, ficando interligados ao SIN, e passaram a fazer parte do submercado do Sudeste.

A incorporação do Sistema Acre-Rondônia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) motivou a publicação da Medida Provisória nº 466 (MP 466), de 29 de julho de 2009, que estabelece regras para os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados. Se a incorporação do Sistema Acre-Rondônia fosse realizada de acordo com as regras existentes antes da MP, os dois estados sofreriam uma perda significativa em sua arrecadação de ICMS devido à redução do consumo local de combustíveis, provocada pela diminuição da geração térmica local. A redução de ICMS para Rondônia foi estimada em 175 milhões de reais por ano (PSR/GAS ENERGY, 2009).



Em dezembro de 2009, foi promulgada a Lei nº 12.111 que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados. O seu artigo 6º define que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a recolher ao Tesouro Nacional, até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre a Receita Operacional Líquida (ROL) para ressarcimento de estados e municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O disposto aplica-se somente às interligações dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ocorridas após 30 de julho de 2009.

Assim, os Estados de Rondônia e Acre, interligados ao SIN posteriormente a essa data, beneficiaram-se do ressarcimento pela perda de ICMS. Segundo a Lei 12.111/2009, as receitas advindas da reposição tributária têm que, necessariamente, ser aplicadas em programas de universalização do serviço público de energia elétrica, no financiamento de projetos socioambientais, em projetos de eficiência e pesquisa energética e no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais, ou seja, têm um uso direcionado.

Como Acre e Rondônia foram interligados ao SIN, não integram mais o Sistema Isolado de energia; apenas algumas localidades ainda não estão interligadas no interior desses estados. O dimensionamento das perdas de ICMS se dá a partir da notificação das empresas geradoras à Eletrobras e esta à ANEEL, que deverá levar em conta as situações anterior e posterior à substituição da fonte de energia, conforme determina a Resolução Normativa da ANEEL nº 410/2010.

Essa Resolução, de 24/08/2010, regulamentou o art. 6º da Lei nº 12.111, de 9/12/2009, que determinou o ressarcimento a estados e municípios com perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para a geração de energia elétrica, em virtude da interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao SIN.

No caso da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, pela legislação atual, como a região já está integrada ao SIN, os estados e municípios não terão direito a ressarcimento pela perda de ICMS com a redução do consumo de óleo diesel.

Prevê-se que, mesmo com a implantação dessa LT, esses estados continuarão dependentes da energia térmica para suprir o consumo regional em cerca de 120MW. A energia de origem térmica só será totalmente substituída com a entrada em operação das UTEs Santo Antônio e Jirau, prevista para 2012, em princípio.

Estima-se que o 3º circuito entre Jauru e Porto Velho evite a queima de de 1 milhão de litros de óleo diesel por dia em Porto Velho, ou o equivalente a cerca de 3.865t de CO<sub>2</sub>/dia.

Para o Estado de Rondônia, a eventual perda da arrecadação tributária estadual pela redução do consumo de óleo diesel nas usinas termelétricas é de no mínimo de R\$105 milhões ao ano.

A Curva de Aversão ao Risco (CAR) é um mecanismo que estabelece o nível mínimo de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas necessário à produção de energia com segurança para o Sistema Interligado Nacional. Para o Subsistema da Região Norte, não ficou estabelecido uma CAR, pois seu benefício não está devidamente caracterizado, segundo a ANEEL (ANEEL, 2008).

A sugestão do ONS de utilizar para o Subsistema Norte a Curva de Operação do Norte (COM) no período 2010/2014 não foi autorizada pela ANEEL, sob a alegação de haver incoerência entre os objetivos pretendidos com a adoção de uma CAR e uma Curva de Operação. Para o ONS, a falta de uma Curva de Aversão ao Risco na Região Norte (bianaual) ou uma curva de operação no horizonte de 5 anos (CON) levam a resultados impróprios para essa região, no que diz respeito a riscos de déficit e Custos Marginais da Operação (CMOs) nos estudos de médio prazo do Planejamento da Operação Energética (PORTAL PCH, 2010).

### **3.6.6.2 No Território (Dinâmica e Gestão Territorial)**

#### **a. Prognóstico dos Cenários Prováveis de Ocupação do Território – AID/AII**

A abertura da faixa de servidão e a instalação de canteiros de obras da futura LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, com a melhoria dos acessos já existentes, poderão induzir, no seu entorno, o aumento de atividades exploratórias, tais como a extração de madeira e a caça ilegais, que, obviamente, contribuem para uma degradação progressiva da floresta e de seus recursos naturais. Contudo, no geral, por se tratarem de áreas rurais bastante antropizadas, e que possuem malha rodoviária instalada e consolidada, a ser utilizada na fase de implantação do empreendimento, não deverão ser observados novos vetores de ocupação antrópica nas áreas rurais a serem atravessadas pela futura LT, além dos já existentes, facilitados pela abertura de estradas vicinais – a partir do eixo principal, a BR-364 – e pelos projetos de colonização do INCRA, criados a partir da década de 1970.

Prevê-se que os acessos mais importantes, melhorados para as obras, assim permaneçam após a implantação da LT. E que essa melhoria da acessibilidade, possa favorecer também a circulação de pessoas e mercadorias, beneficiando as populações que vivem na AID.

Quanto à acessibilidade para a construção da Linha de Transmissão 230kV Jauru – Porto Velho C3, pode-se dividir sua área de implantação em quatro trechos distintos:

- entre a SE Jauru e a SE Vilhena (área de Cerrado);
- entre a SE Vilhena e a SE Pimenta Bueno (zona de transição);
- entre a SE Pimenta Bueno e a SE Ariquemes (área mais colinosa);
- entre a SE Ariquemes e a SE Porto Velho I (área mais plana).

No 1º trecho – entre as SEs de Jauru e Vilhena –, o acesso poderá ser feito pelas rodovias estaduais MT-248 (pavimentada) e MT-388 (antigo traçado da BR-364) (não-pavimentada) e pela rodovia federal BR-364 (pavimentada), combinado com estradas vicinais e acessos existentes a propriedades rurais, compondo a malha viária da AID nos municípios de Jauru (MT), Vale de São Domingos (MT), Pontes e Lacerda (MT), Conquista d'Oeste (MT), Nova Lacerda (MT), Comodoro (MT) e Vilhena (RO).

Prevê-se que, a partir das rodovias primárias (MT-248, MT-388 e BR-364), secundárias (MT-246, MT-235) e estradas vicinais, deverão ser estabelecidos os pequenos acessos para atingirem-se os locais das torres, que merecerão atenção especial, pois deverão suportar o tráfego de caminhões e, eventualmente, de carretas, no transporte de estruturas metálicas, cabos, isoladores, ferragens e materiais de construção, mesmo no período mais chuvoso, seja durante as obras, seja após sua conclusão, quando poderão ser utilizados na inspeção e manutenção da LT.

No 2º trecho – entre as SEs de Vilhena e Pimenta Bueno –, a construção da LT será feita majoritariamente através da rodovia BR-364, das rodovias estaduais RO-391 e RO-387 (pavimentadas) e demais estradas vicinais (não-pavimentadas) e estradas de acesso a sítios, fazendas e demais propriedades rurais na região, não devendo originar, portanto, a construção de novos acessos e, por extensão, a indução da ocupação antrópica nas áreas vegetadas que compõem os municípios de Vilhena (RO), Chupinguaia (RO) e Pimenta Bueno (RO).

A partir da SE de Pimenta Bueno até as imediações do perímetro urbano do município de Cacoal – no 3º trecho, entre as SEs de Pimenta Bueno e de Ji-Paraná –, a principal via de acesso para implantação da futura LT continuará sendo a BR-364; contudo, deverão ser utilizadas também algumas estradas vicinais que atravessam as áreas rurais dos municípios de Pimenta Bueno (RO) e Cacoal (RO), tais como a rodovia RO-383 (mais conhecida como Linha E) (não-pavimentada), a RO-486 (ou Estrada do Café) (pavimentada). Entre Cacoal e a Ji-Paraná, o traçado da futura LT irá se distanciar muito em relação à BR-364. Nesse trecho – que atravessará as áreas rurais dos municípios de Ministro Andreazza (RO), Presidente Médici (RO) e Ji-Paraná (RO) –, deverão ser utilizadas para a construção da LT as estradas vicinais comumente conhecidas no Estado de Rondônia como “linhas”, tais como as Linhas 50 (ou RO-471), 114 (ou RO-476), 128 (ou RO-480) e 94 (ou RO-472). Essas

estradas de terra entrecortam as áreas rurais desses municípios formando o conhecido “efeito espinha de peixe”, a partir de seu eixo principal, a rodovia BR-364.

Da SE Ji-Paraná até a SE Ariquemes – ainda no 3º trecho –, o traçado da futura LT voltará a se aproximar da rodovia BR-364, que será, portanto, utilizada como principal via de acesso para a implantação do empreendimento. Cabe citar também, como potenciais estradas de acesso às obras, as Linhas 11 (ou RO-135), 200 (ou RO-470), 605 (ou RO-466), 603 (RO-464) e a rodovia estadual RO-257. À exceção da Linha 11, todas as outras rodovias estaduais que poderão ser utilizadas durante a implantação da LT – que atravessam as áreas rurais dos municípios de Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Theobroma (RO) e Ariquemes (RO) –, são pavimentadas.

No 4º trecho, entre a SE Ariquemes e a SE Samuel e entre esta e a SE Porto Velho I, continuará o paralelismo entre o traçado da futura LT e a rodovia BR-364, facilitando a implantação do empreendimento nas áreas rurais dos municípios de Ariquemes (RO), Rio Crespo (RO), Cujubim (RO), Itapuã do Oeste (RO), Candeias do Jamari (RO) e Porto Velho (RO). Também poderão ser utilizadas à época de construção da LT, principalmente, a Linha C-85 (ou RO-459) e a rodovia estadual RO-205, ambas pavimentadas, além de estradas vicinais (não-pavimentadas) e de acesso a fazendas, que caracterizam a ocupação nessa região.

Portanto, não deverão ser abertos novos acessos para a implantação da futura LT nesses trechos, em virtude de as áreas rurais dos municípios serem entrecortadas por diversas “Linhas”, estradas vicinais e estradas de acesso a propriedades rurais, o que facilitará a acessibilidade para as obras.

#### **b. Condições Socioeconômicas e Efeito “Espinha de Peixe”**

As condições socioeconômicas indutoras ao desmatamento na região de inserção do empreendimento resultam, em síntese, da própria necessidade de sobrevivência dos trabalhadores rurais assentados em projetos de colonização e de reforma agrária do INCRA, que foram criados no Estado de Rondônia a partir da década de 1970, e, principalmente, da ação de grandes proprietários ou empresários capitalizados, ligados ao agronegócio, para ampliar o espaço de exploração agropecuária nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

A vertebração do eixo de penetração de estradas federais na Amazônia, tal como ocorre com a rodovia federal BR-174/BR-364 (Cuiabá–Porto Velho), se constitui em um caso clássico de antropização por desmatamentos irregulares de grandes áreas, a pretexto de serem incorporadas ao processo produtivo. Na prática, grandes extensões de terras são ocupadas irregularmente, sem que medidas de controle ambiental e de fiscalização da situação fundiária sejam implementadas. Com isso, desmatamentos têm sido praticados, já que a maior parte dessas terras tem a situação fundiária precária ou desconhecida, mas, em geral, pertence à União.

A implantação de uma extensa malha rodoviária, a partir do eixo principal, a BR-364, as chamadas “Linhas” de colonização, propiciou a ocupação antrópica e o desenvolvimento de atividades agropecuárias voltadas principalmente para a criação de gado extensivo. O processo de ocupação era ratificado com o desmatamento de parte da propriedade e a consequente formação de área de pastagem para o gado. Com a degradação da pastagem, era aberta uma nova área na mata, e assim se criava um novo processo de degradação. O efeito “espinha de peixe” é utilizado para retratar esse cenário, composto por uma malha rodoviária, que acessa áreas rurais e alcança áreas ainda florestadas, e por ocupações humanas, que se fixaram graças a essa infraestrutura e foram induzidas ao desmatamento para efetivar sua posse da terra. Esse efeito é marcante principalmente no Estado de Rondônia. Contudo, a BR-364 e as mesmas “Linhas” e outras estradas de acesso a propriedades rurais, que configuram tal efeito, entrecortando as áreas rurais dos 22 municípios abrangidos pelo empreendimento, nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, facilitarão a implantação da futura LT, servindo de acesso no período de obras, não havendo, portanto, a necessidade de abertura de novos acessos.

Fatores inibidores para a perpetuação do efeito “espinha de peixe” são a fiscalização dos órgãos ambientais aos desmatamentos irregulares, baseada na legislação vigente (basicamente, o cumprimento do Código Florestal que determina em 80% do imóvel a área de Reserva Legal), a fiscalização da propriedade das terras (regularização fundiária), a criação de alternativas econômicas que inibam o desmatamento e o fomento a atividades produtivas sustentáveis, como consórcios agroflorestais, cuja eficácia vem sendo demonstrada em diversos empreendimentos na Amazônia.

Especificamente, com relação ao empreendimento a ser implantado, as ações previstas se referem ao trabalho de comunicação social, divulgando, entre os proprietários e moradores do entorno da AID, os usos permitidos ou não na faixa de servidão, a proposta de sinalizar os acessos permanentes utilizados para a implantação e manutenção das torres, com placas indicativas das restrições de ocupação baseadas na legislação ambiental vigente. Os acessos que deverão ser utilizados para a implantação e manutenção da LT configuram a atual malha de circulação de pessoas e mercadorias entre propriedades e localidades rurais e áreas urbanas.

As possibilidades de uso do solo da faixa de servidão, durante a operação do empreendimento, ficarão estipuladas na Escritura de Servidão a ser firmada entre cada proprietário e o empreendedor (**Quadro 3.6.6-3**).

**Quadro 3.6.6-3** – Tipos de uso/atividades permitidos ou não na faixa de servidão da LT

Tipos de uso/atividades	Sob a torre	No restante da faixa de servidão
Circulação de pessoas pela faixa de servidão	não	sim
Circulação de animais pela faixa de servidão	não	sim
Culturas anuais (hortas, milho, girassol, soja, mandioca e outras temporárias)	não	sim
Culturas frutíferas de pequeno porte, como guaraná, abacaxi, laranja e outros cítricos	não	sim
Queimadas ou culturas que utilizem a prática de queimadas	não	não
Irrigação de pequeno porte	não	sim
Circulação de veículos agrícolas de pequeno porte	não	sim
Benfeitorias de apoio agropecuário (galpões, chiqueiros, estábulos, currais)	não	não
Depósito de materiais inflamáveis	não	não
Moradias (casas de alvenaria, estuque, barracos de madeira, outras), escolas	não	não
Cercas de arame, passagens, porteiras, tranqueiras, colchetes, etc.	não	sim
Áreas recreativas, industriais, comerciais, culturais (igrejas) e outras	não	não

Ao longo da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3, na faixa de 989km de extensão, predominam áreas com Pastagem (67,49%), havendo também áreas destinadas ao cultivo de lavouras (4,69%), tais como as lavouras temporárias de soja e milho consorciado, que compõem a paisagem da área rural dos municípios de Comodoro (MT) e Vilhena (RO). No restante da Faixa de Servidão, há áreas com cobertura de Floresta Ombrófila e Floresta Estacional Semidecidual (16,76%). A fitofisionomia de Savana Arborizada (Cerrado) também possui parcela relevante (7,52%) na cobertura vegetal da Faixa de Servidão, conforme a **Ilustração 13 – Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação das Terras**, e o **Quadro 3.6.4-10 – Área e Distribuição Percentual das Classes de Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação das Terras nas Áreas de Influência da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3**, apresentado nos Impactos sobre o Meio Biótico (**Perda de Área e Remoção de Indivíduos de Espécies da Flora**).

As áreas da faixa de servidão da futura LT cujo uso atual seja de pastagem ou lavoura temporária poderão retomar esses usos após as obras. Já as áreas com vegetação nativa, após o estabelecimento da faixa de servidão, não poderão retomar em toda a extensão da faixa, sob pena de pôr em risco a segurança das instalações da LT.

### **3.6.6.3 Quanto à Saúde Pública e Corporativa, Segurança Pública e Mobilidade Urbana**

#### **a. Logística de Saúde das Frentes de Obras e Ações de Controle**

Entre os 22 municípios a serem atravessados pela LT 230kV Jauru – Porto Velho C3 (considerados como a Área de Influência Indireta – All para os estudos socioeconômicos), Porto Velho (RO) é o que dispõe de melhor infraestrutura em saúde, contando com 19 hospitais, 17 postos de saúde e 39 centros de saúde/unidades básicas, em junho de 2010, de acordo com o Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) (ver **subitem 3.6.5.4.1; Saúde**, quanto à infraestrutura de saúde existente na área em estudo). Do total de 1.043 estabelecimentos existentes na All, Porto Velho responde por 35%.

Outros municípios que também se destacam em relação ao número de estabelecimentos em saúde são: Ji-Paraná (RO) (114 estabelecimentos), Vilhena (RO) (109), Cacoal (RO) (103), Ariquemes (RO) (79), Jaru (RO) (70) e Pontes e Lacerda (MT) (43).

São também requisitados, pela população residente nos municípios do Estado de Mato Grosso que integram a All, os estabelecimentos de saúde e as UTIs móveis das cidades de Cuiabá e Cárceres, que não fazem parte da All. No outro extremo da LT, os municípios referência em saúde no Estado de Rondônia são: Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho. O Hospital Pronto Socorro João Paulo II, em Porto Velho, é o único de urgência e emergência do estado, e tem sido a principal porta de entrada para os serviços de internação no SUS, inclusive para muitos municípios vizinhos.

O Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON), do Governo do Estado de Rondônia, também localizado em Porto Velho, é especializado em doenças tropicais, como malária, H1N1, febre amarela e picada de cobra, sendo um importante estabelecimento que atende 24 horas às demandas da região.

Apesar do cenário apresentado, de acordo com os representantes das respectivas Secretarias de Saúde dos municípios da All, os estabelecimentos de saúde da região, por vezes, não conseguem atender à própria demanda local.

Os serviços de saúde desses municípios supracitados, em caso de necessidade, poderão ser procurados no período das obras pela mão de obra envolvida na implantação da LT 230kV Jauru – Porto Velho C3. Alguns canteiros estão previstos para serem instalados nesses municípios-polo ou relativamente próximos a eles, sendo o acesso rodoviário aos estabelecimentos de saúde realizado sem maiores dificuldades. O deslocamento dos trabalhadores que estiverem em locais afastados, ou em casos de emergência, será realizado através de helicópteros, se assim for preciso.

Com vistas a evitar a sobrecarga nos serviços locais, uma das medidas que a LVTE adotará será a instalação de ambulatórios nos canteiros com 50 ou mais trabalhadores. Nesses

ambulatórios, deverá haver material para a prestação de primeiros socorros, de acordo com as características das atividades desenvolvidas pela mão de obra contratada. Esse material será mantido aos cuidados de pessoa capacitada para esse fim.

Os exames admissionais e periódicos dos trabalhadores também contribuem para evitar a presença de pessoas com alguma enfermidade e que possa comprometer a saúde dos demais trabalhadores. Também deverão ser disponibilizados Planos de Saúde Particulares para todos os trabalhadores, observada a estrutura privada existente na região, para não sobrecarregar o atendimento em hospitais públicos.

O Plano Ambiental para a Construção (PAC), que contém as diretrizes e as técnicas básicas a serem empregadas pelas construtoras durante a construção e montagem da LT, preconiza, entre outras, ações que devem ser rigidamente seguidas por elas em relação à saúde e higiene nos canteiros de obras. Muitas delas objetivam evitar ou minimizar os impactos ambientais potenciais sobre as áreas que sofrerão intervenção e sobre os trabalhadores. Entre algumas dessas ações voltadas à saúde do trabalhador, destacam-se:

- prever local apropriado no canteiro para o armazenamento temporário de todo lixo produzido, que será posteriormente recolhido, para evitar odores e proliferação de insetos e roedores;
- manter os víveres guardados em locais permanentemente limpos (refrigerados, no caso de alimentos perecíveis), com telas e cercas protetoras, para evitar o acesso de animais;
- instalar telas de proteção nos refeitórios e contar com sistema de ventilação e sanitários em número e capacidade adequados para os empregados mobilizados no empreendimento;
- transportar as refeições, para os locais de trabalho, em embalagens hermeticamente fechadas;
- equipar os ambulatórios com os recursos estabelecidos na legislação pertinente;
- disponibilizar *kits* de primeiros socorros e equipamentos de comunicação para as equipes de campo;
- seguir a orientação dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental quanto aos riscos decorrentes da ingestão de água contaminada, causadora de diarreias, e da proliferação de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), dentre outros cuidados;
- providenciar a instalação de equipamentos de combate a incêndio nos canteiros, estruturas de apoio às obras e frentes de obras, devidamente sinalizados;
- instalar, nos acessos às obras da LT, sinalizações de advertência diurna e noturna (pontos de luz fixos) para evitar acidentes;
- manter um Serviço Especializado em Engenharia em Medicina do Trabalho (SESMT),



registrado nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego de Mato Grosso e Rondônia, obedecendo, no mínimo, ao Quadro II da Norma Regulamentadora NR-4, levando em consideração o número de trabalhadores;

- prover cada um dos canteiros de obra com uma sala para uso dos profissionais da área de segurança do trabalho;
- apresentar Planos de Atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) das empreiteiras contratadas;
- planejar os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) necessários à cada tipo de serviço, caso não seja possível adotar medidas de eliminação dos riscos. O fornecimento, o controle e a obrigação ao uso dos EPIs terão que estar de acordo com a NR-6;
- elaborar as Ações de Gerenciamento de Riscos, que fazem parte do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Essas ações têm como principal objetivo prevenir a ocorrência de acidentes ambientais que possam pôr em risco a integridade física dos trabalhadores, a segurança da população da região e o meio ambiente;
- às construtora, de acordo com a legislação, cabem os seguintes Programas, a serem elaborados e submetidos à análise e aprovação do empreendedor:
  - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), conforme a NR-9;
  - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT), conforme a NR-18;
  - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), previsto na NR-7, do seu pessoal, e da(s) sua(s) subcontratada(s), contendo o nome do Médico do Trabalho e do empregado ou não da empresa, responsável pelo Programa.

As construtoras apresentarão este último Programa, considerando a influência endêmica local no planejamento das ações de saúde do seu pessoal, em conformidade com o órgão de Saúde Pública da região. Somente será permitido acesso, às frentes de serviço, aos trabalhadores que comprovem vacinação anotada em carteira e/ou comprovante fornecido por Serviço de Saúde Pública.

Também são previstas ações de controle das doenças tropicais, sobretudo da malária, por se tratar de uma área endêmica dessa doença (conforme detalhado na **subtópico 3.6.5.4.1.c – Estudos Epidemiológicos e Entomológicos**). Para se evitar o agravamento da situação da malária nos municípios da All, durante as obras de construção da LT serão propostas, através de um Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM), a ser submetido à SVS-MS, medidas a serem executadas pelo empreendedor e empreiteiras para evitar a transmissão da doença nos canteiros de obras e frentes de trabalho. Essas medidas também deverão contar com a parceria dos órgãos públicos estaduais e municipais no controle da malária da população em geral.

As ações do PACM serão, assim, direcionadas a dois tipos de público alvo: (i) a população diretamente vinculada às obras – constituída pelos trabalhadores, e (ii) a população da All (moradores das localidades situadas num corredor de 10km – até 5km de cada lado do eixo da LT) e AID (moradores das localidades situadas num corredor de 1km – até 500m de cada lado do eixo da LT), em especial aquelas próximas aos canteiros de obras principais e secundários (ou de apoio).

Para atender à diversidade do público alvo, as ações do PACM serão divididas em 2 eixos de ação, a seguir descritos.

- **Ações com Trabalhadores**

Essas ações serão executadas pelo empreendedor nos canteiros de obras, alojamentos e frentes de trabalho, com apoio, orientação e supervisão das equipes de Vigilância Ambiental das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, através de parcerias a serem firmadas. São elas:

- treinamento em métodos de prevenção e identificação precoce da doença;
- construção de alojamentos e canteiros de obras distante de áreas com mata, igarapés, rios e lagos ou de prováveis criadouros de mosquitos;
- telamento dos alojamentos;
- Destruição de criadouros através de manejo ambiental, mediante autorização do órgão ambiental;
- tratamento focal através de controle químico ou biológico para eliminação de larvas;
- borrifação intradomiciliar de inseticida de ação residual dos alojamentos;
- nebulização espacial peridomiciliar de inseticida periodicamente ou sempre que indicada;
- incentivo do uso de mosquiteiro impregnado com inseticidas e repelentes nos locais indicados;
- saneamento básico dos canteiros de obras, alojamentos e frentes de trabalho;
- inclusão do exame microscópico para malária na rotina dos exames admissionais, demissionais e de mudança de função, retorno de folga e férias, etc.;
- realização de exame microscópico da malária em todos os trabalhadores a cada 60 dias e sempre que tiverem febre.

- **Ações com a População da All e AID**

As ações para a população serão realizadas pelas equipes de Vigilância Ambiental dos municípios a serem atravessados pela futura LT, e da Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), mediante convênio com o empreendedor, que fornecerá apoio técnico, financeiro e operacional. Essas ações são divididas em três grupos:

- vigilância epidemiológica, diagnóstico e tratamento de doentes;
- controle de vetores;
- atividades educativas e treinamentos.

O PACM prevê, ainda, o reforço dos Serviços de Controle de Malária da Vigilância Ambiental dos estados e municípios, para que os mesmos intensifiquem a vigilância, a prevenção e o controle da malária durante as obras da LT.

#### **3.6.6.4 No Âmbito das Unidades de Conservação**

##### **a. Procedimentos Construtivos Especiais em UCs ou em suas ZAs**

Inicialmente, deve-se ressaltar que, conforme descrito no **tópico d** do **subitem 3.6.4.2** deste EIA, no caso de qualquer interferência de um empreendimento sujeito a licenciamento ambiental que afete direta ou indiretamente Unidades de Conservação e/ou suas Zonas de Amortecimento, as respectivas licenças só serão concedidas mediante autorização do órgão gestor da Unidade.

A recente Resolução CONAMA nº 428, de 17/12/2010, dispõe que o licenciamento de empreendimentos localizados numa faixa de três mil metros a partir do limite da Unidade de Conservação, cuja Zona de Amortecimento não esteja estabelecida pelo Plano de Manejo só poderá ser concedido pelo órgão ambiental licenciador com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

De acordo com o **subtópico 3.6.4.2.d** deste EIA, foram encontradas, nas proximidades da LT, 4 (quatro) Unidades de Conservação, sendo 3 (três) de Proteção Integral e 1 (uma) de Uso Sustentável (**Quadro 3.6.4-2**).

Como nenhuma delas é atravessada pelo empreendimento, ou dista mais de 3 mil metros de sua Zona de amortecimento, é desnecessário descrever os procedimentos construtivos a serem implementados nas obras da futura LT que afetem as UCs.